



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2435

Sexta-feira - 19 de Janeiro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Agronômica	3	Erval Velho	184	Meleiro	454
Água Doce	5	Faxinal dos Guedes	186	Modelo	455
Alto Bela Vista	6	Flor do Sertão	192	Mondaí	456
Anchieta	7	Formosa do Sul	222	Morro da Fumaça	457
Angelina	13	Forquilha	223	Morro Grande	458
Anitápolis	17	Fraiburgo	232	Navegantes	460
Antônio Carlos	18	Frei Rogério	267	Nova Erechim	464
Apiuna	19	Garopaba	268	Nova Itaberaba	466
Arroio Trinta	23	Garuva	288	Nova Trento	477
Ascurra	24	Gaspar	292	Nova Veneza	484
Balneário Piçarras	25	Governador Celso Ramos	298	Novo Horizonte	486
Barra Bonita	27	Grão Pará	301	Orleans	489
Barra Velha	28	Guaraciaba	304	Otacílio Costa	490
Bela Vista do Toldo	29	Guatambú	306	Ouro	491
Belmonte	30	Herval d'Oeste	307	Palhoça	492
Benedito Novo	31	Ibicaré	308	Palma Sola	504
Biguaçu	34	Ibirama	312	Palmitos	505
Bom Jardim da Serra	39	Ilhota	313	Papanduva	506
Bom Jesus do Oeste	40	Imarui	316	Paulo Lopes	507
Bom Retiro	42	Imbituba	317	Penha	530
Botuvera	43	Indaial	324	Peritiba	563
Braço do Trombudo	44	Iomerê	326	Pescaria Brava	571
Brusque	48	Iporã do Oeste	327	Petrolândia	576
Caçador	52	Ipumirim	329	Pinhalzinho	578
Caibi	54	Iraceminha	330	Pinheiro Preto	579
Camboriú	55	Irani	331	Pomerode	587
Campo Alegre	56	Iratí	332	Ponte Alta do Norte	595
Campos Novos	62	Irineópolis	333	Ponte Serrada	598
Canelinha	71	Itá	335	Porto Belo	599
Canoinhas	72	Itapema	337	Porto União	601
Capão Alto	73	Itapiranga	342	Pouso Redondo	602
Capinzal	102	Itapoá	344	Presidente Castello Branco	603
Catanduvas	104	Jaborá	347	Presidente Nereu	604
Caxambu do Sul	106	Jaraguá do Sul	359	Princesa	634
Celso Ramos	107	Joaçaba	365	Quilombo	636
Chapadão do Lageado	108	Lages	410	Rio das Antas	637
Cocal do Sul	110	Laguna	412	Rio do Campo	640
Concórdia	113	Lajeado Grande	416	Rio do Sul	642
Cordilheira Alta	114	Lauro Muller	418	Salto Veloso	648
Coronel Freitas	118	Lebon Regis	420	Santa Cecília	650
Coronel Martins	119	Leoberto Leal	421	Santa Helena	651
Correia Pinto	120	Lontras	426	Santa Rosa do Sul	652
Corupá	122	Luzerna	427	Santa Terezinha do Progresso	657
Cunha Porã	123	Mafra	428	Santiago do Sul	659
Cunhataí	124	Maracajá	432	São Bento do Sul	660
Curitibanos	125	Maravilha	434	São Bernardino	670
Descanso	162	Marema	436	São Carlos	673
Dionísio Cerqueira	182	Massaranduba	437	São Domingos	676
Ermo	183	Matos Costa	445	São Francisco do Sul	677

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2435

Sexta-feira - 19 de Janeiro de 2018

Florianópolis/SC

Sumário

São João Batista.....	678	Tangará.....	774	Urubici.....	822
São João do Oeste.....	756	Tijucas.....	797	Urussanga.....	823
São José.....	759	Timbé do Sul.....	798	Vargem Bonita.....	846
São José do Cedro.....	765	Timbó.....	799	Videira.....	847
São Lourenço do Oeste.....	767	Timbó Grande.....	809	Xanxerê.....	849
São Miguel do Oeste.....	770	Treze Tílias.....	810	Xavantina.....	850
São Pedro de Alcântara.....	771	Tunápolis.....	811	Xaxim.....	858
Schroeder.....	772	Turvo.....	814	Zortéa.....	859
Seara.....	773	União do Oeste.....	815		

Associações

AMERIOS.....	865	EGEM.....	872
AMNOROESTE.....	866	GRANFPOLIS.....	900

Consórcios

AGIR.....	901
CIGA.....	901
CIMCATARINA.....	926
CIMVI.....	927
CIS/AMMVI.....	929
CIS/AMOSC.....	944
CISAM.....	962
CIS/AMERIOS.....	977
CIASS.....	978



Agrônômica

PREFEITURA

Nº012/2018

Publicação Nº 1494622

PORTARIA N.º 12/2018 DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. MARILETE MACHADO, matrícula n.º 271, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração a pedido, de seu cargo e funções e a partir de 18/01/2018, (dezoito de janeiro de dois mil e dezoito), para o servidora municipal Sra. MARILETE MACHADO, matrícula n.º 271, ocupante do cargo de provimento efetivo de Merendeira, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 19 de Janeiro de 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI
Prefeito Municipal em exercício

Nº013/2018

Publicação Nº 1494639

PORTARIA N.º13/2018 DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. PRISCILA GISELE FERNANDES matrícula n.º914, ocupante do cargo de provimento temporário, Auxiliar de sala 40hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 12/01/2018, (doze de janeiro de dois mil e dezoito), para a servidora municipal Sra. PRISCILA GISELE FERNANDES matrícula n.º914, ocupante do cargo de provimento temporário, Auxiliar de sala 40hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 19 de JANEIRO de 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI
Prefeito Municipal em exercício

Nº014/2018

Publicação Nº 1494671

PORTARIA N.º14/2018 DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. FABIANA MARIA DALPIAZ matrícula n.º883, ocupante do cargo de provimento temporário, Auxiliar de sala 40hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 31/01/2018, (trinta e um de janeiro de dois mil e dezoito), para a servidora municipal Sra. FABIANA MARIA DALPIAZ matrícula n.º883, ocupante do cargo de provimento temporário, Auxiliar de sala 40hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 19 de JANEIRO de 2018.
AMARILDO JOSE DEMARCHI
Prefeito Municipal em exercício

Nº015/2018

Publicação Nº 1494697

PORTARIA N.º15/2018 DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício de Agrônoma Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônoma,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. MARIZA DE SOUZA matrícula n.º845, ocupante do cargo de provimento temporário, Auxiliar de sala 40hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 29/01/2018, (vinte e nove de janeiro de dois mil e dezoito), para a servidora municipal Sra. MARIZA DE SOUZA matrícula n.º845, ocupante do cargo de provimento temporário, Auxiliar de sala 40hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 19 de JANEIRO de 2018.
AMARILDO JOSE DEMARCHI
Prefeito Municipal em exercício

Nº016/2018

Publicação Nº 1494709

PORTARIA N.º16/2018 DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

AMARILDO JOSE DEMARCHI, Prefeito Municipal em exercício de Agrônoma Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônoma,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. SAMARA SOARES DA SILVA matrícula n.º917, ocupante do cargo de provimento temporário, Auxiliar de sala 40hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções e a partir de 31/01/2018, (trinta e um de janeiro de dois mil e dezoito), para a servidora municipal Sra. SAMARA SOARES DA SILVA matrícula n.º917, ocupante do cargo de provimento temporário, Auxiliar de sala 40hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, em 19 de JANEIRO de 2018.
AMARILDO JOSE DEMARCHI
Prefeito Municipal em exercício

Água Doce

PREFEITURA

055/2018

Publicação Nº 1493898

PORTARIA Nº 055/2018 – DE 18 DE JANEIRO DE 2018

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias a servidora SOLANGE TEREZINHA DOS PASSOS, inscrita no CPF nº 021.417.219-89, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, no período de 18/01/2018 até 06/02/2018, período 13/14.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 18 de janeiro de 2018.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora do Dpto Recursos Humanos

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 7/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 7/2018

Publicação Nº 1493867

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 7/2018
PREGÃO PRESENCIAL 7/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 7/2018, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 7/2018”, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, destinado a eventual contratação de serviços com máquinas terceirizadas, o qual será processado e julgado no dia 31 de janeiro de 2018 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 8/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2018

Publicação Nº 1493869

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 8/2018
PREGÃO PRESENCIAL 8/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 8/2018, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO nº 8/2018”, do tipo “MENOR PREÇO POR ITEM”, destinado a eventual contratação de serviços de arbitragem, o qual será processado e julgado no dia 31 de janeiro de 2018 às 14h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 9/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2018

Publicação Nº 1493921

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE
PROCESSO LICITATÓRIO 9/2018
PREGÃO PRESENCIAL 9/2018

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 9/2018, na modalidade “PREGÃO PRESENCIAL nº 9/2018”, do tipo “MENOR PREÇO GLOBAL”, destinado a contratação de serviços para realização de Concurso Público e Teste Seletivo, o qual será processado e julgado no dia 31 de janeiro de 2018 às 16h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: www.aguadoce.sc.gov.br

Água Doce, SC, 18 de janeiro de 2018

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

Alto Bela Vista

PREFEITURA

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2017

Publicação Nº 1494264

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2017

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de fiscalização da obra de construção de escola nova a ser edificada no Município.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase habilitação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: A licitante LORENZATTO CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, apresentou atestado de capacidade técnica não condizente com o objeto da licitação em epígrafe conforme alínea "j" do item 5.1 do edital; A licitante PROJED ENGENHARIA CIVIL LTDA, também apresentou atestado de capacidade técnica não condizente com o objeto da licitação em epígrafe conforme alínea "j" do item 5.1 do edital e o termo de renúncia da fase de habilitação não assinado pelo sócio administrador; A licitante EGITO ENGENHARIA LTDA EPP, também apresentou atestado de capacidade técnica não condizente com o objeto da licitação em epígrafe conforme alínea "j" do item 5.1 do edital e a certidão de pessoa jurídica do CREA não especifica serviços de engenharia conforme alínea "i" do item 5.1 do edital e não apresentou as comprovações dos vínculos dos apresentados na alínea "l" do item 5.1 do edital; A licitante A. M. ENGENHARIA LTDA não apresentou as certidões de pessoa física da equipe técnica conforme alínea "l" do item 5.1 do edital e não indicou qual dos profissionais apresentados será o responsável pela fiscalização bem como a comprovação dos vínculos com a empresa; motivos pelos quais, com fulcro no subitem 7.4 foram todas as licitantes declaradas inabilitadas. O presidente informou que a contar da publicação do extrato do presente julgamento, através do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina, será aberto o prazo 05 (cinco) dias úteis, para apresentação de recurso administrativo, ficando os autos abertos a consulta com vistas franqueadas do processo.

Alto Bela Vista, SC, 18 de janeiro de 2018.
VILMAR JOSÉ ZONTA
Presidente da CPL

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2017

Publicação Nº 1494349

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2017

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou arquitetura para prestação de serviços de fiscalização da obra de construção de escola nova a ser edificada no Município.

EXTRATO DO RESULTADO DO JULGAMENTO DA FASE DE HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no artigo 109, § 1.º da Lei nº 8.666/93, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase habilitação da licitação em epígrafe, na seguinte conformidade: A licitante DIMO CONSTRUÇÕES LTDA, atende adequadamente os requisitos de Habilitação. A licitante ABREU & ABREU EIRELLI – ME apresentou atestado de capacidade técnica de obra em execução, sem os percentuais da evolução da mesma, impossibilitando a análise da capacidade técnica para o objeto do presente edital conforme exigência da alínea "k" do item 5.1, motivo pelo qual, com fulcro no subitem 7.4 do Edital, foi declarada inabilitada. O presidente informou que a contar da publicação do extrato do presente julgamento, através do Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina, será aberto o prazo 05 (cinco) dias úteis, para apresentação de recurso administrativo, ficando os autos abertos a consulta com vistas franqueadas do processo

Alto Bela Vista, SC, 18 de janeiro de 2018.
VILMAR JOSÉ ZONTA
Presidente da CPL

Anchieta

PREFEITURA

ANEXO DO DECRETO Nº 019/2018

Publicação Nº 1494194

ANEXO ÚNICO AO DECRETO Nº 019/2018

1) IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (Art. 137 – LC 001/2005)

COTA ÚNICA	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
10/04/2018		10/05/2018	10/06/2018
COM 10% DE DESCONTO	10/04/2018		

2) ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA: (Art. 213 – LC 001/2005)

2.1 – IMPOSTO HOMOLOGADO OU POR ESTIMATIVA (Art. 213 Inciso I – LC 001/2005)

1ª PARC.	2ª PARC.	3ª PARC.	4ª PARC.	5ª PARC.	6ª PARC.	7ª PARC.	8ª PARC.	9ª PARC.	10ª PARC.	11ª PARC.	12ª PARC.
15/02/2018	15/03/2018	15/04/2018	15/05/2018	15/06/2018	15/07/2018	15/08/2018	15/09/2018	15/10/2018	15/11/2018	15/12/2018	15/01/2019

2.2 – IMPOSTO FIXO (Art. 213 Inciso II e III – LC 001/2005)

COTA ÚNICA	1ª PARC.	2ª PARC.	3ª PARC.	4ª PARC.	5ª PARC.	6ª PARC.	7ª PARC.	8ª PARC.	9ª PARC.	10ª PARC.	11ª PARC.	12ª PARC.
30/03/2018	15/02/2018	15/03/2018	15/04/2018	15/05/2018	15/06/2018	15/07/2018	15/08/2018	15/09/2018	15/10/2018	15/11/2018	15/12/2018	15/01/19

3) TAXA DE COLETA DE LIXO (Art. 234 – LC 001/2005)

COTA ÚNICA	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
10/04/2018	10/04/2018	10/05/2018	10/06/2018
COM 10% DE DESCONTO			

4) TLLF/TVCPNU – TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO E TAXA DE VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS (Art. 243 – Parágrafo 2º LC 001/2005)

COTA ÚNICA
28/02/2018

Obs.: Datas de vencimento que coincidirem com finais de semana e/ou feriados, o lançamento será efetuado no 1º dia útil subsequente, sem acréscimos legais ou encargos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta, SC, 15 de janeiro de 2018.

VILMAR PAULO PIOVEZANI
Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 019/2018

Publicação Nº 1494192

DECRETO Nº. 019/2018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE O CALENDÁRIO FISCAL PARA OS TRIBUTOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILMAR PAULO PIOVEZANI, Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em especial pela Lei Complementar nº 001/2005 – Código Tributário Municipal.

DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o "Calendário Fiscal" para o exercício de 2018, definindo os tributos, sua data de vencimento e parcelas para recolhimento, na forma do Anexo Único que integra o presente decreto.

Art. 2º As receitas tributárias, bem como as não tributárias, serão recolhidas nas agências da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados São Miguel do Oeste – Sicoob São Miguel SC, ou, através de ficha de compensação em outras agências bancárias integradas ao sistema FEBRABAN.

Art. 3º Após o prazo fixado no Calendário Fiscal para o exercício de 2018, os tributos não liquidados ficam sujeitos às penalidades previstas no Código Tributário do Município, bem como passível de inscrição em Dívida Ativa, protesto e posterior cobrança judicial.

Art. 4º Para a inscrição em Dívida Ativa dos tributos do exercício de 2018, considera-se como vencimento o dia 26/12/2018, dia do encerramento do expediente bancário de 2018. A partir do dia 27/12/2018 todos os tributos não pagos serão devidamente inscritos em dívida ativa.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 15 de janeiro de 2018.
VILMAR PAULO PIOVEZANI
Prefeito em Exercício

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - www.diariomunicipal.sc.gov.br
Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão

PORTARIA Nº 29/2018

Publicação Nº 1494230

PORTARIA Nº. 29/2018
De, 10 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Lucimara Davi, ocupante do cargo Assistente de Consultório Dentário, matrícula 1944, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 10/01/2018 à 08/02/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 10 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 30/2018

Publicação Nº 1494231

PORTARIA Nº. 30/2018
De, 10 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Conselheiro Tutelar senhor Alberto Klauck, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período de 02/01/2018 a 31/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 10 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 31/2018

Publicação Nº 1494232

PORTARIA nº. 31/2018
De, 10 de Janeiro de 2018.

O Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições;

Considerando o período de férias do Conselheiro Tutelar Alberto Klauck;
Considerando a eleição realizada no dia 20/06/2017 para escolha dos suplentes;
Considerando a eleita como primeira suplente de Conselheira Tutelar;

RESOLVE:

Nomear Conselheira Tutelar,

Art. 1º - Fica nomeada para compor a suplência de Conselheira Tutelar, a senhora Marta de Pellegrin Antunes de Oliveira, lotada nos Encargos Gerais do Município.

Art. 2º - A presente nomeação se dá no período de 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 10 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 32/2018

Publicação Nº 1494233

PORTARIA N. 32/2018
De, 11 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Conceder Licença Tratamento Saúde,

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal Neori Hoppe, ocupante do cargo de Auxiliar de Contabilidade, lotado na Secretaria Municipal da Fazenda por um período de 100 (cem) dias a partir de 11/01/2018 e/ou até a data definida pela perícia médica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
Em, 11 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 33/2018

Publicação Nº 1494234

PORTARIA Nº. 33/2018
De, 11 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Adriane Maria Steffanelo Brassiani, ocupante do cargo de Auxiliar/Técnica de Enfermagem, matrícula 25, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade Pronto Atendimento, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 11 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 34/2018

Publicação Nº 1494235

PORTARIA Nº. 34/2018
De, 11 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Carla Regina Izoton, ocupante do cargo de Auxiliar/Técnica de Enfermagem, matrícula 37, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade Pronto Atendimento, relativas ao período de 2014/2015, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 02/01/2018 à 31/01/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 11 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 35/2018

Publicação Nº 1494237

PORTARIA N. 35/2018
De, 11 de Janeiro de 2018.

Ivan José Canci, Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE,

Conceder Licença Maternidade,

Art. 1º - Fica concedida Licença Maternidade à Servidora Pública Municipal efetiva senhora Elizandra Junges Chenet, ocupante do Cargo de Professora de Educação Infantil ACT, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, no período de 11/01/2018 à 09/07/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

Em, 11 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária de Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 36/2018

Publicação Nº 1494239

PORTARIA Nº. 36/2018

De, 15 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Jovilde Prior, ocupante do cargo Agente Comunitária de Saúde, matrícula 1263, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 15/01/2018 à 13/02/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 37/2018

Publicação Nº 1494241

PORTARIA Nº. 37/2018

De, 15 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Dulce Stobbe Wolf Ribeiro, ocupante do cargo Agente Comunitária de Saúde, matrícula 2165, lotada na Secretaria Municipal da Saúde - FMS, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 15/01/2018 à 13/02/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 38/2018

Publicação Nº 1494243

PORTARIA Nº. 38/2018

De, 15 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Elenir Schio, ocupante do cargo Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 2475, lotada na Secretaria Municipal da Assistência Social - FMAS, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 15/01/2018 à 13/02/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 39/2018

Publicação Nº 1494245

PORTARIA Nº. 39/2018
De, 15 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Adriano Mezzaroba, ocupante do cargo de Mecânico, matrícula 2260, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 15/01/2018 à 13/02/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 40/2018

Publicação Nº 1494246

PORTARIA Nº. 40/2018
De, 15 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Cristiano Dione Marcolin, ocupante do cargo de Operador II, matrícula 2296, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2016/2017, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 15/01/2018 à 13/02/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº 41/2018

Publicação Nº 1494247

PORTARIA Nº. 41/2018
De, 15 de Janeiro de 2018.

Vilmar Paulo Piovezani, Prefeito em Exercício do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Adriano Schaeffer, ocupante do cargo de Operador II, matrícula 2353, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, relativas ao período de 2015/2016, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 15/01/2018 à 13/02/2018.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Vilmar Paulo Piovezani,
Prefeito em Exercício

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.

Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PORTARIA Nº42/2018

Publicação Nº 1494248

PORTARIA N. 42/2018
De, 15 de Janeiro de 2018.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 24 da Lei Complementar nº. 031/2011,

Resolve:

Remanejar Servidor,

Art. 1º - Fica remanejado o senhor Marciel França, servidor público municipal efetivo, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e remanejado a partir desta data para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, exercendo atividades e funções inerentes ao cargo e também as atividades descritas no ofício nº 001/2018 e despacho interno do Prefeito, onde realizará atividades compatíveis com o Atestado Médico apresentado, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 15 de Janeiro de 2018.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria em data supra.
Fernanda Cristina Segalin – Secretária da Administração e Gestão.

PREGÃO PRESENCIAL N 001/2018 - HOSPITAL

Publicação Nº 1494182

ESTADO DE SANTA CATARINA
HOSPITAL MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 001/2018.

O Prefeito em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93, 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço Global para: Locação de sistema de informática para manutenção das atividades do setor de contabilidade, compras, folha de pagamento, tesouraria e recursos humanos, do Hospital Municipal Anchietaense. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 01/02/2018. Maiores informações das 7:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas no fone: (xx49)3653-3200.

Anchieta, 18 de janeiro de 2018.
VILMAR PAULO PIOVEZANI
Prefeito em Exercício.

PREGÃO PRESENCIAL N 003/2018 - PM

Publicação Nº 1494179

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 003/2018

O Prefeito em Exercício de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do Tipo Menor Preço Global para: Locação de sistema de informática para o FMS, FMAS e PREFEITURA MUNICIPAL, para manutenção das atividades dos diversos setores da administração municipal, como: contabilidade, compras, folha de pagamento, tributação e outros. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:00 horas do dia 01/02/2018. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 18 de janeiro de 2018.
VILMAR PAULO PIOVEZANI
Prefeito em Exercício

Angelina

PREFEITURA

RELATÓRIO PRELIMINAR

Publicação Nº 1493781

Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar
Processo Administrativo Disciplinar Nº 02/2017
Ato de Criação: Portaria Nº 146/2017
Fundamentação Legal: Lei Complementar N º 21/2013
Servidor/Denunciado/Acusado: Anísio Altair Alexandre
Relatório Preliminar
Dos Fatos

Foi provido o encaminhamento, por parte do Secretário Municipal de Saúde, José Nilton da Silva, ao Prefeito Municipal, expediente solicitando a abertura de sindicância/processo administrativo disciplinar contra o acusado/Anísio Altair Alexandre, na data de 15/11/2017, com os seguintes anexos, conforme flhs. 03 a 25 dos autos: Notificação Extrajudicial da BMG Ressorcimento/Liberty Seguros (flh. 04), Processo Judicial Nº 0301292-34.2017.8.24.0057 (flhs. 05 a 13) e Boletim de Acidente de Trânsito/Departamento de Polícia Rodoviária Federal/Protocolo Nº 17010293B01 (flhs. 14 a 25), relacionado à inquirição sobre eventual ressarcimento de danos resultantes de acidente trânsito, ocorrido com veículo de propriedade do município, representado pelo FORD/FIESTA – Placa MLG 3375, ocorrido em 23/01/2017. No Boletim de Acidente de Trânsito consta a seguinte narrativa, em que o acusado, de posse/conduzindo o veículo do Município/ Placa MLG 3375, identificado como V1, se envolveu em acidente com o veículo identificado como V2 (flh. 15):

O Prefeito Municipal proveu a abertura de Processo Administrativo Disciplinar e Constituiu Comissão Especial, através da Portaria Nº 146/2017, de 22/11/2017, para averiguar os fatos relatados (flhs. 01 e 02), conforme documentos acostados na instrução inicial dos autos.

A Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar se reuniu na própria data de sua constituição, 22/11/2017, para sua instalação e instruções iniciais (flh. 29), em que, em obediência ao sagrado princípio da ampla defesa e do contraditório, determinou a notificação/ciência do acusado, para apresentação de defesa prévia, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias, que lhe foi entregue efetivamente na data de 23/11/2017, através de termo próprio (flh. 30).

Transcorrido o temporal da eventual apresentação de defesa prévia, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar proveu nova reunião, da data de 13/12/2017, para análise da defesa prévia e aprovação de seu cronograma de trabalhos/ações. Em que, não sendo apresentada defesa prévia pelo acusado, apesar de cientificado, foi decidido pela continuidade do processo em curso, através de competente inquerido administrativo, para elucidação dos fatos, que se mostram relevantes e consistentes, bem como aprovado o cronograma de trabalhos/ações, além de ser determinada também, mais uma vez, a notificação do acusado, das deliberações resultantes, oportunizando lhe a apresentação de documentos que julgar necessários, para sua defesa, e indicação de eventuais testemunhas (flh. 31). Sendo o acusado, efetivamente, notificado na data de 02/01/2018 (flh. 32), e a testemunha (Secretário da Saúde - José Nilton da Silva) também na data de 02/01/2018 (flh. 33).

Na data de 03/01/2018, conforme seu cronograma de trabalhos/ações, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar proveu reunião para instrução/realização de diligências, em que restou registrado que o acusado, apesar de notificado/cientificado, não acostou novos documentos e ou apresentou rol de testemunhas adicionais, bem como foi determinada a requisição, in loco,

da relação dos dispêndios resultantes do acidente de trânsito de referência, originário do presente processo, cujas expensas estão sendo direcionadas ao poder público (flh. 34).

Em cumprimento ao determinado, o Presidente da Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar, requisitou, por e-mail, da empresa BMG Ressorcimento/Liberty Seguros, que seja informado o quantitativo do valor de ressarcimento pretendido (flh. 35), bem como solicitou, oralmente, que o setor contábil encaminhe a relação dos dispêndios de referência.

Na data de 05/01/2018, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar realizou reunião para juntada dos documentos solicitados, oitiva e interrogatório do acusado (flh. 36). Em que foi juntada resposta da empresa BMG Ressorcimento/Liberty Seguros, informando que o valor pretendido de restituição é de R\$ 4.168,90 (quatro mil, cento e sessenta e oito reais e noventa centavos), encaminhada via e-mail (flh. 37), bem como cópia do empenho do Fundo Municipal de Saúde Nº 141/2017, conjuntamente com a Nota Fiscal Nº 11 da Empresa Michel Zanardi MEI, que demonstram os valores já dispendidos pelo poder público, para conserto do veículo do município. (flhs. 39 a 43).

Com a acostada dos novos documentos nos autos, elencados anteriormente, os valores/custas resultantes do acidente de trânsito de referência restam assim discriminados e quantificados:

I. Descrição da Despesa: Conserto do Veículo do Município/ FORD/ FIESTA – Placa MLG 3375 - R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais). Pago pelo Fundo Municipal de Saúde, na data de 01/03/2017 (flhs. 39 a 43).

II. Descrição da Despesa: Notificação Extrajudicial da BMG Ressorcimento/Liberty Seguros - R\$ 4.168,90 (quatro mil, cento e sessenta e oito reais e noventa centavos). Cujo valor a seguradora, do segundo veículo envolvido no acidente, quer que seja reposto (flh. 37).

III. Descrição da Despesa: Processo Judicial Nº 0301292-34.2017.8.24.0057 – R\$ 8.082,27 (oito mil, oitenta e dois reais e vinte e sete centavos). Cujo valor a parte/proprietária/condutores, do segundo veículo envolvido no acidente, quer que seja reposto, devido ao pagamento, provido por ela, da franquia e outras despesas de deslocamento, além de danos morais (flhs. 05 a 13).

Total da Despesa/Custas: R\$ 15.351,17 (quinze mil, trezentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos)

Realizada a oitiva da testemunha, José Nilton da Silva/Secretário de Saúde, restou relatado o que segue (flh. 44):

“QUE na data do acidente foi comunicado pelo motorista/acusado sobre as circunstâncias do acidente, que, segundo o motorista, ocorreu devido ao congestionamento da via; QUE ao falar com o motorista/acusado por telefone, instantes aos o acidente, falou também com mulher/parte envolvida no acidente, que lhe cobrou apenas o pagamento da franquia, pois segundo ela, o seu veículo tinha seguro; QUE, após solicitação da mulher/parte, no sentido que o poder público assumisse o pagamento da franquia, informou que não seria possível se assumir esse compromisso, sem o devido processo legal e cumprimento das normas legais, bem como abertura de sindicância; QUE em outras oportunidades repetiu a mesma fala/colocação, quando foi procurado pela mulher/parte, em conversas telefônicas; QUE providenciou o conserto emergencial do veículo, em virtude da necessidade de sua utilização para transporte de pacientes, principalmente ao CEPOM, providenciando, em seguida, a abertura de sindicância para apuração dos fatos”.

Provido o interrogatório do acusado, Anísio Altair Alexandre/Motorista, restou relatado o que segue (flh. 45):

“QUE ao retornar de Florianópolis, com pacientes da área da saúde, houve a interrupção repentina do trânsito, fazendo com que viesse

a colidir com o veículo que transitava a sua frente, que parou de forma repentina; QUE no momento a mulher/parte propôs que o poder público assumisse apenas o custo da franquia, ficando os valores do conserto dos veículos às custas da seguradora; QUE comunicou os fatos aos superiores; QUE na sua visão não tem culpa pelo acidente, pois o trânsito parou repentinamente, não sendo possível parar o veículo a tempo; QUE não tem condições de arcar com os custos envolvidos no acidente, do qual alega inocência, relatando também que o município deveria providenciar a contratação de seguro total para todos os veículos; QUE estranha o fato de apenas estar se abrindo processo administrativo contra ele, enquanto que outros casos, não são investigados, citando especificamente o veículo/parati da educação, que teve problemas no motor, por falta de cuidado do motorista, bem como do veículo/gol do Janício, que teve uma batida, mas até agora não foi consertado; QUE todos os fatos/acidentes então deveriam ser investigados e não apenas o seu, pois a lei vale para todos".

Conforme o cronograma de trabalhos/ações, a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar realizou nova reunião, na data de 12/01/2018, em que foi elaborado e aprovado, colegiadamente, o presente relatório preliminar, cuja íntegra deverá encaminhado ao acusado, oportunizando-lhe contestação, no prazo de 10 (dez) dias, em obediência, mais uma vez, do princípio do contraditório e da ampla defesa (flh. 46).

Da Fundamentação e Legislação

Quanto à legislação de trânsito, que versa referencialmente sobre a tipificação do acidente de trânsito em tela, o Regulamento do Código Nacional de Trânsito (Dec. Nº 62.127, 16.01.1968), já dispunha, no artigo 175, III, que o motorista que dirige seu veículo com atenção e prudência indispensável deve sempre "guardar distância de segurança entre o veículo que dirige e o que segue imediatamente à sua frente".

Por sua vez, o Código de Trânsito Brasileiro (Lei Nº 9.503, de 23.09.1997), ao tratar das "normas gerais de circulação e conduta", prescreve:

Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:

(...)

II - o condutor deverá guardar distância de segurança lateral e frontal entre o seu e os demais veículos, bem como em relação ao bordo da pista, considerando-se, no momento, a velocidade e as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas;

A propósito, ensina Wilson Melo da Silva: "Imprudente e, pois, culpado seria, ainda, o motorista que integrando a 'corrente do tráfego' descarta-se quanto à possibilidade de o veículo que lhe vai à frente ter de parar de inopino, determinando uma colisão".

E prossegue: "O motorista que segue com seu carro atrás de outro veículo, prudentemente, deve manter uma razoável distância do mesmo, atento à necessidade de ter de parar de um momento para o outro. Ele não vê e não sabe, às vezes, o que se encontra na dianteira do veículo em cujo rastro prossegue. Mandaria, por isso mesmo, a prudência, que tivesse cautela e atenção redobradas para que não se deixasse colher de surpresa por alguma freada possível do veículo após o qual ele desenvolve sua marcha".

Mais adiante, enfatiza: "O motorista do veículo de trás, pelo fato mesmo de sofrer uma obstrução parcial da visibilidade em virtude do veículo que segue à frente, nem sempre possui condições para se aperceber da existência, na pista onde trafegam, de algum imprevisto obstáculo, fato de que só toma ciência em face da estacada súbita do veículo dianteiro". (Wilson Melo da Silva, Da Responsabilidade Civil Automotiva. Editora: Saraiva, Ano: 1975, p. 375/377).

Daí por que entendem os tribunais, em regra, ser presumida a culpa do motorista que com seu veículo colide na traseira de outro. Senão, vejamos:

"Tratando-se de acidente de trânsito, havendo colisão traseira, há presunção de culpabilidade do motorista que bate atrás. A alegação de culpa exclusiva de terceiro, equiparável ao caso fortuito, é inadmissível, uma vez que o recorrente agiu com parcela de culpa, caracterizada por não haver mantido distância do veículo que trafegava à sua frente. Tem direito, porém, à ação regressiva contra o terceiro de quem partiu a manobra inicial e ensejadora da colisão". (1º TACSP, Ap. 851.968-2-SP, 9ª Câmara, J. 14.09.1999).

"Quem conduz atrás de outro, deve fazê-lo com prudência, observando distância e velocidade tais que, na emergência de brusca parada do primeiro, os veículos não colidam". (RT, 375/301).

Entende-se, pois, previsível a diminuição da velocidade do veículo que vai à frente, bem como paradas bruscas, seja pelo fechamento do semáforo, seja, pelo surgimento de algum repentino obstáculo. Em julgado isolado, entretanto, o Tribunal de Justiça de São Paulo abriu exceção, firmando a tese de uma frenagem repentina, inesperada e imprevisível do veículo da frente. Vejamos:

"Normalmente, em colisões de veículos, culpado é o motorista que caminha atrás, pois a ele compete extrema atenção com a corrente de tráfego que lhe segue à frente. Mas a regra comporta exceção, como a frenagem repentina, inesperada e imprevisível do veículo da frente". (RT, 363/196).

Tal imprevisibilidade dificilmente se configura no trânsito das grandes cidades, onde a todo momento se vê o motorista obrigado a frenagens rápidas, ditadas pela própria contingência do tráfego. A propósito, escreveu Geraldo de Faria Lemos Pinheiro:

"Quando um veículo segue um outro, com a mesma velocidade daquele que o precede, deve manter uma certa distância que consinta, por eventual parada brusca do veículo da frente, frear sem correr o risco de colisão com a parte posterior. É o acidente que os italianos denominam 'tamponamento'. Esta distância é relacionada com a inevitável demora que leva o condutor para poder, por sua vez, iniciar a freada, supondo-se que ambos os veículos, que desenvolvem a mesma velocidade, possam parar dentro da mesma distância e no mesmo tempo". (Código Nacional de Trânsito, p. 211).

Decidiu o extinto 1º Tribunal de Alçada Civil de São Paulo:

"Responsabilidade Civil. Acidente de trânsito. Motorista que não guardava a distância de segurança ou não estava atento. Culpa indubitosa. Indenização devida". (JTACSP, 68/102).

"Acidente de trânsito. Veículo parado em rodovia por motivo de defeito mecânico. Pisca-alerta acionado. Colisão em sua traseira pelo caminhão do réu. Possibilidade de evitar o acidente. Indenizatória procedente". (Ap. 443.089/9, Campinas, 1ª Câmara, j. 3.09.1990, rel. Ary Bauer).

É certo, no entanto, que a presunção de culpa do motorista que colide contra a traseira de outro veículo é relativa, admitindo prova em sentido contrário. Embora sejam raras as exceções, principalmente no trânsito das grandes cidades, em que o motorista deve estar atento porque a todo momento se vê obrigando a frenagens rápidas, podem acontecer situações em que culpado é motorista da frente: por exemplo, quando ultrapassa outro veículo e em seguida freia bruscamente, sem motivo; ou, ainda, quando faz alguma manobra em marcha à ré, sem as devidas cautelas.

Assim, já se decidiu:

"Acidente de trânsito. Colisão em rodovia. Culpa de quem colide por trás. Presunção relativa. Possibilidade de prova em contrário. Em colisão de veículos é relativa a presunção de que é culpado o motorista cujo o carro atinge o outro por trás". (RT, 575/168).

"Colisão na traseira. Presunção de culpa em relação ao motorista que bate com o seu veículo na traseira de outro. Tal presunção não é absoluta; cede ante provas precisas no sentido da responsabilidade do atingido". (RJ TJSP, 59/107).

Mas o ônus da prova da culpa do motorista do veículo da frente incumbe àquele que colidiu a dianteira de seu veículo com a traseira daquele (ou que sofreu a colisão provocada pela traseira do outro contra a dianteira de seu veículo, no caso de marcha à ré). Não

se desincumbido satisfatoriamente desse ônus, será considerado responsável pelo evento e condenado a reparar o dano causado. Enfim, não elidida a presunção de culpa do que colide contra a traseira de outro veículo, não se exonerará da responsabilidade pela indenização. Veja-se:

"Nos casos de acidente de trânsito com abaloamento na traseira presume-se a culpa do condutor do carro abalroador, visto inobservar o dever de guardar distância de segurança entre seu automóvel e o que segue imediatamente à frente." (RT, 611/129; JTACSP, Revista dos Tribunais, 100/43).

"Acidente de trânsito. Engavetamento envolvendo três veículos. Motorista que não guarda distância assecuratória na corrente de tráfego. Culpa exclusiva deste caracterizada. A responsabilidade pelo evento danoso há de ser carregada unicamente ao motorista do veículo que não guarda distância assecuratória na corrente normal de tráfego, dano causa a abaloamento". RT, (607/117).

Como bem se observa, quando houver abaloamento traseiro, a culpa presumida se dá para o motorista que segue com seu carro atrás de outro veículo. Para afastar esta culpabilidade presumida, terá aquele que abalroou na traseira do veículo que seguia logo a sua frente, deverá trazer aos autos provas suficientes para levantar qualquer dúvida que esteja ainda sobre a lide, e por assim dizer, de convencer o magistrado no sentido contrário. Caso não consiga comprovar, a culpa se tornará absoluta mediante o trânsito em julgado da demanda.

A Legislação Municipal, através do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais/Lei Complementar Nº 21/2013, versa e normatiza situações como o presente, em que se imputa responsabilidades e obrigações de reparar/ressarcir os cofres públicos, como segue:

" Art. 246 O exercício irregular de suas atribuições sujeita o servidor à responsabilidade nas instâncias administrativa, civil e criminal.

§1º A responsabilidade administrativa resulta da violação das normas estabelecidas por este Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, ou quaisquer outras leis ou regulamentos administrativos, e dá ensejo à aplicação de penalidades disciplinares.

§2º A responsabilidade civil consiste na obrigação que o servidor tem de reparar o dano causado à Administração Pública ou a terceiros, por culpa ou dolo, no desempenho de suas funções públicas.

§3º A responsabilidade criminal é a que resulta do cometimento de crimes funcionais, assim tipificados em leis penais nacionais.

Art. 247 O servidor é responsável por todos os prejuízos que, nessa condição, causar ao patrimônio do Município, por dolo ou culpa, devidamente apurados.

Parágrafo único. Caracteriza-se a responsabilidade, entre outros:

I - pela sonegação de valores e objetos confiados a sua guarda ou responsabilidade;

II - por não prestar contas, ou por não as tomar, na forma e no prazo estabelecido nas leis e regulamentos administrativos;

III - pelas faltas, danos, avarias e qualquer outro prejuízo que sofrerem os bens e materiais sob sua guarda ou sujeitos a seu exame ou fiscalização;

IV - por qualquer erro de cálculo, informação incorreta, omissão de informação, manipulação ou adulteração de informações ou dados, que impliquem em arrecadação de receita em valor inferior, ou em pagamento de despesa em valor superior, àquele efetivamente devido;

V - pela aquisição de bens, materiais e serviços em desacordo com as especificações técnicas, ou em volume e/ou com prazo de validade insuscetível de permitir sua eficaz utilização.

Art. 248 A responsabilidade civil e administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, praticado no desempenho do cargo ou função, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros, apurada em processo administrativo ou judicial próprio.

§1º A indenização de prejuízo culposamente causado ao erário, na

falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial, poderá ser liquidada, parceladamente, através de desconto de até 20% (vinte por cento) da remuneração ou proventos de aposentadoria do causador do dano, salvo na hipótese de demissão do servidor, cassação de aposentadoria ou destituição de cargo em comissão, quando o desconto será feito sem observância de limite máximo, sobre as verbas rescisórias a que o servidor fizer jus.

§2º A indenização de prejuízo culposamente causado ao erário dependerá da extensão dos seus efeitos e do grau de culpabilidade do servidor, apurado em processo administrativo ou judicial próprio.

§3º A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário deverá ser quitada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, observado o devido processo legal administrativo ou judicial.

§4º Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§5º A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 249 Apurada a responsabilidade pelo ressarcimento do prejuízo e não satisfeito o débito, será o respectivo valor inscrito em dívida ativa e promovida sua execução judicial, nos termos das Leis Federais Nº 4.320/64 e Nº 6.830/80."

Quanto ao devido processo legal, para apuração de responsabilidades e imputação de eventuais responsabilidades e ou ressarcimentos, como denota ser o presente caso, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais o norteia através dos art. 293 e 297:

"Art. 293 Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indicação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§1º O indiciado será citado por notificação expedida pelo presidente da Comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, contados da citação, sendo-lhe assegurada vistas do processo na repartição ou cópia autenticada do mesmo.

§2º Havendo 02 (dois) ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§3º O prazo de defesa poderá ser prorrogado por igual período a requerimento do interessado, para diligências reputadas indispensáveis.

§4º No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da Comissão que fez a citação, com a assinatura de 2 (duas) testemunhas.

....

Art. 297 Apreciada a defesa, a Comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§1º O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§2º Reconhecida à responsabilidade do servidor, a Comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes existentes."

Das Conclusões e Providências

Os fatos demonstrados e relatados, conforme legislação pertinente descrita, denotam nitidamente para as seguintes conclusões:

I. O acusado foi o causador/responsável pelo acidente de trânsito em voga: Apesar de ter, em seu interrogatório, "alegado inocência e não ter dolo quanto ao exposto, pois o trânsito teria parado repentinamente", a narrativa do Boletim de Acidente de Trânsito/Departamento de Polícia Rodoviária Federal/Protocolo Nº 17010293B01 (flhs. 14 a 25), abaixo novamente transcrito, é clara e objetiva, contra o qual o acusado não se insurgiu, no fórum adequado e no temporal hábil:

II. O Poder Público Municipal deve ser ressarcido, nos termos dos arts. 246, 247 e 248 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, no valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), referente ao valor dispendido com o conserto do veículo do município,

cujo pagamento já foi efetivado pelo Fundo Municipal de Saúde, na data de 01/03/2017 (flhs. 39 a 43).

III. Em relação aos demais dispêndios referentes: 1. Notificação Extrajudicial da BMG Ressarcimento/Liberty Seguros - R\$ 4.168,90 (quatro mil, cento e sessenta e oito reais e noventa centavos). Cujo valor, a seguradora do segundo veículo envolvido no acidente, quer que seja repostado (flh. 37), 2. Processo Judicial Nº 0301292-34.2017.8.24.0057 – R\$ 8.082,27 (oito mil, oitenta e dois reais e vinte e sete centavos). Cujo valor a parte/proprietária/condutoira, do segundo veículo envolvido no acidente, quer que seja repostado, devido ao pagamento, provido por ela, da franquia e outras despesas de deslocamento, além de danos morais (flhs. 05 a 13), a Procuradoria do Município deve prover eventual defesa/alegação no fórum adequado, nos termos da legislação pertinente. Em que, havendo/resultando em condenação ao Município, os custos devem ser direcionados ao acusado, mediante ação regressiva, nos termos do §4º do art. 248 do Estatuto.

IV. Houve nítido retardamento na instauração do presente processo, considerando a data da ocorrência do acidente, 23/01/2017, a data do lançamento/pagamento de dispêndios pelo município, 01/03/2017, e a data efetiva de solicitação de providências/abertura de processo administrativo, 15/11/2017. Em que, nitidamente, resta comprovado que houve tentativa de "omissão de providências e ressarcimento dos cofres públicos", que felizmente restou infrutífera, devido às cobranças e processos judiciais resultantes, que começaram a ser movidos contra a municipalidade, no mês de dezembro de 2017.

V. O acusado, apesar de culpado pelo acidente, não cometeu infração disciplinar, que demande aplicação de medida punitiva funcional, diversa do ressarcimento/reposição das custas/valores resultantes aos cofres públicos municipais, apesar do exposto no item IV, pois lhe cabe prover o ressarcimento/reposição dos valores no prazo de até 30 (trinta) dias, após o devido processo legal, nos termos do §3º do art. 248 do Estatuto. O que vem a se efetivar apesar com o presente processo, não sendo de sua culpa a "omissão de providências e ressarcimento dos cofres públicos", a não ser que, apresentados fatos novos, em temporal futuro, fique demonstrado "seu conluio" com a autoridade "omissora".

Feitas as considerações, resultantes nas conclusões acima elencadas, colegiadamente a Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplina opina pela adoção das seguintes providências:

I. O acusado, Anísio Altair Alexandre, nos termos citados nos itens I e II das conclusões do presente, deve ressarcir os cofres públicos municipais, no valor de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), no prazo de 30 (trinta) dias, conforme preceitua o §3º do art. 248 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

II. Em caso de condenação do Município, em relação aos processos citados no item III da conclusão do presente, o acusado deve ser acionado, pelo poder público, mediante ação regressiva, nos termos do §4º do art. 248 do Estatuto, para ressarcimento dos dispêndios resultantes, cujo dolo resta comprovado serem de sua responsabilidade, visto serem decorrentes do acidente;

III. A devolução/restituição aos cofres públicos municipais, por parte da autoridade "omissora", em virtude da irregularidade elencada no item IV da conclusão do presente, do valor representado pela atualização/correção monetária do quantitativo de R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais), referente ao temporal de 01/03/2017 a 15/11/2017, a ser calculado pela área contábil do município, sob pena de representação junto Ministério Público, em obediência ao descrito expressamente no parágrafo único do art. 286 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

IV. O encaminhamento ao Controle Interno e ao Prefeito Municipal, para providências, das denúncias efetivadas pelo acusado, por ocasião de seu interrogatório, conforme descrito em termo próprio (flh. 45).

Angelina, 13 de Janeiro de 2018.

José Valmir Schmitt Taís Ferraz Duarte Renato Luiz Ventura
Presidente Membro - Secretária Membro

TERMO DE CITAÇÃO

Publicação Nº 1493776

Comissão Especial de Processo Administrativo Disciplinar
Processo Administrativo Disciplinar Nº 02/2017

Ato de Criação: Portaria Nº 146/2017

Fundamentação Legal: Leis Complementares Nº 21 e 22/2013

Servidor/Denunciado: Anísio Altair Alexandre

Termo de Citação/Ciência da Servidor/Denunciado/Relatório Preliminar

Pelo presente fica o servidor notificado/cientificado da emissão do relatório preliminar, que segue em anexo, em sua íntegra, referente ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado em seu desfavor, através da Portaria Nº 146/2017, de 22/11/2017, para apresentar contestação, perante a Comissão, no prazo de até 10 (dez) dias, caso queira.

Angelina, 12 de Janeiro de 2018.

José Valmir Schmitt

Presidente da Comissão

Protocolo de Ciência e Notificação do Servidor/Denunciado

Data: ____/____/____ Assinatura: _____

Anitápolis

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 001/2018

Publicação N° 1494330

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2018. EXTRATO DO CONTRATO N°. 001/2018. CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ANITAPOLIS. CONTRATADO: pOSTO tonia ITDA. Valor: R\$ 1.742.321,00. OBJETO: Aquisição parcelada de combustíveis, lubrificantes para as máquinas, caminhões e veículos da Prefeitura, conforme anexo II, com fornecimento diário, admitindo deslocamento máximo de 1 Km para recebimento dos materiais/serviços para diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Anitápolis. Data da Assinatura: 16/01/2018. Prazo de vigência: 31/12/2018. Anitápolis, 18/01/2018. Rogerio Hasse – Prefeito Municipal em Exercício.

EXTRATO DO CONTRATO N° 002/2018 - FMS

Publicação N° 1494333

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2018. OBJETO: Aquisição parcelada de combustíveis, lubrificantes para os veículos do Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. EXTRATO DO CONTRATO N° 002/2018. CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Anitápolis. CONTRATADA: Posto Tonia Ltda. Valor: R\$ 290.570,00. Data da Assinatura: 16/01/2018. Prazo de Vigência: 31/12/2018. Anitápolis, 18/01/2018. Adriana Motta Probst – Secretária Municipal de Saúde.

Antônio Carlos

PREFEITURA

134º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2014

Publicação Nº 1494358

134º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2014 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 19/01/2018 a 17/02/2018 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 099/2014, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 18 de janeiro de 2018.
Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
36º	ELIETE BERNS	1429

25º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO 001/2016

Publicação Nº 1494355

25º Edital de Convocação dos aprovados no concurso público 001/2016 - prefeitura municipal de Antônio Carlos

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos/SC, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao prescrito no Art. 37, inciso I e II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, bem como na Lei municipal nº. 558, de 30 de novembro de 1992 e outras correlatas, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público para provimento nos cargos constantes no anexo I do presente, para apresentação no período de 19/01/2018 a 17/02/2018 (de segunda a sexta-feira), das 07:30 às 11:30 horas, e das 13:00 às 17:00 horas na sede da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, localizada na Praça Anchieta, nº 10, bairro Centro, Antônio Carlos/SC, munido dos documentos necessários constantes no Decreto Municipal nº. 046/2016, para fins de tomar posse no cargo em que foi aprovado. O Candidato que não comparecer no prazo estipulado ou deixar de apresentar a documentação exigida, será considerado desistente e ensejará na convocação do próximo aprovado, obedecendo a ordem de classificação.

Antônio Carlos, 18 de janeiro de 2018.
Geraldo Pauli
Prefeito Municipal

Anexo I

Cargo: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

CLAS-SIF.	NOME	INSCRIÇÃO
11º	SERGIO PINHEIRO JUNIOR	359227

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 012/2018

Publicação Nº 1493923

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 012/2018; Modalidade: Pregão Presencial nº 06/2018 (Registro de Preço); Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de gêneros alimentícios (merenda escolar) para uso das Unidades Escolares da Rede Municipal de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 31 de janeiro de 2018 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 18 de janeiro de 2018.
GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

AVISO PP 18/2018

Publicação Nº 1493816

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação Pregão Presencial nº 18/2018

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM TRANSPORTE ESCOLAR

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, 1º andar, sala nº 05, Rua Quintino Bocaiúva, 204, Centro, Apiúna/SC

Data/ Hora Protocolo dos envelopes/Autenticação da documentação/Credenciamento dos participantes: 01/02/2018 – Das 09 horas às 09 horas e 20 minutos

Data/Hora da Abertura, lances e julgamento: 01/02/2018 – Às 09 horas e 40 minutos

Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

DECRETO Nº 2893

Publicação Nº 1493920

DECRETO Nº 2893/2018

De 15/01/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 849/2017 de 28/11/2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado os vínculos de recursos 33.801 - Piso de Atenção Básica Fixo-Pab Fixo, 33.806 - Progr. Melh. Acesso Qualid. Atenção Básica-Pmaq, 33.810 - Farmácia Básica-Federal, 33.815 - Transf. SUAS/União-Programa Saúde Escola, 33.817 - Alimentação e Nutrição-VAN-Ex. Ant., 33.818 - Incremento Temporário do PAB-Ex. Ant., 33.819 - Transf. SUS/União-Rede Cegonha-Ex. Ant., 36.704 - Farmácia Básica-Estadual, 33.807 - Atenção Média Alta Complexidade – Mac Federal, 36.701 - Transf. Sus/Estado-Cofinanciamento, 33.805 - Núcleo Apoio Saúde da Família-Nasf-Federal, 36.702 - Núcleo Apoio Saúde da Família-Nasf Estadual, 33.802 - Estratégia Saúde da Família-Esf, 33.804 - Programa Agentes Comunitários de Saúde-Pacs, 33.803 - Programa Saúde Bucal, 33.816 - Transf. SUS/União – CAPS I - Incentivo Costeio, 36.705 - Transf. SUS/Estado – CAPS/CIAPS e suplementado no orçamento vigente da unidade do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna/SC, no valor R\$ 311.556,41 (Trezentos e onze mil, quinhentos e cinquenta e seis Reais e quarenta e um centavos) da seguinte classificação orçamentária:

05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.801	Piso de Atenção Básica Fixo-Pab Fixo	19.042,41
	Subtotal	19.042,41
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	

30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.806	Progr. Melh. Acesso Qualid. Atenção Básica-Pmaq	20.000,00
	Subtotal	20.000,00
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.810	Farmácia Básica-Federal	9.318,61
	Subtotal	9.318,61
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.815	Transf. SUAS/União-Programa Saúde Escola	9.876,00
	Subtotal	9.876,00
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.817	Alimentação e Nutrição-VAN-Ex. Ant.	5.773,91
	Subtotal	5.773,91
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.818	Incremento Temporário do PAB-Ex. Ant.	41.299,57
	Subtotal	41.299,57
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.819	Transf. SUS/União-Rede Cegonha -Ex. Ant.	2.941,74
	Subtotal	2.941,74
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
36.704	Farmácia Básica-Estadual	607,99
	Subtotal	607,99
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33930000000000	Transferências a Consórcios Públicos	
33.807	Atenção Média Alta Complexidade – Mac Federal	24.132,54
	Subtotal	24.132,54
0010.0301.0501.2050	Manutenção Geral da Secretaria de Saúde	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33930000000000	Transferências a Consórcios Públicos	
36.701	Transf. Sus/Estado-Cofinanciamento	2.750,62

	Subtotal	2.750,62
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Estratégica da Saúde da Família	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
33.805	Núcleo Apoio Saúde da Família-Nasf-Federal	12.353,60
	Subtotal	12.353,60
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Estratégica da Saúde da Família	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
36.702	Núcleo Apoio Saúde da Família-Nasf Estadual	10.048,94
	Subtotal	10.048,94
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Estratégica da Saúde da Família	
3000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000	Aplicações Diretas	
33.802	Estratégia Saúde da Família-Esf	22.007,19
	Subtotal	22.007,19
0010.0301.0502.2053	Manutenção das Ações Programa Agentes Comunitários de Saúde	
3000000000000	Despesas Correntes	
3100000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
3190000000000	Aplicações Diretas	
33.804	Programa Agentes Comunitários de Saúde-Pacs	71.207,88
	Subtotal	71.207,88
0010.0301.0502.2054	Manutenção das Ações do Programa Saúde Bucal	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
33.803	Programa Saúde Bucal	17.436,49
	Subtotal	17.436,49
0010.0301.0501.1052	Aquisição de Equipamentos Médicos, Hospitalares e Odontológicos	
4000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000	Investimentos	
4490000000000	Aplicações Diretas	
33.817	Alimentação e Nutrição-VAN-Ex. Ant.	6.240,94
	Subtotal	6.240,94
0010.0301.0501.2057	Manutenção Consórcio Caps/Ciaps	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3350000000000	Transferências a Instituições Privativas Sem Fins Lucrativos	
33.816	Transf. SUS/União – CAPS I - Incentivo Costeio	29.041,94
	Subtotal	29.041,94
0010.0301.0501.2057	Manutenção Consórcio Caps/Ciaps	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3350000000000	Transferências a Instituições Privativas Sem Fins Lucrativos	
36.705	Transf. SUS/Estado – CAPS/CIAPS	7.476,04
	Subtotal	7.476,04
	TOTAL	311.556,41

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 15 de Janeiro de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2894

Publicação Nº 1493922

DECRETO Nº 2894/2018

De 15/01/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 849/2017 de 28/11/2017:

DECRETA

Art. 1º - Fica criado os vínculo de recurso 30.000 – Recursos Ordinários e suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 8.116,00 (Oito mil, cento e dezesseis Reais) da seguinte classificação orçamentária:

07	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
001	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	
0024.0722.0702.2071	Apoiar e Manter a Telefonia Rural	
3000000000000	Despesas Correntes	
3300000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	1.766,00
	Subtotal	1.766,00
0024.0722.0702.2071	Apoiar e Manter a Telefonia Rural	
4000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000	Investimentos	
4490000000000	Aplicações Diretas	
30.000	Recursos Ordinários	6.350,00
	Subtotal	6.350,00
	TOTAL	8.116,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 15 de Janeiro de 2018.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº0012/2018

Publicação Nº 1493865

PORTARIA Nº 0012/2018

De 15 de janeiro de 2018

CONVOCAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

José Gerson Gonçalves, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 95/2008 de 01/09/2008 e, tendo em vista o resultado do Concurso Público nº. 02/2017, com homologação do resultado final em 17/07/2017,
RESOLVE

Convocar candidatos aprovados no Concurso Público nº 02/2017:

Candidato	Cargo
Ana Paula Berkembrock Dalabeneta	Auxiliar de Serviços Gerais
Alessandro dos Santos Waltrick	Médico Geral Comunitário

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 15 de janeiro de 2018.

José Gerson Gonçalves

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO GESTÃO FISCAL 3º QUADRIMESTRE 2017

Publicação Nº 1493948

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE APIÚNA - SC

Relatório de Gestão Fiscal

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Poder: Legislativo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Quadrimestre Setembro-Dezembro



RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	664.328,27	0,00
Pessoal Ativo	664.328,27	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras desp. de pess. decorrentes de contratos terc (art.18, §1º da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art.19 da LRF)(II)	0,00	0,00
Indeniza. por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	664.328,27	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	109.601.926,12	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	109.601.926,12	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	664.328,27	0,61
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 06,00%	6.576.115,57	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 05,70%	6.247.309,79	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 05,40%	5.918.504,01	5,40

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE APIÚNA. Emissão: 18/01/2018, às 10:32:20.

* Na coluna "INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS", nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Identificador: WPR2121101-003-GJFSA-253967300 - Emitido por: CRISTIANA MORETI

Pág 1 / 2



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE APIÚNA - SC
Relatório de Gestão Fiscal
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

Poder: Legislativo

Período de Referência: Janeiro a Dezembro de 2017 / Quadrimestre Setembro-Dezembro

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL									
Exercício em que o ente excedeu o limite				Exercício do primeiro período seguinte			Exercício do segundo período seguinte		
Quadrimestre/Semestre				Primeiro período seguinte			Segundo período seguinte		
Limite Máximo	% DTP	% Excedente	Redutor mínimo de 1/3 do Excedente	Limite	% DTP	Redutor Residual	Limite	% DTP	
(a)	(b)	(c) = (b-a)	(d) = (1/3 * c)	(e) = (b-d)	(f)	(g) = (f-a)	(h) = (a)	(i)	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

* DTP corresponde à Despesa Total com Pessoal.

REVELINO FUCHT
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
APIÚNA
CPF: 799.535.739-72

CRISTIANA MORETI
CONTADORA
SC-026074/O-6

MAICON RODRIGO BERNARDI
Controlador Interno
CPF: 045.121.929-56

Arroio Trinta

PREFEITURA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2018 - TP

Publicação Nº 1494088

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0002/2018 - TP

Tipo: Menor valor global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EXISTENTE (REMENDO PROFUNDO) NAS RUAS JACOB CASALETTI, FRANCISCO NAVA E FÉLIX ANTÔNIO SPRICIGO E REMENDO SUPERFICIAL EM RUAS DIVERSAS LOCALIZADAS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES LISTADAS NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, COM JULGAMENTO POR VALOR GLOBAL.

Valor global: R\$ 51.046,00.

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 09/02/2018

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 09/02/2018

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: licitacoes@arroiotrinta.sc.gov.br compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 18 de Janeiro de 2018

Claudio Spricigo

Prefeito Municipal

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 3043, de 04/12/2017

Publicação Nº 1493770

DECRETO Nº 3043, de 04 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a proibição da impressão dos recibos de pagamento de salário no âmbito da Administração Pública Municipal e dá outras providências.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, inciso V da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002;

CONSIDERANDO, que a impressão dos recibos de pagamento de salário implica a realização de considerável despesa mensal;

CONSIDERANDO, a necessidade de promover a contenção e redução das despesas públicas;

CONSIDERANDO, a prevalência dos princípios constitucionais da eficiência e a necessidade de modernização dos procedimentos administrativos;

CONSIDERANDO, a plena implementação do Portão do Cidadão e do Portal da Transparência do Município de Ascurra, assim como a possibilidade de qualquer cidadão consultar as informações referentes aos vencimentos dos servidores públicos municipais na internet;

CONSIDERANDO, que o acesso às informações referentes aos vencimentos, pelos servidores públicos por meio eletrônico/informatizado privilegia a efetivação de práticas ambientalmente sustentáveis no âmbito da Administração Pública Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica vedada a impressão de recibos de pagamento de salário no âmbito da Administração Pública Municipal de Ascurra.

Art. 2º - Os servidores públicos municipais deverão acessar as informações referentes aos salários por meio do Portão do Cidadão, no item "Emissão de recibo de pagamento", existente no seguinte endereço eletrônico: <https://ascurra.atende.net/#!/tipo/servico/destaque/1/bloqueiascroll/1>.

§ 1º - O Setor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Ascurra deverá adotar as providências cabíveis para fins de incluir, no site da Prefeitura, informação referente ao acesso individual, pelo servidor, das informações referentes à folha de pagamento.

§ 2º - Os Secretários Municipais e demais responsáveis pelos setores e órgãos da Administração Pública Municipal deverão promover a orientação dos servidores sobre a nova forma de acesso às informações individuais da folha de pagamento.

Art. 3º - Ao acessar pela primeira vez o item "Emissão de recibo de pagamento", o servidor público municipal deverá realizar um cadastro, mediante o preenchimento das informações pessoais, promover a criação de uma senha de acesso pessoal, bem como informar que a finalidade desejada versa sobre "Serviços do Portão do Cidadão".

Parágrafo Único. Concluído o cadastro, o servidor poderá acessar o item "Emissão de recibo de pagamento", por meio da inserção do número do CPF e da senha, e escolher o período em relação ao qual deseja obter informações quanto ao pagamento de salário.

Art. 4º - Para fins de fiel e integral cumprimento das disposições contidas no presente Decreto, as informações referentes aos salários dos servidores públicos municipais, em relação ao mês cujo salário será creditado, deverão ser lançadas no Sistema IPM e disponibilizadas na internet, para acesso e consulta de qualquer interessado, no dia útil imediatamente anterior ao depósito dos proventos de salários em conta bancária.

Parágrafo Único – O servidor, efetivo ou comissionado, que injustificadamente e sem motivação razoável deixar de cumprir as disposições contidas no presente Decreto ficará sujeito à aplicação das sanções disciplinares legalmente previstas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ascurra (Lei Complementar Municipal n. 117/2011), apuradas por meio de regular processo administrativo disciplinar.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, sendo que seus efeitos passaram a vigorar a partir do 01 de janeiro de 2018. Município de Ascurra, em 4º de dezembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto em, 4º de dezembro de 2017.
Elaine Graciela Dalcegio Coelho
Supervisora de Recursos Humanos

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 006/2018 FMT

Publicação Nº 1493801

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Processo Licitatório nº 005/2018-FMT
Inexigibilidade nº 005/2018-FMT
Contrato 006/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa SUZY CONCEIÇÃO BARTHOLO 09496100970, inscrita no CNPJ 19.125.706/0001-08, para realização de apresentação do artística SHOW INFANTIL TRUPE BARTHOLO, no evento Carnaval 2018, na data de 11 de fevereiro de 2018. Valor do Contrato: R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Vigência: 11/03/2018.

Balneário Piçarras/SC, 15 de janeiro de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 009/2018 FMT

Publicação Nº 1494201

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Processo Licitatório nº 008/2018-FMT
Inexigibilidade nº 008/2018-FMT
Contrato 009/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da FEDERAÇÃO CATARINENSE DE CLICLISMO, inscrita no CNPJ nº 75.345.504/0001-42, para realização DO EVENTO 5º DESAFIO DE VERÃO MOUNTAIN BIKE MARATON, na data de 18 de fevereiro de 2018. Valor do Contrato: R\$ 7.000,00 (sete mil reais). Vigência: 30/03/2018.

Balneário Piçarras/SC, 16 de janeiro de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 007/2018 FMT

Publicação Nº 1493815

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Processo Licitatório nº 006/2018-FMT
Inexigibilidade nº 006/2018-FMT
Contrato 007/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa BMR PROMOÇÃO DE EVENTOS MUSICAIS LTDA ME, inscrita no CNPJ 83.140.566/0001-46, para realização de apresentação do artística SHOW BANDA FLERTE, no evento Carnaval 2018, na data de 13 de fevereiro de 2018. Valor do Contrato: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais). Vigência: 13/03/2018.

Balneário Piçarras/SC, 16 de janeiro de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

CONTRATO 011/2018 PMBP

Publicação Nº 1494111

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
Processo Licitatório nº 062/2017- MULTIENTIDADE
Credenciamento nº 004/2017 – MULTIENTIDADE
CONTRATO 011/2018 PMBP

O presente contrato é decorrente do Processo Licitatório nº 062/2017 PMBP, Inexigibilidade nº 004/2017 PMBP - CREDENCIAMENTO, obrigando-se a mesma prestar serviços referentes ao acolhimento a pessoa idosa. O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), cuja utilização dar-se-á mediante a eventual necessidade a ser(em) pago(s) em até 30 (trinta) dias após o fornecimentos dos itens/ prestação dos serviços, mediante apresentação da Nota Fiscal. Os preços serão fixos e irrevogáveis.

O presente contrato tem a vigência de 12 meses a contar da data de assinatura.

ASSOCIAÇÃO LAR DE IDOSOS AGAPE

Balneário Piçarras(SC), 16 de janeiro de 2018.

LEONEL JOSÉ MARTINS – PREFEITO

CONTRATO 008/2018 FMT

Publicação Nº 1493843

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO
Processo Licitatório nº 007/2018-FMT
Inexigibilidade nº 007/2018-FMT
Contrato 008/2018 - FMT

O Fundo Municipal de Turismo, com fundamento na Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, e suas alterações, torna público que fará realizar a Inexigibilidade de Licitação para contratação da empresa PROA – PRODUÇÕES DE EVENTOS CULTURAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.737.999/0001-56, para realização de apresentação do artística SHOW BANDA MASKAVO, no evento Carnaval 2018, na data de 12 de fevereiro de 2018. Valor do Contrato: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). Vigência: 13/03/2018.

Balneário Piçarras/SC, 16 de janeiro de 2018.

Susan Corrêa – Gestora do Fundo Municipal de Turismo.

PP 001/2018 FMT

Publicação Nº 1494223

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018- FMT
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2018 - FMT

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço GLOBAL, para contratação de empresa para locação prestação de serviços técnicos (com disponibilização de pessoal técnico e operacional) para sonorização, iluminação, geradores de energia para o evento de Carnaval, nos dias 10, 11, 12 e 13 de fevereiro de 2018. Recebimento dos Envelopes até: 01/02/2018 às 14h. Data da Sessão Pública: 01/02/2018 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicararras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 18 de janeiro de 2018. Susan Corrêa - Secretária de Turismo.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018-PMBP
CREDENCIAMENTO Nº 001/2018-PMBP**

Publicação Nº 1493803

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 005/2018-PMBP
CREDENCIAMENTO nº 001/2018-PMBP

O Município de Balneário Piçarras/SC comunica aos interessados que está procedendo Chamamento Público para fins de CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas, interessadas na execução de serviços e no fornecimento de materiais, destinados à pavimentação de vias públicas, nos termos e condições definidas pela Lei Municipal n.º392/2014, de 28 de maio de 2014 – Programa de Pavimentação Comunitária, por meio de parceria entre a comunidade e o Poder Público Municipal de Balneário Piçarras.

O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Fazenda, sito à Avenida Emanuel Pinto, n.º 1.655, Centro, no horário das 8 as 12 e das 13:30 às 17:30h, ou no site balneariopicararras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 18 de janeiro de 2018. Leonel José Martins - Prefeito Municipal

Barra Bonita

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO N°09/2018

Publicação N° 1493997

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO N°09/2018
EDITAL DE PREGÃO N°09/2018
Republicação

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão, objetivando Aquisição de 30 (trinta) luminária de LED 150w, com elaboração de projeto técnico e instalação, conforme termo de referência anexa. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 13:30 horas do dia 31 de janeiro de 2018. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras.Ou no site Oficial da Prefeitura.

Barra Bonita, em 18 de janeiro de 2018.
MOACIR PIROCA
Prefeita Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

RECURSO TOMADA DE PREÇOS 011/2017

Publicação Nº 1494433

DECISÃO COMISSÃO

Recurso Tomada de Preços Nº 011/2017.

RECORRENTE: MGF ESTRUTURAS METÁLICAS E PRÉ-MOLDADO DE CONCRETO LTDA.

REQUERIDOS: CONSTRUTORA RENCASCENCE LTDA EPP; ENGEV CONSTRUTORA EIRELI EPP e ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.

Protocolo:12.207/2017 - Conforme documentação anexo ao processo:

- 1 - Recebo o Recurso por tempestivo.
- 2 - Mantenho a decisão pela INABILITAÇÃO da RECORRENTE.
- 3 - Dou parcial provimento ao RECURSO de modo a reformar a decisão proferida pela Comissão que HABILITOU as RECORRIDAS decidindo por INABILITÁ-LAS.

Barra Velha(SC), 18 de janeiro de 2018.

Edson Vito Varella Boscato

Presidente Comissão Permanente de Licitação

Portaria nº 528/2018

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

PREGÃO Nº 003/2018 - MULTI

Publicação Nº 1494092

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 003/2018 - MULTI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 - MULTI

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Pregão Presencial do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, onde o objeto é para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE RECAPAGEM DE PNEUS PARA A FROTA MUNICIPAL, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 08h30min do dia 31/01/2018.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 31/01/2018 às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo e-mail compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 19 de Janeiro de 2018.

FRANCISCO JOSUÉ KARVAT

Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO 36

Publicação Nº 1494069

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 054/2017

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO: 12/01/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE PRODUTO PARA A MERENDA ESCOLAR CRECHES – PNAE/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

CONTRATADO: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

VALOR: R\$ 49.121,70 (Quarenta e nove mil, cento e vinte e um reais, e setenta centavos).

CONTRATADO: FRUTAS E VERDURAS INDIANA LTDA

VALOR: R\$ 47.900,60 (Quarenta e sete mil, novecentos reais e sessenta centavos).

CONTRATADO: JULIAN ODCADOWOSKI & FILHOS LTDA - EPP

VALOR: R\$ 187.893,80 (Cento e oitenta e sete mil, oitocentos e noventa e três reais, e oitenta centavos).

CONTRATADO: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA - EPP

VALOR: R\$ 34.908,30 (Trinta e quatro mil, novecentos e oito reais, e trinta centavos).

Bela Vista do Toldo, (SC) 12 de Janeiro de 2.018.

NATANAEL PIRES

Secretário Municipal de Administração e Fazenda.

Belmonte

PREFEITURA

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO 01/2018

Publicação Nº 1494710

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018

O Município de Belmonte avisa aos interessados o CANCELAMENTO do TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2018 que tem por objeto a Contratação de empresa para execução de obra de pavimentação com pedras irregulares de basalto, no Loteamento Continentes na sede do Município, com área de 2.589,73 m², conforme projeto, com recursos Contrato Rep. nº 1.041.075-37, convenio nº 845983/2017 entre o Município de Belmonte e o Ministério das Cidades, tendo em vista a insuficiência de credito orçamentaria. Informações pelo fone (049) 3625 0066.

Belmonte/SC, 18 de janeiro de 2018.
Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO DP 118/2017

Publicação Nº 1494134

ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2017.

MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 118/2017.

DATA: 20/12/2017 - HORA DE INÍCIO: 10 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 118/2017.

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Proposta de Preços	
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Declaração sob as penas da lei, de que o contratado não se encontra declarado inidôneo nem suspenso para licitar ou contratar com a Administração Pública de qualquer natureza e esfera governamental	
Cópia do CPF e RG do Contratado	

Da análise destes documentos, observa-se que o proprietário do imóvel está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	JOICE APARECIDA COSTA Membro
-------------------------------------	----------------------------	---------------------------------

ATA DE CREDENCIAMENTO IN 112/2017 - SCHEILA MEYER

Publicação Nº 1494386

ATA DE CREDENCIAMENTO – SCHEILA TAYNA MEYER

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2017.

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação/Credenciamento – 112/2017.

DATA: 16/01/2018 - HORA DE INÍCIO: 16 horas.

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão

Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017, para a abertura dos envelopes referentes ao Processo Licitatório na modalidade de Inexigibilidade/Credenciamento nº 112/2017, protocolado tempestivamente pela empresa interessada SCHEILA TAYNA MEYER ME (18.885.344/0001-90).

Na sequência abriu-se o envelope, sendo os documentos nele contidos conferidos e rubricados pelos membros da Comissão de Licitações. Da análise dos documentos verificou-se que os mesmos atendem ao exigido no edital, ficando, portanto, a interessada considerada habilitada.

Estando portando, os documentos de acordo com o solicitado no edital, declaram-se a empresa interessada SCHEILA TAYNA MEYER ME, credenciada nos seus respectivos procedimentos escolhidos, conforme relatório em anexo a esta Ata.

Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise da Assessoria Jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	JOICE APARECIDA COSTA Membro
-------------------------------------	----------------------------	---------------------------------

CREDENCIAMENTO DE LICITAÇÃO - IN 1/2018

Publicação Nº 1494198

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2018

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que se encontra aberto o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS (JORNAIS E RÁDIOS) PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO LEGAL INSTITUCIONAL EM JORNAIS DE FORMATO TABLÓIDE E SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E INFORMAÇÕES DE INTERESSE DOS MUNICÍPIOS EM RÁDIOS COM FREQUÊNCIA FM. O período para o credenciamento será a partir do dia 19 de janeiro de 2018, onde permanecerá aberto por tempo indeterminado ou por ato que venha a revogá-lo. Os envelopes deverão ser protocolados no Setor de Protocolo da Prefeitura. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, situado na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br ou por e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 16 de janeiro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

DECRETO Nº 001/2018 - ATUALIZA A UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA) PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1494177

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--

DECRETO Nº 001/2018, de 15 de janeiro de 2018.

ATUALIZA A UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA) PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "a", e de conformidade com o Art. 3º da Lei Complementar nº 156, de 12 de dezembro de 2017, que Altera a Lei Complementar nº 141/15, de 07 de dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica atualizada a UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA), para o exercício de 2018 em R\$ 102,06 (cento e dois reais e seis centavos).

Art. 2º - O valor da UMA – Unidade Monetária Ambiental foi atualizada em 2,0669%, com base na variação anual do INPC do ano de 2017 publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, 15 de janeiro de 2018.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 001/2018 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 15 de janeiro de 2018.

Joice Aparecida Costa
Agente Administrativo

DECRETO Nº 002/2018 - REVOGA O DECRETO Nº 140/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1494178

Decreto nº 002/2018, de 16 de janeiro de 2018.

Revoga o Decreto nº 140/2017, de 13 de dezembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e;
Considerando-se o que dispõe as Súmulas 346/STF ("A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos") e 473/STF ("A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial");
Considerando que o processo licitatório Tomada de Preços nº

95/2017 poderá ser homologado para atendimento à Proposta de Transferência nº 18851 no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, do Governo do Estado de Santa Catarina, com objeto de execução "Construção de Muro de contenção, muro simples e escada na Creche da Avenida Brasil".

DECRETA:

Art. 1º - Fica revogado o Decreto nº 140/2017, de 13 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 16 de janeiro de 2018.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 002/2018 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 16 de janeiro de 2018.

Joice Aparecida Costa
Agente Administrativo

DECRETO Nº 003/2018 - PRORROGA O PRAZO DO DECRETO Nº 91/2017, DE 17 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1494180

Decreto nº 003/2018, de 16 de janeiro de 2018.

Prorroga o prazo do Decreto nº 91/2017, de 17 de outubro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, no seu artigo 70, I, "n", e;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado até o dia 16 de fevereiro de 2018 o prazo do Art. 1º, § 1º do Decreto nº 91/2017, de 17 de outubro de 2017, que Estabelece, em caráter excepcional, horário especial de trabalho e expediente nos órgãos da administração direta do Município de Benedito Novo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Município de Benedito Novo, aos 16 de janeiro de 2018.
JEAN MICHEL GRUNDMANN
Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 003/2018 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 16 de janeiro de 2018.

Joice Aparecida Costa
Agente Administrativo

EXTRATO DE CONTRATO 1/2018

Publicação Nº 1493807

PUBLICAÇÕES LEGAIS
EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC
Processo Licitatório Nº 117/2017
EXTRATO DE CONTRATO 1/2018
Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CORREIOS E TELEGRAFOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENVIO E RECEBIMENTO

DE CORRESPONDENCIAS DIVERSAS.

Valor: R\$ 10.200,00

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018

Data Assinatura: 02/01/2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 1/2018

Publicação Nº 1494135

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 118/2017

EXTRATO DE CONTRATO 1/2018

Contratada: VILAND HENSCHEL

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL SITUADO NA RUA HOLANDA, LADO DIREITO, ALTO BENEDITO NOVO, NO MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO, DE PROPRIEDADE DE VILAND HENSCHEL, COM PERMISSÃO PARA A EXTRAÇÃO DE MATERIAL DE JAZIDA (SAIBRO E GNAISSE) PARA UTILIZAÇÃO NO REVESTIMENTO PRIMÁRIO DE ESTRADAS NÃO PAVIMENTADAS NESTE MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 19.200,00

Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018

Data Assinatura: 02/01/2018

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 126/2017

Publicação Nº 1494158

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 83/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO 126/2017

Contratada: AGROWERNER COMÉRCIO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM EQUIPAMENTO ROÇADEIRA HIDRÁULICA ARTICULADA

Finalidade do Aditivo: Aditivo de Prazo

Vigência: 01/01/2018 a 31/03/2018

Data Assinatura: 07/12/2017

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

PREFEITURA

Publicação Nº 1494152

11. SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

DECRETO Nº 003/2018

Publicação Nº 1494153

DECRETO Nº 003/2018 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

Vilson Norberto Alves, Prefeito Municipal em exercício de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3797/2017 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 9º, da Lei Municipal nº 3828/2017 - Lei Orçamentária para 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2018, Lei Municipal nº 3828/2017:

14. SECRETARIA DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

1401.15.452.0011.2084	Manutenção dos Serviços de Educação de Trânsito	20.000,00
	ANULA:	
3.3.30.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/ Transferência ao Estado e Distrito Federal	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	20.000,00

15 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

1501.27.812.0005.2051	Apoio ao Esporte Amador	100.000,00
	ANULA:	
3.3.50.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/ Transferência a Instituições sem fins Lucrativos	100.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	100.000,00

19. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

1901.28.843.0000.0002	Amortização de Dívidas	200.000,00
	ANULA:	
3.2.90.00/0.1.00.000000	Juros e Encargos da Dívida / Aplicação Direta	200.000,00
	SUPLEMENTA:	
4.6.90.00/0.1.00.000000	Amortização da Dívida/Aplicação Direta	200.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 17 de janeiro de 2018.

VILSON NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal em Exercício

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 004/2018

Publicação Nº 1494600

DECRETO Nº 004/2018 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA NO MUNICÍPIO AFETADO POR TEMPESTADE LOCAL CONVECTIVA - COBRADE: 1.3.2.1.4, CONFORME IN/MI 02/2016 E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VILSON NORBERTO ALVES, Prefeito do município de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 98, inciso VII da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e pelo Inciso VI do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, CONSIDERANDO:

I - A ocorrência de tempestades locais convectivas e intensas na primeira quinzena de janeiro de 2018, cujo já acumulam 220mm de chuva localizada, conforme informações da EPAGRI/CIRAM e relatório da Superintendência da Defesa Civil Municipal em anexo ao presente Decreto;

II – A decorrência dos seguintes danos: alagamentos de residências, comércios, vias públicas urbanas e rurais, quedas de muros, árvores caídas, transbordamento do Rio Biguaçu e afluentes, deslizamentos em vias públicas, conforme relatório de vistoria nº 009/2018, da Coordenadoria Municipal de Proteção da Defesa Civil;

III - O parecer da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil - SUMPDEC/Biguaçu, relatando a ocorrência deste desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas do município contidas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como Tempestade Local Convectiva – Chuvas Intensas - COBRADE 1.3.2.1.4, conforme IN/MI nº 02/2016.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil - SUMPDEC/Biguaçu, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Superintendência Municipal de Proteção e Defesa Civil - SUMPDEC/Biguaçu.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente, a:

I - penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II - usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no Art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se o início de processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e de reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.
VILSON NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal em Exercício

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 100/2018

Publicação Nº 1494218

PORTARIA Nº 100 de 18 de janeiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, LUCIANA MALAGOTTI, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de CONTADOR, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.
VILSON NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 88/2018

Publicação Nº 1494170

PORTARIA nº 88 de 18 de janeiro de 2018

Torna sem efeito portaria de nomeação de servidor efetivo para exercer Função de Confiança, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 785/2017, do(a) servidor(a) SINCLER BILCK, a qual o(a) nomeia para exercer a Função de

Confiança de Gerente de Serviços de Vigias e Patrulha Monitorada, na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/01/2017.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.
Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 89/2018

Publicação Nº 1494172

PORTARIA nº 89 de 18 de janeiro de 2018

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) SINCLER BILCK, detentor do cargo de provimento efetivo de Vigia, para exercer a Função de Confiança de Diretor de Controle, Atendimento Administrativo, Acompanhamento a Autoridade Policial e Judicial da Vigilância Patrimonial Pública Monitorada, na Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/01/2018.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.
Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 90/2018

Publicação Nº 1494173

PORTARIA nº 90 de 18 de janeiro de 2018

Nomeia servidor para exercer Função de Confiança, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 85 de 21 de junho de 2013 e 131 de 08 de agosto de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o(a) servidor(a) DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, detentor do cargo de provimento efetivo de Vigia, para exercer a Função de Confiança de COORDENADOR DE SERVIÇOS DE VIGIAS E PATRULHA MONITORADA, na Secretaria Municipal de Administração, nos termos do art. 215, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 02/01/2018.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.
Daniel César da Luz
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 91/2017

Publicação Nº 1494174

PORTARIA Nº 91 de 18 de janeiro de 2018

Torna sem efeito a Portaria n.º 3154/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11, de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 2906 de 07 de agosto de 2017, em nome de DOUGLAS BATISTA DE ANDRADE, na qual concedia Gratificação de Vigia Patrimonial Pública Monitorada e Patrulha Noturna.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 02/01/2018.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 92/2018

Publicação Nº 1494175

PORTARIA Nº 92 de 18 de janeiro de 2018

Torna sem efeito a Portaria n.º 542/2017, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11, de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria nº 542 de 23 de fevereiro de 2017, em nome de MARLI MABONI MOREIRA, na qual nomeia para exercer o cargo em comissão de Diretor Escolar III (CEIM Lar Feliz), na Secretaria Municipal de Educação a partir de 31/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 31/12/2017.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.

Daniel César da Luz

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 93/2018

Publicação Nº 1494206

PORTARIA nº 93 de 18 de janeiro de 2018

Autoriza pagamento de Gratificação pela Participação na Comissão de Avaliação de Vantagens Pessoais Nominalmente Identificáveis, instituída na Lei nº 3821/2017, nos termos do art. 141, caput da Lei Complementar nº 47/2011, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Gratificação pela Participação na Comissão de Avaliação de Vantagens Pessoais Nominalmente Identificáveis, instituída na Lei nº 3821/2017, nos termos do art. 141, caput da Lei Complementar nº 47/2011, aos seguintes servidores, detentores de cargo de provimento efetivo, nomeados pelo Decreto nº 001/2018:

Servidor	Cargo Efetivo
Helena Schuelter Borguesan	Procurador do Município

Kátia Zambon	Procurador do Município
Maria Fernanda Caminha de Souza	Escriturário
Marina Petri Corrêa	Escriturário

§ 1º O valor da gratificação corresponde ao fixado no art. 5º, caput da Lei nº 3821/2017.

§ 2º A vigência da Comissão é de 09/01/2018 a 08/04/2018, nos termos do art. 3º do Decreto nº 001/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 09/01/2018.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.

Vilson Norberto Alves

Prefeito Municipal em Exercício

PORTARIA Nº 94/2018

Publicação Nº 1494208

PORTARIA nº 94 de 18 de janeiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MATHEUS GARCIA GEREMIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/09/2017 a 31/12/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/09/2017.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.

Heron Felício Pereira

Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 95/2018

Publicação Nº 1494209

PORTARIA nº 95 de 18 de janeiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MATHEUS GARCIA GEREMIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/01/2018 a 28/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2018.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.
Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 96/2018

Publicação Nº 1494210

PORTARIA nº 96 de 18 de janeiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NATHAN AQUINO DE LIZ, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/01/2018 a 28/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2018.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.
Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 97/2018

Publicação Nº 1494212

PORTARIA nº 97 de 18 de janeiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.
RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), NATHAN CLÁUDIA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA DIAS, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/01/2018 a 28/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2018.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.
Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 98/2018

Publicação Nº 1494214

PORTARIA nº 98 de 18 de janeiro de 2018

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelos decretos 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), FRANCIELLE GRANETTO CATAFESTA, para desempenhar as funções do cargo não provido de MÉDICO DE EMERGÊNCIA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Saúde, e jornada semanal conforme escala de plantão, no período de 01/01/2018 a 28/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/01/2018.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.
Heron Felício Pereira
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 99/2018

Publicação Nº 1494216

PORTARIA Nº 99 de 18 de janeiro de 2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, LEONARA SCREMIN HUNDERTMARCH, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de FARMACÊUTICO, com jornada de 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 18 de janeiro de 2018.
VILSON NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal em Exercício

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

EXTRATO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2018 E PROCESSO SELETIVO 002/2018

Publicação Nº 1494171

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA
EDITAL Nº 001/2018

EXTRATO EDITAL Nº 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

O Senhor Serginho Rodrigues de Oliveira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização, de Concurso Público, para provimento de vagas para a ADMISSÃO PERMANENTE e de excepcional interesse público do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Bom Jardim da Serra, que regerá pelo edital e demais disposições vigentes, para cargos com escolaridade de Alfabetizado, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior. As inscrições "on line" estão abertas no site www.iobv.org.br, no período de 22/01/2018 a 20/02/2018, as provas estão previstas para o dia 04/03/2018. As informações completas sobre os cargos e cronogramas, constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no site www.iobv.org.br e no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br e mural oficial do Paço Municipal.

BOM JARDIM DA SERRA (SC), 19 de janeiro de 2018.
Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOM JARDIM DA SERRA
EDITAL Nº 002/2018

EXTRATO EDITAL Nº 002/2018 DE PROCESSO SELETIVO

O Senhor Serginho Rodrigues de Oliveira, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público a realização, de Processo Seletivo, para provimento de vagas temporárias e cadastro de reserva do cargo de Agente de Defesa Civil e Salvamento e de excepcional interesse público do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Bom Jardim da Serra, que regerá pelo edital e demais disposições vigentes, para cargo de Agente Municipal de Defesa Civil e Salvamento com escolaridade de Ensino Fundamental Completo. As inscrições "on line" estão abertas no site www.iobv.org.br, no período de 22/01/2018 a 20/02/2018, as provas estão previstas para o dia 04/03/2018. As informações completas sobre os cargos e cronogramas, constam do inteiro teor deste edital que encontra-se publicado no site www.iobv.org.br e no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br e mural oficial do Paço Municipal.

BOM JARDIM DA SERRA (SC), 19 de janeiro de 2018.
Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

PR 01/2018 FMS

Publicação Nº 1494283

Fundo Municipal de Saúde de Bom Jardim da Serra/SC
Processo/ Ano nº 01/2018
PR 01/2018
Modalidade: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA, conforme relação dos itens, quantidades e preço máximo no anexo VIII ao edital. O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia, 05/02/2018 às 14horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 18 de janeiro de 2018.
Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

TP 01/2018

Publicação Nº 1494557

Prefeitura Municipal de Saúde de Bom Jardim da Serra/SC
Processo/ Ano nº 06/2018
TP 01/2018
Modalidade: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DO CAMPO MUNICIPAL ISAC NEDEFF, NOS MOLDES DO PROJETO, quantidades e preço máximo no edital. O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o presidente da comissão de licitações, participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia, 08/02/2018 às 09horas. O edital segue as Leis 8.666/93, LC 123/06 , 147/14, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 18 de janeiro de 2018.
Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 11/2018

Publicação Nº 1493884

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2018

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: CLINICA DR. VALDIR EIRELI ME

Licitação: PROCESSO LICITATORIO Nº 01/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MEDICAS NA ESPECIALIDADE DE GINECOLOGIA PARA O EXERCICIO DE 2018.

Valor: R\$ 57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais).

Vigência: 18 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5131/2018

Publicação Nº 1493833

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL Nº. 5131/2018 de 18 de janeiro de 2018

Homologa e Adjudica Julgamento proferido pela Comissão de Licitação, do Processo Licitatório nº 01/2018, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere as Leis Federais nº: 10.520/02, 8.666/93 e suas atualizações;

DECRETA: Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela Comissão de Licitação, nomeada pelo Decreto nº 5126/2018 de 08 de Janeiro de 2018, sob o Processo de Licitação nº 01/2018, que tem por objeto Contratação de empresa para consultas médicas na especialidade de ginecologia para o Exercício de 2018.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, tudo conforme o constante no Mapa Comparativo de Preços (na Deliberação), na sua exata ordem de classificação.

Item	Nome do Fornecedor	Descrição do Produto	Quant.	Valor (R\$)
1	CLINICA VALDIR EIRELI ME	Consulta médica na área de ginecologia, com atendimento todas as terças-feiras, pela parte da manhã a partir das 7:30 hrs, no Centro Municipal de Saúde, para atendimento ao programa de gestantes e saúde da mulher, no período de Janeiro a Dezembro de 2018	800	57.600,00

Cinquenta e sete mil e seiscentos reais	57.600,00
---	-----------

Art. 3º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste – SC,
aos 18/01/18.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE - CHAMADA PÚBLICA Nº.04/2018

Publicação Nº 1494391

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 81/2018

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE – CHAMADA PÚBLICA Nº. 004/2018

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que ate às 08:30 horas do dia 20 de fevereiro de 2018, na sede da Municipalidade, estará recebendo propostas para compra de Gêneros Alimentícios através da Agricultura Familiar, na modalidade de Chamada Publica.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e pela Lei nº 11.947/2009 e Resolução do FNDE nº 04 de 02 de abril de 2015, em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Centro Administrativo Municipal, sita a AV. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 19 de janeiro de 2018.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2018

Publicação Nº 1494339

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
EXTRATO DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2018

O Prefeito Municipal torna publico DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2018 e faz publicar o presente extrato. Objeto: Contratação do HOSPITAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS para realização dos Serviços de Atendimento em Urgência e Emergência, Atendimento em Ambulatorial e dispensação de oxigênio. Valor total: 732.000,00 (setecentos e trinta e dois mil reais). Período de duração: até 31/12/2018. Fundamentação Legal: Art. 30, Inciso VI, da Lei 13.019/2014, alterada pela 13.2014/2015. Na forma do § 2º do art. 32 da lei 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada pelo e-mail (licitacoespmbr@gamil.com).

Bom Retiro, 19 de janeiro de 2018.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

EXTRATO DISPENSA CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2018

Publicação Nº 1494342

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO/SC
EXTRATO DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2018

O Prefeito Municipal torna publico DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2018 e faz publicar o presente extrato. Objeto: Contratação da ASSOCIAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BOM RETIRO, para desenvolvimento do Projeto "Criança feliz, Família feliz. Valor total: 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). Período de duração: até 31/12/2017. Fundamentação Legal: Art. 30, Inciso VI, da Lei 13.019/2014, alterada pela 13.2014/2015. Na forma do § 2º do art. 32 da lei 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada pelo e-mail (licitacoespmbr@gamil.com).

Bom Retiro, 19 de janeiro de 2018.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****DECRETO Nº 2.133/2017**

Publicação Nº 1494185

DECRETO Nº 2.133/2017

"Abre Crédito Suplementar Por Superávit Financeiro No Exercício De 2018".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ, usando da competência que lhe confere o Art.9º da Lei nº 1.416/2018, de 20 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor total de R\$ 11.310,23 (Onze mil trezentos e dez reais e vinte e três centavos), conforme abaixo especificado:

5000	Secretaria de Assistência Social e Habitação
5001	Fundo Municipal de Assistência Social
08-244-009-2.63	Centro de Referência de Assistência Social - CRAS
4.4.9.0.00.00	Aplicações Diretas
0.3.65(535)	Superávit FEAS SC Investimento R\$ 11.310,23

Art. 2º - Os recursos para atender o crédito especificado no Art. 1º deste Decreto, decorrerão do superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos desde 18 de janeiro de 2018.

Botuverá, 18 de janeiro de 2018.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

LEI Nº 0898/2018

Publicação Nº 1494164

LEI Nº 0898/2018

Autoriza a conceder revisão geral anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais e Agentes Políticos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Braço do Trombudo.

Vilberto Muller Schovinder, Prefeito de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder revisão geral anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais e Agentes Políticos do Poder Executivo e Legislativo do Município de Braço do Trombudo, na razão de 2,07% (dois vírgula zero sete por cento), sobre a remuneração do mês de dezembro de 2017, apurado pelo INPC acumulado entre o período de 01.01.2017 a 31.12.2017.

Art. 2º A revisão geral anual prevista nesta Lei aplica-se em cumprimento ao art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão a conta do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, em 17 de janeiro de 2018.

Vilberto Muller Schovinder

Prefeito em Exercício

ATA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS PREGÃO 41 2017

Publicação Nº 1493774

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2017 - PR
CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	Processo Administrativo: 53/2017 Processo de Licitação: 53/2017 Data do Processo: 15/12/2017
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Registro de Preços para aquisição de mão de obra para conserto de pneus para manutenção dos tratores, máquinas, caminhões e veículos da frota do Município de Braço do Trombudo.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 1/2018 (Sequência: 1)

Ao(s) 2 de Janeiro de 2018, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 06/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 53/2017, Licitação nº 41/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Em seguida ao credenciamento da empresa, a Sra. Pregoeira Alair Franz Hein, deu início a sessão com a abertura do envelope contendo a proposta, sendo a mesma analisada e rubricada pelos membros da comissão e representante. O julgamento adotado foi MENOR PREÇO POR LOTE. Houve lances verbais. A empresa não manifestou interesse em interpor recurso. Ficando vencedora a empresa conforme segue:

LOTE: 1**Participante: 9309 - Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Conserto de pneu interno tip top 165/70 R13	UND	40,00	Aldionir	0,0000	16,7015	668,06
2	Conserto de pneu tipo vulcanizo 165/70 R13	UND	40,00	Aldionir	0,0000	37,6552	1.506,21
3	Conserto de pneu externo tipo tarugo 165/70 R13	UND	40,00	Aldionir	0,0000	15,0601	602,40
4	Conserto de pneu interno tip top 175/65 R14	UND	40,00	Aldionir	0,0000	16,7007	668,03
5	Conserto de pneu tipo vulcanizo 175/65 R14	UND	40,00	Aldionir	0,0000	37,9892	1.519,57
6	Conserto de pneu externo tipo tarugo 175/65 R14	UND	40,00	Aldionir	0,0000	15,0601	602,40
7	Conserto pneu 175/70 R14	UND	50,00	Aldionir	0,0000	15,0601	753,01
8	Conserto de pneu furo externo (tarugo) pneu 175/70 R14	UND	40,00	Aldionir	0,0000	15,0601	602,40
9	Conserto de pneu interno (tip top) pneu 175/70 R14	UND	40,00	Aldionir	0,0000	15,0601	602,40
10	Conserto de pneu corte (Vulcanizo) pneu 175/70 R14	UND	40,00	Aldionir	0,0000	39,2958	1.571,83
11	Conserto pneu 175/70 R 13	UND	30,00	Aldionir	0,0000	15,0601	451,80
12	Conserto pneu 185 R 16	UND	50,00	Aldionir	0,0000	15,0601	753,01
13	Conserto pneu 185/60 R 14	UND	50,00	Aldionir	0,0000	15,0601	753,01
14	Conserto pneu furo externo (tarugo) pneu 185/60r 14	UND	30,00	Aldionir	0,0000	15,0601	451,80
15	Conserto pneu Furo interno (Tip Top) pneu 185/60 r14	UND	30,00	Aldionir	0,0000	15,0601	451,80
16	Conserto pneu corte (Vulcanizo) pneu 185/60r 14	UND	30,00	Aldionir	0,0000	39,2958	1.178,87
17	Conserto de pneu furo externo (tarugo), pneu 185 R 14C.	UND	30,00	Aldionir	0,0000	16,7007	501,02
18	Conserto pneu (tip top) pneu 185 R 14C	UND	30,00	Aldionir	0,0000	15,0601	451,80
19	Conserto pneu corte (vulcanizado) pneu 185 R14 C	UND	30,00	Aldionir	0,0000	39,2958	1.178,87
20	conserto de pneu 185/60 R 15 interno (tip top)	UND	30,00	Aldionir	0,0000	16,7007	501,02
21	conserto de pneu 185/60 R 15 furo externo (tarugo)	UND	40,00	Aldionir	0,0000	15,2271	609,08
22	Conserto de pneu corte 185/60 R 15 (vulcanizado)	UND	40,00	Aldionir	0,0000	16,7007	668,03
23	Conserto de pneu interno (tip top) 185/65 R14	UND	40,00	Aldionir	0,0000	37,6552	1.506,21
24	Conserto de pneu tipo vulcanizo 185/65 R14	UND	40,00	Aldionir	0,0000	37,6552	1.506,21
25	Placa de homenagem - Viagem de Estudos..	UND	10,00	Aldionir	0,0000	16,7007	167,01
26	conserto de pneu 195/60 R 15 furo externo (tarugo)	UND	10,00	Aldionir	0,0000	15,0601	150,60
27	Conserto de pneu corte 195/60 R15 (vulcanizado)	UND	10,00	Aldionir	0,0000	37,6552	376,55
28	Conserto de pneu corte 195/60 R16 (vulcanizado)	UND	10,00	Aldionir	0,0000	37,6552	376,55
29	conserto de pneu 195/60 R16 interno (tip top)	UND	10,00	Aldionir	0,0000	23,2533	232,53
30	Conserto de pneu interno (tip top 195/65 R15 liso).	UND	10,00	Aldionir	0,0000	15,0601	150,60
31	Conserto de pneu corte (vulcanizado 195/65 R15 liso).	UND	10,00	Aldionir	0,0000	37,6552	376,55
32	Conserto de pneu furo externo (tarugo 195/65 R15 liso).	UND	10,00	Aldionir	0,0000	15,0601	150,60
33	Conserto de pneu 205/60 R16 furo externo (tarugo)	UND	10,00	Aldionir	0,0000	15,0601	150,60
34	Conserto de pneu corte 205/60 R16 (vulcanizado)	UND	10,00	Aldionir	0,0000	37,6552	376,55
35	Conserto de pneu tipo vulcanizo 205/75 R16	UND	40,00	Aldionir	0,0000	39,2958	1.571,83
36	Conserto de pneu interno (tip top) 205/75 R16	UND	40,00	Aldionir	0,0000	16,7007	668,03
37	Conserto de pneu externo tipo tarugo 205/75 R16	UND	40,00	Aldionir	0,0000	18,0073	720,29

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

CNPJ: 95.952.230/0001-67
 PRACA DA INDEPENDENCIA,25
 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 41/2017 - PR

Processo Administrativo: 53/2017
 Processo de Licitação: 53/2017
 Data do Processo: 15/12/2017

Folha: 2/3

LOTE: 1

Participante: 9309 - Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
38	Conserto de pneu 205/60 R17 interno (tip top)	UND	10,00	Aldionir	0,0000	16,7007	167,01
39	Conserto de pneu 205/60 R17 furo externo (tarugo)	UND	10,00	Aldionir	0,0000	15,0601	150,60
40	Conserto de pneu corte 205/60 R17 (vulcanizado)	UND	10,00	Aldionir	0,0000	37,6552	376,55
41	Conserto de pneu 215/75 R17/5	UND	30,00	Aldionir	0,0000	31,1124	933,37
42	Conserto de pneu interno (tip top 215/75 R15.5 liso).	UND	10,00	Aldionir	0,0000	31,1124	311,12
43	Conserto de pneu corte (vulcanizado 215/75 R15.5 liso).	UND	10,00	Aldionir	0,0000	101,5108	1.015,11
44	Conserto de pneu furo externo (tarugo 215/75 R15.5 liso).	UND	10,00	Aldionir	0,0000	31,1124	311,12
45	Conserto de pneu interno (tip top) 225/65 R16C	UND	40,00	Aldionir	0,0000	19,6479	785,92
46	Conserto de pneu tipo vulcanizo 225/65 R16C	UND	40,00	Aldionir	0,0000	40,9364	1.637,46
47	Conserto de pneu externo tipo tarugo 225/65 R16C	UND	40,00	Aldionir	0,0000	18,0073	720,29
48	Conserto do pneu corte (Vulcanizo) 225/70 R15C liso	UND	20,00	Aldionir	0,0000	40,9364	818,73
49	Conserto do pneu interno (Tip Top) 225/70 R15C liso	UND	40,00	Aldionir	0,0000	18,6655	746,62
50	Conserto de pneu interno (tip top 225/70 R14).	UND	10,00	Aldionir	0,0000	16,7007	167,01
51	Conserto de pneu corte (vulcanizado 225/70 R14).	UND	10,00	Aldionir	0,0000	39,2958	392,96
52	Conserto de pneu furo externo (tarugo 225/70 R14).	UND	10,00	Aldionir	0,0000	18,0073	180,07
53	Conserto de pneu externo tipo tarugo 225/70 R15	UND	40,00	Aldionir	0,0000	18,0073	720,29
54	Conserto de pneu 225/70 R15	UND	30,00	Aldionir	0,0000	18,0073	540,22
55	Conserto pneu radial 275/80 R22,5	UND	20,00	Aldionir	0,0000	30,916	618,32
74	Balanceamento.	UND	140,00	Aldionir	0,0000	13,4293	1.880,10

Total do Participante ———> 38.000,00

LOTE: 2

Participante: 9309 - Aldionir Comercio de Pneumaticos Ltda-ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
56	Conserto pneu 18,4 x30 trator traseiro	UND	30,00	Aldionir	0,0000	89,633	2.688,99
57	Conserto de pneu 750x16 dianteiro	UND	100,00	Aldionir	0,0000	29,8781	2.987,81
58	Conserto pneu 14,9 x 28 trator traseiro	UND	20,00	Aldionir	0,0000	84,6546	1.693,09
59	Conserto dianteiro de pneu 12,4x24 trator dianteiro	UND	30,00	Aldionir	0,0000	53,1133	1.593,40
60	Tip Top numero 2.	UND	250,00	Aldionir	0,0000	18,5941	4.648,53
61	Tip Top numero 3.	UND	250,00	Aldionir	0,0000	23,9025	5.975,63
62	Tip Top numero 4.	UND	250,00	Aldionir	0,0000	29,8781	7.469,53
63	Tip Top Numero 5.	UND	400,00	Aldionir	0,0000	34,8578	13.943,12
64	Tip Top numero 6.	UND	250,00	Aldionir	0,0000	44,8171	11.204,28
65	Conserto Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional.	UND	250,00	Aldionir	0,0000	87,9711	21.992,78
66	Conserto pneu 1300x24 com 16 lonas convencional.	UND	100,00	Aldionir	0,0000	87,9711	8.797,11
67	Conserto pneu 17,5x25 com 16 lonas convencional.	UND	90,00	Aldionir	0,0000	94,614	8.515,26
68	Conserto pneu 18x34 com 12 lonas convencional	UND	60,00	Aldionir	0,0000	73,032	4.381,92
69	Conserto pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencional.	UND	50,00	Aldionir	0,0000	68,0523	3.402,62
70	Conserto de pneu 19,5 x 24	UND	50,00	Aldionir	0,0000	89,6343	4.481,72
71	Conserto pneu 12,5/80-R 18	UND	30,00	Aldionir	0,0000	58,093	1.742,79
72	Conserto pneu radial 1000x20, borrachudo, 16 lonas.	UND	300,00	Aldionir	0,0000	38,1742	11.452,26
73	Conserto pneu borrachudo 900x20, 14 lonas	UND	200,00	Aldionir	0,0000	38,1742	7.634,84
75	Substituição de valvula de ar TR 414	UND	200,00	Aldionir	0,0000	6,9716	1.394,32

Total do Participante ———> 126.000,00

Total Geral ———> 164.000,00



ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO		PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2017 - PR
CNPJ: 95.952.230/0001-67 PRACA DA INDEPENDENCIA,25 C.E.P.: 89178-000 - Braço do Trombudo - SC	Processo Administrativo: 53/2017 Processo de Licitação: 53/2017 Data do Processo: 15/12/2017	Folha: 3/3

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Braço do Trombudo, 2 de Janeiro de 2018

COMISSÃO:

Alair Franz Hein	-	- Pregoeiro(a)
Jean Carlos Correa da Costa Sharf	-	- membro
Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz	-	- membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

ALDIONIR FERNANDES CARDOZO - - REP. ALDIONIR COMÉRCIO DE PNEU

Brusque

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 010-2018 -SAMAE

Publicação Nº 1494519

EXTRATO DO CONTRATO 010/2018

ESPÉCIE: Serviço de Arrecadação de Faturas de Água. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade. PROCESSO LICITATÓRIO: 050/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2018.8001.004122.0300.2 291.33903981000000.020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 02/01/2018; VALOR: R\$ 26.100,00. CONTRATADA: Banco Cooperativo Sicredi S/A. Diretor do SAMAE.

Brusque, 02 de janeiro de 2018.
PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 012-2018 -SAMAE

Publicação Nº 1494520

EXTRATO DO CONTRATO 012/2018

ESPÉCIE: Serviço de Arrecadação de Faturas de Água. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade. PROCESSO LICITATÓRIO: 050/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2018.8001.004122.0300.2 291.33903981000000.020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 04/01/2018; VALOR: R\$ 91.000,00. CONTRATADA: Cooperativa Central de Crédito Urbano - CECRED. Diretor do SAMAE.

Brusque, 04 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 013-2018-SAMAE

Publicação Nº 1494479

EXTRATO DO CONTRATO 013/2018

ESPÉCIE: Serviço de Arrecadação de Faturas de Água. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Inexigibilidade. PROCESSO LICITATÓRIO: 050/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2018.8001.004122.0300.2 291.33903981000000.020000; VIGÊNCIA: até 31/12/2018. DATA DA ASSINATURA: 04/01/2018; VALOR: R\$ 641.000,00. CONTRATADA: Caixa Econômica Federal. Diretor do SAMAE.

Brusque, 04 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 014-2018-SAMAE

Publicação Nº 1494482

EXTRATO DO CONTRATO 014/2018

ESPÉCIE: Aquisição de Material Elétrico. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 026/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.3099 000.0060000; VIGÊNCIA: até 17/04/2018. DATA DA ASSINATURA: 17/01/2018; VALOR: R\$ 4.497,40. CONTRATADA: ACM Soluções Elétricas Eireli EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 17 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 015-2018-SAMAE

Publicação Nº 1494483

EXTRATO DO CONTRATO 015/2018

ESPÉCIE: Aquisição de Material Elétrico. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 026/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.3 099000.0060000; VIGÊNCIA: até 17/04/2018. DATA DA ASSINATURA: 17/01/2018; VALOR: R\$ 6.297,00. CONTRATADA: Comércio e Instalações Elétricas São José Eireli. Diretor do SAMAE.

Brusque, 17 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 016-2018-SAMAE

Publicação Nº 1494485

EXTRATO DO CONTRATO 016/2018

ESPÉCIE: Aquisição de Material Elétrico. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 026/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.3 099000.0060000; VIGÊNCIA: até 17/04/2018. DATA DA ASSINATURA: 17/01/2018; VALOR: R\$ 87.399,12. CONTRATADA: Saneaut do Brasil Ltda.. Diretor do SAMAE.

Brusque, 17 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 017-2018-SAMAE

Publicação Nº 1494486

EXTRATO DO CONTRATO 017/2018

ESPÉCIE: Aquisição de Material Elétrico. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 026/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.3 099000.0060000; VIGÊNCIA: até 17/04/2018. DATA DA ASSINATURA: 17/01/2018; VALOR: R\$ 7.651,80. CONTRATADA: Tecnoele-tro Della Vechia Eireli - EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 17 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 018-2018-SAMAE

Publicação Nº 1494487

EXTRATO DO CONTRATO 018/2018

ESPÉCIE: Aquisição de Material Elétrico. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 026/2017 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.2293.0017.0512.0301.3339.3099 000.0060000; VIGÊNCIA: até 17/04/2018. DATA DA ASSINATURA: 17/01/2018; VALOR: R\$ 26.802,87. CONTRATADA: Elétrica Santa Fé Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 17 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO TERMO ADITIVO 01 CONTRATO Nº 48-2017 - SAMAE

Publicação Nº 1494489

EXTRATO DO TERMO ADITIVO 01 AO CONTRATO 048/2017 APOSTILAMENTO

ESPÉCIE: serviço de impressão, fotocopiagem e digitalização por meio de disponibilidade de equipamentos, softwares e suprimentos. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 017/2017. PRAZO EXECUÇÃO: ate 10/09/2018. Dotação Orçamentária: 2018.80.01.2291.3390040110000.2000000 DATA DA ASSINATURA: 16/01/2018; CONTRATADA: 5R Toners e Informática Ltda EPP . Diretor Presidente do SAMAE.

Brusque, 16 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 0125-2018

Publicação Nº 1494491

PORTARIA nº 0125, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

“Altera redação do art. 2º na Portaria nº 4.197, de 30 de novembro de 2017.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterada a redação do art. 2º na Portaria nº 4.197, de 30 de novembro de 2017, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º - Prorrogar o afastamento preventivo do servidor do cargo por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar 147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos nos Autos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a regular tramitação do feito;”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de janeiro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 12272-2018

Publicação Nº 1494492

PORTARIA N. 12.272, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c o inciso II do art. 43 da Lei Complementar n. 147/2009 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, Alonso Moro Torres do cargo de provimento em comissão de Diretor, Padrão CC-IV, lotado na Secretaria de Trânsito e Mobilidade, a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10 de janeiro de 2018.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias ns. 12.031/2017 e 12.043/2017.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de janeiro de 2018.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 12273-2018

Publicação Nº 1494493

PORTARIA N. 12.273, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.
Nomeia servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Bruna Leoni Pereira para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Chefe Operacional, lotada na Secretaria de Orçamento e Gestão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de janeiro de 2018.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

EDENA BEATRIS CENSI
Respondendo interinamente pela
Secretaria de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 12274-2018

Publicação Nº 1494494

PORTARIA N. 12.274, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.
Nomeia servidora.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I – E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Cintia Rafaela Wilke para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenadora, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 17 de janeiro de 2018.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 124-2018

Publicação Nº 1494490

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE
Portaria nº124/2018
Concede benefício de Pensão por morte a
Perpétua Willamoski

A Secretária da Fazenda, designada pela portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Brusque e a Diretora do Departamento de Recursos Humanos nomeada pela portaria nº 11847/2017, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 8.064/17, e com fundamento no art. 1º, §1º, art. 33, II, "a)", e art. 47 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, e no artigo 40, §7º, da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº. 41, de 19/12/03, regulamentado pela Lei Federal nº. 10.887, de 18/06/04.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº.002/2018, benefício de pensão por morte a PERPÉTUA WILLAMOSKI, CPF 714.306.959-00, dependente do servidor falecido RAUL WILLAMOSKI, CPF: 154.046.179-34.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03/01/2018, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de Janeiro de 2018.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
RECURSOS HUMANOS
Diretora

PORTARIA Nº 0145-2018

Publicação Nº 1494497

PORTARIA Nº 0145/2018, de 18 de janeiro de 2018.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 034/2017, instaurado pela Portaria nº 3094/2017 e dá outras providências."

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando o expediente impetrado pela Douta Procuradora da parte indiciada em data de 14 de dezembro de 2017;

Considerando o Despacho exarado pela Comissão Processante em 20 de dezembro de 2017;

Considerando o caráter eminentemente jurídico-processual dos temas e o decurso de tempo para a resolução das situações, em garantia e segurança das condições do Princípio Constitucional da

mais Ampla Defesa e Contraditório, consoante assegura o art. 5º, inciso LV, da CF/88;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 034/2017, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, em desfavor do servidor A. R. M. E. (matrícula nº 642576-02), para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Despacho de 04/09/2017, e anexos, de lavra do Procurador-Geral do Município; envolvendo o servidor supramencionado; na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 7.056/2013, que objetiva a apurar autoria e materialidade de tais condutas, bem como na verificação se amoldam-se aos dispositivos da Lei Complementar 147/2009, e possam caracterizar, em tese, afronta, em especial, aos dispositivos: artigos 174 (São deveres do servidor:); VI (observar as normas legais e regulamentares); 175 (Ao servidor público é proibido:), XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, IX (transgressão do Art. 175, incisos XIII a XIX); todos previstos na Lei Complementar nº 147/2009 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque);

Art. 2º - Prorrogar o afastamento preventivo do servidor do cargo por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar 147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos nos Autos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a regular tramitação do feito;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de janeiro de 2018.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 126-2018

Publicação Nº 1494561

Portaria nº 126/2018

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) LUIZ GIANESINI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador do Município, lotado(a) na Procuradoria Geral do Município, pelo prazo de 30 dias, no período compreendido entre 22/01/2018 a 20/02/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/03/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 22/01/2018, revogando-se as

disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 18 de Janeiro de 2018.
EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

EDSON RISTOW
Procurador Geral do Município

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

PORTARIA Nº 4351-2017

Publicação Nº 1494563

Portaria nº 4351/2017

O Secretário de Orçamento e Gestão no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, §1º da Lei Orgânica de Brusque, c/c o Decreto nº 7.056/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio, para o(a) servidor(a) VILSON ALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Obras, lotado(a) na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, pelo prazo de 90 dias, no período compreendido entre 11/12/2017 a 10/03/2018, referente ao período aquisitivo iniciado em 01/04/2010.

Parágrafo Único – A licença que trata este artigo se dá com fulcro nos art. 144 e seguintes da LC 147/2009.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de 11/12/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 11 de Dezembro de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

Caçador

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02 - 2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 004 – 2018 – PREFEITURA - CONTRATO ADMINISTRATIVO 04/2018

Publicação Nº 1494593

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

Município de Caçador/SC torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02 - 2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 004 – 2018 – PREFEITURA - CONTRATO ADMINISTRATIVO 04/2018 - Objeto – LOCAÇÃO DE 06 SALAS COMERCIAIS PARA FUNCIONAMENTO DA ESTRUTURA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. LOCADOR: ESTRUTURARTE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 81.612.764/0001-30, com sede na Rua Onio Pedrassani, nº 181, nesta cidade de Caçador, SC, neste ato representada pela senhora Anete Mariza Dresch Rigodanzo, brasileira, Sócia Administradora, inscrito no CPF sob o nº 436.683.059-00, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC. O aluguel convencionado é de R\$ 6.860,00 (seis mil oitocentos e sessenta reais), mensais, perfazendo o montante de R\$ 82.320,00 (oitenta e dois mil e trezentos e vinte reais). O preço a ser ajustado para a locação do imóvel acima, foram estabelecidos de acordo com preços praticados na região, conforme avaliações prévias. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, com vigência a partir desta data e findando dia 18 de janeiro de 2019, podendo ser renovado ou prorrogado, conforme o art. 57, II, da Lei 8.666/93. As demais informações sobre o processo poderão ser obtidas através de pedido formal no setor de Protocolo Central do Município.

Caçador, 18 de janeiro de 2018.
ALENCAR MENDES
Prefeito em exercício

PROCESSO DE LICITAÇÃO 05/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 01-2018-PREFEITURA

Publicação Nº 1493330

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 05/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 01-2018-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA DESLOCAMENTO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, RESIDENTES NAS LOCALIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR -SC.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 31/01/2018 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 31/01/2018 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 18 de Janeiro de 2018.

ALENCAR MENDES
PREFEITO EM EXERCÍCIO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 06/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 03-2018-PREFEITURA – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Publicação Nº 1493616

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 06/2018 – PREGÃO PRESENCIAL – 03-2018-PREFEITURA – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS - BIBLIOTECA MÓVEL - PARA EQUILIBRAR BIBLIOTECAS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAÇADOR – SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 05/02/2018 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 05/02/2018 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 18 de Janeiro de 2018.

ALENCAR MENDES
PREFEITO EM EXERCÍCIO

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1494527

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR
AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 1/2018

A Comissão Especial de Pregão, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 04/2018, de 17/01/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 01/02/2018, às

14:00 horas, no endereço, RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139, Caçador-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 1/2018-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado, podendo ser acessado em www.camaracacador.sc.gov.br ou solicitada cópia digital pelo e-mail licitacao@camaracacador.sc.gov.br

Objeto da Licitação:

Processo Licitatório para contratação de serviço de segurança patrimonial especializada, com locação de equipamentos eletrônicos de vigilância e monitoramento eletrônico 24 horas, com pronto atendimento na cidade de Caçador/SC. A referida contratação será por um período de 12 meses e tem a finalidade de proteger e preservar as instalações da Câmara Municipal, com área total de 2.236,00 m², situada na Rua Fernando Machado, nº 139, nesta cidade.

Caçador, 18 de Janeiro de 2018.

Antonio Rubiano Schmitz

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 02/2018

Publicação Nº 1494598

CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR**AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 02/2018**

A Comissão Especial de Pregão, da entidade CAMARA MUNICIPAL DE CACADOR, no exercício das atribuições que lhe confere a(o) Portaria nº. 04/2018, de 17/01/2018, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 02/02/2018, às 14:00 horas, no endereço, RUA FERNANDO MACHADO, Nº 139, Caçador-SC, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 2/2018-PR na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço supra citado, podendo ser acessado em www.camaracacador.sc.gov.br ou solicitada cópia digital pelo e-mail licitacao@camaracacador.sc.gov.br

Objeto da Licitação:

Processo licitatório para a contratação de serviço de limpeza e higienização da sede da

Câmara Municipal de Caçador, com área total de 2.236,00 m², situada na Rua Fernando Machado, 139 - Centro - Caçador/SC, com disponibilização de duas funcionárias, de segunda à sexta-feira, no horário das 7:30 às 11:30 horas e das 13:15 às 17:15 horas.

Caçador, 18 de Janeiro de 2018.

Antonio Rubiano Schmitz

Presidente da Câmara Municipal de Caçador

Caibi

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 004/2018

Publicação N° 1494688

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório N° 013/2018 na modalidade Pregão Presencial N° 004/2018 que tem por objeto Aquisição de material escolar para manutenção das atividades das Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental do tipo menor preço – Por Item, cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:00 horas do dia 31 de Janeiro de 2018 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, a integra do edital esta disponível no endereço eletrônico www.caibi.sc.gov.br, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 19 de Janeiro de 2018. DAIANA MENIN. Prefeita em Exercício.

Camboriú

PREFEITURA

RESULTADO PR 128/2017 - PMC

Publicação Nº 1494193

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 128/2017-PMC

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"FRACASSADA PARA OS ITENS 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 E 12"
Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 18 de Janeiro de 2018.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2018

Publicação Nº 1493905

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 97/2017 - Modalidade Pregão

Validade da Ata de Registro de Preços: 12 (doze) meses, a contar desta data.

Aos dois dias do mês de janeiro de 2018, no Serviço de Suprimentos do Município de Campo Alegre, são registrados os preços para eventual aquisição de botijões de gás de cozinha com 13 quilos e 45 quilos, a base de troca, para utilização em escolas e outros setores da Prefeitura Municipal de Campo Alegre - SC, conforme descrito na tabela abaixo, celebrado entre o Município de Campo Alegre e a empresa CENTRAL GÁS LTDA ME, CNPJ: 15.091.445/0001-00, em decorrência da homologação do processo licitatório nº 97/2017, modalidade Pregão, para Sistema de Registro de Preços.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
01	200	Botijão (a base de troca)	GÁS DE COZINHA 13 QUILOS (a base de troca) - Para entrega na REGIÃO "Centro e Bairros próximos ao Centro" (com distância máxima aproximada de 3 km, contados do prédio da Prefeitura Municipal)	57,1204	11.424,07
02	375	Botijão (a base de troca)	GÁS DE COZINHA 13 QUILOS (a base de troca) - Para entrega na REGIÃO "Bateias de Cima/Bateias de Baixo/Lageado e Fragosos" (com distância máxima aproximada de 20 km, contados do prédio da Prefeitura Municipal)	61,2005	22.950,19
03	80	Botijão (a base de troca)	GÁS GLP 45 - Entrega nas unidades escolares do Centro e Bateias de Baixo.	220,3217	17.625,74
VALOR GLOBAL				R\$ 52.000,00	

As condições para a entrega e demais exigências do objeto constam no Edital do processo licitatório epígrafado, independentemente de sua transcrição.

MARIA CRISTINA MARCINIAC MUNHOZ

Pregoeira

CENTRAL GÁS LTDA ME

Jairo Luiz Bucci

Representante legal

DECRETO Nº 11.045 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493881

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.045 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
08.02 -	Serviços de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 62.000,00

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

08.00 -	Secretaria Municipal de Planejamento, Transporte e Obras.	
---------	---	--

08.02 -	Serviços de Transporte e Frota	
26.782.0047.2.112 -	Manutenção da Frota Municipal	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 62.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 18 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.046 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493882

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.046 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

REVOGA TODAS AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 11.040 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao inciso VII do artigo 71 da Lei Orgânica do Município; Decreta:

Art. 1º Revogar todas as disposições do Decreto Municipal nº 11.040 de 17 de janeiro de 2018.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 18 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCIALINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.047 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493883

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.047 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE VENCIMENTO DO IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL urbana – iptu PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E estabelece OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 113 da Lei Municipal nº 2.293 de 23 de dezembro de 1997; Decreta:

Art. 1º O pagamento do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU do exercício de 2018 poderá ser efetuado em até 05 (zero cinco) parcelas mensais e consecutivas a partir de 16 de abril de 2018.

Art. 2º Para o pagamento efetuado no total do imposto até a data de 16 de abril de 2018 será concedido o desconto de 15% (quinze por cento); até a data de 16 de maio de 2018 será concedido o desconto de 10% (dez por cento) e até a data de 16 de junho de 2018 será

concedido o desconto de 5% (cinco por cento).

Art. 3º Para o pagamento parcelado a 1ª parcela a vence em data de 16 de abril de 2018, a 2ª parcela vence em data de 16 de maio de 2018; a 3ª vence em data de 16 de junho de 2018; a 4ª parcela vence em data de 16 de julho de 2018 e a 5ª vence em data de 16 de agosto de 2018.

Art. 4º As condições e prazos estabelecidos nos Artigos anteriores são estendidos aos demais tributos e preços públicos cobrados no mesmo carnê de pagamento do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 18 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.048 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493896

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.048 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial o artigo 91 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Exonerar a pedido do Quadro de Pessoal efetivo do Poder Executivo Municipal, a Servidora Pública Municipal SANDRA PAULA SCHWEDLER, matrícula funcional nº 000602, registro no sistema sob nº 954837, do Cargo Público de Professor I, da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. A exoneração de que trata o caput deste artigo em atenção ao Requerimento devidamente assinado pela Servidora Pública Municipal, protocolizado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 17 de janeiro de 2018, sob nº 00051.

Art. 2º Fica declarada a vacância do Cargo Público de Professor I, da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, em decorrência do pedido de exoneração da Servidora Pública Municipal mencionada no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 18 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.049 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1494429

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 11.049 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.711 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação

do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.			
11.02 -	Coordenadoria de Turismo			
23.695.0083.1.012 -	Divulgação do Município e Rotas Turísticas			
300000.00.0896 -	Despesas Correntes			
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes			
337100.00.0896 -	Transferências a Consórcio Público			
337170.00.0896 -	Rateio pela Participação em Consórcio		R\$ 3.000,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial do Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente.

11.00 -	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.	
11.02 -	Coordenadoria de Turismo	
23.695.0083.1.012 -	Divulgação do Município e Rotas Turísticas	
300000.00.0896 -	Despesas Correntes	
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 18 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 11.050 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1494431

DECRETO Nº 11.050 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO IPRECAL INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC., E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Considerando o disposto no inciso II do parágrafo único do art. 87 da CF/88, e tendo em vista o disposto na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Emenda Constitucional nº 41 de 19 de dezembro de 2003; Considerando o disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 no art. 41-A da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991; Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.152, de 29 de julho de 2015; Considerando o disposto no Decreto Federal nº 9.255 de 29 de dezembro de 2017; e no Regulamento da Previdência Social – RPS, aprovado pelo Decreto Federal nº 3.048 de 06 de maio de 1999; Considerando ainda, o disposto na Portaria Interministerial MPS/MF nº 15 de 16 de janeiro de 2018, publicada no D.O.U. em 17 de janeiro de 2018; DECRETA:

Art. 1º Os benefícios mantidos pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre – IPRECAL, com fundamento no artigo 40, § 1º, incisos I, II, III, alíneas “a” e “b” e § 7º, incisos I e II da Constituição Federal e Artigo 2º da Emenda Constitucional nº 41/03, serão reajustados em 2,07% (dois inteiros e zero sete décimos por cento), com efeitos retroativos a contar de 1º de janeiro de 2018.

Art. 2º Os benefícios no valor de um salário mínimo passam de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais) para R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), a contar de 1º de janeiro de 2018.

Art. 3º O teto da Previdência Social para o ano de 2018 é no valor de R\$ 5.645,80 (cinco mil seiscentos e quarenta e cinco reais, oitenta centavos).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 18 de janeiro de 2018.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: www.leismunicipais.com.br e www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 11.050 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO
COM AS RESPECTIVAS DATAS DE INÍCIO.

DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO	REAJUSTE (%)
Até janeiro de 2017	2,07
Em fevereiro de 2017	1,64
Em março de 2017	1,40
Em abril de 2017	1,07
Em maio de 2017	0,99
Em junho de 2017	0,63
Em julho de 2017	0,93
Em agosto de 2017	0,76
Em setembro de 2017	0,79
Em outubro de 2017	0,81
Em novembro de 2017	0,44
Em dezembro de 2017	0,26

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 15.277 DE 17 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493912

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 15.277 DE 18 DE JANEIRO DE 2018
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A CONSELHEIRA TUTELAR.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao parágrafo 6º do artigo 37 da Lei Municipal nº 4.040 de 04 de dezembro de 2013; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Conselheira Tutelar, PAULA ROSELIANE CORDEIRO DA CRUZ WALDMANN, registro no sistema sob nº 955545, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º A Conselheira Tutelar gozará as férias no período de 30 de janeiro de 2018 á 28 de fevereiro de 2018, comunicação da Vice-Presidente do Conselho Tutelar pelo ofício nº 002-2018-CT, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 16 de janeiro de 2018, sob nº 00048.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 30 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC., 18 de janeiro de 2018.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 19/01/2018.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

RATIFICAÇÃO DISPENSA 2/2018

Publicação Nº 1493988

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa de Licitação, inciso XXVI, nº 2/2018, contratação do Consórcio Intermunicipal Quiriri, com o valor total de R\$ 5.110,23 (cinco mil cento e dez reais e vinte e três centavos) para rateio dos recursos necessários à manutenção dos serviços de gerenciamento, capacitação e manutenção do roteiro de cicloturismo "Circuito das Araucárias".

Publique-se,

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2018.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

RATIFICAÇÃO DISPENSA 4/2018

Publicação Nº 1494001

RATIFICAÇÃO

Na qualidade de Secretária Municipal de Administração, e, no uso de minhas atribuições legais, RATIFICO a decisão acima emanada pela Comissão Permanente de Licitações, no Processo de Dispensa de Licitação, inciso XXVI, nº 4/2018, contratação do Consórcio Intermunicipal Quiriri, com o valor total de R\$ 16.566,28 (dezesesseis mil quinhentos e sessenta e seis reais e vinte e oito centavos) para Rateio dos recursos necessários à manutenção das finalidades do Consórcio Intermunicipal Quiriri no exercício de 2018.

Publique-se,

Campo Alegre, 02 de janeiro de 2018.
LUCILAINE MOKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Campos Novos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 01/2018 FUNDECAMPOS

Publicação Nº 1494565

EDITAL

PROCESSO Nº02/2018.

PREGÃO Nº 02/2018.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PERSONALIZAÇÃO/ PLOTAGEM DE 07 TRAILERS PARA FEIRA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 14:00 do dia 02 de Fevereiro de 2018.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: 14.30 do dia 02 de Fevereiro de 2018.

LOCAL: Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Campos Novos, Rua Expedicionário J.B. de Almeida, 323.

Telefone: (49) 3541-6200

E-mail: compras@camposnovos.sc.gov.br

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações.

ÁREA REQUISITANTE: Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Campos Novos.

As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações na Rua Expedicionário, 323, Campos Novos/SC, ou e-mail compras@camposnovos.sc.gov.br, informando sua razão social, endereço eletrônico, telefone e fax, solicitando que todas as eventuais alterações do edital lhes sejam enviadas. A Prefeitura Municipal de Campos Novos, não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá à Prefeitura Municipal de Campos Novos pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos, ou por não verificação de eventuais alterações no site www.camposnovos.sc.gov.br. ESTE EXEMPLAR DE EDITAL É TRANSCRIÇÃO FIEL DO ORIGINAL ARQUIVADO NO PROCESSO DO PRESENTE PREGÃO.

Para maior comodidade o Município disponibilizará aos licitantes, formulário proposta, para preenchimento através do software "Compras -Auto Cotação", disponível para download no site <http://download.betha.com.br>. As empresas interessadas deverão requisitar ao Departamento de Licitações o referido "formulário proposta", que será fornecido em pen drive (da empresa) ou por e-mail (compras@camposnovos.sc.gov.br). Depois de preenchidos os valores e as marcas no software referido anteriormente, o licitante deverá imprimir sua proposta, a qual deverá ser assinada pelo representante legal da empresa e apresentada no respectivo envelope, acompanhada de pen drive ou CD -Rom. Ressaltamos que no caso de divergência de dados entre a proposta escrita e a contida no pen drive, prevalecerá a escrita.

1 – PREÂMBULO

1.1 – O Município de Campos Novos, CNPJ 82.939.232/0001-74, torna público e faz saber que, por determinação do Prefeito Municipal Silvio Alexandre Zancanaro que em 01 de Fevereiro de 2018, acha-se aberto o PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018, tipo de Licitação a de "MENOR PREÇO" - POR ITEM -, que será processado em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, Decreto 5.144/2005 e subsidiariamente com a Lei 8.666/93 com suas modificações.

1.2 - Local e horário para a retirada do Edital, esclarecimentos e informações:

Departamento de Compras e Licitações, na Rua Expedicionário, 323, das 13h30min às 18h00min, telefone: (49) 3541-6200, site www.camposnovos.sc.gov.br.

1.3 - O envelope nº 1 PROPOSTA e o envelope nº 2 HABILITAÇÃO, deverão ser entregues até às 14.00 horas do dia 02/02/2018, não se aceitando justificativas de atraso na entrega das propostas devido a problemas de trânsito ou de qualquer outra natureza, lacrados no protocolo central da Prefeitura, na Rua Expedicionário, 323 – Centro – Campos Novos/SC, contendo no anverso destes respectivamente os seguintes dizeres:

a)

a) ENVELOPES Nº 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA.

CNPJ DA EMPRESA

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO Nº 02/2018 b)

ENVELOPES Nº 2 – HABILITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ DA EMPRESA

ENDEREÇO COMPLETO

PREGÃO Nº 02/2018. 1.4 – O INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO para a abertura dos envelopes, contendo um a PROPOSTA DE PREÇOS e o outro a HABILITAÇÃO será às 14 horas e 30 minutos do dia 02/01/2018 na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Campos Novos, na Rua Expedicionário, Centro, na Cidade de Campos Novos/SC.

1.5 – As proponentes deverão examinar cuidadosamente as condições de fornecimento dos Objetos deste Edital, dando especial atenção para as penalidades estabelecidas para os casos de descumprimento das obrigações contratuais, ficando ciente de que o Município de Campos Novos, aplicará as sanções previstas, obedecido ao disposto no Artigo 87, § 2º da Lei nº 8.666/93.

2 – OBJETO

2.1 – Este edital refere-se à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PERSONALIZAÇÃO/ PLOTAGEM DE 07 TRAILERS PARA FEIRA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

2.2 – A minuta de contrato (Anexo 1) contém as condições de fornecimento e deverá ser obedecida tanto na fase de proposta como na fase contratual.

2.3 – Na minuta de contrato estão fixados as condições de vigência, preço, valor do contrato, faturamento, pagamento, reajustes, condições de fornecimento, garantia, transferência das obrigações, penalidades, rescisão, disposições finais e foro.

2.4 – Constituem anexos deste edital:

Anexo 01 – Minuta de contrato;

Anexo 02 – Modelo de proposta;

Anexo 03 – Modelo de declaração do menor;

Anexo 04 – Folha de dados para elaboração de contrato;

Anexo 05 – Modelo de credenciamento;

Anexo 06 – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

Anexo 07 – Declaração de Responsabilidade e Comprometimento.

Anexo 08 - Descrição e Especificações dos itens

Anexo 09- Modelo De Declaração De Enquadramento Na Lei Complementar Nº. 123/ 06.

3 – VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – A vigência do contrato a ser firmado com a Proponente vencedora será até 31 de dezembro de 2018, respeitadas as determinações do art. 57 da Lei 8.666/93 com suas alterações, podendo ser prorrogado por igual período (um ano) a critério da administração municipal.

4. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Licitação:

a. Exclusivamente, Micro Empresas, Microempreendedores Individuais e Empresas de Pequeno Porte (art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006), legalmente constituídas no ramo de atividade do objeto, que satisfaçam as condições do presente Edital;

4.1.1. Caso não haja na sessão pelo menos 03 (três) ME/EPP/MEI, não será aplicada a exclusividade prevista no item anterior, diante do disposto no art. 49, II, da LC 123/2006, ou seja, a participação será estendida a todas as empresas interessadas, independente do enquadramento, as quais estão desde já convocadas;

4.2. Não poderão participar da presente licitação:

a. Empresas reunidas em consórcio;

b. Empresa suspensa de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

c. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

d. Concorratário (a), em processo falimentar ou recuperação judicial;

e. Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

f. Empresas cujo quadro societário seja composto por servidor ou dirigente de órgão do Município de Campos Novos.

5 – CREDENCIAMENTO (TRAZER EM MÃOS)

5.1 – No dia, hora e local estipulados no preâmbulo deste edital, as Proponentes deverão estar representadas por agentes credenciados, com poderes para formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

5.2 – O documento de credenciamento deverá ser apresentado fora dos envelopes nº 01 e nº 02.

5.5 – A não apresentação do documento de credenciamento não será motivo para a desclassificação da proposta ou inabilitação da Proponente. Neste caso, o representante ficará apenas impedido de se manifestar e responder pela Proponente durante os trabalhos.

5.6 – Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa.

5.7 – Os documentos de credenciamento serão retidos pela equipe deste Pregão e juntados ao respectivo processo.

5.8 – Os documentos exigidos para o credenciamento são os seguintes:

5.8.1 – Se a empresa for representada por sócio ou dirigente da Proponente:

· A- Cópia da Carteira de identidade do representante, acompanhada da original se a mesma não estiver autenticada.

· B - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO VI). Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

· C - Sendo o representante sócio ou dirigente da Proponente, deverá apresentar cópia autenticada do respectivo ato constitutivo ou documento no qual estejam expressos os seus poderes.

5.8.2 – Se a empresa for representada por procurador:

· A- Cópia da Carteira de identidade do representante, acompanhada da original se a mesma não estiver autenticada.

· B - Declaração de Cumprimento Pleno dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo (ANEXO VI). Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

· C - Procuração pública ou particular, em original ou cópia autenticada, a ser entregue juntamente com a respectiva cédula de identidade ou documento equivalente. Ou também através de formulário autenticado cujo modelo constitui o Anexo 05 deste edital.

· D - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor. A alteração contratual referente à mudança de razão social, na hipótese de haver a referida mudança, bem como a última alteração, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores.

5.9 – No caso das microempresas e empresas de pequeno porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da lei complementar nº 123/2006, deverão apresentar CERTIDÃO SIMPLIFICADA (atualizada) microempresas ou empresa de pequeno porte, expedida pela junta comercial ou cartório de registro civil de pessoas jurídicas competente.

/

6 – “PROPOSTA DE PREÇOS” (ENVELOPE Nº 01)

6.1 – O envelope nº 01 deverá conter a proposta de preços elaborada de acordo com o modelo constante no Anexo 02 (podendo inclusive ser utilizado esse modelo, devidamente preenchido à máquina, como proposta), datada e assinada pelo representante legal da Proponente, contendo os preços propostos, com até duas casas decimais, sem quaisquer emendas ou entrelinhas, e com as seguintes informações:

6.1.1 – Razão social da empresa Proponente, endereço completo, número do telefone e do fax e CNPJ/MF;

6.1.2 – Nome do banco, número da conta corrente da Proponente, agência e cidade;

6.1.3 – Prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias da data estipulada para sua apresentação;

6.1.4 – Nome dos representantes legais, RG e CPF.

6.2 – No preço proposto pela Proponente deverão estar inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, se houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, inclusive o frete, a carga e descarga, que correrão por sua conta e risco.

6.3 – Serão desclassificadas as propostas que:

a – Não obedecerem às condições estabelecidas no edital;

b – Não estiverem assinadas pelo representante legal ou autorizado;

c – Contiverem preços ilegíveis, ou seja, quando o preço unitário e o preço total não forem passíveis de leitura e entendimento (item a item).

6.4 – Poderão ser também desclassificadas as propostas elaboradas em desacordo com o modelo constante no Anexo 02, se tal circunstância impedir o seu julgamento com observância do princípio da isonomia, por alterar qualquer das condições constantes do edital.

6.5 – Havendo proposta com valores considerados inexequíveis, o Pregoeiro poderá solicitar justificativa de tais valores para avaliação da capacidade de realização do fornecimento, através de documentação que comprove que os custos são coerentes com o mercado.

6.6 – Havendo propostas com preços contendo mais de duas casas decimais, serão consideradas apenas duas, desprezando-se as demais.

6.7 – Recomenda-se que a Proponente anexe à sua proposta a “folha de dados para elaboração do contrato”, devidamente preenchida conforme o Anexo 04 deste edital.

6.8 - As empresas que não se fizerem representadas deverão apresentar juntamente com a proposta documento que comprove que a pessoa que assinou a proposta possua poderes para representar a empresa licitante, sob pena de desclassificação.

6.9 - A desclassificação da proposta do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances verbais.

6.10 - Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta, e havendo divergências entre os valores unitário e total, prevalecerá o unitário, e na divergência entre o valor unitário por extenso e o valor numérico, prevalecerá o menor.

6.11 – Anexo a proposta de preço será necessária apresentação dos seguintes documentos:

6.11.1 – A empresa deverá apresentar cópia de identidade autenticada (podendo ser autenticada no setor de compras da prefeitura) de cada profissional que irá realizar o serviço cotado, discriminado na cópia o respectivo número do item da licitação.

6.11.2 – Juntamente com a cópia de identidade do profissional, a empresa deverá apresentar comprovação de 300 horas de cursos profissionalizantes, em no mínimo duas instituições de ensino diversas, para cada profissional apresentado.

6.12 – Na hipótese da empresa apresentar o mesmo profissional em mais de 1 (um) item, a comprovação da especialização em horas de curso deverá ser em ambas as áreas. Se não apresentar, ficará o profissional desqualificado somente no item em que não tiver a especialização necessária.

6.13 – Os documentos exigidos no item 6.11 do presente edital são indispensáveis para a empresa participar da etapa de lances, e se não apresentados, ficará a empresa desqualificada para realizar o objeto da licitação.

7 – “HABILITAÇÃO” (ENVELOPE 2)

7.1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA

a - Registro Civil (no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da eleição da atual Diretoria), Ato Constitutivo, estatuto ou Contrato Social, em vigor (devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual e sociedades empresariais e, em se tratando de sociedades por ações, acompanhadas de documentos que comprovem a eleição de seus administradores); Se a empresa apresentar este documento junto ao credenciamento ficará dispensada de apresentar na habilitação.

7.2 – DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA:

a – Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo(s) distribuidor(es) da sede da Proponente, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para entrega das propostas da presente licitação;

a.1 – Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa ou narrativa que aponte a situação da demanda judicial;

a.2 – A certidão do distribuidor que contiver a observação “Esta certidão só tem validade no seu original” também será aceita nas formas indicadas no item 7.1 do edital.

7.3 – DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;

b – Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

c- Certidão Negativa de Débitos Estadual;

d- Certidão Negativa de Débitos Municipal - do domicílio ou sede da Proponente;

e – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

7.4 – ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INC. XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E OUTRAS DECLARAÇÕES.

a – Declaração da Proponente, assinada por seus representantes legais, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos. Segue como modelo para preenchimento desta declaração o Anexo 03 deste edital.

b – Declaração de Responsabilidade e Comprometimento assinada pela representante da empresa, conforme Anexo 07 do presente edital.

7.4.1 – Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação fiscal previstos no item 7.3, desde que apresentem o Certificado de Regularidade no Cadastro Geral de Fornecedor do Município de Campos Novos, que imprescindivelmente atestará que os documentos estão dentro do prazo de validade.

7.4.2 - No caso das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, e, que quiserem utilizar-se das prerrogativas e direitos da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, deverão apresentar Certidão Simplificada (atualizada) Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte, expedida pela Junta Comercial ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas competente.

7.4.3 – Os documentos devem apresentar prazo de validade, e poderão ser entregues em original, ou por processo de cópia devidamente autenticada. Não serão aceitas cópias de documentos obtidas por meio de aparelho fac-símile (FAX), bem como não serão aceitas cópias de documentos ilegíveis.

7.4.5 – Não constando no documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação;

7.5- DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a. Apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu, a qualquer tempo, produtos compatíveis em características e quantidades com objeto licitado.

Obs.: Caso o atestado não informe o prazo de validade, serão aceitos atestados emitidos até 12 (doze) meses imediatamente anteriores à data de sua apresentação.

8 – SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO

8.1 – No dia, hora e local designados no preâmbulo deste edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, envelopes nº 01 e 02 respectivamente;

8.2 – Aberta a sessão, os interessados apresentarão à equipe de pregão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo do Anexo 06;

8.2.1 – Caso qualquer proponente deixe de apresentar a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação poderá assinar tal declaração disponibilizada na sessão pelo Pregoeiro;

8.3 – A equipe do pregão procederá à abertura dos envelopes contendo as propostas de preços, ordenando-as em ordem crescente de valor, por item;

8.4 – Em seguida identificará em cada item a proposta de menor preço por item cujo conteúdo atenda as especificações do edital;

8.5 – As propostas com valor superior em até 10% (dez por cento) da proposta de menor preço serão classificadas em ordem crescente;

8.6 – O conteúdo das propostas indicadas no item anterior será analisado, desclassificando-se aquelas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital. A aceitabilidade do preço será verificada somente após o encerramento da fase de lances;

8.7 - Não havendo, no mínimo, três propostas válidas nos termos dos itens 8.5 e 8.6, serão selecionadas até três melhores propostas e os seus autores convidados a participar dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas;

8.8 – Em caso de empate das melhores propostas, na hipótese do item anterior, todos proponentes com o mesmo preço serão convidados a participar dos lances verbais;

8.9 – Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances verbais, formulados de forma sucessiva, inferiores à proposta de menor preço por item;

8.10– O pregoeiro convidará individualmente as Proponentes classificadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

8.11– O encerramento da fase competitiva dar-se-á quando, indagados pelo pregoeiro, as Proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances;

8.11.1- Neste momento, após finalizada os lances, será concedido a LICITANTE Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, que no início se credenciou como tal, o direito de preferência, conforme parágrafo 3º do Artigo 45 da LC Nº 123/2006, desde que esteja com proposta dentro do preço compreendido entre a menor proposta apresentada mais 5%(cinco por cento), apresentar no prazo máximo de 05(cinco) minutos, nova proposta menor que a menor proposta até então apresentada. O disposto neste item somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8.12– A ausência de representante credenciado ou a desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão da Proponente da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela Proponente, para efeito de ordenação das propostas;

8.13– Caso não realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço por item e o valor estimado para a licitação;

8.13.1 – Havendo empate na proposta escrita e não sendo ofertados lances, a classificação será efetuada por sorteio, na mesma sessão;

8.14– Quando comparecer um único Proponente ou houver uma única proposta válida, caberá ao pregoeiro verificar a aceitabilidade do preço por item ofertado;

8.15– Declarada encerrada a etapa de lances e classificadas as ofertas na ordem crescente de valor por item, o pregoeiro examinará a aceitabilidade do preço da primeira classificada, decidindo motivadamente a respeito;

8.16– Considerada aceitável a proposta de menor preço por item, obedecidas as exigências fixadas no edital, será aberto o envelope nº 02 "DOCUMENTAÇÃO" de seu detentor, para confirmação das suas condições habilitatórias, sendo-lhe facultado o saneamento da documentação na própria sessão, observado o disposto no item 8.1;

8.17– Constatado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o melhor preço por item será declarado vencedor na ordem de classificação;

8.18– Se a Proponente desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a habilitação da Proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo a respectiva Proponente declarada vencedora;

8.19– Nas situações previstas nos itens 8.13, 8.14, 8.15 e 8.18, o pregoeiro poderá negociar diretamente com a Proponente para que seja obtido preço melhor por item;

8.20– Todos os documentos serão colocados à disposição dos presentes para exame e rubrica, conforme preceitua o artigo 43 § 2º da Lei de Licitações;

8.21– Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente;

8.22– O recurso contra decisão do pregoeiro e sua equipe de apoio terá efeito suspensivo, sendo que o pregoeiro poderá reconsiderar ou não sua decisão no prazo de 24 horas, após a apresentação das razões recursais e das contra-razões recursais, e encaminhá-los devidamente informados ao Senhor Prefeito Municipal para decisão;

8.23– O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;

8.24– A falta de manifestação motivada da Proponente na sessão importará a decadência do direito de recurso;

8.25– Caso, excepcionalmente, seja suspensa ou encerrada a sessão antes de cumpridas todas as fases preestabelecidas, os envelopes devidamente rubricados pelo pregoeiro e pelas Proponentes, ficarão sob a guarda do pregoeiro, sendo exibidos às Proponentes na reabertura da sessão ou na nova sessão previamente marcada para prosseguimento dos trabalhos;

8.26– O prazo para formulação de lances verbais e o valor entre lances poderão ser acordados entre os credenciados e o Pregoeiro, por

ocasião do início da sessão pública.

8.27- Da sessão pública será lavrada ata circunstanciada, devendo ser assinada pelo pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

9 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1- Caso não haja recurso, o pregoeiro, na própria sessão pública, adjudicará o objeto do certame à Proponente detentora do menor preço por item, encaminhando o processo para homologação pelo Prefeito Municipal;

9.1.1 – Nesta hipótese, o pregoeiro decidirá sobre os recursos, adjudicará o objeto deste Pregão Presencial e encaminhará o processo ao Sr. Prefeito Municipal para homologação do procedimento licitatório;

9.2- A homologação desta licitação não obriga a Administração à aquisição do objeto licitado.

10 – ASSINATURA DO CONTRATO

10.1- Todas as condições e obrigações objeto deste procedimento licitatório estão contidas na minuta do contrato (Anexo 01) a qual fica fazendo parte integrante deste edital;

10.2- Após homologada e adjudicada a presente licitação, a Proponente vencedora deverá comparecer à Prefeitura Municipal de Campos Novos para firmar contrato no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data em que for convocada para tal;

10.2.1 – O instrumento contratual conterá unicamente os dados da matriz da Proponente vencedora;

10.3- A convocação será feita através de comunicação via fax ou correspondência postal (AR);

10.4- A Proponente vencedora que, convocada para assinar o contrato, não o fizer no prazo estipulado no item 10.2 deste edital sem qualquer justificativa aceita pela Prefeitura Municipal de Campos Novos, decairá do direito à contratação e ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item do contrato, de acordo com o previsto no art. 87 da Lei 8.666/93, assim como a indenização por perdas e danos à Administração e demais cominações legais pertinente;

10.5- Na hipótese de ocorrência da situação indicada no item 10.4, será convocado outra Proponente, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, observado o disposto nos itens 8.18 e 8.19 deste instrumento convocatório.

11 – ESCLARECIMENTO

11.1- As empresas interessadas poderão requerer esclarecimento sobre o presente pregão ao Departamento de Compras e Licitações pelo fax (49) 3541-6200 ou através do endereço eletrônico compras@camposnovos.sc.gov.br, até 02 (dois) dias úteis antes da data marcada para o pregão;

11.2- Em caso de não solicitação de esclarecimentos e informações pelas Proponentes, pressupõe-se que os elementos fornecidos são suficientemente claros e precisos, não cabendo posteriormente o direito a qualquer reclamação.

12 – DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1- Aos atos administrativos pertinentes a este pregão poderão ser opostos os meios de defesa com os recursos a eles inerentes, previstos na legislação pertinentes, sendo que os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro em conjunto a Equipe de Apoio;

12.2- Fica eleito o foro da comarca de Campos Novos/SC, com exclusão de qualquer outro, para a propositura de qualquer ação referente à presente licitação e/ou contrato dela decorrente;

12.3- O objeto deste pregão poderá sofrer acréscimo ou supressões em conformidade com o Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

12.4- A Prefeitura Municipal de Campos Novos se reserva o direito de, a qualquer tempo, revogar ou anular, total ou parcialmente, a presente licitação e desclassificar qualquer proposta ou todas elas, obedecendo o disposto nos artigos 48 e 49 da Lei nº 8.666/93 com suas alterações;

12.5- O pagamento será efetuado em até 30 dias após emissão da Nota Fiscal, e sua respectiva entrega na Prefeitura Municipal de Campos Novos.

12.6- É facultada ao Pregoeiro ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo;

12.7- As Proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação;

12.8- Ficam à disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Campos Novos, nos dias úteis, das 13h30 até 18.00 horas, todos os elementos que compõem o presente processo licitatório para análise de seus aspectos formais e legais, mediante solicitação escrita e dirigida ao Departamento de Compras e Licitações, conforme determina o artigo 63 da Lei nº 8.666/93. Campos Novos, 18 de Janeiro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

ANEXO 01

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE COMPRA

Pelo presente Contrato Administrativo de Compra, integrante do Processo Licitatório Nº 02/2018“Pregão Presencial nº02/2018, de um lado o Município de Campos Novos, inscrito sob o CNPJ, denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Silvio Alexandre Zancanaro, e de outro a empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, com sede na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXX, Bairro XXXXXXXX, XXXXXXXXXXXX, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob nr. XX.XXX.XXX./XXXX-XX, denominada CONTRATADA, neste ato representado pelo seu XXXXXXXX, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXX, tem justo e acordado o seguinte:

Cláusula 1ª - DO OBJETO

1.1 – A Contratada, devidamente qualificada como vencedora do Pregão Presencial nº 02/2018, obriga-se a realizar os serviços a Prefeitura Municipal de Campos Novos que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PERSONALIZAÇÃO/ PLOTAGEM DE 07 TRAILERS PARA FEIRA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

3.1 – Se comprometer a prestar um serviço de qualidade, e nas condições, no preço e nos prazos estabelecidos no Edital de Pregão nº 02/2018.

3.2 – Garantir a qualidade do serviço contratado;

3.3. Prestar os serviços de acordo com as especificações e exigências.

3.4. Fica expressamente sob a responsabilidade da empresa vencedora.

3.4.1. As relações empregatícias ficarão sob total responsabilidade da empresa prestadora de serviços, consoante a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), compreendendo, de seu(s) empregado(s), controle da jornada de trabalho, remuneração, disciplina e outros itens constantes na CLT.

3.4.2. O pagamento dos serviços prestados poderá ser efetivado através de depósito bancário, ou de modo que convir ao contratante, pelo prazo estabelecido após o aceite da Nota Fiscal.

3.4.3. Todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada.

3.4.4. A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

3.4.5. A empresa vencedora executará sob integral responsabilidade o objeto da mencionada, pelo valor anual de
....., Conforme descrição de cronograma e quantidades de serventes e horário, para a execução de serviços.

1- PERSONALIZAÇÃO/PLOTAGEM DE 07 TRAILERS 3,00X1,90X2,00, SENDO 26 METROS QUADRADOS CADA (FRENTE, VERSO, LATERAIS E TETO) TOTALIZANDO 182 METROS QUADRADOS OS 07, CONTENDO ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA PERFORMANCE COM LAYOUT SEM LIMITES, MÃO DE OBRA E COLAGEM E COM GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS.

Cláusula 4ª - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

4.1 – Fiscalizar e controlar, comunicando a VENDEDORA, qualquer irregularidade constatada nos serviços prestados;

4.2 – Efetuar o pagamento até o 30º (trinta dias) após a entrega da nota assinada no departamento de compras.

Cláusula 5ª - DA ORIGEM DOS RECURSOS

5.1 – Fundo Municipal de Desenv. Agropecuário. CNPJ: 82.939.232/0001-74.

Órgão 32. FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Unidade 01- FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA

Proj/Ativ. 2.041 - Manutenção do Fundo de Desenvolvimento da Agropecuária

Despesa de Elemento- 3.3.90.39.19.00.00.00.00.00.01.0000.000000 -07

Cláusula 6ª - DO PREÇO

O preço total contratado por este instrumento, de acordo com proposta apresentada pela VENDEDORA no processo licitatório é de R\$ XX.XXX,XXXXXXX).

Cláusula 7ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Os pagamentos serão efetuados até o 30º (trinta dias) após a entrega da nota assinada no departamento de compras.

Cláusula 8ª - DOS PRAZOS CONTRATUAIS

A VENDEDORA deverá comparecer ao Setor de Compras da Prefeitura, até 02 (dois) dias após a comunicação do resultado da licitação para assinatura do presente instrumento, sendo a vigência do Contrato até o consumo total dos produtos e das quantidades licitadas, respeitada as determinações do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 9ª - DA RESCISÃO E DA REVOGAÇÃO

9.1 – O presente instrumento poderá ser rescindido unilateralmente por iniciativa da PREFEITURA, atendida sempre a conveniência administrativa, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba a VENDEDORA, qualquer espécie de indenização.

9.2 – A critério da PREFEITURA, caberá ainda rescisão deste CONTRATO, quando a VENDEDORA:

9.2.1 – Não cumprir qualquer das diretrizes contratuais;

9.2.2 – Transferir ou ceder o contrato a terceiros, no todo ou em parte, sem prévia e expressa autorização da PREFEITURA;

9.2.3 – Entrar em concordata ou falência, resultando no inadimplemento das obrigações constantes desse instrumento e no ato que o originou;

9.3 – Ocorrendo a rescisão prevista nos itens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3, a VENDEDORA responderá por perdas e danos;

9.4 – O presente instrumento poderá ser rescindido também por mutuo consenso das partes;

9.5 – Fica ressalvado a PREFEITURA o direito de revogar o presente instrumento por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, incorrendo em tal hipótese, direito da VENDEDORA de receber qualquer indenização ou reparação.

Cláusula 10ª - DAS SANÇÕES

O descumprimento por parte da VENDEDORA de qualquer das cláusulas do presente Contrato ou mesmo do ato que o originou, implicará numa multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor integral do Contrato, além da responsabilidade civil que advir da irregularidade por perdas e danos ao Município, bem como da suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos, e declaração de inidoneidade.

Ainda Ficam impedidos de licitar pelo prazo de até 5 (cinco) anos, os licitantes que:

I – ensejarem o retardamento da execução deste pregão;

II – não mantiverem a proposta, injustificadamente;

III – fazer declarações falsas;

IV – falharem ou fraudarem na execução do contrato;

V – pelo fornecimento do serviço em desconformidade com o especificado;

VI – pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste pregão;

VII – Além das penalidades previstas nos incisos anteriores, o município poderá aplicar ao licitante vencedor as sanções previstas no Art.87 da Lei nº 8.666/93.

Cláusula 11ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campos Novos, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato.

E, por assim estarem as partes justas e contratadas, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas, a tudo presentes, para que fazendo parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 02 /2018, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Campos Novos, XX de XXXX de 2018.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS

Silvio Alexandre Zancanaro.

Prefeito Municipal

VENDEDOR (A):

TESTEMUNHAS:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018

ANEXO 02

PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo que pode ser preenchido pela Proponente como sua proposta)

Nome da Proponente:

Endereço:

Telefone/Fax:

CNPJ/MF:

Banco: Conta Corrente:

Agência: Cidade:

Itens conforme estipulado na relação dos itens da licitação e especificações dos serviços.

a) Fica expressamente sob a responsabilidade da empresa vencedora.

1) As relações empregatícias ficarão sob total responsabilidade da empresa prestadora de serviços, consoante a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), compreendendo, de seu(s) empregado(s), controle da jornada de trabalho, remuneração, disciplina e outros itens constantes na CLT.

2) Os pagamentos referentes à 13º salário, Férias, Adicional de Férias e FGTS, estão inclusos na referida proposta.

3) O pagamento dos serviços prestados poderá ser efetivado através de depósito bancário, ou de modo que convir ao contratante, pelo prazo estabelecido após o aceite da Nota Fiscal.

4) O preço proposto contempla todas as despesas necessárias à plena execução do serviço, tais como de pessoal, de administração e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc) incidente sobre o serviço.

5) Os serviços serão acompanhados e supervisionados por pessoal devidamente habilitado da contratada, bem como pelo controle de qualidade dos serviços que estão sendo prestados.

6) A empresa vencedora fornecerá aos funcionários uniforme completo, EPI's e os mesmos estarão devidamente identificados.

7) Todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela Contratada.

8) A proposta terá validade de 60 (sessenta) dias, a partir da presente data.

9) A empresa deverá fornecer todo o material de limpeza de primeira qualidade para a execução do serviço de limpeza dos vidros.

10) A empresa vencedora executará sob integral responsabilidade o objeto da mencionada, pelo valor anual de
....., conforme tabela abaixo:

Item	Quantidade	Descrição	Preço unitário máximo	Preço Total Máximo
1	7	PERSONALIZAÇÃO/PLOTAGEM DE 07 TRAILERS 3,00X1,90X2,00, SENDO 26 METROS QUADRADOS CADA (FRENTE, VERSO, LATERAIS E TETO) TOTALIZANDO 182 METROS QUADRADOS OS 07, CONTENDO ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA PERFORMANCE COM LAYOUT SEM LIMITES, MÃO DE OBRA E COLAGEM E COM GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS.	1.958,095	13.706,67
Valor total				13.706,67

Ø Nos preços propostos estão inclusos todos os custos e despesas, encargos e incidências, diretos ou indiretos, inclusive IPI ou ICMS, se houver incidência, não importando a natureza, que recaiam sobre o fornecimento do objeto da presente licitação, inclusive o frete, a carga e descarga, que correrão também por nossa conta e risco.

Ø Prazo de validade da presente proposta é de ____ dias

da data estipulada para sua apresentação não inferior a 60 (sessenta) dias.

Ø Declaramos que esta proposta, nos termos do edital, é firme e concreta, não nos cabendo desistência após a fase de habilitação, na forma do art. 43, § 6º, da Lei nr. 8.666/93 com suas alterações.

Data:

Assinatura:

Nome:

RG: CPF:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018.

ANEXO 03

MINUTA DE DECLARAÇÃO

D E C L A R A Ç Ã O

Declaro que a empresa _____ inscrita
no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____
_____ portador

(a) da Carteira de Identidade nº _____ CPF nº _____

_____ DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

Campos Novos _____ de _____ de 2018.

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2018.

ANEXO 04

FOLHA DE DADOS PARA ELABORAÇÃO DE CONTRATO

Razão Social: _____.

Endereço: _____.

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____.

Telefone: (_____) _____ Fax: (_____) _____.

Nome da pessoa para contatos: _____.

Telefone: (_____) _____ E-mail: _____.

Nome completo da pessoa da pessoa que assinará o contrato: _____.

Cargo que a pessoa ocupa na empresa: _____.

RG nr.: _____ CPF: _____.

Obs.: em caso de representação por procurador, juntar o instrumento de mandato específico para assinatura do contrato.

Data: _____

(Carimbo e assinatura do responsável pelas informações)

Observação: Solicitamos a gentileza de preencher este formulário, e entregá-lo juntamente com os envelopes da presente licitação. Caso essa empresa seja vencedora, estes dados facilitarão a elaboração e assinatura do contrato referente a este procedimento licitatório.

PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2018

ANEXO 05

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa _____, com sede na rua _____, cidade _____, estado _____, cep _____

C.N.P.J. sob nº _____, representada pelo Sr. _____,

CREDENCIA o Sr. _____ (CARGO),

portador do R.G. nr. _____ e C.P.F. nr. _____,

para representá-la perante a Prefeitura Municipal de Campos Novos em licitação na modalidade Pregão Presencial nº02, podendo formular lances, negociar preços e praticar todos os atos inerentes ao certame, inclusive interpor e desistir de recursos em todas as fases licitatórias.

A não apresentação do documento de credenciamento não será motivo para a desclassificação da proposta ou inabilitação da Proponente.

Neste caso, o representante ficará apenas impedido de se manifestar e responder pela Proponente durante os trabalhos.

NOME:

R.G.:

CARGO:

PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2018.

ANEXO 06

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(pode ser preenchida para entrega)

A empresa _____, com sede a _____,

CNPJ sob nº _____, por seu representante Sr. _____,

RG nr. _____ e C.P.F. nr. _____,

declara que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

_____, _____ de _____ de 2018.

Empresa:

Representante legal:

PREGÃO PRESENCIAL Nº02/2018.

ANEXO 07

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E COMPROMETIMENTO

Declaro que a empresa _____ inscrita

no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr. (a) _____

_____, portador

(a) da Carteira de Identidade nº _____ CPF nº _____

_____, DECLARA, para fins que seus profissionais prestarão o serviço licitado com responsabilidade e comprometimento, cumprindo todas as exigências discriminadas a seguir:

O não cumprimento das cláusulas dessa declaração poderá acarretar nas sanções previstas no edital.

Assinatura do Responsável

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018.

ANEXO 08

DESCRIÇÃO E ESPECIFICAÇÕES DOS ITENS

1. Descrição dos itens, e preço máximo.

ITEM	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO MÁXIMO	PREÇO TOTAL MÁXIMO
01	7	PERSONALIZAÇÃO/PLOTAGEM DE 07 TRAILERS 3,00X1,90X2,00, SENDO 26 METROS QUADRADOS CADA (FRENTE, VERSO, LATERAIS E TETO) TOTALIZANDO 182 METROS QUADRADOS OS 07, CONTENDO ADESIVO COM IMPRESSÃO DIGITAL DE ALTA PERFORMANCE COM LAYOUT SEM LIMITES, MÃO DE OBRA E COLAGEM E COM GARANTIA MÍNIMA DE 05 ANOS.	1.958,095	13.706,67
Total				13.706,67

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2018

ANEXO 09.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06

(Obrigatória para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte)

A empresa [nome/Razão social], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], localizada [rua, cidade, Estado], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como [Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte], nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades desta, ser:

() MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante Legal

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

AVISO DE PP N° 02/2018-FUNDECAMPOS

Publicação N° 1494559

AVISO DE LICITAÇÃO

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO.

PROCESSO DE COMPRA N° 02/2018.

PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2018.

O Município de Campos Novos, através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Campos Novos, torna público que fará realizar no dia 02 de Fevereiro de 2018 às 14 horas e 30 minutos, Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, tendo como objeto o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PERSONALIZAÇÃO/ PLOTAGEM DE 07 TRAILERS PARA FEIRA. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site www.camposnovos.sc.gov.br ou na sede da Prefeitura, localizado na Rua Expedicionário João Batista de Almeida, nº 323, no horário das 13h30min às 18h00min diariamente.

Campos Novos, 19 de Janeiro de 2018.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

Canelinha

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/FHMC/18

Publicação Nº 1494024

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 001/FHMC/2018

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição parcelada, conforme necessidade de medicamentos destinados a manutenção das atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha SC. conforme especificações descritas no Anexo, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 06 de fevereiro de 2018, às 07h30min INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 18 de janeiro de 2018. VANDERLEIA ROSA – Diretora Administrativa.

PREGÃO PRESENCIAL Nº001/PMC/18 - RETIFICADO

Publicação Nº 1493990

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 001/PMC/2018
RETIFICADO

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto a aquisição de gêneros alimentícios para o programa nacional de alimentação escolar – PNAE, atendendo a Lei nº 11.947/2009 e Resolução/CD/FNDE/nº026 de 17 de junho de 2013, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. MOTIVO: Conforme solicitação da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, serão alterados os itens 18 e 19 a fim de incluir a validade do produto. Além do cancelamento do item 67, para readequação do mesmo. DATA DE ABERTURA: 01 de fevereiro de 2018, às 07h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 18 de janeiro de 2018. MOACIR MONTIBELER- Prefeito do Município.

Canoinhas

PREFEITURA

EDITAL Nº 003/SME/2018 COMUNICA GABARITO PRELIMINAR, VISTA DE PROVA PADRÃO E ATO PÚBLICO DE LEITURA DE CARTÕES

Publicação Nº 1493998

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO
EDITAL Nº 003/SME/2018
REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

O MUNICÍPIO DE CANOINHAS, representado pelo Prefeito Municipal, o Excelentíssimo Senhor GILBERTO DOS PASSOS, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e emendas, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para atender a necessidade temporária, amparado em excepcional interesse público, devidamente reconhecido por intermédio da Lei nº 5.528, de 25 de março de 2015, com fulcro no Art. 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. O GABARITO PRELIMINAR da Prova Objetiva, que será realizada em 21/01/2018, será divulgado no dia 21/01/2018, após a conclusão das Provas Objetivas, no site www.objetivas.com.br.

1.1. A partir do dia 22/01/2018 o Gabarito Preliminar será divulgado, também, no Pannel de Publicações da Prefeitura Municipal e no site www.pmc.sc.gov.br.

2. Os candidatos interessados em interpor recursos contra o Gabarito Preliminar poderão fazê-lo nos dias 22 e 23/01/2018. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site www.objetivas.com.br, na área do candidato, seguindo as orientações do site. Durante o período de recursos haverá vista da Prova Padrão de todas as Funções no site www.objetivas.com.br, na página referente ao certame. Este é o único momento para vista de Prova Padrão.

3. O Ato Público de correção eletrônica dos cartões de resposta será realizado no dia 25/01/2018, às 14h (Horário de Brasília), na Sede da Objetiva Concursos - Rua Casemiro de Abreu, nº 347,

Bairro Rio Branco, no Município de Porto Alegre/RS.

4. O Gabarito Definitivo e o relatório de notas das Provas Objetiva e de Títulos serão divulgados a partir do dia 27/01/2018, após a análise dos recursos relativos ao Gabarito Preliminar eventualmente interpostos.

Canoinhas, 19 de janeiro de 2018.
GILBERTO DOS PASSOS,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 05/2018 (PRESENCIAL)

Publicação Nº 1494070

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 08/2018
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 05/2018 (PRESENCIAL)

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 01/02/2018, às 13h30min, licitação para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA CONserto DO SISTEMA RODANTE COMPLETO, GOVERNOR E CENTRAL ELETRONICA DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA NEW HOLLAND E215B, Nº 125, ANO 2010, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Recebimento de propostas até as 13h25min do dia 01/02/2018. Informações (47) 3621-7705. Cópia do edital no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Gilberto dos Passos
Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 06/2018 - RETIFICA A PORTARIA Nº 05/2018

Publicação Nº 1494150

PORTARIA Nº 06/2018

RETIFICA A PORTARIA Nº 05/2018
NOMEIA CONTADORA REMOVIDA PELO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 20/2018.

A Mesa da Câmara de Vereadores de Canoinhas, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 26, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e artigo 8º inciso XV da Resolução 825 de 21 de dezembro de 2001 que dispõem sobre o Regimento Interno da Câmara de Vereadores.

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeada à servidora VANESSA LANGER, a partir de 12/01/2018, para exercer o cargo de Contadora Legislativa em caráter temporário, removida pelo Poder Executivo através da

Portaria nº 20/2018.

Art. 2º - As despesas constantes da presente Portaria, correrão por conta de dotações específicas do orçamento.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12 de janeiro de 2018.

Coronel Mário
Presidente

Zenici Dreher
1º Secretária

Telma Bley
2º Secretária

Capão Alto

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 01/2018 REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS, ACESSÓRIOS E/OU COMPONENTES DE REPOSIÇÃO, NOVOS E ORIGINAIS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS INTEGRANTES DA FROTA DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

Publicação N° 1494365

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 01/2018

TITO PEREIRA FREOTAS, PREFEITO MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO, torna público que fará realizar às **09:30 horas do dia 01 de fevereiro de 2018**, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, “**Pelo Maior Percentual de Desconto sobre os preços constantes das Tabelas de Preços dos Fabricantes**” regida pela Lei nº 10.520/02, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 7.892/2013 e por este Edital e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares, destinado a Registro de Preços para o Fornecimento parcelado de peças automotivas, acessórios e/ou componentes de reposição, novos e originais, destinados à manutenção dos veículos integrantes da frota do Município de CAPÃO ALTO.

1. DO OBJETO:

Registro de Preços para o Fornecimento parcelado de peças automotivas, acessórios e/ou componentes de reposição, novos e originais, destinados à manutenção dos veículos integrantes da frota do Município de CAPÃO ALTO, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante deste Edital.

2. DA RETIRADA DO EDITAL:

Far-se-á de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 17:00 horas, na Sala de Licitações, à Rua *Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro, ou pelo site municipal* www.capaoalto.sc.gov.br

3. DO (S) PEDIDO (S) DE ESCLARECIMENTO (S):

3.1 Esclarecimentos a respeito de dúvidas de caráter técnico e de interpretação dos termos do Edital deverão ser formalizados, obrigatoriamente, por escrito e endereçados à Secretaria de Administração aos cuidados do Presidente da Comissão de Licitações, devidamente protocolizados no setor competente, podendo, para efeito de desburocratização, serem transmitidos via e-mail, com a remessa do original via registro postal;

3.2. Outras informações pelo telefone: (49) 3237 2002.

4. DO (S) PRAZO (S) E LOCAL (IS):

4.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

4.2 De Entrega, parceladamente, em até de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data do recebimento de cada Autorização de Fornecimento expedida pelo Município de CAPÃO ALTO, pelo Setor de compras e Licitações, localizada na rua João Vieira de Oliveira, 500, Centro, no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, ou no local constante da solicitação, que poderá ser um prestador de serviços automotivos, no Município de CAPÃO ALTO ou no Município de Lages;

4.3 De Execução, em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços;

4.3 Da Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura.

5. DO (S) PAGAMENTO (S):

5.1. Será (ão) efetuado (s) em até 30 (trinta) dias da (s) entrega (s), à vista da (s) nota (s) fiscal (is) decorrente (s), acompanhadas da (s) cópia (s) da (s) página (s) da (s) Tabela (s) de Preços do Fabricante (s) da (s) peça (s), acessório (s) ou componente (s) de reposição entregue (s);

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000
www.capaoalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

5.2 O (s) pagamento (s), se processará (ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

6. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

6.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de Legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

6.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

6.3. Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa Registrada deverá comunicar o Município de CAPÃO ALTO a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido (s) pelo (s) fornecedor (es) /fabricante (s);

6.4 Caso o Município de CAPÃO ALTO já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa Registrada ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

6.5 O Município de CAPÃO ALTO terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

6.6. Durante esse período a Empresa deverá efetuar a (s) entrega (s) do (s) pedido (s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município de CAPÃO ALTO;

6.7 A Empresa obrigar-se-á realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

6.8. Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

7. DA VALIDADE DA PROPOSTA:

O prazo de validade da proposta deverá ser o mesmo da Ata de Registro de Preços, ou seja, de 12 (doze) meses.

8. DOS RECURSOS FINANCEIROS:

8.1. As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Vigente.

9. DA PARTICIPAÇÃO:

9.1. Poderão participar da presente licitação, empresas legalmente constituídas no ramo de atividade do objeto, que satisfaçam as condições do presente Edital;

9.2. As empresas deverão participar isoladamente, não se permitindo consórcios;

9.2. Não poderão participar, Empresas que estejam sob processo de falência, ou concordata ou em regime de recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução, liquidação ou tenham sido suspensas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, Direta ou Indireta, de qualquer dos poderes, da União, dos Estados e dos Municípios, desde que o ato tenha sido publicado em imprensa oficial, pelo órgão autor da sanção ou responsável;

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

9.3 A participação na presente Licitação, enseja a aceitação plena das condições prescritas neste Edital e em seu (s) anexo (s).

10. DO CREDENCIAMENTO:

10.1. Fica a critério do Licitante se fazer representar ou não na sessão;

10.2 O titular se investido de poderes, se fará representar, apresentando, cópias autenticadas do Ato Constitutivo/Contrato Social e da cédula de identidade, ou de outro documento reconhecido legalmente, que o identifique;

10.3 O Licitante se desejar, poderá também ser representado por preposto, devidamente credenciado, através de declaração ou instrumento procuratório, com firma reconhecida em cartório, acompanhado de cópias autenticadas da cédula de identidade do Outorgado e do Ato Constitutivo do Outorgante, conferindo poderes para formulação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;

10.4. Nenhuma pessoa física ou jurídica poderá representar mais de um Licitante;

10.5 O não comparecimento do titular e/ou do representante credenciado não enseja a INABILITAÇÃO, nem a DESCLASSIFICAÇÃO do Licitante;

10.6 O Licitante que não se fizer representar, fica automaticamente impedido de participar da fase de competição com lances verbais e de se manifestar motivadamente sobre os atos da Administração, decaindo, em consequência, do direito de interpor recurso, inclusive para exercer o direito de favorecimento instituído pela LC 123/06, às ME's e EPP's;

10.7 Apresentar no credenciamento Declaração de que se enquadram ou não, na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento.

10.8 Far-se-á o credenciamento, antecedendo a abertura dos envelopes, devendo a documentação pertinente, ser envelopada em separado dos demais documentos ou entregue em mãos.

11. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Deverão ser entregues 02 envelopes separados, indevassáveis, lacrados em seus fechos, cada um deles com identificação clara do proponente referente à licitação, como segue:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

12.1. Os envelopes: nº 01 – Proposta e nº 02 – Documentação de Habilitação, poderão ser entregues no setor de licitações da Prefeitura, à João Vieira de Oliveira, 500, Centro, CAPÃO ALTO, SC, até o dia e hora de abertura dos envelopes.

12.2. Poderão também, sê-los remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso, ficando cientes de que, em ocorrendo o atraso na entrega dos envelopes, estes não serão recebidos;

12.3. Podem ainda, ser entregues pessoalmente ao Pregoeiro ou para um Membro da Equipe de Apoio, até a hora e dia marcado para abertura dos envelopes, não sendo admitida qualquer tolerância após o horário estabelecido para o início do certame.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

13. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE Nº 01

Sr. Pregoeiro

Empresa: _____

Referente ao Edital de Pregão Presencial nº 01/2018

Abertura às **09:30** horas do dia **01 de fevereiro de 2018**.

Rua João Vieira de Oliveira, 500, Centro, CAPÃO ALTO, SC, CEP 88548-000

PROPOSTA

14. DA PROPOSTA:

14.1. Ser formulada de preferência em papel timbrado da empresa, apresentada em uma via, constando o nome, endereço completo e carimbado com a Razão Social;

14.2. Ser redigida em linguagem clara, sem rasuras, sem emendas, sem ressalvas e sem entrelinhas;

14.3. Conter a (s) assinatura (s), a (s) qual (is) deverá (ão) ser identificada (s) fazendo-se constar a qualificação do (s) signatário (s) e o cargo que exerce (Diretor, Gerente e/ou Procurador);

14.4. Estar com todas as vias rubricadas e a última assinada em seu desfecho, pelo signatário da autora;

14.5. Ter validade de no mínimo 60 (sessenta) dias;

14.5.1. Na hipótese de o prazo de validade estar omitido na proposta, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias;

14.6. Conter o percentual único de desconto, expresso em algarismos numéricos e por extenso, com no máximo 02 (duas) casas decimais após a vírgula, que incidirá sobre os preços constantes das Tabelas de Preços dos Fabricantes;

14.6.1. No percentual deverá estar incluído toda incidência de impostos, transportes, custos diretos e indiretos relativos ao presente objeto, inclusive todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários e tributários, ou quaisquer outros custos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão do objeto deste Edital.

14.7 O valor da peça/acessório/componente de reposição, será o resultado da redução do percentual de desconto aplicado no valor do produto, constante das Tabelas de Preços dos Fabricantes.

14.8. Estar **acompanhada:**

14.8.1 Da Declaração de que correrão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação do (s) preço (s) do (s) produto (s) licitado (s);

14.8.2 Da Declaração de que aceitam as condições impostas por este edital e que se submetem ao disposto pela Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

14.8.3 Da Declaração de que o (s) produto (s) a ser (em) entregue (s) ficará (ão) sob a inteira responsabilidade, até a entrega definitiva;

14.8.4 Da Declaração de que cumprem plenamente as condições estabelecidas para efeito de habilitação, nos termos do disposto no inciso VII, do artigo 4º da Lei 10.520/02;

14.8.5 Da Declaração de que se enquadram ou não, na condição de ME ou EPP, nos termos do art. 3º da LC 123/2006 e que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento.

14.8.6 Da declaração de parentesco, conforma anexo VII.

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000

www.capaalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****15. DA SOBRESCRITURA DO ENVELOPE N° 02**

Sr. Pregoeiro

Empresa: _____

Referente ao Edital de Pregão Presencial n° 01/2018

Abertura às 09:00 horas do dia 01 de fevereiro de 2018.

Rua João Vieira de Oliveira, 500, Centro, CAPÃO ALTO, SC, CEP 88548-000

HABILITAÇÃO

16. DA HABILITAÇÃO:**16.1 DA REGULARIDADE JURÍDICA:**

16.1.1 Cópia autenticada do Contrato Social e Alterações posteriores, ou Cópia da última Alteração Consolidada e das alterações subsequentes, registrados na Junta Comercial do Estado; em se tratando de Firma Individual o Registro Comercial e no caso de Sociedade por Ações o Ato Constitutivo acompanhado da Ata da Assembleia que elegeu a diretoria em exercício;

16.1.2 A ME ou a EPP que pretende se beneficiar do direito de preferência, instituído pela LC 123/06, deverá apresentar cópia da Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado da jurisdição competente.

16.2 DA REGULARIDADE FISCAL:

16.2.1 Cópia do CNPJ;

16.2.2 Cópia do Cadastro Municipal ou Estadual de Contribuintes;

16.2.3 Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal de origem da empresa;

16.2.4 Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;

16.2.5 Prova de Regularidade (Certidão Conjunta) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

16.2.6 Prova de Regularidade com FGTS;

16.2.7 Prova de Inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452/43.

16.3 DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

16.3.1 Certidão negativa de Pedido de Concordata ou de Falência, ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida há menos de 60 (sessenta) dias.

16.4 OUTROS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:

16.4.1 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;

16.4.2 Declaração formal, firmada por representante legalmente constituído, de que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000

www.capaalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

NOTAS:

- A certidão que não contar com validade expressa será considerada válida por 60 dias, contados da data da sua emissão, exceto as extraídas pela Internet.
- Todas as xerocópias deverão estar autenticadas, exceto as extraídas pela Internet;
- Todos os documentos de Habilitação deverão ser inseridos no envelope nº 02; preferentemente dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente, encadernados e rubricados pelo Licitante;
- **A prestação de serviços de autenticação de documentos, internamente, fica restringida até o dia anterior ao da abertura da Sessão, exceção feita aos documentos pertinentes a credenciamento, que poderão ser realizados em até 20 minutos antes da data fatal definida para a entrega dos envelopes;**
- Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta;
- Se o Licitante responsável pelo contrato/fornecimento for filiar, todos os documentos deverão estar em nome desta;
- Os documentos que constarem expressamente que são válidos para todos os estabelecimentos, matriz e filiais, serão aceitos pelo Pregoeiro para efeito de julgamento, independentemente da inscrição do CNPJ do Proponente;
- Caso os documentos solicitados no subitem 16.1.1 sejam apresentados no ato do credenciamento do Representante do Licitante, fica facultada a apresentação destes no envelope nº 02.

17. DA ABERTURA DOS ENVELOPES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

17.1. Será (ão) aberto (s) preliminarmente o (s) envelope (s) contendo a (s) Proposta (s) de Preço (s), que deverá (ão) estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se classificará a proposta de maior desconto ofertado e aquelas que apresentem valores sucessivos e inferiores até o limite de 10%, relativamente à de maior desconto;

17.2. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas classificadas com seus respectivos Representantes, presentes, convocar-se-á o (s) autor (es) da (s) proposta (s) com melhor (es) desconto (s), até completar o número previsto de 03 (três), para oferecer lance (s), qualquer que seja (m) seu (s) valor (es), para caracterizar o princípio da competitividade;

17.3. No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior desconto, até a proclamação do vencedor;

17.4 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem descontos iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances;

17.5 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao Licitante, na ordem decrescente dos preços;

17.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate;

17.7. Dos lances ofertados não caberão retratação;

17.8 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do Licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último desconto apresentado pelo Licitante, para efeito de ordenação das propostas;

17.9. Encerrada a fase de lance (s) oral (is), verificar-se-á a natureza do Licitante com o maior desconto ofertado, para efeito de aplicação do direito de preferência a ME e EPP;

17.10. Se, a proposta com maior desconto cotado pertencer a ME ou EPP, será, sem meras formalidades, adjudicado a seu favor, o objeto licitado;

16.11 Caso a proposta mais bem classificada ou a com maior desconto cotado, dependendo da forma de julgamento, não seja de ME ou EPP, e havendo proposta (s) apresentada (s) por ME ou

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

EPP com valor igual ou inferior até 5% do maior desconto cotado, caracterizada (s) pelo empate ficto, proceder-se-á da seguinte forma:

17.11.1. Preliminarmente, selecionar-se-á a (s) proposta (s) aceita (s) de ME ou EPP, dispondo-a (s) pela ordem crescente de classificação, para efeito do exercício do direito de preferência, previsto no Inciso I do art. 45 da LC 123/2006;

17.11.2. Para efeito do desempate de valor (es) cotado (s) com equivalência, se houver, utilizar-se-á o critério de sorteio, para identificação do melhor desconto cotado e a colocação da ME ou EPP na escala de classificação para exercer o direito de preferência, nos termos dispostos no § 2º do art. 45 da Lei 8.666/93 e no Inciso III do art. 45 da LC 123/2006, respectivamente;

17.11.3 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência e está a deliberar pela apresentação de novo lance com desconto superior ao maior, até então, cotado/negociado, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado, ficando em Subsequentes, encerrada a fase de competição;

17.11.4 Convocada a ME ou EPP mais bem classificada para exercer o direito de preferência, e esta deliberar pela não apresentação de novo lance com desconto superior ao maior, até então, cotado/negociado, convocar-se-á a 2ª ME ou EPP melhor classificada, e assim sucessivamente, até a que satisfaça os requisitos requeridos, observando-se o limite das classificadas;

17.11.5 Se nenhuma ME ou EPP convocada, exercer o direito de preferência e a que exercer não atender as exigências editalícias, a empresa que apresentou o melhor desconto/lance, independente de se enquadrar ou não como ME ou EPP, será julgada a vencedora da licitação;

17.12. Não havendo oferta de lance (s), serão verificadas a conformidade da proposta inicial de maior desconto e o valor estimado, se compatível, ser-lhes-á adjudicado o objeto licitado;

17.13 Verificada a documentação pertinente, se a proposta ou o lance de maior desconto não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance Subsequente, na ordem de classificação, verificando sua aceitabilidade, procedendo ao julgamento da habilitação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências do Edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor e, caso não haja manifestação motivada de intenção de recurso, a ele será adjudicado o objeto da licitação definido neste Edital e seu(s) anexo(s);

17.14. Sendo considerada aceitável a proposta do Licitante que apresentou o menor preço/menor desconto, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, para verificação do atendimento das condições de habilitação;

17.15. Em caso de o Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro o inhabilitará e examinará as ofertas Subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor;

17.16. Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com o Licitante vencedor, com vistas a obter preço melhor;

17.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade aos Licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta de manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte do Licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais Licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo;

17.18 A ausência do Licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer;

17.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos Licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima;

17.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos Representantes presentes na ocasião;

17.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, ficando intimados, no mesmo ato, os Licitantes presentes;

17.22 A bem dos serviços, o Pregoeiro, se julgar conveniente, reserva-se do direito, de suspender a licitação, em qualquer uma das suas fases, para efetivar as análises indispensáveis e desenvolver as diligências que se fizerem necessárias, internamente, condicionando a divulgação do resultado preliminar da etapa que estiver em julgamento, à conclusão dos serviços, via fax/email, com a remessa do original via Correio;

17.23. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas classificadas com seus respectivos Representantes, presentes, convocar-se-á o (s) autor (es) da (s) proposta (s) com melhor (es) desconto (s), até completar o número previsto de 03 (três), para oferecer lance (s), qualquer que seja (m) seu (s) valor (es), para caracterizar o princípio da competitividade.

18. DOS CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

18.1 A adjudicação se dará observando-se as condições prescritas no presente Edital e os critérios abaixo relacionados:

18.1.2. Considerar-se-á vencedor o Licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, de acordo com as especificações do edital e ofertar o **Maior Percentual de Desconto sobre os preços constantes das Tabelas de Preços dos Fabricantes**;

18.1.3 Os Preços cotados, depois de negociados, serão IRREAJUSTÁVEIS e as Propostas, depois de abertas, IRRENUNCIÁVEIS;

18.1.4. Os erros de soma ou de multiplicação, em consequência o resultado do valor apurado, e outros que, não desfigurem a validade jurídica, eventualmente configurados na (s) Proposta (s) de Preço (s) do (s) Licitante (s), poderão ser devidamente corrigidos, não se constituindo, de forma alguma, motivo para a desclassificação da Proposta;

18.1.5. Na hipótese de todas as propostas serem desclassificadas, fica facultado ao Pregoeiro a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

19. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO:

19.1. Será (ão) inabilitado (s) o (s) Licitante (s) que não fornecer (em) todos os documentos exigidos ou se estiverem ilegalmente formalizados ou com vigência expirada, exceção feita às certidões pertinentes a regularidade fiscal de ME e/ou EPP;

19.2. À ME ou EPP, que apresentar certidão de regularidade fiscal revelando qualquer restrição, fica assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, prorrogável por igual período, a critério da Administração, a contar da data da notificação declarando-a vencedora, para sanar a (s) falha (s) apontada (s);

19.3 A não regularização no prazo designado, incorre na decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, ficando facultado à Comissão, convocar a ME ou EPP remanescente mais bem classificada, se houver, observando-se a ordem e o limite de classificação;

19.4. No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação;

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

19.5. Na hipótese de documento emitido via internet estar com a validade expirada ou, de xerox apresentada sem autenticação, fica facultado ao Pregoeiro, consultar sua regularidade via site, bem como, proceder a autenticação mediante apresentação da via original, durante a sessão;

19.6. Na hipótese de todos os Licitantes serem inabilitados, fica facultado à Comissão a aplicação das disposições do Art. 48 da Lei de Licitações.

20. DO DIREITO AO RECURSO:

20.1. Tendo o Licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, contará com o prazo de 03 dias consecutivos para apresentação das razões de recurso;

20.2. Os demais Licitantes, inclusive os ausentes, consideram-se intimados na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 dias consecutivos para apresentarem as contrarrazões, que começará a correr do término do prazo da recorrente;

20.3. A manifestação na Sessão Pública e a motivação no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade do recurso;

20.4. O recurso será endereçado à Secretaria Municipal de Administração, via Setor de Protocolo, aos cuidados do Pregoeiro, acompanhado de cópia autenticadas do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, o qual será encaminhado ao Secretário de Administração, para apreciação e decisão, no prazo de até 05 dias;

20.5 O recurso administrativo encaminhada via fax/email, somente será analisado e atendido, posteriormente a recepção da via original acompanhada do documento comprovando a outorga de poderes conferidos ao signatário e das cópias do documento de identidade do outorgado;

20.6 A Impugnação ao ato convocatório, deverá ser dirigida à Secretaria Municipal de Administração, aos cuidados do Pregoeiro, obrigatoriamente via Setor de Protocolo, acompanhada da comprovação de cópias autenticadas do ato constitutivo do outorgante, do instrumento de procuração e do documento de identificação do outorgado, com antecedência de até 02 (dois) dias úteis da data da sessão pública de abertura;

20.7 O (s) recurso (s) e/ou impugnação (ões) precluso (s) e intempestivo (s) não será (ão) conhecido (s).

21. DAS OBRIGAÇÕES DA (S) EMPRESA (S) REGISTRADA (S):

21.1. Cumprir todas as cláusulas e condições do presente Edital, de seu (s) Anexo (s) e da Ata de Registro de Preços decorrente;

21.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

21.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

21.4. Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;

21.5. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.6. Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação das entregas, apresentando razões justificadas que serão objeto de apreciação do Órgão Gestor;

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

- 21.7. Responsabilizar-se por todo e qualquer extravio de produto durante a execução da Ata de Registro de Preços, enquanto estiverem sob sua guarda;
- 21.8. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 21.9. Os produtos que não se enquadrarem nas especificações serão devolvidos à Empresa Registrada, ficando esta obrigada a substituí-los por produtos adequados, em conformidade com as especificações, no prazo máximo de 24 horas;
- 21.10. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;
- 21.11. Apresentar, sempre que solicitados, cópia das notas fiscais, bem como prestar contas e esclarecimentos sobre as peças, acessórios e componentes de reposição adquiridos, fornecendo toda e qualquer informação à fiscalização da Ata de Registro de Preços para acompanhamento da execução;
- 21.12. Manter estoque regular e permanente do objeto licitado, para aplicação imediata nos serviços rápidos;
- 21.13. Não transferir, total ou parcialmente, não subcontratar, ainda que parcialmente, o objeto desta licitação, sem anuência prévia do Órgão Gestor.

22. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR:

- 22.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;
- 22.2. Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;
- 22.3. Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;
- 22.4. Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do (s) serviço (s), objeto deste Edital;
- 22.5. Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;
- 22.6. Efetuar os pedidos de fornecimento de peças e acessórios em conformidade com o catálogo de aplicação de peças fornecidas pelo distribuidor autorizado da marca;
- 22.7. Comunicar formalmente e imediatamente a Empresa Registrada, qualquer anormalidade no fornecimento, podendo suspender a entrega, caso não esteja de acordo com as exigências estabelecidas no Edital;
- 22.8. Devolver as peças e acessórios que estiverem fora de especificação e solicitar sua substituição ou cancelamento, se foro caso;
- 22.9. Verificar e atestar, ao receber a nota (s) fiscal (is) e a (s) cópia (s) da (s) página (s) da (s) Tabela (s) de Preços do Fabricante (s) da (s) peça (s), acessório (s) ou componente (s) de reposição entregue (s), se os valores cobrados estão de acordo com o desconto efetuado registrado na Ata de Registro de Preços.

23. DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 23.1 A descrição e quantidades constantes no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando o Município de CAPÃO ALTO a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;
- 23.2 A existência de preços registrados não impede a Administração de, sempre que julgar conveniente e oportuno, na hipótese de existência de menor preço no mercado, efetivar as contratações por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, respeitada a

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

legislação vigente, sendo assegurado ao compromissário fornecedor à preferência de fornecimento em igualdade de condições;

23.2.1 O direito de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica ou diretamente, nos termos da legislação vigente e o preço encontrado for igual ou superior ao validamente registrado. Nesta hipótese o contratado, fornecedor de materiais, terá assegurado seu direito à contratação.

23.2.2. É vedada a aquisição de materiais por valor igual ou superior ao preço registrado, ressalvada a hipótese de esgotamento da capacidade de fornecimento do compromissário fornecedor.

23.3. Homologado o resultado do certame, o Município de CAPÃO ALTO convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

23.4 A aquisição dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo Município de CAPÃO ALTO, através de Autorização de fornecimento;

23.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta;

23.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contração, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

23.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

23.8. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Município de CAPÃO ALTO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

23.9. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de CAPÃO ALTO deverá:

23.9.1. Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

23.9.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

23.10. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de CAPÃO ALTO poderá:

23.10.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

23.1.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

23.11. Não havendo êxito nas negociações, o Município de CAPÃO ALTO deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

23.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

23.12.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

23.12.2. Não retirar a respectiva Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

23.12.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

23.12.4. Tiver presentes razões de interesse público;

23.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000

www.capaalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

23.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

24. DO DIREITO DE RESERVA:

24.1 O Município de CAPÃO ALTO, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

24.2 Receber o (s) produto (s) provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

24.3 O (s) produto (s) que não for (em) de qualidade e/ou que não atender (em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu (s) anexo (s), após notificação, será (ão), prontamente colocado (s) à disposição do (s) fornecedor (es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no art.76 da Lei de Licitações;

24.4 O Município de CAPÃO ALTO não se obriga a adquirir o (s) produto (s) cotado (s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO II, podendo até realizar licitação específica, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares.

25. DAS PENALIDADES E GARANTIAS:

25.1. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

25.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

25.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

26. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

26.1. Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, os Licitantes farão constar em sua documentação: endereço, número de fax e telefone, email, bem como o nome da pessoa indicada para contatos;

26.2 No interesse do Município de CAPÃO ALTO, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000
www.capaalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

- a) adiada a abertura da licitação;
- b) alteradas as condições do Edital, obedecido o disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;
- c) filmadas e/ou gravadas as sessões e este meio ser utilizado como prova;

27. DO FORO:

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente Edital, independentemente de qual seja o domicílio do Licitante.

28. ANEXOS CONFORME MODELOS

- a) **Anexo I** – Termo de Referência;
- b) **Anexo II** – Declaração de atendimento aos requisitos de habilitação;
- c) **Anexo III** – Declaração de não possuir impedimento;
- d) **Anexo IV** – Declaração de microempresa ou empresa de pequeno porte;
- e) **Anexo V** – Declaração de inidoneidade;
- f) **Anexo VI** – Declaração que não possui menores;
- g) **Anexo VII** – Declaração de grau de parentesco
- f) **Anexo VIII** – Minuta de Contrato.

CAPÃO ALTO, 18 de janeiro de 2018.

Tito Pereira Freitas
Prefeito Municipal de Capão Alto

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA****JUSTIFICATIVA:**

Manter a frota de veículos do Município de CAPÃO ALTO em perfeitas condições de uso, nas melhores condições de tráfego, rendimento e segurança, cabendo à(s) empresa(s) especializada(s) registrada(s) o fornecimento de peças automotivas, acessórios e/ou componentes de reposição, novos e originais.

FROTA OFICIAL DE VEÍCULOS, ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS / PATRIMÔNIOS:

SECRETARIA	Nº FROTA	TIPO/MODELO	MARCA	COMBUSTÍVEL
OBRAS	104	MERIVA	GM	GASOLINA
OBRAS	24	CAÇAMBA	MERCEDES	DIESEL
OBRAS	49	CAÇAMBA	MERCEDES	DIESEL
OBRAS	76	CAÇAMBA	MERCEDES	DIESEL
OBRAS	77	CAÇAMBA	MERCEDES	DIESEL
OBRAS	65	UNO	FIAT	GASOLINA
OBRAS	19	CARREGADEIRA	MICHIGAN	DIESEL
OBRAS	67	RETROESCAVADEIRA	JCB	DIESEL
OBRAS	68	RETROESCAVADEIRA	JCB	DIESEL
OBRAS	83	RETROESCAVADEIRA	CATERPILLAR	DIESEL
OBRAS	98	ROLO COMPACTADOR	HAMM	DIESEL
OBRAS	90	PATROLA	CASE	DIESEL
OBRAS	97	PATROLA	CASE	DIESEL
OBRAS	91	PATROLA	HWB	DIESEL
OBRAS	13	PATROLA	HWB	DIESEL
OBRAS	69	PATROLA	CATERPILLAR	DIESEL
OBRAS	SDR	PATROLA	CATERPILLAR	DIESEL
AGRICULTURA	92	CAÇAMBA	MERCEDES	DIESEL
AGRICULTURA	81	SAVEIRO	VOLKSWAGEN	FLEX
AGRICULTURA	85	ESCORT	FORD	GASOLINA
AGRICULTURA	17	LOGUS	VOLKSWAGEN	GASOLINA
AGRICULTURA	31	GOL	VOLKSWAGEN	GASOLINA
AGRICULTURA	62	RETROESCAVADEIRA	JCB	DIESEL
AGRICULTURA	902	TRATOR	VALMET	DIESEL
AGRICULTURA	909	TRATOR	MASSEY	DIESEL
AGRICULTURA	910	TRATOR	MASSEY	DIESEL
AGRICULTURA	911	TRATOR	MASSEY	DIESEL
AGRICULTURA	912	TRATOR	MASSEY	DIESEL
AGRICULTURA	913	TRATOR	VALTRA	DIESEL
AGRICULTURA	914	TRATOR	MASSEY	DIESEL
AGRICULTURA	915	TRATOR	MASSEY	DIESEL

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000
www.capaalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

AGRICULTURA	89	TRATOR	NEW HOLLAND	DIESEL
AGRICULTURA	93	SERRARIA MÓVEL	MET. TURBINA	DIESEL
AGRICULTURA	94	TRATOR	NEW HOLLAND	DIESEL
AGRICULTURA	102	TRATOR	NEW HOLLAND	DIESEL
AGRICULTURA	6	GOL	VOLKSWAGEN	GASOLINA
EDUCAÇÃO	95	MICRO ONIBUS	VOLARE	DIESEL
EDUCAÇÃO	96	MICRO ONIBUS	IVECO	DIESEL
EDUCAÇÃO	29	MICRO ONIBUS	VOLARE	DIESEL
EDUCAÇÃO	39	ONIBUS	VOLARE	DIESEL
EDUCAÇÃO	52	ONIBUS	MERCEDEZ	DIESEL
EDUCAÇÃO	71	ONIBUS	VOLKSWAGEN	DIESEL
EDUCAÇÃO	86	ONIBUS	VOLKSWAGEN	DIESEL
EDUCAÇÃO	87	ONIBUS	VOLKSWAGEN	DIESEL
EDUCAÇÃO	44	KOMBI	VOLKSWAGEN	FLEX
EDUCAÇÃO	45	KOMBI	VOLKSWAGEN	FLEX
EDUCAÇÃO	46	KOMBI	VOLKSWAGEN	FLEX
EDUCAÇÃO	47	KOMBI	VOLKSWAGEN	FLEX
EDUCAÇÃO	48	KOMBI	VOLKSWAGEN	FLEX
EDUCAÇÃO	59	KOMBI	VOLKSWAGEN	FLEX
EDUCAÇÃO	82	KOMBI	VOLKSWAGEN	FLEX
EDUCAÇÃO	56	UNO	FIAT	GASOLINA
EDUCAÇÃO	57	UNO	FIAT	GASOLINA
EDUCAÇÃO	51	SIENA	FIAT	GASOLINA
EDUCAÇÃO	27	GOL	VOLKSWAGEN	GASOLINA
EDUCAÇÃO	84	ASTRA	GM	GASOLINA
EDUCAÇÃO	61	GOL	VOLKSWAGEN	GASOLINA
EDUCAÇÃO	60	GOL	VOLKSWAGEN	GASOLINA
EDUCAÇÃO	99	KGOO	RENAULT	GASOLINA
EDUCAÇÃO	105	VECTRA	GM	GASOLINA
EDUCAÇÃO	37	MASTER	RENAULT	DIESEL
SAÚDE	57	AMBULÂNCIA S10	GM	DIESEL
SAÚDE	88	DOBLÓ	FIAT	FLEX
SAÚDE	36	MICRO ONIBUS	VOLARE	DIESEL
SAÚDE	43	GOL	VOLKSWAGEN	FLEX
SAÚDE	107	MASTER	RENAULT	DIESEL
SAÚDE	103	OROCH	RENAULT	FLEX
SAÚDE	80	UNO	FIAT	GASOLINA
SAÚDE	79	UNO	FIAT	GASOLINA
SOCIAL	1001	CLASSIC	GM	FLEX
SOCIAL	55	UNO	FIAT	GASOLINA
SOCIAL	58	UNO	FIAT	FLEX
SOCIAL	106	PALIO	FIAT	FLEX

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000
www.capaoalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO**

GABINETE	70	TUCSON	HIUNDAI	FLEX
FINANÇAS	101	ASTRA	GM	GASOLINA
FINANÇAS	50	PARATI	VOLKSWAGEN	GASOLINA
ADMINISTRAÇÃO	105	VECTRA	GM	GASOLINA
ADMINISTRAÇÃO	109	GOL	VOLKSWAGEN	FLEX
URBANISMO	66	STRADA / CE	FIAT	FLEX
URBANISMO	7	CAÇAMBA	MERCEDES	DIESEL
URBANISMO	30	RETROESCAVADEIRA	MASSEY	DIESEL

NOTA: A quantidade de veículos constante da relação acima poderá ser alterada em virtude de novas aquisições ou desfazimentos dos veículos existentes.

2. DESCRIÇÃO DAS PEÇAS E ACESSÓRIOS

2.1. Os produtos, objeto desta licitação, deverão ser originais e novos, e entregues com a embalagem original;

2.2. É vedado o fornecimento de peças não originais, usadas, reconcondicionadas, manufaturadas ou cujas marcas não sejam utilizadas pelas respectivas marcas dos veículos.

3. DO FORNECIMENTO DOS MATERIAIS (PEÇAS E ACESSÓRIOS)

3.1 O fornecimento dos produtos, objeto desta licitação, deverá ser feito de acordo com as necessidades do Órgão Gestor, devidamente autorizadas e na forma disposta abaixo:

3.2 Os produtos serão requisitados à medida que seja necessária sua reposição nos veículos da frota;

3.3 A solicitação será feita em qualquer tempo de acordo com a necessidade da unidade solicitante, dentro do prazo da Ata de Registro de Preços;

3.4 Visando o atendimento da forma de entrega, a Empresa Registrada deverá entregar o(s) item(s) solicitado(s) na Autorização de Fornecimento em até 24(vinte e quatro) horas da sua emissão pelo solicitante.

4. DA GARANTIA

4.1 Todos os produtos deverão possuir garantia, referente a defeitos de fabricação, especificações, embalagem ou outros, por período mínimo de 03 (três) meses.

4.2 Ocorrendo defeito durante o período de garantia, a Empresa Registrada será comunicada e deverá providenciar a substituição do material em até 24 (vinte e quatro) horas.

4.3 Os produtos que apresentarem defeito de fabricação, ou quaisquer defeitos que impossibilitem seu uso, deverão ser substituídos, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas, a partir da data de comunicação feita pelo Órgão Gestor.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****MODELO DE PROPOSTA:**

ITEM	MARCA/MODELO	VALOR MÁXIMO ESTIMADO	PERCENTUAL DE DESCONTO (%) SOBRE O PREÇO MÁXIMO DA TABELA DO FABRICANTE
Todos os veículos Leves da Frota do Município -Veículos automóveis com até 5 lugares pertencentes a frota municipal.	CONFORME VEÍCULOS E MÁQUINAS DO TERMO DE REFERÊNCIA PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL	R\$ 80.000,00	%
Todos os ônibus, microônibus, caminhões, kombi e Caminhonetes pertencentes a frota municipal.	CONFORME VEÍCULOS E MÁQUINAS DO TERMO DE REFERÊNCIA PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL	R\$ 80.000,00	%
Todas as máquinas e equipamentos pesados (Motoniveladora, carregadeira, trator, escavadeira, implementos agrícolas, etc.)	CONFORME VEÍCULOS E MÁQUINAS DO TERMO DE REFERÊNCIA PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL	R\$ 100.000,00	%
VALOR TOTAL MAXIMO: R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais)			

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000
www.capaoalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****ANEXO II****DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa, inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital de Pregão nº ____/2018, do Município de CAPÃO ALTO. (conforme art. 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002).

Cidade _____, ____ de _____ de _____

Nome e Assinatura do Representante Legal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****ANEXO III****DECLARAÇÃO DE NÃO POSSUIR IMPEDIMENTO**

A empresa, inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penas da lei, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal.

Declara, também, que está obrigada, sob as penas da lei, a declarar, quando de sua ocorrência, fatos supervenientes impeditivos de sua habilitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cidade _____, ____ de _____ de _____

Nome e Assinatura do Representante Legal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****ANEXO IV****DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

A empresa, inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do artigo 3º da Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas e, que não está inserida nas excludentes hipóteses do § 4º do artigo em comento, para fins do exercício do direito de favorecimento.

Cidade _____, ____ de _____ de _____

Nome e Assinatura do Representante Legal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****ANEXO V****DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE**

A empresa, inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, que não pesa contra si declaração de inidoneidade, expedida em face de inexecução total ou parcial de contratos com outros entes públicos, nos termos do artigo 87, inciso IV e artigo 88, inciso III da Lei 8.666/93, em atendimento ao artigo 97 da referida Lei.

Cidade _____, ____ de _____ de _____

Nome e Assinatura do Representante Legal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****ANEXO VI****DECLARAÇÃO QUE NÃO POSSUI MENORES**

A empresa, inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representada por, portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, DECLARA, que não possui em seu quadro de pessoal, empregados menores de 18 anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, ou em qualquer trabalho, menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Cidade _____, ____ de _____ de _____

Nome e Assinatura do Representante Legal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****ANEXO VII****DECLARAÇÃO DE GRAU DE PARENTESCO**

A empresa....., inscrita no CNPJ, com sede à (endereço completo), neste ato representado por....., portador de Cédula de Identidade, inscrito no CPF, declara para os devidos fins não possuir parentesco até o 3º grau civil, afim ou consanguíneo, com qualquer servidor ou ocupante de função de confiança no (nome do órgão, instituição ou empresa).

Declaro, ainda, a veracidade das informações acima prestadas, podendo vir a responder às medidas cabíveis em direito em caso de falsidade.

Cidade _____, ____ de _____ de _____.

Nome e Assinatura do Representante Legal

Obs: Os parentes até o 3º grau civil, afim ou consanguíneo, são os seguintes: esposo(a), pai, mãe, filho(a) (adotivo inclusive), irmão(ã), avô(ó), neto(a), sobrinho(a), tio(a), bisneto(a), sogro(a), genro, nora, avós do(a) esposo(a), cunhado(a), concunhado(a), esposo(a) do(a) neto(a), tio(a) do(a) esposo(a), sobrinho da(o) esposa(o), esposo(a) da(o) bisneta(o), esposo(a) do(a) primo(a) da esposa.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****ANEXO VII – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS REF. PREGÃO
PRESENCIAL Nº 01/2018**

ÓRGÃO GESTOR: MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, inscrito no CNPJ sob n.º 01.599.409/0001-39, com sede na Rua João Vieira de Oliveira, 500, Centro, CAPÃO ALTO, SC.

EMPRESA:, inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na Rua, Bairro, em

O Município de CAPÃO ALTO, pessoa jurídica de direito público, neste ato, por delegação, representado pelo Prefeito Municipal, Tito Pereira Freitas, portador do CPF nº, doravante denominado ÓRGÃO GESTOR e a Empresa, neste ato representada pelo Sr., portador do CPF nº de ora em diante denominada EMPRESA REGISTRADA, resolvem celebrar esta Ata de Registro de Preços, em decorrência do Processo Licitatório nº/2018, correlato à Pregão Presencial nº/2018, aberta em 2018 e homologada em, consoante as cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para o Fornecimento parcelado de peças automotivas, acessórios e/ou componentes de reposição, novos e originais, destinados à manutenção dos veículos integrantes da frota do Município de CAPÃO ALTO, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I – Termo de Referência.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO (S) PRAZO (S) E LOCAL (IS)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, decorrente;

2.2 De Entrega, , parceladamente, em até de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data do recebimento de cada Autorização de Fornecimento expedida pelo Município de CAPÃO ALTO, pelo Setor de compras e Licitações localizada Rua João Vieira de Oliveira, 500, Centro, CAPÃO ALTO, SC no horário das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, ou no local constante da solicitação, que poderá ser um prestador de serviços automotivos, no Município de CAPÃO ALTO ou no Município de Lages

2.3 De Execução, em até 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO (S) DESCONTO (S)

O desconto fixo oferecido pela Empresa Registrada é de% (.....) e incidirá sobre as Tabelas de Preços dos Fabricantes de peças automotivas, acessórios e/ou componentes de reposição

CLÁUSULA QUARTA – DO (S) PAGAMENTO (S)

4.1. Será (ão) efetuado (s) em até 30 (trinta) dias da (s) entrega (s), à vista da (s) nota (s) fiscal (is) decorrente (s), acompanhadas da (s) cópia (s) da (s) página (s) da (s) Tabela (s) de Preços do Fabricante (s) da (s) peça (s), acessório (s) ou componente (s) de reposição entregue (s);

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000
www.capaalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

4.2 O(s) pagamento(s), se processará(ão) após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços, Proposta de Preços e demais Documentos inerentes ao Processo.

CLÁUSULA QUINTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO:

5.1 O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de validade da Ata de Registro de Preços;

5.2 A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado;

5.3 Para a concessão da revisão dos preços, a Empresa deverá comunicar o Município de CAPÃO ALTO a variação dos preços, por escrito, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos emitido(s) pelo (s) fornecedor(es);

5.4 Caso o Município de CAPÃO ALTO já tenha emitido a Nota de Empenho respectiva, para que a Empresa realize o serviço e a Empresa ainda não tenha solicitado a revisão de preços, esta não incidirá sobre o pedido já formalizado e empenhado;

5.5 O Município de CAPÃO ALTO terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos;

5.6 Durante esse período a Empresa deverá efetuar a(s) entrega(s) do(s) pedido(s) pelo preço registrado e no prazo ajustado, mesmo que a revisão seja julgada procedente pelo Município de CAPÃO ALTO;

5.7 A Empresa obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado caso o pedido de revisão seja julgado improcedente;

5.8 Na hipótese de atraso no pagamento, por culpa exclusiva da Administração, o critério de atualização financeira é o IGP-M.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Vigente na Execução.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA EMPRESA REGISTRADA

7.1. Cumprir todas as cláusulas e condições do Edital, de seu (s) Anexo (s) e da presente Ata de Registro de Preços decorrente;

7.2 Assinar e devolver a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias a contar da data do seu recebimento. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar/devolver a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;

7.3 Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessárias, em até 25% do valor inicialmente contratado, nos termos do § 1º do Artigo 65 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares;

7.4 Atender fielmente o objeto do edital, em acordo com os itens e condições estabelecidas no instrumento, seus anexos, proposta de preços, bem como normas e procedimentos técnicos e de segurança consagrados e pertinentes ao caso;

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000
www.capaalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

- 7.5 Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 7.6 Comunicar, por escrito, eventual atraso ou paralisação das entregas, apresentando razões justificadas que serão objeto de apreciação do Órgão Gestor;
- 7.7 Responsabilizar-se por todo e qualquer extravio de produto durante a execução da Ata de Registro de Preços, enquanto estiverem sob sua guarda;
- 7.8 Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento do bem a si adjudicado, inclusive fretes e seguros desde a origem até sua entrega no local de destino;
- 7.9 Os produtos que não se enquadrarem nas especificações serão devolvidos à Empresa Registrada, ficando esta obrigada a substituí-los por produtos adequados, em conformidade com as especificações, no prazo máximo de 24 horas;
- 7.10 Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatando as reclamações formuladas;
- 7.11 Apresentar, sempre que solicitados, cópia das notas fiscais, bem como prestar contas e esclarecimentos sobre as peças, acessórios e componentes de reposição adquiridos, fornecendo toda e qualquer informação à fiscalização da Ata de Registro de Preços para acompanhamento da execução;
- 7.12 Manter estoque regular e permanente do objeto licitado, para aplicação imediata nos serviços rápidos;
- 7.13 Não transferir, total ou parcialmente, não subcontratar, ainda que parcialmente, o objeto desta licitação, sem anuência prévia do Órgão Gestor.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GESTOR

- 8.1 Emitir a Ata de Registro de Preços em prazo não superior a 10 (dez) dias, contados da data da Homologação;
- 8.2 Encaminhar ao adjudicatário a Ata de Registro de Preços, em prazo não superior a 10 (dez) dias contados da data da sua emissão;
- 8.3 Efetuar os pagamentos em conformidade com as condições prescritas no Edital;
- 8.4 Exercer ampla e permanente fiscalização durante a execução do(s) serviço(s), objeto deste Edital;
- 8.5 Prestar informações atinentes ao objeto da contratação que venham a ser solicitadas pela Empresa Registrada;
- 8.6 Efetuar os pedidos de fornecimento de peças e acessórios em conformidade com o catálogo de aplicação de peças fornecidas pelo distribuidor autorizado da marca;
- 22.7 Comunicar formalmente e imediatamente a Empresa Registrada, qualquer anormalidade no fornecimento, podendo suspender a entrega, caso não esteja de acordo com as exigências estabelecidas no Edital;
- 8.8 Devolver as peças e acessórios que estiverem fora de especificação e solicitar sua substituição ou cancelamento, se for o caso;
- 8.9 Verificar e atestar, ao receber a nota(s) fiscal(is) e a(s) cópia(s) da(s) página(s) da(s) Tabela(s) de Preços do Fabricante(s) da(s) peça(s), acessório(s) ou componente(s) de reposição entregue(s), se os valores cobrados estão de acordo com o desconto efetuado registrado na Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

CLÁUSULA NONA – DO REGISTRO DE PREÇOS E DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 A descrição e quantidades constantes no Termo de Referência contém a estimativa máxima para fornecimento em 12 (doze) meses, e em conformidade com a legislação, não obrigando o Município de CAPÃO ALTO a contratar/adquirir a quantidade total estimada, possibilitando a aquisição integral, parcial ou mesmo a não aquisição;

9.2 A existência de preços registrados não impede a Administração de, sempre que julgar conveniente e oportuno, na hipótese de existência de menor preço no mercado, efetivar as contratações por meio de procedimento licitatório específico ou de contratação direta, respeitada a legislação vigente, sendo assegurado ao compromissário fornecedor a preferência de fornecimento em igualdade de condições;

9.2.1 O direito de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso a Administração opte por realizar a aquisição através de licitação específica ou diretamente, nos termos da legislação vigente e o preço encontrado for igual ou superior ao validamente registrado. Nesta hipótese o contratado, fornecedor de materiais, terá assegurado seu direito à contratação.

23.2.2 É vedada a aquisição de materiais por valor igual ou superior ao preço registrado, ressalvada a hipótese de esgotamento da capacidade de fornecimento do compromissário fornecedor.

9.3 Homologado o resultado do certame, o Município de CAPÃO ALTO convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços, no prazo de até 10 (dez) dias, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, a qual se constitui em compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas;

9.4 A aquisição dos serviços junto ao fornecedor registrado será formalizada pelo Município de CAPÃO ALTO, através da Autorização de Fornecimento;

9.5 Caso o proponente vencedor não atenda à convocação, é facultado à Administração, dentro do prazo e condições estabelecidas, convocar os remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nos termos de sua proposta;

9.6 A Ata de Registro de Preços observará a minuta do anexo deste Edital e firmará compromisso para eventual contratação, com validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura;

9.7 A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no artigo 65 da Lei n.º 8.666, de 1993;

9.8 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo ao Município de CAPÃO ALTO promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

9.9 Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Município de CAPÃO ALTO deverá:

9.9.1 Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado; frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

9.9.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.10 Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o Município de CAPÃO ALTO poderá:

9.10.1 Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de execução/fornecimento;

9.1.2 Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação;

9.11 Não havendo êxito nas negociações, o Município de CAPÃO ALTO deverá proceder a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000
www.capaoalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO

9.12 O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

9.12.1 Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

9.12.2 Não retirar a respectiva Ordem de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.12.3 Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

9.12.4 Tiver presentes razões de interesse público;

9.13 O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão Gerenciador;

9.14 O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados, desde que seja formulado com antecedência de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO

10.1 Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e consequente aceitação;

10.2 O(s) produto(s) que não for(em) de qualidade e/ou que não atender(em), na sua plenitude, as especificações do Edital e seu(s) anexo(s), após notificação, será(ão), prontamente colocado(s) à disposição do(s) fornecedor(es), sem atribuição de qualquer ônus ao Contratante, com embasamento no disposto no art.76 da Lei de Licitações;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1. Pela inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, pelo Empresa Registrada, poderão ser aplicadas as penalidades prevista nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis;

11.2. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se o Licitante, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a Ata de Registro de Preços, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

11.3 No caso de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou, deixar de apresentar documentos solicitados para a contratação ou, recusar-se a fazê-los no prazo estabelecido, sem prejuízo da aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) da sua Proposta Comercial e das demais sanções previstas em lei, o Município se reserva ao direito de convocar outro licitante, observada a ordem e o limite de classificação e o direito de preferência para ME ou EPP, e assim sucessivamente, hipótese em que o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o licitante para obtenção de preço menor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA/VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a contar da data da sua assinatura.

Rua: João Vieira de Oliveira, 500 – Centro – CEP 88548-000 Fone: (49) 3237 2000
www.capaoalto.sc.gov.br - CNPJ: 01.599.409/0001-39

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO****CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DIREITO DE RESERVA**

13.1 O Município de CAPÃO ALTO, reserva-se ao direito, de revogar o certame por razões de interesse público devidamente justificado, ou de anulá-lo, caso ocorram vícios de ilegalidade, nos termos do art. 49 da Lei de Licitações;

13.2 O Município de CAPÃO ALTO não se obriga a adquirir o(s) produto(s) cotado(s) por licitante vencedor na quantidade relacionada no ANEXO II, podendo até realizar licitação específica, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei n. 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 A presente Ata de Registro de Preços reger-se-á pelas disposições expressas na Lei nº 10.520/02, Lei Complementar 123/2006, pelo Decreto 7.892/2013 e, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e Diplomas Complementares e, pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos contratos e as disposições de Direito Privado;

14.2 Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Campo Belo do Sul, Estado de Santa Catarina, Brasil, para as ações que porventura decorram do presente, independentemente de qual seja o domicílio da Empresa Registrada.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

CAPÃO ALTO (SC), em de de 2018.

Tito Pereira Freitas
Prefeito Municipal de Capão Alto

Empresa Registrada

Capinzal

PREFEITURA

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0001/2018 DISPENSA 0001/2018

Publicação N° 1494242

PROCESSO N° 0001/2018
Dispensa de Licitação N° 0001/2018

KAMILLE SARTORI BEAL, SECRETÁRIA DE SAÚDE, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citados do art. 24 da Lei N° 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de 0001/2018 conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa especializada em Engenharia, visando a Elaboração do Projeto de Reforma incluindo, a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART e impressões de Projeto, Memorial Descritivo e Orçamentos, gerados durante o processo, bem como a entrega de cópia digitalizada do projeto em CD. Com Recursos Próprios

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	70,00	M2	Elaboração do Projeto de Reforma da Unidade de Saúde do Distrito de Alto Alegre		15,00	1.050,00
2	69,00	M2	Elaboração do Projeto de Reforma da Unidade de Saúde da Localidade de Vila União		15,00	1.035,00
3	100,00	M2	Elaboração do Projeto de Reforma da Unidade de Saúde da Localidade de Barro Preto		15,00	1.500,00
4	124,00	M2	Elaboração do Projeto Reforma (troca de cobertura) da Unidade Estratégia Saúde da Família do Loteamento São Luiz		3,50	434,00
5	1.769,91	M2	Elaboração do Projeto de Pintura da Unidade de Saúde Central, parte interna, localizada nas dependências do INSS (andar inferior)		0,50	884,96
Total						4.903,96

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
ESATTO ENGENHARIA LTDA - ME	01, 02, 03, 04, 05
4.903,96(quatro mil novecentos e três reais e noventa e seis centavos)	

JUSTIFICATIVA

Considerando as atuais condições físicas das Unidades de Saúde vinculadas à Secretaria da Saúde e buscando proporcionar melhores condições de atendimento aos municípios de Capinzal oferecendo, não apenas qualidade nos serviços prestados, mas que as Unidades de Saúde apresentem estruturas físicas adequadas, o Município de Capinzal, através do Fundo Municipal de Saúde, pretende contratar a empresa ESATTO ENGENHARIA LTDA. ME, inscrita no CNPJ 22.255.164/0001-00, visando a elaboração de Projeto de Reforma dos itens descritos no Memorando nº 169/2017, incluindo a Anotação de Responsabilidade Técnica – Art e impressões de Projeto/Memorial/Orçamento geradas durante o processo, bem como a entrega de cópia digitalizada do projeto em CD, pelas justificativas que se apresentam a seguir:

1 – A empresa goza de regularidade fiscal, conforme se comprova com as 6 (seis) certidões negativas (Federal, Estadual, Municipal, FGTS, INSS, Trabalhista), anexas.

2 – O valor ajustado pelo serviço está de acordo com os valores praticados pelo mercado, conforme constatado nas cotações em anexo.

3 – O valor apresentado pela empresa, é o menor valor, considerando as cotações em anexo, portanto, não trará prejuízos ao erário público.

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94
Art. 24. É dispensável a Licitação:

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 8 - Manutenção da saúde pública
Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL
Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 150 - VIDA E SAÚDE
Projeto/Atividade: 2.100 - Manutenção da saúde pública
Elemento: 33903999000000 - Aplicacoes Diretas
Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 18 de Janeiro de 2018

KAMILLE SARTORI BEAL

SECRETÁRIA DE SAÚDE

FMS TERMO ADITIVO 003/2017 C42

Publicação Nº 1493899

ESTADO DE SANTA CATARINA		
FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CAPINZAL		
EXTRATO CONTRATUAL		

Aditivo Nº : TA 003/2017 C42 - Contrato Nº: 0042/2017		
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAÚDE CAPINZAL		
Contratada...: ANDREA CARVALHO DE ARAUJO & CIA LTDA		
Valor : 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)		
Vigência : Início: 29/12/2017 Término: 31/12/2018		
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 7/2017		
Recursos : Dotação:		
Objeto : O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original, findando em 31/12/2018 e O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Termo Aditivo é de 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais).		
Capinzal, 29 de dezembro de 2017		

Catanduvás

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº PL/110/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494143

PORTARIA Nº PL/110/2018 de 02 de janeiro de 2018.
CONCEDE FÉRIAS COLETIVA AOS SERVIDORES GELCI APARECIDA AGUILERA, LUAN RIBEIRO DA SILVA E SCHEILA MARA CORSO GIORDANI.

MONALISA RUARO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvás, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias Coletiva aos servidores, Gelci Aparecida Aguilera, Luan Ribeiro da Silva e Scheila Mara Corso Giordani, ocupante do Cargos de Agente de Serviços Gerais, Assessor de Imprensa e Assessor Parlamentar, lotados na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, no período de 02/01/2018 a 31/01/2018.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Catanduvás (SC), 02 de janeiro de 2018.
MONALISA RUARO
Presidente

Registra-se e Publica-se em 02.01.2018.
Monalisa Ruaro Claire Regina Haro Zuqui
Presidente 1ª Secretária

PORTARIA Nº PL/111/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494144

PORTARIA Nº PL/111/2018 de 02 de janeiro de 2018.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA ESTATUTÁRIA GELCI APARECIDA AGUILERA.

MONALISA RUARO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvás, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias à Servidora Gelci Aparecida Aguilera, ocupante do Cargo de Agente de Serviços Gerais, lotada na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, nos dias 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 02/02/2017 a 01/02/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Catanduvás (SC), 02 de janeiro de 2018.
MONALISA RUARO
Presidente

Em atendimento a Portaria P/110/2018.

Registra-se e Publica-se em 02.01.2018.
Monalisa Ruaro Claire Regina Haro Zuqui
Presidente 1ª Secretária

PORTARIA Nº PL/112/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494145

PORTARIA Nº PL/112/2018 de 02 de janeiro de 2018.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR COMISSIONADO LUAN RIBEIRO DA SILVA.

MONALISA RUARO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvás, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias ao Servidor Luan Ribeiro da Silva, ocupante do Cargo de Assessor de Imprensa, lotado na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, nos dias 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 11/01/2017 a 10/01/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Catanduvás (SC), 02 de janeiro de 2018.
MONALISA RUARO
Presidente

Em atendimento a Portaria P/110/2018.

Registra-se e Publica-se em 02.01.2018.
Monalisa Ruaro Claire Regina Haro Zuqui
Presidente 1ª Secretária

PORTARIA Nº PL/113/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494146

PORTARIA Nº PL/113/2018 de 02 de janeiro de 2018.
CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA COMISSIONADA SCHEILA MARA CORSO GIORDANI.

MONALISA RUARO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvás, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias à Servidora Scheila Mara Corso Giordani, ocupante do Cargo de Assessor Parlamentar, lotado na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, nos dias 02/01/2018 a 31/01/2018, referente ao período aquisitivo de 01/02/2017 a 31/01/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Catanduvás (SC), 02 de janeiro de 2018.
MONALISA RUARO
Presidente

Em atendimento a Portaria P/110/2018.

Registra-se e Publica-se em 02.01.2018.
Monalisa Ruaro Claire Regina Haro Zuqui
Presidente 1ª Secretária

PORTARIA Nº PL/114/2018 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494148

PORTARIA Nº PL/114/2018 de 18 de janeiro de 2018.
CONVOCA À SERVIDORA COMISSIONADA SCHEILA MARA CORSO GIORDANI.

MONALISA RUARO, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Catanduvas, no uso das suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno desta Casa Legislativa,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar à Servidora Scheila Mara Corso Giordani, ocupante do Cargo de Assessor Parlamentar, lotado na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores, que se encontra em gozo de férias, conforme Portaria n. 113/2017, para que retome suas atividades no dia 22 de janeiro de 2018, visando auxiliar os trabalhos na abertura e julgamento do Processo Licitatório n. 006/2017 - Tomada de Preços n. 001/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.
Catanduvas (SC), 18 de janeiro de 2018.

MONALISA RUARO
Presidente

Em atendimento a Portaria P/113/2018.

Registra-se e Publica-se em 18.01.2018.
Monalisa Ruaro Claire Regina Haro Zuqui
Presidente 1ª Secretária

Caxambu do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 006/2018

Publicação Nº 1494168

DECRETO Nº 006/2018

"Dispõe sobre a exoneração de servidor público municipal e dá outras providências."

EDI MARCOS ANTUNS DE MELLO, Prefeito em Exercício do Município de Caxambu do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 71, Inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município;

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerado(a) do Cargo de Chefe de Setor de Ensino Fundamental, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a partir de 16/12/2017, o(a) Sr(a). Daniela Knorst Zamban, brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF/MF sob nº.032.346.629-08 e portador(a) da Cédula de Identidade nº. 4.160.659-0, domiciliado(a) na SC 159, S/nº, interior do município de Caxambu do Sul/SC.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16/12/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se

Caxambu do Sul/SC, 18 de janeiro de 2018.

EDI MARCOS ANTUNES DE MELLO

Prefeito em Exercício

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 8/2018

Publicação Nº 1494249

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 7/2018
PROCESSO: 08/2018

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 7/2018, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA E LAVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES OFICIAIS, VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS, ASSIM COMO OS AUTOMÓVEIS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

Entrega da documentação e proposta até as 14 horas do dia 05/02/2018, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 19 de janeiro, 2018.

ELCIO JUNIOR PELOZATO – PREFEITO EM EXERCICIO

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

037.2018

Publicação Nº 1493981

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 037/2018

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 78, §4º da Lei Complementar nº 008/99,

RESOLVE:

Art. 1º Convocar, por necessidade de serviço público, o servidor FLAVIO DA SILVEIRA, para permanecer em pleno exercício de suas atividades, no dia 19 de Janeiro de 2018, 01 (um) dia, das férias referentes ao período aquisitivo 2016/2017, assegurando-lhe o direito do usufruto após a cessação do período de convocação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de Janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS
Prefeita Municipal

CONTRATO Nº 02/2018 - PM

Publicação Nº 1493992

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 02/2018 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 02/2018.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: INFO DIGITALL – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO DOCUMENTAL LTDA – ME.

Valor: R\$ 4.127,52 (quatro mil cento e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos).

Objeto: O Contrato tem por objeto: 1.1 – Sistema de informática GEDOC (Administrativo EX) - O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios / Correspondências, Decretos, Editais, Emendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Projetos de Lei / Leis, Protocolo, Portarias, Relatório de Controle Interno, Requerimentos, Resoluções, Lei Orgânica, Subemendas e Vetos) com o devido acompanhamento de todas as suas fases processuais, de forma ordenada, possibilitando a pesquisa e a visualização de todas as peças e o seu armazenamento digital; 1.2 – Publicação e Hospedagem da Legislação (gedocNet EX) - Hospedagem da base de dados, das imagens digitalizadas no formato PDF e das redações no formato DOC e ou HTML das Leis Municipais (Ordinárias e Complementares), Decretos e Portarias no

Servidor Web da CONTRATADA, possibilitando a pesquisa da referida legislação no domínio www.legislacaomunicipal.com e permitindo link de um formulário de consulta para a página de internet da CONTRATANTE.

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03/2018

Publicação Nº 1493996

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 03/2018 – PM

Nº. do Contrato Administrativo: 03/2018.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: IGAM SC CURSOS E CONSULTORIA LTDA.

Valor: R\$ 7.896,00 (sete mil oitocentos e noventa e seis reais).

Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria contábil, de gestão e jurídica, através de consultas por escrito, por telefone, internet e pessoalmente, disponibilização de textos técnicos de interesse da administração e remessa de informações técnicas no Município de Chapadão do Lageado:

1.1 Aquisição de Informativos Técnicos nas seguintes áreas de Informação:

1ª) Tabelas, Agenda de Obrigações Tributárias e de Incidências;

2ª) IGAM Express;

3ª) Legislativo;

4ª) RPPS;

5ª) Tributos Municipais;

6ª) Servidor Público;

7ª) Contabilidade, Orçamento e Controle Internos;

8ª) INSS, IRRF e Obrigações Fiscais;

9ª) Licitações e Compras Governamentais;

1.2) Acesso à página do IGAM onde os informativos ficam disponíveis em meio magnético para impressão e consultas, além de biblioteca de vídeos técnicos;

DATA DA ASSINATURA: 01 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2018

Publicação Nº 1494703

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

O Município de Chapadão do Lageado torna público aos interessados, que estará reunida no dia 31 de janeiro de 2018, às 08h30min,

a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório que tem por objeto selecionar a proposta mais vantajosa a aquisição de peças e serviços de mão de obra para conserto do motor de um MICRO ÔNIBUS marca/modelo IVECO/CITYCLASS, ANO/MODELO 2012/2013, COR AMARELO, PLACA MKW6896, utilizado pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes do Município de Chapadão do Lageado/SC, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo II – Termo de Referência. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes. Chapadão do Lageado/SC, 19 de janeiro de 2018.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2017- PM

Publicação Nº 1493846

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 18/2017- PM

Nº. do Contrato Administrativo: 52/2017.

1º Termo Aditivo ao Contrato 18/2017.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Processo Licitatório nº 23/2017.

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso I, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: ANA PAULA PEREIRA ME

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 18/2017, celebrado entre as partes em 25/04/2017. Prazo/Prorrogação: O prazo do Contrato n. 18/2017, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2017

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2017- FM

Publicação Nº 1493799

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2017- FM

Nº. do Contrato Administrativo: 28/2017.

1º Termo Aditivo ao Contrato 26/2017.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Processo Licitatório nº 63/2017.

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o

art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: S&W MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 26/2017, celebrado entre as partes em 25/10/2017. Prazo/Prorrogação: O prazo do Contrato n. 26/2017, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2017

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 10/2017- PM

Publicação Nº 1493840

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO nº 10/2017- PM

Nº. do Contrato Administrativo: 51/2017.

1º Termo Aditivo ao Contrato 10/2017.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Processo Licitatório nº 05/2017.

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 57, inciso II, da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;
Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Empresa Radio Ituporanga Ltda

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 10/2017, celebrado entre as partes em 09/02/2017. Prazo/Prorrogação: O prazo do Contrato n. 10/2017, em decorrência da dilação, se estenderá até 31/12/2018.

DATA DA ASSINATURA: 19 de dezembro de 2017

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMAS/2018 (REGISTRO DE PREÇOS)

Publicação Nº 1494188

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08/FMAS/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMAS/2018

Objeto: Registro de Preços de Cestas Básicas, conforme Lei Municipal nº 967, de 04 de novembro de 2009 e Decreto Municipal nº 163/2012, de 07 de março de 2012, para atender famílias carentes do Município de Cocal do Sul.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 31/01/2018.

Abertura: Dia 31/01/2018, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 19 de janeiro de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2018

Publicação Nº 1494187

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/FMS/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/FMS/2018

Objeto: Aquisição de EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS, ELETRÔNICOS E DE INFORMÁTICA, no atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Cocal do Sul, por meio da Proposta nº 10423.151000/1150-01 firmado entre o Município de Cocal do Sul e o Ministério da Saúde.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento dos envelopes: Até às 09h15min do dia 25/01/2018.

Abertura: Dia 25/01/2018, às 09h30min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.cocaldosul.sc.gov.br, link "Licitações", na pasta do referido processo. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 13h00min pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 11 de janeiro de 2017.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

DECRETO SAF/N. 07/18

Publicação Nº 1493915

DECRETO SAF/Nº. 07/18, de 11 de janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO, Prefeita Municipal de Cocal do Sul em exercício, usando de suas atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, a Lei Complementar nº 61, de 03 de setembro de 2015, e

CONSIDERANDO a realização de Concurso Público para provimento efetivo no serviço público municipal, conforme Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, homologado através do Decreto SAF/ Nº 50/16, de 02 de fevereiro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, realizado de acordo com o Edital nº 001/2015, de 20 de novembro de 2015, conforme relacionado no Anexo Único deste Decreto, obedecendo à ordem de classificação.

Art. 2º O candidato têm o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data da publicação deste Decreto, para tomar posse.

Art. 3º No ato da posse o candidato deve apresentar os seguintes documentos:

- a) comprovação da idade mínima de 18 anos;
 - b) prova de quitação das obrigações eleitorais;
 - c) prova de quitação das obrigações militares, para os candidatos do sexo masculino;
 - d) comprovação da escolaridade, conforme estabelecido no edital;
 - e) comprovação da capacidade técnica (qualificação para o exercício da função) conforme estabelecido no edital;
 - f) comprovação de idoneidade moral mediante apresentação do atestado de antecedentes emitidos por órgão competente;
 - g) declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 e seu parágrafo único da Lei nº 8.112/1990;
 - h) declaração de bens, na forma da Lei nº 8.730/1993;
 - i) declaração negativa de acumulação de cargo público;
 - j) atestado de médico declarando aptidão para exercer o respectivo cargo;
 - k) nacionalidade brasileira ou gozo das prerrogativas insertas nos Decretos nºs 70.391/1972 e 70.436/1972.
- Parágrafo único. Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias não autenticadas.
- Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o candidato que não comparecer nas datas estabelecidas para posse, ou deixar de cumprir os requisitos exigidos.
- Parágrafo único. A falta de um único documento inabilitará o candidato à posse do cargo.
- Art. 5º O nomeado para posse será lotado de acordo com a conveniência da Administração, no respectivo cargo a que se inscreveu e fora considerado aprovado, conforme Edital.
- Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de janeiro de 2018.

CIRLENE GONÇALVES SCARPATO

Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

ANEXO ÚNICO

MONITOR GRUPO DE MÃES

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSCRIÇÃO	CANDIDATO
6	263518	Leandro Serafim

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 11 de janeiro de 2018.
CIRLENE GONÇALVES SCARPATO
Prefeita Municipal em exercício

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e Finanças Públicas

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/ PMCS/2018

Publicação Nº 1493766

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 01/2018.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: M 2 M PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA - ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de manutenção de materiais de construção, no atendimento ao município de Cocal do Sul.
Assinatura: 10/01/2018.
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.
Valor: R\$ 23.183,50 (vinte e três mil e cento e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 03/ PMCS/2018

Publicação Nº 1493767

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 03/2018.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: IRMÃOS CONSONI MADEIRAS E MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de manutenção de materiais de construção, no atendimento ao município de Cocal do Sul.
Assinatura: 10/01/2018.
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.
Valor: R\$ 33.514,00 (trinta e três mil e quinhentos e quatorze reais).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/ PMCS/2018

Publicação Nº 1493764

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 04/2018.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de materiais de construção, no atendimento ao município de Cocal do Sul.
Assinatura: 10/01/2018.
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.
Valor: R\$ 146.295,80 (cento e quarenta e seis mil e duzentos e noventa e cinco reais e oitenta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/ PMCS/2018

Publicação Nº 1494013

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 05/2018.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: WSZ MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E TRANSPORTES EIRELI – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 84/PMCS/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de materiais de construção, no atendimento ao município de Cocal do Sul.
Assinatura: 10/01/2018
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.
Valor: R\$ 117.532,85 (cento e dezessete mil e quinhentos e trinta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 101/ PMCS/2017

Publicação Nº 1493779

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 101/2017.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: M 2 M PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens imóveis (tintas e afins), no atendimento ao município de Cocal do Sul.
Assinatura: 28/12/2017.
Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.
Valor: R\$ 22.367,70 (vinte e dois mil e trezentos e sessenta e sete reais e setenta centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 102/ PMCS/2017

Publicação Nº 1493750

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 102/2017.
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.
DETENTORA DA ATA: MARCOS FERNANDES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA – ME.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 79/PMCS/2017.
PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/PMCS/2017.

Objeto: Registro de preços de material para manutenção de bens imóveis (tintas e afins), no atendimento ao município de Cocal do Sul.

Assinatura: 28/12/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 29.718,20 (vinte e nove mil e setecentos e dezoito reais

e vinte centavos).

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE COCAL DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO 01/2018

Publicação Nº 1494136

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

COCAL DO SUL - SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 01/2018

DATA: 09/JANEIRO/2018

CONTRATADA: HIDROMAR INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 3.000 KILOS DE CLORO GÁS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, COM BASE NA ATA DO CERTAME DO PREGÃO PRESENCIAL N º 09/2017 DA LICITAÇÃO COMPARTILHADA COM O CISAM-SUL DE ORLEANS-SC, CONFORME SEGUE ABAIXO:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTIDE	MARCA	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
10	CLORO GÁS, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES: TEOR DE CLORO (CL2): MAIOR OU IGUAL A 99,8% V/V TEOR DE FERRO: MENOR QUE 10,0 PPM TEOR DE RESÍDUO NÃO VOLÁTIL : MENOR QUE 75 PPM TEOR DE UMIDADE: MENOR QUE 50 PPM DE H2O EMBALAGEM PARA ENTREGA: ACONDICIONADO EM CILINDROS DE AÇO DE 50 E/OU 68KG.	3.000 KG	UNIPAR	8,60	25.800,00

VALOR: R\$ 25.800,00(VINTE E CINCO MIL E OITOCENTOS REAIS).

PRAZO DO CONTRATO: ATÉ 08/01/2019

DATA: 18/JANEIRO/2018

CARLA CRISTINA POSSAMAI DELLA

DIRETORA DO SAMAE

Concórdia

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018 – FMS

Publicação Nº 1494156

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018 ☐ FMS

Contratação de Serviços

Objeto: Contratação de empresa do ramo de seguros, visando ao atendimento dos veículos da frota do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Global

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 31/01/2018.

Abertura: dia 31/01/2018 as 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link ☐ Licitações ☐. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 18 de janeiro de 2018.

GRACE SIMIONI MENEGAT

Gestora do FMS em exercício

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 63/2018

Publicação Nº 1494320

DECRETO Nº 63/2018

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.236/2017.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 301.250,00 (trezentos e um mil duzentos e cinquenta reais), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.1.010 – Aquisição de Máquinas Agrícola, Agrop. e Rodoviária.

Modalidade de Aplicação: 4490000 – 167

Fonte de Recursos: 3089 – Vinculados - R\$ 301.250,00

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro do exercício de 2017.

Fonte de Recursos Vinculados (30.89) – Alienação do Bens.

Art.3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 460.000,00 (quatrocentos e sessenta mil reais), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.1.010 – Aquisição de Máquinas Agrícola, Agrop. e Rodoviária.

Modalidade de Aplicação: 4490000 – 67

Fonte de Recursos: 1034 – Vinculados - R\$ 460.000,00

Art.4º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (10.34) – Contratos de Repasse nº 844248/2017- Operação 1042020-84 e nº 8505441/2017 – Operação 1044022-41 assinado com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 15 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 64/2018

Publicação Nº 1494321

DECRETO Nº 64/2018

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sra. JUSTINA GRACIANI VILANI, cargo Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 346201, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 01/02/2016 á 31/01/2017 que serão gozadas a partir do dia 15/02/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Janeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

JUSTINA GRACIANI VILANI

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 65/2018

Publicação Nº 1494322

DECRETO Nº 65/2017

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 7º - CF/88:

DECRETA

Art. 1º Concede Licença Maternidade a Servidora Sra. TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Assistente de Gabinete Odontológico, 40 horas semanais, sob. Matrícula nº630602, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de acordo com o atestado anexo.

Art. 2º A licença de que trata o Art. 1º, será pelo período de 120 dias a partir do dia 10/01/2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 10/01/2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 16 de Janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 66/2018

Publicação Nº 1494323

DECRETO Nº 68/2018

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sra. FABIANE SPAGNOL, cargo Farmacêutico (a), matrícula nº 1352001, 15 (Quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 20/02/2017 á 19/02/2018 que serão gozadas a partir do dia 05/02/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Janeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

FABIANE SPAGNOL

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 67/2018

Publicação Nº 1494324

DECRETO Nº 67/2018

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A CONSELHEIRO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder ao Sr. ERALDO MARCONI, conselheiro Tutelar, lotado na Secretaria municipal de Saúde e Assistência Social, 10 (dez) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 10/01/2017 a 09/01/2018, que serão gozadas a partir de 31/01/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de Janeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de Janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

ERALDO MARCONI

Ciente em: ____/____/2017

DECRETO Nº 68/2018

Publicação Nº 1494325

DECRETO Nº 68/2018

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sra. FABIANE SPAGNOL, cargo Farmacêutico (a), matrícula nº 1352001, 15 (Quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 20/02/2017 á 19/02/2018 que serão gozadas a partir do dia 05/02/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Janeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

FABIANE SPAGNOL

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 69/2018

Publicação Nº 1494326

DECRETO Nº 69/2018

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sra. JULIANA DALA RIVA, cargo Monitora Social Esportiva, matrícula nº 1356201, 15 (Quinze) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 03/07/2017 á 02/07/2018

á 19/02/2018 que serão gozadas a partir do dia 18/01/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Janeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

JULIANA DALA RIVA

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 70/2018

Publicação Nº 1494327

DECRETO Nº 70/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sra. JESSICA SECHINI, cargo Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula nº 1353601, 20 (vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 20/03/2017 á 19/03/2018 que serão gozadas a partir do dia 22/01/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Janeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

JESSICA SECHINI

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 71/2018

Publicação Nº 1494329

DECRETO Nº 71/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e

seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. HIGOR TRESSOLDI, cargo Operador de Máquinas, matrícula nº 1336102, 30 (trinta) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 12/04/2016 á 11/04/2017, que serão gozadas a partir do dia 19/02/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Janeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

HIGOR TRESSOLDI

Ciente em: ____/____/2018

DECRETO Nº 72/2018

Publicação Nº 1494331

DECRETO Nº 72/2018

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo ao disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e Art. 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

DECRETA:

Art. 1º Ficam concedidos ao Sr. DIEGO FERNANDO KAHLER, cargo Operador de Máquinas, matrícula nº 1352401, 20 (Vinte) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 13/02/2017 á 12/02/2018, que serão gozadas a partir do dia 22/01/2018.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de Janeiro de 2018.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 17 de janeiro de 2018.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DIEGO FERNANDO KAHLER

Ciente em: ____/____/2018

EXTRATO EDITAL PROC. 10/2018 PPR 01/2018

Publicação Nº 1494705

Estado de Santa Catarina
Município de Cordilheira Alta
Aviso de Licitação

O Município de Cordilheira Alta, SC, através do seu Prefeito Municipal, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, através do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, de acordo com a Lei 10.520/2002 e Lei 8.666/93, e demais normas aplicáveis, conforme informações abaixo:

Processo Administrativo n. 10/2018
Pregão Presencial RP n. 01/2018
Tipo: Menor preço por item

Objeto: A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE JOGO DE FUTSAL, DE FUTEBOL DE CAMPO, DE FUTEBOL SETE E DE BOCHA, conforme especificações constantes no anexo "A" deste edital.

Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 01/02/2018.
Abertura dos Envelopes: 09:00 horas do dia 01/02/2018.

O Edital poderá ser obtido no seguinte endereço e horário: Rua Celso Tozzo, n. 27, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente, ou ainda no site www.pmcordi.sc.gov.br. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33589100.

Cordilheira Alta, 18 de janeiro de 2018.
CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Coronel Freitas

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL RP N° 02/2018

Publicação N° 1494642

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P N° 02/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 31/01/2018.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 31/01/2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17, ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 18 de janeiro de 2018.

Izeu Jonas Tozetto.

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº 013/2018

Publicação Nº 1493861

PORTARIA Nº. 013 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

REQUISITA O RETORNO AO SERVIÇO DE SERVIDOR QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal, Considerando os elevados níveis de chuvas que causaram diversos estragos nas vias rurais e urbanas com indícios de áreas de risco; Considerando visita técnica da defesa civil para levantar dados sobre a situação de famílias e áreas atingidas; Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público; Considerando que no município o referido servidor é nomeado e responsável pela defesa civil.

REQUISITA:

Art. 1º O retorno do Servidor, Sr. Gilson Eduardo Pahl, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, no dia 18 de Janeiro de 2018 pelo tempo que houver necessidade.

Parágrafo único – Anote-se em sua ficha funcional o direito ao gozo do saldo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 17 de Janeiro de 2018.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretário de Administração Planejamento e Finanças

PORTARIA Nº 014/2018

Publicação Nº 1493862

PORTARIA Nº. 014 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando Lei complementar nº 040 de 29 de abril de 2014 Art. 113, a cada triênio de efetivo exercício, o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, fará jus a 30 (trinta) dias de licença prêmio com a remuneração total do cargo efetivo, percebida no mês da concessão.

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade e da economicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio por Assiduidade a servidora abaixo relacionada, no período e referências que especifica.

01- Pelo período de 30 (Trinta) dias, com gozo a partir do dia 22 de Janeiro á 20 de Fevereiro de 2018.

FUNCIONÁRIO	CARGO	REFERÊNCIAS
-------------	-------	-------------

Damaris Devise	Cirurgião Dentista	07/14 á 07/2017
----------------	--------------------	-----------------

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins – SC,
em 18 de Janeiro de 2018.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e Finanças.

PORTARIA Nº 015/2018

Publicação Nº 1493863

PORTARIA Nº. 015 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade, do interesse público e da publicidade;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Férias a Servidora abaixo relacionada, no período de referência que especifica:

01 – Para gozo de 15 (Quinze) dias no período de 05/02/2018 à 19/02/2018.

NOME	CARGO	REFERENCIA
Roseli Brandalize	Técnico em Enfermagem	02/03/2015 á 01/03/2016

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 a 30 de cada mês podendo ser alterado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 18 de Janeiro de 2018.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Este decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretário de Administração Planejamento e Finanças

Correia Pinto

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE - PROCESSO 01/2018 PMCP

Publicação Nº 1494362

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2018 PMCP
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitações, nos termos do artigo 25 incisos I e II, da Lei 8.666/93, declara aos interessados a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO BASEADA NOS TERMOS DO ART. 25, I e II DA LEI 8.666/93, PARA AQUISIÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO-PEDAGÓGICO DA EDITORA POSITIVO PARA OS ALUNOS DE JARDIM I e II, Pré I e II, 1º e 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. Contratada: EDITORA POSITIVO LTDA. CNPJ: 79.719.613/0001-33. Valor Total: R\$ 431.160,00 (quatrocentos e trinta e um mil, cento e sessenta reais).

A presente Inexigibilidade encontra-se plenamente justificada conforme parecer da Procuradoria Geral do Município e despacho do Prefeito anexo ao processo de inexigibilidade.

Correia Pinto, 18 de janeiro de 2018.
Casimiro Reuter de Liz
Prefeito em Exercício

TERMO DE CESSÃO DE USO

Publicação Nº 1493916

TERMO DE CESSÃO DE USO
TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO E ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE FARINHA SECA DE CORREIA PINTO.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, com sede na Rua Duque de Caxias, 1569, Centro, Correia Pinto, Santa Catarina, inscrita no CNPJ n. 75.438.655/0001-45, neste ato representado por seu Prefeito em exercício Casimiro Reuter de Liz, doravante denominada CEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE FARINHA SECA, CNPJ n. 26.181.363/0001-64, com sede na estrada geral de Farinha Seca, sala de propriedade do Sr. Alceu Barbosa, neste município de Correia Pinto - SC, neste ato representado por seu Presidente ALCEU BARBOSA, brasileiro, casado, produtor rural, portador do CPF n. 386.711.589-34 e Carteira de Identidade n. 472.307-SSP-SC, denominado CESSIONÁRIO, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO, na forma das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem como objeto a Cessão de Uso, o "Bem móvel", abaixo especificado, para a exclusiva finalidade de ser, pelo CESSIONÁRIO, utilizado para atendimento exclusivo dos serviços a ele inerentes:

Uma balança bovina Cap. 1500kg, sistema de pesagem 7PTS, apoio assoalho 5cm de espessura, brete e chassi metálico, marca RINNERT, modelo R6-103, série nº RM 00000494, CHASSI 1300, Pat/FDR Nº 1788, Nota Fiscal nº 000 819 235 série 891, Emitente: Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO CESSIONÁRIO

Zelar pelo bom uso e conservação do bem móvel (balança), efetuando as melhorias que se fizerem necessária, a manutenção e conservação, sendo que os reparos quando se fizer necessário para manter em boa condição de uso, serão realizados sem ônus para a CEDENTE.

Promover a manutenção preventiva e corretiva que se fizerem necessárias no bem móvel (balança), visando manter o bem, sempre em perfeita condição de uso.

Restituir o bem móvel (balança) à CEDENTE em semelhantes condições em que foi cedido, assumindo inteira responsabilidade pelos eventuais danos que porventura venham ocorrer.

O Cessionário não poderá ceder ou transferir, trocar, alienar no todo ou em parte, o bem objeto do presente Termo de Cessão de Uso.

Responsabilizar-se por todas as despesas ou ônus que incidam ou venham a incidir sobre o bem, tais como: manutenção, conserto, instalação e outros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

Ceder o bem móvel gratuitamente, objeto do presente Termo de Cessão de Uso, ao Cessionário, para a finalidade a que se destina durante o prazo estabelecido na Cláusula Quarta.

Entregar ao Cessionário, o bem acima descrito, livre de quaisquer ônus.

Determinar auditoria e inspeção no bem móvel (balança) objeto deste Termo de Cessão, quando julgar necessário.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO E DA VIGÊNCIA

O prazo deste Termo de Cessão de Uso é indeterminado, podendo à Cedente requerer quando julgar necessário e conveniente, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial. A vigência do presente Termo de Cessão de uso é a partir da data da assinatura do presente Termo de Cessão de Uso.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

Fica reservado à CEDENTE o direito de dar por rescindido o presente Termo de Cessão de Uso, a qualquer tempo de sua vigência, desde que por qualquer motivo o Cessionário venha a utilizar o bem ora cedido para fins distintos do previsto na Cláusula Primeira ou deixe de cumprir com as obrigações previstas na Cláusula Segunda, ou quando não mais lhe interessar a Cessão de Uso aqui estabelecida, obrigando-se, porém, a comunicar a rescisão com 30 (trinta) dias de antecedência ao Cessionário, sem que para o Cedente advenha quaisquer ônus ou obrigações.

Parágrafo Único. Na hipótese de ocorrer à rescisão prevista nesta Cláusula, compromete-se o CESSIONÁRIO a restituir o bem cedido à CEDENTE, em semelhante estado em que recebeu.

CLÁUSULA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos pelos princípios legais atinentes à espécie.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Correia Pinto – SC, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste instrumento.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo identificadas, para que produza os

devidos e efeitos legais.

Correia Pinto / SC, 12 de janeiro de 2018.

CASIMIRO REUTER DE LIZ

Prefeito em exercício

ALCEU BARBOSA

Presidente da ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DE FARI-
NHA SECA

TESTEMUNHAS

Nome

CPF:

Nome

CPF:

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1429/18

Publicação Nº 1494155

DECRETO Nº 1429/18

NOMEIA A SRA. KETLIN RAYANE CIEPLY, PARA OCUPAR O CARGO DE COORDENADOR DE SERVIÇOS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito de Corupá, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e com base no art. 66, V e VII, e o art. 73, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que a nomeação de Coordenador de Serviços é de livre escolha do Chefe do Poder Executivo;

CONSIDERANDO que é fundamental que a nomeação deverá recair sobre pessoa com idoneidade moral, reputação ilibada e com conhecimento na área de atuação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a SRA. KETLIN RAYANE CIEPLY, para ocupar o cargo de Coordenador de Serviços.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 09 de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC, 19 de janeiro de 2018.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009

Cunha Porã

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO Nº 03/2018

Publicação Nº 1493276

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018 - O Município de Cunha Porã/SC, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Processo Licitatório sob nº 08/2018, na modalidade Pregão Presencial "Sistema de Registro de Preços" nº 03/2018, com julgamento por item, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO E COLOCAÇÃO DE MEIO FIO DE CONCRETO. Os envelopes serão recebidos até dia 31/01/2018, às 10h00min. e a abertura será realizada às 10h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações no Depto. de Licitações. Cunha Porã/SC. Jairo Rivelino Ebeling- Prefeito Municipal.

Cunhataí

PREFEITURA

PORTARIA Nº 003/2018

Publicação Nº 1494037

PORTARIA Nº 003/2018 DE 18 JANEIRO 2018.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 105 da Lei Compl. nº 002/2007 e considerando o atestado médico Assinado e Carimbado pelo Dr. Andre Argerich CRM – SC -14055 protocolado sob nº 12/2018 em 18/01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 dias de licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal LUCIANE HENSING BOITA do dia 16 de janeiro de 2018 a 30 de janeiro 2018, ocupante do cargo de provimento ACT de Prof. Educação Infantil, lotado na Secretaria Municipal Educação Esporte e Lazer, conforme atestado médico em anexo, CID I 84.9.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos retroativos a 16/01/2018.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí - SC, 18 de janeiro 2018.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004/2018

Publicação Nº 1494039

PORTARIA Nº 004/2018, DE 18 DE JANEIRO 2018.

Concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, de acordo com o Art. 77, inc. IX, combinado com o Art. 100, inc. II, da Lei Orgânica Municipal, o Art. 105 da Lei Compl. nº. 002/2007 e considerando o atestado médico Assinado e Carimbado pelo Dr. André Argerich CRM – SC-14055, protocolado sob o nº. 06/2018, em 10/01/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 180 dias de afastamento, no período de 10 de janeiro de 2018 a 08 de agosto de 2018, para tratamento de saúde a servidora pública municipal SCHEILA MARIA MICIULA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Esporte e Lazer conforme atestado médico em anexo, CID – M51.1 M 50 E M 25.4.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta portaria ocorrerão por conta do orçamento em vigor.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 10/01/2018

Cunhataí - SC, 18 de janeiro 2018.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005/2018

Publicação Nº 1494040

PORTARIA Nº 005/2018 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a Concessão de Gratificação por Grau de Instrução a Servidora Municipal, e dá Outras Providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal em seu art. 100, inciso II e de acordo com os artigos 82, 87 e 88, I, da Lei Complementar nº. 002/2007, e considerando o certificado entregue em 29/12/2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a partir de 18 de janeiro de 2018, à Servidora Pública Municipal GRAZIELI ALINE KUNST, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista – 20hs, a gratificação por grau de instrução de 10% (dez por cento) incidente sobre o vencimento inicial, pela apresentação de Certificado de Conclusão do curso de Pós Graduação em Nível de Especialização – OPERAÇÕES E GESTÃO DE RESTAURANTES E SIMILARES.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, 18 de janeiro de 2018.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006/2018

Publicação Nº 1494041

PORTARIA Nº. 006/2018 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Exonera Servidora Pública Municipal em cargo em provimento Efetivo, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, inciso VI, e artigo 100, inciso II, da Lei Orgânica Municipal, conforme requerimento protocolado sob nº 07/2018 em 16/01/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica exonerada, a partir do dia 18 de janeiro de 2018, a Servidora Pública Municipal no cargo em provimento Efetivo- 40hs semanais de Serviços Gerais, IVETE MARIA SCHWERTZ BERRIDO, matrícula nº 19501-0; a PEDIDO DA SERVIDORA, conforme requerimento.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí, 18 de janeiro 2018.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017

Publicação Nº 1494567

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017

JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS DA PROVA PRÁTICA, TÍTULOS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Recurso 001 – Candidato (a) de Inscrição nº 769281

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Candidato(a) requer a convocação dos demais candidatos aos cargos de professores para envio dos títulos, alegando que apenas um candidato ao cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA encaminhou a documentação, porém de acordo com o edital, no item 8.2. "A Prova de Títulos (PT) será de caráter exclusivamente classificatório para todos os candidatos aprovados na prova objetiva...", ou seja, esta etapa não é eliminatória e foi aplicada apenas com os candidatos aprovados, conforme convocação publicada. O item 7.1.1. do edital nos diz o seguinte: "Serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos na Prova Objetiva."

Recurso 002 – Candidato (a) de Inscrição nº 771546 e 771547

Despacho/Justificativa: DEFERIDO. O(a) candidato(a) apresentou Diploma de Pós-graduação(autenticado), conforme estabelece o edital, portanto a sua nota da prova de títulos será de 1,00 pontos.

Recurso 003 – Candidato (a) de Inscrição nº 779289

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O(a) candidato(a) informa que enviou os títulos e requer a pontuação nesta prova, porém, o(a) mesmo(a) encaminhou os documentos em cópias simples, as quais estão em desacordo com a alínea "b" do item 8.1.2 do edital que menciona que os títulos deverão ser cópias autenticadas em cartório ou o mesmo deve apresentar código para verificação de autenticidade, para ser computado.

Recurso 004 – Candidato (a) de Inscrição nº 776550

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O(a) candidato(a) informa que enviou os títulos e requer a pontuação nesta prova, porém, o(a) mesmo(a) encaminhou os documentos em cópias simples, as quais estão em desacordo com a alínea "b" do item 8.1.2 do edital que menciona que os títulos deverão ser cópias autenticadas em cartório ou o mesmo deve apresentar código para verificação de autenticidade, para ser computado.

Recurso 005 – Candidato (a) de Inscrição nº 769289

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O(a) candidato(a) informa que enviou os títulos e requer a pontuação nesta prova, porém, o(a) mesmo(a) encaminhou os documentos em cópias simples, as quais estão em desacordo com a alínea "b" do item 8.1.2 do edital que menciona que os títulos deverão ser cópias autenticadas em cartório ou o mesmo deve apresentar código para verificação de autenticidade, para ser computado. Quanto à autenticação dos documentos, pode ser realizada em qualquer cartório e por qualquer pessoa, desde que possua o documento original.

Recurso 006 – Candidato (a) de Inscrição nº 772611

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O(a) candidato(a) informa que enviou os títulos e requer a pontuação nesta prova, porém, o(a) mesmo(a) encaminhou os documentos em cópias simples, as quais estão em desacordo com a alínea "b" do item 8.1.2 do edital que menciona que os títulos deverão ser cópias autenticadas em cartório ou o mesmo deve apresentar código para verificação de autenticidade, para ser computado. Quanto à autenticação dos documentos, pode ser realizada em qualquer cartório e por qualquer pessoa, desde que possua o documento original.

Recurso 007 – Candidato (a) de Inscrição nº 771545

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O(a) candidato(a) requer a pontuação na prova de títulos, porém, o(a) mesmo(a) encaminhou os documentos em cópias simples, as quais estão em desacordo com a alínea "b" do item 8.1.2 do edital que menciona que os títulos deverão ser cópias autenticadas em cartório ou o mesmo deve apresentar código para verificação de autenticidade, para ser computado. A cópia do diploma apresentado pelo(a) candidato(a) não possui código para verificação de autenticidade.

Recurso 008 – Candidato (a) de Inscrição nº 774644

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. O(a) candidato(a) requer a pontuação na prova de títulos, porém, o(a) mesmo(a) encaminhou os documentos em cópias simples, as quais estão em desacordo com a alínea "b" do item 8.1.2 do edital que menciona que os títulos deverão ser cópias autenticadas em cartório ou o mesmo deve apresentar código para verificação de autenticidade, para ser computado. Candidato(a) autenticou apenas o anexo III que fora preenchido.

Prefeitura Municipal de Curitibanos, 18 de janeiro de 2017.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017 HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

Publicação Nº 1494566

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017
HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, com sede administrativa na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba, SC, CEP 89520-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, conforme segue:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE BOM JESUS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	772929	23/08/1991	Camila Dos Santos Pereira	0,60	0,00	0,40	0,20	4,90	6,10	6,10

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO LUIZ

Não há candidato aprovado neste cargo

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE EXPOCENTRO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	773755	30/06/1985	Gardenia Correia Costa	0,40	0,40	0,60	0,40	4,90	6,70	6,70

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UNIDADE DE SAÚDE NOSSA SENHORA APARECIDA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	774293	22/12/1990	Eliane Fernandes Zanini	0,20	0,40	0,20	0,20	4,20	5,20	5,20

ASSISTENTE SOCIAL - SEC/ ASSISTÊNCIA SOCIAL/SAÚDE

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	777695	16/04/1995	Aline Closs	0,40	0,40	0,60	0,40	7,00	8,80	8,80
2	777309	02/03/1982	Sharlene Halla	0,40	0,00	0,40	0,20	7,00	8,00	8,00
3	773114	05/09/1995	Leticia Ramos	0,40	0,20	0,40	0,40	6,30	7,70	7,70
4	774897	21/05/1985	Janaina Varela Mafra	0,80	0,20	0,60	0,20	5,60	7,40	7,40
5	776887	18/04/1980	Fabiana Ribeiro de Souza	0,20	0,40	0,40	0,20	5,60	6,80	6,80
6	769104	03/03/1994	Jamylle Christine De Alencar	0,40	0,00	0,20	0,20	5,60	6,40	6,40
7	779106	13/08/1971	Jussara Ortiz	0,40	0,00	0,40	0,40	4,90	6,10	6,10
8	769256	23/03/1966	Suzana De Lima	0,40	0,00	0,40	0,00	4,90	5,70	5,70
9	777467	11/05/1982	Fernanda Telles Lima Magagnin	0,60	0,20	0,40	0,20	4,20	5,60	5,60
10	770662	18/09/1982	Ana Paula De Souza	0,40	0,40	0,60	0,40	3,50	5,30	5,30

ASSISTENTE SOCIAL - SEC/ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nível Superior Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	774771	09/04/1996	Valeria Elvira Opautchak	0,80	0,40	0,40	0,20	7,00	8,80	8,80
2	776825	10/03/1995	Elaine Daubermann	0,20	0,60	0,40	0,20	7,00	8,40	8,40
3	774599	03/06/1971	Jeanie Ribeiro Isphair Wendt	0,40	0,40	0,20	0,20	7,00	8,20	8,20
4	774071	20/03/1966	Marcia Aaprecida Donizete Campos De Oliveira	0,80	0,00	0,20	0,20	6,30	7,50	7,50
5	770709	12/12/1986	Patricia Piovesam	0,20	0,20	0,40	0,40	5,60	6,80	6,80
6	777330	09/06/1993	Crislayne De Moura Ventura	0,40	0,00	0,20	0,20	4,90	5,70	5,70

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Informá- tica	Conhecimentos Específicos	Prova teó- rica	Média final
1	772462	24/09/1992	Hellen Carla Ribeiro	0,20	0,40	0,00	0,20	4,90	5,70	5,70

COZINHEIRA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conheci- mentos Gerais	Conheci- mentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	776696	18/12/1963	Marileia Melo Pereira	3,50	3,00	6,50	9,50	7,70
2	773880	11/08/1981	Ana Paula Dos Santos	3,00	1,00	4,00	9,50	6,20
3	770964	03/11/1987	Mari Aparecida Monteiro Ribeiro	1,00	2,00	3,00	8,00	5,00
4	773443	16/02/1959	Eronide Fatima Prado	1,00	1,00	2,00	8,00	4,40

EDUCADOR/CUIDADOR

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Informá- tica	Conheci- mentos Específicos	Prova teó- rica	Média final
1	778702	17/12/1988	Tatielle Duarte E Duarte	0,40	0,40	0,60	0,20	6,30	7,90	7,90
2	775422	17/09/1995	Amanda Carolina Santos Scheffer	0,60	0,00	0,60	0,20	6,30	7,70	7,70
3	769869	22/03/1989	Franciane De Lima Camargo	0,20	0,40	0,40	0,40	6,30	7,70	7,70
4	777010	14/06/1993	Danielle Cristina Ortiz	0,40	0,00	0,40	0,40	5,60	6,80	6,80
5	774661	13/06/1998	Renata Antunes Goetten	0,40	0,60	0,40	0,40	4,90	6,70	6,70
6	777768	18/02/1995	Marielle Fruhauf De Moraes	0,80	0,60	0,00	0,40	4,90	6,70	6,70
7	777686	28/03/1986	Tatiana Francielle Dos Santos	0,40	0,20	0,20	0,40	4,90	6,10	6,10
8	770560	18/05/1998	Willian Da Silva Marques Dos Santos	0,40	0,20	0,20	0,20	4,90	5,90	5,90
9	774323	15/09/1999	Cristina Palhano De Oliveira	0,40	0,20	0,20	0,20	4,90	5,90	5,90
10	773681	15/09/1982	Viviane Ribeiro Dias	0,40	0,00	0,40	0,00	4,90	5,70	5,70

ENFERMEIRO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Informá- tica	Conheci- mentos Específicos	Prova teó- rica	Média final
1	777672	25/08/1967	Luiz Francisco De Souza	0,60	0,40	0,20	0,20	5,60	7,00	7,00
2	777292	30/12/1978	Gilmar Pereira Da Costa	0,40	0,40	0,60	0,20	4,90	6,50	6,50
3	768530	05/11/1978	Ana Paula Frigeri	0,40	0,40	0,40	0,00	4,90	6,10	6,10
4	774374	10/08/1983	Daniela Redante	0,40	0,60	0,40	0,40	4,20	6,00	6,00
5	772207	21/01/1994	Leticia Da Silveira Muniz	0,20	0,40	0,20	0,20	4,90	5,90	5,90
6	773253	30/11/1994	Rafaela Aparecida Vargas	0,40	0,20	0,20	0,20	4,90	5,90	5,90
7	767506	26/08/1976	Rejeane De Andrade Bones	0,60	0,40	0,40	0,20	4,20	5,80	5,80
8	774761	20/10/1994	Aline Karine Weber Dos Santos	0,40	0,40	0,40	0,40	4,20	5,80	5,80
9	775228	07/07/1996	Julia Heidemann Pedrao	0,40	0,20	0,60	0,20	4,20	5,60	5,60
10	770760	13/12/1983	Cristiane Regina Bachmann Bohn	0,40	0,40	0,40	0,20	4,20	5,60	5,60

ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Informá- tica	Conheci- mentos Específicos	Prova teó- rica	Títulos	Média final
1	771546	19/07/1992	Ana Caroline Abreu	0,40	0,40	0,60	0,20	5,60	7,20	1,00	5,96
2	777048	18/08/1990	Juliana Aparecida Felipe	0,60	0,40	0,60	0,40	4,90	6,90	S/ Nota	5,52
3	769018	15/09/1984	Angelica Da Silva Carvalho	0,40	0,20	0,40	0,20	4,90	6,10	1,00	5,08
4	770418	01/05/1967	Neiva Rech	1,00	0,20	0,20	0,00	4,20	5,60	S/ Nota	4,48

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Informá- tica	Conheci- mentos Específicos	Prova teó- rica	Média final
1	770433	30/04/1976	Leisa Stela Valliatti Faria	1,00	0,00	0,60	0,20	5,60	7,40	7,40
2	778916	12/07/1993	Kathleen Cawanna Rezer	0,60	0,40	0,60	0,20	4,20	6,00	6,00
3	770391	03/06/1990	Aline Savian Conci	0,40	0,80	0,20	0,20	4,20	5,80	5,80
4	776772	27/06/1990	Caroline Neitzke Tambozi	0,60	0,60	0,60	0,20	3,50	5,50	5,50

FONOAUDIÓLOGO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Informá- tica	Conheci- mentos Específicos	Prova teó- rica	Média final
1	778595	02/09/1987	Josiane De Araujo Domingos	0,40	0,80	0,60	0,20	5,60	7,60	7,60
2	775007	19/08/1995	Larissa Goncalves Turcatto	0,60	0,40	0,40	0,40	5,60	7,40	7,40
3	779307	25/09/1988	Anna Laura Freire Gabellini	0,60	0,20	0,40	0,20	4,20	5,60	5,60

MÉDICO CLINICO GERAL - 40 H

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Informá- tica	Conheci- mentos Específicos	Prova teó- rica	Média final
1	778154	13/11/1974	Dirceu Amilton Muller	0,80	1,00	0,60	0,40	4,90	7,70	7,70

MÉDICO CLINICO GERAL - 20H

Não há candidato aprovado neste cargo

MONITOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Portu- guês	Matemá- tica	Conheci- mentos Gerais	Informá- tica	Conheci- mentos Específicos	Prova teó- rica	Média final
1	778777	17/01/1980	Simone Antunes De Almeida Peleorini	0,40	0,80	0,20	0,00	6,30	7,70	7,70
2	768810	01/08/1989	Angela Aparecida Oliveira	0,20	0,80	0,60	0,20	5,60	7,40	7,40
3	778023	27/03/1998	Daiane Ferreira Alves	0,40	0,00	0,40	0,20	6,30	7,30	7,30
4	778882	05/09/1983	Elisiane Da Silva Vaz	0,40	0,60	0,40	0,20	5,60	7,20	7,20
5	774258	19/03/1977	Rubia Martins Petrowichi	0,40	0,20	0,60	0,00	5,60	6,80	6,80
6	775248	26/06/1992	Ariana Aparecida Camargo	0,20	0,20	0,60	0,20	5,60	6,80	6,80
7	769259	30/03/1989	Jamile Scheffer	0,40	0,20	0,40	0,20	5,60	6,80	6,80
8	777333	30/03/1999	Suellen Padilha Dos Santos	0,40	0,20	0,40	0,20	5,60	6,80	6,80
9	778540	22/12/1998	Luana Proencio De Souza	0,20	0,60	0,20	0,20	5,60	6,80	6,80
10	779088	11/02/1988	Adriana Fogaca De Almeida	0,40	0,00	0,40	0,20	5,60	6,60	6,60
11	778248	28/02/1981	Carla Grazielli Cardoso	0,40	0,40	0,60	0,20	4,90	6,50	6,50
12	779131	03/01/1994	Francielle Pires De Jesus	0,40	0,40	0,40	0,40	4,90	6,50	6,50
13	777234	29/08/1985	Aline De Oliveira Maziero	0,20	0,20	0,40	0,00	5,60	6,40	6,40
14	772465	22/07/1997	Suellen Caroline Ribeiro	0,40	0,40	0,40	0,20	4,90	6,30	6,30
15	776491	24/07/1986	Maricleia Aparecida Belotto	0,40	0,60	0,20	0,20	4,90	6,30	6,30
16	773412	12/05/1986	Alexandra Batista Ferreira Camargo	0,20	0,00	0,20	0,20	5,60	6,20	6,20
17	769830	27/09/1997	Larissa Souza De Oliveira	0,60	0,80	0,20	0,40	4,20	6,20	6,20
18	776055	12/01/1986	Elaine Cristina Rodrigues	0,60	0,00	0,40	0,20	4,90	6,10	6,10
19	778500	09/10/1987	Luana Pontes Tortato	0,80	0,40	0,40	0,20	4,20	6,00	6,00
20	776634	04/03/1993	Thais Dos Santos Pereira	0,40	0,20	0,20	0,20	4,90	5,90	5,90
21	772882	18/10/1996	Anna Kerolin De Oliveira Moreira	0,20	0,20	0,20	0,40	4,90	5,90	5,90
22	767713	07/06/1997	Noellenn Mayara Carvalho Maia	0,40	0,60	0,20	0,40	4,20	5,80	5,80
23	772775	12/11/1990	Carine Carvalho Do Amaral	0,40	0,40	0,00	0,00	4,90	5,70	5,70
24	778685	29/03/1996	Danielle Stockmann	0,40	0,20	0,60	0,20	4,20	5,60	5,60
25	776117	25/10/1998	Milena Aparecida Dos Santos Gomes	0,60	0,20	0,60	0,00	4,20	5,60	5,60
26	774524	18/03/1991	Sabrina Borges Dos Santos	0,40	0,40	0,40	0,20	4,20	5,60	5,60
27	769377	07/12/1998	Amanda De Almeida Alonso	0,20	0,40	0,40	0,40	4,20	5,60	5,60

28	778885	28/06/1999	Anny Caroliny Ferreira	0,40	0,20	0,40	0,40	4,20	5,60	5,60
29	771228	11/04/1989	Sandra Goncalves De Paula	0,20	0,20	0,60	0,20	4,20	5,40	5,40
30	768286	24/10/1990	Elaine Roberta Correa	0,40	0,20	0,60	0,00	4,20	5,40	5,40
31	773123	06/04/1999	Josielle Siqueira	0,40	0,00	0,60	0,20	4,20	5,40	5,40
32	776616	01/02/1983	Lucimar Carvalho Dos Santos	0,40	0,20	0,40	0,20	4,20	5,40	5,40
33	770427	11/01/1984	Patricia Ferreira	0,20	0,20	0,40	0,40	4,20	5,40	5,40
34	768456	27/03/1985	Simone Lopes Ichikawa	0,60	0,40	0,40	0,40	3,50	5,30	5,30
35	778865	06/02/1971	Tania Alves Do Amaral	0,40	0,20	0,40	0,00	4,20	5,20	5,20
36	770948	17/07/1984	Iris Ribas Ferreira	0,40	0,00	0,40	0,20	4,20	5,20	5,20
37	777410	04/07/1988	Vanessa Fritsche	0,20	0,20	0,20	0,40	4,20	5,20	5,20
38	773750	01/03/1996	Fernanda De Jesus	0,40	0,20	0,20	0,20	4,20	5,20	5,20
39	776029	27/04/1998	Kauana Stephannie Santos Santiago	0,40	0,40	0,60	0,20	3,50	5,10	5,10
40	775830	16/07/1994	Daiane Leandra Stockmann	0,60	0,40	0,40	0,20	3,50	5,10	5,10
41	768050	12/05/1999	Emanuelle Simoes Ronsani	0,20	0,20	0,20	0,20	4,20	5,00	5,00

MOTORISTA III

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	771068	26/04/1968	Jolnei Fucks	2,50	4,00	6,50	10,00	7,90
2	776198	28/03/1976	Derli Gomes	3,50	3,00	6,50	10,00	7,90
3	777190	01/02/1977	Carlos Francisco Alves Pires	3,00	4,00	7,00	9,00	7,80
4	776308	14/03/1967	Marcos Smentkoski	3,50	3,00	6,50	9,00	7,50

MOTORISTA SOCORRISTA (SAMU)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	773775	21/10/1979	Alexandre Sousa	4,00	4,00	8,00	10,00	8,80
2	772071	18/11/1982	Claudemir Douglas Dos Santos	3,00	2,00	5,00	10,00	7,00

ODONTÓLOGO - 20H

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	772038	05/03/1992	Caio Cessar Della Giustina	0,40	0,60	0,40	0,20	5,60	7,20	7,20
2	775946	30/11/1987	Bruno Guiselli Neves	0,60	0,80	0,20	0,20	4,90	6,70	6,70
3	770250	02/04/1994	Mariana Fontana Maciel	0,40	0,80	0,40	0,40	4,20	6,20	6,20

ODONTÓLOGO - 40H

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	769913	28/10/1994	Eliza Flesch	1,00	0,60	0,40	0,40	5,60	8,00	8,00
2	775712	19/12/1990	Joao Paulo Da Cruz Lemos	0,60	1,00	0,60	0,40	4,90	7,50	7,50
3	769561	09/09/1993	Maira Tonelli	0,60	0,60	0,40	0,20	5,60	7,40	7,40
4	767632	20/02/1993	Caroline Cristine Varela	0,80	0,00	0,60	0,20	5,60	7,20	7,20
5	778136	19/03/1993	Jessica Bethania Machado	0,60	0,20	0,40	0,40	5,60	7,20	7,20
6	779137	09/06/1982	Luciana G. F. Henkes	0,80	0,80	0,40	0,20	4,90	7,10	7,10
7	774243	21/04/1994	Débora Scharf	0,20	0,20	0,60	0,40	5,60	7,00	7,00
8	778152	28/03/1978	Juliana Cologni Muller	0,80	1,00	0,60	0,40	4,20	7,00	7,00
9	771647	02/03/1991	Flavia Santiago De Sousa Rosa	0,40	0,80	0,60	0,20	4,90	6,90	6,90
10	778050	03/10/1993	Priscila Ribeiro De Mattos	0,60	0,60	0,40	0,40	4,90	6,90	6,90
11	775053	05/04/1995	Maila Campregher	0,80	0,40	0,40	0,40	4,90	6,90	6,90
12	778503	15/11/1992	Jaini Dalpra	0,60	0,60	0,40	0,20	4,90	6,70	6,70
13	773226	18/08/1993	Estela Regina Zimpel	0,40	0,40	0,60	0,20	4,90	6,50	6,50
14	775370	26/05/1992	Halime Adel Saleh	0,40	0,40	0,40	0,40	4,20	5,80	5,80

15	773273	18/03/1990	Rosane Rech	0,40	0,20	0,20	0,20	4,20	5,20	5,20
16	772705	23/02/1992	Caroline Martarello	0,40	0,20	0,60	0,40	3,50	5,10	5,10

OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	777305	30/01/1996	Gabriel Das Neves Goncalves	2,50	2,00	4,50	10,00	6,70

PROFESSOR DE ARTES HABILITADO NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	775362	12/12/1989	Vanessa Veselosk Neves	0,40	0,40	0,40	0,40	6,30	7,90	S/ Nota	6,32
2	776456	18/05/1992	Amanda Stephany Leao	0,60	0,60	0,40	0,40	5,60	7,60	S/ Nota	6,08
3	776321	26/09/1985	Karissa Ramos Scheffer	0,60	0,40	0,60	0,20	5,60	7,40	S/ Nota	5,92

PROFESSOR DE ARTES NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	775687	24/05/1991	Dariane Weber Rodrigues Dos Santos	0,40	0,00	0,60	0,40	5,60	7,00	S/ Nota	5,60
2	774564	11/11/1974	Angelica Pires De Lima Kohler	0,40	0,00	0,60	0,40	4,90	6,30	S/ Nota	5,04

PROFESSOR DE CIÊNCIAS HABILITADO NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	775405	04/03/1986	Camila Goetten Almeida Do Valle	0,80	0,60	0,60	0,20	4,90	7,10	S/ Nota	5,68
2	774833	04/10/1977	Marli Terezinha Antonello Welter	0,40	0,40	0,60	0,40	4,90	6,70	1,00	5,56
3	777291	17/03/1982	Kelli Lemos De Oliveira	0,20	0,20	0,20	0,00	4,90	5,50	S/ Nota	4,40

PROFESSOR DE CIÊNCIAS NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	774431	09/08/1994	Carla Veloso Ortiz	0,20	0,20	0,40	0,20	4,20	5,20	S/ Nota	4,16
2	775482	08/07/1996	Joice Sbardella	0,60	0,20	0,40	0,40	3,50	5,10	S/ Nota	4,08

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA HABILITADO NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	776951	22/01/1976	Silvio Marcelo Varela De Lima	0,60	0,20	0,60	0,20	6,30	7,90	S/ Nota	6,32
2	769581	15/06/1987	Roberta Pellizzaro Tagliari Rech	0,40	0,40	0,40	0,20	5,60	7,00	1,00	5,80
3	779116	31/01/1985	Dyane Paes Pereira	0,20	0,40	0,40	0,20	5,60	6,80	S/ Nota	5,44
4	776733	24/05/1980	Giovanni Solano	0,40	0,40	0,60	0,40	4,90	6,70	S/ Nota	5,36
5	775894	25/07/1995	Filipe Da Silva Borges	0,40	0,40	0,40	0,20	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
6	772935	03/05/1985	Andre Luis Nogueira Da Silva	0,40	0,40	0,40	0,00	4,20	5,40	S/ Nota	4,32
7	774656	10/07/1976	Nilceia Rodrigues Das Neves	0,20	0,20	0,40	0,20	4,20	5,20	S/ Nota	4,16

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	770194	03/01/1995	Anderson Spievakoski	1,00	0,20	0,60	0,20	6,30	8,30	S/ Nota	6,64
2	778252	07/09/1997	Daniela Cristina Wurzel Ribeiro	0,20	0,80	0,60	0,20	5,60	7,40	S/ Nota	5,92
3	773748	23/08/1996	Nathan Felipe Souza Dos Passos	0,40	0,60	0,40	0,00	4,90	6,30	S/ Nota	5,04
4	769331	07/08/1992	Nadine Debora Santos	0,60	0,20	0,20	0,20	4,90	6,10	S/ Nota	4,88
5	773301	25/05/1998	Elisangela Aparecida De Souza Cruz	0,60	0,20	0,20	0,00	4,20	5,20	S/ Nota	4,16

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADO COM MAGISTÉRIO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	777459	11/05/1981	Tatiana Lucas De Paula	0,40	0,40	0,20	0,20	6,30	7,50	S/ Nota	6,00
2	775210	12/08/1988	Barbara Andreia Palauro	0,20	0,60	0,60	0,20	5,60	7,20	S/ Nota	5,76
3	773745	27/05/1981	Luciana Evaristo	0,60	0,20	0,40	0,40	5,60	7,20	S/ Nota	5,76
4	776839	12/12/1984	Maria Andrea Espindola Padilha	0,40	0,60	0,40	0,20	5,60	7,20	S/ Nota	5,76
5	769941	26/10/1981	Edinalva Dolberto Costa Dos Santos	0,80	0,40	0,40	0,40	4,90	6,90	S/ Nota	5,52
6	778306	08/05/1973	Jucelia Padilha	0,20	0,40	0,40	0,20	5,60	6,80	S/ Nota	5,44
7	777918	17/12/1978	Edna Suzi Da Silva	0,40	0,40	0,20	0,20	5,60	6,80	S/ Nota	5,44
8	771234	25/03/1991	Elizane De Moraes Coppini	0,40	0,00	0,40	0,20	5,60	6,60	S/ Nota	5,28
9	773490	24/07/1984	Juliana Rodrigues	0,20	0,00	0,40	0,20	5,60	6,40	S/ Nota	5,12
10	777789	18/08/1997	Raiane Kauze Pereira	0,40	0,00	0,20	0,20	5,60	6,40	S/ Nota	5,12
11	776087	19/03/1996	Mariana Ortiz Franca	0,40	0,60	0,20	0,20	4,90	6,30	S/ Nota	5,04
12	767818	27/02/1997	Thayna De Mello Ferreira	0,40	0,40	0,20	0,40	4,90	6,30	S/ Nota	5,04
13	778468	07/01/1990	Dieiny Padilha Oliveira	0,60	0,60	0,00	0,20	4,90	6,30	S/ Nota	5,04
14	777055	11/05/1977	Silmara Franca Da Rocha	0,40	0,20	0,40	0,20	4,90	6,10	S/ Nota	4,88
15	775502	07/11/1980	Evanize Sbardella	0,20	0,20	0,40	0,20	4,90	5,90	S/ Nota	4,72
16	769448	15/09/1995	Michaelle Aldina Antunes	0,60	0,00	0,40	0,00	4,90	5,90	S/ Nota	4,72
17	777131	07/02/1985	Janete Borba	0,80	0,20	0,60	0,00	4,20	5,80	S/ Nota	4,64
18	774789	23/03/1983	Nayane De Jesus Teixeira	0,20	0,00	0,40	0,20	4,90	5,70	S/ Nota	4,56
19	769436	01/03/1984	Anne Caroline Menon	0,20	0,40	0,60	0,20	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
20	773670	25/02/1995	Jessica Ribeiro	0,60	0,20	0,60	0,00	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
21	777986	09/07/1985	Sueli Bento	0,60	0,20	0,40	0,20	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
22	779224	07/02/1990	Edna Solange Da Silva	0,20	0,60	0,40	0,20	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
23	777992	04/11/1997	Laiz Fernanda Fontana Primon	0,40	0,20	0,40	0,20	4,20	5,40	S/ Nota	4,32
24	778424	18/05/1991	Aline Leandro De Souza	0,40	0,40	0,20	0,20	4,20	5,40	S/ Nota	4,32
25	773808	07/03/1983	Cristiane Aparecida Kilin	0,40	0,60	0,00	0,20	4,20	5,40	S/ Nota	4,32
26	774219	19/04/1986	Dariana Aparecida Dos Santos Teixeira	0,40	0,00	0,00	0,00	4,90	5,30	S/ Nota	4,24
27	777227	28/11/1980	Ana Paula Da Silva Martins	0,80	0,40	0,40	0,20	3,50	5,30	S/ Nota	4,24
28	777939	26/01/1979	Charles Carlos Da Silva	0,40	0,00	0,40	0,20	4,20	5,20	S/ Nota	4,16
29	772128	16/11/1999	Rubia Pereira Dos Passos	0,40	0,20	0,20	0,20	4,20	5,20	S/ Nota	4,16
30	769768	13/07/1976	Juniana.felctrossck	0,60	0,20	0,00	0,20	4,20	5,20	S/ Nota	4,16
31	775499	14/01/1985	Neila Aparecida Batista De Souza	0,20	0,00	0,40	0,20	4,20	5,00	S/ Nota	4,00
32	774179	18/05/1979	Adriana Mendes Ribeiro	0,40	0,20	0,20	0,00	4,20	5,00	S/ Nota	4,00
33	776486	14/01/1993	Jessica Nayaracoser	0,40	0,20	0,20	0,00	4,20	5,00	S/ Nota	4,00

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL HABILITADO COM PEDAGOGIA NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	778567	08/04/1980	Andreia Medeiros De Souza	0,60	0,00	0,20	0,20	7,00	8,00	1,00	6,60
2	771545	18/06/1986	Josiane Dolberth Ribeiro	0,60	0,40	0,60	0,20	6,30	8,10	S/ Nota	6,48
3	773897	19/03/1987	Michelle Cristiane Dias De Freitas	0,40	0,20	0,60	0,20	6,30	7,70	1,00	6,36
4	768182	11/08/1986	Kelli De Souza Ribeiro	0,40	0,60	0,20	0,20	6,30	7,70	S/ Nota	6,16
5	775674	02/08/1988	Francelise Hubner	0,40	0,40	0,40	0,40	5,60	7,20	S/ Nota	5,76
6	777153	17/12/1987	Susana Fatima De Souza	0,80	0,40	0,60	0,40	4,90	7,10	S/ Nota	5,68
7	771993	06/05/1974	Terezinha De Souza Abreu	0,20	0,00	0,60	0,20	5,60	6,60	1,00	5,48
8	778008	07/07/1970	Eleide Duarte Lemos Dos Santos	0,20	0,60	0,40	0,00	5,60	6,80	S/ Nota	5,44
9	768226	24/01/1967	Marines Savaris Koch	0,40	0,40	0,40	0,40	4,90	6,50	1,00	5,40
10	768886	07/05/1988	Liliane Do Prado Machado	0,40	0,40	0,40	0,40	4,90	6,50	1,00	5,40
11	773741	18/11/1981	Kelli Aparecida Ribeiro Gomes Werner	0,80	0,20	0,60	0,20	4,90	6,70	S/ Nota	5,36
12	770402	02/08/1991	Camila Fernanda De Oliveira Drissen	0,40	0,80	0,40	0,20	4,90	6,70	S/ Nota	5,36
13	771724	04/03/1971	Leni Da Silva	0,20	0,20	0,40	0,20	5,60	6,60	S/ Nota	5,28
14	769725	19/06/1980	Katia Regina De Lima Ferraz Francioni	0,20	0,20	0,20	0,40	5,60	6,60	S/ Nota	5,28
15	776414	10/05/1974	Joceli Aparecida Pereira Santos Veber	0,80	0,00	0,40	0,20	4,90	6,30	1,00	5,24
16	776013	15/05/1980	Gisele Hindioara Ortiz Da Silva	0,60	0,60	0,40	0,00	4,90	6,50	S/ Nota	5,20
17	774644	03/10/1988	Edilce Becker De Souza	0,40	0,60	0,40	0,20	4,90	6,50	S/ Nota	5,20
18	775441	15/04/1989	Priscila Silveira Ortiz	0,40	0,60	0,40	0,20	4,90	6,50	S/ Nota	5,20
19	776745	16/08/1976	Kristina Beatriz Calomeno Fujiwara	0,80	0,40	0,60	0,20	4,20	6,20	1,00	5,16
20	770254	11/04/1994	Nicolle Almeida	0,40	0,20	0,20	0,00	5,60	6,40	S/ Nota	5,12
21	768744	22/07/1978	Rosangela Cristiane Palhano	0,40	0,00	0,20	0,40	4,90	5,90	1,00	4,92
22	769289	02/03/1988	Vilciane De Lima Camargo Alves	0,20	0,40	0,40	0,20	4,90	6,10	S/ Nota	4,88
23	777850	26/10/1966	Eronita Santos Da Silva	0,40	0,80	0,40	0,00	4,20	5,80	1,00	4,84
24	777713	22/11/1979	Vania Perla Alves Cozer	0,60	0,40	0,40	0,20	4,20	5,80	1,00	4,84
25	776821	04/02/1991	Cristiane Palhano De Oliveira	0,20	0,20	0,40	0,20	4,90	5,90	S/ Nota	4,72
26	776670	03/02/1968	Claudia Aparecida Dotti De Souza	0,40	0,20	0,20	0,20	4,90	5,90	S/ Nota	4,72
27	779289	29/04/1980	Sirlene Santos Domingues	0,20	0,40	0,20	0,20	4,90	5,90	S/ Nota	4,72
28	769732	24/10/1964	Neuza Maria De Souza Surdi	0,20	0,40	0,40	0,40	4,20	5,60	1,00	4,68
29	773989	17/12/1968	Sirlene Aparecida Gatner	0,20	0,20	0,20	0,00	4,90	5,50	1,00	4,60
30	772611	29/01/1979	Eliane Albano Pereira De Souza	0,40	0,20	0,20	0,00	4,90	5,70	S/ Nota	4,56
31	778918	06/06/1994	Milena Dos Santos Pereira	0,20	0,20	0,20	0,20	4,90	5,70	S/ Nota	4,56
32	775462	29/10/1991	Bruna Da Costa Farias	0,20	0,20	0,40	0,40	4,20	5,40	1,00	4,52
33	777685	06/04/1973	Dirlene Aparecida Da Rosa Alves	0,40	0,20	0,40	0,40	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
34	776003	02/06/1983	Antoniela Aparecida Rodrigues Pereira	0,40	0,20	0,40	0,40	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
35	773662	19/01/1984	Tania Carmen Ribeiro	0,60	0,20	0,40	0,20	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
36	772395	02/11/1973	Luciana Da Costa Oliveira	0,60	0,20	0,20	0,40	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
37	779002	21/10/1989	Josiane Borges Tives	0,20	0,20	0,20	0,00	4,90	5,50	S/ Nota	4,40
38	773645	25/09/1988	Michele Aparecida Heinz	0,40	0,20	0,40	0,20	4,20	5,40	S/ Nota	4,32
39	777788	24/07/1993	Daiane Fatima Paim	0,20	0,00	0,20	0,00	4,90	5,30	S/ Nota	4,24
40	774277	29/12/1989	Schayanne Farias Dos Santos	0,20	0,40	0,20	0,00	4,20	5,00	1,00	4,20

41	769658	18/08/1991	Madelayne Cristine Zanatta Pereira	0,40	0,00	0,20	0,40	4,20	5,20	S/ Nota	4,16
42	775409	20/04/1979	Izionete Soares Laureano Dos Santos	0,20	0,40	0,60	0,40	3,50	5,10	S/ Nota	4,08

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	777903	20/08/1991	Renata Pinheiro	0,40	0,40	0,60	0,40	4,90	6,70	S/ Nota	5,36
2	777054	05/10/1981	Cristiane Moraes Lima De Souza	0,20	0,20	0,20	0,20	5,60	6,40	S/ Nota	5,12
3	776229	17/02/1990	Josiane Sales	0,40	0,20	0,60	0,20	4,90	6,30	S/ Nota	5,04
4	769582	15/06/1987	Roberta Pellizzaro Tagliari Rech	0,40	0,40	0,40	0,20	4,90	6,30	S/ Nota	5,04
5	772875	23/01/1965	Marlene Franca Nogueira Da Silva	0,20	0,00	0,40	0,00	5,60	6,20	S/ Nota	4,96
6	779074	01/08/1975	Roselaine Aparecida De Anhaia	0,20	0,40	0,40	0,20	4,90	6,10	S/ Nota	4,88
7	776428	10/07/1989	Francielli Moraes Vieira	0,60	0,40	0,40	0,00	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
8	773068	05/10/1991	Bruna De Oliveira Lopes	0,20	0,20	0,60	0,20	4,20	5,40	S/ Nota	4,32

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SÉRIES INICIAIS HABILITADO COM MAGISTÉRIO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	776844	12/12/1984	Maria Andrea Espindola Padilha	0,40	0,60	0,60	0,20	7,00	8,80	S/ Nota	7,04
2	772740	25/03/1991	Elizane De Moraes Coppini	0,60	0,00	0,20	0,20	6,30	7,30	1,00	6,04
3	777016	12/08/1988	Barbara Andreia Palauro	0,20	0,60	0,60	0,20	5,60	7,20	S/ Nota	5,76
4	769285	13/11/1988	Caroline Franca	0,20	0,20	0,40	0,40	5,60	6,80	S/ Nota	5,44
5	775483	08/07/1996	Joice Sbardella	0,60	0,20	0,40	0,40	4,90	6,50	S/ Nota	5,20
6	773815	07/03/1983	Cristiane Aparecida Kilin	0,20	0,40	0,00	0,20	5,60	6,40	S/ Nota	5,12
7	776088	19/03/1996	Mariana Ortiz Franca	0,40	0,60	0,20	0,20	4,90	6,30	S/ Nota	5,04
8	776234	10/12/1985	Lisiane Aparecida De Souza	0,40	0,20	0,40	0,20	4,90	6,10	S/ Nota	4,88
9	773502	17/11/1986	Dayane Cristina Marques	0,20	0,00	0,20	0,00	5,60	6,00	S/ Nota	4,80
10	777228	28/11/1980	Ana Paula Da Silva Martins	0,80	0,20	0,40	0,20	4,20	5,80	S/ Nota	4,64
11	776027	24/07/1984	Juliana Rodrigues	0,20	0,00	0,40	0,20	4,90	5,70	S/ Nota	4,56
12	774573	11/11/1974	Angelica Pires De Lima Kohler	0,40	0,00	0,60	0,40	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
13	775715	23/02/1980	Valmira Aparecida Barcelos	0,20	0,40	0,60	0,20	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
14	773671	25/02/1995	Jessica Ribeiro	0,60	0,20	0,60	0,00	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
15	776305	01/10/1979	Luciane Rodrigues	0,20	0,00	0,60	0,40	4,20	5,40	S/ Nota	4,32
16	775503	07/11/1980	Evanize Sbardella	0,20	0,40	0,40	0,20	4,20	5,40	S/ Nota	4,32
17	774956	04/02/1975	Alessandra Maria Figueiredo Da Silva	0,40	0,20	0,40	0,00	4,20	5,20	S/ Nota	4,16
18	776487	14/01/1993	Jessica Nayaracoser	0,40	0,20	0,20	0,20	4,20	5,20	S/ Nota	4,16

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SÉRIES INICIAIS HABILITADO COM PEDAGOGIA NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	775627	13/06/1991	Aline Dos Santos Ortiz	0,60	0,80	0,40	0,20	7,00	9,00	S/ Nota	7,20
2	773058	15/06/1978	Maria Luiza Goeten	0,60	1,00	0,20	0,20	6,30	8,30	1,00	6,84
3	779058	19/03/1987	Michelle Cristiane Dias De Freitas	0,40	0,20	0,40	0,20	7,00	8,20	1,00	6,76
4	772550	11/03/1976	Soriene Ferreira Ortiz	0,80	0,20	0,40	0,00	7,00	8,40	S/ Nota	6,72

5	768183	11/08/1986	Kelli De Souza Ribeiro	0,40	0,60	0,20	0,20	7,00	8,40	S/ Nota	6,72
6	772872	10/12/1984	Thayse Adriana Dias Da Cunha	0,20	0,20	0,40	0,20	7,00	8,00	1,00	6,60
7	772909	02/08/1991	Camila Fernanda De Oliveira Drissen	0,40	0,80	0,40	0,20	6,30	8,10	S/ Nota	6,48
8	769726	19/06/1980	Katia Regina De Lima Ferraz Francioni	0,20	0,20	0,20	0,40	7,00	8,00	S/ Nota	6,40
9	778578	02/06/1983	Antoniela Aparecida Rodrigues Pereira	0,40	0,40	0,40	0,40	6,30	7,90	S/ Nota	6,32
10	772681	18/08/1990	Juliana Aparecida Felipe	0,60	0,40	0,60	0,40	5,60	7,60	S/ Nota	6,08
11	777009	06/05/1974	Terezinha De Souza Abreu	0,20	0,00	0,60	0,20	6,30	7,30	1,00	6,04
12	773646	25/09/1988	Michele Aparecida Heinz	0,40	0,20	0,40	0,20	6,30	7,50	S/ Nota	6,00
13	771547	19/07/1992	Ana Caroline Abreu	0,40	0,20	0,60	0,40	5,60	7,20	1,00	5,96
14	771725	04/03/1971	Leni Da Silva	0,20	0,20	0,40	0,20	6,30	7,30	S/ Nota	5,84
15	774139	13/04/1988	Julie Tatiane De Lima	0,40	0,20	0,20	0,20	6,30	7,30	S/ Nota	5,84
16	770860	06/10/1987	Allison Cesar Da Rocha Sartor	0,40	0,40	0,60	0,00	5,60	7,00	1,00	5,80
17	776401	10/05/1974	Joceli Aparecida Pereira Santos Veber	0,80	0,00	0,40	0,20	5,60	7,00	1,00	5,80
18	778662	29/12/1984	Eliane Ullirsch De Oliveira Passos	0,40	0,40	0,20	0,40	5,60	7,00	1,00	5,80
19	776550	28/11/1971	Nilsa Alves Dos Santos Manerich	0,20	0,40	0,60	0,40	5,60	7,20	S/ Nota	5,76
20	775679	02/08/1988	Francelise Hubner	0,40	0,40	0,40	0,40	5,60	7,20	S/ Nota	5,76
21	776371	22/07/1978	Rosangela Cristiane Palhano	0,40	0,00	0,20	0,40	5,60	6,60	1,00	5,48
22	769290	02/03/1988	Vilciane De Lima Camargo Alves	0,20	0,40	0,40	0,20	5,60	6,80	S/ Nota	5,44
23	774580	19/01/1987	Sarita Musskopf Baldin	0,20	0,00	0,60	0,20	5,60	6,60	S/ Nota	5,28
24	777956	07/02/1988	Carine Zulian	0,20	0,00	0,40	0,40	5,60	6,60	S/ Nota	5,28
25	777104	03/04/1974	Eliane Rodrigues De Souza Alves	0,40	0,00	0,20	0,40	5,60	6,60	S/ Nota	5,28
26	776218	21/05/1970	Marli Aparecida Ribeiro Niles	0,40	0,40	0,20	0,40	4,90	6,30	1,00	5,24
27	774296	23/02/1989	Daiane Pereira	0,40	0,60	0,20	0,20	4,90	6,30	1,00	5,24
28	773995	17/12/1968	Sirlene Aparecida Gatner	0,20	0,20	0,20	0,00	5,60	6,20	1,00	5,16
29	777188	05/03/1992	Daniela Alessandra Anastacio De Lima	0,60	0,20	0,40	0,00	4,90	6,10	1,00	5,08
30	778647	22/11/1979	Vania Perla Alves Cozer	0,60	0,20	0,20	0,20	4,90	6,10	1,00	5,08
31	773676	11/11/1993	Simone Rodrigues Chaves	0,60	0,60	0,20	0,00	4,90	6,30	S/ Nota	5,04
32	775430	02/09/1968	Leila Aparecida Da Silva Cruz	0,60	0,40	0,60	0,20	3,50	5,30	2,00	4,64
33	767950	30/07/1991	Vanessa Magnante De Moraes	0,40	0,20	0,40	0,20	4,20	5,40	1,00	4,52
34	769704	14/07/1992	Leticia Ferreira Lemos	0,20	0,40	0,60	0,20	4,20	5,60	S/ Nota	4,48
35	776752	07/10/1981	Raquel Wolinger Neves	0,80	0,40	0,60	0,20	3,50	5,50	S/ Nota	4,40
36	772014	17/02/1989	Michelle Pereira Farias	0,40	0,20	0,20	0,20	4,20	5,20	1,00	4,36
37	776483	09/01/1974	Sirlei Moraes A Cunha	0,40	0,20	0,40	0,20	4,20	5,40	S/ Nota	4,32
38	774921	18/08/1991	Madelayne Cristine Zanatta Pereira	0,40	0,20	0,20	0,40	4,20	5,40	S/ Nota	4,32
39	770529	18/03/1989	Vania Cristina Fernandes De Chaves	0,40	0,00	0,20	0,20	4,20	5,00	S/ Nota	4,00
40	770255	11/04/1994	Nicolle Almeida	0,40	0,20	0,20	0,00	4,20	5,00	S/ Nota	4,00

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO SÉRIES INICIAIS NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	777904	20/08/1991	Renata Pinheiro	0,40	0,40	0,60	0,40	6,30	8,10	S/ Nota	6,48

2	777062	05/10/1981	Cristiane Moraes Lima De Souza	0,20	0,20	0,20	0,40	4,90	5,90	S/ Nota	4,72
3	776429	10/07/1989	Francieli Moraes Vieira	0,40	0,00	0,20	0,00	4,90	5,50	S/ Nota	4,40
4	777357	28/11/1989	Daiane Tamisa Bezutti Saleh	0,20	0,20	0,60	0,00	4,20	5,20	S/ Nota	4,16

PROFESSOR DE ENSINO RELIGIOSO HABILITADO NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	769757	08/05/1978	Solange Aparecida Krieger Do Prado	0,60	0,20	0,40	0,40	4,90	6,50	S/ Nota	5,20

PROFESSOR DE GEOGRAFIA HABILITADO NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	774824	04/10/1977	Marli Terezinha Antonello Welter	0,60	0,40	0,60	0,40	5,60	7,60	1,00	6,28
2	776141	20/03/1970	Marcia Rodrigues De Azevedo	0,40	0,40	0,20	0,40	4,20	5,60	S/ Nota	4,48

PROFESSOR DE HISTÓRIA HABILITADO NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	777711	16/09/1975	Jeferson Franca Pereira	0,60	0,20	0,60	0,00	5,60	7,00	S/ Nota	5,60

PROFESSOR DE HISTÓRIA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	769239	24/02/1989	Ismael Antonello Pereira	0,60	0,40	0,60	0,20	4,20	6,00	S/ Nota	4,80

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA HABILITADO NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	778355	13/10/1968	Joao Carlos Salvador	0,60	0,20	0,60	0,40	5,60	7,40	S/ Nota	5,92
2	778490	11/07/1959	Wilfrelena Maria Martins Leme Marques Pallone	0,80	0,00	0,60	0,20	4,90	6,50	1,00	5,40
3	777278	15/06/1987	Aline Beber De Souza	0,40	0,20	0,40	0,20	4,90	6,10	S/ Nota	4,88

PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	776433	10/11/1969	Cynthia Carreta	0,60	0,20	0,60	0,40	4,90	6,70	S/ Nota	5,36
2	773315	05/02/1999	Felipe Matheus Pedrao	0,40	0,40	0,40	0,40	3,50	5,10	S/ Nota	4,08

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA HABILITADO NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	778102	11/07/1959	Wilfrelena Maria Martins Leme Marques Pallone	0,80	0,00	0,60	0,20	5,60	7,20	1,00	5,96
2	778259	13/10/1968	Joao Carlos Salvador	0,80	0,20	0,40	0,40	4,20	6,00	S/ Nota	4,80

PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	778056	12/01/1990	Cintha Fabrine Da Cunha	0,60	0,60	0,60	0,40	4,20	6,40	S/ Nota	5,12
2	776510	10/11/1969	Cynthia Carreta	0,60	0,20	0,60	0,40	4,20	6,00	S/ Nota	4,80
3	778217	25/03/1995	Flaviane Padilha Fogaca De Almeida	0,40	0,80	0,60	0,20	3,50	5,50	S/ Nota	4,40
4	767519	12/09/1984	Elizangela De Lima Ramos	0,80	0,40	0,20	0,20	3,50	5,10	S/ Nota	4,08

PROFESSOR DE MATEMÁTICA HABILITADO NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	778670	31/12/1988	Johnny Tessari Da Cunha	0,40	1,00	0,60	0,20	5,60	7,80	S/ Nota	6,24
2	769392	11/06/1989	Mauricio Do Prado Pereira	0,60	0,60	0,20	0,40	4,20	6,00	S/ Nota	4,80
3	773072	15/06/1978	Maria Luiza Goeten	0,60	1,00	0,20	0,20	3,50	5,50	1,00	4,60
4	773178	25/12/1960	Elza Segundo	0,40	0,00	0,60	0,20	4,20	5,40	1,00	4,52

PROFESSOR DE MATEMÁTICA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	775524	21/11/1984	Edilson Rodrigues Almeida	0,60	1,00	0,40	0,20	4,90	7,10	S/ Nota	5,68
2	766363	20/11/1989	Diego Sebem Wordell	0,60	0,40	0,60	0,40	4,20	6,20	S/ Nota	4,96

PROFESSOR DE TECNOLOGIA EDUCACIONALINFORMÁTICA NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	775172	12/04/1988	Gabriel Trautmann Tosi	0,20	0,40	0,40	0,40	4,20	5,60	S/ Nota	4,48

PSICÓLOGO - SEC/ASSISTÊNCIA SOCIAL - DEMAIS SECRETARIAS - 40 H

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	774377	13/04/1986	Kelli Taise Da Silva De Oliveira	0,60	0,20	0,20	0,20	4,90	6,10	6,10
2	779160	12/11/1992	Bruna Menon	0,40	0,40	0,60	0,20	4,20	5,80	5,80
3	776753	29/03/1981	Joslei Luis Martins	0,60	0,40	0,20	0,20	4,20	5,60	5,60
4	778904	10/01/1982	Kiliane Hames	0,40	0,00	0,60	0,20	4,20	5,40	5,40
5	770003	26/01/1987	Vanderson De Souza	0,40	0,20	0,40	0,20	4,20	5,40	5,40

PSICÓLOGO - SEC/ASSISTÊNCIA SOCIAL - ACESSUAS - 40H

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	768592	19/08/1993	Laurita Vilma Spricigo	0,60	0,80	0,40	0,40	5,60	7,80	7,80
2	775496	19/08/1989	Sabrina Beppler	0,40	0,20	0,60	0,40	4,90	6,50	6,50
3	771923	24/04/1975	Mariza Andreia Padilha Kantoviski	0,40	0,40	0,40	0,20	4,90	6,30	6,30
4	769945	13/08/1979	Joseane Monteiro Mauricio	1,00	0,40	0,60	0,00	3,50	5,50	5,50

PSICÓLOGO - SEC/SAÚDE - 20H

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
---------	---------	-----------	-----------	-----------	------------	----------------------	-------------	---------------------------	---------------	-------------

1	774130	02/03/1990	Carolina Francielle Tonin	0,80	0,20	0,60	0,40	5,60	7,60	7,60
2	779087	16/09/1994	Mariana Alves Rodrigues	0,80	0,20	0,40	0,40	4,20	6,00	6,00
3	772265	13/05/1993	Camila Muniz Fugazza de Liz	0,40	0,20	0,40	0,40	4,20	5,60	5,60

SEGUNDO PROFESSOR HABILITADO COM MAGISTERIO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	773799	29/12/1995	Patricia Prado Santos	0,60	0,40	0,20	0,20	7,00	8,40	S/ Nota	6,72
2	777057	09/05/1990	Chaiana Almeida Xavier Stokmann	0,60	0,80	0,40	0,20	6,30	8,30	S/ Nota	6,64
3	774214	19/04/1986	Dariana Aparecida Dos Santos Teixeira	0,40	0,00	0,00	0,00	7,00	7,40	S/ Nota	5,92
4	778135	24/06/1987	Leticia Batista Do Prado	0,40	0,00	0,20	0,20	6,30	7,10	S/ Nota	5,68
5	779327	15/10/1995	Kathlenn Karine Ribeiro Couto	0,40	0,20	0,40	0,20	4,90	6,10	S/ Nota	4,88
6	777195	03/01/1981	Carlita Dos Santos Veronezi	0,20	0,20	0,40	0,00	4,20	5,00	S/ Nota	4,00

SEGUNDO PROFESSOR HABILITADO NÍVEL II

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	775643	13/06/1991	Aline Dos Santos Ortiz	0,60	0,60	0,40	0,40	6,30	8,30	S/ Nota	6,64
2	773667	19/01/1984	Tania Carmen Ribeiro	0,60	0,20	0,40	0,20	6,30	7,70	S/ Nota	6,16
3	767580	07/09/1988	Suellen Schaefer Rossa	0,20	0,20	0,20	0,20	6,30	7,10	1,00	5,88
4	777163	17/12/1987	Susana Fatima De Souza	0,80	0,40	0,60	0,40	4,90	7,10	S/ Nota	5,68
5	778626	08/04/1980	Andreia Medeiros De Souza	0,60	0,00	0,40	0,20	5,60	6,80	1,00	5,64
6	774499	05/03/1992	Daniela Alessandra Anastacio De Lima	0,60	0,20	0,40	0,00	5,60	6,80	1,00	5,64
7	777441	13/04/1988	Julie Tatiane De Lima	0,40	0,40	0,40	0,20	5,60	7,00	S/ Nota	5,60
8	778581	15/07/1992	Aline Ferreira	0,40	0,40	0,20	0,20	5,60	6,80	S/ Nota	5,44
9	778689	03/02/1968	Claudia Aparecida Dotti De Souza	0,40	0,20	0,20	0,20	5,60	6,60	S/ Nota	5,28
10	775781	10/12/1984	Thayse Adriana Dias Da Cunha	0,20	0,20	0,60	0,20	4,90	6,10	1,00	5,08
11	774278	29/12/1989	Schayanne Farias Dos Santos	0,40	0,60	0,20	0,00	4,90	6,10	1,00	5,08
12	772551	11/03/1976	Soriene Ferreira Ortiz	0,60	0,20	0,40	0,00	4,90	6,10	S/ Nota	4,88
13	774581	19/01/1987	Sarita Musskopf Baldin	0,20	0,00	0,60	0,20	4,90	5,90	S/ Nota	4,72
14	773733	05/09/1994	Ana Paula Ferreira Cordeiro	0,40	0,20	0,40	0,00	4,90	5,90	S/ Nota	4,72
15	777235	09/01/1980	Lucelia Correa	0,20	0,20	0,60	0,20	4,20	5,40	1,00	4,52
16	775163	24/02/1978	Analice Varela	0,20	0,40	0,40	0,20	4,20	5,40	1,00	4,52

SEGUNDO PROFESSOR NÃO HABILITADO NÍVEL I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	777671	23/01/1965	Marlene Franca Nogueira Da Silva	0,20	0,00	0,40	0,00	5,60	6,20	S/ Nota	4,96
2	773052	05/10/1991	Bruna De Oliveira Lopes	0,20	0,20	0,60	0,20	4,90	6,10	S/ Nota	4,88
3	772404	05/12/1984	Neusa Vaz Ribeiro Da Silva	0,20	0,20	0,40	0,40	4,90	6,10	S/ Nota	4,88
4	774957	04/02/1975	Alessandra Maria Figueiredo Da Silva	0,40	0,20	0,40	0,00	4,90	5,90	S/ Nota	4,72
5	778499	11/03/1992	Francieli Ribeiro Dos Santos	0,40	0,60	0,40	0,20	4,20	5,80	S/ Nota	4,64
6	769206	13/04/1966	Suzanete Aparecida Gresele	0,40	0,40	0,20	0,20	4,20	5,40	1,00	4,52

SERVENTE DE LIMPEZA - SEC/ADMINISTRAÇÃO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	775261	26/09/1999	Taina De Araujo Chagas	3,00	3,00	6,00	6,00
2	778093	22/01/1987	Solange Aparecida Fogaca	3,00	2,00	5,00	5,00
3	770893	11/03/1979	Jucelia Dolberth Belizario Franca Pereira	2,00	2,00	4,00	4,00
4	768650	30/11/1975	Marilza Aparecida Alves	3,00	1,00	4,00	4,00
5	777299	27/02/1972	Rosane Marilu Alves Dos Santos	2,00	0,00	2,00	2,00

SERVENTE I

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	772883	25/07/1974	Jane Maria Varella	2,00	4,00	6,00	6,00
2	776257	04/10/1994	Andreia Aparecida Dos Santos	2,00	4,00	6,00	6,00
3	772903	27/03/1989	Ariana Maciel Dos Santos	2,50	2,00	4,50	4,50
4	770489	23/04/1983	Delma Franca	1,50	2,00	3,50	3,50

SERVENTE/LIMPEZA - SEC/EDUCAÇÃO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	776969	25/02/1981	Vivian Maria Varella Fernandes	3,00	4,00	7,00	7,00
2	777233	23/12/1993	Aline Da Silva	2,50	4,00	6,50	6,50
3	773869	31/05/1995	Andreia Da Silva Rodrigues	2,50	4,00	6,50	6,50
4	776202	12/07/1982	Monica Aparecida Da Luz Da Luz	3,50	3,00	6,50	6,50
5	772016	27/12/1988	Francielle Camila De Moraes	4,00	2,00	6,00	6,00
6	776451	31/07/1993	Milena Cristina Do Rosario	2,50	3,00	5,50	5,50
7	777105	14/02/1979	Roseli Teresinha Dos Santos	3,50	2,00	5,50	5,50
8	777909	19/12/1987	Marines Cristina Moraes Teske	3,50	2,00	5,50	5,50
9	769523	14/08/1994	Emilie Clara Dos Santos	3,50	2,00	5,50	5,50
10	768390	08/05/1984	Simone Antonio Domingues Spricigo	3,00	2,00	5,00	5,00
11	769135	02/01/1993	Jessica Aparecida Marcondes De Lima Souza	3,00	2,00	5,00	5,00
12	771699	22/07/1986	Gislaine Dos Santos	1,50	3,00	4,50	4,50
13	770730	11/06/1987	Clenir De Fatima Correa	2,50	2,00	4,50	4,50
14	771694	24/09/1989	Angelina Carine Lima Barboza	2,50	2,00	4,50	4,50
15	779117	29/10/1994	Patricia Pereira De Moraes	3,50	1,00	4,50	4,50
16	776215	11/08/1964	Edith Aparecida De Souza Franca Kocian	2,00	2,00	4,00	4,00
17	773208	30/06/1986	Joice Carneiro	1,50	2,00	3,50	3,50
18	778168	20/08/1974	Lucilene Leandro	2,50	1,00	3,50	3,50
19	775204	30/01/1974	Adriana Fatima De Araujo	1,00	2,00	3,00	3,00
20	773015	18/09/1983	Sonia Aparecida Dos Santos	1,00	2,00	3,00	3,00
21	773890	27/09/1980	Patricia Maciel Dos Santos	1,50	1,00	2,50	2,50
22	768731	02/05/1979	Cleia Cindelandia Leandro	1,00	1,00	2,00	2,00

SERVENTE/MERENDEIRA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Prática	Média final
1	773625	22/07/1975	Cristiani Sauthier	3,50	3,00	6,50	9,50	7,70
2	773867	08/08/1994	Lais Maciel Dos Santos	3,00	3,00	6,00	8,50	7,00

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Informática	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	770108	19/04/1977	Naumar Fernandes	0,20	0,60	0,60	0,20	4,20	5,80	5,80

2	769700	19/04/1990	Aline Garcia	0,60	0,20	0,40	0,00	4,20	5,40	5,40
3	778850	06/08/1988	Catiane Aparecida Goncalves	0,20	0,40	0,20	0,20	4,20	5,20	5,20

TÉCNICO EM ENFERMAGEM (SAMU)

Não há candidato aprovado neste cargo

TERAPEUTA OCUPACIONAL

Não há candidato aprovado neste cargo

VIGIA

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	777245	22/03/1972	Alcioni Vicente De Souza	2,00	4,00	6,00	6,00
2	776423	08/02/1973	Jorman Francisco Castilho	3,00	3,00	6,00	6,00

Prefeitura Municipal de Curitiba, 18 de janeiro de 2018.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2018

Publicação Nº 1494599

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 5/2018

REFERENTE: Contrato de prestação de serviço firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa DR. CARDIO SERVIÇOS MEDICOS LTDA, com o valor de R\$ 390,00 (trezentos e noventa reais).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE EXAMES DE ECOCARDIOFETAL DE URGENCIA, PARA A PACIENTE RAQUEL FERREIRA, CONFORME SOLICITAÇÃO MEDICA, SENDO A ESCOLHA DA CLINICA JUSTIFICADA PELA URGENCIA E DATA PARA CONSULTA MAIS PROXIMA DISPONIVEL. CONFORME LEI 8.666/93, ART. 25, INCISO IV E DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias(cento e oitenta) doas consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Diego Sebem Wordell Angela de Fátima Menegazzo

Presidente da Comissão Membro

Ana Maria Lima Luci de Fátima Mello Daiane Penteadó

Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitiba, 18 de janeiro de 2018.

Hérion Adalberto Rech

Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 18 de janeiro de 2018.

Altamir Carvalho Goetten

Secretário Municipal de Saúde

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2018

Publicação Nº 1494577

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 4/2018

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa E. TAMUSSINO E CIA, com o valor de R\$ 3.465,50 (três mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos), e a empresa SERMEDICAL ARP EQUIP. HOSPITALARES com o valor de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais)

RESUMO:**FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:**

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25, inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Secretário, sugerindo a referida contratação.

Diego Sebem Wordell Daiane Penteadó
Presidente da Comissão Membro

Luci de Fátima Mello Ana Maria Lima Angela de Fátima Menegazzo
Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente inexigibilidade cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25, o inciso I dou como aprovada.
Curitiba, 17 de janeiro de 2018

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município
AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.
Curitiba, 17 de janeiro de 2018.

Altamir Carvalho Goetten
Secretário Municipal de Saúde

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL - CONTRATO 340/2017

Publicação Nº 1494580

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

O Município de Curitiba, através de sua autoridade competente decide RESCINDIR o contrato nº 340/2017 firmado a partir do Pregão Presencial nº 205/2017, entre o Município de Curitiba, inscrito no CNPJ nº 83.754.044/0001-34, e a empresa DANIEL TRILHA LOPES EIRELI – ME, inscrito no CNPJ nº 22.112.343/0001-80, situada na Rua Campo Largo, 938, Bairro Itacolomi, CEP 88380-000, município de Pícaras – SC, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ILUMINAÇÃO DA FACHADA DA PREFEITURA MUNICIPAL, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO, cuja referida licitante foi vencedora do processo, nos termos que seguem:

RELATÓRIO

A empresa DANIEL TRILHA LOPES EIRELI – ME, comprovou através de documentos que a indústria que fabrica os projetores - item este com maior relevância no processo –, que este equipamento não está sendo mais fabricado, saiu de linha, e também comprovou que os projetores considerados similares ou superiores, possuem custo superior ao cotado inicialmente, sendo assim, causando prejuízo à licitante.

É o relato necessário! Passo a decidir:

FUNDAMENTAÇÃO

A hipótese objeto de análise, constitui motivo para a rescisão do contrato, na forma prevista no art. 78, inciso XVII, da Lei 8.666/93, a seguir transcritos:

“Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

XVII – a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução contrato”

De todos os documentos que acompanham o presente procedimento, não sobejam dúvidas acerca do motivo apresentado pela empresa, nas exatas hipóteses destacadas do art. 78 da Lei de Licitações.

Nestes termos, RESCINDO o contrato nº 340/2017 na forma prevista na Cláusula Oitava inciso II do Termo de Contrato, e ainda em conformidade com o art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, tudo conforme fundamentação acima exposta.

Publique-se, registre-se e intemem-se os interessados.

Curitiba, 18 de Janeiro de 2017.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Daniel Trilha Lopes Eireli - Me
Empresa Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 249/2017

Publicação Nº 1494588

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 249/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 249/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 249/2017

No dia 19 do mês de Janeiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 249/2017, Processo Licitatório nº. 249/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7854	AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	1
8582	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	
6308	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD	05.919.156/0001-94	RAFAEL DE LARA	096.629.339-80
NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	07.814.016/0001-87	DEIVID DE CARVALHO CARARO	993.770.552-53
ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP	85.248.680/0001-10	WAGNER FERREIRA DA SILVA	008.632.511-61

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA PARA OS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7854 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CERA LIQUIDA INCOLOR AUTO BRILHO-PREPARADA COM ÓTIMO BRILHO,CERA ALTO TEOR DE RESISTÊNCIA PARA LUSTRAÇÃO DE MÓVEIS, PORTAS,VERNIZES,LAMBRIS E MADEIRAS EM GERAL,PISOS FINOS COMO MÁRMORE, GRANITO, LAJOTAS, ASSOALHOS, COMPOSIÇÃO:PARAFINA,ALCALINIZANTES, EMULSIFICANTES,NIVELANTE,PLASTIFICADA,PRESERVANTE,F E ÁGUA, EMBALAGENS DE 5 LITROS,	EMB	GIRANDO SC	642,000	22,2300	14.271,66

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/7
Processo Nº.: 249/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 249/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/7
Processo N°: 249/2017
PREGÃO PRESENCIAL N° 249/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 249/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 249/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 249/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 249/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 249/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 249/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/7
Processo N°.: 249/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 249/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 19 de Janeiro de 2018.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD CNPJ: 05.919.156/0001-94 _____

NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME CNPJ: 07.814.016/0001-87 _____

ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP CNPJ: 85.248.680/0001-10 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 260/2017

Publicação Nº 1494589

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 260/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 260/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 260/2017

No dia 18 do mês de Janeiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 260/2017, Processo Licitatório nº. 260/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GRAMA SEMPRE VERDE EM LEIVA PLANTADA, PARA USO NO ESTÁDIO MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11796	NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LT	13.192.721/0002-73	EUSÉBIO FRONTÓRIO	419.651.679-34

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE GRAMA SEMPRE VERDE EM LEIVA PLANTADA, PARA USO NO ESTÁDIO MUNICIPAL DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 11796 - NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	GRAMA EM LEIVA SEMPRE VERDE PLANTADA E COM PREPARO DO TERRENO	M²		400,000	10,0000	4.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/7
Processo Nº.: 260/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 260/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/7
Processo N°.: 260/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 260/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 260/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 260/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 260/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 260/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 260/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 260/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 260/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 260/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 18 de Janeiro de 2018.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

NERA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTD. CNPJ: 13.192.721/0002-73 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 269/2017

Publicação Nº 1494591

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 1/7
 Processo Nº.: 269/2017
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 269/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 269/2017

No dia 18 do mês de Janeiro do ano de 2018, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.754.044/0001-34, com sede administrativa localizada na Rua Coronel Vidal Ramos, 860, bairro Centro, CEP nº. 89520-000, nesta cidade de Curitiba/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JOSÉ ANTÔNIO GUIDI, inscrito no CPF sob o nº. 352.219.259-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 269/2017, Processo Licitatório nº. 269/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE ACIONAMENTO ELÉTRICO PARA USO NO SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9116	DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME	1

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME	22.112.343/0001-80	DANIEL TRILHA LOPES	976.785.380-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS DE ACIONAMENTO ELÉTRICO PARA USO NO SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE CURITIBANOS, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

1.3. Em caso de Processo que não há prestação de serviço, fica facultado ao município a formalização de contrato Tendo em vista que os materiais/equipamentos serão entregues de forma imediata, após encaminhamento da Autorização de Fornecimento por parte do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9116 - DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONJUNTO DE ACIONAMENTO ELÉTRICO, ELETROMAGNÉTICO EQUIPADO COM DISPOSITIVO SENSÍVEL A LUZ, CONSTRUÇÃO MECÂNICA ROBUSTA E SUPERDIMENSIONADA, RESISTENTE A IMPACTO, GRAU DE PROTEÇÃO IP-55, EQUIPADO COM SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS. CORPO DE POLIPROPILENO RESISTENTE A RAIOS ULTRA-VIOLETAS. PINOS DE CONTATO EM LATÃO ESTANHADO, PRESO AO CORPO DO SISTEMA ATRAVÉS DE REBITES. DEVE DISPOR DE UM CONTATO TIPO N/ANF COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 5A. TENSÃO DE OPERAÇÃO 220V, 60HZ, SISTEMA DE COMANDO ENCAPSULADO, BLINDADO. O ACIONAMENTO INSTANTANEO NA FAIXA APROXIMADA DE 3-20 X 80 LUMENS POR METRO QUADRADO. DESTINADO A OPERAÇÃO DE CARGAS RESISTIVAS PURAS OU INDUTIVAS DE BAIXO FATOR DE POTENCIA. APRESENTAR FICHA TÉCNICA DAS CARACTERÍSTICAS EXIGIDAS.	CONJ	ILUMATIC	1.200,000	28,0000	33.600,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 2/7
Processo Nº.: 269/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 269/2017

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será conforme previsto em Edital, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 3/7
Processo N°.: 269/2017
PREGÃO PRESENCIAL N°. 269/2017

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 4/7
Processo Nº.: 269/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 269/2017

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 5/7
Processo Nº.: 269/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 269/2017

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 6/7
Processo Nº.: 269/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 269/2017

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS

Página: 7/7
Processo Nº.: 269/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 269/2017

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Curitiba, 18 de Janeiro de 2018.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

DANIEL TRILHA LOPES EIRELI - ME

CNPJ: 22.112.343/0001-80 _____

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 890/2018 DISPÕE SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, METAS DE ARRECADAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493864



Estado de Santa Catarina

*Prefeitura Municipal de Descanso***DECRETO Nº 890/2018-SF**, de 12 de janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, METAS DE ARRECADAÇÃO E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, em seu art. 8º, que o Poder Executivo estabelecerá, em até trinta dias da promulgação do orçamento, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, em seu art. 13º, que prevê o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação;

Considerando que a LOA/2018 - Lei nº 1576/17, de 12/12/2017, que estima a receita e fixa a despesa do Município, para o exercício financeiro de 2018, foi sancionada e promulgada na data de 12 dezembro de 2017;

Considerando as normas de escrituração previstas na Lei nº 4.320/64 e no art. 50 da Lei Complementar nº 101/2000;

Considerando as disposições da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2018 – Lei Municipal nº 1560/17, de 16.10.2017;

Considerando a transparência necessária das informações contábeis através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de gestão Fiscal, da Lei Complementar nº 101/2000, previsto nos artigos 52 a 54 da Lei Complementar nº 101;

Considerando o encaminhamento a ser realizado por cada Secretaria de Governo das necessidades de realização de despesas durante o exercício;

Considerando a cronologia dos pagamentos dos restos a pagar e demais exigibilidades inscritas no passivo e a necessidade de o município manter a compatibilidade entre as receitas e despesas orçamentárias conjugadas com o fluxo de recursos extra-orçamentários:

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de desembolso da Administração Direta e Indireta do Município, consoante a Lei nº 1576/17, de 12.12.2017, que estima a receita e fixa a despesa do Município, para o exercício financeiro de 2018.

Parágrafo único. Fazem parte integrante deste Decreto:

I – Anexo I - Estabelece o desdobramento da Receita em Metas Mensais e Bimestrais de Arrecadação, para o exercício 2018;



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Descanso

II – Anexo II – Estabelece o Cronograma de Desembolso Mensal e Bimestral, para exercício de 2018;

III – Anexo III – Demonstra o desdobramento da Receita e Despesa, por Fonte de Recursos, para o exercício de 2018.

CAPÍTULO II

DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

SEÇÃO ÚNICA DAS FINALIDADES

Art. 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas, destina-se a:

I - assegurar às Secretarias de Governo a implementação do planejamento a ser realizado em cada Pasta, com vistas à melhor execução dos programas de governo;

II - Identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;

III - servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não atingir os resultados fiscais, nominal e primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000;

IV - possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário;

V - permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal, direta e indireta, e o controle deste fluxo, conforme prevê o art. 50, II, da Lei Complementar nº 101/2000;

VI - fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme art. 5º, III, “b” da mesma Lei;

VII - permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;

VIII - permitir ao Município o cumprimento dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

IX - viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº 101, no exercício e nos dois seguintes da:

a) renúncia de receita, conforme art. 14, e a comprovação das medidas de compensação, quando for o caso;

b) criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, prevista no art. 16, I;

c) despesa obrigatória de caráter continuado, prevista no art. 17, § 1º.

d)

CAPÍTULO III

DA METAS DE ARRECADAÇÃO E DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 3º Ficam estabelecidas as metas de arrecadação mensal e bimestral do presente exercício, fixadas na proporcionalidade em relação ao total orçado, conforme Anexo I, de conformidade com as Fontes de Recursos demonstradas no Anexo III, deste Decreto.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Descanso

Art. 4º Fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de desembolso, mensal e bimestral, fixadas na mesma proporcionalidade prevista para as metas de arrecadação, conforme Anexo II, também de conformidade com as Fontes de Recursos demonstradas no Anexo III, deste Decreto.

§ 1º As metas de arrecadação e a programação da despesa deverão ser revistas, periodicamente, com vistas a adequar o planejamento à receita efetivamente realizada e às novas previsões para os períodos seguintes.

§ 2º Os valores autorizados a empenhar serão os mesmos autorizados a liquidar e a pagar, exceto os empenhos globais e por estimativa.

§ 3º O planejamento bimestral da receita e da despesa deverá ser refletido no Demonstrativo de que trata o art. 52 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 5º Em havendo a abertura de crédito adicional que resulte no aumento da despesa prevista, com indicação de recursos provenientes de superávits ou excesso de arrecadação, seja de recursos próprios ou vinculados, o mesmo deverá repercutir no orçamento através da reestimativa da receita.

CAPÍTULO IV

DOS DESEMBOLSOS

SEÇÃO I

DOS CRITÉRIOS PARA OS DESEMBOLSOS

Art. 6º As exigibilidades inscritas na contabilidade do Município no Passivo Circulante, de origem financeira, obedecerão à estrita ordem cronológica de seus vencimentos de acordo com o vínculo de recursos, nos termos da Lei nº 8.666/93, art. 5º.

Parágrafo único. A ordem de que trata o caput, observada a existência de recursos financeiros correspondentes, poderá ser alterada:

I – para os pagamentos de despesas de pessoal e encargos, adiantamentos e diárias;

II – para despesas de pequeno vulto enquadradas no Art.5, § 3º, da Lei 8.666/93, alterada pela Lei nº 9.648/98, obedecida a ordem de empenhamento;

III – no pagamento de tarifas de serviços de água, luz, telefone, taxas e seguros diversos, que obedecerão as respectivas datas de vencimento, bem como de locação de sistemas e serviços terceirizados considerados essenciais, de forma a evitar bloqueios de softwares e/ou paralisações;

IV – para transferências financeiras voluntárias decorrentes de leis específicas e a consórcios públicos;

V – no pagamento de sentenças judiciais, que obedecerá a ordem cronológica de apresentação;

VI – nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município e especificamente para as despesas necessárias à atender aquela situação.

Art. 7º A elaboração dos contratos e atos convocatórios de licitação, no que se refere à forma prevista no art. 40, XIV, “b” e Art. 55, III, da Lei 8.666/93, deverá obedecer ao fluxo de caixa do órgão.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Descanso

SEÇÃO II DOS REPASSES FINANCEIROS PARA O PODER LEGISLATIVO

Art. 8º Os repasse dos recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários do Poder Legislativo, consignados na Lei Orçamentária de 2018, no montante de R\$ 1.210.000,00 (um milhão e duzentos e dez mil reais) serão efetuados na forma de transferências financeiras, até o dia 20 (vinte) de cada mês, na proporção de 1/12 avos/mês, observada a limitação estabelecida no Art. 29-A, da CF.

§ 1º O produto do rendimento das aplicações financeiras dos recursos do Poder Legislativo, bem como o Imposto de Renda Retido na Fonte naquele Poder, se ocorrerem, deverão ser remetidos ao Executivo no mês seguinte à ocorrência, de modo a refletir a verdadeira receita orçamentária e receita corrente líquida que serve de base para o cálculo de percentuais de cumprimento obrigatório e limites de despesa de pessoal.

§ 2º Ao final do exercício, depois de deduzidas todas as exigibilidades inscritas no passivo financeiro e os valores para os quais haja vinculação de gastos do Legislativo, os saldos de recursos financeiros deverão ser devolvidos ao Executivo.

SEÇÃO III DOS REPASSES FINANCEIROS PARA ATENDER AS VINCULAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS E ÀS RECEITAS DE ALIENAÇÕES E RECURSOS VINCULADOS

Art. 9º Os valores do retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e os recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, serão mantidos em contas específicas, na Prefeitura e aplicados exclusivamente aos fins a que se destinam.

Art. 10. Os valores vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde serão depositados em contas bancárias específicas do Fundo Municipal de Saúde, para fins de controle e padronização de rotinas.

§ 1º As transferências financeiras ao Fundo Municipal de Saúde previstas na Lei Orçamentária de 2018, no montante de R\$ 6.001.503,60 (seis milhões, um mil reais, quinhentos e três reais e sessenta centavos), serão repassadas em parcelas mensais, obedecidos os valores constantes no Anexo II, deste Decreto ou de conformidade com cronograma específico a ser elaborado pela Secretaria Municipal da Saúde.

§ 2º O valor estipulado neste artigo poderá ser alterado se houver crescimento da receita base do percentual mínimo obrigatório em saúde, objetivando o seu integral cumprimento.

Art. 11. O produto da alienação de bens e direitos e os recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios ou congêneres, serão depositados e movimentados em conta bancária vinculada específica para atendimento do disposto no Art. 44 e 50, I, da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO V

DA ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E LIMITAÇÃO DE EMPENHOS

Art. 12. A Secretaria Municipal da Fazenda ficará responsável pela elaboração, coordenação e alteração do planejamento de que trata este Decreto e seus Anexos.



Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Descanso

Art. 13. Na execução do orçamento de 2018, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, será adotado o mecanismo de limitação de empenho e movimentação financeira, por fonte de recursos, conforme estabelecido no Art. 12, da LDO 2018.

§ 1º Excluem-se da limitação disposta no *caput* deste artigo, quando se verificar necessário, as dotações relativas aos seguintes grupos de despesa:

- a) pessoal e encargos sociais;
- b) juros e encargos da dívida;
- c) obrigações tributárias e contributivas;
- d) precatórios e despesas decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, obedecida a respectiva ordem cronológica;
- e) amortização da dívida;
- f) despesas de caráter essencial para o bom funcionamento do serviço público, devidamente justificadas; e
- g) transferências financeiras voluntárias a consórcios públicos, que obedecerão aos cronogramas específicos, vinculados aos instrumentos autorizadores, obedecida ainda a legislação específica.

§ 2º Excluem-se também das limitações de que trata o *caput* deste artigo, as despesas **vinculadas** a fonte de recursos de operações de crédito, convênios, ajustes e/ou contratos de repasses, as quais serão executadas em conformidade com a respectiva liberação dos recursos, efetuada pelo órgão financiador ou repassador.

Art. 14. Fica vedada a transferência de recursos ou o empenhamento de novas despesas, exceto as dos casos previstos no artigo anterior, para as unidades orçamentárias que ultrapassarem os limites estabelecidos neste Ato, enquanto perdurar a situação de excesso, em obediência aos prescritos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 15 Os créditos suplementares e especiais que vierem a ser abertos durante o exercício, bem como nos casos dos créditos especiais reabertos, relativos aos grupos de despesa "Outras Despesas Correntes", "Investimentos" e "Inversões Financeiras", ressalvadas as exclusões de que trata o artigo 14, § 1º deste Decreto, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. Os Órgãos deste Ente Federado, no âmbito de suas respectivas competências, adotarão as providências necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 17. A fiscalização e acompanhamento do presente Decreto fica a cargo da Secretaria Municipal da Fazenda, através do Departamento de Contabilidade e Controle Interno, devendo ser demonstrado ao Prefeito Municipal o resultado financeiro dos fluxos de caixa e avaliação do cumprimento de cronogramas por parte das Unidades Orçamentárias, visando eventuais ajustes.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 12 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal



ANEXO I
DECRETO Nº 890/2018-SF, de 12 de janeiro de 2018.
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA
METAS MENSAIS E BIMESTRAIS DE ARRECADÇÃO
(CONSOLIDADO)

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO/ FEVEREIRO	MARÇO/ ABRIL	MAIO/ JUNHO	JULHO/ AGOSTO	SETEMBRO/ OUTUBRO	NOVEMBRO/ DEZEMBRO	TOTAIS
RECEITAS CORRENTES	4.937.065,08	4.937.065,08	4.937.065,08	4.937.065,08	4.937.065,08	4.937.064,60	29.622.390,00
Receita Tributária	309.558,33	309.558,33	309.558,33	309.558,33	309.558,33	309.558,35	3.714.700,00
Receita de Contribuições	309.558,33	309.558,33	309.558,33	309.558,33	309.558,33	309.558,35	
	28.750,00	28.750,00	28.750,00	28.750,00	28.750,00	28.750,00	
	28.750,00	28.750,00	28.750,00	28.750,00	28.750,00	28.750,00	345.000,00
Receita Patrimonial	20.783,35	20.783,35	20.783,35	20.783,35	20.783,35	20.783,25	
	20.783,35	20.783,35	20.783,35	20.783,35	20.783,35	20.783,25	249.400,00
Receita Agropecuária	826,53	826,53	826,53	826,53	826,53	826,53	
	826,53	826,53	826,53	826,53	826,53	826,53	9.918,39
Receita de Serviços	36.548,34	36.548,34	36.548,34	36.548,34	36.548,34	36.548,34	
	36.548,34	36.548,34	36.548,34	36.548,34	36.548,34	36.548,34	438.580,00
Transferências Correntes	2.064.940,99	2.064.940,99	2.064.940,99	2.064.940,99	2.064.940,99	2.064.940,86	
	2.064.940,99	2.064.940,99	2.064.940,99	2.064.940,99	2.064.940,99	2.064.940,85	24.779.291,61
Outras Receitas Correntes	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	
	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	7.125,00	85.500,00
BIMESTRES	1º	2º	3º	4º	5º	6º	TOTAL
METAS BIMESTRAIS	4.937.065,08	4.937.065,08	4.937.065,08	4.937.065,08	4.937.065,08	4.937.065,08	29.622.390,00

Estado de Santa Catarina



Prefeitura Municipal de Descanso

ANEXO II
DECRETO Nº 890/2017-SF, de 12 de janeiro de 2018.
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA-CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
(CONSOLIDADO)

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO/ FEVEREIRO	MARÇO/ ABRIL	MAIO/ JUNHO	JULHO/ AGOSTO	SETEMBRO/ OUTUBRO	NOVEMBRO/ DEZEMBRO	TOTAIS
DESPESAS CORRENTES	4.198.165,46	4.007.517,56	4.070.486,21	4.217.468,33	3.740.686,48	5.954.995,16	26.189.319,20
Pessoal e Encargos Sociais	1.069.390,95	1.025.301,81	1.037.870,02	1.073.657,57	953.045,05	1.524.929,41	13.368.389,60
Outras Despesas Correntes	1.069.390,95	1.025.301,80	1.037.870,02	1.073.657,57	953.045,04	1.524.929,41	
	1.029.691,78	978.456,98	997.373,09	1.035.076,60	917.298,20	1.452.568,17	12.820.929,60
	1.029.691,78	978.456,97	997.373,08	1.035.076,59	917.298,19	1.452.568,17	
DESPESAS DE CAPITAL	331.133,53	342.646,86	327.012,15	328.796,61	296.158,40	517.323,25	2.143.070,80
Investimentos	165.566,77	171.323,43	163.506,08	164.398,31	148.079,20	258.661,63	2.003.070,80
	165.566,76	171.323,43	163.506,07	164.398,30	148.079,20	258.661,62	
	12.232,00	12.944,00	12.144,00	12.104,00	10.952,00	19.624,00	80.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA							
Reserva de Contingência	6.116,00	6.472,00	6.072,00	6.052,00	5.476,00	9.812,00	80.000,00
	6.116,00	6.472,00	6.072,00	6.052,00	5.476,00	9.812,00	
BIMESTRES	1º	2º	3º	4º	5º	6º	SUB-TOTAL
DESEMBOLSO BIMESTRAL	4.541.530,99	4.363.108,42	4.409.642,36	4.558.368,94	4.047.796,88	6.491.942,41	28.412.390,00

TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

ENTIDADE	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
CÂMARA	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,33	100.833,37	1.210.000,00
ENTIDADE	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
CÂMARA	201.666,66	201.666,66	201.666,66	201.666,66	201.666,66	201.666,66	201.666,66	201.666,66	201.666,66	201.666,66	201.666,66	201.666,66	1.210.000,00
EXECUTIVO	4.541.530,99	4.363.108,42	4.409.642,36	4.558.368,94	4.047.796,88	6.491.942,41	28.412.390,00	28.412.390,00	28.412.390,00	28.412.390,00	28.412.390,00	28.412.390,00	28.412.390,00
TOTAL													29.622.390,00



ANEXO III
DECRETO Nº 8902016-SF, de 12 de janeiro de 2018.
PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
FONTE DE RECURSOS

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL		E S P E C I F I C A Ç Ã O		RECEITA	DESPESA
CÓDIGO					
00.01.0500	ORDINÁRIOS			13.427.000,00	12.202.000,00
00.01.0501	ORDINÁRIOS – EDUCAÇÃO BÁSICA			4.242.000,00	4.242.000,00
00.01.0529	ORDINÁRIOS SAÚDE			6.001.503,60	
00.01.0504	FUNDEB 60%			2.271.493,20	2.271.493,20
00.01.0505	FUNDEB 40%			403.494,60	403.494,60
00.01.0506	FNDE - SALÁRIO EDUCAÇÃO			300.992,80	300.992,80
00.01.0507	FNDE – PNAE			75.009,40	75.009,40
00.01.0508	FNDE – PNATE			91.009,40	91.009,40
00.01.0511	CIDE			10.494,40	10.494,40
00.01.0512	COSIP			346.998,20	346.998,20
00.01.0520	CONVÊNIO ESTADO			211.112,40	211.112,40
00.01.0548	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS – IGDBF			20.487,80	20.487,80
00.01.0549	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNAS – IGD – SUAS			9.458,00	9.458,00
00.01.0634	RECURSOS MULTAS PREV. LEGISL. TRÂNSITO – MUNICÍPIO			9.119,20	9.119,20
00.01.0635	MULTAS PREV. LEGISL. TRÂNSITO – PM/SC			8.117,40	8.117,40
00.01.0636	MULTAS PREV. LEGISL. TRÂNSITO – SSP/SC			8.117,40	8.117,40
00.01.0649	CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS			55.070,80	55.070,80
00.01.0681	RECURSOS FNAS BLPSB(PBF/PBV)			136.488,40	136.488,40
00.01.0687	RECURSOS FNAS – BL PSEEMC			9.023,00	9.023,00
00.01.0688	RECURSOS ORDINÁRIOS – PREFEITURA/CONVÊNIO PC			-	15.000,00
	SUB - TOTAL			27.636.990,00	20.425.486,40
	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA À CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			0,00	1.210.000,00
	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA AO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE			0,00	6.001.503,60
	TOTAL DA ENTIDADE			27.636.990,00	27.636.990,00

Estado de Santa Catarina



Prefeitura Municipal de Descanso

ENTIDADE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	RECEITA	DESPESA
00.01.0529	ORDINÁRIOS - SAÚDE	1.996,40	6.003.500,00
00.01.0531	SUS - PISO ATENÇÃO BÁSICA (PAB)	259.398,30	259.398,30
00.01.0532	SUS - PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)	269.280,00	269.280,00
00.01.0533	SUS - SAÚDE BUCAL/PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF)	86.240,00	86.240,00
00.01.0534	SUS - AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (PACS)	302.720,00	302.720,00
00.01.0535	SUS - FARMÁCIA BÁSICA (FB)	61.014,20	61.014,20
00.01.0536	SUS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.481,30	7.481,30
00.01.0537	SUS - EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS (ECD)	96.926,00	96.926,00
00.01.0539	SUS/ESTADO - FARMÁCIA BÁSICA (FB)	40.638,92	40.638,92
00.01.0542	SUS/ESTADO - COFINCIAMENTO ESF	151.985,40	151.985,40
00.01.0546	PAB - PMAQ	228.800,00	228.800,00
00.01.0553	FNS - MAC - REDE CEGONHA RCEG	5.231,80	5.231,80
00.01.0554	TRANSFERÊNCIA RECURSOS MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	253.687,68	253.687,68
00.01.0682	RECURSOS SUS - NASF	220.000,00	220.000,00
	SUBTOTAL	1.995.400,00	7.986.903,60
	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - PREFEITURA MUNICIPAL	6.001.503,60	-
	TOTAL DA ENTIDADE	7.986.903,60	7.986.903,60

ENTIDADE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

CÓDIGO	E S P E C I F I C A Ç Ã O	RECEITA	DESPESA
00.01.0500	TRANSFERÊNCIA FINANCEIRA - PREFEITURA MUNICIPAL	1.210.000,00	1.210.000,00
	TOTAL DA ENTIDADE	1.210.000,00	1.210.000,00

DECRETO 1916/2018 REAJUSTA EM 2,5% OS NÍVEIS DE REFERÊNCIAS DAS TABELAS DOS VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS, FUNÇÕES GRATIFICADAS, CARGOS EM COMISSÃO E VANTAGENS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E CONSELHEIROS TUTELARES DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO

Publicação Nº 1493809

DECRETO Nº 1916/2018, de 16 de janeiro de 2018.

REAJUSTA EM 2,5% OS NÍVEIS DE REFERÊNCIAS DAS TABELAS DOS VENCIMENTOS, SALÁRIOS, PROVENTOS, FUNÇÕES GRATIFICADAS, CARGOS EM COMISSÃO E VANTAGENS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS, INATIVOS, PENSIONISTAS E CONSELHEIROS TUTELARES DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE DESCANSO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela *Lei nº 1578/2018, de 16 de janeiro de 2018*, Art. 7º, inciso IV c/c a revisão de que trata o Art. 37, inciso X, da Constituição Federal, Art. 86, inciso IX c/c o Art. 106, inciso III, da Lei Orgânica do Município de Descanso:

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam reajustadas em 2,5% (dois vírgula cinco por cento), as referências e níveis das tabelas de vencimentos, salários, proventos, funções gratificadas, cargos em comissão e vantagens dos servidores públicos municipais, ativos, inativos, pensionistas e conselheiros tutelares, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, a partir do mês de janeiro de 2018, conforme anexos I, II e III, parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. Excetuam-se do reajuste os agentes políticos e equiparados, que percebem subsídios, tais como: Prefeito, vice, secretários e vereadores.

Art. 2º Com base no Art. 3º da Lei Municipal nº 506/2004, de 06 de abril de 2004, fica elevado o piso salarial dos níveis de referência “01, 02, 03 e 04” instituídos no anexo III, Art. 4º da Lei nº 04/90, de 02 de março de 1990, vencimento base do servidor público municipal do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Descanso, que não atingiu o valor do salário mínimo nacional fixado pelo Governo Federal, e seus efeitos retroativos a contar de 01 de janeiro de 2018.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2018.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 16 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello - Chefe da Divisão de Pessoal.

ANEXO I, DO DECRETO Nº 1916/2018, de 16.01.2018 – Art. 1º, da Lei nº 1578/2018.

ANEXO III, Art. 4º da Lei nº 04/90, de 02.03.90, Lei nº 357/2001, de 18.12.2001,
Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, Lei nº 392/2002, de 18.06.2002, Art. 1º, da Lei nº 827/2009, de 25.03.2009,
Art. 3º, da Lei nº 908/2009, de 26.11.2009, Art. 1º, da Lei nº 1088/2011, de 17.08.2011 e
Art. 1º, da Lei nº 1228/2013, de 13.03.2013.

REFERÊNCIAS E SEUS VALORES PARA 40 e/ou 44 horas semanais.

REFERÊNCIAS	Valores em R\$ a partir 01/2018	Art. 3º, da Lei nº 506/2004, de 06.04.2004, § 2º, do Art. 33, da Lei 848/2009- Salário Mínimo Nacional
<i>Salário Mínimo Nacional</i>	954,00	<i>A partir 01/2018</i> (Decreto Federal nº 9.255/2017, de 29.12.2017)
01	694,64	954,00 – SM
02	764,06	954,00 – SM
03	840,56	954,00 – SM
04	924,43	954,00 – SM
05	1.017,06	
06	1.118,74	
07	1.230,64	
08	1.353,54	
09	1.488,85	
10	1.637,83	
11	1.801,66	
12	1.981,76	
13	2.179,92	
14	2.398,09	
15	2.637,87	
164	2.901,54	
17	3.191,76	
18	3.511,09	
19	3.862,05	
20	4.248,07	
21	4.673,23	
22	5.140,40	
23	5.654,34	
24	6.219,95	
25	6.842,07	
26	7.526,18	
27	8.278,76	
28	9.106,82	
29	10.017,44	
30	11.019,11	

➔ Valores reajustados em 2,5%, pela Lei nº 1578/2018

Descanso – SC, 16 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

ANEXO II, DO DECRETO Nº 1916/2018, de 16.01.2018 – Art. 1º, da Lei nº 1578/2018.**TABELA I**

ANEXO VII, Art. 6º, da Lei nº 04/90, de 02.03.90, Art. 1º da Lei nº 056/97, de 27.02.97, com alterações pela Lei nº 246/99, de 22.12.99. Art. 9º, da Lei nº 625/2005, de 23.11.2005 e Art. 1º, da Lei nº 934/2010 de 15.03.2010,

GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – CÓDIGO: DAS

NÍVEL	Valores em R\$ a partir 01/2018
DAS – ½	2.236,98
DAS – B	2.236,98
DAS – 1	2.430,80
DAS – 2	2.673,86
DAS – 3	3.646,24
DAS – 3/A (Lei nº1333/2014)	4.673,23
DAS – 4	8.750,97

→ Valores reajustados em 2,5%, pela Lei nº 1578/2018

TABELA II, DECRETO Nº 1916/2018, de 16.01.2018 – Art. 1º, da Lei nº 1578/2018.

Lei nº 1174/2012, Lei nº 1175/2012, Lei nº 1176/2012, todas de 11.05.2012 e Lei nº 848/2009, de 12.06.2009.

AGENTES POLÍTICOS E EQUIPARADOS	Valores em R\$ a partir 01/2018 (**)
Subsídio Prefeito (R\$ 10.980,52 em 01.01.2013 – Lei nº 1174/2012)	14.905,98**
Subsídio Vice-Prefeito (R\$ 5.490,28 em 01.01.2013 – Lei nº 1174/2012)	7.453,01 **
Subsídio Vereador (R\$ 2.493,75 em 01.01.2013 – Lei nº 1176/2012)	3.385,24 **
Subsídio Secretário (R\$ 3.912,61 em 01.01.2013 – Lei nº 1175/2012)	5.311,33 **
Conselheiro Tutelar Titular (Referência 01 e/ou Salário Mínimo – Lei 848/2009)	694,64 e/ou 954,00-SM

→ Valores revisados em 2,07%, índice do INPC Jan à dez/2017 / ** não aplicado o reajuste de 2,5% - Lei nº 1578/2018.

TABELA III, DECRETO Nº 1578/2018, de 16.01.2018 – Art. 1º, da Lei nº 1578/2018

ANEXO VIII, Art. 9º da Lei nº 04/90, de 02.03.90 – Alt. Art. 2º, da Lei nº 014/93, de 31.05.93, Lei nº 698/2006, de 27.12.2006, Lei nº 929/2010, de 02.02.2010, Art. 1º, da Lei nº 1244/2013, de 13.05.2013, alterada pela Lei nº 1327/2014.

FUNÇÃO GRATIFICADA - FG

NÍVEL	Valores em R\$ a partir 05/2014	Quantidade
FG – 1	302,50	10
FG – 2	431,98	10
FG – 3	647,90	10
FG – 4	1.195,42	02
FG – 5	1.793,23	01
FG – 6 (Médico do PSF – Lei nº 698/2006, alterada pela Lei nº 1327/2014)	13.780,76	03
FG – 7 (Chefia Equipe de Cardiologia - Lei nº 929/2010)	3.634,92	01
FG – 8 (Assessorar Un.Bás. de saúde - Lei nº 1244/2013, alterada pela Lei nº 1327/2014)	13.780,76	01

→ Valores reajustados em 2,5%, pela Lei nº 1578/2018.

Descanso – SC, 16 de janeiro de 2016.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello - Chefe da Divisão de Pessoal.

ANEXO III, DO DECRETO Nº 1916/2018, de 16.01.2018 – Art. 1º, da Lei nº 1578/2018.**TABELA IV****GRUPO: MAGISTÉRIO****TABELA DE ISONOMIA SALARIAL - Anexo II, da Lei nº 263/2000, de 03.04.2000 (40 horas semanais)**

Categoria Funcional		Referências - Valores em R\$ a partir 01/2018				
Cargos/Habilitação	Nível	A	B	C	D	E
➤ Professor: Ensino Médio (Normal)	1	2.063,84	2.100,99	2.138,78	2.177,28	2.216,43
	2	2.256,29	2.296,87	2.338,22	2.380,24	2.423,03
➤ Professor: (Ensino Superior) Especialista em Assuntos Educacionais (Pedagogia)	3	2.466,66	2.511,03	2.556,23	2.602,23	2.649,04
	4	2.696,72	2.745,26	2.794,61	2.844,88	2.896,08
	5	2.948,16	3.001,19	3.055,18	3.110,16	3.166,11

➔ Valores reajustados em 2,5%, pela Lei nº 1578/2018.

➔ Obs: O valor do piso salarial nacional fixado conforme Lei Federal nº 11.738/2008 e divulgado pela Portaria 1.595 de 28 de dezembro de 2017, atualizado para o exercício de 2018 em **R\$ 2.455,35**

Descanso – SC, 16 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello - Chefe da Divisão de Pessoal.

DECRETO 1917/2018 LOTA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DESCANSO NOS ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.

Publicação Nº 1493910

DECRETO Nº 1917/2018, de 17 de janeiro de 2018.

LOTA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DESCANSO NOS ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 86, inciso IX c/c XXIII, da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam lotados os veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Descanso, nas respectivas Secretarias, Departamentos e Fundo, objetivando os lançamentos de despesas com a manutenção dos mesmos nas unidades orçamentárias e projeto atividade, conforme segue:

Órgão:	02.00	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade:	02.02	GABINETE DO PREFEITO		
Proj./Ativ.:	2.002	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Assessoria Jurídica		
Nº	ESPÉCIE	PLACA	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
73	Pas/automóvel Renault/Logan EX 1.6, 107 CV	MJR-8981	2011/2012	5404
95	Pas/automóvel Ford Focus SE AT. 2.0	QIT-5270	2017/2018	

Órgão:	03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade:	03.03	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS		
Proj./Ativ.:	2.005	Manutenção do Departamento de Administração, Recursos Humanos		
Nº	ESPÉCIE	PLACA	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
70	Automóvel GM ZAFIRA 2.0 (SRFB-Lei nº1062)	MBV-5157	2001/2001	5188

Órgão:	06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:	06.09	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
Proj./Ativ.:	2.017	Manutenção, Modernização e Funcionamento do Departamento de Educação		
Nº	ESPÉCIE	PLACA	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
47	Pas/Automóvel GM/Classic Life 5P/70CV - Corsa	MCV-1675	2005/2005	3594
54	Automóvel Doblo ELX 1.8 flex, marca FIAT	MGU-5814	2009/2009	4580
Proj./Ativ.:	2.019	Manutenção e Funcionamento Serviço de Transporte Escolar		
Nº	ESPÉCIE	PLACA	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
05	Mis/Camioneta C.Fechada VW/Kombi 9P/1,0T/56CV	LYK-8862	1997/1997	1539
32	Pas/Ônibus M.Benz/OF 1313 – 38P 145CV	MAF-4388	1985/1985	286
44	Pas/Microônibus Fiat/Ducato Minibus 16P/103CV	MDN-5272	2003/2003	3243
45	Pas/Ônibus Volks/Busscar Urbanuss U 55P/206CV	KPS-2882	1998/1998	285
57	Veículo Kombi Escolar, flex, 15 lug. marca VW-APAE	MIH-0565	2010/2011	4710
63	Micro Ônibus IVECO/CITYCLASS 70C16 29P/155CV	MJT-0379	2010/2011	4899
64	Ônibus VW/15190 EOD E.S.ORE 60P/185CV	MJT-0829	2010/2011	5169
81	Ônibus IVECO/CITYCLASS 70C17 29P/170CV	MKW-6026	2012/2013	Sec. Educ TCU .../13
92	Ônibus VW/NEOBUS MINIESC/8160 ORE 22P/160CV	QHS-4459	2016/2017	7613

Órgão: 07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO			
Unidade: 07.11	DEPARTAMENTO DE ESPORTES			
Proj./Ativ.: 2.025	Manutenção Dpto. de Esportes e Atividades Esportivas, Recreativas e Lazer			
Nº	ESPÉCIE	PLACA	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
19	Pas/Automóvel VW/Santana 5P/100CV - 1.8	MFS-6780	2002/2003	3250

Órgão: 08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES			
Unidade: 08.12	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES			
Proj./Ativ.: 2.027	Manutenção Dpto. Transportes, Frota Equip. e Rodovias Municipais			
Nº	ESPÉCIE	PLACA	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
11	Car/Caminhão/Basculante M.Benz/LK 1318 22T/170CV	LZS-5214	1989/1989	1499
13	Caminhão M.Benz L 1620, c/caçamba Basc.12m³/211CV	MHQ-3877	2010/2010	4760
14	Car/Caminhão/Tanque VW 14.140 23T 138CV	MAF-8599	1990/1991	2782
15	Car/Caminhão/Basculante VW/14.220 27T/215CV	LZV-8095	1991/1991	1497
22	Pá-Carregadeira YALE - 1900-B, articulada	Não Exigível	1977/1977	1501
24	Motoniveladora Caterpillar 120-B	Não Exigível	1986/1986	1607
25	Motoniveladora Huber Warco 165-S	Não Exigível	1980/1980	1502
26	Motoniveladora Fiat Allis FG-85	Não Exigível	1989/1990	3246
27	Pas/Automóvel GM/Celta 4P Spirit 5P/70CV	MIR-7190	2004/2005	3399
29	Car/Caminhone/C.Aberta Fiat/Strada Fire Flex 0,7T/80CV	MDT-5907	2005/2006	3692
30	Rolo Compactador Muller Vap-55	Não Exigível	1982/1982	1500
41	Car/Caminhão/Basculante Ford/F-12000 L 8T/142CV	LYU-8185	1997/1997	1495
42	Motoniveladora G720, série 502090, marca Volvo, 160HPs	Não Exigível	2006/2006	4495
52	Trator de Esteiras New Holland 7D	Não Exigível	2008/2008	3954
59	Rolo compactador vibratório 30 mil kg, CS-533E, Caterpillar	Não Exigível	2010/2010	4822
60	Caminhão Wolkswagen,24250CNC,caç. basc.12m³/250CV	MIB-2928	2010/2011	4823
61	Caminhão Wolkswagen,24250CNC,caç. basc.12m³/250CV	MIB-2868	2010/2011	4824
62	Trator de Pneu, JOHN DEERE 5303, 57CV, tração 4x4	Não Exigível	2010/2010	4851
66	Caminhão Agrale,13000 TCA, c/caçamba basc. 6m³/173 CV	MIN-9362	2011/2011	5170
67	Automóvel Ford Escort GL 1.8I (SRFB-L.1062)	HUI-7162	1994/1994	5185
78	Motoniveladora CATERPILLAR CAT0120KPJAP04722	Não Exigível	2013/2013	T.D.E. PAC2/MDA NP. 5639
79	Retroescavadeira CATERPILLAR CAT0416EHMFG06894	Não Exigível	2013/2013	T.D.E. PAC2/MDA NP. 5640
82	Britador Móvel 5030 c/ Motor 6 cilindros 99HP	Não Exigível	2013/2013	5662
83	Caminhão M.Benz ATRON 2729/36, c/caç.Basc.12m³/286CV	MMM-5925	2014/2014	5704
G-II	Trator 4x4 Massey Fergusson 290/4 85CV	Não Exigível	1993/1993	1494

Órgão: 09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
Unidade: 09.13	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS			
Proj./Ativ.: 2.029	Manutenção e Funcionamento do Dpto. de Obras e Serviços Urbanos			
Nº	ESPÉCIE	PLACA	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
43	Pas/Microônibus VW/Kombi Escolar 15P/61CV	MCW-9102	2002/2002	2028

51	Automóvel Ipanema GM Chevrolet GL	MBG-9320	1993/1994	3775
53	Camioneta Strada Fire 1.4CS flex, marca FIAT	MGU-5854	2009/2009	4579
Proj./Ativ.: 2.030 Manutenção, Limpeza, Sinalização e Melhoria de Vias, Praças e Log. Púb.				
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
04	Retroescavadeira Case 580 L	Não Exigível	2005/2005	3671

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE		
Unidade:	10.15	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
Proj./Ativ.:	2.034	Manutenção e Funcionamento do Departamento de Agricultura e Pecuária		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
36	Pas/Automóvel I/GM Classic Life 5P/70CV - Corsa	MCV-1635	2005/2005	3595
68	Automóvel GM/CORSA GLS WD (SRFB-L.1062)	IJB-0296	1999/1999	5186
90	Automóvel GM/CORSA HATCH MAXX (Conv. CIDASC)	MHH 9334	2009/2009	CIDASC
Proj./Ativ.:	2.035	Incentivo e Assistência ao Produtor Rural		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
56	Retroescavadeira Mod.LB 110, 4x4, marca NEW HOLLAND	Não Exigível	2009/2009	M.Pesca
65	Escavadeira hidráulica KOMATSU,13600kg,giro total	Não Exigível	2011/2011	4900
74	Retroescavadeira B110B, 4x4, marca New Holland	Não Exigível	2012/2012	5379
76	Trator Agrícola Massey Ferguson Mod.MF4275/4	Não Exigível	2013/2013	S.Ag. M.Pesca TCU 295/13
77	Trator Agrícola Massey Ferguson Mod.MF4275/4	Não Exigível	2013/2013	S.Ag. M.Pesca TCU 295/13
88	Car/Caminhão Ford/Cargo-1723 / 230CV	QHC-8236	2014/2015	6320
94	Escavadeira Hidráulica Hyunday Robex R160LC-9SB		2016/2016	7642

Órgão:	11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL		
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Proj./Ativ.:	2.040	Manutenção e Funcionamento da Assistência Social		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
28	Pas/ Automóvel Fiat/Uno Mille Fire Flex 5P/66CV	MFF-1971	2006/2006	3691
49	Ônibus Scania / F112 S (SRFB 1.706)	AFB-1431	1986/1986	3766
80	Corsa Classic LS/Chevrolet 5P/78CV Flex	MLU-9946	2013/2014	SASTH TCU08/13

Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
Proj./Ativ.:	2.058	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
33	Car/Caminhão/Ambulância Fiat/Ducato Viature A (Maxi)	MBT-7147	2001/2001	1615
38	Pas/Microônibus Marcopolo/Volare V6 MO 19P/140CV	MGG-3302	2006/2006	3697
48	Veículo de carga tipo furgão Renault,c/cjto.odontól.	MEQ-5428	2006/2007	3745
72	Pas/Microônibus Fiat Ducato Multi Jaedi T,13 Pas.127CV	MKI-2949	2011/2012	5403
75	Automóvel FIAT Mille Way Economy 4P 66CV	MJJ-0176	2012/2013	5467

84	Automóvel FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX 5P.107CV	MDB-8016	2014/2014	5727
85	Automóvel FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX 5P.107CV	MLR-9247	2014/2014	5781
86	Pas/Microonibus Fiat Ducato Multi Jaedi T, 16 P.127CV	OKE-3006	2014/2014	5785
87	Automóvel FORD KA SE 1.0 HA FLEX 5P. 85CV	OKF-3938	2014/2015	5991
89	Pas/Aut. Doblo ESSENCE 1.8 FLEX, FIAT 7P/132CV	QHL-9486	2015/2016	6423
93	Caminhonete/Ambulância Renault/Master Euro 8P/130CV	QHU-8089	2016/2017	Sec. Saúde TCU235/16
Proj./Ativ.: 2.063 Manutenção das Atividades de Epidemiologia e Controle de Doenças				
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
58	Pas.Automóvel Doblo HLX 1.8 flex, FIAT 7P/132CV	MGL-6338	2010/2011	4788
96	Pas/automóvel Ford Ka SE 1.5 HA	QIT-6250	2017/2018	

Órgão: 13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
Unidade: 13.23	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
Proj./Ativ.: 2.057	Manutenção Instalações e Atividades Relacionadas ao Conselho Tutelar			
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
91	Citroën C3 / Aircross 1.6, M FEEL 5P/122 CV Flex	QID-0683	2016/2017	7069

Art. 2º Ficam igualmente autorizadas a Divisão de Material e Patrimônio e o Departamento de Contabilidade e Controle Interno a proceder aos tramites legais para efetuar a devida lotação dos veículos, máquinas e equipamentos, inclusive os registros de despesas de manutenção com os lançamentos contábeis exigidos na legislação atinente.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1874/2017.

Descanso - SC, 17 de janeiro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

LEI 1579/2018 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 195.000,00.

Publicação Nº 1493868

LEI Nº 1579/2018, de 16 de janeiro de 2018.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 195.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	10.00	SECRET.MUNIC.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
Unidade:	10.15	DPTO. DE AGRICULTURA	
Proj./Ativ.	20.608.0011.2.035	Incentivo e Assistência ao Produtor Rural	
	4.4.90.00.00.00.00.00.0697	Aplicações Diretas	195.000,00
TOTAL ➔			195.000,00

Art. 2º - Servirão de recursos para cobertura do crédito autorizado no artigo anterior o provável excesso decorrente de repasse financeiro proveniente do Contrato de Repasse nº 848187/2017/MAPA/CAIXA, celebrado com a União, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, representado pela Caixa Econômica Federal:

Descrição	Recurso	Valor
Excesso Contrato de Repasse nº 47520/2017/MAPA/CAIXA	6976	195.000,00
T O T A L ➔		195.000,00

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1560/2017 e da LOA 2018 - Lei Municipal nº 1576/2017, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 16 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

LEI 1580/2018 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 39.291,03.

Publicação Nº 1493871

LEI Nº 1580/2018, de 16 de janeiro de 2018.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 39.291,03 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 39.291,03 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e um reais e três centavos), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	06.00	SECRET.MUNIC.DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade:	06.09	DPTO.DE EDUCAÇÃO
Proj./Ativ.	12.361.0030.2.018	Manut. Func. da Rede de Ensino Fundamental
	3.1.90.00.00.00.00.00.0652	Aplicações Diretas 39.291,03

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior e em conformidade com o Art. 7º da Lei nº 1576/2017-LOA/2018 fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2017, da seguinte fonte de recurso:

Descrição	Recurso	Valor
Recursos FUNDEB 60%	504/652	39.291,03
T O T A L ➔		39.291,03

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1560/2017 e da LOA 2018 – Lei Municipal nº 1576/2017, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 39.291,03 (trinta e nove mil, duzentos e noventa e um reais e três centavos).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 16 janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

LEI 1581/2018 AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 56.121,91.

Publicação Nº 1493874

LEI Nº 1581/2018, de 16 de janeiro de 2018.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R\$ 56.121,91 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INACIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 56.121,91 (cinquenta e seis mil, cento e vinte um reais, noventa e um centavos), para reforço da dotação orçamentária abaixo especificada:

Órgão:	09.00	SECRET.MUNIC.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	
Unidade:	09.14	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASICO	
Proj./Ativ.	17.512.0034.2.077	Manutenção de Saneamento Básico	
	4.4.90.00.00.00.00.0699	Aplicações Diretas	56.121,91
TOTAL ➔			56.121,91

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior e em conformidade com o Art. 7º da Lei nº 1576/2017-LOA/2018 fica utilizado o superávit financeiro do exercício de 2017, da seguinte fonte de recurso:

Descrição	Recurso	Valor
Recursos Projeto FEPEMA	699	56.121,91
T O T A L ➔		56.121,91

Art. 3º - Em consequência da abertura do crédito adicional suplementar autorizado no artigo 1º, as Tabelas e Anexos demonstrativos das respectivas despesas do PPA 2018/2021 - Lei Municipal nº 1536/2017, da LDO 2018 - Lei Municipal nº 1560/2017 e da LOA 2018 - Lei Municipal nº 1576/2017, serão alterados na importância correspondente, no valor de R\$ 56.121,91 (cinquenta e seis mil, cento e vinte um reais, noventa e um centavos).

Art. 4º - A Secretaria Municipal da Fazenda publicará as Tabelas e Anexos citados no artigo anterior, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 5º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso - SC, 16 de janeiro de 2018.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito Municipal

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 2-2018 - PMDC

Publicação Nº 1494393

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/18

HOMOLOGAÇÃO: 08/01/18

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALOR DA DESPESA: R\$ 846.000,00 (oitocentos e quarenta e seis mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

DATA: 18/01/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal

EXTRATO INEXIGIBILIDADE 3-2018 - PMDC

Publicação Nº 1494530

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/18

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2/18

HOMOLOGAÇÃO: 08/01/18

CONTRATADO: CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALOR DA DESPESA: R\$ 846.000,00 (oitocentos e quarenta e seis mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso CAPUT da Lei de Licitações.

DATA: 18/01/18 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES - Prefeito Municipal

EXTRATO PREGÃO 1/2018 - PMDC

Publicação Nº 1493893

MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 1/2018

O MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 1/2018, Edital de Pregão Nº 1/2018, Objeto: CONTRATAÇÃO DE LINK DE INTERNET COM VELOCIDADE DE 20 MBPS FULL (DOWNLOAD E UPLOAD), SENDO MAIS 7 PONTOS DE INTERNET COM VELOCIDADE DE 10 MBPS EM CADA PONTO, TODOS LIGADOS COM FIBRA ÓPTICA. LOCAIS DOS PONTOS: Prefeitura Municipal / Posto Saúde Bairro União / Posto de Saúde do centro / Posto de Saúde Bairro 3 Fronteiras / Secretaria de Assistência Social / Secretaria de Saúde

/ Bombeiros / Ginásio Municipal de Esportes. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 31/01/2018, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004-2014 - ADITIVO - PMDC

Publicação Nº 1493934

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : 5º T.A. 008-2014 - Contrato Nº: 008/2014 PMDC
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
Contratada...: LORENI DE FATIMA MARTINS DA SILVA 00542577941

Valor : 10.200,00 (dez mil duzentos reais)

Vigência : Início: 10/01/2018 Término: 31/12/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS DE LIMPEZA DE MOVEIS E EDIFICAÇÕES DO QUARTEL DA POLÍCIA MILITAR DA 2ª/11 BPM - DIONÍSIO CERQUEIRA
Dionísio Cerqueira, 18 de Janeiro de 2018

Ermo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 06/2018

Publicação Nº 1494388

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO (F.M.S)
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo torna público que se encontra aberto o Processo de Licitação nº 06/2018 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando a aquisição de medicamentos especiais não previstos na listagem da farmácia básica do Município, para distribuição gratuita à população durante o exercício de 2018, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até as 08h00min do dia 01/02/2018 e abertura às 08h15min do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h00min às 12h00min, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 15/2018

Publicação Nº 1494404

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo torna público que se encontra aberto o Processo de Licitação nº 15/2018 – Modalidade Pregão Presencial, objetivando aquisição de materiais de limpeza para serem utilizados pela Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Infraestrutura, Agricultura e Meio Ambiente, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo e pelo Fundo Municipal de Saúde, com prazo para a entrega de habilitação e proposta até às 13h15min do dia 01/02/2018 e abertura às 13h30min do mesmo dia. Cópia do Edital e outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo – SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07h45min às 11h45min e 13h00min às 17h00min, ou pelo telefone (048) 3546-0083 e-mail licitacao@ermo.sc.gov.br

ALDOIR CADORIN – Prefeito Municipal

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL CREDENCIAMENTO 001/2018 FMS

Publicação Nº 1493851

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Edital de Credenciamento nº 001/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que fará realizar Credenciamento de Prestadores de Serviços de Exames Laboratoriais em conformidade com Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis
Objeto: Credenciamento de Prestadores de Serviços de Exames Laboratoriais, para o exercício de 2018.

Data: O recebimento dos envelopes de documentação para o Credenciamento será a partir do dia 18/01/2018. O Credenciamento fica permanentemente aberta aos interessados.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 001/2018 FMS

Publicação Nº 1493853

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 001/2018
Edital de Dispensa de Licitação nº 001/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Contratação de Programa entre o Município de Erval Velho e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP.

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP

Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 002/2018 FMS

Publicação Nº 1493855

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 002/2018
Edital de Dispensa de Licitação nº 002/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Contratação de Rateio entre o Município de Erval Velho e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP.

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP

Valor do Contrato: R\$ 17.700,00 (Dezessete mil e setecentos reais).
Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE EDITAL DE DISPENSA 003/2018 FMS

Publicação Nº 1493856

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 003/2018
Edital de Dispensa de Licitação nº 003/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que realizou licitação na modalidade Dispensa Processada e Julgada em conformidade com Artigo 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Contratação de Serviços entre o Município de Erval Velho e o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Vale do Rio do Peixe – CISAMARP.

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP

Valor do Contrato: R\$ 110.000,00 (Cento e dez mil reais)
Substrato Jurídico: Artigo 24, inciso XXVI da Lei Federal nº 8.666/93.

O Edital na integra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 001/2018 FMS

Publicação Nº 1494100

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 004/2018
Edital de Pregão nº 001/2018

O Fundo Municipal de Saúde de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Contratação de Seguros para a frota de Veículos do Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2018 conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 10h00min do dia 31/01/2018.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto
Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 002/2018

Publicação Nº 1494102

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 003/2018
Edital de Pregão nº 002/2018

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Contratação de Seguros para Veículos do Município de Erval Velho conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 31/01/2018.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: www.ervalvelho.sc.gov.br

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Reginaldo Alberto Lisot
Prefeito Municipal em Exercício

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0001/2018- FMS

Publicação Nº 1494370

PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2018 - FMS
DISPENSA DE LICITACAO N. 01/2018- FMS

OBJETO:

ITEM 01: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA E DE MAIOR COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, INTEGRANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI -, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA.

ITEM 02: REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS REFERENTE À MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO CONSÓRCIO:

- a) DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS DOS EMPREGADOS;
- b) DESPESAS COM MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CONSÓRCIO;
- c) DESPESAS COM INVESTIMENTOS;

JUSTIFICATIVA.: A presente Dispensa de Licitação, visa utilizar os serviços médicos especializados, oferecidos pelo CIS-AMOSC, tendo como base legal a Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, c/c a Lei Federal n. 11.107/2005 e ao Decreto n. 6.017/2007, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, Lei de Ratificação de Protocolo de Intenções e Contrato de Programa, representando o conjunto dos municípios que integram, em assuntos de saúde de interesse comum, perante outras esferas de Governo e perante qualquer entidade de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, a fim de assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar ou complementar aos municípios, em conformidade com as diretrizes do SUS de maneira eficiente e eficaz, fomentando o fortalecimento das especialidades de saúde existentes nos municípios consorciados e/ou que neles venham a se estabelecer, estimulando a integração das diversas instituições públicas e privadas, priorizando, sempre a melhor operacionalização das atividades da saúde, incentivando e apoiando a estruturação dos serviços básicos de saúde dos municípios consorciados.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Janeiro de 2018.

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI

Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2018 - FMS

DISPENSA DE LICITACAO N. 01/2018 - FMS

OBJETO:

ITEM 01: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA E DE MAIOR COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, INTEGRANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI -, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA.

ITEM 02: REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS REFERENTE À MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO CONSÓRCIO:

- a) DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS DOS EMPREGADOS;

- b) DESPESAS COM MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CONSÓRCIO;
- c) DESPESAS COM INVESTIMENTOS;

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A presente Dispensa de Licitação encontra fundamento no Inciso XXVI, do artigo 24, da Lei n. 8.666/93, onde consta:

"...Art. 24 ...

...

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)..."

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Janeiro de 2018.

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI

Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2018 - FMS

DISPENSA DE LICITACAO N. 01/2018 - FMS

OBJETO:

ITEM 01: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA E DE MAIOR COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, INTEGRANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI -, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA.

ITEM 02: REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS REFERENTE À MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO CONSÓRCIO CIS AMOASC:

- a) DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS DOS EMPREGADOS;
- b) DESPESAS COM MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CONSÓRCIO;
- c) DESPESAS COM INVESTIMENTOS;

FORNECEDORES:

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 571-S

Chapecó – Santa Catarina

CNPJ: 01.336.261/0001-40

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, para celebração de contrato de programa com ente da federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em Contrato de Consórcio Público ou em Convênio de Cooperação, conforme Contrato de Rateio n. 125/2017, datado de 15 de Dezembro de 2017 para o item n. 01, e Contrato de. 74/2017, datado de 15 de Dezembro de 2017 para o item n. 02.

O PREÇO CERTO E AJUSTADO ENTRE AS PARTES:

Para o correto e perfeito desempenho dos serviços deste contrato, o Município de Faxinal dos Guedes/SC, repassará doze parcelas, iguais, mensais e consecutivas no valor de R\$ 58.333,34 (cinquenta e oito mil trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) para o item n. 01 e, repassará doze parcelas, iguais, mensais e consecutivas no valor de R\$ 1.882,35 (um mil oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e cinco centavos), para o item n. 02.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Janeiro de 2018.

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI
Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2018 - FMS
DISPENSA DE LICITACAO N. 01/2018 - FMS

Excelentíssimo Senhor Prefeito:

Encaminhamos a Vossa Excelência, para ratificação, o Processo de Dispensa de Licitação n. 01/2018 - FMS, para o qual solicitamos a possibilidade de viabilizá-lo com expedição do presente Termo de Ratificação do Processo.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Janeiro de 2018.

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI
Secretária Municipal de Saúde

PROCESSO LICITATÓRIO N. 01/2018 - FMS
DISPENSA DE LICITACAO N. 01/2018 - FMS

OBJETO:

ITEM 01: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA E DE MAIOR COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, INTEGRANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI -, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA.

ITEM 02: REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS REFERENTE À MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO CONSÓRCIO:

- a) DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS DOS EMPREGADOS;
- b) DESPESAS COM MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CONSÓRCIO;
- c) DESPESAS COM INVESTIMENTOS;

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Tendo em conta a necessidade da prestação dos serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial para a população do Município, conforme preceituado no Contrato de Rateio n. 125/2017, e Contrato de Rateio n. 74/2017, de 15 de dezembro de 2017, firmado entre o Município e o CIS-AMOSC, os quais são necessários e imprescindíveis ao prosseguimento do referido Programa e aos municípios, ratifico a dispensa de licitação, nos termos e condições constantes dos autos.

Publique-se a presente decisão.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Janeiro de 2018.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO:

ITEM 01: ASSEGURAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE ESPECIALIZADOS DE REFERÊNCIA E DE MAIOR COMPLEXIDADE A NÍVEL AMBULATORIAL PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, INTEGRANTE DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO IRANI - AMAI -, EM CONFORMIDADE COM AS DIRETRIZES DO SUS, ASSEGURANDO O ESTABELECIMENTO DE UM SISTEMA DE REFERÊNCIA E CONTRA-REFERÊNCIA.

ITEM 02: REPASSE DOS RECURSOS FINANCEIROS REFERENTE À MANUTENÇÃO DAS DESPESAS DO CONSÓRCIO:

- a) DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS DOS EMPREGADOS;
- b) DESPESAS COM MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CONSÓRCIO;
- c) DESPESAS COM INVESTIMENTOS;

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES /SC

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 571-S

Chapecó – Santa Catarina

CNPJ: 01.336.261/0001-40

ORIGEM: Dispensa de Licitação n. 01/2018 - FMS.

PROCESSO LICITATÓRIO N.: 01/2018 - FMS.

VIGÊNCIA: 02 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Janeiro de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0002/2018

Publicação Nº 1494367

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 0003/2018

Objeto – Contrato de Rateio do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA

Dispensa de Licitação nº 0002/2018

PARECER JURÍDICO

Trata-se de exame prévio a assinatura de Contrato de Rateio entre o Município de Faxinal dos Guedes e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Federal n. 8.666/93.

O CIMCATARINA tem natureza multifinalitária entre suas finalidades está previsto a realização de licitação da qual, nos termos do edital, decorram contratos administrativos celebrados por órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados.

As ações para contratações conjuntas de bens e serviços estão previstas no Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, que tem por objetivo a realização de uma só licitação envolvendo mais de um órgão ou entidade com o fim de atender necessidade comum a ambos.

O município assinou o Contrato de Programa CTP/PROLICITA/CIMCATARINA/2018-88 que tem por objeto o desenvolvimento do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA.

O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo Município de Faxinal dos Guedes

ao CIMCATARINA para atendimento do objeto do Contrato de Programa, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio, para o exercício de 2018, na ação: Desenvolvimento e Gestão de Contratações Compartilhadas.

A licitação poderá ser dispensada, nos termos do artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal 8.666/93, incluído pela Lei Federal 11.107/05:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

A Lei Federal 11.107/05, prevê ainda:

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II – nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Por sua vez, o Decreto Federal n. 6017/07, prevê que:

Art. 32. O contrato de programa poderá ser celebrado por dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei no 8.666, de 1993.

Parágrafo único. O termo de dispensa de licitação e a minuta de contrato de prestação de serviços deverão ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da Administração.

Prevê ainda o supracitado Decreto:

Art. 18. O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei no 11.107, de 2005.

Parágrafo único. O contrato previsto no caput, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

O Prejulgado n. 1776, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estabelece, entre outras condições:

6. Os Gestores Públicos devem considerar as alterações promovidas pela Lei Federal nº 11.107, de 2005, na Lei nº 8.666, de 1993, pertinentes aos consórcios públicos, destacando-se:

[...]

c) é previsto dispensa de licitação para os consórcios públicos contratarem "programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada", conforme inciso XXVI da Lei n. 8.666/93, incluído pelo art. 17 da Lei n. 11.107/2005. No mesmo sentido, a norma do inc. III, § 1º, do art. 2º, da Lei n. 11.107, de 2005;

O valor total da Dispensa é de R\$ 37.332,00 (Trinta e sete mil trezentos e trinta e dois reais), divididos em 12 parcelas mensais de R\$ 3.111,00 (Três mil cento e onze reais)

Prazo de vigência: iniciará na data de assinatura do contrato de rateio e vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Contratado: Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA.

Fundamento da Dispensa: Art. 24, XXVI, da Lei Federal Nº 8.666/93.

Dessa forma, restou examinado e aprovado a respectiva minuta do contrato de rateio, por ser realizado por dispensa de licitação, nos termos acima, estando de acordo com os as disposições legais e princípios que regem a Administração Pública em geral.

Este é o parecer.

Faxinal dos Guedes(SC), 08 de Janeiro de 2018.

Genes Silva Antunes
Assessor Jurídico
OAB/SC 5901

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 0003/2018

Objeto – Contrato de Rateio do Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA

Dispensa de Licitação nº 0002/2018

D E C I S Ã O

Trata-se de Dispensa de licitação referente ao contrato de rateio do Programa de Licitações Compartilhadas do CIMCATARINA.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, e por tratar-se de Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, a contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, destinado prestação de serviços, atende às necessidades precípua da Administração e poderá ser formalizada.

Esta é a decisão.

Elabore-se o respectivo Contrato.

Faxinal dos Guedes - SC, 08 de Janeiro de 2018.
GILBERTO ANGELO LAZZARI
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0002/2018- FMS

Publicação Nº 1494371

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 0002/2018 - FMS
Objeto – Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA

Dispensa de Licitação nº 0002/2018 - FMS

PARECER JURÍDICO

Trata-se de exame prévio a assinatura de Contrato de Programa entre o Fundo Municipal de Saúde do Município de Faxinal dos Guedes e o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Federal n. 8.666/93. Passamos a análise dos requisitos legais para concretização do contrato de programa, os quais entendemos estarem devidamente preenchidos, senão vejamos.

O município foi um dos subscritores do Protocolo de Intenções do CIMCATARINA. Através da Lei Municipal n. 2434/2017 o protocolo de intenções foi ratificado, sem qualquer ressalva.

O consórcio público foi constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inclusive, passando a integrar a administração indireta do Município de Faxinal dos Guedes.

O objeto do contrato esta de acordo com as disposições legais e regulamentares. O protocolo de intenções, o contrato de consórcio público e o estatuto do CIMCATARINA estão de acordo com as disposições legais (Lei 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07).

A licitação poderá ser dispensada, nos termos do artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal 8.666/93, incluído pela Lei Federal 11.107/05: Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

A Lei Federal 11.107/05, prevê ainda:

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II – nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Por sua vez, o Decreto Federal n. 6017/07, prevê que:

Art. 32. O contrato de programa poderá ser celebrado por dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei no 8.666, de 1993.

Parágrafo único. O termo de dispensa de licitação e a minuta de contrato de programa deverão ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da Administração.

Prevê ainda o supracitado Decreto:

Art. 18. O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei no 11.107, de 2005.

Parágrafo único. O contrato previsto no caput, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou

prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

O Prejulgado n. 1776, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estabelece, entre outras condições:

6. Os Gestores Públicos devem considerar as alterações promovidas pela Lei Federal nº 11.107, de 2005, na Lei nº 8.666, de 1993, pertinentes aos consórcios públicos, destacando-se:

[...]

c) é previsto dispensa de licitação para os consórcios públicos contratarem "programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada", conforme inciso XXVI da Lei n. 8.666/93, incluído pelo art. 17 da Lei n. 11.107/2005. No mesmo sentido, a norma do inc. III, § 1º, do art. 2º, da Lei n. 11.107, de 2005;

Dessa forma, restou examinado e aprovado a respectiva minuta do contrato de programa referido, por ser realizado por dispensa de licitação, nos termos acima, estando de acordo com os as disposições legais e princípios que regem a Administração Pública em geral.

Este é o parecer.

Faxinal dos Guedes(SC), 18 de Janeiro de 2018.

Genes Silva Antunes

Assessor Jurídico

OAB/SC 5901

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 0002/2018 - FMS
Objeto – Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA
Dispensa de Licitação nº 0002/2018 - FMS

DE C I S Ã O

Trata-se de Dispensa de licitação referente ao contrato de Programa de Licitações Compartilhadas do CIMCATARINA.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, e por tratar-se de Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, a contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, atende às necessidades precípua da Administração e poderá ser formalizada.

Esta é a decisão.

Elabore-se o respectivo Contrato.

Faxinal dos Guedes - SC, 18 de Janeiro de 2018.

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI

Secretária Municipal de Saúde

DISPENSA DE LICITAÇÃO 0003/2018

Publicação Nº 1494368

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 0004/2018
Objeto – Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA
Dispensa de Licitação nº 0003/2018

PARECER JURÍDICO

Trata-se de exame prévio a assinatura de Contrato de Programa entre o Município de Faxinal dos Guedes e o Consórcio Intermunicipal

Catarinense - CIMCATARINA, nos termos do parágrafo único do artigo 38 da Lei Federal n. 8.666/93.

Passamos a análise dos requisitos legais para concretização do contrato de programa, os quais entendemos estarem devidamente preenchidos, senão vejamos.

O município foi um dos subscritores do Protocolo de Intenções do CIMCATARINA. Através da Lei Municipal n. 2434/2017 o protocolo de intenções foi ratificado, sem qualquer ressalva.

O consórcio público foi constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inclusive, passando a integrar a administração indireta do Município de Faxinal dos Guedes.

O objeto do contrato esta de acordo com as disposições legais e regulamentares. O protocolo de intenções, o contrato de consórcio público e o estatuto do CIMCATARINA estão de acordo com as disposições legais (Lei 11.107/05 e Decreto Federal 6.017/07).

A licitação poderá ser dispensada, nos termos do artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal 8.666/93, incluído pela Lei Federal 11.107/05:

Art. 24. É dispensável a licitação:

[...]

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação. (Incluído pela Lei nº 11.107, de 2005)

A Lei Federal 11.107/05, prevê ainda:

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

I – firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II – nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III – ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

Por sua vez, o Decreto Federal n. 6017/07, prevê que:

Art. 32. O contrato de programa poderá ser celebrado por dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei no 8.666, de 1993.

Parágrafo único. O termo de dispensa de licitação e a minuta de contrato de programa deverão ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da Administração.

Prevê ainda o supracitado Decreto:

Art. 18. O consórcio público poderá ser contratado por ente consorciado, ou por entidade que integra a administração indireta deste último, sendo dispensada a licitação nos termos do art. 2º, inciso III, da Lei no 11.107, de 2005.

Parágrafo único. O contrato previsto no caput, preferencialmente, deverá ser celebrado sempre quando o consórcio fornecer bens ou prestar serviços para um determinado ente consorciado, de forma a impedir que sejam eles custeados pelos demais.

O Prejulgado n. 1776, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estabelece, entre outras condições:

6. Os Gestores Públicos devem considerar as alterações promovidas pela Lei Federal nº 11.107, de 2005, na Lei nº 8.666, de 1993, pertinentes aos consórcios públicos, destacando-se:

[...]

c) é previsto dispensa de licitação para os consórcios públicos contratarem "programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada", conforme inciso XXVI da Lei n. 8.666/93, incluído pelo art. 17 da Lei n. 11.107/2005. No mesmo sentido, a norma do inc. III, § 1º, do art. 2º, da Lei n. 11.107, de 2005;

Dessa forma, restou examinado e aprovado a respectiva minuta do contrato de programa referido, por ser realizado por dispensa de licitação, nos termos acima, estando de acordo com os as disposições legais e princípios que regem a Administração Pública em geral.

Este é o parecer.

Faxinal dos Guedes(SC), 08 de Janeiro de 2018.

Genes Silva Antunes

Assessor Jurídico

OAB/SC 5901

Processo Administrativo Licitatório "PAL" nº 0004/2018

Objeto – Programa de Licitações Compartilhadas – PROLICITA

Dispensa de Licitação nº 0003/2018

DE C I S Ã O

Trata-se de Dispensa de licitação referente ao contrato de Programa de Licitações Compartilhadas do CIMCATARINA.

Em análise aos documentos e ao parecer jurídico retro que constam do referido PAL, denota-se que todos os requisitos exigidos pelo artigo 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93 para que fosse possível a DISPENSA foram atendidos.

Isto posto, e por tratar-se de Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, a contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, atende às necessidades precípuas da Administração e poderá ser formalizada.

Esta é a decisão.

Elabore-se o respectivo Contrato.

Faxinal dos Guedes - SC, 08 de Janeiro de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 0005/2018

Publicação Nº 1494372

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL N. 0005/2018
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que abriu licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0005/2018 – Melhor Preço – Preço por item, visando registro de preços para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA CAMPEONATOS DE FUTSAL, SUIÇO, CAMPO, VOLEIBOL, BOCHA e BOLÃO de acordo com as especificações, quantidades e valores máximos previstos neste edital e, estará recebendo os envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 08h00m às 08h30m horas do dia 31 de Janeiro de 2018, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 08h30m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 8h00m às 12h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, SC, 18 de Janeiro de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

TOMADA DE PREÇOS 0001/2018

Publicação Nº 1494374

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 0010/2018
TOMADA DE PREÇOS P/COMPRAS E
SERVIÇOS N. 0001/2018

Comunicamos a quem interessar possa, que o MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, abriu Licitação Pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, na Modalidade TOMADA DE PREÇOS P/COMPRAS E SERVIÇOS N. 0001/2018, Tipo "Técnica e Preço", objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PROMOÇÃO E DIVULGAÇÃO DE PREGÃO PÚBLICO ELETRÔNICO, PARA VENDA DE BENS DO MUNICÍPIO, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, POR MEIO DE PLATAFORMA DE TRANSAÇÃO VIA WEB, e estará recebendo os Envelopes até as 08h30m do dia 26 de Fevereiro de 2018, na sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitações, junto à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e, às 09h00m, deste mesmo dia, e, no mesmo local, fará a abertura dos envelopes da HABILITAÇÃO JURÍDICA, HABILITAÇÃO TÉCNICA, CRITÉRIOS TÉCNICOS COMPARATIVOS e PROPOSTA DE PREÇO dos interessados, o Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados, no Departamento Municipal de Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro, Cidade que lhe empresta o nome, ou pelo telefone 0xx49-3436-4300, no horário das 08h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m ou junto ao sítio www.faxinal.sc.gov.br.

Faxinal dos Guedes/SC, 18 de Janeiro de 2018.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO Nº. 2513/2017

Publicação Nº 1493818

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 2513/2017

Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 49/2017

As 09:30 horas do dia 16 de janeiro de 2018, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 034/2018, para realizar a abertura dos envelopes das propostas de preço e realizar a habilitação das proponentes interessadas em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO. Manifestaram o interesse em participar do presente processo licitatório as seguintes empresas:

Código Fornecedor	Nome do Fornecedor
275	MARLI FALKOSKI ME
313	BAVARESCO E CIA LTDA - ME
802	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA – EPP
819	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
2182	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME

Iniciada a sessão com a presença de todos os representantes das empresas participante, sendo que todas as empresas participantes do certame se enquadram como ME ou EPP, com isso, passou-se para a abertura e o julgamento das propostas apresentadas pelas proponentes interessadas. Após a classificação das Propostas de preços e rodada de Lances do Processo Licitatório foi adjudicado como vencedoras as seguintes empresas, conforme itens abaixo:

ITENS	QUANT	UNID	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
1	11	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	ALFINETE COM CABEÇA COLORIDA EM CAIXA COM 50 UNIDADES	JOCAR	5,15
4	22	CXA	MARLI FALKOSKI ME	ALFINETE SEM CABEÇA EM CAIXA COM NO MINIMO 200 UNIDADES	BACCHI	2,28
6	325	UND	MARLI FALKOSKI ME	AMOEBAS EM POTE DE 110g EM CORES SORTIDAS	ACRILEX	4,75
7	460	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	APONTADOR ESCOLAR FORMATO SLIM COM LAMINA RESISTENTE DE METAL	FABER CASTELL	1,69
8	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR AMARELA COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
9	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR AZUL COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
10	55	PCT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR BRANCA COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
11	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR LARANJA COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
12	55	PCT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR LILAS COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
13	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR PRETA COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
14	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR PINK COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
15	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR VERDE COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
16	85	PCT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR VERMELHO COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
17	35	PCT	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	BALÃO LISO CANUDO CORES SORTIDAS COM 50 UNIDADES	Sao Roque	5,50
19	183	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	BLOCO DE RECADO DE TAMANHO PEQUENO COM BORDA ADESIVA COM NO MINIMO 100 FOLHAS POR BLOCO	make	3,29
20	15	UND	MARLI FALKOSKI ME	BOBINA DE PAPEL KRAFT NA COR BRANCA COM NO MINIMO 50 METRO E 60cm DE LARGURA	SOS	56,95
22	72	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	BOLA DE ISOPOR NO TAMANHO 35mm DE DIAMETRO COM 100 UNIDADES	PLACTERM	11,99
23	75	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	BOLA DE ISOPOR OCA 75mm DE DIAMETRO EM EMBALAGEM DE 25 UNIDADES	Styrocorcte	18,00

25	38	CXA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	BORRACHA ESCOLAR Nº 20 NA COR BRANCA PARA DESENHO COM 20 UNIDADES	Red Bor	11,30
26	665	PÇ	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CADERNO BROCHURA FOLHAS BRANCA COM 48 FOLHAS	Credeal	0,91
27	60	PÇ	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CADERNO DE CALIGRAFIA FOLHAS BRANCA COM 48 FOLHAS	Credeal	1,29
28	760	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CADERNO DE DESENHO CAPA DURA FOLHAS BRANCA COM 96 FOLHAS	Foroni	6,10
29	220	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CADERNO UNIVERSITARIO CAPA DURA COSTURADO COM 96 FOLHAS MEDINDO NO MINIMO 200x275mm	Credeal	4,84
30	80	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CADERNO UNIVERSITARIO CAPA DURA ESTAMPADA ESPIRAL COM 10 MATERIAIS 200 FOLHAS	Credeal	9,85
31	40	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CAIXA ORGANIZADORA DE POLIPROPILENO DESMONTAVEL COM ALÇAS LATERAIS MEDINDO NO MINIMO 335X255X180MM	Polibras	17,90
33	40	UND	MARLI FALKOSKI ME	CAIXA ORGANIZADORA DE POLIPROPILENO DESMONTAVEL COM ALÇAS LATERAIS MEDINDO NO MINIMO 437x310x240mm	POLIBRA	22,95
34	180	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM PAPELÃO	CN	1,75
35	110	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM PLÁSTICO DIVERSAS CORESS PP CORRUGADO	POLICART	5,88
36	20	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CAIXA PLÁSTICA COR TRANSPARENTE COM TAMPA E TRAVA COM CAPACIDADE DE MÍNIMO DE 15 LITROS	Plasvale	24,00
37	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM TAMPA E TRAVA DE NO MÍNIMO 30 LITROS	Plasvale	47,00
38	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM TAMPA E TRAVA DE NO MÍNIMO 50 LITROS	Plasvale	56,00
39	25	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM TAMPA E TRAVA DE NO MÍNIMO 80 LITROS	plasnew	107,00
40	28	UND	MARLI FALKOSKI ME	CALCULADORA DE 8 DIGITOS TAMANHO MÉDIO FABRICAÇÃO NACIONAL	ELGIN	7,99
41	13	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	CANETA COLORIDA ESFEROGRAFICA EM CAIXA COM 12 UNIDADES	COMPACTOR	17,00
42	29	CXA	MARLI FALKOSKI ME	CANETA ESFEROGRAFICA PONTA FINA COM CAIXA 50 UNIDADES NA COR AZUL	BIC	39,79
43	18	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	CANETA ESFEROGRAFICA PONTA FINA COM CAIXA 50 UNIDADES NA COR PRETA	COMPACTOR	35,80
44	21	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	CANETA ESFEROGRAFICA PONTA FINA COM CAIXA 50 UNIDADES NA COR VERMELHA	COMPACTOR	35,80
45	8	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	CANETA PARA CD 1.0 NA COR PRETA CAIXA COM 12 UNIDADES	JOCAR	54,00
46	6	CXA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CANETA PARA TECIDO CAIXA COM 12 UNIDADES NA COR PRETA	Acrilex	35,90
47	452	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	CANETINHA COLORIDAS LONGAS EM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	COMPACTOR	10,35
48	45	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	CAPA DE ENCADERNAÇÃO A4 COR PRETA COM 100 UNIDADES	USAFOLIEN	28,00
49	27	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO A4 TRANSPARENTE COM 100 UNIDADES	USAFOLIEN	28,00
50	15	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	CARREGADOR PARA PILHA RECARREGAVEL COM CAPACIDADE DE NO MINIMO 4 PILHAS AA/ E 4 PILHAS AAA 220VOLTS INCLUSO AS PILHAS COM A MESMA QUANTIDADE DE CAPACIDADE	Flex	48,00
51	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	CARTOLINA ESCOLAR NA COR BRANCA MEDINDO NO MINIMO 50x66cm DE NO MINIMO 150g/m² EM EMBALAGEM DE 100 UNIDADES	SÃO MIGUEL	40,00
52	12	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	CD-R VIRGEM 700MB EM PINO COM 50 UNIDADES	elgin	40,69
53	37	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	CLIPS GALVANIZADO 1/0 EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 500 GRAMAS	OFFICEBR	8,90
54	37	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	CLIPS GALVANIZADO Nº. 02 EM EMBALAGEM DE 500gr	OFFICEBR	8,90
55	37	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	CLIPS GALVANIZADO 3/0 CAIXA COM NO MINIMO 500 GRAMAS	OFFICEBR	8,90
56	37	CXA	BAVARESCO E CIA LTDA	CLIPS GALVANIZADO Nº. 4/0 COM 500 GRAMAS	OFFICEBR	8,90
57	32	CXA	BAVARESCO E CIA LTDA	CLIPS GALVANIZADO Nº. 8/0 COM 500 GRAMAS	OFFICEBR	8,90

58	38	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	COLA ADESIVA INSTANTANEA EXTRA FORTE UNIVERSAL EM EMBALAGEM DE 5g	TECK BOND	6,30
59	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	COLA BASTÃO 20g EM EMBALAGEM COM 6 UNIDADES	Acrilex	28,90
60	25	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	COLA BASTÃO SEMI TRANSPARENTE MEDINDO 11,2mm X 30cm EM EMBALAGEM DE 1KG	RENDICOLA	25,45
61	50	CXA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	COLA COLORIDA COM GLITER EMBALAGEM COM 23 GRAMAS CAIXA COM 06 UNIDADES	Splach Acrilex	11,00
62	21	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	COLA ESCOLAR BRANCA LAVAVEL NÃO TOXICA EM EMBALAGEM DE 40g EM CAIXA COM 144 UNIDADES	frama	76,90
63	55	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	COLA ESCOLAR LAVÁVEL NÃO TOXICA EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 110g	make	2,84
64	19	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	COLA PARA E.V.A E ISOPOR EM EMBALAGEM DE 35g	Acrilex	1,30
65	20	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	COLA PARA TECIDOS EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 100g	Acrilex	3,25
66	35	UND	MARLI FALKOSKI ME	COMPASSO ESCOLAR METALICO 106	CIS	5,98
67	38	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	CORRETIVO SECO (FITA CORRETIVA) 5mm X 6m COM 12 UNIDADES	MASTERPRINT	40,00
70	53	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	ELASTICO SUPER AMARELO Nº. 18 EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 110 UNIDADES	MAMUTH	2,48
72	102	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	ENVELOPE CONVITE COLORIDO MEDINDO NO MÍNIMO 114x229mm	FORONI	0,40
73	200	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	ENVELOPE CONVITE COLORIDO MEDINDO NO MINIMO 160x235mm	FORONI	0,52
74	900	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	ENVELOPE TIPO CARTA EM DIVERSAS CORES	FORONI	0,28
75	200	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	ENVELOPE TIPO SACO KRAFT NATURAL MEDINDO NO MINIMO 229x324mm	FORONI	0,19
76	259	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	ESPIRAL PVC 09mm PARA ENCADERNAÇÃO COM 100 UNIDADES	usa	12,45
77	261	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	ESPIRAL PVC 12mm PARA ENCADERNAÇÃO COM 100 UNIDADES	usa	18,15
78	259	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	ESPIRAL PVC 7mm PARA ENCADERNAÇÃO 7mm COM 100 UNIDADES	usa	9,45
79	23	CXA	BAVARESCO E CIA LTDA	ESTILETE LAMINA ESTREITA 9MM (MÉDIO)	MASTERPRINT	2,10
80	200	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	ESTOJO EM TECIDO COM 3 ZÍPERES MEDINDO NO MINIMO 20x8,5x3,5cm	Godie	13,69
81	16	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	ETIQUETA ADESIVA TAMANHO A4 COM UMA ETIQUETA POR FOLHA PACOTE COM 25 UNIDADES	COLACRIL	13,00
82	57	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	ETIQUETA PARA IMPRESSÃO TAMANHO A4 COM 33 ETIQUETA POR FOLHA PACOTE COM 25 FOLHAS	COLACRIL	13,00
83	30	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	EXTRATOR DE GRAMPO, TIPO ESPATULA EM AÇO INOX	carbrink	3,49
84	15	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	FICHA PAUTADA 4x6 MEDINDO NO MINIMO 152mm X 102mm COM NO MINIMO PAPEL 150 g/m² EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 100 UNIDADES	SAO DOMINGOS	5,53
85	10	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	FICHARIO 4X6 EM BASE METALICA GRAFITE E TAMPA EM PLASTICO FUME COM CAPACIDADE MINIMA DE 500 FICHAS MEDINDO NO MINIMO 162 x 118 x 240 mm	ACRIMET	58,40
86	200	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	FITA ADESIVA KRAFT COM MEDIDAS DE NO MINIMO 48mm x 50m	Adelbras	13,50
87	130	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12x40 METROS	ADELBRAS	0,77
88	60	RL	BAVARESCO E CIA LTDA	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 x 50m	ADELBRAS	4,63
89	74	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	FITA CETIM 22mm ROLO DE 50 METROS NAS CORES: AZUL, ROSA, VERDE, VERMELHO, AMARELO, LILAS, LARANJA	merita	21,00
90	140	RL	BAVARESCO E CIA LTDA	FITA CREPE DE 19 x 50 mm (branca)	ADELBRAS	2,94
91	150	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	FITA CREPE MEDINDO NO MINIMO 25mm x 50m	ADELBRAS	3,99
92	22	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	FITA DE CETIM 03MM EM ROLO DE 100 METROS NAS CORES: AMARELA, LILAS, AZUL, VERDE, VERMELHO, LARANJA, ROXA, ROSA	merita	13,90
93	22	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	FITA DE CETIM 07MM EM ROLO DE NO MINIMO 100 METROS NAS CORES: AMARELA, LILAS, AZUL, VERDE, VERMELHO, LARANJA, ROXA, ROSA	merita	13,95
94	42	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	FITA DE CETIM 15MM EM ROLO DE NO MINIMO 50 METROS NAS CORES: AMARELA, LILAS, AZUL, VERDE, VERMELHO, LARANJA, ROXA, ROSA	merita	14,50

95	9	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA OFICIO A4 COLORIDO COM 100 UNIDADES NA COR AMARELA	SENINHA	5,65
96	10	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA OFICIO A4 COLORIDO COM 100 UNIDADES NA COR AZUL	SENINHA	5,12
97	10	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA OFICIO A4 COLORIDO COM 100 UNIDADES NA COR ROSA	SENINHA	5,12
98	10	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	FOLHA OFICIO A4 COLORIDO COM 100 UNIDADES NA COR VERDE	SENINHA	5,12
99	90	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	GIS DE CERA GROSSO CAIXA COM NO MINIMO 12 CORES	Acrilex	3,40
100	20	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	GIZ ESCOLAR PARA QUADRO G-01 BRANCO ANTIALERGICO CAIXA COM NO MINIMO 64 UNIDADES	delta	2,65
101	20	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	GIZ ESCOLAR PARA QUADRO G-01 CORES ANTIALERGICO CAIXA COM NO MINIMO 64 UNIDADES	delta	3,50
102	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	GIZÃO DE CERA INFANTIL CAIXA COM NO MINIMO 06 CORES	Acrilex	12,60
103	23	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	GRAMPEADOR CORPO METALICO NA COR PRETA UTILIZANDO GRAMPO 26/6 CAPACIDADE DE ATÉ 25 FOLHAS	genmes	24,20
104	17	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	GRAMPEADOR DE PRESSÃO 106 EM CORPO DE METAL	ROCAMA	94,00
105	17	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/6 COM 5000 UNIDADES	acc	13,99
106	19	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/8 COM NO MINIMO 2500 UNIDADES	acc	9,98
107	42	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR GALVANIZADO 26/6 COM 5000 UNIDADES	frama	6,55
108	32	MTS	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	IMÃ EM METRO	stalo	8,30
110	9	UND	MARLI FALKOSKI ME	KIT DE AGULHAS PARA COSTURA EM FORMATO DE CESTA COM AGULHAS DE DIVERSOS TAMANHOS	NYBC	3,90
111	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	LAÇO FACIL ESTAMPADO COM NO MINIMO 2,3x44cm PACOTE COM 10 UNIDADES	Gala	2,33
112	40	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	LAÇO FACIL ESTAMPADO COM NO MINIMO 3,00x50cm PACOTE COM 10 UNIDADES	Gala	2,33
113	15	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	LAMINADO PARA PLASTIFICAÇÃO POR CALOR E PRESSÃO MEDINDO NO MINIMO 80mm X 110mm DE NO MINIMO 125 MICRONS COM NO MINIMO 100 UNIDADES	MENNO	15,00
114	15	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	LAPIS DE COR COM NO MINIMO 24 CORES TRIANGULAR	Faber Castel	29,70
115	18	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	LÁPIS DE COR GRANDE COM NO MINIMO 36 CORES	Faber Castel	52,60
116	355	CXA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	LAPIS DE COR, GRANDE, CAIXA COM 12 CORES	Faber Castel	15,94
117	110	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	LAPIS DE COR GROSSO, TRIANGULAR TAMANHO DE NO MINIMO 17,6CM X 1CM MINA DE 5MM CAIXA COM NO MINIMO 12 CORES	FABER CASTEL	24,55
118	400	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	LÁPIS PRETO Nº 02	FABER CASTEL	0,65
119	24	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	LÁPIS SEXTAVADO COM ESTAMPAS COLORIDAS INFANTIS CAIXA COM 72 UNIDADES	Faber Castel	69,40
120	252	CXA	BAVARESCO E CIA LTDA	GIZ DE CERA EM CAIXA COM 15 CORES	FABER CASTEL	6,00
121	8	UND	MARLI FALKOSKI ME	LINHA DE COSTURA CARETEL NA COR PRETA COM NO MINIMO 40 METROS	SINGER	6,44
122	8	UND	MARLI FALKOSKI ME	LINHA DE COSTURA CARETEL NA COR BRANCA COM NO MINIMO 40 METROS	SINGER	6,44
125	70	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	LIVRO ATA COM CAPA DURA PRETA COM 50 FOLHAS	sd	6,95
126	14	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	MARCA TEXTO COM 12 UNIDADES NA COR AMARELA	JOCAR	16,50
127	13	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	MARCA TEXTO NA COR LARANJA COM 12 UNIDADES	JOCAR	16,50
128	13	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	MARCA TEXTO NA COR VERDE COM 12 UNIDADES	JOCAR	16,50
129	10	CXA	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO NA COR AZUL CAIXA COM 12 UNIDADES	radex	62,85
130	14	CXA	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO NA COR PRETA CAIXA COM 12 UNIDADES	radex	62,85
131	10	CXA	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO NA COR VERMELHA CAIXA COM 12 UNIDADES	radex	62,85
132	405	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	MASSA PARA MODELAR CAIXA COM NO MINIMO 12 CORES (SUPER MACIA BASE AMIDO) COM NO MÍNIMO 160g	acrillex	2,77

133	65	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	MASSA PARA MODELAR EM BALDE DE NO MINIMO 200gr COM ACESSORIOS TEMATICOS	ESTRELA	28,75
134	110	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	NOTAS AUTO ADESIVAS REMOVIVEIS PACOTE COM 4 BLOCOS DE 38mm/50mm	JOCAR	5,05
135	110	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	NOTAS AUTO ADESIVAS REMOVIVEIS PACOTE COM 4 UNIDADES DE 76mm/102mm	ADELBRAS	4,43
136	90	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	ORGANIZADOR COM 6 PASTAS SUSPENSAS	DELLO	34,50
137	63	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PALITO DE BAMBÚ ESPETO 15 CM EM PACOTES COM NO MINIMO 50 UNIDADES	THEOTO	5,65
138	4	UND	MARLI FALKOSKI ME	PALITO VARETA DE BAMBÚ DE 25 CM PACOTE COM NO MINIMO 500 UND	DEEL	16,90
139	15	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	PALITOS DE CHURASCO TAMNHO 30 CM EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 50 UND	THEOTO	7,00
140	5.000	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL ALMAÇO COM PAUTA FOLHA A4	Credeal	0,17
141	4	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	BOBINA DE PAPEL SULFITE 90gr MEDINDO 91cm x 50m	CREDEAL	45,00
142	26	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	PAPEL CARTÃO PARA IMPRESSÃO NA COR BRANCA PACOTE COM 50 UNIDADES	JANDAIA	8,00
143	30	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	PAPEL CELOFANE ESCOLAR COM MEDIDAS MINIMAS DE 85x100cm EM PACOTE DE 50 UNIDADES NAS CORES VERMELHO, AMARELO, TRANSPARENTE, VERDE E AZUL.	GALA	1,19
144	9	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL COLORSET DUPLA FACE NA COR AZUL COM 20 FOLHAS	RST	9,99
145	9	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL COLORSET DUPLA FACE NA COR ROSA COM 20 FOLHAS	RST	9,99
146	9	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL COLORSET DUPLA FACE NA COR ROXO COM 20 FOLHAS	RST	9,99
147	9	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL COLORSET DUPLA FACE NA COR VERDE COM 20 FOLHAS	RST	9,99
148	9	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL COLORSET DUPLA FACE NA COR VERMELHA COM 20 FOLHAS	RST	9,99
149	23	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CONTACT COM ESTAMPAS INFANTIS EM ROLO DE 25m	VMP	41,95
150	25	RL	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE EM ROLO DE 25 METROS	IMPRI	80,00
151	41	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CREPOM NA COR AMARELA CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
152	41	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CREPOM NA COR AZUL CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
153	41	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CREPOM NA COR BRANCA CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
154	40	CXA	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CREPOM NA COR VERDE CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
155	40	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CREPOM NA COR PRETA CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
156	41	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CREPOM NA COR ROSA CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
157	41	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CREPOM NA COR VERMELHA CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
158	41	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL CREPOM NA COR MARRON CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
159	24	CXA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR AMARELA	VMP	20,30
160	14	PCT	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR AZUL	VMP	20,30
161	14	CXA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR BRANCA	VMP	20,30
162	14	PCT	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR LARANJA	VMP	20,30
163	14	PCT	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR PINK	VMP	20,30
164	14	PCT	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR PRETA	VMP	20,30
165	14	CXA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR VERDE	VMP	20,30
166	14	PCT	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR VERMELHA	VMP	20,30
167	32	UND	MARLI FALKOSKI ME	PAPEL FOTOGRÁFICO BRILHANTE A4 PARA IMPRESSÃO PACOTE COM 50 UNIDADES	OFF PAPER	16,99
168	18	CXA	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	PAPEL GLOSSY A4 CAIXA COM 50 FOLHAS	usa	30,40

169	16	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL LAMINADO NAS CORES AMARELO OURO, PRATA, VERMELHO E VERDE PACOTE COM 40 FOLHAS SENDO 1 PACOTE DE CADA COR	RST	24,10
170	8	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL MICROONDULADO NAS CORES AZUL,VERMELHO, VERDE, AMARELO, PRETA, BRANCA, PRATA E OURO COM 10 FOLHAS POR PACOTE SENDO 2 PACOTES POR COR	RST	14,40
171	26	CXA	BAVARESCO E CIA LTDA	PAPEL OFICIO BRANCO A3 EM RESMAS DE 500 FOLHAS.	CHAMEX	46,90
172	27	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	PAPEL OFICIO COLORIDA A4 EM RESMA DE 500 FOLHAS CORES VARIADAS	CHAMEX	23,60
173	115	CXA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL OFICIO PROFISSIONAL A4 (210 x 297 mm) GRAMATURA DE NO MINIMO 75g/m² COM CERTIFICAÇÃO CERFLOR IMPRESSO NA EMBALAGEM, EM CAIXA COM 5000 FOLHAS SEPARADAS POR 10 RESMAS COM 500 FOLHAS.	Rino	150,15
174	18	RL	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL PARA PRESENTE BOBINA COM DESENHOS INFANTIS EM ROLO DE 60 CM COM 4,5 KG	VMP	40,00
175	9	RL	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL PARA PRESENTE BOBINA NA COR AZUL NEVE EM ROLO DE 60cm DE LARGURA DE 4,5kg	VMP	40,00
176	9	RL	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL PARA PRESENTE BOBINA NA COR VERDE NEVE EM ROLO DE 60cm DE LARGURA DE 4,5kg	VMP	40,00
177	9	RL	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PAPEL PARA PRESENTE BOBINA NA COR VERMELHA EM ROLO DE 60 CM COM 4,5 KG	VMP	40,00
178	11	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL PARDO BOBINA KRAFT ESTREITO 60cm DE LARGURA DE NO MINIMO 10Kg	IRATI	86,50
179	10	RL	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL PARDO BOBINA KRAFT LARGO 1,20cm COM 20kg	IRATI	188,00
180	13	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PAPEL SEDA NAS CORES BRANCO, VERMELHO, ROSA E LARANJA COM 100 FOLHAS POR PACOTE SENDO 1 PACOTE PARA CADA COR	RST	20,90
181	14	CXA	BAVARESCO E CIA LTDA	PAPEL VERGÊ A4 210x297mm COM 50FOLHAS NA COR SALMÃO	USAFOLIEN	12,55
182	14	PCT	BAVARESCO E CIA LTDA	PAPEL VERGÊ BEGÊ A4 210/297 180G/m² RESMA COM 50 FOLHAS	USAFOLIEN	12,55
183	14	PCT	BAVARESCO E CIA LTDA	PAPEL VERGÊ BRANCO A4 210/297 180G/m² RESMA COM 50 FOLHAS	USAFOLIEN	12,55
184	14	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	PAPEL VERGÊ CINZA A4 210/297 180G/m² RESMA COM 50 FOLHAS	USAFOLIEN	12,55
185	14	PCT	BAVARESCO E CIA LTDA	PAPEL VERGÊ MARFIM A4 210/297 180G/m² RESMA COM 50 FOLHAS	USAFOLIEN	12,55
186	52	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	PASTA A-Z OFICIO EM PVC COM FERRAGEM E VISOR LATERAL	frama	7,15
187	55	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	PASTA CATALOGO COM 50 ENVELOPES NA COR PRETA	acp	8,33
188	40	PCT	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	PASTA CLASSIFICADORA DOBRADA EM CARTÃO DUPLO DE NO MINIMO 480g, NA COR CINZA, LOMBO REGULAVEL, GRAMPO PLÁSTICO GRANDE PARA CLASSIFICAR DOCUMENTOS, MEDINDO 350mm x 230mm EM EMBALAGEM DE 20 UNIDADES	policart	79,00
189	42	PCT	MARLI FALKOSKI ME	PASTA PP ABA ELASTICO 40mm COM 10 UNIDADES NA COR AZUL	ACP	27,30
190	47	PCT	MARLI FALKOSKI ME	PASTA PP ABA ELASTICO 40mm COM 10 UNIDADES NA COR CRISTAL	ACP	27,30
191	37	PCT	MARLI FALKOSKI ME	PASTA PP ABA ELASTICO 40mm COM 10 UNIDADES NA COR VERDE	ACP	27,30
192	37	PCT	MARLI FALKOSKI ME	PASTA PP ABA ELASTICO 40mm COM 10 UNIDADES NA COR VERMELHA	ACP	27,30
193	37	PCT	MARLI FALKOSKI ME	PASTA PP CANALETA A4 CRISTAL MEDINDO NO MINIMO 230x310x7mm COM 10 UNIDADES	ACP	15,84
194	46	PCT	BAVARESCO E CIA LTDA	PASTA ROTOCILIP CANALETA NA COR CRISTAL COM 10 UNIDADES	ACP	20,00
195	60	UND	MARLI FALKOSKI ME	PASTA SANFONA A4 12 DIVISÕES TAMANHO 240x335x30mm	POLIBRAS	13,08
196	41	UND	BAVARESCO E CIA LTDA	PASTA SANFONA DUPLICADA 31 DIVISORIAS 185mm X 240mm X 67mm	ACP	24,95

197	70	PCT	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PASTA SUSPensa EM KRAFT COM 25 UNIDADES	dello	30,47
198	45	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PEN DRIVE COM CAPACIDADE MINIMA DE 16 GB	SANDISCK	27,40
199	25	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PERCEVEJO LATONADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES	JOCAR	2,20
200	12	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PERFURADOR DE PAPEL, PARA DOIS FUROS, TAMANHO MÉDIO COM ESTRUTURA METÁLICA E PLÁSTICA, COM CAPACIDADE PARA PERFURAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS DE 75gr	grampline	26,60
201	120	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PILHA PALITO ALCALINA AAA COM NO MINIMO 2 UNIDADES	elgin	3,50
202	100	UND	MARLI FALKOSKI ME	PILHA ALCALINA AAA COM NO MINIMO 4 UNIDADES	ELGINM	4,87
203	60	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PILHA ALCALINA D GRANDE COM NO MINIMO 2 UNIDADES	elgin	16,25
204	30	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PILHA PALITO, ALCALINA, RECARREGÁVEL, MODELO AAA EM CARTELA COM 4 UNIDADES	elgin	18,99
205	30	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PILHA PEQUENA ALCALINA RECARREGÁVEL, MODELO AAA, EM CARTELA COM 4 UNIDADES	elgin	20,75
206	11	CXA	BAVARESCO E CIA LTDA	PINCEL MARCADOR PERMANENTE COM 12 UNIDADE NA COR PRETA	PILOT	44,10
207	9	CXA	BAVARESCO E CIA LTDA	PINCEL MARCADOR PERMANENTE COM 12 UNIDADE NA COR VERMELHA	PILOT	44,10
208	9	CXA	BAVARESCO E CIA LTDA	PINCEL MARCADOR PERMANENTE NA COM AZUL COM 12 UNIDADES	PILOT	44,10
209	9	CXA	BAVARESCO E CIA LTDA	PINCEL MARCADOR PERMANENTE NA COM VERDE COM 12 UNIDADES	PILOT	44,10
210	43	UND	MARLI FALKOSKI ME	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 08	TUGRE	1,95
211	33	UND	MARLI FALKOSKI ME	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 10	TIGRE	2,15
212	43	UND	MARLI FALKOSKI ME	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 12	TIGRE	2,27
213	43	UND	MARLI FALKOSKI ME	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 14	CONDOR	2,25
214	43	UND	MARLI FALKOSKI ME	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 16	CONDOR	2,67
215	43	UND	MARLI FALKOSKI ME	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 18	CONDOR	2,90
216	16	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PISTOLA DE COLA QUENTE - GRANDE FABRICAÇÃO NACIONAL 220 WOLTS (COM BOTÃO DE ACIONAR)	grampline	84,50
217	20	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PISTOLA DE COLA QUENTE BASTÃO FINO BIVOLT - 15W	cis	14,00
218	40	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A COM GLITER MEDINDO 40x60cm EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 05 UNIDADES	EVAMAX	20,10
219	70	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A ESTAMPADA MEDINDO NO MINIMO 40x60 EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 05 UNIDADES	EVAMAX	27,30
220	21	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR AMARELO OURO MEDINDO NO MINIMO 40x60Ccm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
221	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR AZUL CELESTE MEDINDO NO MINIMO 40x60Ccm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
222	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR AZUL CLARO MEDINDO NO MINIMO 40x60Ccm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
223	21	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR BRANCA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
224	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR CINZA MÉDIO MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
225	21	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR FLAN MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
226	21	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR LARANJA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
227	21	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR LILAS MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
228	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR MARRON MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
229	21	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR PINK MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
230	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR PRETA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
231	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR VERDE BANDEIRA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80

232	21	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A LISO NA COR VERMELHO MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
233	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR AMARELO MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
234	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR AZUL MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
235	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR BEGÊ MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
236	21	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR BRANCA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
237	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR LARANJA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
238	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR ROSA CLARO MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
239	21	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR VERDE BANDEIRA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
240	21	PCT	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR VERMEHLO VIVO MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
241	9	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PLACA DE ISOPOR 500xx1000x10mm COM 25 UNIDADES	Placterm	46,50
242	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	PRANCHETA OFICIO SUPER METAL PRETA	Waleu	11,25
243	44	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	PRATO DE PAPELÃO TAMANHO 35cm DE DIÂMETRO COM 10 UNIDADES	valar	18,95
244	25	KG	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	REFIL DE COLA QUENTE GRANDE	RENDICOLA	25,10
245	53	PCT	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	REGUA COM 30 CM, PLASTICA, COM 20 UNIDADES	Waleu	11,70
246	11	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	REGUA PLASTICA CRISTAL COM FIGURAS GEOMETRICAS MEDINDO NO MINIMO 20cm COM 10 UNIDADES	Waleu	14,70
247	20	UND	MARLI FALKOSKI ME	SACO DE PAPEL KRAFT MONOLUCIDO BRANCO PARA SALGADOS PACOTES COM 500UND TAMANHO 13X15 CM	WALP	14,99
249	23	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	SACO DE PRESENTE SORTIDO 30x45cm COM 50 UNIDADES	Gala	20,00
250	23	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	SACO DE PRESENTE SORTIDO 25x35cm COM 50 UNIDADES	Gala	14,80
251	8	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	SUPORTE PARA FITA DE 12mm x 40m COM LAMINA REPOSICIONAL	grampline	16,80
252	7	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	TAPETE PEDAGOGICO EM EMBORRACHADO MEDINDO NO MINIMO 31cm X 31cm X 5mm COM ANIMAIS COM NO MINIMO 9 PEÇAS	play	50,00
253	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TAPETE PEDAGOGICO EM EMBORRACHADO MEDINDO NO MINIMO 31cm X 31cm X 5mm COM NUMEROS COM NO MINIMO 9 PEÇAS	MOR	47,90
255	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR AMARELO MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
256	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR AZUL MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
257	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR BRANCA MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
258	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR LARANJA MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
259	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR PINK MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
260	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR PRETA MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
261	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR ROXO MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
262	5	UND	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR SALMÃO MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	sb	43,00
263	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR VERDE MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
264	7	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR VERMELHA MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
265	27	CXA	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	TESOURA ESCOLAR CABO SIMPLES E RÉGUA SORTIDA COM 20 UNIDADES - PONTA AREDONDADA	cis	42,40
266	55	PÇ	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TESOURA GRANDE COM PONTA FINA E CABO EMBORRACHADO PARA USO EM GERAL	JOCAR	5,30

267	21	CXA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA GUACHE FRASCO DE 250ml, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR VERDE	Splash Acrilex	23,20
268	21	CXA	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA GUACHE FRASCO DE 250ml, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR VERMELHO	Splash Acrilex	23,20
269	21	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR AMARELA	Splash Acrilex	23,20
270	21	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR AZUL	Splash Acrilex	23,20
271	21	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR BRANCA	Splash Acrilex	23,20
272	21	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR LARANJA	Splash Acrilex	23,20
273	20	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR MARRON	Splash Acrilex	23,20
274	21	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR PRETO	Splash Acrilex	23,20
275	21	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR ROSA	Splash Acrilex	23,20
276	16	FR	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO COR AZUL EM EMBALAGEM DE 20 ML	jocar	4,99
277	11	FR	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO COR PRETA EM EMBALAGEM DE 20 ML	jocar	4,99
278	11	FR	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO COR VERMELHA EM EMBALAGEM DE 20 ML	jocar	4,99
279	25	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR AMARELA EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
280	25	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR AMARELO OURO EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
281	15	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR AZUL EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
282	25	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR BÊGE EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
283	25	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR COBALTO EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
284	25	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR LARANJA EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
285	25	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR PINK EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
286	25	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR PRETA EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
287	25	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR VERDE EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
288	25	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR VERMELHA EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
289	25	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO COR VIOLETA COBALTO EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
290	15	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR BRANCA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
291	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR AMARELA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
292	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR AZUL EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
293	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR PRATA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
294	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR PRETA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
295	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR ROSA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
296	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR VERDE EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
297	30	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR VERMELHA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
298	8	CXA	POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	TINTA REABASTECEDORA DE PINCEL ATOMICO NAS CORES VERMELHO, AZUL, VERDE E PRETO EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 37ml	pilot	8,50

299	24	UND	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	TINTA SPRAY TUBO DE NO MÍNIMO 150mL NAS CORES OURO, PRATA E COBRE SENDO TRES DE CADA COR	MUNDIAL	13,24
300	38	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TUBO DE COLA BRANCA LAVAVEL NÃO TOXICA DE 1KG	Tenaz	23,00
301	18	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	TUBO DE COLA SECAGEM RAPIDA EXTRA ADESIVO PVA EM EMBALAGEM DE 1KG	Henkel	24,25
302	210	UND	MARLI FALKOSKI ME	BANDEJA DE ISOPOR LINHA FUNDA RETANGULAR MEDINDO NO MÍNIMO 30X23X3.3cm	WALP	1,90
303	210	UND	MARLI FALKOSKI ME	BANDEJA DE ISOPOR LINHA RASA RETANGULAR B2COM NO MÍNIMO 30X23X1.3cm	WALP	1,90
304	6	UND	JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	BARBANTE SALAMEIRO CRU Nº8 COM NO MÍNIMO 1KG	Piratiniga	25,00

Referente aos Itens 79, 171 e 298, os mesmo serão considerados como unidade e não em caixa como descrito no item, pelo fato de um erro de cotação de preços, onde o valor unitário se equivale a uma unidade e não a caixa.

Os Itens 2, 3, 5, 18, 21, 24, 32, 68, 69, 71, 109, 123, 124, 248, 254 e 305 não foram cotados por nenhuma empresa, sendo assim considerados Fracassados.

O valor total estimado do processo é R\$ 180.090,31 (cento e oitenta mil e noventa reais e trinta e um centavos), distribuído da seguinte forma:

Fornecedor	Valor Total Estimado
MARLI FALKOSKI ME	R\$ 13.696,76
BAVARESCO E CIA LTDA	R\$ 23.666,54
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	R\$ 40.888,12
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 39.177,44
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	R\$ 62.661,45

Encerrada a fase de julgamento das propostas e rodada de lances o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto os envelopes e analisados os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou todas as proponentes vencedoras.

Findos os trabalhos de classificação das propostas, rodada de lances e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão – SC, aos dezesseis dias do mês de janeiro de 2018.

VALMIR DE JESUS PINTO	DIOGO DE BEM	VANDERLEI KUHN
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 07/2018

Publicação Nº 1493822

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 07/2018

Processo Licitatório nº. 2513/2017

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 49/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 18/01/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa JP EQUIPAMENTOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.772.057/0001-50 estabelecida na Rua do Bosque, nº. 191, na cidade de Cunha Porá - SC, neste ato representada pelo Sr. Jackson Neimar Pedrassani, inscrito no CPF/MF sob nº. 041.562.419-39 e Identidade nº. 4.016.444, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2513/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 49/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
17	35	PCT	BALÃO LISO CANUDO CORES SORTIDAS COM 50 UNIDADES	São Roque	5,50
23	75	UND	BOLA DE ISOPOR OCA 75mm DE DIAMETRO EM EMBALAGEM DE 25 UNIDADES	Styrocorste	18,00
25	38	CXA	BORRACHA ESCOLAR Nº 20 NA COR BRANCA PARA DESENHO COM 20 UNIDADES	Red Bor	11,30
26	665	PÇ	CADERNO BROCHURA FOLHAS BRANCA COM 48 FOLHAS	Credeal	0,91

27	60	PÇ	CADERNO DE CALIGRAFIA FOLHAS BRANCA COM 48 FOLHAS	Credeal	1,29
28	760	UND	CADERNO DE DESENHO CAPA DURA FOLHAS BRANCA COM 96 FOLHAS	Foroni	6,10
29	220	UND	CADERNO UNIVERSITARIO CAPA DURA COSTURADO COM 96 FOLHAS MEDINDO NO MINIMO 200x275mm	Credeal	4,84
30	80	UND	CADERNO UNIVERSITARIO CAPA DURA ESTAMPADA ESPIRAL COM 10 MATERIAIS 200 FOLHAS	Credeal	9,85
31	40	UND	CAIXA ORGANIZADORA DE POLIPROPILENO DESMONTAVEL COM ALÇAS LATERAIS MEDINDO NO MINIMO 335X255X180MM	Polibras	17,90
36	20	UND	CAIXA PLÁSTICA COR TRANSPARENTE COM TAMPA E TRAVA COM CAPACIDADE DE MÍNIMO DE 15 LITROS	Plasvale	24,00
37	30	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM TAMPA E TRAVA DE NO MÍNIMO 30 LITROS	Plasvale	47,00
38	30	UND	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM TAMPA E TRAVA DE NO MÍNIMO 50 LITROS	Plasvale	56,00
46	6	CXA	CANETA PARA TECIDO CAIXA COM 12 UNIDADES NA COR PRETA	Acrilex	35,90
50	15	UND	CARREGADOR PARA PILHA RECARREGAVEL COM CAPACIDADE DE NO MINIMO 4 PILHAS AA/ E 4 PILHAS AAA 220VOLTS INCLUSO AS PILHAS COM A MESMA QUANTIDADE DE CAPACIDADE	Flex	48,00
59	30	UND	COLA BASTÃO 20g EM EMBALAGEM COM 6 UNIDADES	Acrilex	28,90
61	50	CXA	COLA COLORIDA COM GLITER EMBALAGEM COM 23 GRAMAS CAIXA COM 06 UNIDADES	Splach Acrilex	11,00
64	19	UND	COLA PARA E.V.A E ISOPOR EM EMBALAGEM DE 35g	Acrilex	1,30
65	20	UND	COLA PARA TECIDOS EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 100g	Acrilex	3,25
80	200	UND	ESTOJO EM TECIDO COM 3 ZÍPERES MEDINDO NO MINIMO 20x8,5x3,5cm	Godie	13,69
86	200	UND	FITA ADESIVA KRAFT COM MEDIDAS DE NO MINIMO 48mm x 50m	Adelbras	13,50
99	90	UND	GIS DE CERA GROSSO CAIXA COM NO MINIMO 12 CORES	Acrilex	3,40
102	30	UND	GIZÃO DE CERA INFANTIL CAIXA COM NO MINIMO 06 CORES	Acrilex	12,60
111	30	UND	LAÇO FACIL ESTAMPADO COM NO MINIMO 2,3x44cm PACOTE COM 10 UNIDADES	Gala	2,33
112	40	UND	LAÇO FACIL ESTAMPADO COM NO MINIMO 3,00x50cm PACOTE COM 10 UNIDADES	Gala	2,33
114	15	UND	LAPIS DE COR COM NO MINIMO 24 CORES TRIANGULAR	Faber Castel	29,70
115	18	UND	LÁPIS DE COR GRANDE COM NO MINIMO 36 CORES	Faber Castel	52,60
116	355	CXA	LAPIS DE COR, GRANDE, CAIXA COM 12 CORES	Faber Castel	15,94
119	24	UND	LÁPIS SEXTAVADO COM ESTAMPAS COLORIDAS INFANTIS CAIXA COM 72 UNIDADES	Faber Castel	69,40
140	5.000	UND	PAPEL ALMAÇO COM PAUTA FOLHA A4	Credeal	0,17
159	24	CXA	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR AMARELA	VMP	20,30
160	14	PCT	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR AZUL	VMP	20,30
161	14	CXA	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR BRANCA	VMP	20,30
162	14	PCT	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR LARANJA	VMP	20,30
163	14	PCT	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR PINK	VMP	20,30
164	14	PCT	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR PRETA	VMP	20,30
165	14	CXA	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR VERDE	VMP	20,30
166	14	PCT	PAPEL DUPLEX PACOTES COM 20 FOLHAS NA COR VERMELHA	VMP	20,30
173	115	CXA	PAPEL OFICIO PROFISSIONAL A4 (210 x 297 mm) GRAMATURA DE NO MINIMO 75g/m² COM CERTIFICAÇÃO CERFLOR IMPRESSO NA EMBALAGEM, EM CAIXA COM 5000 FOLHAS SEPARADAS POR 10 RESMAS COM 500 FOLHAS.	Rino	150,15
174	18	RL	PAPEL PARA PRESENTE BOBINA COM DESENHOS INFANTIS EM ROLO DE 60 CM COM 4,5 KG	VMP	40,00
175	9	RL	PAPEL PARA PRESENTE BOBINA NA COR AZUL NEVE EM ROLO DE 60cm DE LARGURA DE 4,5kg	VMP	40,00
176	9	RL	PAPEL PARA PRESENTE BOBINA NA COR VERDE NEVE EM ROLO DE 60cm DE LARGURA DE 4,5kg	VMP	40,00
177	9	RL	PAPEL PARA PRESENTE BOBINA NA COR VERMELHA EM ROLO DE 60 CM COM 4,5 KG	VMP	40,00
241	9	UND	PLACA DE ISOPOR 500xx1000x10mm COM 25 UNIDADES	Placterm	46,50
242	30	UND	PRANCHETA OFICIO SUPER METAL PRETA	Waleu	11,25
245	53	PCT	REGUA COM 30 CM, PLASTICA, COM 20 UNIDADES	Waleu	11,70
246	11	UND	REGUA PLASTICA CRISTAL COM FIGURAS GEOMETRICAS MEDINDO NO MINIMO 20cm COM 10 UNIDADES	Waleu	14,70
249	23	UND	SACO DE PRESENTE SORTIDO 30x45cm COM 50 UNIDADES	Gala	20,00
250	23	UND	SACO DE PRESENTE SORTIDO 25x35cm COM 50 UNIDADES	Gala	14,80
267	21	CXA	TINTA GUACHE FRASCO DE 250ml, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR VERDE	Splach Acrilex	23,20
268	21	CXA	TINTA GUACHE FRASCO DE 250ml, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR VERMELHO	Splach Acrilex	23,20
269	21	UND	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR AMARELA	Splach Acrilex	23,20

270	21	UND	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR AZUL	Splash Acrilex	23,20
271	21	UND	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR BRANCA	Splash Acrilex	23,20
272	21	UND	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR LARANJA	Splash Acrilex	23,20
273	20	UND	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR MARRON	Splash Acrilex	23,20
274	21	UND	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR PRETO	Splash Acrilex	23,20
275	21	UND	TINTA GUACHE FRASCOS DE 250 ML, CAIXA COM 6 FRASCOS NA COR ROSA	Splash Acrilex	23,20
279	25	UND	TINTA PARA TECIDO COR AMARELA EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
280	25	UND	TINTA PARA TECIDO COR AMARELO OURO EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
281	15	UND	TINTA PARA TECIDO COR AZUL EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
282	25	UND	TINTA PARA TECIDO COR BÉGE EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
283	25	UND	TINTA PARA TECIDO COR COBALTO EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
284	25	UND	TINTA PARA TECIDO COR LARANJA EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
285	25	UND	TINTA PARA TECIDO COR PINK EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
286	25	UND	TINTA PARA TECIDO COR PRETA EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
287	25	UND	TINTA PARA TECIDO COR VERDE EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
288	25	UND	TINTA PARA TECIDO COR VERMELHA EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
289	25	UND	TINTA PARA TECIDO COR VIOLETA COBALTO EM EMBALAGEM DE 37 ML	Acrilex	2,00
290	15	UND	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR BRANCA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
291	30	UND	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR AMARELA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
292	30	UND	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR AZUL EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
293	30	UND	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR PRATA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
294	30	UND	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR PRETA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
295	30	UND	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR ROSA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
296	30	UND	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR VERDE EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
297	30	UND	TINTA PARA TECIDO PINTURA TEXTIL COM EXPANSÃO A CALOR NA COR VERMELHA EM EMBALAGEM DE 35 ML	Acrilex	3,13
300	38	UND	TUBO DE COLA BRANCA LAVAVEL NÃO TOXICA DE 1KG	Tenaz	23,00
301	18	UND	TUBO DE COLA SECAGEM RAPIDA EXTRA ADESIVO PVA EM EMBALAGEM DE 1KG	Henkel	24,25
304	6	UND	BARBANTE SALAMEIRO CRU Nº8 COM NO MÍNIMO 1KG	Piratininga	25,00

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 2513/2017.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 05 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira à Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus

Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado ate o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de janeiro de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER	JACKSON NEIMAR PEDRASSANI
CPF: 503.319.819-04	CPF: 041.562.419-39
CONTRATANTE	CONTRATADA
DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2018

Publicação Nº 1493823

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 08/2018

Processo Licitatório nº. 2513/2017

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 49/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 18/01/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.303.600/0001-80 estabelecida na Rua 1 de Maio, nº. 645, na

cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. André Luiz Lansing Schnorrenberger, inscrito no CPF/MF sob nº. 029.962.159-66 e Identidade nº. 4315737, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2513/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 49/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
1	11	CXA	ALFINETE COM CABEÇA COLORIDA EM CAIXA COM 50 UNIDADES	JOCAR	5,15
22	72	UND	BOLA DE ISOPOR NO TAMANHO 35mm DE DIAMETRO COM 100 UNIDADES	PLACTERM	11,99
34	180	UND	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM PAPELÃO	CN	1,75
41	13	UND	CANETA COLORIDA ESFEROGRAFICA EM CAIXA COM 12 UNIDADES	COMPACTOR	17,00
43	18	CXA	CANETA ESFEROGRAFICA PONTA FINA COM CAIXA 50 UNIDADES NA COR PRETA	COMPACTOR	35,80
44	21	CXA	CANETA ESFEROGRAFICA PONTA FINA COM CAIXA 50 UNIDADES NA COR VERMELHA	COMPACTOR	35,80
45	8	CXA	CANETA PARA CD 1.0 NA COR PRETA CAIXA COM 12 UNIDADES	JOCAR	54,00
47	452	CXA	CANETINHA COLORIDAS LONGAS EM EMBALAGEM COM 12 UNIDADES	COMPACTOR	10,35
51	7	UND	CARTOLINA ESCOLAR NA COR BRANCA MEDINDO NO MINIMO 50x66cm DE NO MINIMO 150g/m² EM EMBALAGEM DE 100 UNIDADES	SÃO MIGUEL	40,00
58	38	UND	COLA ADESIVA INSTANTANEA EXTRA FORTE UNIVERSAL EM EMBALAGEM DE 5g	TECK BOND	6,30
60	25	UND	COLA BASTÃO SEMI TRANSPARENTE MEDINDO 11,2mm X 30cm EM EMBALAGEM DE 1KG	RENDICOLA	25,45
85	10	UND	FICHARIO 4X6 EM BASE METALICA GRAFITE E TAMPA EM PLASTICO FUME COM CAPACIDADE MINIMA DE 500 FICHAS MEDINDO NO MINIMO 162 x 118 x 240 mm	ACRIMET	58,40
95	9	PCT	FOLHA OFICIO A4 COLORIDO COM 100 UNIDADES NA COR AMARELA	SENINHA	5,65
96	10	PCT	FOLHA OFICIO A4 COLORIDO COM 100 UNIDADES NA COR AZUL	SENINHA	5,12
97	10	PCT	FOLHA OFICIO A4 COLORIDO COM 100 UNIDADES NA COR ROSA	SENINHA	5,12
98	10	PCT	FOLHA OFICIO A4 COLORIDO COM 100 UNIDADES NA COR VERDE	SENINHA	5,12
117	110	UND	LAPIS DE COR GROSSO, TRIANGULAR TAMANHO DE NO MINIMO 17,6CM X 1CM MINA DE 5MM CAIXA COM NO MINIMO 12 CORES	FABER CASTEL	24,55
126	14	CXA	MARCA TEXTO COM 12 UNIDADES NA COR AMARELA	JOCAR	16,50
127	13	CXA	MARCA TEXTO NA COR LARANJA COM 12 UNIDADES	JOCAR	16,50
128	13	CXA	MARCA TEXTO NA COR VERDE COM 12 UNIDADES	JOCAR	16,50
133	65	UND	MASSA PARA MODELAR EM BALDE DE NO MINIMO 200gr COM ACESSORIOS TEMATICOS	ESTRELA	28,75
134	110	UND	NOTAS AUTO ADESIVAS REMOVIVEIS PACOTE COM 4 BLOCOS DE 38mm/50mm	JOCAR	5,05
137	63	UND	PALITO DE BAMBU ESPETO 15 CM EM PACOTES COM NO MINIMO 50 UNIDADES	THEOTO	5,65
144	9	UND	PAPEL COLORSET DUPLA FACE NA COR AZUL COM 20 FOLHAS	RST	9,99
145	9	UND	PAPEL COLORSET DUPLA FACE NA COR ROSA COM 20 FOLHAS	RST	9,99
146	9	UND	PAPEL COLORSET DUPLA FACE NA COR ROXO COM 20 FOLHAS	RST	9,99
147	9	UND	PAPEL COLORSET DUPLA FACE NA COR VERDE COM 20 FOLHAS	RST	9,99
148	9	UND	PAPEL COLORSET DUPLA FACE NA COR VERMELHA COM 20 FOLHAS	RST	9,99
149	23	UND	PAPEL CONTACT COM ESTAMPAS INFANTIS EM ROLO DE 25m	VMP	41,95
150	25	RL	PAPEL CONTACT TRANSPARENTE EM ROLO DE 25 METROS	IMPRI	80,00
151	41	CXA	PAPEL CREPOM NA COR AMARELA CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
152	41	UND	PAPEL CREPOM NA COR AZUL CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
153	41	CXA	PAPEL CREPOM NA COR BRANCA CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
154	40	CXA	PAPEL CREPOM NA COR VERDE CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
155	40	UND	PAPEL CREPOM NA COR PRETA CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
156	41	PCT	PAPEL CREPOM NA COR ROSA CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
157	41	PCT	PAPEL CREPOM NA COR VERMELHA CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
158	41	PCT	PAPEL CREPOM NA COR MARRON CONTENDO 10 UNIDADES COM 2 METROS CADA UNIDADE	RST	6,50
169	16	UND	PAPEL LAMINADO NAS CORES AMARELO OURO, PRATA, VERMELHO E VERDE PACOTE COM 40 FOLHAS SENDO 1 PACOTE DE CADA COR	RST	24,10
170	8	PCT	PAPEL MICROONDULADO NAS CORES AZUL,VERMELHO, VERDE, AMARELO, PRETA, BRANCA, PRATA E OURO COM 10 FOLHAS POR PACOTE SENDO 2 PACOTES POR COR	RST	14,40
178	11	UND	PAPEL PARDO BOBINA KRAFT ESTREITO 60cm DE LARGURA DE NO MINIMO 10Kg	IRATI	86,50
179	10	RL	PAPEL PARDO BOBINA KRAFT LARGO 1,20cm COM 20kg	IRATI	188,00

180	13	PCT	PAPEL SEDA NAS CORES BRANCO, VERMELHO, ROSA E LARANJA COM 100 FOLHAS POR PACOTE SENDO 1 PACOTE PARA CADA COR	RST	20,90
198	45	UND	PEN DRIVE COM CAPACIDADE MINIMA DE 16 GB	SANDISCK	27,40
199	25	UND	PERCEVEJO LATONADO EM CAIXA COM 100 UNIDADES	JOCAR	2,20
218	40	UND	PLACA DE E.V.A COM GLITER MEDINDO 40x60cm EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 05 UNIDADES	EVAMAX	20,10
219	70	UND	PLACA DE E.V.A ESTAMPADA MEDINDO NO MINIMO 40x60 EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 05 UNIDADES	EVAMAX	27,30
220	21	PCT	PLACA DE E.V.A LISO NA COR AMARELO OURO MEDINDO NO MINIMO 40x60Ccm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
221	21	UND	PLACA DE E.V.A LISO NA COR AZUL CELESTE MEDINDO NO MINIMO 40x60Ccm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
222	21	UND	PLACA DE E.V.A LISO NA COR AZUL CLARO MEDINDO NO MINIMO 40x60Ccm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
223	21	PCT	PLACA DE E.V.A LISO NA COR BRANCA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
224	21	UND	PLACA DE E.V.A LISO NA COR CINZA MÉDIO MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
225	21	PCT	PLACA DE E.V.A LISO NA COR FLAN MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
226	21	PCT	PLACA DE E.V.A LISO NA COR LARANJA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
227	21	PCT	PLACA DE E.V.A LISO NA COR LILAS MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
228	21	UND	PLACA DE E.V.A LISO NA COR MARRON MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
229	21	PCT	PLACA DE E.V.A LISO NA COR PINK MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
230	21	UND	PLACA DE E.V.A LISO NA COR PRETA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
231	21	UND	PLACA DE E.V.A LISO NA COR VERDE BANDEIRA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
232	21	PCT	PLACA DE E.V.A LISO NA COR VERMELHO MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 10 UNIDADES	EVAMAX	10,80
233	21	UND	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR AMARELO MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
234	21	UND	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR AZUL MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
235	21	UND	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR BEGÊ MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
236	21	PCT	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR BRANCA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
237	21	UND	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR LARANJA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
238	21	UND	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR ROSA CLARO MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
239	21	UND	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR VERDE BANDEIRA MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
240	21	PCT	PLACA DE E.V.A PLUSH NA COR VERMELHO VIVO MEDINDO NO MINIMO 40x60cm COM 5 UNIDADES	EVAMAX	16,45
244	25	KG	REFIL DE COLA QUENTE GRANDE	RENDICOLA	25,10
253	7	UND	TAPETE PEDAGOGICO EM EMBORRACHADO MEDINDO NO MINIMO 31cm X 31cm X 5mm COM NUMEROS COM NO MINIMO 9 PEÇAS	MOR	47,90
255	7	UND	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR AMARELO MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
256	7	UND	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR AZUL MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
257	7	UND	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR BRANCA MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
258	7	UND	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR LARANJA MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
259	7	UND	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR PINK MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
260	7	UND	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR PRETA MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
261	7	UND	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR ROXO MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
263	7	UND	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR VERDE MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
264	7	UND	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR VERMELHA MEDINDO NO MINIMO 1.40x50m	SUL BRASIL	42,95
266	55	PÇ	TESOURA GRANDE COM PONTA FINA E CABO EMBORRACHADO PARA USO EM GERAL	JOCAR	5,30
299	24	UND	TINTA SPRAY TUBO DE NO MINIMO 150mL NAS CORES OURO, PRATA E COBRE SENDO TRES DE CADA COR	MUNDIAL	13,24

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante;

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 2513/2017.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 05 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira à Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus

Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado até o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de janeiro de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		ANDRÉ LUIZ LANSING SCHNORREBERGER
CPF: 503.319.819-04		CPF: 029.962.159-66
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 09/2018

Publicação Nº 1493824

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 09/2018

Processo Licitatório nº. 2513/2017

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 49/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 18/01/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.958.284/0001-11 estabelecida na Rua Almirante Barroso, nº. 684, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, neste ato representada pelo Sr. Cleyton Ricardo Lazarotto, inscrito no CPF/MF sob nº. 884.567.571-87 e Identidade nº. 5333421, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2513/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 49/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
8	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR AMARELA COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
9	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR AZUL COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
10	55	PCT	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR BRANCA COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
11	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR LARANJA COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
12	55	PCT	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR LILAS COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
13	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR PRETA COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
14	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR PINK COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
15	45	PCT	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR VERDE COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
16	85	PCT	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	BALÃO LISO 7MM NA COR VERMELHO COM 50 UNIDADES	riberball	5,43
19	183	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	BLOCO DE RECADO DE TAMANHO PEQUENO COM BORDA ADE-SIVA COM NO MINIMO 100 FOLHAS POR BLOCO	make	3,29
39	25	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	CAIXA PLÁSTICA ORGANIZADORA TRANSPARENTE COM TAMPA E TRAVA DE NO MÍNIMO 80 LITROS	plasnew	107,00
52	12	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	CD-R VIRGEM 700MB EM PINO COM 50 UNIDADES	elgin	40,69
62	21	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	COLA ESCOLAR BRANCA LAVAVEL NÃO TOXICA EM EMBALAGEM DE 40g EM CAIXA COM 144 UNIDADES	frama	76,90
63	55	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	COLA ESCOLAR LAVÁVEL NÃO TOXICA EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 110g	make	2,84

76	259	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	ESPIRAL PVC 09mm PARA ENCADERNAÇÃO COM 100 UNIDADES	usa	12,45
77	261	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	ESPIRAL PVC 12mm PARA ENCADERNAÇÃO COM 100 UNIDADES	usa	18,15
78	259	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	ESPIRAL PVC 7mm PARA ENCADERNAÇÃO 7mm COM 100 UNIDADES	usa	9,45
83	30	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	EXTRATOR DE GRAMPO, TIPO ESPATULA EM AÇO INOX	carbrink	3,49
89	74	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	FITA CETIM 22mm ROLO DE 50 METROS NAS CORES: AZUL, ROSA, VERDE, VERMELHO, AMARELO, LILAS, LARANJA	merita	21,00
92	22	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	FITA DE CETIM 03MM EM ROLO DE 100 METROS NAS CORES: AMARELA, LILAS, AZUL, VERDE, VERMELHO, LARANJA, ROXA, ROSA	merita	13,90
93	22	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	FITA DE CETIM 07MM EM ROLO DE NO MINIMO 100 METROS NAS CORES: AMARELA, LILAS, AZUL, VERDE, VERMELHO, LARANJA, ROXA, ROSA	merita	13,95
94	42	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	FITA DE CETIM 15MM EM ROLO DE NO MINIMO 50 METROS NAS CORES: AMARELA, LILAS, AZUL, VERDE, VERMELHO, LARANJA, ROXA, ROSA	merita	14,50
100	20	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	GIZ ESCOLAR PARA QUADRO G-01 BRANCO ANTIALERGICO CAIXA COM NO MINIMO 64 UNIDADES	delta	2,65
101	20	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	GIZ ESCOLAR PARA QUADRO G-01 CORES ANTIALERGICO CAIXA COM NO MINIMO 64 UNIDADES	delta	3,50
103	23	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	GRAMPEADOR CORPO METALICO NA COR PRETA UTILIZANDO GRAMPO 26/6 CAPACIDADE DE ATÉ 25 FOLHAS	genmes	24,20
105	17	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/6 COM 5000 UNIDADES	acc	13,99
106	19	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 106/8 COM NO MINIMO 2500 UNIDADES	acc	9,98
107	42	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	GRAMPO PARA GRAMPEADOR GALVANIZADO 26/6 COM 5000 UNIDADES	frama	6,55
108	32	MTS	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	IMÃ EM METRO	stalo	8,30
125	70	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	LIVRO ATA COM CAPA DURA PRETA COM 50 FOLHAS	sd	6,95
129	10	CXA	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO NA COR AZUL CAIXA COM 12 UNIDADES	radex	62,85
130	14	CXA	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO NA COR PRETA CAIXA COM 12 UNIDADES	radex	62,85
131	10	CXA	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	MARCADOR PARA QUADRO BRANCO NA COR VERMELHA CAIXA COM 12 UNIDADES	radex	62,85
132	405	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	MASSA PARA MODELAR CAIXA COM NO MINIMO 12 CORES (SUPER MACIA BASE AMIDO) COM NO MÍNIMO 160g	acrillex	2,77
168	18	CXA	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PAPEL GLOSSY A4 CAIXA COM 50 FOLHAS	usa	30,40
186	52	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PASTA A-Z OFICIO EM PVC COM FERRAGEM E VISOR LATERAL	frama	7,15
187	55	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PASTA CATALOGO COM 50 ENVELOPES NA COR PRETA	acp	8,33
188	40	PCT	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PASTA CLASSIFICADORA DOBRADA EM CARTÃO DUPLO DE NO MINIMO 480g, NA COR CINZA, LOMBO REGULAVEL, GRAMPO PLÁSTICO GRANDE PARA CLASSIFICAR DOCUMENTOS, MEDINDO 350mm x 230mm EM EMBALAGEM DE 20 UNIDADES	policart	79,00
197	70	PCT	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PASTA SUSPENSÃO EM KRAFT COM 25 UNIDADES	dello	30,47
200	12	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PERFURADOR DE PAPEL, PARA DOIS FUROS, TAMANHO MÉDIO COM ESTRUTURA METÁLICA E PLÁSTICA, COM CAPACIDADE PARA PERFURAR NO MÍNIMO 20 FOLHAS DE 75gr	grampline	26,60
201	120	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PILHA PALITO ALCALINA AAA COM NO MINIMO 2 UNIDADES	elgin	3,50
203	60	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PILHA ALCALINA D GRANDE COM NO MINIMO 2 UNIDADES	elgin	16,25
204	30	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PILHA PALITO, ALCALINA, RECARREGÁVEL, MODELO AAA EM CARTELA COM 4 UNIDADES	elgin	18,99
205	30	UND	POTENCIA SOM E INFORMÁTICA LTDA	PILHA PEQUENA ALCALINA RECARREGÁVEL, MODELO AAA, EM CARTELA COM 4 UNIDADES	elgin	20,75

216	16	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PISTOLA DE COLA QUENTE - GRANDE FABRICAÇÃO NACIONAL 220 WOLTS (COM BOTÃO DE ACIONAR)	grampline	84,50
217	20	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PISTOLA DE COLA QUENTE BASTÃO FINO BIVOLT - 15W	cis	14,00
243	44	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	PRATO DE PAPELÃO TAMANHO 35cm DE DIÂMETRO COM 10 UNIDADES	valar	18,95
251	8	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	SUPORTE PARA FITA DE 12mm x 40m COM LAMINA REPOSICIO-NAL	grampline	16,80
252	7	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	TAPETE PEDAGOGICO EM EMBORRACHADO MEDINDO NO MINIMO 31cm X 31cm X 5mm COM ANIMAIS COM NO MINIMO 9 PEÇAS	play	50,00
262	5	UND	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	TECIDO TNT COM NO MINIMO 40g/m² NA COR SALMÃO MEDIN-DO NO MINIMO 1.40x50m	sb	43,00
265	27	CXA	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	TESOURA ESCOLAR CABO SIMPLES E RÉGUA SORTIDA COM 20 UNIDADES - PONTA AREDONDADA	cis	42,40
276	16	FR	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO COR AZUL EM EMBALAGEM DE 20 ML	jocar	4,99
277	11	FR	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO COR PRETA EM EMBALAGEM DE 20 ML	jocar	4,99
278	11	FR	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	TINTA PARA MARCADOR DE QUADRO BRANCO COR VERMELHA EM EMBALAGEM DE 20 ML	jocar	4,99
298	8	CXA	POTENCIA SOM E INFORMA-TICA LTDA	TINTA REABASTECEDORA DE PINCEL ATOMICO NAS CORES VER-MELHO, AZUL, VERDE E PRETO EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 37ml	pilot	8,50

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante;

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 2513/2017.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 05 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda – Feira à Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus

Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado ate o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de janeiro de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		CLEYTON RICARDO LAZAROTTO
CPF: 503.319.819-04		CPF: 884.567.571-87
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2018

Publicação Nº 1493826

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 10/2018

Processo Licitatório nº. 2513/2017

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 49/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 18/01/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa BAVARESCO & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.478.033/0001-65 estabelecida na Rua Independência, nº. 50, na cidade de Palmitos - SC, neste ato representada pelo Sr. Elédio Bavaresco, inscrito no CPF/MF sob nº. 346.830.460-91 e Identidade nº. 4011711506, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2513/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 49/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
7	460	UND	APONTADOR ESCOLAR FORMATO SLIM COM LAMINA RESISTENTE DE METAL	FABER CASTELL	1,69
35	110	UND	CAIXA PARA ARQUIVO MORTO EM PLÁSTICO DIVERSAS CORESS PP CORRUGADO	POLICART	5,88

48	45	UND	CAPA DE ENCADERNAÇÃO A4 COR PRETA COM 100 UNIDADES	USAFOLIEN	28,00
49	27	UND	CAPA PARA ENCADERNAÇÃO A4 TRANSPARENTE COM 100 UNIDADES	USAFOLIEN	28,00
53	37	UND	CLIPS GALVANIZADO 1/0 EM EMBALAGEM DE NO MINIMO 500 GRAMAS	OFFICEBR	8,90
54	37	UND	CLIPS GALVANIZADO Nº. 02 EM EMBALAGEM DE 500gr	OFFICEBR	8,90
55	37	UND	CLIPS GALVANIZADO 3/0 CAIXA COM NO MINIMO 500 GRAMAS	OFFICEBR	8,90
56	37	CXA	CLIPS GALVANIZADO Nº. 4/0 COM 500 GRAMAS	OFFICEBR	8,90
57	32	CXA	CLIPS GALVANIZADO Nº. 8/0 COM 500 GRAMAS	OFFICEBR	8,90
67	38	UND	CORRETIVO SECO (FITA CORRETIVA) 5mm X 6m COM 12 UNIDADES	MASTERPRINT	40,00
70	53	UND	ELASTICO SUPER AMARELO Nº. 18 EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 110 UNIDADES	MAMUTH	2,48
72	102	UND	ENVELOPE CONVITE COLORIDO MEDINDO NO MÍNIMO 114x229mm	FORONI	0,40
73	200	UND	ENVELOPE CONVITE COLORIDO MEDINDO NO MINIMO 160x235mm	FORONI	0,52
74	900	UND	ENVELOPE TIPO CARTA EM DIVERSAS CORES	FORONI	0,28
75	200	UND	ENVELOPE TIPO SACO KRAFT NATURAL MEDINDO NO MINIMO 229x324mm	FORONI	0,19
79	23	CXA	ESTILETE LAMINA ESTREITA 9MM (MÉDIO)	MASTERPRINT	2,10
81	16	UND	ETIQUETA ADESIVA TAMANHO A4 COM UMA ETIQUETA POR FOLHA PACOTE COM 25 UNIDADES	COLACRIL	13,00
82	57	UND	ETIQUETA PARA IMPRESSÃO TAMANHO A4 COM 33 ETIQUETA POR FOLHA PACOTE COM 25 FOLHAS	COLACRIL	13,00
84	15	UND	FICHA PAUTADA 4x6 MEDINDO NO MINIMO 152mm X 102mm COM NO MINIMO PAPEL 150 g/m² EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 100 UNIDADES	SAO DOMINGOS	5,53
87	130	UND	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 12x40 METROS	ADELBRAS	0,77
88	60	RL	FITA ADESIVA TRANSPARENTE 45 x 50m	ADELBRAS	4,63
90	140	RL	FITA CREPE DE 19 x 50 mm (branca)	ADELBRAS	2,94
91	150	UND	FITA CREPE MEDINDO NO MINIMO 25mm x 50m	ADELBRAS	3,99
104	17	UND	GRAMPEADOR DE PRESSÃO 106 EM CORPO DE METAL	ROCAMA	94,00
113	15	UND	LAMINADO PARA PLASTIFICAÇÃO POR CALOR E PRESSÃO MEDINDO NO MINIMO 80mm X 110mm DE NO MINIMO 125 MICRONS COM NO MINIMO 100 UNIDADES	MENNO	15,00
118	400	UND	LÁPIS PRETO Nº 02	FABER CASTEL	0,65
120	252	CXA	GIZ DE CERA EM CAIXA COM 15 CORES	FABER CASTEL	6,00
135	110	UND	NOTAS AUTO ADESIVAS REMOVIVEIS PACOTE COM 4 UNIDADES DE 76mm/102mm	ADELBRAS	4,43
136	90	UND	ORGANIZADOR COM 6 PASTAS SUSPENSAS	DELLO	34,50
139	15	UND	PALITOS DE CHURASCO TAMNHO 30 CM EM EMBALAGEM COM NO MINIMO 50 UND	THEOTO	7,00
141	4	UND	BOBINA DE PAPEL SULFITE 90gr MEDINDO 91cm x 50m	CREDEAL	45,00
142	26	UND	PAPEL CARTÃO PARA IMPRESSÃO NA COR BRANCA PACOTE COM 50 UNIDADES	JANDAIA	8,00
143	30	UND	PAPEL CELOFANE ESCOLAR COM MEDIDAS MINIMAS DE 85x100cm EM PACOTE DE 50 UNIDADES NAS CORES VERMELHO, AMARELO, TRANSPARENTE, VERDE E AZUL.	GALA	1,19
171	26	CXA	PAPEL OFICIO BRANCO A3 EM RESMAS DE 500 FOLHAS.	CHAMEX	46,90
172	27	UND	PAPEL OFICIO COLORIDA A4 EM RESMA DE 500 FOLHAS CORES VARIADAS	CHAMEX	23,60
181	14	CXA	PAPEL VERGÊ A4 210x297mm COM 50FOLHAS NA COR SALMÃO	USAFOLIEN	12,55
182	14	PCT	PAPEL VERGÊ BEGÊ A4 210/297 180G/m² RESMA COM 50 FOLHAS	USAFOLIEN	12,55
183	14	PCT	PAPEL VERGÊ BRANCO A4 210/297 180G/m² RESMA COM 50 FOLHAS	USAFOLIEN	12,55
184	14	UND	PAPEL VERGÊ CINZA A4 210/297 180G/m² RESMA COM 50 FOLHAS	USAFOLIEN	12,55
185	14	PCT	PAPEL VERGÊ MARFIM A4 210/297 180G/m² RESMA COM 50 FOLHAS	USAFOLIEN	12,55
194	46	PCT	PASTA ROTOCLIP CANALETA NA COR CRISTAL COM 10 UNIDADES	ACP	20,00
196	41	UND	PASTA SANFONA DUPLICADA 31 DIVISORIAS 185mm X 240mm X 67mm	ACP	24,95
206	11	CXA	PINCEL MARCADOR PERMANENTE COM 12 UNIDADE NA COR PRETA	PILOT	44,10
207	9	CXA	PINCEL MARCADOR PERMANENTE COM 12 UNIDADE NA COR VERMELHA	PILOT	44,10
208	9	CXA	PINCEL MARCADOR PERMANENTE NA COM AZUL COM 12 UNIDADES	PILOT	44,10
209	9	CXA	PINCEL MARCADOR PERMANENTE NA COM VERDE COM 12 UNIDADES	PILOT	44,10

II - As quantidades descritas acima são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante;

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 2513/2017.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 05 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 ate 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 ate 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora devera substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus

Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado ate o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da

Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de janeiro de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		ELÉDIO BAVARESCO
CPF: 503.319.819-04		CPF: 346.830.460-91
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2018

Publicação Nº 1493828

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 11/2018

Processo Licitatório nº. 2513/2017

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 49/2017

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 18/01/2018

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa MARLI FALKOSKI - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.331.200/0001-52 estabelecida na Avenida Flor do Sertão, nº. 603, na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representada pelo Sr. Marli Falkoski, inscrito no CPF/MF sob nº. 019.241.319-86 e Identidade nº. 1.831.723, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 2513/2017 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 49/2017, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA	VALOR UNIT.
4	22	CXA	ALFINETE SEM CABEÇA EM CAIXA COM NO MINIMO 200 UNIDADES	BACCHI	2,28
6	325	UND	AMOEBAS EM POTE DE 110g EM CORES SORTIDAS	ACRILEX	4,75
20	15	UND	BOBINA DE PAPEL KRAFT NA COR BRANCA COM NO MINIMO 50 METRO E 60cm DE LARGURA	SOS	56,95
33	40	UND	CAIXA ORGANIZADORA DE POLIPROPILENO DESMONTAVEL COM ALÇAS LATERAIS MEDINDO NO MINIMO 437x310x240mm	POLIBRA	22,95
40	28	UND	CALCULADORA DE 8 DIGITOS TAMANHO MÉDIO FABRICAÇÃO NACIONAL	ELGIN	7,99
42	29	CXA	CANETA ESFEROGRÁFICA PONTA FINA COM CAIXA 50 UNIDADES NA COR AZUL	BIC	39,79
66	35	UND	COMPASSO ESCOLAR METALICO 106	CIS	5,98
110	9	UND	KIT DE AGULHAS PARA COSTURA EM FORMATO DE CESTA COM AGULHAS DE DIVERSOS TAMANHOS	NYBC	3,90
121	8	UND	LINHA DE COSTURA CARETEL NA COR PRETA COM NO MINIMO 40 METROS	SINGER	6,44
122	8	UND	LINHA DE COSTURA CARETEL NA COR BRANCA COM NO MINIMO 40 METROS	SINGER	6,44
138	4	UND	PALITO VARETA DE BAMBÚ DE 25 CM PACOTE COM NO MINIMO 500 UND	DEEL	16,90
167	32	UND	PAPEL FOTOGRÁFICO BRILHANTE A4 PARA IMPRESSÃO PACOTE COM 50 UNIDADES	OFF PAPER	16,99
189	42	PCT	PASTA PP ABA ELASTICO 40mm COM 10 UNIDADES NA COR AZUL	ACP	27,30
190	47	PCT	PASTA PP ABA ELASTICO 40mm COM 10 UNIDADES NA COR CRISTAL	ACP	27,30
191	37	PCT	PASTA PP ABA ELASTICO 40mm COM 10 UNIDADES NA COR VERDE	ACP	27,30
192	37	PCT	PASTA PP ABA ELASTICO 40mm COM 10 UNIDADES NA COR VERMELHA	ACP	27,30
193	37	PCT	PASTA PP CANALETA A4 CRISTAL MEDINDO NO MINIMO 230x310x7mm COM 10 UNIDADES	ACP	15,84
195	60	UND	PASTA SANFONA A4 12 DIVISÕES TAMANHO 240x335x30mm	POLIBRAS	13,08
202	100	UND	PILHA ALCALINA AAA COM NO MINIMO 4 UNIDADES	ELGINM	4,87
210	43	UND	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 08	TUGRE	1,95
211	33	UND	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 10	TIGRE	2,15
212	43	UND	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 12	TIGRE	2,27
213	43	UND	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 14	CONDOR	2,25
214	43	UND	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 16	CONDOR	2,67
215	43	UND	PINCEL PARA ARTESANATO Nº. 18	CONDOR	2,90
247	20	UND	SACO DE PAPEL KRAFT MONOLUCIDO BRANCO PARA SALGADOS PACOTES COM 500UND TAMANHO 13X15 CM	WALP	14,99
302	210	UND	BANDEJA DE ISOPOR LINHA FUNDA RETANGULAR MEDINDO NO MÍNIMO 30X23X3.3cm	WALP	1,90
303	210	UND	BANDEJA DE ISOPOR LINHA RASA RETANGULAR B2COM NO MÍNIMO 30X23X1.3cm	WALP	1,90

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

III - Os Produtos deverão ser entregues em embalagem lacrada, original da Fabricante;

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;



II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;
III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 2513/2017.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os produtos relacionados no acima, deverão ser entregues (carga e descarga) sem custo adicional a administração, no prazo Máximo de 05 dias contados a partir da emissão da Autorização de Compra, e sem nenhum defeito de fabricação, de boa qualidade.

VII - Todos os produtos deverão ser entregues sem custos em locais designados e conforme a demanda da Secretaria de Administração.

VIII - Os produtos deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 ate 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 ate 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Os produtos relacionados acima deverão ter Garantia de defeito de Fabricação de no mínimo 03 meses contados data de entrega.

X - No caso dos materiais apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora devera substituir o produto por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica Com responsável sobre a fiscalização da Entrega dos produtos os seguintes funcionários:

Secretario de Administração – Leandro Neuhaus
Secretario da Educação – Valmir de Jesus Pinto

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado ate o dia 15 do mês subsequente ao da entrega mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - Não haverá reajuste, no prazo de validade do presente registro nem atualização dos valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da linha "d", do inciso II, do artigo 65, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2018 e 2019.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item “I” será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea “b”;

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 18 dias do mês de janeiro de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		MARLI FALKOSKI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 019.241.319-86
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

DECRETO Nº. 12/2018

Publicação Nº 1493819

DECRETO nº. 12/2018

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 2513/2017, e dá outras providências.
SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 034/2018, sobre o processo de licitação nº. 2513/2017, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR E MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA OS DIVERSOS SETORES DO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

MARLI FALKOSKI ME	R\$ 13.696,76
BAVARESCO E CIA LTDA	R\$ 23.666,54
POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	R\$ 40.888,12
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	R\$ 39.177,44
JP EQUIPAMENTOS LTDA ME	R\$ 62.661,45

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 16 dias do mês de janeiro de 2018.

SIDNEI JOSE WILLINGHOFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

PORTARIA Nº 046/2018

Publicação Nº 1494351

PORTARIA Nº 046/2018
CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO A SERVIDORES MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Fica pela presente Portaria CONCEDIDO gratificação por cursos de aperfeiçoamento aos servidores municipais ADRIANO SIMIONATO e TAIS APARECIDA DE AMARANTE na ordem de 1% (um por cento) calculado sobre o vencimento base constante no quadro próprio, CONFORME lei municipal 497/2011 em seu artigo 93.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 18 dias do mês de Janeiro de 2018.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER

Prefeito Municipal

LEANDRO NEUHAUS
Secretário de Administração

DIRCIANE F. NEUHAUS
Responsável Dpto Pessoal

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4376/2018

Publicação N° 1494698

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4376, DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

“DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal e face ao disposto no artigo 33, da Lei Complementar N.º 017, de 22 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, do Cargo de Motorista, o servidor GILMAR BREGALDA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, nomeado através do Decreto Municipal N.º 535, de 21 de agosto de 1997.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Decreto Municipal N.º 535, de 21 de agosto de 1997.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 19 de janeiro de 2018.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em Data Supra.

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/FMS/2018 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/ FMS/2017

Publicação Nº 1493956

ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/FMS/2018
(Referente Pregão Presencial nº. 27/FMS/2017)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, com sede na Rua João José Back, Centro - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o No. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. FELIX HOBOLD, Prefeito Municipal em Exercício, portador da Cédula de Identidade nº 1.937.080 e inscrito no CPF sob o nº 597.638.769-15, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. LFP COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE – EIRELI – EPP, CNPJ/MF n.º 26.554.718/0001-13, estabelecida na Rua Fagundes Varela, em Curitiba/PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Srta. Manuela da Silva Mallmann Heidinger, CI 8.843.248-7, CPF 059.339.569-70;

2. SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, CNPJ/MF n.º 09.944.371/0001-04, estabelecida na Avenida Santos Dumont, em Joinville/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Laffim Manoel Temoteo, RG 9.766.025-5, CPF 080.063.899-93;

3. MAYCON WILL EIRELI EPP, CNPJ/MF n.º 18.712.730/0001-80, estabelecida na Rua Treze de Junho, em São José/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Srta. Tarcilaine Guedes Kramers, RG 5.584.714, CPF 079.583.539-60;

Doravante denominada DETENTORAS DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 27/FMS/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de leites especiais, necessários e imprescindíveis para o atendimento a pacientes com deficiências nutricionais do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de 10 dias consecutivos a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição pela CONTRATADA imediatamente, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela

que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 27/FMS/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Fiscalização

A Sra. Miriela Guidarini Peruchi, Assistente Social da Secretaria de Saúde, será a gestora/fiscal deste Contrato, sendo dela a competência de fiscalizar e receber os materiais, garantindo a devida execução do objeto.

Cláusula Décima Terceira Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais

privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 16 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

FELIX KAMMER

Prefeito Municipal em Exercício LFP COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE – EIRELI – EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Manuela da Silva Mallmann Heidinger

CPF: 059.339.569-70;

SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Laffim Manoel Temoteo

CPF: 080.063.899-93;

MAYCON WILL EIRELI EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Tarcilaine Guedes Kramers

CPF: 079.583.539-60;

Miriela Guidarini Peruchi

Responsável pela Fiscalização do Contrato

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/PMF/2018 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 188/ PMF/2017

Publicação Nº 1493987

	ESTADO DE SANTA CATARINA GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
--	--

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/PMF/2018
(Referente Pregão Presencial nº. 188/PMF/2017)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL – FORQUILHINHA/SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. FELIX HOBOLD, Prefeito Municipal em Exercício, portador da Cédula de Identidade nº 6/R 1937080 e inscrito no CPF sob o nº 597.638.769-15, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME, estabelecida na Avenida 25 de julho, em Forquilha, inscrita no CNPJ sob o Nº 08.937.057/0001-23, neste ato representado pelo Sr. Danny César Warmling, portador da CI nº. 3.361.340 e inscrito no CPF nº. 021.438.639-26, doravante denominada DETENTORA(S) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 188/PMF/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria de Esporte Cultura e Turismo do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS

CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 07 (sete) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos

fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados na cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação do Município de Forquilha, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas

nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e

alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 188/PMF/2017, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. O Sr. Felipe Dordete de Abreu será o gestor/fiscal deste contrato, sendo dele a competência de fiscalizar os materiais, garantindo a devida execução do objeto.

3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 08 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

FELIX HOBOLD

Prefeito Municipal em Exercício

WZ MULTI-ESPORTES LTDA-ME

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Danny César Warmling

CPF: 021.438.639-26

Felipe Dordete de Abreu

Gestor/Fiscal do Contrato

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/PMF/2018;

Publicação Nº 1493780

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 13/PMF/2018;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais de construção para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 15 de fevereiro de 2018 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 às 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 18 de fevereiro de 2018.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK

Pregoeira

DECRETO Nº. 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493821

DECRETO Nº. 005 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Artigo 9º e Artigo 11, Inciso I, Alínea C e Inciso II, da Lei Municipal nº 2.278 de 27 de novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, para o exercício de 2018, no valor de R\$ 142.595,90 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e noventa e cinco reais, noventa centavos), distribuídos nas seguintes contas:

Órgão 04 – Secretaria de Administração e Finanças

2.010 – Manutenção e Assistência Financeira de Convênios e Entidades

248 – 4490.00.03.00 – Aplicações DiretasR\$ 48.365,88

249 – 4490.00.06.56 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Órgão 05 – Secretaria de Educação

1.004 – Aquisição de Terreno, Const. Ampl. Reforma e Reeq. de Unidades Escolares

051 – 4490.00.01.96 – Aplicações DiretasR\$ 14.415,01

247 – 4490.00.06.96 – Aplicações DiretasR\$ 39.815,01

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

2.021 – Manutenção da Seção de Esportes

168 – 4490.00.01.00 – Aplicações DiretasR\$ 20.000,00

TOTALR\$ 142.595,90

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, será utilizado como fonte de recursos, na dotação 248, o superávit financeiro apurado no encerramento do exercício de 2017, conforme saldo da conta bancária nº 71.009-5 da Caixa Econômica Federal; na dotação 249 será utilizada parte do superávit financeiro apurado no encerramento do exercício de 2017, conforme saldo da conta bancária nº 519.824-0, do Banco do Brasil S/A; para a dotação 51, será utilizada a arrecadação referente ao Termo de Repasse FNDE/PAR Nº 32332/2014, creditado na conta 27.419-4, do Banco do Brasil S/A, lançado na rubrica 2.4.7.1.02.00.00 – Transferência de Convênios da União destinados a Programas da Educação; na dotação 247 será utilizada como fonte parte do superávit financeiro apurado no encerramento do exercício de 2017, conforme saldo da conta bancária nº 27.419-4 do Banco do Brasil S/A; e para a suplementação da dotação 168 será anulada, parcialmente, a dotação abaixo:

Órgão 08 – Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo

2.021 – Manutenção da Seção de Esportes

167 – 3390.00.01.00 – Aplicações DiretasR\$ 20.000,00

TOTALR\$ 142.595,90

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2018, no valor de R\$ 267.463,83 (duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e três reais e oitenta e três centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde

2.072 – Manutenção Pacto de Gestão Plena

087 – 3390.00.06.65 – Aplicações DiretasR\$ 267.463,83

2.075 – Manutenção do Pronto Atendimento Municipal

088 – 3390.00.06.73 – Aplicações DiretasR\$ 1.749,89

TOTALR\$ 269.213,72

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, será utilizada como fonte de recursos, PARTE do superávit financeiro apurado no encerramento do exercício de 2017, conforme saldo da conta bancária nº 624.003-1, no valor de R\$ 225.760,00 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e sessenta reais) da Caixa Econômica Federal e na conta bancária nº 37-3, no valor de R\$ 41.703,83 (quarenta e um mil, setecentos e três reais, oitenta e três centavos) do Banco do Brasil S/A; na dotação 88 será utilizado o superávit financeiro apurado no encerramento do exercício de 2017, conforme saldo da conta bancária nº 29.877-8, no do Banco do Brasil S/A.

TOTALR\$ 269.213,72

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 02 de janeiro de 2018.

FELIX HOBOLD

Prefeito Municipal em Exercício

Publicado no mural e registrado em 02 de janeiro de 2018.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/PMF/2018

Publicação Nº 1494624

ERRATA - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 05/PMF/2018

O Poder Executivo do Município de Forquilha, no uso das atribuições legais, vem por meio desta publicação legal, retificar o Edital de Pregão Presencial Nº. 05/PMF/2018. A retificação apresentam-se no Anexo VI do edital de chamamento, conforme segue:

RETIFICAÇÃO 01: Ficam alterados os detalhamentos dos itens do edital pelos constantes na planilha abaixo. Os itens não citados abaixo serão mantidos conforme descritivo do edital original:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO
3	Blc	10	Auto de Infração 50x4vias, tamanho 21x30cm em papel autocopiativo 50x. 1ª via em branco, 2ª via em CB amarelo, 3ª via em CB rosa e 4ª via em CFB em azul. 1X0. Numeração, colagem superior. Capa superior em jornal 56g e capa inferior em AG 90g.
5	-	-	REVOGADO
11	-	-	REVOGADO
12	BLC	15	Auto de intimação: 50x4 vias, tamanho 21x30cm em papel autocopiativo 50g. 1ª via em CB Branco, 2ª via em CFB Amarelo, 3ª via em CFB Rosa e 4ª via em CF Azul. Numeração, colagem superior. 1X0 Capa superior em jornal 56g e Capa inferior em Ag 90g.
13	BLC	20	Auto para coleta de água para consumo humano: 50x3 vias, tamanho 21x29,5cm em papel autocopiativo 50g. 1ª via em CB Branco, 2ª via em CFB Amarelo e 3ª via em CF Verde. Colagem superior. 1X0. Capa superior em jornal 56g e Capa inferior em Ag 90g
21	UN	3.200	Cadastro de atendimento (preto) 15x21cm; em Offset 90g. 1X0
25	UN	400	Cartão da Gestante: 18,5x15cm aberto; em Offset 180g com 1x1 cor preta. Vincado.
27	UN	2.000	Cartão Agendamento - 30 x 11 aberto em offset 180gr com 1 x 1 cor preta vincado.
29	UN	100	Cartão de Vacina em papel fosco AP (papel offset) 240g, Formato: 15 x 10 cm Aberto, com 1 dobra, vincado. Impressão em 3 cores, frente e verso. Conforme modelo.
32	UN	2.060	Cartazes saúde bucal 30x42cm em couchê brilho 150g 4x0 cores Corte reto e CTP Incluso. Até 04 modelos diferentes.
40	BLC	15	Controle de ocorrência, 50x3 vias, tamanho 23x16 cm; em papel auto autocopiativo 1X0, 50g 1ª em CB branco, 2ª via em CFB amarelo e 3ª via em CF verde. Colagem superior. Capa superior em jornal e inferior em AG 90g. colado.
41	BLC	40	Controle de Vacinas e Insumos: Epidemiológica 50x3vias, tamanho 14x18cm em papel autocopiativo, 1X0, 50g, 1ª via em CB Branco, 2ª via em CFB Rosa e 3ª via em CF Amarelo. Picote na 1ª e 2ª via, blocagem e grampo superior. Capa superior e inferior em Ag 90g.
44	UN	40.000	Convite: 29,7x21 cm, A4 com 1 dobras 4x4 colorido frente e verso, papel couche brilho 120gr.
50	BLC	20	Declaração de parceria terapêutica 15x20cm; em Offset 90g, 1x1 cor preta frente e verso. Bloco com 30x 1 vias.
68	BLC	200	Ficha de Atendimento SAMU: 50x2vias 22x31cm, 1X0, em papel autocopiativo 50g 1ª via em CB Branco e 2ª via em CF Verde. Picote 1ª via, Colagem e grampo superior. Capa Inferior e Superior em AG 90g.
77	UN	30.000	Folder educativo referente ao controle e combate ao mosquito transmissor da dengue, 14x29 cm com 4x4 cores em papel em couchê brilho 170g, 2 dobras. CTP incluso
79	BLC	60	Formulário aconselhamento 21x24cm 50x1via cor preta. Capa superior em jornal 56 gr e inferior em AG 90g. colado. 1 X1preta
81	BLC	12	Formulário de solicitação de medicamentos 21x31cm cor preta, em papel auto copiativo em até 4 vias Capa superior em jornal 56 gr e inferior em AG 90g. colado. Bloco com 100X4 folhas. 1X0.
82	BLC	100	Formulário de Atenção Psico Social no CAPS 1 via, 50X1, impresso na cor preta- Tam 21 x 30 cm em papel offset 56gr, colado, capa. Cor 1X0
83	BLC	100	Formulário Anamnese ocupacional, impressão frente e verso, 21 x 30 cm - 1 via - impresso na cor preta 1X1. Papel offset 90 gr, blocos com 50 folhas.
95	BLC	600	Folha de Procedimento: 100x1vias, 21x31cm com 1x1 cor preta. Capa superior em jornal 90gr e inferior AG 90g. Colado.
108	BLC	15	Laudo do diagnóstico HIV, 15x20 cm em papel offset 56g com impressão 1x0 cor preta. Capa superior jornal 56g e inferior em AG 90g colagem superior. Bloco com 100 folhas, 2 vias.
128	UN	5.000	PASTAS DE PROCESSO LICITATÓRIO - Pasta 47,5x32cm aberta em papel offset 240g, vincada e dobrada + fita em offset 240g com 32x10cm com vinco e furo. Pasta branca e fita branca.
129	UN	3.000	PASTAS Conselho Tutelar - Pasta 47,5x32cm aberta em papel offset 240g, vincada e dobrada + fita em offset 240g com 32x10cm com vinco e furo. Pasta branca e fita branca.
143	BLC	10	Registro diário de serviços antivetorial 100x1 via;21x28cm em offset 56g 1x0 cor preta. Capa superior em jornal e inferior em AG 90g. colado

144	BLC	150	Relatório de Atendimento Médico: Ficha de relatório de atendimento médico diário 50x1via. 21x28cm com 1x0 cor preta. Capa superior em jornal 56gr e inferior em AG 90g. Colado. 2 modelos.
152	BLC	1.000	Receituário controle especial B Notificação de Receita 23x7,5cm. 20x1 via S.B azul 1x0 preto. Capa superior e inferior AG 90. Numerado, colado. Vias picotadas.
154	BLC	10	Orientações ao paciente para observação de cães e gatos, 15x20 cm em papel offset 56g com impressão 1x0 cor preta. Capa superior jornal 56g e inferior em AG 90g colagem superior. Bloco com 20 folhas. 2 vias.
160	BLC	50	Vistoria: Termo de Inspeção (Vistoria para liberação do Alvará Sanitário) 50x3 vias, tamanho 15,5x23,5cm em papel autocopiativo 50g, 1ª via em CB Branca, 2ª via em CFB Azul e 3ª via em CF Amarelo. Cor 1X0. Numerado e colagem superior. Capa superior em jornal 56g e Capa inferior em Ag 90g.
161	BLC	50	Termo de Inspeção: Termo de Inspeção 50x3 vias, tamanho 15,5x23,5cm em papel autocopiativo 50g, 1ª via em CB Branca, 2ª via em CFB Azul e 3ª via em CF Amarelo. Numerado e colagem superior. Capa superior em jornal 56g e Capa inferior em Ag 90g. Cor 1X0
164	UN	11.000	Tickets Feira 9x5cm em 6 remessas com cores diferentes, em couchê brilho 350g com 4x0 cores; CTP. Dimensão de relevo: 3,5x2,5cm.
165	UN	20.000	Carnê de IPTU (CAPA): 21x29,7cm com 4x0 cores em papel offset 90g. Corte reto. CTP Incluso.

RETIFICAÇÃO 02: Ficam inclusos os seguintes itens no presente processo licitatório:

ITEM	UND	QTD	DESCRIÇÃO
167	UN	2.000	Cartão de aniversário 20X10cm em Ningbo Star 300g, com 4X0 cores.
168	UN	8.000	Cartão de natal 20X10cm em Ningbo Star 300g, com 4X0 cores.

ATENÇÃO

Fica determinada nova data para abertura do processo licitatório:

Abertura: 31 de janeiro de 2018 às 08:00 horas.

Protocolo até: 31 de janeiro de 2018 às 07:45 horas

Feita a retificação acima, ficam todos notificados para os fins legais e de direito, na forma da lei vigente.

Forquilha, 18 de janeiro de 2018.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO FMS 79/2017

Publicação Nº 1494043

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 79/2017

CONTRATANTE – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRADADO – GRÁFICA SANTA LÚCIA LTDA

OBJETO – aquisição de calendários 2018 de parede e de mesa personalizados para atendimento ao Fundo Municipal de Saúde de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais).

VIGÊNCIA – 31/01/2018

DOTAÇÃO - 1701.2061.3390 (106)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 172/PMF/2017.

DATA DA ASSINATURA – 18 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 08/2018

Publicação Nº 1493963

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 08/2018
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP

OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de substituição da cobertura danificada da Escola de Educação Básica Professor Jacob Arns, na Rua das Extremosas, Bairro Saturno, Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 55.414,03 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e quatorze reais e três centavos).

VIGÊNCIA – 1915 (hum mil novecentos e quinze) dias corridos (prazo de execução + prazo de garantia de 05 anos) – 14/04/2023

DOTAÇÃO – 0501.1005.4490 (52)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Convite nº. 190/PMF/2017

DATA DA ASSINATURA – 15 de janeiro de 2018.

FÉLIX HOBOLD

Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO DE CONTRATO PMF 121/2017

Publicação Nº 1494042

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 121/2017
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – GRÁFICA SANTA LÚCIA LTDA

OBJETO – Aquisição de calendários 2018 de parede e de mesa personalizados para atendimento as Secretarias do Município de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 73.800,00 (setenta e três mil e oitocentos reais).

VIGÊNCIA – 31/01/2018

DOTAÇÃO - 0401.2010.3390 (26), 0501.2015.3390 (85)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Pregão Presencial nº. 172/PMF/2017.

DATA DA ASSINATURA – 18 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 105/2017

Publicação Nº 1493960

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 105/2017

QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 30/2015
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – TRANSPORTES COLETIVOS SÃO MARCOS LTDA ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada para prestar serviços de transporte de passageiros com veículos tipo ônibus, para atender as necessidades da Secretaria de Educação e Secretaria de Esporte do Município de Forquilha/SC;

DO PRAZO – O presente termo tem por objetivo a prorrogação da vigência contratual de 31/12/2017 para 31/12/2018 conforme prevê a cláusula quarta do contrato 30/PMF/2015 e artigo 57 da Lei 8.666/93.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 07 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DECISÃO ENDPA PP 0017-2017

Publicação Nº 1494576

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DECISÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0238/2017 – PMF
MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 0117/2017 – PMF
REGISTRO DE PREÇOS Nº 0083/2017
OBJETO – REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÕES EM CONTRATAÇÕES FUTURAS DE MATERIAIS ELÉTRICOS E OUTROS, PARA USO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (MUNICÍPIO DE FRAIBURGO), PARA O PERÍODO DE NOVEMBRO DE 2017 A OUTUBRO DE 2018

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa LOJAS QUERO- QUERO S/A, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Padre Biagio Simonetti nº 427, centro, na cidade de Fraiburgo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 96.418.264/0258-08, neste ato representada pelo procurador, Sr. Fernando Groth, a tomar ciência acerca da Decisão constante nos autos do processo em epígrafe. O inteiro teor da Decisão foi encaminhada fisicamente no endereço da empresa fornecido nos autos. Será assegurada ainda, caso entenda necessário, a vista dos autos.

O prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da Lei nº 8.666/93 é de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, no Protocolo Central da Prefeitura, junto à Secretaria-Executiva, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 18 de janeiro de 2018.
André Luiz de Oliveira
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Portaria nº 01212018

Publicação Nº 1494578

PORTARIA Nº 0121, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
Designa Fiscal de Obra decorrente de Contrato Administrativo.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º Designar FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 907.133.209-82, nomeado no cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, matrícula nº 2909, para acompanhamento e fiscalização da obra decorrente do contrato administrativo nº CT18PMF15, Processo Administrativo

Licitatório nº 0277/2017 - PMF, Tomada de Preços nº 0018/2017, cujo objeto é a execução dos serviços de pavimentação asfáltica e passeios em trecho da Avenida Michelle Simonetti e Rua Rudi Dresch, no Bairro São Miguel nesta cidade, com área total a pavimentar de 2.538,64 m² e passeios com área de 1.073,66 m², com fornecimento do material e mão de obra, incluindo, serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, passeios, pavimentação e sinalização, de acordo com os Projetos, Memorial Descritivo e Quantitativo (anexos ao PAL).

Art. 2º. Incumbe ao fiscal acima designado acompanhar e fiscalizar a execução da obra acima referida, anotando as ocorrências relevantes e documentando eventuais equívocos a serem corrigidos, transmitindo-as às autoridades competentes, às quais competirá adotar as providências adequadas.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração, Planejamento e Inovação

Portaria nº 01222018

Publicação Nº 1494579

PORTARIA Nº 0122, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 009/2018, da Secretaria de Infraestrutura Urbana;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Concurso Público;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALINE FERNANDA ZONTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 076.371.239-60, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de fevereiro de 2018 até 30 de abril de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2018.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 01232018

Publicação Nº 1494581

PORTARIA Nº 0123, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora FABIANA SOARES DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 020.603.699-08, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 19 de janeiro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 01242018

Publicação Nº 1494582

PORTARIA Nº 0124, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 025/2018, da Secretaria de Saúde;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora efetiva Natália Manganeli Berg, que se encontra em Auxílio Doença;

Considerando a necessidade dos serviços de Fonoaudiólogo, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário THAYS STELA MARTINS, brasileira, convivente em união estável, inscrita no CPF sob o n.º 075.186.359-92, na função de FONOAUDIÓLOGO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 22 de janeiro de 2018 até de 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 01252018

Publicação Nº 1494585

PORTARIA Nº 0125, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0021 de 16 de outubro de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 704/2017, da Secretaria de Saúde;

Considerando que foram convocados todos os classificados em Concurso Público;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar de Alimentação e Nutrição, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANDREIA DE LARA FURTADO SIQUEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 065.182.379-02, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 22 de janeiro de 2018 até de 28 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de janeiro de 2018.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 3 QUADRIMESTRE RGF 2018

Publicação Nº 1494572

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	48.532.354,08	0,00
Pessoal Ativo	48.369.413,30	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	162.940,78	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	48.532.354,08	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	96.233.923,81	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	96.233.923,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	48.532.354,08	50,43
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	57.740.354,29	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	54.853.336,58	57,00
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	51.966.318,86	54,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	46.780.032,45	0,00
Pessoal Ativo	46.617.091,67	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	162.940,78	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	46.780.032,45	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	96.233.923,81	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	96.233.923,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	46.780.032,45	48,61
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	51.966.318,86	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	49.368.002,92	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	46.769.686,97	48,60

FONTE:

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC - PODER EXECUTIVO
CAMARA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.865.107,23	0,00
Pessoal Ativo	1.865.107,23	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	1.865.107,23	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	96.233.923,81	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	96.233.923,81	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	1.865.107,23	1,94
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	5.774.035,43	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	5.485.333,66	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.196.631,89	5,40

FONTE:

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	6.098.979,14	5.797.954,49	5.914.817,64	6.880.552,69
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	932.754,71	823.303,95	710.615,19	676.999,90
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	932.754,71	823.303,95	710.615,19	676.999,90
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	932.754,71	823.303,95	710.615,19	676.999,90
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pagos	27.344,28	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	5.138.880,15	4.974.650,54	5.204.202,45	6.203.552,79
DEDUÇÕES (II)	12.989.142,01	18.951.566,10	19.666.354,11	15.521.942,02
Disponibilidade de Caixa	12.989.142,01	18.951.566,10	19.666.354,11	15.521.942,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	14.925.302,01	20.249.713,59	21.432.755,59	16.032.036,02
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.936.160,00	1.298.147,49	1.766.401,48	510.094,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	92.749.741,92	95.512.993,46	97.480.331,13	96.233.923,81
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	6,58%	6,07%	6,07%	7,15%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	111.299.690,30	114.615.592,15	116.976.397,36	115.480.708,57
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	100.169.721,27	103.154.032,94	105.278.757,62	103.932.637,71
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	496.381,85	230.858,71	242.042,68	160.240,30
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.118.133,95	17.872.859,82	13.094.566,33	4.458.162,28
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC:031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRICIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

FONTE:

Continua 1/2

17/01/2018 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

Continuação 2/2

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

FONTE:

17/01/2018 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	92.856.576,35	95.512.993,46	97.480.331,13	96.233.923,81
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	20.428.446,80	21.012.858,56	21.445.672,85	21.171.463,24
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	18.385.602,12	18.911.572,70	19.301.105,57	19.054.316,92

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

17/01/2018 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	96.233.923,81	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	15.397.427,81	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	13.857.685,03	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	6.736.374,67	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	81.763,14	81.763,14
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	81.763,14	81.763,14
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

17/01/2018 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Obrigações Financeiras	Demais				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)				
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	8.525.895,49	2.194,38	256.782,58	59.015,56	79.192,17	0,00	8.128.710,80	3.576.770,96	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB 40%	1.579.222,60	0,00	43.380,80	0,00	0,00	0,00	1.535.841,80	661.716,55	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	2.570.817,44	0,00	21.643,79	46.807,65	0,00	0,00	2.502.366,00	1.399.914,04	0,00	
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	2.120.739,83	0,00	115.386,21	0,00	95,18	0,00	2.005.258,44	106.955,83	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	149.955,70	0,00	6.143,05	0,00	0,00	0,00	143.812,65	31.445,59	0,00	
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	2.105.159,92	2.194,38	70.228,73	12.207,91	79.096,99	0,00	1.941.431,91	765.418,40	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	7.506.140,53	0,00	251.117,04	2.500,00	81.048,13	0,00	7.171.475,36	819.875,76	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	56.194,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	56.194,33	8.521,45	0,00	
Recursos Ordinários	7.449.946,20	0,00	251.117,04	2.500,00	81.048,13	0,00	7.115.281,03	811.354,31	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	16.032.036,02	2.194,38	507.899,62	61.515,56	160.240,30	0,00	15.300.186,16	4.396.646,72	0,00	

ONTE:

FONTE:

17/01/2018 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	96.233.923,81	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	48.532.354,08	50,43
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	57.740.354,29	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	54.853.336,57	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	115.480.708,57	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	21.171.463,24	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	15.397.427,81	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	6.736.374,67	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	4.396.646,72	15.300.186,16

FONTE:

17/01/2018 - moises

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS - 6 BIMESTRE RREO

Publicação Nº 1494575

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
					% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	86.000.000,00	86.000.000,00	18.087.757,48	21,03	98.667.654,92	-12.667.654,92
RECEITA TRIBUTÁRIA	83.925.000,00	83.925.000,00	17.940.424,34	21,38	96.933.923,81	-13.008.923,81
IMPOSTOS	12.215.700,00	12.215.700,00	2.448.257,73	20,04	14.115.982,30	-1.900.282,30
TAXAS	8.830.000,00	8.830.000,00	1.519.005,57	17,20	9.958.448,78	-1.128.448,78
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	3.135.700,00	3.135.700,00	443.788,04	14,15	3.561.472,74	-425.772,74
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	250.000,00	250.000,00	485.464,12	194,19	596.060,78	-346.060,78
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.300.000,00	1.300.000,00	251.433,46	19,34	1.540.704,05	-240.704,05
RECEITA PATRIMONIAL	1.300.000,00	1.300.000,00	251.433,46	19,34	1.540.704,05	-240.704,05
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	996.500,00	996.500,00	116.666,88	11,71	1.311.706,89	-315.206,89
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	25.000,00	25.000,00	128,75	0,52	5.201,65	-5.073,65
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	946.500,00	946.500,00	116.538,13	12,31	1.225.811,29	-279.311,29
RECEITA DE SERVIÇOS	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	80.893,95	-55.893,95
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.423.800,00	5.423.800,00	1.075.449,68	19,83	6.733.241,47	-1.309.441,47
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	62.498.000,00	62.498.000,00	13.572.849,06	21,72	71.124.296,18	-8.626.296,18
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	62.327.000,00	62.327.000,00	13.539.902,49	21,72	70.963.910,45	-8.636.910,45
TRANSF. DE PESSOAS	146.000,00	146.000,00	18.356,57	12,57	111.584,77	-34.415,23
TRANSF. DE CONV.	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	8.199,70	-8.199,70
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	14.590,00	0,00	40.601,26	-40.601,26
MULTAS E JUROS DE MORA	1.491.000,00	1.491.000,00	475.767,53	31,91	2.107.992,92	-616.992,92
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	825.500,00	825.500,00	277.383,51	33,60	1.188.915,22	-363.415,22
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	91.500,00	91.500,00	13.122,27	14,34	131.649,45	-40.149,45
RECEITAS DIVERSAS	555.500,00	555.500,00	184.485,58	33,21	708.097,97	-152.597,97
RECEITAS DE CAPITAL	18.500,00	18.500,00	776,17	4,20	79.330,28	-60.830,28
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2.075.000,00	2.075.000,00	147.333,14	7,10	1.733.731,11	341.268,89
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.900.000,00	1.900.000,00	-75,65	-0,00	1.217.504,92	682.495,08
ALIEAÇÃO DE BENS	1.900.000,00	1.900.000,00	-75,65	-0,00	1.217.504,92	682.495,08
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	120.000,00	120.000,00	70.076,95	58,40	104.034,51	15.965,49
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	65.000,00	65.000,00	61.100,00	94,00	61.100,00	3.900,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	55.000,00	55.000,00	8.976,95	16,32	42.934,51	12.065,49
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	55.000,00	55.000,00	77.331,84	140,60	412.191,68	-357.191,68
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	55.000,00	55.000,00	51.659,12	93,93	101.225,27	-46.225,27
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	25.672,72	0,00	310.966,41	-310.966,41
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	86.000.000,00	86.000.000,00	18.087.757,48	21,03	98.667.654,92	-12.667.654,92
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

17/01/2018 - moises

Continuação 2/3

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)								
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	86.000.000,00	86.000.000,00	18.087.757,48	21,03	98.667.654,92	114,73	-12.667.654,92	
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—	
TOTAL VII = (V + VI)								
	86.000.000,00	86.000.000,00	18.087.757,48	21,03	98.667.654,92	114,73	-12.667.654,92	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								
Superávit Financeiro	—	11.118.910,93	—	—	11.118.910,93	—	—	
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—	
DESpesas								
DESpesas	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Despesas Empenhadas		SALDO	SALDO	Despesas Pagas até o Bimestre	Inscritas em Restos a Pagar Não Processados
			No Bimestre	Até o Bimestre				
Despesas (exceto Intra-Orçamentárias) (VIII)								
Despesas Correntes	86.000.000,00	111.140.565,88	16.944.965,98	98.814.065,27	12.326.500,61	21.556.150,64	94.417.418,55	4.396.646,72
Pessoal e Encargos Sociais	77.930.700,00	98.683.223,02	15.514.948,34	90.635.179,05	8.048.043,97	20.697.032,03	89.129.895,36	1.505.283,69
Juros e Encargos da Dívida	48.614.000,00	52.150.749,63	11.231.925,70	48.645.139,68	3.505.609,95	11.370.714,56	48.645.139,68	0,00
Outras Despesas Correntes	650.000,00	650.000,00	11.134,86	621.134,86	28.865,14	77.700,62	582.034,86	39.100,00
Despesas de Capital	28.666.700,00	45.882.473,39	4.271.887,78	41.368.904,51	4.513.568,88	9.248.616,85	39.902.720,82	1.466.183,69
Investimentos	7.869.300,00	12.257.342,86	1.430.017,64	8.178.886,22	4.078.456,64	859.118,61	5.287.523,19	2.891.363,03
Amortização da Dívida	5.669.300,00	11.257.342,86	1.370.589,77	7.294.114,07	4.023.228,79	680.237,20	4.342.751,04	2.891.363,03
Reserva de Contingência	2.200.000,00	1.000.000,00	59.427,87	944.772,15	55.227,85	178.881,41	944.772,15	0,00
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00
Despesas (Intra-Orçamentárias) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS Despesas (X) = (VIII + IX)								
	86.000.000,00	111.140.565,88	16.944.965,98	98.814.065,27	12.326.500,61	21.556.150,64	94.417.418,55	4.396.646,72

Continuação 2/3

17/01/2018 - moises

Continuação 3/3

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ² (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	86.000.000,00	111.140.565,88	16.944.965,98	98.814.065,27	12.326.500,61	21.556.150,64	94.417.418,55	16.723.147,33	93.909.518,93	4.396.646,72
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	4.250.236,37	—	4.758.135,99	94.271.008,20
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	86.000.000,00	111.140.565,88	16.944.965,98	98.814.065,27	—	21.556.150,64	98.667.654,92	—	98.667.654,92	98.667.654,92
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—	—

FONTE:

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC-031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

Município de FRABURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)									
Legislativa	86.000.000,00	111.140.565,88	16.944.965,98	98.814.085,27	100,00	21.556.150,64	94.417.418,55	100,00	16.723.147,33
Ação Legislativa	2.400.000,00	2.400.000,00	330.465,57	2.311.912,61	2,34	536.832,99	2.311.912,61	2,45	90.087,39
Administração	2.400.000,00	2.402.000,00	330.465,57	2.311.912,61	2,34	536.832,99	2.311.912,61	2,45	90.087,39
Administração Geral	9.624.000,00	11.067.666,52	1.546.211,56	10.445.570,08	10,57	2.180.680,19	10.322.222,15	10,93	745.444,37
Administração Financeira	2.795.000,00	7.827.466,52	1.081.550,89	7.324.624,29	7,41	1.461.931,05	7.239.149,44	7,67	588.317,08
Controle Interno	200.000,00	3.110.000,00	435.718,98	3.011.498,65	3,05	688.303,54	2.973.625,57	3,15	136.374,43
Segurança Pública	869.000,00	1.397.855,27	28.941,69	1.09.447,14	0,11	30.445,60	109.447,14	0,12	20.752,86
Policimento	427.000,00	130.200,00	85.631,95	1.259.305,55	1,27	179.422,65	839.560,83	0,89	558.294,44
Deleção Civil	442.000,00	620.661,62	50.449,52	535.207,49	0,54	128.639,32	502.886,91	0,53	117.774,71
Assistência Social	2.108.600,00	777.193,65	35.182,43	724.098,06	0,73	50.783,33	336.673,92	0,36	440.519,73
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.000,00	3.023.311,68	368.908,26	2.439.628,00	2,47	486.724,92	2.397.033,90	2,54	626.277,78
Assistência Comunitária	2.048.600,00	139.703,10	6.116,16	112.425,00	0,11	8.635,72	110.120,35	0,12	29.582,75
Saúde	15.878.020,00	22.701.753,51	362.792,10	2.327.203,00	2,36	556.405,58	2.286.913,55	2,42	596.695,03
Atenção Básica	11.857.520,00	16.119.207,24	1.995.738,13	13.424.049,08	13,59	2.695.158,16	13.363.507,64	14,15	2.755.699,60
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.986.000,00	4.989.245,35	219.847,53	4.299.736,13	4,35	880.587,52	4.220.038,62	4,47	769.206,73
Assistência Proliária e Terapêutica	653.000,00	1.004.722,45	97.969,63	909.000,40	0,92	133.844,50	891.101,57	0,94	113.620,88
Vigilância Sanitária	128.500,00	154.947,33	16.697,23	138.253,67	0,14	16.893,66	138.253,67	0,15	16.693,66
Vigilância Epidemiológica	253.000,00	433.631,14	105.348,33	394.100,85	0,40	111.737,05	394.030,85	0,42	39.600,29
Educação	32.908.380,00	42.885.553,00	7.305.589,65	38.226.537,84	38,69	8.013.214,51	36.149.973,11	38,29	6.735.579,89
Alimentação e Nutrição	1.382.000,00	2.413.551,66	109.282,47	1.990.471,87	2,01	278.045,11	1.946.368,92	2,06	467.182,74
Ensino Fundamental	19.654.160,00	25.973.084,34	4.626.077,02	22.949.407,91	23,22	4.902.072,00	21.270.664,53	22,53	4.702.419,81
Ensino Médio	440.200,00	482.342,91	11.654,70	470.356,50	0,48	81.938,46	470.356,50	0,50	11.986,41
Ensino Superior	596.520,00	1.014.520,00	9.265,41	948.274,86	0,96	136.431,18	948.274,86	1,00	66.245,14
Educação Infantil	10.822.500,00	12.984.002,96	2.550.510,05	11.864.101,49	12,01	2.614.727,76	11.510.383,09	12,19	1.473.619,87
Educação de Jovens e Adultos	13.000,00	18.051,13	-1.200,00	3.925,21	0,00	0,00	3.925,21	0,00	14.125,92
Cultura	895.000,00	1.460.000,00	357.265,60	1.389.128,24	1,41	569.426,20	1.352.978,25	1,43	107.021,75
Arquitetura e Urbanismo	895.000,00	1.460.000,00	357.265,60	1.389.128,24	1,41	569.426,20	1.352.978,25	1,43	107.021,75
Infra-Estrutura Urbana	5.470.500,00	8.034.412,00	579.136,10	6.576.230,12	6,66	946.324,72	5.712.862,34	6,05	2.321.549,66
Serviços Urbanos	3.710.000,00	5.952.522,72	319.192,12	5.067.304,63	5,13	711.643,20	4.392.936,85	4,65	1.559.585,87
Transportes Urbanos	1.755.000,00	2.078.902,25	259.943,98	1.508.925,49	1,53	234.681,52	1.319.925,49	1,40	758.976,76
Transportes Coletivos Urbanos	5.500,00	2.987,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.987,03
Habituação	49.000,00	25.919,21	-500,00	6.926,89	0,01	736,99	6.340,72	0,01	19.578,49
Habituação Rural	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	586,17
Habituação Urbana	48.000,00	25.919,21	-500,00	6.926,89	0,01	736,99	6.340,72	0,01	19.578,49
Saneamento	6.526.000,00	8.141.852,27	697.408,61	7.676.952,89	7,77	1.485.175,38	7.362.950,76	7,80	778.901,51
Saneamento Básico Urbano	6.526.000,00	8.141.852,27	697.408,61	7.676.952,89	7,77	1.485.175,38	7.362.950,76	7,80	778.901,51
Gestão Ambiental	47.000,00	142.500,00	21.875,00	126.467,80	0,13	10.527,74	68.331,13	0,07	74.168,87
Preservação e Conservação Ambiental	47.000,00	142.500,00	21.875,00	126.467,80	0,13	10.527,74	68.331,13	0,07	74.168,87
Agricultura	1.632.000,00	3.060.167,25	392.015,30	2.839.150,66	2,87	594.991,14	2.694.028,61	2,85	366.138,64
Extensão Rural	1.632.000,00	3.060.167,25	392.015,30	2.839.150,66	2,87	594.991,14	2.694.028,61	2,85	366.138,64
Indústria	45.000,00	137.000,00	0,00	85.515,86	0,09	8.025,00	61.646,36	0,07	75.353,64
Promoção Industrial	45.000,00	137.000,00	0,00	85.515,86	0,09	8.025,00	61.646,36	0,07	75.353,64

Continua 1/2

17/01/2018 - moises

Continuação 22

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	86.000.000,00	111.140.565,88	16.944.965,98	98.814.065,27	100,00	12.326.500,61	21.556.150,64	94.417.418,55	100,00	16.723.147,33	4.396.646,72
Comércio e Serviços	42.000,00	45.500,00	11.642,49	37.123,92	0,04	8.376,08	5.509,72	30.991,15	0,03	14.508,85	6.132,77
Turismo	42.000,00	45.500,00	11.642,49	37.123,92	0,04	8.376,08	5.509,72	30.991,15	0,03	14.508,85	6.132,77
Transporte	135.500,00	213.378,98	64.526,30	189.691,65	0,19	23.687,33	376,30	125.541,65	0,13	87.837,33	64.150,00
Transporte Rodoviário	135.500,00	213.378,98	64.526,30	189.691,65	0,19	23.687,33	376,30	125.541,65	0,13	87.837,33	64.150,00
Desporto e Lazer	1.070.000,00	1.081.696,19	185.318,68	1.010.828,02	1,02	70.868,17	277.301,01	985.257,62	1,04	96.438,57	25.570,40
Desporto Comunitário	1.070.000,00	1.081.696,19	185.318,68	1.010.828,02	1,02	70.868,17	277.301,01	985.257,62	1,04	96.438,57	25.570,40
Encargos Especiais	6.100.000,00	5.120.000,00	2.563.870,06	5.027.955,01	5,09	92.044,99	2.749.889,36	4.988.855,01	5,28	131.144,99	39.100,00
Serviço da Dívida Interna	2.850.000,00	1.650.000,00	70.562,73	1.565.907,01	1,58	84.092,99	256.582,03	1.526.807,01	1,62	123.192,99	39.100,00
Outros Encargos Especiais	3.250.000,00	3.470.000,00	2.493.307,33	3.462.048,00	3,50	7.952,00	2.493.307,33	3.462.048,00	3,67	7.952,00	0,00
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
Reserva de Contingência	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	86.000.000,00	111.140.565,88	16.944.965,98	98.814.065,27	100,00	12.326.500,61	21.556.150,64	94.417.418,55	100,00	16.723.147,33	4.396.646,72

FONTE:

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC:031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. E, apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

PREÇO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)	ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
		Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	Nov/2017	Dez/2017		TOTAL (ULT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)															
RECEITA TRIBUTÁRIA		7.945.699,73	8.712.774,48	8.407.895,02	10.312.470,73	8.485.968,89	8.415.320,73	8.495.969,14	8.009.140,96	8.598.492,14	8.226.656,03	8.924.321,73	10.116.440,46	104.253.110,04	91.157.000,00
I.P.T.U.		900.583,76	898.625,88	1.217.795,59	2.921.348,97	1.039.935,91	957.110,28	885.601,99	1.002.172,07	927.876,65	916.673,47	1.150.851,44	1.157.406,29	14.115.982,30	12.215.700,00
I.S.S.		20.356,80	25.291,41	196.224,54	1.631.767,01	185.422,29	68.372,08	79.310,71	58.281,38	64.182,22	67.166,46	15.721,41	12.567,68	2.424.673,99	2.500.000,00
I.T.B.I.		379.545,22	302.553,49	385.619,38	387.946,25	343.247,22	401.172,44	352.706,57	393.966,07	392.408,32	355.695,01	386.493,18	4.000.676,50	4.000.000,00	4.000.000,00
I.R.F.		90.406,50	52.251,60	59.032,54	60.976,42	112.076,08	115.541,62	67.892,53	157.139,34	87.912,33	90.176,28	136.054,28	1.133.018,86	800.000,00	800.000,00
Outras Receitas Tributárias		170.154,99	131.923,76	138.419,86	161.181,30	136.152,99	141.201,03	151.505,52	144.246,84	147.573,07	152.441,74	147.134,93	378.143,40	2.000.079,43	1.530.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		240.120,25	386.605,62	458.499,27	679.477,99	263.037,33	230.823,11	234.194,66	246.538,44	235.780,71	251.193,98	891.086,14	2.288.166,02	4.157.533,52	3.385.700,00
RECEITA PATRIMONIAL		121.328,38	121.059,42	110.717,95	167.110,65	127.479,78	132.210,38	124.034,55	132.690,37	128.671,39	129.032,17	122.401,29	1.540.704,05	1.300.000,00	1.300.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		133.643,08	122.106,34	148.054,79	110.566,68	205.852,73	115.622,58	123.003,80	109.116,46	49.113,40	77.960,15	57.956,68	1.311.706,89	996.500,00	996.500,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		480.099,20	522.164,16	611.326,04	532.278,27	535.917,49	706.875,81	605.415,80	541.989,70	522.931,92	598.793,40	534.663,43	6.733.241,47	5.423.800,00	5.423.800,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		6.161.637,18	6.869.013,68	6.185.560,85	6.390.067,04	6.378.206,68	6.327.541,23	6.598.465,37	6.101.840,54	6.822.432,79	6.335.500,14	6.202.846,27	8.040.341,64	78.443.482,41	69.730.000,00
Cota-Parte do FPM		1.487.282,91	1.906.631,05	1.194.621,17	1.439.315,39	1.632.654,90	1.504.843,70	1.942.994,91	1.318.105,24	1.106.764,43	1.290.114,81	2.482.253,46	19.559.831,97	17.300.000,00	17.300.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		1.687.893,29	1.590.342,16	1.573.429,44	1.632.699,09	1.493.779,18	1.568.920,70	1.569.274,28	1.601.679,78	1.792.699,22	1.654.303,88	1.868.926,91	15.925.984,72	17.000.000,00	17.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		147.624,37	179.549,56	289.416,32	272.577,59	313.221,78	293.299,79	279.625,51	304.196,57	292.077,52	329.315,55	269.850,68	3.122.974,55	2.800.000,00	2.800.000,00
Outras Transferências Correntes		828,86	14,11	464,05	181,65	505,54	46,77	632,65	422,03	3.208,37	2.277,49	2.182,45	68.294,21	40.000,00	40.000,00
Transferências de LC 61/1989		766.998,69	1.296.971,15	1.087.594,87	954.206,47	919.618,64	869.333,17	834.438,23	850.514,97	1.520.432,27	956.297,12	1.328.060,03	22.899.120,12	10.270.000,00	10.270.000,00
Transferências de LC 87/1996		21.226,18	23.340,32	18.341,37	22.147,28	20.780,32	20.893,30	23.471,06	22.922,67	23.459,50	24.175,34	33.354,95	283.716,74	250.000,00	250.000,00
Transferências do FUNDEB		5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	5.749,54	68.994,48	70.000,00	70.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		2.044.093,34	1.956.415,79	2.015.945,09	2.063.190,03	1.991.896,78	2.074.434,26	1.942.291,19	1.998.259,74	2.117.841,90	2.048.444,36	2.039.083,99	24.524.563,62	22.000.000,00	22.000.000,00
DEDUÇÕES (II)		149.388,13	179.806,00	134.437,80	191.099,12	198.576,30	175.960,45	159.447,63	121.331,82	148.465,99	173.172,32	278.219,22	197.548,31	2.107.992,92	1.491.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		670.114,82	723.125,14	616.403,98	674.533,90	693.346,27	678.866,10	606.195,90	651.380,28	636.724,53	666.157,46	744.519,11	8.019.186,23	7.232.000,00	7.232.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		7.275.584,91	7.989.649,34	7.791.491,04	9.637.936,83	7.772.622,62	7.736.454,63	7.887.773,24	7.357.760,68	7.962.767,61	7.858.164,27	9.371.921,35	96.233.923,81	83.925.000,00	83.925.000,00

FONTE:

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUIS MACHADO
Controlador ORC-031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Controlador ORC/SC Nº 01841/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/01/2018 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Out 2017 (B)	Em 31 Dez 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	6.098.979,14	5.920.977,50	6.880.552,69
DEDUÇÕES (II)	12.989.142,01	19.070.837,55	15.521.942,02
Disponibilidade de Caixa	12.989.142,01	19.070.837,55	15.521.942,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	14.925.302,01	20.812.406,46	16.032.036,02
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	1.936.160,00	1.741.568,91	510.094,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Dez 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	0,00	0,00

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC:031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/01/2018 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	82.978.500,00	95.708.112,52	91.282.492,73
Receta Tributária	12.215.700,00	14.115.982,30	12.645.187,52
I.P.T.U.	2.500.000,00	2.424.673,99	2.235.212,08
I.S.S.	4.000.000,00	4.400.676,50	3.988.245,56
I.T.B.I.	800.000,00	1.133.018,86	1.482.858,42
I.R.R.F.	1.530.000,00	2.000.079,43	1.661.460,48
Outras Recetas Tributárias	3.385.700,00	4.157.533,52	3.277.410,98
Receta de Contribuição	1.300.000,00	1.540.704,05	1.493.471,39
Recetas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	1.300.000,00	1.540.704,05	1.493.471,39
Receta Patrimonial Líquida	50.000,00	85.895,60	46.490,38
Receta Patrimonial	996.500,00	1.311.706,89	1.620.574,00
(-) Aplicações Financeiras	946.500,00	1.225.811,29	1.574.083,62
Transferências Correntes	62.498.000,00	71.124.296,18	66.588.728,81
F.P.M.	14.100.000,00	15.155.365,84	15.662.897,94
I.P.V.A.	2.240.000,00	2.498.418,88	2.332.537,69
I.C.M.S.	13.600.000,00	15.620.788,83	14.111.746,84
Convênios	0,00	40.601,26	125.507,40
Outras Transferências Correntes	32.558.000,00	37.809.121,37	34.356.038,94
Demais Recetas Correntes	6.914.800,00	8.841.234,39	10.508.614,63
Dívida Ativa	555.500,00	708.097,97	497.400,27
Diversas Recetas Correntes	6.359.300,00	8.133.136,42	10.011.214,36
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.075.000,00	1.733.731,11	5.489.995,25
Operações de Crédito (III)	1.900.000,00	1.217.504,92	2.588.063,61
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	120.000,00	104.034,51	181.527,06
Transferências de Capital	55.000,00	412.191,68	2.720.404,58
Convênios	0,00	310.966,41	2.157.071,11
Outras Transferências de Capital	55.000,00	101.225,27	563.333,47
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	55.000,00	412.191,68	2.720.404,58
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	83.033.500,00	96.120.304,20	94.002.897,31

17/01/2018 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	98.683.223,02	90.635.179,05	84.372.934,84	89.129.895,36	83.758.065,58	1.505.283,69	614.869,26
Pessoal e Encargos Sociais	52.150.749,63	48.645.139,88	48.314.500,98	48.645.139,88	48.314.499,98	0,00	1,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	650.000,00	621.134,86	92.353,40	582.034,86	92.353,40	39.100,00	0,00
Outras Despesas Correntes	45.882.473,39	41.368.904,51	35.966.080,46	39.902.720,82	35.351.212,20	1.466.183,69	614.868,26
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	98.033.223,02	90.014.044,19	84.280.581,44	88.547.860,50	83.665.712,18	1.466.183,69	614.869,26
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	12.257.342,86	8.176.886,22	9.594.817,85	5.287.523,19	8.439.073,03	2.891.363,03	1.155.744,82
Investimentos	11.257.342,86	7.234.114,07	9.011.748,61	4.342.751,04	7.856.003,79	2.891.363,03	1.155.744,82
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.000.000,00	944.772,15	583.069,24	944.772,15	583.069,24	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	11.257.342,86	7.234.114,07	9.011.748,61	4.342.751,04	7.856.003,79	2.891.363,03	1.155.744,82
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	200.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	109.490.565,88	97.248.158,26	93.292.330,05	92.890.611,54	91.521.715,97	4.357.546,72	1.770.614,08
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-26.457.065,88	-1.127.854,06	710.567,26	3.229.692,66	2.481.181,34	91.762.757,48	92.232.283,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	11.118.910,93	-	11.118.910,93	0,00	-	-
Superávit Financeiro	-	11.118.910,93	-	11.118.910,93	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00	-	-
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA						-116.500,00	

FONTE:

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC:031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC:SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/01/2018 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES													R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	Inscritos				Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	RP NÃO PROCESSADOS				Saldo Total L=(e+k)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)				Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	EXECUTIVO	-	1.936.160,00	1.933.886,54	79,08	2.194,38	347.519,87	1.770.614,08	1.381.373,89	675.244,50	61.515,56	63.709,94	
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	1.936.160,00	1.933.886,54	79,08	2.194,38	347.519,87	1.757.089,08	1.367.848,89	675.244,50	61.515,56	63.709,94	
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	1.843.697,66	1.841.424,20	79,08	2.194,38	347.519,87	1.678.688,97	1.319.532,35	645.140,93	61.515,56	63.709,94	
	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	0,00	51.696,65	51.696,65	0,00	0,00	0,00	18.121,55	12.923,15	5.198,40	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMEN	0,00	38.296,65	38.285,97	10,68	0,00	0,00	18.068,78	12.759,41	5.309,37	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE AGROPECUARIA E MEIO AMBIEN	0,00	72.309,16	72.309,16	0,00	0,00	1.000,00	22.992,77	9.259,60	12.233,17	2.500,00	2.500,00	
	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMIC	0,00	24.850,74	24.850,74	0,00	0,00	14.750,00	326.549,87	317.739,47	23.560,40	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	831,60	831,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
	SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	641.927,87	641.927,87	0,00	0,00	283.625,21	656.746,77	567.396,21	567.396,21	326.168,12	46.807,65	46.807,65
	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	0,00	62.384,20	62.384,20	0,00	0,00	0,00	8.888,48	6.883,18	2.005,30	0,00	0,00	0,00
	SECRETARIA DE SAÚDE	0,00	768.597,24	768.597,24	0,00	0,00	48.144,66	468.176,32	292.327,55	292.327,55	211.785,52	12.207,91	12.207,91
	AUTARQUIA MUN. DE SANEAMENTO DE FBGO - SAI	0,00	182.803,55	180.540,77	68,40	2.194,38	0,00	159.124,43	100.243,78	59.880,65	58.880,65	0,00	2.194,38
	AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRA	0,00	85.551,65	85.551,65	0,00	0,00	0,00	69.920,11	43.478,33	43.478,33	26.441,78	-0,00	-0,00
	FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER - FM	0,00	85.551,65	85.551,65	0,00	0,00	0,00	69.920,11	43.478,33	43.478,33	26.441,78	-0,00	-0,00
	Fundação Municipal de Esportes e Lazer - FME	0,00	6.910,69	6.910,69	0,00	0,00	0,00	8.500,00	4.838,21	4.838,21	3.661,79	0,00	0,00
	LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.525,00	13.525,00	0,00	0,00	0,00
	CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.525,00	13.525,00	0,00	0,00	0,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	-	-	-	-	-	0,00	0,00	-	-	-	-
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I + II):	0,00	1.936.160,00	1.933.886,54	79,08	2.194,38	347.519,87	1.770.614,08	1.381.373,89	1.381.373,89	675.244,50	61.515,56	63.709,94
FONTE:													

FONTE:

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUIS MACHADO
Contador CRC:031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/01/2018 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	9.349.000,00	9.349.000,00	10.697.659,52	114,43
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.784.000,00	2.784.000,00	2.860.446,02	102,75
1.1.1- IPTU	2.500.000,00	2.500.000,00	2.424.673,99	96,99
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	284.000,00	284.000,00	435.772,03	153,44
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	800.000,00	800.000,00	1.133.018,86	141,63
1.2.1- ITBI	800.000,00	800.000,00	1.133.018,86	141,63
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.235.000,00	4.235.000,00	4.704.115,21	111,08
1.3.1- ISS	4.000.000,00	4.000.000,00	4.400.676,50	110,02
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	235.000,00	235.000,00	303.438,71	129,12
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.530.000,00	1.530.000,00	2.000.079,43	130,72
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	37.460.000,00	37.460.000,00	41.629.798,67	111,13
2.1- Cota-Parte FPM	17.300.000,00	17.300.000,00	18.559.831,97	107,28
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	16.000.000,00	16.000.000,00	17.022.332,60	106,39
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	700.000,00	700.000,00	756.742,41	108,11
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	600.000,00	600.000,00	780.756,96	130,13
2.2- Cota-Parte ICMS	17.000.000,00	17.000.000,00	19.525.984,72	114,86
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	70.000,00	70.000,00	68.994,48	98,56
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	283.718,74	113,49
2.5- Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	68.294,21	170,74
2.6- Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	3.122.974,55	111,53
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	46.809.000,00	46.809.000,00	52.327.458,19	111,79
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	3.072.000,00	3.072.000,00	3.339.169,12	108,70
5.1- Transferências do Salário-Educação	2.400.000,00	2.400.000,00	2.554.085,25	106,42
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	478.000,00	478.000,00	596.452,00	124,78
5.4- Transferências Diretas - PNATE	143.000,00	143.000,00	151.085,99	105,65
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	51.000,00	51.000,00	37.545,88	73,62
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	248.422,30	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	247.644,87	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	777,43	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	411.900,00	411.900,00	601.188,80	145,96
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	3.483.900,00	3.483.900,00	4.188.780,22	120,23

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.232.000,00	7.232.000,00	8.019.186,23	110,88
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	3.200.000,00	3.200.000,00	3.404.466,13	106,39
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.400.000,00	3.400.000,00	3.905.195,89	114,86
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	14.000,00	14.000,00	13.798,80	98,56
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	50.000,00	50.000,00	57.511,04	115,02
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	8.000,00	8.000,00	13.658,70	170,73
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	560.000,00	560.000,00	624.555,67	111,53
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	22.200.000,00	22.200.000,00	24.837.622,46	111,88
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	22.000.000,00	22.000.000,00	24.524.563,62	111,48
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	200.000,00	200.000,00	313.058,84	156,53
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	14.768.000,00	14.768.000,00	16.505.377,39	111,76
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

Continua 1/3

17/01/2018 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	15.540.000,00	16.290.000,00	15.784.201,53	96,90	15.784.201,53	96,90	0,00
13.1- Com Educação Infantil	6.800.000,00	6.050.000,00	5.661.844,07	93,58	5.661.844,07	93,58	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	8.740.000,00	10.240.000,00	10.122.357,46	98,85	10.122.357,46	98,85	0,00
14- OUTRAS DESPESAS	6.660.000,00	9.690.953,54	9.113.539,53	94,04	8.451.822,98	87,21	661.716,55
14.1- Com Educação Infantil	2.160.000,00	4.520.953,54	4.407.271,87	97,49	4.299.790,35	95,11	107.481,52
14.2- Com Ensino Fundamental	4.500.000,00	5.170.000,00	4.706.267,66	91,03	4.152.032,63	80,31	554.235,03
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	22.200.000,00	25.980.953,54	24.897.741,06	95,83	24.236.024,51	93,28	661.716,55
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB							VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB							-
16.1 - FUNDEB 60%							-
16.2 - FUNDEB 40%							-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							890.953,54
17.1 - FUNDEB 60%							0,00
17.2 - FUNDEB 40%							890.953,54
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)							890.953,54
INDICADORES DO FUNDEB							
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)							24.006.787,52
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %							63,55
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %							33,11
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %							3,35
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE							VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS							890.953,54
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017²							890.953,54
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB							
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	10.392.500,00	12.695.453,54	11.605.794,34	91,42	11.254.055,94	88,65	351.738,40
22.1- Creche	5.715.875,00	6.982.499,45	6.383.186,89	91,42	6.189.730,77	88,65	193.456,12
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.928.000,00	5.814.024,45	5.538.013,77	95,25	5.478.898,93	94,24	59.114,84
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	787.875,00	1.168.475,00	845.173,12	72,33	710.831,84	60,83	134.341,28
22.2- Pré-escola	4.676.625,00	5.712.954,09	5.222.607,45	91,42	5.064.325,17	88,65	158.282,28
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.032.000,00	4.756.929,09	4.531.102,17	95,25	4.482.735,49	94,24	48.366,68
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	644.625,00	956.025,00	691.505,28	72,33	581.589,68	60,83	109.915,60
23- ENSINO FUNDAMENTAL	17.132.460,00	22.587.511,13	20.255.315,08	89,67	18.577.004,37	82,24	1.678.310,71
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	13.240.000,00	15.410.000,00	14.828.625,12	96,23	14.274.390,09	92,63	554.235,03
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	3.892.460,00	7.177.511,13	5.426.689,96	75,61	4.302.614,28	59,95	1.124.075,68
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	27.524.960,00	35.282.964,67	31.861.109,42	90,30	29.831.060,31	84,55	2.030.049,11
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)							16.505.377,39
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO							0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)							313.058,84
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB							846.405,86
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴							=
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)							1.009,38
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)							17.665.851,47
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))							14.195.257,95
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%							27,13
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d) x 100	
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.450.000,00	2.612.902,76	1.997.115,11	76,43	1.994.702,44	76,34	2.412,67
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS P/ FINANCIAMENTO DO ENSINO	2.933.420,00	4.989.685,57	4.368.313,31	87,55	4.324.210,36	86,66	44.102,95
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	5.383.420,00	7.602.588,33	6.365.428,42	83,73	6.318.912,80	83,12	46.515,62
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	32.908.380,00	42.885.553,00	38.226.537,84	89,14	36.149.973,11	84,29	2.076.564,73

Continuação 2/3

17/01/2018 - moises

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (j)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	1.009,38	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	1.009,38	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA		FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		1.170.184,29	495.370,58
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		24.524.563,62	2.554.085,25
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		24.429.619,16	2.302.669,48
48.1 Orçamento do Exercício		24.331.377,37	1.996.752,76
48.2 Restos a Pagar		98.241,79	305.916,72
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		313.058,84	33.722,72
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE		1.578.187,59	780.509,07
51- (+) Ajustes		52.306,45	0,00
51.1. Retenções		0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária		52.306,45	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO		1.630.494,04	780.509,07

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC:031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

17/01/2018 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)					
	1.900.000,00	1.217.504,92			682.495,08
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	12.257.342,86	8.178.886,22	5.287.523,19	2.891.363,03	4.078.456,64
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	12.257.342,86	8.178.886,22	5.287.523,19	2.891.363,03	4.078.456,64
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-10.357.342,86	-6.961.381,30	-	-	-3.395.961,56

FONTE:

Notas:

¹ Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III.

² Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas.

Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, os termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

- b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC:031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/01/2018 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	120.000,00	104.034,51	15.965,49
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	55.000,00	42.934,51	12.065,49
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	65.000,00	61.100,00	3.900,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	335.189,04	161.263,01	129.817,42	123.674,37	31.445,59	4.481,00	173.926,03
Despesas de Capital	335.189,04	161.263,01	129.817,42	123.674,37	31.445,59	4.481,00	173.926,03
Investimentos	335.189,04	161.263,01	129.817,42	123.674,37	31.445,59	4.481,00	173.926,03

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (IIl + IIlg))	SALDO ATUAL (k) = (III + IIj)
Valor(III)	174.076,56	-24.120,86	149.955,70
FORTE:			

FRAIBURGO, 18/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC:031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

18/01/2018 - moises



Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)		% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	9.349.000,00	9.349.000,00	10.697.659,52		114,43
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	2.500.000,00	2.500.000,00	2.424.673,99		96,99
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	800.000,00	800.000,00	1.133.018,86		141,63
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	4.000.000,00	4.000.000,00	4.400.676,50		110,02
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.530.000,00	1.530.000,00	2.000.079,43		130,72
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	39.000,00	39.000,00	79.418,56		203,64
Dívida Ativa dos Impostos	300.000,00	300.000,00	461.889,07		153,96
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	180.000,00	180.000,00	197.903,11		109,95
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	36.160.000,00	36.160.000,00	40.092.299,30		110,87
Cota-Parte FPM	16.000.000,00	16.000.000,00	17.022.332,60		106,39
Cota-Parte ITR	40.000,00	40.000,00	68.294,21		170,74
Cota-Parte IPVA	2.800.000,00	2.800.000,00	3.122.974,55		111,53
Cota-Parte ICMS	17.000.000,00	17.000.000,00	19.525.984,72		114,86
Cota-Parte IPI-Exportação	250.000,00	250.000,00	283.718,74		113,49
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	70.000,00	70.000,00	68.994,48		98,56
Desoneração ICMS (LC 87/96)	70.000,00	70.000,00	68.994,48		98,56
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	45.509.000,00	45.509.000,00	50.789.958,82		111,60

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)		% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	5.895.500,00	5.895.500,00	6.784.483,62		115,08
Provenientes da União	5.895.500,00	5.895.500,00	6.784.483,62		115,08
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00		0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	30.500,00	30.500,00	83.533,97		273,88
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	5.926.000,00	5.926.000,00	6.868.017,59		115,90

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	15.549.020,00	21.771.435,17	18.552.904,79	85,22	18.396.934,19	84,50	155.970,60
Pessoal e Encargos Sociais	8.325.500,00	10.663.267,09	9.483.980,48	88,94	9.483.980,48	88,94	0,00
Outras Despesas Correntes	7.223.520,00	11.108.168,08	9.068.924,31	81,64	8.912.953,71	80,24	155.970,60

Continua 1/5

17/01/2018 - moises

Continuação 2/5

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL		21.771.435,17	18.552.904,79	85,22	18.396.934,19	84,50	155.970,60
Investimentos	298.000,00	907.998,34	589.915,34	64,97	587.678,16	64,72	2.237,18
	298.000,00	907.998,34	589.915,34	64,97	587.678,16	64,72	2.237,18

Continua 2/5

17/01/2018 - moises

Continuação 3/5

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS DE CAPITAL	298.000,00	907.998,34	589.915,34	64,97	587.678,16	64,72	2.237,18
Investimentos	298.000,00	907.998,34	589.915,34	64,97	587.678,16	64,72	2.237,18
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	15.847.020,00	22.679.433,51	19.142.820,13	84,41	18.984.612,35	83,71	158.207,78
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Até o Bimestre (h)	% (h/VI)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	5.895.500,00	11.160.638,40	8.316.080,49	43,44	8.209.124,66	43,24	106.955,83
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	5.895.500,00	11.160.638,40	8.316.080,49	43,44	8.209.124,66	43,24	106.955,83
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	-	-	0,00	0,00	-	-	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	5.895.500,00	11.160.638,40	8.316.080,49	43,44	8.209.124,66	43,24	106.955,83
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	9.951.520,00	11.518.795,11	10.826.739,64	56,56	10.775.487,69	56,76	51.251,95
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (VIh / IIib x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ⁴			21,32				
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h) - (15 x IIib)/100]			3.208.245,82				

Continua 3/5

17/01/2018 - moises



Continuação 4/5

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Inscritos em 2016	341.927,98	28.103,90	75.137,14	266.790,84	0,00			
TOTAL	341.927,98	28.103,90	75.137,14	266.790,84	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00		0,00				
TOTAL (VIII)	0,00	0,00		0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO							
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)			
	-	-			-			
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS			
			Até o Bimestre (l)	% (l/Total i) *100		Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) *100	
	Atenção Básica	11.857.520,00	16.119.207,24	13.424.049,08	70,04	13.363.507,64	70,31	60.541,44
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.986.000,00	4.989.245,35	4.299.736,13	22,44	4.220.038,62	22,20	79.697,51
	Suporte Profilático e Terapêutico	653.000,00	1.004.722,45	909.000,40	4,74	891.101,57	4,69	17.898,83
	Vigilância Sanitária	128.500,00	154.947,33	138.253,67	0,72	138.253,67	0,73	0,00
	Vigilância Epidemiológica	253.000,00	433.631,14	394.100,85	2,06	394.030,85	2,07	70,00
TOTAL	15.878.020,00	22.701.753,51	19.165.140,13	100,00	19.006.932,35	100,00	158.207,78	

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

CONTINUA

Continua 4/5

17/01/2018 - moises

Continuação 5/5

Município de FRAIBURGO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

FUNTE.

4 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS Prefeita Municipal	MÁRCIO LUÍS MACHADO Contador CRC:031038/O-0	MOISÉS AMADEU PATRÍCIO Contador CRC/SC Nº 018341/O-7
GEORGES DOS REIS SANTOS Controlador Interno		

17/01/2018 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPEAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC:031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/01/2018 - moises

Município de FRAIBURGO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		86.000.000,00		
Previsão Atualizada		86.000.000,00		
Receitas Realizadas		98.667.654,92		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		11.118.910,93		
DESPESAS				
Dotação Inicial		86.000.000,00		
Créditos Adicionais		25.140.565,88		
Dotação Atualizada		111.140.565,88		
Despesas Empenhadas		98.814.065,27		
Despesas Liquidadas		94.417.418,55		
Despesas pagas		93.909.518,93		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		4.396.646,72		
Superavit Orçamentário		4.250.236,37		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		98.814.065,27		
Liquidadas		94.417.418,55		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		4.396.646,72		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		96.233.923,81		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Empenhadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	0,00	0,00
Resultado Primário		-116.500,00	-1.127.854,06	968,12
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.118.133,95	675.244,50	1.381.373,89	61.515,56
EXECUTIVO	2.104.608,95	675.244,50	1.367.848,89	61.515,56
LEGISLATIVO	13.525,00	0,00	13.525,00	0,00
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	1.936.160,00	79,08	1.933.886,54	2.194,38
EXECUTIVO	1.936.160,00	79,08	1.933.886,54	2.194,38
TOTAL:	4.054.293,95	675.323,58	3.315.260,43	63.709,94
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		14.195.257,95	25%	27,13
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		15.784.201,53	60%	63,55

Continua 1/2

17/01/2018 - moises

Município de FRAIBURGO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito			1.217.504,92	682.495,08	
Despesa de Capital Líquida			8.178.886,22	4.078.456,64	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores					
Receitas Previdenciárias (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			104.034,51	15.965,49	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			161.263,01	173.926,03	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos		10.826.739,64	15,00	21,32	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)		0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FRAIBURGO, 17/01/2018

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

MÁRCIO LUÍS MACHADO
Contador CRC:031038/O-0

MOISÉS AMADEU PATRÍCIO
Contador CRC/SC Nº 018341/O-7

GEORGES DOS REIS SANTOS
Controlador Interno

17/01/2018 - moises

Frei Rogério

PREFEITURA

DECRETO Nº 957/2018 ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1493763

DECRETO Nº 957/2018, 17 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO NO ORÇAMENTO E CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI ROGÉRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIR DA SILVA RIBEIRO, Prefeito Municipal de Frei Rogério, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 87, inciso V da Lei Orgânica do Município de Frei Rogério, art. 5, inciso III, da Lei nº 890/2017 de 28 de Novembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito no orçamento do na Prefeitura Municipal de Frei Rogério com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão:	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade:	01	Departamento de Educação	
Proj./Ativ.	2.009	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
132	3.3.90.00.00.00.00.00.01319	Aplicações Diretas	

Art. 2º - Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 12.991,33 (doze mil novecentos e noventa e um real e trinta e três centavos), com a seguinte classificação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
Unidade:	01	Departamento de Educação	
Proj./Ativ.	2.009	Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental	
132	3.3.90.00.00.00.00.00.01319	Aplicações Diretas	
Órgão:	04	Secretaria M. de Educação, Cultura e Esportes.	
	Total		R\$ 12.991,33

Art. 3º - Para respaldo do crédito mencionado no artigo anterior ficam utilizados recursos do superávit financeiro do Fundeb do exercício de 2017 no valor R\$ 12.991,33 (doze mil novecentos e noventa e um real e trinta e três centavos) para a dotação orçamentária do orçamento corrente.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Frei Rogério, SC, 17 de janeiro de 2018.

JAIR DA SILVA RIBEIRO

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

ATO 014 DIVULGA RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

Publicação Nº 1494604

ATO 014/PS/002/2017

DIVULGA JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, torna público o Julgamento dos Recursos Contra a CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR, conforme segue:

CARGO – PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HS I

CANDIDATO Nº 008449/2017 ROSINEI RODRIGUES PEREIRA LOPES – Protocolo nº 0216/2018 – indeferido – Sua nota final na prova escrita objetiva não atingiu o percentual mínimo estabelecido no item 9.15 do edital, que assim disciplina: “Será considerado aprovado na prova escrita objetiva os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 50% do seu valor.”

CARGO – PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HS II

CANDIDATO Nº 008485/2017 DARLENE PIRES CUSTÓDIO – Protocolo nº 0200/2018 – indeferido – A sua nota final na prova escrita objetiva já considerou as questões 12 e 14 que foram anuladas. Sendo assim, sua nota fica inalterada.

CANDIDATO Nº 008684/2017 VALDIRENE RODRIGUES ESTEVÃO SILVEIRA – Protocolo nº 0205/2018 – indeferido – A sua nota final na prova escrita objetiva já considerou a questão 14 que foi anulada. Sendo assim, sua nota fica inalterada.

CANDIDATO Nº 008630/2017 GABRIELA MANDELLI GARBELOTTO – Protocolo nº 0237/2018 – deferido – Na nova conferência feita na documentação protocolada por meio do Protocolo nº. 8631/2017 (Prova de Títulos) foi identificado que não foi atribuído 0,5 (meio ponto) correspondente ao documento que comprovava a pós graduação da candidata. Diante disso, sua nota na Prova de Títulos passa de 1,0 (um) para 1,5 (um e meio) e sua nota final passa de 5,48 (cinco vírgula quarenta e oito) para 5,98 (cinco vírgula noventa e oito).

CANDIDATO Nº 008582/2017 CAMILA MACHADO FURTADO MAÇANEIRO – Protocolo nº 02812018 – deferido – Na nova conferência feita na prova escrita objetiva foi identificado um erro na somatória final da nota. A nota final que era 4,76 (quatro vírgula setenta e seis), após a correção passou para 5,04 (cinco vírgula zero quatro).

CARGO – MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

CANDIDATO Nº 008242/2017 DANIEL PEREIRA DA SILVA – Protocolo nº 0204/2018 – indeferido – Na nova conferência feita na documentação protocolada por meio do Protocolo nº. 8243/2017 (Prova de Títulos) foi identificado que o documento apresentado buscando atender ao item 10.1.2 “a” do edital, além de não estar autenticado, não comprovava a experiência para que se pudesse atribuir a pontuação esperada pelo candidato. Diante disso, sua nota na prova de títulos permanece inalterada.

CANDIDATO Nº 008263/2017 LUCAS SANTANA FURTADO – Protocolo nº 0211/2018 – deferido – Na nova conferência feita nas provas de títulos dos candidatos ao cargo de Motorista de Caminhão/Auto/Ônibus, foi identificado que os documentos protocolados buscando atender ao item 10.1.2 “a” do edital, não atenderam a exigência do edital, qual seja, a comprovação do efetivo exercício profissional como motorista de ônibus rodoviário (*CBO 7824-05) e/ou motorista de ônibus urbano (CBO 7824-10). Diante disso, haverá alteração na classificação preliminar.

*CBO – Classificação Brasileira Ocupacional.

CARGO – PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HS

CANDIDATO Nº 008325/2017 LUISA BERTHIER ARAÚJO – Protocolo nº 288/2018 – indeferido – Na nova conferência feita na documentação protocolada por meio do Protocolo nº. 8326/2017 (Prova de Títulos) foi identificado que o documento apresentado buscava atender ao item 10.1.1 “c” do edital, item ao qual não atendeu. Diante disso, sua nota na prova de títulos permanece inalterada.

Garopaba, 18 de janeiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

Publicado o presente Ato no DOM/SC em 19/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

ATO 015 DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

Publicação Nº 1494606

ATO 015/PS/002/2017
 DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO
 EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Processo Seletivo nº 002/2017, torna público o que segue:

DIVULGA CLASSIFICAÇÃO FINAL
 DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HS I					
ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	RENAN RODRIGUES FRAGA	5,32	1,5	6,82	CLASSIFICADO
2	BETINA LORENSI LOPES	5,6	1	6,6	CLASSIFICADO
3	SANDRA REGINA SILVEIRA	4,48	2	6,48	CLASSIFICADO
4	SUELEN MARIA DE SOUZA	5,32	1	6,32	CLASSIFICADO
5	MARA RUBIA FROZZA FELIX DA SILVA	5,6	0,5	6,1	CLASSIFICADO
6	EMERENCIANA MACIEL	4,48	1,5	5,98	CLASSIFICADO
7	CLAUDIA RENATA GASPARONI OETINGER	5,32	0,5	5,82	CLASSIFICADO
8	FRANCIELI DE ALMEIDA DIAS	4,76	1	5,76	CLASSIFICADO
9	CLAUDIA MARQUES	5,04	0,5	5,54	CLASSIFICADO
10	JOSEANE ARAUJO DO NASCIMENTO	4,48	1	5,48	CLASSIFICADO
11	ISABEL CRISTINA SANTOS	5,32		5,32	CLASSIFICADO
12	GISELE NASCIMENTO DA ROSA	5,32		5,32	CLASSIFICADO
13	INDIAMARA JOICE DE ARAUJO	4,76	0,5	5,26	CLASSIFICADO
14	LEILA BORGES TEIXEIRA	3,64	1,5	5,14	CLASSIFICADO
15	RITA DE CASSIA DO NASCIMENTO SILVA	4,48		4,48	CLASSIFICADO
16	FABRICIA DE SOUZA PAGNAN SILVEIRA	4,48		4,48	CLASSIFICADO
17	HELOIZA FERNANDES DE OLIVEIRA	4,48		4,48	CLASSIFICADO
18	SIMONE DE LIMA FRITZEN	4,48		4,48	CLASSIFICADO
19	SILVIA REGINA DE AGUIAR	4,48		4,48	CLASSIFICADO
20	DAMARIS MAIOCHI	4,2		4,2	CLASSIFICADO
21	DÉBORA CRISTINA SILVEIRA	4,2		4,2	CLASSIFICADO
22	MARIANGELA MOREIRA DA SILVA	3,64		3,64	CLASSIFICADO
23	ALINE DENISE FERREIRA	3,36	1		DESCCLASSIFICADO
24	FRANCIELY SILVEIRA DE ASSIS	3,36	1		DESCCLASSIFICADO
25	SANTA LAURA MARTINS	3,36			DESCCLASSIFICADO
26	CARMEM DA MOTTA NUNES	3,36			DESCCLASSIFICADO
27	ÉRICA AMBONI ROCHA	3,36	1,5		DESCCLASSIFICADO
28	CONCEIÇÃO DA SILVEIRA PACHECO PEREIRA	3,08	1,5		DESCCLASSIFICADO
29	LILIAN BORTOLATTO NUNES	3,08	0,5		DESCCLASSIFICADO
30	LILIANE GOMES WASEM	3,08	1		DESCCLASSIFICADO
31	JANAINA VICENTE DOS SANTOS	AUSENTE			DESCCLASSIFICADO
32	KARINE MARIA SCHUTZ	AUSENTE			DESCCLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HS II					
	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	TAIS MINAE GOMES MASSUDA	5,60	1,5	7,10	CLASSIFICADO
2	SHEILA CRISTINA JACULI MARTINS	5,60	1,5	7,10	CLASSIFICADO
3	JOICE DARROSSI CLEMENTINO	5,60	1,5	7,10	CLASSIFICADO
4	CHARLENE PACHECO LIMA	5,88	1	6,88	CLASSIFICADO
5	GRASIELLE CUNHA DE SOUZA	6,16	0,5	6,66	CLASSIFICADO

6	SANDRA CRISTINA GONÇALVES LUCIANO	5,04	1,5	6,54	CLASSIFICADO
7	JOSIANE TEREZINHA GONÇALVES DE SOUZA	4,48	2	6,48	CLASSIFICADO
8	BARBARA CAROLINA FIGUEIRO LERSCH	5,88	0,5	6,38	CLASSIFICADO
9	ADRIANA ILDA TORQUATO	5,32	1	6,32	CLASSIFICADO
10	SANDRELE BOTZAN MARIA MARTINS	5,04	1	6,04	CLASSIFICADO
11	PATRICIA PEREIRA LOBO DE ABREU	4,48	1,5	5,98	CLASSIFICADO
12	GABRIELA MANDELLI GARBELOTTO	4,48	1,5	5,98	CLASSIFICADO
13	ISIS DE AMORIM MACHADO	5,32	0,5	5,82	CLASSIFICADO
14	CLARISSA RODRIGUES VERONESE	5,32	0,5	5,82	CLASSIFICADO
15	MARIA INES FERREIRA MARTINS	4,2	1,5	5,70	CLASSIFICADO
16	RENATA VIEIRA MARCELINO	4,2	1,5	5,70	CLASSIFICADO
17	DARLLON ALDEIR PAEZ	5,60		5,60	CLASSIFICADO
18	VIVIANA FLOR TEIXEIRA	5,04	0,5	5,54	CLASSIFICADO
19	CAMILA MACHADO FURTADO MACANEIRO	5,04	0,5	5,54	CLASSIFICADO
20	BRUNA SOARES DE JESUS	5,04	0,5	5,54	CLASSIFICADO
21	DARLENE PIRES CUSTÓDIO	4,48	1	5,48	CLASSIFICADO
22	RAFAELA VIEIRA ADRIANO	4,48	1	5,48	CLASSIFICADO
23	ALINE NASCIMENTO GONÇALVES	5,32		5,32	CLASSIFICADO
24	MARCIA REGINA DOS ANJOS FAUTINO	4,76	0,5	5,26	CLASSIFICADO
25	SARA CABRAL	3,64	1,5	5,14	CLASSIFICADO
26	MARISELMA MARQUES DE CAMPOS	5,04		5,04	CLASSIFICADO
27	SIMONE AGUIAR PASSUELO	5,04		5,04	CLASSIFICADO
28	FABIANA CUSTÓDIO	4,48	0,5	4,98	CLASSIFICADO
29	LEANDRA CARINE DA COSTA	3,92	1	4,92	CLASSIFICADO
30	ROSIMERE DA SILVEIRA	4,20	0,5	4,70	CLASSIFICADO
31	EVA ANTORIA ALMEIDA	3,64	1	4,64	CLASSIFICADO
32	VANESSA OJEDA ROCHA	4,48		4,48	CLASSIFICADO
33	ROSANE MARIA PEREIRA ROESE	4,48		4,48	CLASSIFICADO
34	ANDREA PACHECO	4,48		4,48	CLASSIFICADO
35	KARLA DE SOUZA MASSIH	3,92	0,5	4,42	CLASSIFICADO
36	CRISTIANA JOVITA TOMAZ MARQUES DE MIRANDA	3,92		3,92	CLASSIFICADO
37	ADRIANE TAVARES SCHNEIDER	3,92		3,92	CLASSIFICADO
38	DIRIVETE DE LEMA PACHECO	3,92		3,92	CLASSIFICADO
39	CAMILA PEREIRA	3,92		3,92	CLASSIFICADO
40	VALDIRENE RODRIGUES ESTEVÃO SILVEIRA	3,36	1	4,36	DESCCLASSIFICADO
45	KATIA DE SOUZA GONÇALVES	3,08	1	4,08	DESCCLASSIFICADO
41	AMANDA DOS SANTOS ABREU	3,36		3,6	DESCCLASSIFICADO
43	CARULINA MEDEIROS DUARTE	3,36		3,6	DESCCLASSIFICADO
42	ANA JARA BRANDO	3,36		3,36	DESCCLASSIFICADO
46	SHIRLEY DOS SANTOS	3,36		3,36	DESCCLASSIFICADO
44	JAQUELINE BENTA SANTANA DA SILVEIRA	3,08		3,08	DESCCLASSIFICADO
47	ROSANE PEDRO	2,24		2,24	DESCCLASSIFICADO
48	MARIA APARECIDA DE PAULAS LOPES	1,96		1,96	DESCCLASSIFICADO
49	ELAINE CABRAL DOS SANTOS	AUSENTE			DESCCLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HS I

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	ANA CAROLINA CORREA SOUZA	6,16	0,5	6,66	CLASSIFICADO
2	CHIRLEM PACHECO CARDOSO	5,04	1,5	6,54	CLASSIFICADO
3	IDALICIMAR MADRUGA GARCIA	5,32	1	6,32	CLASSIFICADO
4	ROSIMARI MARIA DA SILVA	3,64	2	5,64	CLASSIFICADO



5	DANIELA NELZA CIZINO	4,76	0,5	5,26	CLASSIFICADO
6	NAIANE DA SILVEIRA SEVERINO	4,2	1	5,2	CLASSIFICADO
7	DEBORAH DE SOUZA BENTO	4,48	0,5	4,98	CLASSIFICADO
8	MARILENE DOS SANTOS	3,92	1	4,92	CLASSIFICADO
9	TATIANE AGOSTINHO	4,2	0,5	4,7	CLASSIFICADO
10	MARIA GORETH DE MATOS	4,2	0,5	4,7	CLASSIFICADO
11	PIETRA GONZALES DA SILVA	3,64	1	4,64	CLASSIFICADO
12	FABIANA MACHADO	4,48		4,48	CLASSIFICADO
13	KIRLEY LISBOA	3,64	0,5	4,14	CLASSIFICADO
14	FRANCINI COELHO DA SILVA	3,92		3,92	CLASSIFICADO
15	MARIANA QUEVEDO DE JESUS	3,64		3,64	CLASSIFICADO
16	ROSINEI RODRIGUES PEREIRA LOPES	2,52	2	4,24	DESCCLASSIFICADO
17	CRISTIANE ABREU DOS SANTOS	3,36	1	4,36	DESCCLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR COM LICENCIATURA 40 HS II

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	PRISCILA CUNHA MARIA	5,32	1	6,32	CLASSIFICADO
2	ROSINETE CARDOSO	4,5	1,5	6,00	CLASSIFICADO
3	MARIA MADALENA PONCIANO TORRES	4,76	1	5,76	CLASSIFICADO
4	AMANDA MARTINS LOURENÇO	4,2	1,5	5,7	CLASSIFICADO
5	NAYANE ALVES PERIM	5,6		5,6	CLASSIFICADO
6	PRISCILA DA COSTA SILVA	4,48	1	5,48	CLASSIFICADO
7	CLAUDIA CRISTINA MEDEIROS DA SILVA	5,32		5,32	CLASSIFICADO
8	GRACIELA CIOCHETTA	4,76	0,5	5,26	CLASSIFICADO
9	ROSIANA RODRIGUES CARDOSO	4,48	0,5	4,98	CLASSIFICADO
10	MARTINA PACHECO PEREIRA	4,48	0,5	4,98	CLASSIFICADO
11	VERÔNIMA MARQUES DE SOUZA	4,2	0,5	4,7	CLASSIFICADO
12	FERNANDA DOS ANJOS ZANELATTO	4,2	0,5	4,7	CLASSIFICADO
13	JUSSANDRA LOPES	3,64	1	4,64	CLASSIFICADO
14	PEDRA DA ROSA	4,48		4,48	CLASSIFICADO
15	ALCINA MARIA DE SOUZA	3,92	0,5	4,42	CLASSIFICADO
16	MIRIAM MORAES ESPINDOLA DA SILVEIRA	3,92	0,5	4,42	CLASSIFICADO
17	ANA PAULA PRATA DE LIMA SANTOS	3,92		3,92	CLASSIFICADO
18	FERNANDA ALINE MARTINS	3,36	1	4,36	DESCCLASSIFICADO
19	CRISTINA FARIAS	2,8	1,5	4,3	DESCCLASSIFICADO
20	SANDRA REGINA BOTZAN MARIA	2,8	1,5	4,3	DESCCLASSIFICADO
21	ADRIANA DOS SANTOS OLIVEIRA	2,52	0,5	3,02	DESCCLASSIFICADO
22	CHIRLEY COUTINHO DOMINGOS	2,52	1,5	4,02	DESCCLASSIFICADO
23	ANDREZA DA COSTA	AUSENTE	1		DESCCLASSIFICADO
24	TERESA CAMPOS DE QUADROS	AUSENTE			DESCCLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HS

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	THIAGO MARQUES DE MIRANDA	5,32		5,32	CLASSIFICAÇÃO
2	FREDERICO KELBERT FERNANDES	5,04		5,04	CLASSIFICAÇÃO
3	DIANA CASTRO DE ALMEIDA	4,48	0,5	4,98	CLASSIFICAÇÃO
4	LUISA BERTHIER ARAUJO	4,76		4,76	CLASSIFICAÇÃO
5	CLAIRON AURELIO NASCIMENTO DOS SANTOS	4,76		4,76	CLASSIFICAÇÃO
6	ELIANA SEIBEL	4,2	0,5	4,7	CLASSIFICAÇÃO
7	PRISCILA DOS SANTOS	4,48		4,48	CLASSIFICAÇÃO
8	ZULMAR LOPES AMORIM II	4,48		4,48	CLASSIFICAÇÃO

9	VIVIAN ROSA DE MELO	3,92		3,92	CLASSIFICAÇÃO
10	PRISCILA GONCALVES DE ALBUQUERQUE	3,92		3,92	CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30 HS

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	LUIZ FRANCISCO SILVA DE FREITAS	5,04	1	6,04	CLASSIFICADO
2	JESSE EMANOEL FERREIRA	5,32	0,5	5,82	CLASSIFICADO
3	GABRIELE CARAPETO XAVIER	5,6		5,6	CLASSIFICADO
4	LAURA CARDOSO	5,6		5,6	CLASSIFICADO
5	LAURO DA SILVEIRA JUNIOR	4,76	0,5	5,26	CLASSIFICADO
6	ANA MARIA VON HOONHOLTZ	5,04		5,04	CLASSIFICADO
7	GABRIEL KIRCHER FRAGOMENI	4,76		4,76	CLASSIFICADO
8	LISIANE MARQUES	4,48		4,48	CLASSIFICADO
9	EDUARDO AGUIRRE FEIJÓ	4,48		4,48	CLASSIFICADO
10	WILLIAM VARGAS PAES	3,92	0,5	4,42	CLASSIFICADO
11	CRISTIANE DE OLIVEIRA MACIEL	4,2		4,2	CLASSIFICADO
12	ANELISE REJANE THORSTENBURG RIBEIRO	4,2		4,2	CLASSIFICADO
13	YULLI MARQUES FELICIANO	4,2		4,2	CLASSIFICADO
14	ELAINE BUENO FAGUNDES	3,64	0,5	4,14	CLASSIFICADO
15	THIAGO LIMA DE MESQUITA	3,92		3,92	CLASSIFICADO
16	MAYRA DOMINGOS TEIXEIRA	3,64		3,64	CLASSIFICADO
17	CAROLINA WEINGARTNER TAVARES	3,64		3,64	CLASSIFICADO
18	WILLIAM ISNAIR MIRANDA MORAIS	3,64		3,64	CLASSIFICADO
19	WILLIAN RODRIGUES	2,8			DECLASSIFICADO
20	PAULA NOCCHI VISINTANNER	AUSENTE			DECLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HS

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	DANIEL MARCELINO RABELLO	5,6		5,6	CLASSIFICADO
2	JEAN GARCIA DOS SANTOS	4,2	0,5	4,7	CLASSIFICADO
3	DAVI LEDUR KERN	4,48		4,48	CLASSIFICADO
4	ELIETE SERAFINI	AUSENTE			DECLASSIFICADO
5	GILIARDI DA SILVA HERMENEGILDO	AUSENTE			DECLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE INGLÊS 20 HS

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	SUELEN PIENIS	4,76	1,5	6,26	CLASSIFICADO
2	NATHALIA DE OLIVEIRA SANTOS	5,04	0,5	5,54	CLASSIFICADO
3	CYNTHIA SOLANO URNAUER	5,04		5,04	CLASSIFICADO
4	EDINA DE SOUZA TEIXEIRA	3,64	1	4,64	CLASSIFICADO
5	ANIELE DOS SANTOS ABREU	2,8	0,5		DECLASSIFICADO
6	ADRIANA REGINA TOMÉ	AUSENTE			DECLASSIFICADO
7	CAMILA CRISTINA RODRIGUES	AUSENTE			DECLASSIFICADO
8	KASIARA DIAS AMORIM	AUSENTE	0,5		DECLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - EJA

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	RUY CASTRO SILVEIRA	4,2		4,2	CLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - EJA

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	LILIANE DE ABREU LEHRBACK	4,76	0,5	5,26	CLASSIFICADO
2	ANA DELMAR RIBEIRO	4,48	0,5	4,98	CLASSIFICADO

3	CHARLES VITOR BERNDT	AUSENTE			DESClassificado	
4	JOISE LUIZ BENTO	AUSENTE			DESClassificado	

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE ARTES - EJA

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	PATRICIA SILVEIRA TEIXEIRA	5,04	1	6,04	CLASSIFICADO
2	ANDREA MARIA DO NASCIMENTO	4,48	0,5	4,98	CLASSIFICADO
3	AFONSO CORREA DE SOUZA JUNIOR	3,64	0,5	4,14	CLASSIFICADO
4	JUCINETE BONIFACIO MELLO	3,36	1		DESClassificado
5	NIDIA DE PAULA BATALHA	3,36	0,5		DESClassificado
6	CLEUDIMARA APARECIDA CANELLO	AUSENTE			DESClassificado

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE GEOGRAFIA - EJA

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	CARLA MARIA SCHEID	6,16		6,16	CLASSIFICADO
2	FERNANDO SOARES DE JESUS	5,88		5,88	CLASSIFICADO
3	SIMONE DE SOUZA CRESCENCIO	5,6		5,6	CLASSIFICADO
4	DAIANE CLEIDE MARCELINO	3,92	1	4,92	CLASSIFICADO
5	MILENE SEER	4,76		4,76	CLASSIFICADO
6	MAYTE CECILIA MARCELINO MARTINS	AUSENTE			DESClassificado

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE HISTÓRIA - EJA

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	VANESSA SOUZA	5,88	1	6,88	CLASSIFICADO
2	RENATA SILVANO DE CARVALHO	5,04	1,5	6,54	CLASSIFICADO
3	MILENE CHAGAS DE SOUZA	5,32		5,32	CLASSIFICADO
4	ISABEL CRISTINA NUNES LACAU	5,32		5,32	CLASSIFICADO
5	VERA SUSANA CARDONA SIQUEIRA	4,48		4,48	CLASSIFICADO
6	CELSE ALEXANDRE DE SOUZA	4,48		4,48	CLASSIFICADO
7	FLAVIO FERREIRA LUCIANO	4,2		4,2	CLASSIFICADO
8	CARLOS DENILSON QUEVEDO MORAES	AUSENTE			DESClassificado

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE CIÊNCIAS - EJA

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	FERNANDA OLIVIA DRUMOND	5,6	1,5	7,1	CLASSIFICADO
2	MARIANA GIRALDI	5,04	1,5	6,54	CLASSIFICADO
3	RENATA MARTINS CAÇADOR	5,6		5,6	CLASSIFICADO
4	CARLISE LEDUR RIGO	4,48	0,5	4,98	CLASSIFICADO
5	GRASIELA MACIEL	4,48		4,48	CLASSIFICADO
6	JUSSARA MARIA ARAÚJO MANENTI	4,2		4,2	CLASSIFICADO
7	MIRIANE DO NASCIMENTO SCHAURICH	3,64	0,5	4,14	CLASSIFICADO
8	JULIANA ROCKENBACH	2,8			DESClassificado
9	MARIA LUIZA MOTTA PACHECO DE GODOY	AUSENTE			DESClassificado

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - PROFESSOR DE MATEMÁTICA - EJA

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	GISLAINE GREMELMAIER	5,32		5,32	CLASSIFICADO
2	IGOR SILVA DOS SANTOS	4,2		4,2	CLASSIFICADO
3	PRISCILA MARCELINO MARTINS	3,64	0,5	4,14	CLASSIFICADO
4	HUMBERTO RIBEIRO DA SILVA	3,36			DESClassificado
5	BRAZ C. DE CAMPOS	AUSENTE			DESClassificado

PROCESSO SELETIVO Nº. 002/2017 - MERENDEIRA

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	SITUAÇÃO
1	GISELE BOEIRA	9,50	CLASSIFICADO
2	CAROLINE RICARDO FASOLIN	9,50	CLASSIFICADO
3	CASSIANO STUDZINSKI SANTOD	9,00	CLASSIFICADO
4	JORGE ANTONIO DA SILVA BRUNETTA	9,00	CLASSIFICADO
5	ANDREA EVARISTO DE CAMARGO	9,00	CLASSIFICADO
6	HELENA EJOSKI DE OLIVEIRA	9,00	CLASSIFICADO
7	JANAINA FERREIRA	8,50	CLASSIFICADO
8	FERNANDA GONÇALVES MALHEIRO	8,50	CLASSIFICADO
9	ELIANE MARIA BARCELLOS	8,50	CLASSIFICADO
10	JULIANA CORREA	8,50	CLASSIFICADO
11	GISLAINE ADRIANE PROBST	8,50	CLASSIFICADO
12	MARIA MADALENA TEIXEIRA PUCHALSKI	8,00	CLASSIFICADO
13	MARLISE ANTUNES RODRIGUES	8,00	CLASSIFICADO
14	MARILEI NUNES DE SOUZA	8,00	CLASSIFICADO
15	VANESSA DA SILVA NUNES	7,50	CLASSIFICADO
16	DENISE CAPELA DA SILVA	7,00	CLASSIFICADO
17	MARIA LUIZA INÁCIO DE OLIVEIRA	6,50	CLASSIFICADO
18	ANDREA DE AMORIM CARLSEM	3,00	DECLASSIFICADO
19	ALANA OLIVEIRA DE MENDONÇA	AUSENTE	DECLASSIFICADO
20	ANAIARA ANUNCIAÇÃO MASCARENHAS	AUSENTE	DECLASSIFICADO
21	CARLA ESTER SILVA DOZZA	AUSENTE	DECLASSIFICADO
22	INAIANE CASTRO DA COSTA	AUSENTE	DECLASSIFICADO
23	JAQUELINE DE PAULA MENDES VIEIRA	AUSENTE	DECLASSIFICADO
24	LEIDIANE ROSA DE OLIVEIRA	AUSENTE	DECLASSIFICADO
25	LOIVA TEREZINHA SANTAREM PORTELA	AUSENTE	DECLASSIFICADO
26	LUCIANA CLEA DOS SANTOS	AUSENTE	DECLASSIFICADO
27	MARA POZO DE MATTOS	AUSENTE	DECLASSIFICADO
28	ROSILDA DA SILVA DUTRA	AUSENTE	DECLASSIFICADO
29	ROZIMEIA DOS SANTOS PIRES	AUSENTE	DECLASSIFICADO
30	VANESSA PEZZI	AUSENTE	DECLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017 - SERVENTES

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	SITUAÇÃO
1	ANA PAULA ALVES DO ROSARIO	9,0	CLASSIFICADO
2	DANIELA ALVES FERNANDES	9,0	CLASSIFICADO
3	JEMMY EDGARD FISCHER NETO	9,0	CLASSIFICADO
4	JOCELI DA COSTA MARQUES	8,5	CLASSIFICADO
5	ROZINEIA PACHECO MACHADO DA ROSA	8,5	CLASSIFICADO
6	ANDRESA FIDELIS FERNANDES	8,5	CLASSIFICADO
7	MARCOS VINICIUS SESTARI	8,5	CLASSIFICADO
8	JESSICA GABRIELA BARBOSA	8,5	CLASSIFICADO
9	PETERSON PAIVA MANTOVANI	8,0	CLASSIFICADO
10	OTÍLIA REGINA GEREMIAS	8,0	CLASSIFICADO
11	CARLOS EDUARDO KIEUTEKA	8,0	CLASSIFICADO
12	ANA PAULA DOS SANTOS	8,0	CLASSIFICADO
13	CLAUDIA FABIANA REIS SILVA	8,0	CLASSIFICADO
14	CATARINO GROSSER FERREIRA	8,0	CLASSIFICADO
15	ROBSON ROBERTO DE SOUZA	7,5	CLASSIFICADO
16	PAULA REGINA DA SILVA	7,0	CLASSIFICADO
17	MARIA MADALENA PEDROSO ALVES	7,0	CLASSIFICADO

18	HAMUL MEDEIROS PAMPUCHE	7,0	CLASSIFICADO
19	LILIANE BORGES MEYER	6,5	CLASSIFICADO
20	MERYVONE MARIA CARDOSO	6,5	CLASSIFICADO
21	CARMINA AMORIM	6,5	CLASSIFICADO
22	CRISTIANA ROCHA DE SOUZA	6,0	CLASSIFICADO
23	ROSA MARIA FURTADO SCHEIDT	5,5	CLASSIFICADO
24	VALCIRIA DE MEDEIROS	2,5	DESCCLASSIFICADO
25	JOÃO ANTÔNIO BITTENCOURT DA SILVA	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
26	JORGE LINTON CORREIA DORNELLES	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
27	LISIANE DUARTE	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
28	LUCILENE DE ARAÚJO	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
29	MARILEIA MARIA CARDOSO	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
30	MARILUCIA ALBERTON	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
31	NATALIA RAQUEL NERI	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
32	PAULO CÉSAR FERREIRA	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
33	ROCHANA FAGUNDES DIAS	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
34	SUZETE KAUFMANN	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
35	ALBERTINA ESPINDOLA MACHADO	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
36	ANA MARA PESSOA PEREIRA	AUSENTE	DESCCLASSIFICADO
37	MARLENE FAUSTINO	ANULADA	DESCCLASSIFICADO

PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017 – MOTORISTA DE CAMINHÃO/AUTO/ÔNIBUS

ORDEM	NOME DO CANDIDATO(A)	NPE	NPT	NF	SITUAÇÃO
1	LEANDRO DOS SANTOS RIBEIRO	5,95	3,00	8,95	CLASSIFICADO
2	FERNANDO POSPICHIL DE ARAUJO	7,00	1,50	8,50	CLASSIFICADO
3	EDSON DO NASCIMENTO	6,65	1,50	8,15	CLASSIFICADO
4	EDISON LACERDA GONÇALVES	5,60	1,50	7,10	CLASSIFICADO
5	MAURO LUIS SPINATO	7,00		7,00	CLASSIFICADO
6	RICARDO BONZANINI	7,00		7,00	CLASSIFICADO
7	DANIEL PEREIRA DA SILVA	6,65		6,65	CLASSIFICADO
8	VALTER CUSTÓDIO DA SILVA JUNIOR	6,30		6,30	CLASSIFICADO
9	CLOVIS HUGO DUARTE	6,30		6,30	CLASSIFICADO
10	ANDERSON MARTINS DA SILVA	6,30		6,30	CLASSIFICADO
11	LUCAS SANTANA FURTADO	6,30		6,30	CLASSIFICADO
12	SAULO JOVELINO DA SILVA JUNIOR	6,30		6,30	CLASSIFICADO
13	GERALDO ENDRES DOS REIS	5,95		5,95	CLASSIFICADO
14	RAFAEL ANTONIO GOLDFEDER	5,95		5,95	CLASSIFICADO
15	RAFAEL MACHADO DE LIMA	5,95		5,95	CLASSIFICADO
16	MICHEL DE ARAÚJO DIAS	5,95		5,95	CLASSIFICADO
17	LEONARDO DE SOUZA	5,95		5,95	CLASSIFICADO
18	FRANCISCO IUDICE	5,60		5,60	CLASSIFICADO
19	LEONARDO ALCINES SCHEIDT SOARES	5,60		5,60	CLASSIFICADO
20	JOÃO CARLOS DA SILVA	5,25		5,25	CLASSIFICADO
21	ALEXANDRE JOSÉ PEREIRA	5,25		5,25	CLASSIFICADO
22	LUCAS MARTINS	4,90		4,90	CLASSIFICADO
23	MARCELO SILVEIRA FERNANDES	4,55		4,55	CLASSIFICADO
24	ELTON FILIPI COELHO	4,55		4,55	CLASSIFICADO
25	BATISTA SANTANA	2,10		2,10	DESCCLASSIFICADO
26	ADÃO HENRIQUE DA SILVA CONER	X		0,00	DESCCLASSIFICADO
27	CICLEIDE SILVA TRAVASSO DE SOUZA	X		0,00	DESCCLASSIFICADO
28	CRISTIANO GONÇALVES LANDELL DE MOURA	X		0,00	DESCCLASSIFICADO

29	FABRICIO LEONARDO RAIMUNDO	X		0,00	DECLASSIFICADO
30	JUNIOR CONSTANTE	X		0,00	DECLASSIFICADO
31	LUIS FELIPE PACHECO CHAVES	X		0,00	DECLASSIFICADO
32	MANOEL JOSÉ DA SILVEIRA FILHO	X		0,00	DECLASSIFICADO
33	SILVIO DE SOUZA NASCIMENTO	X		0,00	DECLASSIFICADO

GAROPABA, 18 de janeiro de 2018

Paulo Sergio de Araújo

Prefeito Municipal

Publicado o presente Ato no DOM/SC em 19/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

AVISO DE LICITAÇÃO PE007/2018

Publicação Nº 1494410

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº. 007/2018

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, pretendendo a contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção corretiva para o veículo RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E SÉRIE MFG04818/2013 pertencente à frota da Secretaria de Agricultura e Pesca, com o fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 16h00min do dia 31/01/2018. A sessão pública será realizada a partir das 16h10min do dia 31/01/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 18 de janeiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PE084/2017

Publicação Nº 1494224

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº. 084/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob regime de execução indireta, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE (REPRESENTADO PELO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO "ÍNDICE DE JULGAMENTO G"), através de sistema de registro de preço para prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos veículos pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Garopaba, com fornecimento de peças e acessórios originais de fábrica. As propostas deverão ser entregues por meio de sistema de compras eletrônicas no site <http://bllcompras.org.br> até as 14h00min do dia 31/01/2018. A sessão pública será realizada a partir das 14h10min do dia 31/01/2018, no endereço eletrônico <http://bllcompras.org.br>. O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no endereço acima descrito, ou no site www.garopaba.sc.gov.br, onde poderá ser lido e/ou obtida cópia, inclusive dos seus anexos.

Garopaba - SC, 18 de janeiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 007/2018

Publicação Nº 1494533

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA****DECRETO N.º 007 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.**

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO E O DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto nos arts. 8º e 13º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF) e demais legislação.

DECRETA,

Art. 1º. Na forma dos demonstrativos anexos deste Decreto fica estabelecida a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e o desdobramento da receita em metas bimestrais de arrecadação para o exercício de 2018.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100
e-mail garopaba@garopaba.sc.gov.br www.garopaba.sc.gov.br CGC 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA**

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100
e-mail garopaba@garopaba.sc.gov.br www.garopaba.sc.gov.br CGC 82.836.057/0001-90



**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE GAROPABA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

R\$1,00

DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º)												
Unidades Gestoras	Meses											
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Sep	Out	Nov	Dez
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	470.554,07	769.193,90	740.857,65	1.309.811,51	800.277,08	768.118,11	721.169,55	700.332,53	767.282,54	834.940,68	882.309,12	1.599.123,26
TOTAL	470.554,07	769.193,90	740.857,65	1.309.811,51	800.277,08	768.118,11	721.169,55	700.332,53	767.282,54	834.940,68	882.309,12	1.599.123,26

GAROPABA, 18 DE JANEIRO DE 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

EDINEI JOSÉ VIEIRA
Secretário de Orçamento e Contabilidade

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100
e-mail garopaba@garopaba.sc.gov.br www.garopaba.sc.gov.br CGC 82.836.057/0001-90



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
UNIDADE GESTORA: MUNICIPIO DE GAROPABA

R\$1,00

DEMONSTRATIVO DO DESDOBRAMENTO DA RECEITA EM METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO (LRF ART. 13)													
		1º Bimestre		2º Bimestre		3º Bimestre		4º Bimestre		5º Bimestre		6º Bimestre	
Especificação da Receita	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
RECEITAS CORRENTES	5.382.896,95	9.519.796,61	5.496.835,70	5.958.742,58	4.838.023,05	5.065.102,89	4.999.300,59	4.039.925,65	4.001.218,08	5.150.166,36	4.960.446,57	7.220.658,09	66.633.113,12
RECEITAS DE CAPITAL	63.941	63.941	63.941	63.941	63.941	63.941	63.941	63.941	63.941	63.941	63.941	63.949	767.300
TOTAL	5.446.838	9.583.738	5.560.777	6.022.684	4.901.964	5.129.044	5.063.242	4.103.867	4.065.159	5.214.107	5.024.388	7.284.607,09	67.400.413,12

GAROPABA, 18 DE JANEIRO DE 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
 Prefeito Municipal

EDINEI JOSÉ VIEIRA
 Secretário de Orçamento e Contabilidade

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100
 e-mail garopaba@garopaba.sc.gov.br www.garopaba.sc.gov.br CGC 82.836.057/0001-90



R\$1,00

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA - EXERCÍCIO DE 2017 (URF ART. 8º)													
Especificação	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
RECURSOS													
Metas de Receita	5.446.838	9.583.738	5.560.777	6.022.684	4.901.964	5.129.044	5.063.242	4.103.867	4.065.159	5.214.107	5.024.388	7.284.607	67.400.413,12
Saldo Anterior	41.239.929	42.604.790	46.768.999	46.819.177	46.049.829	46.122.579	45.849.786	45.280.865	44.892.789	43.784.759	43.942.403	42.882.228	41.439.931
DESPESAS													
	4.081.977	5.419.529	5.510.599	6.792.032	4.829.214	5.401.837	5.632.163	4.491.943	5.173.189	5.056.463	6.084.563	8.726.904	67.200.413

GAROPABA, 18 DE JANEIRO DE 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

EDINEI JOSÉ VIEIRA
Secretário de Orçamento e Contabilidade

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100
e-mail: garopaba@garopaba.sc.gov.br www.garopaba.sc.gov.br CGC 82.836.057/0001-90



PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DEMONSTRATIVO DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO (LRF ART. 8º)													R\$1,00
Unidades Gestoras	Meses												TOTAL
	Jan.	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	2.413.150,00
TOTAL	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	201.095,83	2.413.150

R\$1,00

GAROPABA, 18 DE JANEIRO DE 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

EDINEI JOSÉ VIEIRA
Secretário de Orçamento e Contabilidade

Praça Gov. Ivo Silveira, 296 - Centro - Garopaba/SC - CEP 88.495-000 Fone (048) 3254-8100
e-mail garopaba@garopaba.sc.gov.br www.garopaba.sc.gov.br CGC 82.836.057/0001-90

DECRETO Nº 008/2018

Publicação Nº 1494603

DECRETO N.º 008, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 54.114,45 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.085 de 04/12/2017 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 54.114,45 (cinquenta e quatro mil, cento e quatorze reais e quarenta e cinco centavos), no Orçamento vigente:

04.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		54.114,45
FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIP.CORPO DE BOMBEIROS		54.114,45
06.182.00092.011 - Func. e Manutenção do Funrebom		54.114,45
4.4.90.0.1.00.000000 Aplicações Diretas		54.114,45

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 54.114,45 (cinquenta e quatro mil, cento e quatorze reais e quarenta e cinco centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 19/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EDITAL Nº 001/2018 ESCOLHA DE VAGAS

Publicação Nº 1494607

EDITAL Nº 001/2018 DE ESCOLHA DE VAGAS – 1ª CHAMADA

Define normas para a Escolha de Vagas de Chamada Presencial em atenção ao item 15 do Edital nº. 002/2017 de Processo Seletivo da Secretaria de Educação do município de Garopaba/SC

O Senhor Paulo Sergio de Araujo, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, torna público, pelo presente edital, a realização da escolha de vagas para provimento de vagas para admissão em caráter temporário de Pessoal do Magistério da Secretaria de Educação do município de Garopaba, que será regido pela legislação em vigor e pelas normas estabelecidas no presente edital.

DA ESCOLHA DE VAGAS

1. A escolha de vagas da 1ª Chamada será realizada na Sede da Secretaria Municipal de Educação, sito a Rua Lauro Severiano Müller, nº. 303, esquina com a Rua 30 de Dezembro, Centro de Garopaba/SC, das 09:00 às 11:00 hs ou até o momento em que todas as vagas forem preenchidas, o que ocorrer primeiro conforme cronograma a seguir:

Cargo	Data da realização da escolha das vagas
-------	---

Professor com Licenciatura 20 HS I	22/01/2018, a partir das 09:00 horas
Professor com Licenciatura 20 HS II	22/01/2018, a partir das 09:00 horas
Professor com Licenciatura 40 HS I	22/01/2018, a partir das 09:00 horas
Professor com Licenciatura 40 HS II	22/01/2018, a partir das 09:00 horas
Professores CEJA	22/01/2018, a partir das 09:00 horas
Professor de Inglês 20 HS	22/01/2018, a partir das 09:00 horas
Professor de Educação Física 40 HS	22/01/2017, a partir das 09:00 horas
Professor de Educação Física 30 HS	22/01/2017, a partir das 09:00 horas
Professor de Educação Física 20 HS	22/01/2017, a partir das 09:00 horas
Merendeira	23/01/2018, a partir das 09:00 horas
Servente	23/01/2018, a partir das 09:00 horas
Motorista	24/01/2018, a partir das 09:00 horas

2. As vagas devem ser escolhidas na totalidade de sua carga horária.

3. No dia e horário estabelecidos, o candidato deverá dirigir-se ao endereço descrito no item 1, munido de documento oficial de identificação (RG, Carteira de Trabalho, Carteira de Habilitação) e de comprovação de habilitação para o cargo para o qual foi aprovado.

3.1. A falta de qualquer documento indicado no item 3, a ser apresentado pelo candidato, será motivo para exclusão e conseqüente desclassificação da vaga do processo seletivo.

3.2. A documentação poderá ser apresentada por qualquer processo de cópia autenticada em cartório, ou ainda por cópia acompanhada do original, a fim de ser autenticada por servidor desta municipalidade.

4. O candidato que não estiver presente no momento da chamada de seu nome para a escolha da vaga, irá automaticamente para o final da lista de aprovados, conforme item 16.6.3 do Edital de Processo Seletivo nº. 002/2017.

5. As vagas a serem escolhidas são as seguintes:

Cargo: Professor com Licenciatura 20 HS I – 11 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
E.M.E.F ADUCI ARBUES DO NASCIMENTO	SIRIU	01
E.M.E.F ARY MANOEL DOS SANTOS	MACACU	01
E.M.E.F AMBROSIO/ AREIAS DE AMBROSIO	VILAGE	02
E.M.E.F AGOSTINHO BOTELHO	CAPÃO	02
E.M.E.F PAULA MARTINS PEREIRA	A. DE PALHOCHINA	01
E.M.E.F PROFº NORBERTO JOSE FLORIANO	ENCANTADA	01
E.M.E.F JANUARIO DOMINGOS FERREIRA	RESSACADA	01
C.E. IBIRAQUERA	IBIRAQUERA	02

Cargo: Professor com Licenciatura 20 HS II – 17 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
E.M.E.F ACACIO BENTO	COSTA DO MACACU	03
C.E.I.G CENTRO	VILAGE	05
C.E.I ISIDRO MANOEL DE AMORIM	AREIAS DE AMBROSIO	04
E.M.E.F PINGUIRITO	PINGUIRITO	01
C.E.I AREIAS DE PALHOCINHA	A. DE PALHOCHINA	01
C.E.I.M. CAMPO DUNA	CAMPO DUNA	01
C.E.I.M PROFª Mª MARTA R. SANSEVERINO	CAMPO DUNA	01

C.E.I.M OTHILIA Mª TEIXEIRA	LIMPA	01
-----------------------------	-------	----

Cargo: Professor com Licenciatura 40 HS I – 6 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
E.M.E.F CONSTANCIA LOPES	GAMBOA	01
E.M.E.F PAULA MARTINS PEREIRA	A. PALHOCINHA	01
E.M.E.F PROFº NORBERTO JOSE FLORIANO	ENCANTADA	02
C.E. IBIRAQUERA	IBIRAQUERA	02

Cargo: Professor com Licenciatura 40 HS II – 5 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
C.E.I.M CENTRO	VILAGE	01
C.E.I.M. CAMPO DUNA	CAMPO DUNA	02
C.E.I.M OTHILIA Mª TEIXEIRA	LIMPA	02

CEJA

DISCIPLINA	LOCALIDADE	VAGAS (1º. SEMESTRE)
GEOGRAFIA	PINGUIRITO	10 HS (01)
MATEMÁTICA	PINGUIRITO	20 HS (01)
EDUCAÇÃO FÍSICA	PINGUIRITO	10HS (01)
INGLÊS	PINGUIRITO	10 HS (01)

Cargo: Professor de Inglês 20 HS – 2 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
E.M.E.F ADUCI ARBUES DO NASCIMENTO E	SIRIU E GAMBOA	01
E.M.E.F CONSTANCIA LOPES		
E.M.E.F SALOMÃO SILVEIRA E	CANTO DA PENHA	01
E.M.E.F JANUARIO DOMINGOS FERREIRA	E RESSACADA	

Cargo: Professor de Educação Física 40 HS – 3 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
ESCOLA DE ESPORTES	CENTRO	02
C.E.I.M CENTRO	VILAGE	01

Cargo: Professor de Educação Física 30 HS – 6 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
E.M.E.F AGOSTINHO BOTELHO	CAPÃO	01
E.M.E.F JANDIRA LUISA DA SILVA	PALHOCINHA	01
C.E.I AREIAS DE PALHOCINHA	A. DE PALHOCINHA	01
E.M.E.F PROFº NORBERTO JOSE FLORIANO E	ENCANTADA	01
C.E.I.M ENCANTADA		
E.M.E.F JANUARIO DOMINGOS FERREIRA	RESSACADA	01
C.E.I.M. CAMPO DUNA E	CAMPO D'UNA E	01
C.E. IBIRAQUERA	IBIRAQUERA	

Cargo: Professor de Educação Física 20 HS – 2 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
E.M.E.F ACACIO BENTO	COSTA DO MACACU	01
E.M.E.F SALOMÃO SILVEIRA	CANTO DA PENHA	01

Cargo: Merendeira – 9 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
E.M.E.F ACACIO BENTO	COSTA DO MACACU	01
E.M.E.F AMBROSIO/ AREIAS DE AMBROSIO	VILAGE	01
E.M.E.F AGOSTINHO BOTELHO	CAPÃO	01
E.M.E.F JANDIRA LUISA DA SILVA	PALHOCINHA	01
C.E.I.M ENCANTADA	ENCANTADA	01

E.M.E.F JANUARIO DOMINGOS FERREIRA	RESSACADA	01
C.E.I.M. CENTRO	VILAGE	01
C.E.I.M. CAMPO DUNA	CAMPO DUNA	01
C.E. IBIRAQUERA	IBIRAQUERA	01

Cargo: Servente – 14 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
E.M.E.F AMBROSIO/ AREIAS DE AMBROSIO	VILAGE	01
E.M.E.F AGOSTINHO BOTELHO	CAPÃO	01
E.M.E.F JANDIRA LUISA DA SILVA	PALHOCINHA	01
C.E.I.M ENCANTADA	ENCANTADA	01
E.M.E.F PROFº NORBERTO JOSE FLORIANO	ENCANTADA	02
E.M.E.F JANUARIO DOMINGOS FERREIRA	RESSACADA	01
C.E.I.M. CENTRO	VILAGE	02
E.M.E.F ARY MANOEL DOS SANTOS	MACACU	01
C.E.I AREIAS DE PALHOCINHA	A. DE PALHOCINHA	01
E.M.E.F PAULA MARTINS PEREIRA	A. PALHOCINHA	02
C.E.I.M. CAMPO DUNA	CAMPO DUNA	01

Cargo: Motorista – 3 vagas

ESCOLA	LOCALIDADE	VAGAS
Secretaria de Educação – Sede	Centro	03

6. A chamada dos(as) candidatos(as) aprovados(as) será efetuada obedecendo a ordem de classificação, mediante a existência de vaga.

7. Após concluídos os trabalhos da 1ª Chamada, será reprocessada a classificação, com o registro dos candidatos que escolheram suas vagas.

8. O(A) candidato(a) que escolher vaga e desistir dela será excluído da listagem de classificação de escolha de vaga, ficando impedido de escolher outra vaga, e conseqüentemente desclassificado do processo seletivo.

9. Escolhida a vaga, o candidato receberá sua convocação, para no prazo nela estabelecido apresentar a documentação exigida para a contratação.

Garopaba, 19 de janeiro de 2018.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 19/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LEI COMPLEMENTAR Nº 2101, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1494539

LEI COMPLEMENTAR Nº 2.101, DE 18 DE JANEIRO DE 2018. INSTITUI O ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO CONDICIONADO PARA O EXERCÍCIO DE ATIVIDADE ECONÔMICA NO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Fica instituída a emissão de Alvará de Funcionamento Condicionado, inclusive eletrônico, nos termos a serem regulamentados.

§ 1º. O estabelecimento deverá ocupar imóvel a ser regularizado exclusivamente para atividade não residencial.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior não se aplica ao Microempreendedor Individual (MEI), que poderá utilizar sua residência como sede do estabelecimento quando não for indispensável a existência de local próprio para o exercício da atividade, nos termos do § 25, do artigo 18-A, da Lei Complementar Nacional nº 123/ 2006

§ 3º. O disposto no §1º desta Lei Complementar não se aplica as empresas ou profissionais autônomos não estabelecidos, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 1.942, de 17 de dezembro de 2015, que trata do Programa Domicílio Fiscal.

Art. 2º. O Alvará de Funcionamento Condicionado será expedido para atividades comerciais, industriais, institucionais e de prestação de serviços, compatíveis ou toleráveis com a vizinhança residencial, exercidas em edificação a ser regularizada, classificadas nos termos da legislação em vigor, desde que:

I - a atividade exercida seja permitida no local em face da zona de uso e da categoria e largura da via, atenda os parâmetros, as condições de instalação e usos estabelecidos na legislação vigente;

II - o responsável técnico legalmente habilitado, conjuntamente com o responsável pelo uso, atestem que cumprirão a legislação municipal, estadual e federal vigentes acerca das condições de higiene, segurança de uso, estabilidade e habitabilidade da edificação.

Art. 3º. Quando for necessária a manifestação das autoridades do Corpo de Bombeiros, sanitária e ambiental deverá tal previsão constar expressamente do Alvará de Funcionamento Condicionado.

Art. 4º. O Alvará de Funcionamento Condicionado não será expedido em relação à edificação:

I - cuja atividade pleiteada não seja tolerável para a zona de uso em que se situa;

II - situada em área contaminada, "non aedificandi" ou de preservação ambiental permanente;

III - que tenha invadido logradouro ou terreno público, exceto nos casos objeto de concessão, permissão, autorização de uso e locação social;

IV - que seja objeto de ação administrativa ou judicial promovida pelo município de Garopaba ou demais órgãos, objetivando a sua demolição, desocupação ou adequação;

V - em área de risco geológico-geotécnico.

Art. 5º. Poderá a Prefeitura Municipal emitir alvará para o exercício de atividade econômica de bares, restaurantes e similares as áreas de permissão dessas atividades, resguardadas as competências dos demais entes e órgãos da administração pública.

Art. 6º. Os estabelecimentos de que trata Lei Complementar só poderão solicitar o Alvará de Funcionamento Condicionado até 31 de dezembro de 2018.

Parágrafo único. A ausência de licença ou da comprovação das providências cabíveis após o decurso do prazo estipulado no "caput", sujeita a pessoa natural ou jurídica responsável pela sua utilização aos procedimentos fiscais e sanções previstas na legislação municipal.

Art. 7º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2099, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1494534

LEI Nº 2.099, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI N.º 1.374/2009, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO PESSOAL DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 16, da Lei Municipal n.º 1.374, de 21 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte Redação:

"Art. 16. Fica estabelecido para os servidores do Magistério Municipal, ativos e inativos, 20 (vinte) horas semanais, com habilitação em curso de Magistério – em Nível de Ensino Médio, na modalidade Normal, o piso salarial de R\$ 1.227,68 (um mil, duzentos e vinte e sete reais e sessenta e oito centavos).

§ 1º A hora atividade será de 1/3 (um terço) da jornada de trabalho, a ser desempenhada na unidade escolar, em atividades a serem regulamentadas por Ato do Poder Executivo, em concordância com a legislação vigente.

§ 2º O reajuste do piso será feito na mesma ocasião e no mesmo percentual que forem estabelecidos nacionalmente pela respectiva lei competente, não incidindo o reajuste anual dos demais servidores públicos municipais.

§ 3º O reajuste também se aplica aos servidores do magistério regidos pela lei municipal n.º 655 de 24/08/1999.

Art. 2º. O Anexo VI, da Lei Municipal n.º 1.374, de 21 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a redação do Anexo I, da presente Lei.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de janeiro de 2018.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

ANEXO I

(ANEXO VI - LEI N.º 1.374, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2009)

Jornada de 20 (vinte) horas Semanais – Jornada maior ou menor implica diferença para mais ou para menos.

Nível/Referência	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Nível I (piso)	1.227,68	1.252,27	1.277,31	1.302,83	1.328,88	1.355,48	1.382,59	1.410,24	1.438,45	1.467,22	1.496,55
Nível II (piso+ 4%)	1.276,79	1.302,34	1.328,35	1.354,93	1.382,03	1.409,66	1.437,88	1.466,66	1.495,96	1.525,87	1.556,40
Nível III (II + 5%)	1.340,63	1.367,44	1.394,80	1.422,69	1.451,15	1.480,19	1.509,79	1.539,99	1.570,76	1.602,19	1.634,22
Nível IV (III+5%)	1.407,65	1.435,83	1.464,56	1.493,84	1.523,72	1.554,18	1.585,24	1.616,99	1.649,30	1.682,30	1.715,93
Nível V (IV+5%)	1.478,03	1.507,59	1.537,74	1.568,50	1.599,88	1.631,89	1.664,50	1.697,80	1.731,76	1.766,38	1.801,73
Percentual	□	2%									

LEI Nº 2100, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1494536

LEI Nº 2.100, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL, PREVISTA NO ARTIGO 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedida, de acordo com o art. 37, X, da Constituição Federal, revisão geral anual de 1,94% (um vírgula noventa e quatro por cento) aos servidores ativos, inativos, comissionados e agentes políticos, do Poder Executivo e Legislativo do Município de Garopaba.

Art. 2º. A Revisão prevista na presente Lei será concedida em parcela única, no mês de janeiro do ano de 2018.

Art. 3º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 2102, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1494544

LEI Nº 2.102, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES, CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, apresenta à judiciosa apreciação da Colenda Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1.º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de

Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), firmado entre este Município e o Consórcio Público CIGA, mediante autorização da Lei Municipal n.º 1.327/2009.

Art. 2.º. O texto consolidado do Contrato de Consórcio Público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal está publicado na página 936 da edição n.º 2218 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 24 de março de 2017, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1490376543_edicao_2218_assinado.pdf).

Art. 3.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de janeiro de 2018.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 19/01/2018, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

Garuva

PREFEITURA

ADITIVO 92/2017 - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1494105

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 092/2017

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

RETIFICAÇÃO

1. DO PRAZO: De acordo com o Ofício/SMS nº 02/2018, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, RETIFICA-SE a cláusula terceira do contrato administrativo nº 092/2017, passando a vigorar nos seguintes termos:

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 15 de janeiro de 2018, terminando no dia 08 de julho de 2018, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 092/2017 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 18 de janeiro de 2018.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clédio Leandro Pedralli	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito		
Contratado		
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Geisse Kelly Budal Cpf: 102.659.549-59	

ADITIVO 93/2017 - RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1494104

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 093/2017

PARA ADMISSÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 18/2002

RETIFICAÇÃO

1. DO PRAZO: De acordo com o Ofício/SMS nº 02/2018, que passa a fazer parte integrante deste aditivo, RETIFICA-SE a cláusula terceira do contrato administrativo nº 093/2017, passando a vigorar nos seguintes termos:

CLÁUSULA TERCEIRA

O prazo do presente contrato é de 15 de janeiro de 2018, terminando no dia 23 de junho de 2018, observando o excepcional interesse público, podendo, persistindo a necessidade e presentes os requisitos estabelecidos na Lei Complementar Municipal 18/2002, ser prorrogado.

2. RATIFICAÇÃO: As partes ratificam as cláusulas originais do Contrato Administrativo nº 093/2017 para admissão temporária de excepcional interesse público, que não foram expressamente alteradas por este aditivo.

Fica eleito o Foro da Comarca de Garuva para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento. São partes integrantes do presente contrato a justificativa da necessidade de excepcional interesse público apresentada pela Secretaria Municipal de SAÚDE.

E, por concordarem com as cláusulas contratuais, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo.

Garuva, 18 de janeiro de 2018.	Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças Clédio Leandro Pedralli	
Município de Garuva Rodrigo Adriany David - Prefeito		
Contratado		
Isabela Aragão Pereira Cpf: 020.647.959-01	Geisse Kelly Budal Cpf: 102.659.549-59	

DECRETO Nº 24/2018

Publicação Nº 1493894

DECRETO Nº. 024 de 17 de janeiro de 2018

"Dispõe sobre a nomeação do servidor Lauro Felipe Raizer, para o cargo comissionado de Diretor de Tributação."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009 E 104/17 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica nomeado o senhor LAURO FELIPE RAIZER, portador de CPF nº 084.938.799-08, para cargo comissionado de Diretor de Tributação – CC2, subordinado a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 17 de janeiro de 2018.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 25/2018

Publicação Nº 1493895

DECRETO Nº. 025, de 17 de janeiro de 2018

"DISPÕE SOBRE A JORNADA DE TRABALHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RODRIGO ADRIANY DAVID, Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Orgânica Municipal.

Considerando o artigo 247, da LC municipal 01/1998;

Considerando a necessidade de ampliação dos serviços públicos municipais;

Considerando o fim do horário de verão na data de 17 de fevereiro de 2018;

DECRETA:

Art. 1o. – Fica instituído, a partir de 19 de fevereiro de 2018, expediente administrativo e operacional das 08h00m às 12h00m e das 13h30m às 17h00m, dos órgãos da administração direta do Município de Garuva.

Parágrafo único – As atividades operacionais das Secretarias Municipais de Saúde, Estratégias Rurais e Infraestrutura, Educação e Cultura terão seus expedientes ajustados à essencialidade dessas atividades.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008/2018

Publicação Nº 1493906

PORTARIA Nº. 008 de 17 de janeiro de 2018.

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009,

CONSIDERANDO, Processo n.º 35/2018;

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação da servidora SILMARA SOARES.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Professor, Classe III, referência "A".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA 010/2018

Publicação Nº 1493909

PORTARIA Nº. 10 de 17 de janeiro de 2018

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009.

Considerando Processo nº 3263/2017,

RESOLVE:

Art. 10. - Fica aprovada a progressão horizontal por avaliação positiva e qualificação profissional do servidor FRANCISCO LANZZARIN.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Operacional II, Classe II, referencia "C".

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior ocorrerão a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

PORTARIA 07/2018

Publicação Nº 1493904

PORTARIA Nº 007 de 17 de janeiro de 2018.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 91/2016 de 30 de junho de 2016;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO O Processo nº 3808/2017;

CONSIDERANDO a desistência tácita de candidato.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Aprovada no Concurso Público, THAYSI REGINA DE MELO DEMARIA, inscrita sob o nº. 172001003 classificada em 13º lugar, para o cargo público de provimento efetivo de Agente Administrativo, do regime estatutário.

Parágrafo Único – As regras para a posse são as estabelecidas na Portaria 172/2017 de 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Caso a nomeada não tome posse no respectivo cargo em até 30 dias a contar da publicação desta portaria, estará renunciando tacitamente a vaga a que foi nomeada, sendo considerada nula a nomeação, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato conforme a Lista de Classificação, para suprir a vaga não preenchida.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004/2018

Publicação Nº 1493901

PORTARIA Nº. 004 de 15 janeiro de 2018

"DISPÕE SOBRE RELOTAÇÃO DO SERVIDOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Garuva, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e Leis Municipais Complementares, 01/98 de 02/03/98 e 45/09 de 15/10/2009;

CONSIDERANDO, Ofício 176//2017 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

CONSIDERANDO, Processo nº 3828/2017

RESOLVE:

Art. 1º. – Relotar a servidora CAMILA TREML BARROS para 40 horas, na Escola Municipal Vicente Vieira sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a contar de 1 de fevereiro de 2018.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 009/2018

Publicação Nº 1493908

PORTARIA Nº. 09 de 17 de janeiro de 2018

"DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

CONSIDERANDO, Processo nº 37/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação do servidor EDUARDO DOS SANTOS LICETTI.

PARAGRAFO ÚNICO - A servidora fica enquadrada na Carreira Especialista Superior, Classe Pleno, referência "A".

Art. 2º. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 3º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**ADITIVO 006 - MAISCOLOR**

Publicação Nº 1494133

SEXTO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 005/2015 DE LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS

Pelo presente instrumento, como LOCADORA, qualificação da parte como consta no contrato originário, MAIS COLOR COMÉRCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS LTDA, estabelecida na cidade de Joinville - SC, à Rua Florianópolis, Bairro Itaum, inscrita no CNPJ sob o nº 13.192.779/0001-36 e Inscrição Estadual nº 256315310 e como LOCATÁRIA, GARUVA CAMARA DE VEREADORES, estabelecida na cidade de Garuva (SC), à Rua Eugênio Avanci, nº 44, Bairro Centro, inscrita no CNPJ sob nº 81.144.610/0001-60 e Inscrição Estadual nº Isento, neste ato representada pela vereador Presidente da Mesa Diretora OZIEL FERNANDES MATTOS, portador do CPF 902.353.399-20, RG 3.229.741-6 SSP SC, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo do Contrato de Locação de Impressoras tem por objetivo ajustar valor de Franquia passando para 6.000 (seis mil) páginas em um Valor Mensal de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) por mês sendo cobrado o valor de R\$ 0,06 (seis centavos) por pagina cobrado de excedente. Este termo possui validade por um período de 12 meses (21 de janeiro de 2018 a 20 de janeiro de 2019)

2. DA RATIFICAÇÃO

2.1. Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original 005/2015, celebrado em 21/01/2015, não modificadas por este instrumento, observadas as alterações dos termos aditivos 001 a 005, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

3. E por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Joinville, 17 de Janeiro de 2018.

MAIS COLOR COM. VAREJISTA DE EQUIP. LTDA
CNPJ nº 13.192.779/0001-36
LOCADORA

GARUVA CAMARA DE VEREADORES
CNPJ nº 81.144.610/0001-60
LOCATÁRIA

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.835, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493790

DECRETO Nº 7.835, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO COLONINHA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito do Município de Gaspar, no uso de suas atribuições legais, especialmente as estabelecidas no art. 72, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e em conformidade com o art. 5º, alínea "i" do Decreto-Lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação ou aquisição, por via judicial, ou amigável, nos termos da alínea "i" do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.365/41, um imóvel, cujo todo encontra-se matriculado sob o nº 28.121, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, localizado na Rua Frei Antonino, Gaspar, Santa Catarina, pertencente à Sonia Maria Zimmermann, inscrita no CPF sob o nº 309.510.979-20; Gerson José Zimmermann, inscrito no CPF sob o nº 437.274.689-04; Gleusa Maria Zimmermann, inscrita no CPF sob o nº 439.134.319-34; Solange Maria Zimmermann Testoni, inscrita no CPF sob o nº 291.255.459-49; Luis Henrique Zimmermann, inscrito no CPF sob o nº 050.493.699-91; Eunice Knaesel Zimmermann, inscrita no CPF sob o nº 037.436.819-86; Ana Maria Zimmermann do Nascimento, inscrita no CPF sob o nº 381.582.569-53; Jurandir José Zimmermann, inscrito no CPF sob o nº 381.934.189-72, e Silvia Maria Zimmermann, inscrita no CPF sob o nº 576.272.319-49, contendo as seguintes características:

I. um terreno com área de 118,64 m² (cento e dezoito metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), cuja descrição inicia-se partindo do ponto V7; desse segue por linha seca confrontando com a Rua Frei Antonino com o azimuth de 124°45'26", com o ângulo interno de 94°22'15" e a distância de 49,74 m até o ponto V1; desse segue por linha seca confrontando a Rua Frei Antonino com o azimuth de 177°04'15", com o ângulo interno de 127°41'11" e a distância de 2,24 m até o ponto V2; desse segue por linha seca confrontando com a Rua Prefeito Leopoldo Schramm com o azimuth de 228°52'27", com o ângulo interno de 128°11'48" e a distância de 11,52 m até o ponto 8; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente com o raio de 9,00 m com e a distância de 16,35 m até o ponto 9; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente com o azimuth de 304°45'26" e a distância de 39,70 m até o ponto 10; desse segue por linha seca confrontando com terras de José Braz Gonçalves com o azimuth de 39°07'42", com o ângulo interno de 85°37'45" e a distância de 1,75 m até o ponto V7; início da descrição do perímetro. O imóvel descrito com a área 118,64 m² (cento e dezoito metros e sessenta e quatro decímetros quadrados) foi avaliado em R\$ 77.353,28 (setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos) conforme laudo de avaliação que faz parte integrante deste Decreto.

Parágrafo único. A desapropriação ou aquisição do imóvel descrito neste artigo tem como finalidade a formalização da transferência de propriedade ao Município de Gaspar, o qual será utilizado para implantar o alargamento da Rua Frei Antonino.

Art. 2º As despesas decorrentes da aquisição do imóvel acima descrito correrão por conta da Secretaria Municipal de Planejamento

Territorial.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de janeiro de 2018.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS
LAUDO DE AVALIAÇÃO - ATA DA REUNIÃO

LAUDO DE AVALIAÇÃO

Proprietário (a): Sonia Maria Zimmermann e Outros, inscrita no CPF nº 309.510.979-20.

Local: Rua Frei Antonino esquina com a Rua Prefeito Leopoldo Schramm.

Bairro: Coloninha.

Finalidade: Desapropriação para alargamento da via.

Características do Imóvel: Terreno Urbano.

Critério de Avaliação: Método Comparativo.

Terreno Urbano:

Imóvel localizado sito a Rua Frei Antonino esquina com a Rua Prefeito Leopoldo Schramm, Bairro Coloninha, com área de 118,64 m² (cento e dezoito metros e sessenta e quatro decímetros quadrados), Partindo do ponto V7; desse segue por linha seca confrontando com a Rua Frei Antonino com o azimuth de 124°45'26", com o ângulo interno de 94°22'15" e a distância de 49,74 m até o ponto V1; desse segue por linha seca confrontando a Rua Frei Antonino com o azimuth de 177°04'15", com o ângulo interno de 127°41'11" e a distância de 2,24 m até o ponto V2; desse segue por linha seca confrontando com a Rua Prefeito Leopoldo Schramm com o azimuth de 228°52'27", com o ângulo interno de 128°11'48" e a distância de 11,52 m até o ponto 8; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente com o raio de 9,00 m com e a distância de 16,35 m até o ponto 9; desse segue por linha seca confrontando com a Área Remanescente com o azimuth de 304°45'26" e a distância de 39,70 m até o ponto 10; desse segue por linha seca confrontando com terras de José Braz Gonçalves com o azimuth de 39°07'42", com o ângulo interno de 85°37'45" e a distância de 1,75 m até o ponto V7; início da descrição do perímetro, conforme escritura pública registrada no Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar com o registro nº R-4-28.121.

Infra-estrutura:

Conforme vistoria técnica realizada no imóvel, este localizado no perímetro urbano do município que é dotado de todos os recursos de infra-estrutura básica como, rede de água, rede de energia elétrica, rede telefônica, rede de drenagem pluvial, coleta de Lixo orgânico e reciclável, via pavimentada, passeio público, tendo também transporte coletivo publico, terreno plano, regular, pedologia seco.

Zoneamento:

Zoneamento CC (Corredor de Centralidade), tendo a viabilidade para construção de prédio Comercial e/ou residencial de até 12 pavimentos, com lote mínimo conforme zona situada, com taxa de ocupação de 60% e coeficiente de aproveitamento de 2,5 vezes a

área do imóvel, tendo um recuo mínimo frontal de 5,00 m e recuo laterais e fundos no mínimo de 1,50 m considerando H/7, conforme Consulta de viabilidade nº 0511 de 25 de janeiro de 2011, solicitada para retificação de área.

Zoneamento AD (Área de Densificação), tendo a viabilidade para construção de Habitação, Comercial, Depósito, Serviços, Institucional e indústria de baixo potencial de degradação ambiental até 1.000,00 m² este com autorização do (CMDU), até 12 pavimentos, com lote mínimo de 360,00 m², com taxa de ocupação de 70% coeficiente de aproveitamento de 2 vezes a área do terreno, tendo um recuo mínimo frontal de 4,00 m lateral e fundos no mínimo de 1,50 m ou parede cega, considerando H/7- mínimo 1,50 e testada mínima de 12,00 m, recuo mínimo para indústria de médio e grande porte 3,00 m.

Valor do Imóvel:

Conforme descrito acima o imóvel possui área total de 118,64 m² (cento e dezoito metros e sessenta e quatro décimos quadrados), tendo seu valor de R\$ 652,00 p/m² (seiscentos reais) por metro quadrado, sendo assim, o imóvel acima citado, este avaliado em um valor total de R\$ 77.353,28 (setenta e sete mil trezentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos).

Ata:

Em onze (11) de Dezembro de 2017, às 8h00min, nas dependências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento reuniram-se a Comissão de Avaliação designada pelos Decretos nº. 4.567/11, 6.872/16 e 7520/17, a fim de avaliar o imóvel acima citado, estavam presentes todos os membros designados. Nada mais havendo digno de nota nem a tratar, às 10h30 min. encerrou-se a presente reunião onde foi elaborada esta ata que após ser lida e achada conforme, foi assinada por todos que integram esta comissão.

Encerramento:

O presente laudo de Avaliação possui (3) três laudas que vai devidamente assinada.

Carlos Francisco Bornhausen
Matricula1033.

Jonas José Schramm
Matricula 7589

Gustavo Lindner Foppa
Matricula nº 10356

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

Publicação Nº 1494046

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2018

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2018

OBJETO: Registro de preços para futuras aquisições de combustíveis. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09h do dia 31/01/2018, no Departamento de Compras, Rua São Pedro, nº 128, 2º Piso – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 18/01/2018.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal

EDITAL Nº 001/2018 - CMAS

Publicação Nº 1493782

Edital nº 001/2018 - CMAS

Convoca Assembleia e abre as datas para as inscrições da eleição dos representantes não governamentais de Assistência Social e dá outras providências.

O Prefeito de Gaspar e o Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (C.M.A.S) no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 5º, inciso 5º da Lei Complementar Municipal nº 062 de, 10 de agosto de 2015 convocam os representantes não governamentais de Assistência Social com sede e/ou atividades no Município de Gaspar para a Assembleia de Eleição dos conselheiros titulares e suplentes para a composição do CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, biênio 2018-2020, que acontecerá no 02/04/2018, às 09 horas, no Auditório da Secretaria da Educação, ocasião em que deverão ser eleitos os 06 (seis) representantes não governamentais, sendo 06 (seis) titulares e 06 (seis) suplentes.

1 - DA INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES/ORGANIZAÇÕES E CREDENCIAMENTO DE ELEITORES

1.1. Data: 02/02/2018 à 28/02/2018

1.2. Horário: 08h às 12h e das 13h às 17h.

1.3. Local: Secretaria de Assistência Social – SAS - Assessoria aos Conselhos.

Endereço: Avenida das Comunidades nº 133 - Gaspar SC

2 - DA REPRESENTAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

2.1. As Entidades/Organizações serão eleitas atendendo a Lei Complementar Municipal nº 062 de 10/08/2015, na forma abaixo:
I – 02 (dois) representantes dos usuários ou organizações de usuários da Assistência Social;
II – 02 (dois) representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social e;
III – 02 (dois) representantes de Entidades de Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social;

2.2. Entende-se como categorias representativas no CMAS:

2.2.1. Serão consideradas organizações de usuários aquelas que juridicamente constituídas que tenham, estatutariamente, entre seus objetivos, a defesa dos direitos dos indivíduos e grupos vinculados à Política Municipal de Assistência Social, sendo caracterizado seu protagonismo na organização mediante participação efetiva nos órgãos diretivos que os representam, por meio da sua própria participação ou de seu representante legal, quando for o caso.

2.2.2. Serão consideradas Entidades de Assistência Social aquelas que prestam, sem fins lucrativos, atendimentos e/ou assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos.

2.2.3. Serão consideradas Entidades de Trabalhadores do Setor as associações de trabalhadores, sindicatos, fóruns, federações, confederações, centrais sindicais, conselhos federais e regionais, bem como núcleos de profissões regulamentadas que organizam, defendem e representam os interesses dos trabalhadores que atuam institucionalmente na Política de Assistência Social, conforme preconizado na Lei Orgânica de Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na Norma Operacional Básica, Recursos Humanos e no Sistema Único de Assistência Social, mediante os critérios estabelecidos no Regimento Interno do Conselho Municipal

de Assistência Social.

3 – DO MANDATO

3.1. O mandato dos Conselheiros para a Gestão 2018/2020 terá duração de 02 (dois) anos, com a mesma data de início e término para todos, e será exercido gratuitamente, em razão do seu caráter de relevante interesse público.

4 – DA COMISSÃO ORGANIZADORA PARA PROCESSO DE ELEIÇÃO

4.1. A Comissão Organizadora será composta por Conselheiros Governamentais e não governamentais que compõem a Comissão de Normas, a qual coordenará o Processo de Eleição dos Representantes Não Governamentais do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

4.2. Compete a Comissão Organizadora:

4.2.1. coordenar o Processo de Eleição da representação não governamental, tomando todas as providências necessárias à sua realização, e dar ciência ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, sempre que requisitado;

4.2.2. elaborar o Edital para o processo de Eleição;

4.2.3. analisar as inscrições das Entidades/Organizações e o credenciamento dos eleitores e seus suplentes, bem como os recursos;

4.2.4. homologar o registro das candidaturas;

4.2.5. coordenar a Assembleia das Eleições;

4.2.6. publicar o resultado do Processo de Eleição;

4.2.7. além das atribuições elencadas nos itens 4.2.1. à 4.2.6, deste Edital, a Comissão Organizadora poderá prorrogar prazos ou preenchimento das vagas destinadas às Entidades/Organizações caso se faça necessário, com autonomia para tanto, devendo posteriormente ser referendada em Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

4.2.8. resolver casos omissos.

5. DA INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES/ ORGANIZAÇÕES/USUÁRIOS COM SEUS CANDIDATOS E CREDENCIAMENTO DOS ELEITORES

5.1. Caberá a cada Entidade/Organização, através do seu representante legal, proceder a sua inscrição e de seu candidato e suplente, bem como o credenciamento de um eleitor e seu respectivo suplente.

5.2. Para inscrição de Entidade/Organização/Usuários elencados nos itens 2.1, a mesma deverá:

5.2.1. Estarem inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e/ou ter Serviço, Programa ou Projeto inscrito no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

6 - DOS DOCUMENTOS PARA A INSCRIÇÃO DAS ENTIDADES/ORGANIZAÇÕES/USUÁRIOS COM SEUS CANDIDATOS E CREDENCIAMENTO DE ELEITORES

6.1. Entidades e/ou Organização e Usuários:

- a) Fotocópia da carteira de Identidade do Candidato a Conselheiro;
- b) Ficha de Inscrição da Entidade (Anexo 01); e
- c) Se Entidade, Cópia do Estatuto Social.

6.2. Entidades de Assistência Social:

- a) Documento de Inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS – atualizado;
- b) Fotocópia da Carteira de Identidade do candidato a Conselheiro;
- e
- c) Ficha de Inscrição (Anexo 02) preenchida e assinada pelo representante legal da entidade;

6.3. Trabalhadores da área:

- a) Fotocópia da carteira de Identidade do Candidato a Conselheiro;
- b) Ficha de Inscrição (anexo 02); e
- c) Documentação de Indicação do Profissional;

6.4. Para as entidades/organizações/usuários que serão eleitores:

- a) Encaminhar Fotocópia da Carteira do eleitor;
- b) Indicação da Entidade/Organização do eleitor; e
- c) Aos usuários comprovação que são inseridos nos serviços da Política de Assistência Social;

Observação:

a) Os servidores públicos em cargo de confiança ou de direção, na esfera pública, não poderão ser membros do Conselho representando algum segmento que não o poder público;

b) Cada Entidade, grupo ou organização somente poderá apresentar para o processo de eleição um candidato a conselheiro e um suplente;

c) A ficha de inscrição estará disponível na Assessoria aos Conselhos;

6.5. Não serão aceitas inscrições e credenciamentos por via postal, fax-símile ou correio eletrônico.

7. DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO

7.1. A Assembleia de Eleição será realizada na data de 02 de abril de 2018, às 09 (nove) horas no Auditório da Secretaria da Educação.

7.2. A Assembleia será coordenada com as competências previstas no item 4.2, deste Edital, ficando os demais procedimentos pertinentes ao Processo de Eleição a serem previstos em Regimento Interno, mediante aprovação do Plenário.

8. DA PROGRAMAÇÃO DA ASSEMBLEIA DE ELEIÇÃO

Abertura dos Trabalhos e Assembleia;
Leitura e aprovação do Regimento Interno;
Apresentação das Entidades/Organizações;
Início da votação;
Término da votação e início da apuração dos votos, seguida de aclamação das Entidades/Organizações eleitas; e
Encerramento.

8.1. É obrigatória a presença de pelo menos 01 (um) representante da Entidade/Organização, na apresentação e a aclamação, podendo, a ausência, ser justificada somente por motivo de força maior (compreende-se por força maior as situações relativas a problemas de saúde pessoal ou familiar, óbito e/ou convocação judicial).

8.2. Nos casos de ausência de representante da Entidade/Organização caberá ao Plenário da Assembleia a competência de aprovar, por maioria simples dos presentes, as justificativas.

8.3. É obrigatória, para os Candidatos e seus Suplentes, a apresentação de documentos pessoal de identificação, para fins de comprovação, dos dados declarados nos requerimentos de credenciamento

dos candidatos e Eleitores.

8.4. A Eleição das Entidades/Organização dar-se-á pelo maior número de votos dos presentes, sendo que a mais votada, por categoria, ocupará a vaga de titular.

8.5. Em caso de empate, proceder-á nova votação.

8.6. Em caso de vacância em qualquer uma das categorias mencionadas no item 2.1, haverá novo processo eleitoral para o preenchimento da vaga.

8.7. As Entidades/Organizações poderão substituir seus representantes, após serem eleitas, a qualquer tempo, mediante envio de Ofício ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

8.8. Na hipótese de dissolução da Entidade/Organização, esta perderá automaticamente o mandato.

8.9. Os Candidatos eleitos, representantes das Entidades/Organizações, bem como os representantes governamentais, tomarão posse após a nomeação, através de Portaria/Decreto do chefe do Executivo Municipal.

9. CRONOGRAMA DO PROCESSO ELEITORAL

19/01/2018	Publicação do Edital.
25/01/2018	Prazo para impugnação do Edital.
31/01/2018	Prazo para análise de impugnações.
01/02/2018	Publicação de Errata do Edital se necessário.
02/02/2018 a 28/02/2018	Inscrição dos candidatos e eleitores.
01/03/2018 a 05/03/2018	Avaliação das Inscrições pela Comissão Organizadora.
06/03/2018	Publicação no site da Prefeitura Municipal da relação de Entidades e Candidatos Inscritos.
07/03/2018 a 14/03/2018	Prazo para as Entidades recorrerem do indeferimento.
21/03/2018	Prazo para análise de recursos, se necessário.
22/03/2018	Publicação no site www.gaspar.sc.gov.br da Relação das Entidades e Candidatos inscritos na Eleição para a Composição do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, Biênio 2016-2018.
02/04/2018	Assembleia de Escolha os Conselheiros que irão compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS – Biênio 2016/2018 - 09 horas, no Auditório do DITRAN.
04/04/2018	Posse dos Conselhos Não Governamentais e Governamentais irão compor o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS -Biênio 2016/2018 - 09 horas Sala Assessoria aos Conselhos.

Gaspar, 17 de janeiro de 2018.

Kleber Edson Wan-Dall Santiago Martin Navia
Prefeito Municipal de Gaspar Presidente do CMAS

ANEXO I		
Ficha de Credenciamento da Entidade () Candidata () Votante		
Entidade:		
CNPJ:		
Endereço:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:	E-mail:	

Indicar Representante Titular		
E-mail		Fone:
Indicar Representante Suplente		
E-mail		Fone:
Cadastro do Delegado Representante da Entidade com Direito a Voto e Voz.		
Nome:		
Documento:		
Cargo/Função que exerce na Entidade:		
Cidade:	UF:	CEP:
Telefone:	E-mail:	

Assinatura do Representante Legal da Entidade

OBS: ESTE REQUERIMENTO DEVE SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO OU COM CARIMBO DO CNPJ DA ENTIDADE.

ANEXO 02

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA CANDIDATO

- Nome da Entidade: _____
- Nome do Candidato: _____
- RG. _____ CPF: _____
- Endereço: _____ Bairro: _____
- Município: _____ CEP: _____
- Fone _____ Residencial: _____
Comercial: _____
- e-mail para contato: _____
- Categoria representativa (assinalar conforme o Estatuto da Entidade)
() Usuário;
() Organização de Usuários;
() Entidades e Organizações de Assistência Social;
() Trabalhadores do Setor;
9. Documentos apresentados:
() Cópia do Estatuto da Entidade;
() Cópia da Identidade do candidato;
() Documento de Indicação Profissional;

Declaro estar de pleno acordo com o Edital CMAS nº 01/2018

Gaspar, ____ / ____ / ____ .

Assinatura do Candidato

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BIÊNIO 2018/2020

Publicação Nº 1493783

ASSEMBLEIA DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS NÃO-GOVERNAMENTAIS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS
BIÊNIO 2018/2020
REGIMENTO INTERNO

Estabelece as regras para a Assembleia de Escolha dos Conselheiros representantes da área não governamental, para o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar.

Art. 1º - A Assembleia de Escolha dos Conselheiros Não-Governamentais, titulares e suplentes, para compor o Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar - CMAS Biênio 2018/2020, convocada pelo Prefeito Municipal Sr. Kleber Edson Wan-Dall, através do Edital nº 001/2018, será realizada no dia 02 de abril de 2018, com início às 09h00min horas no Auditório da Secretaria da Educação, sito a Rua São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC

Art.2º - O processo de eleição será coordenado pela Comissão Organizadora do processo de escolha dos representantes não governamentais.

Art. 3º - A Mesa Diretora será composta pelos membros da Comissão Organizadora do processo de escolha dos representantes não governamentais.

Art. 4º - A Mesa Diretora cumprirá a seguinte ordem do dia:

- Abertura dos trabalhos e Assembleia;
- Leitura e aprovação do Regimento Interno;
- Apresentação das Entidades/Organizações;
- Início da votação;
- Término da votação e início da apuração dos votos;
- Aclamação das novas entidades/organizações e usuários eleitos;
- Encerramento.

Art. 5º - Os candidatos e delegados são aqueles cujas inscrições e credenciamentos foram homologados e publicados em 22 de março de 2018, no site da Prefeitura Municipal de Gaspar: www.gaspar.sc.gov.br.

Art. 6º - Cada candidato fará apresentação pelo período máximo de 2 (dois) minutos.

Art. 7º - Após o término da apresentação dos candidatos terá início o período de votação pelos delegados credenciados.

Art. 8º - Os candidatos serão eleitos pelos delegados por voto secreto, em cédula própria fornecida pela Comissão Organizadora do processo de escolha dos representantes não governamentais, na qual constará a relação de candidatos conforme categoria representativa.

Art. 9º - A escolha dos candidatos se dará por maioria simples dos votos.

Art. 10 - Cada delegado, por CATEGORIA, poderá escolher até:

I – 02 (dois) representantes dos usuários ou organizações de usuários da Assistência Social;

II – 02 (dois) representantes de Entidades e Organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social e;

III – 02 (dois) representantes de Entidades de Trabalhadores do Sistema Unico de Assistência Social;

Parágrafo Único - As cédulas preenchidas que tiverem votos por categoria representativa além daquelas previstas neste regimento e/ou tiverem rasuras serão anuladas.

Art. 11 - Concluído o processo de votação, a Mesa Diretora procederá com a apuração dos votos, anunciando-os publicamente.

Art. 12 - Serão declarados eleitos conselheiros titulares, para cada uma das categorias representativas, os candidatos que obtiverem o maior número de votos.

Parágrafo Único - Em caso de empate se procederá com nova votação apenas dos candidatos que empataram o número de votos. Persistindo o empate, será considerado eleita a entidade que tiver sido fundada há mais tempo.

Art. 14 - Os eleitos serão aclamados pela Assembleia de Escolha.

Art. 15 - Todos os presentes na Assembleia deverão assinar a lista de presença.

Art. 16 - Em caso de não completar alguma vaga para Conselheiros Não Governamentais do CMAS, será convocada nova Assembleia para preenchimento desta categoria.

Art. 17 - A Assembleia tem a incumbência de discutir, aprovar ou rejeitar, suprimir ou incluir qualquer proposta no Regimento Interno do processo de escolha dos Conselheiros Não-Governamentais, respeitando o Edital citado.

Art. 18 - O Regimento Interno será aprovado pela maioria simples dos presentes.

Art. 19 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do processo de escolha dos representantes não governamentais.

Gaspar, 17 de janeiro de 2018.
Comissão Organizadora do processo de escolha dos representantes não governamentais.
Biênio 2018/2020

SAMAE - GASPAR**PORTARIA Nº 01 DE 17 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1494405

PORTARIA Nº 01, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

DETERMINA a extinção da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar do SAMAE, com a consequente dispensa das funções de seus integrantes e; Direciona todos os processos que estão em curso, e os que forem instaurados a partir desta data, à Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Gaspar.

JOSÉ HILÁRIO MELATO, Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar – SAMAE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº. 3.146, de 15 de outubro de 2009,

CONSIDERANDO, sobretudo o princípio da impessoalidade do direito administrativo,

RESOLVE:

Art. 1º. Que fica extinta a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, instituída pela Portaria nº. 35/2017, datada de 06 de fevereiro de 2017, dispensando das funções os seguintes servidores: i) Gisele de Souza Bonin, ocupante do cargo de provimento efetivo de telefonista; ii) Giovane Francesco Deschamps, ocupante do cargo de provimento efetivo de leiturista; e iii) Aldo Luz, ocupante do cargo de provimento efetivo de operador de bombas, sob a presidência da primeira.

Art. 2º. As sindicâncias e processos administrativos em trâmite e aqueles que forem instaurados a partir desta data serão direcionados para serem conduzidos pela Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Gaspar, instituída pelo Decreto nº 7.802 de 11 de dezembro de 2017, na pessoa de sua presidente.

Art. 3º. Todas as sindicâncias e procedimentos administrativos disciplinares serão conduzidos pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Prefeitura Municipal de Gaspar, instituída através do Decreto nº. 7.802, datado de 11 de dezembro de 2017, a qual é composta pelos seguintes servidores, membro titulares: I- DULCINÉIA SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 579.259.419-87; II- MARAISA ZIMMERMANN, inscrita no CPF sob o nº 050.569.29964; e III - CARLOS EDUARDO JUNKES, inscrito no CPF sob o nº 381.215.909-06, sob a presidência da primeira.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de janeiro de 2018.

JOSÉ HILÁRIO MELATO
Diretor-Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 019/2017 - 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 19/2017 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA EDITORA POSITIVO, REFERENTE À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 31/2017, PROCESSO 031/2017.

Publicação Nº 1494302

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 019/2017

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 19/2017 QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E A EMPRESA EDITORA POSITIVO, REFERENTE À INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 31/2017, PROCESSO 031/2017.

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, com sede na Praça 6 de Novembro, n.º 01, Bairro Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, SR. JULIANO DUARTE CAMPOS e a empresa EDITORA POSITIVO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 79.719.613/0001-33, e na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41201785980, com sede na Rua Senador Accioly Filho, 431, Cidade Industrial, CEP: 81310-000, Curitiba – PR, resolvem, de comum acordo, ADITAR O CONTRATO EM SUA CLAUSULA 2º 2.1 ITEM 2, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE UM COMPOSTO PEDAGÓGICO DESTINADO AO USO NO PROCESSO EDUCACIONAL DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS-SC, O RESPECTIVO COMPOSTO PEDAGÓGICO DEVERÁ DISPONIBILIZAR MATERIAL DIDÁTICO PEDAGÓGICO, UMA MÍDIA DIGITAL COM CONTEÚDOS EDUCACIONAIS, UM SERVIÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA AOS PROFESSORES E EQUIPE TÉCNICA, UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ACADÊMICO DOS ALUNOS DO 4º E 8º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL E AINDA, UM SISTEMA DE DIAGNÓSTICO DE FATORES INSTITUCIONAIS QUE COMPÕEM A EDUCAÇÃO MUNICIPAL QUE POSSA AVALIAR OS AVANÇOS EDUCACIONAIS DO REFERIDO MUNICÍPIO DURANTE A VIGÊNCIA DO CONTRATO QUE DEVE ABRANGER O TERCEIRO BIMESTRE DE 2017 ATÉ O SEGUNDO BIMESTRE DE 2018, respeitando o estabelecido no art. 65, inciso I, alínea b, da Lei nº. 8666/93 nos termos que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto acrescentar 100 alunos ao item 2 da Clausula 2ª item 2.1 a partir da data de 18/01/2018.

CLAUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

2.1. Faz-se indispensável o aditamento deste contrato em virtude do fato do quadro de matrícula da Rede Municipal de Ensino ter ultrapassado os índices previstos.

Neste tocante, há artigo específico na lei que rege as licitações e contratos administrativos protegendo este tipo de acréscimo contratual, qual seja o art. 65, inciso I, alínea b, da Lei 8.666/93, in verbis:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta.

2.2. Observados estes pressupostos, mostrou-se plenamente hábil para esta administração que este termo aditivo fosse realizado pelas partes.

2.3. Faz-se assim, necessária a adição de 100 alunos ao item 2 da Clausula 2ª item 2.1 no valor total de R\$ 29.500,00 (vinte e nove mil e quinhentos reais) restando dentro do limite de 25% previsto pela lei 8.666/93, perfazendo o valor total do contrato em R\$ 968.826,00 (novecentos e sessenta e oito mil oitocentos e vinte e seis reais), uma vez que para a devida execução do contrato demandará o acréscimo de alunos supracitado.

2.4. As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

Governador Celso Ramos/SC, 18 de janeiro de 2018.

JULIANO DUARTE CAMPOS Prefeito Municipal Contratante	EDITORA POSITIVO LTDA Contratada
--	---

SAMAE - Gov. CELSO RAMOS**EDITAL 01/2018 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO**

Publicação Nº 1494558

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

O Presidente da Comissão de Processo seletivo simplificado, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto (SAMAE) nomeado pela Portaria 003/2018, torna público que se encontram abertas às inscrições para o Processo Seletivo Simplificado destinado a contratar Pessoal por tempo determinado.

1 – DAS VAGAS**1.1 CARGOS DE NATUREZA TECNICA**

CARGO	VAGAS	CARGA HORÁRIA	ESCOLARIDADE
Encanador	05	40 HORAS	Escolaridade 4º série do 1º grau
Auxiliar de Operações (Ajudante de Encanador)	08	40 HORAS	Escolaridade 4º série do 1º grau

2– DAS INSCRIÇÕES

2.1 – As inscrições serão realizadas na sede do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto SAMAE Governador Celso Ramos, localizada na Av. Bela Vista Km 14, Calheiros, no Departamento de Pessoal, de 19/01/2018 a 09/02/2018 no horário das 08:00 as 11:00 horas e das 14:00 as 16:00 horas.

2.2– Dos requisitos gerais para inscrição

- I. Ter idade mínima de 18 anos completos até o primeiro dia das inscrições
- II. Cópia de carteira de identidade;
- III. Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- IV. Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última eleição;
- V. Cópia de comprovante de residência ou declaração;
- VI. Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- VII. Cópia do Certificado da Escolaridade exigida para a função escolhida ou documento similar.
- VIII. Preencher requerimento que obedecerá a fórmula própria, fornecida no ato da inscrição
- IX. Juntar à ficha de inscrição 01 fotos 3x4 recentes (últimos 06 meses)

2.3– Não será permitida inscrição por procuração**2.4– Será permitida a inscrição do candidato para apenas um dos cargos oferecidos neste processo seletivo**

2.5– A inscrição do Candidato implicará no conhecimento das inscrições deste Edital e no compromisso tácito da aceitação plena das condições aqui explicitadas.

2.6– O candidato, cuja inscrição for indeferida poderá interpor recurso administrativo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação do indeferimento.

3 - DAS PROVAS

3.1– Prova prática para os cargos de Encanador, Auxiliar de Operações, sendo que será prestado perante a banca examinadora, sendo a prova composta por questões técnicas inerente ao cargo, onde será avaliada sua aptidão para o cargo pretendido

3.2– A banca examinadora será composta de 03 (três) membros, tendo um como presidente e os demais como auditores, ficando deste já nomeados os membros desta comissão para compor a banca examinadora.

3.3 - A duração da prova prática será de 30 (trinta) minutos, para o cargo de Encanador , Auxiliar de Operações, sendo que o candidato terá que se apresentar no início do horário das provas, apanhar a senha e aguardar no local a chamada de sua senha.

3.4 - As provas serão realizadas mediante a apresentação da Carteira de Identidade (original) e comprovante de inscrição, no dia 15 de Fevereiro de 2018 a partir das 09:00 horas no Almoxarifado Central do Samae de Governador Celso Ramos, localizado na SC 410, km 14, Sn, Calheiros no município de Governador Celso Ramos SC .

4 – DO JULGAMENTO

4.1– A prova prática terá uma análise profunda do conhecimento geral do candidato na área afim.

4.2 – Será analisado o comportamento individual de cada candidato, bem como sua aptidão para o cargo pretendido.

4.3– As provas práticas serão aplicadas na escala de 0 (zero) a 10 (dez) ponto.

4.4– Será considerado aprovado o candidato que obtiver média final igual ou superior a 5,00 (Cinco)

5 – DA SELEÇÃO GERAL

5.1 – Os candidatos serão selecionados através de prova prática.

5.2 – Ocorrendo empate na média final dos candidatos, terá preferência o candidato com mais idade.

5.3– O resultado final será divulgado em até 05 (cinco) dias úteis após a realização das provas do Processo Seletivo Simplificado.

5.4– Serão chamados os candidatos que obtiveram as melhores médias observando o número de vagas previstas para cada cargo exposto neste edital.

6.0 – DA ADMISSÃO

6.1 – As admissões obedecerão à ordem de classificação, sendo que o candidato quando convocado para a admissão terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentar-se no SAMAE, no caso de não comparecimento o candidato passará para último lugar na lista dos classificados e será convocado o candidato posterior na classificação e assim sucessivamente até que se esgotem todos os candidatos classificados no certame.

6.2 – O contrato sujeitar-se – á as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Governador Celso Ramos (Lei 1085/2016) e Lei de Contratação de pessoal para atender a necessidade de excepcional interesse público (Lei 1.125/2016) e será vinculado ao Regime de Geral de Previdência Social.

6.3 – O contratado deverá, obrigatoriamente, apresentar comprovação dos seguinte documentos:

<https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>

6.4 – O vencimento será correspondente ao nível inicial de carreira, sendo:

CARGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	SALÁRIO BASE
Encanador	40 HORAS	05	R\$ 1.230,00
Auxiliar de Operações (Ajudante de Encanador)	40 HORAS	08	R\$ 1.025,00

6.5 – O prazo de contratação temporária será até a homologação de concurso público, no caso de preenchimento de vagas por cargos efetivos, em respeito ao TAC firmado perante à 3.ª Promotoria de Justiça da Comarca de Biguaçu/SC, este de número 06.2017.00002224-9, cláusula 2.5, firmado em 26 de maio de 2017, ou, pelo prazo de 01 (um) ano, renovável por igual prazo, o que ocorrer primeiro."

7.0 – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 – Será excluído do Processo Seletivo o candidato que apresentar documentação incompleta, falsa ou inexata, ou documentos irregulares.

7.2 – O presente Processo Seletivo Simplificado tem Validade de 12 (doze Meses) a contar da data de sua homologação, podendo ser renovado somente uma vez por igual período).

7.3 – Os casos omissos serão resolvidos pela comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Governador Celso Ramos, 18 de Janeiro de 2018

KLEBER KAIR

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

RENATO DA SILVA

Membro

LIANA SILVA DA COSTA

Membro

Grão Pará

PREFEITURA

PORTARIA 418 A 443

Publicação Nº 1494395

PORTARIA Nº. 0418/ 2017 DE 21 de DEZEMBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei

Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Conceder férias regulamentares a DANIELA DELLA GIUSTINA MICHELS BELTRAME, ocupante do cargo de Professor, Nível III, com carga

horária de 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, no período compreendido entre

02/01/2018 a 30/01/2018, referente ao período aquisitivo de 02/01/2017 a 01/01/2018.

PORTARIA Nº. 0419 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a partir 02/01/2018, ANTONIO RENATO MIRANDA GUIZI, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento

da Agricultura, da Secretaria Municipal da Agricultura.

PORTARIA Nº. 0420 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a partir 02/01/2018, JORGE LUIS DA SILVA ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento da Família, na

Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social.

PORTARIA Nº. 0421 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Exonerar, a partir 02/01/2018, JANETE DELLA GIUSTINA HEIDEMANN MULLER, ocupante do Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do

Departamento de Administração, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, com exercício na Secretaria Municipal do

Educação e Cultura.

PORTARIA Nº. 0422 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei

Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Conceder férias regulamentares a MAURO JOSÉ DE ANDRADES, ocupante do cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária

de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria de Transportes e Obras, no período compreendido entre 02/01/2018 a 30/01/2018, referente ao

período aquisitivo de 15/08/2016 a 14/08/2017.

PORTARIA Nº. 0423 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 79, da Lei Municipal nº

989/2000, de 04/04/2000

RESOLVE Cessar, a partir de 10/01/2018, os efeitos da portaria 182/2016, de 01/02/2016, que concede 3 (três) anos de LICENÇA SEM VENCIMENTOS

PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES a funcionária ANDREIA BOEGER DA SILVA, ocupante do cargo de cargo de Auxiliar de Expediente, código 3.03, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com exercício na Secretaria de Saúde e Saneamento, reduzindo,

temporariamente, a carga horária de trabalho semanal, passando para 25 (vinte e cinco) horas, conforme requerimento .

PORTARIA Nº. 0424 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 29.º item I, da Lei Municipal nº 989/2000 de 04/04/2000

RESOLVE Exonerar, a pedido, GUILHERME NUNES BRESSAM, ocupante do cargo de Engenheiro Agrônomo, código 1.05, 30 horas semanais, na

Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, desde 09/10/2002, conforme portaria de nomeação por concurso nº 286/2002, de

09/10/2002, declarando a vacância do cargo especificado, na forma prevista no artigo 28º, incisos I, da Lei Municipal nº 989/2000, concedendo a

despedida voluntária, de forma parcelada, conforme o que dispõe o artigo 20, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000, alterado pela Lei

Complementar nº 13/2015, de 12/08/2015, a partir de 02/01/2018, conforme requerimento.

PORTARIA Nº. 0425 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº

991, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 02/01/2018, os efeitos da portaria 187/2017, de 05/04/2017, que contrata KARINA DANDOLINI, para ocupar o cargo de Gari,

Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e Desenvolvimento.

PORTARIA Nº. 0426 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº

991, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 02/01/2018, os efeitos da portaria 170/2017, de 17/03/2017, que contrata ROBSON VIDAL ROSA , para ocupar o cargo de

Gari, Código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal do Planejamento, Indústria, Comércio e

Desenvolvimento.

PORTARIA Nº.0427 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº

991, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 02/01/2018, os efeitos da portaria 316/2017, de 30/06/2017, que contrata RODRIGO MACIESKI MOMM , para ocupar o

Vigilante, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria dos Transportes e Obras.

PORTARIA Nº. 0428 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal

nº

991, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 02/01/2018, os efeitos da portaria 333/2017, de 24/07/2017, que contrata SALESIO MANOEL MARCE-LINO, para ocupar o

Vigilante, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria dos Transportes e Obras.

PORTARIA Nº. 0429 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº

991, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 02/01/2018, os efeitos da portaria 196/2017, de 11/04/2017, que contrata EVERTON VIDAL CAETANO para ocupar em

carater temporário o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria dos Transportes e Obras.

PORTARIA Nº. 0430 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 18º, da Lei Municipal nº

991, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 02/01/2017, os efeitos da portaria 281/2017, de 01/06/2017, que contrata EZIDIO HERT BLASIUS para ocupar em carater

temporário o cargo de Servente de Obras, código 4.01, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria dos Transportes e Obras.

PORTARIA Nº. 0431 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Nomear, a partir de 02/01/2018, SIDINEI MACIESKI MOMM para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor Adjunto do Departamento da

Administração, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para ter exercício na Secretaria Municipal da Administração e

Fazenda, sob o regime Estatutário com vínculo previdenciário no INSS, exonerando-o do cargo de Diretor do Departamento da Administração,

nomeado pela portaria 216/2016, de 02/05/2016.

PORTARIA Nº. 0432 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Nomear, a partir de 02/01/2018, SÁVIO MULLER para ocupar o Cargo Comissionado de Diretor do Departamento da Agricultura, do Quadro de

Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para ter exercício na Secretaria Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, sob o regime

Estatutário com vínculo previdenciário no INSS, exonerando-o do cargo de Secretário Municipal da Agricultura e Desenvolvimento Rural, nível

DAS-01o, nomeado pela portaria 337/2017, de 01/08/2017.

PORTARIA Nº. 0433 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 01/01/2018, os efeitos da portaria 217/2017, de 02/05/2017, que designa MARILÉIA AMELIA SOARES, para ocupar o cargo

em comissão de Diretora de Departamento do Desenvolvimento Social para atuar na Secretaria Municipal da Saúde e Saneamento, retornando ao

cargo de Agente de Controle Aedes Aegypti, com carga horária de

40 (quarenta) horas semanais, nos termos da portaria 084/2013, de 10/03/2013.

PORTARIA Nº. 0434 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

Considerando a necessidade de redução das despesas de pessoal pelo Município de Grão-Pará;

Considerando que a servidora ROSILDA PERIN BÖGER, atualmente, ocupante do Cargo de Chefe de Gabinete, é servidora efetiva do Município de Grão-Pará, no Cargo de Auxiliar de Contabilidade, Considerando que há concordância entre o Município e a servidora, para alteração dos vencimentos

RESOLVE Alterar os vencimentos da servidora ROSILDA PERIN BÖGER, ocupante do cargo Comissionado de Chefe de Gabinete, nível DAS-01, do

Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, conforme Portaria nº 002/2013, de 01/01/2013, nos meses de janeiro e fevereiro de

2018, fazendo jus aos vencimentos do Cargo de Auxiliar de Contabilidade, conforme disposto na Portaria nº 0348/2008, de 01/08/2008.

PORTARIA Nº. 0435/ 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

Considerando a necessidade de redução das despesas de pessoal pelo Município de Grão-Pará;

Considerando que a servidora GILSON SCHLICKMANN ASCARI, atualmente, ocupante do Cargo de Secretário Adjunto da Fazenda, nível

DAS-02, é servidor efetivo do Município de Grão-Pará, no Cargo de Condutor de Veículos, código 4.03

Considerando que há concordância entre o Município e servidores, para alteração dos vencimentos

RESOLVE Alterar os vencimentos do servidor GILSON SCHLICKMANN ASCARI, ocupante do cargo Comissionado de Secretário Adjunto da Fazenda,

nível DAS-02, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, conforme Portaria nº 100/2013, de 01/03/2013, nos meses de janeiro

e fevereiro de 2018, fazendo jus aos vencimentos do Cargo de Condutor de Veículos, código 4.03, conforme disposto na Portaria nº 0282/2002, de

01/10/2002.

PORTARIA Nº. 0436 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 02/01/2018, os efeitos da portaria 338/2017, de 01/08/2017, que nomeia HELIO ANTONIO MORGAN, para ocupar o Cargo

Comissionado de Diretor do Departamento da Obras, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, com vantagens inerentes ao

cargo, retornando ao cargo efetivo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na

Secretaria dos Transportes e Obras.

PORTARIA Nº. 0437 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,

RESOLVE Cessar, a partir de 02/01/2018, os efeitos da portaria 201/2017, de 18/04/2017, que nomeia VALDEMIR GHIZONI WESLER, para ocupar o

Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Esportes e Turismo, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, para ter

exercício na Secretaria Municipal do Esporte e Turismo, retornando ao cargo efetivo de Instrutor de Esportes, código 3.02, com carga horária de

30 (trinta) horas semanais

PORTARIA Nº. 0438 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017

MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Cessar, a partir de 31/12/2017, os efeitos da portaria 177/2017, de 27/03/2017, que designa MARILEI MORGAN VERO-NEZI BRATTI, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Educação e Cultura, nível DAS-01, etornando ao cargo efetivo de Professor Nível III, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Escola Municipal Professor Gregório Wessler, Turma do 4º Ano.
PORTARIA Nº. 0439 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000
RESOLVE Conceder férias regulamentares a MARCOS ALEXANDRE GUIZONE BLAZIUS, ocupante do cargo efetivo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras, no período compreendido entre 02/01/2018 a 30/01/2018, referente ao período aquisitivo de 06/07/2016 a 05/07/2017.
PORTARIA Nº. 0440 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições
RESOLVE Conceder 30 (trinta) dias de descanso ao funcionário JAIRO BLASIUS, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal dos Transportes e Obras a partir de 02/01/2018, a ser compensada no Banco de Horas, de acordo com o artigo 6º, do Decreto nº 012/2010, de 01/04/2010.
PORTARIA Nº. 0441 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 6, da Lei Municipal nº 991/2000, de 04/04/2000,
RESOLVE Nomear, a partir de 02/01/2018, SABRINA MIGUEL ASCARI, para ocupar o Cargo Comissionado de Secretária Municipal da Educação e Cultura, nível DAS-01, do Quadro de Pessoal Comissionado da Prefeitura Municipal, sob o regime Estatutário, com vínculo previdenciário no INSS, cessando os efeitos da portaria 088/2017, de 06/02/2017.
PORTARIA Nº. 0442 / 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições, e de acordo com o artigo 75, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000
RESOLVE Conceder 3 (três) anos de RODOLFO BERTO DACOREGGIO, ocupante do cargo efetivo de Condutor de Veículos, código 4.03, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, desde 07/08/2013, conforme portaria de nomeação por concurso nº 200/2013 de 07/08/2013, a partir de 02/01/2018, conforme requerimento.
PORTARIA Nº. 0443/ 2017 DE 22 de DEZEMBRO de 2017
MÁRCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 86 e seus parágrafos, da Lei Municipal nº 989/2000, de 04/04/2000
RESOLVE Conceder férias regulamentares a EDSON SCHMITZ BLASIUS, ocupante do cargo de Operador de Máquinas e Equipamentos, código 4.05, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, com exercício na Secretaria dos Transportes e Obras, no período compreendido

entre 02/01/2018 a 30/01/2018, referente ao período aquisitivo de 09/10/2015a 08/10/2016.

PR 03/2018 MATERIAL DE EXPED.

Publicação Nº 1494417

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
Estado de Santa Catarina
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo DE LICITAÇÃO N. 15/2018
Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 03/2018-PR
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAS DE EXPEDIENTE PARA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.
Data e Horário de Abertura: 06/02/2018, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 17 de janeiro de 2018.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

PR 04/2018 TRANSP. ESCOLAR

Publicação Nº 1494419

Prefeitura Municipal de Grão-Pará
Estado de Santa Catarina
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo DE LICITAÇÃO N. 16/2018
Edital de PREGÃO PRESENCIAL n. 04/2018-PR
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO PARA TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ.
Data e Horário de Abertura: 05/02/2018, às 14 h. Local: Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, situada na Rua Barão do Rio Branco, 187, Centro, Grão-Pará, no prédio da Prefeitura Municipal. A íntegra do presente Edital pode ser obtida no Mural Municipal. Demais informações podem ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou pelo telefone (48) 3652-1177, com a Pregoeira.

Grão-Pará/ SC, 17 de janeiro de 2018.
MARCIO BORBA BLASIUS
Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 03.2017 FMAS.DOCX

Publicação Nº 1493872

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 03/2018
Contratante.: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DO MUN. DE GUARACIABA
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor : 2.150,00 (dois mil cento e cinquenta reais)
Vigência : Início: 18/01/2018 Término: 17/01/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2018
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIÁL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATOS CONTRATOS 13 E 14.2018.DOCX

Publicação Nº 1493854

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 13/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor : 8.980,00 (oito mil novecentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 18/01/2018 Término: 17/01/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº.: 14/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor : 10.700,00 (dez mil setecentos reais)
Vigência : Início: 18/01/2018 Término: 17/01/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO.

EXTRATOS CONTRATOS 08.18 FMS.DOCX

Publicação Nº 1493859

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 08/2018
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: GENTE SEGURADORA SA
Valor : 4.580,00 (quatro mil quinhentos e oitenta reais)
Vigência : Início: 18/01/2018 Término: 17/01/2019
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2018
Entid.Gestora: MUNICIPIO DE GUARACIABA

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATOS CONTRATOS 15.2018.DOCX

Publicação Nº 1493977

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE GUARACIABA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 15/2018
Contratante.: MUNICIPIO DE GUARACIABA
Contratada...: EURO TRUCK INJECAO ELETRONICA DIESEL LTDA. - EPP
Valor : 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais)
Vigência : Início: 18/01/2018 Término: 31/12/2018
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2018
Recursos : Dotação:
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS (CABEÇOTE, RETENTOR, VÁLVULAS) E SERVIÇOS DESTINADAS PARA CONserto DO VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE V6 MO ANO 2006, PLACA MDC 0584, UTILIZADO PARA REALIZAR O TRANSPORTE ESCOLAR INFANTIL.

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 06 E 09.2018.DOCX

Publicação Nº 1493848

PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018
PROCESSO Nº 6/2018 HOMOLOGAÇÃO: 18/01/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SEGUROS PARA VEÍCULOS DO MUNICÍPIO, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE FUNDO MUNICIÁL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA
VALOR DA DESPESA: R\$ 15.710,00 (quinze mil setecentos e dez reais)

CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
VALOR DA DESPESA: R\$ 10.700,00 (dez mil setecentos reais)

=====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2018
PROCESSO Nº 9/2018 HOMOLOGAÇÃO: 18/01/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA COM (ROMPEDOR) PARA A SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS URBANOS PARA SERVIÇOS EM ESTRADAS MUNICIPAIS E DEMAIS DEMANDAS DA SECRETARIA E SECRETARIA DE INDUST, COMÉRCIO E TURISMO, PARA ROMPER PEDRAS NAS ÁREAS INDUSTRIAIS DO MUNICIPIO DE GUARACIABA/SC E DEMAIS SERVIÇOS NECESSÁRIOS.

CONTRATADO: TRANS MAESTRI LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 95.700,00 (noventa e cinco mil e setecentos reais)

=====

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 08.2018.DOCX

Publicação Nº 1493975

PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018
PROCESSO Nº 8/2018 HOMOLOGAÇÃO: 18/01/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS (CABEÇOTE, RETENTOR, VÁLVULAS) E SERVIÇOS DESTINADAS PARA CONSERTO DO VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS MARCOPOLO/VOLARE V6 MO ANO 2006, PLACA MDC 0584, UTILIZADO PARA REALIZAR O TRANSPORTE ESCOLAR INFANTIL.

CONTRATADO: EURO TRUCK INJECAO ELETRONICA DIESEL LTDA. - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais)

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 10.2018.DOCX

Publicação Nº 1493982

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2018
PROCESSO Nº 10/2018 HOMOLOGAÇÃO: 18/01/2018
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA
OBJETO: AQUISICAO DE PECAS (ARVORE CENTRAL, ROLAMENTO, REPAROS, BRAÇO DIREÇÃO E PLACA) PARA REPOSICAO EM MANUTENÇÃO CORRETIVA NO SISTEMA DO TANDEM E HIDRAULICO DA MOTONIVELADORA HUBER 140.

CONTRATADO: CENTRO DE REPARACAO MECANICA JACARE LTDA - EPP
VALOR DA DESPESA: R\$ 388,49 (trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e nove centavos)

CONTRATADO: ABRA COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais)

CONTRATADO: VIELMAQUINAS COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME
VALOR DA DESPESA: R\$ 835,00 (oitocentos e trinta e cinco reais)

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 23.18 CONTRATAÇÃO DE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NAS ESCOLINHAS. DOC

Publicação Nº 1494532

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº23/2018.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 28/18, Edital de Pregão Presencial Nº 23/18, Objeto: CONTRATAÇÃO DE AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA ESCOLINHAS DE FUTSAL FEMININO E AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA PARA OFICINA DE FUTSAL FEMININO E MASCULINO ; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 08/02/18; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 08/02/18, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br Guaraciaba em 18 de janeiro de 2018.

Vandecir Dorigon,
Prefeito Municipal em Exercício

REVOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO 150.2017 PREGÃO 117.2017.DOCX

Publicação Nº 1494286

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA
CNPJ: 82.821.216/00001-82
RUA ADEMAR DE BARROS , Nº85
CEP: 89920-000 GUARACIABA - SC
Pregão Nº117/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nr.: 150/2017
Objeto: AQUISICAO DE PEÇAS (ENGRENAGEM REDUZIDA, EIXO CARRETEL, LUVA, E OUTROS) E MÃO DE OBRA (MONTAR A CAIXA DE CAMBIO NO CAMINHAO, AJUSTAR E TESTAR) PARA RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE CAMBIO DO CAMINHAO FORD CARGO 2622 PLACAS MDT8025, CHASSI 9BFZCE9V47BB93299, ANO 2007.

NOTA DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 01/2018
O prefeito Municipal em exercício, Senhor Vandecir Dorigon no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com amparo no Art. 49 da Lei 8.666/93, e tendo em vista que por duas vezes não acudiu interessados cujo objeto era a AQUISICAO DE PEÇAS (ENGRENAGEM REDUZIDA, EIXO CARRETEL, LUVA, E OUTROS) E MÃO DE OBRA (MONTAR A CAIXA DE CAMBIO NO CAMINHAO, AJUSTAR E TESTAR) PARA RECUPERAÇÃO DA CAIXA DE CAMBIO DO CAMINHAO FORD CARGO 2622 PLACAS MDT8025, CHASSI 9BFZCE9V47BB93299, ANO 2007, resolve: "Revogar" o Processo Licitatório instaurado pelo município de Guaraciaba-SC, sob o nº 150/2017 - Modalidade Pregão nº 117/2017.

PUBLIQUE-SE.

GUARACIABA, 18 de janeiro de 2018.
VANDECIR DORIGON,
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Guatambú

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 01/2018 - TRIB.

Publicação Nº 1493810

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 01/2018

Nos termos do Código Tributário Municipal (Lei Complementar n. 112/2017), os devedores abaixo qualificados ficam NOTIFICADOS para efetuar o recolhimento dos débitos devidos, com os acréscimos legais, no prazo de CINCO DIAS a contar da publicação do presente edital de notificação.

Transcorrido o prazo sem a efetivação do pagamento, o devedor terá seu nome inscrito em Dívida Ativa, sendo promovida sua imediata execução por via judicial.

Dentro do mesmo prazo, poderá o devedor apresentar defesa por escrito à esta Prefeitura Municipal, conforme disposições do Código Tributário Municipal.

NOME	CPF
A.B.P. ENGENHARIA LTDA	02.596.201/0001-01
AMAURI ALVES	022.697.499-52
CARLI ROGER BORTOLANZA	017.891.589-07
CARLOS NAVARINI	916.047.619-20
ELISEU DOMINSKI	586.053.129-04
ELIO ANTUNES	016.464.349-43
ELIZETE MACHADO	019.165.469-86
ELIZIANE VIEIRA	053.565.279-85
EVERALDO DOS SANTOS	019.165.779-46
FABIANA COIMBRA	063.240.719-01
FERNANDO LUIZ MARAFFON	027.177.619-69
GELVANO SILVA DE OLIVEIRA	051.060.399-83
GILBERTO BRAATZ	061.694.139-05
GILDOMAR LUIZ GURALSKI	000.103.209-70
GIOVANI CELETZKI	063.291.739-31
IDELSO DA ROSA	015.829.660-52
IVANOR SCHMIDT	028.487.649-61
JONAS ANTONIO RODRIGUES	046.887.899-80
JOZINEI LOURENÇO DA SILVA	070.689.159-73
LEILA VANDERLEIA DELANI	044.466.009-74
LEONIR JOSÉ SALVADOR	923.761.690-20
LODIMIR CAON	007.059.889-45
LORENI CARDOSO DE CARVALHO	422.943.989-04
LUCAS MIGUEL LUSA	096.880.539-61
MARCIANO ANTONIO BITENCOURT	005.192.560-50
MARCIO BRINGUENTI	041.143.129-35
MARCOS BALENA	016.060.100-26
MAYARA KEROLLEN VARGAS SOUSA	089.313.509-70
MOACIR JORGE INNOCENTE	611.851.329-53
RAFAEL LEVI	066.956.379-03
RUBENS ZAGO	195.260.089-87
TIAGO DEVILLA VASSOLER	066.818.289-06
TIAGO ELIAS DE QUADROS	053.975.869-86
TIAGO JOSÉ DE OLIVEIRA	013.043.410-89
WILLIAN RIEDER CASTRO	084.200.139-51
VALDILEI CUMINIKI	021.501.549-51
VALDIR DE MATTOS	572.330.559-04
VALMIR DE OLIVEIRA	810.831.659-68

Guatambu (SC), 18 de janeiro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO 01 EDITAL PROCESSO SELETIVO 01/2018

Publicação Nº 1494455

1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA, Prefeito Municipal de Guatambu no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, a 1ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2018, com a seguinte redação:

Item 1 – CONSIDERANDO a Legislação Municipal da Lei Complementar 32/2008 e a Lei Federal 11.889 de 24 de dezembro de 2008, retifica-se a nomenclatura do cargo de Auxiliar de Clínica Odontológica para TECNICO EM HIGIENE DENTAL.

Item 1.1 - CONSIDERANDO a Legislação Municipal da Lei Complementar 32/2008 e a Lei Federal 11.889 de 24 de dezembro de 2008, retifica-se a qualificação dos requisitos de Habilitação, passando a ter a seguinte redação: Ensino Médio completo e Curso Técnico em Higiene Dental registrado no Conselho Regional de Odontologia.

Item 02 - CONSIDERANDO a Legislação Municipal da Lei Complementar 32/2008 e a Lei Federal 11.889 de 24 de dezembro de 2008, retifica-se a qualificação dos requisitos de Habilitação, do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM que passa a ter a seguinte redação: Ensino Médio completo e Curso de Auxiliar de Enfermagem devidamente registrado no Conselho Regional de Enfermagem.

As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

Guatambu SC, 18 de janeiro de 2018.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
Prefeito Municipal

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 093/2018

Publicação Nº 1494700

PORTARIA Nº 093/2018

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA O RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a partir de 18 de janeiro de 2018, a servidora JOSSIANE SCHLINDWEIN (MATRÍCULA 4384), a qual exerce a função de RECEPCIONISTA, Nível - 4/3, Referência - A, 44 horas semanais, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 18 de janeiro de 2018.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

IPREVI/HO

EDITAL IPREVI-HO Nº 01/2018 - ASSEMBLEIA GERAL DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Publicação Nº 1494348

– IPREVI-HO – EDITAL Nº 001/2018

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE HERVAL D' OESTE – IPREVI-HO, ATRAVÉS DE SUA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 179 DE 30/09/2005 E SUAS ALTERAÇÕES, NA RESOLUÇÃO Nº 004/2010 QUE APROVOU O REGULAMENTO DA ASSEMBLEIA GERAL; CONVOCA, OS SERVIDORES EFETIVOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS, A PARTICIPAREM DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA.

DATA: 28/02/2018 – QUARTA-FEIRA

HORÁRIO: 15h45

LOCAL: CÂMARA DE VEREADORES

ENDEREÇO: RUA NEREU RAMOS, 389 – ANEXO AO PRÉDIO DA PREFEITURA DE HERVAL D' OESTE

- 1ª CONVOCAÇÃO: com quorum de 2/3 (dois terços) dos segurados;

- 2ª CONVOCAÇÃO: 15 minutos após o cumprimento do horário da 1ª convocação – com quorum de metade mais um dos segurados; e

- 3ª CONVOCAÇÃO E INÍCIO DA ASSEMBLEIA: 05 minutos decorrido o prazo da 2ª convocação – com quorum mínimo de 10 (dez) segurados.

***ORDEM DO DIA:**

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS DA DIRETORIA EXECUTIVA DO INSTITUTO NO EXERCÍCIO DE 2017, PARA ANÁLISE E APROVAÇÃO PELOS SEGURADOS, SENDO:

- Relatório de Gestão;
- Balanco Geral;
- Demonstrativo das sobras apuradas e resultados dos cálculos atuariais;
- Plano das atividades do Instituto para o exercício de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DOS RECURSOS FINANCEIROS DO IPREVI-HO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Herval d' Oeste (SC), em 18 de janeiro de 2018.

SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO

Presidente do Conselho de

Administração - Gestora

Ibicaré

PREFEITURA

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003-2018

Publicação Nº 1494289

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 003/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, Instrução Normativa nº 08/2014, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 45/2017, Edital de Pregão Presencial nº 31/2017.

OBJETO: fornecimento eventual e futuro de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

VALOR POR LITRO:

Gasolina Comum – R\$ 4,17 o litro

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC.

FORNECEDOR 1: COMAL - COMÉRCIO MECÂNICA AUTO LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 12 meses

Ibicaré, SC, em 05 de janeiro de 2018

Evandro Volpato

Gestor

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004-2018

Publicação Nº 1494291

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 004/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, Instrução Normativa nº 08/2014, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 45/2017, Edital de Pregão Presencial nº 31/2017.

OBJETO: fornecimento eventual e futuro de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

VALOR POR LITRO:

Óleo Diesel S10 – R\$ 3,53 o litro

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC.

FORNECEDOR 2: REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses

Ibicaré, SC, em 05 de janeiro de 2018

Evandro Volpato

Gestor

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01-2018

Publicação Nº 1494284

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 001/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, Instrução Normativa nº 08/2014, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 45/2017, Edital de Pregão Presencial nº 31/2017.

OBJETO: fornecimento eventual e futuro de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

VALOR POR LITRO:

Óleo Diesel Comum – R\$ 3,45 o litro

Gasolina comum – R\$ 4,17 o litro

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

FORNECEDOR: COMAL - COMÉRCIO MECÂNICA AUTO LTDA - EPP

VIGÊNCIA: 12 meses

Ibicaré, SC, em 05 de janeiro de 2018

Olavo Boesing

Prefeito em exercício

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02-2018

Publicação Nº 1494285

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 002/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, Instrução Normativa nº 08/2014, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 45/2017, Edital de Pregão Presencial nº 31/2017.

OBJETO: fornecimento eventual e futuro de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal.

VALOR POR LITRO:

Óleo Diesel S10 – R\$ 3,53 o litro

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

FORNECEDOR 2: REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA

VIGÊNCIA: 12 meses

Ibicaré, SC, em 05 de janeiro de 2018

Olavo Boesing

Prefeito em exercício

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05-2018

Publicação Nº 1494294

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

Extrato Ata de Registro de Preços nº 005/2018

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006, Instrução Normativa nº 08/2014, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, originado do Processo de Licitação nº 10/2017, Edital de Pregão

Presencial nº 6/2017.

OBJETO: aquisição de medicamentos éticos e genéricos, constantes da lista ABCFARMA, destinados aos pacientes atendidos pela Secretaria Municipal de Saúde do município.

VALOR: O preço ajustado é sobre os valores praticados na tabela ABCFARMA;

Item 01 – Medicamentos Éticos - 15,00 % de desconto;

Item 02 – Medicamentos Genéricos – 25,00 % de desconto;

ÓRGÃO PARTICIPANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC.

FORNECEDOR: DAMIELLY CRISTIANY BETEGA - ME

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018.

Ibicaré, SC, em 10 de janeiro de 2018

Evandro Volpato

Gestor

EXTRATO CONTRATO Nº 002-2018

Publicação Nº 1494253

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

Extrato Contrato 002/2018

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 2/2018, Dispensa de Licitação nº1/2018 cfe Art 24, XXVI Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993 e de Consórcios públicos Art 2º, § 1º, Inciso III e Art 17 da Lei nº 11.107/05, Art 18 do Decreto nº 6.017/07, Art 5º, § 2º da Portaria STN nº 274/2016 e Lei Municipal nº 1893/2017.

OBJETO: Repasse de recursos financeiros para pagamento de despesas dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública.

VALOR TOTAL: 28.548,00 (vinte e oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018

Ibicaré, SC, aos 03 de janeiro de 2018.

Olavo Boesing

Prefeito em exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 003-2018

Publicação Nº 1494254

SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

Extrato Contrato nº 003/2018

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 9/2018, modalidade Pregão Presencial 5/2018, amparado pela Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002

OBJETO: contratação de serviço de assessoria e consultoria em saúde pública, monitoramento, coleta, análise e interpretação de indicadores do município, treinamento e acompanhamento do processamento das ferramentas de gestão da atuação básica de saúde VALOR DO CONTRATO: R\$ 40.800,00 (quarenta mil e oitocentos reais).

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADO: SPB HEALTH SOLUTION LTDA ME

VIGÊNCIA: 12 meses

Ibicaré, SC, aos 05 de janeiro de 2018

Evandro Volpato

Gestor

EXTRATO CONTRATO Nº 004-2018

Publicação Nº 1494256

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

Extrato Contrato de Programa 004-2018

FUNDAMENTO LEGAL –Lei nº 8.666/93, e de Consórcios Públicos, Lei 11.107/05, o Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 1.911 de 19 de dezembro de 2017.

OBJETO: Assegurar a prestação de serviços de saúde em caráter suplementar e complementar à população dos municípios consorciados, em conformidade com as diretrizes do SUS.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP

VIGÊNCIA: vigorará enquanto o Município for consorciado ao CISAMARP.

Ibicaré, SC, aos 08 de janeiro de 2018

Evandro Volpato

Gestor

EXTRATO CONTRATO Nº 005-2018

Publicação Nº 1494258

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

Extrato Contrato 005-2018

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 2/2018/FMS - Dispensa nº 2/2018/FMS, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, C/C art. 2, § 1º, inciso III da lei 11.107/05, c/c art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 1.911 de 19 de dezembro de 2017, bem como as cláusulas do Contrato de Programa nº 004/2018.

OBJETO: disciplinar a entrega de recursos pelo CONSORCIADO/CONTRATANTE ao CONSÓRCIO/CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 004/2018.

VALOR: A cota anual máxima prevista do município é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC.

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018

Ibicaré, SC, aos 08 de janeiro de 2018

Evandro Volpato

Gestor

EXTRATO CONTRATO Nº 006-2018

Publicação Nº 1494260

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ

Extrato Contrato 006-2018

FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 1/2018/FMS - Dispensa nº 1/2018/FMS, com fundamento no art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93, C/C art. 2, § 1º, inciso III da lei 11.107/05, c/c art. 18 do Decreto Federal nº 6.017/07, bem como a Legislação Municipal de Ratificação do Protocolo de Intenções do CISAMARP, Lei Municipal nº 1.911 de 19 de dezembro de 2017, bem como as cláusulas do Contrato de Programa nº 004/2018.

OBJETO: disciplinar a entrega de recursos pelo CONSORCIADO/CONTRATANTE ao CONSÓRCIO/CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de Programa nº 004/2018.

VALOR MENSAL: R\$ 1.475,00 (Um mil, quatrocentos e setenta e cinco reais)

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO
ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP
VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2018
Ibicaré, SC, aos 08 de janeiro de 2018
Evandro Volpato
Gestor

EXTRATO CONTRATO Nº 007-2018

Publicação Nº 1494265

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ
Extrato Contrato nº 007/2018
FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 46/2017, modalidade Pregão Presencial 32/2017, amparado pela Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002
OBJETO: aquisição de produtos alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar na Escola Municipal Madre Leontina para o exercício de 2018.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 22.783,50
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: CAPINZAL CENTER LTDA - ME
VIGÊNCIA: ano letivo de 2018.
Ibicaré, SC, aos 10 de janeiro de 2018.
Olavo Boesing
Prefeito em exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 008-2018

Publicação Nº 1494269

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ
Extrato Contrato nº 008/2018
FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 46/2017, modalidade Pregão Presencial 32/2017, amparado pela Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002
OBJETO: aquisição de produtos alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar na Escola Municipal Madre Leontina para o exercício de 2018.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 27.817,25
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: COMÉRCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI
VIGÊNCIA: ano letivo de 2018.
Ibicaré, SC, aos 10 de janeiro de 2018.
Olavo Boesing
Prefeito em exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 009-2018

Publicação Nº 1494271

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ
Extrato Contrato nº 009/2018
FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 46/2017, modalidade Pregão Presencial 32/2017, amparado pela Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002
OBJETO: aquisição de produtos alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar na Escola Municipal Madre Leontina para o exercício de 2018.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 26.821,30

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: MERCADO MUNARI LTDA - ME
VIGÊNCIA: ano letivo de 2018.
Ibicaré, SC, aos 10 de janeiro de 2018.
Olavo Boesing
Prefeito em exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 010-2018

Publicação Nº 1494276

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ
Extrato Contrato nº 010/2018
FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 46/2017, modalidade Pregão Presencial 32/2017, amparado pela Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002
OBJETO: aquisição de produtos alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar na Escola Municipal Madre Leontina para o exercício de 2018.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 33.311,75
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: SUPERMERCADO ITAPUÍ LTDA - EPP
VIGÊNCIA: ano letivo de 2018.
Ibicaré, SC, aos 10 de janeiro de 2018.
Olavo Boesing
Prefeito em exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 011-2018

Publicação Nº 1494279

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ
Extrato Contrato nº 011/2018
FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 46/2017, modalidade Pregão Presencial 32/2017, amparado pela Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002
OBJETO: aquisição de produtos alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar na Escola Municipal Madre Leontina para o exercício de 2018.
VALOR DO CONTRATO: R\$ 174,50
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: TEPEL COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME
VIGÊNCIA: ano letivo de 2018.
Ibicaré, SC, aos 10 de janeiro de 2018.
Olavo Boesing
Prefeito em exercício

EXTRATO CONTRATO Nº 012-2018

Publicação Nº 1494282

SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IBICARÉ
Extrato Contrato nº 012/2018
FUNDAMENTO LEGAL – Processo Licitatório nº 47/2017, modalidade Pregão Presencial 33/2017, amparado pela Lei n. 8666, de 21 de junho de 1993, atualizada, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a realização de um Rodeio Country.
VALOR DO CONTRATO: R\$159.900,00 (cento e cinquenta e nove mil e novecentos reais)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IBICARÉ-SC.
CONTRATADO: ELIDVANDA OLIVEIRA DA SILVA -ME
VIGÊNCIA: 20 de março de 2018.
Ibicaré, SC, aos 10 de janeiro de 2018.
Olavo Boesing
Prefeito em exercício

Ibirama

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2018

Publicação Nº 1494227

MUNICIPIO DE IBIRAMA

TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2018.

Objeto: Contratação de empresa para a obra de complementação externa da Escola Municipal Verônica Keil, localizada na Rua Quirino Cris-tóvão da Silva – Bairro Areado, município de Ibirama – SC. Entrega dos envelopes até o dia 05 de fevereiro de 2018 as 09h00min. Sessão de abertura às 09h15min da mesma data. Informações: Departamento de Compras e Licitações pelo fone (47) 3357 8523, na página do município na Internet www.ibirama.sc.gov.br ou ainda pelo e-mail compras@ibirama.sc.gov.br - Ibirama, 18 de janeiro de 2018. Adriano Poffo - Prefeito Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PRG 002 - 2017 GABINETE - SRP - AQUISIÇÃO DE VEÍCULO

Publicação Nº 1493999

PROCESSO Nº. 007/2018-PMI PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018 GABINETE	
SETOR	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TIPO	MENOR PREÇO - TOTAL POR ITEM
OBJETO	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR, TIPO SEDAN MÉDIO, PARA USO DO GABINETE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, conforme Anexo I do Edital.
ENTREGA DOS ENVELOPES – PROPOSTA DE PREÇOS, HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO: até o dia 31/01/2018 às 09:00 horas, Sala de Reunião da Comissão Municipal de Licitação.	
ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 31/01/2018 às 09:30 horas, após o credenciamento dos representantes.	
REGIMENTO: Lei Nº. 10.520, de 17 de julho de 2002 e alterações, Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 7.892/2013 e subsidiariamente as Leis Complementares Nº. 123/2006 e Nº. 147/2014 e a Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	
MAIORES INFORMAÇÕES: O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site www.ilhota.sc.gov.br e departamento de Compras e Licitações da PMI – Rua Dr. Leoberto Leal, 160 – Centro – Ilhota – SC, ou informações pelo e-mail: licitacao3@ilhota.sc.gov.br - Telefone: (0xx47) 3343-8800 ramal 826. Horário de Expediente da Prefeitura: Das 08h às 12h e das 13:00h às 17:00h.	

ERICO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL
Ilhota, 18 de Janeiro de 2018.

DECRETO 177/2018

Publicação Nº 1494382

DECRETO Nº 177/2018, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1.900/2017 de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e da Lei Ordinária nº 1.901/17 Orçamentária Anual de 2018, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Educação, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$20.000,00 (vinte mil reais),e da outras providências.

TITULO – I

CAPÍTULO – I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental,

Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (328) valor 20.000,00 (vinte mil reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

CAPÍTULO – II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.900, de 18 de Dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (328) valor 20.000,00 (vinte mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.901, de 18 de Dezembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 17º, e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação, 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (328) valor 20.000,00 (vinte mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº 1.901/2017 – LOA, a seguir:

11 – Fundo Municipal da Educação
11.01 – Departamento de Ensino Fundamental
Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação
4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (328)valor 20.000,00
Total valor 20.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), conforme especificado abaixo:

11 – Fundo Municipal da Educação
11.01 – Departamento de Ensino Fundamental
Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação
3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido

(326)R\$ 20.000,00
 Total
 R\$ 20.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 11 – Fundo Municipal da Educação, 11.01 – Departamento de Ensino Fundamental, Atividade:1236100402.014 – Manutenção do Fundo Municipal de Educação, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (101), código reduzido (326)R\$ 20.000,00(vinte mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,
 Em 18 de Janeiro de 2018.
 Erico de Oliveira
 Prefeito Municipal

DECRETO 178/2018

Publicação Nº 1494384

DECRETO Nº 178/2018, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
 Dispõe sobre a alteração da Lei Ordinária nº 1.899/2017 do Plano Plurianual 2018 - 2021, da Lei Ordinária nº 1.900/2017 de Diretrizes Orçamentárias de 2018 e da Lei Ordinária nº 1.901/17 Orçamentária Anual de 2018, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, de conformidade com o art. 17º, II, art.18º, art. 19 e art.20, da LOA/2018, na importância de R\$ 90.800,00 (noventa mil e oitocentos reais),e da outras providências.

TITULO – I

CAPÍTULO – I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º - Fica alterado a Lei Ordinária nº.1.899, de 18 de Dezembro de 2017 – 2018/2021 -PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, relativamente ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 90.800,00 (noventa mil e oitocentos reais), na 12 – Fundo Municipal da Saúde, 12.01 – Departamento Municipal de Saúde Ilhota, Atividade:1030100472.051 – Manutenção da Saúde Bucal - ESB, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1075), código reduzido (247) valor 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais), 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1076), código reduzido (248) valor 60.000,00 (sessenta mil reais), instituindo-se para tal junto a matéria orçamentária em execução.

CAPÍTULO – II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º - Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.900, de 18 de Dezembro de 2017 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 28º, IV, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 90.800,00 (noventa mil e oitocentos reais), na 12 – Fundo Municipal da Saúde, 12.01 – Departamento Municipal de Saúde Ilhota, Atividade:1030100472.051 – Manutenção da Saúde Bucal - ESB, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1075),

código reduzido (247) valor 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais), 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1076), código reduzido (248) valor 60.000,00 (sessenta mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º - Fica alterada a Lei nº. 1.901, de 18 de Dezembro de 2017 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2018, em conformidade com o art. 17º, e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Prefeitura Municipal de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 90.800,00 (noventa mil e oitocentos reais), na 12 – Fundo Municipal da Saúde, 12.01 – Departamento Municipal de Saúde Ilhota, Atividade:1030100472.051 – Manutenção da Saúde Bucal - ESB, 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1075), código reduzido (247) valor 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais), 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1076), código reduzido (248) valor 60.000,00 (sessenta mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 90.800,00 (noventa mil e oitocentos reais), em conformidade com o art. 17º, II e art.19º da Lei Ordinária nº 1.901/2017 – LOA, a seguir:

12 – Fundo Municipal da Saúde de Ilhota
 11.01 – Departamento Municipal da Saúde Ilhota
 Atividade: 1030100472.051 – Manutenção da Saúde Bucal - ESB
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1075), código reduzido (247) valor 30.800,00
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1076), código reduzido (248) valor 60.000,00
 Total
 valor 90.800,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 90.800,00 (noventa mil e oitocentos reais), conforme especificado abaixo:

12 – Fundo Municipal da Saúde de Ilhota
 12.01 – Departamento Municipal da Saúde Ilhota
 Atividade: 1030100472.051 – Manutenção da Saúde Bucal - ESB
 3.1.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1075), código reduzido (244) valor 22.000,00
 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1075), código reduzido (246) valor 3.300,00
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1075), código reduzido (249) valor 5.500,00
 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1076), código reduzido (250) valor 60.000,00
 Total
 R\$ 90.800,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução na Prefeitura Municipal, mais propriamente consignadas nas Leis PPA, LDO E LOA, na 12 – Fundo Municipal da Saúde de Ilhota, 12.01 – Departamento Municipal da Saúde Ilhota, Atividade:1030100472.051 – Manutenção da Saúde Bucal - ESB, 3.1.90.00.00.00.00

– Aplicações Diretas (1075), código reduzido (244) valor 22.000,00 (vinte e dois mil reais), 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1075), código reduzido (246) valor 3.300,00 (três mil e trezentos reais), 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1075), código reduzido (249) valor 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas (1076), código reduzido (250) valor 60.000,00(sessenta mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal Ilhota,
Em 18 de Janeiro de 2018.
Erico de Oliveira
Prefeito Municipal

Imarui

PREFEITURA

CHAMADA PÚBLICA PMI Nº 001/2018

Publicação Nº 1494634

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA PMI Nº 001/2018

O Município de Imaruí/SC, torna público aos interessados que se encontra aberta a Chamada Pública, para promoção e organização do Carnaval de 2018, que se realizará de 09 a 13 de fevereiro de 2018. Entrega dos envelopes: até às 10h45min do dia 31/01/2018 no Setor de Protocolo. Sessão Pública para abertura dos envelopes: às 11h do dia 31/01/2018 no Setor de Licitação. Local: Rua José Inácio da Rocha, 109 – Centro – Imaruí/SC. O edital ficará à disposição de 2ª a 6ª feira das 07h às 13h no setor de licitação, pelo e-mail licitacao@imarui.sc.gov.br ou pelo site www.imarui.sc.gov.br. Informações no fone 48 3643-0213.

Imaruí, 19 de janeiro de 2018.
Rui José Candemil Junior
Prefeito de Imaruí

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 001, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1494293

DECRETO PMI Nº 001, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Institui o Calendário Oficial de Eventos para o ano de 2018 no Município de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas no Art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Calendário Oficial de Eventos para o ano de 2018 no Município de Imbituba, baseado na Lei nº 4.864, de 23 de novembro de 2017, conforme segue no anexo único do presente decreto.

Art. 2º As datas de realização dos eventos do município poderão ser retificadas a qualquer tempo, por motivo alheio a sua vontade, bem como, por força maior.

Art. 3º Revoga-se o Decreto PMI Nº 186, de 27 de dezembro de 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de janeiro de 2018.

Rosenvaldo da Silva Junior

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Luciano Alves Zanini
Assessor de Gabinete

CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS PARA O ANO DE 2018 NO MUNICÍPIO DE IMBITUBA

JANEIRO

DIA	EVENTO
06/01 a 04/02	Verão Show
13 e 20	Feira na Praça (itinerante) 4 edições
13	Encontro Zimba Moto Praia
20	Travessia Rio D`Uma
29	Dia Nacional de Combate e Prevenção a Hanseníase
a definir	Festival de Música, Verão para Todos/Tenda Literária

FEVEREIRO

DIA	EVENTO
03 e 17	Feira na Praça (itinerante) 4 edições
09	Baile Municipal
10, 11 e 12	Carnaval Popular / Blocos Carnavalescos
10	Bloco Carnavalesco Tatuíras da Folia
17	Feira na Praça (itinerante)
a definir	Festival de Música, Verão para Todos / Tenda Literária
a definir	Campanha de Prevenção da Dengue, Zika e Chikungunha
a definir	Rock in Riba

MARÇO

DIA	EVENTO
04 e 11	Feira na Praça (itinerante) 2 edições
08	Dia Internacional da Mulher
10/03 a 14/04	Xadrez
16 a 18	Campeonato de Surf
20	Campanha de Prevenção da Dengue, Zika e Chikungunha
23/03 a 08/06	Campeonato Citadino de Futsal
22	Dia Mundial das Águas

ABRIL

DIA	EVENTO
07/04 a 20/07	Campeonato Citadino de Handebol
07	Dia Mundial da Saúde
11	Moleque Bom de Bola
12	IMBIFASHION
19 a 22	Festival Nacional do Camarão
a definir	Festival Sabores da Zimba
19 a 22	Feira na Praça (itinerante) 2 edições
28	Mountain Do Praia do Rosa 2018

MAIO

DIA	EVENTO
01	Festa do trabalhador
06 e 20	Feira na Praça (itinerante) 2 edições
11	Dia das Mães e da Família
12 a 20	Semana da Enfermagem
15/05 a 21/07	Campeonato de Futvôlei e Voleibol
18	Dia Nacional do Enfrentamento ao Abuso Sexual Infanto-Juvenil
31	Dia Mundial sem Tabaco
31/05 a 03/06	22º Rodeio Crioulo do CTG 13 Guapos
a definir	Circuito Fam de Cinema
a definir	Marcha para Jesus

JUNHO

DIA	EVENTO
03 e 17	Feira na Praça (itinerante) 2 edições
05 a 09	Semana do Meio Ambiente
06 a 21	Jogos Estudantis de Imbituba – JEIMB
17	Corrida de Rua Gabriel Garcia
21	Aniversário de Emancipação Político-Administrativa de Imbituba
22 a 24	XV Feira da Mandioca de Imbituba
a definir	Orgulhosamente Imbituba (Semana do Município)

JULHO

DIA	EVENTO
01 e 15	Feira na Praça (itinerante) 2 edições
07	Festa Junina da Rua de Baixo
07 e 08	Festa da Tainha
13 a 15	Festa de São Camilo e Santa Paulina
18	Aniversário da Biblioteca Pública – VI Sarau Musical em Comemoração ao Aniversário da Biblioteca Pública
25 a 29	Festa de Santa Ana e Divino Espírito Santo de Vila Nova
28	Dia Mundial de Luta Contra as Hepatites Virais

AGOSTO

DIA	EVENTO
02 a 11	Del Vito – Praia do Rosa
03 a 31	Copa de Futsal Feminino
05 e 19	Feira na Praça (itinerante) 2 Edições
10/08 a 09/11	Campeonato Cidadino de Bocha
11/08 a 06/10	Campeonato Cidadino de Volei Misto
17 a 19	Campeonato de Surf
a definir	Mostra Pedagógica

SETEMBRO

DIA	EVENTO
02 e 16	Feira na Praça (itinerante) 2 Edições
07	Desfile Cívico
08 a 29	Campeonato de Basquete
10	Dia Mundial de Prevenção ao Suicídio
14	IMBIFASHION
20	Dia Nacional de Combate a Sífilis
22 e 23	Campeonato de Longboard
a definir	Semana Nacional da Baleia Franca
23 a 28	Semana Nacional do Trânsito
23	Corrida Rústica da Semana do Trânsito de Imbituba
24	Dia Estadual de Enfrentamento do Abuso Sexual Infante-Juvenil
27	Mês do Idoso
a definir	III Festival de Arte Marcial e Cultura Oriental

OUTUBRO

DIA	EVENTO
01 a 31	Outubro Rosa
06/10 a 01/12	Campeonato de Vôlei Masculino
06/10 a 01/12	Campeonato de Vôlei Feminino
06/10 a 01/12	Campeonato Vôlei de Base
10	Dia Mundial da Saúde Mental
11	Troca-Troca de Livros
20 e 21	Feira na Praça (itinerante) 2 Edições
20	Praia do Rosa Bike Marathon
20 a 25	Semana da Saúde Bucal
a definir	Ibiraquera Wave Contest
a definir	Festival Cultural de Abertura de Verão

NOVEMBRO

DIA	EVENTO
01 a 30	Novembro azul
07 a 11	Festa do Divino Espírito Santo e Sant'Ana de Mirim
10	Conferência Municipal de Cultura
11 e 25	Feira na Praça (itinerante) 2 edições
14	Dia Mundial de combate ao Diabetes
16 a 18	Campeonato de Surf
20	Dia da Consciência Negra
23	Festival de Futsal
24	Festival de Judô
25	Dia Internacional do Combate a Violência Contra a Mulher
a definir	Feira Cultural Teatro Usina

DEZEMBRO

DIA	EVENTO
01 a 31	Dezembro Vermelho - Dia Mundial de Combate a AIDS
05 a 09	Festa em Honra a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Padroeira de Imbituba
06	Campanha do Laço Branco
10	Declaração dos Direitos Humanos
16	Feira na Praça (itinerante) 2 edições
20 a 22	Natal Cultural
31	Virada Mágica
31	Réveillon de Imbituba

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 11/2018 PREGÃO 08/2018 PMI/SEDUCE

Publicação Nº 1494352

PREFEITURA DE IMBITUBA

PMI / SEDUCE

PROCESSO Nº 11/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2018

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 01 de fevereiro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LAVAGEM E HIGIENIZAÇÃO DOS VEÍCULOS OFICIAIS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, BEM COMO OS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS AO SEU PATRIMÔNIO DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de janeiro de 2018

Felipe Dias Antônio

Secretário da SEDUCE

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 12/2018 PREGÃO 09/2018 PMI/SEDUCE

Publicação Nº 1494473

PREFEITURA DE IMBITUBA

PMI / SEDUCE

PROCESSO Nº 12/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2018

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 02 de fevereiro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E ENCADERNAÇÃO DE AGENDA ESCOLAR PARA USO DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA/SC encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de janeiro de 2018
Felipe Dias Antônio
Secretário da SEDUCE

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO AO CONTRATO 157/2015 A/00 PROC 98/2015

Publicação Nº 1494597

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
Extrato: RETIFICAÇÃO do CONTRATO PMI SEAGP 2015/157-A/00
Contratada: IMOBILIÁRIA LEANDRO E CAROL LTDA
CNPJ: 11.264.946/0001-81
Objeto: É objeto deste Termo de Retificação a representação do município e a cláusula sexta - dotação orçamentária, referentes ao CONTRATO PMI SEAGP 2015/157-A/00.
Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o CONTRATO PMI SEAGP 2015/157-A/00, celebrado entre o Município de Imbituba e IMOBILIÁRIA LEANDRO E CAROL LTDA, para LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DE CASA MORTUÁRIA NO BAIRRO NOVA BRASILIA, no que tange a retificação:

Contrato PMI SEAGP 2015/157-A/00 – PREÂMBULO
Onde se lê:
As PARTES:
MUNICÍPIO DE IMBITUBA, com endereço na Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, Imbituba (SC), inscrição CNPJ n.º 82.909.409/0001-90, doravante denominada LOCATÁRIO, neste ato representado pelo Exmo. Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública Sr. NICOLAU CORSINO BENTO, nomeado pela Portaria PMI GGP nº 88, de 18 de fevereiro de 2015, publicada no DOM em 19 de fevereiro de 2015, inscrito no CPF nº 216.013.139-34 e EMPRESA, IMOBILIÁRIA LEANDRO E CAROL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.264.946/0001-81, sediada na Av. Brasil, nº 120, por seu representante abaixo assinado, doravante chamada LOCADOR, firmam o presente Contrato, vinculado Dispensa n.º 21/2015, Processo 98/2015, cujo resultado foi homologado em 20/10/2015, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Leia-se:
As PARTES:
MUNICÍPIO DE IMBITUBA, com endereço na Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, Imbituba (SC), inscrição CNPJ n.º 82.909.409/0001-90, doravante denominada LOCATÁRIO, neste ato representado pelo Exmo. Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento, Sr. ALEX SANDRO CARPES, nomeado pela Portaria PMI/SEAGP Nº 342, de 03 de abril de 2017, publicado no DOM em 04 de abril de 2017, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas sob o n.º 022.905.399-88 e EMPRESA, IMOBILIÁRIA LEANDRO E CAROL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.264.946/0001-81, sediada na Av. Brasil, nº 120, por seu representante abaixo assinado, doravante chamada LOCADOR, firmam o presente Contrato, vinculado Dispensa n.º 21/2015, Processo 98/2015, cujo resultado

foi homologado em 20/10/2015, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Contrato PMI SEAGP 2015/157-A/00 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Onde se lê:
CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A Dotação Orçamentária destinada ao pagamento do objeto deste contrato correrão por conta da dotação nº (09) 2.003.3.3.90.00.00.00.00 do orçamento de 2015.

Leia – se:

CLÁUSULA SEXTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A Dotação Orçamentária destinada ao pagamento do objeto deste contrato correrão por conta da dotação nº (78) do orçamento de 2017.

Fundamento: Processo nº 98/2015 Dispensa nº 21/2015
Imbituba, 18 de agosto de 2017.

Alex Sandro Carpes
Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento
Contratante

IMOBILIÁRIA LEANDRO E CAROL LTDA
Representante legal
Contratado

EXTRATO DE SUSPENSÃO PROCESSO 10.2018 PREGÃO 07.2018

Publicação Nº 1494609

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

O Município de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial, COMUNICA a todos os interessados, que fica suspenso por tempo indeterminado, o Edital do Pregão Presencial nº. 07/2018, Processo Licitatório nº 10/2018, para revisão do Edital, devidamente justificado pelo Secretário Municipal de Educação e o Diretor de Compras.

Imbituba, 19 de janeiro de 2018.
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial

EXTRATO PROC 01 2018 PREGÃO 01 2018 SEMUSA

Publicação Nº 1494288

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
SEMUSA
PROCESSO Nº 01/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEMUSA – Secretaria Municipal de Saúde, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 01 de Fevereiro de 2018, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço mensal, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE SEGURANÇA ELETRÔNICA, COM MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO 24 HORAS, FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIO PARA REALIZAÇÃO DO SERVIÇO, NAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA/SC”. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de

Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de janeiro de 2018

Graciela Wiemes Ribeiro

Secretária Municipal de Saúde

EXTRATO PROC 01 2018 TP 01 2018 SANEAMENTO

Publicação Nº 1494301

PREFEITURA M. DE IMBITUBA

SEINFRA - SANEAMENTO

PROCESSO Nº 01/2018

TOMADA DE PREÇO Nº 01/2018

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão de Licitação e através da SEINFRA – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 05 de fevereiro de 2018, licitação na modalidade de Tomada de Preço, do tipo menor preço global, regida pela Lei nº 8.666/ 93 e suas alterações, e na Lei nº pela Lei complementar nº 123/2006, e suas alterações, para a “CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA (MANUTENÇÃO E MELHORIAS, DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (E.T.E.), COM VAZÃO DE 5,0 L/S, LOCALIZADO NA RUA PROFESSORA LAURA BARRETO DE MEDEIROS, BAIRRO PAES LEME”.

O Edital e seus anexos, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de janeiro de 2018

Alex Sandro Carpes

Secretário da SEINFRA

EXTRATO PROC 13 2018 INEXIGIB 03 2018 CONCESSÃO ONEROSA

Publicação Nº 1494608

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEDUCE

PROCESSO Nº 13/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 03/2018

CHAMAMENTO/CREDENCIAMENTO

A Prefeitura Municipal de Imbituba, por meio de seu Presidente da Comissão de Licitação e através da SEDUCE – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e esportes, torna público o edital de Chamamento Público, visando “CONCESSÃO ONEROSA DE USO DE ESPAÇOS DESTINADOS A EXPLORAÇÃO DE ESPAÇO PARA PUBLICIDADE E PROPAGANDA, , durante o Campeonato Citadino de Futsal 2018 de Imbituba” que realizará às inscrições no período de 06/02/2018 à 29/06/2018, poderão ser feitas por pessoas jurídicas de direito privado, na Diretoria de Licitações, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações. O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 19 de janeiro de 2018

Filipe Dias Antonio

Secretário da SETEC

PORTARIA PMI/SEAD Nº 26/2018

Publicação Nº 1494711

PORTARIA PMI/SEAD Nº 26, de 18 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre a nomeação de Diretora de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba – LOM, com base na Lei Complementar nº 4.800, de 28 de março de 2017 e considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, em 22 de janeiro de 2018, a Sra. ELAINE CRISTINA DE AMORIM, brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 019.095.299-74, para exercer o cargo de Diretora de Regulação, Controle, Avaliação e Auditoria, da Secretaria Municipal de Saúde, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de 22 de janeiro de 2018.

Imbituba, 18 de janeiro de 2018.

Rosivaldo da Silva Júnior Amilton Gonçalves de Souza

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal. Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa

Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 007/2018

Publicação Nº 1494137

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 007, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 339/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua João Hipólito do Nascimento, Centro, Imbituba-SC, no Pavilhão de Eventos Municipal, a BDE EVENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 24.830.006/0001-54, situada na Rua dos Açorianos, nº 37, Vila Nova, Imbituba-SC, para a realização do evento “Arena de Verão Show”, nos dias 26 e 27/01/2018, das 22:00h às 04:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado no art. 1º da presente, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de janeiro de 2018.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 008/2018

Publicação Nº 1494207

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 008, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 339/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua João Hipólito do Nascimento, Centro, Imbituba-SC, no Pavilhão de Eventos Municipal, a BDE EVENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 24.830.006/0001-54, situada na Rua dos Açorianos, nº 37, Vila Nova, Imbituba-SC, para a realização do evento "Arena de Verão Bier", nos dias 03 e 04/02/2018, das 22:00h às 04:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatória deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado no art. 1º da presente, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatória.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatória deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatória a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatório e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de janeiro de 2018.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 009/2018

Publicação Nº 1494196

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 009, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.
Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e das outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processos nº(s) 338; 346 e 347/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada nas Ruas João Hipólito do Nascimento (Pavilhão de Eventos Municipal), Três de Outubro, Irineu Bornhausen e Av. Dr. João Rinsa, Centro, Imbituba-SC, a BDE EVENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 24.830.006/0001-54, situada na Rua dos Açorianos, nº 37, Vila Nova, Imbituba-SC, para os desfiles dos Trios do BLOCO DA ESKINA 2018, no dia 11/02/2018, a partir das 16:00h até as 02:00h (madrugada) do dia 12/02/2018.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatória usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado no art. 1º da presente, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de janeiro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER

Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 010/2018

Publicação Nº 1494236

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 010, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e, Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações nos Processos nº(s) 27251; 27254/2017,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Antônio Manoel de Souza, Centro, Imbituba-SC, em frente ao Centro Empresarial Baileia Franca, ao Sr. FERNANDO JORGE FERNANDES, inscrito no CPF sob o nº 058.515.949-18, domiciliado na Rua Pires Silveira, nº 311, Vila Nova, Imbituba-SC, para a realização do evento carnavalesco BOTEQUIM FOLIA 2018, no dia 10/02/2018, a partir das 12:00h até as 02:00h (madrugada) do dia 11/02/2018.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa

da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período determinado no art. 1º da presente, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de janeiro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA

Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER

Diretora de Documentação e Patrimônio

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 011/2018

Publicação Nº 1494312

PORTARIA PMI/SEAD/DDP Nº 011, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a autorização temporária de uso de área pública e da outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 22 e o art. 26 § 5º, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando a PORTARIA PMI/SEAGP Nº 338, de 03 de abril de 2017, a competência estabelecida pelo Art. 2º, II, do Decreto PMI nº 137 de 29 de julho de 2016;

Considerando as informações no Processo nº 276/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a utilização temporária de bem público municipal, referente à área pública, situada na Rua Antônio Manoel de Souza, Centro, Imbituba-SC, próximo ao Restaurante "O Jangadeiro", ao Sr. LAQTON LUIZ NUNES TAVARES, inscrito no CPF sob o nº 542.079.591-49, e com empresa inscrita no CNPJ sob o nº 23.143.283/0001-26, domiciliado na Rua João de Oliveira Filho, nº 157, Vila Nova Alvorada, Imbituba-SC, para a venda/comercialização de churrasquinhos, lanches e bebidas, semanalmente, a partir das 18:00h até as 22:00h.

§ 1º Fica vedada a cessão a terceiros, a qualquer título, da área pública ora autorizada.

§ 2º É vedada a destinação da área pública para finalidade diversa da estabelecida nesta Portaria.

§ 3º Não poderá a autorizatária usar o bem de que trata Portaria para propaganda, notadamente de cunho político ou religioso.

§ 4º A autorizatária deverá obter todas as licenças necessárias ao pleno desenvolvimento da atividade econômica, conforme exigir a legislação em vigor.

Art. 2º A presente autorização é outorgada para o período de até 90 dias, de acordo com o art. 26, parágrafo 5º da LOM, a contar da edição/publicação deste ato, a título precário e de caráter gratuito e intransferível.

Parágrafo único: A responsabilidade por danos a terceiros e ao patrimônio público é exclusiva da Autorizatária.

Art. 3º O Autorizador poderá revogar a autorização objeto desta Portaria, independentemente de qualquer ato ou notificação judicial ou extrajudicial, por desvio de finalidade ou descumprimento das condições ora estabelecidas ou, ainda, quando o interesse público o exigir.

§1º No caso de revogação da autorização, a Autorizatária deverá restituir o bem público imediatamente após a edição do respectivo ato revogatório, obrigando-se, enquanto o mesmo estiver sob sua guarda, a zelar pelo seu bom estado de conservação.

§2º A revogação desta autorização não importa em direito da Autorizatária a indenização de qualquer natureza, inclusive por benfeitorias introduzidas no bem.

Art. 4º A autorização de que trata esta portaria fica vinculada a assinatura do Termo de Autorização de Uso de Bem Público pelo autorizatário e autoridades competentes.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 18 de janeiro de 2018.

AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração

Registra-se e Publique-se.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

LUÍZA ROSTIROLA CHUKSTER
Diretora de Documentação e Patrimônio

Indaial

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 01/2018

Publicação Nº 1494590

Portaria Nº 1/18

Edita o calendário dos feriados e pontos facultativos para o exercício de 2018 para a Câmara Municipal de Indaial.

Oswaldo Metzner, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Indaial, no uso de suas atribuições legais, baseado no inciso II, do artigo 36, da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º – Fica editado o calendário de feriados e pontos facultativos, para o exercício de 2018, na Câmara Municipal de Indaial, conforme segue:

JANEIRO:

01 – Segunda-feira - Confraternização Universal – Feriado Nacional

FEVEREIRO:

12 – Segunda-feira – Carnaval – Ponto Facultativo

13 – Terça-feira – Carnaval – Ponto Facultativo.

MARÇO:

21 – Quarta-feira – Emancipação do Município – Feriado Municipal (Lei 3382/05).

30 – Sexta-feira – Paixão de Cristo – Feriado Municipal / Nacional (Lei 3382/05)

ABRIL:

30 – Segunda-feira – Ponto Facultativo.

MAIO:

01 – Terça-feira – Dia do Trabalho – Feriado Nacional.

31 – Quinta-feira – Corpus Christi – Feriado Nacional.

JUNHO:

01 – Sexta-feira – Ponto Facultativo

JULHO:

Não há Feriados e Pontos Facultativos

AGOSTO:

Não há Feriados e Pontos Facultativos

SETEMBRO:

07 – Sexta-feira – Independência do Brasil – Feriado Nacional

OUTUBRO:

12 – Sexta-feira – Nossa Senhora Aparecida – Feriado Nacional.

NOVEMBRO:

02 – Sexta – Finados – Feriado Nacional

15 – Quinta-feira – Proclamação da República – Feriado Nacional

16 – Sexta-feira – Ponto Facultativo

DEZEMBRO:

25 – Terça-feira – Natal – Feriado Nacional

26 – Quarta-feira – Segundo Dia de Natal – Feriado Municipal (Lei 3382/05).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 18 de Janeiro de 2018.

Oswaldo Metzner	
Presidente da Mesa	
Valentim Blasius	Antônio Carlos Fink
Vice-Presidente	1º Secretário
Diego Pandini	
2º Secretário	

TERMO PRORROGAÇÃO - EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2015

Publicação Nº 1494459

2º TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º 001/2015 – CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS E AÇÕES DO LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE INDAIAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.497.560/0001-20, com sede na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo seu presidente, Sr. Oswaldo Metzner, legitimamente eleito para o cargo, brasileiro, divorciado, inscrito no CPF sob nº 217.876.469-04 e RG nº 193.606-9, residente e domiciliado à Rua São José, nº 133, Bairro do Sol, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais e com fundamento na Lei n.º 8.666/1993 e alterações, considerando que:

- A Câmara Municipal de Indaial lançou em 16/12/2015 o Edital de Credenciamento nº 001/2015, prorrogado no ano de 2017 - Credenciamento de Pessoas Jurídicas para Prestação de Serviços de Divulgação dos Atos e Ações do Legislativo (Empresas Jornalísticas);

- Estes serviços são realmente necessários e imprescindíveis ao pleno e integral desempenho, funcionamento, operacionalização e manutenção das atividades e atribuições do Poder Legislativo, considerando os princípios da Publicidade e da Transparência quanto a divulgação dos atos e ações do Legislativo Indaialense;

- Serão mantidos todos os termos e condições do Edital, inclusive no que se refere aos valores, pagamentos, objeto, finalidades e demais condições;

- Trata-se de serviços de natureza contínua e, por tal motivo, passíveis de prorrogação contratual, conforme estabelece o art. 57, II da Lei n.º 8.666/1993;

- O Edital de Credenciamento nº 001/2015 (subitem 3.1 do item 3- Da Abertura e do Prazo de Vigência do Credenciamento) estabelece a possibilidade de prorrogação nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/1993;

- Continuarão abertas as inscrições, para as empresas interessadas que pretendem participar do credenciamento, nos termos do Edital de nº 001/2015;

RESOLVE prorrogar o Edital de Credenciamento n.º 001/2015, mediante as seguintes condições:

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E DEMAIS CONDIÇÕES

O prazo de vigência previsto no subitem 3.1. do Edital de Credenciamento nº 001/2015 para prestação de serviços de divulgação dos atos e ações do legislativo fica, por este Termo, prorrogado até a data de 15/01/2019.

As inscrições dos interessados a participar do credenciamento para a prestação do serviço à Câmara Municipal de Indaial, poderão ser feitas a qualquer tempo, dentro do prazo de validade deste credenciamento, junto a Secretaria Administrativa da Câmara Municipal de Indaial, situada na Rua Prefeito Frederico Hardt, nº 148, Bairro Centro, Indaial-SC, a partir da prorrogação deste credenciamento, observado o horário de expediente de segunda à sexta-feira, das 8h30min às 20h30min., mediante apresentação dos documentos de habilitação, termo de aceitação dos preços e demais documentos, nas formas estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 001/2015.

RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Edital de Credenciamento nº 001/2015 e 1º Termo de Prorrogação (2017) todos os demais atos e procedimentos a ele vinculados, aqui não expressamente modificado, formando com este um todo único e indivisível, para todos os fins de direito.

Indaial, 12 de janeiro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAIAL
Osvaldo Metzner

Iomerê

PREFEITURA

EDITAL CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1494049

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de Iomerê, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra IRENE OSS BARICHELLO, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 horas e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político)
- i)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- j)Avaliação Cardiológica;
- l)Avaliação Neurológica;
- m)RX Tórax;
- n)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- o) Hemograma;
- p)VDRL;
- q)ABO RH;
- r)Glicemia
- s)Ex. Quat. Urina
- t)EPF;
- u)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 16 de janeiro de 2018
Milton Luiz Borga
Prefeito Municipal em Exercício

Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político)
- i)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- j)Avaliação Cardiológica;
- l)Avaliação Neurológica;
- m)RX Tórax;
- n)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- o) Hemograma;
- p)VDRL;
- q)ABO RH;
- r)Glicemia
- s)Ex. Quat. Urina
- t)EPF;
- u)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 16 de janeiro de 2018
Milton Luiz Borga
Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1494048

Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de Iomerê, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra GIOVANA CRESTANI FRANCO, para o cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - 40 horas e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de

Iporã do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO 016/2018

Publicação Nº 1493891

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 016/2018

INEXIGIBILIDADE N. 004/2018

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO SOCIO ASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO ACO-
LHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ
18 ANOS INCOMPLETOS, NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITU-
CIONAL OU CASA LAR, MEDIANTE PAGAMENTO MENSAL PELOS
SERVIÇOS PRESTADOS, VISANDO O ATENDIMENTO EM REGIME
DE ABRIGO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM
EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, PERTENCENTES AO
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, ENCAMINHADAS PELO CON-
SELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO, POR MEIO DA JUSTIÇA DA IN-
FANCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MONDAI/SC

FINALIDADE: Contratação de Instituição de Acolhimento para
Menor, sendo cinco (06) crianças, conforme Ofício 0080/2017 PJ/
MON, Ofício DAS 011/2017, Ofício DAS 035/2017 e Termo de Audi-
ência Autos nº 0000159-72.2017.8.24.0043 e Autos nº 09000117-
95.2017.8.24.0043.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - A presente Inexigibilidade de lici-
tação tem sua fundamentação legal no artigo 25, "caput", da Lei n.
8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada, onde consta: Art. 25.
É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição
DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para a referida contratação se funda
no Art. 25, "caput" da Lei 8.666/93, e se justifica pelos seguintes
motivos:

Considerando que a disponibilidade de serviço de acolhimento ins-
titucional no Município para crianças e adolescentes que recebam
medida protetiva para acolhimento institucional, é de responsabi-
lidade deste.

Considerando Termo de Audiência Autos nº 0000159-
72.2017.8.24.0043 e Autos nº 09000117-95.2017.8.24.0043, que
informa e justifica o Acolhimento Institucional de Seis (06) crian-
ças, no abrigo Terra Nova de Mondai/SC, que trata da definição de
manter-se o acolhimento dos menores, sem previsão prazual.

Considerando o Ofício 0080/2017 PJ/MON que informa o acolhi-
mento das crianças em ambiente próprio às suas necessidades;
define a Terra Nova Sociedade Beneficiária do Vale do Pirapocu,
como a instituição responsável por estes acolhimentos os quais
as crianças deverão ter acompanhamento de médicos, tratamento
psicológico ou psiquiátrico, em regime ambulatorial ou hospitalar.

CONSIDERANDO o disposto na Lei 8.069/90 no que se refere ao
Acolhimento Institucional;

CONSIDERANDO a aprovação do Plano Nacional de Promoção, Pro-
teção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivên-
cia Familiar e Comunitária pelo Conselho dos Direitos da Criança
e do Adolescente - CONANDA e Conselho Nacional de Assistência
Social - CNAS, em dezembro de 2006;

CONSIDERANDO o que preconiza a Política Nacional de Assistência
Social - PNAS, aprovada pela Resolução CNAS n. 145 de setembro
de 2004, no que se refere à Proteção Social de Alta Complexidade;
CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único de
Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS n.
130, de 15 de julho de 2005, no que tange aos Serviços de Alta
Complexidade;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único de
Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS n.
130, de 15 de julho de 2005, no que tange aos Serviços de Alta
Complexidade;

CONSIDERANDO a aprovação das Orientações Técnicas: Serviços

de Acolhimento para Crianças e Adolescente, aprovada pela Re-
solução Conjunta de n. 1 de 18 de junho de 2009, pelo Conselho
Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA e
Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

Considerando, nenhuma previsão de liberação dos serviços de aco-
lhimento;

Considerando, que o abrigo já vem prestando os trabalhos de
convivência e acompanhamento;

Considerando, a realização de um processo licitatório para a con-
tratação de empresa fornecedora dos serviços, demanda certo
período, prejudicando a continuidade dos serviços essenciais as
crianças;

Razão da Escolha do Fornecedor:

A entidade contratada possui todos os critérios exigidos pelas nor-
mas vigentes do CONANDA e legislação específica de acolhimento,
quem dispunha de vaga e o que melhor se adequou às necessida-
des, em regime emergencial.

Justificativa do Preço:

O preço contratado para a prestação dos serviços é o praticado no
mercado regional.

DO VALOR

O valor dos serviços individuais de cada menor é de 2.650,00 (dois
mil e seiscentos e cinquenta reais), somando assim o valor total a
ser pago mensalmente de R\$ 15.900,00 (quinze mil e novecentos
reais), perfazendo o montante geral de R\$ 95.400,00 (noventa e
cinco mil e quatrocentos reais), no período de janeiro a junho de
2018.

DO PERÍODO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

De 02.01.2018 a 30.06.2018

Iporã do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2018.

Izabel Cristina Schuh Schaefer

Coordenadora CRAS

PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 016/2018

Inexigibilidade N. 004/2018

TERMO DE RATIFICAÇÃO - Ratifico a exposição dos motivos
apresentados, e autorizo a Inexigibilidade nos termos do art. 25,
"caput" da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;

TERMO DE AUTORIZAÇÃO - AUTORIZO por inexigibilidade de lici-
tação a Contratação de empresa para prestar serviços sócio assis-
tenciais de proteção as cinco infantes, observados as especifica-
ções constantes das justificativas ora homologadas.

Contratada: TERRA NOVA SOCIEDADE BENEFICIÁRIA DO VALE
DO PIRAPOCU

CNPJ: 85.217.628/0001-04

Adotem-se as medidas necessárias para a efetivação dos serviços
ora autorizada.

Publique-se, na forma legal.

Município de Iporã do Oeste - SC, 02 de janeiro de 2018

Mauro Cesar Barella

Gestor FMAS

Contrato nº 010/2018

Partes: Município de Iporã do Oeste e Terra Nova Socie. Bem. Vale

do Pirapocu

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO SOCIO ASSISTENCIAIS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE NO ACO-
LHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ATÉ
18 ANOS INCOMPLETOS, NA MODALIDADE DE ABRIGO INSTITU-
CIONAL OU CASA LAR, MEDIANTE PAGAMENTO MENSAL PELOS
SERVIÇOS PRESTADOS, VISANDO O ATENDIMENTO EM REGIME
DE ABRIGO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE SE ENCONTRAM
EM SITUAÇÃO DE RISCO PESSOAL E SOCIAL, PERTENCENTES AO
MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC, ENCAMINHADAS PELO CON-
SELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO, POR MEIO DA JUSTICA DA IN-
FANCIA E JUVENTUDE DA COMARCA DE MONDAI/SC

Processo Administrativo: 016/2018

Inexigibilidade: 004/2018

Fundamentação: Amparado no artigo 25," caput" da Lei Federal nº
8.666/93

Valor Total R\$ 94.400,00

Valor Mensal R\$ 15.900,00

Vigência: 02.01.2018 a 30.06.2018

Data: 02.01.2018

Mauro Cesar Barella – gestor FMS

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 061/2018 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493808

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA A TENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação pelo processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

THALIA CRISTINA PICCININI, sob a Matrícula 2768-5, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6.334.780 e do CPF 109.297.159-93, para ocupar o cargo em caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 18/01/2018 até o preenchimento da vaga por Concurso Publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/01/2018.

Ipumirim - SC, 18 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 062/2018 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1493812

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE CRECHE PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 020/2006, que Exclui artigo 23 e parágrafo único, altera tabelas dos grupos "A", "B", "C" e "D" dos Anexos II e III, altera o anexo VI da Lei Complementar nº 002/2002, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração para os servidores do Município de Ipumirim. e considerando também a contratação através do edital do processo seletivo 010/2017.

CONTRATA

JOSIELI CHIAVAGATTI HABOSKI, sob a Matrícula 2769-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4584220 e do CPF 080.729.489-62, para ocupar o cargo em

caráter temporário de AUXILIAR DE CRECHE, constante no Anexo II, Grupo A - Serviços Administrativos, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 2/2002, nível salarial NIVEL CE 30, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Creche Municipal Pedacinho do Céu, para o período de 18/01/2018 até o preenchimento da vaga por Concurso Publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/01/2018.

Ipumirim - SC, 18 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

PORTARIA Nº. 063/2018 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494199

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE AUXILIAR DE ENFERMAGEM PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.

CONTRATA

CLAUDIONARA ALLEBRAND LIZZI, sob a Matrícula 2770-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5055474 e do CPF 066.846.609-09, para ocupar o cargo em caráter temporário de Auxiliar de Enfermagem, constante no Anexo II, Grupo B - Serviços Técnicos Profissionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial NIVEL CE 80, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Saúde, para o período de 18/01/2018 até o preenchimento da vaga por Concurso Publico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 18/01/2018.

Ipumirim - SC, 18 de janeiro de 2018.

Volnei Antônio Schmidt

Prefeito de Ipumirim

Iraceminha

PREFEITURA

PORTARIA Nº 009/2018, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494359

PORTARIA Nº 009/2018, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar nº 42/2009 de 14 de Julho de 2009, Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art.1º - CONCEDER férias regulamentares pelo período de 20 dias, a Servidora Pública Municipal, DEBORA SPENAZZATTO, funcionária no cargo de DIRETOR GERAL, 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no período de 12 de Janeiro de 2018 a 31 de Janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 02/01/2017 A 01/01/2018.

Art. 2º - AUTORIZAR conversão do abono pecuniário de 10 (dez) dias. Art.115, §1º da LEI 042/2009.

Art.3º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha 12 de Janeiro 2018.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2018

Publicação N° 1494720

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2018

O Município de Irani torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura contratação de Prestação de Serviços de Balanceamento, Geometria, Lavação, Montagem e Conserto de pneu, dos veículos e máquinas da Frota Municipal, conforme demanda.

Recebimento de Envelopes: até às 13h30min do dia 02/02/2018.

Abertura: às 14h00min do dia 02/02/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site www.irani.sc.gov.br, ou pelo telefone: (0xx49) 3432-3214.

Irani, SC, 19 de janeiro de 2018.

MARCELO PEGORARO – PREFEITO EM EXERCÍCIO

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2018

Publicação N° 1494719

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IRANI
PROCESSO LICITATÓRIO N° 007/2018
PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2018

O Município de Irani torna público, que fará Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura de frutas, verduras e legumes destinados à manutenção da merenda escolar das creches e escolas municipais, programas e atividades do CREAS e CRAS, serviço de convivência e fortalecimento de vínculo, benefícios eventuais e demais programas sociais, projetos: “cheirinho de bebê” e “hiperdia” e consumo das Secretarias Municipais.

Recebimento de Envelopes: até às 13h30min do dia 01/02/2018.

Abertura: às 14h00min do dia 01/02/2018.

Informações complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal de Irani – Rua Eilírio de Gregori, 207, Centro - no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, no site www.irani.sc.gov.br, ou pelo telefone: (0xx49) 3432-3214.

Irani, SC, 19 de janeiro de 2018.

MARCELO PEGORARO – PREFEITO EM EXERCÍCIO

Iratí

PREFEITURA

PREGÃO Nº 004/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROCESSO DE RECRUTAMENTO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DO QUADRO PERMANENTE

Publicação Nº 1494190

Estado de Santa Catarina
Município de Iratí
Aviso de Licitação
Processo Administrativo nº 015/2018
Pregão Presencial nº 004/2018

O Município de Iratí – SC, torna público aos interessados que encontra-se aberto o Pregão Presencial 004/2018, visando a Contratação de Empresa para elaboração de Processo de Recrutamento para Provimento de Cargos do Quadro Permanente, de acordo com as especificações contidas no Edital, disponível no site: www.irati.sc.gov.br ou a ser retirado no Setor de Licitações. O recebimento dos Envelopes Nº 01 – PROPOSTA COMERCIAL e Nº 02 – DOCUMENTAÇÃO, contendo, respectivamente, as propostas de preços e a documentação de habilitação dos interessados, dar-se-á até às 07H45MIN DO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2018, no Setor de Licitações deste Município, sito a Rua João Beux Sobrinho, 385, centro. A abertura dos Envelopes n. 01 – PROPOSTA COMERCIAL, dar-se-á a partir das 08H00MIN 01 DE FEVEREIRO DE 2018, em sessão pública, realizada na Sala de Licitações do Município de Iratí. Edital completo e informações adicionais poderão ser obtidas no horário normal de expediente, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49) 3349.0010, pelo e-mail: irati@irati.sc.gov.br ou diretamente no Setor Administrativo sito Rua João Beux Sobrinho, 385, Centro Iratí – SC, 18 de janeiro de 2018. Neuri Meurer - Prefeito Municipal.

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 3360/2018

Publicação Nº 1493806

DECRETO Nº 3.360/2018.

ESTABELECE CRITÉRIOS PARA PAGAMENTO DO PISO SALARIAL MÍNIMO DE QUE TRATA A LEI FEDERAL Nº 11.738/2008, PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO OCUPANTES DOS CARGOS DE PROFESSOR (A), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 65, VII da Lei Orgânica do Município, amparado no que dispõe o Artigo 30, §§ 1º e 2º da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município e,

CONSIDERANDO que o MEC definiu o valor do piso nacional do magistério a ser aplicado desde 01 de janeiro de 2018, para 40 horas de jornada de trabalho semanal em R\$ 2.455,35 (dois mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), conforme Portaria nº 1.595/2017, de 28/12/2017;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 11.738/2008 é autoaplicável, cabendo aos gestores municipais à efetuação de ato para seu efetivo cumprimento, haja vista que regulamenta direito previsto na Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de adequar-se ao que prevê a Lei Federal nº 11.738/2008 e Constituição Federal, bem como estabelecer requisitos para a liquidação e pagamento dos valores eventualmente devidos aos profissionais do magistério que, proporcionalmente à sua carga horária, não recebam a título de referência salarial, o valor definido pelo MEC do Piso Nacional dos profissionais do Magistério, DECRETA:

Art. 1º Aos servidores ocupantes do cargo de Professor, que recebam valor de vencimento inferior ao valor definido pelo MEC, será pago como verba de complemento salarial considerando-se a carga horária semanal laborada, os valores previstos na tabela abaixo:

REFERÊNCIA NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	399,675	374,835	349,255	322,895	295,775	267,805	239,015	209,345	178,825	147,355
2	151,275	118,995	85,725	51,485	16,205	-,-	-,-	-,-	-,-	-,-

Obs.: valores para carga horária de 20hrs/sem.

§ 1º. Na aplicação do disposto no "caput" deste artigo será observado o disposto na Súmula Vinculante nº 15 que estabelece "O cálculo de gratificações do servidor público não incide sobre o abono utilizado para se atingir o salário mínimo".

§2º. Os valores devidos a esse título terão vigência a contar de 01/01/2018.

§ 3º. Os valores necessários ao implemento destas medidas correrão por conta das dotações próprias da Secretaria de Educação.

§ 4º. A verba de complemento salarial terá seus reflexos em décimo terceiro, férias, horas excedentes eventualmente laboradas e/ou outras vantagens diretamente vinculadas ao salário base do servidor;

§ 5º. Os valores recebidos a título de complementação salarial comporão a base de cálculo para as contribuições do INSS e IRRF.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, com efeitos retroativos à 1º de Janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Irineópolis, em 16 de Janeiro de 2018.

LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA

Prefeito Municipal em Exercício.

Irineópolis, 11 de janeiro de 2018.

PORTARIA Nº 012/2018

Publicação Nº 1493813

PORTARIA Nº 012/2018.

DELEGA COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Irineópolis (SC) LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1st. DELEGAR à servidora SAMARA ANDRESSA RUCKL, ocupante do cargo efetivo de Agente Sanitária, portadora da CNH Registro nº 06972198238, categoria AB, competência para dirigir os veículos de propriedade e responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde de Irineópolis (Fundo Municipal de Saúde) durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Janeiro de 2018.

LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA

Prefeito Municipal em Exercício.

PORTARIA Nº 013/2018

Publicação Nº 1493814

PORTARIA Nº 013/2018.

DELEGA À SERVIDORA ADMITIDA POR TEMPO DETERMINADO, COMPETÊNCIA PARA A DIREÇÃO DE VEÍCULOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Irineópolis (SC) LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA, usando da competência que lhe confere o item IX, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e amparada no que dispõe o Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1st. DELEGAR à servidora ADRIANE BANAK ZAIONS, ocupante das atividades temporárias de Monitora de Creche, portadora da CNH Registro nº 03498348212, categoria B, competência para dirigir os veículos de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação de Irineópolis durante o desempenho de suas atividades funcionais.

Art. 2nd. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 17 de Janeiro de 2018.

LUIZ CARLOS PAZDZIÓRA

Prefeito Municipal em Exercício.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2018 - PM

Publicação Nº 1494197

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2018

CREDENCIAMENTO Nº 01/2018

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no período de 24/01/2018 a 23/01/2019, Processo Licitatório na Modalidade Credenciamento, de acordo com a Lei nº 8.666/93, visando "CREDENCIAMENTO DE MICROEMPRESAS – ME E MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS – MEI PARA REALIZAÇÃO DE OBRAS, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.949/2017 E DECRETO MUNICIPAL Nº 3.357/2018". O edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, nº 200, Centro, Irineópolis SC, Fone 47 3625-1111, no site www.irineopolis.sc.gov.br. Irineópolis, 18 de janeiro de 2018.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

DECRETO N. 004/2018

Publicação Nº 1493775

DECRETO Nº 004/2018, DE 10 DE JANEIRO DE 2018.

“Designa Comissão Permanente de Licitações e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o Art. 51 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão Municipal Permanente de Licitações, com a incumbência de realizar a habilitação preliminar e o processamento e julgamento das propostas pertinentes aos processos licitatórios.

Art. 2º. Ficam nomeados para comporem a Comissão Municipal Permanente de Licitações os servidores públicos municipais a seguir relacionados:

RONEI TREVISOL	Presidente
DELSON MINSKI	Presidente
NEREO NORBERTO ROSTIROLLA	Presidente
SILVIANE CARLA MÉRTINS	Membro
FRANCIELE DAL BELLO	Membro
FELIPE UBA CHUPEL	Membro
DELSON MINSKI	Membro
JULCIMAR ANTÔNIO ZOTTI	Membro
MARIA ELENA CARLESSO	Membro
VIVIANI VANESSA DEVALLE	Membro
MARTA INÊS BENDER SARTORETTO	Membro
JOCIAS ANDRÉ KURMANN	Membro
SCHEILA PIEROZAN	Membro
GREICE REGINA BAROTTO	Membro
JOSEANE PASSONI	Membro

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC,
10 de Janeiro de 2018.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 005/2018

Publicação Nº 1493777

Decreto nº. 005 de 10 de Janeiro de 2018

“Designa servidores para a função de Pregoeiro e Equipe de Apoio e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o Art. 51 da Lei nº 8.666, de 23 de junho de 1993 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados para a função de PREGOEIROS, os servidores DELSON MINSKI, NEREO NORBERTO ROSTIROLLA E RONEI TREVISOL em obediência ao estabelecido na alínea “d” do inciso III do Art. 8º do anexo I, do Decreto nº 29, de 25 de junho de 2003.

Art. 2º. Para compor a Equipe de Apoio ao Pregoeiro, de conformidade com o Art. 10 do Anexo I, do Decreto nº 29, de 25 de junho de 2003, ficam designados os seguintes servidores:

JOCIAS ANDRÉ KURMANN	Equipe de Apoio
SILVIANE CARLA MÉRTINS	Equipe de Apoio
FRANCIELE DAL BELLO	Equipe de Apoio
FELIPE UBA CHUPEL	Equipe de Apoio
JULCIMAR ANTÔNIO ZOTTI	Equipe de Apoio
MARIA ELENA CARLESSO	Equipe de Apoio
GREICE REGINA BAROTTO	Equipe de Apoio
MARTA INÊS BENDER SARTORETTO	Equipe de Apoio
SCHEILA PIEROZAN	Equipe de Apoio
JOSEANE PASSONI	Equipe de Apoio

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC,
10 de janeiro de 2018.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 006/2018

Publicação Nº 1493778

DECRETO Nº 006 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

“Reduz a jornada de trabalho do cargo de fisioterapeuta, em atendimento à decisão judicial, e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando sentença nos autos do Procedimento Comum 5000898-12.2016.4.04.7212/SC que condenou o Município de Itá a reduzir a jornada de trabalho do cargo de fisioterapeuta para o

máximo de 30 (trinta) horas semanais;

Considerando a necessidade de cumprimento da ordem judicial emanada nos autos acima referidos.

Considerando a possibilidade de aplicação de multa caso a decisão judicial não seja cumprida;

DECRETA:

Art. 1º Fica reduzida a jornada de trabalho do cargo de fisioterapia para 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo Único. A jornada acima definida terá início a partir do dia 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º. Fica reduzido o vencimento do cargo proporcionalmente a redução da jornada de trabalho, por este Decreto estabelecida.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá, SC 15 de Janeiro de 2018.
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATOS 07 A 10

Publicação Nº 1494340

Contrato Nº.: 1/2018 AMAUC
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINEN
Valor : 123.720,00 (cento e vinte e três mil setecentos e vinte reais)
Vigência : Início: 09/01/2018 Término: 31/12/2018
Objeto : O presente contrato de rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita da Amauc para o exercício de 2018, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município associado.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 1/2018 LAMB
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: CONS. INTERMUN.GESTÃO AMB.PART.CONSÓRCIO LAMBARI
Valor : 36.792,00 (trinta e seis mil setecentos e noventa e dois reais)
Vigência : Início: 09/01/2018 Término: 31/12/2018
Objeto : 1.O presente contrato de rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita do Consórcio Lambari para o exercício de 2018, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Aditivo Nº : 1AD 1/2018 - Contrato Nº: 1/2018 AMAUC

Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ALTO URUGUAI CATARINEN
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 09/01/2018 Término: 31/12/2018
Objeto : Serviços Profissionais para ASSESSORAMENTO TÉCNICO NA ÁREA DE EDUCAÇÃO PARA O COLEGIADO DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DA AMAUC.
Contratada....: ASSOCIACAO DOS MUNICIPIOS DO ALTO URUGUAI JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 7/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA - ME
Valor : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)
Vigência : Início: 09/01/2018 Término: 31/12/2018
Objeto : Locação de Sistema informatizado de Controle de Serviços, voltado ao controle geral de serviços a municipalidade.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 8/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: GLÁUCIA PANDOLFI DE QUADROS - ME
Valor : 1.800,00 (um mil e oitocentos reais)
Vigência : Início: 11/01/2018 Término: 31/12/2018
Objeto : O presente contrato tem por objetivo a locação de 01 (um) equipamento reprográfico com as seguintes características: Multifuncional
RICOH - modelo MP 161 FN
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 9/2018
Contratante...: MUNICIPIO DE ITA
Contratada....: REALMAC MAQUINAS E EQUIP. P/ESCRIT. LTDA
Valor : 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)
Vigência : Início: 11/01/2018 Término: 31/12/2018
Objeto : O presente contrato tem por objetivo a locação de 01 (um) equipamento reprográfico com as seguintes características: máquina Multifuncional marca Brother Modelo DCP-8080DN.
JAIRO LUIZ SARTORETTO- PREFEITO MUNICIPAL

Contrato Nº.: 10/2018
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA
Contratada....: BENEF. CAMILIANA DO SUL - HOSP. S. FCO.
Valor : 37.976,76 (trinta e sete mil novecentos e setenta e seis reais e setenta e seis centavos)
Vigência : Início: 16/01/2018 Término: 16/01/2018
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2018
Recursos : Dotação: 2.031.3.3.50.00.00.00.00 (14) Saldo: 50.000,00
Objeto : Cooperação técnica-financeira, objetivando a manutenção de atendimento médico de urgência e emergência aos habitantes do Município de Itá - SC.
ROMEY RICARDO DE OLIVEIRA – Responsável pelo Fundo

Itapema

PREFEITURA

04.013.2018 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

Publicação Nº 1494484

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:
Pregão Presencial nº. 04.013.2018

Objeto: Registro de Preços – aquisição de gêneros alimentícios, para atender as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.013.2018.

Entrega dos envelopes: Até às 09:00(nove) horas do dia 31(trinta e um) de janeiro de 2018.

Abertura do Pregão: 31(trinta e um) de janeiro de 2018 às 09:01(nove horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “compras e licitações – modalidades – pregão – 04.013.2018” ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro. Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 18 de janeiro de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário de Administração

AVISO DE SUSPENSÃO - 04.103.2017

Publicação Nº 1494014

Pregão Presencial nº. 04.0103.2017

Objeto: Registro de Preços – Aquisição de materiais e equipamentos de informática, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Itapema, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº. 04.103.2017.

AVISO DE SUSPENSÃO

Informo que, em virtude de solicitação encaminhada pelo Departamento de TI, que observou a necessidade de reformulação de especificações técnicas de alguns itens, o processo licitatório supra será suspenso para reformulação.

Quando da reabertura, esta será publicada em respeito à legislação vigente.

Itapema, 17 de janeiro de 2018.

Ronaldo Paulino

Secretário Municipal de Administração de Itapema

LEI COMPLEMENTAR Nº 63 - ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 24 E ACRESCENTA OS §§ 1º E 2º, NA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL 07-2002.

Publicação Nº 1494084

Lei Complementar nº 63, de 17 de janeiro de 2018

Altera a redação do artigo 24 e acrescenta os §§ 1º e 2º, na Lei Complementar Municipal 07/2002.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe

foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º O artigo 24, da Lei Complementar 07/2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24 Os objetivos e diretrizes previstos no Plano Diretor de Itapema deverão nortear as adequações necessárias da legislação de parcelamento do solo, zoneamento e uso do solo, Código de Obras e sistema viário.

Art. 2º O artigo 24, da Lei Complementar 07/2002, passa a conter os seguintes parágrafos:

(...)

§ 1º O coeficiente de aproveitamento máximo é o índice que, excedendo o coeficiente de utilização básico, será admitido por lei específica e nos processos de aprovação de projetos, que contemplem a Outorga Onerosa de potencial construtivo adicional mediante contrapartida, nas ZONAS RESIDENCIAIS I, II e III, do Município de Itapema.

§ 2º O limite máximo a ser atingido pelo coeficiente máximo de aproveitamento, para outorga onerosa de potencial construtivo adicional é de trinta por cento de apartamentos definidos pelo coeficiente básico.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 17 de janeiro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI COMPLEMENTAR Nº 64 - INSTITUI O CONE DE SOMBREAMENTO COMO INSTRUMENTO DE POLÍTICA URBANÍSTICA DE ITAPEMA.

Publicação Nº 1494085

Lei Complementar nº 64, de 17 de janeiro de 2018

Institui o cone de sombreamento como Instrumento de Política Urbanística de Itapema.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Para as novas edificações deverá ser observado o Cone de Sombra, que é a projeção da sombra da edificação projetada no solo, no dia 31 de dezembro, medida as 16:00 horas do horário de verão ou 15:00 horas do horário global, que define os ângulos máximos que formam a linha imaginária com o vértice mais alto da edificação.

Art. 2º O ponto extremo do limite admitido para a sombra das edificações no plano horizontal do solo, será delimitado através de uma linha perpendicular da edificação até o encontro dos pontos referenciados em coordenadas UTM – Mapa CS - 01, que limitam o início da faixa da praia (areia com ou sem vegetação característica das restingas) e as infraestruturas existentes na orla como vias, calçadões e equipamentos existentes ou projetados.

Art. 3º O ponto mais alto a ser considerado na edificação são os vértices que projetam a sombra da edificação perpendicularmente à praia, incluindo os fechamentos de platibandas da cobertura e excetuando-se a projeções de caixas d'água, casa de máquinas de elevadores, torres de resfriamento e outros equipamentos desde que estes elementos não excedam a 30% da taxa de ocupação relativa à área perimetral do último pavimento útil.

Art. 4º A planta do cone de sombreamento consta no anexo único – MAPA CS 01 - desta Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar modifica a tabela II, da Lei Complementar 11/2002, somente em ZR1, ZR2 e ZR3, onde que, o limite de pavimentos estabelecido na tabela II, da Lei Complementar 11/2002, somente poderá ser ultrapassado com a aplicação dos institutos do solo criado e até o limite do cone de sombra.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema, 17 de janeiro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI COMPLEMENTAR Nº 65 - REGULAMENTA O INSTRUMENTO DA POLÍTICA URBANA DE ITAPEMA PARA FINS DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR ADICIONAL

Publicação Nº 1494086

Lei Complementar nº 65, de 17 de janeiro de 2018

Regulamenta o Instrumento da Política Urbana de Itapema para fins da Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional.

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º A concessão de Outorga Onerosa do Potencial Construtivo Adicional obedecerá ao regulamento aprovado pela presente Lei.
Parágrafo único. OUTORGA ONEROSA - é o instrumento para a concessão, pelo Poder Público, de potencial construtivo adicional acima do resultante da aplicação do coeficiente de aproveitamento básico, até o limite estabelecido pelo coeficiente de aproveitamento máximo e, para a alteração de uso e parâmetros urbanísticos, mediante pagamento de contrapartida financeira.

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES PARA A CONCESSÃO DE OUTORGA ONEROSA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO ADICIONAL

Art. 2º O potencial construtivo poderá ser majorado mediante a Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional de acordo com

o estabelecido nas Leis Complementares Municipais nº 07/2002, 10/2002, 11/2002.

§ 1º A Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional será possível de ser utilizada para os seguintes Setores ou Zonas Urbanas:

ZR1-Zona Residencial-1;

ZR2-Zona Residencial-2;

ZR3-Zona Residencial-3;

§ 2º A ampliação, eliminação ou mudança de Setores, Zonas Urbanas ou coeficientes de aproveitamento para a aplicação da Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional em outros Setores somente será permitida por Lei discutida e referendada previamente em Audiência Pública e pelo Conselho da Cidade.

§ 3º As obras em andamento poderão migrar o projeto para aplicação da Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional, nos termos desta Lei.

§ 4º Para fins de migração de obra já iniciada, entendida como aquela que já está em fase de execução, só poderão solicitar a Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional se os recuos laterais e de fundos forem o mesmo para o número de pavimentos total que corresponde à soma do número de pavimentos do projeto atual já aprovado e do número de pavimentos referente à Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional.

§ 5º As unidades residenciais permanentes concedidas através da Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional em qualquer caso estão dispensadas de dispor vagas de garagens excedentes quando utilizado o uso do mezanino de garagem em projeto.

§ 6º Para fins de migração de obra não iniciada, entendida como aquela que o projeto se encontra aprovado, com ou sem alvará, mas, não iniciada a execução, os recuos deverão seguir os determinados pela Lei vigente.

§ 7º Para fins da aplicação desta Lei Complementar, a apresentação de projeto substitutivo para reanálise de projeto, será entendido como sendo um novo projeto de obra ou nova obra e, da mesma forma, será cobrado a TAP (Taxa de Análise de Projetos de Obras Particulares) da metragem total do novo projeto apresentado e TLO (Taxa de Licença para Execução de Obras e Instalações Particulares) proporcional ao acréscimo da metragem referente à Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional.

CAPÍTULO II

DOS PARÂMETROS TÉCNICOS PARA A OUTORGA ONEROSA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO ADICIONAL

Art. 3º O cálculo da contrapartida financeira que foram definidos por estudos da Secretaria de Planejamento como potencial construtivo máximo de um lote para fins de outorga onerosa de potencial construtivo adicional se dará conforme cálculo a seguir:

§ 1º A área total do lote para fins de cálculo de coeficiente básico é a definida pela Lei Complementar Municipal 11/2002.

§ 2º A determinação do valor do metro quadrado a ser cobrado para fins de concessão de Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional será utilizada como valor de referência, um percentual do CUB-SC de acordo com a tabela-01 abaixo:

Tabela-01

Zoneamento	% do CUB-SC
ZR1	150%
ZR2	100%
ZR3	70%

§ 3º O valor do CUB-SC indicado na tabela-01 será do mês antecedente ao protocolo do projeto na Secretaria de Planejamento Urbano.

§ 4º Fica fixado a quantidade de metros quadrados de Solo Criado

(QSC) de 30% da área utilizada para cálculo do número de unidades residenciais permanentes conforme tabela II da Lei Complementar 11/2002.

§ 5º O cálculo do número de unidades residenciais permanentes que serão edificados a mais (excedentes) quando solicitado Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional será dado pela fórmula:

$$NUOO = 1,3A/K - A/K$$

Onde:

NUOO= é o número de unidades residenciais excedentes quando requerido Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional.

1,3A/K= é o número de unidades residenciais permanentes total quando requerido Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional com arredondamento conforme Lei Complementar 11/2002, Art.15, inciso I.

A/K= é o número de unidades residenciais permanentes com arredondamento conforme Lei Complementar 11/2002, Art.15, inciso I.

A= é a área do terreno utilizada para cálculo do número de unidades residenciais permanentes conforme Lei Complementar 11/2002.

K= é a fração de área que define o número máximo de unidades residenciais permanentes que poderão ser construídas conforme Lei Complementar 11/2002, Art.15, inciso I.

§ 6º O cálculo da contrapartida financeira de preço público será calculado pela fórmula:

$$VOO = QSC \times Vm^2 \times VI$$

Onde:

VOO= é o valor da Outorga Onerosa em R\$ (Reais).

QSC= é a quantidade de metros quadrados de Solo Criado referente a 30% da área utilizada para cálculo do número de unidades residências permanentes.

Vm²= é o valor do metro quadrado da área representada da tabela-1 de preço público - em % do CUB-SC.

VI= é o valor do CUB-SC de referência na data da expedição da aprovação do projeto na Secretaria de Planejamento Urbano.

§ 7º O cálculo do valor da contrapartida em Reais (R\$) de cada unidade residencial permanente referente à Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional será calculado pela fórmula:

$$PUROO = VOO / NUOO$$

Onde:

PUROO= é o preço por cada unidade residencial referente à Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional em Reais (R\$).

VOO= é o valor da Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional em R\$ (Reais).

NUOO= é o número de unidades residenciais excedentes quando requerido Outorga Onerosa de Potencial Construtivo Adicional.

§ 8º O número de pavimentos disposto conforme a tabela II, da Lei Complementar 11/2002, com relação as ZR1, ZR2 e ZR3, passará a vigorar o cone de sombreamento.

§ 9º A partir do 21º (vigésimo primeiro) pavimento o recuo será de 6,70m (seis vírgula setenta metros).

CAPITULO III

DA CONTRA PARTIDA PARA A OUTORGA ONEROSA DE POTENCIAL CONSTRUTIVO ADICIONAL

Art. 4º As contrapartidas financeiras exigidas dos proprietários, usuários, beneficiários e investidores públicos e privados, em

função do empreendimento, projeto ou programa concebido, deverão ser pagas da seguinte forma:

I - 50% (cinquenta por cento) quando do protocolo de entrada do projeto na Secretaria de Planejamento Urbano;

II - o saldo remanescente, correspondente aos outros 50% (cinquenta por cento), poderá ser pago em até 10 (dez) meses, em parcelas iguais, mensais e consecutivas fixo;

III - o inadimplemento de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará, após comunicação ao sujeito passivo, na imediata rescisão do parcelamento e, conforme o caso, no prosseguimento da cobrança do valor original do débito, acrescido de multa de 2% (dois por cento) e correção monetária; e

IV - tratando-se de licença condicionada, o Alvará de Construção será cassado quando ocorrer o não pagamento do valor integral da contrapartida financeira ou de qualquer uma de suas parcelas dentro dos respectivos prazos.

Art. 5º A outorga onerosa do direito de construir terá validade de 02 (dois) anos, contados da data de concessão da respectiva aprovação do projeto.

§ 1º Transcorrido o prazo descrito no caput, deste artigo, sem que tenha sido iniciada a obra e, caso haja interesse, o beneficiário poderá utilizá-la no mesmo projeto desde que renovada à outorga, nos termos da legislação vigente.

§ 2º Caso o beneficiário não venha utilizar a outorga concedida, poderá valer-se dos valores pagos, como crédito na aquisição de uma nova outorga onerosa de potencial construtivo adicional, para si ou terceiro, respeitado o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, contados do último pagamento.

Art. 6º Os responsáveis pelos projetos protocolados após esta Lei, que tenham interesse em habilitar-se ou adquirir, junto a Secretaria de Planejamento, o benefício alvo da presente Lei, deverão requerer, por escrito, o certificado da outorga onerosa de potencial construtivo adicional.

Art. 7º O valor da contrapartida financeira a ser depositado na conta corrente específica ou no Fundo Específico será regulamentado, mediante portaria, fixará as instruções complementares para o depósito do valor da contrapartida financeira na conta corrente específica ou Fundo.

TÍTULO II

DO FUNDO ESPECIAL DE OUTORGA ONEROSA do direito de construir adicional

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 8º Fica criado o Fundo Especial de Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional - FEOODC, de que este artigo, vinculado a Secretaria de Planejamento Urbano, que tem por objetivo administrar os recursos provenientes dos benefícios urbanos, decorrentes das contrapartidas financeiras previstas na presente Lei, com a finalidade de financiar as matérias elencadas no art. 26, da Lei 10.257/2001.

CAPÍTULO II

Seção I

Da Administração do Fundo

Art. 9º A administração do Fundo Especial de Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional - FEOODC será exercida pelo seu Gestor.

Art. 10. Fundo Especial de Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional - FEODDC terá suas despesas administrativas mantidas com recursos próprios.

Seção II

Dos Recursos Financeiros do Fundo

Art. 11. São recursos financeiros do Fundo:

I - as contrapartidas financeiras decorrentes dos benefícios urbanos obtidos com as operações de que trata a presente Lei;

II - multas previstas na presente Lei;

III - remuneração oriunda de aplicações financeiras;

IV - dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a Lei estabelecer no decurso do período;

V - doações, auxílios, contribuições, subvenções, transferências e legados de entidades nacionais e internacionais governamentais e não-governamentais;

VI - as transferências financeiras do orçamento Municipal;

VII - demais receitas destinadas ao Fundo.

Parágrafo único. Os recursos obtidos da contrapartida financeira, decorrentes dos benefícios urbanos obtidos com a operação constituem receita orçamentária específica do Município e deverá ser recolhida em conta própria vinculada do Fundo Especial de Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional - FEODDC.

Art. 12. Os recursos do Fundo a que se refere o artigo anterior serão aplicados conforme o art. 26, da Lei 10.257/2001.

Art. 13. O saldo financeiro positivo do Fundo Especial de Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional - FEODDC apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo.

Seção III

Do Orçamento e da Contabilidade

Subseção I

Do Orçamento

Art. 14. O orçamento do Fundo Especial de Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional - FEODDC evidenciará as políticas e o programa de trabalho governamentais, no Plano Plurianual, na LDO e nos princípios da universalidade e do equilíbrio;

§ 1º O orçamento do Fundo Especial de Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional integrará o orçamento do Município, em obediência ao princípio da unidade.

§ 2º O orçamento do Fundo Especial de Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional observará, na sua elaboração e na sua execução, os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente.

Subseção II

Da Contabilidade

Art. 15. A contabilidade do Fundo Especial de Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional tem por objetivo evidenciar a situação financeira, patrimonial e orçamentária deste Fundo, observados os padrões e normas estabelecidos na legislação pertinente.

Seção IV

Da Execução Orçamentária

Subseção I

Da Despesa

Art. 16. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária autorização orçamentária.

Parágrafo único. Para os casos de insuficiência e omissões orçamentárias, poderão ser utilizados os créditos adicionais suplementares e especiais, autorizados por Lei e abertos por Lei Municipal.

Subseção II

Das Receitas

Art. 17. A execução orçamentária das receitas se processará através da obtenção do seu produto nas fontes determinadas nesta Lei.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O Fundo terá vigência indeterminada.

Art. 19. Para execução desta Lei, o Poder Executivo Municipal encaminhará projeto de lei específico para adequação do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e para abertura Crédito Adicional.

Art. 20. O Solo Criado somente poderá ter alterações de cálculo através de Lei Complementar Municipal.

Art. 21. A Outorga Onerosa do Direito de Construir Adicional não permite isenções.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itapema, 17 de janeiro de 2018.

NILZA NÍLDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

LEI Nº 3.713, DE 15 DE JANEIRO DE 2018 - ACRESCENTA O INCISO I, NO § 6º DO ART. 15, DA LEI Nº 1125, DE 01 DE NOVEMBRO DE 1995

Publicação Nº 1494087

Lei nº 3.713, de 15 de janeiro de 2018.

Acrescenta o inciso I, no § 6º do Art. 15, da Lei nº 1125, de 01 de novembro de 1995, "que dispõe sobre normas de saúde em vigilância sanitária, estabelece penalidades e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Itapema, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 42, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Itapema faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Acrescenta o inciso I, no § 6º do Art. 15, da Lei nº 1125, de 01 de novembro de 1995, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 15 ...

§6º ...

I – o sistema hidrosanitário deve estar "aberto" para avaliação da Vigilância Sanitária."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Itapema, 15 de janeiro de 2018.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2018

Publicação Nº 1493278

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA, PARA ENTREGA PARCELADA, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DAS HIDRÁULICAS DO MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 31/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 17 de janeiro de 2018.

Tecla Royer Scholz
Secretaria de Administração, Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018

Publicação Nº 1494366

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS "GLP" P-13 E P-45, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 13h30 do dia 31/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 18 de janeiro de 2018.

José Gilvane Lauer
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2018

Publicação Nº 1494378

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 017/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAMERAS DE RÉ EM ONIBUS DO MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço Global.

Recebimento das Propostas: até as 15h30 do dia 31/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 18 de janeiro de 2018.

José Gilvane Lauer
Secretaria de Educação, Cultura e Desporto

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2018

Publicação Nº 1494397

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 018/2018

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED PARA EVENTOS DIVERSOS DESTE MUNICÍPIO.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 10h30 do dia 31/01/2018.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.itapiranga.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 18 de janeiro de 2018.

Tecla Royer Scholz
Secretaria de Administração, Obras e Serviços Urbanos

DECRETO Nº 13, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1494181

DECRETO Nº 013, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, POR CONTA DO "SUPERAVIT FINANCEIRO" VERIFICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.115, de 28 de novembro de 2017:

Decreta:

Art. 1º Fica o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente de 2017, por conta do "Superavit Financeiro" verificado no exercício anterior na seguinte fonte de recurso: 33701 - Rec. Tes. Exerc. Ant. - Transf. União - PNAE - Merenda Escolar, no valor de R\$ 30.339,50 (trinta mil, trezentos e trinta e nove reais e cinquenta

centavos) e na fonte de recurso 31007 - Rec. Tes. Exerc. Ant. - Conta-Parte Contr. Interv. Dom. Econ. - CIDE, no valor de R\$ 6.050,60 (seis mil, cinquenta reais e sessenta centavos).

06.02 – Ensino Fundamental

12.306.0012.2023 – Merenda Escolar – Ensino Fundamental

33.90.00.00.00.00.00.33701 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

06.03 – Educação Infantil – Pré-Escola

12.306.0014.2027 – Merenda Escolar – Educ. Infantil – Pré-Escola

33.90.00.00.00.00.00.33701 – Aplicações Diretas
..... R\$ 10.339,50

11.01 – Secretaria Municipal de Transportes

26.782.0031.2047 – Manutenção das Atividades da Secretaria dos Transportes

33.90.00.00.00.00.00.31007 – Aplicações Diretas
..... R\$ 6.050,60

Art. 2º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor com efeitos do dia 17 de janeiro de 2018.

Itapiranga, SC., 17 de janeiro de 2018.

Fernando O. Girardi

Prefeito em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Tecla Royer Scholz

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

26.782.0031.2047 – Manutenção das Atividades da Secretaria dos Transportes

33.90.00.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor com efeitos a partir do dia 17 de janeiro de 2018.

Itapiranga, SC., 17 de janeiro de 2018.

Fernando O. Girardi

Prefeito em Exercício

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios

Tecla Royer Scholz

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

DECRETO Nº 14, DE 17 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1494183

DECRETO Nº 014, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e de conformidade com a Lei Municipal nº 3.115, de 28 de novembro de 2017:

Decreta:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do Município de Itapiranga SC, na seguinte dotação orçamentária:

04.02 – Encargos Gerais do Município

28.846.0005.2014 – Contribuições ao PASEP

33.90.00.00.00.00.00.1007 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.500,00

11.01 – Secretaria Municipal de Transportes

26.782.0031.2047 – Manutenção das Atividades da Secretaria dos Transportes

33.90.00.00.00.00.00.1007 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

04.02 – Encargos Gerais do Município

28.846.0005.2014 – Contribuições ao PASEP

33.90.00.00.00.00.00.1000 – Aplicações Diretas
..... R\$ 1.500,00

11.01 – Secretaria Municipal de Transportes

Itapoá

PREFEITURA

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 046/2017 – AUXILIAR DE ENFERMAGEM

Publicação Nº 1494189

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 046/2017 – AUXILIAR DE ENFERMAGEM

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Parcial do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Auxiliar de Enfermagem:

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1ª	Rosimery Girardello	86
2º	Vanessa Pereira Schmoeller	86
3º	Elaine Turin	84
4º	Kauany Paula Adachi Anastacio	82
5º	Viviane Kowalczyk	82
6º	Hariana Grein Ramos Rohleder	78
7º	Camila de Melo Spindola	78
8º	Vanderlise Ribeiro de Assunção	78
9º	Terezinha do Carmo Alves Czarnecki	74
10º	Micaella Mayara de Souza Moraes	72
11º	Jocimara Michele Funk Ramos	72
12º	Rodrigo de Ramos Mendes	60

Itapoá, 18 de janeiro de 2018.

Marciane Rech Joseane Maria Soares de Lima
Enfermeira III Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 047/2017 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO BALNEÁRIO PAESE

Publicação Nº 1494418

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 047/2017 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE DO BALNEÁRIO PAESE

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Parcial do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Agente Comunitário de Saúde do Balneário Paese:

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1º	Cristiane de Fatima Pinheiro	88
2º	Wildinéia de Souza Borges	76
3º	Jessica Carolaine da Cunha	70
4º	Caroline Soares da Silva	68
5º	Janaina Dias	68
6º	Mariane Pereira N. de Moraes Serafina Ribeiro dos Santos	68
7º	Fernanda Oliveira da Paixão Belinelli	64
8º	Karla Carvalho Soares	64
9º	Janieli Soares Rosa	64
10º	Tamara Aparecida Ferraz da Luz	62

11º	Eliana do Rocio Gusso	62
12º	Nayara Cristiane Tenorio	62
13	Diego Maciel Mafioleti	62
14º	Nair Kraiesli Schmeckel	60
15º	Leandro Landegraff Piva Pereira	60
16º	Bianca Macena	60
17º	Josefa Gonçalves de Freitas	60
18º	Fabricio Argentão	60
	Sintia Alves dos Santos	58
	Telma Weiss	52
	Marcos Antonio Nicolachik	48

Itapoá, 18 de janeiro de 2018.

Marciane Rech Joseane Maria Soares de Lima
Enfermeira III Agente Administrativo II Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 048/2017 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ITAPEMA DO NORTE

Publicação Nº 1494213

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 048/2017 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ITAPEMA DO NORTE

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Parcial do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Agente Comunitário de Saúde da área de abrangência da UBS Itapema do Norte:

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1º	Neuzi Terezinha Cordeiro Machado	76
2º	Rosely Manicaldi	72
3º	Aline Maria Gorisch da Silva	68
4º	Rute Nair Barboza de Lima Hotz	62
5º	Abatha Ingrid Piva	62
	Rafael dos Santos da Silveira	58
	Evelise Gonçalves Paifer	58
	Andrea Aparecida Borges	48
	Samanta Meireles Mendes	46
	Luciléa Fátima Barra	44

Itapoá, 18 de janeiro de 2018.

Marciane Rech Joseane Maria Soares de Lima
Enfermeira III Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 049/2017 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE SAMAMBAIAL

Publicação Nº 1494222

CLASSIFICAÇÃO PARCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 049/2017 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE SAMAMBAIAL

A Comissão de Seleção de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público a Classificação Parcial do Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Agente Comunitário de Saúde da área de abrangência da UBS Samambaial:

CLASS.	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
1º	Andreia Miriam Andrade de Arruda	78
2º	Daiane Cristina Brito	74
3º	Isis da Rosa Bolino	72
4º	Joelma da Graça Peres	72
5º	Leia Pesa Lima	70
6º	Solange Zawodine Port Nogueira	68
7º	Adriano dos Santos	68
8º	Carina Fiamoncini	66
9º	Rosana Roeder Cardozo	66
10º	Rosalva Monteiro	66
11º	Cilene Rosilene Bezerra	62
12º	Cristhian Ivan Loureiro	62
	Camila da Silva Ocker	54
	Ivani Faligurski Silva	54
	Giseli dos Santos Tenfen	52
	Sabrina da Graça Peres	50
	Helen Vanessa Lima Rosa Pereira	40

Itapoá, 18 de janeiro de 2018.

Marciane Rech Joseane Maria Soares de Lima
Enfermeira III Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz
Agente Administrativo II

DECRETO MUNICIPAL Nº 3432/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1494082

DECRETO MUNICIPAL Nº 3432/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Decreta as diretrizes e critérios para a execução de obras que danifiquem as vias municipais.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:

Art. 1º As empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos, que pretendam instalar equipamentos de infraestrutura urbana nas vias públicas e obras-de-arte do Município de Itapoá, fornecerão à Secretaria de Obras e Serviços Públicos de Itapoá os documentos elencados neste Decreto, obedecendo as instruções que se seguem.

Art. 2º Para os efeitos deste Decreto, são adotados os seguintes termos e definições:

I - equipamento de infraestrutura urbana: dispositivo técnico para prestação de serviços de infraestrutura urbana;

II - expansão de rede de infraestrutura urbana: complementação de uma rede de infraestrutura urbana existente para efeito de ampliar sua capacidade de serviço;

III - implantação de rede de infraestrutura urbana: instalação de nova rede de infraestrutura urbana de determinada modalidade;

IV - ligação domiciliar: projeto de ramificação de rede aérea ou

subterrânea necessária para ligar um endereço onde já houver rede implantada;

V - obra-de-arte: designação tradicional de estruturas de obras de engenharia, tais como pontes, viadutos, túneis, muros de arrimo, etc., necessárias à construção de estradas ou vias urbanas;

VI - programação: apresentação por meio das normas discriminadas neste Decreto, da intenção de utilizar as vias públicas para lançamento de equipamentos de infraestrutura urbana;

VII - projetos de implantação ou expansão de rede: conjunto de documentos que define com clareza a passagem de redes de infraestrutura urbana aéreas ou subterrâneas nas vias públicas;

VIII - rede de infraestrutura urbana: conjunto de equipamentos que constituem a malha de distribuição de um determinado serviço de infraestrutura urbana.

Art. 3º Para implantação de equipamentos de infraestrutura urbana, a programação deverá ser entregue, no mínimo, 15 (quinze) dias antes da execução do serviço.

Parágrafo único. O surgimento de circunstâncias imprevisíveis após as quinzenas acima referidas e que implique em necessidade de implantação de equipamentos de infraestrutura urbana, poderá ensejar aditamento à programação, mediante requerimento circunstanciado, cujo deferimento ficará a critério da Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município.

Art. 4º Para efeito de programação, as empresas interessadas deverão apresentar à Secretaria de Obras e Serviços do Município de Itapoá, os seguintes documentos:

I - requerimento padrão, contendo:

- data;
- nome da empresa;
- pessoa para contato no Município de Itapoá - nome, endereço, telefone e e-mail;
- assinatura do responsável.

II - mapas em escala 1:7.500 (um para sete mil e quinhentos) contendo:

- nome de todos os logradouros a serem utilizados pela rede;
- identificação clara da rede planejada.

III - fichas técnicas contendo:

- relação de todos os logradouros, com nome, identificando através das vias transversais e do setor e quadra do ponto inicial da instalação, os trechos pretendidos;
- identificação de obras-de-arte, rios, córregos e canais;
- extensão total de todas as redes;
- extensão dos trechos compartilhados, quando existirem.

Art. 5º Para efeito de aprovação de projetos, as empresas interessadas deverão protocolar processo junto à Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município, obedecendo as normativas estabelecidas pela mesma, contendo:

- requerimento padronizado devidamente preenchido;
- planta geral de localização da rede, em escala 1:7.500 (um para sete mil e quinhentos);
- plantas em 1 (uma) via, plotada ou copiada em papel opaco, tamanho "A0" a "A4", conforme padronização estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, referente ao projeto a ser aprovado;
- traçado geométrico da rede sobre levantamento planimétrico em escala 1:500 (um para quinhentos).

Art. 6º A reconstrução e reparo de pavimentos danificados por concessionárias do serviço público deverá obedecer os seguintes parâmetros:

I - calçadas:

- remover o revestimento do passeio apenas numa extensão que permita seu fechamento em até 72 (setenta e duas) horas após o reparo, manutenção, implantação ou remanejamento da rede;

b) as calçadas deverão ser recuperadas imediatamente após o fechamento da vala, utilizando-se no pavimento técnicas e materiais idênticos aos originais;

c) a área mínima a ser recuperada deverá ser do meio-fio ao alinhamento predial e largura acrescida de 50 cm (cinquenta centímetros) para cada lado das arestas da vala no sentido longitudinal;

d) a reposição dos passeios deverá ser feita de maneira que não resultem emendas aparentes, ainda que seja necessário refazer ou substituir completamente todo o revestimento, cabendo as despesas respectivas ao responsável pelas escavações, seja um particular, uma empresa contratante de serviços de utilidade pública ou uma repartição pública;

e) caberá à Secretaria de Obras e Serviços Públicos do município a aprovação ou rejeição dos serviços de recomposição efetuados;

f) eventuais deformações ou afundamentos (recalques), serão de responsabilidade da executora por um período de 5 (cinco) anos;

g) é proibido o reparo de concreto ou argamassa diretamente sobre os passeios ou nas pistas.

II - pista de rolamento:

a) em recomposições de valas transversais a recomposição da estrutura do pavimento onde foi aberta a vala deverá seguir o dimensionamento da estrutura do pavimento existente;

b) sendo executada a laje de concreto com espessura de 13 cm (treze centímetros), o revestimento em CBUQ deverá ter a espessura de 5 cm (cinco centímetros);

c) não havendo laje de concreto, o revestimento em CBUQ deverá ter a espessura de 10 cm (dez centímetros).

Art. 7º Fica facultado à Secretaria de Obras e Serviços Públicos exigir informações adicionais que julgar necessárias à instrução do processo, mediante a expedição de comunicados ao peticionário.

Art. 8º Os processos de ligações domiciliares deverão ser instruídos com o número da Licença da Rede Básica ou o número do processo de regularização da mesma, sob pena do seu indeferimento.

Art. 9º Os casos especiais ou omissos serão decididos após análise da Secretaria de Obras e Serviços Públicos.

§1º A Secretaria de Obras e Serviços Públicos poderá indicar, após a análise caso a caso, condições de execução e recuperação específicas para determinados trechos de vias, conforme suas condições, características e importância ao sistema viário, como também poderão ser estabelecidos critérios diferenciados para abertura de valas em condições especiais.

§2º Fica facultado à Secretaria de Obras e Serviços Públicos estabelecer parcerias com as concessionárias (contratantes e/ou executoras) para as respectivas recuperações.

Art. 10. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 12 de dezembro de 2017.

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA

Chefe de Gabinete

WANTUIL JOSÉ DE OLIVEIRA

secretário de obras e serviços públicos

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO MÉDICO ESF Nº 002/2018

Publicação Nº 1494571

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO MÉDICO ESF Nº 002/2018

No Edital Nº 002/2018, para Processo Seletivo para médico ESF, ONDE CONSTA:

6.1. A listagem classificatória será publicada no site da prefeitura www.itapoa.sc.gov.br e será afixada no mural da Prefeitura no dia 18 de janeiro de 2018, a partir das 13h00.

7.3. No dia 22 de janeiro de 2018, às 14h00, será publicada a classificação final com as reconsiderações, se houverem.

PASSA A CONSTAR:

6.1. A listagem classificatória será publicada no site da prefeitura www.itapoa.sc.gov.br e será afixada no mural da Prefeitura no dia 19 de janeiro de 2018, a partir das 16h00.

7.3. No dia 24 de janeiro de 2018, às 14h00, será publicada a classificação final com as reconsiderações, se houverem.

Publique-se.

Cumpra-se.

Itapoá, 18 de janeiro de 2018.

Marciane Rech

Enfermeira III

Joseane Maria Soares de Lima

Agente Administrativo II

Susinei Ribeiro Schultz

Agente Administrativo II

Jaborá

PREFEITURA

DECRETO 1.711/2018

Publicação Nº 1493993

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE ESPECIFICA."

ADELIR MANOEL INÁCIO, Prefeito Em Exercício de Jaborá(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 5º, da Lei nº 1.602 de 29 de novembro de 2017, DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 132.713,73 (Cento e trinta e dois mil, setecentos e treze reais e setenta e três centavos) por conta do superávit financeiro do exercício anterior nas seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Jaborá:

03.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

06.181.0007.2.005 – MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A SECRETARIA DE SEG. PÚBLICA

3.3.90.00.00.00.00 - 0.3.0010.000000 (160) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 9.136,95

3.3.90.00.00.00.00 - 0.3.0011.000000 (161) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 20.842,86

3.3.90.00.00.00.00 - 0.3.0012.000000 (162) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 9.663,53

05.00 - SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

05.01 – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

26.782.0008.2.009 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

3.3.90.00.00.00.00 - 0.3.0034.000000 (163) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 42.990,06

3.3.90.00.00.00.00 - 0.3.0039.000000 (166) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 7.928,74

26.782.0008.1.003 – AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - DMER

4.4.90.00.00.00.00 - 0.3.0089.000000 (169) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 6.108,37

05.03 – COORDENADORIA DE URBANISMO

15.452.0013.2.010 – MANUTENÇÃO DA COORDENADORIA DE URBANISMO

3.3.90.00.00.00.00 - 0.3.0007.000000 (159) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 10.106,64

15.452.0013.2.012 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

3.3.90.00.00.00.00 - 0.3.0008.000000 (168) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 3.396,76

07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

12.361.0004.2.017 – MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR

3.3.90.00.00.00.00 - 0.3.0036.000000 (164) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 943,82

3.3.90.00.00.00.00 - 0.3.0037.000000 (165) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 307,96

3.3.90.00.00.00.00 - 0.3.0037.000000 (167) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 3.528,21

08.00 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

08.01 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

16.482.0012.2.026 – MANUTENÇÃO DO FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL - FUROHABI

4.4.90.00.00.00.00 - 0.3.0093.000000 (171) – Aplicações Diretas ..
..... R\$ 17.759,83

Recursos da SSP POLICIA MILITAR - 0.3.0010.000000 – R\$ 9.136,95

Recursos da SSP POLICIA CIVIL - 0.3.0011.000000 – R\$ 20.842,86

Recursos da SSP PREFEITURA - 0.3.0012.000000 – R\$ 9.663,53

Recursos de TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - 0.3.0034.000000 – R\$ 42.990,06

Recursos da CIDE - 0.3.0007.000000 – R\$ 10.106,64

Recursos do SALÁRIO EDUCAÇÃO - 0.3.0036.000000 – R\$ 943,82

Recursos do PNATE FEDERAL - 0.3.0037.000000 – R\$ 307,96

Recursos do TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO - 0.3.0062.000000 – R\$ 3.528,21

Recursos do FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - 0.3.0039.000000 – R\$ 7.928,74

Recursos da COSIP - 0.3.0008.000000 – R\$ 3.396,76

Recursos da ALIENAÇÃO DE BENS - 0.3.0089.000000 – R\$ 6.108,37

Recursos da AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - 0.3.0093.000000 – R\$ 17.759,83

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 132.713,73

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do exercício anterior na(s) seguinte(s) Fontes de Recursos:

Recursos da SSP POLICIA MILITAR - 0.3.0010.000000 – R\$ 9.136,95

Recursos da SSP POLICIA CIVIL - 0.3.0011.000000 – R\$ 20.842,86

Recursos da SSP PREFEITURA - 0.3.0012.000000 – R\$ 9.663,53

Recursos de TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO - 0.3.0034.000000 – R\$ 42.990,06

Recursos da CIDE - 0.3.0007.000000 – R\$ 10.106,64

Recursos do SALÁRIO EDUCAÇÃO - 0.3.0036.000000 – R\$ 943,82

Recursos do PNATE FEDERAL - 0.3.0037.000000 – R\$ 307,96

Recursos do TRANSPORTE ESCOLAR ESTADO - 0.3.0062.000000 – R\$ 3.528,21

Recursos do FUNDO ESPECIAL DO PETRÓLEO - 0.3.0039.000000 – R\$ 7.928,74

Recursos da COSIP - 0.3.0008.000000 – R\$ 3.396,76

Recursos da ALIENAÇÃO DE BENS - 0.3.0089.000000 – R\$ 6.108,37

Recursos da AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS - 0.3.0093.000000 – R\$ 17.759,83

TOTAL SUPLEMENTADO: R\$ 132.713,73

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jaborá/SC,
em 18/janeiro/2018

ADELIR MANOEL INÁCIO

Prefeito Municipal Em Exercício

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 19/01/2018

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária De Administração

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 67/2018

Publicação Nº 1494434

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 67/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 64.940,00 (sessenta e quatro mil novecentos e quarenta reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: ALDIR JOÃO CADOR E COMPANHIA LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.929.765/0001-50.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 68/2018

Publicação Nº 1494435

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 68/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 26.520,00 (vinte e seis mil quinhentos e vinte reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: BIART-BIANCHI IND. COM. MAT. CONST. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.160.607/0001-01.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 69/2018

Publicação Nº 1494437

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 69/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: COMERCIO E INDUSTRIA DE CONCRETOS BORSATTI LTDA. - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 23.206.719/0001-89.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 70/2018

Publicação Nº 1494438

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 70/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 21.750,00 (vinte e um mil setecentos e cinquenta reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: CONCRETOS BASSO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.893.163/0001-64.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 71/2018

Publicação Nº 1494440

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 71/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 36.100,00 (trinta e seis mil e cem reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: CONCRETOS CRUZEIRO IND. E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 75.493.908/0001-83.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 72/2018

Publicação Nº 1494441

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 72/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 75.492,00 (setenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: DELCIR BOESING - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.515.006/0001-40.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 73/2018

Publicação Nº 1494443

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 73/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: EDISON PRIMA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 20.529.299/0001-83.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 74/2018

Publicação Nº 1494444

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 74/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 22.732,00 (vinte e dois mil setecentos e trinta e dois reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 26.979.673/0001-29.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2018

Publicação Nº 1494446

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 75/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: MASCARELLO E CIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 84.584.929/0001-03.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2018

Publicação Nº 1494447

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 76/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: PEDREIRA JOACABA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 84.585.306/0001-47.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 77/2018

Publicação Nº 1494449

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 77/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 1.148,00 (Mil cento e quarenta e oito reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: SAUL CONCRETOS PRÉ-MOLDADOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 12.108.380/0001-61.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78/2018

Publicação Nº 1494451

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 2/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 2/2018.

Contrato Administrativo nº: 78/2018.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS E TUBOS DE CONCRETO PARA CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO, DRENAGEM E TUBULAÇÃO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC, SOLICITADO DE FORMA PARCELADA E DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC, PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

Valor: R\$ 23.035,00 (Vinte e três mil e trinta e cinco reais).

Vigência: O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: TRIMARTE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.900.138/0001-06.

Jaborá, SC, 18 de Janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2018

Publicação Nº 1494453

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2018

O Município de Jaborá, pessoa jurídica de direito público interno, situada à Rua Ângelo Poyer, 320, Centro, Jaborá, SC, através do Senhor Adelir Manoel Inacio, Prefeito Municipal em Exercício, TORNA PÚBLICO, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO, sob a forma PRESENCIAL, no dia 31 de Janeiro de 2018, às 14:00 horas, para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO EM LINHAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, E TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO tendo como critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, e será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas respectivas alterações, demais legislações aplicáveis e Decreto Municipal nº 1.508/2014, de 17 de fevereiro de 2014.

Jaborá (SC), 18 de janeiro de 2018.

Adelir Manoel Inacio

Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL

BALANCETE FINANCEIRO 12-2017

Publicação Nº 1493935

Betha Sistemas
Exercício de 2017
Período: Dezembro
Página: 1

SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JABORA
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		ORÇAMENTÁRIAS	69.410,72
		DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	69.410,72
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	55.909,13
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.252,59
		INVESTIMENTOS	4.249,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	75.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	67.944,83
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	75.000,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	67.944,83
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	161.516,16	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	168.500,33
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	6.105,69	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	8.042,40
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	72.959,78	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	77.872,06
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	8.127,69	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	8.127,69
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	74.323,00	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	74.458,18
SALDOS ANTERIORES	69.339,72		
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	64.658,90		
BANCO C/ MOVIMENTO	4.680,82		
TOTAL	305.855,88	TOTAL	305.855,88


JABORA, 09/01/2018

ITAMAR TOIGO
Presidente

JOVANI PEDRO TONIELLO
Contador CRC SC-030442/O-0

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2017

Publicação Nº 1493942

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Jaborá - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPEAS LIQUIDADAS (a)	DESPEAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	549.067,11	
Pessoal Ativo	549.067,11	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPEAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	549.067,11	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.400.241,15	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.400.241,15	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	549.067,11	2,98
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.104.014,47	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.048.813,75	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	993.613,02	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

<div><div><div>siconfi</div><div>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</div></div><div>TESOURONACIONAL</div></div>	Relatório de Gestão Fiscal Câmara de Vereadores de Jaborá - SC (Poder Legislativo) Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social CNPJ: Exercício: 2017 Período de referência: 3º quadrimestre
---	---

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Tegidória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Passivo	Exercício em que Se Cria a União			Tegidória de Retorno e Limite da Despesa Total com Passivo			
	No Quadrante da Despesa			Exercício em que Se Cria a União			
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Escalonar (c) = (b-a)	Próximo Período Suplente			
				Resíduo Mínimo de 10 do Exercício (d) = 1 (1%)	Limite (f) = (b-d)	% DTP (f)	Resíduo Residual (g) = (f-a)
Tegidória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Passivo							
Votante Parlamentar							

Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL


Relatório de Gestão Fiscal**Câmara de Vereadores de Jaborá - SC (Poder Legislativo)****Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social****CNPJ:****Exercício: 2017****Período de referência: 3º quadrimestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

 <small>Sistema de Informações Contábeis e Financeiras do Setor Público Brasileiro</small>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Jaborá - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa						EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS COM RESERVA PARA INSURIDENCIA FINANCEIRA	
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BASTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSSURIDENCIA FINANCEIRA EM RESTOS A PAGAR PUBLICO (f)		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LIQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR PUBLICO) (g) = (c) - (d) + (e) - (f)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos Do Exercício Anteriores (a)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)								
Recursos Vinculados e de Transferência de Impostos - Educação								
Transferências do FUNDEF 60%								
Transferências do FUNDEF 40%								
Outros Recursos Destinados à Educação								
Recursos de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde								
Outros Recursos Destinados à Saúde								
Recursos Destinados à Assistência Social								
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário								
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro								
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)								
Recursos de Arrecação de Benefícios								
Recursos de Arrecação de Benefícios - Plano Previdenciário								
Recursos de Arrecação de Benefícios - Plano Financeiro								
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)								
Recursos Ordinários								
TOTAL (III) = (I) + (II)								

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal
	Câmara de Vereadores de Jaborá - SC (Poder Legislativo)
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 3º quadrimestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2017
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Quadrimestre
	Valor Até o Quadrimestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	18.400.241,15
Receita Corrente Líquida Ajustada	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Despesa com Pessoal	VALOR	Valor Realizado no Período % SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	549.067,11	
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	6,00	
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	5,70	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida		
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Dívida Consolidada	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia		
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
	Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Garantias de Valores	-	-	-
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Operações de Crédito	VALOR	Valor Realizado no Período % SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2017
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by ITAMAR TOIGO:71574689991
Date: 2018.01.16 18:28:43 BRST
Perfil: Titular do Poder Legislativo
Instituição: Câmara de Vereadores de Jaborá - SC

Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2018

Publicação Nº 1494685

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 001/2018

O FISCAL TRIBUTARISTA Sérgio Paulo Stephani matrícula 7089-1, da Secretaria da Fazenda do Município de Jaraguá do Sul, atendendo ao disposto no inciso III, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014 depois da(s) tentativa(s) de ciência por meio de remessa postal resultar(em) infrutífera(s), notifica os contribuintes abaixo citados, da emissão de Notificação Preliminar para fins de providenciar a regularização cadastral encaminhando através do Protocolo, a solicitação de baixa no Cadastro Mobiliário Municipal, conforme previsto no Parágrafo 1º do art. 89 da Lei Complementar Municipal 001/1993 alterado pela Lei Complementar 26/2002.

Para saber como proceder a regularização da situação o contribuinte deverá acessar o seguinte link: <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/fazenda-baixa-do-cadastro-municipal-de-contribuintes-pessoa-juridica>. Maiores informações poderão ser obtidas no setor de Fiscalização Tributária no fone (47) 2106-8192.

Considerar-se-á notificado o contribuinte, em 30 dias da data da publicação do edital, conforme o disposto no inciso III, do § 2º, do artigo 55-A da Lei Complementar nº 35/2003 incluído pela Lei Complementar nº 153/2014. O prazo para regularização cadastral será de 15 (quinze) dias úteis contados da data em que é considerado o contribuinte notificado deste Edital, conforme prevê o disposto no § 1º, do art. 89, da Lei Complementar Municipal nº 001/1993 alterado pela Lei Complementar 26/2002.

Jaraguá do Sul, 19/01/2018

SÉRGIO PAULO STEPHANI

Fiscal Tributarista

Matrícula 7089-1

Nº Notificação	Inscrição Municipal	Contribuinte	Data de Emissão
06/2017	26372	PEDRO VARGAS	28/11/2017
07/2017	22719	AURI ALBERTO WEIMER	28/11/2017
12/2017	23718	RRGG ADMINISTRADORA DE BENS LTDA	28/11/2017
13/2017	24212	MERCEARIA DIVINÓPOLIS LTDA ME	28/11/2017
14/2017	22204	USICOMP INDUSTRIAL LTDA	28/11/2017
15/2017	26219	TRADEGIFTS COMERCIO EIRELI ME	28/11/2017
16/2017	29136	TRADEGIFTS COMERCIO EIRELI ME	28/11/2017
18/2017	17762	FLORICULTURA TULIPA LTDA	28/11/2017
21/2017	5038	MARIA IRIS DALPIAZ	05/12/2017

LEI Nº 7.553/2018

Publicação Nº 1494625

LEI Nº 7.553/2018

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através do FUNCULTURAL, para a realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Município de Jaraguá do Sul autorizado a celebrar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esporte, por intermédio do FUNCULTURAL, para realização e apoio as iniciativas culturais a ser repassado no exercício de 2018.

Art.2º O valor será repassado em parcela única, através de Convênio a ser firmado entre o Município, através do Fundo Estadual de Cultura – FUNCULTURAL, através da Secretaria do Estado de Turismo, Cultura e Esporte.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos públicos dar-se-á conforme as especificações do Plano de Trabalho, integrante do Termo de Convênio.

Art.3º Os recursos que suportarão as despesas provenientes desta Lei correrão, no exercício de 2018, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.01 - CULTURA

39.01.13.392.11004.103 - Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.616 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art.4º O Termo de Convênio será elaborado pelo Poder Executivo Municipal, cabendo a fiscalização acerca de sua execução à Controladoria-Geral do Município, juntamente com a Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, admitida a reformulação do Plano de Trabalho, vedada a mudança de objeto, observando, no que couber, o disposto no Decreto Municipal Nº 7.306/2010, de 14 de julho de 2010.

Art.5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de janeiro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 7.554/2018

Publicação Nº 1494627

LEI Nº 7.554/2018

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.507/2017, de 30/11/2017, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.01 - CULTURA

39.01.13.392.11004.103 - Realização e apoio as iniciativas culturais, festivais, feiras e festas culturais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.616 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução da presente Lei corre por conta do "Excesso de Arrecadação" do Município de Jaraguá do Sul, proveniente de recursos vinculados ao Convênio Funcultural - FEMUSC, no valor de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais).

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 18 de janeiro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 7.555/2018

Publicação Nº 1494628

LEI Nº 7.555/2018

Autoriza o Município de Jaraguá do Sul a Conceder Subvenção Social por meio de Termo e Colaboração junto a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA DE JARAGUÁ DO SUL – AMA e da outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social por meio de Termo de Colaboração junto a ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA DE JARAGUÁ DO SUL – AMA, para contribuir com o custeio das despesas de manutenção e acesso aos atendimentos da área de Educação, Saúde e Assistência Social, ofertando qualidade de vida aos deficientes portadores Transtorno do Espectro Autista – TEA, de acordo com suas particularidades, possibilitando o máximo de desenvolvimento e autonomia.

Art.2º Para a execução da parceria de que trata o artigo 1º, o Município de Jaraguá do Sul repassará a entidade através de subvenção social firmada por Termo de Fomento com fulcro na Lei 13019/2014, o valor global de até R\$ 308.000,00 (trezentos e oito mil reais), que poderão ser transferidos em 11(onze) parcelas, sucessivas de R\$ 28.000,00 (vinte oito mil reais), de acordo com o Plano de Trabalho determinado no corpo do instrumento de TERMO DE COLABORAÇÃO.

Art.3º O repasse da primeira parcela ocorrerá no mês de fevereiro do ano de 2018.

Art.4º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior nos moldes da Lei Federal 13.019/2014.

Art.5º A vigência será até dia 31 de dezembro de 2018, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes do término inicialmente previsto.

Art.6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art.7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 18 de janeiro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

LEI Nº 7.556/2018

Publicação Nº 1494629

LEI Nº 7.556/2018

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL POR MEIO DE TERMO DE COLABORAÇÃO JUNTO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder subvenção social por meio de Termo de Colaboração junto a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, para contribuir com o custeio das despesas de manutenção e acesso aos atendimentos da área de Educação, Saúde e Assistência Social, ofertando qualidade de vida aos estudantes com deficiência múltiplas, de acordo com suas particularidades, possibilitando o máximo de desenvolvimento e autonomia.

Art.2º Para a execução da parceria de que trata o artigo 1º, o Município de Jaraguá do Sul repassará a entidade através de subvenção social firmada por Termo de Fomento com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, o valor global de até R\$ 1.067.000,00 (hum milhão e sessenta e sete mil reais), que poderão ser transferidos em 10(dez) parcelas, sucessivas de R\$ 93.787,54 (noventa e três mil, setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) e 01(uma) parcela final de R\$ 129.124,60 (cento e vinte e nove mil e cento e vinte e quatro reais e sessenta centavos), de acordo com o Plano de Trabalho determinado no corpo do instrumento de TERMO DE COLABORAÇÃO.

Art.3º O repasse da primeira parcela ocorrerá no mês de fevereiro do ano de 2018.

Art.4º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior nos moldes da Lei Federal nº 13.019/2014.

Art.5º A vigência será até dia 31 de dezembro de 2018, conforme Plano de Trabalho, contados a partir da publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, por solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 45 (quarenta e cinco) dias antes do término inicialmente previsto.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Jaraguá do Sul, 18 de janeiro de 2018.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA SAMAEJSU Nº 013/2018

Publicação Nº 1494635

PORTARIA SAMAEJSU Nº 013/2018

Prorrogação de prazo para Sindicância Administrativa

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 0038/2018 de 16 de janeiro de 2018 da Comissão Permanente de Sindicância Administrativa;

CONSIDERANDO a Sindicância Administrativa nº 036/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 542/2017 de 17 de novembro de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 30 (trinta) dias, a partir do dia 18 de janeiro de 2018 os trabalhos da Portaria 542/2017 de 17 de novembro de 2018.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 18 de janeiro de 2018.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 17 de janeiro de 2018.

ADEMIR IZIDORO

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJU Nº 015/2018

Publicação Nº 1494637

PORTARIA SAMAESJU Nº 015/2018

Abertura de Sindicância

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 154/2014 de 03/11/2014;

CONSIDERANDO, o memorando 0030/2018/Samae de 15 de janeiro de 2018;

CONSIDERANDO o incidente envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 1749, no dia 12 de janeiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Sindicância a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade de servidores envolvidos no incidente envolvendo o veículo do Samae, patrimônio nº 1749, ocorrido no dia 12 de janeiro de 2018.

Art. 2º A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela Portaria nº 273/2017 de 29/06/2017, Comissão Permanente de Sindicância Administrativa que, deverá apresentar relatório conclusivo no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de janeiro de 2018.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESJU Nº 016/2018

Publicação Nº 1494638

PORTARIA SAMAESJU Nº 016/2018

Acordo Extrajudicial

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 5191/2009 de 16/04/2009,

CONSIDERANDO o memorando 0005/2018 de 02 de janeiro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º DETERMINAR a abertura de Processo de Acordo Extrajudicial a fim de apurar e opinar sobre a responsabilidade do SAMAe diante do fato apresentado pela Senhora RAQUEL BORGES e, se necessário, levantar o valor ao ressarcimento dos danos materiais.

Art.2º A Comissão responsável para apuração dos fatos, designada pela Portaria nº 556/2017 de 27 de novembro de 2017, terá prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta, para conclusão dos trabalhos devendo elaborar o Laudo de Avaliação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da Comissão, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de janeiro de 2018.
ADEMIR IZIDORO
Diretor Presidente

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 014/2018

Publicação Nº 1494636

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 014/2018
Indeniza e Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 114, 115, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos relacionados.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR e MATRÍCULA	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário referente ao Período Aquisitivo
Adão Machado dos Santos – 363 – Encanador.	12/01/2017 a 11/01/2018	*_*_*_*_*_*_*_*	X	10
Giovani Marcial Franco da Silva – 366 – Auxiliar Adm.	12/01/2016 a 11/01/2017	29/01/2018 a 07/02/2018	10	X
Giovani Marcial Franco da Silva – 366 – Auxiliar Adm.	12/01/2017 a 11/01/2018	*_*_*_*_*_*_*_*	X	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 17 de janeiro de 2018.
Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE - AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº: 010/2018

Publicação Nº 1494633

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE
JARAGUÁ DO SUL – SC
AVISO DE LICITAÇÃO
LICITAÇÃO Nº: 010/2018

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAISAGISMO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO E PLANTIO DE PLANTAS ORNAMENTAIS, INSUMOS, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA

RETIRADA DO EDITAL: A partir do dia 19/01/2018, das 8:00 h às 12:00 h e das 13:00 às 16:00 h

DATA DA ABERTURA: 31/01/2018 às 10 horas

O Edital encontra-se à disposição dos interessados no escritório do SAMAE, na Rua Erwino Menegotti, nº 478 – Jaraguá do Sul – SC- Site: www.samaejs.com.br

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 047– 2106-9100

Ademir Izidoro
Diretor Presidente

SAMAE – AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2018

Publicação Nº 1494631

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE

JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 009/2018

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que está contratando a empresa ELIPSE SOFTWARE LTDA., através de inexigibilidade de Licitação, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE UPGRADE DE VERSÃO, UPGRADE DE TAGS DE COMUNICAÇÃO, DRIVERS MODBUS E VERSÃO MOBILE PARA O SOFTWARE ELIPSE, ao valor de R\$ 26.566,00 (vinte e seis mil, quinhentos e sessenta e seis reais)..

Fundamento Legal: do Art. 25, I da Lei 8.666/93.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 47 2106-9100.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 2/2018**

Publicação Nº 1494006

PORTARIA Nº 2/2018

Nomeia Vereador para compor Comissão.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e nos termos dos Artigos 61 e 62 do Regimento Interno e,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para fazer parte da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, o Vereador JAIME NEGHERBON.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 12 de janeiro de 2018.

ANDERSON KASSNER

Presidente

PORTARIA Nº 3/2018

Publicação Nº 1494008

PORTARIA Nº 3/2018

Nomeia Vereador para compor Comissão.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas atribuições, e nos termos dos Artigos 61 e 62 do Regimento Interno

RESOLVE:

Art. 1º. Fica nomeado para fazer parte da COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL, o Vereador JAIME NEGHERBON.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA, 12 de janeiro de 2018.

ANDERSON KASSNER

Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 5.315 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494570

DECRETO Nº 5.315 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

“fixa valores dos tipos de serviço funeral no Município de Joaçaba (SC), QUE ESPECIFICA.”

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Ficam fixados os valores dos tipos de serviço funeral no Município de Joaçaba(SC) instituídos pela Lei nº 4.149/2011, a seguir especificados:

a) Tipo 1 - uma Urna em MDF, Alça dura, Castiçais, 02 (duas) velas, Preparação do corpo e Carro para transporte, invol: R\$ 587,52 (quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos);

b) Tipo 2 - uma Urna em MDF, Aplicação de fundo em verniz, Laterais lisas, 04 (quatro) alças parreira, Tampa forrada com TNT, Castiçais, Resplendor, Livro de presença, Véu, 04 (quatro) velas, Preparação do corpo e Carro para transporte, invol: R\$ 1.211,04 (mil, duzentos e onze reais e quatro centavos);

c) Tipo 3 - uma Urna em MDF com visor; Detalhes na tampa e laterais; Tampa sobre tampa fixa, (com bíblia ou crucifixo); Fundo em verniz, Alça varão, Forrada com cetim, 04 (quatro) velas, Castiçais, Resplendor e crucifixo, Livro de presença, Véu, Tapete, Desodorização, Preparação do corpo, Ornamentação artificial, Carro para transporte e 02 inserções em rádio local, invol: R\$ 1.902,47 (mil, novecentos e dois reais e quarenta e sete centavos);

d) Tipo 4 - uma Urna em MDF com verniz, visor inteiro, Sobre tampa entalhada com bíblia ou crucifixo de metal dourado, Laterais com relevo, Rodapé fixo na parte inferior, Babado inteiro de renda, sobre babado de renda, 04 (quatro) velas, Castiçais, Resplendor com crucifixo, Livro de presença, Véu, Tapete, Desodorização, Preparação do corpo, Ornamento de urna natural, Carro para transporte e 03 inserções em rádio local, invol: R\$ 3.027,28 (três mil, vinte e sete reais e vinte e oito centavos);

e) Tipo 5 - uma Urna em MDF com verniz, Visor inteiro, Sobre tampa com acabamento em alto relevo, Crucifixo de metal dourado, Laterais com relevo, 06 (seis) alças móveis em metal, Parte inferior de madeira maciça com acabamento lateral e rodapé em alto relevo, Forro interno de cetim, 10 (dez) chavetas douradas, Acabamento com verniz alto brilho, Castiçais, 06 (seis) velas, Tapete, Livro de presença, Resplendor com crucifixo, Véu, Maquiagem e desodorização, Preparação do corpo, Ornamentação natural, Carro para transporte e 04 (quatro) inserções em rádio local, invol: R\$ 4.102,25 (quatro mil, cento e dois reais e vinte e cinco centavos).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogado o Decreto nº 5.014/2016.

Joaçaba, 17 de janeiro de 2018.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL - TESTE SELETIVO 006/2017

Publicação Nº 1494506

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso de suas atribuições e com base nas LC nº 97/2005 TORNA PÚBLICO a Homologação do Resultado Final após análise de Recursos, referente ao Processo Seletivo Simplificado Nº 006/2017 destinado a contratação de pessoal por prazo determinado para os cargos de Técnico em enfermagem do SAMU e Motorista Socorrista do SAMU.

ALTERAR Divulga-se que o candidato que entrou com pedido de recurso do cargo de Técnico em Enfermagem, portador do número de inscrição 009, não atingiu a pontuação mínima exigida. O candidato à Técnico em Enfermagem, portador do número de inscrição 004, que entrou com pedido de recurso teve sua classificação alterada.

Divulga-se que a classificação dos candidatos aprovados do cargo de Técnico em Enfermagem foi alterada.

1. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL

INSCRIÇÃO	CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM DO SAMU	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
007	Makeli Luvison	1º	10,0
004	Luiz Fernando Fragoso	2º	10,0
002	Michel Pagno	3º	10,0

006	Idilene Salvadego	4º	6,0
005	Marceli Leite	5º	5,0
008	Marcia Maria Bonotto	Desclassificado	-
009	Pablo Ismael Gamba Bejar	Desclassificado	-
003	Luciana Bottin	Desclassificado	-
010	Ivanir Alves Muller	Desclassificado	-
001	Jaqueline Elizaria Tortato Issler	Desclassificado	-

INSCRIÇÃO	CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA SAMU	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
001	Valmor Lourenço	1º	10,0
002	José Everaldo Tibes	2º	10,0
003	Marciano Luiz da Silva	3º	5,5
004	Pablo Ismael Gamba Bejar	Desclassificado	-

Joaçaba/SC, 18 de janeiro de 2018.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

NOTIFICAÇÃO Nº 023/2018

Publicação Nº 1494424

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA
Setor de Fiscalização de Obras e Posturas

NOTIFICAÇÃO Nº 023/2018

Prezado (a) Senhor (a): NORBERTO HILLES GHIGGI

Pelo presente, solicitamos a limpeza do terreno de sua propriedade, localizado na Rua Felipe Bonn, no Bairro Santa Tereza, neste Município, conforme especificam os Art.os 61, 65, 66, 67 e 69 da Lei Complementar nº135 – CÓDIGO DE POSTURAS - dentro do prazo de 15 (QUINZE) DIAS, a contar da data do ciente.

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA Nº 01.03.008.0050

SEÇÃO ÚNICA

Dos Terrenos Baldios

Art.61. As edificações e respectivos lotes serão conservados em perfeito estado de asseio e usados de forma a não causar qualquer prejuízo ao sossego, à salubridade ou à segurança dos seus habitantes ou vizinhos.

Art.65. Não é permitido conservar água estagnada nos quintais ou pátios de prédios situados em área urbana.

Parágrafo único. As providências para o escoamento das águas estagnadas em terrenos particulares competem aos respectivos proprietários, que as executarão dentro do prazo que lhe for marcado na intimação.

Art.66. Todo possuidor, a qualquer título, de imóvel localizado na zona urbana, deverá conservá-lo limpo, de tal forma a não se constituir prejudicial à saúde e à segurança pública.

OBS: Solicitamos ainda providências quanto à remoção do material oriundo do serviço de roçada no imóvel visando coibir a proliferação de animais peçonhentos no local.

SALIENTAMOS QUE O NÃO ATENDIMENTO AO PRESENTE ACARRETARÁ NAS SANÇÕES PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL VIGENTE.

Joaçaba, 18 de janeiro de 2018.

OBS: Alertamos que o presente não autoriza o corte de árvores no

imóvel supracitado, dependendo o mesmo de análise e liberação expedida pelos órgãos ambientais competentes. Áreas de ZCA e APP deverão ser preservadas em sua totalidade.

Ciente: AR

Graciela Glasenapp
Fiscal Obras e Posturas
Matrícula 9488
Prefeitura de Joaçaba

NOTIFICAÇÃO/CITAÇÃO

Publicação Nº 1494602

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

NOTIFICAÇÃO/CITAÇÃO

Cumprindo ao disposto no artigo 156, § 1º da Lei 76/2003, NOTIFICAMOS o senhor VENILTON ROGERIO TELES para apresentação de defesa escrita no prazo de 10 (dez) dias, assegurada vista e carga do processo na repartição, referente ao Processo Administrativo instaurado pela Portaria nº 1.095/2017.

Joaçaba, 15 de janeiro de 2018
Inês Maria Picoli
Presidente

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO CÂMARA

Publicação Nº 1494505

Exercício de 2018

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta

Código	Especificação	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Diferença	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	236.259,80		536.259,80		286.259,80		286.259,80		286.259,80		286.259,80		286.259,80		286.259,80		286.259,80		286.259,80		286.259,80		286.259,80		428.259,92	3.775.117,72
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	231.666,66		231.666,66		231.666,66		231.666,66		231.666,66		231.666,66		231.666,66		231.666,66		231.666,66		231.666,66		231.666,66		231.666,66		371.666,74	2.920.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	180.000,00		180.000,00		180.000,00		180.000,00		180.000,00		180.000,00		180.000,00		180.000,00		180.000,00		180.000,00		180.000,00		180.000,00		320.000,00	2.300.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas - Oper. Intra-Orçam.	51.666,66		51.666,66		51.666,66		51.666,66		51.666,66		51.666,66		51.666,66		51.666,66		51.666,66		51.666,66		51.666,66		51.666,66		51.666,74	620.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.593,14		34.593,14		54.593,14		54.593,14		54.593,14		54.593,14		54.593,14		54.593,14		54.593,14		54.593,14		54.593,14		54.593,14		54.593,18	855.117,72
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00		300.000,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00	800.000,00
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Opçent	4.176,48		4.176,48		4.176,48		4.176,48		4.176,48		4.176,48		4.176,48		4.176,48		4.176,48		4.176,48		4.176,48		4.176,48		4.176,44	50.117,72
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Opçent	416,66		416,66		416,66		416,66		416,66		416,66		416,66		416,66		416,66		416,66		416,66		416,66		416,74	5.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00		0,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		0,00	300.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00		0,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		0,00	300.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00		0,00		50.000,00		50.000,00		50.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		25.000,00		0,00	300.000,00
Total Geral		236.259,80		536.259,80		336.259,80		336.259,80		336.259,80		311.259,80		311.259,80		311.259,80		311.259,80		311.259,80		311.259,80		311.259,80		428.259,92	4.075.117,72

18/01/2018

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO IMPRES

Publicação Nº 1494514

Exercício de 2018

SANTA CATARINA

INST. DE PREV. DOS SERV.PUB. DO MUNIC. DE JOACABA

Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Janeiro		Fevereiro		Março		Abril		Maio		Junho		Julho		Agosto		Setembro		Outubro		Novembro		Dezembro		Total	
		Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.115.069,15		1.115.069,15		1.115.069,15		1.115.069,15		1.115.069,15		1.115.069,15		1.115.069,15		1.115.069,15		1.115.069,15		1.115.069,15		1.115.069,15		1.115.069,35		13.380.830,00	
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.021.735,82		1.021.735,82		1.021.735,82		1.021.735,82		1.021.735,82		1.021.735,82		1.021.735,82		1.021.735,82		1.021.735,82		1.021.735,82		1.021.735,82		1.021.735,98		12.260.830,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	1.018.402,49		1.018.402,49		1.018.402,49		1.018.402,49		1.018.402,49		1.018.402,49		1.018.402,49		1.018.402,49		1.018.402,49		1.018.402,49		1.018.402,49		1.018.402,61		12.220.830,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Intra-Orçam.	3.333,33		3.333,33		3.333,33		3.333,33		3.333,33		3.333,33		3.333,33		3.333,33		3.333,33		3.333,33		3.333,33		3.333,37		40.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	93.333,33		93.333,33		93.333,33		93.333,33		93.333,33		93.333,33		93.333,33		93.333,33		93.333,33		93.333,33		93.333,33		93.333,37		1.120.000,00	
3.3.20.00.00.00.00.00	Transferências a União	35.833,33		35.833,33		35.833,33		35.833,33		35.833,33		35.833,33		35.833,33		35.833,33		35.833,33		35.833,33		35.833,33		35.833,37		430.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	57.500,00		57.500,00		57.500,00		57.500,00		57.500,00		57.500,00		57.500,00		57.500,00		57.500,00		57.500,00		57.500,00		57.500,00		690.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,74		50.000,00	
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,74		50.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,66		4.166,74		50.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,26		4.949.834,46	
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,20		412.486,26		4.949.834,46	
Total Geral		1.531.722,01		1.531.722,01		1.531.722,01		1.531.722,01		1.531.722,01		1.531.722,01		1.531.722,01		1.531.722,01		1.531.722,01		1.531.722,01		1.531.722,01		1.531.722,35		18.380.864,46	

JOACABA, 18/01/2018

ELISABET M. Z. SARTORI
DIRETORA PRESIDENTE

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
CONTADOR CRCSC 039259/O-8

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO SIMAE

Publicação Nº 1494512

Exercício de 2018

SANTA CATARINA

SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

Cronograma Mensal de Desembolso por Elementos (L.R.F., Artigo 8) - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
		Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto	Previsto
		Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado	Realizado
		Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença	Diferença
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.391.823,84	1.391.823,84	1.391.823,84	1.391.823,84	1.391.823,84	1.391.823,84	1.391.823,84	1.391.823,84	1.391.823,84	1.391.823,84	1.391.823,84	1.391.823,84	16.701.886,64
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	730.847,76	730.847,76	730.847,76	730.847,76	730.847,76	730.847,76	730.847,76	730.847,76	730.847,76	730.847,76	730.847,76	730.848,07	8.770.173,43
3.1.10.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos	3.657,30	3.657,30	3.657,30	3.657,30	3.657,30	3.657,30	3.657,30	3.657,30	3.657,30	3.657,30	3.657,30	3.657,30	43.887,64
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	604.523,80	604.523,80	604.523,80	604.523,80	604.523,80	604.523,80	604.523,80	604.523,80	604.523,80	604.523,80	604.523,80	604.523,99	7.254.285,79
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas - Oper. Infra-Organiz.	122.666,66	122.666,66	122.666,66	122.666,66	122.666,66	122.666,66	122.666,66	122.666,66	122.666,66	122.666,66	122.666,66	122.666,74	1.472.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	660.976,08	660.976,08	660.976,08	660.976,08	660.976,08	660.976,08	660.976,08	660.976,08	660.976,08	660.976,08	660.976,08	660.976,33	7.931.713,21
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	4.824,73	4.824,73	4.824,73	4.824,73	4.824,73	4.824,73	4.824,73	4.824,73	4.824,73	4.824,73	4.824,73	4.824,73	57.896,76
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	613.338,95	613.338,95	613.338,95	613.338,95	613.338,95	613.338,95	613.338,95	613.338,95	613.338,95	613.338,95	613.338,95	613.339,08	7.360.067,53
3.3.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operat	34.362,46	34.362,46	34.362,46	34.362,46	34.362,46	34.362,46	34.362,46	34.362,46	34.362,46	34.362,46	34.362,46	34.362,56	412.349,62
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operat	8.449,94	8.449,94	8.449,94	8.449,94	8.449,94	8.449,94	8.449,94	8.449,94	8.449,94	8.449,94	8.449,94	8.449,96	101.396,30
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	6.118.113,36
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	52.842,77	6.118.113,36
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos	342,78	342,78	342,78	342,78	342,78	342,78	342,78	342,78	342,78	342,78	342,78	342,78	4.113,36
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	52.499,99	52.499,99	52.499,99	52.499,99	52.499,99	52.499,99	52.499,99	52.499,99	52.499,99	52.499,99	52.499,99	52.499,99	6.114.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
9.9.90.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,33	833,37	10.000,00
	Total Geral	1.445.499,94	1.445.499,94	1.463.999,94	1.542.499,94	2.115.419,94	2.383.659,94	2.328.729,94	2.086.354,34	2.178.360,34	1.964.813,94	1.930.474,34	1.959.487,46	22.830.000,00

JOACABA, 19/01/2018

PAULO CESAR LAMIN
Diretor Presidente

CESAR AUGUSTO MACIEL RIBEIRO
039259/O-8

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**HOMOLOGAÇÃO PR 0075/2017 - SIMAE**

Publicação N° 1493945

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 1/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretor Presidente, Paulo Cesar Lamin, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 87/2017
b) Licitação Nr.: 75/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 18/01/2018
e) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PEÇAS ORIGINAIS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM BOMBAS CENTRÍFUGAS SUBMERSÍVEIS DE FABRICAÇÃO DA ABS/SULZER, KSB, WILO, EBARA, SCHNEIDER, FLYGT E MARK, DE PROPRIEDADE DO SIMAE.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação): Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

LOTE: 1**ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)**

1	ROTOR - EEJ 001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca: KSB	PÇ	2,00	0,0000	908,60	1.817,20
2	ROLAMENTO RADIAL DE ESFERAS (TR) - EEJ 001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca: KSB	PÇ	2,00	0,0000	60,00	120,00
3	ROLAMENTO RADIAL DE ESFERAS (DI) - EEJ 001 - Marca: KSB	PÇ	2,00	0,0000	60,00	120,00
4	SELO MECÂNICO LADO DO MOTOR - EEJ 001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca: KSB	PÇ	2,00	0,0000	1.485,00	2.970,00
5	SELO MECÂNICO LADO DA BOMBA - EEJ 001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca: KSB	PÇ	2,00	0,0000	1.485,00	2.970,00
6	ANEL DE DESGASTE DO ROTOR - EEJ 001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca: KSB	PÇ	2,00	0,0000	555,90	1.111,80
7	BUCHA DE DESGASTE - EEJ 001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca: KSB	PÇ	2,00	0,0000	138,50	277,00
8	KIT DE VEDAÇÃO - EEJ 001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca: KSB	CJ	2,00	0,0000	92,40	184,80
Total do Fornecedor:						9.570,80

LOTE: 2**ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)**

9	CARCAÇA MOTOR W100 GG20 - CÓDIGO 31007928 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1.348,00	2.696,00
---	--	----	------	--------	----------	----------

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</p> <p>CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</p>	<p>PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR</p> <p>Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017</p>
	Folha: 2/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 2

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

10	ESTATOR 4P 2CV CARC-56H / ROTOR EIXO 4P CARC-56H 2CV CÓDIGO 63057051- EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	1.486,00	2.972,00
11	DEPÓSITO ÓLEO SCAV SI GG20 CÓDIGO 31047971 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	306,40	612,80
12	PROPULSOR ROB 800 GG20 CÓDIGO 31077968 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	318,90	637,80
13	CAMARA 50 mm PEKR800CD GG25 CÓDIGO 35057432 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	919,92	1.839,84
14	PLACA FUNDO EJ 2 GG25 CÓDIGO 31067975 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	184,30	368,60
15	JUNTA CHATA ROB DN50, SELO MECANICO, KIT VEDAÇÃO UNI/ROBUSTA/SE,SJ(SI) EI, ROLAMENTO ESF, ROLAMENTO ESF. - CÓDIGO 61207982 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	297,76	595,52
16	KIT VED UNI/ROBUSTA/SE,SJ(SI)EI compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 EEJ 03 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	88,23	176,46
17	ANEL RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO 11077006 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1,10	2,20
18	ANEL RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	5,16	10,32
19	VEDAÇÃO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	4,27	8,54
20	- ANEL RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087921 - EEJ 003 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,05	4,10
21	ARRUELA PRESSÃO DN50 A - CÓDIGO: 11507003 - EEJ 003 - ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	0,12	0,24
Total do Fornecedor:					9.924,42	

LOTE: 3

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

22	CARCACA UNI 550T-SI GG20 - CÓDIGO: 31007814 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	612,98	1.225,96
23	EST/ROT 280/567 2P 1CV 2/3/4V COMPREENDENDO: ROTOR EIXO 2P CARC-56B 1CV ROTOR EIXO 4P CARC-56H 2CV CÓDIGO: 63057042 EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	969,90	1.939,80
24	PROPULSOR ROB 400 GG20 - CÓDIGO: 31077966 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	165,79	331,58

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 3/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 3

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

25	CAMARA 20MM PE R400 SD GG25 - CÓDIGO: 35057429 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	757,91	1.515,82
26	PLACA F 20MM SESI5 10 GG20 - CÓDIGO: 31067973 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	122,18	244,36
27	KIT REPAR ROBUSTA 400T compreendendo: JUNTA CHATA ROB DN50 SELO MECANICO KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207981 EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	198,51	397,02
28	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	88,23	176,46
29	ANEL DE RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1,10	2,20
30	ANEL DE RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087009 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,05	4,10
31	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801- EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	4,27	8,54
32	ANEL RET INTERNO - CÓDIGO: 11087921 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,05	4,10
33	ARRUELAPRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEJ 005 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 400 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	0,12	0,24
Total do Fornecedor:					5.850,18	

LOTE: 4

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

34	CARCACA MOTOR W100 GG20 - CÓDIGO: 31007928 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1.348,00	2.696,00
35	EST/ROT 282/544 4P 3CV 2/3/4V compreendendo: ESTATOR 4P 3CV CARC-100 ROTOR EIXO 4P CARC-100 3CV CÓDIGO: 63057076 EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	2.908,77	5.817,54
36	DEPOSITO OLEO SCAV SI GG20 - CÓDIGO: 31047971 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	306,40	612,80
37	PROPULSOR ROB 851 D164 GG20 - CÓDIGO: 31077977 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	306,40	612,80
38	CAMARA 65MM SI PED GG20 - CÓDIGO: 35057850 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	919,15	1.838,30

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 4/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 4

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

39	PLACA FUNDO ROB 65MM GG20 - CÓDIGO: 31067914 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	919,59	1.839,18
40	KIT REPARO ROB 701-EI/801-EI compreendendo: JUNTA CHATA ROB DN50 SELO MECANICO KIT VED SJEI/10/20/30D-10/15W ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207950 EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	263,98	527,96
41	KIT VED SJEI/10/20/30D-10/15W compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207019 EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	44,30	88,60
42	ANEL RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1,10	2,20
43	ANEL RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	5,16	10,32
44	VEDAÇÃO CABO - CÓDIGO: 43077947 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	60,07	120,14
45	ARRUELA PRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEJ 006 - BOMBA ABS/SULZER SJD1 30 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	0,12	0,24
Total do Fornecedor:					14.166,08	

LOTE: 5

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

46	CARCACA MOTOR W100 GG20 - CÓDIGO: 31007928 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1.348,00	2.696,00
47	EST/ROT 282/544 4P 3CV 2/3/4V compreendendo: ESTATOR 4P 3CV CARC-100 ROTOR EIXO 4P CARC-100 3CV CÓDIGO: 63057076 EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	2.908,00	5.816,00
48	DEPOSITO OLEO SCAV SI GG20 - CÓDIGO: 31047971 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	306,40	612,80
49	PROPULSOR ROB 851 D164 GG20 - CÓDIGO: 31077977 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	306,40	612,80
50	CAMARA 65MM SI PED GG20 - CÓDIGO: 35057850 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	919,15	1.838,30
51	PLACA FUNDO ROB 65MM GG20 - CÓDIGO: 31067914 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	919,16	1.838,32

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 5/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 5

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

52	KIT REPAR ROB 851T-EI compreendendo: SELO MECANICO KIT VED SJEI/10/20/30D-10/15W ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207747 EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	296,98	593,96
53	KIT VED SJEI/10/20/30D-10/15W compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207019 EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T -EI - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	44,30	88,60
54	ANEL RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - EEJ 006 - G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1,10	2,20
55	ANEL DE RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	5,16	10,32
56	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T -EI - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	4,27	8,54
57	CHAVETA - CÓDIGO: 11637036 - EEJ 006 G2 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 851 T - EI - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1,55	3,10
Total do Fornecedor:					14.120,94	

LOTE: 6

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

58	CARCACA MOTOR W56B GG20 -CÓDIGO: 31007933 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	735,17	1.470,34
59	EST/ROT 281/570 2P 2CV 2/3/4V compreendendo: ESTATOR 2P 2CV CARC-56D ROTOR EIXO 2P CARC-56D 2CV CÓDIGO: 63057050 EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	1.293,22	2.586,44
60	PROPULSOR ROB 500 GG20 - CÓDIGO: 31077965 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	184,30	368,60
61	CAMARA 20MM PE R500 SD GG25 - CÓDIGO: 35057430 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	796,26	1.592,52
62	PLACA F 20MM SESI5 10 GG20 - CÓDIGO: 31067973 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	122,20	244,40

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 6/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 6

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

63	KIT REPAR ROBUSTA 500T SIC compreendendo JUNTA CHATA ROB DN50 SELO MECANICO KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61208002 EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	956,96	1.913,92
64	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	88,23	176,46
65	ANEL DE RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1,10	2,20
66	ANEL DE RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	5,16	10,32
67	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	4,27	8,54
68	ANEL RET INTERNO - CÓDIGO: 11087921 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,05	4,10
69	ARRUELAPRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 500 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	0,12	0,24
Total do Fornecedor:					8.378,08	

LOTE: 7

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

70	CARCACA MOTOR W56B GG20 - CÓDIGO: 31007933 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	735,17	1.470,34
71	EST/ROT 277/534 4P 1CV 2/3/4V compreendendo: ESTATOR 4P 1CV CARC-56B ROTOR EIXO 4P CARC-56B 1CV CÓDIGO: 63057043 EEJ 007 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	969,92	1.939,84
72	PROPULSOR ROB700/EJ10D-2 GG25 - CÓDIGO: 31077970 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	215,36	430,72
73	CAMARA 50MM PE R700 SD GG25 - CÓDIGO: 35057431 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	919,48	1.838,96
74	PLACA FUNDO EJ 2 GG25 - CÓDIGO: 31067975 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	184,30	368,60

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 7/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 7

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

75	KIT REP ROB400M,ROB700M/T SIC compreendendo: SELO MECANICO JUNTA CHATA ROB DN50 KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI ROLAM ESF CÓDIGO: 61208004 EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	956,96	1.913,92
76	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	88,23	176,46
77	ANEL DE RETENÇÃO EXTERNA - CÓDIGO: 11077006 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1,10	2,20
78	ANEL DE RETENÇÃO INTERNA - CÓDIGO: 11087009 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,05	4,10
79	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	4,27	8,54
80	ANEL RET INTERNO - CÓDIGO: 11087921 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,05	4,10
81	ARRUELA PRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEJ 008 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 700 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	0,12	0,24
Total do Fornecedor:					8.158,02	

LOTE: 8

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

82	KIT DE REPARO 2 compreendendo: VEDAÇÕES SELO MECÂNICO ROLAMENTOS CÓDIGO: 6016019 EEJ 010 - BOMBA WILO MEUFA10.41E - Marca: WILO	CJ	2,00	0,0000	1.683,14	3.366,28
83	ROTOR DO MOTOR - CÓDIGO: 6061321 - EEJ 011 - BOMBA WILO MEUFA10.41E - Marca: WILO	PÇ	2,00	0,0000	860,48	1.720,96
84	KIT CABO compreendendo: CONECTOR DO CABO CABO ELÉTRICO CÓDIGO: 6000693 EEJ 011 - BOMBA WILO MEUFA10.41E - Marca: WILO	CJ	2,00	0,0000	1.698,02	3.396,04
85	IMPULSOR - CÓDIGO: 6014404 - EEJ 011 - BOMBA WILO MEUFA10.41E - Marca: WILO	PÇ	2,00	0,0000	1.448,34	2.896,68
86	VOLUTA - CÓDIGO: 6019953 - EEJ 011 - BOMBA WILO MEUFA10.41E - Marca: WILO	PÇ	2,00	0,0000	832,50	1.665,00

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 8/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 8

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

87	CAIXA DE SELAGEM - CÓDIGO: 6021424 - EEJ 011 - BOMBA WILO MEUFA10.41E - Marca: WILO	PÇ	2,00	0,0000	713,43	1.426,86
----	---	----	------	--------	--------	----------

Total do Fornecedor: 14.471,82

LOTE: 9

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

88	SUPORTE ZDLX 4P 40HP - CÓDIGO: UFM1-3303 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.420,19	2.840,38
89	CARCACA C/EST.BOB. 4P 30kW (40HP) CLASSE H MULTI TENSÃO - CÓDIGO: UFM1-3216HM - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	9.866,48	19.732,96
90	CARCACA ZDLX 4P 40HP - CÓDIGO: UFM1-3204 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	3.311,45	6.622,90
91	ESTATOR BOBINADO 4P 30KW (40HP) CLASSE H MULTI TENSÃO - CÓDIGO: UFM1-4106HM - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	6.231,13	12.462,26
92	BUJAO SEXT C/ FLANGE 1/4X10 INOX 304 - CÓDIGO: SPR61-11/4X10 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	14,50	29,00
93	PARAFUSO SEXTAVADO M6X16 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-16X16 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	0,50	4,00
94	PARAFUSO SEXTAVADO M16X50 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-16X50 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	28,00	0,0000	8,77	245,56
95	PARAFUSO SEXTAVADO M8X20 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-18X20 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	1,02	8,16
96	PARAFUSO PHILLIPS PAN. M4X10 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPR81-C4X10 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,19	0,76
97	PARAFUSO PHILLIPS PAN. M8X16 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPR81-C8X16 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	14,00	0,0000	0,78	10,92
98	ARRUELA LISA AÇO CARBONO BICR. M8 - CÓDIGO: SANL1-C8L - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	26,00	0,0000	0,11	2,86
99	PORCA DE AÇO CARBONO BICROMATIZADO M8 - CÓDIGO: SPOR1-C8B - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	12,00	0,0000	0,19	2,28
100	O-RING 5.7X289.3 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-5.7X289.3 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	75,08	300,32
101	ARRUELA ONDULADA 98x88MM 25~40HP - CÓDIGO: SANL1-C880 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	41,69	83,38
102	DISCO P/ ROLAMENTO 25~40HP - CÓDIGO: UFM1-8002 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	90,76	181,52
103	DETECTOR VAZAMENTO 40~145HP OLV-5-2 - CÓDIGO: SFMI1-7820 - IMPORTADO DO JAPÃO - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	433,40	866,80

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 9/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 9

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

104	TAMPA PROTETORA 20~40HP - CÓDIGO: SFM1-7810 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	5,47	10,94
105	TAMPA MOTOR COMPL 40CV DLBR - CÓDIGO: UFM1-3160 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	8.773,24	17.546,48
106	PARAFUSO ALLEN S/ C M16X25, INOX 304, PASSO ROSCA 2, DIN 913 - CÓDIGO: SPR32-116X25 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	16,00	0,0000	11,37	181,92
107	PARAFUSO SEXTAVADO M20X30 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-120X30 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	18,99	75,96
108	ALCA 40~60HP - CÓDIGO: SFM1-7510 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	106,05	212,10
109	ARRUELA DE PRESSAO ACO CARBONO BICROMATIZADO M8 - CÓDIGO: SANL1-C8P - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	0,04	0,08
110	TAMPA MOTOR ZDLX 4P 40~60HP -CÓDIGO: UFM1-3103 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.647,70	3.295,40
111	O-RING 5.7X255 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-5.7X255 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	50,87	203,48
112	SUPORTE P/CABO SOW-A #14,#12,#18 (MENOR) - CÓDIGO: UFM1-3500 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	33,53	67,06
113	CABO COMPLETO SOW-A #18X5C 10,45M 7,5~60cv -CÓDIGO: UFM1-5018 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	575,05	1.150,10
114	CABO SOW-A #18X5C 10,45M - CÓDIGO: UFM1-5008 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	327,02	654,04
115	CABO SOW-A #18X5C -CÓDIGO PFM11-5000- EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	M	21,43	0,0000	17,86	382,74
116	PARAFUSO SEXTAVADO M6X20 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-16X20 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	0,50	4,00
117	O-RING 3.1X29.4 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X29.4 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	0,56	1,12
118	EPOXI DE FIXACAO XN1277A IMP. - CÓDIGO: SFMI1-9000 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	KG	0,42	0,0000	566,51	237,93
119	EPOXI DE FIXACAO XN1277B IMP.- CÓDIGO: SFMI1-9001 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	KG	0,14	0,0000	566,51	79,31
120	SUPORTE P/CABO TYPE W #4,#6,#8 (MAIOR) - CÓDIGO: UFM1-3502 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	53,34	213,36
121	CABO COMPLETO TYPE W #6X4C 10,45M - CÓDIGO: UFM1-5046 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	1.759,80	7.039,20
122	CABO TYPE W #6X4C - CÓDIGO: PFM11-5003 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	M	21,43	0,0000	158,96	3.406,51
123	PARAFUSO SEXTAVADO M8X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-18X25 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	16,00	0,0000	1,35	21,60

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 10/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 9

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

124	O-RING 3.1X49.4 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X49.4 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,69	2,76
125	ESPACADOR P/VEDACAO W # (4,6,8)X4C - CÓDIGO: UFM1-5520 - EEH 004 - EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	27,42	219,36
126	ROTOR COMPLETO 4P 40HP (30kW) CLASSE H MULTI TENSÃO - CÓDIGO: UFM1-2240HM - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	11.779,15	23.558,30
127	ROTOR C/EIXO ZDLX 40HP (30kW) CLASSE H MULTI TENSÃO - CÓDIGO: UFM1-2140HM - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	8.073,62	16.147,24
128	ROLAMENTO 6309ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFMI1-1120P - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	224,08	448,16
129	ANEL DISTANCIADOR 6314/5314 - CÓDIGO: UFM1-8110 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	70,63	141,26
130	ANEL DE TRAVA P/ EIXO 70mm, 40HP - CÓDIGO: SFMI1-7900 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	3,63	7,26
131	TAMPA P/ROLAMENTO 4P 40CV DLBR - CÓDIGO: UFM1-3620 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	193,35	386,70
132	ROLAMENTO 5314ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFMI1-1160P - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	2.172,74	4.345,48
133	TAMPA INF. ZDLX 4P 40HP - CÓDIGO: UFM1-3402 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.492,23	2.984,46
134	PLACA DE BORNES 160/180 - K1M6 - CÓDIGO: SPLB1-MK1M6 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	71,63	286,52
135	CAIXA DE LIGAÇÃO 40~60cv MULTI TENSÃO - CÓDIGO: UMD1-1003 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	826,65	1.653,30
136	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4501 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8000 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,36	1,44
137	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4503 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8001 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,52	2,08
138	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4511 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8100 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,61	2,44
139	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4513 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8101 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,61	2,44
140	PARAFUSO SEXTAVADO M16X120 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-116X120 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	16,00	0,0000	29,92	478,72
141	CARCACA DA BOMBA (150-365) LD. 150DLYU630~45 - CÓDIGO: UBD1-3253 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	4.746,21	9.492,42
142	ROTOR BOMBA (100A-40) 150DLU630 - CÓDIGO: UBD1-1058 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	2.450,53	4.901,06

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 11/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 9

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

143	C. INTER. 150/300DLYU630 (365-280B-45) - CDLY1-1102 - CÓDIGO: UBD1-3056 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	921,21	1.842,42
144	PARAFUSO ALLEN COM CABECA CILINDRICA M16X40 INOX AISI304 - CÓDIGO: SPR22-I16X40 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	11,97	23,94
145	ARRUELA PRESSAO INOX304 M16 - CÓDIGO: SANL2-I16P - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	0,89	1,78
146	CHAVETA 10X8X56 AISI 420 - CÓDIGO: SCHVI-10X8X56 - IMPORTADO - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	160,04	320,08
147	SELO MECANICO P-45A - CDL01-4411 - CÓDIGO: SFM11-1210 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	604,52	1.209,04
148	O-RING 3.1X364.5 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X364.5 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	26,92	53,84
149	O-RING 5.7X268 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-5.7X269.3 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	29,38	58,76
150	PARAFUSO SEXTAVADO M12X30 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I12X30 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	16,00	0,0000	3,45	55,20
151	PARAFUSO SEXTAVADO M12X35 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I12X35 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	3,27	26,16
152	PARAFUSO ALLEN S/CABEÇA M6X8 INOX304 RECART. - CÓDIGO: SPR32-I6X8B - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	2,49	9,96
153	ANEL DESG. MODELO SLY-B331 - CÓDIGO: UBD1-3491 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	472,52	945,04
154	TUBO AISI 304 216mmX179mm - CÓDIGO: PTUB1-216X179 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	M	0,40	0,0000	7.897,38	3.158,95
155	BUJAO SEXT C/ FLANGE 3/8X1/2 INOX316 ROSCA GAS ASIA - CÓDIGO: SPR61-I3/8X1/2 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	36,98	147,92
156	ANEL LATERAL 150DLU630(SR-325) - CDLY2-4112 - CÓDIGO: UBD1-3483 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	919,14	1.838,28
157	PARAFUSO ALLEN .C/CABEÇA M8X45 INOX 304 - CÓDIO: SPR22-I8X45 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	4,06	32,48
158	OLEO VG - HDI/32 BIODEGRADÁVEL - CÓDIGO: LUB10-1010LD - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	KG	9,00	0,0000	88,33	794,97
159	RETENTOR VC75X100X7 - LINHA D - CÓDIGO: SFM1-7201 - EEH 004 - BOMBA EBARA 150 DLP 630 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	24,98	49,96
Total do Fornecedor:					153.807,57	

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 12/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 10

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

160	CARCACA MOTOR W100 GG20 - CÓDIGO: 31007928 - EEH 006 - BOMBA ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1.356,88	2.713,76
161	EST/ROT 279-1/536 4P 2CV 2/3/4 compreendendo: ESTATOR 4P 2CV CARC-56H ROTOR EIXO 4P CARC-56H 2CV CÓDIGO: 63057051 BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	1.486,55	2.973,10
162	DEPOSITO OLEO SCAV SI GG20 - CÓDIGO: 31047971 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	306,40	612,80
163	PROPULSOR ROB 800 GG20 - CÓDIGO: 31077968 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	318,92	637,84
164	CAMARA 50MM PEKR800CD GG25 - CÓDIGO: 35057432 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	919,48	1.838,96
165	PLACA FUNDO EJ 2 GG25 - CÓDIGO: 31067975 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	184,30	368,60
166	KIT REPAR ROBUSTA800/850/1000T compreendendo: JUNTA CHATA ROB DN50 SELO MECANICO KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207982 EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	1.121,96	2.243,92
167	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI compreendendo: V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	88,23	176,46
168	ANEL RETENÇÃO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1,10	2,20
169	ANEL RETENÇÃO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	5,16	10,32
170	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	4,27	8,54
171	ANEL RET INTERNO - CÓDIGO: 11087921 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,05	4,10
172	ARRUELAPRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEH 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 800 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	0,12	0,24
Total do Fornecedor:					11.590,84	

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 13/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 11

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

173	DISCO P/ ROLAMENTO 1.5/ 2.2/ 3.7/ 1500W/ 2200W - CÓDIGO: UFM1-8004 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	74,53	149,06
174	PARAFUSO SEXTAVADO M5X10 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-15X10 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	10,00	0,0000	0,31	3,10
175	DETECTOR VAZAMENTO 2~30HP LS11R-1A - IMPORTADO DO JAPÃO - CÓDIGO: SFMI1-7810 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	122,50	245,00
176	BASE DETETOR VAZAMENTO 1,5~3,7kW (2~5HP) - CÓDIGO: UFM1-7701 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1,82	3,64
177	PARAFUSO PHILLIPS PAN.M5X10 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPR81-C5X10 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	24,00	0,0000	0,19	4,56
178	BUJAO SEXT C/ FLANGE 1/4X10 INOX 304 - CÓDIGO: SPR61-11/4X10 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	14,50	58,00
179	O-RING 3.1X190 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X190 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	28,43	56,86
180	PARAFUSO SEXTAVADO M10X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-110X25 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	24,00	0,0000	1,96	47,04
181	ARRUELA OND.60x50MM DG1500/2200W DG1.5/3.7kW DL2.2/3.7kW - CÓDIGO: SANL1-C500 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	3,04	6,08
182	ARRUELA LISA DE AÇO CARBONO BICROMATIZADO M5 - CÓDIGO: SANL1-C5L - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	18,00	0,0000	0,05	0,90
183	PORCA M5 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPOR1-C5B - EEH 007 - BOMBA EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	16,00	0,0000	0,05	0,80
184	CARCACA C/EST.BOB. 4P (DL) 3.7KW (5HP) 230/380,460V - CÓDIGO: UFM1-3258 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	2.665,91	5.331,82
185	CARCACA ZDLX DG2200W 3.7kW, DL 3.7kW - CÓDIGO: UFM1-3227 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.279,25	2.558,50
186	ESTATOR BOBINADO 4P 3.7KW (5HP) - CÓDIGO: UFM1-4120 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.182,81	2.365,62
187	ESTATOR 4P 3.7KW (5HP) - CÓDIGO: PFMI1-4320E - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.285,13	2.570,26
188	ROTOR COMPLETO 4P 5HP DL (3,7KW) - CÓDIGO: UFM1-2264 - EEH 007 - BOMBA : EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.153,69	2.307,38
189	ROTOR C/EIXO ZDLX DL 3,7KW (5HP) - CÓDIGO: UFM1-2164 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	933,34	1.866,68
190	ROLAMENTO 6308ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFMI1-1110P - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	105,92	211,84

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 14/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 11

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

191	ROLAMENTO 6205ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFM1-1090P - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	43,93	87,86
192	ANEL DISTANCIADOR 6308 - CÓDIGO: SFM1-7655 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	9,36	18,72
193	SUORTE DL 3,7KW (NACIONAL) - CÓDIGO: UFM1-3317 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	746,87	1.493,74
194	SUORTE ZDLX DL 3,7KW - CÓDIGO: UFM1-3310 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	584,39	1.168,78
195	TAMPA MOTOR COMPL DG 1500, DL 3.7 - CÓDIGO: UFM1-3117 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	2.419,19	4.838,38
196	TAMPA MOTOR ZDLX DG 1500W DL 3.7KW - CÓDIGO: UFM1-3105 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	461,65	923,30
197	ALCA ZDLX DG/DL 1.5kW~3.7kW DG 1500W 2200W - CÓDIGO: SFM1-7501 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	65,01	130,02
198	PARAFUSO SEXTAVADO M12X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-112X25 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	3,12	12,48
199	ARRUELA PRESSAO ACO CARBONO BICROMATIZADO M5 - CÓDIGO: SANL1-C5P - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	0,04	0,08
200	O-RING 3.1X135 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X135 - EEH 0007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	10,97	43,88
201	SUORTE P/CABO SOW-A #14, #12, #18 (MENOR) - CÓDIGO: UFM1-3500 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	33,53	134,12
202	PARAFUSO SEXTAVADO M6X20 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-16X20 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	16,00	0,0000	0,50	8,00
203	O-RING 3.1X29.4 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X29.4 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,56	2,24
204	EPOXI DE FIXACAO XN1277A IMP. - CÓDIGO: SFM1-9000 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	KG	0,07	0,0000	19,26	1,35
205	EPOXI DE FIXACAO XN1277B IMP. - CÓDIGO: SFM1-9001 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	KG	0,024	0,0000	6,80	0,16
206	CABO COMPLETO SOW-A #12X4C 10,45m - CÓDIGO: UFM1-5016 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	812,00	1.624,00
207	CABO SOW #12X4C - CÓDIGO: PFM1-5006 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	M	21,23	0,0000	44,33	941,13
208	CABO COMPLETO SOW-A #18X5C 10,45M 2~5cv - CÓDIGO: UFM1-50181 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.416,16	2.832,32
209	CABO SOW-A #18X5C 10,45M - CÓDIGO: UFM1-5008 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	327,02	654,04

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 15/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 11

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

210	CABO SOW-A #18X5C - CÓDIGO: PFMI1-5000 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	M	21,23	0,0000	17,86	379,17
211	PARAFUSO SEXTAVADO M8X55 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I8X55 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	2,61	20,88
212	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4501 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8000 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,36	1,44
213	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4511 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8100 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,61	2,44
214	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4503 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8001 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,52	2,08
215	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4513 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8101 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,61	2,44
216	CARCACA BOMBA (80-23) LD. 80DLMU63.7 (CDL02-1163/CDL52-1163) - CÓDIGO: UBD1-3232 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.216,11	2.432,22
217	ROTOR BOMBA (80-63.7B-208) 80DLMU63.7 - CDL01-2634 - CÓDIGO: UBD1-1023 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	748,98	1.497,96
218	TAMPA SUCCAO 80DLMU63.7(80-3) - CDL01-1280 - CÓDIGO: UBD1-3453 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	312,50	625,00
219	C. INTER. 80DLU62.2, DLU63.7 (2,2-2) - CDL01-1480 - CÓDIGO: UBD1-3043 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	377,02	754,04
220	PARAFUSO ALLEN COM CABECA CILINDRICA M10X20 INOX AISI304 - CÓDIGO: SPR22-I10X20 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	3,20	6,40
221	ARRUELA PRESSAO INOX304 M10 - CÓDIGO: SANL2-I10P - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	0,31	0,62
222	SELO MECANICO EA-30 - CDS01-4095 - CÓDIGO: SFMI1-1201 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	411,10	822,20
223	PARAFUSO PHILLIPS PAN.M5X6 INOX304 - NORMA DIN 7985 - CÓDIGO: SPR82-I5X6 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	6,00	0,0000	0,70	4,20
224	O-RING 3.1X170 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X170 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	17,95	35,90
225	PARAFUSO ALLEN COM CABECA CILINDRICA M6X16 INOX AISI304 - CÓDIGO: SPR22-I6X15 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	0,75	6,00
226	ARRUELA LISA INOX 304 M6 - CÓDIGO: SANL2-I06L - EEH 007 - BOMBA: EBARA 60 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	0,11	0,88
227	BUCHA P/ ROTOR DA BOMBA M10 - CÓDIGO: UBD1-2001 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	49,37	98,74

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 16/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 11

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

228	PARAFUSO SEXTAVADO M8X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-18X25 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	1,35	10,80
229	VALVULA P/ DRENO DE AR 3/8 - ASIA - CÓDIGO: UBD1-3040 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	93,59	187,18
230	BUJAO VALVULA 3/8X10 SEXT LATAO ASIA - CÓDIGO: SPR61-L3/8X10 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	91,95	183,90
231	ESFERA DE ACO DIAM. 9.525mm (3/8) - CÓDIGO: SFM1-1100 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1,63	3,26
232	ANEL DE TRAVA P/ FURO 12mm - LINHA D - CÓDIGO: SFM1-7020 - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	0,38	0,76
233	OLEO VG - HDI/32 BIODEGRADÁVEL - CÓDIGO: LUB10-1010LD - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	KG	2,40	0,0000	88,33	211,99
234	CHAVETA 8X7X32 INOX AISI420 P/LD - CÓDIGO: SCHV1-18X7X32D - EEH 007 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	104,09	208,18
Total do Fornecedor:						40.200,42

LOTE: 12

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

235	DISCO P/ ROLAMENTO 1.5/ 2.2/ 3.7/ 1500W/ 2200W - CÓDIGO: UFM1-8004 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	74,53	149,06
236	PARAFUSO SEXTAVADO M5X10 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-15X10 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	14,00	0,0000	0,31	4,34
237	DETECTOR VAZAMENTO 2~30HP LS11R-1A - IMPORTADO DO JAPÃO - CÓDIGO: SFM1-7810 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	122,50	245,00
238	BASE DETETOR VAZAMENTO 1,5~3,7kW (2~5HP) - CÓDIGO: UFM1-7701 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1,82	3,64
239	PARAFUSO PHILLIP PAN.M5X10 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPR81-C5X10 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	24,00	0,0000	0,19	4,56
240	BUJAO SEXT C/ FLANGE 1/4X10 INOX 304 - CÓDIGO: SPR61-I1/4X10 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	14,50	58,00
241	O-RING 3.1X190 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X190 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	28,43	56,86
242	PARAFUSO SEXTAVADO M10X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-110X25 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	24,00	0,0000	1,96	47,04
243	ARRUELA OND.60x50MM DG1500/2200W DG1.5/3.7kW DL2.2/3.7kW - CÓDIGO: SANL1-C500 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	3,04	6,08

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 17/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 12

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

244	ARRUELA LISA DE ACO CARBONO BICROMATIZADO M5 - CÓDIGO: SANL1-C5L - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	18,00	0,0000	0,05	0,90
245	PORCA M5 AÇO CARBONO BICR. - CÓDIGO: SPOR1-C5B - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	16,00	0,0000	0,05	0,80
246	CARCACA C/EST.BOB. 4P (DL) 3.7KW (5HP) 230/380,460V - CÓDIGO:UFM1-3258 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	2.665,91	5.331,82
247	CARCACA ZDLX DG2200W 3.7kW, DL 3.7kW - CÓDIGO: UFM1-3227 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.279,25	2.558,50
248	ESTATOR BOBINADO 4P 3.7KW (5HP) - CÓDIGO:UFM1-4120 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.182,81	2.365,62
249	ESTATOR 4P 3.7KW (5HP) - CÓDIGO: PFM1-4320E - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.285,13	2.570,26
250	ROTOR COMPLETO 4P 5HP DL (3,7KW) - CÓDIGO: UFM1-2264 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.153,69	2.307,38
251	ROTOR C/EIXO ZDLX DL 3.7KW (5HP) - CÓDIGO: UFM1-2164 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	933,34	1.866,68
252	ROLAMENTO 6308ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFM1-1110P - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	105,92	211,84
253	ROLAMENTO 6205ZZ C3 GRAXA POLIREX - CÓDIGO: SFM1-1090P - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	43,93	87,86
254	ANEL DISTANCIADOR 6308 - CÓDIGO: SFM1-7655 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	9,36	18,72
255	SUPORTE DL 3.7KW (NACIONAL) - CÓDIGO: UFM1-3317 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	746,47	1.492,94
256	SUPORTE ZDLX DL 3.7KW - CÓDIGO: UFM1-3310 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	584,39	1.168,78
257	TAMPA MOTOR COMPL DG 1500, DL 3.7 - CÓDIGO: UFM1-3117 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	2.419,19	4.838,38
258	TAMPA MOTOR ZDLX DG 1500W DL 3.7KW - CÓDIGO: UFM1-3105 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	461,65	923,30
259	ALCA ZDLX DG/DL 1.5kW~3.7kW DG 1500W 2200W - CÓDIGO: SFM1-7501 - EEL 001 - BOMBA EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	65,01	130,02
260	PARAFUSO SEXTAVADO M12X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-112X25 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	3,12	12,48
261	ARRUELA PRESSAO ACO CARBONO BICROMATIZADO M5 - CÓDIGO: SANL1-C5P - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	0,04	0,08
262	O-RING 3.1X135 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X135 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	10,97	43,88

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 18/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 12

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

263	SUORTE P/CABO SOW-A #14,#12,#18 (MENOR) - CÓDIGO: UFM1-3500 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	33,53	134,12
264	PARAFUSO SEXTAVADO M6X20 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I6X20 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	16,00	0,0000	0,50	8,00
265	O-RING 3.1X29.4 DUREZA 70 SH DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X29.4 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,56	2,24
266	EPOXI DE FIXACAO XN1277A IMP. - CÓDIGO: SFMI1-9000 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	KG	0,07	0,0000	19,26	1,35
267	EPOXI DE FIXACAO XN1277B IMP. - CÓDIGO: SFMI1-9001 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	KG	0,024	0,0000	6,80	0,16
268	CABO COMPLETO SOW-A #12X4C 10,45m - CÓDIGO: UFM1-5016 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	812,00	1.624,00
269	CABO SOW #12X4C - CÓDIGO: PFM11-5006 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	M	21,23	0,0000	44,33	941,13
270	CABO COMPLETO SOW-A #18X5C 10,45M 2~5cv - CÓDIGO: UFM1-50181 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.416,16	2.832,32
271	CABO SOW-A #18X5C 10,45M - CÓDIGO: UFM1-5008 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	327,02	654,04
272	CABO SOW-A #18X5C - CÓDIGO: PFM11-5000 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	M	21,23	0,0000	17,86	379,17
273	PARAFUSO SEXTAVADO M8X55 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I8X55 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	2,61	20,88
274	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4501 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8000 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,36	1,44
275	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4511 0,25~1,00mm2 - CÓDIGO: TEL01-8100 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,61	2,44
276	ACOPLADORES DE NYLON FEMEA NA4503 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8001 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,52	2,08
277	ACOPLADORES DE NYLON MACHO NA4513 1,10~2,60mm2 - CÓDIGO: TEL01-8101 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	4,00	0,0000	0,61	2,44
278	CARCACA BOMBA (80-23) LD, 80DLMU63.7 (CDL02-1163/CDL52-1163) - CÓDIGO: UBD1-3232 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1.216,11	2.432,22
279	ROTOR BOMBA (80-63.7B-208) 80DLMU63.7 - CDL01-2634 - CÓDIGO: UBD1-1023 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	748,98	1.497,96
280	TAMPA SUCCAO 80DLMU63.7(80-3) - CDL01-1280 - CÓDIGO: UBD1-3453 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	312,50	625,00

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 19/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 12

EBARA INDUSTRIAS MECANICAS E COM LTDA (7941)

281	C. INTER. 80DLU62.2, DLU63.7 (2,2-2) - CDL01-1480 - CÓDIGO: UBD1-3043 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	377,02	754,04
282	PARAFUSO ALLEN COM CABECA CILINDRICA M10X20 INOX AISI304 - CÓDIGO: SPR22-I10X20 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	3,20	6,40
283	ARRUELA PRESSAO INOX304 M10 - CÓDIGO: SANL2-I10P - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	0,31	0,62
284	SELO MECANICO EA-30 - CDS01-4095 - CÓDIGO: SFM1-1201 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	411,10	822,20
285	PARAFUSO PHILLIPS PAN.M5X6 INOX304 - NORMA DIN 7985 - CÓDIGO: SPR82-I5X6 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	6,00	0,0000	0,70	4,20
286	O-RING 3.1X170 DUREZA 70 SHORE DIMENSIONAL ISO3601-1 ANEXO A - CÓDIGO: SORNG-3.1X170 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	17,95	35,90
287	PARAFUSO ALLEN COM CABECA CILINDRICA M6X16 INOX AISI304 - CÓDIGO: SPR22-I6X15 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	0,75	6,00
288	ARRUELA LISA INOX 304 M6 - CÓDIGO: SANL2-I06L - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	0,11	0,88
289	BUCHA P/ ROTOR DA BOMBA M10 - CÓDIGO: UBD1-2001 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	49,37	98,74
290	PARAFUSO SEXTAVADA M8X25 INOX304 - CÓDIGO: SPR12-I8X25 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	8,00	0,0000	1,35	10,80
291	VALVULA P/ DRENO DE AR 3/8 - ASIA - CÓDIGO: UBD1-3040 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	93,59	187,18
292	BUJAO VALVULA 3/8X10 SEXT LATAO ASIA - CÓDIGO: SPR61-L3/8X10 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	91,95	183,90
293	ESFERA DE ACO DIAM. 9.525mm (3/8) - CÓDIGO: SFM1-1100 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	1,63	3,26
294	ANEL DE TRAVA P/ FURO 12mm - LINHA D - CÓDIGO: SFM1-7020 - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	0,38	0,76
295	OLEO VG - HDI/32 BIODEGRADÁVEL - CÓDIGO: LUB10-1010LD - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	KG	2,40	0,0000	88,33	211,99
296	CHAVETA 8X7X32 INOX AISI420 P/LD - CÓDIGO: SCHV1-I8X7X32D - EEL 001 - BOMBA: EBARA 80 DLM 63,7 - Marca: EBARA	PÇ	2,00	0,0000	104,09	208,18
Total do Fornecedor:					40.200,86	

LOTE: 13

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

297	PROPULSOR AFP 0844.2 D170 GG25 - CÓDIGO: 35075255 - EEL 002 - BOMBA: BAS/SULZER AFP0844 M12,5/2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2.344,62	4.689,24
-----	---	----	------	--------	----------	----------

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 20/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 13

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

298	CAMARA AFP 0844 GG25 - CÓDIGO: 31055063 - EEL 002 - BOMBA: ABS/SULZER AFP0844 M12,5/2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	584,23	1.168,46
299	PLACA FUNDO AFP 0844 GG25 - CÓDIGO: 31065028 - EEL 002 - BOMBA: ABS/SULZER AFP0844 M12,5/2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	960,26	1.920,52
300	ROTORSHAFT AFP M110/2 1.40 D35 - CÓDIGO: 65015138 - EEL 002 - BOMBA: ABS/SULZER AFP0844 M12,5/2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2.275,81	4.551,62
301	CARCACA M120/2 - CÓDIGO: 31005025 - EEL 002 - BOMBA: ABS/SULZER AFP0844 M12,5/2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	5.185,10	10.370,20
302	KIT REPARO ROB 701-EI/801-EI compreendendo: SELO MECANICO KIT VED AFP M2 30/6-110/2 ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61705026 EEL 002 - BOMBA: ABS/SULZER AFP0844 M12,5/2 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	1.458,65	2.917,30
303	KIT VED AFP M2 30/6-110/2 - CÓDIGO: 61195055 - EEL 002 - BOMBA: ABS/SULZER AFP0844 M12,5/2 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	638,40	1.276,80
Total do Fornecedor:						26.894,14

LOTE: 14

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

304	CARCACA MOTOR AFP M2 GG20 - CÓDIGO: 31007815 - EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	4.289,40	8.578,80
305	EST/ROT 906/903 4P 9KW 2/3/4V compreendendo: ESTATOR 4P 9.0KW CARC-112 ROTOR EIXO 9.0KW 4P CARC-112 CÓDIGO: 63057152 EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	5.494,40	10.988,80
306	DEPOSITO OL AFP-M2 C/CAN GG25 - CÓDIGO: 31040148-B - EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	3.983,10	7.966,20
307	PROPULSOR AFP 1049.5 D224 GG20 - CÓDIGO: 35075276 - EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	3.154,65	6.309,30
308	CAMARA AFP 1049 GG20 - CÓDIGO: 31055067 - EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1.005,88	2.011,76
309	PLACA FDO AFP1047/49 UMID GG25 - CÓDIGO: 31067986 - EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1.164,30	2.328,60
310	KIT REP AFP1047/1049 M2/M2+BR compreendendo: RETENTOR SELO MECANICO KIT VED AFP1047/1049 M2/M2+BR ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207866 EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	1.517,95	3.035,90

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 21/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 14

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

311	KIT VED AFP1047/1049 M2/M2+BR compreendendo: ANEL O ANEL O ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207847 EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	253,15	506,30
312	VEDACAO CABO - CÓDIGO: 43070353 - EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	78,10	156,20
313	ANEL RETENCAO INTERNO - CÓDIGO: 11087912 - EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,90	5,80
314	ANEL RETENCAO EXTERNO - CÓDIGO: 11077907 - EEL 003 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M75/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,40	4,80
Total do Fornecedor:						41.892,46

LOTE: 15

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

315	CARCACA MOTOR AFP M2+ GG20 - CÓDIGO: 31007816 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	5.208,61	10.417,22
316	EST/ROT 904/901 4P 10,5KW 2/3/ compreendendo: ESTATOR 4P 10,5KW CARC-112 ROTOR EIXO 10,5KW 4P CARC-112 CÓDIGO: 63057168 EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	5.817,57	11.635,14
317	DEPOSITO OL AFP-M2 C/CAN GG25 - CÓDIGO: 31040148-B - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	3.983,07	7.966,14
318	PROPULSOR AFP 1049.1 D253 GG20 - CÓDIGO: 35075272 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	3.154,65	6.309,30
319	CAMARA AFP 1049 GG20 - CÓDIGO: 31055067 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1.005,88	2.011,76
320	PLACA FDO AFP1047/49 UMID GG25 - CÓDIGO: 31067986 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1.164,28	2.328,56
321	KIT REP AFP1047/1049 M2/M2+BR RETENTOR SELO MECANICO KIT VED AFP1047/1049 M2/M2+BR ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207866 EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	1.517,95	3.035,90

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 22/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 15

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

322	KIT VED AFP1047/1049 M2/M2+BR ANEL O ANEL O ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207847 EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	253,15	506,30
323	ANEL RETENCAO EXTERNO - CÓDIGO: 43070353 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,40	4,80
324	VEDACAO CABO - CÓDIGO: 43070353 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	78,10	156,20
325	ANEL RETENCAO INTERNO - CÓDIGO: 11087912 - EEL 005 - BOMBA: ABS/SULZER AFP 1049 M105/4 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	2,90	5,80
Total do Fornecedor:						44.377,12

LOTE: 16

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

326	CARCACA SCAV EF/EJ 4W GG25 - CÓDIGO: 31007819 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	306,50	613,00
327	EST/ROT 279-1/536 4P 2CV 2/3/4 compreendendo: ESTATOR 2P 0,5CV C-42 TRIF AL ROTOR EIXO 2P 0,5CV TRIF AL CÓDIGO: 63057030 EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	582,17	1.164,34
328	PROPULSOR EF 4W M8 D86 PBT - CÓDIGO: 45077867 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	24,85	49,70
329	CAMARA EF 4 5 2 BSP GG25 - CÓDIGO: 35057434 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	367,59	735,18
330	KIT REP ROB250,300,UNI 300,500 compreendendo: BUJAO M10 POM SELO MECANICO KIT VED ROB250,300 UNI100A500 ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207851 EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	99,25	198,50
331	KIT VED ROB250,300 UNI100A500 compreendendo: ANEL O ANEL O ANEL O CÓDIGO: 61207927 EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	25,66	51,32
332	VEDACAO CABO PEQ SCAV BUNA N - CÓDIGO: 43087820 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	7,90	15,80

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

 Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 23/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 16

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

333	ARRUELAPRESSAO DNTA A - CÓDIGO: 11507003 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	0,12	0,24
334	ANEL RETENC INTERNO - CÓDIGO: 11087919 - EEL 006 - BOMBA: ABS/SULZER ROBUSTA 250 T - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	0,90	1,80
Total do Fornecedor:						2.829,88

LOTE: 17

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

335	ESTATOR S30/2 380/3/60 KE - CÓDIGO: 65005362 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	3.906,40	7.812,80
336	ROTOR EIXO PNHA S30 1.4021 - CÓDIGO: 65015077 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	650,00	1.300,00
337	PROPULSOR PIRS26/S30 D150 GG25 - CÓDIGO: 35075128 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	614,97	1.229,94
338	TRITURADOR MOVEI PIR S30 - CÓDIGO: 42935006 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	241,80	483,60
339	TRITURADOR MOVEI PIR S16-S18 - CÓDIGO: 42935004 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	107,70	215,40
340	CAMARA PNHA S12/30 GG25 - CÓDIGO: 31055020 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	605,72	1.211,44
341	PLACA FUNDO PIR.S26/2 GG25 - CÓDIGO: 31065015 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	392,85	785,70
342	KIT REPARO PIR.S21-30 compreendendo SELO MECANICO KIT VED PNHA S26-30 ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61705040 EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	699,99	1.399,98
343	KIT VED PNHA S26-30 - CÓDIGO: 61195075 - EEL 007 - BOMBA: ABS/SULZER PIRANHA S30-2 - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	402,77	805,54
Total do Fornecedor:						15.244,40

LOTE: 18

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

344	CARCACA MOTOR W56B GG20 - CÓDIGO: 31007933 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	735,14	1.470,28
345	EST/ROT 277-1/543 4P1CV 2/3/4 ESTATOR 4P 1CV CARC-56B ROTOR EIXO 4P CARC-56B 1CV CÓDIGO: 63057045 ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	969,92	1.939,84
346	DEPOSITO OLEO SCAV SI GG20 - CÓDIGO: 31047971 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	306,40	612,80

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 24/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 18

ELETRONANDO PECAS E SERVICOS LTDA - ME (8282)

347	PROPULSOR EJ10B ROB701 GG25 - CÓDIGO: 31077974 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	245,99	491,98
348	CAMARA 65 EJ-3 FG/PE GG25 - CÓDIGO: 35057421 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	735,20	1.470,40
349	PLACA FUNDO EJ 10-20 3 GG20 - CÓDIGO: 31067976 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	215,36	430,72
350	KIT REP EJ 10, 20 (B/BX/BV/BVX) SELO MECANICO KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI ROLAM ESF ROLAM ESF CÓDIGO: 61207983 ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	314,50	629,00
351	KIT VED UNI/ROBUST/SE,SJ(SI)EI V-RING A ANEL O ANEL O ANEL O ANEL O ANEL O ANELVEDACAO ANELVEDACAO CÓDIGO: 61207926 ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	CJ	2,00	0,0000	88,23	176,46
352	ANEL RETENCAO EXTERNO - CÓDIGO: 11077006 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	1,10	2,20
353	ANEL RETENCAO INTERNO - CÓDIGO: 11087010 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	5,16	10,32
354	VEDACAO CABO SC/UNI/RO DI=9,1 - CÓDIGO: 43087801 - ETE HERVAL D'OESTE - BOMBA: ABS/SULZER EJ10B - Marca: SULZER	PÇ	2,00	0,0000	4,27	8,54
Total do Fornecedor:					7.242,54	

LOTE: 19

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

355	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE. EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	71,335	142,67
356	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ001 BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	115,1653	230,33
357	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	171,4934	342,99
364	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA - EEJ001 BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	137,6976	275,40

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 25/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 19

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

365	REBOBINAGEM EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	289,2862	578,57
366	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	107,6545	215,31
367	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	108,4837	216,97
368	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ001 BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	120,1725	240,35
369	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	105,1509	210,30
370	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	150,2156	300,43
371	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	145,2084	290,42
372	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PADRÃO EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	67,597	135,19
373	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ001 - BOMBA KSB KRT E 80-251/74XG - Marca:	SV	2,00	0,0000	25,0359	50,07
Total do Fornecedor:					3.229,00	

LOTE: 20

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

358	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	131,11	262,22
359	REBOBINAGEM EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	275,4576	550,92
360	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	67,939	135,88
374	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	102,5084	205,02
375	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	95,3566	190,71
376	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	95,3566	190,71
377	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	109,6601	219,32
378	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	163,2957	326,59
379	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	123,9636	247,93
380	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	123,9636	247,93
381	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	47,6783	95,36

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 26/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 20

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

382	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	64,3657	128,73
383	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ002 - FLYGT BOMBA NP-3127 MT/439 - Marca:	SV	2,00	0,0000	23,8392	47,68
Total do Fornecedor:					2.849,00	

LOTE: 21

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

361	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	42,3408	84,68
384	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	74,719	149,44
385	REBOBINAGEM EEJ003 - - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	161,8912	323,78
386	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	36,9417	73,88
387	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	99,6253	199,25
388	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	94,6441	189,29
389	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	97,1347	194,27
390	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	97,1347	194,27
391	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	104,6066	209,21
392	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	99,6253	199,25
393	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	36,5239	73,05
394	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ003 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca:	SV	2,00	0,0000	49,8127	99,63
Total do Fornecedor:					1.990,00	

LOTE: 22

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

395	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	72,0645	144,13
396	REBOBINAGEM EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	124,9117	249,82
397	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	84,0752	168,15
398	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	91,2817	182,56

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 27/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 22

AUTOMATIC IND. E COM. DE EQUIP. ELETRICOS LTDA (6011)

399	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	93,6838	187,37
400	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	93,6838	187,37
401	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	103,2924	206,58
402	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	67,2602	134,52
403	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	92,8779	185,76
404	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	28,8258	57,65
405	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ004 - MARK BOMBA VOH2A5 - Marca:	SV	2,00	0,0000	48,043	96,09
Total do Fornecedor:						1.800,00

LOTE: 23

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

406	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	70,00	140,00
407	REBOBINAGEM EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	126,00	252,00
408	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	35,00	70,00
409	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	105,00	210,00
410	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	105,00	210,00
411	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	105,00	210,00
412	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	105,00	210,00
413	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	35,00	70,00
414	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	70,00	140,00
415	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	70,00	140,00
416	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	28,00	56,00

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 28/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 23

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

417	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ005 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 400 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	17,50	35,00
Total do Fornecedor:						1.743,00

LOTE: 24

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

362	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	36,695	73,39
418	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	61,1511	122,30
419	REBOBINAGEM EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	158,9928	317,99
420	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	33,6331	67,27
421	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	91,7266	183,45
422	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	91,7266	183,45
423	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	91,7266	183,45
424	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	91,7266	183,45
425	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	24,4604	48,92
426	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	91,7266	183,45
427	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	61,1511	122,30
428	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ006 - ABS/SULZER BOMBA SJD 30 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	15,2878	30,58
Total do Fornecedor:						1.700,00

LOTE: 25

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

429	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	61,4068	122,81
430	REBOBINAGEM EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	159,6578	319,32
431	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	24,5627	49,13

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 29/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 25

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

432	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	92,1103	184,22
433	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	92,1103	184,22
434	RECUPERAÇÃO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	92,1103	184,22
435	RECUPERAÇÃO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	92,1103	184,22
436	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	24,5627	49,13
437	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	61,4068	122,81
438	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	61,4068	122,81
439	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	30,7034	61,41
440	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ006-1 ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 851 T - EI - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	15,3517	30,70
Total do Fornecedor:						1.615,00

LOTE: 26

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

441	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	29,635	59,27
442	REBOBINAGEM EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	148,2213	296,44
443	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	29,6443	59,29
444	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	88,9328	177,87
445	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	88,9328	177,87
446	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	88,9328	177,87
447	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	88,9328	177,87
448	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	23,7154	47,43

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 30/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 26

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

449	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	59,2885	118,58
450	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	59,2885	118,58
451	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	29,6443	59,29
452	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ007 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 500 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	14,8221	29,64
Total do Fornecedor:					1.500,00	

LOTE: 27

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

453	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	37,03	74,06
454	REBOBINAGEM EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	123,4568	246,91
455	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	30,8642	61,73
456	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	92,5926	185,19
457	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	92,5926	185,19
458	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	92,5926	185,19
459	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	92,5926	185,19
460	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	24,6914	49,38
461	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	61,7284	123,46
462	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	61,7284	123,46
463	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	24,6914	49,38
464	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ008 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 700 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	15,4321	30,86
Total do Fornecedor:					1.500,00	

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 31/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 28

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

465	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	52,885	105,77
466	REBOBINAGEM EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	211,5502	423,10
467	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	31,7325	63,47
468	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	79,3313	158,66
469	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	79,3313	158,66
470	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	79,3313	158,66
471	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	79,3313	158,66
472	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	26,4438	52,89
473	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEJ011 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	52,8875	105,78
474	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	74,0426	148,09
475	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	52,8875	105,78
476	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	37,0213	74,04
477	ENSAIOS DE ROTINA. EEJ011 WILO BOMBA MEUFA10.41E - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	13,2219	26,44
Total do Fornecedor:					1.740,00	

LOTE: 29

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

478	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	81,28	162,56
479	REBOBINAGEM EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	975,2322	1.950,46
480	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	65,0155	130,03
481	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	86,6873	173,37
482	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	86,6873	173,37
483	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	86,6873	173,37

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 32/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 29

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

484	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	86,6873	173,37
485	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	37,9257	75,85
486	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	81,2693	162,54
487	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	54,1796	108,36
488	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	54,1796	108,36
489	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	40,6347	81,27
490	ENSAIOS DE ROTINA. EEH004 - EBARA BOMBA 150 DLP 630 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	13,5449	27,09
Total do Fornecedor:					3.500,00	

LOTE: 30

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

491	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	50,37	100,74
492	REBOBINAGEM EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	108,3144	216,63
493	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	30,2273	60,45
494	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,5682	151,14
495	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,5682	151,14
496	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,5682	151,14
497	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,5682	151,14
498	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	15,1136	30,23
499	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,5682	151,14
500	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	50,3788	100,76

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 33/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 30

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

501	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	20,1515	40,30
502	ENSAIOS DE ROTINA. EEH006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 800 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	12,5947	25,19
Total do Fornecedor:					1.330,00	

LOTE: 31

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

503	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH007- EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	51,9534	103,91
504	REBOBINAGEM EEH007 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	181,8368	363,67
505	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEH007 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	37,4064	74,81
506	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	77,9301	155,86
507	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	77,9301	155,86
508	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	77,9301	155,86
509	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	77,9301	155,86
510	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	20,7813	41,56
511	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	51,9534	103,91
512	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	72,7347	145,47
513	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	51,9534	103,91
514	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEH007 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	31,172	62,34
515	ENSAIOS DE ROTINA. EEH007 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	12,9883	25,98
Total do Fornecedor:					1.649,00	

LOTE: 32

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

516	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	54,705	109,41
517	REBOBINAGEM EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	246,1908	492,38
518	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO EEL001- EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	39,3905	78,78

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 34/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 32

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

519	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	82,0636	164,13
520	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	82,0636	164,13
521	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	82,0636	164,13
522	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	82,0636	164,13
523	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	32,8254	65,65
524	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	54,7091	109,42
525	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	54,7091	109,42
526	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	54,7091	109,42
527	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	32,8254	65,65
528	ENSAIOS DE ROTINA. EEL001 - EBARA BOMBA 80 DLM 63,7 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	13,6773	27,35
Total do Fornecedor:					1.824,00	

LOTE: 33

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

529	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	50,185	100,37
530	REBOBINAGEM EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	326,1531	652,31
531	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLADO EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	24,0851	48,17
532	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,2661	150,53
533	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,2661	150,53
534	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,2661	150,53
535	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,2661	150,53
536	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	30,1064	60,21

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 35/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 33

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

537	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	50,1774	100,35
538	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,2661	150,53
539	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	75,2661	150,53
540	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	45,1597	90,32
541	ENSAIOS DE ROTINA. EEL002 - ABS/SULZER BOMBA AFP0844 M12,5/2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	12,5443	25,09
Total do Fornecedor:						1.980,00

LOTE: 34

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

542	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	54,51	109,02
543	REBOBINAGEM EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	227,3475	454,70
544	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	26,1695	52,34
545	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	81,7797	163,56
546	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	81,7797	163,56
547	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	81,7797	163,56
548	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	81,7797	163,56
549	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	21,8079	43,62
550	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	81,7797	163,56
551	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	81,7797	163,56
552	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	81,7797	163,56
553	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	49,0678	98,14
554	ENSAIOS DE ROTINA. EEL003 - ABS/SULZER BOMBA AFP 1049 M75/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	13,6299	27,26
Total do Fornecedor:						1.930,00

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 36/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 35

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

555	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	51,61	103,22
556	REBOBINAGEM EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	129,0566	258,11
557	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEL004 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	32,2642	64,53
558	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	96,7925	193,59
559	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	96,7925	193,59
560	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	96,7925	193,59
561	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	96,7925	193,59
562	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	25,8113	51,62
563	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	96,7925	193,59
564	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	96,7925	193,59
565	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	19,3585	38,72
566	ENSAIOS DE ROTINA. EEL004 - SCHENEIDER BOMBA BCS 220 1 CV - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	16,1321	32,26
Total do Fornecedor:						1.710,00

LOTE: 36

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

567	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,465	156,93
568	REBOBINAGEM EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	324,2843	648,57
569	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	28,7672	57,53
570	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,4559	156,91
571	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,4559	156,91
572	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,4559	156,91

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 37/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 36

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

573	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,4559	156,91
574	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	31,3824	62,76
575	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,4559	156,91
576	BALANCEAMENTO DO ROTOR (PROPULSOR) EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,4559	156,91
577	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,4559	156,91
578	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	41,8431	83,69
579	ENSAIOS DE ROTINA. EEL005 - ABS/SULZER BOMBAS AFP 1049 M105/4 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	13,076	26,15
Total do Fornecedor:					2.134,00	

LOTE: 37

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

580	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	25,95	51,90
581	REBOBINAGEM EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	93,3962	186,79
582	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	7,783	15,57
583	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	77,8302	155,66
584	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	77,8302	155,66
585	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	77,8302	155,66
586	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	77,8302	155,66
587	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	31,1321	62,26
588	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	51,8868	103,77
589	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	15,566	31,13

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 38/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 37

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

590	ENSAIOS DE ROTINA. EEL006 - ABS/SULZER BOMBA ROBUSTA 250 T - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	12,9717	25,94
Total do Fornecedor:						1.100,00

LOTE: 38

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

363	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,6517	157,30
591	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	52,4345	104,87
592	REBOBINAGEM EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	157,3034	314,61
593	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	5,2434	10,49
594	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,6517	157,30
595	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,6517	157,30
596	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	78,6517	157,30
597	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	31,4607	62,92
598	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	52,4345	104,87
599	MONTAGEM ELETROMECÂNICA EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	52,4345	104,87
600	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO EEL007 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	20,9738	41,95
601	ENSAIOS DE ROTINA. EEL007 ABS/SULZER BOMBA PIRANHA S30-2 - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	13,1086	26,22
Total do Fornecedor:						1.400,00

LOTE: 39

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

602	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	51,3147	102,63
603	REBOBINAGEM ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	147,5299	295,06
604	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	32,0717	64,14
605	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO ETE LUZERNA - SCHNEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	96,2151	192,43

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 75/2017 - PR Processo Administrativo: 87/2017 Processo de Licitação: 87/2017 Data do Processo: 17/11/2017
	Folha: 39/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LOTE: 39

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

606	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO ETE LUZERNA - SCHENEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	96,2151	192,43
607	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA ETE LUZERNA - SCHENEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	96,2151	192,43
608	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA ETE LZ - SCHENEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	96,2151	192,43
609	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO ETE LUZERNA - SCHENEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	25,6574	51,31
610	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA ETE LUZERNA - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	64,1434	128,29
611	MONTAGEM ELETROMECÂNICA ETE LUZERNA - SCHENEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	64,1434	128,29
612	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO ETE LUZERNA - SCHENEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	19,243	38,49
613	ENSAIOS DE ROTINA. ETE LUZERNA - SCHENEIDER BOMBA E56BS - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	16,0359	32,07
Total do Fornecedor:						1.610,00

LOTE: 40

BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)

614	DESMONTAGEM ELETROMECÂNICA ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	53,72	107,44
615	REBOBINAGEM ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	112,8308	225,66
616	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO ÓLEO MINERAL BRANCO ISOLANTE. ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	27,9391	55,88
617	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO TRASEIRO ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	80,5934	161,19
618	METALIZAÇÃO E RETIFICA DO EIXO DIANTEIRO ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	80,5934	161,19
619	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA DIANTEIRA ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	80,5934	161,19
620	RECUPERAÇÃO DO ACENTO DO ROLAMENTO DA TAMPA TRASEIRA ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	80,5934	161,19
621	FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DO CABO ELÉTRICO ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	16,1187	32,24
622	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CERÂMICA NO ROTOR, PLACA DE FUNDO E VOLUTA ETE HERVAL - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	53,7289	107,46

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA
SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTOCNPJ: 84.591.890/0001-43
Rua Tiradentes, 123
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL**

Nr.: 75/2017 - PR

Processo Administrativo: 87/2017
Processo de Licitação: 87/2017
Data do Processo: 17/11/2017

Folha: 40/40

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**LOTE: 40****BULGARELLI S ENGENHARIA LTDA - ME (8535)**

623	MONTAGEM ELETROMECÂNICA ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	53,7289	107,46
624	PINTURA COM PRIMER PROTETIVO E POSTERIOR PINTURA PADRÃO ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	16,1187	32,24
625	ENSAIOS DE ROTINA. ETE HERVAL ABS/SULZER BOMBA EJ10B - Marca: BULGARELLI'S	SV	2,00	0,0000	13,4322	26,86

Total do Fornecedor: 1.340,00
Total Geral: 510.093,57

Joaçaba, 18 de Janeiro de 2018.

Paulo Cesar Lamin - Diretor Presidente

Lages

PREFEITURA

ATO DE INEXIGIBILIDADE 19/2017 PML

Publicação Nº 1494376

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 19/2017 - PML

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Inexigibilidade de Licitação sob nº 19/2017 - PML, através do Município de Lages, com a empresa:

NEWTESC TECNOLOGIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP, CNPJ sob nº 23.806.552/0001-97.

O valor total da Presente Inexigibilidade é de R\$ 729.907,00 (setecentos e vinte e nove mil e novecentos e sete reais).

Objeto: "Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento e Instalação de Placas Eletrônicas, Controladores Semafóricos e Demais Componentes Eletrônicos visando atender a demanda da Coordenação de Segurança e Trânsito - DIRETRAN do Município de Lages."

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 18 de janeiro de 2018.

Jacinto Bet
Executivo de Coordenação de Segurança e Trânsito

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do Exmo. Sr. Jacinto Bet, Executivo de Coordenação de Segurança e Trânsito, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 18 de janeiro de 2018.
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO 01/2018 - FRANCINE - PML

Publicação Nº 1494204

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 01/2018 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

CONTRATADA: FRANCINE CUNHA DOS SANTOS - ME. inscrita no CNPJ sob nº 24.878.666/0001-05, com sede Rua Marechal Deodoro, 1291 Bairro Copacabana Lages/SC. CEP 88.504-001, resolvem celebrar este Contrato de Dispensa de Licitação, em conformidade com parecer jurídico n.º 03/2018, decorrente do Processo Administrativo nº 02/2018, correlato à Dispensa nº 01/2018, homologada em 08/01/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para troca de forro de gesso para forro de isopor branco. Prestação de serviço com fornecimento de material.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: Contar-se-á da data da assinatura do contrato;

2.2 Da Execução, em até 30 (trinta) dias a contar da data da assinatura do contrato;

2.3 Da Entrega: no setor (DIRETRAN).

2.4 Do Contrato, fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2018. A sua validade será até de até 30 (trinta) dias a contar da data de sua assinatura ou até cessar a situação emergencial e sem direito a qualquer espécie de indenização a CONTRATADA, com seu termo antes do prazo contratual de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total do contrato é de 14.850,00 (quatorze mil oitocentos e cinquenta reais).

Lages, 08 de janeiro de 2018.
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO CONTRATO 02/2018 - NEWTESC - PML

Publicação Nº 1494205

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO: CONTRATO N.º 01/2018 – PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC CEP 88.501-110.

CONTRATADA: NEWTESC TECNOLOGIA E COMÉRCIO EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 23.806.552/0001-97, com sede à Al Rio negro, nº 503 andar 19 Conj. 1915 – Alphaville Industrial Barueri/SP CEP 06.454-000.

Resolvem celebrar este Contrato de Inexigibilidade de Licitação, em conformidade com parecer jurídico n.º 25/2018, decorrente do Processo Administrativo nº 286/2017, correlato à Inexigibilidade nº 19/2017 homologada em 18/01/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento e Instalação de Placas Eletrônicas, Controladores Semafóricos e Demais Componentes Eletrônicos visando atender a demanda da Coordenação de Segurança e Trânsito - DIRETRAN do Município de Lages.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: em até 30 (trinta) dias após a data da assinatura do contrato;

2.2 Da Execução: 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da assinatura do contrato;

2.3 Da Entrega: a entrega deverá ser realizada de acordo com a emissão da Autorização de Fornecimento.

2.3.1 Os itens, objeto deste certame, deverão ser entregues de segunda a sexta-feira na Coordenação de Segurança e Trânsito – DIRETRAN localizados na parte superior do terminal rodoviário na Av. Dom Pedro II nº 1555 das 08:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h.

2.3.2 Para qualquer esclarecimento, os contatos deverão ser realizados com o JACINTO BET, responsável pela retirada e recebimento, através do telefone: (49) 3222-8515 ou e-mail diretran@lages.sc.gov.br.

2.3.3 O prazo para entrega dos produtos será de 30 (trinta) dias

úteis após a emissão da Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço

2.4 Do Contrato: fica adstrito aos respectivos créditos orçamentários ano base 2018. A sua validade será até dia 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, limitada a sessenta meses, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O valor total do contrato é de 729.907,00 (setecentos e vinte e nove mil novecentos e sete reais).

Lages, 18 de janeiro de 2018.
Juliano Polese Branco
Prefeito Municipal em exercício

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4.994/2018

Publicação Nº 1494345

DECRETO Nº 4.994/2018, de 12 de janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E GESTÃO FINANCEIRA DA PROPOSTA DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS APRESENTADO PELA COMISSÃO INSTITUÍDA PELO DECRETO Nº. 4.868/2017, MODIFICADA PELO DECRETO Nº. 4.878/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, CONSIDERANDO a apresentação da proposta da elaboração da Proposta do Plano de Cargos e Salários pela Comissão instituída pelo Decreto nº. 4.868/2017;

CONSIDERANDO a disposição do art. 4º, do Decreto nº. 4.868/2017 que dispõe sobre a criação de Comissão de Avaliação e Gestão Financeira para avaliação da Minuta do Projeto de Lei;

CONSIDERANDO a necessidade de verificação dos índices de pessoal e critérios de adequação e conformidade ao ordenamento jurídico;

CONSIDERANDO o objetivo comum de valorização do servidor público municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Avaliação e Gestão Financeira da Proposta do Plano de Cargos e Salários, a qual competirá:

I – realizar a estimativa do impacto orçamentário-financeiro do Plano de Cargos e Salários;

II – proceder ao estudo financeiro da despesa criada, de modo a comprovar que não afetará as metas de resultados fiscais, bem como a previsão de seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, a fim de serem compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa;

III – compatibilizar o aumento da despesa ou sua valorização percentual com as metas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias;

IV - coordenar, verificar e alterar a disposição de cargos, funções e estruturas remuneratórias propostas de acordo com a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal;

V – proceder ao exame analítico da conformidade do Plano de Cargos e Salários as normas constitucionais e infraconstitucionais;

VI – definir a forma, prazo e adequação do Plano de Cargos e Salários as possibilidades financeiras e orçamentárias da Administração Pública;

VII – propor mudanças e alterações na proposta do Plano de Cargos e Salários, por razões de ordem financeira, orçamentária e de ordem jurídica;

VIII – redigir e revisar o texto normativo;

§1º As competências explicitadas neste artigo serão exercidas, em relação aos Planos de Carreiras específicos da Guarda Municipal e do Magistério Público Municipal;

§2º Ficam especialmente designados para acompanhamento dos Planos de Carreira da Guarda Municipal os servidores Cristiano da Silva Nunes e Leandro de Araújo e para o Magistério Público, as servidoras Adriana Souza da Silva e Janaína Prevê Costa.

§3º Prestarão apoio à Comissão de Avaliação e Gestão Financeira, os servidores integrantes da Procuradoria do Município, Contabilidade e Departamento de Pessoal, no âmbito de suas competências.

Art. 2º A Comissão de Avaliação e Gestão Financeira fica assim constituída:

I – Adriana Souza da Silva

II – Adriano Teixeira Massih;

III – Antônio da Silveira Filho;

IV – Cristiano da Silva Nunes;

V – Gustavo Ramos Sant'Anna;

VI – Janaína Prevê Costa;

VII – Leandro Araújo;

VIII – Luciana Fernandes Pereira;

IX – Ricardo Augusto Silveira;

X - Sônia Cândido da Silva Vieira.

Parágrafo único. A Comissão será presidida por Gustavo Ramos Sant'Anna e secretariada pela servidora Adriana Souza da Silva.

Art. 3º Aos servidores que constituem a Comissão de que trata este Decreto, é devida a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa – GDATA.

Art. 4º A Comissão para Elaboração da Proposta do Plano de Cargos e Salários, instituída pelo Decreto nº. 4.868/2017, fica prorrogada pelo prazo necessário ao acompanhamento dos trabalhos da Comissão criada por este Decreto.

Art. 5º As reuniões serão organizadas e divulgadas atendendo a calendário elaborado na reunião inaugural, designada para o dia 19 de janeiro de 2018, às 15hs, podendo os trabalhos serem distribuídos em grupos de trabalho específicos para melhor aproveitamento.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4.995/2018

Publicação Nº 1494346

DECRETO Nº 4.980/2017, de 18 de dezembro de 2017.

Institui o Programa de Requalificação da Atenção Básica em Saúde e das Escolas e Creches Municipais – Requalifica Laguna e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna, CONSIDERANDO as metas estabelecidas no Plano Plurianual 2017/2020 e a recuperação dos créditos do Imposto sobre Serviços – ISS do Consórcio Ponte de Laguna no ano de 2017;

CONSIDERANDO a obrigação prevista no art. 198 e 212 da Constituição da República referente a aplicação do percentual constitucional em Saúde e Educação pelo Município;

CONSIDERANDO a necessidade de dispor sobre a aplicação dos recursos decorrentes da recuperação de créditos fiscais de ISS do Consórcio composto pelas empresas Camargo Correa/Construbase/M. Martins no valor de R\$ 13.918.214,61, em especial, no cumprimento dos percentuais de aplicação de recursos públicos em Saúde e Educação, no valor nominal de R\$ 5.567.285,84.

CONSIDERANDO a necessidade de requalificação da estrutura de atendimento da Atenção Básica, em especial, da estrutura física das Unidades de Saúde do Município, a fim de adequá-las aos padrões qualitativos do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO as políticas de informatização, melhoria de acesso e qualificação dos profissionais de Saúde e a obrigação do Município em prover condições adequadas para o trabalho dos profissionais de Saúde;

CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação e as metas e diretrizes para a melhoria da Ensino Básico e Fundamental;

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação física das

Unidades Escolares, a requalificação e o estabelecimento de metas qualitativas de ensino e aprendizado, bem como a criação de novas salas de aula e da estrutura física de atendimento, considerando-se a demanda existente no Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Requalificação da Atenção Básica em Saúde e das Unidades Escolares Municipais, a qual será destinado aos seguintes objetivos:

I – universalidade do atendimento e qualidade dos serviços de Saúde e Educação, mediante instrumentos de monitoramento e avaliação para o atingimento de metas qualitativas estabelecidas pelas Secretarias Municipais de Saúde e Educação, previstas nos Planos Municipais;

II - construção, reforma e ampliação das Unidades de Saúde e Unidades Escolares do Município de Laguna;

III – prover infraestrutura adequada às Equipes de Atenção Básica e aos profissionais da Educação para desempenho de suas ações e serviços.

Parágrafo único. O Município poderá desenvolver outras ações em Saúde e Educação, desde que estabelecidos os critérios de aplicação dentro de um Programa de Metas para cada uma das áreas.

Art. 2º O Programa de Requalificação estabelece como prioritárias as ações destinadas a construção, reforma e ampliação das seguintes Unidades de Saúde e Escolares:

I – Unidades de Saúde:

a) UBS Progresso – R\$...;

b) UBS Portinho – R\$...;

c) UBS Farol de Santa Marta – R\$...;

...

II – Unidades Escolares:

a)

Art. 3º Os recursos provenientes para a realização dos objetivos do Programa de Requalificação serão alocados, no exercício em que forem transferidos, de valores decorrentes da recuperação dos créditos de Imposto sobre Serviços – ISS do Consórcio Ponte de Laguna – Camargo Correa/Aterpá/Construbase.

Art. 4º O valor de R\$ 850.995,25 objeto de restrição na Ação Judicial nº. 030704-51.2017.8.24.0040 – ainda em tramitação – movida pelo Hospital de Caridade Senhor Bom Jesus dos Passos integrará os valores destinados ao Programa de Requalificação instituído pelo Decreto, devendo ser destinado a ações e serviços provenientes da Atenção Básica em Saúde, ressalvada a hipótese de decisão judicial em sentido contrário ou acordo.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 060/2018

Publicação Nº 1494541

PORTARIA RH Nº 060/2018

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, CLEIDE BRIGIDO DO CARMO VARGAS Auxiliar de Serviços Gerais, do dia 15.01.2018 a 13.02.2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Janeiro de 2018.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 061/2018

Publicação Nº 1494543

PORTARIA RH Nº 061/2018

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

INTERROMPER as férias, de JOSÉ LUIZ SIQUEIRA Motorista, assim o fazendo com base no artigo 47 da Lei complementar nº 136/2006, devendo o mesmo retornar ao serviço, em 15 de Janeiro de 2018, ficando-lhe assegurado o restante do período interrompido, assim que cessar os motivos que o determinaram.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Janeiro de 2018.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 069/2018

Publicação Nº 1494545

PORTARIA RH Nº 069/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0004596/2017;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 02 de Janeiro de 2018 a 31 de Janeiro de 2018, a Servidora AMANDA DOMINGOS OLIVEIRA, Odontólogo, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Janeiro de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 070/2018

Publicação Nº 1494546

PORTARIA RH Nº 070/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DEMITIR A PEDIDO MARIA HELENA MARTINS o Cargo de Agente Comunitário de Saúde – ESF Magalhães, 40 horas, com lotação na Secretaria de Saúde, a partir de 02/01/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Janeiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 071/2018

Publicação Nº 1494548

PORTARIA RH Nº 071/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

DESLIGAR, por motivo de aposentadoria, em conformidade com o Artigo 28 da Lei Complementar nº 136/2006, benefício nº 176.109.460-0, espécie 42, o Sr. VOLNEI CARDOSO DA ROSA, Motorista, com lotação na Secretaria de Saúde - SAMU, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Janeiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 072/2018

Publicação Nº 1494549

PORTARIA RH Nº 072/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO MARLI ADRIANO DOS SANTOS o Cargo de Coordenador de Recebimento e Distribuição de Materiais, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 15 de Janeiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 073/2018

Publicação Nº 1494550

PORTARIA RH Nº 073/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, YNNIS ZIN SIQUEIRA Conselheira do Conselho Tutelar, do dia 16.01.2018 a 14.02.2018, referente ao período aquisitivo 2017/2018.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Janeiro de 2018.

PORTARIA Nº 074/2018

Publicação Nº 1494551

PORTARIA RH Nº 074/2018

O SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ao Servidor THIAGO FORTUNATO HONORATO Motorista, do dia 16.01.2018 a 14.02.2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Janeiro de 2018.

MARIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO DUARTE
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 075/2018

Publicação Nº 1494552

PORTARIA RH Nº 075/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014 e processo protocolado sob o nº 0125.0003778/2017;

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA PREMIO, de 16 de Janeiro de 2018 a 14 de Fevereiro de 2018, ao Servidor DJONE DA SILVA FORTUNATO, Motorista, referente ao período 2012/2017, com base no art.55 da Lei Complementar nº 136 de 01 de junho de 2006.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Janeiro de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 077/2018

Publicação Nº 1494554

PORTARIA RH Nº 077/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA, SC, SR. MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, promulgadas em 11 de julho de 2000;

RESOLVE:

NOMEAR, WILLIAN DE CASTRO CARDOSO para exercer o Cargo em comissão de Coordenador de Recebimento e Distribuição de

Materiais, DS 4, com lotação na Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos, a partir desta data.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 16 de Janeiro de 2018.
MAURO VARGAS CANDEMIL
Prefeito Municipal

e acessórios, para a Guarda Municipal do Município, no dia 31 de Janeiro de 2018, às 14:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 08 de janeiro de 2018.
Samantha Claudino Sampaio - Pregoeira

PORTARIA Nº 078/2018

Publicação Nº 1494555

PORTARIA RH Nº 078/2018

O SECRETÁRIO DA FAZENDA, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ao Servidor RICARDO AUGUSTO DA SILVEIRA Procurador Municipal, do dia 17.01.2018 a 15.02.2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Janeiro de 2018.

LUCIANA FERNANDES PEREIRA
Secretário Municipal

PORTARIA Nº 079/2018

Publicação Nº 1494556

PORTARIA RH Nº 079/2018

O SECRETÁRIO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAGUNA, SC, de acordo com o Decreto nº 4.170, de 24 de setembro de 2014;

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS, PAULA CHRISTINA DOS SANTOS Médico Dermatologista, do dia 17.01.2018 a 15.02.2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Dê-se ciência e registre-se.

Laguna, SC, 17 de Janeiro de 2018.

VALÉRIA OLIVIER ALVES
Secretário Municipal

PREGÃO 04/2018-PML

Publicação Nº 1494079

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO 04/2018-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL, para a contratação de empresa especializada em locação de equipamentos de radiocomunicação

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº010/2018 DE 16/01/2018 DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA CHITOLINA SIVIERO, GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1493748

PORTARIA Nº 010/2018
DE 16/01/2018

“DESIGNA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TERESINHA CHITOLINA SIVIERO, GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor.

RESOLVE

Art. 1º - Designar, a Servidora Publica Municipal TERESINHA CHITOLINA SIVIERO, gestora do FMS - Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º - O respectivo Servidor não perceberá qualquer tipo de remuneração, gratificação ou vencimento pela designação, nem será causa de acumulação de função.

Art. 3ª - Revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria 010/2017 de 02/01/2017.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 16 de janeiro de 2018.

Rodrigo Barela

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora Designada

PORTARIA Nº011/2018 DE 16/01/2018 NOMEIA INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1493749

PORTARIA Nº 011/2018
De 16/01/2018

“NOMEIA INELVE TEREZA MARASCHIN DIERINGS PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

RODRIGO BARELA, Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.

e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre

nomeação e exoneração.

DECEDE:

Art. 1º - Nomear INELVE TERESA MARASCHIN DIERINGS, para exercer o Cargo de Diretor de Departamento, Código do Cargo 06.02, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 16 de janeiro de 2018.

Rodrigo Barela

Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Mariana Kahler

Servidora Designada

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2018 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018 - REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS E ADITIVOS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, NA QUANTIDADE ESTIMADA CONSTANTE DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Publicação Nº 1494643

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 003/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de óleos lubrificantes, graxas e aditivos para manutenção da frota do Município de Lajeado Grande.

Entrega dos Envelopes: até às 08h15min do dia 31 de Janeiro de 2018

Abertura dos Envelopes: 08h30min do dia 31 de Janeiro de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Vitória, nº 503, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min. às 17h00min, pelo fone (0**49) 3355.0012 ou na pagina eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br.

Lajeado Grande/SC, 16 de Janeiro de 2017. RODRIGO BARELA.
Prefeito Municipal em exercício.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2018 PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018-REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE, NA QUANTIDADE ESTIMADA CONSTANTE DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Publicação Nº 1494649

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 004/2018

Edital: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2018

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de material de expediente para atendimento as Secretarias e Departamentos do Município de Lajeado Grande.

Entrega dos Envelopes: até às 08h15min do dia 02 de Fevereiro de 2018

Abertura dos Envelopes: 08h30min do dia 02 de Fevereiro de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Vitória, nº 503, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min. às 17h00min, pelo fone (0**49) 3355.0012 ou na pagina eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br.

Lajeado Grande/SC, 17 de Janeiro de 2017. RODRIGO BARELA.
Prefeito Municipal em exercício.

PROCESSO Nº 005/2018 TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 001/2018 TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DA COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS E HOSPITALARES NO MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE.

Publicação Nº 1494662

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LAJEADO GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 005/2018

Edital: TOMADA DE PREÇOS PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº 001/2018

Tipo: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da coleta, transporte e destinação final adequada de resíduos sólidos orgânicos e hospitalares no Município de Lajeado Grande.

Entrega dos Envelopes: até às 08h15min do dia 06 de Fevereiro de 2018

Abertura dos Envelopes: 08h30min do dia 06 de Fevereiro de 2018

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Vitória, nº 503, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min. às 17h00min, pelo fone (0**49) 3355.0012 ou na pagina eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br.

Lajeado Grande/SC, 17 de Janeiro de 2017. RODRIGO BARELA.
Prefeito Municipal em exercício.

Lauro Muller

PREFEITURA

DECRETO Nº 002/2018

Publicação Nº 1493768

DECRETO Nº 002/2018

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MULLER – SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e artigo 36 da Lei Municipal nº 1.553/2009, de 02/02/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, BRUNO LONGO CAMINHA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Jurídico junto ao Gabinete do Prefeito, Código/Nível DAS 1.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 03/2018

Publicação Nº 1494290

PORTARIA Nº 03/2018

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI e VIII da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, ROSIANE APARECIDA MARCOS, Conselheira Tutelar, do Quadro Funcional junto à secretaria de Administração, da Prefeitura Municipal de Lauro Müller.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 03/01/2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 08 DE JANEIRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 04/2018

Publicação Nº 1494292

PORTARIA Nº 004/2018.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 63 incisos VI e VIII da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar nº 005/2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, licença sem vencimentos, pelo período de 12.01.2018 à 11.01.2020, para a funcionária pública do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Lauro Müller, TANIA RUZA TORNIER, ocupante do cargo de Professora II, junto à Secretaria Municipal da Educação e dos Esportes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 12 DE JANEIRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCNETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

PORTARIA Nº 05/2018

Publicação Nº 1494295

PORTARIA Nº 005/2018

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO DE LAURO MÜLLER, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nos incisos VI do artigo 63, alínea "c" do inciso II do artigo 89, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o que consta dos autos do processo administrativo disciplinar nº 07/2017/FMS, que observou adequadamente o princípio constitucional da ampla defesa;

CONSIDERANDO o relatório conclusivo da douta Comissão Disciplinar, após análise do recurso apresentado pela ISAMED Materiais Médicos Hospitalares LTDA;

RESOLVE:

Art. 1º - Confirmar a rescisão unilateral do contrato administrativo nº 018/FMS/2017 com a ISAMED Materiais Médicos Hospitalares LTDA, amparada nos arts. 77, 78, II e II e 79, I, da Lei 8.666/03, haja vista o descumprimento de cláusulas do contrato, conforme Portaria nº 255/2017 e Portaria nº 267/2017.

Art. 2º - Aplicar as penas de multa no importe de 10% (dez por cento) do valor contratado e a suspensão do direito de licitar com

o município de Lauro Müller pelo prazo de 01 (um) ano à ISAMED Materiais Médicos Hospitalares LTDA.

Art. 3º - Afastar a penalidade de declaração de inidoneidade da ISAMED Materiais Médicos Hospitalares LTDA.

Art. 4º - Notifique-se os interessados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 336/2017.

LAURO MÜLLER, 18 DE JANEIRO DE 2018.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fin. e Planej.

Lebon Regis

PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 01/2017_I CONTRATO Nº 01/2017. LICITAÇÃO: 02/2016.

Publicação Nº 1493989

TERMO ADITIVO Nº 01/2017_I

CONTRATO Nº 01/2017. LICITAÇÃO: 02/2016.

Objeto: Fica alterada a cláusula DÉCIMA do Contrato n. 01//2017, para renová-lo por 01 (um) mês, passando sua vigência para até 31/01/2018, justificada pelo art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e por haver interesse de ambas as partes. CONTRATANTE: Hospital e Maternidade Municipal Santo Antônio de Lebon Régis. CONTRATADO: MARQUES E BURGHARDT FISIOTERAPIA E PSICOLOGIA LTDA CNPJ 08.509.166/0001-40. Início de vigência: 01/01/2018. Término: 31/01/2018. Lebon Régis, 29 de dezembro de 2017.

LEONIRO DA SILVA PAHL – Presidente do Hospital.

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017 - PMLL**

Publicação Nº 1494595

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 036/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017, PARA EVENTUAIS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, CARPINTEIRO, CALCETEIRO, PINTOR, ELETRICISTA E SERVENTE, PARA REPAROS E REFORMAS EM BENS IMÓVEIS PÚBLICOS MUNICIPAIS E EXECUÇÃO DE OBRAS REALIZADAS POR ADMINISTRAÇÃO DIRETA, DE ACORDO COM AS DESCRIÇÕES DO ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2017.

Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de novembro do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 141/2017, de 01 de Setembro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, calceteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 038/2017.

CONSTRUTORA WDD LTDA
CNPJ: 07.256.305/0001-08
RUA: 214, Nº 110, BAIRRO: CASCATA, CEP: 88.270-000, NOVA TRENTO/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais prestações de serviços de pedreiro, carpinteiro, calceteiro, pintor, eletricista e servente, para reparos e reformas em bens imóveis públicos municipais e execução de obras realizadas por administração direta, de acordo com as descrições do Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 038/2017 a contar da data de assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os lotes cotados são as seguintes:
LOTE I – SERVIÇO DE PEDREIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
1	3000	H	SERVIÇO DE PEDREIRO.	25,00	75.000,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
			TOTAL MÁXIMO		75.000,00	

LOTE II – SERVIÇO DE CARPINTEIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
2	1000	H	SERVIÇO DE CARPINTEIRO.	25,00	25.000,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
			TOTAL MÁXIMO		25.000,00	

LOTE III – SERVIÇO DE CALCETEIRO.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
3	5000	M²	SERVIÇO DE CALCETEIRO.	20,00	100.000,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
			TOTAL MÁXIMO		100.000,00	

LOTE IV – SERVIÇO DE PINTOR.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
------	------	-------	-----------	----------------	-------------	-------------------

4	1500	H	SERVIÇO DE PINTOR.	20,00	30.000,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
TOTAL MÁXIMO					30.000,00	

LOTE V – SERVIÇO DE ELETRICISTA.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
5	1000	H	SERVIÇO DE ELETRICISTA.	30,00	30.000,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
TOTAL MÁXIMO					30.000,00	

LOTE VI – SERVIÇO DE SERVENTE.

Item	Qtd.	Unid.	Descrição	Preço Unitário	Preço Total	Empresa Vencedora
6	3000	H	SERVIÇO DE SERVENTE-AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.	14,00	42.000,00	CONSTRUTORA WDD LTDA
TOTAL MÁXIMO					42.000,00	

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) serviço(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de serviços correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Serviços conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Serviço;
- c) Descrição do Serviço;
- d) Local de Execução;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após a execução dos serviços/medição dos serviços e apresentação de nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos/serviços, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão da Ata de Registro de Preços, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilha de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independentes da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 A Prefeitura Municipal de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério da Prefeitura Municipal de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 13:00hs às 19:00hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não executar os serviços solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇOS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

- 03.01.04.122.0003.2.003.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (11) – Funcionamento e Manutenção da SACF
- 04.01.12.361.0004.2.004.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 (29) - Funcionamento e Manutenção da SECD – EF
- 04.01.12.365.0004.2.005.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001 (49) – Funcionamento e Manutenção da SECD – EI
- 04.01.27.812.0005.2.014.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (60) – Comissão Municipal de Esportes - CME
- 05.03.08.244.0007.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (69) – Funcionamento e Manutenção do FMAS
- 06.01.15.452.0010.2.029.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (82) – Manutenção e Revitalização de Áreas Urbanas
- 06.01.26.782.0009.2.028.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (92) – Funcionamento e Manutenção da STOSU
- 07.01.20.606.0011.2.030.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 (99) – Funcionamento e Manutenção da SAMA

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 28 de novembro de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PRÉGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS	
PRÉGOEIRA SUBSTITUTA	
CONSTRUTORA WDD LTDA	
EMPRESA VENCEDORA	

TESTEMUNHAS:

1- MAYARA CARLA GUCHERT
EQUIPE DE APOIO

2- LIZANDRO KREUSCH
EQUIPE DE APOIO

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

DECRETO N.º 002/2018

Publicação Nº 1494343

DECRETO Nº 002, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

"DECLARA SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA EM TODO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL AFETADO POR CHUVAS INTENSAS - COBRADE 1.3.2.1.4 CONFORME IN/MI 01/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VITOR NORBERTO ALVES, Prefeito Municipal de Leoberto Leal, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe conferem o inciso VII do art. 66, da Lei Orgânica,

CONSIDERANDO as altas temperaturas registradas neste período do ano, que vêm provocando chuvas de verão ao longo do dia;

CONSIDERANDO as chuvas intensas ocorridas no início do mês de janeiro de 2018, onde foi registrado grande volume de chuvas, em todo território do município, ultrapassando mais de 300mm de chuva em curto espaço de tempo, provocando alagamentos, queda de barreiras, destruição de pontes, destruição de estradas e bueiros, em virtude da força das águas;

CONSIDERANDO que o alto volume de chuvas afetou roças e safras agrícolas, em virtude das inundações, e muitos animais foram carregados pela correnteza, trazendo prejuízos a pecuária no município;

CONSIDERANDO os prejuízos causados aos agricultores, as famílias isoladas em virtude da queda de pontes e o dano causado às estradas municipais e aos acessos públicos;

CONSIDERANDO que como consequência deste desastre, resultaram os danos e prejuízos, Constantes no Formulário de Informações do Desastre, anexo ao presente Decreto;

CONSIDERANDO parecer do Conselho Municipal de Defesa Civil COMPDEC, relatando as ocorrências e sendo favorável à declaração de Situação de Emergência;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência em todo território do município de Leoberto Leal afetado por a chuvas intensas, conforme informações contidas no Formulário de Informações de Desastre - FIDE, em virtude do desastre classificado e codificado como chuvas intensas - COBRADE 1.3.2.1.4, conforme IN/MI nº 01/2012, caracterizada por longo período de chuvas, perfazendo alto índice pluviométrico.

Art. 2º Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob o Conselho Municipal de Defesa Civil COMPDEC, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e a realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação do Conselho Municipal de Defesa Civil COMPDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente a:

I – penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

II – usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

Parágrafo único Será responsabilizado o agente da defesa civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º Com base no inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, podendo ser prorrogado em caso de necessidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a validade conforme publicação no DOM/SC, devendo vigor pelo prazo de 180 dias.

Leoberto Leal, 18 de janeiro de 2018.

VITOR NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal

Lontras

PREFEITURA

EDITAL 04/2018

Publicação Nº 1494002

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2018

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. Entrega dos Envelopes: até às 08 horas e 30 minutos do dia 31/01/2018; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 31/01/2018. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 16 de janeiro de 2018. RUBENS ROBERTO DOS SANTOS. Prefeito em exercício.

RETIFICAÇÃO EDITAL 06/2018

Publicação Nº 1494200

PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO N.º 06/2018

EDITAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO DE PASSAGEIROS (RCO) RESPONSABILIDADE CIVIL ONIBUS / MICROS E VANS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO I. Alteração da descrição do item 1.2 do Edital. Ficam mantidas todas as demais condições do edital, no que não colidirem com as desta Retificação. Maiores Informações e aquisição do documento de retificação sito a Praça Henrique Schroeder, n.º 01, Centro – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor ou através do site www.lontras.sc.gov.br. Lontras, 18 de janeiro de 2018. RUBENS ROBERTO DOS SANTOS. Prefeito em Exercício.

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 019/2017 – IL 004/2017 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - FMS

Publicação Nº 1494266

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017
INEXIGIBILIDADE Nº 004/2017
Credenciamento n. 005/2017/FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 019/2017, nos seguintes termos:

- Modalidade: Inexigibilidade (Credenciamento n. 005/2017/FMS)

- Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de fisioterapia destinados aos pacientes do Município de Luzerna, conforme autorização emitida pela Secretaria de Saúde e Assistência Social de Luzerna/SC, para atendimento da demanda, em atenção ao disposto nas especificações estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* REABILITAR FISIOTERAPIA LTDA ME;

* R & E CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA – ME.

Luzerna (SC), 17 de janeiro de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI
GESTOR DO FMS

EXTRATO DE LICITAÇÃO FRACASSADA - PL 020/2017 – IL 005/2017 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDIATRIA - FMS

Publicação Nº 1494525

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017
INEXIGIBILIDADE Nº 005/2017
Credenciamento n. 006/2017/FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que o certame acima referenciado deflagrou-se fracassado, uma vez que aberto o envelope contendo a documentação para habilitar a licitante no Processo Licitatório, constatou-se a ausência de dois documentos exigidos no Edital, item 4.1.1, "j" e "l".

- Modalidade: Inexigibilidade (Credenciamento nº 006/2017)

- Objeto: O presente Edital tem por objeto o credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços médicos especializados em pediatria, compreendendo consultas para pacientes de até 14 anos de idade, conforme autorização emitida pela Secretaria de Saúde e Assistência Social de Luzerna/SC, para atendimento da demanda.

Luzerna (SC), 17 de janeiro de 2018.

LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI
GESTOR DO FMS

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1494357

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 11.062.129/0001-40

VELOGAS LTDA – MEG GAS

Nota Fiscal nº. 3557 R\$ 3.681,00

Nota Fiscal nº. 3525 R\$ 10.570,00

VALOR TOTAL: R\$ 14.251,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo não pode ser descontinuado devido a sua grande necessidade e demanda, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelo fornecimento de carga de gas (GLP) destinada as Secretarias Municipais, bem como, para a alimentação escolar, da Secretaria Municipal de Educação, não podendo sofrer descontinuidade. Desta forma comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 19 de janeiro de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

Publicação Nº 1494356

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 5º e nos termos dos prejulgados nº. 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a alteração na Ordem Cronológica de Pagamentos, a saber;

PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ: 95.836.771/0001-20

Nota Fiscal nº 11124 R\$ 6.796,50

Nota Fiscal nº 11123 R\$ 400,00

Nota Fiscal nº 11122 R\$ 28.249,80

Nota Fiscal nº 11293 R\$ 1.379,00

Nota Fiscal nº 11294 R\$ 1.379,00

Nota Fiscal nº 11368 R\$ 400,00

Nota Fiscal nº 11367 R\$ 28.249,80

VALOR: R\$ 66.854,10

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista que o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, não podendo sofrer interrompimento devido a falta de pagamento. A empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais: folha de pagamento, tesouraria, trâmite de processos, arrecadação municipal, protocolo, entre outros, que são de fundamental importância para que todas as Secretarias Municipais possam dar continuidade aos serviços prestados. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 19 de janeiro de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 4087

Publicação Nº 1494360

DECRETO Nº. 4087

08 de janeiro de 2018.

DETERMINA O CONTINGENCIAMENTO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE MAFRA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XVII do art. 68 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade de contingenciamento das dotações dos órgãos da administração direta e indireta do Município de Mafra, em conformidade com os arts. 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, e da Lei Municipal nº 4.305, de 01 de dezembro de 2017, que 'Estima a receita e fixa a despesa geral do Município de Mafra para o Exercício Financeiro de 2018',

DECRETA

Art. 1º Os órgãos, os fundos e as entidades do Poder Executivo integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Município poderão empenhar as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Municipal nº. 4.305 de 01 de dezembro de 2017 observados os limites estabelecidos, conforme os quadros abaixo:

QUADRO A - POR FONTE DE RECURSO

Descrição	Fonte	Fixado	Contingenciado	% Cont
Recursos Ordinários	100	R\$ 59.463.670,00	R\$ 27.524.583,83	46,29%
Receitas de Impostos e de Transferências – Educação	101	R\$ 14.000.100,00	R\$ 7.600.000,00	54,29%
Receitas de Impostos e de Transferências – Saúde	102	R\$ 26.575.815,00	R\$ 7.674.481,00	28,88%
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	117	R\$ 5.401.000,00	-	0,00%
Transferências do FUNDEB - 60%	118	R\$ 15.351.320,00	-	0,00%
Transferências do FUNDEB - 40%	119	R\$ 6.948.680,00	-	0,00%
Transferência de Convênios - Educação	122	R\$ 1.350.000,00	-	0,00%
Transferências de Convênios - Saúde	123	R\$ 1.400.000,00	-	0,00%
Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	124	R\$ 3.517.000,00	-	0,00%
Programa de Atenção à Criança - PAC	148	R\$ 3.780.000,00	-	0,00%
Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assistência Social - FNAS	152	R\$ 790.000,00	R\$ 60.000,00	7,59%
Transferências de Convênios Assistência Social	153	R\$ 250.000,00	-	0,00%
Convênio Trânsito - Civil	155	R\$ 100.000,00	-	0,00%
Salário Educação	158	R\$ 2.400.000,00	R\$ 2.400.000,00	100,00%
Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	160	R\$ 650.000,00	-	0,00%
Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	161	R\$ 280.000,00	-	0,00%
Atenção Básica	164	R\$ 8.006.000,00	-	0,00%
Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	165	R\$ 16.712.000,00	4.580.000,00	27,41%
Vigilância em Saúde	166	R\$ 473.000,00	-	0,00%
Assistência Farmacêutica Básica	167	R\$ 725.000,00	-	0,00%
Gestão do SUS	170	R\$ 70.000,00	-	0,00%
Outros Recursos do Fundo Nacional de Saúde	171	R\$ 2.000.000,00	-	0,00%
Fia - Demais Recursos	178	R\$ 265.000,00	R\$ 260.000,00	98,11%
Operações de Crédito Internas - Outros	183	R\$ 17.500.000,00	-	0,00%
Total Geral		R\$ 188.008.585,00	R\$ 50.099.064,83	26,65%

QUADRO B – POR ÓRGÃO ORÇAMENTÁRIO

Descrição	Órgão Orçamentário	Fixado	Contingenciado	% Cont
Gabinete do Prefeito	2000	R\$ 1.108.500,00	R\$ 160.000,00	14,43%
Gabinete do Vice-prefeito	3000	R\$ 241.000,00	R\$ 56.000,00	23,24%
Procuradoria Geral	4000	R\$ 2.690.000,00	R\$ 2.142.713,83	79,65%
Ouvidoria Geral do Município	5000	R\$ 468.500,00	R\$ 283.500,00	60,51%
Secretaria de Administração	8000	R\$ 5.470.000,00	R\$ 2.796.150,00	51,12%
Secretaria da Fazenda e Planejamento	9000	R\$ 19.134.260,00	R\$ 5.924.460,00	30,96%
Secretaria Municipal de Obras	11000	R\$ 12.805.000,00	R\$ 4.574.700,00	35,73%
Secretaria Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente	13000	R\$ 26.184.000,00	R\$ 3.077.350,00	11,75%
Fundo Municipal de Assistência Social	14000	R\$ 5.325.100,00	R\$ 1.848.900,00	34,72%
Fundo da Criança e Adolescência -FIA	15000	R\$ 320.000,00	R\$ 315.000,00	98,44%
Fundo Municipal de Saúde	16000	R\$ 57.494.025,00	R\$ 13.552.591,00	23,57%
Fundo Municipal de Educação	17000	R\$ 47.865.200,00	R\$ 12.295.000,00	25,69%
Fundo Municipal de Saneamento Básico	20000	R\$ 3.500.000,00	-	0,00%
Secretaria Municipal de Agricultura	21000	R\$ 1.306.000,00	R\$ 542.500,00	41,54%
Fundo Municipal Reequip. De Bombeiro – FUNREBOM	22000	R\$ 950.000,00	R\$ 950.000,00	100,00%
Fundo Municipal da Polícia Civil – FUMPOC	23000	R\$ 293.000,00	R\$ 193.000,00	65,87%
Reserva de Contingência	25000	R\$ 350.000,00	-	0,00%
Secretaria Municipal de Governo, Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cidadania	26000	R\$ 2.330.000,00	R\$ 1.213.200,00	52,07%
Polícia Militar de Mafra - Convênio Rádio Patrulha	28000	R\$ 174.000,00	R\$ 174.000,00	100,00%
Total Geral		R\$ 188.008.585,00	R\$ 50.099.064,83	26,65%

Art. 2º Caso a receita possa suportar novas despesas, ainda que parciais, a recomposição das dotações dar-se-á de forma proporcional às

reduções efetivadas, nas respectivas fontes de recursos por ato próprio do Secretário da Fazenda e Planejamento.

Art. 3º Os comprometimentos de recursos provenientes das fontes vinculadas ficam limitados ao ingresso desses nos cofres públicos, tanto da Administração Direta como Indireta.

Art. 4º A análise das necessidades de descontingenciar será inteiramente de responsabilidade dos gestores de cada Unidade/Órgão e o pedido de descontingenciamento deverá ser realizado com no mínimo dez (10) dias de antecedência.

Art. 5º A análise dos pedidos de descontingenciamento das dotações orçamentárias será realizada pela Secretaria da Fazenda e Planejamento, depois de obedecidos os procedimentos internos.

Parágrafo único. Os procedimentos internos serão definidos pela Secretaria da Fazenda e Planejamento sendo considerado o fluxograma e formulário(s) específico(s).

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Prefeitura do Município de Mafra, em 08 de janeiro de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 4091

Publicação Nº 1494361

DECRETO Nº. 4.091

DE 18 DE ABRIL DE 2018

DISPÕE SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO EXERCÍCIO DE 2018, ESTABELECE AÇÕES DE CONTINGENCIAMENTO DE GASTOS COM HORAS EXTRAS, INDENIZAÇÃO DE LICENÇA PRÊMIO E ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS.

CONSIDERANDO que as ações de contingenciamento adotadas com a edição do Decreto Municipal nº 4087, de 08 de janeiro de 2018, não são suficientes para acompanhar as projeções econômicas e financeiras do cenário restritivo nacional,

CONSIDERANDO a redução na arrecadação tributária em todas as esferas do Governo;

CONSIDERANDO o atual índice de comprometimento com a folha de pagamento do Município e a necessidade de estabelecer metas, procedimentos e rotinas no combate ao desperdício, na otimização dos gastos e no enfrentamento de cenários adversos no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a legislação vigente, em especial as normas de contabilidade pública existentes na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e na Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000;

O Prefeito do Município de Mafra, WELLINGTON ROBERTO BIELECKI, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XVII do art. 68 da Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art.1º. Fica instituído, na forma deste Decreto, o contingenciamento orçamentário e financeiro da Administração Pública Direta do Município de Mafra visando assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art.2º. Caberá à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento a gestão das normas e procedimentos deste Decreto, com o auxílio dos órgãos de Controladoria do Município e da Procuradoria-Geral do Município, sendo obrigatória, por parte de todos os órgãos da Administração Municipal de Mafra, a observância e o cumprimento das seguintes medidas:

§1º. Ficam suspensas a realização e o pagamento decorrentes de:

I - férias indenizadas, licença prêmio, promoções, progressões, reenquadramentos ou qualquer outra vantagem funcional, exceto os decorrentes de decisão judicial;

II - horas extraordinárias ou suplementares sem a expressa e prévia autorização do Prefeito Municipal, o que deverá ser solicitado de forma justificada pelo Secretário Municipal interessado com no mínimo 03 (três) dias de antecedência;

III - contratação de novos servidores de caráter efetivo e/ou comissionado, empregados públicos ou estagiários, exceto com a prévia autorização do Comitê de Gestão Governamental do Município de Mafra, mediante ato justificado e que, preferencialmente, não implique aumento de despesa e observado o disposto no artigo 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

IV - realização de cursos, seminários ou capacitações que importem aumento de despesa;

V - realização ou pagamento de diárias e/ou ressarcimento de despesas sem a prévia autorização do Comitê de Gestão Governamental do Município de Mafra, mediante pedido do Secretário Municipal interessado ante a apresentação de justificativa;

§ 2º Ficam condicionados à comprovação de disponibilidade orçamentária e financeira, bem como à prévia autorização do Comitê de Gestão

Governamental do Município de Mafra os atos de:

I - abertura, adjudicação e homologação de qualquer certame licitatório, inclusive para fins de credenciamento e registro de preços, bem como nos casos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

II - assinatura de ata de registro de preços ou contratos e a emissão de autorizações de fornecimento e ordens de serviços.

Art. 3º. A Diretoria de Recursos Humanos fica proibida de computar, para efeitos de pagamento ao servidor, as horas extraordinárias e suplementares anotadas nos controles de frequência, quando estas não tiverem sido devidamente autorizadas, nos termos deste Decreto, sob pena de responsabilidade.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Mafra, 18 de janeiro de 2018.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

JEISON MAIKEL KWITSCHAL

Procurador Geral do Município

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 004/2018

Publicação Nº 1494387

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - Nº 004/2018

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando PREGÃO PRESENCIAL para Contratação de empresas especializadas em realizar serviços de transporte escolar destinados aos alunos do ensino fundamental do Município de Mafra/SC referente ao ano letivo de 2018 através da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 01/02/2018, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situado na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3642-4009.

Mafra (SC), 18 de janeiro de 2018.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 152/2017

Publicação Nº 1494336

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 152/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 152/2017

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: AUTO POSTO GRUBER LTDA

CNPJ nº 16.862.382/0001-00

Objeto: Aquisição de combustíveis para a frota de veículos do Corpo de Bombeiros Militar de Mafra.

Modalidade Processo Licitatório n.º 242/2017. Pregão Presencial – RP Nº 067/2017.

Data Assinatura do termo aditivo: 24 de novembro de 2017.

Valor do Termo Aditivo:

Item	Descrição	Valor Unit. R\$	Valor Unit. atual com Reequilíbrio Econômico Financeiro R\$
1	67291 - Óleo Diesel S-10 Dibrape	R\$ 3,111	R\$ 3,291
2	67292 - Gasolina Comum Dibrape	R\$ 3,774	R\$ 3,994

Foro: Comarca de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

LC59/2018

Publicação Nº 1494089

LEI COMPLEMENTAR Nº 59 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.
INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL - REFIS MUNICIPAL 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Ademir Antenor de Oliveira, Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO de Maracajá, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal 2018 – Refis Municipal 2018 – no município de Maracajá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Programa de Recuperação Fiscal 2018 – Refis Municipal 2018 – destina-se a promover o recebimento de créditos de qualquer natureza da Fazenda Pública Municipal, com vencimentos até 31 de dezembro de 2017, constituídos ou não, inscritos ou não em Dívida Ativa, com exigibilidade suspensa ou não, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada.

§ 1º Estão excluídos da presente Lei Complementar as despesas decorrentes de processos de execução fiscal e seus respectivos embargos, se houver.

§ 2º Os benefícios de que trata o presente artigo também serão extensivos aos contribuintes com parcelamentos pendentes, não integralmente quitados.

§ 3º Aos devedores que aderirem ao Programa Refis 2018 será concedida a redução dos juros de mora e multa, na forma prevista no artigo 7º desta Lei Complementar, mantidos os valores do principal corrigidos.

Art. 3º O prazo para adesão ao programa aqui instituído se iniciará a partir do primeiro dia útil de vigência desta Lei Complementar, encerrando-se em 14 de maio de 2018, observando-se o disposto no artigo 7º.

Parágrafo único - O prazo tratado no caput poderá ser prorrogado por até 90 (noventa) dias, mediante expedição de Decreto do Chefe do Poder Executivo, em consonância com o interesse público e a conveniência administrativa.

Art. 4º Poderão pleitear a adesão ao programa ora instituído as pessoas responsáveis pela respectiva obrigação assim definida na legislação vigente.

§ 1º A opção pelo Refis Municipal 2018 poderá ser formalizada até a data mencionada no artigo 3º, mediante requerimento de parcelamento no qual a pessoa física ou jurídica deverá indicar pormenorizadamente quais débitos deverão ser nele incluídos.

§ 2º O requerimento de que trata o parágrafo anterior deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - Pessoa Física:

- a) CPF;
- b) RG;
- c) comprovante de residência (água,luz ou telefone);
- d) procuração pública (se for o caso);

II - Pessoa Jurídica:

- a) contrato social;
- b) CNPJ; e
- c) RG, CPF e comprovante de residência do sócio responsável;
- d) procuração pública(se for o caso);

III - Termo de Confissão de Dívida Ativa;

IV - declaração de desistência, nos termos do inciso II do artigo 6º desta Lei Complementar;

V - cópia de pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, sobre o valor original do crédito devidamente atualizado, para os casos ajuizados.

Art. 5º Para o pagamento à vista, o contribuinte poderá optar pela inclusão individual de cada lançamento que compõe a dívida, exceto os débitos ajuizados e/ou executados, que deverão ser consolidados em sua totalidade.

Parágrafo único - Os débitos assim definidos na forma do caput deste artigo serão consolidados na data do termo de adesão e acrescidos dos encargos legais em conformidade com o Código Tributário Municipal.

Art. 6º A opção pelo Refis Municipal 2018 fica obrigatoriamente condicionada:

I - à assinatura do Termo de Acordo entre as partes, contendo as disposições legais necessárias;

II - ao encerramento comprovado de feitos ajuizados contra o Município, por desistência expressa e irrevogável, com renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução de mérito, nos termos do inciso V do caput do artigo 269 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil –, suportando o contribuinte as custas judiciais, despesas processuais e honorários de sucumbência;

III - ao pagamento pelo contribuinte das custas, despesas processuais e honorários para os débitos em cobrança judicial;

IV - à desistência de todos os recursos, inclusive dos embargos já processados na execução fiscal.

Art. 7º O Programa de Recuperação Fiscal 2018 – Refis Municipal 2018 – será concedido, podendo ser parcelado em até 24 (vinte e quatro) meses, nas seguintes formas:

I - para adesão, mediante pagamento total do débito à vista, até a data limite estabelecida no artigo 3º, com dispensa de 100% (cem por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

II - para os requerimentos de adesão protocolados até a data limite estabelecida no artigo 3º:

- a) pagamento em até 3 (três) parcela com dispensa de 90% (noventa por cento) do valor da multa e dos juros de mora;
- b) pagamento em até 6 (seis) parcelas com dispensa de 80% (oitenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora;
- c) pagamento em até 12 (doze) parcelas com dispensa de 70%

(setenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora;
d) pagamento acima de 12 (doze) parcelas com dispensa de 60% (sessenta por cento) do valor da multa e dos juros de mora;

§ 1º O não pagamento de 3 (três) parcelas consecutivas, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais, implicará a rescisão do parcelamento e prosseguimento da cobrança;

§ 2º As parcelas terão atualização monetária, anualmente, de acordo com o índice INPC-IBGE;

§ 3º Nenhuma parcela poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais);

§ 4º A primeira parcela do acordo firmado deverá ser paga no ato do parcelamento através de guia de recolhimento (Documento de Arrecadação Municipal - DAM) emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 8º O pagamento de cada parcela deverá ser realizado através de guia de recolhimento emitido no Departamento de Tributos do Município.

Art. 9º O pagamento previsto nesta Lei Complementar terão vigência temporária, valendo exclusivamente para os efeitos do Refis Municipal 2018.

Art. 10. Serão excluídos do Refis Municipal 2018 os casos de:

I - inobservância de quaisquer das exigências estabelecidas nesta Lei Complementar.

Parágrafo único - A exclusão do Refis Municipal 2018 acarretará a imediata exigibilidade da totalidade do débito, aplicando-se sobre o montante devido todos os acréscimos legais previstos no Código Tributário Municipal.

Art. 11. O cancelamento do acordo firmado dar-se-á independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, ficando o inadimplente excluído do programa.

Art. 12. A adesão ao Refis Municipal 2018 não impede que a exatidão dos valores denunciados de forma espontânea pelo devedor, do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), seja conferida posteriormente pelo Fisco Municipal, para efeito de lançamento suplementar.

Parágrafo único - Apurado pelo Fisco Municipal inexistência do valor denunciado espontaneamente pelo devedor, poderá ser o respectivo montante incluído no Refis Municipal 2018, desde que cumpridos pelo contribuinte os requisitos e as exigências desta Lei Complementar.

Art. 13. A opção pelo Refis Municipal 2018 sujeita o contribuinte à aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar e constitui confissão irrevogável e irretratável da dívida, hábil a interromper o prazo prescricional, nos termos do artigo 174, parágrafo único, inciso IV, do Código Tributário Nacional (CTN).

Art. 14. A instituição do Refis Municipal 2018 pela presente Lei Complementar não impede o ajuizamento de execuções fiscais pelo Município no período de sua vigência.

Art. 15. Ao Município fica autorizado o protesto extrajudicial das Certidões de Dívida Ativa, representativas de créditos tributários ou não, desde que os contribuintes ou devedores estejam devidamente identificados.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução desta Lei

Complementar, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária Vigente.

Art. 17. O Poder Executivo a contar da publicação desta Lei Complementar, fica autorizado a expedir normas e atos complementares necessários para a sua regulamentação, inclusive a aprovação de formulários, ampliação de horário de atendimento e designação de servidores para tal.

Art. 18. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação e produzirá seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 17 de Janeiro de 2018.

Ademir Antenor de Oliveira
Prefeito Municipal - EM EXERCÍCIO

Registrada e Publicada a Presente Lei Complementar na Secretaria Municipal de Administração em 17 de Janeiro de 2018.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2018

Publicação Nº 1493873

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2018

OBJETIVO: Registro de Preços para aquisição parcelada de material escolar de distribuição gratuita para os alunos da Rede Municipal de Ensino (Escolas e CEI) e Departamento de Educação e Cultura, material de expediente para Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria de Meio Ambiente e Turismo, Fundo Municipal de Saúde, Convênio Radio Patrulha, Conselho Tutelar e Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Maracajá, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas neste edital e seus anexos.

DATA DE ENTREGA: até 05 de fevereiro de 2018 às 13h15min.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de fevereiro de 2018 às 13h30min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: www.maracaja.sc.gov.br

Maracajá, 18 de janeiro de 2018.

ADEMIR ANTENOR DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 036/2018

Publicação Nº 1494130

DECRETO N. 036, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

SUSPENDE PROCESSO LICITATÓRIO N. 179/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito em Exercício do Município de Maravilha – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 77, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de análise técnica em relação aos apontamentos consignados nas razões e contrarrazões de recurso apresentadas.

DECRETA:

Art. 1º Ficam suspensos pelo prazo de 20 dias os atos processuais do Processo Licitatório n. 179/2017, na Modalidade de Pregão Presencial n. 083/2017, o qual tinha como objeto a aquisição de contentores para acondicionamento e coleta de resíduos sólidos, para as Secretarias Municipais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 16 de janeiro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito e.e. do Município de Maravilha

Registrado e Publicado na data supra.

CLEITON BORGARO

Secretário Planej., Adm. e Fazenda

Decreto nº 037/2018

Publicação Nº 1493800

DECRETO Nº 037, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Altera dispositivo do Decreto nº 637, de 30 de outubro de 2017 e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto alterado o art. 5º do Decreto nº 637, de 30 de outubro de 2017, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º Caberá ao Poder Público Municipal a área de “Sessenta mil, cento e vinte e oito metros e sessenta e sete centímetros quadrados” (60.128,67 m²), correspondente a 44,93510% da área loteada, que passarão ao domínio do Município, por ocasião do registro do Loteamento, sendo:

Áreas destinadas ao Poder Público Municipal:

ÁREAS	TOTAIS / m²	TOTAIS %
-------	-------------	----------

Área das vias de circulação	28.731,87	21,47178
Área Verde	20.312,71	15,18001
-P/ Lote Urbano nº 2, Quadra nº 5	412,84	
-Lote Urbano nº 8, Quadra nº 10	3.137,42	
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 12	16.762,45	
Área Institucional (Equipamento Público)	3.153,80	2,35688
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 3		
Praça	2.156,79	1,61180
-Lote Urbano nº 1, Quadra nº 5	1.625,38	
-Lote Urbano nº 3, Quadra nº 5	531,41	
Totais	60.128,67	44,93510%
Percentual Total da Área Loteada =		
44,93510%		

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de janeiro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 038/2018

Publicação Nº 1494718

DECRETO Nº 038, DE 19 DE JANEIRO DE 2018

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017, homologado pelo Decreto nº 708, de 18 de dezembro de 2017,

Art. 6º, inciso I, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, que prevê como requisitos para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital de processo seletivo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluída do Processo Seletivo Edital nº 001/2017, a candidata INDIANARA CAMARGO DE OLIVEIRA, brasileira, cargo de Agente Comunitário de Saúde, por não residir na área da comunidade que deveria atuar.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 19 de janeiro de 2018.

SANDRO DONATI

Prefeito Municipal em Exercício

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 008/2018

Publicação Nº 1493876

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA
Processo Licitatório n. 008/2018 – Modalidade de Pregão Presencial n. 006/2018

A Senhora Secretária de Saúde de Maravilha, SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com o pregoeiro e equipe de apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, Sistema de Registro de Preço – SRP, aquisição de materiais odontológicos, conforme a necessidade, para o Município de Maravilha, SC, tipo menor preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93 e LC 123/2006, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até as 13h30 do dia 01 de fevereiro de 2018, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Maravilha - SC, 18 de janeiro de 2018. MIRIANE SARTORI – Secretária de Saúde Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N. 05/2018

Publicação Nº 1494334

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 06/2018 - Pregão Presencial n. 05/2018 - Registro de Preço, para eventual e futura Contratação de serviços de transporte escolar da rede municipal de ensino. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 01/02/2018, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 01/02/2018 às 08h30min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 18 de janeiro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N. 06/2018

Publicação Nº 1494337

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 07/2018 - Pregão Presencial n. 06/2018 - Registro de Preço, para eventual e futura aquisição de pneus novos. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 01/02/2018, às 13h30min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 01/02/2018 às 13h30min. Maiores informações ou a cópia da integral do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site www.marema.sc.gov.br

Marema, 18 de janeiro de 2018.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Massaranduba

PREFEITURA

ATA 01.2018 - LEITES ESPECIAIS (DIETAS)

Publicação Nº 1494184

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017

VALIDADE: DE 17/01/2018 A 17/01/2019

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, através da PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2.051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os valores oferecidos referentes à REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS (LEITES ESPECIAIS) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLÓGICOS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL, tendo sido os valores oferecidos pelas licitantes cujas propostas foram classificadas:

PARTICIPANTES PRESENTES	CNPJ/CPF
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI, neste ato representado por LAFFIM MANOEL TEMOTEIO	09.944.371/0001-04
MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA, neste ato representado por RAFAELA DE OLIVEIRA ANTONIO	05.912.018/0001-83
NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, neste ato representado por GABRIELA SARETTO	03.612.312/0004-97
BRUTHAN COMERCIAL LTDA, neste ato representado por EDU MANSUR GODINHO	02.625.813/0001-00
LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, neste ato representado por NAYARA LAYS DALPIAZ	26.554.718/0001-13
NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME, neste ato representado por MARCO AURELIO MILLNITZ	20.978.588/0001-60

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE DIETAS ESPECIAIS (LEITES ESPECIAIS) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES ONCOLÓGICOS E CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS COM PRESCRIÇÃO NUTRICIONAL, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 172421 - MERCO SOLUCOES EM SAUDE LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	ALIMENTO NUTRICIONALMENTE COMPLETO PARA NUTRIÇÃO ORAL OU ENTERAL. NUTRICIONALMENTE COMPLETA, NORMOCALORICO1 (NA DILUIÇÃO PADRÃO). DILUIÇÃO INSTANTÂNEA ATÉ 1,5 KCAL/ML. NÃO CONTÉM GLÚTEN. LATA DE ATÉ 800 G. MARCAS PRÉ APROVADA: TROPHIC BASIC E NUTREN 1.0.	LATA	NUTREN	360	R\$ 38,00	R\$ 13.680,00
3	SUPLEMENTO HIPERCALÓRICO EM PÓ, RICO EM VITAMINAS E MINERAIS, ENRIQUECIDO COM MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTOS DE LACTOSE E GLÚTEN. SABORES NEUTRO E BAUNILHA. APRESENTAÇÃO: LATA DE 325 A 450 GRAMAS. MARCA PRÉ APROVADA: NUTRIDRINK E NUTREN SENIOR.	LATA	NUTREN SENIOR / NESTLÉ	220	R\$ 41,50	R\$ 9.130,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 22.810,00						
FORNECEDOR: 146692 - SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL

6	FÓRMULA INFANTIL ANTIREGURGITAÇÃO COM AGENTE ESPESSANTE AMIDO PRÉ GELATINADO, QUE PROPORCIONA MAIOR VISCOSIDADE, NÃO ALTERANDO A DISTRIBUIÇÃO CALÓRICA. PESO DE 400 GRAMAS POR LATA. MARCA PRÉ-APROVADA: APTAMIL AR E NAN AR.	LATA	NESTLE	50	R\$ 17,00	R\$ 850,00
7	FÓRMULA INFANTIL 1º SEMESTRE. FÓRMULA INFANTIL À BASE DE PROTEÍNA LÁCTEA, EM PÓ, ENRIQUECIDA COM FERRO E PREBIÓTICOS OU PROBIÓTICOS, INDICADA PARA LACTENTES DESDE O NASCIMENTO ATÉ 06 MESES DE VIDA, QUE ATENDA TODAS AS RECOMENDAÇÕES DO CODEX ALIMENTARIUS FAO/OMS. EMBALAGEM DE 400 GRAMAS. MARCA PRE APROVADA: APTAMIL 1 E NAN 1.	LATA	NESTLE	50	R\$ 13,00	R\$ 650,00
9	FÓRMULA INFANTIL 2º SEMESTRE. FÓRMULA INFANTIL DE SEQUENCIA, COM PROTEÍNAS MODIFICADAS EM SUA RELAÇÃO CASEÍNA/PROTEÍNAS SOLÚVEIS PELA ADIÇÃO DE SORO DE LEITE; ADICIONADO DE ÓLEO VEGETAL, MALTOSE-DEXTRINA, ENRIQUECIDA COM VITAMINAS, MINERAIS, FERRO E OUTROS OLIGOELEMENTOS. EMBALAGEM DE 400 GRAMAS. MARCA PRE APROVADA: APTAMIL 2 E NAN 2.	LATA	NESTLE	100	R\$ 13,00	R\$ 1.300,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 2.800,00

FORNECEDOR: 269808 - LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
2	DIETA POLIMÉRICA SINTÉTICA EM PÓ ISENTA DE LACTOSE E GLÚTEN, PARA USO ORAL OU ENTERAL PARA ATENDIMENTO DE CRIANÇAS DE 01 A 10 ANOS: CONTENDO COMO FONTE PROTEICA (CASEINATO DE CÁLCIO 100% OU DE 16 A 100% DO SORO DO LEITE), SABOR BAUNILHA. APRESENTAÇÃO EM LATA DE 370 A 450 GRAMAS. MARCAS PRÉ APROVADAS: NUTREN JUNIOR, FORTINI E ENFAGROW.	LATA	PEDIASURE - ABBOTT	220	R\$ 32,00	R\$ 7.040,00
10	ALIMENTO PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, FORMULADO PARA AUXÍLIO NO CONTROLE GLICÊMICO, NORMO-CALÓRICO. DENSIDADE CALÓRICA: 1,0KCAL/ML. SEM GLÚTEN. EMBALAGEM LATA DE ATÉ 400 GRAMAS. MARCAS PRÉ APROVADAS: NOVASOURSE GC.	LATA	GLUCERNA - ABBOTT	150	R\$ 47,50	R\$ 7.125,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 14.165,00

FORNECEDOR: 269867 - NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
4	MÓDULO DE FIBRAS INDICADO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL OU ORAL, COM FIBRAS SOLÚVEIS 45% A 100%. INULINA E GOMA AGUAR. ISENTO DE SABOR E COM BOA SOLUBILIDADE. EMBALAGEM DE 400 GRAMAS. MARCA PRÉ-APROVADA: ENTERFIBER E STIMULANCE MULTIFIBER.	LATA	ENTERFIBER	30	R\$ 89,00	R\$ 2.670,00
12	MODULO DE L- GLUTAMINA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL. EMBALAGEM COM 20 SACHÊS DE 5 GRAMAS. MARCAS PRÉ -APROVADAS RESOURCE GLUTAMINA E GLUTAMAX.	CAIXA	GLUTAMAX	30	R\$ 44,50	R\$ 1.335,00
13	MÓDULO DE PROTEÍNA DE ALTO VALOR BIOLÓGICO PROTEÍNA 100% FONTE: PROTEÍNA DO SORO DO LEITE. ISENTO DE GLÚTEN. SEM SABOR. LATA COM ATÉ 400 G. MARCAS PRÉ-APROVADAS: FREISUBIN PROTEIN, POWDER, NUTRI PROTEIN E RESOURCE PROTEIN.	LATA	WHEY PROTEIN ISOLATE	75	R\$ 68,00	R\$ 5.100,00

TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 9.105,00

FORNECEDOR: 186295 - NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
------	---------	------	-------	------	-----------	-----------

5	SUPLEMENTO HIPERPROTÉICO ACRESCIDO DE ARGININA, ZINCO, SELÊNIO, VIT C, A E E. TERAPIA NUTRICIONAL DESENHADA ESPECIFICAMENTE PARA A CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS POR PRESSÃO E OUTRAS SITUAÇÕES QUE EXIJAM ESTÍMULO DA CICATRIZAÇÃO. ALÉM DA PRESENÇA DO EXCLUSIVO MIX DE CAROTENÓIDES. ISENTA DE GLÚTEN. SABORES: MORANGO,BAUNILHA E CHOCOLATE. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM PLÁSTICA DE 200ML. MARCA PRE APROVADA: CUBITAN.	EMBAL.	CUBITAN	360	R\$ 22,50	R\$ 8.100,00
8	FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES E CRIANÇAS HIPOALERGÊNICAS, ISENTA DE PREBIÓTICOS A BASE DE PROTEÍNA DO SORO DO LEITE PARCIALMENTE HIDROLISA COM DHA E ARA. FONTE DE CARBOIDRATO 100% LACTOSE. LATA DE 400G. MARCAS PRÉ APROVADAS: PREGOMIN PEPTI E ALTHERA.	LATA	PREGOMIN PEPTI	50	R\$ 102,00	R\$ 5.100,00
11	TERAPIA NUTRICIONAL ORAL ESPECÍFICA PARA SUPLEMENTAÇÃO, PRONTA PARA BEBER, HIPERPROTEICA E HIPERCALÓRICA. ACRESCIDO COM MIX DE FIBRAS E MIX DE CAROTENÓIDES. EMBALAGEM DE 125 ML. DIVERSOS SABORES. MARCAS PRÉ APROVADAS: FORTECARE.	EMBAL.	FORTICARE - DA-NONE	100	R\$ 27,00	R\$ 2.700,00
14	FORMULA INFANTIL ESPECIAL PARA LACTANTES E SEGUIMENTO PARA LACTANTES E/OU CRIANÇAS DE PRIMEIRA INFANCIA COM ALERGIA A PROTEÍNA DO LEITE DE VACA, SOJA, A MULTIPLUS ALIMENTOS E A HIDROLISADOS PROTEICOS. A BASE DE 100% AMINOACIDOS LIVRES NÃO ALERGENICOS, NUTRICIONALMENTE COMPLETA, EM PÓ. APRESENTAÇÃO EMBALAGEM DE 400 GRAMAS. MARCAS PRÉ-APROVADAS: NEOCATE LCP	LATA	NEOCATE LCP	50	R\$ 129,00	R\$ 6.450,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 22.350,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 71.230,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 71.230,00 (SETENTA E UM MIL E DUZENTOS E TRINTA REAIS).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante o prazo de validade desta ata de registro de preços, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) não será obrigado a contratar o objeto referido na cláusula primeira exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à licitante detentora, ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Esta ata de registro de preços será utilizada pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC). O valor ofertado pela licitante signatária desta ata é o relacionado na cláusula primeira, de acordo com a respectiva classificação no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2017.

3.2. Em cada fornecimento decorrente desta ata, serão observadas as cláusulas e condições constantes do edital do processo supracitado, que integram o presente instrumento de compromisso.

3.3. Fica ressalvado ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total desta ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS NOTAS DE EMPENHO

4.1. O fornecimento do objeto desta ata será autorizado pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), que é o órgão gerenciador da mesma e também pela unidade financeira competente para os pagamentos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Os itens deste procedimento licitatório deverão ser entregues pela licitante vencedora na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

5.1.1. As entregas serão parceladas, conforme a necessidade, em quantidades estabelecidas pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) através de solicitação/ordem de compra.

5.2. As notas fiscais deverão ser emitidas de acordo com as ordens de compra e enviadas eletronicamente para contabilidade@massaranduba.

sc.gov.br.

5.3. Todos os itens entregues devem constar na embalagem a data de fabricação, prazo de validade e número do lote, quando for o caso. Considerando-se os prazos de validade, as datas de fabricação não deverão ultrapassar o prazo abaixo na data da entrega:

PRAZO DE VALIDADE	PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA APÓS FABRICAÇÃO
06 (seis) meses	30 (trinta) dias
18 (dezoito) meses	45 (quarenta e cinco) dias
24 (vinte e quatro) meses	60 (sessenta) dias
36 (trinta e seis) meses	90 (noventa) dias

5.4. A não entrega do objeto solicitado acarretará em notificação e penalidades previstas.

5.5. A embalagem deverá ser original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo e identificadas.

5.6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

5.6.1. Caso o objeto não atenda as especificações estipuladas neste processo licitatório, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante, comunicando e justificando as razões de recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

5.6.2. Decorrido o prazo estipulado no item acima sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas neste edital e as da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma: nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 08 (oito) do mês subsequente; nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente. Para a efetivação do pagamento, o objeto deverá ser aceito juntamente com a documentação fiscal.

6.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

6.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pelo Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais ao Fundo supracitado.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

7.1. O objeto licitado poderá sofrer reajuste depois de expirado o prazo de 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidas às prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração.

7.2. Se no decorrer dos fornecimentos oriundos da ata de registro de preços, ficar comprovado que os preços registrados são incompatíveis com os fixados por órgãos oficiais ou com os praticados no mercado, a Administração reserva-se o direito de aplicar o disposto no art. 24, inciso VII da Lei Federal 8.666/93, efetuando a compra direta por valor não superior ao constante na ata. Tal comprovação será feita através de cotações de mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE

8.1. A licitante obriga-se a efetuar as entregas de forma a cumprir integralmente o objeto desta ata de registro de preços, além das demais obrigações:

8.1.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre o pessoal e o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC).

8.1.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização do Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) em seu acompanhamento.

8.1.3. Comunicar ao Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

8.1.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

8.1.5. Aceitar acréscimos ou supressões que o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

8.1.6. Manter vigente durante a ata os documentos que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação da documentação.

8.1.7. Realizar a entrega na Secretaria Municipal de Saúde, situada na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, no prazo máximo de 10 (DEZ) DIAS CONSECUTIVOS após a solicitação/emissão da ordem de compra.

8.1.7.1. Cumprir rigorosamente as exigências do subitem 5.3 desta ata.

8.1.8. Serão RECUSADOS os itens que sejam imprestáveis ou que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

8.1.8.1. Caso os itens não atendam às especificações constantes desta ata, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

8.1.8.1.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, o Fundo Municipal de Saúde de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as na Lei Federal 8.666/93.

8.1.9. Aceitar as condições de pagamento aqui previstas, sendo que o valor constante na ata de registro de preços será a única remuneração devida à licitante vencedora.

8.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste processo licitatório.

8.1.11. Assumir inteira responsabilidade pela entrega e pelo seguro dos itens até o local.

CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC)

9.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar no todo ou em parte esta licitação.

9.2. Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado nesta ata.

9.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que esta possa desempenhar normalmente seu serviço.

9.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

9.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares, quando for o caso.

9.6. A fiscalização exercerá rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades, quando não atendidas às disposições previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. A recusa da licitante com proposta classificada e indicada para registro dos respectivos preços ensejará a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 e alterações e no Decreto Municipal 2.051/2010, a critério da Administração Municipal.

10.2. As licitantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta e não assinarem a ata de registro de preços, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, resguardados os procedimentos legais, as seguintes sanções, a critério da Administração, isolada ou cumulativamente, sem prejuízo dos danos causados à Administração Municipal:

10.2.1. Impedimento para registro na ata, se concluída a fase licitatória.

10.2.2. Cancelamento do registro na ata.

10.2.3. Advertência e anotação restritiva no cadastro de fornecedores.

10.2.4. Multa de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

10.2.5. Suspensão temporária do direito de licitar ou de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 02 (dois) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a Autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

10.3. A aplicação das penalidades ocorrerá depois de defesa prévia da licitante, no prazo estabelecido na Lei Federal 8.666/93 a contar da intimação do ato.

10.4. Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso do atendimento, advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

10.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações, sem justificativa aceita, resguardados os procedimentos legais, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, nas seguintes sanções:

10.5.1. Advertência.

10.5.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total, em caso de recusa da 1º (primeira) colocada de cada item em assinar a ata de registro de preços.

10.5.3. Multa de 10% (dez por cento) por dia de inadimplência, até o 30º (trigésimo) dia de fornecimento incompleto ou em atraso, incidentes sobre o valor estimado mensal da contratação, além do desconto do valor correspondente não realizado pela detentora da ata.

10.6. Suspensão temporária do direito de participar de licitação e de fornecer à Administração Pública, por prazo de até 02 (dois) anos.

10.7. Em qualquer hipótese de aplicação de penalidades será assegurada a licitante o contraditório e ampla defesa.

10.8. A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas em lei, inclusive responsabilização da licitante por eventuais perdas e danos causados à Administração.

10.9. As importâncias relativas a multas serão descontadas dos pagamentos a serem efetuados à detentora, podendo, entretanto, processar-se judicialmente.

10.10. As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções cabíveis, sejam estas administrativas ou penais, previstas na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A ata de registro de preços poderá ser cancelada, de pleno direito:

11.1.1. Pela Administração Municipal, quando:

11.1.2. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata de registro de preços.

11.1.3. A detentora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa.

11.1.4. A detentora der causa a rescisão administrativa.

11.1.5. Em qualquer das hipóteses de recusa na entrega dos itens da ata.

11.1.6. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado.

11.1.7. Por razões de interesse público devidamente justificados pela Administração.

11.1.8. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado após 01 (um) dia da publicação.

11.2. Pelas detentoras, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências desta ata de registro de preços.

11.3. A solicitação das detentoras para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, cabendo a Administração a aplicação das penalidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 73/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2017 e as propostas das licitantes classificadas no certame supranumerado.

12.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC) para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

12.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações bem como as demais normas aplicáveis.

12.4. A execução da presente ata de registro de preços será acompanhada e fiscalizada pela Sra. Priscila Corbani Bruno Maria Ribeiro, servidora pública municipal, que exercerá rigoroso controle em relação ao presente certame, anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Massaranduba – SC,	17	de	Janeiro	de	2018
--------------------	----	----	---------	----	------

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI

CONTRATANTE

SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI
--

LAFFIM MANOEL TEMOTEO

CONTRATADA

MERCOSOLUCOES EM SAUDE LTDA

RAFAELA DE OLIVEIRA ANTONIO

CONTRATADA

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

GABRIELA SARETTO

CONTRATADA

LFP COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE

NAYARA LAYS DALPIAZ

CONTRATADA

NUTRIMIL COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME

MARCO AURELIO MILLNITZ

CONTRATADA

CO 01.2018 - SOCIEDADE MEDICA SÃO JOAQUIM LTDA - ME

Publicação Nº 1494167

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 01/2018

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: SOCIEDADE MEDICA SÃO JOAQUIM LTDA - ME
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.

VIGÊNCIA: 16 DE JANEIRO DE 2018 À 16 DE JANEIRO DE 2017

MASSARANDUBA, 16 DE JANEIRO DE 2018.

SUZANE E.F.REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL**ERRATA - LIC 166.2017 PP 121.2017 - CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA ALUNOS DA REDE DE ENSINO**

Publicação Nº 1494131

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2017

ERRATA

ONDE SE LÊ:

DATA DE ABERTURA:	22 DE JANEIRO DE 2018
LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	07h30min até 08h00min
ABERTURA DO CERTAME:	08h30min

PÁGINA 01

LEIA-SE:

DATA DE ABERTURA:	22 DE JANEIRO DE 2018
-------------------	-----------------------

LOCAL:	Setor de Licitações: Prefeitura de Massaranduba - SC Rua 11 de Novembro, 2765, Centro – Massaranduba (SC)
ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO:	13h00min até 13h15min
ABERTURA DO CERTAME:	13h30min

Massaranduba (SC), 18 de janeiro de 2018.

CIRIO MARTINI
PRESIDENTE**JULGAMENTO DE RECURSO - LIC 166.2017 PP 121.2017 - UNIFORMES ESCOLARES**

Publicação Nº 1493974

JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

Referência: Processo Licitatório n.º 166/2017 - PMM – Pregão Presencial n.º 121/2017.

Cuida-se de reposta ao Pedido de Impugnação ao Edital, interposto por 3 S e SEQUINEL CONFECÇÕES E DISTRIBUIDORA LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º 12.083.849/0001-55, sediada em Indaial/SC a Rua Av. Brasil, n.º 1833, Rio Morto, devidamente representada pelo Sr. Angelo Versi Sequinel Filho, referente ao Processo Licitatório supra citado, cujo objeto é a contratação de empresa para aquisição de Uniformes Escolares, destinados aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Massaranduba/SC.

DA ADMISSIBILIDADE:

Nos termos do disposto no art. 41 § 2.º da Lei 8666/93, é cabível a impugnação do ato convocatório até dois dias úteis antes da data fixada para abertura dos envelopes:

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.
(...)

§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em

que tal comunicação não terá efeito de recurso.

Verifica-se, assim, que o licitante protocolou na Prefeitura de Massaranduba a referida impugnação em 15.01.2018 e considerando que a abertura dos envelopes está agendada para 22.01.2018, a presente Impugnação apresenta-se tempestiva.

DOS PONTOS QUESTIONADOS E DA ANÁLISE:

Em linhas gerais, o Impugnante questiona a apresentação imediata das amostras após a etapa de lances.

O impugnante questiona, porém, em seguida, a ilegalidade da amostra antecipada como "requisito de habilitação".

Por mais que não haja legislação a respeito, é incontroverso o posicionamento majoritário dos tribunais de contas e tribunais de justiça acerca da possibilidade da exigência de amostras.

É fato que as amostras em certames licitatórios devem estar previamente estabelecidas no edital de licitação, assim como os critérios de sua análise, a fim de evitar que ocorra uma indesejada subjetividade na avaliação da amostra. Fatos que foram cuidadosamente tratados no edital do certame.

Ora, em nenhum momento está sendo exigida amostra como requisito de habilitação ou de participação do certame. Pelo contrário. Estão sendo obedecidos todos os posicionamentos para que se garanta a imparcialidade e eficiência do certame.

O Tribunal de Contas da União exige que a amostra seja realizada apenas ao primeiro colocado, conforme elucidou o ministro Marcos Bemquerer no Acórdão nº 1.182/2007. Vejamos:

Verifica-se, portanto, que o principal aspecto a ser observado no que se refere à opção pela modalidade de pregão é a possibilidade de se imprimir maior celeridade à contratação de bens e serviços comuns. Contudo, há que se ressaltar que os procedimentos executados pela Administração Pública para realização do pregão devem também obedecer aos princípios norteadores de todo ato administrativo, em especial, aqueles previstos no art. 37, caput, da Lei Maior.

Nessa esteira, penso que há que se analisar a modalidade do pregão sobre a ótica da celeridade, acima mencionada, eis que essa característica está intimamente associada ao nascedouro desse instituto, mas sem se olvidar da necessária observância ao princípio da eficiência, porquanto é em razão desse postulado que se busca uma maior qualidade/economicidade do ato administrativo, de modo a melhorar a relação custo/benefício do trabalho da Administração Pública. É possível concluir, a partir dessas breves ponderações, ser admissível a exigibilidade de amostras se restar obedecido esse binômio celeridade/eficiência.

Ora, vislumbra-se que é plenamente possível exigir a amostra do licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, de forma a atender um dos princípios insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, qual seja, eficiência. E, certamente, se dermos prazo de 30 dias para que isso ocorra, o princípio da eficiência não estaria sendo observado.

Em razão dos inúmeros questionamentos que assolam todos os entes federativos, o TCE/SP estabeleceu, em súmula, que a data de apresentação das amostras deverá ser em conjunto com a data da entrega da proposta:

SÚMULA Nº 19 – Em procedimento licitatório, o prazo para apresentação das amostras deve coincidir com a data da entrega das propostas.

Inclusive, tal súmula foi utilizada de base de fundamentação em parecer exarado pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina (parecer COG - 941/2012 do Processo REC-11/00049573). Vejamos:

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo editou Súmula10 para disciplinar a matéria, vedando a exigência de amostra antes da data de entrega das propostas. Vejamos:

"Súmula nº 19 – Em procedimento licitatório, o prazo para apresentação das amostras deve coincidir com a data da entrega das propostas."

Por sua vez, o Tribunal de Contas da União tem posição consolidada no sentido que no pregão, a amostra deve ser exigida apenas do licitante melhor classificado após a fase de lances, a exemplo, dos Acórdãos 1.182/2007, 1634/2007, e nas deliberações derivadas das Decisões 85/2002 e 1.237/2002 e dos Acórdãos 808/2003, 99/2005 e 526/2005, todos do Plenário.

Este Tribunal de Contas tem posicionamento semelhante ao do Tribunal de Contas da União, admitindo a exigência de amostra apenas do licitante melhor classificado após a fase de lances. É o caso dos processos REP09/00564423, REP-10/00059003, REP-07/00686827, REP-10/00059003, REP - 08/00189043.

Ora, dessa forma, não há qualquer irregularidade na confecção do presente edital, tampouco qualquer motivo plausível para que seja feita retificação dos termos do edital, mantendo-o na íntegra.

DA DECISÃO

Diante do exposto, entendemos pela IMPROCEDÊNCIA da presente impugnação, de forma a manter o edital na íntegra. Dê ciência à Impugnante.

Massaranduba (SC), 18 de janeiro de 2018.

CIRIO MARTINI
Pregoeiro

Matos Costa

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 001/2018

Publicação Nº 1493786

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL: Pregão Presencial nº01/2018-Processo nº 01/2018

O Município de Matos Costa – SC, através do Pregoeiro Oficial, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço, objetivando contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de transporte escolar de alunos da rede municipal e estadual de ensino (ida e volta), NA ZONA RURAL, para o ano letivo de 2018.

ENTREGA DOS ENVELOPES: no máximo até às 09:00 horas do dia 31/01/2018. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 09:30 horas do dia 31/01/2018. Maiores informações e o Edital Completo poderão ser obtidos gratuitamente, na internet, através do site <http://www.matoscosta.sc.gov.br> ou no Departamento de Compras e Licitações do Município, sito Rua Manoel Lourenço de Araújo, nº 137, fone (49) 35721111, no horário de expediente em vigor, ou pelo e-mail: licita@matoscosta.sc.gov.br.

Matos Costa, SC, 17 de Janeiro de 2018– Pregoeiro Oficial

DECRETO 001/2018

Publicação Nº 1493789

DECRETO Nº 001/2018, de 8 de janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE O REGULAMENTO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE MATOS COSTA – RTM, A SER APLICADO NA ARRECADAÇÃO, COBRANÇA E INTERPRETAÇÃO DOS TRIBUTOS DE COMPETÊNCIA MUNICIPAL.

RAUL RIBAS NETO, Prefeito do município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro nos incisos III e VII do artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e artigo 195 da Lei Complementar Municipal nº 33/2017, DECRETA:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º As leis que tratam dos tributos de competência municipal serão aplicadas e interpretadas conforme o disposto neste Decreto, denominado Regulamento dos Tributos Municipais do Município de Matos Costa, nos termos previstos na Lei Complementar Municipal nº 33/2017, nas normas constitucionais e nas demais legislações pertinentes aos tributos municipais.

Art. 2º Qualquer modificação, inclusão ou exclusão de dispositivos na lei tributária local ou de âmbito nacional deve ser refletida neste Regulamento, para que se mantenha atualizado e consolidado.

Art. 3º Nos casos que entender necessário, pode a administração tributária emitir instrução normativa tributária para complementar norma indicada neste Regulamento.

Parágrafo único. As instruções normativas devem ser expedidas pelo diretor, gerente ou chefe do departamento de tributos ou, na falta deste, pelo servidor ou servidores responsáveis pelo lançamento dos tributos municipais.

TÍTULO I

CALENDÁRIO FISCAL, ARRECADAÇÃO E ACRÉSCIMOS LEGAIS

CAPÍTULO I

CALENDÁRIO FISCAL

Art. 4º O pagamento dos tributos lançados de ofício uma vez ao ano seguirá o calendário disposto neste Capítulo.

Seção I

Calendário de pagamento do IPTU

Art. 5º O pagamento do IPTU ocorrerá em cota única ou em até 04 (quatro) parcelas, com vencimento nas seguintes datas:

I – O vencimento da cota única ocorrerá no dia útil seguinte ao dia 09 de abril;

II – Caso o contribuinte opte por pagar o IPTU de forma parcelada:

a) a primeira parcela vencerá no dia útil seguinte ao dia 09 de abril;

b) a segunda parcela vencerá no dia útil seguinte ao dia 09 de maio;

c) a terceira parcela vencerá no dia útil seguinte ao dia 09 de junho;

d) a quarta parcela vencerá no dia útil seguinte ao dia 09 de julho.

Art. 6º Nos pagamentos em cota única será concedido desconto de 10% (dez por cento) no valor do IPTU, que já constará na guia utilizada para pagamento em cota única.

Art. 7º Em casos excepcionais, com a devida justificativa, pode o Chefe do Poder Executivo alterar as datas de vencimento para o IPTU por meio de Decreto específico, que vigorará somente para o exercício em que for necessária a alteração.

Art. 8º Os pedidos de isenção do IPTU, para os casos previstos em Lei e regulamentados neste Decreto, devem ser protocolados no setor de tributos entre o primeiro dia útil de janeiro e o último dia útil de fevereiro do exercício para o qual se pretende a isenção.

Parágrafo único. O direito a isenção abrange apenas os que fazem a solicitação do benefício, quando não requerida à isenção no prazo definido pelo fisco não há como conceder o benefício.

Seção II

Calendário de pagamento da taxa de coleta do lixo (TCL)

Art. 9º A taxa de coleta de lixo será lançada junto com a fatura de água dos consumidores, conforme convênio assinado entre o Município e a concessionária do serviço público.

Parágrafo único. Caso inexistir convênio, em razão do disposto no art. 89, parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 33/2017, o Município não poderá realizar o lançamento da taxa.

Seção III

Calendário de pagamento do ISSQN incidente sobre os profissionais autônomos

Art. 10. O pagamento do ISSQN pelos profissionais liberais e autônomos lançados de ofício por valor fixo ocorrerá uma vez ao ano, em cota única ou em até 04 (quatro) parcelas, com vencimento nas seguintes datas:

I – O vencimento da cota única ocorrerá no dia útil seguinte ao dia 09 de abril;

II – Caso o contribuinte opte por pagar o imposto de forma

parcelada:

- a) a primeira parcela vencerá no dia útil seguinte ao dia 09 de abril;
- b) a segunda parcela vencerá no dia útil seguinte ao dia 09 de maio;
- c) a segunda parcela vencerá no dia útil seguinte ao dia 09 de junho;
- d) a quarta parcela vencerá no dia útil seguinte ao dia 09 de julho.

Seção IV

Calendário de pagamento da taxa de fiscalização anual (TFA)

Art. 11. O pagamento da taxa de fiscalização anual (TFA) ocorrerá em cota única ou em até 02 (duas) parcelas, com vencimento nas seguintes datas:

I – O vencimento da cota única ocorrerá no dia útil seguinte ao dia 09 de março;

II – Caso o contribuinte opte por pagar a taxa de forma parcelada:

a) a primeira parcela vencerá no dia útil seguinte ao dia 09 de março;

b) a segunda parcela vencerá no dia útil seguinte ao dia 09 de abril.

Parágrafo único. O valor da parcela não poderá ser menor que vinte e cinco unidades fiscais do Município.

Seção V

Calendário de pagamento da taxa de vigilância sanitária (TVS)

Art. 12. O pagamento da taxa de vigilância sanitária (TVS) ocorrerá na emissão do alvará e na mesma data nos anos subseqüentes.

CAPÍTULO II

FORMAS DE PAGAMENTO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 13. Os tributos municipais serão pagos por meio guia de arrecadação municipal, emitida no formato escolhido pelo Município dentre os permitidos pelo Banco Central do Brasil.

Parágrafo único. A forma de convênio, de registro e a instituição financeira responsável pela gestão das guias serão escolhidas pela administração municipal, respeitados os princípios da administração pública na realização da contratação.

Art. 14. A instituição ou instituições bancárias aptas a receber o pagamento serão informadas no corpo da guia de arrecadação municipal.

Art. 15. Se houver disponibilidade técnica, pode a administração disponibilizar, também, os seguintes meios para o recolhimento dos tributos municipais:

I – Pagamento por meio de cartão de crédito ou débito, com o uso de terminal para leitura do cartão localizado no setor de tributos ou tesouraria do Município;

II – Pagamento via internet por meio de cartão de crédito, débito ou transferência online, em ferramenta disponibilizada no sítio oficial do Município ou no domicílio tributário eletrônico do contribuinte.

CAPÍTULO III – ACRÉSCIMOS LEGAIS NO ATRASO DOS PAGAMENTOS

Art. 16. Os tributos municipais não pagos na data de vencimento da fatura serão acrescidos de multa e juros de mora.

Seção I – Multa de Mora

Art. 17. O crédito tributário não pago na data de vencimento da guia ou no prazo legal estipulado pelo fisco sofrerá a incidência de multa de mora, nos seguintes percentuais:

I – 2% (dois por cento) no dia seguinte da expiração do prazo para pagamento;

II – A cada trinta dias depois de expirado o prazo para pagamento, a multa de mora será aumentada em mais 2% (dois por cento), até o limite de 20% (vinte por cento).

Parágrafo único. Aplica-se a multa de mora sobre o valor original do crédito tributário.

Seção II – Juros ou correção de mora

Art. 18. O crédito tributário não pago na data de vencimento da guia ou no prazo legal estipulado pelo fisco sofrerá o acréscimo de juros de mora, também denominados de correção de mora, em percentual diário idêntico ao percentual diário da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) no primeiro dia útil do ano.

Parágrafo único. Os juros de mora incidem sobre o valor original do crédito tributário.

Art. 19. O percentual diário da SELIC no primeiro dia útil do ano será obtido pelo fisco da seguinte forma:

I – No segundo dia útil do ano o fisco deve acessar o sítio do Banco Central, no endereço <http://www.bcb.gov.br/htms/selic/seliciarios.asp>, e verificar o fator diário pertinente ao primeiro dia útil do ano.

II – Para identificar o percentual a ser aplicado no exercício, o fisco deve usar diminuir 1 (um) do valor do fator diário e multiplicar o resultado por 100 (cem), conforme esta fórmula: $(\text{Fator diário} - 1) \times 100$.

III – O resultado obtido na fórmula é o percentual diário da SELIC no primeiro dia do ano, que deve ser aplicado por todo o exercício, devendo o valor ser arredondado para duas casas decimais, pelo critério de que se a terceira casa é maior que cinco, o valor da segunda casa deve ser aumentado, e se a terceira casa é igual ou menor que cinco, o valor da segunda casa deve ser reduzido.

Parágrafo único. Caso o sítio do Banco Central do Brasil informado seja alterado ou suprimido, o fisco pode localizar o fator diário da SELIC por outros meios.

TÍTULO III

ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Capítulo I

IPTU

Art. 20. O lançamento e cadastramento do IPTU seguem o disposto na Lei Complementar Municipal 33/2017 e o previsto neste Regulamento.

Seção I

Fato gerador e contribuintes

Art. 21. O fato gerador genérico do IPTU é a posse, a propriedade ou domínio útil de imóvel localizado em zona urbana municipal ou em loteamento em área urbanizável aprovado pelo Município.

Art. 22. O IPTU, com base no fato gerador genérico, incide sobre os seguintes imóveis:

I – Terreno sem construção e sem utilização, localizado dentro da zona urbana;

II – Terreno utilizado para fins comerciais, como para estacionamentos, colocação de equipamentos provisórios e outros, localizado dentro da zona urbana;

III – Casa, apartamento, galpões, indústrias, salas, lojas ou qualquer outro tipo de construção localizada na zona urbana municipal, incluindo o terreno em que se localiza ou a fração ideal do terreno;

IV – Construções pré-fabricadas ou prontas, como containers, pré-moldados, construções especiais e outras enquadráveis na mesma categoria.

Art. 23. Mesmo localizado em área urbana, não constitui fato gerador do IPTU o imóvel que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, pois sobre o mesmo incide o imposto territorial rural.

§1º Para o afastamento da incidência do IPTU o contribuinte deve comprovar que:

I – O imóvel possui área igual ou superior ao módulo rural estabelecido para o Município, que está devidamente escriturado como imóvel rural e possui Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR;

II – Que utiliza o imóvel para fins rurais, com a apresentação de laudo especializado ou das notas de produtor rural expedidas em razão da produção na área.

§2º Caso exista no imóvel residência, estabelecimento comercial ou qualquer outro tipo de construção há menos de trinta metros da via pública e que seja servido por no mínimo dois dos melhoramentos previstos no art. 32, §1º do Código Tributário Nacional, tal área constitui fato gerador do IPTU e não do ITR.

§3º Nos casos previstos no parágrafo anterior, deve o fisco considerar como área do terreno para fins de IPTU um lote padrão, de trezentos e sessenta metros quadrados, acrescido da área construída.

§4º Sobre a área tributável pelo IPTU não haverá incidência do ITR, cabendo ao contribuinte informar a Receita Federal do Brasil para exclusão da área do cálculo do imposto da União.

Art. 24. São contribuintes do IPTU:

I – Os proprietários dos imóveis que se enquadram como fato gerador do imposto;

II – Os possuidores dos imóveis que se enquadram como fato gerador do imposto, desde que:

- a) O proprietário não possa ser localizado ou identificado e haja documentação que comprove a posse do imóvel;
- b) O proprietário do terreno seja entidade imune ou isenta.

§1º São proprietários dos imóveis aqueles que constam na matrícula junto ao Registro de Imóveis como proprietários.

§2º São possuidores aqueles que usam ou usufruem do imóvel com o ânimo de propriedade, ou seja, são aqueles que, apesar de não estarem devidamente indicados como proprietários residem ou exercem atividade empresarial no imóvel como se fosse seu, sem realizar o pagamento de aluguel ou qualquer outra compensação a terceiro pelo uso do bem.

§3º São documentos suficientes para comprovar a posse para fins de IPTU a existência de contrato de compra e venda, feito com o proprietário ou por antigo posseiro; a comprovação de trâmite para regularização fundiária do imóvel em seu nome junto ao Poder Judiciário; a comprovação de ingresso de ação de usucapião sobre o imóvel; a existência de serviços públicos em nome do titular da posse, como água e energia elétrica, desde que cumulada com laudo do fisco que ateste a posse; e, na falta de qualquer documentação, laudo do fisco, cumulada com declaração do contribuinte, atestando a posse sobre o imóvel.

Seção II

Isenção

Art. 25. É isento do IPTU o contribuintes que cumprir todos os requisitos a seguir estabelecidos:

I – Apresente, todo ano, entre o primeiro dia útil de janeiro e o último dia útil de fevereiro, requerimento com o pedido de isenção, que descreva os dados do imóvel e do contribuinte;

II – Comprove que no imóvel sobre o qual se requer a isenção existe construção e que esta não é maior que setenta metros quadrados, com um dos seguintes documentos:

- a) Laudo feito por engenheiro privado, com a devida ART, ou laudo emitido pelo engenheiro do Município, sem a necessidade de ART neste caso;
- b) Espelho do imóvel emitido pelo fisco municipal, desde que as informações cadastrais tenham sido inseridas ou atualizadas há menos de cinco anos.

III – Comprove que o imóvel é utilizado como residência do contribuinte requerente, apresentado para tal fatura de água ou de

energia elétrica em nome do contribuinte;

IV – Comprove, por meio de certidão emitida pelo Registro de Imóvel há menos de três anos, que não possui outro imóvel em seu nome no Município.

V – Comprove que não possui renda familiar superior a cento e cinquenta unidades fiscais, com a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único);
- b) Relação dos benefícios sociais que recebe;
- c) Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- d) Declaração que não é sócio e não possui cadastro como empresário individual, inclusive como MEI.

Capítulo II

ITBI

Seção I

Fato gerador e contribuintes

Art. 26. O fato gerador do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos é a transmissão onerosa, entre vivos, da propriedade, dos direitos reais sobre imóveis e a cessão de direitos para aquisição de bens imóveis, o que abrange as seguintes situações fáticas:

I - a compra e venda, pura ou condicional;

II - a dação em pagamento;

III - a permuta, inclusive nos casos em que o coproprietário se tem estabelecido pelo mesmo título aquisitivo ou em bens contíguos;

IV - os mandatos em causa própria ou com poderes equivalentes, para a transmissão de imóveis e respectivos subestabelecimentos;

V - a arrematação, adjudicação e a remição;

VI - a cessão de direito, por ato oneroso do arrematante ou adjudicatário, depois de assinado o ato de arrematação ou adjudicação;

VII - a cessão de direitos decorrentes de compromissos de compra e venda;

VIII - a cessão de benfeitorias e construções em terrenos comprometidos à venda ou alheios exceto a indenização de benfeitorias pelo proprietário do solo;

IX - cessão de direitos hereditários;

X - todos os demais atos translativos, "inter-vivos" a título oneroso, de imóveis, por natureza ou acessão física e constitutivos de direitos reais sobre imóveis;

Art. 27. O contribuinte do imposto é o comprador ou adquirente, aquele para o qual será transferido o patrimônio.

Seção II

Base de Cálculo e alíquotas

Art. 28. A base de cálculo do ITBI é o valor venal do imóvel, mais especificamente o montante econômico, expresso em moeda corrente, equivalente ao patrimônio que está sendo transferido.

Parágrafo único. A base de cálculo do ITBI não é o valor do negócio, mas sim o valor patrimonial do bem.

Art. 29. Para os imóveis rurais, aqueles estabelecidos fora da zona urbana do Município ou que, dentro da zona urbana, tenham características rurais, a base de cálculo do ITBI será o valor declarado do bem pelo contribuinte, desde que este não seja menor que o valor mínimo dos preços de terra agrícolas estipulado pelo Centro Socioeconômico e de Planejamento Agrícola – CEPA, vinculado a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI.

Parágrafo único. A tabela de preços atualizada será conferida periodicamente pelo fisco, que poderá, por meio de instrução normativa, publicar ou deixar a vista do público os valores mínimos constantes na tabela.

Art. 30. Para os imóveis urbanos, aqueles que não se enquadram na definição de imóvel rural, o base de cálculo do ITBI será o valor declarado pelo contribuinte, desde que não seja menor que o valor mínimo estabelecido na planta genérica de valores constante no Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 33/2017.

Art. 31. Para apuração da base de cálculo, o fisco adotará os seguintes procedimentos:

I – Para imóveis rurais:

a) O cartório, o tabelionato ou o contribuinte devem informar o valor do negócio ao fisco, conforme as rotinas adotadas pela administração tributária municipal;

b) O fisco multiplicará a área total, em hectares, da propriedade que é objeto da transmissão pelo valor mínimo definido para as terras de primeira na tabela CEPA/EPAGRI.

c) Se o valor apurado na forma da alínea anterior é menor que o valor declarado pelo contribuinte, o fisco utilizará o valor declarado como base de cálculo do ITBI e se o valor apurado for maior que o declarado, o fisco deve:

1. Encaminhar as informações sobre a propriedade para a Secretaria Municipal de Agricultura, que, no prazo de cinco dias, deve informar o fisco se a propriedade em questão constitui terra de primeira, terra de segunda ou terra de terceira, seguindo os critérios técnicos e conhecimento do local;

2. Retornada à informação da Secretaria da Agricultura, por e-mail ou documento escrito, deve o fisco calcular o valor da terra com base nos valores mínimos do hectare apontados pela CEPA/EPAGRI para o tipo de terra indicada, atentando que se o valor declarado for maior que o valor mínimo obtido para o tipo de terra em análise, deve o fisco utilizar o valor declarado.

II – Para imóveis urbanos:

a) O cartório, o tabelionato ou o contribuinte devem informar o valor do negócio ao fisco, conforme as rotinas adotadas pela administração tributária municipal;

b) O fisco verificará se o tamanho das propriedades constantes na matrícula não é maior que o valor constante no cadastro imobiliário do imóvel;

c) Depois de aumentadas as áreas do cadastro imobiliário, se necessário, o fisco identificará se o valor declarado pelo contribuinte é maior que o valor venal apontado no espelho do imóvel;

d) Se o valor declarado for maior que o valor constante no cadastro, deve o fisco utilizar o valor declarado como base de cálculo e se o valor declarado for menor que o constante no cadastro, o valor do cadastro será utilizado como base de cálculo.

Parágrafo único. Para fins de identificação da base de cálculo, o fisco deve sempre considerar a realidade do imóvel no ato da transmissão e não somente as informações constantes na matrícula do imóvel, especialmente dos imóveis urbanos, que, para identificação da base de cálculo, deve obedecer as informações constantes no cadastro imobiliário do Município.

Art. 32. A alíquota de ITBI é de 2% (dois por cento) sobre o valor do imóvel e nos casos de programas de habitação de cunho social o valor do ITBI será reduzido em 75% (setenta e cinco por cento).

CAPÍTULO III ISSQN

Art. 33. Além das normas previstas na Lei Complementar Municipal nº 33/2017, de abrangência municipal, e na Lei Complementar 116/2003 e no Decreto-Lei nº 408/1968, de abrangência nacional, a cobrança e interpretação do ISSQN seguirá o disposto neste Regulamento e nas instruções normativas do fisco municipal, que constituem legislação tributária local.

Seção I

Fato gerador, alíquotas e contribuintes

Art. 34. Os fatos geradores e as alíquotas são as constantes no anexo II da Lei Complementar Municipal nº 33/2017 e os contribuintes são os previstos na Lei Complementar Municipal nº 33/2017.

Seção II

Base de cálculo e deduções

Art. 35. A base de cálculo do ISSQN é o preço total do serviço,

exceto para os que exercem a profissão em caráter pessoal (profissionais liberais e autônomos).

Art. 36. Na prestação dos serviços constantes nos subitens 7.02 e 7.05 do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 33/2017, podem ser deduzidos da base de cálculo o valor dos materiais fornecidos pelo prestador ao tomador do serviço, desde que passem a integrar o patrimônio do tomador.

§1º São passíveis de dedução da base de cálculo do ISSQN os materiais efetivamente empregados e imobilizados na obra, como tijolos, areia, pedra, pisos e outros, pois estes foram fornecidos pelo prestador ao tomador e passarão a integrar o patrimônio deste.

§2º Não são passíveis de dedução da base de cálculo do ISSQN mercadorias, equipamentos e outros utensílios destinados a alimentação, segurança e deslocamento de trabalhadores e/ou máquinas durante a execução dos serviços, tais como gastos com comida, combustível, capacetes de segurança e outros, visto que tais materiais não são fornecidos pelo prestador ao tomador, mas sim utilizados pelo prestador na execução do serviço.

§3º A informação de materiais e equipamentos utilizados para fins de cálculo da contribuição previdenciária (INSS) não possui qualquer relação com a dedução da base de cálculo do ISSQN, por isso é vedada a utilização dos mesmos critérios da contribuição previdenciária para o cálculo da dedução do ISSQN.

Art. 37. A dedução da base de cálculo dos materiais fornecidos pelo prestador nos serviços definidos nos subitens 7.02 e 7.05 do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 33/2007, somente será possível se cumpridos os seguintes requisitos:

I – A nota fiscal de prestação de serviços deve indicar o valor dos materiais que foram fornecidos ao tomador e imobilizados na construção;

II – O valor dos materiais imobilizados na obra não poderá ser superior a:

a) 5% (cinco por cento) nos serviços de terraplenagem;

b) 10% (dez por cento) nos serviços de perfuração de poços, detonação de rochas e nivelamento de encostas.

c) 40% (quarenta por cento) nos demais casos de construção civil.

§1º Se não houver na nota fiscal informação dos materiais fornecidos pelo prestador que foram imobilizados na obra, a base de cálculo do ISSQN será o valor total da nota, sem qualquer dedução.

§2º Se o valor dos materiais fornecidos informados na nota forem superiores aos limites previstos neste dispositivo, deve o fisco aplicar os percentuais aqui estabelecidos para determinar a base de cálculo.

Art. 38. A qualquer momento, a fim de identificar a regularidade da dedução dos materiais da base de cálculo dos serviços constantes nos subitens 7.02 e 7.05 do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 33/2017, o fisco municipal pode exigir a comprovação dos materiais que foram fornecidos pelo prestador e empregados na obra, que deve ser feita da seguinte forma:

I – Apresentação de notas fiscais que indiquem o endereço ou o Cadastro Específico do INSS – CEI da obra em que os materiais foram empregados;

II – Apresentação de laudo técnico ou memorial descritivo, assinados por engenheiro civil, que ateste os materiais que foram imobilizados na construção.

Parágrafo único. A apresentação de notas genéricas, sem a menção da obra ou do CEI, somente serão aceitas se o laudo ou memorial descritivo comprovar que o valor exato daquela nota foi empregado na obra da qual se pretende deduzir os materiais.

Seção III

ISSQN por substituição tributária na construção civil

Art. 39. Nos termos do art. 51 da Lei Complementar Municipal nº 33/2017, o dono da obra é o sujeito passivo responsável pelo

recolhimento do ISSQN e o imposto será exigido antecipadamente, no ato de solicitação do alvará de construção civil.

Art. 40. A base de cálculo estimativa da construção, para fins de cálculo do ISSQN antecipado, é a seguinte:

I – 10% (dez por cento) do valor do CUB por metro quadrado de área construída, quando a construção for de setenta por cento ou mais de alvenaria.

II – 5% (cinco por cento) do valor do CUB por metro quadrado de área construída, quando a construção tiver mais de setenta por cento de área construída de madeira.

III – 7% (sete por cento) do valor do CUB por metro quadrado de área construída, quando a construção for mista, entre madeira e alvenaria, mas não se enquadre nos incisos I e II.

IV – 5% (cinco por cento) do valor do CUB por metro quadrado de área construída, quando se tratar de construção de galpões, pavilhões ou de estruturas metálicas.

§1º O valor do CUB a ser considerado no cálculo é o vigente no mês de novembro do exercício anterior ao que se efetua o cálculo, cabendo ao fisco emitir instrução normativa ou deixar em local visível o valor do CUB utilizado no cálculo do ISSQN antecipado na construção civil.

§2º Quando o contribuinte informar, por meio de declaração, que a obra será executada por ele próprio ou por meio de mutirão, sem o pagamento pelos serviços de mão de obra, os percentuais para determinação da base de cálculo corresponderão a um quinto dos previstos no caput.

Art. 41. Sobre a base de cálculo estimada o fisco aplicará a alíquota definida para a construção civil no anexo II da Lei Complementar Municipal nº 33/2017, que é de 4% (quatro por cento).

Parágrafo único. O dono da obra deve reduzir do valor pago ao construtor o valor do ISSQN que recolheu a maior no ato de solicitação do alvará de construção.

Art. 42. O pagamento do ISSQN lançado antecipadamente por estimativa, na forma definida nesta Seção, pode ser feito em até seis parcelas, sem o acréscimo de juros, conforme escolha do contribuinte, e o valor de cada parcela não pode ser menor que 30 (trinta) unidades fiscais do Município.

Art. 43. Até a emissão do habite-se, o contribuinte poderá apresentar ao fisco as notas fiscais e outros documentos que comprovem que o valor do ISSQN a ser pago foi menor que o apurado por meio da estimativa, neste caso o fisco deverá:

I – Autorizar a compensação do ISSQN eventualmente pago a mais nos tributos futuros lançados em nome do contribuinte, especialmente em relação ao IPTU a incidir sobre o imóvel nos próximos exercícios.

II – Não havendo lançamento de tributo em nome do contribuinte ou vinculado ao imóvel no período de doze meses após a conclusão da obra, poderá o fisco autorizar a devolução em pecúnia de eventual ISSQN estimado recolhido a maior.

Parágrafo único. A compensação ou devolução serão feitas considerando o valor do tributo atualizado, nos mesmos percentuais que os créditos tributários não pagos são atualizados.

Art. 44. O fisco, depois de concluída a obra, pode realizar lançamentos adicionais de ISSQN caso o valor recolhido por estimativa seja comprovadamente menor do que o realmente devido.

Seção IV

Nota Fiscal de Prestação de Serviços

Art. 45. Fica instituída no Município a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço, nos termos do art. 38 do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Considera-se Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e o documento emitido e armazenado eletronicamente em sistema próprio do Município de Matos Costa, com o objetivo de registrar as operações relativas à prestação de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica que deverá ser

garantida por assinatura digital ou senha de acesso do emitente e autorização de uso fornecida pelo Setor de Fiscalização e Tributação do Município.

Art. 46. São obrigados a emitir a NFS-e todos os contribuintes estabelecidos ou cadastrados como contribuintes de ISSQN no Município de Matos Costa, exceto os que tenham autorização para emissão de notas conjugada de ICMS e ISS.

Parágrafo único. Os contribuintes que ainda possuam bloco de notas ou formulários impressos devem, até o prazo máximo de 15 de julho de 2018, efetuar seu cadastramento para emissão da nota fiscal eletrônica e apresentar ao fisco municipal todos os blocos de nota e/ou formulários em sua posse.

Subseção I

Cadastramento e acesso ao sistema de emissão da NFS-e

Art. 47. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e que conterà dados fiscais de interesse dos contribuintes, será realizado mediante a utilização de senha de segurança.

Art. 48. Para obter acesso ao sistema de que trata este Decreto, os contribuintes deverão efetuar o cadastramento da solicitação de acesso, por meio da rede mundial de computadores (Internet), no endereço eletrônico www.matoscosta.sc.gov.br.

Art. 49. Depois do cadastramento, o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" e apresentá-lo à Administração tributária, direcionado ao Departamento de Fiscalização de Tributos.

Art. 50. Após a solicitação de acesso e comprovação, pela administração tributária, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida, será encaminhado, via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da NFS-e.

§1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, a pessoa física ou jurídica interessada na obtenção da senha será informada, via correio eletrônico (e-mail) informado no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a pessoa física ou jurídica terá a solicitação de desbloqueio automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 51. A senha de acesso representa a assinatura eletrônica da pessoa física ou jurídica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 52. Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ ou cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF junto ao Ministério da Fazenda, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. A liberação de acesso fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO", e conterà as seguintes funções:

I – habilitar ou desabilitar usuários do sistema da NFS-e;

II – gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 53. A pessoa física ou jurídica detentora da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Art. 54. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e pela administração tributária será realizado mediante a utilização de senha de acesso, que será emitida aos servidores responsáveis pelo setor de tributação e gestão do ISSQN.

Art. 55. A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada ao servidor responsável pela administração tributária e permitirá as seguintes funções:

I – Habilitar e desabilitar usuários;

II – Criar ou modificar perfis de utilização do sistema;
III – Incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e da Administração Fazendária no portal da NFS-e.

Art. 56. Aos funcionários da Administração Fazendária será permitido acesso ao sistema da NFS-e conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

Subseção II

Informações obrigatórias da NFS-e e forma de emissão

Art. 57. A NFS-e deve conter as seguintes indicações:

I - número sequencial;

II - código de verificação de autenticidade;

III - data e hora da emissão;

IV - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ;

e) inscrição no Cadastro Mobiliário;

V - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) "e-mail";

d) inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas CPF ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica CNPJ;

VI - discriminação do serviço;

VII - valor total da NFS-e;

VIII - valor da dedução na base de cálculo, se houver e na forma prevista na legislação municipal;

IX - valor da base de cálculo;

X - código do serviço – enquadramento do serviço prestado conforme os fatos geradores previstos na lei municipal;

XI - alíquota e valor do ISS;

XII - indicação no corpo da NFS-e de:

a) isenção ou imunidade relativas ao ISS, quando for o caso;

b) serviço não tributável pelo Município de Matos Costa, nas hipóteses em que o imposto seja devido no local da prestação, em conformidade com a lei tributária.

c) retenção de ISS na fonte;

d) empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional";

e) empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado;

f) existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do ISSQN;

g) número e data do Recibo Provisório de Serviços RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§1º A NFS-e conterá, no cabeçalho, as expressões "Município de Matos Costa" e "Nota Fiscal Eletrônica de Serviços NFS-e".

§2º O número da NFS-e será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§3º O sistema da NFS-e permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

Art. 58. A NFS-e deve ser emitida de forma online, por meio da Internet, no endereço eletrônico "http://www.matoscosta.sc.gov.br", somente pelos prestadores de serviços devidamente cadastrados pelo Município.

Parágrafo Único. A NFS-e poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador de serviços.

Art. 59. As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Administração tributária.

Art. 60. Todo estabelecimento prestador é obrigado a gerar notas

fiscais para todos os serviços prestados.

Art. 61. É facultada às pessoas físicas já inscritas no Cadastro Mobiliário Municipal, solicitar a geração e a impressão da NFS-e no setor de tributos, até o limite de duas notas por mês, devendo recolher o ISSQN referente a cada nota fiscal em guia própria do Município. Parágrafo único. O fisco pode liberar o acesso para emissão da nota fiscal eletrônica para a pessoa física, nos mesmos moldes que os demais contribuintes.

Art. 62. A NFS-e avulsa será gerada por intermédio da senha específica do funcionário da Administração Fazendária destacado para este fim.

Art. 63. Os bancos e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ficam dispensados de gerar as NFS-e previstas neste Regulamento.

Subseção II

Cancelamento da NFS-e

Art. 64. A NFS-e poderá ser cancelada pelo emitente, por meio do sistema informatizado, no endereço eletrônico <http://www.matoscosta.sc.gov.br>, na rede mundial de computadores (Internet), antes do pagamento ou vencimento do imposto, seja ele por retenção ou não.

§1º Após o pagamento do imposto a NFS-e somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo fiscal regular, no qual deverão ser apresentadas as razões que motivaram o pedido.

§2º Havendo o cancelamento da NFS-e, o contribuinte deverá registrar eletronicamente, em campo próprio, os motivos que levaram a anulação do documento, momento em que o sistema enviará automaticamente mensagem eletrônica ao tomador do serviço noticiando a operação.

§3º O documento cancelado permanecerá armazenado na base do sistema da NFS-e e sobre ele deverá ser inserida marca identificando a invalidade do mesmo.

Art. 65. Não se admite cancelamento da NFS-e em razão do não recebimento do preço do serviço, sendo o imposto devido em razão da prestação do serviço.

Art. 66. Para corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da NFS-e, o contribuinte utilizará a Carta de Correção – CC-e.

§1º É permitida a utilização da carta de correção, para regularização de erro ocorrido na geração de NFS-e.

§2º Não será admitida a regularização na forma deste artigo quando o erro for relativo a base de cálculo, a alíquota, ao valor do imposto.

§3º A Carta de Correção Eletrônica – CC-e deverá ser assinada digitalmente pelo emitente por meio de senha ou com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§4º Havendo mais de uma CC-e para a mesma NFS-e o emitente deverá consolidar na última todas as informações anteriormente retificadas.

§5º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

Subseção IV

Recibo Provisório de Serviços

Art. 67. Nos casos previstos na legislação, a pessoa jurídica prestadora de serviços poderá emitir Recibo Provisório de Serviços RPS, que posteriormente deverá ser substituído por NFS-e.

§1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços – RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da

geração regular da NFS-e, o qual deverá conter:

I – identificação do prestador dos serviços, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

II – identificação do tomador dos serviços contendo, contendo:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço;
- c) número do CPF ou CNPJ;
- d) número no cadastro mobiliário municipal;
- e) correio eletrônico (e-mail);

III – numeração sequencial;

IV – série;

V – a descrição:

- a) dos serviços prestados;
- b) preço do serviço;
- c) enquadramento do serviço executado na lista de serviços (subitem);
- d) alíquota aplicável;
- e) valor do imposto e se for o caso, da retenção na fonte.

VI – inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: “A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE.”

§2º Todas as informações descritas no §1º, deste artigo, deverão constar no RPS à exceção da alínea “e” do inciso II, o qual é facultado.

Art. 68. O Recibo Provisório de Serviços – RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

- I – adoção pelo contribuinte de regimes especiais;
- II – prestações de serviços efetuadas fora do estabelecimento prestador;
- III – impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;
- IV – para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de NFS-e;
- V – prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

Art. 69. O RPS poderá ser confeccionado ou impresso em sistema próprio do contribuinte, na forma e modelo desejado, devendo conter todos os dados previstos neste Decreto.

§1º O RPS deverá ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª (primeira) entregue ao tomador de serviços, ficando a 2ª (segunda) em poder do emitente.

§2º O RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços

§3º A numeração do RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da NFS-e, sendo vedado repetir a numeração.

§4º Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§5º As notas fiscais convencionais já confeccionadas poderão ser utilizadas até a data prevista neste Regulamento.

§6º Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Administração tributária disponibilizará o “layout” do sistema da NFS-e no portal eletrônico www.matoscosta.sc.gov.br.

Art. 70. Emitido o RPS, este deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica até o 5º (quinto) dia subsequente ao de sua emissão.

§1º Nos casos em que o tomador de serviços for o responsável tributário, na forma da legislação vigente, o prazo disposto no “caput” deste artigo não poderá ultrapassar o dia 5 (cinco) do mês seguinte ao da prestação de serviços.

§2º O prazo previsto no “caput” deste artigo inicia-se no dia útil seguinte ao da emissão do RPS, postergando-se para o próximo dia útil caso vença em dia não útil.

§3º A não conversão ou conversão fora do prazo do RPS em NFS-e, sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas na legislação tributária.

§4º Também deverão ser convertidos em uma NFS-e as notas fiscais convencionais já confeccionadas.

§5º A não substituição do RPS pela NFS-e equipara-se à não emissão de nota fiscal convencional.

§6º Aplica-se o disposto neste artigo às notas fiscais convencionais já confeccionadas que venham a ser utilizadas.

Art. 71. Fica o prestador de serviço desobrigado, após a conversão do RPS, de enviar a NFS-e impressa ou em meio magnético ao tomador dos serviços, que ficará disponível no sistema informatizado de emissão da NFS-e.

Art. 72. O Cupom Fiscal para os estabelecimentos que exerçam as atividades mistas de venda de mercadorias ou bens e prestação de serviços sujeitas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, enquadradas para utilização e emissão de seus documentos fiscais por equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF, pela Legislação Estadual – RICMS/SC, deverá observar o seguinte:

I – a autorização para utilização e emissão de Cupom Fiscal – ECF será em regime especial, após comprovada a autorização de uso pelo Fisco Estadual;

II – as normas referentes ao equipamento Emissor de Cupom Fiscal – ECF e sua emissão, serão observadas segundo os dispositivos definidos na Legislação Municipal do ISS e na Legislação Estadual vigente – RICMS/SC;

III – a autorização para adoção do Cupom Fiscal não dispensa o contribuinte das demais obrigações acessórias definidas na Legislação Municipal do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

Art. 73. As pessoas jurídicas que emitirem Cupom Fiscal ficam dispensadas de emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.

Art. 74. A partir da vigência desta legislação, todas as notas fiscais convencionais de prestação de serviços não emitidas, converter-se-ão em RPS, podendo ser utilizadas até o prazo definido neste Regulamento.

§1º Quando da utilização da nota fiscal equiparada a RPS, fica o prestador dos serviços obrigado a inserir no corpo do documento a seguinte mensagem: “A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA – NFS-e NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS PREVISTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE.”

§2º As notas fiscais convencionais de prestação de serviço já emitidas deverão ser guardadas até que ocorra prescrição e ou decadência dos créditos fiscais delas decorrentes.

Art. 75. A partir da vigência desta legislação, todas as notas fiscais convencionais conjugadas (mercadorias e serviços), não emitidas, converter-se-ão em Recibo Provisório de Serviços - RPS.

Subseção V

Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC

Art. 76. Fica instituída a “Declaração Denúncia de Não Conversão de RPS – DDNC”, de acordo com o disposto nesta subseção.

Art. 77. As pessoas jurídicas tomadoras de serviços que receberem Recibos Provisórios de Serviços (RPS), ficam obrigadas a gerar a DDNC, na hipótese do prestador de serviço não converter o

referido documento em NFS-e, nos prazos fixados neste Decreto.
Art. 78. A DDNC deverá ser gerada mensalmente, antes do pagamento do imposto retido.

Parágrafo único. O descumprimento ao disposto neste artigo implicará na aplicação das penalidades previstas na legislação tributária.

Art. 79. A DDNC deverá conter todos os dados necessários para a identificação do prestador e do tomador dos serviços, tais como:

- I – CPF/CNPJ do prestador;
- II – endereço do prestador e do tomador;
- III – CPF/CNPJ do tomador;
- IV – e-mail do tomador;
- V – o valor dos serviços prestados;
- VI – o enquadramento na lista de serviços; e
- VII – número do RPS não convertido e respectiva data de emissão.

Subseção VI

Disposições finais sobre a NFS-e

Art. 80. A geração da NFS-e constitui declaração de confissão de dívida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente na operação, ficando a falta ou insuficiência de seu recolhimento sujeita à cobrança administrativa ou judicial.

Art. 81. Para efeito deste Decreto, entende-se por processo administrativo regular todo aquele instaurado via protocolo central da administração tributária pelo contribuinte mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados da NFS-e.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 82. No ato da homologação do requerimento de senha para uso do sistema eletrônico da NFS-e, fica a Autoridade Fiscal obrigada a inserir de ofício no Cadastro Tributário Municipal, todas as informações incompletas, ressalvadas aquelas que dependam de expressa licença administrativa, tais como:

- I – mudança de endereço; e
- II – mudança de ramo de atividade.

Art. 83. A data inicial para a utilização obrigatória do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) é 15 de julho de 2018.

Seção V

Escrita especial e prazos para pagamento

Art. 84. Os seguintes contribuintes terão escrita especial:

I – Os cartórios, tabelionatos e afins deverão emitir, mensalmente, uma nota fiscal que englobe todos os serviços, indicando o tomador com a expressão “tomadores diversos”, e manter a disposição do fisco o relatório completo dos serviços prestados.

II – As instituições bancárias farão relatório mensal de serviços, a ser informado no livro eletrônico ou diretamente ao fisco municipal.

Art. 85. O ISSQN apurado na competência deverá ser recolhido até o décimo dia do mês seguinte a competência.

Capítulo IV

Taxas

Art. 86. As taxas anuais serão cobradas conforme o calendário fiscal e as demais no ato de solicitação dos serviços ou do poder de polícia, conforme determinado na legislação tributária municipal.

Capítulo V

COSIP

Art. 87. A contribuição para custeio do serviço de iluminação pública será recolhida na fatura de energia elétrica e será repassada ao Município pela concessionária de energia elétrica, conforme definido em convênio.

TÍTULO IV

PENALIDADES

Capítulo I

Multas por descumprimento de obrigação principal e acessória

Art. 88. O não cumprimento da obrigação tributária principal, que é a declaração e pagamento dos tributos devidos, acarretará na aplicação de 4% (quatro por cento) ao mês sobre o valor do tributo não recolhido, até o limite de 60% (sessenta por cento), quando este for apurado por ação fiscal.

Art. 89. Nos termos do art. 129 do Código Tributário Municipal, são passíveis de multa as seguintes condutas:

I – A não emissão de documento fiscal ou não declaração no livro eletrônico de fato gerador do ISSQN é punível com multa de 150 (cento e cinquenta) UFM, acrescidas de 10% (dez por cento) do valor do tributo não recolhido em razão da conduta.

II – A falta de comunicação de baixa ou inatividade de empresa, a falta de atualização das informações do imóvel, a falta de cadastramento para a emissão de notas fiscais de prestação de serviço e demais atos que afetem o cadastro tributário municipal são puníveis com multa de 150 (cento e cinquenta) UFM.

III – A não apresentação de documentos requeridos pelo fisco ou o impedimento ou tentativa de impedimento na atuação do fisco é punível com multa de 200 (duzentas) UFM.

Capítulo II

Emissão de certidão negativa, positiva e positiva com efeitos de negativa

Art. 90. A certidão negativa de débitos será emitida somente para o contribuinte que não possua débito tributário e/ou não tributário em aberto com o Município, considerando-se débito qualquer multa, compromisso, penalidade, preço público ou tributo não recolhido no prazo de vencimento.

Art. 91. A certidão positiva com efeitos de negativa será emitida para o contribuinte que possua débitos tributários ou não tributários em atraso, mas com a exigibilidade suspensa por um dos seguintes motivos:

- I – depósito administrativo ou judicial do montante devido;
- II – que possuam decisão liminar, em qualquer tipo de ação, que afaste a incidência do tributo; administrativo.

Art. 92. Quando o contribuinte possuir débitos em atraso, será gerada certidão positiva de débitos, que apenas mencionará a existência de valores em aberto ou indicará a impossibilidade de emissão de certidão negativa.

Art. 93. Por requerimento do contribuinte, do tabelionato, do ofício de imóveis ou do Poder Judiciário, o Município pode emitir certidão negativa de débitos do imóvel, somente para os casos em que não exista vinculada a aquele imóvel dívida de IPTU, taxas de serviço público ou de contribuição de melhoria.

TÍTULO V

COBRANÇA DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 94. Os tributos municipais não recolhidos nas datas de vencimento serão cobrados de forma administrativa, por meio de carta ou notificação aos contribuintes, e/ou de forma judicial.

Art. 95. Os créditos tributários inscritos em dívida ativa serão objeto de execução fiscal, nos termos da lei que regulamenta este tipo de ação.

Art. 96. Nos termos da Súmula 22 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e considerando o custo judicial da ação, o Município somente ingressará com a execução fiscal quando a soma dos débitos em nome do contribuinte ultrapassar o valor equivalente a 1.250,00 (mil duzentos e cinquenta) unidades fiscais.

TÍTULO VI

DAS ATRIBUIÇÕES NÃO TRIBUTÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA

Art. 97. São obrigações não tributárias do fisco municipal, dentro outras, a emissão de alvará de licença e localização e a gestão da cobrança dos preços públicos municipais.

CAPÍTULO I

DO ALVARÁ DE LICENÇA E LOCALIZAÇÃO

Art. 98. Qualquer estabelecimento ou atividade empresarial que tenha atendimento ao público ou local para exercer sua atividade depende de autorização do Município para funcionamento, conforme as regras de posturas municipais.

Art. 99. A licença para instalação e funcionamento é concedida por meio do alvará de localização e funcionamento.

Art. 100. O alvará de licença e localização é emitido no ato de solicitação da abertura da empresa e perdurará por tempo indeterminado, devendo a empresa manter atualizado seu cadastro junto ao fisco municipal, sob pena de cassação imediata do alvará e aplicação de multa.

Parágrafo único. A taxa de licença e localização será lançada anualmente, conforme definido no calendário fiscal, com base nas informações constantes no cadastro tributário do município.

Art. 101. No ano de 2018, para ajuste e revisão dos alvarás existentes, logo depois de recolhida a taxa de licença e localização serão emitidos alvarás sem data de vencimento para todos os contribuintes, que devem, por sua vez, manter seus cadastros atualizados junto ao fisco municipal.

**CAPÍTULO II
PREÇOS PÚBLICOS**

Art. 102. São preços públicos os valores cobrados pelo Município para a execução de serviços eventuais, que são disponibilizados pela administração e custeados pelos solicitantes.

Art. 103. Além dos já previstos em lei ou em outras regulamentações, o Município poderá cobrar os seguintes preços públicos:

I – Realização de limpeza em terreno: 0,25 UFM por metro quadrado do terreno;

II – Poda de árvore localizada em terreno privado: 25 UFM por hora de serviço;

III – Hora de uso da Quadra do Ginásio Municipal: R\$ 20,00 por hora ou R\$ 60,00 o mês com uma hora de uso por semana.

TÍTULO VII**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 104. A unidade fiscal indicada neste Regulamento é aquela prevista pela lei municipal e a mesma será atualizada anualmente por meio de instrução normativa emitida pela administração tributária municipal.

Art. 105. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Matos Costa, 8 de janeiro de 2018.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM	O presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM
Dirceu Joanim de Freitas Assistente Administrativo I	Marcelo Carneiro Bleixuehl Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

Meleiro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº003-2018

Publicação Nº 1493983

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 003/2018
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: RIZZOTTO & CIA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (gasolina) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2018
Valor: R\$ 91.540,00
Vigência: Início: 15/01/2018 Término: 31/12/2018.
Data da assinatura: 15 de Janeiro de 2018.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2018,
Valor: R\$ 35.880,00
Vigência: Início: 15/01/2018 Término: 31/12/2018.
Data da assinatura: 15 de Janeiro de 2018.

EXTRATO CONTRATO Nº004-2018

Publicação Nº 1493984

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 004/2018
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO
Contratado: SERRA DIESEL TRANSPORTADOR REVENDEDOR RETALHISTA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (óleo diesel), PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2018
Valor: R\$ 855.735,00
Vigência: Início: 15/01/2018 Término: 31/12/2018.
Data da assinatura: 15 de Janeiro de 2018.

EXTRATO CONTRATO Nº015-2018 SAÚDE

Publicação Nº 1493985

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 015/2018
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
Contratado: RIZZOTTO & CIA LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (gasolina) PARA MANUTENÇÃO DA FROTA MUNICIPAL NO EXERCÍCIO DE 2018
Valor: R\$ 67.660,00
Vigência: Início: 15/01/2018 Término: 31/12/2018.
Data da assinatura: 15 de Janeiro de 2018.

EXTRATO CONTRATO Nº016-2018 SAÚDE

Publicação Nº 1493986

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MELEIRO
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº. 016/2018

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 022/2018

Publicação Nº 1494044

DECRETO Nº 022/2018 DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO, DA DESIGNAÇÃO PARA CARGO EM COMISSÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ELIANE FÁTIMA HANAUER CHAVES, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo SC, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o pedido da servidora de rescisão da designação para cargo em comissão, para retorno ao cargo efetivo de Professora Ensino Superior, com carga horária de 40 horas semanais,

DECRETA:

Art.1º - Fica rescindida a partir de 01.02.2018, a designação constante do Decreto nº 041/2015, da Sra. ELIANE FÁTIMA HANAUER CHAVES, portadora do RG nº 2.997.570-0 e CPF nº 017.628.089-86, para cargo em comissão de Assessora de Departamento, do Departamento de Educação do Município de Modelo/SC.

Parágrafo Único – A servidora retorna automaticamente para o cargo efetivo de Professora Ensino Superior, 40 h/s semanais, conforme Decreto de nomeação nº 021/2008 e Decreto de alteração de carga horária nº 034/2015, a partir de 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01.02.2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a partir desta data o Decreto nº 041/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 18 de janeiro de 2018.
RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

ELIANE FÁTIMA HANAUER CHAVES

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Assessora de Departamento

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021-2018 - PEDRAS BASALTO - N C TRANSPORTES E SERVIÇOS

Publicação Nº 1494015

Extrato de Contrato nº 021/2018

Processo Licitatório nº 1262/2017

Pregão Presencial nº 050/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11

Contratada: N C TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 14.429.601/0001-29

Valor: R\$ R\$ 15.654,60

Assinado em: 04/01/2018

Vigente até: 31/12/2018

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEDRA DE BASALTO PARA MURO DE CONTENÇÃO, PARA SEREM UTILIZADOS EM RECUPERAÇÃO E CONSTRUÇÃO MUIROS, E OUTROS SERVIÇOS QUE SEJAM NECESSÁRIOS O USO DESSE MATERIAL, PELO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022-2018 - BRITA - ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO

Publicação Nº 1494016

Extrato de Contrato nº 022/2018

Processo Licitatório nº 1231/2017

Pregão Presencial nº 049/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11

Contratada: ARTEFATOS DE CIMENTO CESCO LTDA, CNPJ sob nº 13.079.750/0001-42

Valor: R\$ R\$ 5.900,00

Assinado em: 04/01/2018

Vigente até: 31/12/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE BRITA, PARA SEREM UTILIZADOS EM RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS, PONTES, BOCAS DE LOBO, CONSTRUÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, MUIROS, E OUTROS SERVIÇOS QUE SEJAM NECESSÁRIOS O USO DESSES MATERIAIS PELO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023-2018 - CIMENTO E AREIA - MODELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 1494017

Extrato de Contrato nº 023/2018

Processo Licitatório nº 1231/2017

Pregão Presencial nº 049/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO. CNPJ nº 83.021.832/0001-11

Contratada: MODELO MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA – EPP, CNPJ sob o n.º 09.344.389/0001-67

Valor: R\$ R\$ 5.900,00

Assinado em: 04/01/2018

Vigente até: 31/12/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE AREIA E CIMENTO, PARA SEREM UTILIZADOS EM RECUPERAÇÃO DE CALÇADAS, PONTES, BOCAS DE LOBO, CONSTRUÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, MUIROS, E OUTROS SERVIÇOS QUE SEJAM NECESSÁRIOS O USO DESSES MATERIAIS PELO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

Modelo/SC, 04 de janeiro de 2018.

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

Mondaí

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA

Publicação Nº 1494394

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE MONDAÍ

A Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Mondai, Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 24, II, da Lei Orgânica Municipal e dos arts. 10, e 101, § 3º, II, do Regimento Interno da Câmara, considerando a convocação pelo Executivo Municipal de Sessão Legislativa Extraordinária, CONVOCA os vereadores da 16ª Legislatura Municipal para Sessão Plenária Extraordinária a ser realizada no dia 22 de janeiro de 2018, às 18 horas, com objetivo de deliberar sobre os seguintes Projetos de Leis:

Projeto de Lei Complementar 1/2018, que "Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder aumento real aos servidores públicos municipais, inativos, pensionistas, aos admitidos em caráter temporário, aos admitidos na forma de empregos públicos, aos conselheiros tutelares, aos nomeados em cargos de provimento efetivo e comissionado e aos que exercem funções de confiança e/ou temporárias e dá outras providências".

Projeto de Lei Ordinária 1/2018, que "Dá nova redação ao artigo 2º da Lei Municipal nº 3.108, de 25 de abril de 2005 e dá outras providências".

Com o exposto acima, TORNA PÚBLICO a quem interessar o objeto do presente edital e, para que tenha validade, será afixado em local público nesta data e divulgado nos meios de comunicação.

Câmara de Vereadores de Mondai, 17 de janeiro de 2018.

Marisa Janete Giehl Flach,

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA EM 22/01/2018.

CIENTE DOS VEREADORES	DATA
Augusto G. Wohlfarth	
Elizandro Mainardi	
Guido J. Kappes	
Juvenil J. de Souza	
Roberto Bernardy	
Selani I. D. Bruch	
Valdori Goldbeck	
Volmir Miotto	

Morro da Fumaça

PREFEITURA

TERCEIRA ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018

Publicação Nº 1494025

Município de Morro da Fumaça. Terceira Errata do Pregão Presencial Nº 005/2018. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, conforme anexo I. Altera-se o julgamento. Data: 25/01/2018 às 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. EDUARDO SARTOR – Secretário do Sistema Econômico.

Morro Grande

PREFEITURA

AVISO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2017 - PMMG

Publicação Nº 1493929

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Prefeito de Morro Grande, por meio de suas atribuições legais, ratifica o Processo Administrativo nº 1/2018, Dispensa de Licitação nº 1/2018, que tem por objetivo a Contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural prestados pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina, conforme ações contidas no Plano de Trabalho – PAT/2018. Fundamento Legal: Art. 24, inciso XXX, da Lei nº 8.666/93. Favorecida: Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. Valor Total da Dispensa: R\$ 23.000,04. Dotação: (92) 0702.2025.339079. Eduir Marcelo - Prefeito Municipal em exercício.

DECRETO Nº 03/2018

Publicação Nº 1493962

DECRETO Nº 03/2018

CONSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – C.P.L. E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IV do artigo 52 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação – C.P.L., composta de três membros efetivos e dois suplentes, com a finalidade de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite e ao cadastramento de licitantes.

Art. 2º Para compor a referida Comissão, ficam designados como membros efetivos e suplentes os seguintes servidores:

Presidente: Joacir Daniel, matrícula nº 1104;
Membro: Izelma Fenali Crepaldi Pazzini, matrícula nº 90;
Membro: Claiton Crepaldi, matrícula nº 793;
Suplente: Catiane Munaretto Piton, matrícula nº 871;
Suplente: Éric Júnior Frezza, matrícula nº 788;

Art. 3º O Presidente da Comissão será representado, em sua ausência, por qualquer dos membros que se fizerem presentes, respeitando-se ordem de designação.

Art. 4º Designar, sem prejuízo das suas atribuições normais, a servidora Izelma Fenali Crepaldi Pazzini, para secretariar a Comissão.

Art. 6º O Presidente ora designado fica autorizado a expedir todos os atos necessários para a fiel execução dos processos Licitatórios e a Secretária fica responsável pela elaboração das atas, relatórios e demais atos praticados pela presente Comissão.

Art. 7º O prazo de vigência da presente Comissão Permanente de Licitação será até 31 de dezembro de 2018.

Art. 8º A comissão ora designada será responsável pelo procedimento de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, na forma de Chamada Pública de Compra, conforme Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, Resolução/FNDE/CD nº 26/2013, suas atualizações e demais normas pertinentes.

Art. 9º Os membros da Comissão Permanente de Licitação farão jus a gratificação prevista na Lei Municipal nº 796/2014.

Art. 10º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 16 de janeiro de 2018.

EDUIR MARCELO

Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 04/2018

Publicação Nº 1493964

DECRETO Nº 04/2018

Designa pregoeiros e compõe equipe de apoio para atuarem em licitações na modalidade de pregão

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRO GRANDE, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, em especial a Lei Federal no 10.520 de 17 de julho 2002,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para atuarem como Pregoeiro e membros da Equipe de Apoio em licitações na modalidade de pregão no âmbito da Prefeitura Municipal, Fundos e Autarquias do Município de Morro Grande, os seguintes servidores municipais:

I - Pregoeiros:

a) Eric Junior Frezza, matrícula nº 788;
b) Elaine Marchesini Zuchinali, matrícula nº 1093;

II – Equipe de Apoio:

a) Izelma Fenali Crepaldi Pazzini, matrícula nº 90;
c) Claiton Crepaldi, matrícula nº 793;

III – Suplentes:

a) Catiane Munaretto Piton, matrícula nº 871;
b) Danniel Orione da Silva, matrícula nº 804;

Art. 2º O prazo de vigência da presente Comissão será até 31 de dezembro de 2018.

Art. 3º O Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio farão jus a gratificação prevista na Lei Municipal nº 796/2014.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 16 de janeiro de 2018.
EDUIR MARCELO
Prefeito Municipal em exercício

DECRETO Nº 05/2018

Publicação Nº 1494009

DECRETO Nº 05/2018

SUBSTITUI O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EDUIR MARCELO, Prefeito Municipal de Morro Grande em exercício, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor, e,

Considerando, que o Sr. Jossemar Antônio Daniel está impedido de exercer suas atribuições de Presidente da Comissão de Concurso Público, por motivos elencados no requerimento protocolado em 12 de janeiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º FICA SUBSTITUÍDO o Sr. Jossemar Antônio Daniel, matrícula nº 119 de Presidente da Comissão de Concurso pela Sra. CRISTIANA MENEGEN ROSSO, matrícula nº 204.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Morro Grande/SC, 16 de janeiro de 2018.
VALDIONIR ROCHA
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1494118

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 17 de janeiro de 2018.

Ilmo Sra.
MARIA APARECIDA PIO SANTOS (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 002/2017, para o cargo de ARTE EDUCADOR DE VIOLÃO 40 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1494123

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 17 de janeiro de 2018.

Ilmo Sra.
SOFIA SCHRAMM DE BRITO (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no

prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 002/2017, para o cargo de ARTE EDUCADOR DE ARTES PLASTICAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1494114

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 17 de janeiro de 2018.

Ilmo Sr.
DIEGO RUAN RIBEIRO COSTALONGA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 002/2017, para o cargo de ARTE EDUCADOR TEATRO 40 HORAS. Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1494122

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 17 de janeiro de 2018.

Ilmo Sra.
SABRINA LEMOS VIANA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 002/2017, para o cargo de ARTE EDUCADOR DE TEATRO 20 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1494117

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 17 de janeiro de 2018.

Ilmo Sra.
JESSICA CAROLINE MIRANDA SANTIAGO SANTOS (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 002/2017, para o cargo de ARTE EDUCADOR DE DANÇA DE RUA 20 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1494121

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 17 de janeiro de 2018.

Ilmo Sra.
RUBIANY ANDRADE (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 002/2017, para o cargo de ARTE EDUCADOR DE INSTRUMENTOS DE SOPRO.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1494116

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes – SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--

Navegantes, 17 de janeiro de 2018.

Ilmo Sr.
FELIPE DIAS (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 002/2017, para o cargo de ARTE EDUCADOR DE VIOLÃO 20 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

CONVOCAÇÃO POR PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1494120

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES www.navegantes.sc.gov.br Rua João Emílio n.º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC E-mail: gabinete@navegantes.sc.gov.br Fone/Fax: (047) 3342-9500
--	--

Navegantes, 17 de janeiro de 2018.

Ilmo Sra.
MARILIA FERNANDA GAZANIGA DE OLIVEIRA (CANDIDATO)

Assunto: CONVOCAÇÃO –PROCESSO SELETIVO 002/2017.

Senhor (a) Candidato (a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO (A) para comparecer junto a Secretaria Municipal de Administração, no setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Navegantes, no prazo máximo de 48 horas (QUARENTA E OITO) contados a partir da data de publicação, para tratar da contratação do PROCESSO SELETIVO 002/2017, para o cargo de ARTE EDUCADOR DE CANTO 20 HORAS.

Salientamos que com o não comparecimento no prazo determinado implicará na perda automática da vaga do PROCESSO SELETIVO.

Sendo o que se apresenta para o momento, firmamos.

Cordialmente,

Diandra Pereira Kamila Brustolin
Diretora de RH Gerente de RH

PREFEITURA DE NAVEGANTES – CONCORRÊNCIA 182/2017 PMN

Publicação Nº 1494542

PREFEITURA DE NAVEGANTES – CONCORRÊNCIA 182/2017 PMN
Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Concorrência visando a contratação de empresa especializada na construção/implantação do "Molhe Norte da Foz do Rio Gravatá" para controle de inundações e erosão marinha - etapa 1, com recursos oriundos do Governo Federal e contrapartida com esta municipalidade, através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 21/02/2018 até às 8h50. Abertura/envelopes: 21/02/2018 às 9h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 03/2017 FUMAN REPUBLICADO

Publicação Nº 1494569

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 03/2017 FUMAN REPUBLICADO

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Pregão presencial visando a contratação de empresa especializada em prestação de serviços para a manutenção e restauração da Gruta Nossa Senhora de Guadalupe localizada no bairro de Pedreiras neste município com recursos oriundos da compensação ambiental, aprovado pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 31/01/2018 até às 13h50. Abertura/envelopes: 31/01/2018 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 01-2018 - REVISÃO ANUAL E GERAL DOS SALÁRIOS DE VEREADORES

Publicação Nº 1493860

RESOLUÇÃO Nº 001/2018

DISPÕE SOBRE A REVISÃO ANUAL E GERAL DOS SALÁRIOS DE VEREADORES E SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE NAVEGANTES-SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A Câmara de Vereadores de Navegantes, Estado de Santa Catarina, com fundamento no artigo 32, inciso XI, do seu Regimento Interno, usando de suas atribuições institucionais, aprovou e a Mesa Diretora promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica instituído a revisão salarial do ano de 2018, no percentual de 2,95% (dois vírgula noventa e cinco por cento), aos Vereadores e aos Servidores da Câmara de Vereadores de Navegantes, conforme revisão geral anual da remuneração, feita pelo poder público municipal.



Art. 2º Fica instituído que a revisão deverá ser calculada desde o dia 01 de janeiro de 2018.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor da data de sua publicação.

Câmara Municipal de Navegantes, 16 de janeiro de 2018.

ALÍCIO JACOB RICOBOM

Presidente

FILHO PAULO RODRIGO MELZI

Vice-presidente

JEFFERSON MACHADO MACARINI

1º Secretário

JOSÉ DOS SANTOS

2º Secretário

Nova Erechim

CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL CHAMAMENTO DE FORNECEDORES 01/2018

Publicação Nº 1494717

EDITAL DE CHAMAMENTO PARA CADASTRO DE FORNECEDORES PROCESSO Nº. 01/2018

RAFAEL KNAKIEWICZ, Presidente da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a todos os interessados, que de acordo com a Lei N. 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, encontra-se aberta a possibilidade geral e irrestrita para proceder ao REGISTRO CADASTRAL, como fornecedor da Câmara de Vereadores de Nova Erechim - SC, conforme segue:

I - DO CADASTRO DE FORNECEDORES:

As pessoas Jurídicas e as pessoas físicas, que tenham interesse em fornecer à Câmara de Vereadores de Nova Erechim - SC, materiais e bens de consumo, de manutenção e de investimento duráveis ou não, execução de obras e serviços inclusive de publicidade, deverão REQUERER, junto a Câmara de Vereadores de Nova Erechim, no horário de expediente a partir da publicação do presente, sua inscrição no CADASTRO DE FORNECEDORES.

II - DA HABILITAÇÃO E INSCRIÇÃO:

O interessado deverá se apresentar na Câmara de Vereadores de Nova Erechim - SC, rua São Pedro, 19, Centro, Nova Erechim - SC, no horário de expediente, e deverá estar acompanhada dos seguintes documentos, em via original ou cópia autenticada, conforme o caso.

1 - Pessoas Físicas:

- a) Cédula de Identidade;
- b) Inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- c) Registro na entidade profissional competente;
- d) Certidão negativa de execução judicial e protestos expedido no domicílio da pessoa física.

2 - Pessoas Jurídicas:

- a) - Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor com suas alterações, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) - Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- d) - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
- e) - Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ/MF com cartão atualizado;
- f) - Prova de regularidade para com a União, Fazenda Federal, Estadual, Municipal e FGTS do domicílio ou sede do requerente, ou equivalente, na forma da Lei devendo ser renovado sempre antes de cada vencimento;
- h) - Registro ou inscrição na entidade profissional competente se for o caso;
- i) - certidão negativa de falência e concordata expedido pelo distribuidor da sede da pessoa Jurídica;
- l) - certidão negativa de execução judicial e protestos, expedido no domicílio da pessoa jurídica;

III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Havendo alteração dos atos constitutivos, o fornecedor deverá providenciar a sua juntada e imediata substituição.

Para efeito de cadastro, a proponente deverá fornecer todas as certidões atualizadas e não vencidas e as que não constam no prazo de validade, devem ser emitidas pelo órgão competente após a

data deste Edital.

A partir da publicação do presente Edital, na forma da Lei Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, a Câmara de Vereadores de Nova Erechim - SC, somente admitirá como fornecedor os devidamente cadastrados, ou que vierem a se cadastrar antes da abertura dos Processos Licitatórios, e para as Tomadas de Preços, os que atenderem, até o terceiro (03) dia anterior à data da abertura da licitação, todos os documentos exigidos para cadastro acima numerado, sem prejuízo dos exigidos pelo respectivo Edital.

Para as empresas não cadastradas e que por ventura vier participar de processos de licitação na Modalidade de Tomada de Preços, para habilitação, além dos documentos exigidos pelo edital, deverá apresentar até o terceiro (03) dia anterior à abertura, os exigidos neste Edital, conforme acima especificado.

Maiores informações poderão ser obtidas junto a Câmara de Vereadores de Nova Erechim - SC, no horário de expediente, ou pelo fone (049) 3333-0010.

Nova Erechim, SC, 18 de Janeiro de 2018.

RAFAEL KNAKIEWICZ
Presidente

DEBORA CRISTINA WERLANG
Assessora Jurídico OAB/SC 19903

Publicado no DOM e Afixado no Mural Público,
Registrado nesta Casa Legislativa em data Supra

Alfredo Carlos Merigo
Secretário Geral

REGISTRO DE PREÇO 01/2018 CONTRATAÇÃO DE SOFTWARES

Publicação Nº 1494713

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 02/2018

PREGÃO PRESENCIAL

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2018

Comunicamos a quem interessar que a CÂMARA DE VEREADORES DE NOVA ERECHIM/SC, ABRE PRAZO para recebimento de envelopes (proposta e habilitação) para o processo 02/2018 - PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2018, tipo menor preço/por item OBJETIVANDO a Contratação de licenciamento de softwares, contemplando a manutenção/atualização e, ainda, Implantação, conversão total, treinamento, com acesso simultâneo de usuários, que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos em conformidade com o descrito no projeto básico e Anexos do presente edital. Os envelopes serão recebidos até às 08:30 horas do dia 31/01/2018, na Sede da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, sito à Rua São Pedro, nº 19, Centro, e às 9:00, neste mesmo local, realizara a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do edital e seus anexo poderão ser obtidos na Sede da Câmara de Vereadores de Nova Erechim, no horário de expediente, sito à Rua São Pedro, nº 19, Centro, ou pelo site www.cvne.sc.gov.br maiores informações pelo fone (0xx49) 3333-0010.

Nova Erechim, 18 de Janeiro de 2018.

RAFAEL KNAKIEWICZ
Presidente

Publicado no DOM e Afixado no Mural Público,
Registrado nesta Casa Legislativa em data Supra

Alfredo Carlos Merigo
Secretário Geral

Nova Itaberaba

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 15/2018

Publicação Nº 1494659

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO de Nova Itaberaba

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão

Processo Adm. Nº.: 15/2018

Edital: Pregão Nº.: 3/2018

Tipo: Menor preço / Global

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão da Assistência Social e Habitação, hospedagem dos sistemas em servidor virtual "datacenter", implantação, conversão de dados, treinamento aos usuários, suporte técnico e demais serviços descritos neste edital.

Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 29 de janeiro de 2018.

Local de Entrega dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.

Abertura dos Envelopes: 08:00 horas do dia 29 de janeiro de 2018.

Local de Abertura dos Envelopes: Sede da Prefeitura. Rua José Marocco nº 2226. Nova Itaberaba-SC.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua José Marocco nº 2226, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo fone (049) 3327 0066.

A licitação será regida pela Lei Nº 10.520/2002 e supletivamente pela Lei Nº 8.666/93.

NOVA ITABERABA, 17 de janeiro de 2018

JOÃO ZARYCHTA

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

DECRETO Nº 18/2018

Publicação Nº 1494652



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
Administrativo

**DECRETO N.º 18/2018 DE 18 DE JANEIRO DE 2018****PROCESSO SELETIVO N.º 005/2017****ATA DE CLASSIFICAÇÃO FINAL**

O Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, em Exercício, Sr. João Zarychta, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO**, para o conhecimento dos interessados, a **Ata de Classificação Final** referente ao Processo Seletivo n.º 005/2017, destinado ao preenchimento de vagas no Quadro de Pessoal do Município.

1. Apresentamos abaixo a **Ata de Classificação Final** do Processo Seletivo n.º 005/2017, do Município de Nova Itaberaba (SC), conforme Anexo I.

2. O presente documento entra em vigor na data de sua publicação.

3. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nova Itaberaba (SC), 18 de janeiro de 2018.

JOÃO ZARYCHTA
Prefeito Municipal em Exercício



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
 Administrativo

ANEXO I

Estagiária(o) Nível Médio
Única Inscrição (Sem Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	792874	01/06/2002	Patricia Naiely De Paula	103.204.559-04	1,00	1,50	2,50	5,00	5,00
2	788957	30/09/2000	Micheli De Oliveira Ferreira	100.021.969-05	1,00	1,00	1,50	3,50	3,50
3	790429	20/06/1999	Naiara Ercio	110.694.179-98	0,50	0,50	2,00	3,00	3,00
-	792605	21/09/2000	Alan Aroel Delani	119.862.729-82	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
-	790790	27/12/2001	Maiqueli Ferrarini	087.443.239-13	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00
-	775283	21/08/2002	Andressa Schoenberger	136.346.719-04	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00

Estagiária(o) Nível Superior
Única Inscrição (Sem Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	779765	23/05/2000	Ana Bueno Teles	093.135.309-29	1,00	2,00	3,00	6,00	6,00
2	775783	21/07/1998	Andreia Bonavigo	099.207.989-67	1,50	1,50	2,50	5,50	5,50
3	777161	12/10/1997	Karlane Batistello	108.021.689-81	1,00	1,00	2,50	4,50	4,50
4	789636	17/03/1998	Maiara Cardozo Ferrarini	106.325.329-20	1,50	1,00	2,00	4,50	4,50
5	792064	10/06/2000	Adiane Severo	093.137.359-03	0,00	1,50	1,50	3,00	3,00
6	774540	08/09/1998	Ana Caroline Bazanella Galeazzi	098.558.229-43	0,50	0,50	1,50	2,50	2,50
7	780876	16/11/1998	Tanara Babinski	073.426.879-36	1,00	0,50	1,00	2,50	2,50
-	792611	26/08/1999	Raiana Danieli Batistello	110.909.739-50	0,00	0,00	0,00	Ausente	0,00

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066
 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site: www.novaitaberaba.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
Administrativo

Professor de Artes - Habilitado
Única Inscrição (Com Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	782201	28/02/1994	Naielei Testa	098.227.249-93	0,40	1,20	2,40	4,00	-	4,00
2	781733	18/04/1994	Kerli Laiz Dill	088.945.379-94	0,00	0,40	2,00	2,40	-	2,40

Professor de Artes - Não Habilitado
Única Inscrição (Sem Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	787236	27/10/1998	Pamela Rigo	110.430.969-65	0,00	2,00	3,00	5,00	5,00

Professor de Educação Especial - Habilitado
Única Inscrição (Com Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	781181	22/12/1985	Juliana Favero Grandó	049.000.399-00	0,40	0,00	2,00	2,40	-	2,40

Professor de Educação Especial - Não Habilitado
Única Inscrição (Sem Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	776927	17/06/1985	Margarete Correa Pinto	048.502.739-98	0,00	1,50	4,00	5,50	5,50

Professor de Educação Física - Habilitado

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066
 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site: www.novaitaberaba.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
 Administrativo

Única Inscrição (Com Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	783223	18/01/1994	Williams Carniel	087.400.259-18	1,20	0,80	2,40	4,40	-	4,40
2	774643	19/10/1990	Guerty Carla Bassani	075.508.119-62	0,40	1,20	2,40	4,00	-	4,00
3	787286	27/12/1992	Valeria Cristina Fioreze	085.378.849-95	1,20	0,80	2,00	4,00	-	4,00
4	781106	01/05/1985	Catia Hollas Skierzynski	045.715.049-18	0,80	1,20	1,60	3,60	-	3,60
5	777321	18/04/1984	Delvair Jose Dalemole	038.632.039-09	0,00	1,20	1,60	2,80	-	2,80
6	784251	12/08/1988	Luana Vicenzi	064.273.209-47	0,40	0,00	1,60	2,00	-	2,00

Professor de Educação Infantil - Habilitado

Múltiplas Inscrições

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	775101	08/02/1979	Elizane Severo	033.363.379-25	1,20	1,60	2,80	5,60	1,50	7,10
2	776254	05/12/1971	Marilete Fatima Ficagna Carniel	714.233.979-91	0,80	2,00	2,80	5,60	1,50	7,10
3	777086	28/10/1995	Joara Tayná dos Santos	090.375.039-26	1,60	1,60	2,00	5,20	0,30	5,50
4	790892	12/08/1967	Marinez Soares Da Silva	714.734.089-20	0,00	1,60	3,20	4,80	-	4,80
5	775753	04/02/1983	Alexandra Severo	040.079.389-03	0,40	1,60	2,80	4,80	-	4,80
6	775587	01/10/1996	Maria Eloiza Cararo	087.793.039-27	1,20	1,60	2,00	4,80	-	4,80
7	774104	06/09/1985	Juliana Zeiser Mai	047.004.139-05	1,20	2,00	1,60	4,80	-	4,80
8	785243	23/02/1971	Iliane Terezinha Detoni	907.500.129-00	0,80	1,60	2,00	4,40	-	4,40
9	776126	31/10/1994	Rafaela Ferrarini	096.433.869-61	0,80	1,60	2,00	4,40	-	4,40
10	781356	17/09/1982	Suzamara Medeiros	040.715.169-92	1,60	1,60	1,20	4,40	-	4,40
11	775221	15/02/1956	Ivone Salami	579.907.439-49	0,40	1,60	2,00	4,00	-	4,00
12	776409	11/11/1973	Elenice Fatima Tadiotto	016.048.579-78	0,80	1,20	2,00	4,00	-	4,00
13	776702	27/06/1975	Clairia Dallacorte	868.865.929-04	0,80	1,20	1,60	3,60	-	3,60
14	791634	03/08/1994	Tainara Pirovano	089.809.819-02	0,80	1,20	1,60	3,60	-	3,60

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066
 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site: www.novaitaberaba.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
 Administrativo

15	772866	31/12/1975	Marcia Justina Gromoski Daniel Gromoski Daniel	030.737.319-38	0,80	1,60	1,20	3,60	-	3,60
16	777206	25/07/1980	Sionara Balen	025.160.189-75	0,80	1,60	1,20	3,60	-	3,60
17	781800	21/06/1995	Angelica Delani Martins Dos Santos	088.297.959-09	0,00	0,80	2,40	3,20	-	3,20
18	783358	14/06/1987	Indianara Amabile Favaretto Citadella	067.023.089-81	0,40	1,20	1,60	3,20	-	3,20
19	791048	30/11/1989	Sirlei Rigo	068.791.749-22	0,40	1,20	1,60	3,20	-	3,20
20	782444	17/06/1976	Joceli Zanandrea Daga	019.964.509-48	0,40	1,60	1,20	3,20	-	3,20
21	781917	14/09/1991	Elisete Giacomini	080.088.349-78	0,40	1,60	1,20	3,20	-	3,20
22	779211	28/03/1995	Andressa Rimoldi	097.869.139-30	0,40	1,60	1,20	3,20	-	3,20
23	791832	16/12/1959	Teresinha Zandonai	018.664.549-00	0,00	0,80	2,00	2,80	-	2,80
24	791868	27/05/1969	Jurema Salete Santin Giacomini	683.032.389-49	0,00	0,80	2,00	2,80	-	2,80
25	792257	19/08/1989	Edivania Fatima Hining	069.668.129-35	0,80	0,80	1,20	2,80	-	2,80
26	792080	15/08/1964	Clarice Maria Perim	580.102.039-04	0,80	0,40	1,20	2,40	-	2,40
27	786142	30/03/1980	Marcia Dolores Cavassini Palombit	044.681.529-23	0,40	1,60	0,40	2,40	-	2,40

Professor de Educação Infantil - Não Habilitado
Única Inscrição (Sem Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	792326	13/07/1990	Dulciane Balbinot	082.393.749-64	0,50	2,00	3,00	5,50	5,50
2	792693	09/05/1988	Eliandra Guerra	066.348.179-10	0,50	1,00	2,00	3,50	3,50

Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Habilitado
Múltiplas Inscrições

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066
 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site: www.novaitaberaba.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
Administrativo

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	774105	06/09/1985	Juliana Zeiser Mai	047.004.139-05	1,20	2,00	3,20	6,40	0,50	6,90
2	777087	28/10/1995	Joara Tayná dos Santos	090.375.039-26	1,60	1,60	2,80	6,00	0,30	6,30
3	781357	17/09/1982	Suzamara Medeiros	040.715.169-92	1,60	1,60	2,80	6,00	0,20	6,20
4	791833	16/12/1959	Teresinha Zandonai	018.664.549-00	0,40	0,80	3,60	4,80	-	4,80
5	789248	14/09/1966	Neusa Fatima Camatti Babicz	767.083.909-06	0,80	1,60	2,40	4,80	-	4,80
6	777207	25/07/1980	Sionara Balen	025.160.189-75	0,80	1,60	2,40	4,80	-	4,80
7	792463	19/08/1989	Edivania Fatima Hining	069.668.129-35	0,80	0,80	2,80	4,40	-	4,40
8	776703	27/06/1975	Clairia Dallacorte	868.865.929-04	0,80	1,20	2,40	4,40	-	4,40
9	775754	04/02/1983	Alexandra Severo	040.079.389-03	0,40	1,60	2,40	4,40	-	4,40
10	788974	26/02/1969	Adiles Risson	777.558.479-34	0,80	2,00	1,60	4,40	-	4,40
11	792515	15/02/1956	Ivone Salami	579.907.439-49	1,20	1,20	1,60	4,00	-	4,00
12	790893	12/08/1967	Marinez Soares Da Silva	714.734.089-20	0,00	1,60	2,40	4,00	-	4,00
13	782446	17/06/1976	Joceli Zandrea Daga	019.964.509-48	0,40	1,60	2,00	4,00	-	4,00
14	786143	30/03/1980	Marcia Dolores Cavassini Palombit	044.681.529-23	0,40	1,60	2,00	4,00	-	4,00
15	785804	23/12/1982	Priscila Nichelle	046.383.049-07	1,20	1,20	1,60	4,00	-	4,00
16	785244	23/02/1971	Iliane Terezinha Detoni	907.500.129-00	0,80	1,60	1,60	4,00	-	4,00
17	776255	05/12/1971	Marilete Fatima Ficagna Camiel	714.233.979-91	0,40	2,00	1,60	4,00	-	4,00
18	775588	01/10/1996	Maria Eloiza Cararo	087.793.039-27	1,20	1,60	1,20	4,00	-	4,00
19	779212	28/03/1995	Andressa Rimoldi	097.869.139-30	0,40	1,60	1,60	3,60	-	3,60
20	776142	02/02/1971	Nelci Castagna Flores	005.903.039-96	0,00	2,00	1,60	3,60	-	3,60
21	776127	31/10/1994	Rafaela Ferrarini	096.433.869-61	0,80	1,60	1,20	3,60	-	3,60
22	782536	17/10/1964	Neiva Terezinha Ortigara Gatto	579.904.419-34	0,80	2,00	0,80	3,60	-	3,60
23	782020	13/05/1990	Vanessa Machado Pozzebon	077.873.419-63	0,40	0,40	2,40	3,20	-	3,20
24	781801	21/06/1995	Angelica Delani Martins Dos Santos	088.297.959-09	0,00	0,80	2,40	3,20	-	3,20

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066
 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site: www.novaitaberaba.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
 Administrativo

25	792019	24/08/1995	Lais Paula Pagnussat	088.090.529-86	0,80	0,40	2,00	3,20	-	3,20
26	775102	08/02/1979	Elizane Severo	033.363.379-25	0,40	1,20	1,60	3,20	-	3,20
27	783359	14/06/1987	Indianara Amabile Favaretto Citadella	067.023.089-81	0,40	1,20	1,60	3,20	-	3,20
28	791869	27/05/1969	Jurema Salete Santin Giacomini	683.032.389-49	0,80	1,60	0,80	3,20	-	3,20
29	791049	28/12/1978	Elizangela Da Silva	027.873.219-41	0,80	0,00	1,60	2,40	-	2,40
30	778236	21/11/1962	Ines Rosani Da Silva	386.213.049-53	0,40	0,80	1,20	2,40	-	2,40
31	792039	06/11/1974	Thamara Concatto Correa Borges	923.516.209-25	0,40	0,80	1,20	2,40	-	2,40
32	782557	26/11/1996	Maikeli Gatto	098.924.939-58	0,00	1,20	1,20	2,40	-	2,40
33	776205	05/05/2002	Martli Salete Possam Possa	766.960.739-49	0,00	1,20	1,20	2,40	-	2,40

Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) - Não Habilitado
Única Inscrição (Sem Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	790835	01/06/1999	Maria Izabel Campos Da Silva	111.518.989-10	0,50	1,00	2,00	3,50	3,50

Professor de Informática - Não Habilitado
Única Inscrição (Sem Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	772859	11/06/1991	Andressa Invernizzi	067.710.659-95	1,50	2,00	4,00	7,50	7,50
2	775253	04/11/1985	Andre Luiz Maso	049.087.099-63	0,00	2,50	3,00	5,50	5,50

Professor de Língua Estrangeira - Inglês - Habilitado
Única Inscrição (Com Títulos)

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066
 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site: www.novaitaberaba.sc.gov.br

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
Administrativo



Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Títulos	Média final
1	774273	07/07/1988	Jucelia De Souza	067.658.249-44	0,40	0,80	1,20	2,40	-	2,40

Professor de Língua Estrangeira - Inglês - Não Habilitado
Única Inscrição (Sem Títulos)

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	CPF	Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos	Prova teórica	Média final
1	782651	20/04/1993	Barbara Christina Lopes	123.714.216-42	1,00	1,00	3,50	5,50	5,50

Rua José Marocco, 2226 – Centro – Cep: 89818-000 – Nova Itaberaba/SC – Fone/Fax (49) 3327-0066
 CNPJ: 95.990.131/0001-70 - Site: www.novaitaberaba.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA
Administrativo



RESOLUÇÃO 002 2018, DISPÕEM SOBRE A APRESENTAÇÃO OFICIAL DOS CANDIDATOS A CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, DECLARA ABERTO PERÍODO DE PROPAGANDA ELEITORAL, E INFORMAÇÕES SOBRE DEMAIS ETAPAS

Publicação Nº 1494668

RESOLUÇÃO 002/2018

DISPÕEM SOBRE A APRESENTAÇÃO OFICIAL DOS CANDIDATOS A CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA, DECLARA ABERTO PERÍODO DE PROPAGANDA ELEITORAL, E INFORMAÇÕES SOBRE DEMAIS ETAPAS.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Nova Itaberaba – SC, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art.1 – Antecipar a data da apresentação oficial dos candidatos uma vez que não houve registro de impugnações, não sendo assim necessário período para apresentação de defesa e análise.

Parágrafo único. As demais datas permanecem conforme previsto no Edital.

Art. 2 – Tornar pública a relação oficial de candidatos a Conselheiros Tutelares no processo eleitoral suplementar pelo Edital 001/2017:

- ANDRESSA DA SILVEIRA
- SAMARA BRUNA TERRES ZAUZA
- SILVANA APARECIDA MENDES POSSEBON
- JOSÉ AMÉLIO CARNIEL
- FERNANDA ILHA DA SILVA

Art. 3 – Declarar aberto período para propaganda eleitoral conforme disposto no Edital de abertura.

Art.4 – Reiterar que a prova de conhecimento sobre O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) é obrigatória. Será antecedida de orientação teórica, ambas realizadas no dia 25/01/2018, das 8:00 hs às 11:30 hs, na sede do CRAS. Os candidatos devem comparecer no local com 15 minutos de antecedência.

Art. 5 – Substituir membro da comissão em razão de período de férias trabalhistas: a conselheira Claudete Maria Eckert será substituída pela conselheira Gisele Zin Lubi na comissão.

Art. 6 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nova Itaberaba, 19 de janeiro de 2018.

ADAILTO DAGA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Nova Itaberaba - SC

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 012/2018

Publicação Nº 1494626

PORTARIA Nº 012, de 18 de janeiro de 2018

Dispõe Sobre a Nomeação e Funcionamento da Comissão Permanente de Licitações.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, com fundamento no Parágrafo 4º do artigo 51 da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Federal nº 8.883/94 e usando da competência que lhe confere o item VIII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores, Aprígio José Botameli (Presidente), Rafael Visentainer Adami e Denner Soares de Oliveira, como membros titulares, para compor a Comissão Permanente de Licitações deste Município, para as modalidades de Convite, Tomada de Preços e Concorrência Pública.

Art. 2º Ficam igualmente nomeados os servidores Jeferson dos Santos, Lorena Polli e Maria Cipriani, para suplentes dos membros da Comissão Permanente de Licitações, mencionados no artigo anterior.

Art. 2º - Incumbe à Comissão promover, desde a abertura até o julgamento, as licitações para compra, serviços e alienações da Prefeitura, observada a legislação e demais normas aplicáveis às licitações.

Art. 3º É facultado à Comissão sempre que entender necessário ao melhor julgamento, recorrer à manifestação instrutiva de quaisquer dos setores da Prefeitura.

Art. 4º É de competência do Presidente:

- dirigir os trabalhos e despachar o expediente da Comissão;
- Exercer além do voto ordinário, o de qualidade, em caso de empate;
- Convocar membros suplentes para substituírem os efetivos, quando ausentes ou impedidos, com atuação plena, bem como secretariar as reuniões da comissão, neste caso, sem direito de voto.

Art. 5º Incumbe ao servidor público municipal Rafael Visentainer Adami, matrícula 7050, concursado no cargo de Técnico Administrativo, nomeado no cargo de provimento em Comissão de Diretor de Contabilidade, substituir com plenitude de funções, o Presidente nas suas faltas e impedimento.

Art. 6º Incumbe ao Secretário designado, a lavratura das atas das reuniões da Comissão e a execução das tarefas que lhe forem cometidas pelo Presidente nos limites de sua competência.

Portaria nº 012/2018

Art. 7º As decisões da comissão serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros efetivos, considerando-se como tais, para esse efeito, os suplentes convocados na forma desta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 017/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 18 de janeiro de 2018.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada nesta Prefeitura e publicada a presente Portaria no DOM/SC – Diário Oficial dos Municípios/SC.

Jucelino Marino Chini
Secretário M. Administração e Finanças

PORTARIA Nº 703/2017 "Z 1"

Publicação Nº 1494030

PORTARIA Nº 703/2017 "Z 1"

Concede Adicional a Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, VIII e XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o artigo 141-A, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal), e artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 16 de novembro de 2017,

RESOLVE:

CONCEDER, ADICIONAL POR RESPONSABILIDADE TÉCNICA, no valor de 30% do vencimento do respectivo cargo, ao Servidor Público Municipal Admitido em Caráter Temporário, MAICO MATOS MENEGOLA, matrícula 7581, ocupante do cargo de Médico Clínico Geral, 30 horas semanais, em exercício no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, na Secretaria Municipal de Saúde Desenvolvimento Comunitário, a partir do dia 21 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 703/2017 "Z 2"

Publicação Nº 1494031

PORTARIA Nº 703/2017 "Z 2"

Concede Adicional a Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, VIII e XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o artigo 141-A, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal), e artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 16 de novembro de 2017,

RESOLVE:

CONCEDER, ADICIONAL POR RESPONSABILIDADE TÉCNICA, no valor de 30% do vencimento do respectivo cargo, à Servidora

Pública Municipal, EDUARDA SOUZA LODETTI, matrícula 6969, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Farmacêutico, 40 horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Madre Paulina, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, a partir de 21 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 703/2017 "Z 3"

Publicação Nº 1494032

PORTARIA Nº 703/2017 "Z 3"

Concede Adicional a Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, VIII e XII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o artigo 141-A, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Funcionário Público Municipal), e artigo 13 da Lei Complementar Municipal nº 660, de 16 de novembro de 2017,

RESOLVE:

CONCEDER, ADICIONAL POR RESPONSABILIDADE TÉCNICA, no valor de 30% do vencimento do respectivo cargo, à Servidora Pública Municipal, VANDERLITA TRAINOTTI, matrícula 7053, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Enfermeiro, 40 horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 21 de novembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 21 de novembro de 2017.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini
Secretário M. de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1494655

MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO – SANTA CATARINA
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
SECRETARIA EXECUTIVA

RESOLUÇÃO COMDEMA Nº 01, JANEIRO DE 2018– COMDEMA-NT.
O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NOVA TRENTO(COMDEMA), no uso de suas atribuições regimentais,
RESOLVE:

Art. 1º Instituir o calendário de reuniões ordinárias do Conselho do Meio Ambiente – COMDEMA-NT, para o exercício de 2018, de acordo com as seguintes datas:

01a - Reunião Ordinária - 23 de Janeiro
02a - Reunião Ordinária - 20 de Fevereiro

03a - Reunião Ordinária - 20 de Março
04a - Reunião Ordinária - 24 de Abril
05a - Reunião Ordinária - 22 de Maio
06a - Reunião Ordinária - 19 de Junho
07a - Reunião Ordinária - 24 de Julho
08a - Reunião Ordinária - 21 de Agosto
09a - Reunião Ordinária - 18 de Setembro
10a - Reunião Ordinária - 23 de Outubro
11a - Reunião Ordinária - 20 de Novembro
12a - Reunião Ordinária - 18 de Dezembro

Art. 2º Fica instituído como horário para o início das reuniões, as 19:00 horas;

Art. 3º As reuniões acontecerão na Rua Ida Orsi Feller, nº 100, bairro Besenello, na Câmara Municipal de Vereadores;

Art. 4º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação;

Nova Trento, 17 de Janeiro de 2018.

VALENTIM CAMILO CASETT

Presidente do Conselho de Meio Ambiente – COMDEMA-NT

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 098/2017

Publicação Nº 1494692

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 98/2017 - PR
CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 128/2017 Processo de Licitação: 128/2017 Data do Processo: 12/12/2017
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 128/2017
b) Licitação Nr.: 98/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/01/2018
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO PARCELADA DE ALIMENTOS PARA ESCOLAS MUNICIPAIS PARA O ANO DE 2018, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, QUE FAZEM PARTE INTEGRANTE DESTES PREGÃO.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:			
	Qtde de Itens	Média Descto (%)	Total dos Itens
Lote: 1 - 006135 - SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA	55	0,0000	87.559,70
Lote: 2 - 006135 - SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA	10	0,0000	96.781,30
Lote: 3 - 006135 - SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA	2	0,0000	4.020,00
Lote: 4 - 006135 - SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA	12	0,0000	4.677,00
Lote: 5 - 006135 - SUPERMERCADO BITTENCOURT LTDA	33	0,0000	82.939,50
Total por Fornecedor:	112		275.977,50
Total:	112		275.977,50

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

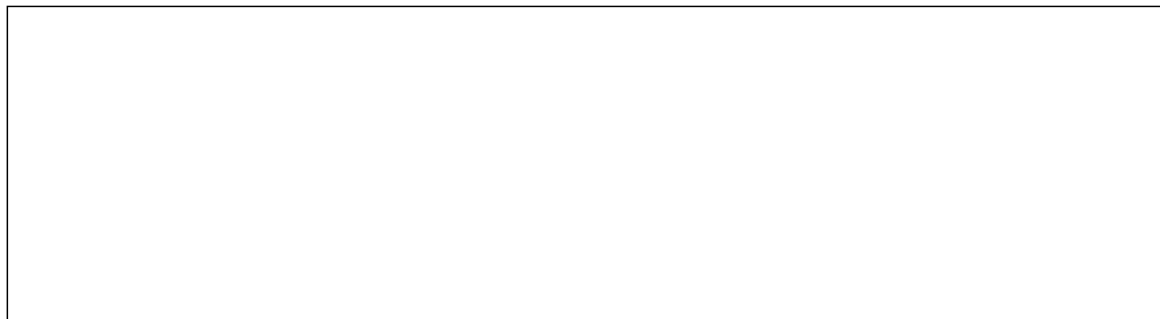
**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO**

CNPJ: 82.925.025/0001-60
RUA SANTO INACIO 126
C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC

PREGÃO PRESENCIAL**Nr.: 98/2017 - PR**

Processo Administrativo: 128/2017
Processo de Licitação: 128/2017
Data do Processo: 12/12/2017

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 099/2017

Publicação N° 1494686

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 99/2017 - PR
CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 129/2017 Processo de Licitação: 129/2017 Data do Processo: 12/12/2017
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 129/2017
b) Licitação Nr.: 99/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 19/01/2018
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação PREGÃO PRESENCIAL SERÁ A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA COBERTURA DA ZONA URBANA E RURAL DE NOSSO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

			(em Reais R\$)
g) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	<u>Total dos Itens</u>
- 010987 - ORIVAL MARCHI - MEI	<u>1</u>	0,0000	<u>55.000,00</u>
	1		55.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

SAMAE - Nova Trento**CONTRATO Nº 00008/2016 SEQUENCIAL 00012/2018 - LOGPRO SERV. ADM. PARA TERCEIROS LTDA ME**

Publicação Nº 1494005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO JANEIRO/2018

Contrato: LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TERCEIROS LTDA
CNPJ:17.211.866/0001-44
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Número do Contrato: Nº 00008/2016 Sequencial 00012/2018
Processo: 010/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Locação de SOFTWARE DE GESTÃO COMERCIAL E OPERACIONAL, na área de saneamento (água, esgoto), não exclusivo, com acesso simultâneo e ilimitado de usuários, tendo como principais módulos: Atendimento ao público, micromedição, faturamento, cobrança, arrecadação, segurança, relatórios, cadastro, leitura e impressão simultânea, integração.
Serviço de implantação do sistema conversão do banco de dados, treinamento dos usuários, parametrizações, serviços técnicos pós implantação, para uso do SAMAE/SC.

Data da Assinatura:02/01/2018
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2018
Vigência:02/01/2018 a 02/09/2018
Dotação Orçamentária 3.3.90.39.11.00.00.00
Número do Empenho:12/2018
Valor: 18.000,00 (Dezoito mil reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETORA DO SAMAE

CONTRATO Nº 00009/2016-02 SEQUENCIAL 00014/2018 - LETICIA MINELLA

Publicação Nº 1494022

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO JANEIRO/2018

Contrato: LETICIA MINELLA
CPF: 006.167.979-82
Modalidade: MENOR PREÇO POR ITEM
Número do Contrato: Nº 00009/2016-02 Sequencial 00014/2018
Processo nº: 12/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Contratação de Serviços de controle técnico e químico da água produzida e fornecida aos consumidores do Município de Nova Trento, Santa Catarina devendo ser prestados nas dependências da Contratante, e prestar orientação e assessoria aos servidores da

ETA do Sistema abastecimento de água e tratamento de Esgoto. SAMAE de Nova Trento/SC.

Data da Assinatura: 02/01/2018
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2018
Vigência: 02/01/2018 a 31/12/2018
Dotação Orçamentária: 3.3.90.36.06.00.00.00.00
Número do Empenho:13/2018
Valor: 13.668,00 (Treze mil, seiscentos e sessenta e oito reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETORA DO SAMAE

CONTRATO Nº 00016/2016-02 SEQUENCIAL 00010/2018 - LASKE & FEYH SOCIEDADE SIMPLES DE ADVOCACIA

Publicação Nº 1494003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO JANEIRO/2018

Contrato: LASKE & FEYH SOCIEDADE SIMPLES DE ADVOCACIA
CNPJ:00.532.330/0001-28
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviços
Número do Contrato: Nº 00016/2016-02 Sequencial 00010/2018
Processo: 011/2015
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Prestação dos seguintes Serviços Técnicos Profissionais de Advocacia e Consultoria Jurídica Especializada na Área de Saneamento Básico, para atender no mínimo o descrito a seguir: Exercer o mandato para o foro e extra foro, outorgado pelo SAMAE, obrigando-se especificamente, durante a vigência do contrato, a patrocinar os interesses do SAMAE perante todas as instâncias judiciais, em qualquer juízo ou tribunal, em ações que figure como autor, réu, assistente ou oponente,

Data da Assinatura:02/01/2018
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2018
Vigência:02/01/2018 a 31/12/2018
Dotação Orçamentária 3.3.90.39.05.00.00.00
Número do Empenho: 10/2018
Valor: 19.707,00 (Dezenove mil, setecentos e sete reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETORA DO SAMAE

CONTRATO Nº 0020/2017-01 SEQUENCIAL 00011/2018 - DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇO EIRELI-ME

Publicação Nº 1494004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de Contrato JANEIRO/2018

Contrato: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVIÇO EIRELI-ME
CNPJ: 08.640.413/0001-42
Modalidade: Convite p/ Compras e Serviço
Número do Contrato: Nº 00020/2017-01 Sequencial 00011/2018
Processo nº 004/2017
Fundamento Legal: 8666/93
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMPANHAMENTO E SUPORTE TÉCNICO NOS SISTEMAS DE CONTABILIDADE, TESOUREARIA, PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO, COMPRAS, LICITAÇÕES, RECURSOS HUMANOS, E-SFINGE, (UNIDADE GESTORA E OBRAS), RAIS, DIRF, SEFIP, DCTF, SISTN, PATROMONIO, PROTOCOLO, TRANSPARENCIA E ALMOXARIFADO, SISTEMAS UTILIZADOS NESTA AUTARQUIA, DURANTE EXERCÍCIO DE 2018.

Data da Assinatura: 02/01/2018
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2018
Vigência: 02/01/2018 a 03/04/2018
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00
Número do Empenho: 11 /2018
Valor 26.912,16 (Vinte e seis mil, novecentos e doze reais e dezesseis centavos)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil

MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETORA DO SAMAE

CONTRATO Nº00011/2017-01 SEQUENCIAL 00015/2018 - CONAGUA CONSULTORIA E SANEAMENTO EIRELI ME

Publicação Nº 1494036

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.: 88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de CONTRATO JANEIRO/2018

Contrato: CONAGUA CONSULTORIA E SANEAMENTO EIRELI-ME
CNPJ: 23.955.190/0001-04
Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia
Número do Contrato: Nº 00011/2017-01 Sequencial 00015/2018
Processo nº: 02/2017 DL
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: Constitui-se objeto do presente termo serviço de consultoria técnica em engenharia sanitária, na área de abastecimento de água relativo a 02 meses do Exercício de 2018. O serviço deverá ser efetuado conforme necessidade do CONTRATANTE, via telefone, e-mail, fax e visitas técnicas no local, com engenheiro Sanitarista disponibilizado pela CONTRATADA durante a vigência do Exercício.

Data da Assinatura: 02/01/2018
Data da Publicação no Diário Oficial: 02/01/2018
Vigência: 02/01/2018 a 02/03/2018
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.05.00.00.00
Valor: 3.625,00 (Três mil, seiscentos e vinte e cinco reais)
Forma de Pagamento: 5º dia Útil após Emissão NF

MARIA DE LOURDES ROVER
DIRETORA DO SAMAE

Nova Veneza

PREFEITURA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018-FMS

Publicação Nº 1493885

EDITAL DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2018-FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NOVA VENEZA/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, torna público ao conhecimento dos interessados que estará realizando PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO com as farmácias credenciadas no processo de chamamento público nº 01/2017, para que, de forma complementar, as mesmas forneçam medicamentos que não sejam ofertados nos consórcios da AMESC e AMREC, bem como, não estejam abrangidos na Relação Nacional de Medicamentos -RENAME.

Contratante:

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA/SC

CNPJ: 10.485.444/0001-18

Contratados:

Farmácias Credenciadas	CNPJ
FARMÁCIA CARAVÁGIO LTDA EPP	05.628.184/0001-52
FARMÁCIA DAYFARMA LTDA ME	07.987.101/0001-47
FARMÁCIA DUMINELLI E GORINI LTDA.	06.787.293/0001-85
FARMÁCIA LONGARONE LTDA.	01.525.155/0001-04
FARMÁCIA MÃE PEREGRINA LTDA. ME	05.929.298/0001-32
KESSIA DA SILVA INACIO - ME	21.865.000/0001-24
FÁTIMA MACHADO PANHAN E CIA LTDA ME	07.381.201/0001-25
FARMÁCIA GORINI LTDA ME	76.867.894/0001-83
JAQUELINE DANIEL NIEHUES PACHECO & CIA LTDA ME	04.628.149/0001-70
FARMÁCIA ZANARDO & SÁVIO LTDA ME	10.839.701/0001-72

Valor Global a ser contratado:

R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

Recursos orçamentários:

Os recursos orçamentários para fazer realizar o presente processo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: (08) 13.01 2.024 3.3.90.00.00.00.00.0720.

Base Legal:

Art. 25, "caput", da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Maiores informações do processo administrativo encontram-se a disposição na Secretária Municipal de Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Nova Veneza.

Nova Veneza/SC, 17 de janeiro de 2018.

ROGÉRIO JOSÉ FRIGO

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL 18/2018

Publicação Nº 1493917

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2018

Objetivo: Aquisição de materiais de construção a serem utilizados pela Secretaria de Transportes e Obras do Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 8:30 horas do dia 05/02/2018.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 18 de janeiro de 2018.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL 19/2018

Publicação Nº 1493914

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2018

Objetivo: Aquisição de computadores, notebook e impressora destinados ao uso da Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 13:30:00 horas do dia 1º/02/2018.

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 18 de janeiro de 2018.

Rogério José Frigo

Prefeito Municipal de Nova Veneza

PREGÃO PRESENCIAL 20/2018

Publicação N° 1494109

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2018.

Objetivo: Contratação de empresa especializada no conserto e montagem de pneus quando necessário, dos veículos, máquinas e equipamentos pertencentes a frota do Município de Nova Veneza/SC.

Abertura: às 8:30 horas do dia 07/02/2018

Local: Trav. Oswaldo Búrigo, nº 44 – Centro - Nova Veneza/SC.

EDITAL COMPLETO NO SITE WWW.NOVAVENEZA.SC.GOV.BR.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 18 de janeiro de 2018.
Rogério José Frigo
Prefeito Municipal de Nova Veneza

Novo Horizonte

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PL FMS Nº 001.2018 - PR Nº001.2018

Publicação Nº 1494347

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 1/2018 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA E PUERICULTURA NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, COM CARGA HORÁRIA DE 04 HORAS SEMANAIS, COM NO MÍNIMO 16 ATENDIMENTOS NO PERÍODO VESPERTINO

Aos dezoito dias do mês de janeiro de ano de dois mil e dezoito apartir das 14:00 horas, reuniram-se a Pregoeira e Equipe de Apoio para na forma estabelecida no edital de Pregão Presencial Nº 001/2018, para o objeto "CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA E PUERICULTURA NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, COM CARGA HORÁRIA DE 04 HORAS SEMANAIS, COM NO MÍNIMO 16 ATENDIMENTOS NO PERÍODO VESPERTINO"conforme quantitativos, especificações e condições descritas neste edital e seus anexos". No Horário estabelecido, constatou-se que não houve empresas interessadas em participar do Certame, diante do acontecido a Pregoeira e equipe de Apoio declara o Pregão Presencial Nº 001/2018 como DESERTO. A comissão encerra os trabalhos com a lavratura desta ata que vai assinada pela Pregoeira e membros da equipe de Apoio. Esta ata terá publicidade conforme legislação. Os autos seguirão para análise da autoridade competente e assessoria jurídica para a decisão de reabertura de nova licitação ou a aquisição dos produtos através de Dispensa de Licitação, conforme condições estabelecidas na Lei /93. Nada mais havendo a declarar foi encerrada a presente ata. Novo Horizonte, 18 de Janeiro de 2018 COMISSÃO:

IDINARA CRISTINA MASSUCCO	- - Pregoeiro(a)
ALESSANDRA FORNARI BRUM	- - MEMBRO
SILVANI ZILLIO MOSCHEN	- - MEMBRO
DIANA DE ALMEIDA SANA-GIOTTO	- - SUPLENTE

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

NÃO HOUVE PRESENTES -
..... -

AVISO DO RESULTADO DO CHAMADA PÚBLICA PM Nº 004/2017

Publicação Nº 1494103

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE

AVISO DE RESULTADO DO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2017

CHAMADA PÚBLICA 004/2017

O Município de Novo Horizonte/SC, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados o resultado da chamada pública nº 004/2017 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADA AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE DA SECRETARIA

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Que na data de sua realização: Dia 18/01/2018 às 09:00 hs, que teve como a única empresa participantes a saber: COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE NOVO HORIZONTE - COOPERAL foi vencedora do certame com valor total de R\$ 26,684,96 (vinte e seis mil seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos). Concluídos os procedimentos legais, considerando que: as propostas das empresas vencedoras satisfazem às exigências do edital; as empresas vencedoras encontram-se a rigor habilitadas quanto à documentação exigida; os preços cotados estão dentro dos limites estabelecidos no edital. Declaro as empresas acima mencionadas como Vencedora do Chamada Pública Nº 004/2017, e adjudico os itens as empresas vencedoras. Os autos seguirão para análise, para posterior homologação pela autoridade competente.

Novo Horizonte/SC, em 18 de Janeiro de 2018.

IDINARA CRISTINA MASSUCCO

Presidente da CPL

EXTRATO DO PL FMS Nº 003/18-PR FMS Nº 003/2018

Publicação Nº 1494353

MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS Nº 003/2018 - PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº 003/2018

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS NA ESPECIALIDADE DE PEDIATRIA E PUERICULTURA NA UNIDADE DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE, COM CARGA HORÁRIA DE 04 HORAS SEMANAIS, COM NO MÍNIMO 16 ATENDIMENTOS NO PERÍODO VESPERTINO Os envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas deverão ser entregues até as 13h50min, no dia 31/01/2018, na sala de Licitações, junto a Prefeitura Municipal, Rua José Fabro, 01, Centro – Novo Horizonte – SC, sendo a abertura dos envelopes e a etapa de lances ocorrerão a partir das 14:00 horas, no mesmo local e data estabelecida acima.

-O Edital e os esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura Municipal de Novo Horizonte, na Rua José Fabro, Nº 01, Centro, nos dias úteis, das 7:30h as 11:30h e 13:30h as 17:00h, pelo site www.novohorizonte.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3362-0024.

Fundamentação legal: Lei Federal Nº 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei Nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal Nº 8.883 de 08 de Junho de 1994 entre outros dispositivos legais aplicados a espécie. Novo Horizonte (SC) em 19 de Janeiro de 2018- ROGERIO ACACIO MASCARELLO – Gestor FMS

PORTARIA IPAM 001

Publicação Nº 1494061

PORTARIA INSTITUCIONAL Nº 001/2018, de 16 de janeiro 2.018. DISPÕE SOBRE O REJUSTE DOS BENEFÍCIOS SEM PARIDADE MANTIDOS PELO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE NOVO HORIZONTE-IPAM, A

PARTIR DE 1º DE JANEIRO DE 2018.

LEANDRO MARTINS D'AVILA, Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte - IPAM, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 57 da lei Municipal 405/2009; e tendo em vista o disposto na EC nº 20/98, EC nº 41/2003 e demais normas aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º- Os benefícios mantidos pelo IPAM, sem paridade, concedidos com base no artigo 40, § 1º, incisos I e II, inciso III, alíneas "a" e "b", e § 7º, incisos I e II da CF/88; e artigo 2º da EC nº 41/2003, serão reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2017, em 2,07% (dois inteiros e zero sete por cento).

Art. 2º- Para os benefícios concedidos pelo IPAM, sem paridade, a partir de 1º de fevereiro de 2017, o reajustes nos termos do caput dar-se-á de acordo com os percentuais indicados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 3º- As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta do orçamento vigente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte-IPAM.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte-IPAM, em 16 de janeiro de 2.018.

LEANDRO MARTINS D'AVILA
Presidente Executivo do IPAM

Registre-se e
Publique-se

ANEXO ÚNICO

FATOR DE REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS DE ACORDO AS RESPECTIVAS DATAS DE INICIO

DATA DE INICIO DE BENEFICIO	REJUSTE (%)
ATE JANEIRO DE 2017	2,07
FEVEREIRO DE 2017	1,64
MARÇO 2017	1,40
ABRIL DE 2017	1,07
MAIO DE 2017	0,99
JUNHO DE 2017	0,63
JULHO DE 2017	0,93
AGOSTO DE 2017	0,76
SETEMBRO DE 2017	0,79
OUTUBRO DE 2017	0,81
NOVEMBRO DE 2017	0,44
DEZEMBRO DE 2017	0,26

PORTARIA IPAM 002

Publicação Nº 1494062

PORTARIA INSTITUCIONAL Nº 002/2018, de 16 de janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DOS VALORES DA COTA DO SALÁRIO-FAMÍLIA AOS SEGURADOS DO IPAM E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEANDRO MARTINS D'AVILA, Diretor/Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Novo

Horizonte-IPAM, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo artigo 28, § 11 da Lei Municipal Nº 405, de 10/12/2009 e demais normas aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder reajuste dos valores da cota do salário-família aos Segurados do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte.

Parágrafo Primeiro: O reajuste de que trata o caput deste artigo, será no mesmo percentual estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social (Portaria Interministerial MF Nº 15 de 16.01.2018), por filho ou equiparados de qualquer condição, até quatorze anos de idade, ou inválidos de qualquer idade, a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo de:

I – R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), para o segurado com remuneração mensal não superior a R\$ 877,67 (Oitocentos e setenta e sete reais);

II- R\$ 31,71 (Trinta e um reais e setenta e um centavos), para o segurado com remuneração mensal superior a R\$ 877,68 (Oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) e igual ou inferior a R\$ 1.319,18 (Hum mil trezentos e dezenove reais e dezoito centavos).

Art. 2º- As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do IPAM-Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Novo Horizonte, em 16 de janeiro de 2.018.

LEANDRO MARTINS D'AVILA
Diretor Executivo do IPAM

Registre-se e
Publique-se

RESULTADO HABILITAÇÃO E PROPOSTA PL Nº 053-2017 TOMADA DE PREÇOS Nº 003-2017

Publicação Nº 1494504

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 053/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017 - MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
SEQUENCIA 02

A Comissão Permanente de Licitação torna pública, que na licitação em epígrafe, cujo o objeto consiste na seleção de proposta mais vantajosa para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA TÉCNICO-ESPECIALIZADA PARA A COORDENAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE TODAS AS FASES DO PROCESSO, REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO, DESTINADO AO PROVIMENTO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA ATENDER EXCEPCIONAL NECESSIDADE DE INTERESSE PÚBLICO EM CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE/SC, conforme ANEXO I-A. Que no dia de sua realização 03/01/2018 às 09:00 horas, que houve a participação das seguintes empresas INSTITUTO O BARRIGA VERDE, AIRTON KERBES ME E IOPLAN INSTITUTO OESTE DE PLANEJAMENTO E CONSULTORIA Após análise da documentação das empresas participantes do certame, constatou-se que todas as empresas foram INABILITADAS para participação no certame. Diante da verificação da INABILITAÇÃO de todas as empresas participantes, em função do certame já ter sido repetido e o lançamento de novo processo

poderá prejudicar a contratação dos servidores em tempo hábil para o início das atividades do ano letivo, a CPL com base na Lei 8.666/93, Art.48, parágrafo 3º, concede prazo de oito dias úteis a contar da data da lavratura da ata, encerrando o prazo no dia dezesseis de janeiro de dois mil e dezoito (16.01.2018) em horário de expediente da Prefeitura Municipal, para que as empresas apresentes a documentação com validade, sendo a empresa Airton Kerbes Me apresentar a Certidão de regularidade junto a entidade profissional competente com validade. A empresa Instituto o Barriga Verde/IOBV Me apresentar Certidão de regularidade junto a entidade profissional competente com validade e a empresa Ioplan Instituto Oeste de Planejamento e Consultoria Ltda, apresentar o Certificado de Registro Cadastral do Município de Novo Horizonte/SC, com validade. Os envelopes de Proposta de preços foram rubricados pelo representante e CPL e lacrados em envelopes da Prefeitura Municipal para posterior abertura em nova data a ser definida após apresentação da documentação referida na inabilitação de cada empresa. Nada mais havendo, foi lida e lavrada esta Ata, ressaltando, ainda que os membros da CPL, ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certamente.

SEQUENCIA 03

Aos dezessete dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito (17.01.2018) na sala de licitações reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, tendo em vista o termino do prazo para o recebimento da documentação, para a devida regularização das pendências constantes na Ata de recebimento e abertura de documentação nº 052/2017. A CPL registra que a empresa Instituto o Barriga Verde/IOBV, até o horário final de expediente da Prefeitura Municipal do dia dezesseis de janeiro de dois mil e oito (16.01.2018) não apresentou Certidão de regularidade junto a entidade profissional competente válida, sendo portanto INABILITADA. Após a CPL iniciou a verificação da documentação apresentada pelas demais empresas e constatou que a empresa Airton Kerbes Me apresentou Certidão de regularidade junto a entidade profissional competente sob nº 039/2018 com data de validade em 31.12.2018 e a empresa Ioplan Instituto Oeste de Planejamento e Consultoria Ltda, apresentou o Certificado de Registro Cadastral do Município de Novo Horizonte/SC, e também a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união, sob nº D41F.C644.31BA.5CDE com validade de 05/07/2018, portanto válida. Após a análise da documentação e verificadas a exigências do edital a CPL declara as empresas Airton Kerbes Me e Ioplan Instituto Oeste de Planejamento e Consultoria Ltda HABILITADAS para participação do certame. Diante dos fatos a CPL define como nova data para abertura dos envelopes de Proposta de preços que foram rubricados e lacrados em envelopes da Prefeitura Municipal o dia dezoito de janeiro do ano de dois mil e dezoito (18.01.2018) às dezesseis horas (16:00) na sala de licitações junto a Prefeitura Municipal. Nada mais havendo, foi lida e lavrada esta Ata, ressaltando, ainda que os membros da CPL, ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certamente. A referida Ata será encaminhada via e-mail as empresas participantes, para que as mesmas tenham ciência da nova data de abertura.

SEQUENCIA 04

Conforme definido o horário e a convocação das empresas, que foram convocadas via telefone, e-mail e a Ata publicada no site, conforme documentos anexos ao Processo, registra que todas as empresas tomaram conhecimento da data e horário, encerrou-se o prazo, e registra que nenhuma das empresa habilitadas - Airton Kerbes ME e Ioplan Instituto Oeste de Planejamento e Consultoria Ltda - se fez representar na sessão. Ato contínuo, passou-se a abertura dos envelopes das propostas das empresas habilitadas, sendo que os mesmos já estavam rubricados e lacrados em envelope da Prefeitura Municipal da qual foi procedida a análise da Proposta de Preços, verificando-se que as propostas atendem ao exigido, apresentando todas as características e informações necessárias. Assim esta Comissão decidiu pela Classificação das

propostas apresentadas pelas empresas habilitadas. Encerrada a fase de julgamento das propostas, a CPL declara como VENCEDORA, a empresa Airton Kerbes ME, com valor global de R\$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais) conforme resultado apresentado abaixo discriminado. Fica aberto o prazo de cinco dias uteis, para interposição de recurso, pois não houve representante presente na sessão, decorrido o prazo e não havendo intenção de interpor recurso, os autos seguirão para análise, homologação e adjudicação da autoridade competente. Nada mais havendo a tratar, ressaltando, ainda que os membros da CPL, ao assinarem esta ata, atestam sua participação e colaboração no certamente, lavrei a presente ata que após lida, será por todos assinada.

Novo Horizonte (SC), em 18 de Janeiro de 2018.
Comissão Permanente de Licitação

Orleans

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 02/2018

Publicação Nº 1494503

SAMAE DE ORLEANS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 02/2018

O SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Orleans-SC, torna publico que encontra-se aberto o Pregão Presencial n.º 02/2018 cujo objeto contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública . Entrega de documentação e propostas até as 15:00 horas do dia 30 de Janeiro de 2018. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações do SAMAE na Rua Edgard Cunha, 322, Bairro Conde D'eu, Orleans, pelo Telefone (48) 34660233 , por e-mail: licitacao@samaeorleans.sc.gov.br e no site www.samaeorleans.sc.gov.br

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
SAMAE ORLEANS

Otacílio Costa

PREFEITURA

PREGÃO 053/2017

Publicação Nº 1493897

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE OTACÍLIO COSTA

EDITAL PREGÃO Nº 053/2017

Luiz Carlos Xavier, Prefeito Municipal de Otacílio Costa, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL para contratação de empresa especializada na locação de sistema de monitoramento nos setores da Prefeitura Municipal, Saúde e Social. O credenciamento e o recebimento dos envelopes será feito até às 09:00 h. do dia 31/01/2018 e abertura da sessão será às 09:15 h. do mesmo dia. A íntegra do Edital pode ser obtido no horário de expediente da Prefeitura, Setor de Licitações ou pelo site www.otaciliocosta.sc.gov.br. Informações pelo fone: 0xx49- 3221-8014. Otacílio Costa, 08/01/2018

Luiz Carlos Xavier – Prefeito Municipal

Ouro

PREFEITURA

2017TA055-02

Publicação Nº 1493827

TERMO ADITIVO N. 02/2017 AO CONTRATO Nº 055/2016

Processo Licitatório n. 0050/2016

Tomada de Preço p/ Compra e Serviços n. 0002/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO

CONTRATADO: S.G TERRAPLANAGEM LTDA – EPP

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA MELHORAMENTO EM 31,174 KM DE ESTRADAS VICINAIS. ALTERAÇÃO: PRORROGAÇÃO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: fundamentados na Lei 8.666/93.

VIGÊNCIA: 01/01/2018 ATÉ 30/06/2018.

DATA DE ASSINATURA: 29/12/2017.

RETIFICAÇÃO PR 014/2018

Publicação Nº 1494350

RETIFICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N 0014/2018

Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços por médico clínico geral para atender na Unidade Básica de Saúde do Bairro Parque e Jardim Ouro e Unidade Básica de Saúde Central; de médico com especialidade em pediatria para atender a demanda da Unidade Básica de Saúde Central; e de médico com especialidade em ginecologia para atender a demanda da Unidade Básica de Saúde Central, para o exercício de 2018. O Prefeito Municipal de Ouro comunica aos interessados que o edital do Processo Licitatório n.0014/2018, na modalidade Pregão Presencial nº. 0014/2018 passou por alterações no seu ANEXO I. A data de abertura do Processo Licitatório n.0014/2018, na modalidade Pregão Presencial nº. 0014/2018, foi alterada para o dia 01.02.2018, às 14:00 horas. Ratificam-se as demais especificações e condições previstas no edital. Pedidos do edital:licitacoes@ouro.sc.gov.br/www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 18/01/2018. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

ATO Nº. 001/2018

Publicação Nº 1494399

ATO Nº. 001/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DANIEL BROERING HARGER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo de Gabinete e Desburocratização, Nível EXE, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 002/2018

Publicação Nº 1494402

ATO Nº. 002/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR OSVALDO BOSSOLAN NETO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Executivo de Controle Interno, Nível DEX, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 003/2018

Publicação Nº 1494411

ATO Nº. 003/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CAROLINA CAROL FARIAS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Gabinete, Nível CFG, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2.112, de 30 de janeiro de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 004/2017

Publicação Nº 1494412

ATO Nº. 004/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR PEDRO HENRIQUE DA ROSA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Controle e Transparência, Nível DR, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2.162, de 27 de abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 005/2018

Publicação Nº 1494415

ATO Nº. 005/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RENATO DARCI ESTACIO, para ocupar o cargo de Provisório em Comissão de Gerente de Gabinete, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2.145, de 03 de abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 006/2018

Publicação Nº 1494416

ATO Nº. 006/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NAGIBE EDNALDO DE PIERI, para ocupar o cargo de Provisório em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2.112, de 30 de janeiro de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 007/2018

Publicação Nº 1494420

ATO Nº. 007/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JESSICA MARIE SOUZA, para ocupar o cargo de Provisório em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal do Gabinete do Prefeito da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº 2.115, de 30 de janeiro de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 008/2018

Publicação Nº 1494421

ATO Nº. 008/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUCIANO DALLA POZZA, para ocupar o cargo de Provisório em Comissão de Procurador Geral do Município, PROC, Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral do Município, da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 com efeitos a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 009/2018

Publicação Nº 1494422

ATO Nº. 009/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretária Municipal de Administração Nível SEC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 010/2018

Publicação Nº 1494423

ATO Nº. 010/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANDRE JOSE SILVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Adjunto de Administração, Nível ADJ, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 011/2018

Publicação Nº 1494425

ATO Nº. 011/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Diretor Executivo de Gestão de Pessoas Nível DEX, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 012/2018

Publicação Nº 1494426

ATO Nº. 012/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR THUANY MARIA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Frotas, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.178, de 03 maio de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 013/2018

Publicação Nº 1494427

ATO Nº. 013/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALINE BITTENCOURT MEDEIROS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.148, de 03 abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT

Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 014/2018

Publicação Nº 1494430

ATO Nº. 014/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR FABIANO DIAS BOTELHO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.148, de 03 abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 015/2018

Publicação Nº 1494436

ATO Nº. 015/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GABRIEL FELICIO MORESCO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.148, de 03 abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 016/2018

Publicação Nº 1494442

ATO Nº. 016/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto

nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR RODRIGO MASTEGUIM PIMENTA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.148, de 03 abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 017/2018

Publicação Nº 1494445

ATO Nº. 017/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CELIO JOÃO BATISTA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Administração da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016 e Decreto nº. 2.148, de 03 abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT
Secretária de Administração

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 018/2018

Publicação Nº 1494448

ATO Nº. 018/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR NELSON FERREIRA ROCHA NETO, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Diretor Executivo de Finanças Nível DEX, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de

02/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 019/2018

Publicação Nº 1494452

ATO Nº. 019/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ISMENIA IRIA CARMISINI, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Contador Geral, Nível CG, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 020/2018

Publicação Nº 1494454

ATO Nº. 020/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR TARSYANE ZENILDA DA SILVA, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Secretária Adjunto da Fazenda, Nível ADJ, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 021/2018

Publicação Nº 1494456

ATO Nº. 021/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ISNARDO LUIS BRANT, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Secretário Municipal da Fazenda, Nível NC, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 022/2018

Publicação Nº 1494460

ATO Nº. 022/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR PEDRO PAULO DOS PASSOS FREITAS, para ocupar o cargo de Provisamento em Comissão de Gerente de Protocolo, Nível DAS-II, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 023/2018

Publicação Nº 1494463

ATO Nº. 023/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDSON ADELINO DA SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT

Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 024/2018

Publicação Nº 1494465

ATO Nº. 024/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALINE DA SILVA ROCHA DA SILVEIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT

Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 025/2018

Publicação Nº 1494466

ATO Nº. 025/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ALINE MARIA DE SOUZA MARIANO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT

Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 026/2018

Publicação Nº 1494467

ATO Nº. 026/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANDERSON ANDRE DE ESPINDOLA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT

Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO

Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 027/2018

Publicação Nº 1494471

ATO Nº. 027/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CAMILA SOARES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 028/2018

Publicação Nº 1494472

ATO Nº. 028/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR CARLOS EDUARDO BELTRAME DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 029/2018

Publicação Nº 1494476

ATO Nº. 029/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR FRANCINI LUCIA DOS SANTOS, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 030/2018

Publicação Nº 1494477

ATO Nº. 030/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR GABRIELLA SCHMIDT, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 031/2018

Publicação Nº 1494478

ATO Nº. 031/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LUCAS PROENÇO DE MELO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 032/2017

Publicação Nº 1494481

ATO Nº. 032/2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR VANESSA NUNES SILVA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Conselheiro Tutelar, Nível AD-CT-5, do Quadro de Pessoal do Conselho Tutelar da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 149, de 26 de novembro de 2013, Decreto nº. 1.750, de 27 de novembro de 2014 e Decreto nº. 1.892, de 01 de setembro de 2015, pelo período de 08/01/2018 a 08/05/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 033/2018

Publicação Nº 1494499

ATO Nº. 033/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR THAMY AURORA DINIZ, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 034/2018

Publicação Nº 1494501

ATO Nº. 034/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR VALDIRENE SALVADOR FERREIRA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor IV, Nível DAS-VII, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

ISBNARDO LUIS BRANT
Secretário da Fazenda

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 035/2018

Publicação Nº 1494507

ATO Nº. 035/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EDUARDO FRECCIA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Municipal de Infraestrutura, Nível SEC, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 036/2018

Publicação Nº 1494509

ATO Nº. 036/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DENISE DUARTE MORO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo de Saneamento, Nível EXE, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 02/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 037/2018

Publicação Nº 1494511

ATO Nº. 037/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR KRISTY CARDOSO FABRE, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Gerente Geral de Patrimônio Público, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 038/2018

Publicação Nº 1494513

ATO Nº. 038/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ISAIAS MAURI DA SILVA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 039/2018

Publicação Nº 1494515

ATO Nº. 039/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR INGRID KELLY KREMER JUNCKES, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 040/2018

Publicação Nº 1494516

ATO Nº. 040/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR JOAQUIM FELIPE BRANDINI DA SILVA, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDUARDO FRECCIA

Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 041/2018

Publicação Nº 1494517

ATO Nº. 041/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANGELO ACIR FERREIRA JUNIOR, para ocupar o cargo de Provedor em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 042/2018

Publicação Nº 1494518

ATO Nº. 042/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR DIOGO FERREIRA ALVES, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor Técnico, Nível DAS-III, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 043/2018

Publicação Nº 1494521

ATO Nº. 043/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LEONEL LUCHI WIERTHORN, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor I, Nível DAS-IV, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 044/2018

Publicação Nº 1494522

ATO Nº. 044/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANDREA KOCHÉLA MOREIRA, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Assessor II, Nível DAS-V, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

EDUARDO FRECCIA
Secretário de Infraestrutura e Saneamento

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 045/2018

Publicação Nº 1494523

ATO Nº. 045/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR EVADIO FRANCISCO BROERING, para ocupar o cargo de Provisão em Comissão de Gerente de Manutenção Nível DAS-II, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 046/2018

Publicação Nº 1494524

ATO Nº. 046/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR KAROLINY HILLESHEIN NASCIMENTO, para ocupar o

cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Saúde, Nível DR, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, Lei nº. 241, de 10 de abril de 2017 e Decreto nº. 2.156, de 25 de abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 047/2018

Publicação Nº 1494526

ATO Nº. 047/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ANDREIA VALDA DAUCEN WURZLER, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, Lei nº. 241, de 10 de abril de 2017 e Decreto nº. 2.156, de 25 de abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 048/2018

Publicação Nº 1494528

ATO Nº. 048/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR KATIA DE SOUZA, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, Lei nº. 241, de 10 de abril de 2017 e Decreto nº. 2.156, de 25 de abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 049/2018

Publicação Nº 1494529

ATO Nº. 049/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR LINEA TERESINHA NIEHUES, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor I, Nível DAS IV, Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, Lei nº. 241, de 10 de abril de 2017 e Decreto nº. 2.156, de 25 de abril de 2017, com efeitos a contar de 08/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 050/2018

Publicação Nº 1494531

ATO Nº. 050/2018.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos artigos 70, 79, II e V e 87, I da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

NOMEAR ARCONDINO JOSE CERINO, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Secretário Executivo de Finanças, Nível EXE, Quadro de Pessoal da Secretaria de Fazenda da Administração Direta desta Prefeitura, de acordo com a Lei Complementar nº. 235, de 22 de dezembro de 2016, com efeitos a contar de 15/01/2018.

Palhoça, SC, em 08 de janeiro de 2018.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

MICHELLE SILVEIRA VOLPATO RIBEIRO
Diretora Executiva de Gestão de Pessoas

PORTARIA Nº 001/2018

Publicação Nº 1494498

PORTARIA Nº 001/2018

Solicita Inspeção do Contrato/Processo Licitatório que especifica.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SANEAMENTO do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o Decreto nº 2.306, de 11 de janeiro de 2018; e

Considerando a Notícia de suposta irregularidade do contrato/

processo licitatório 226/2011, de coleta e destinação de resíduos sólidos,

RESOLVE:

Art. 1º Solicitar a inspeção do contrato/processo licitatório nº 226/2011 pela Comissão Permanente de Inspeção de Processos Licitatórios e Contratos Administrativos.

Art. 2º Sugere-se o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação da presente Portaria, para apresentação de relatório conclusivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Palhoça, 18 de janeiro de 2018.

EDUARDO FRECCIA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2018 - PROFISSIONAIS PARA MINISTRAR AULAS EM DIVERSAS ÁREAS PARA O DEPARTAMENTO DE CULTURA

Publicação Nº 1494038

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, através da Fundação Cultural, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:
Modalidade: Pregão Presencial Nº.01/2018.

Tipo: Menor Preço por Item/Mês

Objeto: Empresa prestadora de serviços de Profissionais para ministrar aulas de Viola e Violão, Danças Tradicionalistas gaúchas, Canto Coral e acompanhamento musical.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

Entrega dos envelopes: Até às 13:45 hs do dia 06/02/2018.

Abertura dos envelopes: às 14:00 hs do dia 06/02/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e no site da Prefeitura.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 17 de janeiro de 2018.

Mateus Dal Ponte

Diretor - Presidente da Fundação Cultural de Palma Sola

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2018 - CONCERTO DE TRATORES AGRÍCOLA

Publicação Nº 1493972

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 004/2018.

Tipo: Menor Preço Global Por Item

Objeto: Concerto do Trator Agrícola Agritech 1185 s turbo ano 2.015 e Concerto do Trator Agrícola New Holland tl 85E, conforme especificações/relação das peças e serviços constante no anexo I do Edital.

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes: Até às 09:00 hs do dia 06/02/2018.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 06/02/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 18 de janeiro de 2018.

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 003/2018 - TRANSPORTE ESCOLAR ANO LETIVO 2018

Publicação Nº 1493787

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 03/2018.

Tipo: Menor Preço Por Item/trajeto

Objeto: Transporte Escolar

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes: Até às 08:30 hs do dia 05/02/2018.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 05/02/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 18 de janeiro de 2017.

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em Exercício.

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2018 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MED. CONTROLADOS

Publicação Nº 1494464

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 005/2018.

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição de Medicamentos e Med. Controlados

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002

Entrega dos envelopes/Credenciamento: até às 17:30h do dia 07/02/2018.

Abertura dos envelopes: às 08:30 h do dia 08/02/2018.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e/ou no site www.palmasola.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 18 de janeiro de 2018.

Moacir Sansigolo

Prefeito Municipal em Exercício

Prefeito Municipal

Palmitos

PREFEITURA

1º ADENDO MODIFICADOR PROCESSO 03/2018

Publicação Nº 1494332

ESTADO DE SANTA CATARINA
pREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS
1º ADENDO

O MUNICÍPIO DE PALMITOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Independência, nº 100, centro, TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados que houve ALTERAÇÕES no EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2018 – MODALIDADE DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2018. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura e no site do município. Palmitos, 18 de janeiro de 2018. Dair Jocely Enge – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

EXTRATO 4º ADITIVO GENTE SEGURADORA S/A

Publicação N° 1494098

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

EXTRATO DE ADITIVO

ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao contrato N° 42/2015 , vinculado ao Processo licitatório na modalidade Pregão presencial nº 058/2015.

CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA : GENTE SEGURADORA S/A , estabelecida na Rua Marechal Floriano Peixoto , nº 450 , Centro , Porto Alegre , RS . Objeto : Aditamento de prazo de validade com vigência até 18 de Julho de 2018 .Base Legal: nº 8666/93.

Papanduva, 18 de Janeiro de 2018. Luiz Henrique Saliba-Prefeito Municipal.

Paulo Lopes

PREFEITURA

ANEXO 1 - RREO - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO

Publicação Nº 1493752

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RECEITAS CORRENTES RECEITA TRIBUTÁRIA IMPOSTOS TAXAS RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA RECEITA PATRIMONIAL RECEITAS IMOBILIÁRIAS RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS RECEITA DE SERVIÇOS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS OUTRAS RECEITAS CORRENTES MULTAS E JUROS DE MORA INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES RECEITA DA DÍVIDA ATIVA RECEITAS DIVERSAS RECEITAS DE CAPITAL OPERAÇÕES DE CRÉDITO OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	18.478.784,00	18.478.784,00	2.862.723,89	15,49	15.762.810,01	85,30	2.715.973,99
	17.478.784,00	17.478.784,00	2.782.982,94	15,92	14.824.563,21	84,81	2.654.220,79
	1.759.800,00	1.759.800,00	237.421,50	13,49	1.475.556,55	83,85	284.243,45
	1.486.500,00	1.486.500,00	223.232,25	15,02	1.164.984,82	78,37	321.515,18
	273.300,00	273.300,00	14.189,25	5,19	310.571,73	113,64	-37.271,73
	600.000,00	600.000,00	118.462,28	19,74	611.426,54	101,90	-11.426,54
	600.000,00	600.000,00	118.462,28	19,74	611.426,54	101,90	-11.426,54
	0,00	0,00	23.400,69	0,00	200.071,16	0,00	-200.071,16
	0,00	0,00	3.019,90	0,00	5.644,90	0,00	-5.644,90
	0,00	0,00	20.380,79	0,00	194.426,26	0,00	-194.426,26
	10.000,00	10.000,00	5.034,13	50,34	15.091,84	150,92	-5.091,84
	14.561.400,00	14.561.400,00	2.359.289,81	16,20	12.306.025,01	84,51	2.255.374,99
	14.561.400,00	14.561.400,00	2.359.289,81	16,20	12.306.025,01	84,51	2.255.374,99
	547.584,00	547.584,00	39.374,53	7,19	216.392,11	39,52	331.191,89
	127.824,00	127.824,00	12.993,56	10,17	61.787,85	48,34	66.036,15
	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
	159.760,00	159.760,00	26.380,97	16,51	154.604,26	96,77	5.155,74
	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250.000,00
	1.000.000,00	1.000.000,00	79.740,95	7,97	938.246,80	93,82	61.753,20
	1.000.000,00	1.000.000,00	27.297,29	2,73	514.859,51	51,49	485.140,49
	1.000.000,00	1.000.000,00	27.297,29	2,73	514.859,51	51,49	485.140,49
0,00	0,00	52.443,66	0,00	423.387,29	0,00	-423.387,29	
0,00	0,00	52.443,66	0,00	423.387,29	0,00	-423.387,29	
—	—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	18.478.784,00	18.478.784,00	2.862.723,89	15,49	15.762.810,01	85,30	2.715.973,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Continua 1/3							

Continua 1/3

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

Continuação 2/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	18.478.784,00	18.478.784,00	2.862.723,89	15,49	15.762.810,01	2.715.973,99
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	18.478.784,00	18.478.784,00	2.862.723,89	15,49	15.762.810,01	2.715.973,99
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	—	—	—	541.277,89	—
Superávit Financeiro	—	1.235.793,07	—	—	541.277,89	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	18.478.784,00	20.537.677,07	1.708.694,83	15.709.769,02	4.827.908,05	2.187.972,72	14.921.671,56	5.616.005,51	14.530.608,97
DESPESAS CORRENTES	15.606.784,00	16.782.302,07	1.700.153,69	14.318.740,10	2.463.561,97	2.056.733,55	13.847.571,43	2.934.730,64	13.481.788,36
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.132.784,00	9.851.484,00	1.128.132,03	8.624.382,73	1.227.101,27	1.128.132,03	8.624.382,73	1.227.101,27	8.557.270,46
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.000,00	2.000,00	210,36	1.049,31	950,69	210,36	1.049,31	950,69	1.049,31
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.472.000,00	6.928.818,07	571.811,30	5.693.308,06	1.235.510,01	928.391,16	5.222.139,39	1.706.678,68	4.923.468,59
DESPESAS DE CAPITAL	2.862.000,00	3.745.375,00	8.541,14	1.391.029,92	2.354.346,08	131.239,17	1.074.100,13	2.671.274,87	1.048.820,61
INVESTIMENTOS	2.464.000,00	3.347.375,00	8.396,76	1.192.291,23	2.155.083,77	131.094,79	875.362,44	2.472.012,56	850.082,92
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	398.000,00	398.000,00	144,38	198.737,69	199.262,31	144,38	198.737,69	199.262,31	198.737,69
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	18.478.784,00	20.537.677,07	1.708.694,83	15.709.769,02	4.827.908,05	2.187.972,72	14.921.671,56	5.616.005,51	14.530.608,97
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	18.478.784,00	20.537.677,07	1.708.694,83	15.709.769,02	4.827.908,05	2.187.972,72	14.921.671,56	5.616.005,51	14.530.608,97
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	53.040,99	—	—	841.138,45	—	1.232.201,04
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	18.478.784,00	20.537.677,07	1.708.694,83	15.762.810,01	—	2.187.972,72	15.762.810,01	—	15.762.810,01
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

ANEXO 11 - RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO

Publicação Nº 1493760

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)		RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)					R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)						SALDO (c) = (a-b)	
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)								
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00					0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00					0,00	0,00
	0,00	0,00					0,00	0,00
DESPESAS								
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)								
Despesas de Capital	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00	0,00 0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (lb - (lff + llg))					SALDO ATUAL (k) = (llli + llj)	
Valor(III)	99.526,81						0,00	99.526,81
FONTE:								

PAULO LOPES, 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito MunicipalNILTO FETES RODRIGUES
Secretário de FinançasCLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
Diretora de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

ANEXO 13 - RREO - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - JANEIRO A OUTUBRO 2017/
BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO

Publicação Nº 1493761

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)					R\$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)	
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)		

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
-----------------	--------------------	--------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

PAULO LOPES , 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

ANEXO 14 - DSRREO - JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Publicação Nº 1493762

Município de PAULO LOPES - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre	
RECEITAS			
Previsão Inicial		18.478.784,00	
Previsão Atualizada		18.478.784,00	
Receitas Realizadas		15.762.810,01	
Déficit Orçamentário		0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		541.277,89	
DESPESAS			
Dotação Inicial		18.478.784,00	
Créditos Adicionais		2.058.893,07	
Dotação Atualizada		20.537.677,07	
Despesas Empenhadas		15.709.769,02	
Despesas Liquidadas		14.921.671,56	
Despesas pagas		14.530.608,97	
Superavit Orçamentário		841.138,45	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		15.709.769,02	
Despesas Liquidadas		14.921.671,56	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida		18.773.131,11	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre	
Regime Geral de Previdência Social			
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		646.720,00	0,00
Resultado Primário		-600.000,00	331.639,68
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.178.956,32	59.024,30	954.006,18
EXECUTIVO	2.178.956,32	59.024,30	954.006,18
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	281.222,37	249,08	262.217,65
EXECUTIVO	272.278,52	0,00	253.522,88
LEGISLATIVO	8.943,85	249,08	8.694,77
TOTAL:	2.460.178,69	59.273,38	1.216.223,83
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		2.635.698,08	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		1.824.102,13	60%

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			514.859,51	485.140,49
Despesa de Capital Líquida			1.074.100,13	2.671.274,87
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	2.820.400,07	15,00	26,34	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PAULO LOPES, 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES
 Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES
 Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
 Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
 Contadora CRC/SC 35.664/O-1

ANEXO 2 - RREO - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO - JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO

Publicação Nº 1493753

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)
RS 1,0									
RRREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”)	DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.478.784,00	20.537.677,07	1.708.694,83	15.709.769,02	100,00	2.187.972,72	14.921.671,56	100,00
	Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	531.924,69	3,39	0,00	531.924,69	3,56
	Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	0,00	531.924,69	3,39	0,00	531.924,69	3,56
	Administração	2.812.000,00	3.102.600,00	292.787,52	2.518.512,29	16,03	408.064,14	2.406.564,57	16,13
	Administração Geral	2.282.000,00	2.482.000,00	215.844,31	2.028.761,46	12,91	319.467,06	1.921.159,87	12,87
	Administração Financeira	530.000,00	620.600,00	76.943,21	489.750,83	3,12	88.597,08	485.404,70	3,25
	Assistência Social	407.000,00	605.000,00	64.619,82	392.634,93	2,50	70.570,89	380.445,68	2,55
	Assistência ao Idoso	75.000,00	105.000,00	3.500,00	78.232,08	0,50	4.750,00	70.732,08	0,47
	Assistência Comunitária	332.000,00	500.000,00	61.119,82	314.402,85	2,00	65.820,89	309.713,60	2,08
	Saúde	4.540.000,00	5.233.816,60	369.963,15	4.365.867,83	27,79	403.368,04	4.065.203,86	27,24
	Atenção Básica	4.348.000,00	5.041.816,60	369.963,15	4.246.088,04	27,03	401.033,26	3.979.089,29	26,67
	Vigilância Epidemiológica	192.000,00	192.000,00	0,00	119.779,79	0,76	2.334,78	86.114,57	0,58
	Educação	5.095.000,00	5.097.818,07	623.755,43	4.410.444,44	28,07	685.264,02	4.297.347,08	28,80
	Ensino Fundamental	4.066.000,00	4.032.818,07	536.244,72	3.567.079,16	22,71	598.855,74	3.480.925,38	23,33
	Educação Infantil	984.000,00	1.020.000,00	87.510,71	798.365,28	5,08	78.340,98	778.518,23	5,22
	Educação Especial	45.000,00	45.000,00	0,00	45.000,00	0,29	8.067,30	37.903,47	0,25
	Cultura	70.000,00	64.400,00	1.510,96	41.218,02	0,26	4.936,62	41.218,02	0,28
	Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	70.000,00	64.400,00	1.510,96	41.218,02	0,26	4.936,62	41.218,02	0,28
	Direitos da Cidadania	157.000,00	157.000,00	20.439,37	121.135,38	0,77	35.864,62	116.617,74	0,78
	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	157.000,00	157.000,00	20.439,37	121.135,38	0,77	35.864,62	116.617,74	0,78
	Urbanismo	1.212.000,00	1.299.000,00	9.891,16	1.136.934,79	7,24	162.065,21	988.360,93	6,62
	Infra-Estrutura Urbana	1.113.000,00	1.180.000,00	-543,96	1.065.217,36	6,78	114.782,64	916.643,50	6,14
	Saneamento Básico Rural	99.000,00	119.000,00	10.435,12	71.717,43	0,46	47.282,57	71.717,43	0,48
	Habitação	106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Habitação Urbana	106.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Agricultura	401.000,00	613.730,00	71.482,10	560.413,30	3,57	74.913,07	549.530,72	3,68
	Extensão Rural	401.000,00	613.730,00	71.482,10	560.413,30	3,57	74.913,07	549.530,72	3,68
Transporte	2.493.784,00	3.029.312,40	237.212,84	1.428.407,51	9,09	271.818,04	1.347.958,56	9,03	
Transporte Rodoviário	2.493.784,00	3.029.312,40	237.212,84	1.428.407,51	9,09	271.818,04	1.347.958,56	9,03	
Desporto e Lazer	75.000,00	225.000,00	17.032,48	202.275,84	1,29	22.724,16	196.499,71	1,32	
Desporto Comunitário	75.000,00	225.000,00	17.032,48	202.275,84	1,29	22.724,16	196.499,71	1,32	

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/2

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	18.478.784,00	20.537.677,07	1.708.694,83	15.709.769,02	100,00	2.187.972,72	14.921.671,56	5.616.005,51
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.478.784,00	20.537.677,07	1.708.694,83	15.709.769,02	100,00	2.187.972,72	14.921.671,56	5.616.005,51

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

ANEXO 3 - RREO - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

Publicação Nº 1493754

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017	
	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Mai/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017		TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	1.878.876,95	2.586.559,68	1.507.761,56	1.855.392,43	1.849.371,51	1.542.717,96	1.765.759,87	1.667.149,03	1.812.556,80	1.569.508,19	1.637.136,29	1.498.835,01	21.171.624,28	19.869.384,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	91.797,16	144.490,67	79.649,74	245.674,66	396.833,98	94.456,76	115.160,11	115.852,28	97.614,62	93.559,90	180.607,37	56.814,13	1.711.844,38	1.759.800,00
I.P.T.U.	4.539,60	3.320,98	7.173,74	102.411,44	135.840,79	10.649,89	7.046,94	7.616,39	6.508,26	7.068,67	4.368,61	5.677,19	302.222,50	251.000,00
I.S.S.	58.172,48	84.080,30	30.410,37	54.313,54	64.283,33	44.776,43	65.435,45	65.955,15	54.077,34	52.985,80	33.349,77	35.737,11	643.217,07	895.500,00
I.T.B.I.	1.700,00	21.120,00	5.346,06	2.409,71	26.510,00	600,00	4.921,11	4.381,35	3.100,00	4.200,00	112.788,17	0,00	187.076,40	100.000,00
IR.RF	20.615,76	31.948,11	18.157,34	19.035,95	18.918,56	22.300,77	25.804,50	25.215,58	23.921,17	20.736,94	23.377,02	7.934,38	257.866,08	240.000,00
Outras Receitas Tributárias	6.769,32	4.121,28	18.652,23	67.504,02	151.281,30	16.128,67	11.952,11	12.378,81	10.007,85	8.568,49	6.723,80	7.465,45	321.462,33	273.300,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	51.536,29	49.074,69	58.659,76	0,00	119.419,47	0,00	128.661,81	64.028,13	59.519,47	61.675,62	61.762,65	56.699,63	712.037,52	600.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	20.591,88	27.173,22	30.180,09	24.481,50	29.086,26	20.461,78	18.079,78	17.681,03	21.110,41	15.579,62	14.691,39	8.709,30	247.836,24	0,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	1.216,66	7.715,74	9.972,42	8.972,00	6.689,21	2.307,54	1.151,26	6.136,31	8.184,50	3.049,40	5.341,33	346,04	61.027,61	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	525,63	0,00	25,00	742,50	296,41	1.233,76	238,57	1.293,99	2.526,66	1.554,82	1.290,00	3.744,13	15.617,47	10.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.700.505,60	2.349.566,72	1.322.910,18	1.564.185,80	1.289.409,60	1.405.552,01	1.483.695,46	1.423.967,79	1.612.201,99	1.373.448,45	1.356.742,98	1.355.535,19	18.237.721,77	16.752.000,00
Cota-Parte do F.P.M.	838.988,98	1.311.543,46	557.723,59	714.986,63	447.982,93	539.743,28	612.245,57	564.316,40	728.619,34	494.289,46	415.036,66	470.355,00	7.696.631,30	6.700.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	313.887,80	345.458,02	354.853,59	326.445,58	339.960,94	349.076,31	319.374,77	337.992,12	335.494,54	342.422,95	374.754,14	353.669,06	4.093.389,82	3.800.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	40.935,05	19.126,45	36.242,55	49.194,14	63.851,53	63.940,90	87.754,06	71.413,40	78.052,01	72.800,91	64.256,93	58.085,79	704.883,72	875.000,00
Cota-Parte do I.T.R.	890,64	824,54	59,17	81,70	51,64	217,61	241,68	456,52	45,08	168,49	8.122,11	5.630,73	16.789,91	3.000,00
Outras Transferências Correntes	254.798,42	396.325,56	88.509,54	214.397,99	171.857,66	179.812,79	182.541,97	175.937,31	214.844,38	217.548,39	208.876,31	198.906,12	2.504.038,44	2.599.000,00
Transferências da LC 61/1989	4.785,23	5.091,03	4.538,23	4.990,24	3.921,43	5.771,37	3.406,70	4.467,06	5.018,19	4.695,85	5.015,73	6.329,98	58.031,04	60.000,00
Transferências da LC 87/1996	2.445,88	-2.445,88	1.229,27	1.229,27	1.229,27	1.229,27	1.229,27	1.229,27	1.229,27	1.229,27	1.229,27	2.468,54	13.521,97	15.000,00
Transferências do FUNDEB	243.773,60	273.643,54	279.754,24	252.860,25	260.554,20	266.660,48	276.901,44	268.113,71	249.259,18	240.163,13	279.451,83	280.099,97	3.151.235,57	2.700.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.920,41	16.254,38	16.336,79	20.307,97	14.315,79	21.013,65	16.777,14	44.992,81	19.583,65	23.889,78	22.041,90	17.332,63	246.566,90	547.584,00
DEDUÇÕES (II)	240.386,51	276.482,22	190.929,08	219.385,33	171.399,32	191.815,57	204.859,16	195.974,75	171.134,69	183.147,18	173.662,74	179.305,62	2.398.493,17	2.190.600,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	240.386,51	276.482,22	190.929,08	219.385,33	171.399,32	191.815,57	204.859,16	195.974,75	171.134,69	183.147,18	173.662,74	179.305,62	2.398.493,17	2.190.600,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	1.638.490,44	2.310.077,46	1.316.832,48	1.636.007,10	1.677.972,19	1.350.902,39	1.580.906,71	1.671.174,28	1.641.422,11	1.386.361,01	1.463.453,55	1.319.529,39	18.773.131,11	17.678.784,00
NOTA: (I) = (I - II)														

FONTE:

PAULO LOPES

17/01/2018

NILTO FETES RODRIGUES
Prefeito Municipal

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERNANDO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

ANEXO 4 – RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Publicação Nº 1493755

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

R\$ 1,00

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
ADMINISTRAÇÃO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor			0,00			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			APORTES REALIZADOS			
Outros Aportes para o RPPS			0,00			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			0,00			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			0,00			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			0,00			
BENS E DIREITOS DO RPPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2017	2016		
Caixa e equivalentes de caixa			486.733,95	425.706,34		
Investimentos e Aplicações			0,00	0,00		
Outros Bens e Direitos			0,00	0,00		

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FONTE:

PAULO LOPES , 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES Prefeito Municipal	NILTO FETES RODRIGUES Secretário de Finanças	CLAUDIA M. VALENTIM NASCIME Diretora de Controle Interno	LUCENI F. SILVANO FERMIANO Contadora CRC/SC 35.664/O-1
--	---	---	---

ANEXO 5 - RREO - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL - JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO

Publicação Nº 1493756

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	R\$ 1,00		
		Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
	DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.859.312,12	3.148.281,03	3.175.433,94
	DEDUÇÕES (II)	3.877.907,47	3.108.992,44	3.546.698,63
	Disponibilidade de Caixa	3.877.907,47	3.108.413,65	3.545.652,53
	Disponibilidade de Caixa Bruta	4.159.129,84	3.747.272,84	3.972.913,40
	(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	281.222,37	638.859,19	427.260,87
	Demais Haveres Financeiros	0,00	578,79	1.046,10
	DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	39.288,59	0,00
	RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
	PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
	DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	0,00	39.288,59	0,00

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (Vlc - Vlb)	Jan a Out 2017 (Vlc - Vla)
VALOR	-39.288,59	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL		VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA		646.720,00

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito MunicipalNILTO FETES RODRIGUES
Secretário de FinançasCLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
Diretora de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

ANEXO 6 - RREO - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO

Publicação Nº 1493757

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	17.478.784,00	14.630.136,95	13.423.963,61
Receita Tributária	1.759.800,00	1.475.556,55	1.402.751,43
I.P.T.U.	251.000,00	294.361,92	251.294,04
I.S.S.	895.500,00	500.964,29	680.743,29
I.T.B.I.	100.000,00	164.256,40	44.721,36
I.R.R.F.	240.000,00	205.402,21	166.877,52
Outras Receitas Tributárias	273.300,00	310.571,73	259.115,22
Receita de Contribuição	600.000,00	611.426,54	515.396,57
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	600.000,00	611.426,54	515.396,57
Receita Patrimonial Líquida	0,00	5.644,90	0,00
Receita Patrimonial	0,00	200.071,16	310.588,51
(-) Aplicações Financeiras	0,00	194.426,26	310.588,51
Transferências Correntes	14.561.400,00	12.306.025,01	11.273.049,14
F.P.M.	5.460.000,00	4.494.796,15	4.093.723,84
I.P.V.A	700.000,00	515.858,52	505.070,81
I.C.M.S.	3.040.000,00	2.747.236,17	2.416.430,05
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	5.361.400,00	4.548.134,17	4.257.824,44
Demais Receitas Correntes	557.584,00	231.483,95	232.766,47
Dívida Ativa	159.760,00	154.604,26	126.469,24
Diversas Receitas Correntes	397.824,00	76.879,69	106.297,23
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.000.000,00	938.246,80	1.601.854,26
Operações de Crédito (III)	1.000.000,00	514.859,51	370.536,42
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	315.400,00
Transferências de Capital	0,00	423.387,29	915.917,84
Convênios	0,00	423.387,29	915.917,84
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	423.387,29	915.917,84
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	17.478.784,00	15.053.524,24	14.339.881,45

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	16.782.302,07	14.318.740,10	12.230.397,10	13.847.571,43	11.763.627,88
Pessoal e Encargos Sociais	9.851.484,00	8.624.382,73	6.964.476,34	8.624.382,73	6.964.476,34
Juros e Encargos da Dívida (IX)	2.000,00	1.049,31	1.022,13	1.049,31	1.022,13
Outras Despesas Correntes	6.928.818,07	5.693.308,06	5.264.898,63	5.222.139,39	4.798.129,41
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	16.780.302,07	14.317.690,79	12.229.374,97	13.846.522,12	11.762.605,75
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.745.375,00	1.391.028,92	5.384.365,15	1.074.100,13	2.439.897,80
Investimentos	3.347.375,00	1.192.291,23	5.014.972,23	875.362,44	2.070.504,88
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	398.000,00	198.737,69	369.392,92	198.737,69	369.392,92
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.347.375,00	1.192.291,23	5.014.972,23	875.362,44	2.070.504,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-	-

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
	0,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	20.137.677,07	15.509.982,02	17.244.347,20	14.721.884,56	13.833.110,63
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.658.893,07	-456.457,78	-2.904.465,75	331.639,68	506.770,82
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		633.404,14	-	541.277,89	0,00
Superávit Financeiro	-	633.404,14	-	541.277,89	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-600.000,00

PAULO LOPES, 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

ANEXO 7 – RREO - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO - JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO

Publicação Nº 1493758

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES													RP NÃO PROCESSADOS	Saldo Total L=(e+k)		
RP	PODER/ÓRGÃO	Inscritos					Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+i)	
		Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)	Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)											
RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	72.943,10	208.279,27	262.217,65	249,08	18.755,64	481.904,27	1.697.052,05	971.448,82	954.006,18	59.024,30	1.165.925,84	1.184.681,48			
	EXECUTIVO	72.694,02	199.584,50	253.522,88	0,00	18.755,64	481.904,27	1.697.052,05	971.448,82	954.006,18	59.024,30	1.165.925,84	1.184.681,48			
	ADMINISTRAÇÃO DIRETA	72.694,02	199.584,50	253.522,88	0,00	18.755,64	481.904,27	1.697.052,05	971.448,82	954.006,18	59.024,30	1.165.925,84	1.184.681,48			
	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA	0,00	464,39	464,39	0,00	0,00	326,70	0,00	0,00	0,00	0,00	326,70	326,70			
	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	6.150,30	58.005,65	58.005,65	0,00	6.150,30	30.174,02	6.046,58	5.040,42	5.040,42	0,00	31.180,18	37.330,48			
	GABINETE DO PREFEITO	0,00	6.639,66	6.639,66	0,00	0,00	352,50	0,00	0,00	0,00	0,00	352,50	352,50			
	SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URB.	1.995,26	0,00	0,00	0,00	1.995,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.995,26			
	SEC.DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URB.	53.967,87	67.633,01	121.571,39	0,00	29,49	394.015,68	1.288.298,97	563.834,70	546.762,06	59.024,30	1.076.488,29	1.076.517,78			
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	679,50	36.633,01	36.633,01	0,00	679,50	14.494,95	401.142,80	401.000,00	401.000,00	0,00	14.637,75	15.317,25			
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	593,09	2.076,98	2.076,98	0,00	593,09	3.766,24	1.300,00	1.270,00	900,00	0,00	4.166,24	4.759,33			
	SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COI	5.508,00	2.523,26	2.523,26	0,00	5.508,00	36.948,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.948,00	42.456,00			
	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	3.800,00	7.873,28	7.873,28	0,00	3.800,00	1.576,18	0,00	0,00	0,00	0,00	1.576,18	5.376,18			
	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	0,00	203,28	203,28	0,00	0,00	250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250,00	250,00			
	SECRETARIA DE FINANÇAS	0,00	17.531,98	17.531,98	0,00	0,00	0,00	303,70	303,70	303,70	0,00	0,00	0,00			
	SECRETARIA DE EMPREGOS	249,08	8.694,77	8.694,77	249,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	LEGISLATIVO															
	CÂMARA MUNICIPAL															
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)															
TOTAL (III) = (I + II):																
TOTAL (III) = (I + II):																

ONTE:

FONTE:

PAULO LOPES, 17/01/2018

NILTO FETES RODRIGUES
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

ANEXO 9 - RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL - JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO

Publicação Nº 1493759

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)			
	1.000.000,00	514.859,51	485.140,49
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS
DESPESAS DE CAPITAL	3.745.375,00	1.391.028,92	1.074.100,13
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.745.375,00	1.391.028,92	1.074.100,13
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.745.375,00	-876.169,41	-
FONTE:			-1.869.205,59

PAULO LOPES, 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
Diretora de Controle Interno

RGF - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

Publicação Nº 1493745

MUNICÍPIO DE PAULO LOPES - SC - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.845.354,36	0,00
Pessoal Ativo	9.621.768,58	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	223.585,78	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	171.940,36	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	171.940,36	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	9.673.414,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.773.131,11	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.773.131,11	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	9.673.414,00	51,53
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	10.137.490,80	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	9.630.616,26	51,30
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.123.741,72	48,60

FONTE:

PAULO LOPES , 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito Municipal

NILTO FETES RODRIGUES
Secretário de Finanças

CLAUDIA M. VALENTIM NASCIMENTO
Diretora de Controle Interno

LUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

RREO - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO – OUTUBRO

Publicação Nº 1493746

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100		
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.673.175,50	1.673.175,50	1.301.283,75	77,77		
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	251.000,00	251.000,00	294.361,92	117,28		
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	164.256,40	164,26		
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	895.500,00	895.500,00	500.964,29	55,94		
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	240.000,00	240.000,00	205.402,21	85,58		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	4.993,00	4.993,00	1.856,22	37,18		
Dívida Ativa dos Impostos	119.810,00	119.810,00	99.113,49	82,73		
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	61.872,50	61.872,50	35.329,22	57,10		
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.953.000,00	10.953.000,00	9.408.132,70	85,90		
Cota-Parte FPM	6.200.000,00	6.200.000,00	5.252.515,00	84,72		
Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	15.074,73	502,49		
Cota-Parte IPVA	875.000,00	875.000,00	644.822,22	73,69		
Cota-Parte ICMS	3.800.000,00	3.800.000,00	3.434.044,00	90,37		
Cota-Parte IPI-Exportação	60.000,00	60.000,00	48.154,78	80,26		
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	15.000,00	15.000,00	13.521,97	90,15		
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	13.521,97	90,15		
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.626.175,50	12.626.175,50	10.709.416,45	84,82		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS			
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100		
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.608.000,00	1.608.000,00	1.066.978,97	66,35		
Provenientes da União	1.482.000,00	1.482.000,00	995.583,93	67,18		
Provenientes dos Estados	126.000,00	126.000,00	71.395,04	56,66		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.608.000,00	1.608.000,00	1.066.978,97	66,35		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)						
DESPESAS CORRENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
			4.428.000,00	4.530.100,00	4.025.992,60	88,87
Pessoal e Encargos Sociais	3.018.000,00	2.959.100,00	2.761.548,65	93,32	2.761.548,65	93,32
Outras Despesas Correntes	1.410.000,00	1.571.000,00	1.264.443,95	80,49	1.151.202,38	73,28
DESPESAS DE CAPITAL	106.000,00	703.716,60	339.875,23	48,30	152.452,83	21,66

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	106.000,00	703.716,60	339.875,23	48,30	152.452,83	21,66
Investimentos	106.000,00	703.716,60	339.875,23	48,30	152.452,83	21,66
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.534.000,00	5.233.816,60	4.365.867,83	83,42	4.065.203,86	77,67
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.677.000,00	2.160.716,60	1.422.451,53	32,58	1.244.803,79	30,62
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.605.000,00	1.978.557,09	1.319.444,38	30,22	1.141.796,64	28,09
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	72.000,00	182.159,51	103.007,15	2,36	103.007,15	2,53
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.677.000,00	2.160.716,60	1.422.451,53	32,58	1.244.803,79	30,62
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	2.857.000,00	3.073.100,00	2.943.416,30	67,42	2.820.400,07	69,38
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						26,34
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						1.213.987,60

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PAULO LOPES - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	0,00	0,00			0,00
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26					
	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
	-	-			-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	4.348.000,00	5.041.816,60	4.246.088,04	97,26	3.979.089,29
Vigilância Epidemiológica	192.000,00	192.000,00	119.779,79	2,74	86.114,57
TOTAL	4.540.000,00	5.233.816,60	4.365.867,83	100,00	4.065.203,86
					97,88
					2,12
					100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "l" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PAULO LOPES - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PAULO LOPES, 17/01/2018

NADIR CARLOS RODRIGUES
Prefeito MunicipalNILTO FETES RODRIGUES
Secretário de FinançasCLAUDIA M. VALENTIM NASC
Diretora de Controle InternoLUCENI F. SILVANO FERMIANO
Contadora CRC/SC 35.664/O-1

Penha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018 - FME

Publicação Nº 1494510

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2017 - FME
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017 - FME
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Rua Avelino João Reis, nº 280, inscrita no CNPJ sob nº 04.672.956/0001-90, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO - EPP, estabelecida à Rua Paulino da Costa nº 64, Bairro Gravatá, CEP:88.385-00, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3346-4591, E-mail: comercial@tendasitajai.com.br, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.879.794/0001-73, Conta Bancária, Banco Bradesco, Agência 3962, C/C:8701-7, representada, neste ato pelo Sr. Manoel João Francisco Filho, CPF sob o nº 388.355.419-72, Cargo/Função Sócio Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 004/2017-FME para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura locação de estruturas (tendas, base de camarote, portal, arquibancada, parede de escalada e grade de proteção) para atender necessidades da Fundação Municipal de Esportes do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 42/2017, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores das estruturas encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. As estruturas deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	TENDA COM COBERTURAS PIRAMIDAIAS DE 5X5 METROS, ÁREA TOTAL: 25M² ALTURA: 2,50M NAS EXTREMIDADES E 4,00M NO PONTO CENTRAL EM ESTRUTURA METÁLICA, DOTADA DE CALHAS EM TODA A SUA EXTENSÃO LATERAL, COBERTURA: EM LONA BRANCA.	9	UN	R\$ 865,00	R\$ 7.785,00
2	TENDAS COM COBERTURAS PIRAMIDAIAS 3X3 METROS, ÁREA TOTAL: 9M² ALTURA: 2,30M NAS EXTREMIDADES E 3,00M NO PONTO CENTRAL. EM ESTRUTURA METÁLICA, COBERTURA: EM LONA BRANCA EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL.	6	UN	R\$ 494,00	R\$ 2.964,00
3	BASE DE CAMAROTE, COM APROXIMADAMENTE 1M DE ALTURA DO NÍVEL DO SOLO, COM GUARDA COPO EM TODA SUA EXTENSÃO, COM ESCADA DE ACESSO.	100	M²	R\$ 86,00	R\$ 8.600,00
4	PORTAL EM ESTRUTURA DE BOXSTRUSS, COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 4X1X3M	2	UN	R\$ 988,00	R\$ 1.976,00
5	ARQUIBANCADAS COBERTAS COM ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E PINTADAS, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: FRONTAL 8.00M, LATERAL 3,50M, ALTURA 6.0 COM 6 DEGRAUS COM ARMAÇÃO EM FERRO COM PISO DE MADEIRA. CAPACIDADE 40 PESSOAS CADA.	2	UN	R\$ 6.920,00	R\$ 13.840,00

6	ESTRUTURA METÁLICA GALVANIZADA E PINTADA, COM AS SEGUINTE DIMENSÕES: FRONTAL 6.00M, LATERAL 3.00M, ALTURA 5.00M; COM DOIS PAVIMENTOS, IMPERMEÁVEIS, COM DIVISÕES INTERNAS DE PAREDES METÁLICAS E COBERTAS EXTERNAMENTE NAS PAREDES E TETO COM LONAS PLÁSTICAS DE COR LISA, COM PISO DE MADEIRA MACIÇA (TÉRREO E PRIMEIRO PAVIMENTO); COM SISTEMA ELÉTRICO COM CABEAMENTO TIPO PP ISOLADO COM ATERramento, DISJUNTORES, INTERRUPTORES, TOMADOS E LÂMPADAS NO PADRÃO CELESC. PISO TÉRREO COM 18M², COM ACESSO DE PORTA TRASEIRA E ABERTURA FRONTAL TIPO JANELA, COM BANCADA FIXA PARA ATENDIMENTO AOS ATLETAS, ESPAÇO DIVIDIDO EM QUATRO SALAS DE 6.0M² CADA (PARA EQUIPE DE PRAIA, DEPÓSITO, SALA DE SONORIZAÇÃO E ESCRITÓRIO), COM UMA MESA E QUATRO CADEIRAS PLÁSTICAS CADA SALA; COM ESCADA METÁLICA COM CORRIMÃO E 12 DEGRAUS PARA ACESSO AO PRIMEIRO PAVIMENTO; - PRIMEIRO PAVIMENTO COM 18M², DIVIDIDOS EM TRÊS SALAS, COM PISO EMBORRACHADO, COM 9 JANELAS DE ALUMÍNIO COM VIDRO E ABERTURA INDIVIDUAL; COM UMA PLACA DE ACRÍLICO DE 0,80CM X 0,80CM; SALA DE JUÍZES COM 12.00M², COM SEIS DIVISÓRIAS (BOXES) PARA JUÍZES COM CADEIRAS E MESAS INDIVIDUAIS. SALA COM SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE NOTAS E LOCUÇÃO COM 8.00M²	1	UN	R\$ 16.314,00	R\$ 16.314,00
7	PAREDE DE ESCALADA EM COMPENSADO NAVAL COM 6 METROS DE ALTURA RETA E 1.6 METROS DE LARGURA; TRANSPORTE DA PAREDE; MONTAGEM E DESMONTAGEM; EQUIPAMENTOS CERTIFICADOS; UM MONITOR; SEM HOSPEDAGEM. COM R. R. T (REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA)	1	UN	R\$ 4.9170,00	R\$ 4.970,00
8	GRADE DE PROTEÇÃO	100	M	R\$ 29,60	R\$ 2.960,00
TOTAL GERAL					R\$ 59.409,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. O objeto deverá ser fornecido pela Contratada, de forma parcelada, de acordo com Cronograma e necessidade da Fundação Municipal de Esportes, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As locações das estruturas com preços registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir as datas de entrega das estruturas, não sendo aceitas aqueles que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta das estruturas, materiais ou pessoal necessários à execução do objeto, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço

registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser montadas as estruturas;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da montagem e desmontagem, desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento das estruturas;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Fundação Municipal de Esportes.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecedor, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Fundação Municipal de Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 18 de janeiro de 2018.

CARLOS CESAR DE SOUZA
SUPERINTENDENTE DE ESPORTES
Contratante

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO - EPP
MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO
Fornecedor

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2018 - PMP

Publicação Nº 1493965

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017 - MULTIENTIDADE - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS) PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, estabelecida à Rua Tenente Ary Rauhen nº573, Bairro Centro, CEP89.370-000, na cidade de Papanduva, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3653-6200 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.796.706/0001-00, representada, neste ato pelo Sr. Ermino Antonio Hendges, CPF sob o nº 247.285.009-34, Cargo/Função Sócio Diretor, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 085/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais (construção, elétrico, hidráulico e outros) para manutenção de bens imóveis para atender necessidades das Secretarias, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes, conforme solicitações anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	TELHA FIBROCIMENTO 2,44 X 0,50	300	UN	R\$ 10,40	R\$ 3.120,00
2	CADEADO 50mm	50	PC	R\$ 24,00	R\$ 1.200,00
9	Luva soldavel 25mm	200	PC	R\$ 0,26	R\$ 52,00
10	TUBO EXTENSIVO	100	UN	R\$ 3,30	R\$ 330,00
17	Tee soldável 25mm	100	UN	R\$ 0,40	R\$ 40,00
19	Rolo de espuma 23 cm	50	UN	R\$ 5,40	R\$ 270,00

29	Prolongador de rolo medindo 3 metros	30	UN	R\$ 20,00	R\$ 600,00
40	Assento sanitário convencional - cor branca	100	UN	R\$ 11,90	R\$ 1.190,00
42	Conjunto fixação de louça sanitária	50	UN	R\$ 3,00	R\$ 150,00
45	Joelho em PVC soldável 25mm	200	UN	R\$ 0,28	R\$ 56,00
47	Luva de correr 100mm	200	UN	R\$ 7,30	R\$ 1.460,00
50	Tee esgoto 100mm	100	UN	R\$ 5,80	R\$ 580,00
56	Torneira plástica para pia longa	100	UN	R\$ 3,00	R\$ 300,00
57	Tubo de descida	80	UN	R\$ 7,00	R\$ 560,00
61	Válvula lavatório PVC	100	UN	R\$ 1,40	R\$ 140,00
68	Fechadura completa para BWC em inox	100	UN	R\$ 23,00	R\$ 2.300,00
70	Fechadura interna cromada de cilindro com maçaneta alavanca.	100	UN	R\$ 22,00	R\$ 2.200,00
75	Cabo flexível 1,5mm	1000	M	R\$ 0,58	R\$ 580,00
82	Interruptor sobrepor 1T externa	300	UN	R\$ 2,60	R\$ 780,00
83	Paflon soquete de parcelana tipo E27	200	UN	R\$ 2,50	R\$ 500,00
91	curva em pvc esgoto 75mm	100	UN	R\$ 9,50	R\$ 950,00
92	REDUÇÃO EXCENTRICAS DE 75MM X 50 METROS PARA ESGOTO	80	UN.	R\$ 3,00	R\$ 240,00
95	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A	60	UN	R\$ 6,00	R\$ 360,00
96	DISJUNTOR MONOFÁSICO 25A	60	UN	R\$ 6,80	R\$ 408,00
100	Cabo paralelo 2x2,5 - Rolo 100 metros	1000	M	R\$ 1,40	R\$ 1.400,00
105	Espude (para vaso sanitário) em borracha	100	UN	R\$ 1,45	R\$ 145,00
113	Lixa amarela gr 120	500	MT	R\$ 2,10	R\$ 1.050,00
114	Lixa nº 100 largura 12 cm	200	MT	R\$ 2,00	R\$ 400,00
115	Lixa nº 80 Largura 12 cm	200	MT	R\$ 2,20	R\$ 440,00
116	Máscara anti poeira p/pintura	100	UN.	R\$ 0,95	R\$ 95,00
127	Tinta esmalte sintético base d'água premium branco 3,6 litros	53	GL	R\$ 69,00	R\$ 3.657,00
132	Fita Antiderrapante para piso 0,05x5,0	80	M	R\$ 14,00	R\$ 1.120,00
TOTAL GERAL					R\$ 26.673,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pela Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento dos materiais/produtos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

- III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
- IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
- V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;
- II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/produtos;
- IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria ou Fundo requisitante.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecedor, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes a aquisição do objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Administração; Secretaria de Governo; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Pesca e Agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável; Secretaria de Planejamento Urbano, Procuradoria Geral, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Contratante

AGRICOL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Ermino Antonio Hendges
FORNECEDOR

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2018 - PMP

Publicação Nº 1493969

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017 - MULTIENTIDADE - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS) PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa AGUAVOLT COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP, estabelecida à Rodovia Paulo Stuart Wright, nº 157, Bairro Centro, CEP 88.385-00, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3345-0668, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.376.162/001-78, representada, neste ato pelo Sr. Nelson Michels, CPF sob o nº 577.759.079-91, Cargo/Função Sócio Administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 085/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais (construção, elétrico, hidráulico e outros) para manutenção de bens imóveis para atender necessidades das Secretarias, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes, conforme solicitações anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega

não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM				
4	CADEADO 40mm	100	UN	R\$ 16,50	R\$ 1.650,00				
6	Cal de pintura 8kg	100	SC	R\$ 5,50	R\$ 550,00				
13	Disjuntor Monofásico 20 A	60	UN	R\$ 6,50	R\$ 390,00				
14	PINCEL 4"	100	UN	R\$ 8,00	R\$ 800,00				
15	Interruptor simples	200	UN	R\$ 3,00	R\$ 600,00				
20	Fita crepe - 19x50cm	50	UN	R\$ 2,90	R\$ 145,00				
22	PARAFUSO TELHEIRO	600	UN	R\$ 0,35	R\$ 210,00				
26	Engate flexível 60cm	50	UN	R\$ 2,50	R\$ 125,00				
27	Espátula média - 10cm	50	UN	R\$ 2,80	R\$ 140,00				
28	Massa corrida acrílica lata de 18 litros	50	LAT	R\$ 65,00	R\$ 3.250,00				
36	Adaptador com flange 25mm	50	UN	R\$ 4,00	R\$ 200,00				
37	Adaptador com flange 50mm	50	UN	R\$ 10,00	R\$ 500,00				
38	Adesivo com pincel PVC 175 gramas	50	UN	R\$ 8,50	R\$ 425,00				
39	Anel de vedação massa	300	UN	R\$ 4,50	R\$ 1.350,00				
41	Caixa de descarga 9 litros, cor branca, em pvc.	60	UN	R\$ 16,50	R\$ 990,00				
44	Joelho em PVC 45° 100mm	200	UN	R\$ 3,50	R\$ 700,00				
46	Joelho em PVC soldável 50mm	200	UN	R\$ 2,00	R\$ 400,00				
48	Luva esgoto 100mm	200	UN	R\$ 2,50	R\$ 500,00				
49	Silicone bisnaga 280 gramas	100	UN	R\$ 8,00	R\$ 800,00				
51	Tee esgoto 50mm	100	UN	R\$ 2,80	R\$ 280,00				
53	Torneira Bóia para caixa d'agua 1/2	60	UN	R\$ 4,80	R\$ 288,00				
54	Torneira de jardim plástica	80	UN	R\$ 1,50	R\$ 120,00				
55	Torneira lavatório metal 1/2	80	UN	R\$ 23,50	R\$ 1.880,00				
59	Tubo soldável 25mm em barra de 6 metros	80	UN	R\$ 9,50	R\$ 760,00				
66	Dobradiça 2"0 em ferro zincado	60	UN	R\$ 0,60	R\$ 36,00				
71	Parafuso PH 3,5x30	600	UN	R\$ 0,09	R\$ 54,00				
72	Parafuso PH 3,5x40	600	UN	R\$ 0,10	R\$ 60,00				
79	Conector para haste terra 5/8	60	UN	R\$ 2,90	R\$ 174,00				
84	Pino fêmea 10/20A	150	UN	R\$ 3,10	R\$ 465,00				
85	Pino macho 10A	150	UN	R\$ 2,30	R\$ 345,00				
86	Pino Macho 20A	150	UN	R\$ 3,30	R\$ 495,00				
94	DISJUNTOS MONOFÁSICO 10A	60	UN	R\$ 6,80	R\$ 408,00				
97	Tomada 2+T externa - sobrepor	100	UN.	R\$ 4,00	R\$ 400,00				
99	DISJUNTOR MONOFÁSICO 10A	60	UN	R\$ 7,90	R\$ 474,00				
101	Canaleta com fita auto adesiva 0,20x0,10x2,0	300	UN	R\$ 4,10	R\$ 1.230,00				
104	Espelho cego 4x2 Branco	130	UN.	R\$ 1,20	R\$ 156,00				
106	Fita isolante elétrica, comprimento 20m, largura 19	100	Rolo	R\$ 3,10	R\$ 310,00				
108	Forro pvc branco 0,20x6,00 - m2	760	M2	R\$ 10,40	R\$ 7.904,00				
109	Foto célula capacidade 1.000w	200	UN.	R\$ 19,00	R\$ 3.800,00				
110	Joelho em pvc 90° 100mm	200	UN.	R\$ 2,30	R\$ 460,00				
117	Massa Corrida PVA 3,6 LITROS	200	LAT	R\$ 16,00	R\$ 3.200,00				
118	Pincel 1.1/2"	100	UN.	R\$ 2,30	R\$ 230,00				
119	Pincel 2.1/2"	100	UN.	R\$ 2,50	R\$ 250,00				

123	Solvente tipo aguarraz contendo 900 ml	80	UN.	R\$ 7,50	R\$ 600,00				
TO-TAL GE-RAL					R\$ 38.104,00			R\$	R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pela Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento dos materiais/produtos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria ou Fundo requisitante.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes a aquisição do objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Administração; Secretaria de Governo; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Pesca e Agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável; Secretaria de Planejamento Urbano, Procuradoria Geral, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

AGUAVOLT COM E DIST. DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Nelson Michels

FORNECEDOR

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2018 - PMP

Publicação Nº 1493971

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017 - MULTIENTIDADE - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS) PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME estabelecida à Rua Wally Emilia Mohr, nº 60, Sala nº02, Bairro Água Verde, CEP 89.254-525, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3372-2740, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.138.763/0001-69, representada, neste ato pelo Sr. Altair Scheer, CPF sob o nº 015.668.139-05, Representante Legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 085/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais (construção, elétrico, hidráulico e outros) para manutenção de bens imóveis para atender necessidades das Secretarias, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes, conforme solicitações anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM				
23	Lâmpada econômica 36w	220	UN	R\$ 16,50	R\$ 3.630,00				
93	REPARO VÁLVULA HIDRA DOCOL	80	UN.	R\$ 30,00	R\$ 2.400,00				
129	Tomada tipo sobrepor 10a - dupla sistema	100	UN.	R\$ 9,50	R\$ 950,00				
TOTAL GERAL					R\$ 6.980,00			R\$	R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pela Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições

fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento dos materiais/produtos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria ou Fundo requisitante.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial,

implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes a aquisição do objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Administração; Secretaria de Governo; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Pesca e Agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável; Secretaria de Planejamento Urbano, Procuradoria Geral, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

COMERCIAL VITÓRIA LTDA – ME

Altair Scheer

FORNECEDOR

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2018 - PMP

Publicação Nº 1493973

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017 - MULTIENTIDADE - PMP

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017 - PMP

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS) PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos,

nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA estabelecida à Rua Carlos Hardt, nº 1120, Bairro Água Verde, CEP 89.254-580, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3084-1998 / 4798414-5200, E-mail: kl.licitacao@gmail.com, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.843.503/0001-04, representada, neste ato pelo Sr. Martinho José Lehnert, CPF sob o nº 784.242.169-20, Sócio Administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 085/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais (construção, elétrico, hidráulico e outros) para manutenção de bens imóveis para atender necessidades das Secretarias, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes, conforme solicitações anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM				
5	SELADOR ACRÍLICO 18L	80	UN	R\$ 51,00	R\$ 4.080,00				
12	TELHA DE AMIANTO 3,66 x 1,00 x 6 MM	300	UN	R\$ 62,00	R\$ 18.600,00				
58	Tubo PVC 50 mm em barra de 6 metros	80	UN	R\$ 24,00	R\$ 1.920,00				
60	Tubo soldável 50mm em barra de 6 metros	80	UN	R\$ 38,00	R\$ 3.040,00				
131	Tubo PVC 100 mm em barra de 6 metro	100	UN.	R\$ 32,50	R\$ 3.250,00				
133	Pregos com cabeça, material aço, tipo cabeça chata, tipo corpo liso, tipo ponta comum, bitola 12x12 mm	50	KG	R\$ 9,40	R\$ 470,00				
134	Pregos com cabeça, material aço, tipo cabeça chata, tipo corpo liso, tipo ponta comum, bitola 16x24 mm	50	KG	R\$ 6,80	R\$ 340,00				
TOTAL GERAL					R\$31.700,00			R\$	R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pela Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento dos materiais/produtos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria ou Fundo requisitante.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes a aquisição do objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Administração; Secretaria de Governo; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Pesca e Agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável; Secretaria de Planejamento Urbano, Procuradoria Geral, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

KL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA Martinho José Lehnert

FORNECEDOR

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018 - PMP

Publicação Nº 1493976

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017 - MULTIENTIDADE - PMP

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017 - PMP

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS) PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PERFORMACE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME estabelecida à Rua Caribe, nº 99, Bairro Velha Central, CEP 89.046-635, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3288-7375, E-mail: performaceblumenau@hotmail.com, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.682.219/0001-01, representada, neste ato pelo Sr. Eraldo Salvador, CPF sob o nº 027.875.099-08, Representante Legal, doravante

denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 085/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais (construção, elétrico, hidráulico e outros) para manutenção de bens imóveis para atender necessidades das Secretarias, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes, conforme solicitações anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM				
8	Fita Crepe 25mm x 50m	50	UN	R\$ 2,75	R\$ 137,50				
21	Fita crepe - 25x50cm	50	UN	R\$ 2,75	R\$ 137,50				
30	Tinta acrílica cor azul, balde/lata 18 Litros tipo premium	100	LAT	R\$ 165,00	R\$ 16.500,00				
31	Tinta acrílica cor azul, galão 3,600 litros tipo premium	100	LAT	R\$ 38,64	R\$ 3.864,00				
33	Tinta acrílica cor branca, galão de 3,600 litros tipo premium	100	LAT	R\$ 43,50	R\$ 4.350,00				
34	Tinta acrílica cor vermelha, balde/lata 18 litros tipo premi	100	LAT	R\$ 165,00	R\$ 16.500,00				
35	Tinta acrílica cor vermelha, galão 3,600 litros tipo premium	100	LAT	R\$38,64	R\$ 3.864,00				
TOTAL GERAL					R\$ 45.353,00			R\$	R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pela Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento dos materiais/produtos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

- III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
- IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
- V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;
- II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/produtos;
- IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria ou Fundo requisitante.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecedor, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes a aquisição do objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Administração; Secretaria de Governo; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Pesca e Agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável; Secretaria de Planejamento Urbano, Procuradoria Geral, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

PERFORMACE COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME

Eraldo Salvador

FORNECEDOR

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2018 - PMP

Publicação Nº 1493978

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017 - MULTIENTIDADE - PMP

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017 - PMP

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 034/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS) PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME estabelecida à Avenida João Sacavém, nº 85, Sala 06, Bairro Centro, CEP 88.375-000, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, Telefone: 47 3065-5503, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.060.647/0001-50, representada, neste ato pelo Sra. Júlia Cristina Meurer de Souza, CPF sob o nº 070.645.579-75, Sócia Administradora, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 085/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais (construção, elétrico, hidráulico e outros) para manutenção de bens imóveis para atender necessidades das Secretarias, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes, conforme solicitações anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objeto(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade

recedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM				
3	DISJUNTOR TRIFASICO 40A	60	PC	R\$ 54,90	R\$ 3.294,00				
52	Tee soldável rosqueável 25x1/2 bucha latão	100	UN	R\$ 2,70	R\$ 270,00				
62	Argamassa colante AC II pacote 20 Kg	100	PCT	R\$ 11,69	R\$ 1.169,00				
69	Fechadura externa cromada de cilindro com maçaneta alavanca	100	UN	R\$ 29,29	R\$ 2.929,00				
102	Curva em PVC soldável 50mm	100	UN.	R\$ 4,09	R\$ 409,00				
103	Disjuntor trifásico 100A	60	UN.	R\$ 110,00	R\$ 6.600,00				
112	Lampada econômica 45w	220	UN.	R\$ 25,00	R\$ 5.500,00				
TOTAL GERAL					R\$ 20.171,00			R\$	R\$

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pela Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento dos materiais/produtos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização

dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria ou Fundo requisitante.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta

neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes a aquisição do objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Administração; Secretaria de Governo; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Pesca e Agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável; Secretaria de Planejamento Urbano, Procuradoria Geral, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA ME
Júlia Cristina Meurer de Souza
FORNECEDOR

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER
Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2018 - PMP

Publicação Nº 1493980

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 121/2017 - MULTIENTIDADE - PMP
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017 - PMP
Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE, DE AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (CONSTRUÇÃO, ELÉTRICO, HIDRÁULICO E OUTROS) PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.494.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº. 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa VALDELI CECÍLIO DOS SANTOS EIRELI EPP estabelecida à Rodovia João Gualberto Soares, nº 3265, Loja 01, Bairro Rio Vermelho, CEP 88.058-300, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Telefone: 48 3269-2480, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.883.143/001-04, representada, neste ato pelo Sr. Valdeli Cecílio dos Santos, CPF sob o nº 398.713.989-72, Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 085/2017-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de materiais (construção, elétrico, hidráulico e outros) para manutenção de bens imóveis para atender necessidades das Secretarias, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes, conforme solicitações anexas ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	QTDE	TIPO DE UNIDADE	VALOR UNITÁRIO PREVISTO	VALOR TOTAL PREVISTO DO ITEM
7	Suporte para rolo 23cm	80	PC	R\$ 4,80	R\$ 384,00
11	TINTA ACRILICO 3,6 LT - BRANCA	100	GL	R\$ 28,90	R\$ 2.890,00
16	Tee soldável 50mm	100	UN	R\$ 3,90	R\$ 390,00
18	Rolo de espuma 15 cm	50	UN	R\$ 3,93	R\$ 196,50
24	Balde de pintura, em pvc, tamanho padrão	60	UN	R\$ 6,70	R\$ 402,00
25	Engate flexível 40cm	50	UN	R\$ 1,90	R\$ 95,00

32	Tinta acrílica cor branca, balde/lata 18 Litros tipo premium	100	LAT	R\$ 184,90	R\$ 18.490,00
63	Bucha nylon 10mm - pacote com 1000 unidades	10	PCT	R\$ 25,00	R\$ 250,00
64	Bucha nylon 6mm - pacote com 1000 unidades	10	PCT	R\$ 11,00	R\$ 110,00
65	Bucha nylon 8mm - pacote com 1000 unidades	10	PCT	R\$ 17,00	R\$ 170,00
67	Dobradiça 3'0 em ferro zincado	60	UN	R\$ 1,08	R\$ 64,80
73	Parafuso PH 4,5x50	600	UN	R\$ 0,10	R\$ 60,00
74	Pregos com cabeça, material aço, tipo cabeça chata, tipo corpo liso, tipo ponta comum, bitola 17x27 mm	50	KG	R\$ 7,15	R\$ 357,50
76	Cabo flexível 10mm	1000	M	R\$ 3,80	R\$ 3.800,00
77	Cabo flexível 2,5mm	1000	M	R\$ 0,95	R\$ 950,00
78	Cabo flexível 6mm	1000	M	R\$ 2,10	R\$ 2.100,00
80	Haste terra 5/8 x 2.4	80	UN	R\$ 19,90	R\$ 1.592,00
81	Interruptor + tomada embutir 10A	200	UN	R\$ 5,50	R\$ 1.100,00
87	Tomada tipo embutir 10A - completa	100	UN	R\$ 3,70	R\$ 370,00
88	Tomada tipo embutir 10A - dupla	100	UN	R\$ 6,70	R\$ 670,00
89	Tomada tipo embutir 20A	100	UN	R\$ 3,90	R\$ 390,00
90	Tomada tipo embutir para telefone	100	UN	R\$ 4,30	R\$ 430,00
98	Tomada tipo sobrepor 10A - completa sistema X	100	UN.	R\$ 5,70	R\$ 570,00
107	Fita veda rosca, material teflon, comprimento 20 metros, largura de 1/2" - rolo	100	Rolo	R\$ 2,40	R\$ 240,00
111	Lampada econômica 25w	220	UN.	R\$ 9,40	R\$ 2.068,00
120	Porta externa em madeira medindo 80x210 cm folha	80	UN.	R\$ 158,00	R\$ 12.640,00
121	Porta interna 2,10x0,80 Folha	70	UN.	R\$ 82,00	R\$ 5.740,00
124	Tinta acrílico fosco azul bebê 18 litros	100	UN.	R\$ 108,21	R\$ 10.821,00
125	Tinta acrílico fosco azul indigo 3,6 litros	100	GAL	R\$ 27,90	R\$ 2.790,00
126	Tinta acrílico fosco palha 18 litros	6	UN.	R\$ 108,21	R\$ 649,26
128	Tinta esmalte sintético base d'água premium cor marfim 3,6 litros	30	GL	R\$ 69,00	R\$ 2.070,00
130	Torneira de jardim meta 1/2	80	UN.	R\$ 14,00	R\$ 1.120,00
135	Pregos com cabeça, material aço, tipo cabeça chata, tipo corpo liso, tipo ponta comum, bitola 19x36 mm	50	KG	R\$ 7,40	R\$ 370,00
136	Tomada externa sobrepor branco 10 amperes	410	UN	R\$ 3,75	R\$ 1.537,50
TOTAL GERAL					R\$ 75.877,56

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues nas quantidades indicadas na Autorização de Fornecimento, e nos locais e horários informados pela Secretaria, Fundo e Fundação requisitante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento dos materiais/produtos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste

instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta dos materiais/produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir, reparar ou corrigir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais/produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária em conta corrente da Contratada (pessoa jurídica), em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria ou Fundo requisitante.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto contratado, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes a aquisição do objeto correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício de 2018 da Secretaria de Administração; Secretaria de Governo; Secretaria da Fazenda; Secretaria de Pesca e Agricultura; Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável; Secretaria de Planejamento Urbano, Procuradoria Geral, Fundo Municipal de Turismo e Fundação Municipal de Esportes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 17 de janeiro de 2018.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Contratante

VALDELI CECÍLIO DOS SANTOS EIRELI EPP

Valdeli Cecílio dos Santos

FORNECEDOR

T E S T E M U N H A S

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivado na Secretária Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LIAMAR MAGDA SOLER

Secretária de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

TERMO DE CANCELAMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL 025/2017 - FMS

Publicação Nº 1494296

TERMO DE CANCELAMENTO

Despacho de cancelamento de processo licitatório, acatando indicação do parecer jurídico, parecer da Secretaria de Administração e em obediência ao Princípio da Legalidade e do interesse público do objeto.

Referência: Processo Licitatório nº30/2017 - FMS

Pregão Presencial nº 025/2017 - FMS

O PREFEITO MUNICIPAL DE PENHA, no uso das atribuições legais, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002, acatando a indicação do parecer jurídico bem como da Secretaria de Administração, RESOLVE CANCELAR o procedimento de Edital de Pregão Presencial nº 030/2017, Processo Licitatório nº 025/2017, cujo objeto é o registro de preços para a contratação de empresa especializada para futura realização de exames laboratoriais de patologias clínicas para os pacientes do município de Penha/SC conforme credenciamento SUS 10409/68 e relatório dos exames a serem realizados durante o exercício de 2017/2018 (preços referente a Tabela SUS), conforme solicitação nº 527/2017 da Secretaria Municipal de Saúde, anexa ao Processo.

Publique-se

Penha, 18 de janeiro de 2018.

Aquiles José Schneider da Costa

Prefeito municipal

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 12/2018

Publicação Nº 1493924

DECRETO Nº 12/2018

FIXA O VALOR DA UFRM (UNIDADE FISCAL DE REFERENCIA MUNICIPAL) PARA O EXERCÍCIO DE 2018

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica instituído o valor de R\$ 742,78 (Setecentos e quarenta e dois reais e setenta e oito centavos) para a UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, de acordo com a variação de -0,5326% acumulada no ano de acordo com o IGPM/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado / Fundação Getulio Vargas) ocorrida no período compreendido entre os meses de Janeiro a Dezembro de 2017 conforme quadro demonstrativo abaixo:

ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)
Dez/2017	0,89	-0,5326	-0,5326
Nov/2017	0,52	-1,4100	-0,8777
Out/2017	0,20	-1,9201	-1,4200
Set/2017	0,47	-2,1158	-1,4594
Ago/2017	0,10	-2,5737	-1,7242
Jul/2017	-0,72	-2,6711	-1,6751
Jun/2017	-0,67	-1,9652	-0,7837
Mai/2017	-0,93	-1,3039	1,5736
Abr/2017	-1,10	-0,3775	3,3678
Mar/2017	0,01	0,7306	4,8624
Fev/2017	0,08	0,7205	5,3866
Jan/2017	0,64	0,6400	6,6608

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 03 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado

Em., 03/Jan/2018.

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

DECRETO 13/2018

Publicação Nº 1494702

DECRETO Nº 13/2018

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2018

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e especialmente pela Lei Orgânica do Município de PERITIBA e autorização contida na Lei Municipal nº 2.130/2017 de 13 de dezembro de 2017;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 456.082,19 (Quatrocentos e cinquenta e seis mil e oitenta e dois reais e dezenove centavos) para a seguintes dotações orçamentárias:

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

11.01 – Fundo Municipal de Saúde de Peritiba - FMS

10.302.0131.2.106 – Convênio com a Associação Beneficente Hospitalar Peritiba

(52)3.3.50.00.00.00.00.00 0302 – Transferências a Instituições Privadas sem fins Lucrativos
..... R\$ 69.832,19**11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA**

11.01 – Fundo Municipal de Saúde de Peritiba - FMS

10.301.0131.2.075 – Operacionalização das Ações Gerais da Saúde

(53)3.1.90.00.00.00.00.00 0404 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PERITIBA

11.01 – Fundo Municipal de Saúde de Peritiba - FMS

10.301.0131.2.075 – Operacionalização das Ações Gerais da Saúde

(54)3.3.90.00.00.00.00.00 0364 – Aplicações Diretas R\$ 275.000,00

05 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

05.07 – Departamento de Cultura

13.392.0233.2.047 – Operacionalização do Departamento de Cultura

(157)4.4.90.00.00.00.00.00 0300 – investimentos R\$ 10.000,00

02 - GABINETE DO PREFEITO E VICE

02.01 – Gabinete do Prefeito e Vice

04.122.0022.2.004 – Contribuição à entidades municipalistas

(156)3.1.71.00.00.00.00.00 0300 – Transferências a Consórcios Públicos
..... R\$ 1.250,00

Art. 2º Os recursos para cobertura deste Crédito Adicional Suplementar serão provenientes da anulação parcial e ou total das seguintes Dotações Orçamentárias:

Superávit Financeiro apurado ao final do Exercício Anterior na Fonte específica

Fonte 300 – Superávit Financeiro Recursos Ordinários

Especificação: Recursos Ordinários

Superávit financeiro apurado por fonte de recurso em 31/12/2017

Valor: R\$ 81.082,19

Superávit Financeiro apurado ao final do Exercício Anterior na Fonte específica

Fonte 404 – Superávit Financeiro Atenção Básica

Especificação: Transferências do Sistema Único de Saúde

Superávit financeiro apurado por fonte de recurso em 31/12/2017

Valor: R\$ 100.000,00

Superávit Financeiro apurado ao final do Exercício Anterior na Fonte específica

Fonte 364 – Superávit Financeiro Atenção Básica

Especificação: Transferências do Sistema Único de Saúde

Superávit financeiro apurado por fonte de recurso em 31/12/2017

Valor: R\$ 275.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC., 03 de janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado de publicado

Em 03 de Janeiro de 2018

Celestino Borges Vieira

Responsável pela publicação

DECRETO 14/2018

Publicação Nº 1493925

DECRETO Nº 14/2018

DESIGNA PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

A PREFEITA MUNICIPAL DE PERITIBA, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009 e Lei Federal n.º 10.520 de 17 de Julho de 2002.

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados Pregoeiros, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Peritiba, a seguir identificados:

REGINA INES BRAND e LIZIANE KLEIN GAERTNER.

Art. 2º - Fica designada a Equipe de Apoio, para aquisição de bens e serviços comuns, no âmbito do Município de Peritiba até 09 de Abril de 2018, a seguir identificados:

- I. JAKELINE BERVIAN MEZZOMO
- II. CELESTINO BORGES VIEIRA
- III. LUCAS MARTINS DE OLIVEIRA
- IV. GILDO GIL DE OLIVEIRA

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 86/2017 de 07 de Abril de 2017.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 08 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita MunicipalRegistrado e Publicado
Em., 08/Janeiro/2018.Francieli Schoenell
Responsável pela publicação**DECRETO 15/2018**

Publicação Nº 1493926

DECRETO N.º 15/2018

EXCLUI A SERVIDORA CLARICE RAUBER WEBER DO
DECRETO Nº 07/2018

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

DECRETA:

Art. 1º Fica excluída do Decreto nº 07/2018 a servidora CLARICE RAUBER WEBER que concede férias coletivas em virtude de que a mesma encontra-se em LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 08 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita MunicipalRegistrado e Publicado no Mural
de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba
em
08/Janeiro/2018Francieli Schoenell
Responsável pela publicação**DECRETO 16/2018**

Publicação Nº 1494704

DECRETO Nº 16/2018

NOMEIA ORDENADOR DE DESPESAS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PERITIBA E DELEGA COMPETÊNCIAS.

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba (SC), no uso das atribuições que lhe conferem a Legislação Municipal;

Considerando: o que dispõe a Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada à partir de 11/01/2018 a servidora ALEXANDRA BRESAN BOLL – Secretário Adjunto da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social como ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Saúde de Peritiba sem prejuízo as demais atribuições do cargo.

§ 1º O ordenador de despesas designado será competente para:

I – autorizar a emissão de empenhos, a concessão de adiantamentos e o pagamento das despesas;

II – movimentar recursos financeiros, podendo assinar cheques ou ordens bancárias;

III - a nomeação se dará enquanto perdurar o afastamento do gestor titular em licença para tratamento de saúde;

§ 2º Para a movimentação de recursos financeiros será necessário a assinatura do responsável pela tesouraria;

Art. 2º O ordenador de despesas designado no Art. 1º poderá assinar as prestações de contas, balancetes, demonstrativos, relatórios e demais documentos relativos a movimentação orçamentária, financeira e patrimonial do Fundo Municipal de Saúde do Município de Peritiba, desde assinados conjuntamente com o contador (ou responsável pela contabilidade);

Art. 3º É de atribuição exclusiva do Sr. Prefeito Municipal a autorização para efetuar abertura de licitações, contratos administrativos, convênios, homologações e adjudicações de processos licitatórios bem como o Balanço Anual da Entidade;

Art. 4º O ordenador da despesa será responsável pela regularidade e legalidade da despesa, devendo observar as normas previstas na Constituição Federal, nas Leis Federais e Estaduais que dispõem sobre direito financeiro, licitações e contratos administrativos, na Lei Orgânica do Município de Peritiba e Tribunal de Contas.

Art. 5º O ordenador de despesas, salvo convivência, não é responsável por prejuízos causados ao Município decorrentes de atos praticados por agentes e servidores subordinados.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 08 de Janeiro de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado
Em., 08/Janerio/2018.

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

EXTRATO DE CONTRATO 01/2018 - FMS

Publicação Nº 1494108

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 01/2018, Dispensa de licitação nº 01/2018 - FMS

Objeto: prestação de serviços de locação e assessoria técnica do sistema GEMUS – Gestão Municipal de Saúde.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2018 - FMS.

Contratado: INOVADORA SERVIÇOS EM TECNOLOGIA LTDA.

CNPJ: 12.234.834/0001-40

Valor: R\$ 7.560,00 (Sete mil e quinhentos e sessenta reais)

Data de Vigência: 03/01/2018 à 31/12/2018.

Município de Peritiba – SC em 03 de Janeiro de 2018.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES
Secretário de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 02/2018 - FMS

Publicação Nº 1494318

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 13/2017, Modalidade Tomada de Preços nº 01/2017

Objeto: contratação de empresa especializada para a coleta, transporte, armazenamento, tratamento e destinação final de resíduos de saúde dos grupos "A", "B" e "E" oriundos das instalações do Posto de Saúde do município, que deverão ser removidos pela CONTRATADA (quinzenalmente), conforme o que determina a Resolução 358/05 do CONAMA.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2018 - FMS.

Contratado: ATITUDE AMBIENTAL LTDA.

CNPJ: 07.075.504/0001-10

Valor: R\$ 17.760,00 (Dezessete mil, setecentos e sessenta reais)

Data de Vigência: 16/01/2018 à 31/12/2018.

Município de Peritiba – SC em 16 de Janeiro de 2018.

ADRIANO JOSÉ KRINDGES
Secretário de Saúde e Bem Estar Social

EXTRATO DE CONTRATO 22/2018

Publicação Nº 1494157

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 71/2014, Pregão Presencial nº 37/2014

Objeto: Prorrogar até 20/01/2019 o prazo de vigência do contrato Original 11/2015 prestação de serviços de seguro para os veículos e máquinas da frota Municipal.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 22/2018.

Contratado: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ nº 90.180.605/0001-02

Valor: R\$ 19.390,00 (Dezenove mil trezentos e noventa reais)

Data de Vigência: 15/01/2018 à 20/01/2019.

Município de Peritiba – SC em 15 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 23/2018

Publicação Nº 1494159

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 71/2014, Pregão Presencial nº 37/2014

Objeto: Prorrogar até 20/01/2019 o prazo de vigência do contrato Original 10/2015 prestação de serviços de seguro para os veículos e máquinas da frota Municipal.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 23/2018.

Contratado: SEGUROS SURA S.A

CNPJ nº 33.065.699/0001-27

Valor: R\$ 22.646,76 (Vinte e dois mil, seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos)

Data de Vigência: 15/01/2018 à 20/01/2019.

Município de Peritiba – SC em 15 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 24/2018

Publicação Nº 1494161

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:

Processo Licitatório nº 116/2017, modalidade Concorrência Pública nº 05/2017

Objeto: Concessão de direito real de uso não remunerado sobre parte do lote rural nº 498 e 499 da Colônia Rio Uruguai, com área total de 41.247,50m², sendo com a edificação de um barracão empresarial em alvenaria com área total de 625,66 m², situado na Linha Cruz e Souza, Peritiba – SC, matrícula nº 6.362, do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Concórdia.

Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24/2018.

Contratado: MAGNUS JOSÉ KERBER 43054226972

CNPJ nº 14.133.121/0001-16

Data de Vigência: 15/01/2018 à 14/01/2028.

Município de Peritiba – SC em 15 de Janeiro de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 25/2018

Publicação Nº 1494162

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 132/2017, Pregão Presencial nº 60/2017
Objeto: aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2018 (complementar).
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25/2018.
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO E CONSUMO CONCÓRDIA
CNPJ nº 83.573.212/0006-08
Valor: R\$ 3.261,20 (Três mil, duzentos e sessenta e um reais e vinte centavos)
Data de Vigência: 15/01/2018 à 30/04/2028.
Município de Peritiba – SC em 15 de Janeiro de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 26/2018

Publicação Nº 1494163

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
EXTRATO DE CONTRATO

Dados do Processo Licitatório:
Processo Licitatório nº 132/2017, Pregão Presencial nº 60/2017
Objeto: aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar para o 1º quadrimestre de 2018 (complementar).
Dados do Contrato: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26/2018.
Contratado: PERITIBA MASSAS CASEIRAS LTDA - ME
CNPJ nº 20.676.420/0001-08
Valor: R\$ 2.144,00 (Dois mil, centos e quarenta e quatro reais)
Data de Vigência: 15/01/2018 à 30/04/2028.
Município de Peritiba – SC em 15 de Janeiro de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA 26/2018

Publicação Nº 1493931

PORTARIA Nº 26/2018
CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, revisada em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º - CONVOCAR no dia 03/01, o servidor REMÍDIO JOSÉ LERNER JUNIOR, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, que se encontra em férias do período de 02/01 a 31/01/2018, sendo que o período de gozo para os referidos dias será definido posteriormente.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 03 de Janeiro de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural
de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba
em
03/Janerio/2018

Celestino Borges Vieira
Responsável pela publicação

PORTARIA 27/2018

Publicação Nº 1493933

PORTARIA Nº 27/2018
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a Servidora MARCIA ROSANI MARAFON ocupante do cargo efetivo de ATENDENTE DE BIBLIOTECA, Grupo 2, Nível 2, Classe "F", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 08/01 a 06/02/2018, relativo ao período aquisitivo de 09/09/2016 a 08/09/2017, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 08 de Janeiro de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural
de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba
em
08/Janerio/2018

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 28/2018

Publicação Nº 1493936

PORTARIA Nº 28/2018
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ADRIANA BOLL, ocupante do cargo efetivo de AUDITOR DE CONTROLE INTERNO, Grupo 2, Nível 7, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 09 de janeiro de 2018 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 09 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 09/Janeiro/2018	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 29/2018

Publicação Nº 1493937

PORTARIA Nº 29/2018

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor PAULO ROQUE BOLL, ocupante das funções do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, Grupo 1, Nível 7, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 11 de janeiro a 09 de fevereiro de 2018, conforme atestado médico anexo, em conformidade com o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 11/Janeiro/2018	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 30/2018

Publicação Nº 1493938

PORTARIA Nº 30/2018

CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, férias nos dias 15 de janeiro a 01 de fevereiro de 2018, sendo que o período de gozo de férias refere-se à Portaria 577/2017 CONVOCA SERVIDOR EM FÉRIAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 12 de Janeiro de 2018.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 12/Janeiro/2018	
--	--

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 31/2018

Publicação Nº 1493939

PORTARIA Nº 31, de 15 de janeiro de 2018.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, usando das suas atribuições legais, e na forma do artigo 156 da Lei nº 1.223, de 02 de dezembro de 1999,

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar SINDICÂNCIA para apurar atitude da servidora CARINA PAULA HACK, que teria dormido no serviço enquanto cuidava das crianças do Berçário II, no horário da manhã, junto do Centro de Educação Infantil Matheus Petter.

A possível conduta tomada pela servidora, poderá desencadear processo disciplinar assegurado pelo artigo 159 da Lei 1.223/1999 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais).

Art. 2º - Designar os servidores Liziane Klein Gaertner, Marta Bays e Jacinta Trentini, para sob a presidência da primeira, comporem a comissão, todos integrantes do quadro efetivo, devendo concluir os trabalhos num prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 16 de janeiro de 2018.

Registrado e Publicado no Mural de Atos da Prefeitura Municipal de Peritiba em 15 janeiro 2018.

Neusa Klein Maraschini

Prefeita

PORTARIA 32/2018

Publicação Nº 1493941

PORTARIA Nº 32/2018
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor JEFFERSON LUIZ BORTOLI ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, Grupo 3, Nível 3, Classe "B", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 15/01 a 13/02/2018, relativo ao período aquisitivo de 17/01/2017 a 16/01/2018, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 15 de Janeiro de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 15/Janeiro/2018	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 33/2018

Publicação Nº 1493943

PORTARIA Nº 33/2018
CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando a vigência da Lei Complementar n.º 39/2012 de 21 de Setembro de 2012;

RESOLVE:

Art. 1.º PROMOVER, a partir do dia 17 de Janeiro de 2018, ao Servidor JEFFERSON LUIZ BORTOLI, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENGENHEIRO CIVIL, da Classe "B" para a Classe "C" do Grupo 3, Nível 3, referente ao período de 17/01/2015 a 16/01/2018, em conformidade com a Lei n.º 39/2012, Art. 66, § 2.º, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de Janeiro de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 17/Janeiro/2018	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 34/2018

Publicação Nº 1493944

PORTARIA Nº 34/2018
CONCEDE FÉRIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao Servidor GLADISTONE COGHETTO JUNIOR ocupante do cargo efetivo de MÉDICO DA FAMÍLIA, Grupo 3, Nível 8, Classe "A", 30 (trinta) dias de FÉRIAS, no período de 17/01 a 15/02/2018, relativo ao período aquisitivo de 05/01/2017 a 04/01/2018, em conformidade com (Título II - DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO, Capítulo IV - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Seção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS) Art. 28, Parágrafo 2.º, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Peritiba de 16 de dezembro de 2009 e (Título II - DOS DIREITOS E VANTAGENS, Capítulo V - DOS BENEFÍCIOS, Seção I - DAS FÉRIAS) Art. 68, Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., 17 de Janeiro de 2018.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural de Atos Da Prefeitura Municipal de Peritiba em 17/Janeiro/2018	
--	--

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 5-2018**

Publicação Nº 1494354

CONCEDE REPOSIÇÃO SALARIAL

Ozair Vieira de Brito, Presidente da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Peritiba, usando das atribuições previstas no artigo 38, XXX do Regimento Interno desta Casa e conforme disposições da Lei Municipal nº 2.051/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida reposição salarial de 2,0669 % (dois inteiros e seiscentos e sessenta e nove décimos de milésimos por cento) na remuneração dos servidores e vereadores, referente ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) do período de janeiro a dezembro de 2017.

Art. 2º As despesas desta Lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com validade para remunerações de janeiro de 2018.

Sala de Sessões, 18 de janeiro de 2018.

Ozair Vieira de Brito

Presidente da Câmara Municipal

Pescaria Brava

PREFEITURA

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO

Publicação Nº 1493947

DECLARAÇÃO DE RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO Na Portaria nº 001/2018 à 005/2018, de 2018, publicada no DOM de 11/01/2018, publicação códigos: 1486934,148 6935,146936,146937,146938, onde se lê: Pescaria Brava/SC, 02 à 08 Janeiro de 2017; leia-se: Pescaria Brava/SC, 02 de Janeiro de 2018 . ORIGINAL ASSINADO POR DEYVISONN DA SILVA SOUZA, Prefeito Municipal. As portarias corretas serão publicadas em sequência.

Pescaria Brava/SC, 12 de Janeiro de 2018

DECRETO Nº 330

Publicação Nº 1494034

DECRETO Nº 330, de 11 de Janeiro de 2018.
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto nos termos do Inciso I do Artigo 9, da Lei nº 235, de 27 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$95.000,00 (noventa e cinco mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	08	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	06	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	5002	Receita e Transferências de Impostos – Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Manutenção do Consórcio Intermunicipal de Saúde
ELEMENTO	3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos
CÓDIGO REDUZIDO	9	

Valor R\$: 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários no valor de R\$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), conforme Artigo 9º e Artigo 12, da Lei nº 235, de 27 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo

com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 11 de Janeiro de 2018.
LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 332

Publicação Nº 1493804

DECRETO Nº 332, de 17 de Janeiro de 2018.
DISPÕE SOBRE O LANÇAMENTO DO IPTU, ISS FIXO E TAXAS PARA O ANO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Município e:

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a forma e prazos de pagamento do IPTU nos termos do art. 45 da Lei Complementar nº 011, 18 de novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a forma e o prazo de pagamento das taxas municipais, nos termos do art. 114 da Lei Complementar nº 011 de 18 de Novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a forma e o prazo de pagamento do ISSQN na modalidade fixa, nos termos do artigo 94, §3º, da Lei Complementar nº 011 de 18 de Novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores;

DECRETA:

Art. 1º - Para efeito do lançamento e cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) referente ao ano de 2018, o imposto será calculado na forma prevista no anexo XI da Lei Complementar nº 011, 18 de novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores e poderá ser pago nas condições abaixo discriminadas:

I - Em cota única com redução de 20% (vinte por cento) sobre o valor lançado do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU/2018, se liquidado até 15/06/2018;

II - O Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU/2018 poderá ser parcelado:

a) Atendida a alínea "b" deste inciso, em até 7 (sete) parcelas mensais, sem o desconto previsto no inciso I, com vencimento nas seguintes datas: 15/06/18, 15/07/18, 15/08/18, 15/09/18, 15/10/18, 15/11/18, 15/12/18 mediante retirada das guias no Departamento de Tributos do Município de Pescaria Brava/SC;

b) O valor de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

c) O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado, gozará do desconto de 5% (cinco por cento), desde que o pagamento de cada parcela se dê até o vencimento, nos termos do §3º do artigo 45 da Lei Complementar nº 011, 18 de novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores.

Art. 2º - Os pagamentos de impostos efetuados fora do calendário serão acrescidos de multa de 20% (vinte por cento), e ainda 1% (um por cento) de juros ao mês.

Art. 3º - A multa prevista no parágrafo anterior será reduzida em 50% (cinquenta por cento) do seu valor, caso o contribuinte proceda ao recolhimento total do tributo devido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de notificação.

Art. 4º - As Taxas de Licença de Localização (TLL) e de Fiscalização Anual (TFA) - Alvará/2018 serão pagas em cota única até 31/05/2018.

Art. 5º - O recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN FIXO/2018, previsto no §3º, do artigo 94, da Lei Complementar nº 011 de 18 de Novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores será efetuado em 03 (três) Parcelas, sendo a 1ª parcela com vencimento em 31/05/2018, 2ª parcela com vencimento em 31/07/2018 e a 3ª parcela com vencimento em 30/09/2018.

Art. 6º - Os pedidos administrativos de isenção e remissão para o exercício de 2018 serão recepcionados durante todo o exercício, na forma prevista na Lei Complementar nº 011 de 18 de Novembro de 2013 (Código Tributário Municipal) com alterações posteriores e na Lei Complementar nº 57/2017 obedecendo-se o disposto no artigo 4º, da mesma Lei.

Parágrafo único. O Secretário de Administração e Finanças expedirá ato administrativo instruindo os procedimentos sobre os requerimentos dos interessados e as provas do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos da isenção.

Art. 7º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 17 de Janeiro de 2018.
LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 333

Publicação Nº 1493805

DECRETO Nº 333, de 17 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA VALIDADE DOS ALVARÁS DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO EXPEDIDOS NO ANO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 70, IX, da Lei Orgânica do Município e:

DECRETA:

Art. 1º - Os alvarás de localização e funcionamento expedidos para o exercício de 2017 terão sua validade prorrogada até 31/05/2018, independente da expedição de novo documento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 17 de Janeiro de 2018.
LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito em Exercício

DECRETO Nº 334

Publicação Nº 1494035

DECRETO Nº 334, de 18 de Janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO A VERIFICAR NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto nos termos do Inciso I do Artigo 9, da Lei nº 235, de 27 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e dos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar por provável excesso de arrecadação no valor de R\$156.700,00 (cento e cinquenta e seis mil e setecentos reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	03	Secretaria de Administração e Finanças
UNIDADE	01	Secretaria de Administração e Finanças
FUNÇÃO	04	Administração
PROGRAMA	02	Gestão Financeira e Administrativa
SUBFUNÇÃO	122	Administração em Geral
RECURSO	5064	Transferências de Convênios – Estados/Outros
PROJETO/ATIVIDADE	2.005	Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	122	

Valor R\$: 156.700,00 (cento e cinquenta e seis mil e setecentos reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários no valor de R\$ 156.700,00 (cento e cinquenta e seis mil e setecentos reais), conforme Artigo 9º e Artigo 12, da Lei nº 235, de 27 de dezembro de 2017 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Gabinete do Prefeito, em Pescaria Brava, 18 de Janeiro de 2018.
LOURIVAL DE OLIVEIRA IZIDORO
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

Publicação Nº 1494640

ESTADO DE SANTA CATARINA
Prefeitura Municipal de Pescaria Brava - SC

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

O MUNICÍPIO DE PESCARIA BRAVA-SC, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais,

torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2018 para preenchimento de vagas em caráter temporário:

CARGOS: PROFESSOR ANOS FINAIS – CIÊNCIAS, PROFESSOR ANOS FINAIS - ENSINO RELIGIOSO, PROFESSOR ANOS FINAIS – GEOGRAFIA, PROFESSOR ANOS FINAIS – HISTÓRIA, PROFESSOR ANOS FINAIS - LÍNGUA PORTUGUESA, PROFESSOR ANOS FINAIS – MATEMÁTICA, PROFESSOR DE ANOS INICIAIS E FINAIS – ARTE, PROFESSOR DE ANOS INICIAIS E FINAIS - EDUCAÇÃO FÍSICA, PROFESSOR DE ANOS INICIAIS E FINAIS - LÍNGUA INGLESA, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, - PROFESSOR AUXILIAR PARA ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, PROFESSOR DE ANOS INICIAIS 1º AO 5º ANO. AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

Inscrições serão realizadas no período de 19/01/2018 a 29/01/2018.

O Edital completo e as demais resoluções decorrentes estarão afixados no mural das publicações da Prefeitura Municipal de Pescaria Brava - SC e disponibilizados no site www.pescariabrava.sc.gov.br

Telefone para contato.
(48) 3646-2010

Pescaria Brava - SC, 19 de janeiro de 2018

PORTARIA Nº 001/2018

Publicação Nº 1493949

PORTARIA Nº 001/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear servidor a ocupação de cargo do tipo "Comissionado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
Paulo Sergio Medeiros	Secretário de Administração e Finanças	Comissionado

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 02 de Janeiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 002/2018

Publicação Nº 1493950

PORTARIA Nº 002/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear servidor a ocupação de cargo do tipo "Comissionado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
DANIEL BARBOSA DE SOUZA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	Comissionado

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 02 de Janeiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 003/2018

Publicação Nº 1493951

PORTARIA Nº 003/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear servidor a ocupação de cargo do tipo "Comissionado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
EDSON DE OLIVEIRA SOUZA	DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO	Comissionado

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 02 de Janeiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 004/2018

Publicação Nº 1493952

PORTARIA Nº 004/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002,

RESOLVE

Art. 1º. - CONCEDER a servidora RAQUEL MARTINS, Técnica de Enfermagem lotada na Secretaria de Saúde, LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS por atender as exigências do Artigo 7, inciso XVIII da Constituição Federal e a ainda a Lei Municipal n.º 72/2014 (Dispõe sobre a ampliação do período de licença maternidade à servidora pública municipal para 180 dias) a contar de 02 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 02 de Janeiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 005/2018

Publicação Nº 1493954

PORTARIA Nº 005/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. Contratar os servidores de cargo tipo "Contratado" de acordo com a tabela abaixo;

HUMBERTO DE SOUZA ALANO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO
-------------------------	-------------------------

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 08 de Janeiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 006/2018

Publicação Nº 1493955

PORTARIA Nº 006/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Dispensar por término de contrato, a servidora CAMILA MARTINS POLICARPO, contratado ao cargo de Provimento Contratado de Enfermeira.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 08 de Janeiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 007/2018

Publicação Nº 1493957

PORTARIA Nº 007/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear servidor a ocupação de cargo do tipo "Comissionado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
ROSILENE FAISCA DA SILVA	COORDENADORA ESPECIAL DE PROJETOS E DEFESA CIVIL	Comissionado

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 08 de Janeiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 008/2018

Publicação Nº 1493958

PORTARIA Nº 008/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear servidor a ocupação de cargo do tipo "Contratado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
JAMILE MARTINS COSTA	ENFERMEIRA ESF	CONTRATADO

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 09 de Janeiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 009/2018

Publicação Nº 1493959

PORTARIA Nº 009/2018
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º. - CONCEDER a servidora JASMYNY LIANA COSTA, Professora lotada na Secretaria de Educação, LICENÇA MATERNIDADE POR 180 (CENTO E OITENTA) DIAS por atender as exigências do Artigo 7, inciso XVIII da Constituição Federal e a ainda a Lei Municipal n.º 72/2014 (Dispõe sobre a ampliação do período de licença maternidade à servidora pública municipal para 180 dias) a contar de 09 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 09 de Janeiro de 2018.
DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 010/2018

Publicação Nº 1493961

PORTARIA Nº 010/2018

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear servidor a ocupação de cargo do tipo "Comissionado", conforme tabela abaixo:

Servidor	Cargo	Tipo do Cargo
Daniel Barbosa de Souza	Diretor do Departamento de Contabilidade	Comissionado

Art. 2º - O servidor acima nomeado fará jus à gratificação de 75% (setenta e cinco por cento) sobre seus vencimentos, com base no art. 1º da Lei Complementar nº 004/2013, haja vista que além das atribuições inerentes ao cargo nomeado, auxiliará na contabilidade da Secretaria de Educação e Saúde deste Município.

Art. 3º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 09 de Janeiro de 2018.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal

Petrolândia

PREFEITURA

DECRETO Nº. 003/2018

Publicação Nº 1493927

DECRETO Nº. 003, de 15 de Janeiro de 2018.

ATUALIZA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso VII, Artigo 85, da Lei Orgânica Municipal, amparado pela Lei Complementar nº. 003/2002, de 24/12/2002,

DECRETA:

Art. 1º. O valor da Unidade Fiscal Municipal (UFM) de Petrolândia, estabelecido pelo Art. 288, da Lei Complementar nº. 003/2002, de 24/12/2002, fica atualizado para o valor de R\$ 28,48 (vinte e oito reais e quarenta e oito centavos).

Parágrafo Único. Para atualização do valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM, foi utilizado o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, com percentual de 2,07 % (dois vírgula zero sete por cento).

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº. 003, de 16/01/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA, 15 de Janeiro de 2018.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC
(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas - IBGE)

Mês/ano	Índice do mês (em %)	Índice acumulado no ano (em %)	Índice acumulado nos últimos 12 meses (em %)	Número índice acumulado a partir de Jan/93
Dez/2017	0,26	2,0669	2,0669	1.305,7079
Nov/2017	0,18	1,8022	1,9448	1.302,3219
Out/2017	0,37	1,6193	1,8328	1.299,9819
Set/2017	-0,02	1,2447	1,6299	1.295,1897
Ago/2017	-0,03	1,2650	1,7316	1.295,4488
Jul/2017	0,17	1,2954	2,0776	1.295,8376
Jun/2017	-0,30	1,1235	2,5565	1.293,6385
Mai/2017	0,36	1,4277	3,3486	1.297,5311
Abr/2017	0,08	1,0639	3,9870	1.292,8767
Mar/2017	0,32	0,9831	4,5689	1.291,8432
Fev/2017	0,24	0,6610	4,6940	1.287,7225
Jan/2017	0,42	0,4200	5,4355	1.284,6394

FONTES: IBGE e Base de Dados do Portal Brasil®.

DECRETO Nº. 004/2018

Publicação Nº 1493928

DECRETO Nº. 004, de 15 de Janeiro de 2018.

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL LONGEN, Prefeito Municipal de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Inciso VII, do Artigo 85 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº. 1964 de 19 de Dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a anular parcialmente a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) da seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 3.3.90.00.00.00.00 – (18) Aplicações Diretas

Recursos - 00.0636 – Recursos do PMAQ - Sus União R\$ 20.000,00

Art. 2º. Fica suplementada por conta da anulação do Artigo 1º. a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) na seguinte dotação do orçamento vigente:

Órgão 12 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade 01 – Fundo de Saúde

Proj./Atividade – 2.010 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Elemento de Despesa – 4.4.90.00.00.00.00 – (40) Aplicações Diretas

Recursos - 00.0636 – Recursos do PMAQ - SUS União R\$ 20.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Petrolândia, 15 de Janeiro de 2018.

JOEL LONGEN

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 02 2018 - COMBUSTÍVEL FMS

Publicação Nº 1493970

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 02/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL B S-10) PARA CONSUMO DAS VIATURAS E MOTOCICLETAS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 10:30h do dia 02/02/2018, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 19 de janeiro de 2018. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 06 2018 - COMBUSTÍVEL

Publicação Nº 1493932

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 06/2018 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇOS, tendo por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL B S-10 PARA CONSUMO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 08:30h do dia 02/02/2018, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 19 de janeiro de 2018. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO CHAMAMENTO FORNECEDORES 001-2018

Publicação Nº 1494488

EDITAL DE CHAMAMENTO

CHAMAMENTO DE FORNECEDORES Nº 001/2018

MARIO AFONSO WOITEXEM, Prefeito Municipal, TORNA PÚBLICO, aos interessados, que a partir de 19/01/2018 estarão abertas junto ao setor de Compras e Licitações desta Prefeitura, inscrições de novos fornecedores e atualização dos já cadastrados, para fins de habilitação em qualquer modalidade de Contratação ou Licitação.

O Edital e documentos necessários para o Cadastramento, bem como eventuais esclarecimentos, poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura de Pinhalzinho, situado na Av. São Paulo, nº 1615, Centro, nesta cidade, nos dias úteis, de Segunda à Sexta-feira, das 08:00 às 11:30 às 13:30 às 17:00 hs.

O Edital completo está disponível no site www.pinhalzinho.atende.net.

Informações complementares pelo fone (49) 3366-6600.

Pinhalzinho – SC, dia 19 de Janeiro de 2018.

Mario Afonso Woitexem

Prefeito Municipal

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 001-2018 - PMP

Publicação Nº 1494496

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 001/2017 - PMP

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de sistema pedagógico de ensino para alunos, professores e pais (todos do Ensino Fundamental), que deverá ser aplicado durante o ano letivo de 2018, com formação de professores e gestores escolares do município de Pinhalzinho/SC.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor Preço

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 31/01/2018

Abertura: dia 31/01/2018, às 08:45

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras01@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras02@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 19 de Janeiro de 2018.

Fabricao Fontana

Secretário Municipal de Educação e Cultura

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 006/2018

Publicação Nº 1494630

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 006/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 02/02/2018, Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2018, que visa a contratação de empresa para execução de "AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA A SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES E CME".

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇOS: 02/02/2018 até às 08:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 08:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 02 DE JANEIRO DE 2018.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 011/2018

Publicação Nº 1493751

AVISO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 011/2018
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 01/02/2018, licitação modalidade Pregão Presencial nº 011/2018, visando A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA FROTA MUNICIPAL.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 01/02/2018, até às 09:30 hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:45 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2010, ou pelo site www.pinheiropreto.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 10 DE JANEIRO DE 2018.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

CONTRATO ADMINISTRATIVO 021/2018

Publicação Nº 1493940

LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS 024/2017
CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º: 021/2018
CONTRATO EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, REGIME DE EXECUÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

Contrato de EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, consistente na PINTURA DA CRECHE MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO/SC, na forma dos Projetos Técnicos aprovados através da Portaria nº 422/2017, REGIME DE EXECUÇÃO E REMUNERAÇÃO EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA/SERVIÇO, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e GUMBOWSKY ARMAÇÕES E DOBRA DE FERRO LTDA - EPP, autorizado através do Processo nº 323/2017 e Licitação nº 024/2017, modalidade TOMADA DE PREÇOS, ficando as partes sujeitas, além do presente contrato, aos ditames do edital de licitação declinado e da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: Pedro Rabuske

CONTRATADA: Empresa: GUMBOWSKY ARMAÇÕES E DOBRA DE FERRO LTDA EPP
CNPJ-MF nº 21.285.605/0001-46
Endereço: Linha Santa Catarina, Bairro Interior, Tangara- SC
CEP: 89642-000

O presente contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93 e pelas normas do Edital de Licitação nº 024/2017 – MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente processo tem por objeto a PINTURA DA CRECHE MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO/SC, aprovado através da Portaria nº 422/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 As obras deverão ser executadas no prazo máximo de 30 (trinta dias).

2.2 O presente contrato vigorará até 30/11/2018, contados da data da assinatura, podendo sofrer acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o art. 65, §1º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O valor total do contrato é de R\$ 22.238,49(vinte e dois mil duzentos e trinta e oito reais e quarenta e nove centavos); sendo:

3.2 O(s) faturamento(s) dar-se-ão na forma do cronograma físico-financeiro – ANEXO ao presente contrato, após medição e autorização do Engenheiro responsável.

§ 1º Os valores não sofrerão qualquer reajuste.

§ 2º A última parcela do preço somente será paga após:

I - Recebimento definitivo da obra, mediante autorização do Engenheiro Responsável;

II – Entrega do comprovante de comprimento dos encargos sociais e trabalhistas dos empregados que trabalharam na obra.

3.3 No preço ajustado entre as partes estão inclusas todas as despesas que possam influir nos custos, tais como: alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, fiscais, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos, máquinas, materiais e equipamentos necessários para execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A presente despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Função: 12 - Educação
Subfunção: 365 - Educação Infantil
Programa: 12 - Desenvolvimento Educacional

CLÁUSULA QUINTA: REGIME DE EMPREITADA

A modalidade de REGIME DE EXECUÇÃO É DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

CLÁUSULA SEXTA: DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

a) Efetuar o pagamento pela execução da obra;

b) Designar engenheiro responsável para acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento da obra.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

a) Execução da obra de acordo com o memorial descritivo e plantas, anexos II e III do Edital Convocatório, partes integrantes deste.

b) Seguir as orientações técnicas do Engenheiro Responsável designado pelo Município.

c) A contratada deverá, na data da assinatura do contrato, indicar o nome do preposto, aceito pela Administração, no local da obra, para

representá-la na execução do contrato.

d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.

e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

f) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

g) Não transferir ou sublocar a outrem, no todo ou em parte, o presente Contrato, sob pena de rescisão contratual e aplicação de multa.

h) Substituir, sempre que exigido pela Contratante e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.

i) Fornecer, mensalmente, o comprovante de pagamento dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.

j) Executar a obra, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas técnicas pertinentes.

l) Manter, durante toda a execução do Contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na Licitação.

Parágrafo único. A inadimplência do contratado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis.

CLÁUSULA OITAVA: PENALIDADES E DA RESCISÃO

8.1 DAS PENALIDADES

8.1.1 Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

8.1.2 Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

8.1.2.1 Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do material com atraso, até o limite de 10 % (dez por cento);

8.1.2.2 Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

8.1.2.3 Advertência;

8.1.2.4 Suspensão do direito de licitar, junto ao Município.

8.1.2.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

8.1.3 As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

8.2 RESCISÃO DO CONTRATO

8.2.1 O Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

8.2.1.1 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição do material na inspeção e recebimento.

8.2.1.2 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

8.2.1.3 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

8.2.2. A Contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA NONA: GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

Atuará como Gestor do Contrato, a Secretária de Transportes e Obras, sendo que na condição de fiscal atuará o servidor Valdir Neis.

CLÁUSULA DÉCIMA: DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até 25% (vinte e cinco por cento).

10.2. Fica o presente contrato vinculado ao Processo de Licitação nº 323/2017, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS 024/2017.

10.3 Antes de efetuar o pagamento da última parcela, a contratada deverá comprovar que efetuou o pagamento dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato, nos termos do disposto no Dec. Lei 2.173/97, através do fornecimento de guia de recolhimento quitada.

10.4 Os valores devidos acerca de encargos previdenciários, bem como o(s) tributo(s) incidente(s), serão retidos quando do pagamento do preço.

10.5 A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.6 Aplicar-se-á na execução do contrato, além das normas previstas na Lei 8.666/93, o disposto no Edital Convocatório.

10.7 A contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

10.8. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC 18 de janeiro de 2018.

CONTRATANTE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

GUMBOWSKY ARMAÇÕES E DOBRA DE FERRO LTDA EPP

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

2)

Nome:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 025/2018

Publicação Nº 1493797

CONTRATO ADMINISTRATIVO 025/2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e ESTUDIO EXPRESSÃO CRIATIVA ARTE E CULTURA LTDA – ME , autorizado através da Licitação nº 011/2018, Processo Administrativo nº 023/2018 modalidade DISPESA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: ESTUDIO EXPRESSÃO CRIATIVA ARTE E CULTURA LTDA – ME

CNPJ-MF n.º. 19.734.531/0001-36

Endereço: RUA FRANCISCO VANZ, Nº 370, BAIRRO DOIS PINHEIROS, VIDEIRA – SC . 89560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 011/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para campanha Janeiro Branco, oferecida pela Secretaria da Saúde e Bem Estar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço R\$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Função:20 - Agricultura

Subfunção:606 - Extensão Rural

Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural

Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Despesa 142

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E HORÁRIO

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ de sua assinatura, até 31 de janeiro de 2018 com efetivação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2- Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

4.1 – DA RESCISÃO

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de dispensa de licitação nº 01/2018, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, Edital de licitação 011/2018, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 16 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
ESTUDIO EXPRESSÃO CRIATIVA ARTE E CULTURA LTDA – ME

TESTEMUNHAS:

1)	2)
Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 026/2018

Publicação Nº 1493798

CONTRATO ADMINISTRATIVO 026/2018

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e C.A. OLIVEIRA ASSESSORIA EDUCACIONAL – ME , autorizado através da Licitação nº 011/2018, Processo Administrativo nº 023/2018 modalidade DISPESA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: C.A. OLIVEIRA ASSESSORIA EDUCACIONAL – ME
CNPJ-MF n.º. 19.982.514/0001-18
Endereço: RUA MANOEL ESTEVÃO, Nº 785, BAIRRO SÃO BERNARDO
Cidade: União da Vitória – PR
CEP: 84.600-00

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 011/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa para campanha Janeiro Branco, oferecida pela Secretaria da Saúde e Bem Estar.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço R\$ 774,44 (setecentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos), devendo a despesa correr à Conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função:20 - Agricultura
Subfunção:606 - Extensão Rural
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA
Despesa 142
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E HORÁRIO

3.1 Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ de sua assinatura, até 31 de janeiro de 2018 com efetivação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Se a CONTRATADA descumprir as condições deste Pregão ficará sujeito às penalidades estabelecidas nas Leis nº 10.520/2002 e 8.666/93.

4.2- Nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Município de Pinheiro Preto, poderá aplicar à empresa vencedora, as seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

4.3 – Nos termos do artigo 7º da Lei n. 10.520/2002, se o licitante, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.

4.4 - Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada, sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

4.1 – DA RESCISÃO

4.1 – O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei n. 8666/93.

4.2 – Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

V - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

5.1 - O presente contrato está vinculado à licitação oriunda do edital de dispensa de licitação nº 01/2018, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

§1º - A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

VI - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, Edital de licitação 011/2018, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

VII – DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

7.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 16 de janeiro de 2018.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

C.A. OLIVEIRA ASSESSORIA EDUCACIONAL – ME

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

DECRETO 4755

Publicação Nº 1494045

DECRETO Nº 4.755 DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO - SIMASPP

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.972 de 10 de novembro de 2017.

DECRETA

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo do Sistema de Assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 06–Sistema de assistência médico hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP

Unidade Orçamentária: 6001 – Sistema de assistência médico hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP

Função: 08 – Assistência social

Subfunção: 244 – Assistência comunitária

Programa: 7 – Assistência medica aos segurados

Ação: 2.28 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MEDICA AOS SEGURADOS

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 300 R\$ 100.000,00

Total Suplementado R\$ 100.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do Sistema de assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto – SIMASPP - 2017, conforme demonstrativo do anexo 13 e 14 da lei 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, em 12 de janeiro de 2018.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

Pomerode

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064 / 2017 - PRAZO

Publicação Nº 1493890

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064 / 2017 PRAZO

Processo Administrativo n.º 064 / 2017.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 008 / 2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA RIBEIRÃO SOUTO - BAIRRO RIBEIRÃO SOUTO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU - TRANSFERÊNCIA N.º 2017TR000749.

Prorrogação – 60 dias – prazo final – 31/12/2017.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 60 (sessenta) dias, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 064 / 2017 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude da demora na liberação dos recursos do Convênio firmado junto a Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau - Transferência n.º 2017TR000749.

Ass.: Ércio Kriek – Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / Amarildo Ramos – Lajetubos Artefatos e Serviços Eireli EPP – Contratada.

Pomerode / SC, 20 de Outubro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2017 - PRAZO

Publicação Nº 1493834

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2017 PRAZO

Processo Administrativo n.º 055 / 2017.

Dispensa de Licitação n.º 009 / 2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DA RUA HILDA AUGUSTA GUILHERMINA VOLKMANN - BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE PAVIMENTAÇÃO DE 1.924,95 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU / SDR - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000016651.

Prorrogação – 90 dias – prazo final – 22/01/2018.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 90 (noventa) dias, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 049 / 2017 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude da demora na liberação dos recursos do Convênio firmado junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau / SDR.

Ass.: Ércio Kriek – Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / Amarildo Ramos – Lajetubos Artefatos e Serviços Eireli EPP – Contratada.

Pomerode / SC, 13 de Outubro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064 / 2017 - PRAZO

Publicação Nº 1493892

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 064 / 2017
PRAZO**

Processo Administrativo n.º 064 / 2017.

Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 008 / 2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA IMPLANTAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL NA RUA RIBEIRÃO SOUTO - BAIRRO RIBEIRÃO SOUTO, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU - TRANSFERÊNCIA N.º 2017TR000749.

Prorrogação – 60 dias – prazo final – 02/03/2018.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 60 (sessenta) dias, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 064 / 2017 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude da demora na liberação dos recursos do Convênio firmado junto a Agência de Desenvolvimento Regional de Blumenau - Transferência n.º 2017TR000749.

Ass.: Ércio Kriek – Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / Amarildo Ramos – Lajetubos Artefatos e Serviços Eireli EPP – Contratada.

Pomerode / SC, 21 de Dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2017 - PRAZO

Publicação Nº 1493836

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**3.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 049 / 2017
PRAZO**

Processo Administrativo n.º 055 / 2017.

Dispensa de Licitação n.º 009 / 2017.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO DA RUA HILDA AUGUSTA GUILHERMINA VOLKMANN - BAIRRO TESTO ALTO, POMERODE/SC, COM ÁREA TOTAL DE PAVIMENTAÇÃO DE 1.924,95 METROS QUADRADOS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO, COM RECURSOS DO CONVÊNIO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE POMERODE E A SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE BLUMENAU / SDR - PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA N.º 0000016651.

Prorrogação – 90 dias – prazo final – 23/04/2018.

Justificativa: Prorrogação de execução contratual por mais 90 (noventa) dias, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 049 / 2017 e Lei Federal n.º 8.666/93, em virtude da demora na liberação dos recursos do Convênio firmado junto a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional de Blumenau / SDR.

Ass.: Ércio Kriek – Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / Amarildo Ramos – Lajetubos Artefatos e Serviços Eireli EPP – Contratada.

Pomerode / SC, 12 de Janeiro de 2018.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 019 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494255

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 019 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: BLUMEDICA PRODUTOS MÉDICOS E CIRÚRGICOS LTDA EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$279.853,70 (duzentos e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e três reais e setenta centavos) – Itens 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 21, 23, 24, 26, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 52, 54, 58, 69, 88, 89, 91, 104, 105, 112, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 147, 150, 158, 190, 192, 194, 195, 201, 210, 211, 213, 222, 225, 294 e 303.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 020 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494257

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 020 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$63.949,80 (sessenta e três mil, novecentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos) – Itens 01, 02, 05, 06, 25, 46, 47, 97, 98, 109, 110, 114, 133, 136, 145, 152, 154, 167, 183, 184, 185, 186, 188, 206, 215, 216, 217, 218, 220, 226, 227, 276, 293, 304, 308, 332, 333, 335, 336, 338 e 355.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 021 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494259

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 021 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: METROMED COM. DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$44.598,70 (quarenta e quatro mil, quinhentos e noventa e oito reais e setenta centavos) – Itens 20, 22, 48, 49, 83, 100, 117, 151, 168, 193, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 278, 279, 280, 282, 283, 284, 285, 286, 295, 297, 298, 299, 300, 329, 343 e 354.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 022 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494261

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 022 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: NANO EMPREENDIMENTOS LTDA ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$45.800,00 (quarenta e cinco mil e oitocentos reais) – Item 345.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 023 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494263

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 023 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: MEDICALBLU EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES EIRELI ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$44.381,90 (quarenta e quatro mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa centavos) – Itens 04, 08, 27, 28, 29, 33, 55, 56, 59, 101, 106, 130, 131, 132, 135, 163, 164, 165, 196, 197, 198, 199, 200, 202, 296, 309, 312, 323, 324 e 330.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494268

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 024 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: PKB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$12.594,00 (doze mil e quinhentos e noventa e quatro reais) – Itens 16, 17 e 18.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494270

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: OLIMEDIC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS HOSPITALARES LTDA EPP.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$6.960,00 (seis mil e novecentos e sessenta reais) – Itens 325, 326, 340, 341, 342, 344 e 351.
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494274

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.
Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratada: JEFFERSON DUWE - ME.
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.
Valor total registrado: R\$134.920,50 (cento e trinta e quatro mil, novecentos e vinte reais e cinquenta reais) – Itens 87, 159, 176, 212, 320,

327, 331 e 334.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 027 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494275

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 027 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: SANIMED INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$97.923,85 (noventa e sete mil, novecentos e vinte e três reais e oitenta e cinco centavos) – Itens 19, 31, 32, 50, 51, 57, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 84, 85, 96, 102, 108, 111, 113, 115, 116, 128, 129, 134, 144, 148, 149, 157, 160, 161, 162, 166, 171, 172, 173, 174, 175, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 187, 189, 203, 219, 221, 223, 224, 235, 236, 237, 238, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 290, 291, 292, 301, 302, 310, 311, 313, 321, 348, 349 e 350.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494277

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 028 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: DANIELE DAGIOS EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$41.659,80 (quarenta e um mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos) – Itens 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 92, 93, 103, 153, 155, 156, 191, 287, 288, 289, 314, 315, 316, 317, 337, 346, 347, 352 e 353.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 029 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494278

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 029 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRÔNICOS EIRELI - EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta reais) – Itens 318 e 319.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494280

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 030 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: METALÚRGICA HOSPITALAR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE APARELHOS ELETROMÉDICOS LTDA □ EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$16.680,00 (dezesesseis mil e seiscentos e oitenta reais) – Item 328.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031 / 2017 - SAÚDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE

Publicação Nº 1494281

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 031 / 2017 - SAÚDE

Processo Administrativo n.º 020 / 2017.

Pregão Presencial n.º 010 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.

Contratada: BMH PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM E ELETRODOMÉSTICOS PARA AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$40.000,00 (quarenta mil reais) – Item 86.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 27/12/2018.

Pomerode / SC, 28 de Dezembro de 2017.

RAFAEL RAMTHUN

Secretário Municipal de Saúde

Ponte Alta do Norte

PREFEITURA

PORTARIA - 013/2018

Publicação Nº 1494612

PORTARIA 013/2018

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE PROCESSO DISCIPLINAR E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a licença concedida a membro da equipe, Delfa Terezinha Wollinger Costa, nomeada presidente da comissão de Inquérito de apuração das irregularidades de conduta, através da portaria 171/2017 de 07 de dezembro de 2017, ficam nomeados os membros relacionados no art. 1º desta portaria.

DESIGNA

Art. 1º - Ficam nomeados, nos termos do Art. 96 da LC 006/01, os servidores públicos estáveis abaixo relacionados para sob a Presidência do primeiro, para comporem a Comissão de Inquérito de apuração das irregularidades de conduta citadas no requerimento, devendo a comissão, ora composta, iniciar seus trabalhos e deverá concluir no prazo máximo de 60 (Sessenta) dias, prorrogáveis na forma do art. 101 da LC 006/01.

Presidente – Luana Boeira Pereira

Membro - Lucas Mazzoleni Pinto

Membro – Priscila Michailoff Prestes

Suplente – Leonildo Jonas Guisolphi Pasquali

Art. 2º - As ciências, intimações e citações às pessoas necessárias á instrução do processo serão realizadas pelo servidora e membro da comissão Priscila Michailoff Prestes, através das diligencias que se fizerem necessárias.

Art. 3º - Os membros da comissão poderão reunir-se em expediente normal para suas atribuições decorrentes da presente nomeação, art. 101 da LC 006/01 § 1º.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 18 de Janeiro de 2018.

Roberto Molin de Almeida

Prefeito Municipal

Publicado a presente portaria aos dezessete dias do mês de Janeiro de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

PORTARIA - 014/2018

Publicação Nº 1494613

PORTARIA N.º 014/2018

NOMEIA MEMBROS PARA COMISSÃO DO CONCURSO PUBLICO Nº 003/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81 item VIII da Lei Orgânica Municipal e suas alterações.

CONSIDERANDO a licença concedida a membro da equipe, Delfa Terezinha Wollinger Costa, nomeada presidente da comissão do concurso público nº 003/2017, através da portaria 177/2017 de 07 de dezembro de 2017, ficam nomeados os membros relacionados no art. 1º desta portaria.

RESOLVE

Art. 1.º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados, para fazer parte da comissão do Concurso Público ADM nº 003/2017, e fiscais, para acompanhamento e controle na execução do processo.

- THUANY CRISTINE COELHO – Presidente

- ANGELITA MUSSANIK DE LIMA

- JULIANA PINHEIRO DOS SANTOS

- EDILIO PEREIRA
- CRISTIANO FRANCISCO DE OLIVEIRA

Fiscais:

- JOICE DE LIMA LOURENÇO
- PRISCILA MICHAILOFF PRESTES

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 18 de Janeiro de 2018.
Roberto Molin de Almeida
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dezoito dias do mês de Janeiro do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

PORTARIA - 015/2018

Publicação Nº 1494614

PORTARIA N. 015/2018
EXONERA SERVIDOR EM CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA, Prefeito Municipal de Ponte Alta do Norte, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 81 item VIII da Lei Orgânica Municipal

RESOLVE

Art.1º- Fica exonerado a pedido, o servidor ORLI COELHO BORGES, matrícula nº 10464, do cargo em comissão de Chefe de Divisão, a partir de 15 de Janeiro de 2018.

Art.2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Ponte Alta do Norte, 18 de Janeiro de 2018.
Roberto Molin de Almeida
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de 2018, na Portaria da Prefeitura Municipal e DOM- Diário Oficial dos Municípios.

PP 4/2018

Publicação Nº 1494021

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 4/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 01/02/2018, às 08:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE EDITAL E EM SEU ANEXO I.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm - site www.pmpn.sc.gov.br; licitacoes@pmpn.sc.gov.br.

Ponte Alta do Norte - SC, 18/01/2018.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PP02/2018

Publicação Nº 1494019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 01/02/2018, às 09:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: ADQUIRIR GENÊROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm - site www.pmpn.sc.gov.br

Ponte Alta do Norte - SC, 18/01/2018.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

PP03/2018

Publicação Nº 1494020

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 3/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO NORTE-SC, através da sua Pregoeira e sua Equipe de Apoio nomeados pela Portaria Nº 096/2017 de 11 de Maio de 2017, regida pela Lei Federal 10.520/02, Lei Federal 8.666/93 em conformidade com a Lei Municipal Nº 633/2005, conforme decreto 860/2006, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, no dia 02/02/2018, às 09:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Ponte Alta do Norte, situada a Rua João da Silva Calomeno, Nº 243, se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital e seus anexos.

Objeto: ADQUIRIR MATERIAIS DE LIMPEZA PARA ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO.

Local obtenção do instrumento convocatório: Comissão Permanente de Licitação, sito a Rua João da Silva Calomeno, 243, das 07h30min às 12h30mm - site www.pmpn.sc.gov.br

Ponte Alta do Norte - SC, 18/01/2018.
ROBERTO MOLIN DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Ponte Serrada

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 02/2018 FMS

Publicação Nº 1494398

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 03/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 02/2018 FMS

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto PREGÃO PRESENCIAL PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DE FORMA PARCELADA, DESTINADO AO ATENDIMENTO DE PACIENTES NO MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. O julgamento será por MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 02/02/2018. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 02/02/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br. Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail comprasps01@gmail.com com ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 19 de janeiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 04/2018

Publicação Nº 1494667

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 06/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 04/2018

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO SUV 0 KM COM AS CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS ESPECIFICADAS NO ANEXO I DESTINADO A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO. O julgamento será por MENOR PREÇO POR ITEM. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 31/01/2018. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 31/01/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br. Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 19 de janeiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 05/2018

Publicação Nº 1494091

AVISO DE PUBLICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 07/2018 – PREGÃO PRESENCIAL 05/2018

ALCEU ALBERTO WRUBEL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 1983. A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS. O julgamento será por MENOR PREÇO POR LOTE. Recebimento dos Envelopes até às 08H15 (horário de Brasília) do dia 01/02/2018. Abertura da Sessão às 08H30 horas (horário de Brasília) do dia 01/02/2018. Edital e anexos, disponíveis no site do município www.ponteserrada.sc.gov.br. Informações Complementares poderão ser obtidas de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 7h30 às 13h30 e das 13 às 17 horas, pelo e-mail comprasps01@gmail.com ou pelo telefone (49) 34350122.

Ponte Serrada, 19 de janeiro de 2018.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 008/2018 - PMPB

Publicação Nº 1493880

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – Registro de Preço Nº 008/2018 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço por Lote;

Objeto: Contratação de empresa pelo sistema de Registro de Preços para Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de dedetização, desinsetização, desratização e limpeza de caixa de água, para atender as necessidades das Secretarias, Fundos e Fundações do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento das Propostas: Até 12:30 horas do dia 01/02/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 13:00 horas do dia 01/02/2018, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, nº 2.500 – Centro–Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 211 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 19 de Janeiro de 2018.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA 002/2018

Publicação Nº 1494461

INSTRUÇÃO NORMATIVA 002/2018 DE, 18 de janeiro de 2018.

Regulamenta procedimento do PARECER AMBIENTAL ESPECÍFICO – ZONEAMENTO DA APA DA PONTA DO ARAÇÁ, no âmbito da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PORTO BELO – SC.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE PORTO BELO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 14, VIII, faz saber a o seguinte:

Art. 1º. O Parecer Ambiental Específico – Zoneamento da APA da Ponta do Araçá indicará zoneamento, inserção ou influência sobre APP, condições de cobertura vegetal, características do relevo, indicação de ocupações existentes;

Art. 2º. O requerimento de Parecer Ambiental Específico – Zoneamento da APA da Ponta do Araçá será acompanhado dos seguintes documentos:

- I. Cópia do documento do terreno;
- II. Cópia do documento do proprietário;
- III. Inscrição Imobiliária;
- IV. Comprovante de pagamento da taxa;
- V. Levantamento Planialtimétrico:
 - a. Coordenadas georreferenciadas (SIRGAS 2000);
 - b. Memorial descritivo;
 - c. A.R.T. e comprovante de recolhimento;

Art. 3º. Para emissão do parecer de que trata esta resolução fica dispensada a consulta de diretrizes da Secretaria de Planejamento.

Art. 4º. Esta instrução normativa entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

ANEXO I

PARECER AMBIENTAL específico

ZONEAMENTO DA APA DA PONTA DO ARAÇÁ

1. Indicar qual zoneamento o imóvel está inserido;
2. Indicar se o imóvel está inserido ou sob influência de APP;
3. Indicação condições de cobertura vegetal;
4. Indicação do relevo;
5. Indicações de ocupações existentes;

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS:

VI. Cópia do documento do terreno;

VII. Cópia do documento do proprietário;

VIII. Inscrição Imobiliária;

IX. Comprovante de pagamento da taxa;

X. Levantamento Planialtimétrico:

* Coordenadas georreferenciadas (SIRGAS 2000);

* Memorial descritivo;

* A.R.T. e comprovante de recolhimento;

XI. Excepcionalmente fica dispensada a Consulta de Diretrizes.

Porto União

PREFEITURA

EDITAL 012/2017 - RH

Publicação N° 1493765

EDITAL 012/2017

O Prefeito do Município de Porto União, em conformidade com o Art. 6º, §2º do Decreto 668, de 19 de outubro de 2011, DIVULGA a lista dos servidores que protocolaram de 01 a 29 de dezembro de 2017, requerimento solicitando a conversão Pecuniária de 1/3 da Licença Prêmio, após a Chefia de Recursos Humanos observar os critérios previstos no Art. 2º, inciso III, letra "a" e "b", e Art. 3º do Decreto.

Secretaria de Saúde

	NOME	PERIODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	CLEUSA BREXI	11/2011 A 11/2016	27/11/2006

Secretaria de Educação

	NOME	PERIODO AQUISITIVO	ADMISSÃO
01	IRINEU BILINIEC	04/2011 A 04/2016	17/04/2001

Porto União (SC), 29 de dezembro de 2017.

ELISEU MIBACH

Prefeito Municipal

Pouso Redondo

PREFEITURA

RETIFICAÇÃO 02 PP 83 2017 PROCESSO 099 2017

Publicação Nº 1494151

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO– PREGÃO PRESENCIAL Nº 83 /2017/ PROCESSO Nº099/2017

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público o acréscimo da documentação de qualificação técnica no Edital de Pregão Presencial nº 83/2017, DE OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE FORMA PARCELADA DE PESSOA JURIDICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAQUINAS E OUTROS EQUIPAMENTOS, CONFORME DESCRIÇÃO COMPLETA NO ANEXO I DO EDITAL. onde os participantes deverão apresentar juntamente com a proposta CREA da empresa (Pessoa Juridica) e CREA do responsável técnico (Pessoa Fisica), juntamente com a comprovação de vínculo do responsável técnico com a empresa que poderá ser através de Contrato Social, carteira de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços, para participação nos itens de nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 11, 12, e 13. As demais cláusulas inclusive a data de abertura para dia 01/02/2018, às 09:00hs as permanecem inalteradas.

Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no mesmo endereço, no site www.pousoredondo.sc.gov.br, e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700/ 8737.

Pouso Redondo, 18 de janeiro de 2017.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO Nº 27/2018

Publicação Nº 1494341

EXTRATO DE CONTRATO
Nr. 27/2018

CONTRATANTE:	MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	BETHA SISTEMAS LTDA
OBJETO:	Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso mensal, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso do aplicativo de Fatura utilizando banco de dados relacional, conforme funcionalidades descritas no Anexo I.
VALOR:	O valor total do presente instrumento é R\$ 5.052,00 (cinco mil e cinquenta e dois reais).
VIGÊNCIA:	02/01/2018 à 31/12/2018

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2018

Publicação Nº 1493966

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2018

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 05 (cinco) de fevereiro de 2018, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, tem como objeto a escolha mais vantajosa para a aquisição de materiais de higiene e limpeza para a manutenção das atividades das Escolas da Rede Municipal de Ensino, durante o ano letivo de 2018. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 19 DE JANEIRO DE 2018.
Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018

Publicação Nº 1494335

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 06 (seis) de fevereiro de 2018, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, destinado a microempresas e empresas de pequeno porte, localizadas no Município de Presidente Castello Branco/SC e na Microrregião da AMAUC e tem como objeto a escolha mais vantajosa para a aquisição de gêneros alimentícios a serem utilizados na Merenda Escolar da Rede Municipal de Ensino do Município de Presidente Castello Branco/SC, durante o ano letivo de 2018. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 19 DE JANEIRO DE 2018.
Ademir Domingos Miotto
Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

EDITAL 02/2018 AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTROS FINS

Publicação Nº 1494310

EDITAL Pregão Presencial Nº2/2018 de Participação EXCLUSIVA de Micro Pequenas e EPPs CONFORME LEI COMPLEMENTAR 147/2014

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela Portaria nº135/ de 15/01/2018 torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Pregão Presencial nº 2/2018, do tipo Menor Preço, Por Item, sob a forma de fornecimento parcelado, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº 3.784 de 06/04/01, Lei nº 8.666 de 21/06/93, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e Lei Complementar 147/2014 de 07 de agosto de 2014, Decreto Municipal nº 38/2016 e demais exigências deste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente certame: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTROS FINS

1.2. Os envelopes nº. 01 - Proposta Comercial, nº. 02 – Documentação, bem como os documentos necessários para o Credenciamento e para Habilitação, deverão ser entregues até a data e horário abaixo determinados, a saber:

- a) Data: 01/02/2018
- b) Local: Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC).
- c) Prefeitura Municipal De Presidente Nereu Sala De Licitações
- d) Credenciamento e entrega dos envelopes até: às 09:00:00 horas.
- e) Abertura do processo: 01/02/2018 às 09:15:00 horas.

II - DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO:

2.1 No dia, hora e local designado neste Edital, item 1.2 letras a, b, c e d, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à Sessão Pública, o Pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes contendo as propostas comerciais e os documentos exigidos para a habilitação, em envelopes distintos, fechados, contendo na parte externa, a seguinte identificação:

**A) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. __/2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU- SC
ENVELOPE Nº. 01 - P R O P O S T A C O M E R C I A L**

**B) NOME DA EMPRESA (PARTICIPANTE) E CNPJ
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. __/2017.
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC
ENVELOPE Nº. 02 - D O C U M E N T A Ç Ã O**

2.1.1 A não comprovação de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, impedirá a licitante apenas de ofertar lances verbais, o que não desclassifica a sua Proposta Comercial, lavrando-se, em ata, o ocorrido.

2.1.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

2.2.1 O recebimento dos envelopes da documentação, proposta comercial e credenciamentos acontecerão até 01/02/2018 às 09:00:00 horas, devendo os mesmos serem protocolados, diretamente no Setor no Licitações, conforme item 1.2-c.

III - DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para participação do representante da empresa proponente, no ato da abertura, o mesmo deverá apresentar (lado externo dos envelopes):

3.1.1 **Procuração** ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida;

3.1.2 **Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado no órgão devido, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações, desde que devidamente comprovado o último registro no órgão próprio.**

3.1.2.1 Os documentos descritos no item 4.1.2 supra poderão ser apresentados em fotocópia, desde que a mesma esteja devidamente autenticada em Cartório ou por servidor da Administração Municipal.

3.1.3 Declaração de habilitação modelo em anexo;

3.1.4 Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte **(deve ser apresentado no momento do credenciamento, sob pena de ser desconsiderada tal condição).**

3.1 **A não comprovação** de que o interessado ou seu representante legal possui poderes específicos para atuar no certame, **impedirá a licitante de ofertar lances verbais**, lavrando-se, em ata, o preço orçado na proposta.

3.2 Em nenhuma hipótese serão recebidas propostas e documentação fora do prazo estabelecido neste Edital.

IV – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas legalmente autorizadas a atuarem do ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital.

4.2 Não poderão participar, direta e indiretamente, da presente licitação as empresas que:

4.2.1 Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou empresas estrangeiras que não funcionam no país;

4.2.2 Forem declaradas suspensas de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;

4.2.3 Forem declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão da administração direta ou indireta Federal, Estadual ou Municipal;

4.2.4 O autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

4.2.5 Servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

4.3 O Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do procedimento licitatório.

4.4 Se a empresa não se enquadrar na categoria de Micro empresa, Pequena Empresa de Pequeno Porte.

Parágrafo Único: Não será aplicado os benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou

complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06) (lei complementar 147/2014).

V - DA PROPOSTA COMERCIAL:

5.1 A Proposta Comercial contida no Envelope nº. 01 deverá ser apresentada na forma e requisitos indicados nos subitens a seguir: Emitida por computador ou datilografada, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada pelo responsável pela empresa.

5.1.1. Conter razão social completa e CNPJ da licitante, sendo este último, obrigatoriamente, o mesmo da Nota de Empenho e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

5.1.2. Descrição geral quanto ao objeto a ser fornecido, de acordo com as especificações constantes no item **1 - DO OBJETO e Anexo TERMO DE REFERÊNCIA**, constando os valores unitários e totais, em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos, com no máximo três casas decimais.

5.1.2.1. Em caso de divergência entre os preços, serão levados em consideração os últimos, e entre o preço unitário e total prevalecerá o primeiro.

5.1.2.2. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

5.1.2.3 As despesas com transportes, cargas e descargas, seguros, impostos e outras correrão sempre por conta e risco do fornecedor, devendo, portanto, estar incluídas no preço das mercadorias cotadas.

Não serão admitidos preços diferenciados para o mesmo item do objeto.

5.1.3 Conter prazo de validade da proposta de, no mínimo (90) noventa dias, contados da data-limite para a entrega dos envelopes.

5.1.4 Se o prazo de validade for omitido na proposta, esta será considerada válida até 31 de dezembro de 2017 e não será motivo para desclassificação da proposta.

5.1.5 Conter a identificação do representante da empresa e a respectiva assinatura.

Parágrafo único – Preferencialmente para facilitar o julgamento por parte do Pregoeiro, solicita-se às empresas que apresentem suas propostas conforme o modelo constante do ANEXO III, do presente edital.

VI - DA HABILITAÇÃO

6.1 Os interessados para poderem concorrer ao objeto do presente Edital deverão apresentar no envelope nº.02 - Documentação, os seguintes documentos:

6.1.1 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS;

6.1.2 Prova de regularidade de débitos relativos a Tributos Federais e à dívida ativa da União (Negativa ou com efeitos de Negativa), podendo ser apresentada em conjunta ou individual;

6.1.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da proponente;

6.1.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, da sede da proponente;

6.1.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

6.1.6 Prova de Regularidade da Justiça do Trabalho;

6.1.7 Declaração da proponente, de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (conforme modelo constante do Anexo, do

presente edital);

6.1.8 Declaração de Idoneidade conforme modelo no ANEXO;

6.1.9 Declaração de Comprometimento conforme modelo no ANEXO;

6.1.10 Contrato Social, Ato constitutivo ou Estatuto com todas as alterações, devidamente registrado, que poderá ser substituído por documento consolidado das alterações devidamente comprovado o último registro no órgão próprio. **(Dispensado quando apresentado no ato do Credenciamento).**

6.1.11 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), emitida via internet, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

6.1.12 Certidão de negativa de FALÊNCIA E CONCORDATA.

6.2 Todos os dados devem estar sem rasuras ou emendas.

6.3 O envelope deverá estar lacrado com cola evitando assim sua violação.

6.4 Os **documentos de habilitação** deverão ser apresentados em **original ou por fotocópia** previamente **autenticada em Cartório ou por servidor da Administração no Setor de Tributação da Prefeitura Municipal**, e estar dentro de seus prazos de validade na data prevista para a entrega e abertura dos envelopes.

6.5 Quando se tratar de cópia de documento obtido através da Internet, este não precisa ser autenticado, uma vez que terá sua validade confirmada pela mesma via pelo pregoeiro, caso necessário.

6.6 Caso a validade não conste dos respectivos documentos, estes serão considerados válidos por um período de **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data de sua emissão.

6.7 Para participação de representante da empresa proponente, no ato da abertura desta licitação, o mesmo deverá realizar o CREDENCIAMENTO, conforme item 4.1.

6.8 Se a licitante for matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome, e da mesma forma se for filial;

6.9 No caso de licitante filial, serão dispensados aqueles documentos que pela própria natureza jurídica ou em razão de centralização de recolhimento, não puderem ser emitidos em seu nome; deverão os mesmos, entretanto, nesse caso, serem emitidos em nome da matriz, sob pena da inabilitação da licitante;

VII – DA PARTICIPAÇÃO DE MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE:

7.1 Se a participante do certame for empresa de pequeno porte ou microempresa, devidamente comprovada, deverá apresentar declaração conforme Anexo - Declaração de Porte Empresarial, para ser beneficiado pelo que estabelece a Lei Complementar nº. 123/2006, no seu art. 43.

7.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, deverá a empresa apresentar declaração conforme Anexo – Declaração de Comprometimento será assegurado, as mesmas, o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.3 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.1, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.4 Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de

contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

7.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5%(cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.6 Para efeito do disposto no art. 44 da Lei Complementar acima mencionada, em caso de empate, haverá adjudicação do item a empresa qualificada como ME ou EPP:

7.6.1 Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I do caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do art. 44 da referida Lei Complementar, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.6.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.6.3 Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do artigo 44, da Lei Complementar nº. 123/06, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.4 O disposto no artigo 44 da Lei Complementar nº. 123/06 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

Lei Complementar nº 147/2014, ao alterar a Lei Complementar nº 126/2006, e as seguintes novas regras quanto à participação das pequenas empresas, compreendidas aquelas enquadradas no Estatuto, nos termos de seu art. 3º:

1) Ampliação do prazo para regularização fiscal da empresa vencedora da licitação, sendo agora de 5 dias úteis, prorrogável por igual período (art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/06);

2) Participação exclusiva de pequenas empresas na disputa de itens cujo valor seja inferior a R\$ 80 mil, inclusive nas compras por dispensa em razão do valor do contrato, nos termos do art. 24, I e II da Lei nº 8.666/93 (art. 47 c/c 48, I, e 49, IV, da Lei Complementar nº 123/06);

3) Nas licitações de itens com valor superior a R\$ 80 mil, desde que o objeto corresponda a bem divisível (não se aplica a serviços), é obrigatória a reserva de até 25% da aquisição desses bens para disputa exclusiva entre pequenas empresas (art. 47 c/c 48, III, da Lei Complementar nº 123/06);

4) Faculdade de a Administração exigir que parte do objeto contratado com empresas não albergadas pelo Estatuto seja obrigatoriamente subcontratado com pequenas empresas, caso em que os empenhos e pagamentos a estas poderão ser realizados diretamente pela Administração Pública (art. 47 c/c 48, II, § 2º, da Lei Complementar nº 123/06);

5) Faculdade de aplicar margem de preferência de até 10% sobre o melhor preço, priorizando-se, justificadamente, a contratação de pequenas empresas sediadas local ou regionalmente (art. 47 c/c 48, § 3º, da Lei Complementar nº 123/06);

6) Não aplicação dos benefícios quando não houver três licitantes com propostas válidas, quando não for vantajoso para a Administração Pública ou quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado (art. 47 c/c 48, I e III, da Lei Complementar nº 123/06).

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO:

8.1 Juntamente com o envelope 01 - PROPOSTA, os interessados

apresentarão DECLARAÇÃO (Anexo VI) dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação;

8.2 Serão abertos primeiramente os envelopes contendo as Propostas Comerciais, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, ocasião em que se paralisará o processo para digitação das propostas apresentadas, o qual se classificará a proposta de **Menor Preço Por Item** e aquelas que apresentem valores sucessivos e superiores até o limite de 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.3 Não havendo pelos menos três ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de três, poderão oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.4 No curso da Sessão, os autores das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores, devidamente credenciados, serão convidados individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

8.5 Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

8.6 A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra à licitante, na ordem decrescente dos preços.

8.7 É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

8.8 Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.9 A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10 Caso os licitantes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita **Menor Preço Por Item** e o valor estimado para a contratação, podendo, o pregoeiro, negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

8.11 O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocados pelo Pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

8.12 Encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o Pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo comparando-o com os valores consignados em Planilha de Custos, decidindo, motivadamente, a respeito.

8.13 Sendo considerada aceitável a proposta comercial da licitante que apresentou o menor preço, o Pregoeiro procederá à abertura de seu envelope nº. **02 - DOCUMENTAÇÃO**, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no **item “7”** deste Edital.

8.14 Constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto.

8.15 Em caso de a licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora.

8.16 Se a oferta não for aceitável por apresentar preço excessivo, o Pregoeiro poderá negociar com a licitante vencedora, com vistas a obter preço melhor.

8.17 Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro declarará o vencedor, proporcionando, a seguir, a oportunidade às licitantes para que manifestem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta

desta manifestação, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recurso por parte da licitante, registrando na ata da Sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todos os demais licitantes ficaram intimados para, querendo, se manifestar sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias, após o término do prazo do recorrente, proporcionando-se, a todos, vista imediata do processo.

8.18 A ausência do licitante ou sua saída antes do término da Sessão Pública caracterizar-se-á como renúncia ao direito de recorrer.

8.19 Da Sessão Pública do Pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para a habilitação e dos recursos interpostos, estes, em conformidade com as disposições do item acima.

8.20 A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Pregoeiro e por todos os licitantes presentes.

8.21 Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, os licitantes presentes.

IX - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO:

9.1 No julgamento das propostas, serão consideradas vencedoras as de **Menor Preço Por Item**, desde que atendidas as especificações constantes deste Edital.

9.2 A adjudicação do objeto deste Pregão será **Menor Preço Por Item**, às licitantes cujas propostas sejam consideradas vencedoras.

X - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS: XI

10.1 Tendo a licitante manifestado a intenção de recorrer na Sessão Pública do Pregão, terá ela o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentação das razões de recurso.

10.2 As demais licitantes, já intimadas na Sessão Pública acima referida, terão o prazo de 03 (três) dias consecutivos para apresentarem as contra-razões, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.3 A manifestação na Sessão Pública e a motivação, no caso de recurso, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

10.4 O (s) recurso (s) será (ao) dirigido (s) à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), e, por intermédio do Pregoeiro, será (ao) encaminhado (s) ao Prefeito Municipal, devidamente informado, para apreciação e decisão, no prazo de 05 (cinco) dias.

XI - DO REGISTRO DOS PREÇOS E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação, com a posterior homologação do resultado e do procedimento licitatório pela Autoridade Competente.

11.2. Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente homologará o procedimento licitatório e registrará os preços ofertados pela licitante vencedora para o objeto desta licitação.

XII - DO REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Homologado o resultado da licitação, a Prefeitura Municipal, Órgão Gerenciador do Registro de Preços, respeitada a ordem de classificação, convocará os interessados para assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da convocação e, depois de cumpridos os requisitos de publicidade, o compromisso de

fornecimento terá efeito nas condições estabelecidas no contrato.

12.1.1. As licitantes classificadas, se desejarem, poderão registrar os seus preços no contrato, desde que aceitem fornecer nas mesmas condições e preço da licitante vencedora do certame.

12.1.2. O contrato de Registro de Preços será assinado pelo Prefeito Municipal e pela licitante cujos preços forem registrados.

12.2. A proposta da licitante poderá ser desclassificada até a assinatura da Ata de Registro de Preços, se tiver a Prefeitura Municipal de Presidente Nereu conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira. Neste caso, poderá ser procedida nova classificação, efetuando-se a convocação das licitantes remanescentes, em ordem crescente de preços.

12.3. O contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

12.3.1. O direito de preferência de que trata o item anterior poderá ser exercido pelo beneficiário do registro, quando a administração Municipal optar pela aquisição do objeto cujo preço está registrado, por outro meio legalmente permitido, que não o contrato de Registro de Preços, e o preço cotado neste for igual ou superior ao registrado.

12.4. Durante a vigência do Registro de Preços, os órgãos participantes convocarão os detentores do preço registrado, obedecida obrigatoriamente a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e do contrato de Registro de Preços.

12.5. A Prefeitura Municipal de Presidente Nereu avaliará o mercado constantemente, promoverá as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicará trimestralmente eventuais variações nos preços registrados.

12.5.1. Os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, apurados trimestralmente pela Administração Municipal, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, com vistas a manter o mesmo equilíbrio econômico-financeiro.

12.5.2. As alterações de preços oriundas da revisão dos mesmos, no caso de desequilíbrio econômico-financeiro, serão publicadas no jornal Diário Oficial do Estado, Diário Oficial dos Municípios, na internet página do município portal da transparência no link licitações e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

12.6. Se o preço inicialmente registrado tornar-se superior ao praticado no mercado, a Administração Municipal negociará com o fornecedor sua redução.

12.6.1. Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

12.7. Se o preço de mercado se tornar superior ao registrado, uma vez frustrada a negociação, o fornecedor, antes de ser convocado a assinar o contrato ou receber a autorização de fornecimento ou a Nota de Empenho, poderá requerer, por escrito, o cancelamento do registro, devendo anexar ao requerimento comprovantes, tais como notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, entre outros, com vistas a justificar a impossibilidade de cumprir as exigências do contrato de Registro de Preços.

12.8. Ocorrendo o cancelamento previsto nas cláusulas 11.6.1 e 11.7, o fornecedor ficará exonerado da aplicação da penalidade.

12.9. Cancelados os registros, nos termos previstos nos itens 11.6.1 e 11.7, a Administração Municipal poderá convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação, visando a igual oportunidade de negociação.

12.10. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU procederá à revogação do contrato de Registro de Preços.

12.11. Da Ata constarão, também, as obrigações da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU e do Fornecedor.

12.12. Os preços registrados vigorarão por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato.

12.13. As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no orçamento da Administração Municipal para os exercícios alcançados pelo prazo de validade do contrato de Registro de Preços, a cargo da contratante, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão da respectiva Nota de Empenho.

XIII - DA CONTRATAÇÃO

13.1 Após a homologação do resultado, a licitante vencedora será intimada para assinatura do contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2 Caso a licitante vencedora recuse-se, injustificadamente, a assinar o contrato, no prazo e condições estabelecidas, a licitante subsequente na ordem de classificação, será notificada para fazê-lo nas condições por ela propostas, ocasião em que será realizada nova Sessão Pública, retomando-se a fase de habilitação, sem prejuízo de que o pregoeiro negocie, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

13.3 O Contratado é responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

XIV - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição 08.2016.33903051.1000000

XV - DO PAGAMENTO:

15.1. O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de PRESIDENTE NEREU, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do bem, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais.

15.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

XVI - DO REAJUSTE:

16.1. O objeto licitado poderá sofrer revisão após expirado o prazo de 90 dias contados da homologação, desde que atendidos os prerrogativas da lei e mediante a efetiva comprovação do aumento por parte do fornecedor e aprovação da administração, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

XVII - DAS PENALIDADES:

17.1. Ressalvados os motivos de força maior devidamente comprovados e a

critério do **MUNICÍPIO**, se a **licitante vencedora** não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas as penalidades nos termos do artigo 7º da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

XVIII - DA RESCISÃO

18.1. A rescisão do presente poderá ser:

18.1.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

18.1.2 A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 17.1 deste Edital;

18.1.3 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

18.1.4 Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

XIX - DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA VENCEDORA

19.1. A empresa vencedora obriga-se a:

19.1.1 Aceitar acréscimos ou supressões que o **MUNICÍPIO** solicitar, até o limite permitido pelo parágrafo 1º do artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores;

19.1.2 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.3 Executar os objetos licitados **de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, devendo ser expedida a nota fiscal.

19.1.4 Responder por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social e tributária, bem como pelos danos e prejuízos que a qualquer título causar à Prefeitura Municipal de Presidente Nereu e/ou a terceiros, em decorrência do objeto desta licitação, respondendo por si e seus sucessores.

19.1.5 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu;

19.1.6 Reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer material (is) em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação, sem acarretar ônus para a CONTRATANTE;

19.1.7 Será recusado o material, imprestável, defeituoso, que não atender

as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para o uso;

19.1.8 Arcar com quaisquer despesas com frete para transporte do objeto licitado até o endereço da CONTRATANTE;

19.1.9 A contratada deverá fornecer a Municipalidade a garantia do objeto licitado.

19.1.10 Os materiais entregues com características diferentes da especificação técnica, ou em excesso ao encomendado, serão devolvidos, correndo os tributos, fretes e demais despesas decorrentes da devolução por conta da fornecedora.

19.1.11 Atender rigorosamente, as quantidades que lhe forem solicitadas, independente de valores para faturamento;

19.1.12 A empresa vencedora deverá entregar o objeto licitado rigorosamente de acordo com o Anexo III – Termo Referência

19.1.13 Os serviços ora contratados deverão ser realizados no Perímetro Urbano do Município de Presidente Nereu (SC).

XX - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

20.1 Reservar-se ao direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar em todo ou em parte a presente licitação.

20.2 Efetuar os pagamentos de acordo com o especificado no item “16” deste edital.

20.3 Exigir que a CONTRATADA cumpra com o exposto neste edital.

XXI - DA VIGÊNCIA

21.1 O objeto da licitação tem vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do termo contratual ou rescindindo-se automaticamente na entrega do objeto licitado.

21.2 Findo o prazo previsto para o término do presente termo, e havendo valor remanescente, fica ressalvado à PREFEITURA, a não obrigatoriedade de retirar todo o produto licitado, em virtude da desnecessidade.

XXI - DA VIGÊNCIA

22.1 Recomenda-se às licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto;

22.2 Para agilização dos trabalhos, não interferindo no julgamento das propostas, as licitantes farão constar em sua documentação endereço, número de fax e telefone, bem como o nome da pessoa indicada para contatos.

22.3 Os casos omissos serão resolvidos conforme disposições da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

22.4 O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

22.5 No interesse da Prefeitura Municipal, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

23.5.1 Adiada a abertura da licitação;

23.5.2 Alteradas as condições do Edital, obedecido ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

23.6 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I - Declaração de Retirada de Edital; (Anexado no lado externo dos envelopes).

ANEXO II - Minuta do Contrato e ata de Registro de Preços;

ANEXO III - Termo de referência;

ANEXO IV - Modelo de Declaração; (Anexado no lado interno do envelope

nº. 02 – HABILITAÇÃO).

ANEXO V - Modelo de Credenciamento; (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO VI - Modelo de Declaração para Habilitação; (**Anexado no lado externo dos envelopes**).

ANEXO VII - Modelo de Declaração de Idoneidade; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**)

ANEXO VIII - Declaração de Porte Empresarial (**Anexado no lado externo dos envelopes**)

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Comprometimento; (**Anexado no lado interno do envelope nº. 02 - HABILITAÇÃO**).

ANEXO X - Modelo de Proposta Comercial (**Anexado no lado interno o envelope nº. 01 - PROPOSTA**).

23.7 Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidas à Prefeitura Municipal no endereço anteriormente citado, pelo telefone (47) 3362-1108 ou ainda pelo e-mail compras@presidentenereu.sc.gov.br.

23.8 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço, telefone e fax, para qualquer comunicação.

23.9 As licitantes deverão apresentar documentos autenticados ou a serem autenticados pela Comissão permanente de Licitação, podendo esta se assim entender necessário, a qualquer tempo exigir os respectivos originais para conferência.

E para que ninguém alegue desconhecimento do presente edital, é o mesmo publicado em resumo no **Diário Oficial do Estado**, Diário Oficial dos Municípios, na **internet página do município no link licitações** e disponibilizado na íntegra na PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC.

PRESIDENTE NEREU, 18 de janeiro de 2018.

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20....****DECLARAÇÃO DE RETIRADA DE EDITAL**

Nome da empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: (____) _____ Fax: (____) _____

E-mail: _____

Pessoa de contato: _____

CNPJ da empresa: _____

Nome completo de quem retirou o edital: _____

CPF: _____

DECLARAMOS QUE RECEBEMOS CÓPIA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20... E SEUS ANEXOS.

..... (SC), _____ de _____ de 20....

Assinatura

CPF nº. _____

ANEXO II**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°/20....
MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°/20.....****PREGÃO PRESENCIAL N°/20....****PROCESSO N°/20.....****INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE**

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de 20____, na cidade de _____, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na praça Leão Dehon nº 50, Centro, deste município, devidamente representado e assistido, e a empresa _____, por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº/20.... e, do edital do Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços paraPrefeitura Municipal, conforme os itens abaixo discriminados:

LOTE.....**1º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****2º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****3º COLOCADO:****Fornecedor:****Preço cotado para o item: R\$****DETALHAMENTO DE CADA ITEM PREÇO UNITÁRIO****CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

Constitui o objeto da presente licitação: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTROS FINS

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.2. Os recursos financeiros serão atendidos pela dotação do orçamento vigente, classificada sob nº.

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ R\$
#,##0.00{RoundingMode=HALF_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.
- d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.
- e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.
- f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.
- g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

- a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas, sem ônus para Prefeitura Municipal, devendo ser expedida a nota fiscal.
- b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de <05> nº <01>/<02>, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do **art. 57, § 4º, da Lei nº 8.666, de 1993**, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para a administração.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdades de condições.

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no **art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993**, de acordo com o **art. 12 do Decreto Federal nº 3.931, de 19 de setembro de 2001, Decreto nº 7.892 de 23/01/2013 com suas alterações e demais exigências deste Edital, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços**

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

....., ____ de _____ de 20....

Assinatura:

Prefeito Municipal

Pregoeiro

Assinaturas fornecedores:

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

Que entre si fazem o Município de <04> -<06>, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na <84>, em <04> -<06>, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. <88>, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na rua José Teodoro de Melo, nº36 neste município, inscrito no CPF 767.132.029-34 de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado a empresa, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º com sede Neste ato representado pelo Sr. residente e domiciliado em inscrita no CPF sob N.º de ora em diante denominada de Contratada, tem entre si as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto da presente licitação, AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTROS FINS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Edital, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição

CLAUSULA QUARTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ #,###0.00{RoundingMode=HALF_UP}

II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicada(s) será efetuado em até

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

Os valores contratados não serão reajustados.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para 12 (doze), ou quando a quantidade do objeto terminar, o que expirar primeiro.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste edital e seus adendos.

b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.

c) Formar o quadro de pessoal necessário à execução dos serviços contratados, sendo de sua responsabilidade as obrigações trabalhistas decorrentes da execução do presente contrato, inclusas as sociais, bem como

todas as tributárias e acessórias decorrentes do cumprimento do contrato.

d) O presente contrato não será de nenhuma forma fundamento para a constituição de vínculo trabalhista para o Município, com empregado funcionário, preposto ou terceiros que a contratada colocar a serviço.

e) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

f) A contratada deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9854, de 27 de outubro de 1999.

g) Cumprir todas as demais obrigações constantes do Ato de Licitação que gerou o presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - A alteração do contrato dar-se-á nos termos do Art. 65, seus incisos e parágrafos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA NONA: DA ENTREGA DOS MATERIAIS E PRODUTOS

a) **Executar os objetos licitados de forma parcelada, conforme necessidade da CONTRATANTE**, rigorosamente dentro do prazo de no máximo **24 (vinte e quatro) horas** após solicitação através de ordem de serviço, na Prefeitura Municipal de Presidente Nereu., localizada no seguinte endereço: Praça Leão Dehon, 50, Município de Presidente Nereu, de segunda a sexta feira, das 13:00 às 18:00, devendo ser expedida a nota fiscal.

b) O presente contrato de Registro de Preços não obriga a Administração Municipal a adquirir os produtos nela registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitações específicas para aquisição de um ou mais itens, obedecida à legislação pertinente, hipótese que, em igualdade de condições, os beneficiários do registro terão preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelo Art. 58, § II e Art. 77 à 80 da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

a) advertência;

b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;

c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades conseqüentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto

.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO

Este contrato está vinculado ao Edital de Pregão Presencial nº 2/2018, bem como à proposta apresentada ao mesmo pelo contratado e aos termos da lei nº 8.666/93-consolidada, especialmente nos casos omissos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

Presidente Nereu, 18 de janeiro de 2018

Visto e aprovado pela Assessoria Jurídica

MARIMAR ANTONIO CUCCHI
Assessor Jurídico
OAB/SC

ANEXO III**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****TERMO DE REFERÊNCIA**

Objeto: AQUISIÇÃO DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA MANUTENÇÃO DE PONTES E OUTROS FINS.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	113	METRO CUBICO	MADEIRA DE EUCALIPTO COM 10 CM X 10 CM COM 04 METROS DE COMPRIMENTO UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DE MATA-BURRO.	R\$703,00	R\$ 79.439,00
2	116	METRO CUBICO	MADEIRA DE EUCALIPTO EM PRANCHAS COM 06 CM DE ESPESSURA, 04 METROS NO MINIMO DE COMPRIMENTO E NO MINIMO 20 CM DE LARGURA, COM NO MAXIMO 30 % DE BRANCA (METRO CUBICO)	R\$686,00	R\$ 79.576,00
3	1.185	METRO CUBICO	VIGA DE EUCALIPTO PARA PONTES EM TORRAS MINIMO 60 CM DE TOPO, ARVORE MADURA (COM MINIMO 80% CERNE)	R\$67,50	R\$ 79.987,50
4	165	METRO CUBICO	TABUAS DE CAIXARIA 25CM DE LARGURA POR 2,5 CM	R\$483,33	R\$ 79.749,45
5	180	METRO CUBICO	TABUAS DE CAIXARIA 2,5 CM X 20 CM	R\$443,33	R\$ 79.799,40
6	134	METRO CUBICO	TABUA DE 3 CM X 30 CM	R\$593,303	R\$ 79.502,60
7	151	METRO CUBICO	TABOA DE 3 CM X 20 CM	R\$526,66	R\$ 79.525,66
8	142	METRO CUBICO	TABUA DE 3 CM X 25 CM	R\$560,00	R\$ 79.520,00
9	34.000	METRO CORRIDO	SARRAFO DE 3 CM X 10 CM	R\$2,31	R\$ 78.540,00
10	51.000	METRO CORRIDO	SARRAFO DE 3 CM X 7 CM	R\$1,55	R\$ 79.050,00
11	44.000	METRO CORRIDO	SARRAFO 3 CM X 8 CM	R\$1,81	R\$ 79.640,00
12	5.200	METRO CORRIDO	CAIBRO DE 10 CM X 20 CM	R\$15,36	R\$ 79.872,00
13	7.980	METRO CORRIDO	CAIBRO DE 8 X 16 CM	R\$9,84	R\$ 78.523,20
14	10.100	METRO CORRIDO	CAIBRO DE 7 CM X 14 CM	R\$7,87	R\$ 79.487,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

ANEXO IV**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO**

(Razão Social da Empresa) -----, inscrita no CNPJ nº. -----
-----, por intermédio de seu representante legal Sr. (a): -----
, portador (a) da Carteira de Identidade nº. ----- CPF nº. -----
DECLARA, para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93,
acrescido pela Lei 9.854, de 27 de outubro de 1999, que **não emprega** menor
de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e **não emprega**
menor de dezesseis anos.

Ressalva:

Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DA EMPRESA

ANEXO V**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****CREDENCIAMENTO**

Através da presente, credenciamos o (a) Sr. (a) _____, portador (a) da Cédula de Identidade nº. _____, e CPF sob nº. --- _____, a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de _____ (SC), na modalidade PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº. .../20..., na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa -----, **bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.**

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa e Assinatura do Credenciante

ANEXO VI**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO**

DECLARAMOS para fins de participação no procedimento licitatório – PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº./20..., que esta empresa atende plenamente os requisitos necessários à habilitação, possuindo toda a documentação comprobatória exigida na Cláusula V, do edital convocatório.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE**

Declaramos para os fins de direito, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20..., instaurado pela Prefeitura Municipal de Presidente Nereu, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.
Por expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO VIII**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE PORTE EMPRESARIAL**

A empresa.....(Colocar razão social conforme cartão CNPJ), CNPJ n.º, declara, sob as penas da lei, para fins de obtenção do tratamento simplificado e diferenciado de que trata a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, que se enquadra nas condições estabelecidas em seu art. 43º, e que não apresenta nenhum dos impedimentos previstos no §4º desse mesmo artigo.

Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO IX**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO**

A empresa....., CNPJ n.º,
declara, sob as penas da lei, possuir restrição nos documentos de
comprovação da regularidade fiscal, conforme faculdade prevista na Lei
Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, e se compromete
a adotar todas as medidas necessárias, em razão do prazo concedido para
este fim, para tentar promover sua regularização fiscal, caso venha a formular o
lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação
para o Pregão Presencial Registro de Preço nº. .../20....
Sem mais para o momento, enviamos nossos protestos de estima e
consideração.

_____, em _____ de _____ 20.....

Carimbo da Empresa identificando a Razão Social, CNPJ
e Assinatura do Representante Legal.

ANEXO X**PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. .../20....****PROPOSTA COMERCIAL**

NOME DE EMPRESA: _____
CNPJ: _____
INSCRIÇÃO ESTADUAL _____
ENDEREÇO COMPLETO: _____
RUA: _____ **Nº.** _____
BAIRRO: _____
CEP: _____
CIDADE: _____ **UF:** _____
FONE: (____) _____

Apresentamos nossa proposta para visando REGISTRO DE PREÇO para aquisição de madeiras de eucalipto para manutenção de pontes e outros fins da Prefeitura Municipal de Presidente Nereu (SC), ao longo de 12 meses, em conformidade com o estabelecido no Edital de Pregão Registro de Preço nº./20....., acatando todas as estipulações consignadas no Edital.

Item	Quantidade	Unidade	Produto	Valor Máximo Unitário	Valor Máximo Total
1	113	METRO CUBICO	MADEIRA DE EUCALIPTO COM 10 CM X 10 CM COM 04 METROS DE COMPRIMENTO UTILIZADO NA CONSTRUÇÃO DE MATA-BURRO.	R\$703,00	R\$ 79.439,00
2	116	METRO CUBICO	MADEIRA DE EUCALIPTO EM PRANCHAS COM 06 CM DE ESPESSURA, 04 METROS NO MINIMO DE COMPRIMENTO E NO MINIMO 20 CM DE LARGURA, COM NO MAXIMO 30 % DE BRANCAL (METRO CUBICO)	R\$686,00	R\$ 79.576,00
3	1.185	METRO CORRIDO	VIGA DE EUCALILTO PARA PONTES	R\$67,50	R\$ 79.987,50
4	165	METRO CUBICO	TABUAS DE CAIXARIA 25CM DE LARGURA POR 2,5 CM	R\$483,33	R\$ 79.749,45
5	180	METRO CUBICO	TABUAS DE CAIXARIA 2,5 CM X 20 CM	R\$443,33	R\$ 79.799,40
6	134	METRO CUBICO	TABUA DE 3 CM X 30 CM	R\$593,303	R\$ 79.502,60
7	151	METRO CUBICO	TABOA DE 3 CM X 20 CM	R\$526,66	R\$ 79.525,66
8	142	METRO CUBICO	TABUA DE 3 CM X 25 CM	R\$560,00	R\$ 79.520,00
9	34.000	METRO CORRIDO	SARRAFO DE 3 CM X 10 CM	R\$2,31	R\$ 78.540,00
10	51.000	METRO CORRIDO	SARRAFO DE 3 CM X 7 CM	R\$1,55	R\$ 79.050,00
11	44.000	METRO CORRIDO	SARRAFO 3 CM X 8 CM	R\$1,81	R\$ 79.640,00
12	5.200	METRO CORRIDO	CAIBRO DE 10 CM X 20 CM	R\$15,36	R\$ 79.872,00
13	7.980	METRO CORRIDO	CAIBRO DE 8 CM POR 16 CM	R\$9,84	R\$ 78.523,20
14	10.100	METRO CORRIDO	CAIBRO DE 7 CM X 14 CM	R\$7,87	R\$ 79.487,00

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

Atesto como verdadeira e assumo qualquer responsabilidade, referente a

proposta acima demonstrada, retirando-me o direito de reclamar sobre qualquer valor nela relacionado.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL: _____ (conforme subitem 5.1.4 do edital).

LOCAL E DATA:

**NOME E ASSINATURA DO
REPRESENTANTE E CARIMBO DA EMPRESA**

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 17, DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494715

DECRETO Nº. 17, DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRINCESA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0024.2.024 Manutenção Bloco Atenção Básica

MODALIDADE:	(13) 3.3.90.00.0.1.0002.0000-	Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0002.0000 – Recurso Próprio				

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de 200.000,00 (Duzentos mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo da seguinte dotação orçamentária abaixo:

ÓRGÃO: 11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ./ATIV.: 10.301.0024.2.024 Manutenção Bloco Atenção Básica

MODALIDADE:	(08) 3.1.90.00.0.1.0002.0000-	Aplicações Diretas	R\$	200.000,00
FONTE DE RECURSO: 01.0002.0000 – Recurso Próprio				

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 19 de janeiro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 18, DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494716

DECRETO Nº. 18, DE 19 DE JANEIRO DE 2018.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 10º, 11º e 12º, da Lei Orçamentária Anual nº. 909, de 17 de Novembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), destinado a acrescentar a seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0072.2.075 – Bloco da Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único

MODALIDADE:	(172) 3.3.90.00.0.3.0017.0000-	Aplicações Diretas	R\$	10.000,00
FONTE DE RECURSO: 03.0017 – Recurso IGD/BF				
TOTAL			R\$	10.000,00

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica utilizado o superávit financeiro verificado no Balanço Patrimonial de 2017 nos termos do art. 43, § 1º, inciso I e § 2º, da Lei Federal nº. 4.320, de 17 de março de 1964, nas fontes de recursos acima citadas.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 19 de janeiro de 2018.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

PREGÃO 04.2018 - ARBITRAGEM

Publicação Nº 1493886

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 06/2018-PM
Pregão Presencial 04/2018-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por ITEM, cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual futura contratação de Pessoa Jurídica especializada para prestar serviço de ARBITRAGEM, COORDENAÇÃO e JULGAMENTO desportivo e disciplinar das Competições Municipais de Princesa/SC e daquelas em que o Município encaminhar representantes". A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 31 de janeiro de 2018, às 08h30min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 18 de janeiro de 2018. Diangele Fabiele Klein Marmitt – Prefeita Municipal.

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 016/2018 – DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494620

DECRETO Nº 016/2018 – DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO NO ANO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso IX do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o Art.7º da Lei nº 2.671/2017, de 22 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar no orçamento do Município para o ano de 2018 no valor de R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constantes dos anexos da Lei Municipal nº. 2.671/2017, de 22 de dezembro de 2017, a saber:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS		11
Unidade	DEPARTAMENTO DE OBRAS		01
Função	Urbanismo		15
Sub-função	Infra-Estrutura Urbana		451
Programa	QUILOMBO MAIS OBRAS		00025
Atividade	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS/SOSU		1.057
Despesa	Modalidade de Aplicação	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
()	Aplicação Direta – 4.4.90	03.00 – Recursos Ordinários	31.000,00
Valor Total R\$:			31.000,00

Art.2º O recurso para a abertura do crédito adicional suplementar, de que trata o artigo anterior, será proveniente do superávit financeiro apurado no exercício de 2017 na DR 03.00 (Recursos Ordinários).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 18 de janeiro de 2018.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em 18/01/2018.

Lei Municipal nº 1087/1993

Taffarel Antonio Simon

Funcionário Designado

Rio das Antas

PREFEITURA

DECRETO 08-18

Publicação Nº 1494645

DECRETO Nº 08/2018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MÉDICA DOS SERV.PÚBL. MUNIC.DE RIO DAS ANTAS - FASM POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO, NA(S) FONTE(S) QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na da Lei nº 1.990, de 16/11/2017 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 97.791,78 (NOVENTA E SETE MIL SETECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SETENTA E OITOS CENTAVO) para a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MÉDICA DOS SERV. PÚBL. MUNICIPAIS DE RIO DAS ANTAS - FASM, conforme abaixo:

30 – FUNDO DE ASSIST.SOC.E MÉD.SERV.PÚBL.MUN. RIO DAS ANTAS - FASM
30.01 – FUNDO DE ASSIST.SOC.E MÉD.SERV.PÚBL.MUN. RIO DAS ANTAS - FASM

30.001.0008.244.0120.2025.3339000000.0300.000000– Aplicações Diretas (240) R\$ 97.791,78

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º deste decreto corre no valor de R\$ 97.791,78 (NOVENTA E SETE MIL SETECENTOS E NOVENTA E UM REAIS E SETENTA E OITOS CENTAVO) por conta do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício anterior, nas seguintes fontes: Fonte 0300 - Detalhamento 000000, da UG- FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E MÉDICA DOS SERV.PÚBL. MUNICIPAIS DE RIO DAS ANTAS - FASM.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 15 DE JANEIRO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 09-18

Publicação Nº 1494648

DECRETO Nº 09/2018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUN. DE RIO DAS ANTAS-FUMAS POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO, NA(S) FONTE(S) QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na da Lei nº 1.990, de 16/11/2017 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 148.073,37 (CENTO E QUARENTA E OITO MIL, SETENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS) para a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG –FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUN. DE RIO DAS ANTAS-FUMAS, conforme abaixo:

20 – FUNDO DE ASSIST.SOCIAL DO MUN.DE RIO DAS ANTAS - FUMAS
20.01 – FUNDO DE ASSIST.SOCIAL DO MUN.DE RIO DAS ANTAS - FUMAS

20.001.0008.244.0110.2024.3339000000.0300.000000– Aplicações Diretas (242) R\$ 823,56
20.001.0008.244.0110.2023.3339000000.0335.000000– Aplicações Diretas (241) R\$ 147.249,81

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º deste decreto corre no valor de R\$ 148.073,37 (CENTO E QUARENTA E OITO MIL, SETENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E SETE CENTAVOS) por conta do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício anterior, nas seguintes fontes: Fonte 0300 e

0335 - Detalhamento 000000, da UG –FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUN. DE RIO DAS ANTAS-FUMAS.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 15 DE JANEIRO DE 2018

RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 10-18

Publicação Nº 1494650

DECRETO Nº 10/2018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS - POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO NAS FONTES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na da Lei nº 1.990, de 16/11/2017 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 91.658,54 (NOVENTA E UM MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS), a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, conforme abaixo:

02 - PODER EXECUTIVO – UG – PREFEITURA

02.005 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - SMECE

02.005.0012.0361.0180.1042.3449000000000000.03010000 – APLIC. DIRETAS ref. (243) R\$ 11.500,00

02.005.0012.0361.0180.1042.3449000000000000.03190000 – APLIC. DIRETAS ref. (244) R\$ 80.158,54

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º corre no valor de R\$ 91.658,54 (NOVENTA E UM MIL, SEISCENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS), por conta do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício anterior, na UG-PREFEITURA MUN. DE RIO DAS ANTAS, sendo R\$ 11.500,00 na fonte 0301 (Recursos Ordinários) e R\$ 80.158,54 na fonte 0319 Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica).

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 15 DE JANEIRO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS
Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO 11-18

Publicação Nº 1494653

DECRETO Nº 11/2018, DE 18 DE JANEIRO DE 2018

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA UG-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO, NA(S) FONTE(S) QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, no uso de suas atribuições e de conformidade com a autorização contida na da Lei nº 1.990, de 16/11/2017 (LOA); estando atendido o disposto no Art.42, bem como que existe recurso citado no § 1º do Art.43 e que justificamos como necessário este crédito para bem atender as necessidades públicas da coletividade na forma do caput do Art.43 da Lei nº 4.320, de 17/03/1964;

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 393.701,87 (TREZENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, SETECENTOS E UM REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS) para a(s) dotação (ções) do orçamento vigente da UG- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS, conforme abaixo:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS

10.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS – FMS

10.001.10.301.0150.2028.3339000000.0302.000000– Aplicações Diretas (245)	R\$ 3.866,18
10.001.10.301.0150.2028.3339000000.0306.000000– Aplicações Diretas (246)	R\$ 6.322,29
10.001.10.301.0150.2028.3319000000.0338.000000– Aplicações Diretas (247)	R\$ 112.978,82
10.001.10.301.0150.2028.3339000000.0338.000000– Aplicações Diretas (248)	R\$ 224.728,17
10.001.10.301.0150.1031.3449000000.0338.000000– Aplicações Diretas (249)	R\$ 6.344,99
10.001.10.301.0150.2028.3339000000.0367.000000– Aplicações Diretas (250)	R\$ 23.476,81
10.001.10.304.0160.2032.3339000000.0338.000000– Aplicações Diretas (253)	R\$ 7.000,00
10.001.10.305.0170.2034.3339000000.0338.000000– Aplicações Diretas (252)	R\$ 8.984,61

Art.2º - O crédito a que se refere o artigo 1º deste decreto corre no valor de R\$ 393.701,87 (TREZENTOS E NOVENTA E TRÊS MIL, SETECENTOS E UM REAIS E OITENTA E SETE CENTAVOS) por conta do SUPERAVIT FINANCEIRO do exercício anterior, nas seguintes fontes: Fonte 0302,0306, 0338, 0367 - Detalhamento 000000, da UG-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS ANTAS - FMS.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RIO DAS ANTAS, 18 DE JANEIRO DE 2018.

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Rio do Campo

PREFEITURA

059 PORTARIA Nº 059 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR JEAN CARLOS KULKAMP

Publicação Nº 1494026

Portaria nº. 059, de 18 de janeiro de 2018.

“Concede Férias ao Servidor JEAN CARLOS KULKAMP”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor JEAN CARLOS KULKAMP, matrícula 33751, 10 (dez) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 23 de março de 2015 a 22 de março de 2016, tendo como período de gozo: 23 de janeiro de 2018 a 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 23 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de janeiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

060 PORTARIA Nº 060 CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA MARIA DE LOURDES ROSA

Publicação Nº 1494027

Portaria nº. 059, de 18 de janeiro de 2018.

“Concede Férias ao Servidor JEAN CARLOS KULKAMP”.

Rodrigo Preis, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com o artigo 98 da Lei nº 960, de 09 de setembro de 1994,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor JEAN CARLOS KULKAMP, matrícula 33751, 10 (dez) dias de férias em gozo, referente ao período aquisitivo de 23 de março de 2015 a 22 de março de 2016, tendo como período de gozo: 23 de janeiro de 2018 a 01 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos em 23 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de janeiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

061 PORTARIA Nº 061 CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA SILVIA MARIA DE SOUZA PROCOPIO

Publicação Nº 1494028

Portaria nº. 061, de 18 de Janeiro de 2018.

“Concede licença para tratamento de saúde a servidora SILVIA MARIA DE SOUZA PROCOPIO”.

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER, licença para tratamento de saúde a servidora SILVIA MARIA DE SOUZA PROCOPIO , de acordo com atestado de

incapacidade emitido pelo Dr. Vitor Rausis Lima – CRM 2294, em anexo, pelo período de 14 de janeiro de 2018 a 14 de março de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos para 14 de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,
em 18 de janeiro de 2018.

Rodrigo Preis
Prefeito Municipal

Jean Carlos Kulkamp
Secretário de Administração e Finanças

CONTRATO NR 04/2018/FMS GTA

Publicação Nº 1494011

Contrato Nº : 04/2018/FMS

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DO CAMPO

Contratada : GTA GESTÃO AMBIENTAL LTDA

Licitação :

Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE(LIXO HOSPITALAR), COMPREENDENDO: GRUPO "A"

Vigência : Início: 18/01/2018 Término: 31/12/2018

Assinatura : 18/01/2018

Valor R\$: 7.952,40 (Sete Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Quarenta Centavos)

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 6851, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494684

DECRETO Nº 6851, de 18 de janeiro de 2018.

“CONCEDE VEÍCULO DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO – SEGOV, PARA A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA - SEDAF, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se à Secretaria de Administração e Fazenda, o veículo conforme segue; Veículo CHEV/SPIN 1.8 – Placas MJV9827 – Cor Branca – Frota 378 – Chassi 9BGJB75Z0DB170307 – Ano 2012/2013 – Renavam 492659249 – Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, por tempo determinado no dia 19 de janeiro de 2018, local de saída às 07h, Prédio Central da Prefeitura Municipal, com destino a Florianópolis, para transportar o Servidor Sandro Renato Sofka, para buscar na Gráfica Postmix os carnês de IPTU do ano de 2018. Retorno previsto logo após o trabalho concluído, por volta das 18h.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso, manutenção do referido veículo cedido por este Decreto, ou da cessão do servidor da Secretaria de Administração e Fazenda - SEDAF, o motorista Adriano Mendes, matrícula nº 100730, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da Secretaria beneficiada.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art.4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de janeiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/18

Publicação Nº 1494160

RIO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO PROFERIDA EM PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/18.

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE INTIMADOS DAS DECISÕES PROFERIDAS NOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR):

CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ	PROTOCOLO Nº
Daiana Teresinha Bondavalli	Xxx.221.999-xx	168256
Roselene de Souza	Xxx.721.209-xx	169216

Rio do Sul, 18 de janeiro de 2018

LEONICE WITTE

Protocolo Geral

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

LEI 5992

Publicação Nº 1494375

LEI Nº 5992, de 18 de janeiro de 2018

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADERIR AO PROGRAMA BADESC CIDADES E TOMAR EMPRÉSTIMO JUNTO AO BADESC – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S/A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a aderir ao Programa BADESC Cidades.

Art. 2º A adesão ao Programa BADESC Cidades propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de Pavimentação de vias, Aquisição de Máquinas e Equipamentos e/ou Construção de empreendimentos Comunitários.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no art. 2º, fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BADESC – Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S/A, com recursos do Programa BADESC Cidades, até o montante de R\$ 10.000.000,00 (Dez milhões de reais).

Parágrafo único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste Artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BADESC Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias a formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Por conta dos financiamentos estabelecidos no art. 3º desta Lei, o Município pagará encargos máximos de 5,5% (cinco vírgula cinco por cento) ao ano, acrescido da taxa SELIC (variação acumulada das taxas médias apuradas no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia, divulgada pelo Banco Central do Brasil), ou, no caso de sua extinção, o indexador que a substituir.

Art. 6º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inc. II, §1º, art. 32, da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 7º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo primeiro.

Art. 8º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

18 de janeiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

LEI COMPLEMENTAR N. 384

Publicação Nº 1494377

LEI COMPLEMENTAR Nº 384, de 18 de janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DA DÍVIDA PARA COM O FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES (FAP) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, em nome do município de Rio do Sul, autorizado a efetuar o parcelamento em 60 (sessenta) meses, referente a dívida apurada e confessada com o Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), nos seguintes termos:

I - Prefeitura Municipal de Rio do Sul:

a) Período da dívida: competências de setembro, outubro, novembro, dezembro e décimo terceiro salário de 2017;

b) Valor original: R\$ 3.554.218,35;

c) Acréscimos legais decorrentes, atualizados até 10 de janeiro de 2018: R\$ 62.840,33;

d) Total geral: R\$ 3.617.058,68;

II – Fundo Municipal de Saúde:

a) Período da dívida: competências de setembro, outubro, novembro, dezembro e décimo terceiro salário de 2017;

b) Valor original: R\$ 897.891,24;

c) Acréscimos legais decorrentes, atualizados até 10 de janeiro de 2018: R\$ 16.008,23;

d) Total geral: R\$ 913.899,47.

Art. 2º O parcelamento de que trata a presente Lei Complementar refere-se ao não recolhimento das contribuições patronais dos órgãos municipais mencionados no art. 1º para o Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), conforme reunião com Conselho de Administração do

Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP) nos termos do disposto no art. 41 da Lei Complementar nº 308, de 30 de novembro de 2015, atualizada com a taxa de juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º Os valores constantes no art. 1º, incisos I e II, alínea "d" desta Lei Complementar, serão corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nos termos do Regimento Interno do Fundo de Aposentadoria e Pensões (FAP), acrescido da taxa de juros simples de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) ao mês, conforme disposto na Portaria do Ministério da Previdência Social n. 307, de 20 de junho de 2013.

Art. 4º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento, não pagas no seu vencimento, conforme determina o § 3º, do artigo 5º, da Portaria do Ministério da Previdência Social nº 402, de 10 de dezembro de 2008.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) deverá constar de cláusula do termo de parcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas e vigorará até a quitação do termo.

Art. 5º O pagamento da primeira parcela de que trata esta Lei Complementar ocorrerá até o último dia útil do mês de fevereiro de 2018, conforme determina o inciso III e o § 4º do artigo 5º da Portaria do Ministério da Previdência Social nº 402, de 10 de dezembro de 2008.

Parágrafo único. As demais parcelas serão pagas mensal e sucessivamente, até o dia 20 de cada mês.

Art. 6º O Poder Executivo consignará, durante o prazo de vigência do parcelamento, dotações no orçamento anual e no Plano Plurianual do Município, suficientes para a amortização do valor principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei Complementar.

Art. 7º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

18 de janeiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018/FMAS

Publicação Nº 1494707

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018/FMAS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS PARA ATENDER FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL. FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 05/02/2018, às 08h00min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 18 de janeiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

Publicação Nº 1494646

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS BRITADOS PARA MANUTENÇÕES DIVERSAS PARA ATENDER A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 31/01/2018, às 08h00min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 18 de janeiro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018

Publicação Nº 1494097

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA COMPOR OS COFFEES BREAKS DURANTE AS CAPACITAÇÕES DOS SERVIDORES, CONFORME DISCRIMINADO NO TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS ANEXOS DESTES EDITAIS.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até o dia 02/02/2018, às 08h00min, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento - licitações

Rio do Sul (SC), 18 de janeiro de 2018.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 04.CMDCA.2018, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1494409

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/CMDCA/2018

Dispõe sobre o pagamento através do Fundo da Infância e Adolescência – FIA, para execução do Projeto Ciranda das Emoções.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Complementar nº 287, de 16 de setembro de 2014 e suas alterações nas Leis Complementares 288/2014, 314/2016 e 361/2017.

CONSIDERANDO que, o CMDCA é o órgão que deve deliberar e exercer o controle do atendimento às crianças e aos adolescentes, em todos os níveis, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e suas alterações;
CONSIDERANDO as metas do plano de Ação e Aplicação 2017 do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
CONSIDERANDO a plenária de 21/06/2017 que aprovou os Projetos financiados pelo FIA, conforme Ata nº 05 do CMDCA;
CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2017 que dispõe sobre o resultado final dos Projetos Aprovados pelo FIA, onde o Projeto Ciranda das Emoções foi contemplado;
RESOLVE:

Art. 1º Realizar o repasse financeiro no valor de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) à Fernanda Marcos, CPF 064.216.239-56, responsável pela execução do Projeto Ciranda das Emoções;

Art. 2º O objetivo desse projeto é atender as inúmeras demandas relacionadas a conflitos escolares, descontrole emocional, violências, o aumento significativo no município de depressão, suicídio e ansiedade nos estudantes que interferem diretamente no processo de ensino-aprendizagem;

Art. 3º Observa-se também a incompletude da política educacional e a inexistência desta temática no currículo escolar, motivo pelo qual o projeto foi selecionado através de Edital 01/2017/CMDCA.

Art. 4º Ressalta-se que o Projeto Ciranda das Emoções visa à promoção de saúde mental através de atividades práticas e lúdicas baseadas em evidências científicas, desenvolvidas através de oficinas semanais no contexto escolar, potencializando as habilidades sociais, emocionais, a empatia e resiliência.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na sua publicação.

Rio do Sul, 18 de janeiro de 2018.

PATRÍCIA DE LOURDES PUREZA DE SOUZA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA

TERMO DE PERMISSÃO DE USO 02/2018 - VALADA SÃO PAULO

Publicação Nº 1494176

TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 02/2018

TERMO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO GRATUITO E PRECÁRIO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM, O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A MITRA DIOCESANA DE RIO DO SUL, ATRAVÉS DO CPC – CONSELHO DE PASTORAL DA COMUNIDADE DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA – CAPELA SÃO PAULO APOSTOLO – VALADA SÃO PAULO.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, situado à Praça 25 de Julho, nº 01 – Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, doravante denominado PERMITENTE, e de outro lado a MITRA DIOCESANA DE RIO DO SUL, através do CPC – CONSELHO DE PASTORAL DA COMUNIDADE DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA APARECIDA – CAPELA SÃO PAULO APOSTOLO – VALADA SÃO PAULO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85788283/0028-28, representada neste ato pelo Coordenador Administrativo, Sr. VALDEMAR MOLINARI, portador do RG nº 277.676, inscrito no CPF sob o nº 181.076.489-00 doravante denominada PERMISSIONÁRIA, resolvem firmar o presente TERMO DE CESSÃO DE USO, que prometem cumprir na melhor forma de direito.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO a título gratuito e precário refere-se ao direito de utilização do Ginásio de Esportes Lauro Pamplona, situado no bairro Valada São Paulo, nesta cidade, constante da matrícula 25.554 do Cartório de Registro de imóveis da Comarca de Rio do Sul/SC, de propriedade da Prefeitura Municipal de Rio do Sul/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

Destina-se o presente Termo de Permissão de Uso a utilização das dependências do Ginásio de Esportes Lauro Pamplona para a realização da Tradicional Festa do São Paulo Apóstolo, que está prevista para o dia 28 de janeiro de 2018, em prol da Comunidade da Valada São Paulo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O MUNICÍPIO obriga-se à:

- a) Ceder o espaço do Ginásio de Esportes Lauro Pamplona, localizado na Valada São Paulo, nos dias 17 a 30 janeiro de 2018.
- b) Vistoriá-lo antes da sua restituição, notificando o PERMISSIONÁRIO de eventuais irregularidades.

II – O CPC obrigar-se à:

- a) Realizar a tradicional Festa São Paulo Apóstolo, em prol da Comunidade;
- b) Realizar a manutenção e limpeza do Ginásio de Esportes Lauro Pamplona;
- c) Manter o imóvel em perfeito estado de conservação, utilizando-o exclusivamente para os fins estabelecidos nas cláusulas deste Termo de Permissão de Uso, para que ao final do prazo de vigência deste, o imóvel seja entregue em boas condições.
- d) Responsabilizar-se por qualquer dano ocasionado ao patrimônio público e a integridade física e moral da sua pessoa ou dos participantes durante o uso, seja no campo civil, criminal, pessoal, etc.;
- e) Arcar exclusivamente com as despesas decorrentes da realização do evento.

CLÁUSULA QUARTA - DO FUNDAMENTO LEGAL

Este Termo de Permissão de Uso tem como fundamento legal a e o artigo 89 da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Permissão de Uso tem seu prazo determinado, com início em 17 de janeiro de 2018 e término em 30 de janeiro de 2018, quando o PERMISSIONÁRIO obriga-se a restituí-lo nas mesmas condições que o recebeu.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESTITUIÇÃO

Terminado o prazo de vigência do Termo de Permissão de Uso, o bem cedido deverá ser devolvido ao PERMITENTE, mediante Termo de Recebimento depois de realizada a devida conferência do imóvel e seu estado de conservação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O presente Termo de Permissão de Uso poderá ser rescindido pelo descumprimento de quaisquer obrigações ou condições pactuadas, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda, por ato unilateral dos signatários, mediante notificação expressa à parte com prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESPONSABILIDADE PENAL E CIVIL

O PERMISSIONÁRIO responsabilizar-se-á por qualquer dano ocasionado ao patrimônio público ou a terceiros, seja no campo civil, penal, administrativo ou qualquer outro.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas da execução ou interpretação deste Termo de Permissão de Uso, podendo, os casos omissos, serem resolvidos de comum acordo pelas partes.

E, por estarem justos e acordados, as partes assinam o presente Termo de Permissão de Uso, juntamente com suas testemunhas adiante firmadas.

Rio do Sul (SC), 17 de janeiro de 2018.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	SR. VALDEMAR MOLINARI Coordenador Administrativo do CPC

Testemunhas:

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

Salto Veloso

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2018

Publicação Nº 1494695

CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATO N.º : 0001/2018.
CONTRATANTE : PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO.
CONTRATADO : ELIANE RIBEIRO SANTOS.
OBJETO : ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.
VIGÊNCIA : 02/01/2018 a 28/12/2018.
AMPARO LEGAL.....: LEI MUNICIPAL Nº 1.516/2014.
FUNÇÃO : AUXILIAR DE LIMPEZA.
LOCAL : SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
CARGA HORÁRIA....: 40 HORAS.
SALÁRIO BASE: R\$ 1120,29.

ERRATA PORTARIA Nº 007/2018

Publicação Nº 1494689

Errata - Portaria Nº 007 de 02 de janeiro de 2018.
ERRATA

Informamos que a "Portaria Nº 007 de 02 de janeiro de 2018", foi publicada com erro na edição 2424, veiculada em 05 de janeiro de 2018, no Diário Oficial dos Municípios.

Sendo o Conteúdo Correto da Portaria conforme segue:

PORTARIA Nº 007 DE 02 DE JANEIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 20 dias de Férias, no período compreendido de 02 de janeiro de 2018 a 21 de janeiro de 2018, totalizando 20 dias de férias à servidora ROSILENE DE FREITAS do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 02/01/2017 a 01/01/2018, correspondente a 20 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 02 de janeiro de 2018.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 089/2018

Publicação Nº 1494676

PORTARIA Nº 089 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 10 dias de Férias, no período compreendido de 17 de janeiro de 2018 a 26 de janeiro de 2018, totalizando 10 dias de férias à servidora FERNANDA APARECIDA COSSEAU RAMOS DE SOUZA do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 29/06/2016 a 28/06/2017, correspondente a 10 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 17 de janeiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

PORTARIA N° 090/2018

Publicação N° 1494680

PORTARIA N° 090 DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 dias de Férias, no período compreendido de 17 de janeiro de 2018 a 15 de fevereiro de 2018, totalizando 30 dias de férias ao servidor JOÃO IVANOR DO PRADO do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 02/02/2017 a 01/02/2018, correspondente a 30 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 17 de janeiro de 2018.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

AVISO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 002/2018

Publicação Nº 1494540

AVISO DE SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados a SUSPENSÃO TEMPORÁRIA da Licitação Pregão Presencial nº 002/2018, cujo objeto é aquisição de 01 (UMA) Escavadeira Hidráulica sob esteiras, de fabricação nacional, nova, com ano de fabricação mínima de 2018, peso operacional de no mínimo 21.000 kg, através da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbanos e da Secretaria da Indústria, Comércio, Agricultura e Florestas, conforme descrições constantes no Anexo I, parte integrante do Edital. Portanto, fica revogado o aviso de licitação publicado no DOM/SC de 11/01/2018 pagina 730 e no site www.santacecilia.sc.gov.br na seção Transparência/Licitações no dia 11/01/2018, cancelando-se a sessão presencial marcada para o dia 23 de Janeiro de 2018, por motivo da retirada da exigência de fabricação nacional, bem como para eventual realização de mais alterações porventura necessárias. A nova data da sessão pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032. E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br.

Santa Cecília, 18 de Janeiro de 2018.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 05/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2018

Publicação N° 1494385

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA – PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 05/2018 – PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2018
REGISTRO DE PREÇO N° 01/2018

O Município de Santa Helena, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito em Exercício Sr. Ademilson Antonio Dalmolin, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório n° 05/2018, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n° 05/2018, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para a seleção de propostas por REGISTRO DE PREÇOS visando a aquisição de produtos destinados para o tratamento de água para o consumo humano do Município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h45min do dia 31 de janeiro de 2018. Abertura das propostas as 09h00min do dia 31 de janeiro de 2018, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 18 de janeiro de 2018.
ADEMILSON ANTONI DALMOLIN
Prefeito em Exercício

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO ABERTURA PR 122/2017

Publicação Nº 1494618

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Aviso de Alteração abertura de Edital

Publicação de 09/01/2018- Edição 2427- página 811

Licitação nº 122/2017 – PR nº 122/2017

Fica alterado o prazo de entrega dos envelopes e credenciamento para o dia 31 de Janeiro de 2018 até às 13h30min, início da sessão com abertura e julgamento às 13h45min do mesmo dia.

Motivo: Retificação do edital retirando a comprovação de vínculo com Instituição de Ensino Superior.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone: (0xx48) 534-1113 e e-mail: licitacao@santarosadosul.sc.gov.br, das 13h00min às 17h00min.

Santa Rosa do Sul, 18 de Janeiro de 2018.

Nelson Cardoso de Oliveira.

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA Nº 119/2017 PR

Publicação Nº 1494553

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
Aviso de Licitação Deserta PL nº 119/2017-Pregão Presencial

A Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul comunica que processo de licitação nº 119/2017-PR, que tem por objeto o fornecimento de 01 (uma) colhedora de forragens de uma linha de no mínimo de 12 facas serrilhadas, foi DECLARADA DESERTA, motivo: não houve nenhuma empresa participante na sessão pública marcada para o dia 22 de Dezembro de 2017 às 13h30min.

Santa Rosa do Sul, 22/12/2017.

Nelson Cardoso de Oliveira

Prefeito Municipal

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 002/2018 CV

Publicação Nº 1494615

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
LICITAÇÃO Nº 002/2018 – CV Nº 002/2018

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul – SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para Contratação de Assessoria Jurídica ao poder Executivo do Município de Santa Rosa do Sul/SC, exercício 2018. Com recebimento da documentação e proposta até às 13h30min do dia 26 de Janeiro de 2018, abertura dos envelopes 15 minutos depois. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48) 3534-1113 - E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 18 de Janeiro de 2018.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2018 PR

Publicação Nº 1494616

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC
Processo de Licitação nº 003/2017- Pregão Presencial

O Município de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de pessoa física ou jurídica para assessoria e apoio técnico na área Social para execução das políticas públicas de assistência social, junto a Secretaria de Assistência Social e ao CRAS, para o pleno desenvolvimento das questões teórica-prática e documental durante o exercício 2018. Com recebimento da documentação e proposta até às 17h15min, do dia 31 de Janeiro de 2018, com abertura dos envelopes às 17h30min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul/SC.fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 18 de Janeiro de 2018.
NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

RESPOSTA IMPUGNAÇÃO PR 122/2017

Publicação Nº 1494617

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO DE EDITAL**PREGÃO PRESENCIAL 122/2017**

Pedido de impugnação de edital, interposto pela empresa ACESSE CONCURSOS LTDA, em que se questiona o objeto de contratação de instituição de ensino superior ou empresa vinculada a uma instituição de ensino superior para realização de processo seletivo, fato que, segundo a empresa, restringe a participação de empresas especializadas a realizar o serviço ora licitado. A solicitação é para que se retifique o edital retirando a comprovação de vínculo com Instituição de Ensino Superior.

Do Recebimento do Pedido de Impugnação de edital

O Dec. 3.555/2000 que regulamenta o Pregão Presencial no âmbito do Governo Federal atesta que:

“Art. 12. Até dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão.”

Levando em consideração as regras de contagem de prazo para a administração pública e a data de recebimento do pedido de impugnação em estudo, não restam dúvidas quanto à tempestividade do mesmo, fato pelo qual RECEBE-SE o requesto de impugnação.

Da apreciação do mérito

Nas qualificações técnicas do referido edital é solicitado a Vinculação com instituição de ensino superior, porem não esta previsto na lei tal comprovação, conforme art.30 da Lei 8.666/93.

E também conforme o inciso I do art. 3º da Lei 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010) (Regulamento) (Regulamento) (Regulamento)

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (Redação dada pela Medida Provisória nº 495, de 2010)

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.

Sendo assim, entendo pelo ACOLHIMENTO do pleito da impugnante para garantir o caráter competitivo, e assevero a modificação do texto editalício, passando a data de entrega dos envelopes e credenciamento para o dia 31 de Janeiro de 2018 até as 13h30min, início da sessão

com abertura e julgamento as 13h45min do mesmo dia.

Publique-se esta decisão;
Republique-se o edital com as alterações cabíveis;

LUANA DE SOUZA PEREIRA
PREGOEIRA

RELATÓRIO LEILÃO 118/2017

Publicação Nº 1494147

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
 Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Processo / Ano: 118/2017 Processo Administrativo: 118/2017 Total dos Itens Vencedores: 118.300,00
 Licitação.....: 118/2017 - LE 2 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS
 Modalidade.....: Leilão
 Objeto.....: REF: ALIENAÇÃO DE BEM MÓVEIS INSERVÍVEIS - VEÍCULOS AUTOMOTORES E SUCATAS E DE BENS IMÓVEIS - DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
<u>Item.....: 1</u>	<u>- 31748</u>	<u>- 01 (UM) TERRENO LOCALIZADO NA RUA FERMINIO PEDRO RAUPP, BAIR - Unidade: UN.</u>						
10924	LOURDES APARECIDA ATHANASIO HOMIEM		1,000	0,0000	50.000,00000	50.000,00	Venceu	1 *****
<u>Item.....: 3</u>	<u>- 31750</u>	<u>- 01(UM) MICRO-ÔNIBUS, MARCOPOLLOVOLARE, ANO/MODELO 2000/2000, - Unidade: UN.</u>						
10925	SANDRO PEDRO FERNANDEZ - ME		1,000	0,0000	2.000,00000	2.000,00	Venceu	1 *****
<u>Item.....: 6</u>	<u>- 31753</u>	<u>- 01(UM) AUTOMÓVEL VECTRA, ANO/MODELO 1999/1999, PLACAS KEA 65 - Unidade: UN.</u>						
10926	LISANDRO CHARLON MELO		1,000	0,0000	1.500,00000	1.500,00	Venceu	1 *****
<u>Item.....: 7</u>	<u>- 31754</u>	<u>- 01 (UM) AUTOMÓVEL CELTA LIFE, ANO/MODELO 2009/2010, PLACAS M - Unidade: UN.</u>						
10927	DIRCEU GENEROSO MONTEIRO		1,000	0,0000	9.300,00000	9.300,00	Venceu	1 *****
<u>Item.....: 10</u>	<u>- 31757</u>	<u>- 01 (UMA) RETROSCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90, ANO 2008, COR AM - Unidade: UN.</u>						
10928	MARCELO DA SILVA RAMOS		1,000	0,0000	28.500,00000	28.500,00	Venceu	1 *****

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL

Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Página: 2/2

Processo / Ano:	118/2017	Processo Administrativo:	118/2017	118.300,00
Licitação.....:	118/2017 - LE	2 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRACAO E FINANCAS		
Modalidade.....:	Lelão			
Objeto.....:	REF: ALIENAÇÃO DE BEM MÓVEIS INSERVÍVEIS - VEÍCULOS AUTOMOTORES E SUCATAS E DE BENS IMÓVEIS - DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 11	- 31758	- 01 (UMA) RETROSCAVADEIRA NEW HOLLAND LB 90.2, ANO 2008, COR -	Unidade: UN.					
10929	PEDRO EDUARDO PORTUGAL		1,000	0,0000	27.000,00000	27.000,00	Venceu	1 *****

Santa Rosa do Sul, Em

CASSIA DA ROSA PAGANI COELHO - - Presidente da Comissão

WILFRIED HEMMER - - AGENTE ADMINISTRATIVO

CELIA CAETANA PAULO DE BORBA ROXO - - AGENTE ADMINISTRATIVO

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

PORTARIA MUNICIPAL N. 17/2018

Publicação Nº 1494537

PORTARIA Nº 017/2018

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida férias ao servidor público municipal, Senhor VALNEI LUDWIG, matrícula 13050/01, lotado na Secretaria de Infraestrutura, ocupante do cargo de Diretor de Obras e Serviços Urbanos. Período aquisitivo de 02/01/2017 a 01/01/2018, período de gozo de férias de 18/01/2018 a 16/02/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 17 de janeiro de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 14/2018

Publicação Nº 1493744

PORTARIA Nº014/2018

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA PORTARIA 037/2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art.41, incisos VII, da Lei Orgânica Municipal e o disposto na Lei Complementar nº10 e 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE

Art.1º. Fica revogada a portaria 037/2017 de 01 de fevereiro de 2017.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
em 15 de Janeiro de 2018.

DERLI FURTADO
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 15/2018

Publicação Nº 1493747

PORTARIA Nº 015/2018

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida férias ao servidor público municipal, Senhor RUDIMAR DE OLIVEIRA FAGUNDES, matrícula 13021/01, lotado na Secretaria de Educação, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Transporte Escolar. Período aquisitivo de 10/06/2016 a 09/06/2017, período de gozo de férias de 17/01/2018 a 15/02/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de janeiro de 2018.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 16/2018

Publicação Nº 1494535

PORTARIA Nº 016/2018

DESIGNA SERVIDORA PARA OCUPAR FUNÇÃO POR TEMPO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica designada para assinar provisoriamente pelo setor de Tesouraria desta Municipalidade a servidora Iva Adriana Schlösser Segue-to, matrícula 719-6, pelo tempo de duração do período as férias da servidora titular do cargo.

Art. 2º. Caberá a funcionária atribuída todas as funções inerentes ao cargo para o qual está sendo temporariamente lotada (TESOUREIRA), conforme legislação em vigor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de Janeiro 2017.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 16 de janeiro de 2018.

DERLI FURTADO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

Santiago do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 05-2018 - MATERIAL DIDÁTICO EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1494023

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 12/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº.05/2018.
Objeto: Aquisição de material didático/expediente para uso na Secretarias Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 31 de Janeiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 31 de Janeiro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 18 de Janeiro de 2018.
VANILDO VALCARENGHI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO PREGÃO 06-2018 - MATERIAL ESPORTIVO

Publicação Nº 1494073

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº. 13/2018.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº.06/2018.
Objeto: Aquisição de material esportivo para uso na Secretarias Municipal de Educação, Cultura e Esportes e Departamento Municipal de Esportes de Santiago do Sul.
Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 01 de fevereiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 01 de fevereiro de 2018.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 18 de Janeiro de 2018.
VANILDO VALCARENGHI
PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº 2999/2018

Publicação Nº 1494660

PORTARIA Nº 2999, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, SIMONE RODRIGUES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, Grupo Ocupacional Gestão Educacional, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3000/2018

Publicação Nº 1494664

PORTARIA Nº 3000, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, CRISTINE TSCHOKE LIEBL, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, Grupo Ocupacional Gestão Educacional, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3001/2018

Publicação Nº 1494665

PORTARIA Nº 3001, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, DÉBORA MARIA SAMPAIO WOJAKEVICZ, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº

09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor - Matemática, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3002/2018

Publicação Nº 1494666

PORTARIA Nº 3002, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, JHULIE FURLANI AVILA TOJEIRO, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor - Matemática, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3003/2018

Publicação Nº 1494669

PORTARIA Nº 3003, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, DEISI PATRICIA BAIL SILVEIRA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor - Geografia, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3004/2018

Publicação Nº 1494670

PORTARIA Nº 3004, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, RERLEN RICARDO SILVA PAGLIA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor - Geografia, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3005/2018

Publicação Nº 1494672

PORTARIA Nº 3005, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, RICARDO PORTES BORNEMANN E CORRÊA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor - História, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3006/2018

Publicação Nº 1494673

PORTARIA Nº 3006, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, DÁVILA ACASSIA VITORIANO DA SILVA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor - Inglês, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3007/2018

Publicação Nº 1494674

PORTARIA Nº 3007, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, JOSEFA MARIA DE ALMEIDA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Língua Portuguesa, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3008/2018

Publicação Nº 1494675

PORTARIA Nº 3008, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, JACQUELINE FURMANN COMARELLA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Artes, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3009/2018

Publicação Nº 1494677

PORTARIA Nº 3009, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, RUBIA DOLLA GAUZISKI, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Artes, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3010/2018

Publicação Nº 1494678

PORTARIA Nº 3010, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, FABIANE SCHOEFFEL KUTACH, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Artes, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3011/2018

Publicação Nº 1494679

PORTARIA Nº 3011, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, JEFFERSSON WILIAM SCHMIDMEIER JUNGLES, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Educação Física, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3012/2018

Publicação Nº 1494681

PORTARIA Nº 3012, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, MARCIO OLIVEIRA DE SOUZA, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Educação Física, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3013/2018

Publicação Nº 1494682

PORTARIA Nº 3013, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, ROCHELE SPODE MAHLKE, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Educação Física, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3014/2018

Publicação Nº 1494683

PORTARIA Nº 3014, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 15 de janeiro de 2018, ODILEI BACHMANN, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Ciências, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3015/2018

Publicação Nº 1494687

PORTARIA Nº 3015, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Revoga Portaria nº 3003/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 3003, de 18 de janeiro de 2018, que nomeou servidora pública municipal DEISI PATRICIA BAIL SILVEIRA, no cargo de Professor Anos Finais - Geografia, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 15 de janeiro de 2018.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3016/2018

Publicação Nº 1494691

PORTARIA Nº 3016, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Revoga Portaria nº 3007/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 3007, de 18 de janeiro de 2018, que nomeou servidora pública municipal JOSEFA MARIA DE ALMEIDA, no cargo de Professor Anos Finais – Língua Portuguesa, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 15 de janeiro de 2018.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3017/2018

Publicação Nº 1494693

PORTARIA Nº 3017, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Revoga Portaria nº 3013/2018

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Portaria nº 3013, de 18 de janeiro de 2018, que nomeou servidora pública municipal ROCHELE SPODE MAHLKE, no cargo de Professor Anos Finais – Educação Física, na Secretaria Municipal de Educação, por desistência espontânea em 15 de janeiro de 2018.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3018/2018

Publicação Nº 1494694

PORTARIA Nº 3018, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 16 de janeiro de 2018, SILVIA CHRISTIE DE OLIVEIRA DE GOES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Língua Portuguesa, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3019/2018

Publicação Nº 1494696

PORTARIA Nº 3019, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 16 de janeiro de 2018, LUCIANE GUEDES, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Matemática, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.
MAGNO BOLLMANN
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3020/2018

Publicação Nº 1494699

PORTARIA Nº 3020, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 17 de janeiro de 2018, KARIN RANK LIEBL, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Educação Física, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 20 (vinte) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

PORTARIA Nº 3021/2018

Publicação Nº 1494701

PORTARIA Nº 3021, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Nomeia Servidor Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve,

NOMEAR:

A partir de 17 de janeiro de 2018, DANIELE DA FONSECA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 09/2017, homologado em 19 de dezembro de 2017, para exercer o cargo de Professor – Geografia, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Finais, Nível I, Classe A, com 30 (trinta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação.

São Bento do Sul, 18 de janeiro de 2018.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL**AVISO DE LICITAÇÃO Nº 04/2018**

Publicação Nº 1494400

Pregão Presencial nº 04/2018
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 04/2018
MENOR PREÇO POR LOTE

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 02 de Fevereiro de 2018, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de materiais de higiene, limpeza, expediente, copa e cozinha, para uso geral do SAMAE.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 18 de Janeiro de 2018.
FRIDOLINO VAN DEN BOOM
Diretor Presidente

São Bernardino

PREFEITURA

DECRETO Nº 14/2018

Publicação Nº 1494712

DECRETO Nº 014/2018 DE 18/01/2018

	HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES DE FORMA OFICIAL DO TESTE SELETIVO EDITAL Nº 05/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em especial o Edital de teste seletivo nº 05/2018 de 18 de Dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado de forma OFICIAL as inscrições do teste seletivo no Município de São Bernardino-SC de acordo com o que dispõe o Edital nº 05/2017 de 18 de Dezembro de 2017, conforme segue:

PROFESSOR (A) COM LICENCIATURA PEDAGOGIA

INS	Nome	Cargo	Escolaridade
01	TATIANA Mª PIONER	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
03	GENECI DRESSLER MARQUES	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
04	SILVETE DENDENA NEGRI	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
19	ELISANDRA DENDENA	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
20	VALDUIR DENDENA	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
22	JOCELEI LUDWIG SANTIN	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
23	MAIKIELI FRITZEN	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
27	DANIELI NESPOLO	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
31	FABIA MAFFIOLETTI	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
32	EUNICE Mª W. SCHULTZ	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
33	DENISE Mª JANTSCH ALBERT	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
34	ROSELEI PEROTTI	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
35	MAIARA SCHNEIDER	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
38	DEVINA GARBIM BACKES	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
42	SALETE TEREZA HOLDEFER	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
44	LEONARA ROCHA	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
45	PATRICIA ANDREIA GUERINI	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
46	LEONICE DA SILVA AMÉRICO	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
49	NEUSA F S F SOUZA MELLO	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
50	SILMARA WALKER MOTTER	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
53	LORENI T F RHODEN	PROFESSOR (A)	LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

INS	Nome	Cargo	Escolaridade
02	ROZEMARI WEIZMANN	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ALFABETIZADO
05	EDIANE PIETRO BIASI	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MÉDIO
07	CLEONICE PONTES	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MÉDIO
09	OTAVIANA SOARES ROSA	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ALFABETIZADO
11	ELAINE GOMES WERNER	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MEDIO
12	LUANA K F MOCELIN	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MEDIO
13	MARCIA FORESTER	AUX. SERVIÇOS GERAIS	GRADUAÇÃO
15	MARCIA DE O RODRIQUES	AUX. SERVIÇO GERAIS	ALFABETIZADO
16	ANA PAULA SCHULZ	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ALFABETIZADO
17	VANESSA G SEBERSE	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MÉDIO
21	ANA PAULA ALMEIDA	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MÉDIO
25	ELIANE M DE ALMEIDA	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MÉDIO

29	ELISANDRA DAS CHAGAS	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ALFABETIZADO
37	ADRIANO GOETTENS	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MÉDIO
39	ROSEMAR DE JESUS	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ALFABETIZADO
40	PAULA ODY PATZLAFF	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MÉDIO
43	ROSECLEIA GROTH	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ALFABETIZADO
47	GISLEINE BENDER	AUX. SERVIÇOS GERAIS	ENSINO MÉDIO

FARMACÊUTICA (O)

INS	Nome	Cargo	Escolaridade
26	DAYANE DE MELLO STUANI	FARMACEUTICO (A)	ESPECIALIZAÇÃO

MOTORISTA

INS	Nome	Cargo	Escolaridade
06	FLADEMIR SCHWIERK	MOTORISTA	ENSINO MÉDIO
08	ALTAIR DE ALMEIDA	MOTORISTA	ENSINO MÉDIO
10	NEIMAR DAS CHAGAS	MOTORISTA	ENSINO FUNDAMENTAL
14	OSMAR BRAZZO	MOTORISTA	ALFABETIZADO
24	CAVECIR DA S MEDEIROS	MOTORISTA	ENSINO MEDIO
28	ORLI CAMARGO DE MOURA	MOTORISTA	ENSINO MÉDIO
36	VALDECIR CURIONE	MOTORISTA	ALFABETIZADO
41	CACILDO WEIZMANN	MOTORISTA	ENSINO MÉDIO
48	ADEMIR PEDRO FRITZEN	MOTORISTA	GRADUAÇÃO
51	SANDRO RIBEIRO ZUCHI	MOTORISTA	ENSINO FUNDAMENTAL

OPERADOR 1

INS	Nome	Cargo	Escolaridade
18	VANDAIR NILSSON	OPERADOR 1	ENSINO FUNDAMENTAL

OPERADOR 2

INS	Nome	Cargo	Escolaridade
52	URBANO HAUBENTHAL	OPERADOR 2	ENSINO FUNDAMENTAL
54	ADENILSON GARCIA	OPERADOR 2	ENSINO MÉDIO

Art. 2º - Conforme manifesto da Comissão Organizadora, nomeada pelo decreto 261/2017 de 18/12/2017, e retificado através do decreto 272/2017 de 28/12/2017, para fiscalizar e conduzir com total transparência todo o processo seletivo simplificado nº 05/2017 de 18/12/2017, nesta data 18/01/2018, exatamente as 13,30 horas, concluiu se a avaliação das inscrições de todos os candidatos inscritos conforme Edital 05/2017. Constatou se a irregularidade na inscrição de número 30ª, tendo o (a) candidato (a) não apresentado Certificado de Licenciatura em Pedagogia, conforme exigência do Edital 05/2017 em seu artigo 3º, desta forma a inscrição 30ª pertencente ao cargo de Professor com Licenciatura em Pedagogia, esta desclassificada.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino SC,
em 18 de Janeiro de 2018.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER

Responsável Secretaria Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA Nº 17/2018

Publicação Nº 1494714

PORTARIA Nº 017/2018 DE 017/01/2018

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica CONCEDIDO Férias Normais a Servidor público Municipal, abaixo relacionada, no período de 22/01/2018 a 05/02/2018, conforme seu respectivo período aquisitivo.

Matricula	Nome	Função	Locação	Período aquisitivo
158/01	DANIEL LUIZ SCHULTZ	MEMBRO	CONSELHO	10/01/2017 a 09/01/2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 17 de Janeiro de 2018
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 009/2018 - ADM

Publicação Nº 1494338

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 009/2018 - ADM

Processo ADM. nº 009/2018 - ADM
Pregão Presencial nº 007/2018 - ADM
Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS OBJETIVO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES JUNTO AS ESCOLAS E CRECHES DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 07:30 horas até as 08:00 horas – dia 31 de janeiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas – dia 31 de Janeiro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 18 de janeiro de 2017.
KELEN RODRIGO GIONGO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

AVISO DE LICITAÇÃO 010/2018 - ADM

Publicação Nº 1494560

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 010/2018 - ADM

Processo ADM. nº 010/2018 - ADM
Pregão Presencial nº 008/2018 - ADM
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS HORA/MAQUINA RETROESCAVADEIRA E CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL NO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 10:30 horas até as 10:45 horas – dia 31 de janeiro de 2018.
Abertura dos Envelopes: 11:15 horas – dia 31 de janeiro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 18 de janeiro de 2017.
KELEN RODRIGO GIONGO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

AVISO DE LICITAÇÃO 011/2018 - ADM

Publicação Nº 1494562

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 011/2018 - ADM

Processo ADM. nº 011/2018 - ADM
Pregão Presencial nº 009/2018 - ADM
Tipo: Menor Preço por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMAS INFANTIS EMPILHÁVEIS QUE SERÃO DISPONIBILIZADAS À ALUNOS MATRICULADOS NAS CRECHES MUNICIPAIS DE SÃO CARLOS/SC.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 13:30 horas até as 14:00 horas – dia 31 de janeiro de 2018.

Abertura dos Envelopes: 14:20 horas – dia 31 de janeiro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 18 de janeiro de 2017.
KELEN RODRIGO GIONGO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

AVISO DE LICITAÇÃO 012/2018 - ADM

Publicação Nº 1494564

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 012/2018 - ADM

Processo ADM. nº 012/2018 - ADM
Pregão Presencial nº 010/2018 - ADM
Tipo: Menor Preço por Lote

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REFORMA DE PARQUINHOS EM CRECHES MUNICIPAIS, COM FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E MATERIAIS.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: Início as 15:30 horas até as 16:00 horas – dia 31 de janeiro de 2018.

Abertura dos Envelopes: 16:30 horas – dia 31 de janeiro de 2018.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS/SC, 18 de janeiro de 2017.
KELEN RODRIGO GIONGO
PREFEITO EM EXERCÍCIO

DECRETO 003/2018

Publicação Nº 1494225

DECRETO N.º 003/2018 DE 02 DE JANEIRO DE 2018

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DAS DESTINAÇÕES DE RECURSOS CONSOLIDADO E SEUS DETALHAMENTOS, ORIUNDAS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUDI MIGUEL SANDER, Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 53, Inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com Artigo 5º, § 1º Inciso II da Lei Municipal n.º 1816/2017 de 23 de Novembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - A composição do Superávit Financeiro apurado no Balanço Consolidado Anual de 2017, no montante de R\$- 2.323.963,75 (Dois milhões, trezentos e vinte e três mil, novecentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos), obedecendo a seus valores conforme as Fontes de Destinações de Recursos e seus respectivos Detalhamentos de acordo com as especificações abaixo:

MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	F.D.R.	VALOR R\$
Recursos Ordinários	0000	598.176,44
FIA – Imposto de Renda	1009	309.395,98
Contribuição - CIDE	1007	2.481,07
Convênio de Trânsito – Prefeitura	1012	56.532,85
Outras Trânsf. do FNDE (PNATE, PDDE, PNAE)	1037	5.592,48
Transferências de Convênios – União/Educação	1032	40.477,98
Contribuição – COSIP	1008	42.457,33
Transferência de Convênios – União/Outros	1034	324.474,71
Salário Educação	1036	86.886,75
Transferências do FUNDEB – 60%	0018	23.829,35
Alienação de Bens destinados a Outros Programas	0089	40,57
Fundo Especial do Petróleo – FEP	1039	8.525,17
Outras Transferências do FNDE – Apoio a Creches	0062	1.958,45
Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União	1035	128.594,38
Sub-Total – Município		1.629.423,51
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	F.D.R.	VALOR R\$
Receitas de Impostos e de Transferência de Imposto	0002	68.612,17
Transferência do SUS – União	1038	586.912,70
Transferências de Convênios – União/Saúde	1033	38.106,62
Sub-Total – Fundo Municipal de Saúde		693.631,49
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	F.D.R.	VALOR R\$
FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO CARLOS		
Recursos Ordinários	0000	908,75
Sub-Total – Fundação Cultural São Carlos		908,75
TOTAL GERAL – CONSOLIDADO-2017		2.323.963,75

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados recursos consignados do orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de janeiro de 2018.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos SC, em 02 de janeiro de 2018.

RUDI MIGUEL SANDER

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

São Domingos

PREFEITURA

2018-001 - HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, ATENDIMENTO ESPECIAL, LOCAL E HORÁRIO DA PROVA OBJETIVA (1)

Publicação Nº 1494380

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO

EDITAL Nº 001/2018

REALIZAÇÃO: OBJETIVA CONCURSOS LTDA

O MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS, representado pela Prefeito Municipal em Exercício, o Excelentíssimo Senhor GILMAR ACHILES MARMENTINI, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e emendas, com fulcro no Art. 37, da Constituição Federal, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado, para atender a necessidade temporária, amparado em excepcional interesse público, TORNA PÚBLICO o presente Edital para divulgar o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES: O relatório nominal de candidatos com inscrições homologadas consta no Anexo I deste Edital. O Anexo II contém o relatório de inscrições não processadas em razão de pagamento não realizado ou realizado em desconformidade com o Edital nº 001/2017.

1.1. Não foram recebidas inscrições para Pessoas com Deficiência nem solicitações de atendimento especial.

2. Os candidatos interessados em interpor recursos relativos ao resultado ora divulgado poderão fazê-lo no dia 20/01/2018. Os recursos deverão ser interpostos por meio do site www.objetivas.com.br, na área do candidato, seguindo as orientações do site.

2.1. Caso o candidato possua alguma dúvida em relação à interposição de recursos, poderá esclarecê-la na Prefeitura Municipal, que estará aberta em regime de plantão, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 750, Bairro Centro, no Município de São Domingos/SC, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min.

3. A PROVA OBJETIVA, para todas as Funções, será aplicada no dia 28/01/2018 (domingo), às 14h (Horário de Brasília), na Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª. Nair Teixeira Morschheiser, situada na Rua Benjamin Constant, nº 2014, Bairro Ari Bortoli, no Município de São Domingos/SC. Neste mesmo horário ocorrerá o fechamento dos portões, não sendo mais permitido o ingresso de qualquer candidato ao local das provas.

3.1. Para fins de identificação, todos os candidatos ficam convocados a comparecerem na data e local da prova de sua Função com antecedência de 1 (uma) hora do horário acima informado.

3.2. O candidato deve apresentar-se portando:

a) documento de identidade original que bem o identifique e esteja em bom estado de conservação;

b) caneta esferográfica de tinta azul ou preta de ponta grossa; e

c) comprovante de inscrição e pagamento (boleto bancário devidamente quitado). Esse item poderá ser dispensado desde que esteja comprovada a efetiva homologação da inscrição do candidato no relatório de candidatos inscritos por cargo.

3.2.1. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documento de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia, na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. NÃO SERÁ ACEITA CÓPIA DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE, MESMO QUE AUTENTICADA. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto, avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentro os anteriormente citados).

4. Os Anexos deste Edital encontram-se divulgados no Mural Público Municipal e nos sites www.objetivas.com.br e www.saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, 19 de janeiro de 2018.

GILMAR ACHILES MARMENTINI,

Registre-se e publique-se. Prefeito Municipal em Exercício.

São Francisco do Sul

PREFEITURA

ERRATA PP 009-2018

Publicação Nº 1493817

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

OBJETO: Aquisição de tubos de concreto de várias bitolas.

ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que, em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 3.555/2000 e Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, o edital em epígrafe, sofreu alteração.

Portanto, no corpo do edital, onde se lê:

... MENOR PREÇO POR LOTE...

Leia-se:

...MENOR PREÇO POR ITEM...

E no Termo de Referência, Anexo I do edital, fica suprimida a expressão: LOTE ÚNICO

Os demais itens permanecem inalterados.

São Francisco do Sul, 16 de janeiro de 2018.

Julio Eloi da Silva

Secretário Municipal de Administração

São João Batista

PREFEITURA

PORTARIA 01/2018

Publicação Nº 1494369

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA Nº 01/2018

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

A Assessora de Gabinete, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 02/2017, homologado em 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas aprovadas e habilitadas para o seguinte cargo:

CARGO: MONITOR ESCOLAR	
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
001	PAULO LOURENCO DA SILVA
002	NADIA DE SOUSA LEONARDO
003	LEANDRA HECK
004	RONALDA DE FATIMA DA SILVA
005	TALITA PAOLA BOOZ
006	SIMARA REGINA DIAS AMARAL
007	JOSILDA QUEIROZ BISCAIA DOS SANTOS
008	GENI BECKER
009	TURIBIO CONSTANTINO DOS SANTOS
010	OSVALDO JOSE AMORIM
011	QUELEN DA SILVA COSTA
012	AMANDA DO COUTO GONCALVES
013	JANAINA AZEVEDO DANDOLINI NUNES
014	WINNIE KARLA NUNES BARBOSA
015	ELEN SALETE DA SILVA
016	ALEXIA MARTINS REINERT
017	BRUNA GABRIELA PERIN
018	FATIMA DA SILVA SARDI
019	CHIRLANA DE SOUZA
020	ADRIELIA MARTIM
021	MATEUS LANGARO
022	MIRIAN OLIVEIRA XAVIER
023	MARIA DAS GRACAS COSTA DA CRUZ
024	ANA JULIA GAMBETA
025	ADRIANA ALVES ROMUALDO
026	RAQUEL BORATTI
027	SUSANA VARGAS GERBER
028	JACKSON SOARES PEREIRA
029	CRISLEINE RICARDO SGROTT

030	EDNA PEREIRA
031	MONICA GAMBETA
032	CARINE ZUNINO FONTES FACCHINI
033	EMILY GREICI ALEXANDRE VENERI
034	GISLAINE DA ROSA MONTEIRO
035	ANDRIELE FERREIRA ROESLER
036	ENGEL KAROLAINE VIEIRA CHAGAS SOUZA
037	JESSICA JULIANA FLORENTINO SILVA
038	TAINA KLEIN
039	ISADORA ARAUJO DE OLIVEIRA
040	GABRIELA FARIAS
041	JENNIFER AMANDA COLLER DA SILVA
042	MARIA OLIVIA PEIXER ANGELI
043	MARA RUBIA AMORIM MOTTA
044	MARCIA GEOVANA BURIG
045	INIVALDA PEIXER
046	PATRICIA APARECIDA SCHNEIDER CORREA
047	KATIA LEAL SCHAPPO
048	JULIANE KAPUSTA ELOY
049	MONICA JOZIANA BRICK
050	ANA PAULA ORSI
051	RAQUEL DO NASCIMENTO GOMES LOLATTO
052	BRUNA MARTINI
053	KAREN JULIANA GALLI
054	PRISCILA DE SOUZA CHAGAS
055	CLAUDINEIA MACHADO GOMES
056	EDILEIA DE SOUZA FRANCISCO
057	PRISCILA VARGAS
058	DAIANE ROCHA
059	ARIANE MACEDO CAMPOS
060	LUANA VENTURA DOS SANTOS
061	ARTHUR PATRICIO NAVES
062	LUCIANA MOTTER
063	ROSY MERY CONSTANTINO
064	CATIA SUZANA SARTORI MONTIBELLER
065	MIRIA PIVA
066	CLAUDIA PEIXER DE OLIVEIRA
067	ELAINE CRISTINA ORSI IGNACIO
068	SORAYA KUNERT RODRIGUES
069	MILENA BACCA
070	JOICE VILLANOVA
071	IRIS MARIA MARCELINO
072	ANA ROSA VARGAS
073	PATRICIA JACINTHO
074	ANNE CRISTINA DOS SANTOS BORGES MARQUES
075	EMILLY GREICE CIM

Art. 2º - Ficam convocados os nomeados a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 17/02/2018, na sede da Prefeitura Municipal de São João Batista, situada na praça Valter Vicente Gomes, nº 89 no Centro de São João Batista, no horário das 13:30h às 17:30h.

Art. 3º - Os aprovados deverão apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópia

dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante de endereço recente;
- c) Título de Eleitor, com respectivo comprovante de voto na última eleição;
- d) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- e) Documento que comprove quitação com obrigações militares e ou Certificado de Reservista (para homens);
- f) Cédula de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- g) Carteira de Identidade;
- h) Pis ou Pasep, se cadastrado;
- i) Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for o caso;
- j) Comprovante de Escolaridade;
- k) Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos incompletos e as respectivas cópias da carteira de vacinação dos filhos, no caso de percepção de salário família;
- l) Certidão de nascimento e nº do CPF dos filhos até 21 anos, e no caso de dependente de Imposto de Renda;
- m) Atestado de antecedentes criminais;
- n) Atestado Médico Admissional, fornecido pela Junta médica Oficial do Município;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de que a posse não implica acumulação legalmente proibida de cargo, emprego e ou função pública;
- q) Declaração de não ter sofrido penalidades na função pública;
- r) Uma foto 3x4 recente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 19 de janeiro de 2018.

ROSANE SARTORI ROSA
ASSESSORA DE GABINETE

PORTARIA 02/2018

Publicação Nº 1494373

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
C.G.C 82.925.652/0001 – 00
Fone/Fax (48) 3265 0195
rh@sjbatista.sc.gov.br

PORTARIA Nº 02/2018

Nomeia aprovados em concurso público que menciona e dá outras providências.

A Assessora de Gabinete, no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3257/2017, considerando o interesse da Administração e considerando o resultado do Concurso Público Municipal 02/2017, homologado em 17 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º - Ficam nomeadas as seguintes pessoas aprovadas e habilitadas para o seguinte cargo:

CARGO: PROFESSOR DE CRECHE
CLASSIFICAÇÃO
CANDIDATO

001
VIVIANE AMARAL GOIS DE SOUZA

002
AULISS MARY KLITZKE MACHADO

003
DAIANE ROSA

004
NATALI TARCIELI RODRIGUES DA SILVA

005
MARA RUBIA AMORIM MOTTA

Art. 2º - Ficam convocados os nomeados a tomar posse, no prazo máximo de 30 dias, que se finalizam em 17/02/2018, na sede da

Prefeitura Municipal de São João Batista, situada na praça Valter Vicente Gomes, nº 89 no Centro de São João Batista, no horário das 13:30h às 17:30h.

Art. 3º - Os aprovados deverão apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, para a posse, originais e cópia dos seguintes documentos:

- a) Certificado de Graduação e Registro Profissional ou protocolo de inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando for o caso;
- b) Comprovante de endereço recente;
- c) Título de Eleitor, com respectivo comprovante de voto na última eleição;
- d) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- e) Documento que comprove quitação com obrigações militares e ou Certificado de Reservista (para homens);
- f) Cédula de Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- g) Carteira de Identidade;
- h) Pis ou Pasep, se cadastrado;
- i) Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento se for o caso;
- j) Comprovante de Escolaridade;
- k) Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos incompletos e as respectivas cópias da carteira de vacinação dos filhos, no caso de percepção de salário família;
- l) Certidão de nascimento e nº do CPF dos filhos até 21 anos, e no caso de dependente de Imposto de Renda;
- m) Atestado de antecedentes criminais;
- n) Atestado Médico Admissional, fornecido pela Junta médica Oficial do Município;
- o) Declaração de Bens;
- p) Declaração de que a posse não implica acumulação legalmente proibida de cargo, emprego e ou função pública;
- q) Declaração de não ter sofrido penalidades na função pública;
- r) Uma foto 3x4 recente.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SÃO JOÃO BATISTA, 19 de janeiro de 2018.

ROSANE SARTORI ROSA
ASSESSORA DE GABINETE

DECRETO Nº 3309/17

Publicação Nº 1493769

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3309/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 5.240,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE**08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE**

10.301.0004.2.033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Odontológico

3.1.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.075,00

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.91.00.00.00.00.00.0458 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 405,00

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.3.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicacoes Diretas

Valor - 3.760,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE**08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE**

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0458 - Aplicacoes Diretas

Valor - 405,00

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicacoes Diretas

Valor - 3.760,00

10.301.0004.2.033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Odontológico

3.3.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicacoes Diretas

Valor - 1.075,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 15 de Dezembro de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 15/12/2017

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3309/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 5.240,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Odontológico

3.1.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicações Diretas

Valor - 1.075,00

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.91.00.00.00.00.00.0458 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 405,00

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.3.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 3.760,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0458 - Aplicações Diretas

Valor - 405,00

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 3.760,00

10.301.0004.2.033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Odontológico

3.3.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicações Diretas

Valor - 1.075,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 15 de Dezembro de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 15/12/2017

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3309/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 5.240,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Odontológico

3.1.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicações Diretas

Valor - 1.075,00

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.91.00.00.00.00.00.0458 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 405,00

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.3.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 3.760,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0458 - Aplicações Diretas

Valor - 405,00

10.301.0004.2.036 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ESF

3.1.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 3.760,00

10.301.0004.2.033 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - Odontológico

3.3.90.00.00.00.00.00.0010 - Aplicações Diretas

Valor - 1.075,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 15 de Dezembro de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 15/12/2017

Assessoria de Comunicação

DECRETO Nº 3310/17

Publicação Nº 1493771

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3310/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003783/17 de 22 de Dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Secretaria do Desenvolvimento.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 22 de Dezembro de 2017**DANIEL NETTO CÂNDIDO****Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 22/12/2017

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO N° 3310/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003783/17 de 22 de Dezembro de 2017.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.0047 - Aplicacoes Diretas

Valor - 60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Secretaria do Desenvolvimento.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 22 de Dezembro de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 22/12/2017

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3310/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003783/17 de 22 de Dezembro de 2017.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 60.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.90.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 60.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do Secretaria do Desenvolvimento.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 22 de Dezembro de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 22/12/2017

Assessoria de Comunicação

DECRETO Nº 3311/17

Publicação Nº 1493772

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3311/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 90.386,11 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO**02.01 - GABINETE DO PREFEITO**

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 2.283,49

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO**

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 10.000,00

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 1.092,52

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 3.956,00

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**

12.361.0002.2.009 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 48.598,15

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 5.000,00

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.91.00.00.00.00.0000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 264,25

12.365.0002.2.015 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.91.00.00.00.00.0000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 253,70

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**

15.452.0006.2.073 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 6.938,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA**07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA**

20.606.0007.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 10.000,00

17 - FUNJUVE**17.01 - FUNJUVE**

13.392.0008.2.097 - Manutenção da Diretoria de Cultura

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas

Valor - 2.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

04.122.0001.2.002 - Manutenção do Gabinete do Prefeito

3.1.91.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 2.283,49

03 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

03.01 - SECRETARIA DA ADMINISTRACAO

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 3.956,00

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.000,00

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

3.3.91.00.00.00.00.0000 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 500,00

04.122.0001.2.003 - Manutenção da Secretaria da Administração

4.4.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 592,52

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

12.361.0002.2.009 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.0007 - Aplicacoes Diretas

Valor - 48.598,15

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 264,25

12.361.0002.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.1.90.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 5.000,00

12.365.0002.2.015 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00.00.00.0001 - Aplicacoes Diretas

Valor - 253,70

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA

15.452.0006.2.073 - Manutenção da Secretaria da Infra-estrutura

3.1.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 6.938,00

07 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

07.01 - SECRETARIA DA AGRICULTURA

20.606.0007.2.091 - Manutenção da Secretaria da Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 10.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

17 - FUNJUVE

17.01 - FUNJUVE

13.392.0008.2.097 - Manutenção da Diretoria de Cultura

3.1.91.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 2.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 28 de Dezembro de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 28/12/2017

Assessoria de Comunicação

DECRETO Nº 3312/17

Publicação Nº 1493773

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3312/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 1.448.437,24 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**04.01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO**12.361.0002.2.009 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.90.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diretas

Valor - 560.044,28

12.361.0002.2.009 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 11.658,68

12.361.0002.2.009 - Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB

3.1.91.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 63.524,77

12.365.0002.2.015 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas

Valor - 192.892,11

12.365.0002.2.015 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diretas

Valor - 539.991,52

12.365.0002.2.015 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.91.00.00.00.00.00.0007 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 7.420,71

12.365.0002.2.015 - Manutenção da Educação Infantil

3.1.91.00.00.00.00.00.0006 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 60.088,17

05 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**05.01 - SECRETARIA DA INFRA ESTRUTURA**06.182.0006.2.075 - Manutenção da Polícia Militar

3.3.90.00.00.00.00.00.0020 - Aplicações Diretas

Valor - 12.817,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 29 de Dezembro de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 29/12/2017

Assessoria de Comunicação

Publicação Nº 1494228

www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 3314/17

Publicação Nº 1494229

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3314/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 8.041,24 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ACS

3.1.91.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 7.542,93

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.91.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 498,31

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

10.301.0004.2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ACS

3.1.90.00.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 7.542,93

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.91.00.00.00.00.00.0047 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 224,30

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 274,01

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 29 de Dezembro de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 29/12/2017

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3314/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 8.041,24 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ACS

3.1.91.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 7.542,93

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.91.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 498,31

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ACS

3.1.90.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 7.542,93

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.91.00.00.00.00.0047 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 224,30

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 274,01

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 29 de Dezembro de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 29/12/2017

Assessoria de Comunicação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3314/17

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 8.041,24 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ACS

3.1.91.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 7.542,93

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.1.91.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias

Valor - 498,31

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

08 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

08.01 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

10.301.0004.2.032 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - ACS

3.1.90.00.00.00.00.0009 - Aplicações Diretas

Valor - 7.542,93

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

3.3.91.00.00.00.00.0047 - Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos

Valor - 224,30

10.301.0004.2.031 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.0047 - Aplicações Diretas

Valor - 274,01

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 29 de Dezembro de 2017

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 29/12/2017

Assessoria de Comunicação

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09/2017 - GABARITO DEFINITIVO

Publicação Nº 1494240

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09/2017**

DANIEL NETTO CÂNDIDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO O GABARITO DEFINITIVO DA PROVA OBJETIVA DO Edital 09/2017, conforme segue:

GABARITO DEFINITIVO

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	B	A	C	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	C	B	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	A	B	D	B					
CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	B	A	C	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	C	B	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
A	A	B	D	B					
INSTRUTOR DE FANFARA									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	C	A	A	B	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	D	B					
MESTRE DE OBRAS									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	B	A	C	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	C	B	C	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	A	B	D	B					
MONITOR ESCOLAR									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30



19-07-1958

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**

D	B	B	D	B					
PROFESSOR CRECHE (0 A 4 ANOS) - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	D	B					
PROFESSOR CRECHE (0 A 4 ANOS) - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	D	B					
PROFESSOR DE ARTE 1º/9º - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	D	B					
PROFESSOR DE ARTE 1º/9º - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	D	B					
PROFESSOR DE ARTE/MÚSICA (FUNJUV) - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	D	B					
PROFESSOR DE ARTE/MÚSICA (FUNJUV) - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	D	B					



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROFESSOR DE DANÇA (FUNJUVE) - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	D	B					
PROFESSOR DE DANÇA (FUNJUVE) - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	D	B					
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CONTAÇÃO HISTÓRIA) - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	D	B					
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CONTAÇÃO HISTÓRIA) - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	D	B					
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	D	B					
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	X
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/5º ANO - GERAL PEDAGOGO - HABILITADO									



19-07-1958

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/5º ANO - GERAL PEDAGOGO - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	D	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - INFORMÁTICA - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - INFORMÁTICA - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - INGLÊS - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10



19-07-1958

ESTADO DE SANTA CATARINA**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**

A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - INGLÊS - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - CIÊNCIAS - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	X	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	B	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	X	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - ENSINO RELIGIOSO - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - ENSINO RELIGIOSO - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - GEOGRAFIA - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

19-07-1958

11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - HISTÓRIA - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	X	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - HISTÓRIA - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	X	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - MATEMÁTICA - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - PORTUGUÊS - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

19-07-1958

B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	D	B					
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
C	B	B	D	B					
PROFESSOR II - HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	X	B	D	B					
PROFESSOR II - NÃO HABILITADO									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	C	A	B	C	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	D	D	D	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
D	X	B	D	B					
ZELADOR VIGILANTE									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
A	B	C	B	A	B	A	C	A	B
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	B	B	A	C	B	A	B
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
B	C	B	D	B					

X = QUESTÃO CANCELADA

São João Batista, 17 de janeiro de 2018.

DANIEL NETTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09/2017 - JULGAMENTO DOS RECURSOS

Publicação Nº 1494238

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09/2017**

DANIEL NETTO CÂNDIDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, **TORNA PÚBLICO O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA DISCORDÂNCIA DE GABARITO E QUESTÃO DO Edital 09/2017, conforme segue:**

JULGAMENTO DOS RECURSOS**RECURSO 001**

Requerem os candidatos a anulação da questão 04 para os cargos de ensino médio e superior, alegando que a questão apresenta mais alternativas corretas.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. A questão apresenta-se correta, as demais alternativas se referem a “Coesão” e não “Concisão”.

RECURSO 002

Requerem os candidatos a alteração do gabarito da questão 06 para os cargos de ensino médio e superior, alegando que a alternativa correta é 1.200 metros.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: DEFERIDO. Alterar o gabarito para alternativa “C”, visto que a resposta correta é 1.200m e não 1.400m conforme apresentado no gabarito.

RECURSO 003

Requerem os candidatos a anulação da questão 11 para os cargos de ensino médio e superior, alegando que a questão não possui alternativa correta, a qual deveria apresentar 16 Deputados Federais.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. A questão apresenta-se correta, a questão busca o entendimento sobre “Política” dos candidatos, os quais deveriam ter o entendimento que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina é composta de Deputados Estaduais e não Federais. Hoje Santa Catarina possui 16 Deputados Federais eleitos, porém nenhum compõe a Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

RECURSO 004

Requerem os candidatos a anulação da questão 12 para os cargos de ensino médio e superior, alegando que a questão não possui alternativa correta, a qual deveria apresentar 7 anos 9 meses e 10 dias.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. A questão apresenta-se correta, todas as alternativas apresentam o total em anos e meses, sendo assim, a alternativa 7 anos e 9 meses apresenta-se correta.

RECURSO 005

Requerem os candidatos a anulação da questão 13 para os cargos de ensino médio e superior, alegando que a questão não possui o número da lei e que o parágrafo alterado não menciona “homicídio culposo”.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. A questão apresenta-se correta, a questão versa sobre atualidades e o enunciado se refere ao código de trânsito. Em relação a não presença de homicídio culposo no parágrafo 3º da lei, isto porque o parágrafo se refere ao art. 302 que possui o seguinte teor:

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA****Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:**

Sendo assim com a alteração da lei, praticar homicídio culposo sob a influência de álcool, a pena será de 5 a 8 anos.

RECURSO 006

Requerem os candidatos a anulação da questão 18 para os cargos de Professor, alegando que O Art. 19 é bem claro e mostra apenas dois itens de resposta I e II, já na prova existe três opções de resposta sendo que a pergunta deve ser formulada conforme descrito no Artigo 19 da LDB..

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. A questão Apresenta-se correta, Vejamos o que menciona o inciso II do referido artigo:

II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Sendo assim o item III da questão está correto, visto que menciona: III – Privadas as instituições mantidas e administradas por pessoas físicas de direito privado;

RECURSO 007

Requerem os candidatos a anulação da questão 19 para os cargos de Professor de geografia, alegando que o conteúdo da questão não está presente no conteúdo programático.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. A questão Apresenta-se correta, geografia geral contempla o enunciado da questão.

RECURSO 008

Requerem os candidatos a anulação da questão 22 para o cargo de professor de história, alegando que a questão apresenta duas alternativas iguais.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: DEFERIDO. Cancelar a questão. A questão apresenta duas alternativas iguais.

RECURSO 009

Requerem os candidatos a anulação da questão 22 para o cargo de professor de ciências, alegando que o enunciado não é claro.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: DEFERIDO. Cancelar a questão. A questão deveria mencionar a “Fase” da mitose, visto que assim ela é dividida e classificada.

RECURSO 010

Requerem os candidatos a anulação da questão 21 para o cargo de Professor pedagogo, alegando que não concordam com a alternativa apresentada, visto que o enunciado não se refere a período alfabético.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. A questão Apresenta-se correta, quando a criança compreendeu como se escreve usando as letras do alfabeto. Descobriu que cada letra representa um som da fala e que é preciso juntá-las de um jeito que formem sílabas de palavras de nossa língua. Porém inicialmente escrevem com fortes marcas da oralidade, estas marcas são os erros que ainda comentem, porém não o classificam em outro nível.

RECURSO 011

Requerem os candidatos a anulação da questão 22 para o cargo de professor II, alegando que a questão apresenta duas alternativas corretas.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: DEFERIDO. Cancelar a questão, visto que recentemente a

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**

deficiência auditiva foi incorporada ao TID.

RECURSO 012

Requerem os candidatos a anulação da questão 20 para o cargo de professor de matemática, alegando que o enunciado não é claro e deveria mencionar se a matriz é quadrada ou não.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. A questão apresenta-se correta, visto que o enunciado menciona a expressão “pode ser chamada”, assim dentre as alternativas apresentadas, nenhuma outra pode representar o exposto no enunciado.

RECURSO 013

Requerem os candidatos a anulação da questão 20 para o cargo de professor de creche, professor de educação infantil – pré escola, educação infantil - Contação de história e monitor escolar, alegando que a questão não apresenta alternativa correta.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: DEFERIDO. Cancelar a questão. A questão deveria apresentar 5 anos e não 6 como está na alternativa “A”.

RECURSO 014

Requerem os candidatos a anulação da questão 20 para o cargo de professor de professor de artes, alegando que a escultura em metal possui o mesmo nome.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. A questão apresenta-se correta, não há registros em literaturas bibliográficas que a escultura em metal possui o mesmo nome.

RECURSO 015

Requerem os candidatos a anulação da questão 19 para o cargo de mestre de obras, alegando que a “bota” também é indispensável.

DESPACHO/JUSTIFICATIVA: INDEFERIDO. A questão apresenta-se correta, a bota pode ser substituída por “sapatão”, sendo assim não é indispensável.

Os demais recursos não foram julgados por estarem em desacordo com o item 8.4 do referido edital:

8.4. Somente serão aceitos, analisados e julgados recursos fundamentados, com argumentação lógica e consistente, com apresentação de bibliografia no caso de recurso contra questões.

São João Batista, 17 de janeiro de 2018.

DANIEL NETTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09/2017 - NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

Publicação Nº 1494244

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09/2017**

DANIEL NETTO CÂNDIDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO AS NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO Edital 09/2017, conforme segue:

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS														
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.		
359	CELMA PECHESKOWSKI DE JESUS MOURA	0,60	0,90	0,90	3,85	1,10	7,35		7,35	APROVADO(A)	1º	22/10/1976		
345	MAZILDA COSTA SILVA	0,60	1,50	0,30	3,85	1,10	7,35		7,35	APROVADO(A)	2º	24/10/1997		
122	MARIA ROZELETE MAFRA	1,50	1,20	1,20	2,75	0,55	7,20		7,20	APROVADO(A)	3º	28/11/1974		
475	ELIANDRA PEREIRA	1,20	1,50	0,00	3,85	0,55	7,10		7,10	APROVADO(A)	4º	23/08/1982		
511	ADELURDES KREUSCH	0,90	1,50	0,60	3,30	0,55	6,85		6,85	APROVADO(A)	5º	24/01/1965		
413	ELISSANDRA ARAUJO	1,20	0,90	0,90	2,75	1,10	6,85		6,85	APROVADO(A)	6º	25/10/1975		
67	LUCIANE FALIGUSKI DA SILVA	1,20	1,20	0,00	3,85	0,55	6,80		6,80	APROVADO(A)	7º	08/05/1983		
2	FRANCIELE NICOLAU DE SOUSA	1,20	0,90	0,30	3,85	0,55	6,80		6,80	APROVADO(A)	8º	27/02/1990		
133	ADRIANA ZIMMER SALDANHA	0,90	1,20	0,30	3,85	0,55	6,80		6,80	APROVADO(A)	9º	28/09/1982		
454	SCHILEIDA NUNES	1,20	1,50	0,60	3,30	0,00	6,60		6,60	APROVADO(A)	10º	24/07/1981		
275	ANDREZA DE SOUZA DO NASCIMENTO	1,20	1,50	0,00	3,85	0,00	6,55		6,55	APROVADO(A)	11º	12/11/1984		
367	JESSICA MARQUEZ	0,90	1,20	0,60	3,85	0,00	6,55		6,55	APROVADO(A)	12º	19/05/1993		
368	DANIELA DE OLIVEIRA	0,60	1,50	0,60	3,85	0,00	6,55		6,55	APROVADO(A)	13º	04/07/1985		
570	MARIA DO CARMO VARGAS SUTIL DE OLIVEIRA	0,90	1,20	0,60	3,30	0,55	6,55		6,55	APROVADO(A)	14º	26/10/1967		
447	LUCIANE DE SOUZA ARAUJO MAFESSOLLI	0,90	0,60	1,20	3,30	0,55	6,55		6,55	APROVADO(A)	15º	10/05/1981		
396	ESTER DIAS AMARAL DOS SANTOS	0,90	1,50	0,30	2,75	1,10	6,55		6,55	APROVADO(A)	16º	22/12/1971		
400	KARINE APARECIDA AFILHADO SCHWEIGARD	1,20	0,90	0,00	3,85	0,55	6,50		6,50	APROVADO(A)	17º	18/06/1990		

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



1907.1988

215	ROSANA DE SOUZA	0,90	0,90	0,30	3,85	0,55	6,50			6,50	APROVADO(A)	18º	22/08/1979
314	SONIA MAK MAIKEL	1,50	0,90	0,00	3,85	0,00	6,25			6,25	APROVADO(A)	19º	05/09/1955
104	MARIA DAS DORES PESTANA COSTA REIS	1,20	0,90	0,30	3,85	0,00	6,25			6,25	APROVADO(A)	20º	25/04/1976
267	JULIANA DE SOUZA E OLIVEIRA	1,20	0,90	0,30	3,85	0,00	6,25			6,25	APROVADO(A)	21º	09/07/1978
375	IVETE FATIMA VIEIRA CHAGAS	0,90	0,90	0,60	3,85	0,00	6,25			6,25	APROVADO(A)	22º	21/11/1976
161	LEIDE LAURA LUCINDA	0,60	1,20	0,60	3,85	0,00	6,25			6,25	APROVADO(A)	23º	22/12/1978
130	IONE LIMA SOARES	1,20	1,20	0,00	3,30	0,55	6,25			6,25	APROVADO(A)	24º	25/01/1987
435	MARCIA JACINTO	0,90	1,20	0,30	3,30	0,55	6,25			6,25	APROVADO(A)	25º	20/01/1970
409	ANGELITA KREUSCH COSTA	0,30	0,90	0,60	3,30	1,10	6,20			6,20	APROVADO(A)	26º	13/10/1970
362	SANDRA REGINA VIERA DICKEL	0,90	0,90	0,90	3,30	0,00	6,00			6,00	APROVADO(A)	27º	13/09/1983
468	VANDERLETE FAGUNDES PALIANO	0,60	1,50	0,60	2,75	0,55	6,00			6,00	APROVADO(A)	28º	19/01/1971
310	MARISTELA ELISANGELA DA SILVA	1,20	0,90	0,00	3,85	0,00	5,95			5,95	APROVADO(A)	29º	24/01/1983
47	SONIA DE FATIMA FERREIRA	0,90	0,90	0,30	3,85	0,00	5,95			5,95	APROVADO(A)	30º	06/12/1976
416	IZETI NAIR RIBEIRO	0,30	1,50	0,30	3,85	0,00	5,95			5,95	APROVADO(A)	31º	23/11/1969
259	MARCIA DOS ANJOS	0,90	0,90	0,30	3,30	0,55	5,95			5,95	APROVADO(A)	32º	21/03/1988
173	SANDRA REGINA CANTO	1,20	0,90	0,30	3,30	0,00	5,70			5,70	APROVADO(A)	33º	19/07/1974
620	CAREN DAIANE FILGUEIRA	1,20	0,90	0,30	3,30	0,00	5,70			5,70	APROVADO(A)	34º	06/12/1986
585	NORMMA REIS DAROSSI	0,90	0,90	0,60	3,30	0,00	5,70			5,70	APROVADO(A)	35º	03/03/1968
474	CLARINDA TAMANINI DA SILVA	0,90	1,20	0,30	3,30	0,00	5,70			5,70	APROVADO(A)	36º	05/07/1977
147	RAISA CARLA DE LIMA	0,90	1,20	0,30	2,75	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	37º	09/08/1993
290	VALERIA DOS SANTOS DA SILVA	1,20	0,90	0,30	2,20	1,10	5,70			5,70	APROVADO(A)	38º	03/03/1975
321	SILVIA FORMENTO	0,90	0,60	0,30	3,30	0,55	5,65			5,65	APROVADO(A)	39º	07/11/1975
530	ROSANE JACQUES BRIZOLA	0,60	1,20	0,00	3,30	0,55	5,65			5,65	APROVADO(A)	40º	20/05/1977
574	FRANCISCA ERIVANDA DE SOUZA FERREIRA DE OLIVEIRA	0,00	1,20	0,00	3,85	0,55	5,60			5,60	APROVADO(A)	41º	28/04/1982
392	RUY SILVA DOS SANTOS	0,60	1,50	0,60	2,75	0,00	5,45			5,45	APROVADO(A)	42º	23/12/1956
300	SUELI ANGELI HERMES	0,90	1,20	0,60	2,75	0,00	5,45			5,45	APROVADO(A)	43º	05/11/1959



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

496	VERA LUCIA WEBER	1,20	0,90	0,90	0,00	3,30	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	44º	12/08/1969
459	TATIANI CRISTINA BORATTI VARGAS	0,90	0,90	0,90	0,30	3,30	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	45º	12/02/1977
311	TAYNÁ DE LIMA	0,90	0,90	0,90	0,30	3,30	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	46º	15/08/1995
458	MARIA DALTI DIAS DE OLIVEIRA	0,60	1,50	0,00	0,30	3,30	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	47º	04/02/1973
348	ROSANE MATUXAKI	0,60	0,90	0,00	0,00	2,75	1,10	5,35			5,35	APROVADO(A)	48º	25/11/1969
556	ILDA NASCIMENTO HERATT	1,20	1,20	0,00	0,20	2,20	0,55	5,15			5,15	APROVADO(A)	49º	26/01/1959
178	ROSE NUNES RESENDE IGNEIM	0,90	1,20	0,30	0,20	2,20	0,55	5,15			5,15	APROVADO(A)	50º	29/03/1962
183	CÉLIA SILVA	0,60	1,20	0,00	0,30	3,30	0,00	5,10			5,10	APROVADO(A)	51º	26/11/1954
19	REGIANI DOS SANTOS	0,60	1,20	0,00	0,30	3,30	0,00	5,10			5,10	APROVADO(A)	52º	05/01/1982
263	DORALICE SOUSA FERREIRA	0,30	1,20	0,30	0,20	2,20	1,10	5,10			5,10	APROVADO(A)	53º	28/10/1971
292	CARINA DOS SANTOS DA CUNHA RODRIGUES	1,20	1,20	0,30	0,20	2,20	0,00	4,90			4,90	APROVADO(A)	54º	24/03/1979
326	CELIA ARAUJO SIMÕES	0,90	1,20	0,00	0,20	2,75	0,00	4,85			4,85	APROVADO(A)	55º	25/07/1968
655	VIVIANE CARLA MACHAJEWSKI	0,90	0,90	0,30	0,20	2,75	0,00	4,85			4,85	APROVADO(A)	56º	05/05/1981
181	LORIVANE PADILHA RAMALHO	0,60	0,90	0,60	0,20	2,75	0,00	4,85			4,85	APROVADO(A)	57º	08/11/1974
278	JANAINA FLORES	0,60	1,20	0,30	0,20	2,75	0,00	4,85			4,85	APROVADO(A)	58º	06/07/1978
478	KARIELE DE FÁTIMA DA COSTA AFILHADO SIQUEIRA	0,30	0,90	0,30	0,20	2,75	0,55	4,80			4,80	APROVADO(A)	59º	18/06/1990
408	CLAUDETE PAWELSKI	0,30	0,60	0,00	0,30	3,30	0,55	4,75			4,75	APROVADO(A)	60º	05/08/1962
117	IZABEL REGIANE TUR DAGUANI	0,90	1,20	0,30	0,20	2,20	0,00	4,60			4,60	APROVADO(A)	61º	27/03/1962
95	MARISTELA MARIA MARIANO	1,20	1,20	0,00	1,65	0,55	0,55	4,60			4,60	APROVADO(A)	62º	14/06/1974
230	LEONICE APARECIDA BEZERRA SOARES	0,90	1,20	0,30	1,65	0,55	0,55	4,60			4,60	APROVADO(A)	63º	16/10/1981
433	MELIANE APARECIDA AURELIO DA SILVA	0,60	0,90	0,30	0,20	2,75	0,00	4,55			4,55	APROVADO(A)	64º	16/08/1967
464	LOURDES VIDAL TAVARES	0,30	1,20	0,30	0,20	2,75	0,00	4,55			4,55	APROVADO(A)	65º	01/01/1965
93	ELIZANGELA DE AZEVEDO DA SILVA	0,30	0,90	0,00	0,30	3,30	0,00	4,50			4,50	APROVADO(A)	66º	13/03/1983
298	MARIA ISABEL DE MORAES	0,90	0,90	0,90	1,65	0,00	0,00	4,35			4,35	APROVADO(A)	67º	30/08/1970
663	SIMONE FELICIO	0,60	0,90	0,00	0,20	2,20	0,55	4,25			4,25	APROVADO(A)	68º	26/08/1974
205	JANILZA PINTO DOS SANTOS	0,60	0,60	0,30	0,20	2,20	0,55	4,25			4,25	APROVADO(A)	69º	05/11/1984

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

19/01/1988



656	MARISTELA NASCIMENTO	0,30	0,90	0,30	0,90	0,30	2,20	0,55	4,25		4,25	APROVADO(A)	70º	01/05/1975
74	JUCÉLIA CRISTINA PEREIRA ELIAS	0,60	0,30	0,60	0,30	0,00	3,30	0,00	4,20		4,20	APROVADO(A)	71º	20/06/1980
523	ROSANE RAMOS DA ROSA	0,90	0,90	0,90	0,90	0,00	2,20	0,00	4,00		4,00	APROVADO(A)	72º	27/07/1978
439	EVANEA MARIA JACINTHO	0,30	1,20	0,30	1,20	0,30	2,20	0,00	4,00		4,00	APROVADO(A)	73º	04/04/1967
277	GISLAINE BONIFÁCIO DA SILVA	0,30	1,20	0,30	1,20	0,30	2,20	0,00	4,00		4,00	APROVADO(A)	74º	04/10/1983
297	FRANCISCO DE ASSIS ADÃO MENDES	0,60	0,90	0,30	0,90	0,30	1,10	1,10	4,00		4,00	APROVADO(A)	75º	24/08/1995
216	MARCIA CARDOSO	0,90	0,30	0,00	0,30	0,00	2,20	0,55	3,95		3,95	APROVADO(A)	76º	21/10/1974
35	MARCELA DE SOUZA KREUSCH	0,30	0,90	0,00	0,90	0,00	2,20	0,55	3,95		3,95	APROVADO(A)	77º	23/11/1981
320	GISÉLI FERNANDA CANTO	0,90	0,60	0,60	0,60	1,65	0,00	3,75			3,75	APROVADO(A)	78º	11/08/1982
489	LIDIENE DOS SANTOS MARQUES	0,90	0,60	0,00	0,60	0,00	2,20	0,00	3,70		3,70	APROVADO(A)	79º	29/03/1988
344	CLARICE DA APARECIDA DOS SANTOS	0,90	0,90	0,00	0,90	0,00	1,65	0,00	3,45		3,45	APROVADO(A)	80º	03/12/1969
254	RUTH GONÇALVES DE MENEZES	0,30	0,90	0,60	0,90	0,60	1,10	0,55	3,45		3,45	APROVADO(A)	81º	10/01/1972
89	DIRENE DE SOUSA	0,00	0,60	0,60	0,60	1,65	0,55	3,40			3,40	APROVADO(A)	82º	03/05/1961
472	NASEDIR COSTA	0,90	1,20	0,60	1,20	0,60	0,55	0,00	3,25		3,25	APROVADO(A)	83º	28/09/1986
461	MICHELI REGINA DA CUNHA	0,90	0,60	0,60	0,60	1,10	0,00	3,20			3,20	APROVADO(A)	84º	14/08/1992
354	CONCEIÇÃO DEONÍSIO	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	2,20	0,00	3,10		3,10	APROVADO(A)	85º	08/12/1956
193	GEOVANIA TERESINHA CECCATO DE ABREU	0,60	0,30	0,00	0,30	0,00	2,20	0,00	3,10		3,10	APROVADO(A)	86º	18/11/1972
170	INCLACIR DE FATIMA SCAIN	0,60	0,00	0,30	0,00	0,30	1,65	0,55	3,10		3,10	APROVADO(A)	87º	09/03/1968
387	IVANETE ALVES SERPA	0,30	0,30	0,30	0,30	0,30	1,65	0,55	3,10		3,10	APROVADO(A)	88º	19/09/1961
608	TEREZINHA DE FATIMA VENTURA	0,00	0,90	0,60	0,90	0,60	1,10	0,00	2,60		2,60	APROVADO(A)	89º	05/05/1969
642	ANA PAULA DOS SANTOS	0,60	0,30	0,30	0,30	0,55	0,55	2,30			2,30	APROVADO(A)	90º	28/11/1976
233	JORACI CORDEIRO LOPES	0,60	0,30	0,60	0,30	0,55	0,00	2,05			2,05	APROVADO(A)	91º	17/11/1963
272	JOSIANE DA SILVA	0,00	0,30	0,00	0,30	0,00	1,10	0,55	1,95		1,95	APROVADO(A)	92º	17/07/1986
235	VERA LUCIA VIANA CARMINATTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	10/11/1954
340	CLEUSA TERESINHA RIBEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	01/12/1971
293	ANA PAULA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	21/12/1985
197	DANIELA RABELO SPIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	24/07/1989



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

CONDUCTOR DE VEÍCULO PESADO												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
617	LEOCIR CARDOSO	0,90	1,50	1,20	3,30	0,55	7,45	10,00	8,73	APROVADO(A)	1º	20/01/1968
217	MAXIMILIANO DA SILVA OLIVEIRA COELHO	0,30	1,50	0,90	3,30	0,55	6,55	10,00	8,28	APROVADO(A)	2º	07/09/1988
369	PAULO CESAR BONAPAZ	1,20	1,20	0,00	2,75	1,10	6,25	10,00	8,13	APROVADO(A)	3º	15/08/1979
159	ANDERSON DA SILVA DUTRA	1,20	1,20	0,90	3,30	0,00	6,60	9,50	8,05	APROVADO(A)	4º	06/07/1994
126	CLEOMIR VEIGA DA SILVA	0,90	1,20	0,90	2,20	0,55	5,75	9,50	7,63	APROVADO(A)	5º	21/08/1974
149	MARILENE MEDINA PIRES	0,60	1,20	1,20	2,20	0,00	5,20	9,50	7,35	APROVADO(A)	6º	14/03/1990
247	JOSUEL DE JESUS GODOI	1,20	1,20	0,60	1,10	0,55	4,65	10,00	7,33	APROVADO(A)	7º	14/03/1990
160	SANDRO VIEIRA FRANCO	0,30	1,20	0,30	2,20	0,00	4,00	10,00	7,00	APROVADO(A)	8º	21/02/1989
374	ANTONIO ESTANISLAU VIEIRA	0,30	0,60	0,00	2,20	0,00	3,10	10,00	6,55	APROVADO(A)	9º	07/05/1949
229	AUDECI MAFEÇOLI	0,90	0,90	0,00	0,55	0,55	2,90	10,00	6,45	APROVADO(A)	10º	03/07/1958
657	GILMAR RUSCH	0,60	0,60	0,30	2,20	0,00	3,70	6,50	5,10	APROVADO(A)	11º	30/08/1971
421	THEO FERNANDO MAFRA BORIS	0,90	1,50	0,30	2,75	0,00	5,45	0,00	2,73	APROVADO(A)	12º	25/08/1993
306	AGENOR PEREIRA DOS SANTOS	0,30	0,30	0,30	1,10	0,55	2,55	0,00	1,28	APROVADO(A)	13º	24/10/1981
356	ROBSON LOPES FERREIRA MENDES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	02/10/1985
INSTRUTOR DE FANFARA												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
647	DUNISON GONCALVES	1,20	1,20	1,20	3,30	0,55	7,45		7,45	APROVADO(A)	1º	28/12/1990
499	JOSE PAULO STEIL	1,20	1,50	0,90	2,75	0,55	6,90		6,90	APROVADO(A)	2º	03/03/1976
501	ELIAS COELHO	0,60	1,50	0,30	2,75	1,10	6,25		6,25	APROVADO(A)	3º	07/03/1991
162	GIOVANNI CORREA	1,20	1,20	0,30	2,20	0,55	5,45		5,45	APROVADO(A)	4º	21/04/1984
115	TAYNARA ANGELI CASSANIGA	1,20	0,60	0,60	1,65	1,10	5,15		5,15	APROVADO(A)	5º	01/03/1995
577	RUBENS ISMAEL BRUNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	18/11/1986
MESTRE DE OBRAS												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
294	NEOMAR DOS SANTOS LUBAS	1,20	1,50	1,20	2,20	0,00	6,10		6,10	APROVADO(A)	1º	12/11/1985



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Inscrição	Candidato	MONITOR ESCOLAR										Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
		LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	5,75							
72	EMILIO DULZ JUNIOR	0,90	1,50	0,60	2,75	0,00	5,75					5,75	APROVADO(A)	2º	23/04/1988
682	MARLON GOMES DA ROSA	0,90	1,20	0,00	3,30	0,00	5,40					5,40	APROVADO(A)	3º	19/06/1987
78	NICEZIO ELIAS DUARTE	1,20	0,60	0,30	1,10	0,00	3,20					3,20	APROVADO(A)	4º	16/02/1963
549	ROBERTO SANTANA	0,90	0,30	0,00	1,65	0,00	2,85					2,85	APROVADO(A)	5º	27/07/1964
191	MARILANE S. MARQUETTI	1,50	1,50	0,90	3,85	0,55	8,30					8,30	APROVADO(A)	1º	12/01/1990
270	TALITA PAOLA BOOZ	1,50	1,20	0,60	3,85	1,10	8,25					8,25	APROVADO(A)	2º	03/07/1999
606	MONICA JOZIANA BRICK	1,50	1,50	0,60	3,30	0,55	7,45					7,45	APROVADO(A)	3º	17/07/1985
524	ROSANGELA MAFEZOLI FONTES	1,20	1,20	0,90	2,75	1,10	7,15					7,15	APROVADO(A)	4º	15/05/1974
7	MARIANA LAURINDO	1,50	0,90	0,30	3,30	1,10	7,10					7,10	APROVADO(A)	5º	19/10/1994
650	MARCILÉIA SILVA ALVES	1,20	0,90	0,00	3,85	1,10	7,05					7,05	APROVADO(A)	6º	24/10/1985
497	SANDRA MARA CLEMES CIPRIANI	0,90	0,90	0,60	2,75	1,65	6,80					6,80	APROVADO(A)	7º	23/10/1972
500	ROSY MERY CONSTANTINO	1,50	0,90	0,90	3,30	0,00	6,60					6,60	APROVADO(A)	8º	29/09/1967
121	CRISTIANE MAIKOT DOS SANTOS	1,50	1,20	0,60	2,75	0,55	6,60					6,60	APROVADO(A)	9º	12/04/1974
57	DAIANA DOS SANTOS	0,90	1,50	0,30	3,30	0,55	6,55					6,55	APROVADO(A)	10º	06/12/1988
610	RAQUELI RUSCH	1,50	1,20	0,00	2,75	1,10	6,55					6,55	APROVADO(A)	11º	29/11/1995
186	ANA CARLA SCHNEIDER	1,20	1,20	0,30	2,75	1,10	6,55					6,55	APROVADO(A)	12º	29/08/1997
614	ETIANI APARECIDA CIPRIANI	1,20	0,90	0,90	2,75	0,55	6,30					6,30	APROVADO(A)	13º	16/09/1987
384	BRENDA DE ASSUNÇÃO	1,50	0,60	0,30	3,30	0,55	6,25					6,25	APROVADO(A)	14º	06/05/1998
75	ROSY PASCHOAL DUARTE	1,20	1,20	0,00	3,30	0,55	6,25					6,25	APROVADO(A)	15º	24/12/1958
382	SORAYA KUNERT RODRIGUES	1,20	0,30	0,90	3,30	0,55	6,25					6,25	APROVADO(A)	16º	21/01/1979
248	SAMANTHA HILLESHEIN	1,20	0,90	0,30	2,75	1,10	6,25					6,25	APROVADO(A)	17º	14/01/1992
490	ROSANE LUCIA GOUVEIA	1,50	1,20	0,60	2,20	0,55	6,05					6,05	APROVADO(A)	18º	05/09/1984
613	TAIS SALVADOR VERISSIMO	1,50	0,90	0,90	2,20	0,55	6,05					6,05	APROVADO(A)	19º	07/12/1995
429	SUELEN VARGAS	1,50	0,90	0,90	2,20	0,55	6,05					6,05	APROVADO(A)	20º	26/05/1997
32	MARIA ROSELI MAFRA VENTURA	1,50	0,90	0,30	2,75	0,55	6,00					6,00	APROVADO(A)	21º	11/05/1976

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



1902/1988

402	CHIRLANA DE SOUZA	1,50	0,60	0,60	2,75	0,55	6,00			6,00	APROVADO(A)	22º	01/04/1985
391	PRISCILA VARGAS	1,50	0,60	0,60	2,75	0,55	6,00			6,00	APROVADO(A)	23º	06/09/1992
482	CLAUDIA SARTORI	1,20	0,90	0,60	2,20	1,10	6,00			6,00	APROVADO(A)	24º	24/08/1978
548	SAMANTHA TRINDADE SANTANA	1,20	0,90	0,00	3,30	0,55	5,95			5,95	APROVADO(A)	25º	30/10/1989
557	KAREN JULIANA GALLI	1,50	1,20	0,30	2,75	0,00	5,75			5,75	APROVADO(A)	26º	02/06/1988
252	LUCIANA MOTTER	1,20	1,50	0,30	2,75	0,00	5,75			5,75	APROVADO(A)	27º	06/01/2000
30	RAQUEL CHECATTE	1,20	0,90	0,90	2,20	0,55	5,75			5,75	APROVADO(A)	28º	03/08/1981
470	LETÍCIA COSTA	1,20	0,90	0,90	2,20	0,55	5,75			5,75	APROVADO(A)	29º	08/02/1988
579	DAIANA PERAO	1,20	0,90	0,30	2,75	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	30º	17/02/1987
69	GABRIELE ADAM PEREIRA GARCIA	1,20	0,90	0,30	2,75	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	31º	01/08/1988
590	MARIANA RODRIGUES FUCILINI	1,20	0,90	0,30	2,75	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	32º	27/06/1993
595	ANA ROSA VARGAS	0,60	1,20	0,60	2,75	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	33º	09/07/1984
618	JULIANA SALAMAIA PEDRINI	1,20	0,60	0,00	3,30	0,55	5,65			5,65	APROVADO(A)	34º	22/08/1986
457	ANA PAULA FIORATTI	0,90	0,90	0,00	3,30	0,55	5,65			5,65	APROVADO(A)	35º	31/07/1998
479	VALDIRENE PEIXER ALEXANDRE	1,20	0,30	0,30	2,75	1,10	5,65			5,65	APROVADO(A)	36º	31/08/1974
640	MARIA EDUARDA GARTNER PEREIRA	1,50	1,20	0,60	2,20	0,00	5,50			5,50	APROVADO(A)	37º	09/01/1996
624	ANA JULIA GAMBETA	1,50	1,20	0,60	2,20	0,00	5,50			5,50	APROVADO(A)	38º	05/06/1997
411	ELEN SALETE DA SILVA	1,50	1,20	0,00	2,75	0,00	5,45			5,45	APROVADO(A)	39º	16/09/1995
129	ALESSANDRA DE FÁTIMA GUEDES CARDOSO	1,20	0,90	0,60	2,75	0,00	5,45			5,45	APROVADO(A)	40º	26/01/1986
528	JULIANA PEIXER	1,20	1,20	0,30	2,75	0,00	5,45			5,45	APROVADO(A)	41º	14/02/1993
532	JESSICA JULIANA FLORENTINO SILVA	1,20	1,20	0,30	2,75	0,00	5,45			5,45	APROVADO(A)	42º	23/04/1994
420	NAIARA DE CARVALHO DE ARAÚJO WISINTAINER	1,20	1,20	0,30	2,75	0,00	5,45			5,45	APROVADO(A)	43º	08/09/1998
604	VIVIANA MAFESSOLLI	1,20	1,50	0,00	2,20	0,55	5,45			5,45	APROVADO(A)	44º	10/01/1985
27	ROSIMERI COSTA DE SOUZA	1,20	0,60	0,90	2,20	0,55	5,45			5,45	APROVADO(A)	45º	31/10/1986
666	TEREZINHA AVELINO DE LIMA	0,90	0,60	0,60	2,75	0,55	5,40			5,40	APROVADO(A)	46º	09/02/1988
4	IZABEL CRISTINA DA SILVA MATHIAS	0,90	1,20	0,00	2,75	0,55	5,40			5,40	APROVADO(A)	47º	28/06/1988
446	SAMARA MAFESSOLLI MACHAJEWSKI	0,90	1,20	0,00	2,75	0,55	5,40			5,40	APROVADO(A)	48º	18/04/1990

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



29	JAIARA BORGES COLARES	0,90	0,90	0,30	2,20	1,10	5,40		5,40	APROVADO(A)	49º	12/07/1989
569	LUANA VENTURA DOS SANTOS	1,20	1,20	0,00	2,75	0,00	5,15		5,15	APROVADO(A)	50º	08/10/1995
427	FERNANDA MACHADO DA SILVA	1,50	0,60	0,30	2,20	0,55	5,15		5,15	APROVADO(A)	51º	27/01/1979
592	RONALDA DE FÁTIMA DA SILVA	1,20	0,90	0,30	2,20	0,55	5,15		5,15	APROVADO(A)	52º	25/12/1990
498	TAISE DAROSI	1,50	0,60	0,30	1,65	1,10	5,15		5,15	APROVADO(A)	53º	08/04/1993
23	JULIANA AMORIM ESTEVÃO	1,20	0,60	0,00	2,75	0,55	5,10		5,10	APROVADO(A)	54º	12/01/1986
630	SONIA MARIGLOD	0,90	0,60	0,30	2,75	0,55	5,10		5,10	APROVADO(A)	55º	23/07/1990
389	ADRIANA DE FÁTIMA MAVSZAK	0,60	0,90	0,30	2,75	0,55	5,10		5,10	APROVADO(A)	56º	10/03/1977
295	MADHAWA YOHANNA DAROSCI ALEXANDRE BERALDO	1,50	0,90	0,30	2,20	0,00	4,90		4,90	APROVADO(A)	57º	01/12/1992
637	MARLUCI MAGALI DE MENEZES	1,20	1,20	0,30	2,20	0,00	4,90		4,90	APROVADO(A)	58º	09/01/1989
533	DAIANA STOLFI	1,20	0,90	0,60	2,20	0,00	4,90		4,90	APROVADO(A)	59º	16/04/1995
417	ANDERLEIA HAHN LECZYNSKI GONÇALVES	1,50	0,60	0,60	1,65	0,55	4,90		4,90	APROVADO(A)	60º	10/12/1989
255	FÁTIMA VARGAS DE FREITAS	1,20	0,90	0,00	2,20	0,55	4,85		4,85	APROVADO(A)	61º	03/03/1980
308	AMABILI DO NASCIMENTO	1,20	0,60	0,30	2,20	0,55	4,85		4,85	APROVADO(A)	62º	27/07/1992
576	MAIARA REIS DAROSI	0,90	0,60	0,00	2,75	0,55	4,80		4,80	APROVADO(A)	63º	21/11/1993
444	RENATA CAMILA DOS SANTOS	1,50	0,90	0,60	1,65	0,00	4,65		4,65	APROVADO(A)	64º	21/10/1996
135	ELAINE CRISTINA ORSI IGNACIO	1,20	0,90	0,30	2,20	0,00	4,60		4,60	APROVADO(A)	65º	26/08/1978
141	SCHEILA BEISE	0,90	0,60	0,90	2,20	0,00	4,60		4,60	APROVADO(A)	66º	12/05/1984
61	LIDIANE DE SOUSA KOERCHS	0,90	0,90	0,60	2,20	0,00	4,60		4,60	APROVADO(A)	67º	09/05/1986
681	NAIARA QUADROS DE OLIVEIRA	1,20	0,60	0,00	2,75	0,00	4,55		4,55	APROVADO(A)	68º	23/08/1988
514	RAFAELA KARISE RIBEIRO	0,90	0,90	0,00	2,75	0,00	4,55		4,55	APROVADO(A)	69º	07/09/1989
560	JULIA CAROLINI ANGELI	0,90	0,90	0,00	2,75	0,00	4,55		4,55	APROVADO(A)	70º	06/09/1998
154	CARLA FUMAGALLI	1,50	0,60	0,00	2,20	0,00	4,30		4,30	APROVADO(A)	71º	06/04/1982
658	MAIARA APARECIDA DA SILVA MONTEIRO	0,90	0,30	0,90	1,65	0,55	4,30		4,30	APROVADO(A)	72º	01/02/1998
677	SIMONI RODRIGUES DE MENEZES	0,90	0,60	0,00	2,75	0,00	4,25		4,25	APROVADO(A)	73º	31/07/1985
434	FABÍOLA GONÇALVES	0,90	0,30	0,30	2,75	0,00	4,25		4,25	APROVADO(A)	74º	09/02/1995



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

62	DEBORA DE SOUZA GALL	1,20	0,30	0,60	0,30	0,00	2,20	0,55	4,25		4,25	APROVADO(A)	75º	14/06/1992
558	CARLA SESTREM	0,30	0,30	0,60	0,60	2,20	0,55	4,25			4,25	APROVADO(A)	76º	25/11/1992
467	DALVAINE DE FATIMA MORLIN	1,50	0,90	0,90	0,00	1,65	0,00	4,05			4,05	APROVADO(A)	77º	22/01/1965
440	ELIZANDRA C DE A MATINS	0,90	1,20	0,60	0,30	1,65	0,00	4,05			4,05	APROVADO(A)	78º	22/07/1997
17	IANKA DE PAULA SOUSA	1,20	0,60	0,90	0,30	2,20	0,00	4,00			4,00	APROVADO(A)	79º	01/12/1996
449	IANCA CRISTINA OURIQUES	0,60	0,90	0,30	0,30	2,20	0,00	4,00			4,00	APROVADO(A)	80º	28/02/1996
347	SIMONE CIRLEI DUARTE	0,60	0,30	0,30	0,30	2,75	0,00	3,95			3,95	REPROVADO(A)	--	01/01/2000
351	LEILA LEAL	0,90	0,30	0,30	0,00	2,20	0,55	3,95			3,95	REPROVADO(A)	--	23/12/1990
286	ALZERINA APARECIDA COSTA BRICK	1,20	0,60	0,30	0,30	1,65	0,00	3,75			3,75	REPROVADO(A)	--	30/05/1975
323	PAMELAS MENITEI SILVA	1,20	0,60	0,30	0,30	1,65	0,00	3,75			3,75	REPROVADO(A)	--	13/06/1984
555	MARCIA DE JESUS PECHEIOSVSKI	0,60	0,60	0,60	0,90	1,65	0,00	3,75			3,75	REPROVADO(A)	--	11/07/1978
508	ALIZ DAIANA MATOS DE QUADROS	1,20	0,30	0,60	0,00	2,20	0,00	3,70			3,70	REPROVADO(A)	--	31/12/1981
42	JAQUELINE MAIARA OURIQUES	0,30	0,60	0,60	0,60	2,20	0,00	3,70			3,70	REPROVADO(A)	--	24/11/1995
571	VERA DE JESUS PECHEIOSVSKI	0,90	0,60	0,60	0,00	1,65	0,55	3,70			3,70	REPROVADO(A)	--	30/08/1971
176	EVALDO JOSÉ LOURENÇO	1,20	0,90	0,90	0,30	1,10	0,00	3,50			3,50	REPROVADO(A)	--	03/12/1982
652	CLECI ROSA RIBEIRO	1,20	0,60	0,60	0,00	1,65	0,00	3,45			3,45	REPROVADO(A)	--	14/03/1970
602	JOICE VILLANOVA	1,20	0,60	0,60	0,00	1,65	0,00	3,45			3,45	REPROVADO(A)	--	17/04/1982
80	FRANCISDALVA JOAQUIM DA SILVA SCHMITT	0,60	0,90	0,90	0,30	1,65	0,00	3,45			3,45	REPROVADO(A)	--	02/05/1984
651	MONICA GAMBETA	0,60	0,30	0,30	0,30	2,20	0,00	3,40			3,40	REPROVADO(A)	--	09/02/1986
615	SHAIANE DA SILVA PEIXER	0,30	0,30	0,30	0,60	2,20	0,00	3,40			3,40	REPROVADO(A)	--	04/04/1990
424	KÁTIA ROSANE VARELA DA SILVA	0,30	0,90	0,90	0,30	1,65	0,00	3,15			3,15	REPROVADO(A)	--	27/02/1980
578	JOISSI PEIXER SOARES	0,90	0,00	0,00	0,00	2,20	0,00	3,10			3,10	REPROVADO(A)	--	10/08/1985
113	FATIMA MARGARETE ORSI HAACKE	0,30	0,90	0,90	0,30	1,10	0,00	2,60			2,60	REPROVADO(A)	--	16/02/1963
662	VANESSA FERNANDA DA SILVA	0,90	0,00	0,00	0,00	1,65	0,00	2,55			2,55	REPROVADO(A)	--	20/07/1995
487	MIRIA PIVA	0,60	0,30	0,30	0,00	1,65	0,00	2,55			2,55	REPROVADO(A)	--	12/01/1972
538	GRAZIANI INACIO	0,60	0,30	0,30	0,00	1,65	0,00	2,55			2,55	REPROVADO(A)	--	16/10/1989
430	MALANY CUÇO FAGUNDES	0,60	0,30	0,30	0,00	1,65	0,00	2,55			2,55	REPROVADO(A)	--	20/12/1990



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
PROFESSOR CRECHE (0 A 4 ANOS) - HABILITADO													
550	MATEUS JOSÉ CONRADI	0,00	0,30	0,00	1,65	0,55	2,50			2,50	REPROVADO(A)	--	01/04/1998
527	FERNANDA SERPA	0,60	0,30	0,30	0,55	0,55	2,30			2,30	REPROVADO(A)	--	17/04/2014
609	MARIA IVETE DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	25/03/1964
228	CARINA ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	28/04/1981
553	MARILIA DAS NEVES MELO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	30/12/1981
419	SABRINA SCHEFFER DE OLIVEIRA ANTONI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	16/09/1983
185	DANIELA CRISTINA EIDT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	09/11/1983
1	SHEILA SHIRLEI MOREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	01/08/1986
678	FERNANDA GRIMM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	28/05/1990
313	ROSILEIDE FERREIRA DE ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	08/07/1990
288	DRIELY VALERIA DE AGUIAR GONÇALVES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	12/07/1992
644	RAQUEL DO NASCIMENTO GOMES LOLATTO	1,20	1,50	0,60	3,30	0,55	7,15	0,50	5,00	6,06	APROVADO(A)	1º	20/10/1986
544	MÁRCIA GEOVANA BURIG	0,90	1,50	0,90	3,30	0,55	7,15	0,40	5,00	6,05	APROVADO(A)	2º	08/02/1983
512	CLAUDIA PEIXER DE OLIVEIRA	1,50	0,90	0,30	3,30	1,10	7,10	0,30	5,00	6,00	APROVADO(A)	3º	28/02/1976
455	RAQUEL BORATTI	0,90	1,20	0,90	3,30	0,55	6,85	0,30	5,00	5,83	APROVADO(A)	4º	22/01/1974
619	ELZA MARTINS	0,90	1,20	0,60	3,30	0,55	6,55	1,20	5,00	5,71	APROVADO(A)	5º	27/09/1974
422	JERUZA MAFESSOLLI DE SOUZA	1,50	0,90	0,90	2,75	0,55	6,60	0,20	5,00	5,64	APROVADO(A)	6º	27/04/1982
355	JANICE COELHO SOARES	1,20	0,90	0,60	2,75	1,10	6,55	0,40	5,00	5,63	APROVADO(A)	7º	13/08/1982
588	REGIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA	1,50	0,60	0,60	3,30	0,55	6,55	0,30	5,00	5,62	APROVADO(A)	8º	02/08/1989
623	ARIANE MACEDO CAMPOS	1,20	0,60	0,30	3,30	1,10	6,50	0,40	5,00	5,59	APROVADO(A)	9º	29/07/1993
505	ARCILEIDE DOS SANTOS ZUNINO	1,20	0,90	0,30	2,75	1,10	6,25	0,40	5,00	5,42	APROVADO(A)	10º	20/02/1980
529	MARA RÚBIA AMORIM MOTTA	1,20	0,60	0,60	2,75	1,10	6,25	0,40	5,00	5,42	APROVADO(A)	11º	06/10/1981
9	LEONETE BORATI REGIS	0,90	1,20	0,30	2,75	1,10	6,25	0,40	5,00	5,42	APROVADO(A)	12º	01/07/1972
534	CARINE ZUNINO FONTES FACCHINI	1,50	1,20	0,30	3,30	0,00	6,30	0,00	5,00	5,41	APROVADO(A)	13º	05/08/1986
661	MORGANA APARECIDA MARQUES	0,90	0,90	0,60	2,75	1,10	6,25	0,00	5,00	5,38	APROVADO(A)	14º	15/06/1982

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

19/01/1988



137	ENEIAS DE SOUZA	0,90	1,20	0,60	2,75	1,10	6,55	0,50	3,45	5,33	APROVADO(A)	15º	15/06/1960
443	SANDRA ANDREA FRAGA FAGUNDES	0,90	1,20	0,60	3,30	0,00	6,00	0,60	5,00	5,26	APROVADO(A)	16º	17/06/1977
404	EIDE DAIANA TRAINOTTI	1,20	0,90	0,60	2,75	0,55	6,00	0,20	5,00	5,22	APROVADO(A)	17º	14/08/1971
394	JULIANA DA SILVA	1,20	0,60	0,30	3,30	0,55	5,95	0,40	5,00	5,21	APROVADO(A)	18º	16/07/1983
52	HELENITA PACHECO TEIXEIRA	0,90	0,90	0,30	2,75	1,10	5,95	0,40	5,00	5,21	APROVADO(A)	19º	26/06/1969
664	ÉDNA PEREIRA	1,50	0,60	0,30	2,75	1,10	6,25	0,70	3,44	5,13	APROVADO(A)	20º	03/05/1985
629	BRUNA CORDEIRO	1,50	1,20	0,60	3,30	0,00	6,60	0,20	2,00	5,04	APROVADO(A)	21º	07/04/1992
518	JULIANA SGROTT VEBER	0,90	1,20	0,30	2,75	0,55	5,70	0,50	5,00	5,04	APROVADO(A)	22º	09/06/1984
412	VALERIA DA SILVA LEO	1,50	0,90	0,30	2,75	1,10	6,55	0,20	2,00	5,01	APROVADO(A)	23º	17/01/1990
559	VÂNIA DE OLIVEIRA	0,90	0,90	0,60	2,75	0,55	5,70	0,10	5,00	5,00	APROVADO(A)	24º	07/05/1987
485	RUTE MARIA DOS SANTOS GONZAGA	1,50	0,90	0,30	2,20	0,55	5,45	0,40	5,00	4,86	APROVADO(A)	25º	02/11/1974
180	MÁRCIA FERREIRA	1,50	1,20	0,60	2,20	0,00	5,50	0,00	5,00	4,85	APROVADO(A)	26º	06/02/1991
668	VANESSA STEIL	1,20	1,20	0,60	2,75	0,55	6,30	0,10	2,00	4,82	APROVADO(A)	27º	29/05/1988
210	HELY LAUS CARSTENS	1,20	1,20	0,30	2,75	0,00	5,45	0,70	4,51	4,79	APROVADO(A)	28º	19/03/1960
245	SILVIA LUIZA VALLE	1,50	1,50	0,00	2,75	0,00	5,75	0,00	3,80	4,79	APROVADO(A)	29º	22/09/1966
622	MIRANDA ERICA NASCIMENTO BARDIN	0,90	0,90	0,00	3,30	0,00	5,10	0,50	5,00	4,62	APROVADO(A)	30º	09/01/1975
597	AMANDA MARIAN ABELINO	1,50	1,20	0,00	2,75	0,55	6,00	0,20	2,00	4,62	APROVADO(A)	31º	26/08/1991
543	PATRICIA PASCHOAL BURIG	0,60	0,90	0,30	2,20	1,10	5,10	0,30	5,00	4,60	APROVADO(A)	32º	17/09/1973
502	JUCELIANE DA SILVA	0,90	0,90	0,90	2,20	0,00	4,90	0,70	5,00	4,50	APROVADO(A)	33º	10/02/1984
285	SAMANTA CRISTINA GALISA	1,20	0,90	0,60	2,20	0,00	4,90	0,50	5,00	4,48	APROVADO(A)	34º	22/08/1993
480	SUSANA VARGAS GERBER	1,20	1,20	0,30	2,20	0,00	4,90	0,40	5,00	4,47	APROVADO(A)	35º	21/10/1975
63	ANDRIELE FERREIRA ROESLER	1,20	0,90	0,60	1,65	0,55	4,90	0,30	5,00	4,46	APROVADO(A)	36º	01/02/1991
547	ROSIMAR TRINDADE SANTANA	0,90	0,90	0,30	2,75	0,00	4,85	0,60	5,00	4,46	APROVADO(A)	37º	11/12/1966
589	ROSIMERI TAMANINI PEREIRA	0,90	0,90	0,30	1,65	1,10	4,85	0,50	5,00	4,45	APROVADO(A)	38º	07/05/1969
535	MARIELY ARAGÃO MENDES	0,90	0,90	0,60	2,75	0,55	5,70	0,50	2,00	4,44	APROVADO(A)	39º	27/07/1985
64	CARINA MARTINS MAFESSOLLI	0,90	0,90	0,60	2,75	0,55	5,70	0,40	2,00	4,43	APROVADO(A)	40º	02/07/1988
593	EVANILDA COSTA	1,50	0,90	0,60	2,20	0,55	5,75	0,00	2,00	4,43	APROVADO(A)	41º	05/12/1975



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

575	JULIANA DE SOUZA HOFF	0,90	0,60	0,60	0,60	2,20	0,55	4,85	0,20	5,00	4,42	APROVADO(A)	42º	16/06/1982
632	ROSELENA ELEUTERIO TRAINOTTI	0,60	1,20	0,60	0,60	2,75	0,55	5,70	0,00	2,00	4,39	APROVADO(A)	43º	03/09/1975
155	ANA PAULA MOTTA	1,20	0,60	0,60	0,60	2,20	0,55	5,15	0,70	3,48	4,37	APROVADO(A)	44º	11/06/1988
565	PATRICIA FAGUNDES	0,90	0,60	0,30	0,30	2,20	0,55	4,55	0,20	5,00	4,21	APROVADO(A)	45º	04/01/1990
584	CLAUDIA CRISTINA CIPRIANI TAMANINI	0,90	0,90	0,30	0,30	2,20	0,55	4,85	1,50	3,00	4,15	APROVADO(A)	46º	25/09/1975
153	PATRICIA APARECIDA SCHNEIDER CORRÊA	0,90	0,60	0,60	0,60	2,20	0,00	4,30	0,70	5,00	4,08	APROVADO(A)	47º	09/02/1984
312	MARLI GERMANO DE SOUZA	0,90	0,60	0,60	0,60	1,65	0,55	4,30	0,40	5,00	4,05	APROVADO(A)	48º	10/08/1955
546	BRUNA MARTINI	1,20	0,90	0,30	0,30	1,65	1,10	5,15	0,00	2,00	4,01	APROVADO(A)	49º	10/10/1987
561	ANDREZA VALERIA MATHIAS VARGAS	1,20	0,60	0,00	1,65	0,55	4,00	4,00	1,20	5,00	3,92	APROVADO(A)	50º	31/07/1976
450	SUZAN ELLEN DE SOUZA	1,20	0,90	0,00	2,75	0,00	4,85	4,85	0,00	1,20	3,64	APROVADO(A)	51º	27/11/1993
249	REALINA LIBARDO FANTINI	0,90	1,20	0,00	2,20	0,55	4,85	4,85	2,10	0,12	3,63	APROVADO(A)	52º	23/11/1958
114	ANDERLEIA DA SILVA HASS	0,90	0,90	0,30	2,75	0,00	4,85	4,85	0,00	0,70	3,54	APROVADO(A)	53º	17/10/1989
536	ALINY S MENDES GONCALVES	0,90	0,60	0,60	2,20	0,00	4,30	4,85	0,00	2,00	3,44	APROVADO(A)	54º	20/03/1978
152	TATIANA DOS SANTOS PEREIRA	1,20	0,90	0,00	2,75	0,00	4,85	4,85	0,00	0,00	3,40	APROVADO(A)	55º	02/09/1984
309	INDIAMARA ALEXANDRE	1,20	0,30	0,00	3,30	0,00	4,80	4,80	0,00	0,00	3,36	APROVADO(A)	56º	06/05/1994
526	ADRIÉLIA MARTIM	1,20	0,90	0,30	1,10	0,00	3,50	3,50	0,00	0,00	2,45	REPROVADO(A)	--	23/06/1988
448	ROZILDA COSTA	0,90	0,60	0,30	1,65	0,00	3,45	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	24/04/1972
634	DENISE TERESINHA DOS SANTOS FIRMO	0,60	0,60	0,60	1,65	0,00	3,45	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	24/01/1965
324	ADRIANA RODRIGUES MICHELON DE SOUZA	1,20	0,60	0,00	1,10	0,55	3,45	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	16/07/1987
621	LUCILEIA ROCHA RIBEIRO	0,60	0,30	0,30	2,20	0,00	3,40	3,40	0,00	0,00	2,38	REPROVADO(A)	--	26/09/1981
357	ADRIANI DOS SANTOS CRISPIM	0,90	0,30	0,30	1,10	0,55	3,15	3,15	0,00	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--	26/07/1978
670	ANACLETA DE SOUZA	0,30	0,30	0,60	1,10	0,00	2,30	2,30	0,00	0,00	1,61	REPROVADO(A)	--	28/05/1970
456	ROSANE LAETE MELO PICCOLI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	29/05/1968
PROFESSOR CRECHE (0 A 4 ANOS) - NÃO HABILITADO														
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.	
266	LILIAN NAIRA MACHADO MOTTER	1,20	1,20	0,90	2,75	1,10	7,15	0,00	6,00	6,21	APROVADO(A)	1º	01/01/2000	
669	FABIANA DA SILVA	1,20	0,60	0,30	3,30	0,00	5,40	0,20	9,00	5,60	APROVADO(A)	2º	22/11/1982	



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

346	ANDRÉIA KNISS	1,50	0,90	0,30	2,20	0,55	5,45	0,00	1,88	4,19	APROVADO(A)	3º	24/08/1997
639	EDI CARIN MATUXAKI PAES	0,60	1,20	0,60	1,10	0,55	4,05	0,00	0,00	2,84	APROVADO(A)	4º	29/08/2000
157	ANA CAROLINI FORMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/02/1997
100	RAYLANA SABINO GODINHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/03/1999
PROFESSOR DE ARTE 1º/9º - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
605	JORGE OCTAVIO BATISTA	1,50	1,50	0,60	2,75	1,10	7,45	0,00	0,00	5,22	APROVADO(A)	1º	02/03/1993
41	DIANDRA MAQUIANI MARQUES BENEVENUTTI	1,20	0,60	0,30	2,20	0,00	4,30	0,40	5,00	4,05	APROVADO(A)	2º	10/07/1990
672	CRISTIANE SILVA	0,60	0,90	0,60	2,20	1,10	5,40	0,70	0,12	3,87	APROVADO(A)	3º	27/08/1983
PROFESSOR DE ARTE 1º/9º - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
200	MARTA ELAINE DE SOUZA	1,20	0,60	0,30	2,75	0,55	5,40	0,00	9,00	5,58	APROVADO(A)	1º	23/09/1992
465	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	1,20	0,90	0,90	2,20	1,10	6,30	0,80	2,00	4,89	APROVADO(A)	2º	09/06/1974
583	RENÉ GOUVEIA PINTO	1,50	0,90	0,30	1,65	0,00	4,35	0,20	9,00	4,87	APROVADO(A)	3º	01/10/1992
PROFESSOR DE ARTE/MÚSICA (FUNJUIVE) - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
280	CARLOS VINÍCIUS DE MELO DUARTE	1,50	1,50	0,00	2,20	0,55	5,75	0,30	7,00	5,46	APROVADO(A)	1º	29/03/1994
PROFESSOR DE DANÇA (FUNJUIVE) - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
376	ANDRESSA SOARES PADILHA	0,60	0,60	0,30	1,65	0,55	3,70	0,00	0,00	2,59	REPROVADO(A)	--	10/07/1984
199	KARLA SIMONE COSTA PEIXOTO	1,20	0,30	0,30	1,10	0,00	2,90	0,00	0,00	2,03	REPROVADO(A)	--	31/05/1969
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CONTAÇÃO HISTÓRIA) - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
616	IEDA MARIA VARGAS MARCELINO ANDREGTONI	1,50	0,90	0,30	3,85	1,10	7,65	0,30	5,00	6,39	APROVADO(A)	1º	08/01/1977
442	CARLA DIAS	1,20	1,50	0,30	2,75	1,10	6,85	0,60	5,00	5,86	APROVADO(A)	2º	21/04/1990
481	PATRÍCIA MAGALI ALVES	1,50	0,60	0,00	2,20	1,10	5,40	0,60	0,00	3,84	APROVADO(A)	3º	10/04/1977
343	JANDERLENE LAURINDO	0,90	0,60	0,30	1,65	0,00	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	30/07/1985



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

www.diariomunicipal.sc.gov.br



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

284	FRANCIELE ALVES DE MORAES	0,90	1,20	0,60	1,65	0,55	4,90	0,00	2,00	3,83	APROVADO(A)	22º	30/05/1993
581	ALINE ALMEIDA	1,20	1,20	0,30	1,65	0,55	4,90	0,00	0,00	3,43	APROVADO(A)	23º	02/02/1990
158	ESTHER DO COUTO AZEREDO GONÇALVES	1,20	0,60	0,60	1,65	0,00	4,05	0,00	0,68	2,97	APROVADO(A)	24º	20/07/1993
591	NAIARA DE OLIVEIRA BEIJARANA	1,20	0,90	0,30	1,65	0,00	4,05	0,00	0,00	2,84	APROVADO(A)	25º	16/07/1985
333	KARLA DAYANE PETRY	0,60	0,30	0,30	1,10	1,10	3,40	0,00	0,00	2,38	REPROVADO(A)	--	19/07/1994
521	FABRINA TEIXEIRA	0,90	0,60	0,30	1,10	0,00	2,90	0,00	0,00	2,03	REPROVADO(A)	--	11/07/1984
471	JOSIANE BOOZ ZUNINO	0,90	0,30	0,30	0,55	0,55	2,60	0,00	0,00	1,82	REPROVADO(A)	--	15/07/1978
580	RENATA GABRIELI COSTA	0,90	0,60	0,30	0,55	0,00	2,35	0,00	0,00	1,65	REPROVADO(A)	--	12/11/1992
169	WALQUENIA FONTINELE ALVES	0,60	0,00	0,30	0,55	0,00	1,45	0,00	0,00	1,02	REPROVADO(A)	--	20/05/1980
256	LAISE CONSTANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	13/02/1989
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
406	CATIELE CARINE TENTE LUMERTZ	1,50	0,90	0,30	1,65	0,00	4,35	0,10	10,00	5,06	APROVADO(A)	1º	11/04/1992
587	ALINE ESPINDOLA MACKENZIE	1,50	1,20	0,60	2,75	1,10	7,15	0,00	0,00	5,01	APROVADO(A)	2º	24/07/1980
393	ANA CAROLINA COSTA HOFFMANN	0,90	0,60	0,30	1,65	0,55	4,00	0,10	7,24	4,26	APROVADO(A)	3º	27/05/1994
175	ALINE CRISTINA COSTA	1,20	0,90	0,60	1,65	0,55	4,90	0,00	2,00	3,83	APROVADO(A)	4º	23/05/1989
146	EMILLY GREICE CIM	1,20	0,90	0,60	1,10	0,00	3,80	0,00	0,00	2,66	REPROVADO(A)	--	01/11/1987
220	TAMYRES FLORES DE SOUZA	0,90	0,60	0,00	1,65	0,00	3,15	0,00	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--	28/11/1995
671	JUCILDA APARECIDA SARDO PASCHOAL SEGALA	0,60	1,20	0,00	1,10	0,00	2,90	0,00	0,00	2,03	REPROVADO(A)	--	17/10/1977
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/5º ANO - GERAL PEDAGOGO - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
77	ANGELA MARIA DUARTE E DUARTE	1,20	1,20	0,60	3,30	1,10	7,40	0,80	5,00	6,26	APROVADO(A)	1º	13/10/1970
437	JAQUELINE DIAS	1,50	1,50	0,60	2,75	0,55	6,90	0,10	5,00	5,84	APROVADO(A)	2º	15/10/1993
635	MARIANE FRAGA MARIAN	1,20	1,50	0,60	2,75	0,55	6,60	0,50	5,00	5,67	APROVADO(A)	3º	03/03/1989
473	GEISLE MARCIANA DE PAULA	1,50	0,90	0,60	2,75	0,55	6,30	0,70	5,00	5,48	APROVADO(A)	4º	01/04/1980
441	SIMONE CHINELATO AFONSO	1,50	0,90	0,60	2,75	0,55	6,30	0,50	5,00	5,46	APROVADO(A)	5º	14/10/1978
414	CARLA DA CUNHA	1,50	1,20	0,60	2,75	0,00	6,05	0,70	5,00	5,31	APROVADO(A)	6º	23/10/1981

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



19/01/1988

488	ANA MARIA PEIXER	1,50	0,90	0,60	1,65	1,10	5,75	0,60	5,00	5,09	APROVADO(A)	7º	27/06/1982
594	JANE DE ANHAIA FIORI	1,20	0,60	0,60	2,20	1,10	5,70	0,00	5,00	4,99	APROVADO(A)	8º	03/01/1977
332	VANESSA VARGAS	1,20	1,20	0,30	2,20	0,55	5,45	0,30	5,00	4,85	APROVADO(A)	9º	19/09/1989
241	LUCIANE FACCHINI PERÃO	1,20	1,20	0,60	1,65	0,55	5,20	1,40	5,00	4,78	APROVADO(A)	10º	11/09/1965
45	JOICE MARIA DE SOUZA	1,50	1,20	0,30	1,65	0,55	5,20	0,80	5,00	4,72	APROVADO(A)	11º	07/11/1986
361	GILJANE KAMERS	1,20	0,90	0,30	1,65	1,10	5,15	0,90	5,00	4,70	APROVADO(A)	12º	09/06/1980
398	DAISY APARECIDA DA SILVA	1,20	0,60	0,60	1,65	1,10	5,15	0,70	5,00	4,68	APROVADO(A)	13º	04/08/1974
223	CLAUDIA REGINA TIRLONI GOEDERT	1,20	1,20	0,60	1,65	0,55	5,20	0,80	4,39	4,60	APROVADO(A)	14º	02/01/1969
264	MICHELI SARDO	1,20	0,90	0,30	2,20	0,55	5,15	1,70	3,56	4,49	APROVADO(A)	15º	01/01/1980
96	CRISLAINE BOOZ	1,20	1,20	0,30	2,20	0,00	4,90	0,40	5,00	4,47	APROVADO(A)	16º	21/06/1993
303	IRACILDE MAFESSOLLI BOOZ	1,20	0,90	0,60	1,65	0,55	4,90	0,40	5,00	4,47	APROVADO(A)	17º	01/01/1962
399	QUEIDE CARINA TRIDAPALLI LOPES	0,90	1,20	0,00	2,20	0,55	4,85	0,50	5,00	4,45	APROVADO(A)	18º	16/09/1982
36	SANDRA BARBOSA DA SILVA	1,50	0,90	0,00	2,75	0,55	5,70	0,50	2,00	4,44	APROVADO(A)	19º	09/06/1978
140	ARINEIA SOARES GRIMM	0,90	1,20	0,00	2,20	0,55	4,85	0,40	5,00	4,44	APROVADO(A)	20º	17/09/1969
10	RAQUEL SILVEIRA	1,50	0,90	0,00	1,65	0,55	4,60	0,70	5,00	4,29	APROVADO(A)	21º	02/05/1987
305	MARA REGINA DE OLIVEIRA LOPES	1,20	0,90	0,60	1,65	1,10	5,45	0,20	2,00	4,24	APROVADO(A)	22º	04/06/1971
477	MARISETE PIVA	1,20	1,20	0,30	1,65	1,10	5,45	0,00	2,00	4,22	APROVADO(A)	23º	28/11/1964
625	GENI BECKER	1,50	0,30	0,90	2,20	0,55	5,45	0,20	1,50	4,14	APROVADO(A)	24º	23/02/1990
190	LIANE AP. SANTANA MONTIBELLER	1,50	1,20	0,90	0,55	0,55	4,70	1,10	3,00	4,00	APROVADO(A)	25º	07/11/1979
26	ANA CLAUDIA MAZERA	1,20	0,60	0,00	2,20	0,00	4,00	0,90	5,00	3,89	APROVADO(A)	26º	29/12/1975
120	ALLEN DE SOUZA MOLMELSTET	1,50	1,50	0,30	1,65	0,00	4,95	0,20	2,00	3,89	APROVADO(A)	27º	19/08/1985
237	RAQUEL RODRIGUES FELISBINO REINERT DOS SANTOS	0,90	0,90	0,00	1,65	0,55	4,00	0,30	5,00	3,83	APROVADO(A)	28º	23/07/1989
99	JULIANA ANDRADE DE ARAUJO ORLANDI	0,90	1,20	0,30	1,65	0,55	4,60	0,80	1,80	3,66	APROVADO(A)	29º	17/03/1986
132	MAYARA FERNANDES HOFFMANN	1,50	0,90	0,00	2,20	0,00	4,60	0,20	2,00	3,64	APROVADO(A)	30º	31/03/1988
397	CLAIR COELHO DE QUADROS	1,20	1,20	0,00	1,65	0,55	4,60	0,10	2,00	3,63	APROVADO(A)	31º	12/07/1979
281	FERNANDA ADRIANA CANTO	1,50	0,60	0,60	1,65	0,55	4,90	0,00	0,40	3,51	APROVADO(A)	32º	26/05/1995

CITYNA - CARIARENSE DO CALÇADO



19/01/1988

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
516	KELLY BÁRBARA DA SILVA	1,50	0,90	0,30	1,65	0,55	4,90	0,70	0,04	3,51	APROVADO(A)	33º	04/04/1988
636	ELIZANGELA MARA ROZA DO NASCIMENTO	0,90	0,90	0,30	2,20	0,00	4,30	0,20	2,00	3,43	APROVADO(A)	34º	17/02/1983
515	CLÁUDIA FRAGA FAGUNDES	1,20	0,60	0,00	1,65	0,55	4,00	0,00	2,00	3,20	APROVADO(A)	35º	07/05/1981
507	VALDIRENE SIMAS TIMM	1,20	1,20	0,30	1,10	0,00	3,80	0,00	0,00	2,66	REPROVADO(A)	--	03/12/1984
415	TANIA REGINA HERMANN DOS SANTOS	0,90	1,20	0,30	1,10	0,00	3,50	0,00	0,00	2,45	REPROVADO(A)	--	16/03/1964
628	ELER FRANZOI	0,60	0,90	0,60	1,10	0,00	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	30/04/1961
493	BRUNA FISCHER DE SIQUEIRA DA SILVA	0,60	0,90	0,30	0,55	0,55	2,90	0,00	0,00	2,03	REPROVADO(A)	--	05/08/1991
5	ELIANE CONHAQUI	0,90	0,30	0,30	0,55	0,55	2,60	0,00	0,00	1,82	REPROVADO(A)	--	10/10/1979
460	SÍLVIA REGINA VALVERDEPASCHOAL	1,20	0,60	0,00	0,55	0,00	2,35	0,00	0,00	1,65	REPROVADO(A)	--	27/11/1972
426	RAFAELA ROSA OZOTE	0,00	0,30	0,90	1,10	0,00	2,30	0,00	0,00	1,61	REPROVADO(A)	--	10/01/1987
506	MARAÍSA BÁRBARA FAGUNDES LEAL	0,60	0,30	0,30	0,55	0,00	1,75	0,00	0,00	1,23	REPROVADO(A)	--	11/05/1986
213	LUCINEIDE FILGUEIRA	0,00	0,00	0,00	1,65	0,00	1,65	0,00	0,00	1,16	REPROVADO(A)	--	15/12/1968
192	ROSANA HIPOLITO	0,00	0,30	0,00	1,10	0,00	1,40	0,00	0,00	0,98	REPROVADO(A)	--	01/08/1970
242	ELANE CRISTINA DE ASSIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/10/1979
127	JANETE REZER DO AMARAL BENEVENUTTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/09/1981
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/5º ANO - GERAL PEDAGOGO - NÃO HABILITADO													
598	DAIANA MAÇANEIRO	1,50	1,20	1,20	2,20	0,55	6,65	0,40	10,00	6,70	APROVADO(A)	1º	23/03/1986
289	TAYSE KEYLA KAVIHIONI	1,20	0,60	1,20	2,75	0,55	6,30	0,00	9,00	6,21	APROVADO(A)	2º	13/10/1990
91	NICACIO STOLFI	1,20	0,90	0,30	2,20	1,10	5,70	0,00	10,00	5,99	APROVADO(A)	3º	16/08/1991
638	JERUSA SILVA	1,20	0,30	1,20	2,20	0,55	5,45	0,30	7,80	5,41	APROVADO(A)	4º	18/11/1973
612	FRANCIELE SILVEIRA	1,20	0,60	0,30	2,20	0,00	4,30	0,00	9,00	4,81	APROVADO(A)	5º	08/09/1992
168	FRANCIELI HUFF	1,20	0,90	0,00	1,65	0,55	4,30	0,20	8,00	4,63	APROVADO(A)	6º	07/01/1992
119	SABRINA ORSI	1,50	0,90	0,30	1,10	0,55	4,35	0,10	7,52	4,56	APROVADO(A)	7º	30/10/1995
611	LUCINEIA OURIQUES PIVA	1,50	1,20	0,00	1,65	1,10	5,45	0,00	2,00	4,22	APROVADO(A)	8º	31/01/1980
106	ISADORA ARAUJO DE OLIVEIRA	1,20	0,30	0,90	1,65	0,00	4,05	0,00	6,00	4,04	APROVADO(A)	9º	11/01/1996
603	ROSEMARI TAVARES DE OLIVEIRA	1,50	0,90	0,00	2,20	0,55	5,15	0,00	0,40	3,69	APROVADO(A)	10º	19/08/1981



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

16	GRAZIELA FAGUNDES RAYMUNDO	1,20	0,60	0,60	1,65	0,55	4,60	0,50	2,00	3,67	APROVADO(A)	11º	04/07/1985
304	EDICARLA CIPRIANI FAGUNDES	1,20	0,90	0,90	1,10	0,55	3,75	0,00	0,00	2,63	REPROVADO(A)	--	12/09/1981
54	CLARISSA SUTIL DA TRINDADE	0,60	0,90	0,30	1,65	0,00	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	31/05/1996
453	ELI AUER MELNISKI	0,60	1,50	0,00	1,10	0,00	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	06/02/1991
648	CRISTINE DOS SANTOS TEIXEIRA	0,00	0,00	0,30	1,10	0,00	1,40	0,00	0,00	0,98	REPROVADO(A)	--	02/03/1989
76	ENGEL KAROLAINIE VIEIRA CHAGAS SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/07/1993
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
150	DIANA DA SILVA	1,50	1,20	0,90	3,30	0,55	7,45	0,60	2,00	5,68	APROVADO(A)	1º	27/12/1991
108	VAGNER DE SOUZA	1,20	1,20	0,30	2,75	1,10	6,55	0,00	2,00	4,99	APROVADO(A)	2º	19/11/1987
125	SAMANTA DA SILVA	0,90	0,90	0,90	2,75	0,00	5,45	0,60	5,00	4,88	APROVADO(A)	3º	09/04/1991
39	MAIARA SGROTT	1,20	0,90	0,60	2,20	0,00	4,90	0,30	5,00	4,46	APROVADO(A)	4º	05/09/1988
649	MARIA EMILIA FACCHINI PERÃO	1,20	0,90	0,90	2,75	0,00	5,75	0,00	2,00	4,43	APROVADO(A)	5º	30/04/1993
88	KEILA DA SILVA FRANCO	1,50	1,20	0,60	2,75	0,00	6,05	0,00	0,00	4,24	APROVADO(A)	6º	02/07/1995
545	RITA DE CASSIA PESENTE GRIMM	0,90	0,60	0,00	2,20	0,55	4,25	0,60	5,00	4,04	APROVADO(A)	7º	20/02/1972
520	JULIO CESAR DA SILVA	1,20	1,20	0,00	2,75	0,55	5,70	0,00	0,00	3,99	APROVADO(A)	8º	06/07/1974
287	ALINE FATIMA NASCIMENTO DOS SANTOS	1,50	0,90	0,30	1,65	0,55	4,90	0,00	0,00	3,43	APROVADO(A)	9º	13/05/1991
586	GABRIEL VELLER	0,30	0,60	0,90	1,65	0,00	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	13/12/1979
385	KARINA INÊS VOYTENA PUEL	0,60	0,60	0,30	1,10	0,55	3,15	0,00	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--	11/01/1988
331	KENIA PRAXEDES DE PAULA MEIRA	0,00	0,00	0,30	0,55	0,00	0,85	0,00	0,00	0,60	REPROVADO(A)	--	24/05/1995
79	DELAINE MONIZE TIL	0,30	0,00	0,30	0,00	0,00	0,60	0,00	0,00	0,42	REPROVADO(A)	--	14/07/1994
179	CRISTIANE TEOLINDA BODNAR	0,00	0,00	0,30	0,00	0,00	0,30	0,00	0,00	0,21	REPROVADO(A)	--	25/10/1976
204	MAURICIO ROSIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/09/1975
194	RODRIGO BUOSI MONTEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/10/1982
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
539	MAYARA MELIANI DA SILVA DE SOUZA	1,20	1,50	0,90	2,75	0,00	6,35	0,30	0,20	4,52	APROVADO(A)	1º	20/05/1985



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

239	RAFAELA RODRIGUES FELISBINO	0,90	0,90	0,30	1,65	0,55	4,30	0,00	6,00	4,21	APROVADO(A)	2º	06/02/1997
60	ALEXANDRA BERTOCHI	1,20	1,20	0,30	2,75	0,55	6,00	0,00	0,00	4,20	APROVADO(A)	3º	27/09/1998
509	ALEXANDRE EMANUEL TIMM	0,60	0,90	0,60	2,75	0,55	5,40	0,00	2,00	4,18	APROVADO(A)	4º	25/07/1989
451	AGUINALDO MARCOS FERRAZ	0,90	1,20	0,90	2,75	0,00	5,75	0,00	0,00	4,03	APROVADO(A)	5º	11/09/1977
572	CARLOS EDUARDO FIRMO	0,60	1,50	0,30	2,75	0,55	5,70	0,00	0,00	3,99	APROVADO(A)	6º	18/09/1996
537	FELIPE PEREIRA CARDOSO	0,90	1,20	0,30	2,20	0,00	4,60	0,10	2,00	3,63	APROVADO(A)	7º	18/08/1993
403	CELSO RIBEIRO LUIZ	1,50	0,60	0,30	2,75	0,00	5,15	0,00	0,00	3,61	APROVADO(A)	8º	09/03/1986
564	MARCELO BATISTA GOMES	0,90	1,20	0,00	2,75	0,00	4,85	0,00	0,00	3,40	APROVADO(A)	9º	24/01/1993
566	JULIANO GEMINIANO BATISTA	1,20	1,20	0,60	1,65	0,00	4,65	0,00	0,00	3,26	APROVADO(A)	10º	13/12/1984
134	MAYARA CANTO	0,90	0,90	0,60	2,20	0,00	4,60	0,00	0,00	3,22	APROVADO(A)	11º	08/02/1997
187	TAINÁ GAMBETA	0,30	0,60	0,30	1,65	0,00	2,85	0,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	08/02/1997
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - INFORMÁTICA - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
495	ADEMIR MAURILO DE SOUZA	1,50	1,20	0,90	2,20	1,10	6,90	0,30	2,00	5,26	APROVADO(A)	1º	14/04/1967
20	ANDRÉ FELIPE MARTINS	1,50	0,90	0,00	1,65	0,00	4,05	0,50	5,00	3,89	APROVADO(A)	2º	16/11/1988
107	INIVALDA PEIXER	0,30	0,00	0,90	2,20	0,00	3,40	0,00	0,00	2,38	REPROVADO(A)	--	31/12/1983
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - INGLÊS - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
431	AMANDA THAINA MELLO	0,90	1,50	0,60	3,30	0,00	6,30	0,70	1,64	4,81	APROVADO(A)	1º	10/07/1996
110	ANÁLIA DE SOUZA FARIAS DE AGUIAR	0,90	0,60	0,00	2,20	0,00	3,70	0,00	0,00	2,59	REPROVADO(A)	--	29/12/1985
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - INGLÊS - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
483	ALEXSSANDRO DEMÉTRIUS VILLANOVA	1,20	1,50	0,60	2,75	0,55	6,60	0,00	9,94	6,61	APROVADO(A)	1º	29/11/1974
390	EZEQUIEL MARTINS DE OLIVEIRA	0,90	1,50	0,00	3,30	0,55	6,25	0,10	6,72	5,73	APROVADO(A)	2º	12/12/1994
172	ANA GABRIELA CÂNDIDO DE LIMA	1,50	1,50	0,60	3,30	0,55	7,45	0,00	0,00	5,22	APROVADO(A)	3º	07/10/1995
25	LARISSA PEIXE	1,20	1,20	0,30	2,75	0,00	5,45	0,00	0,00	3,82	APROVADO(A)	4º	29/05/1998
680	LAIARA YURI BOSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/02/1998



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - CIÊNCIAS - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
366	JÉSSICA APARECIDA FORMENTO HERARTT	1,50	1,20	0,60	3,30	1,10	7,70	0,00	4,20	6,23	APROVADO(A)	1º	08/05/1991
92	PRISCILA TRAINOTTI DUARTE	1,50	1,20	0,00	3,30	0,55	6,55	0,50	5,00	5,64	APROVADO(A)	2º	30/10/1990
116	MIRLEIDE FAGUNDES	1,20	1,20	0,30	3,30	0,00	6,00	0,00	0,00	4,20	APROVADO(A)	3º	14/02/1986
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
484	VIVIANE CABREIRA	0,90	0,30	0,30	1,65	0,00	3,15	0,00	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--	25/10/1990
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - ENSINO RELIGIOSO - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
371	EMILSON JOSE CEZAR MELO	0,90	0,60	0,30	2,75	0,55	5,10	0,00	0,00	3,57	APROVADO(A)	1º	11/01/1971
336	MARA CRISTINA FARIAS GIACOMOZZI	0,90	0,90	0,30	0,55	0,55	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	29/09/1973
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - ENSINO RELIGIOSO - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
339	DIRCE BARELA ORSI	1,20	0,30	0,30	1,10	0,00	2,90	0,00	0,00	2,03	REPROVADO(A)	--	24/04/1959
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - GEOGRAFIA - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
329	AUGUSTO LOYOLLA NETO	0,90	1,50	0,90	3,30	0,00	6,60	0,00	0,00	4,62	APROVADO(A)	1º	12/02/1965
85	RUBIA CARLA ZIMMERMANN	0,90	1,50	0,30	3,30	0,55	6,55	0,30	0,00	4,62	APROVADO(A)	2º	15/05/1980
423	KELLY TERME VELOSO DE ALMEIDA	1,20	0,60	0,00	2,75	0,00	4,55	0,40	2,00	3,63	APROVADO(A)	3º	10/06/1982
97	SIDNEI JOAQUIM FAUSTINO	0,00	0,30	0,00	1,10	0,00	1,40	0,00	0,00	0,98	REPROVADO(A)	--	04/12/1973
660	VINÍCIUS HILLESHEIM	0,30	0,30	0,30	0,00	0,00	0,90	0,00	0,00	0,63	REPROVADO(A)	--	13/12/1992
296	DEBORA CRISTINA SANTANA BITTENCOURT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/02/1986
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
65	WILLIAN FELIPE GANDIN	0,60	1,50	0,60	2,75	0,55	6,00	0,10	8,00	5,81	APROVADO(A)	1º	04/04/1998
82	FRANCIELE BERNARDI	1,50	1,50	0,60	2,75	0,55	6,90	0,00	0,90	5,01	APROVADO(A)	2º	17/08/1999



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

684	GISLAINE MIELO	1,20	1,50	0,60	1,65	0,00	4,95	0,00	0,00	3,47	APROVADO(A)	3º	07/07/1992
378	JULIANA MARIA FORMENTO	0,90	1,20	0,90	1,65	0,00	4,65	0,00	0,00	3,26	APROVADO(A)	4º	20/09/1994
123	PÂMELLA DO NASCIMENTO	0,60	0,60	0,00	1,10	0,00	2,30	0,00	0,00	1,61	REPROVADO(A)	--	11/08/1998
365	AMÁBILE LUIZA MARCHI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	30/04/1994
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - HISTÓRIA - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
214	ALTEMIO DE OLIVEIRA	1,50	1,20	0,30	2,75	1,10	6,85	0,30	5,00	5,83	APROVADO(A)	1º	03/05/1983
195	MAICON INÁCIO	1,50	1,50	0,60	2,75	0,55	6,90	0,00	2,00	5,23	APROVADO(A)	2º	18/04/1988
244	HERIK CAMPOS	1,50	1,20	0,30	3,30	0,55	6,85	0,00	0,00	4,80	APROVADO(A)	3º	12/09/1993
70	KATIANE ALVES DA SILVA MAGALHÃES DE CARVALHO	1,20	1,20	0,00	2,75	0,00	5,15	0,00	0,00	3,61	APROVADO(A)	4º	16/10/1982
659	CLAUDIO VELOSO DE ALMEIDA	0,60	0,30	0,00	1,10	0,00	2,00	0,00	0,00	1,40	REPROVADO(A)	--	10/02/1980
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - HISTÓRIA - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
201	LUIZ CARLOS AZEREDO GONÇALVES JUNIOR	1,50	0,90	0,30	2,20	0,00	4,90	0,00	7,90	5,01	APROVADO(A)	1º	15/03/1985
531	ANDRIUS DA SILVEIRA REZENDE	1,50	1,50	0,30	3,30	0,55	7,15	0,00	0,00	5,01	APROVADO(A)	2º	26/09/1994
679	LUIZ FERNANDO DA SILVA RIBEIRO	1,50	0,90	0,30	2,75	0,55	6,00	0,00	0,00	4,20	APROVADO(A)	3º	17/11/1990
184	DEIVID ZANDONAI	1,50	0,90	0,60	1,65	0,55	5,20	0,00	2,00	4,04	APROVADO(A)	4º	30/09/1992
143	MAYCKON PEREIRA	1,20	0,30	0,60	3,30	0,00	5,40	0,00	0,00	3,78	APROVADO(A)	5º	10/07/1988
562	ANA VALÉRIA COSTA	1,50	0,90	0,60	0,55	1,10	4,65	0,00	1,08	3,47	APROVADO(A)	6º	13/12/1997
44	RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS	1,20	0,00	0,00	1,10	0,00	2,30	0,00	0,00	1,61	REPROVADO(A)	--	21/07/1980
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - MATEMÁTICA - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
492	PATRICIO DA SILVA	1,20	1,50	0,90	1,10	0,55	5,25	0,50	2,00	4,13	APROVADO(A)	1º	16/06/1978
445	CLEITON MUNARIN APOLINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	19/02/1988
380	MAICON REIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/09/1990
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO													



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
330	ODETE INÊS KAPPAUN	1,50	1,50	0,60	2,75	1,10	7,45	0,00	7,10	6,64	APROVADO(A)	1º	15/11/1981
667	EDIVILZA EMILIA ZUNINO	1,50	1,50	0,30	2,75	1,10	7,15	0,00	7,79	6,56	APROVADO(A)	2º	04/06/1997
525	EVERTON ODISI	1,50	1,50	0,60	3,30	0,00	6,90	0,00	2,00	5,23	APROVADO(A)	3º	12/03/1987
573	SABRINA DE ALVARENGA	1,50	0,90	0,30	1,65	0,55	4,90	0,00	6,00	4,63	APROVADO(A)	4º	22/12/1995
209	LUIZ ANTONIO FLORES	1,20	0,90	0,00	2,20	0,00	4,30	0,00	6,00	4,21	APROVADO(A)	5º	20/06/1983
554	SINARA CRISTINA HECK	1,20	1,20	0,60	1,65	0,55	5,20	0,00	0,00	3,64	APROVADO(A)	6º	03/04/1993
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - PORTUGUÊS - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
128	ALADIA PATRICIA PEIXER PAZ	1,50	0,90	0,30	2,75	0,55	6,00	0,70	4,85	5,24	APROVADO(A)	1º	18/10/1973
582	GISELLE SILVA DE VILHENA	1,50	0,90	0,00	2,20	0,55	5,15	0,00	5,00	4,61	APROVADO(A)	2º	20/01/1985
265	LEANDRO CALVOS SCHUTZ	1,20	1,20	0,30	1,65	0,55	4,90	0,60	2,00	3,89	APROVADO(A)	3º	17/02/1965
103	CLARICE FORTUNATO ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	06/03/1976
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
165	RONALDO CASAGRANDA	1,50	1,50	0,30	3,30	0,55	7,15	0,30	2,00	5,44	APROVADO(A)	1º	03/04/1996
302	OSNILDO FANDARUFF NETO	1,50	0,60	0,30	1,10	0,00	3,50	0,00	0,00	2,45	REPROVADO(A)	--	24/03/1993
373	ELIONIR ELIZAMARA DE FREITAS	0,90	0,90	0,30	0,55	0,55	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	11/05/1990
683	GISELLE MELO	0,90	0,60	0,30	0,55	0,00	2,35	0,00	0,00	1,65	REPROVADO(A)	--	10/06/1995
43	OSÉIAS COUTO DOS SANTOS	0,30	0,30	0,30	1,10	0,00	2,00	0,00	0,00	1,40	REPROVADO(A)	--	28/09/1994
55	FABRÍCIO LEONEL DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/03/1995
PROFESSOR II - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
73	JUCELI ALEXANDRE DA SILVA	1,20	1,20	0,60	2,75	0,55	6,30	0,40	5,00	5,45	APROVADO(A)	1º	06/06/1976
328	DANIELA SALVADOR	1,20	1,20	0,60	2,20	1,10	6,30	0,30	5,00	5,44	APROVADO(A)	2º	21/11/1988
282	LEOFRIDA REUTER	1,20	0,60	0,60	3,30	0,55	6,25	0,50	5,00	5,43	APROVADO(A)	3º	27/01/2017
654	ALINI CRISTINA DOS SANTOS	1,50	0,90	0,30	3,30	1,10	7,10	0,30	2,00	5,40	APROVADO(A)	4º	24/02/1993



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

317	SANDRA RIOS	1,20	0,60	0,60	2,75	0,55	5,70	0,30	5,00	5,02	APROVADO(A)	5º	21/12/1978
519	DENISE SOUZA	0,90	1,50	0,00	3,30	0,00	5,70	0,00	5,00	4,99	APROVADO(A)	6º	09/08/1989
599	MABILA HOFFMANN	1,50	0,60	0,60	3,30	0,55	6,55	0,00	2,00	4,99	APROVADO(A)	7º	28/01/1990
258	ANA CAROLINA NASCIMENTO GOMES	1,50	0,30	0,90	2,75	0,00	5,45	0,30	5,00	4,85	APROVADO(A)	8º	07/07/1994
410	QUELEN DA SILVA COSTA	1,50	1,50	0,30	2,75	0,00	6,05	0,10	2,00	4,65	APROVADO(A)	9º	02/08/1984
15	TAMARA PLACIDO FERREIRA CIM	1,50	0,60	0,30	2,75	0,00	5,15	0,40	5,00	4,65	APROVADO(A)	10º	01/01/1988
469	SIRLEI TEREZINHA GERMANO DIAS	1,20	0,90	0,00	3,30	0,55	5,95	0,70	2,00	4,64	APROVADO(A)	11º	03/10/1972
542	ANA PAULA DA SILVA JARACESKI	1,50	1,20	0,30	2,75	0,00	5,75	0,40	2,00	4,47	APROVADO(A)	12º	23/07/1984
363	LIGIA PEIXER	1,20	1,20	0,30	2,20	0,00	4,90	0,00	5,00	4,43	APROVADO(A)	13º	03/10/1961
494	JULIANA DA SILVA	1,20	0,90	0,30	2,75	0,55	5,70	0,20	2,00	4,41	APROVADO(A)	14º	05/01/1987
124	GISETTE ANDRADE GRIGA	1,20	0,90	0,90	1,65	0,00	4,65	0,90	5,00	4,35	APROVADO(A)	15º	17/11/1982
86	JANAINA DE SOUSA MACHADO	1,50	0,60	0,30	2,20	0,00	4,60	0,50	5,00	4,27	APROVADO(A)	16º	16/04/1991
364	SUZETTI DALLA BRIDA TOMIO	0,90	0,60	0,30	2,20	0,55	4,55	0,40	5,00	4,23	APROVADO(A)	17º	31/01/1986
631	JÉSSICA NAIARA CASAS	1,20	0,90	0,30	2,20	0,55	5,15	0,40	2,00	4,05	APROVADO(A)	18º	05/11/1990
14	LEANDRO MARTINI	0,90	1,20	0,30	2,75	0,00	5,15	0,30	2,00	4,04	APROVADO(A)	19º	30/01/1984
462	JUSSILENE PEREIRA DA SILVA	0,60	0,60	0,30	2,75	0,00	4,25	0,50	5,00	4,03	APROVADO(A)	20º	29/03/1983
540	ELISA DA SILVA	0,90	1,20	0,30	2,75	0,00	5,15	0,00	2,00	4,01	APROVADO(A)	21º	03/09/1984
327	ERICA FRAGA DE SOUZA	1,20	0,60	0,00	2,75	0,55	5,10	0,00	2,00	3,97	APROVADO(A)	22º	29/04/1980
257	SHEILA SESTREM	0,90	0,90	0,30	2,20	0,55	4,85	0,30	2,00	3,83	APROVADO(A)	23º	11/01/1995
262	FABIANA MARIA NUNES	0,90	1,20	0,00	2,20	0,55	4,85	0,30	1,81	3,79	APROVADO(A)	24º	24/11/1979
627	GABRIELA FARIAS	0,60	0,60	0,00	1,65	0,55	3,40	0,00	0,00	2,38	REPROVADO(A)	--	23/02/1996
438	GRASIELA ROSA OZOTE	0,90	0,90	0,30	1,10	0,00	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	24/05/1979
567	IRIS MARIA MARCELINO	0,60	0,30	0,30	1,65	0,00	2,85	0,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	26/10/1983
466	FABIOLA CARLA TRIERWEILLER PERAO	0,00	0,30	0,30	2,20	0,00	2,80	0,00	0,00	1,96	REPROVADO(A)	--	27/04/1984
476	PATRICIA ALVES TAVARES	0,30	0,60	0,60	1,10	0,00	2,60	0,00	0,00	1,82	REPROVADO(A)	--	03/08/1981
463	PAULA GRAZIELI DA COSTA PIVA	0,30	0,00	0,30	1,65	0,00	2,25	0,00	0,00	1,58	REPROVADO(A)	--	03/04/1988
156	JAQUELINI TRAINOTTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/10/1977



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROFESSOR II - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	Ts	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
676	CRISLEINE RICARDO SGROTT	1,50	1,20	0,90	3,30	1,10	8,00	0,30	8,00	7,23	APROVADO(A)	1º	21/10/1984
428	QUELVIN INÁCIO WISINTAINER	1,50	1,50	0,30	3,30	1,10	7,70	0,00	8,25	7,04	APROVADO(A)	2º	12/10/1994
236	DAIANE ROCHA	1,50	1,20	0,30	3,30	0,55	6,85	0,30	8,00	6,43	APROVADO(A)	3º	20/03/1993
271	ANA PAULA DA SILVA	1,20	1,20	0,60	3,30	0,55	6,85	0,30	8,00	6,43	APROVADO(A)	4º	17/03/1989
18	MAIARA BOETTNER PEIXE	0,90	0,60	0,90	3,30	0,55	6,25	0,00	7,50	5,88	APROVADO(A)	5º	14/10/1981
665	OZANA DE JESUS MAIA DE LIMA GELINSKI	1,50	0,90	0,30	2,75	0,00	5,45	0,40	9,33	5,72	APROVADO(A)	6º	13/03/1982
607	LEANDRA HECK	1,20	1,50	0,30	2,75	0,00	5,75	0,00	7,20	5,47	APROVADO(A)	7º	12/12/1977
337	ARCILEIDE PEIXER	0,60	1,20	0,60	2,75	0,55	5,70	0,00	6,54	5,30	APROVADO(A)	8º	02/06/1972
28	FABIA STOLFI	1,50	1,20	0,30	1,10	0,55	4,65	0,20	10,00	5,28	APROVADO(A)	9º	16/03/1995
596	MARIANA TILL BATTISTI	1,20	0,90	0,30	2,20	0,55	5,15	0,00	7,00	5,01	APROVADO(A)	10º	19/04/1995
21	CHAIANE NOGUEIRA DE LIMA	1,20	0,00	0,60	1,65	1,10	4,55	0,10	9,00	5,00	APROVADO(A)	11º	01/12/1991
653	GABRIELA SALVADOR	1,20	0,90	0,60	3,30	0,55	6,55	0,00	0,00	4,59	APROVADO(A)	12º	09/06/1987
645	ANDREZA DIAS	1,50	0,90	0,00	2,20	0,00	4,60	0,00	0,00	3,22	APROVADO(A)	13º	14/06/1986
111	MARIA IZABEL SILVEIRA	0,90	1,50	0,00	1,10	0,00	3,50	0,00	0,00	2,45	REPROVADO(A)	--	18/11/1963
673	ANA CLAUDIA LIMAS	0,90	0,60	0,00	1,10	0,55	3,15	0,00	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--	19/01/1994
491	TAIZA CRISTINA DARÓS	0,00	0,30	0,00	2,20	0,00	2,50	0,00	0,00	1,75	REPROVADO(A)	--	15/10/1976
388	CARLA CRISTINA TRAINOTTI	0,00	0,30	0,30	1,10	0,00	1,70	0,00	0,00	1,19	REPROVADO(A)	--	11/10/1994
145	JUÇARA DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/11/1977
261	ERICA SCHELBAUER DOS PASSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/10/1992
ZELADOR VIGILANTE													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
641	ROBERTO VARGAS ALVES	1,20	1,20	0,30	3,85	0,55	7,10			7,10	APROVADO(A)	1º	25/05/1983
234	LUIZ RODINEI RODRIGUES	1,20	1,20	0,30	3,30	0,55	6,55			6,55	APROVADO(A)	2º	28/11/1974
349	MARCELO JUAREZ DA SILVA	0,90	1,20	0,30	3,30	0,00	5,70			5,70	APROVADO(A)	3º	18/12/1992
71	MARCOS JARDIM REIS	1,20	0,60	0,60	2,75	0,00	5,15			5,15	APROVADO(A)	4º	31/01/1990



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

279	GIDALTE VILANOVA	0,90	0,90	0,90	0,90	0,90	1,65	0,55	4,90		4,90	5º	07/08/1983
358	CLECI DE FATIMA ZARDINELLO	0,30	0,90	0,90	0,00	2,75	0,00	3,95			3,95	6º	13/05/1957

São João Batista, 17 de janeiro de 2018.

DANIEL NETTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09/2017 - NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA RETIFICADA

Publicação Nº 1494267

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA****EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 09/2017**

DANIEL NETTO CÂNDIDO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA - SC, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37, da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO AS NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - RETIFICADA DO Edital 09/2017, conforme segue:

DEVIDO AO ERRO DO SISTEMA DE LEITURA, O QUAL EM NÃO CONSIDEROU UMA COLUNA DE RESPOSTA, DEMONSTRANDO AS RESPOSTAS DE FORMA ERRADA, DOS CANDIDATOS DE INSCRIÇÃO 426, 550, 288, 78, 491, 660, 461, 320, 487, 549, 659, 472, 651, 463, 388, 466, 43, 627, 365, 123, 97, 331, 79, 430, 107, 192, 213, 506, 127, 169, 670, 233 e 42, A BANCA RETIFICA AS NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA, PARA GARANTIR O DIREITO DE TODOS OS CANDIDATOS.

AS DEMAIS LEITURAS ESTÃO DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DO SISTEMA.

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA - RETIFICADA

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS											
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
359	CELMA PECHEJOSVKI DE JESUS MOURA	0,60	0,90	0,90	3,85	1,10	7,35	7,35	APROVADO(A)	1º	22/10/1976
345	MAZILDA COSTA SILVA	0,60	1,50	0,30	3,85	1,10	7,35	7,35	APROVADO(A)	2º	24/10/1997
122	MARIA ROZELETE MAFRA	1,50	1,20	1,20	2,75	0,55	7,20	7,20	APROVADO(A)	3º	28/11/1974
475	ELIANDRA PEREIRA	1,20	1,50	0,00	3,85	0,55	7,10	7,10	APROVADO(A)	4º	23/08/1982
511	ADELURDES KREUSCH	0,90	1,50	0,60	3,30	0,55	6,85	6,85	APROVADO(A)	5º	24/01/1965
413	ELISSANDRA ARAUJO	1,20	0,90	0,90	2,75	1,10	6,85	6,85	APROVADO(A)	6º	25/10/1975
67	LUCIANE FALIGUSKI DA SILVA	1,20	1,20	0,00	3,85	0,55	6,80	6,80	APROVADO(A)	7º	08/05/1983
2	FRANCELE NICOLAU DE SOUSA	1,20	0,90	0,30	3,85	0,55	6,80	6,80	APROVADO(A)	8º	27/02/1990
133	ADRIANA ZIMMER SALDANHA	0,90	1,20	0,30	3,85	0,55	6,80	6,80	APROVADO(A)	9º	28/09/1982

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



19/01/1988

454	SCHLEIDA NUNES	1,20	1,50	0,60	3,30	0,00	6,60				6,60	APROVADO(A)	10º	24/07/1981
275	ANDREZA DE SOUZA DO NASCIMENTO	1,20	1,50	0,00	3,85	0,00	6,55				6,55	APROVADO(A)	11º	12/11/1984
367	JESSICA MARQUEZ	0,90	1,20	0,60	3,85	0,00	6,55				6,55	APROVADO(A)	12º	19/05/1993
368	DANIELA DE OLIVEIRA	0,60	1,50	0,60	3,85	0,00	6,55				6,55	APROVADO(A)	13º	04/07/1985
570	MARIA DO CARMO VARGAS SUTIL DE OLIVEIRA	0,90	1,20	0,60	3,30	0,55	6,55				6,55	APROVADO(A)	14º	26/10/1967
447	LUCIANE DE SOUZA ARAUJO MAFESSOLLI	0,90	0,60	1,20	3,30	0,55	6,55				6,55	APROVADO(A)	15º	10/05/1981
396	ESTER DIAS AMARAL DOS SANTOS	0,90	1,50	0,30	2,75	1,10	6,55				6,55	APROVADO(A)	16º	22/12/1971
400	KARINE APARECIDA AFILHADO SCHWEIGARD	1,20	0,90	0,00	3,85	0,55	6,50				6,50	APROVADO(A)	17º	18/06/1990
215	ROSANA DE SOUZA	0,90	0,90	0,30	3,85	0,55	6,50				6,50	APROVADO(A)	18º	22/08/1979
314	SONIA MAK MAIKEL	1,50	0,90	0,00	3,85	0,00	6,25				6,25	APROVADO(A)	19º	05/09/1955
104	MARIA DAS DORES PESTANA COSTA REIS	1,20	0,90	0,30	3,85	0,00	6,25				6,25	APROVADO(A)	20º	25/04/1976
267	JULIANA DE SOUZA E OLIVEIRA	1,20	0,90	0,30	3,85	0,00	6,25				6,25	APROVADO(A)	21º	09/07/1978
375	IVETE FATIMA VIEIRA CHAGAS	0,90	0,90	0,60	3,85	0,00	6,25				6,25	APROVADO(A)	22º	21/11/1976
161	LEIDE LAURA LUCINDA	0,60	1,20	0,60	3,85	0,00	6,25				6,25	APROVADO(A)	23º	22/12/1978
130	IONE LIMA SOARES	1,20	1,20	0,00	3,30	0,55	6,25				6,25	APROVADO(A)	24º	25/01/1987
435	MARCIA JACINTO	0,90	1,20	0,30	3,30	0,55	6,25				6,25	APROVADO(A)	25º	20/01/1970
409	ANGELITA KREUSCH COSTA	0,30	0,90	0,60	3,30	1,10	6,20				6,20	APROVADO(A)	26º	13/10/1970
320	GISÉLI FERNANDA CANTO	1,20	1,50	0,00	3,30	0,00	6,00				6,00	APROVADO(A)	27º	11/08/1982
362	SANDRA REGINA VIERA DICKEL	0,90	0,90	0,90	3,30	0,00	6,00				6,00	APROVADO(A)	28º	13/09/1983
468	VANDERLETE FAGUNDES PALIANO	0,60	1,50	0,60	2,75	0,55	6,00				6,00	APROVADO(A)	29º	19/01/1971
310	MARISTELA ELISANGELA DA SILVA	1,20	0,90	0,00	3,85	0,00	5,95				5,95	APROVADO(A)	30º	24/01/1983
47	SONIA DE FATIMA FERREIRA	0,90	0,90	0,30	3,85	0,00	5,95				5,95	APROVADO(A)	31º	06/12/1976
416	IZETI NAIR RIBEIRO	0,30	1,50	0,30	3,85	0,00	5,95				5,95	APROVADO(A)	32º	23/11/1969
259	MARCIA DOS ANJOS	0,90	0,90	0,30	3,30	0,55	5,95				5,95	APROVADO(A)	33º	21/03/1988
173	SANDRA REGINA CANTO	1,20	0,90	0,30	3,30	0,00	5,70				5,70	APROVADO(A)	34º	19/07/1974
620	CAREN DAIANE FILGUEIRA	1,20	0,90	0,30	3,30	0,00	5,70				5,70	APROVADO(A)	35º	06/12/1986
585	NORMMA REIS DAROSI	0,90	0,90	0,60	3,30	0,00	5,70				5,70	APROVADO(A)	36º	03/03/1968

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



1902.1988

474	CLARINDA TAMANINI DA SILVA	0,90	1,20	0,30	0,30	0,00	5,70			5,70	APROVADO(A)	37º	05/07/1977
461	MICHELLI REGINA DA CUNHA	0,90	1,50	0,00	0,30	0,00	5,70			5,70	APROVADO(A)	38º	14/08/1992
147	RAISA CARLA DE LIMA	0,90	1,20	0,30	0,30	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	39º	09/08/1993
290	VALERIA DOS SANTOS DA SILVA	1,20	0,90	0,30	0,30	2,20	1,10	5,70		5,70	APROVADO(A)	40º	03/03/1975
321	SILVIA FORMENTO	0,90	0,60	0,30	0,30	0,55	5,65			5,65	APROVADO(A)	41º	07/11/1975
530	ROSANE JACQUES BRIZOLA	0,60	1,20	0,00	0,30	0,55	5,65			5,65	APROVADO(A)	42º	20/05/1977
574	FRANCISCA ERIVANDA DE SOUZA FERREIRA DE OLIVEIRA	0,00	1,20	0,00	3,85	0,55	5,60			5,60	APROVADO(A)	43º	28/04/1982
392	RUY SILVA DOS SANTOS	0,60	1,50	0,60	2,75	0,00	5,45			5,45	APROVADO(A)	44º	23/12/1956
300	SUELI ANGELI HERMES	0,90	1,20	0,60	2,75	0,00	5,45			5,45	APROVADO(A)	45º	05/11/1959
496	VERA LUCIA WEBER	1,20	0,90	0,00	3,30	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	46º	12/08/1969
459	TATIANI CRISTINA BORATTI VARGAS	0,90	0,90	0,30	3,30	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	47º	12/02/1977
311	TAYNÁ DE LIMA	0,90	0,90	0,30	3,30	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	48º	15/08/1995
458	MARIA DALTI DIAS DE OLIVEIRA	0,60	1,50	0,00	3,30	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	49º	04/02/1973
472	NASEDIR COSTA	0,60	0,90	0,00	3,30	0,55	5,35			5,35	APROVADO(A)	50º	28/09/1986
348	ROSANE MATUXAKI	0,60	0,90	0,00	2,75	1,10	5,35			5,35	APROVADO(A)	51º	25/11/1969
556	ILDA NASCIMENTO HERATT	1,20	1,20	0,00	2,20	0,55	5,15			5,15	APROVADO(A)	52º	26/01/1959
178	ROSE NUNES RESENDE IGNEIM	0,90	1,20	0,30	2,20	0,55	5,15			5,15	APROVADO(A)	53º	29/03/1962
183	CÉLIA SILVA	0,60	1,20	0,00	3,30	0,00	5,10			5,10	APROVADO(A)	54º	26/11/1954
19	REGIANI DOS SANTOS	0,60	1,20	0,00	3,30	0,00	5,10			5,10	APROVADO(A)	55º	05/01/1982
263	DORALICE SOUSA FERREIRA	0,30	1,20	0,30	2,20	1,10	5,10			5,10	APROVADO(A)	56º	28/10/1971
292	CARINA DOS SANTOS DA CUNHA RODRIGUES	1,20	1,20	0,30	2,20	0,00	4,90			4,90	APROVADO(A)	57º	24/03/1979
326	CELIA ARAUJO SIMÕES	0,90	1,20	0,00	2,75	0,00	4,85			4,85	APROVADO(A)	58º	25/07/1968
655	VIVIANE CARLA MACHAJEWSKI	0,90	0,90	0,30	2,75	0,00	4,85			4,85	APROVADO(A)	59º	05/05/1981
181	LORIVANE PADILHA RAMALHO	0,60	0,90	0,60	2,75	0,00	4,85			4,85	APROVADO(A)	60º	08/11/1974
278	JANAINA FLORES	0,60	1,20	0,30	2,75	0,00	4,85			4,85	APROVADO(A)	61º	06/07/1978
478	KARIELE DE FÁTIMA DA COSTA AFILHADO SIQUEIRA	0,30	0,90	0,30	2,75	0,55	4,80			4,80	APROVADO(A)	62º	18/06/1990

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



408	CLAUDETE PAWELSKI	0,30	0,60	0,00	3,30	0,55	4,75		4,75	APROVADO(A)	63º	05/08/1962
117	IZABEL REGIANE TUR DAGUANI	0,90	1,20	0,30	2,20	0,00	4,60		4,60	APROVADO(A)	64º	27/03/1962
95	MARISTELA MARIA MARIANO	1,20	1,20	0,00	1,65	0,55	4,60		4,60	APROVADO(A)	65º	14/06/1974
230	LEONICE APARECIDA BEZERRA SOARES	0,90	1,20	0,30	1,65	0,55	4,60		4,60	APROVADO(A)	66º	16/10/1981
433	MELIANE APARECIDA AURELIO DA SILVA	0,60	0,90	0,30	2,75	0,00	4,55		4,55	APROVADO(A)	67º	16/08/1967
464	LOURDES VIDAL TAVARES	0,30	1,20	0,30	2,75	0,00	4,55		4,55	APROVADO(A)	68º	01/01/1965
93	ELIZANGELA DE AZEVEDO DA SILVA	0,30	0,90	0,00	3,30	0,00	4,50		4,50	APROVADO(A)	69º	13/03/1983
298	MARIA ISABEL DE MORAES	0,90	0,90	0,90	1,65	0,00	4,35		4,35	APROVADO(A)	70º	30/08/1970
663	SIMONE FELICIO	0,60	0,90	0,00	2,20	0,55	4,25		4,25	APROVADO(A)	71º	26/08/1974
205	JANILZA PINTO DOS SANTOS	0,60	0,60	0,30	2,20	0,55	4,25		4,25	APROVADO(A)	72º	05/11/1984
656	MARISTELA NASCIMENTO	0,30	0,90	0,30	2,20	0,55	4,25		4,25	APROVADO(A)	73º	01/05/1975
74	JUCÉLIA CRISTINA PEREIRA ELIAS	0,60	0,30	0,00	3,30	0,00	4,20		4,20	APROVADO(A)	74º	20/06/1980
523	ROSANE RAMOS DA ROSA	0,90	0,90	0,00	2,20	0,00	4,00		4,00	APROVADO(A)	75º	27/07/1978
439	EVANEA MARIA JACINTHO	0,30	1,20	0,30	2,20	0,00	4,00		4,00	APROVADO(A)	76º	04/04/1967
277	GISLAINE BONIFÁCIO DA SILVA	0,30	1,20	0,30	2,20	0,00	4,00		4,00	APROVADO(A)	77º	04/10/1983
297	FRANCISCO DE ASSIS ADÃO MENDES	0,60	0,90	0,30	1,10	1,10	4,00		4,00	APROVADO(A)	78º	24/08/1995
233	JORACI CORDEIRO LOPES	0,30	0,90	0,00	2,75	0,00	3,95		3,95	APROVADO(A)	79º	17/11/1963
216	MARCIA CARDOSO	0,90	0,30	0,00	2,20	0,55	3,95		3,95	APROVADO(A)	80º	21/10/1974
35	MARCELA DE SOUZA KREUSCH	0,30	0,90	0,00	2,20	0,55	3,95		3,95	APROVADO(A)	81º	23/11/1981
489	LIDIENE DOS SANTOS MARQUES	0,90	0,60	0,00	2,20	0,00	3,70		3,70	APROVADO(A)	82º	29/03/1988
344	CLARICE DA APARECIDA DOS SANTOS	0,90	0,90	0,00	1,65	0,00	3,45		3,45	APROVADO(A)	83º	03/12/1969
254	RUTH GONÇALVES DE MENEZES	0,30	0,90	0,60	1,10	0,55	3,45		3,45	APROVADO(A)	84º	10/01/1972
89	DIRLENE DE SOUSA	0,00	0,60	0,60	1,65	0,55	3,40		3,40	APROVADO(A)	85º	03/05/1961
354	CONCEIÇÃO DEONISIO	0,30	0,30	0,30	2,20	0,00	3,10		3,10	APROVADO(A)	86º	08/12/1956
193	GEOVANIA TERESINHA CECCATO DE ABREU	0,60	0,30	0,00	2,20	0,00	3,10		3,10	APROVADO(A)	87º	18/11/1972
170	INCLACIR DE FATIMA SCAIN	0,60	0,00	0,30	1,65	0,55	3,10		3,10	APROVADO(A)	88º	09/03/1968
387	IVANETE ALVES SERPA	0,30	0,30	0,30	1,65	0,55	3,10		3,10	APROVADO(A)	89º	19/09/1961

CITYNA - CARIARENSE DO CALÇADO



19/01/1988

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
CONDUCTOR DE VEÍCULO PESADO												
608	TEREZINHA DE FÁTIMA VENTURA	0,00	0,90	0,60	1,10	0,00	2,60		2,60	APROVADO(A)	90º	05/05/1969
642	ANA PAULA DOS SANTOS	0,60	0,30	0,30	0,55	0,55	2,30		2,30	APROVADO(A)	91º	28/11/1976
272	JOSIANE DA SILVA	0,00	0,30	0,00	1,10	0,55	1,95		1,95	APROVADO(A)	92º	17/07/1986
235	VERA LUCIA VIANA CARMINATTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	10/11/1954
340	CLEUSA TERESINHA RIBEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	01/12/1971
293	ANA PAULA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	21/12/1985
197	DANIELA RABELO SPIDO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	AUSENTE	--	24/07/1989
INSTRUTOR DE FANFARA												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
647	DUNISON GONCALVES	1,20	1,20	1,20	3,30	0,55	7,45		7,45	APROVADO(A)	1º	28/12/1990
499	JOSE PAULO STEIL	1,20	1,50	0,90	2,75	0,55	6,90		6,90	APROVADO(A)	2º	03/03/1976



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

501	ELIAS COELHO	0,60	1,50	0,30	2,75	1,10	6,25			6,25	APROVADO(A)	3º	07/03/1991
162	GIOVANNI CORREA	1,20	1,20	0,30	2,20	0,55	5,45			5,45	APROVADO(A)	4º	21/04/1984
115	TAYNARA ANGELI CASSANIGA	1,20	0,60	0,60	1,65	1,10	5,15			5,15	APROVADO(A)	5º	01/03/1995
577	RUBENS ISMAEL BRUNO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	AUSENTE	--	18/11/1986
MESTRE DE OBRAS													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
294	NEOMAR DOS SANTOS LUBAS	1,20	1,50	1,20	2,20	0,00	6,10			6,10	APROVADO(A)	1º	12/11/1985
72	EMILIO DULZ JUNIOR	0,90	1,50	0,60	2,75	0,00	5,75			5,75	APROVADO(A)	2º	23/04/1988
78	NICEZIO ELIAS DUARTE	0,60	1,50	0,90	2,75	0,00	5,75			5,75	APROVADO(A)	3º	16/02/1963
549	ROBERTO SANTANA	0,90	1,20	0,30	2,75	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	4º	27/07/1964
682	MARLON GOMES DA ROSA	0,90	1,20	0,00	3,30	0,00	5,40			5,40	APROVADO(A)	5º	19/06/1987
MONITOR ESCOLAR													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.			Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
430	MALANY CUÇO FAGUNDES	1,50	1,50	1,20	3,85	1,10	9,15			9,15	APROVADO(A)	1º	20/12/1990
191	MARILANE S. MARQUETTI	1,50	1,50	0,90	3,85	0,55	8,30			8,30	APROVADO(A)	2º	12/01/1990
270	TALITA PAOLA BOOZ	1,50	1,20	0,60	3,85	1,10	8,25			8,25	APROVADO(A)	3º	03/07/1999
606	MONICA JOZIANA BRICK	1,50	1,50	0,60	3,30	0,55	7,45			7,45	APROVADO(A)	4º	17/07/1985
524	ROSANGELA MAFEZZOLI FONTES	1,20	1,20	0,90	2,75	1,10	7,15			7,15	APROVADO(A)	5º	15/05/1974
550	MATEUS JOSÉ CONRADI	1,20	1,20	0,90	2,75	1,10	7,15			7,15	APROVADO(A)	6º	01/04/1998
7	MARIANA LAURINDO	1,50	0,90	0,30	3,30	1,10	7,10			7,10	APROVADO(A)	7º	19/10/1994
650	MARCILÉIA SILVA ALVES	1,20	0,90	0,00	3,85	1,10	7,05			7,05	APROVADO(A)	8º	24/10/1985
497	SANDRA MARA CLEMES CIPRIANI	0,90	0,90	0,60	2,75	1,65	6,80			6,80	APROVADO(A)	9º	23/10/1972
651	MONICA GAMBETA	1,50	1,50	0,90	2,75	0,00	6,65			6,65	APROVADO(A)	10º	09/02/1986
500	ROSY MERY CONSTANTINO	1,50	0,90	0,90	3,30	0,00	6,60			6,60	APROVADO(A)	11º	29/09/1967
121	CRISTIANE MAIKOT DOS SANTOS	1,50	1,20	0,60	2,75	0,55	6,60			6,60	APROVADO(A)	12º	12/04/1974
57	DAIANA DOS SANTOS	0,90	1,50	0,30	3,30	0,55	6,55			6,55	APROVADO(A)	13º	06/12/1988
610	RAQUELI RUSCH	1,50	1,20	0,00	2,75	1,10	6,55			6,55	APROVADO(A)	14º	29/11/1995

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



1902-1988

186	ANA CARLA SCHNEIDER	1,20	1,20	0,30	2,75	1,10	6,55			6,55	APROVADO(A)	15º	29/08/1997
614	ETIANI APARECIDA CIPRIANI	1,20	0,90	0,90	2,75	0,55	6,30			6,30	APROVADO(A)	16º	16/09/1987
384	BRENDA DE ASSUNÇÃO	1,50	0,60	0,30	3,30	0,55	6,25			6,25	APROVADO(A)	17º	06/05/1998
75	ROSY PASCHOAL DUARTE	1,20	1,20	0,00	3,30	0,55	6,25			6,25	APROVADO(A)	18º	24/12/1958
382	SORAYA KUNERT RODRIGUES	1,20	0,30	0,90	3,30	0,55	6,25			6,25	APROVADO(A)	19º	21/01/1979
248	SAMANTHA HILLESHEIN	1,20	0,90	0,30	2,75	1,10	6,25			6,25	APROVADO(A)	20º	14/01/1992
490	ROSANE LUCIA GOUVEIA	1,50	1,20	0,60	2,20	0,55	6,05			6,05	APROVADO(A)	21º	05/09/1984
613	TAIS SALVADOR VERISSIMO	1,50	0,90	0,90	2,20	0,55	6,05			6,05	APROVADO(A)	22º	07/12/1995
429	SUELEN VARGAS	1,50	0,90	0,90	2,20	0,55	6,05			6,05	APROVADO(A)	23º	26/05/1997
32	MARIA ROSELI MAFRA VENTURA	1,50	0,90	0,30	2,75	0,55	6,00			6,00	APROVADO(A)	24º	11/05/1976
402	CHIRLANA DE SOUZA	1,50	0,60	0,60	2,75	0,55	6,00			6,00	APROVADO(A)	25º	01/04/1985
391	PRISCILA VARGAS	1,50	0,60	0,60	2,75	0,55	6,00			6,00	APROVADO(A)	26º	06/09/1992
482	CLAUDIA SARTORI	1,20	0,90	0,60	2,20	1,10	6,00			6,00	APROVADO(A)	27º	24/08/1978
548	SAMANTHA TRINDADE SANTANA	1,20	0,90	0,00	3,30	0,55	5,95			5,95	APROVADO(A)	28º	30/10/1989
557	KAREN JULIANA GALLI	1,50	1,20	0,30	2,75	0,00	5,75			5,75	APROVADO(A)	29º	02/06/1988
252	LUCIANA MOTTER	1,20	1,50	0,30	2,75	0,00	5,75			5,75	APROVADO(A)	30º	06/01/2000
487	MIRIA PIVA	1,50	0,90	0,60	2,20	0,55	5,75			5,75	APROVADO(A)	31º	12/01/1972
30	RAQUEL CHECATTE	1,20	0,90	0,90	2,20	0,55	5,75			5,75	APROVADO(A)	32º	03/08/1981
470	LETÍCIA COSTA	1,20	0,90	0,90	2,20	0,55	5,75			5,75	APROVADO(A)	33º	08/02/1988
579	DAIANA PERAO	1,20	0,90	0,30	2,75	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	34º	17/02/1987
69	GABRIELE ADAM PEREIRA GARCIA	1,20	0,90	0,30	2,75	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	35º	01/08/1988
590	MARJANA RODRIGUES FUCILINI	1,20	0,90	0,30	2,75	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	36º	27/06/1993
595	ANA ROSA VARGAS	0,60	1,20	0,60	2,75	0,55	5,70			5,70	APROVADO(A)	37º	09/07/1984
618	JULIANA SALAMAIA PEDRINI	1,20	0,60	0,00	3,30	0,55	5,65			5,65	APROVADO(A)	38º	22/08/1986
457	ANA PAULA FIORATTI	0,90	0,90	0,00	3,30	0,55	5,65			5,65	APROVADO(A)	39º	31/07/1998
479	VALDIRENE PEIXER ALEXANDRE	1,20	0,30	0,30	2,75	1,10	5,65			5,65	APROVADO(A)	40º	31/08/1974
640	MARIA EDUARDA GARTNER PEREIRA	1,50	1,20	0,60	2,20	0,00	5,50			5,50	APROVADO(A)	41º	09/01/1996

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



624	ANA JULIA GAMBETA	1,50	1,20	0,60	2,20	0,00	5,50				5,50	APROVADO(A)	42º	05/06/1997
411	ELEN SALETE DA SILVA	1,50	1,20	0,00	2,75	0,00	5,45				5,45	APROVADO(A)	43º	16/09/1995
129	ALESSANDRA DE FÁTIMA GUEDES CARDOSO	1,20	0,90	0,60	2,75	0,00	5,45				5,45	APROVADO(A)	44º	26/01/1986
528	JULIANA PEIXER	1,20	1,20	0,30	2,75	0,00	5,45				5,45	APROVADO(A)	45º	14/02/1993
532	JESSICA JULIANA FLORENTINO SILVA	1,20	1,20	0,30	2,75	0,00	5,45				5,45	APROVADO(A)	46º	23/04/1994
420	NAIARA DE CARVALHO DE ARAÚJO WISINTAINER	1,20	1,20	0,30	2,75	0,00	5,45				5,45	APROVADO(A)	47º	08/09/1998
604	VIVIANA MAFESSOLLI	1,20	1,50	0,00	2,20	0,55	5,45				5,45	APROVADO(A)	48º	10/01/1985
27	ROSIMERI COSTA DE SOUZA	1,20	0,60	0,90	2,20	0,55	5,45				5,45	APROVADO(A)	49º	31/10/1986
666	TEREZINHA AVELINO DE LIMA	0,90	0,60	0,60	2,75	0,55	5,40				5,40	APROVADO(A)	50º	09/02/1988
4	IZABEL CRISTINA DA SILVA MATHIAS	0,90	1,20	0,00	2,75	0,55	5,40				5,40	APROVADO(A)	51º	28/06/1988
446	SAMARA MAFESSOLLI MACHAJEWSKI	0,90	1,20	0,00	2,75	0,55	5,40				5,40	APROVADO(A)	52º	18/04/1990
29	JAIRA BORGES COLARES	0,90	0,90	0,30	2,20	1,10	5,40				5,40	APROVADO(A)	53º	12/07/1989
569	LUANA VENTURA DOS SANTOS	1,20	1,20	0,00	2,75	0,00	5,15				5,15	APROVADO(A)	54º	08/10/1995
427	FERNANDA MACHADO DA SILVA	1,50	0,60	0,30	2,20	0,55	5,15				5,15	APROVADO(A)	55º	27/01/1979
592	RONALDA DE FÁTIMA DA SILVA	1,20	0,90	0,30	2,20	0,55	5,15				5,15	APROVADO(A)	56º	25/12/1990
498	TAISE DAROSI	1,50	0,60	0,30	1,65	1,10	5,15				5,15	APROVADO(A)	57º	08/04/1993
23	JULIANA AMORIM ESTEVÃO	1,20	0,60	0,00	2,75	0,55	5,10				5,10	APROVADO(A)	58º	12/01/1986
630	SONIA MARIGLOD	0,90	0,60	0,30	2,75	0,55	5,10				5,10	APROVADO(A)	59º	23/07/1990
389	ADRIANA DE FÁTIMA MAVSZAK	0,60	0,90	0,30	2,75	0,55	5,10				5,10	APROVADO(A)	60º	10/03/1977
555	MARCIA DE JESUS PECEJOVSKI	0,60	0,90	0,30	2,75	0,55	5,10				5,10	APROVADO(A)	61º	11/07/1978
295	MADHAWA YOHANNA DAROSCI ALEXANDRE BERALDO	1,50	0,90	0,30	2,20	0,00	4,90				4,90	APROVADO(A)	62º	01/12/1992
637	MARLUCI MAGALI DE MENEZES	1,20	1,20	0,30	2,20	0,00	4,90				4,90	APROVADO(A)	63º	09/01/1989
533	DAIANA STOLFI	1,20	0,90	0,60	2,20	0,00	4,90				4,90	APROVADO(A)	64º	16/04/1995
417	ANDERLEIA HAHN LECZYNSKI GONÇALVES	1,50	0,60	0,60	1,65	0,55	4,90				4,90	APROVADO(A)	65º	10/12/1989
255	FÁTIMA VARGAS DE FREITAS	1,20	0,90	0,00	2,20	0,55	4,85				4,85	APROVADO(A)	66º	03/03/1980
308	AMABILI DO NASCIMENTO	1,20	0,60	0,30	2,20	0,55	4,85				4,85	APROVADO(A)	67º	27/07/1992

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



1907-1908

576	MAIARA REIS DAROSS	0,90	0,60	0,00	2,75	0,55	4,80			4,80	APROVADO(A)	68º	21/11/1993
444	RENATA CAMILA DOS SANTOS	1,50	0,90	0,60	1,65	0,00	4,65			4,65	APROVADO(A)	69º	21/10/1996
135	ELAINE CRISTINA ORSI IGNACIO	1,20	0,90	0,30	2,20	0,00	4,60			4,60	APROVADO(A)	70º	26/08/1978
141	SCHEILA BEISE	0,90	0,60	0,90	2,20	0,00	4,60			4,60	APROVADO(A)	71º	12/05/1984
61	LIDIANE DE SOUSA KOERCHS	0,90	0,90	0,60	2,20	0,00	4,60			4,60	APROVADO(A)	72º	09/05/1986
681	MAIARA QUADROS DE OLIVEIRA	1,20	0,60	0,00	2,75	0,00	4,55			4,55	APROVADO(A)	73º	23/08/1988
514	RAFAELA KARISE RIBEIRO	0,90	0,90	0,00	2,75	0,00	4,55			4,55	APROVADO(A)	74º	07/09/1989
560	JULIA CAROLINI ANGELI	0,90	0,90	0,00	2,75	0,00	4,55			4,55	APROVADO(A)	75º	06/09/1998
154	CARLA FUMAGALLI	1,50	0,60	0,00	2,20	0,00	4,30			4,30	APROVADO(A)	76º	06/04/1982
658	MAIARA APARECIDA DA SILVA MONTEIRO	0,90	0,30	0,90	1,65	0,55	4,30			4,30	APROVADO(A)	77º	01/02/1998
677	SIMONI RODRIGUES DE MENEZES	0,90	0,60	0,00	2,75	0,00	4,25			4,25	APROVADO(A)	78º	31/07/1985
434	FABIOLA GONÇALVES	0,90	0,30	0,30	2,75	0,00	4,25			4,25	APROVADO(A)	79º	09/02/1995
62	DEBORA DE SOUZA GALL	1,20	0,30	0,00	2,20	0,55	4,25			4,25	APROVADO(A)	80º	14/06/1992
42	JAUQUELINE MAIARA OURIQUES	0,90	0,60	0,00	2,20	0,55	4,25			4,25	APROVADO(A)	81º	24/11/1995
558	CARLA SESTREM	0,30	0,60	0,60	2,20	0,55	4,25			4,25	APROVADO(A)	82º	25/11/1992
467	DALVAINÉ DE FÁTIMA MORLIN	1,50	0,90	0,00	1,65	0,00	4,05			4,05	APROVADO(A)	83º	22/01/1965
440	ELIZANDRA C DE A MATINS	0,90	1,20	0,30	1,65	0,00	4,05			4,05	APROVADO(A)	84º	22/07/1997
17	IANKA DE PAULA SOUSA	1,20	0,60	0,00	2,20	0,00	4,00			4,00	APROVADO(A)	85º	01/12/1996
449	IANCA CRISTINA OURIQUES	0,60	0,90	0,30	2,20	0,00	4,00			4,00	APROVADO(A)	86º	28/02/1996
347	SIMONE CIRLEI DUARTE	0,60	0,30	0,30	2,75	0,00	3,95			3,95	REPROVADO(A)	--	01/01/2000
351	LEILA LEAL	0,90	0,30	0,00	2,20	0,55	3,95			3,95	REPROVADO(A)	--	23/12/1990
286	ALZERINA APARECIDA COSTA BRICK	1,20	0,60	0,30	1,65	0,00	3,75			3,75	REPROVADO(A)	--	30/05/1975
323	PAMELAS MENITEI SILVA	1,20	0,60	0,30	1,65	0,00	3,75			3,75	REPROVADO(A)	--	13/06/1984
508	ALIZ DAIANA MATOS DE QUADROS	1,20	0,30	0,00	2,20	0,00	3,70			3,70	REPROVADO(A)	--	31/12/1981
571	VERA DE JESUS PECHIOSVSKI	0,90	0,60	0,00	1,65	0,55	3,70			3,70	REPROVADO(A)	--	30/08/1971
176	EVALDO JOSÉ LOURENÇO	1,20	0,90	0,30	1,10	0,00	3,50			3,50	REPROVADO(A)	--	03/12/1982
652	CLECI ROSA RIBEIRO	1,20	0,60	0,00	1,65	0,00	3,45			3,45	REPROVADO(A)	--	14/03/1970



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

602	JOICE VILLANOVA	1,20	0,60	0,00	1,65	0,00	3,45				3,45	REPROVADO(A)	--	17/04/1982
80	FRANCISDALVA JOAQUIM DA SILVA SCHMITT	0,60	0,90	0,30	1,65	0,00	3,45				3,45	REPROVADO(A)	--	02/05/1984
615	SHAIANE DA SILVA PEIXER	0,30	0,30	0,60	2,20	0,00	3,40				3,40	REPROVADO(A)	--	04/04/1990
424	KÁTIA ROSANE VARELA DA SILVA	0,30	0,90	0,30	1,65	0,00	3,15				3,15	REPROVADO(A)	--	27/02/1980
578	JOISSI PEIXER SOARES	0,90	0,00	0,00	2,20	0,00	3,10				3,10	REPROVADO(A)	--	10/08/1985
113	FATIMA MARGARETE ORSI HAACKE	0,30	0,90	0,30	1,10	0,00	2,60				2,60	REPROVADO(A)	--	16/02/1963
662	VANESSA FERNANDA DA SILVA	0,90	0,00	0,00	1,65	0,00	2,55				2,55	REPROVADO(A)	--	20/07/1995
538	GRAZIANI INACIO	0,60	0,30	0,00	1,65	0,00	2,55				2,55	REPROVADO(A)	--	16/10/1989
527	FERNANDA SERPA	0,60	0,30	0,30	0,55	0,55	2,30				2,30	REPROVADO(A)	--	17/04/2014
609	MARIA IVETE DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	AUSENTE	--	25/03/1964
228	CARINA ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	AUSENTE	--	28/04/1981
553	MARILIA DAS NEVES MELO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	AUSENTE	--	30/12/1981
419	SABRINA SCHEFFER DE OLIVEIRA ANTONI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	AUSENTE	--	16/09/1983
185	DANIELA CRISTINA EIDT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	AUSENTE	--	09/11/1983
1	SHEILA SHIRLEI MOREIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	AUSENTE	--	01/08/1986
678	FERNANDA GRIMM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	AUSENTE	--	28/05/1990
313	ROSILEIDE FERREIRA DE ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	AUSENTE	--	08/07/1990
288	DRIELY VALERIA DE AGUIAR GONÇALVES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00				0,00	AUSENTE	--	12/07/1992
PROFESSOR CRECHE (0 A 4 ANOS) - HABILITADO														
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.	
644	RAQUEL DO NASCIMENTO GOMES LOLATTO	1,20	1,50	0,60	3,30	0,55	7,15	0,50	5,00	6,06	APROVADO(A)	1º	20/10/1986	
544	MÁRCIA GEOVANA BURIG	0,90	1,50	0,90	3,30	0,55	7,15	0,40	5,00	6,05	APROVADO(A)	2º	08/02/1983	
512	CLAUDIA PEIXER DE OLIVEIRA	1,50	0,90	0,30	3,30	1,10	7,10	0,30	5,00	6,00	APROVADO(A)	3º	28/02/1976	
455	RAQUEL BORATTI	0,90	1,20	0,90	3,30	0,55	6,85	0,30	5,00	5,83	APROVADO(A)	4º	22/01/1974	
619	ELZA MARTINS	0,90	1,20	0,60	3,30	0,55	6,55	1,20	5,00	5,71	APROVADO(A)	5º	27/09/1974	
422	JERUZA MAFESSOLLI DE SOUZA	1,50	0,90	0,90	2,75	0,55	6,60	0,20	5,00	5,64	APROVADO(A)	6º	27/04/1982	
355	JANICE COELHO SOARES	1,20	0,90	0,60	2,75	1,10	6,55	0,40	5,00	5,63	APROVADO(A)	7º	13/08/1982	



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

588	REGIANE GONÇALVES DE OLIVEIRA	1,50	0,60	0,60	0,60	0,30	0,55	0,30	5,00	5,62	APROVADO(A)	8º	02/08/1989
623	ARIANE MACEDO CAMPOS	1,20	0,60	0,30	3,30	1,10	6,50	0,40	5,00	5,59	APROVADO(A)	9º	29/07/1993
505	ARCILEIDE DOS SANTOS ZUNINO	1,20	0,90	0,30	2,75	1,10	6,25	0,40	5,00	5,42	APROVADO(A)	10º	20/02/1980
529	MARA RÚBIA AMORIM MOTTA	1,20	0,60	0,60	2,75	1,10	6,25	0,40	5,00	5,42	APROVADO(A)	11º	06/10/1981
9	LEONETE BORATI REGIS	0,90	1,20	0,30	2,75	1,10	6,25	0,40	5,00	5,42	APROVADO(A)	12º	01/07/1972
534	CARINE ZUNINO FONTES FACCHINI	1,50	1,20	0,30	3,30	0,00	6,30	0,00	5,00	5,41	APROVADO(A)	13º	05/08/1986
661	MORGANA APARECIDA MARQUES	0,90	0,90	0,60	2,75	1,10	6,25	0,00	5,00	5,38	APROVADO(A)	14º	15/06/1982
137	ENEIAS DE SOUZA	0,90	1,20	0,60	2,75	1,10	6,55	0,50	3,45	5,33	APROVADO(A)	15º	15/06/1960
443	SANDRA ANDREA FRAGA FAGUNDES	0,90	1,20	0,60	3,30	0,00	6,00	0,60	5,00	5,26	APROVADO(A)	16º	17/06/1977
404	EIDE DAIANA TRAINOTTI	1,20	0,90	0,60	2,75	0,55	6,00	0,20	5,00	5,22	APROVADO(A)	17º	14/08/1971
394	JULIANA DA SILVA	1,20	0,60	0,30	3,30	0,55	5,95	0,40	5,00	5,21	APROVADO(A)	18º	16/07/1983
52	HELENITA PACHECO TEIXEIRA	0,90	0,90	0,30	2,75	1,10	5,95	0,40	5,00	5,21	APROVADO(A)	19º	26/06/1969
664	ÉDNA PEREIRA	1,50	0,60	0,30	2,75	1,10	6,25	0,70	3,44	5,13	APROVADO(A)	20º	03/05/1985
629	BRUNA CORDEIRO	1,50	1,20	0,60	3,30	0,00	6,60	0,20	2,00	5,04	APROVADO(A)	21º	07/04/1992
518	JULIANA SGROTT VEBER	0,90	1,20	0,30	2,75	0,55	5,70	0,50	5,00	5,04	APROVADO(A)	22º	09/06/1984
412	VALERIA DA SILVA LEAO	1,50	0,90	0,30	2,75	1,10	6,55	0,20	2,00	5,01	APROVADO(A)	23º	17/01/1990
559	VÂNIA DE OLIVEIRA	0,90	0,90	0,60	2,75	0,55	5,70	0,10	5,00	5,00	APROVADO(A)	24º	07/05/1987
485	RUTE MARIA DOS SANTOS GONZAGA	1,50	0,90	0,30	2,20	0,55	5,45	0,40	5,00	4,86	APROVADO(A)	25º	02/11/1974
180	MÁRCIA FERREIRA	1,50	1,20	0,60	2,20	0,00	5,50	0,00	5,00	4,85	APROVADO(A)	26º	06/02/1991
668	VANESSA STEIL	1,20	1,20	0,60	2,75	0,55	6,30	0,10	2,00	4,82	APROVADO(A)	27º	29/05/1988
210	HELLY LAUS CARSTENS	1,20	1,20	0,30	2,75	0,00	5,45	0,70	4,51	4,79	APROVADO(A)	28º	19/03/1960
245	SILVIA LUIZA VALLE	1,50	1,50	0,00	2,75	0,00	5,75	0,00	3,80	4,79	APROVADO(A)	29º	22/09/1966
622	MIRANDA ERICA NASCIMENTO BARDIN	0,90	0,90	0,00	3,30	0,00	5,10	0,50	5,00	4,62	APROVADO(A)	30º	09/01/1975
597	AMANDA MARIAN ABELINO	1,50	1,20	0,00	2,75	0,55	6,00	0,20	2,00	4,62	APROVADO(A)	31º	26/08/1991
543	PATRICIA PASCHOAL BURIG	0,60	0,90	0,30	2,20	1,10	5,10	0,30	5,00	4,60	APROVADO(A)	32º	17/09/1973
502	JUCELIANE DA SILVA	0,90	0,90	0,90	2,20	0,00	4,90	0,70	5,00	4,50	APROVADO(A)	33º	10/02/1984
285	SAMANTA CRISTINA GALISA	1,20	0,90	0,60	2,20	0,00	4,90	0,50	5,00	4,48	APROVADO(A)	34º	22/08/1993

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



1902/1988

480	SUSANA VARGAS GERBER	1,20	1,20	0,30	2,20	0,00	4,90	0,40	5,00	4,47	APROVADO(A)	35º	21/10/1975
63	ANDRIELE FERREIRA ROESLER	1,20	0,90	0,60	1,65	0,55	4,90	0,30	5,00	4,46	APROVADO(A)	36º	01/02/1991
547	ROSIMAR TRINDADE SANTANA	0,90	0,90	0,30	2,75	0,00	4,85	0,60	5,00	4,46	APROVADO(A)	37º	11/12/1966
589	ROSIMERI TAMANINI PEREIRA	0,90	0,90	0,30	1,65	1,10	4,85	0,50	5,00	4,45	APROVADO(A)	38º	07/05/1969
535	MARIELY ARAGÃO MENDES	0,90	0,90	0,60	2,75	0,55	5,70	0,50	2,00	4,44	APROVADO(A)	39º	27/07/1985
64	CARINA MARTINS MAFESSOLLI	0,90	0,90	0,60	2,75	0,55	5,70	0,40	2,00	4,43	APROVADO(A)	40º	02/07/1988
593	EVANILDA COSTA	1,50	0,90	0,60	2,20	0,55	5,75	0,00	2,00	4,43	APROVADO(A)	41º	05/12/1975
575	JULIANA DE SOUZA HOFF	0,90	0,60	0,60	2,20	0,55	4,85	0,20	5,00	4,42	APROVADO(A)	42º	16/06/1982
632	ROSELENA ELEUTERIO TRAINOTTI	0,60	1,20	0,60	2,75	0,55	5,70	0,00	2,00	4,39	APROVADO(A)	43º	03/09/1975
155	ANA PAULA MOTTA	1,20	0,60	0,60	2,20	0,55	5,15	0,70	3,48	4,37	APROVADO(A)	44º	11/06/1988
565	PATRICIA FAGUNDES	0,90	0,60	0,30	2,20	0,55	4,55	0,20	5,00	4,21	APROVADO(A)	45º	04/01/1990
584	CLAUDIA CRISTINA CIPRIANI TAMANINI	0,90	0,90	0,30	2,20	0,55	4,85	1,50	3,00	4,15	APROVADO(A)	46º	25/09/1975
153	PATRICIA APARECIDA SCHNEIDER CORRÊA	0,90	0,60	0,60	2,20	0,00	4,30	0,70	5,00	4,08	APROVADO(A)	47º	09/02/1984
312	MARLI GERMANO DE SOUZA	0,90	0,60	0,60	1,65	0,55	4,30	0,40	5,00	4,05	APROVADO(A)	48º	10/08/1955
546	BRUNA MARTINI	1,20	0,90	0,30	1,65	1,10	5,15	0,00	2,00	4,01	APROVADO(A)	49º	10/10/1987
561	ANDREZA VALERIA MATHIAS VARGAS	1,20	0,60	0,00	1,65	0,55	4,00	1,20	5,00	3,92	APROVADO(A)	50º	31/07/1976
670	ANACLETA DE SOUZA	0,60	1,20	0,30	2,20	0,00	4,30	1,70	3,00	3,78	APROVADO(A)	51º	28/05/1970
450	SUZAN ELLEN DE SOUZA	1,20	0,90	0,00	2,75	0,00	4,85	0,00	1,20	3,64	APROVADO(A)	52º	27/11/1993
249	REALINA LIBARDO FANTINI	0,90	1,20	0,00	2,20	0,55	4,85	2,10	0,12	3,63	APROVADO(A)	53º	23/11/1958
114	ANDERLEIA DA SILVA HASS	0,90	0,90	0,30	2,75	0,00	4,85	0,00	0,70	3,54	APROVADO(A)	54º	17/10/1989
536	ALINY S MENDES GONCALVES	0,90	0,60	0,60	2,20	0,00	4,30	0,30	2,00	3,44	APROVADO(A)	55º	20/03/1978
152	TATIANA DOS SANTOS PEREIRA	1,20	0,90	0,00	2,75	0,00	4,85	0,00	0,00	3,40	APROVADO(A)	56º	02/09/1984
309	INDIAMARA ALEXANDRE	1,20	0,30	0,00	3,30	0,00	4,80	0,00	0,00	3,36	APROVADO(A)	57º	06/05/1994
526	ADRIÉLIA MARTIM	1,20	0,90	0,30	1,10	0,00	3,50	0,00	0,00	2,45	REPROVADO(A)	--	23/06/1988
448	ROZILDA COSTA	0,90	0,60	0,30	1,65	0,00	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	24/04/1972
634	DENISE TERESINHA DOS SANTOS FIRMO	0,60	0,60	0,60	1,65	0,00	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	24/01/1965
324	ADRIANA RODRIGUES MICHELON DE SOUZA	1,20	0,60	0,00	1,10	0,55	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	16/07/1987



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

621	LUCILEIA ROCHA RIBEIRO	0,60	0,30	0,30	0,30	2,20	0,00	3,40	0,00	2,38	REPROVADO(A)	--	26/09/1981
357	ADRIANI DOS SANTOS CRISPIM	0,90	0,30	0,30	0,30	1,10	0,55	3,15	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--	26/07/1978
456	ROSANE LAETE MELO PICCOLI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	29/05/1968
PROFESSOR CRECHE (0 A 4 ANOS) - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
266	LILIAN NAIRA MACHADO MOTTER	1,20	1,20	0,90	2,75	1,10	7,15	0,00	6,00	6,21	APROVADO(A)	1º	01/01/2000
669	FABIANA DA SILVA	1,20	0,60	0,30	3,30	0,00	5,40	0,20	9,00	5,60	APROVADO(A)	2º	22/11/1982
346	ANDRÉIA KNISS	1,50	0,90	0,30	2,20	0,55	5,45	0,00	1,88	4,19	APROVADO(A)	3º	24/08/1997
639	EDI CARIN MATUXAKI PAES	0,60	1,20	0,60	1,10	0,55	4,05	0,00	0,00	2,84	APROVADO(A)	4º	29/08/2000
157	ANA CAROLINI FORMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	10/02/1997
100	RAYLANA SABINO GODINHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	09/03/1999
PROFESSOR DE ARTE 1º/9º - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
605	JORGE OCTAVIO BATISTA	1,50	1,50	0,60	2,75	1,10	7,45	0,00	0,00	5,22	APROVADO(A)	1º	02/03/1993
41	DIANDRA MAQUIANI MARQUES BENEVENUTTI	1,20	0,60	0,30	2,20	0,00	4,30	0,40	5,00	4,05	APROVADO(A)	2º	10/07/1990
672	CRISTIANE SILVA	0,60	0,90	0,60	2,20	1,10	5,40	0,70	0,12	3,87	APROVADO(A)	3º	27/08/1983
PROFESSOR DE ARTE 1º/9º - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
200	MARTA ELAINE DE SOUZA	1,20	0,60	0,30	2,75	0,55	5,40	0,00	9,00	5,58	APROVADO(A)	1º	23/09/1992
465	LUCIANA FERREIRA DA SILVA	1,20	0,90	0,90	2,20	1,10	6,30	0,80	2,00	4,89	APROVADO(A)	2º	09/06/1974
583	RENÉ GOUVEIA PINTO	1,50	0,90	0,30	1,65	0,00	4,35	0,20	9,00	4,87	APROVADO(A)	3º	01/10/1992
PROFESSOR DE ARTE/MÚSICA (FUNJUEVE) - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
280	CARLOS VINÍCIUS DE MELO DUARTE	1,50	1,50	0,00	2,20	0,55	5,75	0,30	7,00	5,46	APROVADO(A)	1º	29/03/1994
PROFESSOR DE DANÇA (FUNJUEVE) - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
376	ANDRESSA SOARES PADILHA	0,60	0,60	0,30	1,65	0,55	3,70	0,00	0,00	2,59	REPROVADO(A)	--	10/07/1984



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

199	KARLA SIMONE COSTA PEIXOTO	1,20	0,30	0,30	1,10	0,00	2,90	0,00	0,00	2,03	REPROVADO(A)	--	31/05/1969
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CONTAÇÃO HISTÓRIA) - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
616	IEDA MARIA VARGAS MARCELINO ANDREGTONI	1,50	0,90	0,30	3,85	1,10	7,65	0,30	5,00	6,39	APROVADO(A)	1º	08/01/1977
442	CARLA DIAS	1,20	1,50	0,30	2,75	1,10	6,85	0,60	5,00	5,86	APROVADO(A)	2º	21/04/1990
38	TAMARA KENIA KAVIHIONI	0,90	0,30	0,60	3,30	0,00	5,10	0,10	5,00	4,58	APROVADO(A)	3º	04/09/2017
481	PATRÍCIA MAGALI ALVES	1,50	0,60	0,00	2,20	1,10	5,40	0,60	0,00	3,84	APROVADO(A)	4º	10/04/1977
343	JANDERLENE LAURINDO	0,90	0,60	0,30	1,65	0,00	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	30/07/1985
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL (CONTAÇÃO HISTÓRIA) - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
34	CHAIANE MATOSO DOS SANTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	01/01/2000
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
87	NATALI TARCIELU RODRIGUES DA SILVA	1,20	1,20	0,90	2,20	1,10	6,60	0,30	5,00	5,65	APROVADO(A)	1º	07/02/1994
12	BENEDITA PESSOA FURTADO	1,50	1,20	0,30	2,75	0,55	6,30	0,50	5,00	5,46	APROVADO(A)	2º	02/01/1975
58	ANNI KERULINI AMORIM SCHMITZ	1,20	1,50	0,00	3,30	0,55	6,55	0,40	2,00	5,03	APROVADO(A)	3º	25/07/1987
218	MARIANA NEUMANN	1,50	1,20	0,00	3,30	0,55	6,55	0,00	1,35	4,86	APROVADO(A)	4º	14/08/1991
174	KARINE GIACOMELI	1,50	0,60	0,30	3,30	0,55	6,25	0,40	2,00	4,82	APROVADO(A)	5º	06/02/1990
334	VERA LUCIA MAFRA VARGAS	1,20	0,90	0,00	2,75	0,55	5,40	0,00	5,00	4,78	APROVADO(A)	6º	29/12/1967
49	IVONETE COUTO DOS SANTOS	1,20	0,90	0,30	2,75	1,10	6,25	0,00	2,00	4,78	APROVADO(A)	7º	24/09/1975
504	JOELMA REJANE DA SILVA	0,90	0,60	0,90	2,75	0,00	5,15	1,40	5,00	4,75	APROVADO(A)	8º	02/01/1967
503	DILVANI FILIPPUS LEAL	1,20	0,60	1,20	1,65	0,55	5,20	0,40	5,00	4,68	APROVADO(A)	9º	18/06/1972
643	EDNA LUCIA DE AZEVEDO	1,50	1,20	0,30	1,65	0,55	5,20	0,30	5,00	4,67	APROVADO(A)	10º	06/09/1980
203	CÍNTIA FANDARUFF	1,20	0,90	0,30	2,20	0,55	5,15	0,40	5,00	4,65	APROVADO(A)	11º	09/01/1983
322	DANIELA PEZZINI	0,90	0,60	0,30	2,20	1,10	5,10	0,50	5,00	4,62	APROVADO(A)	12º	28/02/1987
522	MARIA OLIVIA PEIXER ANGELI	1,20	0,90	0,00	2,20	0,55	4,85	0,50	5,00	4,45	APROVADO(A)	13º	11/05/1976
40	SANDRA RENZETTI ESPINDOLA	0,90	0,30	0,30	2,75	0,55	4,80	2,00	3,68	4,30	APROVADO(A)	14º	07/09/1970



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

381	MAYARA TUANY SCHEIDT PETRY	0,90	0,90	0,60	1,65	0,55	4,60	0,30	5,00	4,25	APROVADO(A)	15º	29/11/1989
177	MARIA SOLANGE FORMENTO TROMBELLI	1,50	0,90	0,60	1,10	1,10	5,20	1,20	1,94	4,15	APROVADO(A)	16º	16/09/1972
169	WALQUENIA FONTINELE ALVES	1,50	0,30	0,30	1,10	1,10	4,30	1,10	5,00	4,12	APROVADO(A)	17º	20/05/1980
240	JOELMA FAGUNDES	1,50	0,90	0,30	1,65	0,00	4,35	0,70	5,00	4,12	APROVADO(A)	18º	27/03/1988
425	JUCÉLIA TOMAZ FRAGA	0,60	0,90	0,60	2,20	0,00	4,30	0,70	5,00	4,08	APROVADO(A)	19º	21/11/1968
238	ROSA THOMAZONI DOS SANTOS	1,20	0,90	0,00	1,65	0,55	4,30	0,50	5,00	4,06	APROVADO(A)	20º	08/11/1955
46	BRUNA TRAINOTTI GOMES	0,60	0,90	0,30	2,20	0,00	4,00	0,30	5,00	3,83	APROVADO(A)	21º	09/06/1994
291	MIRELI CARLA CECCATO	0,90	1,50	0,30	1,65	0,55	4,90	0,00	2,00	3,83	APROVADO(A)	22º	22/08/1990
284	FRANCIELE ALVES DE MORAES	0,90	1,20	0,60	1,65	0,55	4,90	0,00	2,00	3,83	APROVADO(A)	23º	30/05/1993
581	ALINE ALMEIDA	1,20	1,20	0,30	1,65	0,55	4,90	0,00	0,00	3,43	APROVADO(A)	24º	02/02/1990
158	ESTHER DO COUTO AZEREDO GONÇALVES	1,20	0,60	0,60	1,65	0,00	4,05	0,00	0,68	2,97	APROVADO(A)	25º	20/07/1993
591	NAIARA DE OLIVEIRA BEIJARANA	1,20	0,90	0,30	1,65	0,00	4,05	0,00	0,00	2,84	APROVADO(A)	26º	16/07/1985
333	KARLA DAYANE PETRY	0,60	0,30	0,30	1,10	1,10	3,40	0,00	0,00	2,38	REPROVADO(A)	--	19/07/1994
521	FABRINA TEIXEIRA	0,90	0,60	0,30	1,10	0,00	2,90	0,00	0,00	2,03	REPROVADO(A)	--	11/07/1984
471	JOSIANE BOOZ ZUNINO	0,90	0,30	0,30	0,55	0,55	2,60	0,00	0,00	1,82	REPROVADO(A)	--	15/07/1978
580	RENATA GABRIELI COSTA	0,90	0,60	0,30	0,55	0,00	2,35	0,00	0,00	1,65	REPROVADO(A)	--	12/11/1992
256	LAISE CONSTANTE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	13/02/1989
PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL (PRÉ-ESCOLA) - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
406	CATIELE CARINE TENTE LUMERTZ	1,50	0,90	0,30	1,65	0,00	4,35	0,10	10,00	5,06	APROVADO(A)	1º	11/04/1992
587	ALINE ESPINDOLA MACKENZIE	1,50	1,20	0,60	2,75	1,10	7,15	0,00	0,00	5,01	APROVADO(A)	2º	24/07/1980
393	ANA CAROLINA COSTA HOFFMANN	0,90	0,60	0,30	1,65	0,55	4,00	0,10	7,24	4,26	APROVADO(A)	3º	27/05/1994
175	ALINE CRISTINA COSTA	1,20	0,90	0,60	1,65	0,55	4,90	0,00	2,00	3,83	APROVADO(A)	4º	23/05/1989
146	EMILLY GREICE CIM	1,20	0,90	0,60	1,10	0,00	3,80	0,00	0,00	2,66	REPROVADO(A)	--	01/11/1987
220	TAMYRES FLORES DE SOUZA	0,90	0,60	0,00	1,65	0,00	3,15	0,00	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--	28/11/1995
671	JUCILDA APARECIDA SARDO PASCHOAL SEGALA	0,60	1,20	0,00	1,10	0,00	2,90	0,00	0,00	2,03	REPROVADO(A)	--	17/10/1977
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/5º ANO - GERAL PEDAGOGO - HABILITADO													



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
77	ANGELA MARIA DUARTE E DUARTE	1,20	1,20	0,60	3,30	1,10	7,40	0,80	5,00	6,26	APROVADO(A)	1º	13/10/1970
437	JAQUELINE DIAS	1,50	1,50	0,60	2,75	0,55	6,90	0,10	5,00	5,84	APROVADO(A)	2º	15/10/1993
635	MARIANE FRAGA MARIAN	1,20	1,50	0,60	2,75	0,55	6,60	0,50	5,00	5,67	APROVADO(A)	3º	03/03/1989
473	GISELE MARCIANA DE PAULA	1,50	0,90	0,60	2,75	0,55	6,30	0,70	5,00	5,48	APROVADO(A)	4º	01/04/1980
441	SIMONE CHINELATO AFONSO	1,50	0,90	0,60	2,75	0,55	6,30	0,50	5,00	5,46	APROVADO(A)	5º	14/10/1978
414	CARLA DA CUNHA	1,50	1,20	0,60	2,75	0,00	6,05	0,70	5,00	5,31	APROVADO(A)	6º	23/10/1981
506	MARAÍSA BÁRBARA FAGUNDES LEAL	1,20	1,50	0,90	1,10	1,10	5,80	0,70	5,00	5,13	APROVADO(A)	7º	11/05/1986
488	ANA MARIA PEIXER	1,50	0,90	0,60	1,65	1,10	5,75	0,60	5,00	5,09	APROVADO(A)	8º	27/06/1982
594	JANE DE ANHAIA FIORI	1,20	0,60	0,60	2,20	1,10	5,70	0,00	5,00	4,99	APROVADO(A)	9º	03/01/1977
213	LUCINEIDE FILGUEIRA	1,20	0,90	0,60	2,20	0,55	5,45	0,50	5,00	4,87	APROVADO(A)	10º	15/12/1968
332	VANESSA VARGAS	1,20	1,20	0,30	2,20	0,55	5,45	0,30	5,00	4,85	APROVADO(A)	11º	19/09/1989
241	LUCIANE FACCHINI PERÃO	1,20	1,20	0,60	1,65	0,55	5,20	1,40	5,00	4,78	APROVADO(A)	12º	11/09/1965
45	JOICE MARIA DE SOUZA	1,50	1,20	0,30	1,65	0,55	5,20	0,80	5,00	4,72	APROVADO(A)	13º	07/11/1986
361	GILJANE KAMERS	1,20	0,90	0,30	1,65	1,10	5,15	0,90	5,00	4,70	APROVADO(A)	14º	09/06/1980
398	DAISY APARECIDA DA SILVA	1,20	0,60	0,60	1,65	1,10	5,15	0,70	5,00	4,68	APROVADO(A)	15º	04/08/1974
223	CLAUDIA REGINA TIRLONI GOEDERT	1,20	1,20	0,60	1,65	0,55	5,20	0,80	4,39	4,60	APROVADO(A)	16º	02/01/1969
264	MICHELI SARDO	1,20	0,90	0,30	2,20	0,55	5,15	1,70	3,56	4,49	APROVADO(A)	17º	01/01/1980
192	ROSANA HIPOLITO	1,20	0,90	0,60	2,20	0,00	4,90	0,40	5,00	4,47	APROVADO(A)	18º	01/08/1970
96	CRISLAINE BOOZ	1,20	1,20	0,30	2,20	0,00	4,90	0,40	5,00	4,47	APROVADO(A)	19º	21/06/1993
303	IRACILDE MAFESSOLLI BOOZ	1,20	0,90	0,60	1,65	0,55	4,90	0,40	5,00	4,47	APROVADO(A)	20º	01/01/1962
399	QUEIDE CARINA TRIDAPALLI LOPES	0,90	1,20	0,00	2,20	0,55	4,85	0,50	5,00	4,45	APROVADO(A)	21º	16/09/1982
36	SANDRA BARBOSA DA SILVA	1,50	0,90	0,00	2,75	0,55	5,70	0,50	2,00	4,44	APROVADO(A)	22º	09/06/1978
140	ARINEIA SOARES GRIMM	0,90	1,20	0,00	2,20	0,55	4,85	0,40	5,00	4,44	APROVADO(A)	23º	17/09/1969
10	RAQUEL SILVEIRA	1,50	0,90	0,00	1,65	0,55	4,60	0,70	5,00	4,29	APROVADO(A)	24º	02/05/1987
305	MARA REGINA DE OLIVEIRA LOPES	1,20	0,90	0,60	1,65	1,10	5,45	0,20	2,00	4,24	APROVADO(A)	25º	04/06/1971
477	MARISETE PIVA	1,20	1,20	0,30	1,65	1,10	5,45	0,00	2,00	4,22	APROVADO(A)	26º	28/11/1964

ESTADO DE SANTA CATARINA



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

625	GENI BECKER	1,50	0,30	0,90	2,20	0,55	5,45	0,20	1,50	4,14	APROVADO(A)	27º	23/02/1990
190	LIANE AP. SANTANA MONTIBELLER	1,50	1,20	0,90	0,55	0,55	4,70	1,10	3,00	4,00	APROVADO(A)	28º	07/11/1979
26	ANA CLAUDIA MAZERA	1,20	0,60	0,00	2,20	0,00	4,00	0,90	5,00	3,89	APROVADO(A)	29º	29/12/1975
120	ALLEN DE SOUZA MOLMELSTET	1,50	1,50	0,30	1,65	0,00	4,95	0,20	2,00	3,89	APROVADO(A)	30º	19/08/1985
237	RAQUEL RODRIGUES FELISBINO REINERT DOS SANTOS	0,90	0,90	0,00	1,65	0,55	4,00	0,30	5,00	3,83	APROVADO(A)	31º	23/07/1989
99	JULIANA ANDRADE DE ARAUJO ORLANDI	0,90	1,20	0,30	1,65	0,55	4,60	0,80	1,80	3,66	APROVADO(A)	32º	17/03/1986
132	MAYARA FERNANDES HOFFMANN	1,50	0,90	0,00	2,20	0,00	4,60	0,20	2,00	3,64	APROVADO(A)	33º	31/03/1988
397	CLAIR COELHO DE QUADROS	1,20	1,20	0,00	1,65	0,55	4,60	0,10	2,00	3,63	APROVADO(A)	34º	12/07/1979
281	FERNANDA ADRIANA CANTO	1,50	0,60	0,60	1,65	0,55	4,90	0,00	0,40	3,51	APROVADO(A)	35º	26/05/1995
516	KELLY BÁRBARA DA SILVA	1,50	0,90	0,30	1,65	0,55	4,90	0,70	0,04	3,51	APROVADO(A)	36º	04/04/1988
636	ELIZANGELA MARA ROZA DO NASCIMENTO	0,90	0,90	0,30	2,20	0,00	4,30	0,20	2,00	3,43	APROVADO(A)	37º	17/02/1983
515	CLÁUDIA FRAGA FAGUNDES	1,20	0,60	0,00	1,65	0,55	4,00	0,00	2,00	3,20	APROVADO(A)	38º	07/05/1981
507	VALDIRENE SIMAS TIMM	1,20	1,20	0,30	1,10	0,00	3,80	0,00	0,00	2,66	REPROVADO(A)	--	03/12/1984
415	TANIA REGINA HERMANN DOS SANTOS	0,90	1,20	0,30	1,10	0,00	3,50	0,00	0,00	2,45	REPROVADO(A)	--	16/03/1964
628	ELER FRANZOI	0,60	0,90	0,60	1,10	0,00	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	30/04/1961
493	BRUNA FISCHER DE SIQUEIRA DA SILVA	0,60	0,90	0,30	0,55	0,55	2,90	0,00	0,00	2,03	REPROVADO(A)	--	05/08/1991
5	ELIANE CONHAQUI	0,90	0,30	0,30	0,55	0,55	2,60	0,00	0,00	1,82	REPROVADO(A)	--	10/10/1979
460	SILVIA REGINA VALVERDEPASCHOAL	1,20	0,60	0,00	0,55	0,00	2,35	0,00	0,00	1,65	REPROVADO(A)	--	27/11/1972
426	RAFAELA ROSA OZOTE	0,60	0,00	0,00	1,10	0,55	2,25	0,00	0,00	1,58	REPROVADO(A)	--	10/01/1987
242	ELANE CRISTINA DE ASSIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	12/10/1979
127	JANETE REZER DO AMARAL BENEVENUTTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	17/09/1981
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/5º ANO - GERAL PEDAGOGO - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
598	DAIANA MAÇANEIRO	1,50	1,20	1,20	2,20	0,55	6,65	0,40	10,00	6,70	APROVADO(A)	1º	23/03/1986
289	TAYSE KEYLA KAVIHIONI	1,20	0,60	1,20	2,75	0,55	6,30	0,00	9,00	6,21	APROVADO(A)	2º	13/10/1990
91	NICACIO STOLFI	1,20	0,90	0,30	2,20	1,10	5,70	0,00	10,00	5,99	APROVADO(A)	3º	16/08/1991



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação	Class.	Dta. Nasc.
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO													
638	JERUSA SILVA	1,20	0,30	1,20	2,20	0,55	5,45	0,30	7,80	5,41	APROVADO(A)	4º	18/11/1973
612	FRANCIELE SILVEIRA	1,20	0,60	0,30	2,20	0,00	4,30	0,00	9,00	4,81	APROVADO(A)	5º	08/09/1992
168	FRANCIELI HUFF	1,20	0,90	0,00	1,65	0,55	4,30	0,20	8,00	4,63	APROVADO(A)	6º	07/01/1992
119	SABRINA ORSI	1,50	0,90	0,30	1,10	0,55	4,35	0,10	7,52	4,56	APROVADO(A)	7º	30/10/1995
611	LUCINEIA OURIQUES PIVA	1,50	1,20	0,00	1,65	1,10	5,45	0,00	2,00	4,22	APROVADO(A)	8º	31/01/1980
106	ISADORA ARAUJO DE OLIVEIRA	1,20	0,30	0,90	1,65	0,00	4,05	0,00	6,00	4,04	APROVADO(A)	9º	11/01/1996
603	ROSEMARY TAVARES DE OLIVEIRA	1,50	0,90	0,00	2,20	0,55	5,15	0,00	0,40	3,69	APROVADO(A)	10º	19/08/1981
16	GRAZIELA FAGUNDES RAYMUNDO	1,20	0,60	0,60	1,65	0,55	4,60	0,50	2,00	3,67	APROVADO(A)	11º	04/07/1985
648	CRISTINE DOS SANTOS TEIXEIRA	0,90	0,90	0,90	1,10	0,55	4,35	0,10	2,00	3,46	APROVADO(A)	12º	02/03/1989
304	EDICARLA CIPRIANI FAGUNDES	1,20	0,90	0,00	1,10	0,55	3,75	0,00	0,00	2,63	REPROVADO(A)	--	12/09/1981
54	CLARISSA SUTIL DA TRINDADE	0,60	0,90	0,30	1,65	0,00	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	31/05/1996
453	ELI AUER MELNISKI	0,60	1,50	0,00	1,10	0,00	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	06/02/1991
76	ENGEL KAROLAINIE VIEIRA CHAGAS SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	27/07/1993
150	DIANA DA SILVA	1,50	1,20	0,90	3,30	0,55	7,45	0,60	2,00	5,68	APROVADO(A)	1º	27/12/1991
79	DELAINE MONIZE TIL	1,20	0,60	0,90	2,75	0,55	6,00	0,50	5,00	5,25	APROVADO(A)	2º	14/07/1994
108	VAGNER DE SOUZA	1,20	1,20	0,30	2,75	1,10	6,55	0,00	2,00	4,99	APROVADO(A)	3º	19/11/1987
125	SAMANTA DA SILVA	0,90	0,90	0,90	2,75	0,00	5,45	0,60	5,00	4,88	APROVADO(A)	4º	09/04/1991
39	MAIARA SGROTT	1,20	0,90	0,60	2,20	0,00	4,90	0,30	5,00	4,46	APROVADO(A)	5º	05/09/1988
649	MARIA EMILIA FACCHINI PERÃO	1,20	0,90	0,90	2,75	0,00	5,75	0,00	2,00	4,43	APROVADO(A)	6º	30/04/1993
88	KEILA DA SILVA FRANCO	1,50	1,20	0,60	2,75	0,00	6,05	0,00	0,00	4,24	APROVADO(A)	7º	02/07/1995
545	rita de cassia pesente grimm	0,90	0,60	0,00	2,20	0,55	4,25	0,60	5,00	4,04	APROVADO(A)	8º	20/02/1972
520	JULIO CESAR DA SILVA	1,20	1,20	0,00	2,75	0,55	5,70	0,00	0,00	3,99	APROVADO(A)	9º	06/07/1974
179	CRISTIANE TEOLINDA BODNAR	1,20	0,90	0,30	2,20	0,55	5,15	0,70	0,91	3,86	APROVADO(A)	10º	25/10/1976
287	ALINE FATIMA NASCIMENTO DOS SANTOS	1,50	0,90	0,30	1,65	0,55	4,90	0,00	0,00	3,43	APROVADO(A)	11º	13/05/1991
586	GABRIEL VELLER	0,30	0,60	0,90	1,65	0,00	3,45	0,00	0,00	2,42	REPROVADO(A)	--	13/12/1979



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

331	KENIA PRAXEDES DE PAULA MEIRA	0,90	0,30	0,30	1,65	0,00	3,15	0,00	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--	24/05/1995
385	KARINA INÊS VOYTENA PUEL	0,60	0,60	0,30	1,10	0,55	3,15	0,00	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--	11/01/1988
204	MAURICIO ROSIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/09/1975
194	RODRIGO BUOSI MONTEIRO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	22/10/1982
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
539	MAYARA MELIANI DA SILVA DE SOUZA	1,20	1,50	0,90	2,75	0,00	6,35	0,30	0,20	4,52	APROVADO(A)	1º	20/05/1985
239	RAFAELA RODRIGUES FELISBINO	0,90	0,90	0,30	1,65	0,55	4,30	0,00	6,00	4,21	APROVADO(A)	2º	06/02/1997
60	ALEXANDRA BERTOCHI	1,20	1,20	0,30	2,75	0,55	6,00	0,00	0,00	4,20	APROVADO(A)	3º	27/09/1998
509	ALEXANDRE EMANUEL TIMM	0,60	0,90	0,60	2,75	0,55	5,40	0,00	2,00	4,18	APROVADO(A)	4º	25/07/1989
451	AGUINALDO MARCOS FERRAZ	0,90	1,20	0,90	2,75	0,00	5,75	0,00	0,00	4,03	APROVADO(A)	5º	11/09/1977
572	CARLOS EDUARDO FIRMO	0,60	1,50	0,30	2,75	0,55	5,70	0,00	0,00	3,99	APROVADO(A)	6º	18/09/1996
537	FELIPE PEREIRA CARDOSO	0,90	1,20	0,30	2,20	0,00	4,60	0,10	2,00	3,63	APROVADO(A)	7º	18/08/1993
403	CELSON RIBEIRO LUIZ	1,50	0,60	0,30	2,75	0,00	5,15	0,00	0,00	3,61	APROVADO(A)	8º	09/03/1986
564	MARCELO BATISTA GOMES	0,90	1,20	0,00	2,75	0,00	4,85	0,00	0,00	3,40	APROVADO(A)	9º	24/01/1993
566	JULIANO GEMINIANO BATISTA	1,20	1,20	0,60	1,65	0,00	4,65	0,00	0,00	3,26	APROVADO(A)	10º	13/12/1984
134	MAYARA CANTO	0,90	0,90	0,60	2,20	0,00	4,60	0,00	0,00	3,22	APROVADO(A)	11º	08/02/1997
187	TAINÁ GAMBETA	0,30	0,60	0,30	1,65	0,00	2,85	0,00	0,00	2,00	REPROVADO(A)	--	08/02/1997
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - INFORMÁTICA - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
495	ADEMIR MAURILO DE SOUZA	1,50	1,20	0,90	2,20	1,10	6,90	0,30	2,00	5,26	APROVADO(A)	1º	14/04/1967
20	ANDRÉ FELIPE MARTINS	1,50	0,90	0,00	1,65	0,00	4,05	0,50	5,00	3,89	APROVADO(A)	2º	16/11/1988
107	INIVALDA PEIXER	1,20	0,90	0,30	1,10	0,00	3,50	0,00	0,00	2,45	REPROVADO(A)	--	31/12/1983
PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - INGLÊS - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
431	AMANDA THAINA MELLO	0,90	1,50	0,60	3,30	0,00	6,30	0,70	1,64	4,81	APROVADO(A)	1º	10/07/1996
110	ANÁLIA DE SOUZA FARIAS DE AGUIAR	0,90	0,60	0,00	2,20	0,00	3,70	0,00	0,00	2,59	REPROVADO(A)	--	29/12/1985

CITYNA - CARIARENSE DO CALÇADO



19.03.1988

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROFESSOR FUNDAMENTAL 1º/9º - INGLÊS - NÃO HABILITADO												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.
483	ALEXSSANDRO DEMÉTRIUS VILLANOVA	1,20	1,50	0,60	2,75	0,55	6,60	0,00	9,94	6,61	APROVADO(A)	1º
390	EZEQUIEL MARTINS DE OLIVEIRA	0,90	1,50	0,00	3,30	0,55	6,25	0,10	6,72	5,73	APROVADO(A)	2º
172	ANA GABRIELA CÂNDIDO DE LIMA	1,50	1,50	0,60	3,30	0,55	7,45	0,00	0,00	5,22	APROVADO(A)	3º
25	LARISSA PEIXE	1,20	1,20	0,30	2,75	0,00	5,45	0,00	0,00	3,82	APROVADO(A)	4º
680	LAIARA YURI BOSO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - CIÊNCIAS - HABILITADO												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.
366	JÉSSICA APARECIDA FORMENTO HERARTT	1,50	1,20	0,60	3,30	1,10	7,70	0,00	4,20	6,23	APROVADO(A)	1º
92	PRISCILA TRAINOTTI DUARTE	1,50	1,20	0,00	3,30	0,55	6,55	0,50	5,00	5,64	APROVADO(A)	2º
116	MIRLEIDE FAGUNDES	1,20	1,20	0,30	3,30	0,00	6,00	0,00	0,00	4,20	APROVADO(A)	3º
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.
484	VIVIANE CABREIRA	0,90	0,30	0,30	1,65	0,00	3,15	0,00	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - ENSINO RELIGIOSO - HABILITADO												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.
371	EMILSON JOSE CEZAR MELO	0,90	0,60	0,30	2,75	0,55	5,10	0,00	0,00	3,57	APROVADO(A)	1º
336	MARA CRISTINA FARIAS GIACOMOZZI	0,90	0,90	0,30	0,55	0,55	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - ENSINO RELIGIOSO - NÃO HABILITADO												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.
339	DIRCE BARELA ORSI	1,20	0,30	0,30	1,10	0,00	2,90	0,00	0,00	2,03	REPROVADO(A)	--
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - GEOGRAFIA - HABILITADO												
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.
329	AUGUSTO LOYOILLA NETO	0,90	1,50	0,90	3,30	0,00	6,60	0,00	0,00	4,62	APROVADO(A)	1º
85	RUBIA CARLA ZIMMERMANN	0,90	1,50	0,30	3,30	0,55	6,55	0,30	0,00	4,62	APROVADO(A)	2º
423	KELLY TERME VELOSO DE ALMEIDA	1,20	0,60	0,00	2,75	0,00	4,55	0,40	2,00	3,63	APROVADO(A)	3º



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

660	VINÍCIUS HILLESHEIM	1,50	1,20	0,30	1,65	0,00	4,65	0,10	0,37	3,34	APROVADO(A)	4º	13/12/1992
97	SIDNEI JOAQUIM FAUSTINO	0,90	0,60	0,60	1,10	0,00	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	04/12/1973
296	DEBORA CRISTINA SANTANA BITTENCOURT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	24/02/1986
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - GEOGRAFIA - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
65	WILLIAN FELIPE GANDIN	0,60	1,50	0,60	2,75	0,55	6,00	0,10	8,00	5,81	APROVADO(A)	1º	04/04/1998
82	FRANCIELE BERNARDI	1,50	1,50	0,60	2,75	0,55	6,90	0,00	0,90	5,01	APROVADO(A)	2º	17/08/1999
684	GISLAINE MELO	1,20	1,50	0,60	1,65	0,00	4,95	0,00	0,00	3,47	APROVADO(A)	3º	07/07/1992
378	JULIANA MARIA FORMENTO	0,90	1,20	0,90	1,65	0,00	4,65	0,00	0,00	3,26	APROVADO(A)	4º	20/09/1994
123	PÂMELLA DO NASCIMENTO	1,20	0,90	0,00	1,10	0,00	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	11/08/1998
365	AMÁBILE LUIZA MARCHI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	30/04/1994
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - HISTÓRIA - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
214	ALTEMIO DE OLIVEIRA	1,50	1,20	0,30	2,75	1,10	6,85	0,30	5,00	5,83	APROVADO(A)	1º	03/05/1983
195	MAICON INÁCIO	1,50	1,50	0,60	2,75	0,55	6,90	0,00	2,00	5,23	APROVADO(A)	2º	18/04/1988
244	HERIK CAMPOS	1,50	1,20	0,30	3,30	0,55	6,85	0,00	0,00	4,80	APROVADO(A)	3º	12/09/1993
659	CLAUDIO VELOSO DE ALMEIDA	1,20	1,20	0,30	2,20	0,55	5,45	0,60	3,00	4,48	APROVADO(A)	4º	10/02/1980
70	KATIANE ALVES DA SILVA MAGALHÃES DE CARVALHO	1,20	1,20	0,00	2,75	0,00	5,15	0,00	0,00	3,61	APROVADO(A)	5º	16/10/1982
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - HISTÓRIA - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
201	LUIZ CARLOS AZEREDO GONÇALVES JUNIOR	1,50	0,90	0,30	2,20	0,00	4,90	0,00	7,90	5,01	APROVADO(A)	1º	15/03/1985
531	ANDRIUS DA SILVEIRA REZENDE	1,50	1,50	0,30	3,30	0,55	7,15	0,00	0,00	5,01	APROVADO(A)	2º	26/09/1994
679	LUIS FERNANDO DA SILVA RIBEIRO	1,50	0,90	0,30	2,75	0,55	6,00	0,00	0,00	4,20	APROVADO(A)	3º	17/11/1990
184	DEIVID ZANDONAI	1,50	0,90	0,60	1,65	0,55	5,20	0,00	2,00	4,04	APROVADO(A)	4º	30/09/1992
143	MAYCKON PEREIRA	1,20	0,30	0,60	3,30	0,00	5,40	0,00	0,00	3,78	APROVADO(A)	5º	10/07/1988
562	ANA VALÉSIA COSTA	1,50	0,90	0,60	0,55	1,10	4,65	0,00	1,08	3,47	APROVADO(A)	6º	13/12/1997



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

44	RAFAEL JUNIOR REIS DE ASSIS	1,20	0,00	0,00	1,10	0,00	2,30	0,00	0,00	1,61	REPROVADO(A)	--	21/07/1980
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - MATEMÁTICA - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
492	PATRICIO DA SILVA	1,20	1,50	0,90	1,10	0,55	5,25	0,50	2,00	4,13	APROVADO(A)	1º	16/06/1978
445	CLEITON MUNARIN APOLINÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	19/02/1988
380	MAICON REIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	08/09/1990
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - MATEMÁTICA - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
330	ODETE INÊS KAPPAUN	1,50	1,50	0,60	2,75	1,10	7,45	0,00	7,10	6,64	APROVADO(A)	1º	15/11/1981
667	EDIVILZA EMILIA ZUNINO	1,50	1,50	0,30	2,75	1,10	7,15	0,00	7,79	6,56	APROVADO(A)	2º	04/06/1997
525	EVERTON ODISI	1,50	1,50	0,60	3,30	0,00	6,90	0,00	2,00	5,23	APROVADO(A)	3º	12/03/1987
573	SABRINA DE ALVARENGA	1,50	0,90	0,30	1,65	0,55	4,90	0,00	6,00	4,63	APROVADO(A)	4º	22/12/1995
209	LUIZ ANTONIO FLORES	1,20	0,90	0,00	2,20	0,00	4,30	0,00	6,00	4,21	APROVADO(A)	5º	20/06/1983
554	SINARA CRISTINA HECK	1,20	1,20	0,60	1,65	0,55	5,20	0,00	0,00	3,64	APROVADO(A)	6º	03/04/1993
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - PORTUGUÊS - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
128	ALADIA PATRICIA PEIXER PAZ	1,50	0,90	0,30	2,75	0,55	6,00	0,70	4,85	5,24	APROVADO(A)	1º	18/10/1973
582	GISELLE SILVA DE VILHENA	1,50	0,90	0,00	2,20	0,55	5,15	0,00	5,00	4,61	APROVADO(A)	2º	20/01/1985
265	LEANDRO CALVOS SCHUTZ	1,20	1,20	0,30	1,65	0,55	4,90	0,60	2,00	3,89	APROVADO(A)	3º	17/02/1965
103	CLARICE FORTUNATO ARAUJO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	06/03/1976
PROFESSOR FUNDAMENTAL 6º/9º - PORTUGUÊS - NÃO HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
165	RONALDO CASAGRANDA	1,50	1,50	0,30	3,30	0,55	7,15	0,30	2,00	5,44	APROVADO(A)	1º	03/04/1996
43	OSÉIAS COUTO DOS SANTOS	1,50	1,20	0,60	1,65	1,10	6,05	0,20	0,24	4,30	APROVADO(A)	2º	28/09/1994
302	OSNILDO FANDARUFF NETO	1,50	0,60	0,30	1,10	0,00	3,50	0,00	0,00	2,45	REPROVADO(A)	--	24/03/1993
373	ELIONIR ELIZAMARA DE FREITAS	0,90	0,90	0,30	0,55	0,55	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	11/05/1990
683	GISELLE MELO	0,90	0,60	0,30	0,55	0,00	2,35	0,00	0,00	1,65	REPROVADO(A)	--	10/06/1995

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA



19/01/1988

55	FABRÍCIO LEONEL DA SILVA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	07/03/1995
PROFESSOR II - HABILITADO													
Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
627	GABRIELA FARIAS	1,50	1,50	0,60	3,30	1,65	8,55	0,20	2,00	6,41	APROVADO(A)	1º	23/02/1996
567	IRIS MARIA MARCELINO	1,50	1,50	0,60	3,85	0,55	8,00	0,30	2,00	6,03	APROVADO(A)	2º	26/10/1983
73	JUCELI ALEXANDRE DA SILVA	1,20	1,20	0,60	2,75	0,55	6,30	0,40	5,00	5,45	APROVADO(A)	3º	06/06/1976
328	DANIELA SALVADOR	1,20	1,20	0,60	2,20	1,10	6,30	0,30	5,00	5,44	APROVADO(A)	4º	21/11/1988
282	LEOFRIDA REUTER	1,20	0,60	0,60	3,30	0,55	6,25	0,50	5,00	5,43	APROVADO(A)	5º	27/01/2017
654	ALINI CRISTINA DOS SANTOS	1,50	0,90	0,30	3,30	1,10	7,10	0,30	2,00	5,40	APROVADO(A)	6º	24/02/1993
317	SANDRA RIOS	1,20	0,60	0,60	2,75	0,55	5,70	0,30	5,00	5,02	APROVADO(A)	7º	21/12/1978
519	DENISE SOUZA	0,90	1,50	0,00	3,30	0,00	5,70	0,00	5,00	4,99	APROVADO(A)	8º	09/08/1989
599	MABILA HOFFMANN	1,50	0,60	0,60	3,30	0,55	6,55	0,00	2,00	4,99	APROVADO(A)	9º	28/01/1990
258	ANA CAROLINA NASCIMENTO GOMES	1,50	0,30	0,90	2,75	0,00	5,45	0,30	5,00	4,85	APROVADO(A)	10º	07/07/1994
463	PAULA GRAZIELI DA COSTA PIVA	0,90	0,60	0,90	2,75	0,55	5,70	0,40	2,00	4,43	APROVADO(A)	15º PCD	03/04/1988
410	QUELEN DA SILVA COSTA	1,50	1,50	0,30	2,75	0,00	6,05	0,10	2,00	4,65	APROVADO(A)	11º	02/08/1984
15	TAMARA PLACIDO FERREIRA CIM	1,50	0,60	0,30	2,75	0,00	5,15	0,40	5,00	4,65	APROVADO(A)	12º	01/01/1988
469	SIRLEI TEREZINHA GERMANO DIAS	1,20	0,90	0,00	3,30	0,55	5,95	0,70	2,00	4,64	APROVADO(A)	13º	03/10/1972
542	ANA PAULA DA SILVA JARACESKI	1,50	1,20	0,30	2,75	0,00	5,75	0,40	2,00	4,47	APROVADO(A)	14º	23/07/1984
363	LIGIA PEIXER	1,20	1,20	0,30	2,20	0,00	4,90	0,00	5,00	4,43	APROVADO(A)	16º	03/10/1961
494	JULIANA DA SILVA	1,20	0,90	0,30	2,75	0,55	5,70	0,20	2,00	4,41	APROVADO(A)	17º	05/01/1987
124	GISETTE ANDRADE GRIGA	1,20	0,90	0,90	1,65	0,00	4,65	0,90	5,00	4,35	APROVADO(A)	18º	17/11/1982
86	JANAINA DE SOUSA MACHADO	1,50	0,60	0,30	2,20	0,00	4,60	0,50	5,00	4,27	APROVADO(A)	19º	16/04/1991
364	SUZETTI DALLA BRIDA TOMIO	0,90	0,60	0,30	2,20	0,55	4,55	0,40	5,00	4,23	APROVADO(A)	20º	31/01/1986
631	JÉSSICA NAIARA CASAS	1,20	0,90	0,30	2,20	0,55	5,15	0,40	2,00	4,05	APROVADO(A)	21º	05/11/1990
14	LEANDRO MARTINI	0,90	1,20	0,30	2,75	0,00	5,15	0,30	2,00	4,04	APROVADO(A)	22º	30/01/1984
462	JUSSILENE PEREIRA DA SILVA	0,60	0,60	0,30	2,75	0,00	4,25	0,50	5,00	4,03	APROVADO(A)	23º	29/03/1983



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

Inscrição	Candidato	LP	MAT	CG	ESP	LEG	T.P.O.	TS	Títulos	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
PROFESSOR II - NÃO HABILITADO													
540	ELISA DA SILVA	0,90	1,20	0,30	2,75	0,00	5,15	0,00	2,00	4,01	APROVADO(A)	24º	03/09/1984
327	ERICA FRAGA DE SOUZA	1,20	0,60	0,00	2,75	0,55	5,10	0,00	2,00	3,97	APROVADO(A)	25º	29/04/1980
257	SHEILA SESTREM	0,90	0,90	0,30	2,20	0,55	4,85	0,30	2,00	3,83	APROVADO(A)	26º	11/01/1995
262	FABIANA MARIA NUNES	0,90	1,20	0,00	2,20	0,55	4,85	0,30	1,81	3,79	APROVADO(A)	27º	24/11/1979
466	FABIOLA CARLA TRIERWEILLER PERAO	1,20	0,60	0,00	1,65	0,55	4,00	0,30	1,44	3,12	APROVADO(A)	28º	27/04/1984
438	GRASIELA ROSA OZOTE	0,90	0,90	0,30	1,10	0,00	3,20	0,00	0,00	2,24	REPROVADO(A)	--	24/05/1979
476	PATRICIA ALVES TAVARES	0,30	0,60	0,60	1,10	0,00	2,60	0,00	0,00	1,82	REPROVADO(A)	--	03/08/1981
156	JAQUELINI TRAINOTTI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	25/10/1977
676	CRISLEINE RICARDO SGROTT	1,50	1,20	0,90	3,30	1,10	8,00	0,30	8,00	7,23	APROVADO(A)	1º	21/10/1984
428	QUELVIN INACIO WISINTAINER	1,50	1,50	0,30	3,30	1,10	7,70	0,00	8,25	7,04	APROVADO(A)	2º	12/10/1994
236	DAIANE ROCHA	1,50	1,20	0,30	3,30	0,55	6,85	0,30	8,00	6,43	APROVADO(A)	3º	20/03/1993
271	ANA PAULA DA SILVA	1,20	1,20	0,60	3,30	0,55	6,85	0,30	8,00	6,43	APROVADO(A)	4º	17/03/1989
491	TAIZA CRISTINA DARÓS	0,90	0,60	0,30	3,30	1,10	6,20	0,40	10,00	6,38	APROVADO(A)	5º	15/10/1976
18	MAIARA BOETTNER PEIXE	0,90	0,60	0,90	3,30	0,55	6,25	0,00	7,50	5,88	APROVADO(A)	6º	14/10/1981
665	OZANA DE JESUS MAIA DE LIMA GELINSKI	1,50	0,90	0,30	2,75	0,00	5,45	0,40	9,33	5,72	APROVADO(A)	7º	13/03/1982
607	LEANDRA HECK	1,20	1,50	0,30	2,75	0,00	5,75	0,00	7,20	5,47	APROVADO(A)	8º	12/12/1977
337	ARCILEIDE PEIXER	0,60	1,20	0,60	2,75	0,55	5,70	0,00	6,54	5,30	APROVADO(A)	9º	02/06/1972
28	FABIA STOLFI	1,50	1,20	0,30	1,10	0,55	4,65	0,20	10,00	5,28	APROVADO(A)	10º	16/03/1995
596	MARIANA TILL BATTISTI	1,20	0,90	0,30	2,20	0,55	5,15	0,00	7,00	5,01	APROVADO(A)	11º	19/04/1995
21	CHAIANE NOGUEIRA DE LIMA	1,20	0,00	0,60	1,65	1,10	4,55	0,10	9,00	5,00	APROVADO(A)	12º	01/12/1991
653	GABRIELA SALVADOR	1,20	0,90	0,60	3,30	0,55	6,55	0,00	0,00	4,59	APROVADO(A)	13º	09/06/1987
645	ANDREZA DIAS	1,50	0,90	0,00	2,20	0,00	4,60	0,00	0,00	3,22	APROVADO(A)	14º	14/06/1986
388	CARLA CRISTINA TRAINOTTI	1,20	0,90	0,30	1,10	0,00	3,50	0,00	0,00	2,45	REPROVADO(A)	--	11/10/1994
111	MARIA IZABEL SILVEIRA	0,90	1,50	0,00	1,10	0,00	3,50	0,00	0,00	2,45	REPROVADO(A)	--	18/11/1963
673	ANA CLAUDIA LIMAS	0,90	0,60	0,00	1,10	0,55	3,15	0,00	0,00	2,21	REPROVADO(A)	--	19/01/1994



DANIEL NETTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

São João Batista, 17 de janeiro de 2018.

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 010/2018

Publicação Nº 1494508

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 10/2018**

Partes: Município de São João do Oeste e Thiago Stulp ME

ORIGEM: Pregão presencial 01/2018

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 7.615,15

PRAZO: 19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 10/2018**

Partes: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenschlager ME

ORIGEM: Pregão presencial 01/2018

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 8.636,63

PRAZO: 19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 10/2018**

Partes: Município de São João do Oeste e A.E.M Oeste Comercial Ltda ME

ORIGEM: Pregão presencial 01/2018

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 847,16

PRAZO: 19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 10/2018**

Partes: Município de São João do Oeste e Carlise Luci Kaufmann MEI

ORIGEM: Pregão presencial 01/2018

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 3.162,52

PRAZO: 19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 10/2018**

Partes: Município de São João do Oeste e Supermercado Bressler Ltda ME

ORIGEM: Pregão presencial 01/2018

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 16.388,05

PRAZO: 19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE**EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 10/2018**

Partes: Município de São João do Oeste e Nutri SC Comercio de alimentos LTDA ME

ORIGEM: Pregão presencial 01/2018

OBJETO: "Aquisição de gêneros alimentícios para o programa municipal de alimentação escolar do município de São João do Oeste".

VALOR: R\$ 1.654,45

PRAZO: 19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 03/2018

Publicação Nº 1494142

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 03/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Adelmo Halmenshlager - ME

ORIGEM: Pregão Presencial n. 02/2018

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, materiais de consumo e lanches para a manutenção das atividades do CRAS, recursos PAIF, SVFV e FEAS custeio.

VALOR: R\$ 4.773,45

PRAZO:19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste –18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 03/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Padaria E Confeitaria Reinehr Ltda-ME

ORIGEM: Pregão Presencial n. 02/2018

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, materiais de consumo e lanches para a manutenção das atividades do CRAS, recursos PAIF, SVFV e FEAS custeio.

VALOR: R\$ 11.280,00

PRAZO:19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste –18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 03/2017

Partes: Município de São João do Oeste e LMV Informática - Delta Informática

ORIGEM: Pregão Presencial n. 02/2018

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, materiais de consumo e lanches para a manutenção das atividades do CRAS, recursos PAIF, SVFV e FEAS custeio.

VALOR: R\$ 611,00

PRAZO:19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste –18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 03/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Supermercado Bressler Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial n. 02/2018

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, materiais de consumo e lanches para a manutenção das atividades do CRAS, recursos PAIF, SVFV e FEAS custeio.

VALOR: R\$ 6.286,45

PRAZO:19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste –18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 03/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Ecos Tecnologia da Informação Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial n. 02/2018

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, materiais de consumo e lanches para a manutenção das atividades do CRAS, recursos PAIF, SVFV e FEAS custeio.

VALOR: R\$ 1.412,20

PRAZO:19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste –18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 03/2017

Partes: Município de São João do Oeste e Marilice Stulp Hahn MEI

ORIGEM: Pregão Presencial n. 02/2018

OBJETO: Aquisição de materiais de expediente, materiais de consumo e lanches para a manutenção das atividades do CRAS, recursos PAIF, SVFV e FEAS custeio.

VALOR: R\$ 2.200,00

PRAZO:19.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste –18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2018

Publicação Nº 1494083

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO 13/2018

Partes: Município de São João do Oeste e Cilia Tecnologia Ltda

ORIGEM: Dispensa de licitação n. 13/2018

OBJETO: Contratação de licenciamento de sistema de software que possua banco de dados atualizados de valores de peças e serviços sugeridos e disponibilizados pelas montadoras de veículos.

VALOR: R\$ 6.250,00

PRAZO: 18.01.2018 até 31.12.2018

São João do Oeste – 18 de Janeiro de 2018

Genésio Anton – Prefeito Municipal em exercício

São José

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

Publicação Nº 1494126

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018 – PR 026/2017 – Processo 189/2017 – Proc. Adm. 2972/2017 – Fornecedor: W&Z COMÉRCIO E SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA. – EPP. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DESTINADOS ÀS UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Valor da ATA: O valor global desta Ata importa em R\$ 8.295,00 (oito mil, duzentos e noventa e cinco), que corresponde ao item registrado, que está relacionado no item 3.10 desta Ata:

“3.10 – Em virtude da solicitação de cancelamento do fornecimento do item 05, Lote 1 (Serviço de manutenção Corretiva com fornecimento de peças de Aparelhos de ar condicionado split e de janela de 18000 a 30000 BTUs) pela empresa REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA., assume o fornecimento deste item a partir da assinatura da presente Ata.”

Vigência: A vigência desta Ata de Registro de Preços se dará até o dia 03/07/2018, contando a partir da data de sua assinatura. Data da assinatura: 04 de janeiro de 2018

CONTRATO/CT: Nº 008/2018

Publicação Nº 1494299

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 008/2018 – PR 127/2017 – Processo 747/2017 – Proc. Adm. 10907/2017 - Contratado: ORBENK ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA TERCEIRIZAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO E DE DESLOCAMENTO PARA ATENDER O CENTRO ADMINISTRATIVO E JARDINAGEM PARA ATENDER JARDIM BOTÂNICO E HORTO FLORESTAL PARQUE DOS SABIÁS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura. Valor: R\$ 1.332.719,88 (um milhão, trezentos e trinta e dois mil, setecentos e dezenove reais e oitenta e oito centavos). Data da Assinatura do Contrato: 09 de janeiro de 2018.

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 014/2018

Publicação Nº 1494587

MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº 014/2018

Ante a frustração de tentativa de intimação pessoal, encontrando-se o autuado em local incerto e não sabido, em Processo Administrativo nº 22344/2006, instaurado para apuração de infração ambiental, junto à Fundação Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – FMADS, situada na Rua Cauassú, s/nº, loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC, NOTIFIQUE-SE o autuado CLARO S/A, CNPJ: 07.043.628/0001-13, para que tome conhecimento de:

Conforme Decreto Federal nº 6.514/2008 e Decreto Municipal nº 22344/2006, o processo administrativo: nº 21903/2013, será julgado em última esfera administrativa pela Junta de Recursos de Infrações Ambientais – JARIA.

Assim sendo, em cumprimento ao princípio da publicidade dos atos da administração pública, vimos por meio deste, informar que os processos acima mencionados estão sob análise de um dos membros da Junta e o julgamento do Recurso ocorrerá em 09/02/2018, às 14:00, no auditório (piso térreo), da sede do Jardim Botânico de São José, localizado na Rua Cauassú, s/nº, Loteamento Jardim Botânico, Potecas, São José/SC.

Informamos, ainda, que a empresa tem o direito de comparecer e fazer uso da palavra como forma de sustentação oral, pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos.

São José, 18 de outubro de 2018
Agostinho Mignoni Junior
Presidente da JARIA
Decreto Municipal – 8017/2017 e portaria nº003/2017

PORTARIA Nº. 004/2018/FUNESJ

Publicação Nº 1494592

PORTARIA Nº. 004/2018/FUNESJ

DIVULGA O RESULTADO DEFINITIVO E HOMOLOGA OS PROCESSOS DE SELEÇÃO DE ANÁLISE DOS PROJETOS ESPORTIVOS APRESENTADOS NOS EDITAIS DE Nº 002 À 037/2017 DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, no uso de suas atribuições previstas na Lei Complementar nº 075/2017, e, considerando a Lei nº 13.019/2014, que estabelece o regime de parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, e o Decreto nº 8.623/2017, que regulamenta as parcerias entre o município de São José e as Organizações da Sociedade Civil, torna público o resultado definitivo e a homologação da análise dos projetos esportivos apresentados nos Editais de nº 002 a 037/2017 da Fundação Municipal de Esporte e Lazer de São José/SC.

1. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Inicialmente, verifica-se que foram interpostos os seguintes recursos contra a decisão preliminar devidamente publicada:

Edital	Modalidade	Entidade Recorrente	Pólo
007/2017	Futsal Comunitário	Associação Jovens Atletas Peregrinos - AJAP	16
014/2017	Voleibol Comunitário	Associação Desportiva e Cultural Terra Firme	12
025/2017	Futsal Rendimento	Associação Jovens Atletas Peregrinos - AJAP	16
028/2017	Handebol Rendimento	Liga Atlético dos Municípios do Extremo Sul Catarinense - LAMESC	01
037/2017	Voleibol Rendimento	Associação Desportiva e Cultural Terra Firme	07

2. DA ANÁLISE DOS RECURSOS**2.1 – Edital 007/2017 – Futsal Comunitário**

Entidade Recorrente: Associação Jovens Atletas Peregrinos – AJAP

Pedido da Recorrente:

Solicita que seja reavaliada a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Alega que ao verificar a existência de débitos junto à Receita Federal, foram tomadas as devidas providências, mas que não foi possível emitir a referida certidão por problemas internos do órgão. Para suprir a falta do documento, juntou cópias dos comprovantes de pagamentos referentes aos débitos junto à Receita Federal.

Análise do recurso:

Sendo um procedimento administrativo, a seleção de parcerias sujeita-se a uma série concatenada de atos, dentre as quais, julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho e análise da documentação das organizações da sociedade civil.

O Edital de seleção de projetos, traça todas as diretrizes a serem seguidas por aqueles que pretendam se habilitar a participar da seleção, não se podendo olvidar que nos pontos omissos, haverá regência supletiva da Lei federal nº 13.019/2014, bem como o Decreto Municipal nº 8.623/2017.

Cumpra à entidade preencher os requisitos previstos no Edital, bem como às exigências contidas nas normas supracitadas, e ao Administrador Público atentar-se ao Princípio da moralidade, com uma conduta honesta e proba, bem afinada com o interesse público, descartando qualquer possibilidade de utilizar-se do cargo que ocupa para beneficiar uma ou outra pessoa, de acordo com sua conveniência pessoal, e ao Princípio da Igualdade, oportunizando a qualquer pessoa que pretenda contratar com o Poder Público, neste caso firmar a parceria, igualdade de condições, dentro dos critérios definidos pela Administração.

Decisão:

Considerando os fatos narrados acima e em atenção ao recurso impetrado pelo Recorrente, decide-se pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado, em virtude do descumprimento do art. 37, inciso III, do Decreto Municipal nº 8.623/17.

2.2 – Edital 014/2017 – Voleibol Comunitário

Entidade Recorrente: Associação Desportiva e Cultural Terra Firme

Pedido da Recorrente:

Requer a reconsideração dos itens 2.1 e 3.1 referentes ao orçamento analítico disposto no Plano de Trabalho apresentado.

Análise do recurso: O pleito merece guarida, uma vez que a diminuição no quantitativo dos referidos itens interferiria na boa execução do Projeto, deixando a entidade prejudicada em futura fiscalização de execução do mesmo.

Decisão: Considerando os fatos narrados acima e em atenção ao recurso impetrado pelo Recorrente, decide-se pelo DEFERIMENTO do recurso apresentado, considerando na íntegra os valores apresentados nos itens 2.1 e 3.1 do orçamento analítico.

2.3 – Edital 025/2017 – Futsal Rendimento

Entidade Recorrente: Associação Jovens Atletas Peregrinos – AJAP

Pedido da Recorrente:

Solicita que seja reavaliada a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União. Alega que ao verificar a existência de débitos junto à Receita Federal, foram tomadas as devidas providências, mas que não foi possível emitir a referida certidão por problemas internos do órgão. Para suprir a falta do documento, juntou cópias dos comprovantes de pagamentos

referentes aos débitos junto à Receita Federal.

Análise do recurso:

Sendo um procedimento administrativo, a seleção de parcerias sujeita-se a uma série concatenada de atos, dentre as quais, julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho e análise da documentação das organizações da sociedade civil.

O Edital de seleção de projetos, traça todas as diretrizes a serem seguidas por aqueles que pretendam se habilitar a participar da seleção, não se podendo olvidar que nos pontos omissos, haverá regência supletiva da Lei federal nº 13.019/2014, bem como o Decreto Municipal nº 8.623/2017.

Cumpra à entidade preencher os requisitos previstos no Edital, bem como às exigências contidas nas normas supracitadas, e ao Administrador Público atentar-se ao Princípio da moralidade, com uma conduta honesta e proba, bem afinada com o interesse público, descartando qualquer possibilidade de utilizar-se do cargo que ocupa para beneficiar uma ou outra pessoa, de acordo com sua conveniência pessoal, e ao Princípio da Igualdade, oportunizando a qualquer pessoa que pretenda contratar com o Poder Público, neste caso firmar a parceria, igualdade de condições, dentro dos critérios definidos pela Administração.

Decisão:

Considerando os fatos narrados acima e em atenção ao recurso impetrado pelo Recorrente, decide-se pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado, em virtude do descumprimento do art. 37, inciso III, do Decreto Municipal nº 8.623/17.

2.4 – Edital 028/2017 – Handebol Rendimento

Pedido da Recorrente: Liga Atlético dos Municípios do Extremo Sul Catarinense

Razões do recurso:

Requer a reconsideração dos itens 1.4, 5.1 e 6.3 referentes ao orçamento analítico disposto no Plano de Trabalho apresentado.

Análise do recurso:

O pleito merece guarida, uma vez que a diminuição no quantitativo dos itens 1.4 e 5.1 interferiria na boa execução do Projeto e do item 6.3 deixaria a entidade prejudicada em futura fiscalização de execução do mesmo.

Decisão:

Considerando os fatos narrados acima e em atenção ao recurso impetrado pelo Recorrente, decide-se pelo DEFERIMENTO do recurso apresentado, considerando na íntegra os valores apresentados nos itens 1.4, 5.1 e 6.3 do orçamento analítico.

2.5 – Edital 037/2017 – Voleibol Rendimento

Pedido da Recorrente: Associação Desportiva e Cultural Terra Firme

Razões do recurso:

Requer a reconsideração do item 4.1 referente ao orçamento analítico disposto no Plano de Trabalho apresentado.

Análise do recurso:

O pleito não merece guarida, uma vez que a diminuição no quantitativo do referido item, em que pese às argumentações da recorrente, neste momento, não é suficiente para inviabilizar a boa execução do Projeto.

Decisão:

Considerando os fatos narrados acima e em atenção ao recurso impetrado pelo Recorrente, decide-se pelo INDEFERIMENTO do recurso apresentado e conseqüente manutenção da decisão da Comissão.

3. DO RESULTADO DEFINITIVO DOS EDITAIS 002 À 37/2017:

Edital	Modalidade	Entidade	Classificação	Pólo
002/2017	Atletismo Comunitário	União Catarinense de Atletismo - UCA	1º Lugar	01
003/2017	Basquete Comunitário	Clube Desportivo Independente	1º Lugar	01 / 07 / 12
	Basquete Comunitário	Baby Basquetebol Cidadania	Desclassificado	02 / 07
004/2017	Ciclismo Comunitário	Associação Pedal da Grande Florianópolis	1º Lugar	01
005/2017	Dança Comunitário	Não houve proposta	***	
006/2017	Futebol Comunitário	ONG Nova Morada	Desclassificado	10
		Associação Sul Americana de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer	1º Lugar	08
		Associação Desportiva Fazenda Esporte Clube	Desclassificado	11
		Ação Social de Barreiros	Desclassificado	02
		Instituto Futuro	Desclassificado	08
007/2017	Futsal Comunitário	Associação Desportiva Sanrose - ADS	1º Lugar	06 / 12
		Associação Desportiva Cultural São José Catarinense - ADC	1º Lugar	11
		Associação Jovens Atletas Peregrinos - AJAP	Desclassificado	16
008/2017	Ginástica Rítmica Comunitário	Associação de Ginástica de São José - AGIS	1º Lugar	01 / 03 / 12
009/2017	Handebol Comunitário	Associação Desportiva Feminina de Handebol de São José - AD-FHSJ	1º Lugar	01 / 05 / 06
		Liga Atlético dos Municípios do Extremo Sul Catarinense - LAMESC	2º Lugar	07 / 08 / 12
010/2017	Natação Comunitário	Associação Desportiva Triatlética de Santa Catarina – ADTRISC	1º Lugar	01
011/2017	Taekwondo Rendimento	Associação Cultural e Desportiva Tigres Catarinenses	1º Lugar	01 / 10

012/2017	Triathlon Comunitário	Associação Desportiva Triatlética de Santa Catarina – ADTRISC	1º Lugar	01
013/2017	Vôlei de Praia Comunitário	Associação Atlética Vida e Saúde - AAVIS	1º Lugar	01
014/2017	Voleibol Comunitário	Associação Desportiva e Cultural Terra Firme	1º Lugar	12
		Associação Esportiva Recreativa Pais e Amigos do Voleibol São José - AJOPAV	1º Lugar	03 / 09
		Associação para o Desenvolvimento do Esporte, Saúde e Sustentabilidade	Desclassificado	03 / 09 / 12
015/2017	Xadrez Comunitário	Clube Xadrez de São José	1º Lugar	02 e 08
016/2017	Capoeira Comunitário	Associação Sócio Esportiva Na Luta	1º Lugar	01 / 02
017/2017	Jiu-Jitsu Comunitário	Associação Esportiva, Cultural e Social Arte Suave	1º Lugar	04 / 05 / 08 / 16
		Associação Esportiva, Cultural e Social Arte Suave Florianópolis	Desclassificado	02 / 06 / 07 / 11 / 12 / 13
		Associação Beneficente, Cultural, Social e Filantrópica Ação Já	Desclassificado	05
018/2017	Judô Comunitário	Associação Josefense de Judô - IPPON	1º Lugar	01
019/2017	Karatê Comunitário	Associação Sombra de Karatê	Desclassificado	15
020/2017	Muay-Thai Comunitário	Associação Cultura e Luta - ASCULT	Desclassificado	01 / 03 / 15 / 16
021/2017	Atletismo Rendimento	União Catarinense de Atletismo - UCA	1º Lugar	01
022/2017	Basquete Rendimento	Clube Desportivo Independente	1º Lugar	02
		Baby Basquetebol Cidadania	Desclassificado	02
023/2017	Bolão e Bocha Rendimento	Não houve proposta	***	
024/2017	Ciclismo Rendimento	Associação Pedal da Grande Florianópolis	1º Lugar	01
025/2017	Futsal Rendimento	Associação Desportiva Sanrose – ADS – Feminino	1º Lugar	02
		Associação Desportiva Cultural São José Catarinense – ADC – Masculino	1º Lugar	02
		Associação Sul Americana de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer	Desclassificado	09
		Associação Jovens Atletas Peregrinos - AJAP	Desclassificado	16
026/2017	Futebol Rendimento	Associação Desportiva Sanrose - ADS	1º Lugar	07
		Associação Sul Americana de Esporte, Cultura, Turismo e Lazer	1º Lugar	08
		Associação Desportiva Fazenda Esporte Clube	Desclassificado	11
		Instituto Futuro	Desclassificado	08
027/2017	Ginástica Rítmica Rendimento	Associação de Ginástica de São José - AGIS	1º Lugar	03
028/2017	Handebol Rendimento	Liga Atlética dos Municípios do Extremo Sul Catarinense - LAMESC	1º Lugar	01
		Associação Desportiva Feminina de Handebol de São José - AD-FHSJ	2º Lugar	01
029/2017	Judô Rendimento	Associação Josefense de Judô - IPPON	1º Lugar	01
030/2017	Karatê Rendimento	Associação Sombra de Karatê	Desclassificado	15
031/2017	Natação Rendimento	Associação Desportiva Triatlética de Santa Catarina – ADTRISC	1º Lugar	01
032/2017	Taekwondo Rendimento	Associação Cultural e Desportiva Tigres Catarinenses	1º Lugar	01
033/2017	Tênis de Mesa Rendimento	Não houve proposta	***	
034/2017	Tênis Rendimento	Não houve proposta	***	
035/2017	Triathlon Rendimento	Associação Desportiva Triatlética de Santa Catarina – ADTRISC	1º Lugar	01
036/2017	Vôlei de Praia Rendimento	Associação Atlética Vida e Saúde - AAVIS	1º Lugar	01
037/2017	Voleibol Rendimento	Associação Desportiva e Cultural Terra Firme	1º Lugar	07
		Associação Esportiva Recreativa Pais e Amigos do Voleibol São José - AJOPAV	2º Lugar	07
		Associação para o Desenvolvimento do Esporte, Saúde e Sustentabilidade	Desclassificado	02 / 08

4. HOMOLOGAÇÃO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Encerrada as competentes fases processuais, HOMOLOGO o resultado definitivo dos Editais 002 ao 037/2017 de Chamamento Público para Parcerias a serem firmadas através de Termo de Colaboração em projetos esportivos comunitários e de rendimento no âmbito da Fundação Municipal de São José/SC.

Destaca-se que a homologação não gera direitos para a Organização da Sociedade Civil à celebração da parceria, conforme preceitua o

artigo 27, § 6º, da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

João David Garcia
Superintendente da Fundação de Esportes e Lazer de São José – FUNESJ

TERMO ADITIVO/TA Nº 006/2015-03

Publicação Nº 1494090

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 006/2015-03 – PR 124/2014 - Processo 323/2014 – Processo adm. 11499/2017 – Contratado: ALGAR SOLUÇÕES EM TIC LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE UM LINK DEDICADO DE ACESSO A INTERNET DE ALTA VELOCIDADE, DESTINADO A 1ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. DO PRAZO: Com fundamento no inciso IV do art. 57 da Lei nº 8.666/1993 e conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Administrativo nº 11.499/2017, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 006/2015 por 12 (doze) meses, com efeitos a partir do dia 15/01/2018. DO VALOR: O valor anual do Contrato nº 006/2015 permanecerá inalterado no montante de R\$ 10.680,00 (dez mil, seiscentos e oitenta reais). Data da assinatura: 03 de janeiro de 2018.

TERMO ADITIVO/TA Nº 128/2015-02

Publicação Nº 1494107

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 128/2015-02 – DL 241/2015 – Processo 387/2015 – Proc. Adm. 9382/2017 – Contratado: IBAGY IMÓVEIS LTDA. Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL COMERCIAL, LOCALIZADO NO CENTRO EMPRESARIAL TERRA FIRME, SITUADO NA RUA DOMINGOS ANDRÉ ZANINI, Nº 277, LOJA 21, CAMPINAS – SÃO JOSÉ/SC, DESTINADA AO FUNCIONAMENTO DO SETOR DE EXECUÇÕES FISCAIS DA PROCURADORIA GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ PARA A CENTRAL DE ATENDIMENTO IMEDIATO DO EXECUTIVO FISCAL – CAIEF. DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO: Conforme solicitação, justificativa e parecer, firmados no presente Processo, fica prorrogado o prazo do Contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar do dia 21/09/2016. DOS VALORES: O presente contrato não sofrerá reajuste permanecendo seu valor anual o montante de R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais), sendo R\$ 4.150,00 (quatro mil e cento e cinquenta reais) mensais.. Data da assinatura: 17 de outubro de 2017.

TERMO DE DISTRATO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2017

Publicação Nº 1494119

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE DISTRATO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2017 – PR 026/2017 - Processo 189/2017 – Proc. Adm. 12072/2017 – Contratado: REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA. – ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, DESTINADOS ÀS UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Ressalta-se que a Prefeitura Municipal de São José, através da Secretaria Municipal de Educação, registra que o presente Distrato se faz em acordo, e sem ônus para a Administração Pública. Data da assinatura: 04 de janeiro de 2018.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 006/2018**

Publicação Nº 1494601

PORTARIA Nº 006/2018

A Diretora Administrativa da Câmara Municipal de São José, com amparo no art. 2º da Portaria 278/2017, do Presidente da Câmara, e considerando o disposto no parágrafo único do art. 1º da referida Portaria,

RESOLVE:

Art. 1º - Os servidores a seguir relacionados ficam convocados para cumprirem expediente no período de férias coletivas, conforme cronograma abaixo:

Nome	Período
Andrei Adriano	5, 09, 10, 11, 12, 15 e 16 de janeiro de 2018
Charles Augusto Macário	4, 17, 18, 19, 22, 23 e 24 de janeiro de 2018
Indinara Favero Silva	03, 08, 25, 26, 29, 30 e 31 de janeiro de 2018

Art. 2º - Convocar o servidor Alessandro Chies para cumprir expediente no período de férias coletivas a partir do dia 15 de janeiro de 2018.

Câmara Municipal de São José, SC, 11 de janeiro de 2018.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA
DIRETORA DA ADMINISTRAÇÃO

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 001/2018/SF

Publicação Nº 1494094

DECRETO Nº. 001/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.682/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.662/2017 de 08/11/2017 – LOA 2018, no valor de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

08.01 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.139 MANUTENÇÃO DO CONDER-CONS. DE DESENV.REG.

"192"3.1.71.3.0000 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 2.161,80

"193"3.3.71.3.0000 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 3.232,20

"194"3.3.93.3.0000 Transferências a Consórcios Públicos R\$18.000,00

"195"4.4.71.3.0000 Transferências a Consórcios Públicos R\$ 606,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos ordinários oriundos do Superávit Financeiro do exercício anterior, verificado em Balanço Patrimonial, Fonte de Recursos Nº0.3.0000, no valor de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de janeiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 002/2018/SF

Publicação Nº 1494095

DECRETO Nº. 002/2018 - SF

O Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Municipal nº 4.683/2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.662/2017 de 08/11/2017 – LOA 2018, no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.05 DPTO. DE ENSINO ESPECIAL

2.026 MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE ENSINO ESPECIAL

"196"3.3.50.3.0000 Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos R\$60.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos ordinários oriundos do Superávit Financeiro do exercício anterior, verificado em Balanço Patrimonial, Fonte de Recursos Nº0.3.0000, no valor de R\$60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de janeiro de 2018.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,

Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,

Agente Administrativo.

DECRETO Nº 003/2018/SF

Publicação Nº 1494096

DECRETO Nº. 003/2018 - SF

O Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do Inciso II do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.662/2017/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
05 DEPTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2.057 MAN. DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
"49"3.3.90.00.00.00.0066 Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), Recursos da Epidemiologia, Fonte 1.0066, das verbas a seguir discriminadas:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS
05 DEPTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2.057 MAN. DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOENÇAS
"50"4.4.90.00.00.00.0066 Aplicações Diretas R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 17 de janeiro de 2018.
JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

DECRETO Nº 6152/2018

Publicação Nº 1494099

DECRETO Nº 6.152, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

"EXONERA SERVIDOR PÚBLICO"

JOSÉ DE CONTO, Prefeito em exercício de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo Artigo 69, IX e XI, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990 e Artigo 32, Inciso VIII, da Lei Municipal nº 2.020, de 28 de abril de 1993, Estatuto dos Servidores Públicos;

DECRETA:

Art. 1º. Fica EXONERADO, a pedido, a partir de 19 de janeiro de 2018, o servidor público municipal ALTAIR RIBEIRO DA LUZ, ocupante do cargo efetivo de Agente Comunitário, matrícula nº 2815, vagando o cargo que ocupa.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de 31 de dezembro do corrente ano.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 16 de janeiro de 2018.
JOSÉ DE CONTO,
Prefeito em exercício

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018 - INEXIGIBILIDADE Nº 001/2018

Publicação Nº 1494623

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 007/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 001/2018

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DIDÁTICOS PARA O ANO LETIVO DE 2018, DESTINADOS AOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO VINCULADA À SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CNPJ: 83.021.873/0001-08

CONTRATADA: EDITORA DO BRASIL S.A., CNPJ: 60.657.574/0001-69.

VALOR TOTAL: R\$ 67.320,00 (Sessenta e sete mil, e trezentos e vinte reais)

RECURSO ORÇAMENTARIO: As despesas decorrentes da presente inexigibilidade serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018, com a seguinte rubrica orçamentária: D – 061/2018 - 08.01.12.365.4505.2.015.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0019 – Manutenção da Educação Infantil – Secretaria de Educação.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até 31/12/2018.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 19 de janeiro de 2018.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2018, DE 17 DE JANEIRO DE 2018 - ICSL.

Publicação Nº 1492998

EXTRATO DO CONTRATO Nº 001/2018, DE 17 DE JANEIRO DE 2018 - ICSL.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 034/2017

Locatário: Instituto Cultural de São Lourenço do Oeste/SC, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Locador: Janieli Pereira, CPF nº 006.401.049-08.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 034/2017, de 16/11/2017 (cujo objeto consiste na LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA CORONEL BERTASO, EDIFÍCIO SUNSHINE, TÉRREO, SALA 01, EM SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, PARA O FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES TEMPORÁRIAS DA ALA - ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS), até a data de 17/07/2018, em razão da necessidade de continuidade da locação do imóvel neste exercício;

Valor: R\$ 700,00 (setecentos reais) mensais, totalizando o montante de R\$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) no período de 17/01/2018 a 17/07/2018.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2018.

Dotação Orçamentária: D - 2/2018 - 17.01.13.392.4516.2.031.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Instituto Cultural São Lourenço.

Data de Assinatura: 17/01/2018.

Vigência: de 17/01/2018 a 17/07/2018.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo (Presidente da Autarquia) - pela Contratante e Janieli Pereira - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2018, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1489045

EXTRATO DO CONTRATO Nº 008/2018, DE 12 DE JANEIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 209/2017, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 021/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Pandini Construções e Incorporações Ltda. EPP, CNPJ nº 03.210.836/0001-09.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE MÃO DE OBRA, PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS DE PONTE EM CONCRETO ARMADO À SEREM EXECUTADAS SOBRE O RIO LAJEADO LOCALIZADO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC, CONFORME PROJETO EM ANEXO.

Valor: R\$ 59.088,43 (cinquenta e nove mil, oitenta e oito reais e quarenta e três centavos).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados à Contratada, de acordo com a ordem cronológica a ser estabelecida por Decreto no exercício de 2018, por conta dos Recursos Próprios do Município, sendo os pagamentos liberados após a verificação da regularidade do prestador de serviços, ora Contratada, perante os órgãos fazendários; bem como apresentação dos documentos comprobatórios do recolhimento do INSS, FGTS, ISS e demais tributos exigidos pela legislação pertinente em vigor, das respectivas competências. Além disso, a liberação dos

pagamentos é vinculada a apresentação da nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações, bem como da folha de pagamento quitada dos empregados que atuaram na obra no período, GFIP quitada do mesmo período e pagamento da Previdência do período correspondente; também da contribuição prevista no parágrafo segundo do art. 72 da Instrução Normativa MPS nº 971/2009, quando for o caso. No ato do pagamento a proponente vencedora deverá apresentar ainda, as GPS vinculadas à matrícula no INSS da obra, mensais, referentes aos empregados que trabalharam na mesma, sob pena de retenção e regularização por parte da Municipalidade, com respectivo desconto nos pagamentos.

Recursos Financeiros: Os pagamentos decorrentes da execução do presente Contrato serão realizados, com Recursos Próprios do Município por conta do orçamento do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 115/2018 - 10.01.20.606.4507.2.025.4.4.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Aquicultura.

Data de Assinatura: 12/01/2018.

Vigência: de 12/01/2018 a 16/04/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ailton Pandini - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1489945

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/2018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Origem: Inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - CDL, CNPJ nº 83.404.111/0001-90.

Objeto: ASSOCIAÇÃO DO CONTRATANTE À CONTRATADA PARA USUFRUIR DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO E REGISTRO DE DEVEDORES.

Valor: R\$ 29,50 (vinte e nove reais e cinquenta centavos) para o mês de janeiro de 2018 e, a partir do mês de fevereiro, o valor será de R\$ 59,00 (cinquenta e nove reais) mensais, totalizando o montante de R\$ 678,50 (seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) para o exercício de 2018, referente a mensalidade de associação. Os serviços prestados pelos Órgãos de Proteção ao Crédito e Registro de Devedores disponibilizada pela Contratada, o Contratante pagará a ela, mensalmente, o valor correspondente ao número de registros, cancelamentos e consultas efetivadas no mês, segundo as respectivas Tabelas de Preços fornecidas pela Contratada, limitado a R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais, totalizando o montante de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais) para o exercício de 2018.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados por meio de boleto bancário com vencimento no dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município, por conta dos orçamentos do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 17/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção da Secretaria de Administração e Fazenda.

Data de Assinatura: 15/01/2018.

Vigência: de 15/01/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Beni Roque Negri - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1490561

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2018, DE 15 DE JANEIRO DE 2018.

Origem: Processo Licitatório nº 057/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 048/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: N.J. LOVERA - EPP, CNPJ nº 03.665.927/0001-39.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO PARA O ANO DE 2017 DO TIPO BUFFET LIVRE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS BOMBEIROS DE SERVIÇO OPERACIONAL NA GUARNIÇÃO DA 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

Valor: R\$ 12.720,00 (doze mil e setecentos e vinte reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica disposta no Decreto nº 5.811, de 15 de dezembro de 2017, que será de no máximo 30 (trinta) dias, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste Contrato serão custeadas através de recursos provenientes do FUNRE-BOM, por conta do exercício financeiro de 2018.

Rubrica Orçamentária: D - 026/2018 - 06.01.06.181.4503.2.008.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção dos Serviços de Segurança Pública.

Data de Assinatura: 15/01/2018.

Vigência: de 15/01/2018 a 31/12/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Nelson Júnior Lovera - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2018, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Publicação Nº 1491585

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2018, DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 181/2017.

Origem: Processo Licitatório nº 120/2017, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: OESTE LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. ME, CNPJ nº 11.504.898/0001-51.

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 181/2017, de 20/09/2017, em 60 (sessenta) dias, tendo em vista que a obra possui convênio com o Governo do Estado, através da ADR de São Lourenço do Oeste/SC, restando ainda a liberação para o pagamento final da obra; suprimir o valor global, em R\$ 1.142,56 (um mil, cento e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), em virtude da supressão do item referente à execução da rampa de acessibilidade, na quantidade indicada na planilha de aditivo 01, constante em anexo ao presente instrumento; eis que não foi possível executar a rampa de acesso em alguns locais previstos no projeto, devido a situações existentes no próprio local da obra.

Valor Suprimido: R\$ 1.142,56 (um mil, cento e quarenta e dois reais e cinquenta e seis centavos).

Data de Assinatura: 16/01/2018.

Vigência: 18/01/2018 a 19/03/2018.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Ewerton Luiz Roberto - pela Contratada.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PROC 12/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1494226

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de serviços de arbitragem para os campeonatos municipais e demais competições a serem realizadas pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 08 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 14hs. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 18 de janeiro de 2018.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

PROCESSO 27/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1494317

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 27/2018
PREGÃO PRESENCIAL N. 17/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Prefeito em Exercício, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE LAVAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Entrega dos envelopes: até 13hs45min do dia 06 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 14hs do mesmo dia

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito à Rua Marcilio Dias, 1199, fone

(0xx49) 3631 2000 e o edital na integra pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste – SC, 18 de janeiro de 2018.

CLAUDIO BARP

PREFEITO EM EXERCÍCIO

PROCESSO 28/2018 - PREFEITURA

Publicação Nº 1494389

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 28/2018
PREGÃO PRESENCIAL N. 18/2018

A Prefeitura Municipal, a partir do Prefeito em Exercício, leva ao conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA ATENDER A DEMANDA DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE-SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Entrega dos envelopes: até 13hs45min do dia 07 de fevereiro de 2018.

Abertura: às 14hs do mesmo dia

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade sito à Rua Marcilio Dias, 1199, fone

(0xx49) 3631 2000 e o edital na integra pelo site: www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste – SC, 18 de janeiro de 2018.

CLAUDIO BARP

PREFEITO EM EXERCÍCIO

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CORREÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO 62.2017

Publicação Nº 1494033

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 62.2017- MODALIDADE: Pregão Presencial - Registro de Preços

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: A presente licitação tem como objeto o Fornecimento estimado e parcelado de materiais para pavimentação e manutenção de ruas, como Lajota sextavada, Meio fio e Calha de 30 cm, nas especificações e quantitativos do anexo do presente Edital.

DATA DE ABERTURA: 01/02/2018 às 09h com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 07h às 13h. São Pedro de Alcântara, 18/01/2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN – Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 031/2018

Publicação Nº 1493991

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222.

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 031/2018

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL A SERVIDORA PATRICIA CRAVO COELHO BARROS.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 10 da Lei 19/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder progressão funcional a servidora abaixo mencionada, haja vista, ter completado mais três anos de serviço prestado junto a esta Instituição:

§ PATRICIA CRAVO COELHO BARROS – CIRURGIÃO DENTISTA – LETRA F.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 18 de janeiro de 2018.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2018.

TERMO DE RENUNCIA TÁCITA

Publicação Nº 1494000

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro.

TERMO DE RENUNCIA TÁCITA

PROCESSO SELETIVO n.º 001/2017

Conforme documentação arquivada no Setor de Recursos Humanos do Município, fica declarada a renúncia tácita a vaga para o cargo de Enfermeiro - ESF, conforme aprovação nº. 01, do Processo Seletivo nº. 001/2017, obtida pela candidata ANANDA AZEVEDO PERES.

São Pedro de Alcântara/SC, 19 de janeiro de 2018.

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2015 – GAB/PMS

Publicação Nº 1493870

Convocação Concurso Público nº. 001/2015 – GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. PEDRO PINTO JACHINOSKI, inscrito no CPF sob nº. 629.934.379-68, aprovado em 2º lugar no Concurso Público nº. 001/2015 – GAB/PMS, para o cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00 h do dia 22 de janeiro de 2018, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC), 18 de janeiro de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7.333/2018, DE 8 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1493866

PORTARIA Nº 7.333/2018, DE 8 DE JANEIRO DE 2018.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a realização do Concurso Público nº. 001/2015-GAB/PMS;

Considerando o Decreto nº. 3.467/2015, de 03/11/2015, que homologa a lista dos classificados no referido Concurso Público;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR, o Sr. Wagner Borges Francisco, para exercer o cargo de Encanador, percebendo o nível salarial nº 28 (Administração), conforme tabela salarial da Lei Complementar nº 004/1998, de 19/05/1998, e alterações, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em virtude de sua aprovação no Concurso Público nº. 001/2015/GAB/PMS, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 8 de janeiro de 2018.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

FERNANDO RODRIGO DA ROSA
Procurador Municipal

Seara

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2018

Publicação Nº 1494414

Processo Licitatório nº
015/2018 – Registro de Preço.
Edital de Pregão Presencial nº 003/2018 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº 10.520/02 e lei nº 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 01/02/2018, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de material gráfico destinado ao uso da administração municipal. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 18 de janeiro de 2018.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 003 DE 15 DE JANEIRO DE 2018. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1494298

PORTARIA Nº. 003 DE 15 DE JANEIRO DE 2018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e., de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias a servidora VANESSA PEROSA BAZZEN, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, com o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO – NÍVEL 05 - CLASSE A, no período de 15/01/2018 a 13/02/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARA-SC, 15 DE JANEIRO DE 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 006, DE 03 DE JANEIRO DE 2018. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1494311

PORTARIA Nº. 006, DE 03 DE JANEIRO DE 2018.
"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito de Tangará em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso XXVI, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Declara dispensável a licitação para a contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, referente ao contrato de rateio do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, nos moldes dos inciso XXVI, do art. 24 da Lei 8.666/93, conforme orçamento anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 03 DE JANEIRO DE 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL E.E.

PORTARIA Nº. 026, DE 17 DE JANEIRO DE 2018. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1494314

PORTARIA Nº. 026, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.
"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito de Tangará em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso XXVI, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Declara dispensável a licitação para a contratação de Empresa especializada em PESQUISA DE OPINIÃO, para proceder uma avaliação do Desempenho da atual Administração Pública Municipal relativa ao primeiro ano de governo, no valor de R\$ 7.600,00 (sete mil e seiscentos reais) da empresa ALO BRASIL PESQUISAS E CONSULTORIA E MARKETING LTDA, CNPJ nº 09.185.766/0001-62, nos moldes dos inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93, conforme orçamentos anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 17 DE JANEIRO DE 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL E.E.

ATA DA ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 122/2017 REGISTRO DE PREÇO

Publicação Nº 1494586

OBJETO DA LICITAÇÃO:

aquisição de materiais de construção, elétricos e hidráulicos para as secretarias municipais de obras, agricultura, administração, educação, saúde, fundo de assistência, hospital municipal frei rogerio e corpo de bombeiros do município

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 9/2018 (Sequência: 2)

Ao(s) 18 de Janeiro de 2018, às 08:30 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA , reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 017/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 183/2017, Licitação nº 122/2017 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Iniciado o certame, passa a vista e rubrica nos envelopes pelos representantes presentes, após passou-se para a abertura dos envelopes das propostas, constatou-se que as empresas participantes encontram-se habilitadas para os lances sendo desclassificada apenas a empresa Ponto Econômico Comércio De Materiais De Construção Ltda Me pois não possuía o arquivo betha auto cotação conforme exigido no item 5.1.2 paragrafo único. Passou-se então para fase dos lances. A cessão foi suspensa ao meio dia com volta as 13h30min. Constata-se que a empresa Elétrica Luz Comercial De Materiais Elétricos Ltda Me não retornou para o certame. Dado continuidade aos lances, a empresa Britasul Comércio De Pedras Ltda - Me se ausentou do certame. Após abertos os envelopes das documentações das empresas vencedora, constatou que a empresa Britasul Comércio De Pedras Ltda - Me não apresentou a certidão municipal exigida no item 6.3.4 sendo desclassificada, passando os itens vencedores para o segundo colocado e a empresa Elétrica Luz Comercial De Materiais Elétricos Ltda Me foi desclassificada dos itens vencedores pois não apresentou a certidão de concordata e falência e o alvará de funcionamento estava vencido passando assim para o segundo colocado, as demais empresas estavam de acordo com as exigências do edital, passando para vistas e rubricas dos presentes. Nenhuma empresa manifestou intenção de recurso. Sem mais encerrado certame. Publique-se o presente resultado no site www.tangara.sc.gov.br e no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC na data de 18/01/2018. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, com o presente ata lida, aprovada e assinada pelos presentes. Tangará, 18 de Janeiro de 2018.

Participante: 6103 - VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	ABRAÇADEIRA DE NYLON 2,50X3,60	UN	730,00	VONDER	0,0000	0,07	51,10
4	ABRAÇADEIRA PARA MANGUEIRA DE JARDIM	UND	75,00	DIFERPAN	0,0000	0,60	45,00
5	ACIDO MURIATICO	UN	10,00	ALCCDEN	0,0000	9,90	99,00
11	APLICADOR DE SILICONE COM CATRACA	UN	5,00	PARABONI	0,0000	21,50	107,50
16	AREIA MEDIA	M3	270,00	GR	0,0000	114,00	30.780,00
17	ARGAMASSA AC I SACO 20KG	SC	60,00	QUARTZOLIT	0,0000	8,80	528,00
18	ARGAMASSA SACO COM 20 KG AC-I	SC	107,00	QUARTZOLIT	0,0000	8,80	941,60
19	ARGAMASSA SACO COM 20 KG AC-II	SC	100,00	QUARTZOLIT	0,0000	20,50	2.050,00
20	ARGAMASSA SACO COM 20 KG AC-III	SC	107,00	QUARTZOLIT	0,0000	25,00	2.675,00
21	arrame recozido nº 18 1,25mm	KG	15,00	MULTILIT	0,0000	8,50	127,50
22	ARRAME RECOZIDO Nº18 ROLO GRANDE	UN[30,00	MULTILIT	0,0000	8,50	255,00
35	BARRA DE FERRO 4.2	UN	100,00	VOTORAÇO	0,0000	6,15	615,00
36	BARRA FERRO 1/4	UN	50,00	VOTORAÇO	0,0000	15,20	760,00
37	BARRA FERRO 3/4	UN[50,00	VOTORAÇO	0,0000	117,00	5.850,00
38	BARRA FERRO 5.0	UN[50,00	VOTORAÇO	0,0000	8,50	425,00
41	BARRA ROSCADA 3/8	UN	5,00	JOMARCA	0,0000	4,50	22,50
43	BARRAS DE FERRO 1/2	UN	50,00	VOTORAÇO	0,0000	49,20	2.460,00
44	BARRAS DE FERRO 3/8	UN	50,00	VOTORAÇO	0,0000	30,30	1.515,00
45	BARRAS DE FERRO 5/16	UN	200,00	VOTORAÇO	0,0000	20,30	4.060,00
46	BARRAS DE FERRO 5/8	UN	50,00	VOTORAÇO	0,0000	86,00	4.300,00
57	BROCA PARA CONCRETO SDS 160X15MM	UN[5,00	DTOOLS	0,0000	24,00	120,00
58	BROCA PARA CONCRETO SDS 160X13MM LONGA	UN[5,00	DTOOLS	0,0000	20,00	100,00
63	BROCAS AÇO RÁPIDO 14.00 MM	UN	10,00	DTOOLS	0,0000	50,00	500,00
86	BUCHA REDUÇÃO 25X20	UN	30,00	AMANCO	0,0000	0,58	17,40
87	BUCHA REDUÇÃO 32X25	UN	30,00	AMANCO	0,0000	0,79	23,70

88	BUCHA REDUÇÃO 40X32	UN	30,00 AMANCO	0,0000	1,68	50,40
89	BUCHA REDUÇÃO 50X40	UN	30,00 AMANCO	0,0000	2,60	78,00
96	CABO DE LÃ DE REDE	M	200,00 CORFIO	0,0000	0,99	198,00
103	CABO P.P 2X6	MTS	200,00 CORFIO	0,0000	4,80	960,00

Participante: 6103 - VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
113	CADEADOS 40MM	UND	10,00 PADO		0,0000	14,00	140,00
116	CAIXA AY 2X4	UN	3,00 RIBEIRO		0,0000	0,89	2,67
118	CAIXA D' ÁGUA POLETILENO CAPACIDADE DE 5.000 LTS COM TAMPA E ALTURA MÁXIMA DE 01 MTS	UN[1,00 BAKOF		0,0000	1.540,00	1.540,00
122	CAL FINO	SC	100,00 SAO JOAO		0,0000	11,80	1.180,00
123		SC	250,00 SAN FRANCISCO		0,0000	8,60	2.150,00
124	CAL SACO 20 KG	SC	155,00 SAN FRANCISCO		0,0000	8,60	1.333,00
128	CANAleta DE PVC C/ ADESIVO 32X12X2.0 BRANCA	UN[230,00 DURIN		0,0000	13,90	3.197,00
129	CANAleta DE PVC C/ ADESIVO 40X12X2.0 BRANCA	UN[230,00 DURIN		0,0000	16,00	3.680,00
133	CANAleta SIST X 40X12X2.0	UN[50,00 DURIN		0,0000	10,82	541,00
145	CANO GALVANIZADO 2"	M	95,00 USIMINAS		0,0000	41,90	3.980,50
146	CANTONEIRA FORRO PVC	MTS	100,00 PLASFLEX		0,0000	3,60	360,00
159	CERÂMICA PARA PISO E PAREDE	m²	20,00 ALMEIDA		0,0000	14,95	299,00
160	CHAPA TELHA FIBRA CIMENTO 153X110 6MM	UN[100,00 MULTILIT		0,0000	25,50	2.550,00
161	CHAPA TELHA FIBRA CIMENTO 183X110 6MM	UN[100,00 MULTILIT		0,0000	30,40	3.040,00
162	CHAPA TELHA FIBRA CIMENTO 213X110 6MM	UN[100,00 MULTILIT		0,0000	36,90	3.690,00
163	CHAPA TELHA FIBRA CIMENTO 213X50 4MM	UN[100,00 MULTILIT		0,0000	11,50	1.150,00
164	CHAPA TELHA FIBRA CIMENTO 244X110 6MM	UN[194,00 MULTILIT		0,0000	39,80	7.721,20
165	CHAPA TELHA FIBRA CIMENTO 244X50 4MM	UN[200,00 MULTILIT		0,0000	10,50	2.100,00
168	CIMENTO 50 KGS	SC	385,00 VOTORAN		0,0000	28,00	10.780,00
169	CIMENTO CPII - SACO 50 KG	SC	70,00 VOTORAN		0,0000	28,00	1.960,00
171	COIVA FRANCESA	UN	100,00 SANTA TEREZINHA		0,0000	2,29	229,00
173	COLA BRANCA PVA 5KL	BAL	10,00 PV ARTE		0,0000	64,00	640,00
174	COL FIXADORA DE CAL 150GR	UN	200,00 JUNTALIDER		0,0000	1,60	320,00
175	COLA SUPER BONDER OU SIMILIAR 3 GR	UN	20,00 LOCTITE		0,0000	4,70	94,00
179	CONECTOR CUNHA C/ CAPA TIPO 03	UN	20,00 FEHRMANN		0,0000	3,35	67,00
180	CORANTE ACRILICO CINZA	UN	100,00 SUVINIL		0,0000	3,25	325,00
181	CORANTE ACRILICO MARRON	UN	50,00 SUVINIL		0,0000	3,25	162,50
182	CORANTE ACRILICO PRETO	UN	50,00 SUVINIL		0,0000	3,25	162,50
183	CORANTE ACRILICO VERMELHO	UN	50,00 SUVINIL		0,0000	3,25	162,50
184	CORDA 10 MM	MTS	100,00 ITACORDA		0,0000	1,45	145,00
185	CORDA 4,0mm	MTS	700,00 ITACORDA		0,0000	0,43	301,00
186	CORDA 5,0mm	MTS	700,00 ITACORDA		0,0000	0,57	399,00
187	CORDA 6,0mm	MTS	400,00 ITACORDA		0,0000	0,75	300,00
188	CORDA 8 MM	MTS	300,00 ITACORDA		0,0000	0,98	294,00
189	CUBA LAVATÓRIO	UN	3,00 LOGASA		0,0000	45,50	136,50
190	CUMEEIRA ARTICULADA 4MM	UN	150,00 MULTILIT		0,0000	9,90	1.485,00
191	CUMEEIRA ARTICULADA 6MM	UN	50,00 MULTILIT		0,0000	24,90	1.245,00
192	CUMMEIRA 15° PARA TELHAS 5 E 6 MM	UN	20,00 MULTILIT		0,0000	25,90	518,00
217	DISJUNTOR NEMA 2X40	UN	50,00 SOPRANO		0,0000	30,80	1.540,00
218	DISJUNTOR NEMA 2X50	UN	50,00 SOPRANO		0,0000	31,50	1.575,00
219	DISJUNTOR NEMA 3X50	UN	50,00 SOPRANO		0,0000	39,00	1.950,00
224	DUREPOX 100 G	UN	20,00 ALDA		0,0000	6,75	135,00
227	EMENDA PRETA 1 " POL	UN	10,00 CIPLA		0,0000	1,65	16,50
228	EMENDA PRETA 1/2	UN	10,00 CIPLA		0,0000	0,95	9,50
229	EMENDA PRETA 3/4	UN	10,00 CIPLA		0,0000	1,20	12,00
230	ENGATE RÁPIDO 1/2	UN	77,00 CIPLA		0,0000	3,50	269,50
231	ENGRAXADEIRA MANUAL BALDE 5 KL	UN	18,00 CONELUB		0,0000	93,00	1.674,00
235	ESCOVA DE AÇO ROTATIVA 4,1/2 POL	UN	10,00 MISTER		0,0000	13,80	138,00
237	ESGUICHO DE METAL	UN[2,00 VIQUA		0,0000	10,90	21,80
239	ESPATULA AÇO INOX Nº 10	UN	10,00 METASUL		0,0000	8,50	85,00

240	ESPATULA AÇO INOX Nº 12	UN	10,00 METASUL	0,0000	12,00	120,00
241	ESPATULA AÇO INOX Nº 20	UN	10,00 METASUL	0,0000	15,50	155,00
242	ESPÁTULA PLÁSTICA 152/2	UN	15,00 METASUL	0,0000	3,70	55,50
257	FIO PARALELO 2X1,5	MTS	700,00 CORFIO	0,0000	1,25	875,00
270	FIXADOR PARA CAL	UN	140,00 GLOBO FIX	0,0000	1,55	217,00
274	FOICE COM CABO	UND	20,00 PARABONI	0,0000	19,50	390,00
275	FORCADO (OU FORCA) COM CABO	UN	20,00 PARABONI	0,0000	35,90	718,00
279	GARFO PARA PINTURA 5CM	UN[5,00 ATLAS	0,0000	2,10	10,50

Participante: 6103 - VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
280	GARFOS PARA PINTURA 18 CM	UN	20,00 ATLAS		0,0000	5,35	107,00
291	JOELHO 90º 1 " POL	UN	10,00 AMANCO		0,0000	2,70	27,00
292	JOELHO 90º 1/2	UN	10,00 AMANCO		0,0000	1,20	12,00
293	JOELHO 90º 3/4	UN	10,00 AMANCO		0,0000	1,80	18,00
312	JOGO SERRA COPO COM 6 PEÇAS	UN	2,00 CONEX		0,0000	24,50	49,00
334	LIXA FERRO 40	UN	50,00 NORTON		0,0000	1,80	90,00
336	LIXA PAPEL 100X120MM	UN[50,00 NORTON		0,0000	2,70	135,00
337	LIXA PAPEL 80MTX120MM	UN[50,00 NORTON		0,0000	2,70	135,00
348	LUVA GALVANIZADA 2"	UN[28,00 TUPY		0,0000	16,25	455,00
349	MAÇANETA PARA FECHADURA	UND	180,00 SOPRANO		0,0000	12,10	2.178,00
351	MADEIRITE 6,0 MM 2,20x1,10	UN	30,00 5 IRMAOS		0,0000	22,40	672,00
352	MADEIRITE 9,0 MM 2,20x1,10	UN	20,00 5 IRMAOS		0,0000	32,80	656,00
362	MANGUEIRA PRETA 1 " POL	MTS	200,00 ITALIA		0,0000	2,00	400,00
365	MARRETA COM CABO 10 KL	UN	2,00 PARABONI		0,0000	29,90	59,80
377	MASSA DE CALAFETA 500 GR	UN	10,00 ALDA		0,0000	9,15	91,50
385	PARAFUSO FRANCES 1/2X4	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	1,70	170,00
387	PARAFUSO FRANCES 1/2X6	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	2,10	210,00
388	PARAFUSO FRANCES 1/4X	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	0,39	39,00
391	PARAFUSO FRANCES 1/4X2,1/2	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	0,40	40,00
393	PARAFUSO FRANCES 1/4X4	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	0,65	65,00
396	PARAFUSO FRANCES 3/4X2	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	1,49	149,00
397	PARAFUSO FRANCES 3/4X3	UN[100,00 JOMARCA		0,0000	2,33	233,00
398	PARAFUSO FRANCES 3/4X4	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	2,89	289,00
399	PARAFUSO FRANCES 3/4X5	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	3,35	335,00
400	PARAFUSO FRANCES 3/4X6	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	3,39	339,00
405	PARAFUSO FRANCES 3/8X6	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	1,25	125,00
406	PARAFUSO FRANCES 5/16X1	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	0,30	30,00
410	PARAFUSO FRANCES 5/16X4	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	0,65	65,00
411	PARAFUSO FRANCES 5/16X5	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	0,65	65,00
412	PARAFUSO FRANCES 5/16X6	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	0,78	78,00
413	PARAFUSO FRANCES 5/8X2	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	1,28	128,00
414	PARAFUSO FRANCES 5/8X3	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	1,70	170,00
415	PARAFUSO FRANCES 5/8X4	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	2,00	200,00
416	PARAFUSO FRANCES 5/8X5	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	2,47	247,00
417	PARAFUSO FRANCES 5/8X6	UN	100,00 JOMARCA		0,0000	2,80	280,00
436	PARAFUSO SEXTAVADO 3/8X30	UN[100,00 CISER		0,0000	0,47	47,00
437	PARAFUSO SEXTAVADO 3/8X40	UN	100,00 CISER		0,0000	0,40	40,00
438	PARAFUSO SEXTAVADO 3/8X50	UN	100,00 CISER		0,0000	0,45	45,00
439	PARAFUSO SEXTAVADO 3/8X60	UN	100,00 CISER		0,0000	0,58	58,00
452	PÉ DE CABRA GRANDE 80 CM OU MAIS	UN	5,00 PARABONI		0,0000	34,00	170,00
453	PEDRA BRITA Nº1	m³	100,00 VANZ		0,0000	86,50	8.650,00
454	PEDRA DO EMERIL 4,1/2 POL	UN	10,00 NORTON		0,0000	13,35	133,50
455	PEDRA DO EMERIL 7 POLEGADAS	UN	5,00 NORTON		0,0000	17,90	89,50
456	PEDRA DO EMERIL 9 " POL	UN	5,00 NORTON		0,0000	25,80	129,00
457	PEDRISCO	m³	110,00 VANZ		0,0000	94,50	10.395,00
458	PICARETA COM CABO	UN	5,00 PARABONI		0,0000	57,30	286,50
467	PINO MACHO	UN	20,00 PEESA		0,0000	3,90	78,00
468	PISO CERAMICA 45X45	UN	200,00 ANGELGRES		0,0000	15,50	3.100,00
470	PLUG MACHO 20A	UN	20,00 PEESA		0,0000	4,90	98,00

472	PO DE PEDRA	m³	110,00 VANZ	0,0000	97,50	10.725,00
482	PORTA EXTERNA PINUS 0,80X2,10	UN	10,00 MADETEL	0,0000	123,00	1.230,00
483	PORTA INTERNA PINOS 0,80X2,10	UN	10,00 MADETEL	0,0000	89,90	899,00
484	PORTA PVC 0,70X2,10	UN	10,00 PLASFLEX	0,0000	88,90	889,00
485	PORTA PVC 0,80X2,10	UN	10,00 PLASFLEX	0,0000	89,90	899,00
487	PREGOS 16X24 PACOTE KG	PAC	10,00 GERDAU	0,0000	8,30	83,00
488	PREGOS 17X27 PACOTE KG	PAC	92,00 GERDAU	0,0000	7,90	726,80
489	PREGOS 18X30 PACOTE KG	PAC	90,00 GERDAU	0,0000	7,90	711,00
490	PREGOS 19/29 PACOTE KG	PAC	20,00 GERDAU	0,0000	7,90	158,00
491	PREGOS 19X39 PACOTE KG	PAC	65,00 GERDAU	0,0000	8,40	546,00

Participante: 6103 - VALESAN MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA.

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
492	PREGOS 24X60 PACOTE KG	PAC	120,00 GERDAU		0,0000	10,80	1.296,00
493	PREGOS 25X72 PACOTE KG	PAC	420,00 GERDAU		0,0000	10,40	4.368,00
494	PREGOS DUAS CABEÇAS 18X30 PACOTE KG	PAC	50,00 GERDAU		0,0000	12,80	640,00
500	RASTEL OU RASTELO COM CABO	UN[10,00 PARABONI		0,0000	16,65	166,50
506	REFIL P/ DISPENSER DE SABONETE LIQUIDO	UN	10,00 PREMISSE		0,0000	10,60	106,00
511	REGISTRO ESFERA METAL 2 POL	UN	20,00 DOCOL		0,0000	59,75	1.195,00
516	REGISTRO ESFERA PLASTICA 2 POL	UN	20,00 VIQUA		0,0000	36,70	734,00
524	REJUNTE	KG	36,00 QUARTZOLIT		0,0000	3,45	124,20
525	REVESTIMENTO CERAMICA 30X60	UN	200,00 ANGELGRES		0,0000	15,89	3.178,00
550	SILICONE CINZA 50 GR	UN	20,00 ELASTIL		0,0000	8,25	165,00
558	SUPORTE PARA LÂMPADA	UN	280,00 PEESA		0,0000	5,20	1.456,00
559	TAMPA PADRÃO CELESC 70X46 CLASSE 400	UN[16,00 FEHRMANN		0,0000	419,90	6.718,40
571	TELA ARRAME GALINHEIRO 16X5X150CM	M	50,00 BENORTE		0,0000	13,15	657,50
572	TELA ARRAME GALINHEIRO 16X5X200CM	M	44,00 BENORTE		0,0000	16,10	708,40
573	TELA PLÁSTICA 1M DE ALTURA	M	150,00 BENORTE		0,0000	4,98	747,00
574	TELHA FRANCESA	UND	2.050,00 SANTA		0,0000	1,70	3.485,00
			TERESINHA				
583		UN	28.000,00 CONZATTI		0,0000	0,64	17.920,00
584	TIJOLOS 6 FUIROS	UN	2.000,00 CONZATTI		0,0000	0,64	1.280,00
585		UN	5.104,00 BANDEIRANT		0,0000	0,94	4.797,76
623	TORNEIRA PIA PLASTICO	UND	93,00 HERC		0,0000	5,60	520,80

Total do Participante -----> 226.854,53

Participante: 9545 - PIATA COMERCIO DE PEÇAS LTDA - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
30	ASSENTO SANITARIO BRANCO ADULTO	UN	98,00 ALUMASA		0,0000	10,00	980,00
47	BLOCOS CONCRETO	UN[5.300,00 PIATA		0,0000	2,65	14.045,00
64	BROCAS AÇO RÁPIDO 16.00 MM	UN	10,00 ECCOFER		0,0000	85,00	850,00
76	BUCHA 5mm	UND	650,00 FIX		0,0000	0,04	26,00
78	BUCHA 7mm	UND	600,00 FIX		0,0000	0,03	18,00
85	BUCHA PLASTICA 8	UN	400,00 FIX		0,0000	0,05	20,00
120	CAIXA DESCARGA	UN	80,00 ALUMASA		0,0000	18,00	1.440,00
193	DISCO DE CORTE 12 " POL	UN	10,00 WORKER		0,0000	12,00	120,00
195	DISCO DE CORTE INOX 7 ' POL	UN	50,00 DEWALT		0,0000	4,80	240,00
197	DISCO DE DESBASTE 4,1/2 POL	UN	30,00 VONDER		0,0000	4,00	120,00
198	DISCO DE DESBASTE 7 ' POL	UN	60,00 VONDER		0,0000	7,00	420,00
199	DISCO DE DESBASTE 9 "POL	UN	20,00 VONDER		0,0000	14,00	280,00
200	DISCO FLAP 4,1/2 POL	UN	20,00 MTX		0,0000	5,50	110,00
202	DISCO P SERRAR MARMORE CONCRETO 4,1/4	UN	20,00 DISMA		0,0000	11,00	220,00
225	ELETRODO 2.5	KG	25,00 WORKER		0,0000	16,00	400,00
234	ESCOVA DE AÇO COM CABO MANUAL	UN	5,00 WORKER		0,0000	3,50	17,50
249	FECHADURA COMPLETA INTERNA	UN	170,00 SOPRANO		0,0000	22,50	3.825,00
255	FIO PARA MAQUINA GRAMA 2.7	MTS	100,00 KALA		0,0000	0,50	50,00
256	FIO PARA MAQUINA GRAMA 2.4	MTS	100,00 KALA		0,0000	0,35	35,00
258	FIO PARALELO 2X2,5	MTS	700,00 SUL MINAS		0,0000	1,30	910,00

261	FITA CREPE 19x50	UN	20,00 ADERE	0,0000	2,40	48,00
263	FITA CREPE 50x50	UN	20,00 ADERE	0,0000	6,50	130,00
269	FITA ZEBRADA 70MM X 200 MTS	UN	40,00 PLASTICOR	0,0000	5,90	236,00
276	FORMÃO CARPINTEIRO	UN	5,00 WORKER	0,0000	8,00	40,00
316	LÂMPADA FLORECENTE 40W	UN	1.050,00 NSK	0,0000	5,47	5.743,50
322	LÂMPADA LED TUBULAR 40W	UN	1.080,00 ANG	0,0000	19,00	20.520,00
332	LIMA CHATA 8MM	UN	10,00 WORKER	0,0000	14,00	140,00
335	LIXA FERRO 80	UN	50,00 WORKER	0,0000	1,70	85,00
366	MARRETA COM CABO 2 KL	UN	10,00 WORKER	0,0000	30,00	300,00
368	MARRETA COM CABO 4 KL	UN	5,00 WORKER	0,0000	106,00	530,00
370	MARRETAS COM CABO 1KG	UN	10,00 WORKER	0,0000	25,00	250,00
382	PAFLON 02 LAMPADAS	UN[30,00 ILUMI	0,0000	8,00	240,00
395	PARAFUSO FRANCES 1/4X6	UN	100,00 REX	0,0000	1,00	100,00
401	PARAFUSO FRANCES 3/8X2	UN	100,00 REX	0,0000	0,80	80,00
407	PARAFUSO FRANCES 5/16X1,1/2	UN	100,00 REX	0,0000	0,50	50,00

Participante: 9545 - PIATA COMERCIO DE PEÇAS LTDA - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
418	PARAFUSO PARA WC - PACOTE COM 2 UNIDADES	PAC	115,00 REX		0,0000	2,00	230,00
423	PARAFUSO PHILIPS FENDA 4,0X30	UN	1.800,00 REX		0,0000	0,05	90,00
426	PARAFUSO PHILIPS FENDA 5,5X50	UN	1.800,00 REX		0,0000	0,10	180,00
450	PARAFUSO TELHEIRO PARA ETERNIT	UN[300,00 REX		0,0000	0,50	150,00
459	PINCEL PARA PINTURA 1,1/2	UN	20,00 ROMA		0,0000	3,00	60,00
461	PINCEL PARA PINTURA 1/POL	UN	40,00 ROMA		0,0000	2,50	100,00
462	PINCEL PARA PINTURA 2,1/2	UN	20,00 ROMA		0,0000	4,00	80,00
463	PINCEL PARA PINTURA 2/POL	UN	40,00 ROMA		0,0000	3,50	140,00
465	PINCEL PARA PINTURA 3/POL	UN	20,00 ROMA		0,0000	6,00	120,00
466	PINCEL PARA PINTURA 4 POL	UN[20,00 ROMA		0,0000	9,00	180,00
469	PLUG MACHO 10A	UN	20,00 RADIAL		0,0000	3,00	60,00
474	PORCA 1/4	UN	200,00 REX		0,0000	0,10	20,00
478	PORCA 3/8	UN	200,00 REX		0,0000	0,10	20,00
486	PREGOS 12X12 PACOTE KG	PAC	30,00 GERDAU		0,0000	9,00	270,00
504	REATOR ELETROICO 2X40	UND	180,00 NSK		0,0000	18,08	3.254,40
531	ROLO PARA PINTURA ESPUMA 23 CM	UN	15,00 ROMA		0,0000	11,90	178,50
533	ROLO PARA PINTURA LÃ 18 CM	UN	25,00 ROMA		0,0000	22,90	572,50
538	SERRA CIRCULAR 4,1/2	UN	5,00 MUNDIAL		0,0000	10,00	50,00
541	SERRA PARA FERRO	UND	50,00 WORKER		0,0000	3,90	195,00
552	SILICONE INCOLOR 50 GR	UN	20,00 KALA		0,0000	4,00	80,00
622	TORNEIRA PARA PIA INOX	UN	73,00 RAINHA		0,0000	40,00	2.920,00
634	VASSOURA INDUSTRIAL COM CABO	UN	50,00 CONEX		0,0000	27,00	1.350,00
635	LAMPADA LED TUBULAR 18W	UN	250,00 ANG		0,0000	16,90	4.225,00

Total do Participante -----> 67.144,40

Participante: 13602 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
10	ANEL CERA	UN	225,00 plastibor		0,0000	6,00	1.350,00
50	BROCA PARA CONCRETO 3.0 MM	UN[10,00 vonder		0,0000	3,70	37,00
51	BROCA PARA CONCRETO 4.0MM	UN[10,00 vonder		0,0000	3,70	37,00
62	BROCAS AÇO RÁPIDO 13.00 MM	UN	10,00 eccofer		0,0000	23,00	230,00
102	CABO P.P 2X4	MTS	200,00 flexsul		0,0000	3,30	660,00
158	CAVADEIRA COM CABO	UN	10,00 nove54		0,0000	38,00	380,00
220	DISJUNTOR NEMA 3X60	UN	50,00 soprano		0,0000	40,00	2.000,00
221	DISJUNTOR NEMA 3X70	UN	50,00 soprano		0,0000	55,00	2.750,00
226	ELETRODO 3.25	KG	25,00 vonder		0,0000	16,00	400,00
317	LAMPADA LED 10W	UN	50,00 ourolux		0,0000	9,50	475,00
326	LÂMPADA PL 30W	UN	50,00 ourolux		0,0000	21,00	1.050,00
327	LÂMPADA PL 36W	UN	50,00 ourolux		0,0000	25,00	1.250,00
328	LÂMPADA PL 55W	UN	50,00 ourolux		0,0000	39,00	1.950,00

350	MACHADINHA COM CABO	UND	2,00 nove54	0,0000	28,00	56,00
367	MARRETA COM CABO 3 KL	UN	10,00 vonder	0,0000	54,00	540,00
369	MARRETA COM CABO 5 KL	UN	5,00 vonder	0,0000	114,00	570,00
372	MARTELO TIPO CUNHA	UN	10,00 vonder	0,0000	16,00	160,00
373	MARTELO UNHA CARPINTEIRO	UN	15,00 vonder	0,0000	16,50	247,50
460	PINCEL PARA PINTURA 1/2	UN	20,00 roma	0,0000	1,90	38,00
501	REATOR ELETRONICO 1X20	UN[10,00 soprano	0,0000	17,00	170,00
526	ROLO DE LÃ ANTI GOTA 23CM (321/10)	UN	20,00 roma	0,0000	17,50	350,00
549	SILICONE CINZA 300 GR	UN	20,00 tekbond	0,0000	16,00	320,00
570	TE LUZ	UN	350,00 manplex	0,0000	5,50	1.925,00
596	TINTA ESMALTE SINTÉTICO 3,6 LITROS (COR A DEFINIR)	UN	40,00 tinsul	0,0000	43,00	1.720,00

Total do Participante -----> 18.665,50

Participante: 13799 - ANDRESSA PAULA DE SOUZA - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	ABRAÇADEIRA DE NYLON 2,00X3,60	UN	730,00 EHC		0,0000	0,05	36,50
3	ABRAÇADEIRA DE NYLON 4,00X4,80	UN[730,00 EHC		0,0000	0,15	109,50
75	BUCHA 10mm	UND	650,00 FIXPAR		0,0000	0,08	52,00

Participante: 13799 - ANDRESSA PAULA DE SOUZA - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
77	BUCHA 6mm	UND	650,00 FIXPAR		0,0000	0,02	13,00
79	BUCHA 8mm	UND	650,00 FIXPAR		0,0000	0,04	26,00
80	BUCHA PLASTICA 10	UN	400,00 FIXPAR		0,0000	0,07	28,00
81	BUCHA PLASTICA 12	UN	400,00 FIXPAR		0,0000	0,07	28,00
82	BUCHA PLASTICA 5	UN	100,00 FIXPAR		0,0000	0,05	5,00
83	BUCHA PLASTICA 6	UN	400,00 FIXPAR		0,0000	0,05	20,00
84	BUCHA PLASTICA 7	UN	100,00 FIXPAR		0,0000	0,04	4,00
90	CABO 750 VOLTS 25 MM	M	214,00 SC CABLE		0,0000	9,80	2.097,20
91	CABO 750 VOLTS 35MM	M	214,00 SC CABLE		0,0000	13,99	2.993,86
97	CABO MULTIFLEXADO 2X10	MTS	200,00 SC CABLE		0,0000	1,50	300,00
98	CABO MULTIFLEXADO 3X10	MTS	200,00 SC CABLE		0,0000	2,50	500,00
99	CABO MULTIFLEXADO 4X10	MTS	200,00 SC CABLE		0,0000	3,07	614,00
100	CABO P.P 2X1,5	MTS	200,00 SC CABLE		0,0000	1,35	270,00
101	CABO P.P 2X2,5	MTS	200,00 SC CABLE		0,0000	2,10	420,00
119	CAIXA DE ENTRADA TRIFÁSICA	UN[13,00 TAFF		0,0000	129,00	1.677,00
126	CANAleta DE PVC C/ ADESIVO 20X10X2.0 BRANCA	UN[230,00 ENERBRAS		0,0000	4,10	943,00
127	CANAleta DE PVC C/ ADESIVO 20X12X2.0 BRANCA	UN[50,00 ENERBRAS		0,0000	3,79	189,50
130	CANAleta SIST X 20X10X1.0	UN[50,00 ENERBRAS		0,0000	3,10	155,00
131	CANAleta SIST X 20X10X2.0	UN[50,00 ENERBRAS		0,0000	2,89	144,50
132	CANAleta SIST X 32X12X2.0	UN[50,00 ENERBRAS		0,0000	10,34	517,00
134	CANAleta SIST X 40X16X2.0	UN[50,00 ENERBRAS		0,0000	14,45	722,50
166	CHUVEIRO ELÉTRICO 5400W 200V	UN	30,00 ZAGONEL		0,0000	26,90	807,00
203	DISJUNTOR 100A	UN[27,00 SOPRANO		0,0000	64,90	1.752,30
211	DISJUNTOR DIM MONO 10-A	UN	50,00 SOPRANO		0,0000	3,82	191,00
212	DISJUNTOR DIM MONO 16-A	UN	50,00 SOPRANO		0,0000	3,82	191,00
213	DISJUNTOR DIM MONO 20-A	UN	50,00 SOPRANO		0,0000	3,82	191,00
214	DISJUNTOR DIM MONO 32-A	UN	50,00 SOPRANO		0,0000	3,82	191,00
215	DISJUNTOR DIM MONO 40-A	UN	50,00 SOPRANO		0,0000	4,78	239,00
216	DISJUNTOR DIM MONO 50-A	UN	50,00 SOPRANO		0,0000	4,78	239,00
223	DPS 45K2 220V 45K NEMA-DIM	UN[15,00 SOPRANO		0,0000	39,80	597,00
246	EXTENÇÃO 10 METROS	UND	51,00 COMPOLUX		0,0000	13,09	667,59
247	EXTENÇÃO 5 METROS	UND	55,00 COMPOLUX		0,0000	12,00	660,00
250	FIO FLEXÍVEL 1.5 mm	MTS	350,00 SC CABLE		0,0000	0,49	171,50
251	FIO FLEXIVEL 10mm	MT	700,00 SC CABLE		0,0000	3,40	2.380,00
252	FIO FLEXIVEL 2,5mm	MT	700,00 SC CABLE		0,0000	0,79	553,00
253	FIO FLEXIVEL 4.0 mm	M	700,00 SC CABLE		0,0000	1,37	959,00

254	FIO FLEXÍVEL 6,0mm	M	700,00 SC CABLE	0,0000	2,00	1.400,00
259	FIO PARALELO 2X4	MTS	200,00 SC CABLE	0,0000	2,86	572,00
260	FITA AUTO FUSÃO	UND	62,00 MEC TRONIC	0,0000	4,20	260,40
264	FITA DUPLA FACE 12MM X 2M FORTE	UN[10,00 ADERE	0,0000	3,99	39,90
265	FITA ISOLANTE 10mts	UND	280,00 SOPRANO	0,0000	1,79	501,20
266	FITA ISOLANTE 20m	PEÇ	30,00 SOPRANO	0,0000	2,64	79,20
267	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 02 MTS	UN	20,00 MEC TRONIC	0,0000	4,20	84,00
282	GRAMPO P/ FIO PCT	UN	20,00 RIBEIRO	0,0000	1,60	32,00
283	HASTE PARA ATERramento	UN[6,00 OLIVO S/A	0,0000	19,19	115,14
284	INTERRUPTOR DUPLO 2 TC	UN	20,00 ILUMI	0,0000	3,49	69,80
285	INTERRUPTOR DUPLO EMBUTIR	UN	10,00 ILUMI	0,0000	4,70	47,00
286	INTERRUPTOR EXT. 10-A	UN	10,00 ILUMI	0,0000	2,59	25,90
289	INTERRUPTOR SIMPLES SOBREPOR	UN	3,00 ILUMI	0,0000	2,83	8,49
313	LAMPADA 400 W	UN[20,00 EMPALUX	0,0000	27,50	550,00
318	LÂMPADA LED 12W	UN	50,00 KIAN	0,0000	11,70	585,00
320	LÂMPADA LED 20W	UN	380,00 KIAN	0,0000	24,99	9.496,20
329	LÂMPADA PL 85W	UN	50,00 EMPALUX	0,0000	58,99	2.949,50
381	PAFLON 01 LAMPADAS	UN[30,00 PLASLUMI	0,0000	2,99	89,70
496	PVDUTO DE 1"	MTS	77,00 MAESI	0,0000	1,56	120,12
497	PVDUTO DE 2"	MTS	56,00 MAESI	0,0000	3,15	176,40
498	QUADRO DE DISJUNTOR DE PVC PARA 12 DISJUNTORES	UN[3,00 SOPRANO	0,0000	34,00	102,00
499	QUADRO DE DISJUNTOR DE PVC PARA 18 DISJUNTORES	UN[3,00 SOPRANO	0,0000	49,99	149,97
553	SOQUETE FIXO	UN	270,00 DECORLUX	0,0000	2,00	540,00

Participante: 13799 - ANDRESSA PAULA DE SOUZA - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
555	SPOT DUPLO	UND	210,00 PLASLUMI		0,0000	18,79	3.945,90
556	SPOT SIMPLES	UND	215,00 PLASLUMI		0,0000	10,35	2.225,25
575	TERMINAL BOX 1"	UN	15,00 TRAMONTINA		0,0000	3,99	59,85
576	TERMINAL BOX2"	UN	17,00 TRAMONTINA		0,0000	12,90	219,30
577	TERMINAL DE COMPRESSÃO PINO CURTO 25MM	UN	80,00 INTELLI		0,0000	8,00	640,00
578	TERMINAL HASTE TERRA	UN	47,00 OLIVO S/A		0,0000	9,10	427,70
579	TERMINAL ILHÓS DUPLO PARA CABO 25MM	UN	34,00 DECORLUX		0,0000	2,50	85,00
606	TOMADA DE SOBREPOR 10A	UN	40,00 ILUMI		0,0000	4,00	160,00
607	TOMADA DE SOBREPOR 20A	UN[15,00 ILUMI		0,0000	5,00	75,00
608	TOMADA DUPLA SISTEMA X	UN	20,00 ILUMI		0,0000	5,85	117,00
609	TOMADA EMBUTIR DUPLA 10-A	UN	110,00 ILUMI		0,0000	5,80	638,00
610	TOMADA EMBUTIR DUPLA 20-A	UN	130,00 ILUMI		0,0000	5,85	760,50
611	TOMADA EMBUTIR SIMPLES (2P+T)	UN	20,00 ILUMI		0,0000	3,00	60,00
612	TOMADA EMBUTIR SIMPLES 10-A	UN	110,00 ILUMI		0,0000	3,00	330,00
613	TOMADA EMBUTIR SIMPLES 20-A	UN	110,00 ILUMI		0,0000	3,00	330,00
614	TOMADA EXT. 10-A	UN	10,00 ILUMI		0,0000	3,89	38,90
615	TOMADA EXT. 20-A	UN	10,00 ILUMI		0,0000	4,79	47,90
616	TOMADA EXTERNA	UND	160,00 ILUMI		0,0000	4,40	704,00
617	TOMADA SIMPLES SISTEMA X	UN	70,00 ILUMI		0,0000	4,89	342,30
619	TORNEIRA ELÉTRICA	UN	6,00 ZAGONEL		0,0000	60,00	360,00
636	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 1,5 MM²	M	350,00 SC CABLE		0,0000	0,62	217,00
637	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 2,5 MM²	M	700,00 SC CABLE		0,0000	0,96	672,00
639	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 6,00 MM²	M	400,00 SC CABLE		0,0000	2,39	956,00
640	SOQUETE PLAFON	UN	50,00 PLASLUMI		0,0000	2,50	125,00

Total do Participante -----> 53.185,47

Participante: 13846 - SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
6	ADESIVO COLA CANO 75 GR	UN	60,00 PISAFIX		0,0000	2,65	159,00
7	ADESIVO PVC 75gr BISNAGA	UND	175,00 PISAFIX		0,0000	2,59	453,25
8	AGUARAZ 5 LT	UN	50,00 Tinsul		0,0000	37,00	1.850,00

9	AGUARAZ 900 ML	UN	40,00 TINSUL	0,0000	7,36	294,40
14	ARCO DE SERRA FERRO	UN	10,00 THOMPSON	0,0000	8,49	84,90
32	BALDE PARA PINTURA	UN	20,00 ROMA	0,0000	12,90	258,00
33	BANDEJA PINTURA TIPO CAÇAMBA 10 LT PLÁSTICA	UN[15,00 ROMA	0,0000	13,90	208,50
34	BANDEJAS PARA PINTURA	UN	25,00 BRASIPLA	0,0000	3,90	97,50
73	BROCHA PARA PINTURA MÉDIA	UN	30,00 ROMA	0,0000	3,50	105,00
74	BROCHA PARA PINTURA GRANDE	UN	30,00 ROMA	0,0000	4,90	147,00
104	CABO PARA ENXADA	UND	30,00 W C	0,0000	6,61	198,30
105	CABO PARA FOICE	UN[30,00 W C	0,0000	5,88	176,40
106	CABO PARA MARRETA	UN[10,00 COMPESP	0,0000	3,69	36,90
107	CABO PARA PÁ	UN[30,00 W C	0,0000	5,88	176,40
108	CABO PICARETA	UND	10,00 W C	0,0000	11,23	112,30
125	CAMARAS P/ CARINHO DE MÃO	UN	10,00 Disma	0,0000	7,84	78,40
156	CARRINHO DE MÃO COM CHASSI METALICO E CAÇAMBA METALICA COM PNEU E CAMARA	UN[10,00 MAESTRO	0,0000	78,90	789,00
157	CAVADEIRA ARTICULADA COM CABO	UN	5,00 MOMFORT	0,0000	23,04	115,20
170	CINTO CARPINTEIRO	UN	5,00 F.PETROPOLI	0,0000	24,80	124,00
172	COLA BRANCA PVA 1KL	UN	50,00 ALMAFLEX	0,0000	10,90	545,00
210	DISJUNTOR DIM MONO 06-A	UN	50,00 Decorlux	0,0000	3,30	165,00
232	ENXADA COM CABO	UN	20,00 PANDOLFO	0,0000	8,10	162,00
233	ENXADAO COM CABO	UN	5,00 PANDOLFO	0,0000	17,05	85,25
236	ESGUICHO 1/2	UN	30,00 KRONA	0,0000	4,20	126,00
238	ESGUICHO PLASTICO	UND	36,00 KRONA	0,0000	1,96	70,56
248	FECHADURA COMPLETA EXTERNA	UN	170,00 GOLD	0,0000	1,96	333,20
271	FLEXIVEL 40 CNTS	UN	10,00 PLASTIBOR	0,0000	1,65	16,50
281	GARFOS PARA PINTURA 23 CM	UN	40,00 ROMA	0,0000	3,90	156,00
361	MANGUEIRA PARA JARDIM 1/2	MTS	1.310,00 UNIFORTE	0,0000	1,79	2.344,90
371	MARTELO DE BORRACHA	UN	5,00 BRASIPLA	0,0000	4,83	24,15

Participante: 13846 - SOMA COMERCIO DE TINTAS LTDA ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
374	MASSA CORIDA 18 LTS	UN	30,00 TINSUL		0,0000	40,00	1.200,00
376	MASSA CORIDA 900 ML	UN	20,00 TINSUL		0,0000	7,16	143,20
378	PÁ QUADRADA COM CABO	UN	20,00 PANDOLFO		0,0000	20,30	406,00
379	PÁ REDONDA COM CABO	UN	20,00 PANDOLFO		0,0000	20,27	405,40
380	PÁ RETA DE CORTE COM CABO	UN	5,00 PANDOLFO		0,0000	19,86	99,30
471	PNEUS P/ CARINHO DE MÃO	UN	10,00 AXION		0,0000	18,60	186,00
527	ROLO DE LÃ ANTI GOTA 5CM	UN[5,00 COMPEL		0,0000	1,74	8,70
528	ROLO PARA PINTURA ESPUMA 05 CM	UN	15,00 ROMA		0,0000	2,37	35,55
529	ROLO PARA PINTURA ESPUMA 09 CM	UN	15,00 ROMA		0,0000	3,21	48,15
530	ROLO PARA PINTURA ESPUMA 15 CM	UN	15,00 ROMA		0,0000	5,00	75,00
532	ROLO PARA PINTURA LÃ 15 CM	UN	25,00 ROMA		0,0000	8,37	209,25
534	ROLO PARA PINTURA LÃ 23 CM	UN	25,00 ROMA		0,0000	7,32	183,00
535	ROLO PARA PINTURA LÃ 5 CM	UN	10,00 COMPEL		0,0000	2,49	24,90
536	ROLO PARA PINTURA LÃ 9 CM	UN	25,00 COMPEL		0,0000	3,18	79,50
545	SIFÃO SIMPLES SANF. 1.50 MTS	UN	135,00 KRONA		0,0000	7,10	958,50
588	TINTA ACRILICA PREMIUM 1LT(COR A DEFINIR)	UN[30,00 TINSUL		0,0000	15,90	477,00
595	TINTA ESMALTE SINTETICO 1LT (COR A DEFINIR)	UN	30,00 TINSUL		0,0000	8,25	247,50
597	TINTA ESMALTE SINTETICO 900ML (COR A DEFINIR)	UN	20,00 TINSUL		0,0000	15,73	314,60
599	TINTA ÓLEO 900 ML	UN	40,00 Tinsul		0,0000	13,48	539,20
600	TINTA SPRAY ALUMINIO 400ML	UN	25,00 TINSUL		0,0000	12,71	317,75
618	TORNEIRA BOIA 1/2	UN	10,00 ALUMASA		0,0000	4,52	45,20

Total do Participante -----> 15.496,71

Participante: 13968 - MATIC MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
15	ARCO SERRA C/ LÂMINA BS12	UN	2,00 THOMPSON		0,0000	14,90	29,80
31	ASSENTO VASO SANITÁRIO BRANCO INFANTIL	UND	20,00 TUPAN		0,0000	28,90	578,00

48	BROCA PARA CONCRETO 10.00MM	UN[10,00 THOMPSON	0,0000	5,50	55,00
49	BROCA PARA CONCRETO 12.00 MM	UN[10,00 THOMPSON	0,0000	9,38	93,80
52	BROCA PARA CONCRETO 5.0MM	UN[10,00 THOMPSON	0,0000	2,35	23,50
53	BROCA PARA CONCRETO 6.0MM	UN[10,00 THOMPSON	0,0000	2,77	27,70
54	BROCA PARA CONCRETO 7.0MM	UN[10,00 THOMPSON	0,0000	3,23	32,30
55	BROCA PARA CONCRETO 8.00MM	UN[10,00 THOMPSON	0,0000	4,37	43,70
56	BROCA PARA CONCRETO SDS 160X12 MM LONGA	UN[5,00 THOMPSON	0,0000	8,70	43,50
59	BROCAS AÇO RÁPIDO 1.5 MM	UN	5,00 THOMPSON	0,0000	1,00	5,00
60	BROCAS AÇO RÁPIDO 10.00 MM	UN	15,00 THOMPSON	0,0000	14,90	223,50
61	BROCAS AÇO RÁPIDO 12.00 MM	UN	10,00 THOMPSON	0,0000	20,90	209,00
65	BROCAS AÇO RÁPIDO 2.0 MM	UN	5,00 THOMPSON	0,0000	1,60	8,00
66	BROCAS AÇO RÁPIDO 3.0 MM	UN	5,00 THOMPSON	0,0000	2,12	10,60
67	BROCAS AÇO RÁPIDO 4.0 MM	UN	10,00 THOMPSON	0,0000	2,56	25,60
68	BROCAS AÇO RÁPIDO 4.5 MM	UN	10,00 THOMPSON	0,0000	3,57	35,70
69	BROCAS AÇO RÁPIDO 5.0 MM	UN	10,00 THOMPSON	0,0000	3,85	38,50
70	BROCAS AÇO RÁPIDO 6.0 MM	UN	10,00 THOMPSON	0,0000	4,45	44,50
71	BROCAS AÇO RÁPIDO 7.0 MM	UN	10,00 THOMPSON	0,0000	5,95	59,50
72	BROCAS AÇO RÁPIDO 8.0 MM	UN	15,00 THOMPSON	0,0000	7,69	115,35
109	CADEADOS 20MM	UND	10,00 PILLER	0,0000	6,90	69,00
110	CADEADOS 25MM	UN	10,00 PILLER	0,0000	8,95	89,50
111	CADEADOS 30MM	UN	20,00 PILLER	0,0000	10,45	209,00
112	CADEADOS 35 MM	UN	10,00 PILLER	0,0000	12,45	124,50
115	CADEADOS 50MM	UN	10,00 VONDER	0,0000	21,95	219,50
117	CAIXA D' ÁGUA POLETILENO CAPACIDADE DE 1.000 LTS COM TAMPA ALTURA MAXIMA DE 01 MTS	UN[9,00 FORTLEV	0,0000	269,00	2.421,00
121	CAIXA DESCARGA ELEVADA BRANCO	UN	10,00 ALUMASA	0,0000	20,90	209,00
147	CAP AGUA 20	UN	10,00 MULTILIT	0,0000	0,21	2,10
148	CAP AGUA 25	UN	10,00 MULTILIT	0,0000	0,55	5,50
149	CAP AGUA 32	UN	10,00 MULTILIT	0,0000	0,65	6,50
150	CAP AGUA 40	UN	10,00 MULTILIT	0,0000	1,22	12,20
151	CAP AGUA 50	UN	10,00 MULTILIT	0,0000	2,20	22,00
152	CAP ESGOTO 100	UN	10,00 MULTILIT	0,0000	3,30	33,00
153	CAP ESGOTO 40	UN	10,00 MULTILIT	0,0000	1,00	10,00

Participante: 13968 - MATIC MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
154	CAP ESGOTO 50	UN	10,00 MULTILIT		0,0000	1,60	16,00
155	CAP ESGOTO 75	UN	10,00 MULTILIT		0,0000	2,49	24,90
167	CILINDRO PARA FECHADURA	UN	170,00 PILLER		0,0000	14,30	2.431,00
176	COLHER DE PEDREIRO 8	UND	10,00 THOMPSON		0,0000	8,50	85,00
177	COLUNA BRANCO	UN	10,00 ICASA		0,0000	39,90	399,00
178	COLUNA PARA LAVATÓRIO	UND	33,00 ICASA		0,0000	39,90	1.316,70
194	DISCO DE CORTE INOX 4,1/2 POL	UN	30,00 THOMPSON		0,0000	2,45	73,50
201	DISCO FLAP 7 POL	UN	20,00 THOMPSON		0,0000	14,40	288,00
222	DISPENSADOR DE SABONETE LÍQUIDO (BAG-IN-THE-BOX) FORMATO ARREDONDADO	UN	10,00 PREMISSE		0,0000	21,90	219,00
243	ESPUDE PARA BACIA SANITÁRIA	UND	105,00 BRASIPLA		0,0000	1,40	147,00
244	ESPUMA PARA PORTA 500ML	UN	20,00 BASTON		0,0000	13,90	278,00
245	ESTILETE	UN	5,00 THOMPSON		0,0000	7,50	37,50
268	FITA VEDA ROSCA 18mm X 10mt	UN	270,00 POLYFITA		0,0000	1,20	324,00
272	FLEXIVEL 50 CNTS	UN	145,00 KRONA		0,0000	2,20	319,00
273	FLEXIVEL 60 CNTS	UN	175,00 KRONA		0,0000	2,65	463,75
277	FORRO PVC 100X7 METROS QUADRADOS	m²	200,00 MULTILIT		0,0000	11,85	2.370,00
278	FORRO PVC 200X7 BRANCO NEVE	m²	320,00 MULTILIT		0,0000	11,90	3.808,00
294	JOELHO AGUA FRIA 45º 20MM	UN[20,00 MULTILIT		0,0000	0,36	7,20
295	JOELHO AGUA FRIA 45º 25MM	UN[20,00 MULTILIT		0,0000	0,59	11,80
296	JOELHO AGUA FRIA 45º 32MM	UN[20,00 MULTILIT		0,0000	1,55	31,00
297	JOELHO AGUA FRIA 90º 20MM	UN	160,00 MULTILIT		0,0000	0,20	32,00
298	JOELHO AGUA FRIA 90º 25MM	UN	160,00 MULTILIT		0,0000	0,26	41,60
299	JOELHO AGUA FRIA 90º 32MM	UN	30,00 MULTILIT		0,0000	1,16	34,80
300	JOELHO AGUA FRIA 90º 40MM	UN	50,00 MULTILIT		0,0000	2,00	100,00
301	JOELHO AGUA FRIA 90º 50MM	UN	30,00 MULTILIT		0,0000	2,20	66,00

302	JOELHO ESGOTO 45º 100m	UN	50,00 MULTILIT	0,0000	3,40	170,00
304	JOELHO ESGOTO 45º 40m	UN	105,00 MULTILIT	0,0000	0,74	77,70
305	JOELHO ESGOTO 45º 50m	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	1,68	50,40
306	JOELHO ESGOTO 45º 75m	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	3,30	99,00
307	JOELHO ESGOTO 90º 100m	UN	50,00 MULTILIT	0,0000	2,60	130,00
309	JOELHO ESGOTO 90º 40m	UN	105,00 MULTILIT	0,0000	0,65	68,25
310	JOELHO ESGOTO 90º 50m	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	1,14	34,20
311	JOELHO ESGOTO 90º 75m	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	2,18	65,40
330	LAVATÓRIO BRANCO	UN	10,00 ICASA	0,0000	49,00	490,00
331	LAVATÓRIO LOUÇA	UND	31,00 ICASA	0,0000	49,00	1.519,00
338	LUVA AGUA FRIA 20MM	UN	240,00 MULTILIT	0,0000	0,19	45,60
339	LUVA AGUA FRIA 25MM	UN	240,00 MULTILIT	0,0000	0,28	67,20
340	LUVA AGUA FRIA 32MM	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	0,90	27,00
341	LUVA AGUA FRIA 40MM	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	1,50	45,00
342	LUVA AGUA FRIA 50MM	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	1,60	48,00
343	LUVA ESGOTO 100m	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	2,49	74,70
344	LUVA ESGOTO 150m	UN	30,00 CHIVA	0,0000	12,00	360,00
345	LUVA ESGOTO 40m	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	0,50	15,00
346	LUVA ESGOTO 50m	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	1,26	37,80
347	LUVA ESGOTO 75m	UN	30,00 MULTILIT	0,0000	2,27	68,10
451	PARAFUSO WC	UN	20,00 TORALF	0,0000	1,40	28,00
495	PREGOS TELHEIRO 18X30 PACOTE KG	PAC	80,00 SERRANA	0,0000	10,20	816,00
505	REDITADEIRA	UN	2,00 THOMPSON	0,0000	22,70	45,40
507	REGISTRO ESFERA METAL 1 POL	UN	20,00 THOMPSON	0,0000	19,30	386,00
508	REGISTRO ESFERA METAL 1.1/2	UN	20,00 THOMPSON	0,0000	41,60	832,00
510	REGISTRO ESFERA METAL 1/2	UN	20,00 THOMPSON	0,0000	7,50	150,00
512	REGISTRO ESFERA METAL 3/4	UN	20,00 THOMPSON	0,0000	11,00	220,00
513	REGISTRO ESFERA PLASTICA 1 POL	UN	20,00 MULTILIT	0,0000	10,30	206,00
514	REGISTRO ESFERA PLASTICA 1.1/2	UN	20,00 MULTILIT	0,0000	16,30	326,00
515	REGISTRO ESFERA PLASTICA 1/2	UN	20,00 MULTILIT	0,0000	5,90	118,00
517	REGISTRO ESFERA PLASTICA 20m	UN	20,00 MULTILIT	0,0000	4,60	92,00
518	REGISTRO ESFERA PLASTICA 25m	UN	20,00 MULTILIT	0,0000	5,10	102,00
519	REGISTRO ESFERA PLASTICA 3/4	UN	20,00 MULTILIT	0,0000	6,00	120,00
520	REGISTRO ESFERA PLASTICA 32m	UN	20,00 MULTILIT	0,0000	8,90	178,00
521	REGISTRO ESFERA PLASTICA 40m	UN	20,00 MULTILIT	0,0000	11,60	232,00

Participante: 13968 - MATIC MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA. - EPP

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
522	REGISTRO ESFERA PLASTICA 50m	UN	20,00 MULTILIT		0,0000	14,90	298,00
523	REGISTRO ESFERA PLASTICA 60m	UN	20,00 MULTILIT		0,0000	24,00	480,00
539	SERRA CIRCULAR 7,1/4	UN	5,00 THOMPSON		0,0000	24,00	120,00
540	SERRA CIRCULAR 9,1/4	UN	5,00 THOMPSON		0,0000	46,00	230,00
542	SERROTE PARA MADEIRA Nº 22	UN	3,00 THOMPSON		0,0000	27,50	82,50
543	SERROTE PARA MADEIRA Nº 24	UN	3,00 THOMPSON		0,0000	28,20	84,60
544	SIFÃO DUPLO SANFONA	UN	10,00 BLUKIT		0,0000	10,00	100,00
546	SIFÃO SIMPLES SANF.80 CNTS	UN	155,00 CENSI		0,0000	4,60	713,00
554	SOQUETE PENDULAR	UND	232,00 THOMPSON		0,0000	1,85	429,20
557	SPRAY DESINGRIPANTE 300 ML	UN	50,00 BASTON		0,0000	5,70	285,00
560	TE AGUA FRIA 20MM	UN	260,00 MULTILIT		0,0000	0,42	109,20
561	TE AGUA FRIA 25MM	UN	260,00 MULTILIT		0,0000	0,50	130,00
562	TE AGUA FRIA 32MM	UN	30,00 MULTILIT		0,0000	1,58	47,40
563	TE AGUA FRIA 40MM	UN	30,00 MULTILIT		0,0000	4,16	124,80
564	TE AGUA FRIA 50MM	UN	30,00 MULTILIT		0,0000	3,80	114,00
565		UN	60,00 MULTILIT		0,0000	5,70	342,00
567	TE ESGOTO 40MM	UN	60,00 MULTILIT		0,0000	1,03	61,80
568	TE ESGOTO 50MM	UN	30,00 MULTILIT		0,0000	2,94	88,20
569	TE ESGOTO 75MM	UN	30,00 MULTILIT		0,0000	4,89	146,70
601	TINTA SPRAY AMARELA 400ML	UN	20,00 BASTON		0,0000	11,50	230,00
602	TINTA SPRAY BRANCA 400ML	UN	25,00 BASTON		0,0000	11,50	287,50
603	TINTA SPRAY CINZA	UN	20,00 BASTON		0,0000	11,50	230,00
604	TINTA SPRAY PRETO BRILHANTE 400ML	UND	25,00 BASTON		0,0000	11,00	275,00

605	TINTA SPRAY PRETO FOSCO 400ML	UND	25,00 BASTON	0,0000	11,00	275,00
620	TORNEIRA ELÉTRICA P/ PIA COZINHA	UN	1,00 HYDRA	0,0000	90,00	90,00
621	TORNEIRA PARA LAVATORIO INOX	UN	10,00 CELITE	0,0000	29,00	290,00
624	TORNEIRA PLASTICA 10 CM	UN	30,00 KRONA	0,0000	2,80	84,00
625	TORNEIRA PLASTICA 15 CM	UN	30,00 KRONA	0,0000	3,20	96,00
626	TORNEIRA PLASTICA COM ALAVANCA	UN	30,00 HERC	0,0000	5,00	150,00
627	TORNEIRA PLASTICA PARA JARDIM 1/2	UN	90,00 KRONA	0,0000	1,90	171,00
628	TRENA 30 MTS	UN	5,00 THOMPSON	0,0000	28,20	141,00
629	TRENA 7.5 MTS	UN	10,00 THOMPSON	0,0000	18,60	186,00
630	TUBO DE DESCARGA	UN	60,00 ALUMASA	0,0000	9,20	552,00
631	VALVULA PIA LAVATORIO PLASTICA	UN	20,00 DURIN	0,0000	1,90	38,00
632	VASO SANITARIO BACIO CONVENCIONAL ADULTO	UN	55,00 ICASA	0,0000	95,00	5.225,00
633	VASO SANITARIO BACIO CONVENCIONAL INFANTIL	UN	10,00 FIORI	0,0000	159,00	1.590,00

Total do Participante -----> 39.300,75

Participante: 13969 - JARDEL JACOBS PEREIRA DA SILVA - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
375	MASSA CORIDA 3.600 ML	UN	20,00 SANTA COR		0,0000	16,90	338,00
537	SELADOR ACRILICO 18 LITROS	LAT	15,00 SANTA COR		0,0000	52,00	780,00
580	THINER 1LT	UN[20,00 RODO VIAS		0,0000	9,30	186,00
581	THINER 2.750 5 LT	UN	50,00 RODO VIAS		0,0000	45,00	2.250,00
582	THINER 2.900 5 LT	UN	50,00 RODO VIAS		0,0000	46,00	2.300,00
586	TINTA ACRILICA 18 LT (PARA PISO)	UN	60,00 SANTA COR		0,0000	139,00	8.340,00
587	TINTA ACRILICA PREMIUM 18 LITROS (COR A DEFINIR)	UN	75,00 SANTA COR		0,0000	154,00	11.550,00
589	TINTA ACRILICA PREMIUM 3,6LT(COR A DEFINIR)	UN[65,00 SANTA COR		0,0000	37,80	2.457,00
590	TINTA AMARELA PARA DEMARCAÇÃO VIAR 3,6 LT	UN	20,00 RODO VIAS		0,0000	45,00	900,00
591	TINTA AMARELA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA 18LT	UN[50,00 RODO VIAS		0,0000	172,00	8.600,00
592	TINTA BRANCA PARA DEMARCAÇÃO VIAR 3,6 LT	UN	20,00 RODO VIAS		0,0000	43,00	860,00
593	TINTA BRANCA PARA DEMARCAÇÃO VIARIA 18 LT	UN	50,00 RODO VIAS		0,0000	164,00	8.200,00
594	TINTA ESMALTE SINTETICO 18LT (COR A DEFINIR)	UN	10,00 RODO VIAS		0,0000	209,00	2.090,00
598	TINTA ÓLEO 3.6LT	UN	40,00 SANTA COR		0,0000	38,00	1.520,00

Total do Participante -----> 50.371,00

Participante: 13970 - GESIELE DOS SANTOS DAVID - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
------	---------------	----------	-------------	-------	----------	----------------	-------------

12 ARALDITE 10 MINUTOS UN[10,00 TEK BOND
 13 ARALDITE 90 MINUTOS UN[30,00 TEK BOND
 0,0000 16,50 165,00

0,0000 16,50 495,00

23	ARRUELA 1/2	UN	100,00 CISER		0,0000	0,26	26,00
24	ARRUELA 1/4	UN	200,00 CISER		0,0000	0,08	16,00
25	ARRUELA 3/16	UN	200,00 CISER		0,0000	0,05	10,00
26	ARRUELA 3/4	UN	200,00 CISER		0,0000	0,50	100,00
27	ARRUELA 3/8	UN	200,00 CISER		0,0000	0,17	34,00
28	ARRUELA 5/16	UN	200,00 CISER		0,0000	0,09	18,00
29	ARRUELA 5/8	UN	300,00 CISER		0,0000	0,37	111,00
39	BARRA ROSCADA 1/2	UN	5,00 CISER		0,0000	7,00	35,00
40	BARRA ROSCADA 1/4	UN	5,00 CISER		0,0000	2,35	11,75
42	BARRA ROSCADA 5/16	PEÇ	5,00 CISER		0,0000	3,90	19,50
114	CADEADOS 45MM	UN	15,00 GOLD		0,0000	17,50	262,50
262	FITA CREPE 25x50	UN	20,00 954		0,0000	3,79	75,80
333	LIXA FERRO 120	UN	50,00 VONDER		0,0000	1,75	87,50
353	MANGUEIRA COMPRESSOR 1/2	MTS	50,00 BR FLEX		0,0000	3,75	187,50
354	MANGUEIRA COMPRESSOR 3/8	MTS	50,00 BR FLEX		0,0000	3,34	167,00
355	MANGUEIRA CONMPRESSOR 5/16	MTS	50,00 BR FLEX		0,0000	2,85	142,50

358	MANGUEIRA CRISTAL 5/16	MTS	50,00 BR FLEX	0,0000	1,60	80,00
359	MANGUEIRA CRISTAL TRANÇADA 1/2	MTS	50,00 BR FLEX	0,0000	2,90	145,00
360	MANGUEIRA CRISTAL TRANÇADA 3/4	MTS	50,00 BR FLEX	0,0000	5,95	297,50
383	PARAFUSO FRANCES 1/2X2	UN	100,00 CISER	0,0000	1,35	135,00
384	PARAFUSO FRANCES 1/2X3	UN	100,00 CISER	0,0000	1,47	147,00
386	PARAFUSO FRANCES 1/2X5	UN	100,00 CISER	0,0000	1,85	185,00
389	PARAFUSO FRANCES 1/4X1	UN	100,00 CISER	0,0000	0,30	30,00
390	PARAFUSO FRANCES 1/4X1,1/2	UN	100,00 CISER	0,0000	0,39	39,00
392	PARAFUSO FRANCES 1/4X3	UND	100,00 CISER	0,0000	0,50	50,00
394	PARAFUSO FRANCES 1/4X5	UN	100,00 CISER	0,0000	0,70	70,00
402	PARAFUSO FRANCES 3/8X3	UN	100,00 CISER	0,0000	1,15	115,00
403	PARAFUSO FRANCES 3/8X4	UN	100,00 CISER	0,0000	0,95	95,00
404	PARAFUSO FRANCES 3/8X5	UN	100,00 CISER	0,0000	1,10	110,00
408	PARAFUSO FRANCES 5/16X2,1/2	UN	100,00 CISER	0,0000	0,55	55,00
409	PARAFUSO FRANCES 5/16X3	UN	100,00 CISER	0,0000	0,57	57,00
419	PARAFUSO PHILIPS FENDA 3,5X25	UN	100,00 CISER	0,0000	0,08	8,00
420	PARAFUSO PHILIPS FENDA 3,5X35	UN	100,00 CISER	0,0000	0,08	8,00
421	PARAFUSO PHILIPS FENDA 3,5X40	UN	100,00 CISER	0,0000	0,07	7,00
422	PARAFUSO PHILIPS FENDA 4,0X16	UN	100,00 CISER	0,0000	0,07	7,00
424	PARAFUSO PHILIPS FENDA 4,0X40	UN	100,00 CISER	0,0000	0,09	9,00
425	PARAFUSO PHILIPS FENDA 4,0X50	UN	100,00 CISER	0,0000	0,11	11,00
427	PARAFUSO PHILIPS FENDA 5,5X60	UN	100,00 CISER	0,0000	0,15	15,00
428	PARAFUSO PHILIPS FENDA 6,0X60	UN	1.800,00 CISER	0,0000	0,15	270,00
429	PARAFUSO PHILIPS FENDA 6,0X70	UN	100,00 CISER	0,0000	0,27	27,00
430	PARAFUSO PHILIPS FENDA 6,0X80	UN	1.800,00 CISER	0,0000	0,22	396,00
431	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X30	UN[100,00 CISER	0,0000	0,25	25,00
432	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X40	UN	100,00 CISER	0,0000	0,35	35,00
433	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X50	UN	100,00 CISER	0,0000	0,35	35,00
434	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X60	UN[100,00 CISER	0,0000	0,40	40,00
435	PARAFUSO SEXTAVADO 1/4X75	UN	100,00 CISER	0,0000	0,40	40,00
440	PARAFUSO SEXTAVADO 3/8X75	UN	100,00 CISER	0,0000	0,95	95,00
441	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X30	UN	100,00 CISER	0,0000	0,55	55,00
442	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X40	UN	100,00 CISER	0,0000	0,40	40,00
443	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X50	UN	100,00 CISER	0,0000	0,40	40,00
444	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X60	UN	100,00 CISER	0,0000	0,50	50,00
445	PARAFUSO SEXTAVADO 5/16X75	UN	100,00 CISER	0,0000	0,55	55,00
446	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO 10MMX50	UN[100,00 CISER	0,0000	0,60	60,00
447	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO 10MMX80	UN[100,00 CISER	0,0000	0,75	75,00
448	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO 8MMX40	UN[100,00 CISER	0,0000	0,45	45,00
449	PARAFUSO SEXTAVADO AÇO 8MMX80	UN[100,00 CISER	0,0000	0,63	63,00
464	PINCEL PARA PINTURA 3/4	UN	20,00 954	0,0000	2,50	50,00

Participante: 13970 - GESIELE DOS SANTOS DAVID - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
473	PORCA 1/2	UN	200,00 CISER		0,0000	0,28	56,00
475	PORCA 10mm	UN	200,00 CISER		0,0000	0,18	36,00
476	PORCA 3/16	UN	200,00 CISER		0,0000	0,08	16,00
477	PORCA 3/4	UN	200,00 CISER		0,0000	0,95	190,00
479	PORCA 5/16	PEÇ	200,00 CISER		0,0000	0,08	16,00
480		UN	300,00 CISER		0,0000	0,59	177,00
481	PORCA 8 MM	UN[200,00 CISER		0,0000	0,29	58,00
547	SILICONE ALTA TEMPERATURA 50 GR CINZA	UN	20,00 TEK BOND		0,0000	7,55	151,00

Total do Participante -----> 5.835,55

Participante: 13971 - N1 PNEUMATICA E ELETRICA INDUSTRIAL LTDA - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
135	CANO AGUA FRIA 20mm	MTS	530,00 ILITALIA		0,0000	1,30	689,00
136	CANO AGUA FRIA 25mm	MTS	710,00 ILITALIA		0,0000	1,40	994,00

137	CANO AGUA FRIA 32mm	MTS	300,00 ILITALIA	0,0000	2,83	849,00
138	CANO AGUA FRIA 40mm	MTS	330,00 PLASTUBOS	0,0000	1,44	475,20
139	CANO AGUA FRIA 50mm	MTS	300,00 ILITALIA	0,0000	5,70	1.710,00
140	CANO ESGOTO 100mm	MTS	330,00 ILITALIA	0,0000	5,62	1.854,60
141	CANO ESGOTO 150mm	MTS	300,00 ILITALIA	0,0000	14,53	4.359,00
142	CANO ESGOTO 40mm	MTS	330,00 ILITALIA	0,0000	2,20	726,00
143	CANO ESGOTO 50mm	MTS	480,00 ILITALIA	0,0000	3,20	1.536,00
144	CANO ESGOTO 75mm	MTS	300,00 ILITALIA	0,0000	5,02	1.506,00
196	DISCO DE CORTE INOX 9 ' POL	UN	20,00 BREMEN	0,0000	10,50	210,00
204	DISJUNTOR 125A	UN[23,00 ALTRONIC	0,0000	86,70	1.994,10
205	DISJUNTOR 15A	UN	10,00 ALTRONIC	0,0000	5,32	53,20
206	DISJUNTOR 20A	UN[10,00 ALTRONIC	0,0000	5,32	53,20
207	DISJUNTOR 25A	UN[20,00 ALTRONIC	0,0000	5,32	106,40
208	DISJUNTOR 30A	UN[20,00 ALTRONIC	0,0000	5,32	106,40
209	DISJUNTOR 40A	UN[2,00 ALTRONIC	0,0000	7,15	14,30
287	INTERRUPTOR MAIS TOMADA EMBUTIR	UN	10,00 MECTRONIC	0,0000	7,93	79,30
288	INTERRUPTOR SIMPLES EMBUTIR	UN	13,00 MECTRONIC	0,0000	3,66	47,58
290	INTERRUPTOR SIST. X	UN	50,00 MECTRONIC	0,0000	2,84	142,00
303	JOELHO ESGOTO 45º 150m	UN	30,00 ILITALIA	0,0000	14,90	447,00
308	JOELHO ESGOTO 90º 150m	UN	30,00 ILITALIA	0,0000	15,00	450,00
314	LAMPADA DE EMERGENCIA	UN[400,00 ELGIN	0,0000	16,94	6.776,00
315	LÂMPADA FLOURECENTE 20W	UN	350,00 KIAN	0,0000	6,67	2.334,50
319	LAMPADA LED 15W	UN	580,00 DECORLUX	0,0000	13,50	7.830,00
321	LÂMPADA LED 9W	UN	50,00 DECORLUX	0,0000	8,83	441,50
323	LÂMPADA LED TUBULAR 20W	UN	820,00 ELGIN	0,0000	18,40	15.088,00
324	LÂMPADA PL 20W	UN	50,00 ELGIN	0,0000	7,24	362,00
325	LÂMPADA PL 25W	UN	50,00 ELGIN	0,0000	8,07	403,50
356	MANGUEIRA CRISTAL 1/2	MTS	50,00 MANTAC	0,0000	0,67	33,50
357	MANGUEIRA CRISTAL 3/8	MTS	50,00 MANTAC	0,0000	0,81	40,50
363	MANGUEIRA PRETA 1/2	MTS	580,00 ILITALIA	0,0000	0,50	290,00
364	MANGUEIRA PRETA 3/4	MTS	200,00 ILITALIA	0,0000	0,70	140,00
502	REATOR ELETRONICO 1X40	UND	180,00 MARGIRIUS	0,0000	20,10	3.618,00
503	REATOR ELETRONICO 2X20	UN[10,00 MARGIRIUS	0,0000	26,62	266,20
509	REGISTRO ESFERA METAL 1.1/4	UN	20,00 BRASFORT	0,0000	56,00	1.120,00
548	SILICONE ALTA TEMPERATURA 50gr VERMELHO	UND	45,00 BRASCOLA	0,0000	3,60	162,00
551	SILICONE INCOLOR 300 GR	UN	30,00 AFIX	0,0000	7,99	239,70
566	TE ESGOTO 150MM	UN	30,00 ILITALIA	0,0000	20,08	602,40
638	CABO DE COBRE FLEXIVEL ISOLADO 4,00 MM²	M	700,00 CONTROLLER	0,0000	1,58	1.106,00

Total do Participante -----> 59.256,08

Total Geral -----> 536.109,99

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Tangará, 18 de Janeiro de 2018

COMISSÃO:

PAULA ALINE TAFFAREL MOTTER WILLIAN JOSÉ ZEN
CAMILA BRUNS

- - Pregoeiro(a)

- - CONTADOR

- - FISCAL DE TRIBUTOS

PORTARIA N.º 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2018. "INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA PARA LEVANTAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1494308

PORTARIA N.º 001, DE 03 DE JANEIRO DE 2018.

"INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA PARA LEVANTAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com o disposto no art. 74, incisos VII e XIX, da Lei Orgânica do Município; e,

Considerando o teor do Ofício nº 034/2017 do Controle Interno desta Administração;

Considerando a necessidade de se apurar os fatos relatados, assim como, eventual prejuízo ao erário público;

RESOLVE:

Art. 1.º Fica instituída Comissão de Sindicância para apurar a exatidão na contagem do Inventário/2017 e a responsabilidade nos bens não localizados, bem como, eventual prejuízo ao erário público.

Art. 2.º Para o cumprimento do artigo anterior ficam nomeados para comporem a Comissão de Sindicância, os seguintes servidores:

I – Presidente – CAMILA BRUNS;

II – Membro – ANDREY WILSON ALBERTI;

III – Membro – ESTELA APARECIDA BELINI MENONCIN;

Parágrafo único. Para o fiel cumprimento do objeto desta Portaria, a Comissão poderá utilizar-se de todas as formas de prova em direito admitidas, inclusive requisitar informações e documentos de outros setores e poderes, ainda assessorar-se por profissional habilitado.

Art. 2º. Os trabalhos e tarefas da Comissão terão preponderância, sobre quaisquer outras atividades, na vigência da presente Portaria, devendo ser concluídos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, constatado interesse público.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ, 03 DE JANEIRO DE 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA N.º 005, DE 17 DE JANEIRO DE 2018. "TRANSFERE PROVISÓRIAMENTE SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1494316

PORTARIA N.º 005, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

"TRANSFERE PROVISÓRIAMENTE SERVIDOR PÚBLICO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALMOR ANTÔNIO VIVIAN, Prefeito Municipal em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, e Presidente do Conselho Administrativo do Hospital Frei Rogério, no uso das atribuições do seu cargo, que lhe confere o artigo 74, inciso VII da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o Laboratório do Hospital Municipal Frei Rogério suspendeu suas atividades no dia 01 de janeiro de 2018 e,

Considerando que não há servidor efetivo na farmácia do Hospital Municipal Frei Rogério e,

Considerando que a Servidora Lidiane Caroline Zenaro Guerreiro possui a formação profissional necessária para realizar as funções de farmácia,

Resolve:

Art. 1º - Fica transferida a servidora LIDIANE CAROLINE ZENARO GUERREIRO, ocupante do cargo de BIOQUÍMICO – NÍVEL 7 – CLASSE A, do Quadro de Servidores Efetivos da Autarquia Municipal Hospital Frei Rogério, para exercer suas funções e cumprir sua carga horária na farmácia daquela autarquia.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos jurídicos e econômicos desde o dia 10 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARÁ-SC, EM 17 DE JANEIRO DE 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL E.E.

PORTARIA N.º 027, DE 16 DE JANEIRO DE 2018 "TRANSFERE BEM PATRIMONIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1494315

PORTARIA N.º 027, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

"TRANSFERE BEM PATRIMONIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito em exercício de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade verificada pela Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças e a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente para o bom desenvolver de suas atividades no atendimento dos cidadãos do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. O veículo VW/Voyage, de placas MKO-7029, fica transferido da Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer para a Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças.

Art. 2º. O veículo VW/Gol, de placas MJH-8923, fica transferido da Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esporte e Lazer para a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 3º. As transferências de que tratam os artigos 1º e 2º desta Portaria têm caráter eminentemente transitório, cessando os efeitos desta Portaria caso as Secretarias de Administração, Planejamento e Finanças e a de Agricultura e Meio Ambiente constatem não ser mais necessária à utilização do bem.

Art. 4º. Os setores de contabilidade e de gestão patrimonial deverão promover as alterações necessárias para cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 16 DE JANEIRO DE 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL E.E.

PORTARIA Nº. 004 DE 16 DE JANEIRO DE 2018. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1494300

PORTARIA Nº. 004 DE 16 DE JANEIRO DE 2018.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e., de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias ao servidor JEFERSON PACHECO DOS SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado neste Município de Tangará, Santa Catarina, com o cargo de ENFERMEIRO – NÍVEL 07 - CLASSE C, no período de 16/01/2018 a 14/02/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARA-SC, 16 DE JANEIRO DE 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2018. "DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Publicação Nº 1494309

PORTARIA Nº. 005, DE 03 DE JANEIRO DE 2018.

"DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito de Tangará em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso XXVI, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para a contratação do Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, para repasse de recursos financeiros para pagamento dos serviços e fornecimento de materiais para manutenção da iluminação pública e serviços de monitoramento e controle mensal de Unidades de Consumo de Energia Elétrica - UCEE, nos moldes dos inciso XXVI, do art. 24 da Lei 8.666/93, conforme orçamento anexo.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 03 DE JANEIRO DE 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL E.E.

PORTARIA Nº. 021, DE 11 DE JANEIRO DE 2.018. CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1494303

PORTARIA Nº. 021, DE 11 DE JANEIRO DE 2.018.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SERVIDOR QUE MENCIONA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e. de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o Edital 005/2017 que abriu inscrições e fixou normas para o Processo Seletivo de ingresso em cargo público de provimento temporário para a Prefeitura Municipal de Tangará.

RESOLVE:

Art.1.º Contratar por necessidade temporária de excepcional interesse público a servidora TATIANA APARECIDA SLONGO BRAND GUINDANI, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para a função do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – CLASSE A, com carga horária de 40h semanais, conforme Lei Complementar 060/2012, a partir de 08/01/2018.

Art.2.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 08/01/2018, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 11 DE JANEIRO DE 2.018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 025, DE 17 DE JANEIRO DE 2018. “DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Publicação Nº 1494313

PORTARIA Nº. 025, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

“DECLARA DISPENSA DE LICITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito de Tangará em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, inciso, VII, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto no art. 24, inciso XXVI, da Lei n. 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1.º Declara dispensável a licitação para a contratação de Hotel pra hospedagem dos artistas que participarão da “5ª FECAUVA – TANGARÁ 70 ANOS”, para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, no valor de R\$ 7.790,00 (sete mil, setecentos e noventa reais) da empresa VERDE VALE SERVIÇOS (HOTEL VERDE VALE), CNPJ nº 86.547.635/0001-29, nos moldes dos inciso II, do art. 24 da Lei 8.666/93, conforme orçamentos anexos.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 17 DE JANEIRO DE 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL E.E.

PORTARIA Nº. 029, DE 17 DE JANEIRO DE 2.018. NOMEIA SERVIDOR QUE MENCIONA PARA CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Publicação Nº 1494305

PORTARIA Nº. 029, DE 17 DE JANEIRO DE 2.018.

NOMEIA SERVIDOR QUE MENCIONA PARA CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e. de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município, com combinado com Lei Complementar nº. 92 de 04 de Abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a servidora FERNANDA BERTE DALABRIDA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, para o cargo em comissão de DIRETOR DE EDUCAÇÃO E CULTURA – NÍVEL CC 21, a partir de 10/01/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta de rubricas consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídico e legais retroativos a 10/01/2018, revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 017/2018.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 17 DE JANEIRO DE 2.018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 030, DE 17 DE JANEIRO DE 2.018. NOMEIA SERVIDOR QUE MENCIONA PARA CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Publicação Nº 1494306

PORTARIA Nº. 030, DE 17 DE JANEIRO DE 2.018.

NOMEIA SERVIDOR QUE MENCIONA PARA CARGO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e. de Tangará, Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas, conferidas pelo artigo 74, incisos VII - IX da Lei Orgânica do Município, com combinado com Lei Complementar nº. 92 de 04 de Abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor ALISSON FREITAS SCHLINDWEIN, brasileiro, residente e domiciliado no município de Tangará Santa Catarina, para o cargo em comissão de DIRETOR DE JUVENTUDE, ESPORTES E LAZER – NÍVEL CC 21, a partir de 10/01/2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta de rubricas consignadas no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídico e legais retroativos a 10/01/2018, revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 018/2018.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 17 DE JANEIRO DE 2.018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº. 031, DE 17 DE JANEIRO DE 2.018. NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

Publicação Nº 1494307

PORTARIA Nº. 031, DE 17 DE JANEIRO DE 2.018.

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

Valmor Antonio Vivian, Prefeito Municipal e.e. de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo; e;

Considerando o resultado classificatório no concurso público realizado em conformidade com o edital nº 001/2016;

Considerando os termos do decreto homologatório nº 027/2015 de 25 de Abril de 2016.

Com amparo no artigo 74, inciso IX da Lei Orgânica, c/c artigo 15, inciso II da Lei Complementar nº 073 de 11/04/2014;

RESOLVE:

Art.1º - Nomear por concurso público ANDREIA PICCININ, para exercer o cargo de provimento efetivo de PISICOLOGO - NASF – NÍVEL 15, 40 horas semanais a partir de 16/01/2018.

Art. 2.º - As atribuições do cargo serão exercidas junto a Secretaria Municipal de Saúde, Assistência Social e Habitação.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 16/01/2018, revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 022/2017.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 17 DE JANEIRO DE 2.018.
VALMOR ANTONIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PORTARIA Nº.028 DE 17 DE JANEIRO DE 2.018. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1494304

PORTARIA Nº.028 DE 17 DE JANEIRO DE 2.018.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMOR ANTONIO VIVIAN, Prefeito Municipal e.e.de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias a servidora VANDREIA BONASSI RAMPON, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de ASSISTENTE SOCIAL – NÍVEL 19 – CLASSE C, no período de 17/01/2018 a 15/02/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, DE 17 DE JANEIRO DE 2.018.
VALMOR ANTONIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL e.e.

PR 010/2017

Publicação Nº 1494573

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2018

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 010/2018, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ILUMINAÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL JULIO FUGANTI E DO GINÁSIO ATÍLIO COLOMBO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 10h00min do dia 31/01/2018, com abertura às 10h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 18 de Janeiro de 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN
PREFEITO MUNICIPAL E.E

TERMO DE FOMENTO 001/2018

Publicação Nº 1494262

TERMO DE FOMENTO N.º 001/2018

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE TANGARÁ/SC E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TANGARÁ/SC – APAE, PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA.

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE TANGARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 82.827.999/0001-01, com sede administrativa na Avenida Irmãos Piccoli, nº 267, Centro, Tangará/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício, Sr. Valmor Antonio Vivian, brasileiro, portador do CPF nº. 386.150.889-34, CI nº. 900.952, doravante denominado CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TANGARÁ/SC – APAE, organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.502.671/0001-48, com sede na Rua Juscelino Kubitscheki, 74, Bairro Bela Vista, neste ato representada por seu Presidente, Sr. César Luis Nunz, brasileiro, portador do CPF sob o nº. 707.861.279-53, doravante denominado PROPONENTE, resolvem celebrar o presente TERMO DE FOMENTO, inexigindo a realização de Chamamento Público, consoante previsão contida no artigo 31, caput, e 32 da Lei nº 13.019/2014, em conformidade com os demais dispositivos da referida legislação, Decreto Federal nº 8.726/2016, Lei nº 9.394/96,

Lei nº 8.742/1993 e Decreto Municipal nº 001/2018, conforme cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Fomento tem por objeto a colaboração institucional da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TANGARÁ/SC, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Tangará e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros, com vistas ao provimento de toda a demanda Tangaraense de vagas para atendimento em educação especial de alunos com deficiência intelectual e múltipla, compreendendo o fornecimento de material humano especializado, espaço físico apropriado, serviços de transporte, alimentação, lazer, educação, saúde, serviço pedagógico específico e oficinas, objetivando a garantia da cidadania e dos direitos fundamentais dos munícipes Tangaraenses portadores de necessidades especiais. Assim, o objetivo é realizar o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência intelectual e múltipla que não puderem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular e atuar sobre as condições que gerem desvantagens pessoais resultantes de deficiências ou de incapacidades, conforme Plano de Trabalho em anexo, devidamente aprovado pelo Órgão Técnico, constituindo parte integrante do presente Termo, como se nele estivesse transcrito.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 O presente Termo de Fomento terá como Gestor da PROPONENTE a Sr. César Luis da Nunz, brasileiro, portador do CPF sob o nº. 707.861.279-53, que se responsabilizará, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na parceria.
2.2 O CONCEDENTE designará através de Portaria o gestor da presente parceria, devendo constar expressamente na mesma os dados para a identificação do instrumento firmado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE (Município)

3.1 Fornecer os recursos para a execução do objeto;

3.2 Acompanhar a fiscalização e a execução deste termo;

3.3 Elaborar relatório técnico de monitoramento e avaliação;

3.4 Transferir os recursos financeiros de acordo com o Cronograma de Desembolso Financeiro contido no Plano de Trabalho em conta bancária específica indicada pela PROPONENTE, até o dia 10 de cada mês. Excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento e da Justificativa de Inexigibilidade;

3.5 Designar o gestor que será o responsável pela gestão da parceria, com poderes de controle e fiscalização, incluindo:

3.5.1 Apreciar a prestação de contas apresentada pela PROPONENTE;

3.5.2 Fiscalizar a execução do Termo de Fomento, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da PROPONENTE pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

3.5.3 Comunicar formalmente à PROPONENTE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

3.5.4 Dar publicidade ao presente Termo de Fomento através da publicação no Diário Oficial do Município;

3.5.5 Bloquear, suspender ou cancelar o pagamento das transferências financeiras à PROPONENTE quando houver descumprimento das exigências contidas no presente Termo, tais como:

a) Atrasos e irregularidades na prestação de contas;

b) Aplicação indevida dos recursos financeiros, transferidos pelo MUNICÍPIO, não prevista no Plano de Trabalho;

c) Não cumprimento do Plano de Trabalho.

d) Falta de clareza, lisura ou boa fé na aplicação dos recursos públicos.

3.5.6 Para fins de interpretação do item 3.5.5 entende-se por:

a) Bloqueio: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, ficando, todavia acumulada para pagamento posterior.

b) Suspensão: A determinação para que a transferência financeira não seja paga enquanto determinada situação não for regularizada, perdendo, a PROPONENTE, o direito à percepção da transferência financeira relativa ao período de suspensão.

c) Cancelamento: A determinação para que a transferência financeira não seja repassada a partir da constatação de determinada situação irregular.

3.5.7 Elaborar parecer sobre a prestação de contas da PROPONENTE, a fim de atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme o art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta no Plano de Trabalho apresentado e no art. 59 da Lei n. 13.019/2014.

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE (APAE)

3.6 Responsabilizar-se pela execução do objeto do Termo de Fomento;

3.7 Prestar informação e esclarecimento sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

3.8 Permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação da CONCEDENTE, e de auditores e fiscais do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, junto às instalações da PROPONENTE;

3.9 Responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

3.10 Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e o adimplemento do Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou a restituição à sua execução e manter os comprovantes arquivados.

3.11 Divulgar este Termo de Fomento em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas redes e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, com as seguintes informações: Identificação do Instrumento, do Órgão CONCEDENTE, descrição do objeto, valor total, data da assinatura, valores liberados, e situação da prestação de contas, bem como atender a Lei Federal 12.527/2011.

3.12 Fazer as prestações de contas parciais de cada parcela liberada, nos termos da Instrução Normativa do Tribunal de Contas de Santa Catarina IN TC n.14/2012 e do Decreto 57/2015, com a comprovação exata da aplicação da parcela liberada.

3.13 Fazer a prestação de contas finais nos termos da Lei 13.019/2014, para comprovar o efetivo cumprimento do objeto pactuado.

- 3.14 Manter cópia em seus arquivos, durante o prazo de 10 (dez) anos, contados do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, dos documentos que compõem as prestações de contas.
- 3.15 Não praticar desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração pública nas contratações e nos demais atos praticados na execução deste Termo de Fomento e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;
- 3.16 Prestar todos os serviços conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
- 3.17 Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
- 3.18 Comprovar todas as despesas por meio de notas fiscais ou recibos (RPA), com a devida certificação do recebimento do material ou prestação do serviço, ficando vedadas informações genéricas ou sem especificações dos serviços efetivamente prestados;
- 3.19 Aplicar os recursos repassados no objeto constante exclusivamente no objeto pactuado;
- 3.20 Comprovar a existência de Conta Bancária específica e exclusiva, em banco oficial, para o presente instrumento, efetuando todas as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo nesta conta.
- 3.21 Não aplicar taxa de administração ou despesas administrativas como condição para a execução do objeto;
- 3.22 Ressarcir os cofres públicos dos saldos remanescentes decorrentes das aplicações correspondentes até 30 dias do encerramento do presente termo;
- 3.23 Promover a devolução aos cofres públicos dos recursos financeiros não aplicados corretamente conforme o Plano de Trabalho;
- 3.24 Efetuar cotação de pesquisa de preço, conforme regulamento próprio da entidade, para aquisição de materiais e serviços;
- 3.25 Manter-se adimplente com a Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores de maneira nominal, constante no Plano de Trabalho;
- 3.26 Comunicar a CONCEDENTE a substituição dos responsáveis pelo PROPONENTE, assim como alterações em seu Estatuto;
- 3.27 Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade da CONCEDENTE.
- 2.28 . São compromissos da PROPONENTE:
- a) Desenvolver os serviços de educação especial e serviços de assistência social destinados às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, conforme previsão contida no objeto pactuado, atendendo e desempenhando as ações conforme especificado no Plano de Trabalho, parte integrante do presente termo;
 - b) Dispor de corpo técnico necessário, assegurando os serviços da Educação Especial em Estimulação Precoce, Serviço de Atendimento Específico, Serviço Pedagógico Específico, Serviço Pedagógico Específico/TEA, Oficina, atendimentos Reabilitatórios, assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos matriculados e atendidos previstos no Plano de Trabalho;
 - c) Atender às necessidades dos alunos da educação especial que frequentam os serviços oferecidos pela APAE;
 - d) Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos;
 - e) Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;
 - f) Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas às deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social;
 - g) Encaminhar os alunos cuja avaliação pedagógica recomende a inserção nas classes comuns da rede regular de ensino.

CLÁUSULA QUARTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

4.1 Para a execução das atividades prevista neste Termo de Fomento, a CONCEDENTE transferirá a PROPONENTE total de R\$ 52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais), de acordo com o Cronograma de Execução, cujo valor mensal será de R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), até o dia 10 de cada mês. Excepcionalmente para o mês de início da parceria a primeira parcela será repassada assim que decorrido o prazo de publicação do Termo de Fomento e da Justificativa de Inexigibilidade.

4.2 As partes reconhecem que, caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas da Lei de Responsabilidade Fiscal o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente executividade.

CLÁUSULA QUINTA– DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os valores a repassar, segundo o cronograma de desembolso, deverão ser depositados a conta específica da PROPONENTE, vinculada ao objeto, AGÊNCIA 0737-4, BANCO 001, Conta Corrente 6.212-X;

5.2 Os recursos depositados na conta bancária específica, se não empregados no prazo de 30 dias deverão ser obrigatoriamente aplicados: em caderneta de poupança; em fundo de aplicação financeira a curto prazo; ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública.

5.3 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (DOC, TED, Débito), pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedado usar cheques para saques ou quaisquer pagamentos; ou em espécie até R\$ 800,00 (oitocentos reais) por pessoa física durante a vigência do Instrumento, exclusivamente para atender os casos previstos no §2, art. 53 da Lei 13.019/2014.

5.4 Os rendimentos financeiros dos valores aplicados conforme mencionado no item 5.2 poderão ser utilizados pela PROPONENTE desde que não haja desvio de finalidade do objeto e dentro das condições previstas neste instrumento.

5.5 A PROPONENTE deverá restituir o saldo residual dos recursos, inclusive com os rendimentos não utilizados, caso não efetue a boa execução dos recursos;

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência do presente Termo de Fomento será de 16 de janeiro a 31 de dezembro do corrente ano.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1 O presente instrumento pode ser rescindido, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de

responsabilidades, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência.

7.2 Constitui motivo para rescisão do presente Termo de Fomento o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constata pela CONCEDENTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreções de informação em qualquer documento apresentado.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA PROPONENTE

8.1 Prestação de contas de forma parcial, até 30 dias, após cada parcela repassada, conforme orientações da Instrução Normativa n. 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e Decreto Municipal n. 001/2018, incluído Relatório Circunstanciado que permita avaliar o andamento e cumprimento do objeto pactuado;

8.2 Prestação de Contas integral e final, até 60 dias do término da vigência do Termo de Fomento, segundo a Lei n. 13.019/2014 e de acordo com critérios e indicações exigidos pela CONCEDENTE, com elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, destacados nos relatórios de execução do objeto;

8.2.1 A CONCEDENTE emitirá no prazo de 60 dias do recebimento da prestação de contas final Parecer sobre a regularidade da prestação de contas;

8.2.2 A CONCEDENTE ressalva o direito de solicitar informações complementares sempre que necessário, para elucidar o conteúdo das prestações de contas.

8.2.3 Poderá ser instaurada Tomada de Contas Especial visando à apuração de fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, no caso de irregularidade na prestação de contas do presente Termo de Fomento.

CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

9.1 A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente deste a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) Inexecução do objeto;
- b) Falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) Utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

9.2 A PROPONENTE compromete-se ainda a recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente aos rendimentos de aplicações no mercado financeiro, quando não comprovado o seu emprego na consecução do objeto pactuado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária referente ao exercício de 2018:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Atividade 2014

3.3.50.00.00.0400 – Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESPONSABILIZAÇÃO E DAS SANÇÕES

11.1 O presente Termo deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.2 Pela execução da parceria em desacordo com o Plano de Trabalho e com as normas da legislação vigente, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à PROPONENTE as sanções do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PROIBIÇÕES E VEDAÇÕES

12.1 A redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

12.2 A utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento, ainda que em caráter de emergência;

12.3 A realização de despesa a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

12.4 A realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do presente Termo de Fomento;

12.5 Realizar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

12.6 Transferir os recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

12.7 Retirar recursos da conta bancária com fins alheios a aplicação de recursos na consecução do objeto pactua neste Termo de Fomento;

12.8 Deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida (bens ou serviços) estabelecidos no Plano de Trabalho;

12.9 Integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo CONCEDENTE;

12.10 A realização de despesas com:

- a) Multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes ao pagamento ou recolhimentos fora dos prazos;
- b) Publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da parceria, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
- c) Pagamento de pessoal contratado pela organização da sociedade civil que não atendam às exigências do art. 46 da Lei 13.019/2014;
- d) Obras que caracterizam a ampliação de área construída ou instalação de novas estruturas físicas;
- e) Pagamento de despesas bancárias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

13.1 Este Termo de Fomento poderá ser alterado ou ter modificações no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

13.1.1 Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação da CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento, ficando vedada a alteração total do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Tanto quanto possível os partícipes se esforçarão para resolver amistosamente as questões que surgirem no presente termo e, no caso

de eventuais omissões, deverão observar as disposições contidas na Lei Federal nº 13.019/14, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 001/2018.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO DE ELEIÇÃO

15.1 Os partícipes elegem o Foro da Comarca de Tangará/SC, com renúncia de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Termo de Fomento.

E, por estarem assim de comum acordo, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, para que produzam os devidos efeitos legais.

Tangará/ SC, 16 de janeiro de 2018.

VALMOR ANTONIO VIVIAN

César Luis Nunz

Prefeito Municipal e.e.

Presidente APAE

André Luis Simioni

Assessor Jurídico Município de Tangará.

OAB/SC 45.097

TESTEMUNHAS:

Estela Aparecida Belini Menoncin

Jurandir Pedro Cherubini

CPF nº 981.687.209-97

CPF nº 296.609.809-06

Tijucas

PREFEITURA

DECRETO Nº 1301/2018

Publicação Nº 1494018

DECRETO Nº 1301, 18 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a Suplementação de Dotação Orçamentária da Prefeitura Municipal de Tijucas.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 17 da Lei 2669/2016,

DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas em R\$ 360.000,00 (Trezentos e Sessenta mil reais) as dotações orçamentárias que seguem:

06- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – Divisão de Ensino e Apoio ao Estudante

123610030.2022 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

3.3.90.00 (83) Aplicação Direta R\$ 170.000,00

123610031.2025 - Transporte Escolar

3.3.90.00 (93) Aplicação DiretaR\$ 180.000,00

3.3.90.00 (95) Aplicação DiretaR\$ 10.000,00

Art. 2º As Suplementações referidas no artigo anterior correrá por conta das anulações das dotações conforme seguem:

06- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

01 – Divisão de Ensino e Apoio ao Estudante

123610031.2022 – Manutenção e Funcionamento do Ensino Fundamental

4.4.90.00 (90) Aplicação Direta R\$ 170.000,00

123610031.2025 - Transporte Escolar

4.4.90.00 (96) Aplicação DiretaR\$ 180.000,00

4.4.90.00 (98) Aplicação DiretaR\$ 10.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 18 de janeiro de 2018.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 22/2018

Publicação Nº 1493844

PORTARIA N.º 022/2018/CMT, DE 11 DE JANEIRO DE 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS, no uso das atribuições previstas em lei,

RESOLVE:

NOMEAR Rafael Envall, matrícula n.º 248, para desempenhar o cargo comissionado de gerente administrativo.

JUAREZ SOARES

Presidente

Timbé do Sul

PREFEITURA

AVISO DA LICITAÇÃO 03/2018 PP FMS

Publicação Nº 1494113

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 03/2018 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de material médico hospitalar para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município de Timbé do Sul.

Data de entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 31/01/2018

Data e hora de abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 31/01/2018.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h às 12h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133. Fabiano Pelizzari Waterkemper
Gestor do FMS

AVISO DA LICITAÇÃO 04/2018 PP FMS

Publicação Nº 1494115

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Timbé do Sul
Fundo Municipal de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 04/2018 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Aquisição parcelada de material odontológico para manutenção das Unidades Básicas de Saúde do município de Timbé do Sul.

Data de entrega dos envelopes: até as 10h15min do dia 31/01/2018

Data e hora de abertura dos envelopes: a partir das 10h30min do dia 31/01/2018.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Timbé do Sul, sito a Rua Prefeito Aristides José Bom, 215 – Centro, no município de Timbé do Sul/SC, no horário das 07h às 12h, em dias úteis, ou através do e-mail licita@timbedosul.sc.gov.br. Fone/fax (48) 3536-1133. Fabiano Pelizzari Waterkemper
Gestor do FMS

Timbó

PREFEITURA

ATA ABERTURA ENVELOPES CHAMADA PÚBLICA N.º 01 2017 PMT - AGRICULTURA FAMILIAR

Publicação Nº 1494644

PREFEITURA DE TIMBÓ
ATA DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS
CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2018 PMT

Às 11h10min do dia 15/01/2018, na Sala de Licitações, situada na Avenida Getúlio Vargas, nº. 700, Centro, em Timbó/SC, realizou-se sessão pública para recebimento e abertura dos envelopes, contendo a documentação de habilitação e projeto de venda, apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Chamada Pública, com o objetivo CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, durante o período de janeiro à dezembro de 2018, para o fornecimento de banana branca, banana caturra, couve-flor, vagem, repolho, alface crespa verde, maçã, suco de maracujá integral, doce de fruta, leite, iogurte, peixe de água doce (filé de tilápia), cenoura, laranja, pepino japonês, brócolis ramoso. Estiveram presentes o Presidente da Comissão de Licitações, Sr. Edésio Marcos Slomp, bem como os membros Angela Preuss e Felipe Ramos dos Santos, subscritos pela Portaria n.º 504/2018. Presentes também os interessados/licitantes: Sr. Lucidio Ravanello, Sr. Roger Krambeck, Sra. Rosana Maria Ferrari, e o Sr. Alinor Krieser.

Dando início à sessão, o presidente recebeu os envelopes contendo a documentação de habilitação e projeto de venda. Em seguida procedeu à abertura dos envelopes, cujas informações do projeto de venda (envelope 02) são as do quadro-resumo abaixo:

ITENS OFERECIDOS	DESCRIÇÃO	FORNECEDOR	QUANTIDADE OFERECIDA	VALOR UNITÁRIO	REGIÃO
1	BANANA BRANCA	LEOPOLDO PASQUALI (CPF 216.953.429-68)	6.845 kg	R\$ 2,58	Timbó/SC
2	BANANA CATURRA	LEOPOLDO PASQUALI (CPF 216.953.429-68)	1.152 kg	R\$ 2,02	
2	BANANA CATURRA	CÉLIO PASQUALI (CPF 654.560.109-00)	9.900 kg	R\$ 2,02	Timbó/SC
13	CENOURA	RODRIGO KERTISCHKA (CPF 046.220.379-47)	3.913 kg	R\$ 3,21	Doutor Pedrinho/SC
3	COUVE-FLOR	COOPERDOTCHI CNPJ (08.689.376/0001-67)	2.045 kg	R\$ 3,41	Rio Negrinho/SC
5	MAÇA	COOPERDOTCHI CNPJ (08.689.376/0001-67)	12.390 kg	R\$ 6,66	
7	VAGEM	COOPERDOTCHI CNPJ (08.689.376/0001-67)	1.146 kg	R\$ 6,07	
13	CENOURA	COOPERDOTCHI CNPJ (08.689.376/0001-67)	3.913 kg	R\$ 3,21	
14	LARANJA	COOPERDOTCHI CNPJ (08.689.376/0001-67)	4.800 kg	R\$ 3,70	
9	REPOLHO	COOPERDOTCHI CNPJ (08.689.376/0001-67)	1.590 kg	R\$ 2,05	
16	BROCOLIS RAMOSO	COOPERDOTCHI CNPJ (08.689.376/0001-67)	1.326 kg	R\$ 4,26	
10	SUCO DE MARACUJÁ INTEGRAL	COOPER SCHROEDER CNPJ (12.463.731/0001-52)	1.200 litros	R\$ 14,75	Schroeder/SC
4	LEITE	COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE RIO DOS CEDROS – COOPERCEDROS (CNPJ 04.648.417/0001-16)	70.288 litros	R\$ 2,62	Timbó/SC

6	PEIXE DE ÁGUA DOCE (FILÉ DE TILÁPIA)	COOPERATIVA MISTA AGRICOLA DE PISCICULTO- RES – COMAPEIXE (CNPJ 06.059.358/0001-76)	2.100 kg	R\$ 29,57	Timbó/SC
7	VAGEM	ALINOR KRIESER (CPF 665.555.159-53)	1.146 kg	R\$ 6,07	Timbó/SC
8	ALFACE CRESPA	ALINOR KRIESER (CPF 665.555.159-53)	1.457 kg	R\$ 2,92	
	PEPINO JAPONÊS	JEAN HENRIQUE GAULKE (CPF 004.132.629-60)	2.652 kg	R\$ 2,85	Rio dos Cedros/SC
16	BROCOLIS RAMOSO	JEAN HENRIQUE GAULKE (CPF 004.132.629-60)	1.326 kg	R\$ 4,26	
14	LARANJA	JAIR FRANCISCO DALLABONA (CPF 304.494.809-68)	3.025 kg	R\$ 3,15	Timbó/SC

Prosseguindo à análise dos documentos do Envelope 2 (Projeto de Venda), verificou-se que os interessados: LEOPOLDO PASQUALI, CELIO PASQUALI, COOPERATIVA MISTA AGRICOLA DE PISCICULTORES – COMAPEIXE, JEAN HENRIQUE GAULKE, JAIR FRANCISCO DALLABONA, JEAN HENRIQUE GAULKE, ALINOR KRIESER, COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE RIO DOS CEDROS – COOPERCEDROS, COOPER SCHROEDER e RODRIGO KERTISCHKA atenderam aos requisitos. No entanto, a COOPERDOTCHI, apresentou inconformidade em relação ao item 14 (Laranja), uma vez que a quantidade e valor não estão em conformidade com os listados no edital.

Ainda, verificou-se que os fornecedores interessados no item 02 (banana caturra), CÉLIO PASQUALI e LEOPOLDO PASQUALI, atenderam parcialmente o fornecimento solicitado.

Não houve apresentação de projeto de venda para os itens 11 (doce de fruta) e 12 (iogurte), restando desertos.

Em análise aos documentos de habilitação (Envelope 01), verificou-se que os interessados: LEOPOLDO PASQUALI, CELIO PASQUALI, COOPERATIVA MISTA AGRICOLA DE PISCICULTORES – COMAPEIXE, JEAN HENRIQUE GAULKE e JAIR FRANCISCO DALLABONA atenderam aos requisitos de habilitação, no entanto, os demais interessados apresentaram pendências, conforme citação abaixo:

ü COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL DE RIO DOS CEDROS: ausência da assinatura do Sr. Isidor Gaulke na Declaração constante do Anexo IV do edital;

ü RODRIGO KERTISCHKA: apresentação de Certidão Positiva de Débitos com o Município sede (Doutor Pedrinho/SC);

ü COOPERDOTCHI: ausência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos com o Município de Timbó/SC;

ü COOPER SCHROEDER: ausência de apresentação da Certidão Negativa de Débitos com o Município de Timbó/SC;

ü ALINOR KRIESER: ausência de apresentação da Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física – CPF.

Diante do exposto, considerando a análise dos documentos de habilitação e Projeto de Venda, abre-se o prazo de 08 (oito) dias úteis para regularização documental, nos termos do que dispõe o § 3º do art. 48 da Lei nº 8.666/1993.

Os representantes presentes retiraram-se antes da finalização da ata. Sendo assim, a ata segue assinada apenas pelos membros da Comissão de Licitação.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO MARCOS SLOMP Presidente	ANGELA PREUSS Membro-Substituto	FELIPE RAMOS DOS SANTOS Membro
-----------------------------------	------------------------------------	-----------------------------------

ATA ANÁLISE HABILITAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 01 2017 FAAS - UNIMED

Publicação Nº 1494651

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ
ATA DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 01/2017 – FASS
INTERESSADA: UNIMED DE BLUMENAU – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO

Às nove horas do décimo sétimo dia do mês de janeiro de dois mil e dezoito (17/01/2018), na sala de licitações da Prefeitura de Timbó/SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, designada pela Portaria nº 504, de 02 de janeiro de 2018, para analisar os documentos de Habilitação/Credenciamento do processo licitatório nº 01/2017 – FASS, protocolados tempestivamente pela empresa UNIMED DE BLUMENAU – COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, CNPJ Nº. 82.624.776./0001-47.

Ato contínuo, o Presidente solicitou aos presentes que rubricassem o envelope e que fosse conferida sua inviolabilidade. Na sequência, suspende-se a análise para encaminhamento da documentação para análises técnica (subitem 5.3.5 e 5.3.6 do edital) e contábil (subitem 5.3.3 do edital), respectivamente ao Fundo Municipal de Saúde do Servidor e Setor de Contabilidade da Prefeitura de Timbó.

Nada mais havendo, o Sr. Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

EDÉSIO MARCOS SLOMP
Presidente
LOURDES MOSER
Membro
FELIPE RAMOS DOS SANTOS
Membro

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 02.2018 TIMBOPREV

Publicação Nº 1494654

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02/2018 TIMBOPREV

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, W. F. BORGES JUNIOR ME, CNPJ nº. 04.611.631/0001-06, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 26/01/2018.
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 18 de janeiro de 2018.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 03.2018 TIMBOPREV

Publicação Nº 1494656

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2018 TIMBOPREV

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, PHELLIPE BAUMLER FERREIRA POVOAS 05973431959, CNPJ nº. 27.368.468/0001-90, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 26/01/2018.
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 18 de janeiro de 2018.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DE CONTRATO Nº 04.2018 TIMBOPREV

Publicação Nº 1494657

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2018 TIMBOPREV

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA, CNPJ nº. 18.934.959/0001-60, a comparecer para assinatura do respectivo contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 26/01/2018.
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 18 de janeiro de 2018.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

DECISÃO APLICAÇÃO PENALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 53 2017 PMT - NORIO MOMOI EPP

Publicação Nº 1494661

PROCESSO ADMINISTRATIVO – LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 53/2017 - PMT
DECISÃO DE APLICAÇÃO DE PENALIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS EM EDITAL

Relatório:

Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a responsabilidade da empresa NORIO MOMOI EPP, pela prática de infração administrativa decorrente do descumprimento de obrigação prevista no Edital de Pregão Presencial nº 53/2017 – PMT e no Contrato Administrativo nº 141/2017, especialmente no que tange ao atraso na instalação dos equipamentos e do software de gestão de dados, Itens 1 e 2 (constantes do LOTE 1) do Anexo I do Edital de Pregão Presencial nº 53/2017 – PMT, que restou vencedora, qual seja:

LOTE 1 - prestação de serviços de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização e imobilização automática de veículos, e prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS), em tempo real e ininterrupto, para o controle de veículos da frota da Prefeitura de Timbó, incluindo o fornecimento de equipamentos (regime de comodato), componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento.

Firmado o Contrato Administrativo nº 141/2017, em 13/11/2017 e 16/11/2017 foram encaminhadas à Contratada, as Ordens de Compra referentes ao Pregão Presencial nº 53/2017 PMT (fls. 02/04), em que restou solicitado o fornecimento e instalação dos equipamentos e software de rastreamento. Referidas ordens de compra foram devidamente recebidas pela empresa ora Contratada.

Ocorre que, apesar de recebidas as Ordens de Compra exaradas, a empresa Contratada, deixou de cumprir com o solicitado, estando em mora com a municipalidade no que se refere a execução do trabalho, com a devida instalação dos equipamentos.

Desta forma, seguindo procedimento administrativo próprio, em 19/12/2017 foi exarada e remetida, a Contratada, Notificação de Instauração de Processo Administrativo (fls. 05/07) via e-mail e correspondência postal (fls. 08), solicitando esclarecimentos e providências urgentes acerca da inexecução contratual!

Em resposta, em 26/12/17, a Contratada contrapôs a Notificação, alegando que teve problemas com sua carga que estava “parada no Porto” devido a Greve dos Servidores Públicos da Receita Federal, e que necessitava estender o prazo em 30 dias para cumprir com o contratado, nos termos de sua defesa de fls. 09/12 abaixo:

2) Em 18/12/2017, recebemos notificação para que no prazo de 05 dias úteis, fosse apresentada justificativa para o não cumprimento do contrato, o que tempestivamente vem a responder:

3) Ocorre que, devido à greve dos Agentes da Receita Federal (notícias anexas), desde o dia 01/11/2017, que tivemos um atraso na entrega de equipamentos. Nossos fornecedores enviaram os dispositivos eletrônicos do país de origem em tempo hábil, entretanto, quando os produtos ingressaram no Brasil o processo de desembaraço de mercadorias e burocratização, tornou o processo lento. Contudo, a NORIO MOMOI - EPP e a importadora contratada, conseguiram, em cooperação com as autoridades, agilizar ao máximo a conclusão desta etapa, conforme e-mail anexo.

9) No entanto, considerando o atraso justificável da entrega dos equipamentos, por motivo de greve dos agentes da Receita Federal; considerando ainda, que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos solicita um prazo de 8 a 10 dias úteis para entrega dos equipamentos; pontuando que a partir do dia 27/12/2017, nossa equipe de instalação no município encontra-se disponível para, de acordo com a disponibilização dos veículos, por esta prefeitura, instalar os equipamentos entregues; e ainda a época do ano em que nos encontramos, em meio a festividades culturais nacionais; e a demonstração desta empresa de solucionar os obstáculos apresentados, nos termos da permissão legal do art. 57, §1º, II, da Lei 8.666/1993, solicitamos um prazo de 30 (trinta) dias para que estejam todos os equipamentos instalados e monitorados em nossos sistemas por todos os usuários solicitados.

Posteriormente, na data de 11/01/2018 foi protocolado perante esta municipalidade, requerimento em que solicita a possibilidade de terceirização de parte dos serviços, nos termos que seguem:

Gize-se que até o presente momento, mais de 60 dias após o recebimento da primeira Ordem de Compra, nenhum equipamento foi instalado.

Sendo este o Relatório necessário, passamos à Fundamentação.

O item 11.3 do Edital de Pregão Presencial nº53/2017 – PMT dispõe acerca do prazo de instalação e habilitação do equipamento objeto do edital:

11.3 - O prazo para a instalação dos equipamentos e software de gestão de dados de localização veicular (instalação/habilitação) em perfeito funcionamento é de até 15 (quinze) dias contados do recebimento da ordem de compra, que será emitida pela Central de Licitações, mediante autorização e acompanhamento do Departamento de Frotas da Prefeitura de Timbó. (Grifos nossos)

Veja-se que o referido prazo constou o Edital de Pregão Presencial nº 53/2017 – PMT não sendo objeto de impugnação por parte dos licitantes ou mesmo da própria contratada.

Verifica-se assim que a Contratada encontra-se em mora com o Município desde 28/11/2017, tendo enviado esclarecimentos acerca da impossibilidade apenas quando incitada a fazê-lo em clara e tangente conduta omissiva.

Veja-se que o artigo 3º da Lei 8.666/1993 dispõe que as licitações serão processadas e julgadas em conformidade com o princípio da vinculação ao instrumento convocatório:

Art. 3º. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Sendo assim, tem-se que a empresa Contratada está vinculada ao Edital de Pregão Presencial nº 53/2017 - PMT, devendo cumprir as obrigações ali determinadas, da mesma forma que é dever do Município em fiscalizar o que foi contratado, prezando pelo seu correto cumprimento.

O Município de Timbó, vem cumprindo fielmente os ditames do Edital de Pregão Presencial nº 53/2017 – PMT, inclusive no que se refere a emissão tempestivas das Ordens de Compra e notificação da empresa para instalação do equipamento.

Contudo, em clara afronta as necessidades da administração e ao instrumento convocatório a Contratada deixou de cumprir o compromisso assumido sem demonstrar fato impeditivo de natureza superveniente ou força maior.

Ora, a simples alegação da empresa de que os servidores da Receita Federal estavam em greve, retardando o procedimento portuário, e com isso, atrasando o lote da Contratada, sem qualquer Prova ou Documento Comprobatório, não tem o condão de afastar qualquer responsabilidade.

A saber, deixou a empresa de comprovar sua alegação através de “notas fiscais de produtos” “requerimento de liberação de produtos na alfândega” entre outros que poderiam de fato fazer prova da premissa, limitando-se a colacionar notícias acerca da paralização.

Aliado a isto, está o fato de as notícias serem datadas de “29/11/2017, 14/11/2017 e 02/11/2017” e inclusive no teor de algumas destas notícias, é informado que a greve teve início no dia 1º/11/2017, o que portanto, é bem anterior à Notificação, e inclusive é anterior à emissão das Ordens de Compra, estando com isso, a Contratada ciente da situação portuária, podendo noticiar os fatos a administração assim que recebidas as ordens de compra.

Ou seja, deveria a empresa Contratada ter informado à municipalidade tal realidade de forma prévia, e não esperara a Instauração de um Processo Administrativo para isto, o que demonstra que a mera alegação trata-se de manobra para dilação de prazo. Ou no mínimo, desinteresse por parte da mesma quanto aos termos do contrato previamente assinado.

O artigo 66 da Lei 8.666/1993 dispõe, ainda, que as partes responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial:

Art. 66. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Soma-se a lei 10.520, de 17 de julho de 2002, que institui, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, é clara ao estabelecer:

“Art. 7º - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.”

O próprio Edital de Pregão Presencial nº. 53/2017 PMT estabelece as penalidades aplicáveis aos casos de inexecução completa ou parcial do objeto do contrato em apreço, estando Vossa Senhoria ciente de todas as implicações ensejadas pela situação ora apontada, senão vejamos:

12.1 - O proponente vencedor estará sujeito por falhas, irregularidades ou pelo não cumprimento dos prazos e demais condições/obrigações estipuladas, às seguintes penalidades, isoladas ou cumulativamente:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa de mora no valor de 0,5% (meio por cento) do valor da ordem de compra por dia de atraso no início e/ou conserto/adequação dos serviços contratados, limitado a 20%;
- c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, devidamente atualizado, pelo não cumprimento de qualquer das cláusulas deste edital e seus anexos, ou pela desistência imotivada da manutenção de sua proposta;
- d) Suspensão do direito de licitar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, observadas as disposições legais;
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da punição.

12.1.1 - Caso haja inexecução total ou parcial do objeto, a concessão do objeto poderá ser rescindida unilateralmente, a qualquer tempo, pelo Município.

12.3 - As sanções previstas neste Edital, a critério da Administração, poderão ser aplicadas cumulativamente.

12.4 - A mora superior a 20 (vinte) dias será considerada inexecução contratual ensejadora de rescisão contratual, a critério da Administração, consoante o artigo 77 da Lei n.º 8.666/1993.

Tais penalidades estão em conformidade com o previsto no artigo 87 da Lei 8.666/1993.

Com o mesmo entendimento, pela aplicação de sanções, inclusive cumuladas, é a orientação jurisprudencial:

RECURSO ADMINISTRATIVO. INEXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. IMPUTAÇÃO DE PENALIDADE. Verificado o inadimplemento do contrato administrativo, a imputação de multa é medida que se impõe por expressa imposição legal que vincula a Administração Pública e em prol do interesse público. (TRT-12 - RecAdm 00103073320155120000 SC 0010307-33.2015.5.12.0000 (TRT-12) Data de publicação: 01/12/2015)

Ementa: RECURSO ADMINISTRATIVO. INEXECUÇÃO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO. IMPUTAÇÃO DE PENALIDADE. Verificado o inadimplemento do contrato administrativo, a imputação de penalidade é medida que se impõe por expressa disposição legal que vincula a Administração Pública e em prol do interesse público. (TRT-12 - RecAdm 00103844220155120000 SC 0010384-42.2015.5.12.0000 (TRT-12) Data de publicação: 25/01/2016).

Inobstante o quadro, a Contratada solicitou quando notificada, em seu último requerimento datado de 11/01/2018, a possibilidade de terceirizar parte dos serviços para os quais restou contratada, em especial, na instalação dos equipamentos nos veículos.

A solicitação afronta ao edital visto a impossibilidade constante no instrumento convocatório no que refere-se a subempreitar, ceder ou sublocar.

Veja-se que "terceirizações" serão permitidas apenas naquilo que não se inclua em sua especialização, o que não é o caso, e caso fosse aceita, afrontaria diretamente ao Edital de Pregão Presencial nº 53/2017 – PMT em seu item 1.3, o qual estabelece que:

1.3 - A Contratada não pode subempreitar, ceder ou sublocar, o item/serviço que restou vencedora, exceto aquilo que não se inclua em sua especialização, o que dependerá de prévia anuência da Administração, por escrito, sem prejuízo da responsabilidade da Contratada pelo ônus e perfeição técnica do mesmo.

Dada a magnitude do serviço, aliado à sua complexidade, este foi confiado à empresa Contratada, não cabendo a terceirização da mão-de-obra para a instalação dos equipamentos nem para qualquer outra etapa.

Desta forma, é tangente que a empresa descumpriu o pactuado com o Município de Timbó, cabendo a esta a aplicação de penalidades.

Decisão:

Diante do exposto, e considerando que:

I. A empresa Contratada descumpriu o pactuado com o Município de Timbó no que se refere a prestação de serviços de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização e imobilização automática de veículos, e prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS), em tempo real e ininterrupto, para o controle de veículos da frota da Prefeitura de Timbó, incluindo o fornecimento de equipamentos (regime de comodato), componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento;

II. O Município restou prejudicado devido ao descumprimento;

III. A ausência de fato impeditivo ou modificativo contratual e a não comprovação do alegado em resposta a notificação exarada pelo município;

IV. O impedimento do instrumento convocatório pertinente a terceirização de serviços por parte da empresa Contratada;

E, buscando pelo cumprimento correto das obrigações previstas no Edital de Pregão Presencial nº 53/2017 - PMT, determina-se:

a) A Rescisão do Contrato Administrativo nº 141/2017 firmado com a empresa NORIO MOMOI EPP, com fundamento nos itens 12.1.1 e 12.4 do Edital de Pregão Presencial nº 53/2017 – PMT, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas perante o Município de Timbó;

b) A convocação da empresa segunda colocada no certame, para que manifeste interesse quanto à "prestação de serviços de rastreamento veicular, abrangendo monitoramento via internet, implantação de sistema de acompanhamento, localização e imobilização automática de veículos, e prestação de serviço de posicionamento por satélite (GPS), em tempo real e ininterrupto, para o controle de veículos da frota da Prefeitura de Timbó, incluindo o fornecimento de equipamentos (regime de comodato), componentes e licença de uso de software, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação e suporte técnico e garantia de funcionamento" ao preço proposto pela empresa desclassificada;

c) a aplicação da penalidade de multa compensatória no percentual de 20% sobre o valor total do objeto registrado à empresa NORIO MOMOI EPP, conforme o disposto nos itens 12.1, alínea 'c' e 12.5 do Edital de Pregão Presencial nº 53/2017 - PMT e em conformidade com o Contrato Administrativo nº 141/2017, e artigo 87, inciso II, da Lei n.º 8.666/93, haja vista a multa moratória ser superior a 20% do valor do Contrato Administrativo nº 141/2017, resultando na importância de R\$ 10.538,00 (dez mil e quinhentos e trinta e oito reais), a ser paga no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de tal importância ser inscrita em Dívida Ativa e posterior cobrança judicial.

Publique-se, registre-se e intime-se.

Timbó 15 de janeiro de 2018.

MARIA ANGELICA FAGGIANI

Secretária Municipal da Fazenda e Administração

EDITAL PAVIMENTAÇÃO POR MUTIRÃO Nº 01/2018

Publicação Nº 1494010

EDITAL PAVIMENTAÇÃO POR MUTIRÃO Nº 01/2018

JORGE AUGUSTO KRUGER, Prefeito de Timbó/SC, de conformidade com a Lei nº. 2911, de 04 de setembro de 2017 e Lei nº. 1940, de 24 de junho de 1997 (alterada pela Lei nº. 2451/2010 e Lei nº. 2523/2011) e com fundamento no art. 145, III da Constituição Federal, Lei Complementar nº. 142/1998 (Código Tributário Municipal) e no orçamento, torna público o EDITAL PARA PAVIMENTAÇÃO pelo Sistema Mutirão da RUA BOTUVERÁ, Bairro Quintino, totalizando 3.026,76 m² de pavimentação com asfalto, e 756,69 metros lineares de testadas com meio-fio de concreto (378,345 metros de extensão), no valor de R\$ 300.999,23 (trezentos mil e novecentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos) do qual R\$ 33.282,30 (trinta e três mil e duzentos e oitenta e dois reais e vinte e três centavos) corresponde à contrapartida do Município, iniciando na propriedade de Osmarina Aparecida Pereira pelo lado direito (Inscr. Imobiliária 01.07.32.594) e na propriedade de Roseli Kienen Valcanaia (Inscr. Imobiliária 01.07.34.1359) pelo lado esquerdo, terminando na propriedade de Lorildo José Schiochet (Inscr. Imobiliária 01.07.32.949) pelo lado direito e na propriedade de Andrea Bell Marson (Inscr. Imobiliária 01.07.34.519) pelo lado esquerdo.

MEMORIAL DESCRITIVO**1. MATERIAL COM MÃO DE OBRA**

- 1.1 – Fornecimento de C.B.U.Q. Faixa C
- 1.2 – Fornecimento de meio fio de concreto;
- 1.3 – Tijolos para reassentamento das grelhas existentes
- 1.4 – Tijolos maciços para confecção de caixas coletoras;
- 1.5 – Barra de ferro 5/8" para confecção de grelhas
- 1.6 – Fornecimento de Brita de Base graduada para base
- 1.6 – Fornecimento da emulsão CM-30 para imprimação
- 1.7 – Fornecimento de emulsão R-2C para pintura de ligação
- 1.8 – Cimento para rejunte.

2. MÃO-DE-OBRA

- 2.1 – Aplicação da capa asfáltica
- 2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;
- 2.3 – Caminhão para transporte de BGS
- 2.4 – Nivelamento de caixas coletoras;
- 2.5 – Motoniveladora
- 2.6 – Vibroacabadora de asfalto
- 2.7 – Caminhão para retirada de barro excedente;
- 2.8 – Caminhão para transporte de CBUQ
- 2.9 – Rolos compactadores;
- 2.10 – Carregadeira ou retro-escavadeira para materiais excedentes.
- 2.11 – Caminhão Espargidor

1. DISCRIMINAÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QTDE.	UNIT.	TOTAL R\$
1.1 – Base de brita graduada	m ²	3026,76	21,06	63.743,57
1.2 – Emulsão asfáltica CM-30	m ²	3026,76	2,39	7.233,96
1.3 – Emulsão asfáltica de ruptura rápida RR-2C	m ²	3026,76	1,32	3.995,32
1.4 – Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ), faixa "C"	m ²	3026,76	25,36	76.758,63
1.5 – Meio-fio de concreto pré-moldado (10/12) X 25X100 cm	m ²	3026,76	12,81	38.772,80
TOTAL Item 01 R\$				190.504,28
2. MÃO-DE-OBRA	UNID.	QTDE	UNIT. R\$	TOTAL R\$
2.1 – Regularização e compactação de sub leito;	m ²	3026,76	1,79	5.417,90
2.2 – Colocação de Base de brita graduada, espessura = 20 cm;	m ²	3026,76	9,02	27.301,38
2.3 – Imprimação CM-30;	m ²	3026,76	1,06	3.208,37
2.4 – Pintura de ligação RR-2C;	m ²	3026,76	0,57	1.725,25
2.5 – Camada de revestimento com C.B.U.Q faixa "C", espessura compactada = 5 cm;	m ²	3026,76	10,86	32.870,61
2.6 – Colocação de meio-fio de concreto pré-moldado (10/12)X25X100 cm; m ² 3026,76 1,21				3.662,38
2.7 – Nivelamento das caixas coletoras e reassentamento das grelhas de ferro existentes.	m ²	3026,76	0,62	1.876,59
2.8 – Despesas iniciais (ART, Placas de Obra)	m ²	3026,76	0,38	1.150,17
TOTAL Item 02 R\$				77.212,65
3. CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO	UNID.	QTDE	UNIT.	TOTAL R\$

3.1 - Serviços preliminares, projetos ARTs, topografia	m²	3026,76	0,75	2.270,07
3.2 – Serviços de terraplenagem, remoção de solos inservíveis, e espalhamento no bota-fora	m³	1664,72	6,46	10.754,09
3.3 – Aterro compactado	m³	908,03	17,91	16.262,82
3.4 – Serviços de preparo da cancha	m²	3026,76	1,32	3.995,32
TOTAL Item 03 R\$				33.282,30

SERVIÇOS	TOTAIS R\$
1	190.504,28
2	77.212,65
3	33.282,30
TOTAL	300.999,23

4. TOTAL DE CUSTOS DA OBRA	
4.1 – Participações dos moradores	R\$ 131.005,07
4.2 – Participações do Poder Público	
4.2.1 – Não Aderentes	R\$ 83.178,38
4.2.2 – Entroncamento	R\$ 53.533,48
4.2.3 – Infra-estrutura e melhorias	R\$ 33.282,30
TOTAL Item 04	R\$ 300.999,23

DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS

PROPRIETÁRIOS	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ÁREA (m²) ITEM 01	TESTADA (ml) ITEM 02	CURVA	TOTAL R\$ 139.142,47
---------------	-----------------------	----------------------	-------------------------	-------	----------------------

Lado Esquerdo

ROSELI KIENEN VALCANAIA	01.07.34.1359	60,00	15,00		5.307,00
ALCIDES STEIN	01.07.34.1374	60,00	15,00		5.307,00
ALCIDES STEIN	01.07.34.1387	60,00	15,00		5.307,00
FRANCELISE PENA DE MELLO	01.07.34.1404	158,68	24,50	60,68	14.035,25
MUNICIPIO DE TIMBO	01.07.34.1435	162,84	26,00	58,84	14.403,20
MUNICIPIO DE TIMBO	01.07.34.1438	198,40	49,60		17.548,48
MUNICIPIO DE TIMBO	01.07.34.1441	160,00	40,00		14.152,00
MARINES MELERE	01.07.34.1444	72,00	18,00		6.368,40
ADRIANO GUESSER	01.07.34.1445	62,80	15,70		5.554,66
ANDRE ROGERIO WOLTER	01.07.34.1446	60,40	15,10		5.342,38
ANTONIO PEREIRA TEÇARI (Leopoldo Waldemar Sipriani)	01.07.34.1447	60,00	15,00		5.307,00
GILCIMAR KOSLOWSKI	01.07.34.1448	60,00	15,00		5.307,00
ELIDIO VALLER	01.07.34.1449	60,00	15,00		5.307,00
WALDIR PASQUALI	01.07.34.1450	120,00	30,00		10.614,00
ANDREA BELL MARSON (Orlando Bell)	01.07.34.528	62,00	15,50		5.483,90
ANDREA BELL MARSON	01.07.34.519	72,00	18,00		6.368,40
PREFEITURA ENTRONCAMENTOS	1.7.32.594	84,00			7.429,80

PROPRIETÁRIOS	INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	ÁREA (m²) ITEM 01	TESTADA (ml) ITEM 02	CURVA	TOTAL R\$ 128.574,46
---------------	-----------------------	----------------------	-------------------------	-------	----------------------

Lado Direito

LORILDO JOSÉ SCHIOCHET	01.07.32.949	32,80	8,20		2.901,16
ADARIO ROTHERMEL	01.07.32.934	58,84	14,71		5.204,40
OSMAR LUNELLI	01.07.32.919	60,00	15,00		5.307,00
LEVI MAFRA	01.07.32.904	60,00	15,00		5.307,00
ALITOR MAAS	01.07.32.889	60,00	15,00		5.307,00
DAIANE F. UECKER	01.07.32.874	60,00	15,00		5.307,00
EDMUNDO KANNENBERG	01.07.32.859	56,00	14,00		4.953,20
LEOPOLDO WALDEMAR SIPRIANI	01.07.32.845	56,00	14,00		4.953,20
GERALDINO CONZATTI	01.07.32.831	58,00	14,50		5.130,10
JOÃO MACHADO FILHO	01.07.32.816	56,00	14,00		4.953,20
JUDITE CONZATTI	01.07.32.802	56,00	14,00		4.953,20
IVANILDE FARIAS	01.07.32.788	56,00	14,00		4.953,20
LUCILEIA MAIA (Arnoldo Agostinho Maia)	01.07.32.774	56,00	14,00		4.953,20

ARLINDO SCHUMANN	01.07.32.760	56,00	14,00		4.953,20
ARLINDO SCHUMANN	01.07.32.746	56,00	14,00		4.953,20
JOHN MULLER (Leticia Da Silva)	01.07.32.732	56,00	14,00		4.953,20
SERGIO DE SOUZA	01.07.32.718	60,00	15,00		5.307,00
CRIEY IND. VEST. LTDA.	01.07.32.704	80,00	20,00		7.076,00
MARISTELA ANTUNES DA SILVA	01.07.32.684	60,00	15,00		5.307,00
ANTONIO DA SILVA	01.07.32.669	60,00	15,00		5.307,00
EMERSON MAAS	01.07.32.654	60,00	15,00		5.307,00
TATIANA PENZ	01.07.32.639	60,00	15,00		5.307,00
ADEMAR DA SILVA	01.07.32.624	60,00	15,00		5.307,00
EDNEI KARSTEN	01.07.32.609	60,00	15,00		5.307,00
OSMARINA APARECIDA PEREIRA	01.07.32.594	60,00	15,00		5.307,00

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados e supra mencionados que não aderiram ao Sistema Mutirão para, querendo, no prazo de 30 (trinta) impugnar quaisquer elementos deste edital.

MODALIDADE DE PAGAMENTO PARA OS NÃO ADERENTES DO SISTEMA MUTIRÃO

Os proprietários lindeiros que não aderirem ao sistema de pavimentação por mutirão ficam sujeitos ao pagamento da contribuição de melhoria, na forma, condições e requisitos da legislação vigente e considerando a valorização individual/particular de cada imóvel.

Os contribuintes que optarem pelo pagamento à vista terão desconto de 10% sobre o valor lançado.

O valor lançado poderá ser parcelado nos termos do Código Tributário Municipal, hipótese em que as parcelas serão corrigidas pela UFM.

A falta de pagamento importará na inscrição em dívida ativa.

O atraso/não pagamento implicará na cobrança de multa, juros e correção monetária, aplicados nos termos do Código Tributário Municipal (LC 142/1998) e legislação atinente a espécie.

Timbó, 18 de janeiro de 2018.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
PREFEITO DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO Nº 03.2018 TIMBOPREV

Publicação Nº 1494663

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ – TIMBOPREV
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 03/2018

CONTRATANTE: Município de Timbó através do TIMBOPREV

CONTRATADO: Phellipe Baumler Ferreira Povoas 05973431959.

OBJETO: Execução de serviços de limpeza e conservação das dependências físicas da sede do instituto de previdência dos servidores públicos municipais de Timbó – TimboPrev, que compreenderá mão-de-obra, fornecimento de equipamentos, materiais, EPIs e uniformes necessários a plena execução do serviço.

PRAZO DE VIGÊNCIA: De 12/01/2018 a 31/12/2018.

VALOR: R\$ 7.176,00 (sete mil cento e setenta e seis reais).

DATA DA ASSINATURA: 12/01/2018.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO DE 17/01/2018 PARA DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA (ENVELOPES Nº 1 E 3) DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017

Publicação Nº 1493788

ATA DA SESSÃO PARA DO JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
(ENVELOPES Nº 1 E 3) DA TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017

Aos dezessete dias do mês de janeiro de dois mil e dezoito, às 14 horas, a Comissão Especial de Licitações, nas dependências da Câmara Municipal de Timbó, situada na Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC), designada pela Portaria nº 35/2017, reuniu-se para, na forma da Lei nº. 12.232/2010, 8.666/1993 e 4.680/65, proceder ao julgamento da proposta técnica e capacidade de atendimento

(envelopes nº 01 e 03) da Tomada de Preços nº 01/2017, objeto do Processo Licitatório nº 13/2017, destinado à contratação de Agência de Propaganda. Aberta a sessão pública conforme item 12 e seguintes do edital no horário estabelecido, ausentes os integrantes da Subcomissão técnica, o Sr. Sócrates de Oliveira Prado, a Sra. Bruna Fernandes Ramos Gonzaga Kowalski e o Sr. Marcos Ramos do Nascimento. A presidente da comissão especial de licitações convocou a subcomissão técnica para proceder a análise das propostas técnicas e da capacidade de atendimento no dia 22 de janeiro de 2018, às 14 horas.

Nada mais tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se esta ata que segue assinada por todos e será publicada no DOM – SC (Diário oficial do Estado SC) – www.diariomunicipal.sc.gov.br e site da Câmara www.camaratimbo.sc.gov.br e no mural da Câmara Municipal de Timbó.

Ana Paula Manfrini

Ruben Parno

Everton Bica Pedroso

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018 .

Publicação Nº 1493785

EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2018

[EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESA e EMPRESA DE PEQUENO PORTE – LC 123, art. 48, I]

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 30 de janeiro de 2018 (terça-feira), às 9 horas.

LOCAL DA SESSÃO: Rua Honorato Tonolli, s/nº, Bairro das Nações, Timbó (SC) - [Auditório – no TÉRREO]

PREGOEIRO: AILTON BERTOLDI

EQUIPE DE APOIO: Everton Bica Pedroso

Ruben Parno

Ana Paula Manfrini

(Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pela Portaria nº 028/2017).

Objeto: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa para a prestação de serviços de filmagem, transmissão ao vivo via Internet, gravação em formato .mp4, sem edição, para arquivo da Câmara e, edição e gravação do material produzido em formato (.wmv), para inclusão no site, das Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Solenes, Audiências Públicas e Sessões do Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Timbó.

RETIRADA DE EDITAIS PELA INTERNET

<http://camaratimbo.sc.gov.br/licitacoes.php>

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Timbó Grande

PREFEITURA

PREGÃO 7/2018

Publicação Nº 1494125

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2018
MODALIDADE Pregão Presencial N 7/2018

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir gás para cozinha. Acesso pública terá inicio às 09:00 horas, do dia 1 de fevereiro de 2018, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 18 de janeiro de 2018.
Amauri Furtado de Souza
Prefeito Municipal em exercício

PREGÃO 8/2018

Publicação Nº 1494127

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ GRANDE
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2018
MODALIDADE Pregão Presencial N 8/2018

O município de Timbó Grande torna publico a todos os interessados que estará realizando processo licitatório na modalidade Pregão Presencial, com objetivo de adquirir marmite com refeição pronta. Acesso pública terá inicio às 09:00 horas, do dia 2 de fevereiro de 2018, junto ao Departamento de Compras e Licitações. Maior informação será disponibilizada junto ao Departamento de Compras, pelo e-mail licitacoes@timbogrande.sc.gov.br, ou pelo telefone (049) 3252-1214 ou 1437, no horário das 14h00 até as 16h00.

Timbó Grande, 18 de janeiro de 2018.
Amauri Furtado de Souza
Prefeito Municipal em exercício

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 03/2018

Publicação Nº 1493995

ESTADO DE SANTA CATARINA □ MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 03/2018 – CREDENCIAMENTO

Objeto: Credenciamento de Pessoa Física e / ou Pessoa jurídica para contratação de horas de Trator Agrícola de Pneu, equipado com Ensiladeira e Carreta Basculante destinados aos Agricultores Familiares do Município de Treze Tílias, na prestação de serviços de ensilagem. Os interessados devem solicitar o seu credenciamento na Prefeitura de Treze Tílias, Setor de Licitações, na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, centro, Treze Tílias, SC, em dias úteis, no horário das 8h00 às 12h00min, observando as condições e exigências mínimas para a prestação do serviço, as condições de pagamento e a tabela de preços que remunerará os serviços prestados, e demais requisitos fixados no presente regulamento até a data de 31/12/2018.

MAURO DRESCH

Prefeito

Tunápolis

PREFEITURA

EDITAL 04.2018 DESERTO

Publicação N° 1494287

Torno público, para conhecimento dos interessados, que foi declarado DESERTO, pela ausência de interessados na licitação, Edital de Pregão Presencial n° 04/2018, cujo objeto é " aquisição de ferro diversas bitolas, calhas em aluzinco com a devida instalação das mesmas em imóveis públicos desta Municipalidade.

Sheila Inês Bieger

Pregoeira

PROCESSO DE COMPRA N°.: 03/2018 PREGÃO PRESENCIAL N°: 01/2018 DATA EMISSÃO: 18/01/2018

Publicação N° 1494128

FUNDO MUNIICPAL DA SAÚDE

RUA JOÃO CASTILHO N° 111

89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra N°.: 03/2018

Pregão Presencial n°: 01/2018

Data Emissão: 18/01/2018

Forma de Julgamento: menor preço por ITEM DOCVARIABLE "FormaJulgamento" * MERGEFORMAT

- O Fundo Municipal da Saúde – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio e, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo DOCVARIABLE "FormaJulgamento" * MERGEFORMAT, sob regime parcelado e conforme cronograma do Fundo Municipal conforme dispõe a Lei Federal n° 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar n° 123/2006, Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de n° 01 contendo as "propostas de preços" e de n° 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 14h30min do dia 05/02/2018 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

O objeto do presente pregão consiste na de aquisição de refeições destinados para Municípes que se deslocam de forma voluntária para a HEMOESC de Chapecó para doar sangue, e de acordo com os quantitativos prazos e condições estabelecidas neste ato convocatório e seus anexos.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 14h30min do dia 05/02/2018 .

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC., 18 de janeiro de 2018

CLARICE WEIS STAUB

PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE COMPRA N°.: 12/2018 PREGÃO PRESENCIAL N°: 11/2018 REGISTRO DE PREÇOS N°: 05/2018 DATA EMISSÃO: 18/01/2018

Publicação N° 1494413

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra N°.: 12/2018

Pregão Presencial n°: 11/2018

Registro de Preços n°: 05/2018

Data Emissão: 18/01/2018

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, para REGISTRO DE PREÇOS sob regime de entrega parcelada conforme dispõe o Decreto Municipal n° 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal n°. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, com aplicação subsidiária da Lei n°. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de n° 01 contendo as "propostas de preços" e de n° 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 14h do dia 02 de fevereiro de 2018 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando aquisição de Materiais de Construção, e demais materiais destinados a manutenção de imóveis, locais públicos e diversas ruas desta Municipalidade, de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

2.2 - As quantidades constantes do Anexo I são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição total dos itens.

2.3 – A detentora da Ata de Registro de Preços, quando da solicitação pela Administração Municipal deverá atender as seguintes exigências:

2.3.1 - Fornecer os materiais quando solicitados mediante Ordem de Fornecimento emitida pelo Município.

2.3.2 – A empresa vencedora deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo, portanto estipular em sua proposta de preços, cota mínima ou máxima, para fornecimento do produto e serviço.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 14h do dia 02 de fevereiro de 2018.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

AQUILES BAMBERG

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO.

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 13/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 12/2018 DATA EMISSÃO 18/01/2018

Publicação Nº 1494428

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 13/2018

Pregão Presencial nº: 12/2018

Data Emissão 18/01/2018

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo MENOR PERCENTUAL, sob regime de execução conforme anexo I do edital, de acordo com a Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar Nº 147 de 07 de Agosto de 2014 Lei n. 8.666/93 e legislação vigente e pertinente à matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 15h do dia 01 de fevereiro de 2018 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

2. OBJETO

2.1. – CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE

A presente licitação tem por objeto a contratação de Agência de Publicidade para a divulgação de artes, jingles, spots e audiovisuais em sites, redes sociais, rádios e jornais da região e a confecção de materiais gráficos personalizados para uso exclusivo na 13ª EFACITUS, elencados pela CCO.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 15h do dia 01 de fevereiro de 2018.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

AQUIELES BAMBERG

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 14/2018 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 13/2018

Publicação Nº 1494658

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 14/2018

Pregão Presencial nº: 13/2018

Data Emissão: 19/01/2018

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, sob regime de entrega parcelada, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 e com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as “propostas de preços” e de nº 02, contendo a “documentação de habilitação” serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 15h30min do dia 05/02/2018 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

02 – DO OBJETO:

2.1 – Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a “ CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DA LAVAGEM DE VEÍCULOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR, em conformidade com as especificações dos Anexos.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 15h30min do dia 05/02/2018 .
Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

AQUIELES BAMBERG
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 001/2018

Publicação Nº 1494706

DECRETO Nº 001, de 18 de Janeiro 2018.

REGULAMENTA O CONTROLE DE FREQUÊNCIA DIÁRIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TIAGO ZILLI, Prefeito Municipal de Turvo - SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação aplicável, em especial, ao art. 52, VII da Lei Orgânica do Município de Turvo – SC.

DECRETA

Art. 1º - Fica estabelecida a obrigatoriedade do registro de ponto a todos os servidores públicos municipais vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, compreendendo servidores efetivos, contratados temporariamente e cargos comissionados, com exceção do cargo de Secretário Municipal de Saúde, que, por sua natureza, não impõe controle de jornada.

Art. 2º - O controle de jornada dar-se-á mediante registro de ponto eletrônico.

Parágrafo Único - No que se refere aos agentes comunitários de saúde, que exercem suas atividades fora das unidades de atendimento, a Secretaria Municipal de Saúde, mediante ato próprio, irá estabelecer critérios para o controle efetivo das respectivas jornadas.

Art. 3º - A regulamentação e fixação dos horários e expedientes de funcionamento das unidades de atendimento vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, incluindo o expediente da própria secretaria, serão estabelecidos mediante portaria específica, que poderá ser firmada pelo respectivo Secretário Municipal.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Turvo, 18 de Janeiro de 2018.

Tiago Zilli

Prefeito Municipal de Turvo – SC

Pub. e reg. o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças – designado.

União do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 01/2018.

Publicação Nº 1494140

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018

PROCESSO Nº 10/2018
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2018
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31 de dezembro de 2018.

Aos dezoito dias do mês de Janeiro de 2018, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. FABIO ANTONIO AGOSTINETTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 10/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa AUTO POSTO FRANKOFF LTDA - EPP, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para Aquisição de Combustíveis, visando o abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de União do Oeste, Fundo Municipal de Saúde, conveniados e ou cedidos legalmente, visando possíveis aquisições futuras, conforme itens descritos no quadro abaixo:

AUTO POSTO FRANKOFF LTDA - EPP						
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	GASOLINA COMUM	LT	35.000,00	MAXUL	4,30	150.500,00
3	OLEO DIESEL COMUM	LT	50.000,00	MAXUL	3,32	166.000,00
					total	316.500,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente ata e terá validade até 31 de dezembro de 2018.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa AUTO POSTO FRANKOFF LTDA - EPP a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade de consumo, será intimada para entregar o combustível, requerido através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar o combustível requerido, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, aproximadamente de 10 em 10 dias, após o recebimento do combustível e respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta das Dotações do orçamento do Município e Fundo Municipal de Saúde com as seguintes classificações:

	1-PREFEITURA MUNICIPAL UNIAO DO OESTE		
Cód. Desp.	Código da Dotação		Compl. do Elemento
2	02.01.2.004.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUT. DAS ATIV. D GABINETE	33903001000000
	2-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIAO DO OESTE		
Cód. Desp.	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento
11	11.01.2.036.3.3.90.00.00.00.11.02	MANUT. ATIV. DA SAUDE	33903001000000
26	11.01.2.040.3.3.90.00.00.00.11.38	MANUT. VIG. EM SAUDE SANITARIA	33903001000000
	1-PREFEITURA MUNICIPAL UNIAO DO OESTE		
Cód. Desp.	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento
10	03.01.2.005.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903001000000
34	05.01.2.010.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUT. ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
74	06.01.2.018.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	33903001000000
103	07.01.2.025.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA	33903001000000
123	08.01.2.027.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUT. DEPTO DE TRANSP. E OBRAS	33903001000000

5.3. Os combustíveis somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições

de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os combustíveis.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 10/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não manter a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 10/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os combustíveis no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 10/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

FABIO ANTONIO AGOSTINETTO
Prefeito Municipal em exercício

CLAUDEMIR KOFF
AUTO POSTO FRANKOFF LTDA - EPP CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____
Nome: Edinho Favero
CPF: 027.264.999-61

02. _____
Nome: Daniela Paula Foletto
CPF: 040.267.159-73

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 02/2018.

Publicação Nº 1494141

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE UNIÃO DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018

PROCESSO Nº 10/2018
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2018
VALIDADE DA ATA REGISTRO DE PREÇOS: até 31 de dezembro de 2018.

Aos dezoito dias do mês de Janeiro de 2018, o Município de União do Oeste, inscrito no CNPJ sob n.º 78.505.591/0001-46, com sede na Avenida São Luiz n. 531, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. FABIO ANTONIO AGOSTINETTO, no uso de suas atribuições e, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93, Decreto municipal n.º 206/2007 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação no PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 10/2018, RESOLVE: Registrar o(s) preço(s) da empresa JOSMAR AUTO POSTO LTDA, de acordo com a classificação no item por ela alcançado, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente ata tem por objeto o registro de preços para Aquisição de Combustíveis, visando o abastecimento da frota de veículos, máquinas e equipamentos do Município de União do Oeste, Fundo Municipal de Saúde, conveniados e ou cedidos legalmente, visando possíveis aquisições futuras, conforme itens descritos no quadro abaixo:

	JOSMAR AUTO POSTO LTDA					
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	OLEO DIESEL S10	LT	158.000,00	IPIRANGA	3,43	541.940,00
					total	541.940,00

2 . DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O registro de preços formalizado na presente ata e terá validade até 31 de dezembro de 2018.

3. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento da presente ata caberá ao Setor de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina.

3.2. O gerenciador da presente ata acompanhará a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com os preços ora registrados.

3.3 Nesse sentido, a Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

3.4. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Administração deverá convocar o fornecedor, visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.4.1. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, e a Administração convocará os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação;

3.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento, com documentação que faz prova, não puder cumprir o compromisso, a Administração poderá ainda:

I – rever os preços registrados na forma e condições constantes do edital ou, liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação

da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

II - convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

3.5.1. Não havendo êxito nas negociações, a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

3.6. Em hipótese de não haver êxito nas negociações de que tratam os subitens anteriores, o gerenciador procederá à revogação da Ata de Registro de Preços.

4. DO CONTRATO

4.1. Durante o prazo de validade da presente ata, a empresa JOSMAR AUTO POSTO LTDA a critério do Município de União do Oeste, de acordo com necessidade de consumo, será intimada para entregar o combustível, requerido através de Autorização de Fornecimento, estando as obrigações assumidas vinculadas à esta Ata.

4.2. Se o fornecedor recusar-se a entregar o combustível requerido, sem justificativa por escrito, caracterizando o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitar-se-á às penalidades legalmente estabelecidas.

5. DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, aproximadamente de 10 em 10 dias, após o recebimento do combustível e respectiva nota fiscal devidamente recebida e aceita.

5.2. As despesas decorrentes do fornecimento do objeto da presente licitação correrão à conta das Dotações do orçamento do Município e Fundo Municipal de Saúde com as seguintes classificações:

	1-PREFEITURA MUNICIPAL UNIAO DO OESTE		
Cód. Desp.	Código da Dotação		Compl. do Elemento
2	02.01.2.004.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUT. DAS ATIV. D GABINETE	33903001000000
	2-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIAO DO OESTE		
Cód. Desp.	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento
11	11.01.2.036.3.3.90.00.00.00.11.02	MANUT. ATIV. DA SAUDE	33903001000000
26	11.01.2.040.3.3.90.00.00.00.11.38	MANUT. VIG. EM SAUDE SANITARIA	33903001000000
	1-PREFEITURA MUNICIPAL UNIAO DO OESTE		
Cód. Desp.	Código da Dotação	Descrição da Dotação	Compl. do Elemento
10	03.01.2.005.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	33903001000000
34	05.01.2.010.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUT. ATIV. DO ENSINO FUNDAMENTAL	33903001000000
74	06.01.2.018.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	33903001000000
103	07.01.2.025.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUT. DAS ATIVIDADES DA AGRICULTURA	33903001000000
123	08.01.2.027.3.3.90.00.00.00.11.00	MANUT. DEPTO DE TRANSP. E OBRAS	33903001000000

5.3. Os combustíveis somente serão requisitados se houver necessidade dos mesmos.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. gerenciar a presente Ata, indicando, sempre que solicitado, o nome do fornecedor, o preço, e as especificações dos serviços registrados, observada a ordem de classificação indicada na licitação.

6.2. observar para que, durante a vigência da presente ata, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas.

6.3. conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

7.1. fornecer os combustíveis.

7.3. providenciar a imediata correção de deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo ÓRGÃO GERENCIADOR referentes às condições firmadas na presente Ata.

7.4. manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão n.º 10/2018.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 2 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas no referido edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei n.º 8.666/93, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade da presente ata:

- a) Apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- b) Ensejar o retardamento da execução das obrigações assumidas nesta Ata;
- c) Não mantiver a proposta, injustificadamente;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- e) Comportar-se de modo inidôneo;
- f) Cometer fraude fiscal.

8.2. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas nesta Ata, a Administração Municipal, poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no edital Pregão Presencial nº 10/2018 e demais penalidades previstas na Lei de Licitações e Lei de Pregão.

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. o fornecedor terá seu registro cancelado, assegurado o contraditório e ampla defesa, quando:

- a) não cumprir as obrigações da presente Ata;
- b) não fornecer os combustíveis no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese de este se apresentar superior aos praticados no mercado;
- d) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela Administração.

9.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado.

10. DA PUBLICIDADE

10. Os preços, o fornecedor e as especificações resumidas do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata, serão publicadas no Mural Público do Município de União do Oeste.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1. Integram a presente ata o Edital do Pregão n.º 10/2018 e documentos atinentes ao processo licitatório.

12. DO FORO

As controvérsias decorrentes desta Ata serão dirimidas no foro da Comarca de Coronel Freitas – SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que venha a ser.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em duas vias de igual teor e forma e assinado pelas partes.

FABIO ANTONIO AGOSTINETTO
Prefeito Municipal em exercício

JOSMAR MOTERLE
JOSMAR AUTO POSTO LTDA
CONTRATADA

Testemunhas:

01. _____

Nome: Edinho Favero

CPF:027.264.999-61

02. _____

Nome: Daniela Paula Foletto

CPF: 040.267.159-73

Publicado conforme Lei Municipal nº 1010/2014.

Urubici

PREFEITURA

EDITAL 006/2018

Publicação Nº 1494101

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2018

Representante Legal, Prefeito Municipal Antônio Zilli, torna público o Edital de Tomada de Preços, destinado à contratação de empresa especializada para implantação do sistema de iluminação pública ornamental na Avenida Antônio Francisco Ghizoni, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 08/02/2018 às 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 08/02/2018 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como copia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail licitação@urubici.sc.gov.br, site www.urubici.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 012/2018

Publicação Nº 1494408

PORTARIA Nº 012/2018

Antonio Zilli, Prefeito Municipal de Urubici – SC, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Senhor Inácio Roberto Zencke, do Cargo de Oficial Administrativo, nomeada através da Portaria nº 334/2008, de 01/07/2008.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Urubici, em 18 de Janeiro de 2018.

Antonio Zilli

Prefeito Municipal

Urussanga

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2017

Publicação Nº 1493875

CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA
RELATÓRIO DAS ATIVIDADES
PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA da Décima OITAVA Legislatura

MESA DIRETORA:

PRESIDENTE: VEREADOR MARCOS ROBERTO SILVEIRA/PT
VICE-PRESIDENTE: VEREADOR GILSON CASAGRANDE/PP
PRIMEIRO SECRETÁRIO: VEREADOR ELSON ROBERTO RAMOS/PMDB
SEGUNDO SECRETÁRIO: VEREADOR JOÃO BATISTA BOM/PDT

DEMAIS VEREADORES:

- JAIR NANDI/PSD
- JOSÉ CARLOS JOSÉ/PP
- ODIVALDO BONETTI/PP
- VANDERLEI MARCÍRIO/PMDB
- VANIR ZULEIMA MAZZUCO CACCIATORI/PMDB

COMISSÕES PERMANENTES, CONSTITUÍDAS POR MEIO DO ATO DA MESA DIRETORA Nº 14, DE 30 de janeiro DE 2017, APÓS CONCORDÂNCIA E INDICAÇÃO DAS LIDERANÇAS DAS BANCADAS PARTIDÁRIAS COM REPRESENTAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO
REUNIÕES REALIZADAS ÀS SEGUNDAS-FEIRAS, ÀS 17H (DEZESETE HORAS)
PRESIDENTE: VEREADOR ODIVALDO BONETTI/PP
VICE-PRESIDENTE: VEREADORA VANIR ZULEIMA MAZZUCO CACCIATORI/PMDB
SECRETÁRIO: JAIR NANDI/PSD
SUPLENTE: JOÃO BATISTA BOM/PDT

COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO
REUNIÕES REALIZADAS ÀS SEGUNDAS-FEIRAS, ÀS 16:30H (DEZESEIS HORAS E TRINTA MINUTOS)
PRESIDENTE: VANDERLEI MARCÍRIO/PMDB
VICE-PRESIDENTE: JOSÉ CARLOS JOSÉ/PP
SECRETÁRIO: ELSON ROBERTO RAMOS/PMDB
SUPLENTE: GILSON CASAGRANDE/PP

COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
REUNIÕES REALIZADAS ÀS SEGUNDAS-FEIRAS, ÀS 16H (DEZESEIS HORAS)
PRESIDENTE: GILSON CASAGRANDE/PP
VICE-PRESIDENTE: ELSON ROBERTO RAMOS/PMDB
SECRETÁRIO: JOÃO BATISTA BOM/PDT
SUPLENTE: JAIR NANDI/PSD

DELIBERAÇÕES DO PLENÁRIO QUANTO ÀS MATÉRIAS CONSTANTES NA ORDEM DO DIA DAS REUNIÕES:

- PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 31 DE JANEIRO DE 2017, E QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, EM OBSERVÂNCIA AO QUE DETERMINA O ART. 46, INCISO XX, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA.

Ordem do Dia:

Não houve matérias.

- SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 7 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 01/2017 – Requer que seja enviado Ofício ao Senhor Genoir José dos Santos, Presidente da Federação Interestadual dos Mineiros de SC, PR e RS (FETIEC), convidando-o a participar de reunião ordinária para falar sobre reforma previdenciária e trabalhista (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 02/2017 – Solicita o envio de expediente ao Senhor Lourival Pizzolo, Superintendente Regional Sul do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, convidando-o a participar de reunião nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, para expor os trabalhos e benfeitorias realizadas/relacionadas no Município de Urussanga enquanto à frente da pasta de Infraestrutura (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 03/2017 – Requer-se à Mesa, e após ouvido o Plenário, na forma regimental, sejam enviados Ofícios ao Superintendente Regional-Sul do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, o Senhor Lourival Pizzolo, e ao Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, Senhor Wanderley Teodoro Agostini, solicitando para que intercedam urgentemente na melhoria na Rodovia SC-446, compreendido no trecho Urussanga a Siderópolis, eis que se encontra em péssima condições de trafegabilidade (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 01/2017 – Sugere ao Chefe do Poder Executivo Municipal a criação de uma estrutura local com atribuições de Intendência na Vila Santana, neste Município (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 02/2017 – Sugere ao Senhor Prefeito Municipal que determine aos setores competentes que efetuem estudos que possibilitem a instalação de uma faixa de pedestres na Avenida Nereu Ramos, defronte ao Ginásio de Esporte Centenário, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 03/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio dos setores competentes, sejam procedidos serviços de patrolamento e revestimento com saibro na estrada de Rio Carvão via Santo Expedito, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 04/2017 – Sugere ao Senhor Prefeito Municipal que determine ao setor competente a realização de estudos no sentido de instalar um relógio digital e um termômetro na Praça de Esportes Manoel de Oliveira, Bairro da Estação, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Moção nº 01/2017 – Moção de Congratulação e Aplausos à Associação de Moradores de Santana – AMOSAN, pelos 86 anos de fundação da Vila Santana (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 04/2017 – Requer que seja encaminhado expediente ao Secretário de Estado de Infraestrutura de Santa Catarina e ao Superintendente Regional Sul do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, solicitando providências urgentes na implantação de um trevo na Rodovia Genésio Mazon, SC-445, que dá acesso ao Bairro Bom Jesus (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 05/2017 – Requer que seja enviado expediente ao Poder Executivo Municipal para que, através do setor competente, encaminhe a esta Casa Legislativa relatório analítico das receitas e despesas da Contribuição de Iluminação Pública (CIP) de janeiro de 2016 a janeiro de 2017, inclusive com a relação dos membros do Conselho da CIP (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 06/2017 – Solicita o envio de expediente ao Superintendente e ao Diretor de Patrimônio da Ferrovia Tereza Cristina S.A (FTC), convidando-o a participar de reunião nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, para expor os trabalhos e recentes ações tomadas por parte da administração da empresa, que bloqueou o acesso à área de domínio da Estrada de Ferro (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 05/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, através do setor competente, viabilize a pavimentação de 400 (quatrocentos) metros da Rodovia Prefeito Rony Zaniboni, que dá acesso às localidades dos Bairros Barro Preto, Caeté do Armazém e Pindotiba, neste Município (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2017, QUE CONTOU COM AS PARTICIPAÇÕES DO SENHOR GENOIR JOSÉ DOS SANTOS, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS MINEIROS DE SC, PR E RS – FETIEC, PARA FALAR SOBRE REFORMA PREVIDENCIÁRIA E TRABALHISTA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 01/2017; E DO SENHOR SIDNEI CASAGRANDE, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO BAIRRO RIO CARVÃO, PARA FAZER USO DA TRIBUNA LIVRE, PARA DISCORRER SOBRE QUESTÕES RELACIONADAS AO BAIRRO RIO CARVÃO, SOBRETUDO QUANTO À NECESSIDADE DE PAVIMENTAÇÃO DA VIA PRINCIPAL, QUE LIGA AS COMUNIDADES DE RIO CARVÃO BAIXO E ALTO E SANTANA, CONFORME TERMO DE INSCRIÇÃO Nº 01, DE 23 DE JANEIRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 02/2017 – Dispõe sobre a autorização da gratuidade do transporte escolar aos estudantes regularmente matriculados no ensino do 3º grau, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 07/2017 – Requer o envio de expediente à Senhora Marlene Zanin, Presidente do Conselho Municipal de Meio Ambiente, convidando-a a participar de reunião ordinária, para falar sobre os trabalhos realizados pela entidade em 2016 (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 08/2017 – Requer o envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, solicitando informações a respeito da paralisação das obras de pavimentação com lajotas, realizada no Município de Urussanga, com recursos do Fundo Social do Governo de Santa Catarina (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 09/2017 – Requer o envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, solicitando informações a respeito da paralisação da obra Conjunto Habitacional Bom Jesus II (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 10/2017 – Requer o envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, solicitando informações a respeito da atual composição das equipes de referência e coordenação do CRAS e do CREAS, vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social (Autoria – Vereadores Vanderlei Marcírio/PMDB, Elson Roberto Ramos/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 06/2017 – Sugere ao Poder Executivo que encaminhe ao setor competente a elaboração do projeto de pavimentação asfáltica, com o custo da obra de 400m (quatrocentos metros), da Rodovia SC-108, KM 09, no trevo que dá acesso às comunidades do Loteamento Jardim Vila Romana, Barro Preto, Armazém, Linha Pacheco e Pindotiba à divisa com o Município de Pedras Grandes (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 07/2017 – Sugere ao Poder Executivo a execução dos serviços de capina e limpeza das imediações da UBS “Rômulo Mazzucco”, no Loteamento Jardim Vila Romana, em São João do Rio Maior, no Município de Urussanga (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 08/2017 – Sugere ao Poder Executivo que determine ao setor competente a proceder o levantamento das ruas dos Bairros Estação e Bela Vista, no Município de Urussanga, que não possuem lixeiras (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 1º DE MARÇO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 03/2017 – Autoriza o Poder Executivo a ceder servidores e/ou estagiários às instituições que relaciona e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 01/2017 – Outorga o Diploma Mulher Cidadã Urussanguense, e dá outras providências. Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 10/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal da Saúde, para a prestação de informações relacionadas à Saúde no Município (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 06/2017 – Sugere ao Poder Executivo, em caráter de pronto atendimento, medidas com vistas à execução de serviços de reparos nos calçamentos com lajotas nas ruas dos Bairros Bela Vista e Estação, neste Município (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 07/2017 – Sugere ao Poder Executivo, através do setor competente, que seja viabilizada a construção de um refúgio na Rua Dolovico Savi Mondo, nas proximidades da passarela de pedestres, no Bairro de Brida, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 08/2017 – Sugere ao Poder Executivo que seja formada uma comissão especial para promoção de estudos no sentido de reformular o Código Tributário do Município (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Moção nº 02/2017 – Envia Moção de Apoio ao Projeto de Lei PL nº 1917/2015, de autoria dos Deputados Federais Marcelo Squassoni – PRB/SP, Antônio Carlos Mendes Thame – PSDB/SP, Rodrigo De Castro – PSDB/MG, Augusto Carvalho – SD/DF, Odorico Monteiro – PT/CE, Pedro Vilela – PSDB/AL e Lúcio Mosquini – PMDB/RO, que está em trâmite na Câmara de Deputados (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

· SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 7 DE MARÇO DE 2017, COM PARTE TRANSFORMADA EM ESPECIAL PARA ENTREGA DO DIPLOMA MULHER CIDADÃ URUSSANGUENSE ÀS SENHORAS IRANI BALDESSAR E SALUTE CANCELIER DAMIANI, EM RECONHECIMENTO ÀS RELEVANTES CONTRIBUIÇÕES NA DEFESA E NA VALORIZAÇÃO DOS DIREITOS DAS MULHERES E DOS CIDADÃOS.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 12/2017 – Solicita o envio de expediente ao Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Urussanga, Senhor José De Bem, convidando-o a participar de reunião ordinária, para discorrer sobre as atividades da entidade no Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 12/2017 – Sugere ao Poder Executivo, em caráter de pronto atendimento, medidas com vistas à execução de serviços de reparos na ponte localizada na Rua Pietro Bez Batti, no Bairro da Estação (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 13/2017 – Sugere ao Chefe do Poder Executivo a divulgação da Lei nº 1.710, de 30 de novembro de 1999, que isenta contribuintes do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB e Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 14/2017 – Sugere ao Chefe do Poder Executivo, por meio do setor competente (SAMAE), a providência da instalação de 1 (um) hidrante na Praça Anita Garibaldi, no Centro do Município de Urussanga e de 1 (um) hidrante no Bairro De Vila (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 15/2017 – Sugere ao Poder Executivo que encaminhe ao setor competente a elaboração de levantamento técnico e projeto de climatização das salas de aula que atendem a Educação Infantil e Creches da Rede Municipal de Ensino do Município de Urussanga (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

· SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2017.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 13/2017 – Solicita o envio de expediente ao Gerente Geral da instituição financeira Caixa Econômica Federal, Agência de Urussanga, Senhor Heriberto Michels, convidando-o a participar de reunião ordinária nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, para falar sobre os saques das contas inativas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 14/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal para, que através do setor competente, encaminhe a esta Casa, informações relacionadas à Administração Pública Municipal (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 15/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que, através do setor competente, encaminhe a esta Casa, informações relacionadas à Educação, na Administração Pública Municipal (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 16/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que, através do setor competente, encaminhe a esta Casa, informações relacionadas à Educação no Município de Urussanga (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 17/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que encaminhe a esta Casa, a título de informação, respostas da notificação recomendatória do Ministério Público de Contas de Santa Catarina, relacionado ao assunto “vedação à prática de nepotismo” (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 16/2017 – Sugere ao Prefeito de Urussanga a utilização dos terrenos baldios do Município como estacionamento público, com aplicação do art. 26, alínea “a”, da Lei nº 777, de 30 de dezembro de 1980 (Código Tributário Municipal) (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 17/2017 – Sugere ao Prefeito de Urussanga, por meio do Departamento de Planejamento do Município, o rigoroso cumprimento da Lei nº 2.630, de 29 de novembro de 2013 (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 18/2017 – Sugere ao Poder Executivo que determine ao setor competente a realização de estudos no sentido de viabilizar a construção de uma ponte de concreto ou, se não for possível, uma passarela interligando os Bairros Bom Jesus, Rio Barro Vermelho e São Pedro, no Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 19/2017 – Sugere ao Chefe do Poder Executivo Municipal, medidas de interesse público e social, no que tange à implantação de um ponto de táxi na Avenida Nereu Ramos, no Bairro da Estação, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 20/2017 – Sugere ao Poder Executivo que encaminhe ao setor competente (DEPLAN), com a máxima urgência, a restauração do acesso à Igreja Católica do Bairro Bel Recanto (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

· OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 21 DE MARÇO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 05/2017 – Altera a redação do art. 1º, da Lei nº 2.794, de 23 de fevereiro de 2017, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 18/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que através do setor competente, encaminhe

à Casa Legislativa informações relacionadas ao Processo Administrativo nº 01/2011 (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB, Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 19/2017 – Requer o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que, através do setor competente, na forma do art. 46, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, informe os nomes dos profissionais que compõem as Equipes de Referência das Unidades Públicas CRAS e CREAS, vinculadas à Secretaria Municipal de Assistência Social (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB, Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 22/2017 – Sugere ao Chefe do Poder Executivo Municipal que, através do setor competente (DEPLAN), inicie um estudo para elaboração de um projeto que possibilite identificar todas as quadras, ruas e lotes do Cemitério Municipal, incluindo obviamente a colocação de placas indicativas em cada quadra (Autoria – Vereador Gilson Casagrande/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 23/2017 – Sugere ao Prefeito Municipal de Urussanga a instalação de sistema de drenagem de esgoto sanitário da Rua Inocente Maccari, no Bairro Rio América, no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

· NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE MARÇO DE 2017, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR HERIBERTO MICHELS, GERENTE DA AGÊNCIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL EM URUSSANGA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 13/2017.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 20/2017 – Requer a realização de audiência pública para tratar de assuntos relacionados a estacionamento rotativo no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 21/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo para que seja apresentada à Casa Legislativa a relação atualizada de todos os Secretários/Diretores Municipais e demais funcionários com os devidos salários e gratificações (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 24/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Obras, sejam viabilizados serviços de drenagem e pavimentação da Rua Francisco Ignácio dos Anjos e da Estrada Geral do Bairro Bel Recanto, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 25/2017 – Sugere ao Poder Executivo que encaminhe ao setor competente, com a máxima urgência, a manutenção da Rua Mário Fontanella, no Bairro Santa Luzia (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 4 DE ABRIL DE 2017, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR JOSÉ DE BEM, PASTOR DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE URUSSANGA, PARA DISCORRER SOBRE AS ATIVIDADES DA INSTITUIÇÃO NO MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 12/2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2017 – Outorga Título Honorífico de Cidadão Honorário de Urussanga ao Senhor José Catarina, e dá outras providências (Autoria – Vereador Gilson Casagrande/PP). Rejeitado por 5 (cinco) votos favoráveis e 4 (quatro) abstenções.

Projeto de Lei PE nº 09/2017 – Altera a redação dos arts. 1º e 7º, da Lei nº 927, de 13 de agosto de 1984, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por 7 (sete) votos favoráveis e 1 (uma) abstenção.

Requerimento nº 22/2017 – Solicita o envio de expediente ao Padre Daniel Pagani, Pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Urussanga, convidando-o a participar de Reunião Ordinária nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, para falar sobre a Campanha da Fraternidade 2017, que tem como lema "Cultivar e Guardar a Criação" e tema "Fraternidade: Biomas Brasileiros e Defesa da Vida" (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 23/2017 – Solicita o envio de Ofício ao Gerente de Região de Vendas I, REVEN 02, Senhor Marco Aurélio Schamends Tiscoski, convidando-o a participar de Reunião Ordinária para discorrer sobre a disponibilidade dos serviços postais e do sistema de segurança aos usuários da Agência de Correios e Telégrafos de Urussanga (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 24/2017 – Requer o envio de expediente ao Gerente de Região de Vendas I, REVEN 02, de Tubarão, Senhor Marco Aurélio Schamends Tiscoski e à Gerente Administrativo da Agência de Correios e Telégrafos de Urussanga, Senhora Liliam Abatti, solicitando providências urgentes quanto à implementação de sistema de segurança aos usuários (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 25/2017 - Requer que seja enviado ofício ao Senhor Anselmo Pizzolo Junior, Presidente Administrativo da x.PNG Incorporadora, convidando-o a participar de reunião ordinária para falar sobre o Programa LAR LEGAL no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 26/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio dos setores competentes, seja procedido serviços de manutenção da Rodovia dos Mineiros e Rodovia José Pedro Neves, neste Município (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB, e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 27/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Obras, sejam viabilizados

serviços de drenagem e pavimentação em toda extensão da Rua Orci Silva Bez Batti, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 28/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio do setor competente, seja procedido serviços de pavimentação da calçada de pedestres no início da Rua Pordenoni, Bairro Nova Itália, no Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 29/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio dos setores competentes, seja procedido serviços de manutenção da estrada geral com início na Lanchonete do Bocardo até encontrar o Cemitério Municipal de Rio Maior, neste Município (Autoria – Vereador Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 30/2017 – Sugere ao Poder Executivo através do setor competente, seja providenciada a limpeza e desassoreamento do Rio dos Americanos, que corta o Centro da cidade de Urussanga e do Rio Caeté (Bairro da Estação) em razão dos acúmulos de sujeiras, capinzais, lixo, detritos e outros sedimentos que impedem o curso natural das águas (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 11 DE ABRIL DE 2017, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO PADRE DANIEL PAGANI, PÁROCO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE URUSSANGA, PARA FALAR SOBRE A CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2017, QUE TEM COMO LEMA "CULTIVAR E GUARDAR A CRIAÇÃO" E TEMA "FRATERNIDADE: BIOMAS BRASILEIROS E DEFESA DA VIDA", EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 22/2017.

Ordem do Dia:

Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 04/2017 (Autoria – Comissão de Finanças, Tributação e Orçamento). Emenda apresentada em Plenário. Aprovada por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 04/2017 – Aprova a prestação de contas do Município de Urussanga, relativas ao exercício de 2015, conforme parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nos autos do processo nº PCP-16/00110603 (Autoria – Comissão de Finanças, Tributação e Orçamento). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 27/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que, através do setor competente, encaminhe à Casa Legislativa informações relacionadas a processo de licitação para contratação de médicos especialistas (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 31/2017 – Sugere ao Poder Executivo que encaminhe ao setor competente, com a máxima urgência, a manutenção da estrada que liga as comunidades de Santa Luzia a São Pedro, via Rio Carvalho (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 18 DE ABRIL DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 06/2017 – Concede redução nos valores das multas e juros de qualquer espécie, incidentes sobre os débitos devidos para com a Fazenda Pública Municipal, inscritos em dívida ativa ou não, e/ou notificados, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 28/2017 – Solicita que seja enviado expediente à Senhora Izoete Duarte Vieira Gastaldon, Diretora da Secretaria de Saúde, convidando-a a participar de reunião ordinária nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, ou para que indique pessoa habilitada para falar a assistência farmacêutica prestada no Município de Urussanga (Autoria – Vereadores Gilson Casagrande/PP, José Carlos José/PP e Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 29/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo, para que seja encaminhada a esta Casa Legislativa relação das entidades beneficiadas pela Prefeitura com auxílio financeiro ou subvenção social no período de janeiro de 2017 até a presente data (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 32/2017 – Sugere ao Poder Executivo que envide esforço para o cumprimento da Lei nº 2.262, de 9 de julho de 2007, que "dispõe sobre o controle populacional, proteção e esterilização, sua posse responsável e o controle de zoonoses no Município de Urussanga" (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· DÉCIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 25 DE ABRIL DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 01/2017 – Dispõe sobre a transferência de recursos necessários para manutenção do Serviço de Verificação de Óbitos – SVO, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 03/2017 (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 03/2017 – Outorga o título honorífico de Diploma do Mérito de Urussanga à Senhora Silvana De Bona,

e dá outras providências (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 30/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que, através do setor competente, encaminhe a esta Casa Legislativa informações relacionadas ao Processo de Sindicância/Disciplinar nº 438/2011 (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 31/2017 – Solicita que seja enviado expediente ao Comandante da Polícia Militar da Comarca de Urussanga, Senhor Anderson Galdino Torres de Oliveira, convidando-o a participar de Reunião Ordinária nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, para falar sobre as multas aplicadas por meio das câmeras instaladas recentemente no Município de Urussanga (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 33/2017 – Sugere ao Poder Executivo que encaminhe ao setor competente (SAMA), com a máxima urgência, a manutenção do calçamento em frente à Igreja São Francisco de Assis, na Rua Lauri Cardoso, no Bairro Bel Recanto, neste Município (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 2 DE MAIO DE 2017.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 32/2017 – Requer a realização de audiência pública para tratar de assuntos relacionados à segurança pública no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 33/2017 – Solicita que seja enviado expediente ao Senhor Doutor Anderson Lodetti Cunha Oliveira, Procurador da República atuando no Município de Criciúma, convidando-o a participar de Reunião Ordinária nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, para falar sobre o processo de recuperação ambiental das áreas degradadas pela exploração do carvão no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 34/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que, através do setor competente, encaminhe à Casa Legislativa informações relacionadas ao Loteamento Pelegrin, no Bairro Morro da Glória, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 35/2017 – Solicita o envio de expediente ao Chefe do Poder Executivo do Município de Urussanga, solicitando informações a respeito dos andamentos da obra de revitalização da Praça Anita Garibaldi (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

· DÉCIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 9 DE MAIO DE 2017.

Ordem do Dia:

Não houve matérias.

· DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 16 DE MAIO DE 2017, QUE, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 31/2017, CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO COMANDANTE DA POLÍCIA MILITAR DA COMARCA DE URUSSANGA, CAPITÃO ANDERSON GALDINO TORRES DE OLIVEIRA, PARA FALAR SOBRE AS MULTAS APLICADAS POR MEIO DAS CÂMERAS INSTALADAS RECENTEMENTE NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA.

Ordem do Dia:

Moção nº 04/2017 – Solicita o envio de Moção de Congratulação e Aplausos ao Lions Clube de Urussanga, em razão da comemoração dos seus 55 (cinquenta e cinco) anos de fundação e atividades voluntárias, a serem completados no dia 1º de junho de 2017, bem como pelos 100 (cem) anos de fundação no âmbito internacional (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 34/2017 – Sugere ao Poder Executivo, através da Comissão Municipal de Trânsito, a colocação de "Guard Rail", também chamado de "defensa", na Rua Raul Zeferino Mafra, entrada do Bairro Bela Vista pela Rodovia SC-108, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 35/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio do setor competente, proceda serviços de manutenção da Rodovia Rony Zaniboni, com início na Rodovia SC-108 até a divisa com o Município de Orleans, na localidade de Pindotiba (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 36/2017 – Sugere ao Poder Executivo a realização de estudos no sentido de criar, através de lei, o cargo de GARI no Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 23 DE MAIO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 07/2017 – Autoriza o Chefe do Poder Executivo a celebrar convênio com a Companhia Integrada de Desenvolvimento

Agrícola de Santa Catarina – CIDASC, tendo como objetivo a cessão de servidor público municipal para fins de dar suporte à execução das ações de Inspeção de Produtos de Origem Animal – IPOA, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 36/2017 – Solicita que o Poder Executivo encaminhe a esta Casa Legislativa a relação atualizada de todos os funcionários/servidores nomeados/contratados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal para cargos em comissão, cargos de natureza terceirizada, de contrato temporário e indeterminado, estagiários e outros, que tenham parentesco de primeiro, segundo e terceiro grau civil com membros dos Poderes Executivo (Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Diretores, Assessores Especiais, Autarquia) e Legislativo Municipal (Vereadores), bem como dos demais ocupantes de cargos, empregos ou funções públicas da Administração Direta e Indireta Municipal (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 37/2017 – Sugere ao Poder Executivo municipal a fixação na rede pública municipal de atendimento médico e de exames laboratoriais a seguinte mensagem: “prioridade de atendimento ao idoso no agendamento de consultas e exames laboratoriais” (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· DÉCIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2017, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DO SENHOR JAIR FURLAN, PRESIDENTE DO LIONS CLUBE DE URUSSANGA, PARA ENTREGA DA MOÇÃO Nº 04/2017, CONCEDIDA À ENTIDADE EM RAZÃO DE SEUS CINQUENTA E CINCO ANOS DE FUNDAÇÃO E ATIVIDADES VOLUNTÁRIAS, A SEREM COMPLETADOS NO DIA PRIMEIRO DE JUNHO DE 2017, BEM COMO PELOS CEM ANOS DE FUNDAÇÃO NO ÂMBITO INTERNACIONAL.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 37/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que, através do setor competente, encaminhe à Casa Legislativa informações sobre os motivos da paralização da obra de pavimentação da Rua Orci Silva Bez Batti, no Bairro Bela Vista, neste Município (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· DÉCIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 6 DE JUNHO DE 2017, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DA SENHORA MARLENE ZANIN, PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – CONDEMA, PARA FALAR SOBRE OS TRABALHOS REALIZADOS PELA ENTIDADE EM 2016, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 07/2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PL nº 03/2017 – Denomina “Centro Municipal de Educação Infantil Professor Dirceo Maccari” a Escola de Educação Infantil CEI Amor Inocente, localizada no Bairro Rio América Alto, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 39/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal para que, através do setor competente, encaminhe à Casa Legislativa informações relacionadas à contratação/nomeação com gratificação do Diretor de Departamento na Secretaria de Administração (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 40/2017 – Solicita que seja enviado expediente à Superintendente da Caixa Econômica Federal de Criciúma, Senhora Denise de Souza dos Santos, convidando-a a participar de reunião ordinária nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, para falar sobre o andamento da obra do Conjunto Habitacional Bom Jesus II (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 41/2017 – Solicita que seja enviado expediente à Gerente Regional de Educação – GERED de Criciúma, Senhora Jucilene Antônio Fernandes, convidando-a a participar de reunião ordinária nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, para falar sobre os encaminhamentos necessários a fim de resolver substituição da Direção da Escola Educação Básica Barão do Rio Branco (Autoria – Vereadores Jair Nandi/PSD e Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 38/2017 – Sugere ao Poder Executivo Municipal que, antes de qualquer definição para instalação de câmeras de videomonitoramento nos bairros do Município, realize reuniões com as comunidades e associações de bairros, com o fito de definir os locais mais adequados para sua colocação (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovada por unanimidade.

· VIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 13 DE JUNHO DE 2017, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DO SENHOR ANSELMO PIZZOLO JÚNIOR, PRESIDENTE ADMINISTRATIVO DA X.PNG INCORPORADORA, PARA FALAR SOBRE O PROGRAMA “LAR LEGAL” NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 25/2017.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 42/2017 – Solicita a presença do Secretário Estadual da Infraestrutura, Senhor Luiz Fernando Cardoso, para falar sobre a revitalização das Rodovias SC-445 e SC-108, bem como do projeto de asfaltamento da rodovia de acesso ao Bairro Santana (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 43/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que, através do setor competente, encaminhe à Casa Legislativa informações relacionadas ao processo de licitação relacionado à XVII Festa do Vinho de Urussanga (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 44/2017 – Requer o envio de ofícios ao Secretário de Infraestrutura do Estado de Santa Catarina, Senhor Luiz Fernando Vampiro; ao Superintendente Regional-Sul do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, Senhor Lourival Pizzolo; e ao Secretário

Regional de Criciúma – ADR, Senhor João Rosa Filho Fabris, solicitando que seja realizada a pavimentação asfáltica da Rodovia SC-445, no trecho Urussanga a Siderópolis (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 39/2017 – Sugere ao Presidente da Comissão Municipal de Trânsito a adoção de providências quanto à melhoria das condições de tráfego da Avenida Ouro Negro, no Bairro Santana, com a instalação de lombada física, próximo à saída para Santana (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 40/2017 – Sugere ao Poder Executivo que sejam feitos estudos no sentido de isentar as instituições religiosas de cobrança da utilização de espaços públicos localizados no Parque Municipal “Ado Cassetari Vieira” (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19 DE JUNHO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PL nº 02/2017 – Denomina via pública “Liege Damiani Mazzucco” no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador João Batista Bom/PDT). Aprovado por unanimidade.

· VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 20 DE JUNHO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 08/2017 – Ratifica as alterações realizadas no protocolo de intenções, consubstanciado no contrato de consórcio público do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 10/2017 – Autoriza a suplementar item orçamentário vigente, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 05/2017 – Dispõe sobre normas específicas em matéria de licitações e contratos administrativos no âmbito do Município de Urussanga (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 45/2017 – Solicita a presença do Senhor Ney da Nóbrega Ribas, Diretor do Observatório Social do Brasil, para falar sobre as atividades do Observatório Social do Brasil (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 41/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio dos setores competentes, seja procedido, com urgência, os serviços de manutenção estrutural da ponte localizada no Bairro Rio Molha, nas proximidades da residência do Senhor Ilmo Alves, neste Município (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Caccitori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 26 DE JUNHO DE 2017.

Ordem do Dia:

Emenda Aditiva ao Projeto de Lei PL nº 04/2017 (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Emenda Modificativa ao Projeto de Lei PL nº 04/2017 (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 04/2017 – Acresce a alínea “f” e altera a alínea “c” do art. 7º e altera a alínea “a” do art. 10, todos da Lei nº 1.488 de 5 de abril de 1994 (Autoria – Vereador João Batista Bom/PDT). Aprovado por unanimidade.

· VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 27 DE JUNHO DE 2017, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DE REPRESENTANTE DA COMISSÃO CENTRAL ORGANIZADORA DA FESTA “RITORNO ALLE ORIGINI”, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EVENTO, EM ATENDIMENTO À LEI Nº 2.512, DE 18 DE AGOSTO DE 2011.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 14/2017 – Concede revisão geral anual, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 42/2017 – Sugere ao Poder Executivo a elaboração de projeto de lei que visa à criação da Faixa Prefeital, como distintivo do cargo de Prefeito do Município de Urussanga (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovada por todos.

Indicação nº 43/2017 – Sugere ao Poder Executivo que determine ao setor competente a colocação de uma lixeira na Rua Dante Martinhaço, Loteamento Carol, neste Município (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por todos.

· VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 4 DE JULHO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 13/2017 – Autoriza a desapropriação da área de terra de 208,60m2, de propriedade da Diocese de Criciúma – Paróquia Nossa Senhora da Conceição (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 46/2017 – Solicita a presença da Senhora Suzana Conceição Darella Souza, representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Urussanga, para falar sobre o novo regime jurídico dos Servidores Públicos Municipais (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 47/2017 – Solicita a presença do Senhor Filipo De Brida, Diretor do SAMAE, para falar sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico de Urussanga, em especial ao disposto no art. 6º, da Lei Municipal nº 2.515, de 29 de setembro de 2011 (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 48/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, através do setor competente, à luz do art. 46, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, para que preste informações relacionadas às construções e serviços de recuperação de pontes no Município de Urussanga, no período de janeiro a 30 de junho de 2017 (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 44/2017 – Solicita ao Prefeito Municipal de Urussanga, através do setor competente, estudo de priorização de pavimentação de estradas municipais, identificando as ruas e definindo critérios para aplicação de recursos estaduais e federais (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 45/2017 – Solicita ao Prefeito Municipal de Urussanga que, através do setor competente, seja instituída Comissão Especial para promover estudos quanto à reformulação do Código Tributário (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 46/2017 – Solicita ao Prefeito Municipal de Urussanga que, através do setor competente, seja previsto no PPA de 2016-2019 os percentuais descritos em lei destinados aos fundos dos Conselhos Municipais (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 47/2017 – Sugere ao Poder Executivo que ceda, a título oneroso ou gratuito, o espaço da Praça D' Itália, localizada no Parque Municipal Ado Cassetari Vieira, para realização do Baile Regional da Terceira Idade (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovado por cinco votos favoráveis e três abstenções.

Indicação nº 48/2017 – Sugere ao Poder Executivo que encaminhe ao setor competente, com a máxima urgência, a adoção de medidas a fim de instalar barreira física no início da Rua Bergman, no Bairro Nova Itália (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 49/2017 – Sugere ao Chefe do Poder Executivo Municipal a tomada de medidas no que tange à regularização da exploração dos serviços funerários no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· VIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 11 DE JULHO DE 2017.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 49/2017 – Solicita que seja enviado expediente aos Senhores Lauro Teodoro Reis, Diretor de Tiro do Estado de Santa Catarina, e Edmilson Martins, Presidente do Clube de Caça e Tiro de Urussanga, convidando-os a participarem de reunião ordinária nesta Casa Legislativa, em data de conveniência para falar sobre a prática desse esporte, as atividades desenvolvidas e os projetos no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Gilson Casagrande/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 50/2017 – Solicita ao Prefeito Municipal de Urussanga, através do setor competente, que seja estudada a possibilidade de transferência da execução e cobrança da coleta de lixo para o SAMAE (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 51/2017 – Solicita ao Prefeito Municipal de Urussanga, através do setor competente, que estude a possibilidade da criação da "Casa dos Conselhos de Urussanga", através de Projeto de Lei do Poder Executivo (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 52/2017 – Sugere ao Poder Executivo interceder junto à EFLUL – Empresa Força e Luz de Urussanga Ltda, para instalação de postes com luminárias na Rua Orcy Silva Bez Batti, com início em frente à residência de nº 88 a 515, no Bairro Bela Vista, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Moção nº 05/2017 – Manifesta congratulação e aplausos à Câmara de Dirigentes Lojistas de Urussanga (CDL), pela passagem dos 40 anos de fundação (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

· VIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 1º DE AGOSTO DE 2017, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DA SENHORA SHEILA ZOMER BOZA, PRESIDENTE DA CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE URUSSANGA, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 05/2017, CONCEDIDA À ENTIDADE EM RAZÃO DO ANIVERSÁRIO DE 40 (QUARENTA) ANOS DE SUA FUNDAÇÃO.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PL nº 07/2017 – Dispõe sobre a instituição de equipe de transição governamental pelo candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal, e dá outras providências (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 50/2017 – Solicita o envio de expediente ao Senhor Lourival Pizzolo, Superintendente Regional Sul do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, e ao Senhor João Rosa Filho Fabris, Secretário Regional de Criciúma – ADR, solicitando, com a máxima urgência, roçada na Rodovia SC-108 (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 53/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, através do setor competente, seja providenciada a limpeza e o desassoreamento do Rio Palmeira Alta e o levantamento do nível da estrada nas proximidades da ponte de divisa com o Município de Urussanga e Orleans (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· VIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 8 DE AGOSTO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei Complementar PLC PE nº 01/2017 – Altera os anexos 4-A e 4-B, da Lei Complementar nº 8, de 1º de julho de 2008 e alterações, que “dispõe sobre o zoneamento de uso e ocupação do solo do Município de Urussanga, e dá outras providências” (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei Complementar PLC PL nº 01/2017 – Oficializa a fundação, denominação e extensão territorial de Rio América, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei PE nº 12/2017 (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 12/2017 – Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 1.863, de 7 de dezembro de 2001 (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 05/2017 – Outorga título honorífico de Cidadania Benemerita ao Senhor Sérgio Costa, e dá outras providências (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 06/2017 – Outorga o título honorífico de Cidadania Benemerita ao Senhor Geraldo Custódio, e dá outras providências (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 07/2017 – Outorga título honorífico de Cidadania Benemerita ao Senhor Sérgio Roberto Maestrelli, e dá outras providências (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 08/2017 – Outorga título honorífico de Diploma do Mérito ao Jair de Ávila, e dá outras providências (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 51/2017 – Solicita o envio de expediente ao Prefeito Municipal de Urussanga, solicitando informações acerca da manutenção preventiva de máquinas, equipamentos e veículos da frota do Município de Urussanga (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 06/2017 – Manifesta apoio à Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 238/2017, proposta pela Deputada Federal Luciane Carminatti, que estabelece o repasse de, no mínimo, 30% do FUNCULTURAL aos Municípios que possuam Fundo de Cultura, Plano de Cultura e órgão colegiado oficialmente instituído para a gestão democrática e transparente dos recursos culturais, em que a sociedade civil tenha representação, no mínimo, paritária (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Moção nº 07/2017 – Envia Moção de Congratulações e de Aplausos ao Senhor Valdir Magagnin, pelos relevantes serviços prestados e conquistas com reflexos positivos nas Comunidades de São Pedro e Morro da Lagoa, em Urussanga (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 15 DE AGOSTO DE 2017, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DOS SENHORES LAURO TEODORO REIS E EDMILSON MARTINS, RESPECTIVAMENTE, DIRETOR DE TIRO DO ESTADO DE SANTA CATARINA E PRESIDENTE DO CLUBE DE CAÇA E TIRO DE URUSSANGA, QUE IRÃO DISCORRER ACERCA DA PRÁTICA DESSE ESPORTE, AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS E OS PROJETOS PARA O MUNICÍPIO DE URUSSANGA.

Ordem do Dia:

Emenda Aditiva nº 01/2017 ao Projeto de Resolução PR nº 02/2017 (Autoria – Vereadores Gilson Casagrande/PP, João Batista Bom/PDT, José Carlos José/PP e Odivaldo Bonetti/PP). Rejeitada por 4 (quatro) votos favoráveis e 5 (cinco) votos contrários.

Emenda Substitutiva nº 01/2017 ao Projeto de Resolução PR nº 02/2017 (Autoria – Vereadores Gilson Casagrande/PP, João Batista Bom/PDT, José Carlos José/PP e Odivaldo Bonetti/PP). Rejeitada por 4 (quatro) votos favoráveis e 5 (cinco) votos contrários.

Emenda Supressiva nº 01/2017 ao Projeto de Resolução PR nº 02/2017 (Autoria – Vereadores Gilson Casagrande/PP, João Batista Bom/PDT, José Carlos José/PP e Odivaldo Bonetti/PP). Rejeitada por 4 (quatro) votos favoráveis e 5 (cinco) votos contrários.

Projeto de Resolução PR nº 02/2017 – Altera dispositivos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereadores Marcos Roberto Silveira/PT, Jair Nandi/PSD, Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB, Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB, João Batista Bom/PDT). Rejeitada por 4 (quatro) votos favoráveis e 5 (cinco) votos contrários.

Indicação nº 54/2017 – Solicita ao Prefeito Municipal de Urussanga, através do setor competente, que estude a possibilidade de parcelamento do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis – ITBI, através de Projeto de Lei do Poder Executivo (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 55/2017 – Sugere ao Poder Executivo determinar o setor competente, proceder aos serviços de reposição de luminárias na Rodovia SC- 108, defronte à residência do Senhor Itamar Dezan,, proximidades da Escola Municipal Sementinha do Futuro, na localidade de Rio Maior, neste Município (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· VIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 22 DE AGOSTO DE 2017.

Ordem do Dia:

Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei PE nº 17/2017 (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Projeto original com tramitação em regime de urgência. Aprovada por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 17/2017 – Cria Faixa Prefeital, como distintivo do cargo de Prefeito do Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto com tramitação em regime de urgência. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 18/2017 – Homologa o Protocolo Municipal referente à Política Municipal de Assistência Farmacêutica no âmbito do Sistema Municipal de Saúde, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto com tramitação em regime de urgência. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 15/2017 – Autoriza abertura de crédito adicional especial no orçamento vigente, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução nº 03/2017 – Aprova proposta orçamentária da Câmara Municipal de Urussanga, para o exercício de 2018 (Autoria – Mesa Diretora). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 52/2017 – Requer o envio de expedientes ao Superintendente Regional-Sul do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, Senhor Lourival Pizzolo; e ao Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, Senhor Wanderley Teodoro Agostini, solicitando para que intercedam urgentemente para a colocação de lombadas eletrônicas ou físicas, mais especificamente em frente ao estabelecimento comercial denominado Faquim Auto Center (apenas referência), localizado junto à Rodovia SC-108, no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 53/2017 – Requer o envio de expedientes ao Superintendente Regional-Sul do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, Senhor Lourival Pizzolo; e ao Presidente do Departamento Estadual de Infraestrutura - DEINFRA, Senhor Wanderley Teodoro Agostini, solicitando para que intercedam urgentemente na melhoria na Rodovia Genésio Mazzon (SC-445) compreendida no trecho Urussanga/Morro da Fumaça, com as seguintes providências: a) colocação de placas de sinalizações de limite de velocidade e alertas de animais na pista ; b) pinturas das faixas; c) melhoria da iluminação no trecho; e d) construção de lombadas (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 54/2017 – Requer seja enviado ofício à Senhora Maria Alice Júlio Batista, responsável pela Biblioteca Pública de Urussanga, convidando-a para participar de reunião ordinária para falar sobre a II Quinzena da Pluralidade Cultural (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 56/2017 – Sugere ao Poder Executivo, através do setor competente, que providencie a criação de vaga de estacionamento reservada a deficientes físicos e idosos, na Rua Barão do Rio Branco (em frente ao consultório do Dr. Cirilo - apenas referência), Bairro Centro, neste Município (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 57/2017 – Sugere ao Poder Executivo a construção de uma guarita municipal em local estratégico do Parque Municipal “Ado Caccetari Vieira”, para acomodação de vigia (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 58/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, através do setor competente, realize estudos no sentido de adaptar o posicionamento do monumento composto por trilhos e vagonetas de carvão, parte integrante do Portal localizado na entrada do Município, no trevo da Rodovia SC-108, Bairro da Estação (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· VIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 29 DE AGOSTO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PL nº 09/2017 – Denomina “Escola Municipal Alda Brognoli Marcon” a Escola Municipal Núcleo Rio Caeté, localizada no Bairro Rio Caeté, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 55/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que, através do setor competente, encaminhe a esta Casa Legislativa cópia dos processos administrativos integrais referentes a Processos Seletivos de Estágio para estudantes do Ensino de Níveis Médio e Superior executados no exercício de 2017 (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 59/2017 – Solicita ao Prefeito Municipal de Urussanga o estudo de implantação de lombada física na Rua Capanema, no Bairro de Santana (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 60/2017 – Solicita ao Prefeito Municipal de Urussanga o estudo de implantação de lombada física na Rua Celso Barbosa, no Bairro Santana (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

· TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 5 DE SETEMBRO DE 2017, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DOS POLICIAIS MILITARES, SOLDADOS IARA CREPALDI E WANDERSON RICARDO DE CARVALHO, E DO SENHOR LEOMAR SÉRGIO GOULART, PARA RECEBIMENTO DE MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS CONCEDIDA EM RAZÃO DE ATO DE BRAVURA DURANTE OPERAÇÃO MILITAR NA LOCALIDADE DE RIO CARVÃO, NO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, QUE RESULTOU NO SALVAMENTO DE VÍTIMA DE AFOGAMENTO.

Ordem do Dia:

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 10/2017 – Concede Medalha do Mérito de Urussanga aos integrantes do Grupo “Amici Della Polenta”, e dá outras providências (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 61/2017 – Sugere ao Poder Executivo, através do setor competente (SAMAE), providenciar a instalação de 1 (um) hidrante no Bairro Belvedere, no Município de Urussanga, em especial, na Estrada Geral Belvedere, ao lado da Igreja Católica São Miguel (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovada por unanimidade.

· TRIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 12 DE SETEMBRO DE 2017, QUE CONTOU COM A PRESENÇA DOS SENHORES BERNARDO OLIVEIRA DA SILVA E LUIZ FERNANDO RODRIGUES DA SILVA, PARA RECEBIMENTO DA MOÇÃO Nº 08/2017; E CONTOU COM A PRESENÇA TAMBÉM DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA XVII FESTA DO VINHO DE URUSSANGA, PARA PRESTAÇÃO DE CONTAS, NA FORMA DA LEI Nº 927, DE 13 DE AGOSTO DE 1984.

Ordem do Dia:

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 11/2017 – Concede o Diploma do Mérito Comunitário ao Senhor Luiz Fernando Rodrigues da Silva, e dá outras providências (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 10/2017 – Solicita o envio de Moção de Congratulação e Aplausos ao advogado e escritor Mauro Felipe, pelo lançamento de seu 4º livro, com o título “Humanos”, na 18ª edição da Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro (Autoria – Vereador Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· TRIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19 DE SETEMBRO DE 2017, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DAS SENHORAS JUCÉLIA VARGAS VIEIRA DE JESUS E SUZANA CONCEIÇÃO DARELLA SOUZA, PRESIDENTES, RESPECTIVAMENTE, DOS SINDICATOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CRICIÚMA E URUSSANGA, RESPECTIVAMENTE, PARA TRATAREM DO NOVO REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE URUSSANGA, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 46/2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 22/2017 – Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a auxiliar financeiramente os atletas amadores e profissionais que participarem de eventos e competições esportivas, representando o Município de Urussanga, o Estado de Santa Catarina ou a Federação e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei Complementar PL nº 02/2017 – Dispõe sobre normas referentes às áreas de preservação existentes nas faixas marginais do curso d’água do Rio dos Americanos, situado em zona urbana municipal, e dá outras providências (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 10/2017 – Denomina via pública “Antonio Luiz Serafin”, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador João Batista Bom/PDT). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 11/2017 – Assegura ao cônjuge ou convivente do consumidor de serviços públicos o direito de solicitar a inclusão do seu nome na fatura mensal de consumo (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 12/2017 – Institui a Semana Municipal da Cultura Evangélica no âmbito do Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 56/2017 – Requer o envio de expediente ao Diretor Geral da Empresa de Eletrificação de Urussanga Ltda - EFLUL, Senhor Rogério Nichele Rocha, solicitando a implantação de postes com luminária, na Rua Orcy Silva Bez Batti, Bairro Bela Vista, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 57/2017 – Requer o envio de expediente ao Diretor da Empresa de Eletrificação de Urussanga Ltda - EFLUL, Senhor

Rogério Nichele Rocha, solicitando a realização de estudos para viabilização da implantação de Portal da Transparência na entidade, no intuito de garantir e ampliar a transparência da gestão (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovado por unanimidade.

· TRIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2017, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA SENHORA MARIA ALICE JÚLIO BATISTA, RESPONSÁVEL PELA BIBLIOTECA PÚBLICA DE URUSSANGA, PARA TRATAR SOBRE A II QUINZENA DA PLURALIDADE CULTURAL, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 54/2017.

Ordem do Dia:

Emenda Aditiva nº 01 ao Projeto de Lei PE nº 20/2017 (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

Emenda Aditiva nº 02 ao Projeto de Lei PE nº 20/2017 (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei PE nº 20/2017 (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

Emenda Modificativa nº 02 ao Projeto de Lei PE nº 20/2017 (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

Emenda Modificativa nº 05 ao Projeto de Lei PE nº 20/2017 (Autoria – Vereadores Gilson Casagrande/PP, João Batista Bom/PDT, José Carlos José/PP e Odivaldo Bonetti/PP). Aprovada por unanimidade.

Emenda Supressiva nº 01 ao Projeto de Lei PE nº 20/2017 (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Emenda Supressiva nº 02 ao Projeto de Lei PE nº 20/2017 (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 20/2017 – Dispõe sobre a regulamentação da realização de feiras itinerantes de venda de produtos e mercadorias a varejo, estabelecendo normas e condições para a instalação, localização e funcionamento (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 58/2017 – Solicita que seja enviado expediente ao Senhor Henrique Viana e Silva, Engenheiro Agrônomo da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, convidando-o a participar de uma reunião nesta Casa Legislativa, em data de sua conveniência, para falar sobre o controle da tuberculose e brucelose em bovinos (Autoria – Vereador Gilson Casagrande/PP). Aprovado por unanimidade.

· TRIGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 3 DE OUTUBRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 25/2017 – Autoriza o Poder Executivo do Município de Urussanga a firmar termo de cooperação técnica com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – IFSC (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 13/2017 – Denomina via pública “Daniel Negri” no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Gilson Casagrande/PP). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução PR nº 04/2017 – Institui e constitui Comissão Especial em prol do Hospital Nossa Senhora da Conceição, e dá outras providências (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 62/2017 – Solicita ao Chefe do Poder Executivo a viabilização de estudos no sentido de promover a instalação de rede de água encanada na Comunidade de Santo Expedito (Mina Veloso) (Autoria – Vereador João Batista Bom/PDT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 63/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, através do setor competente, coloque placas de sinalização indicando o limite do peso permitido nas pontes do Município de Urussanga (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Moção nº 11/2017 – Manifesta Congratulação e Aplausos à aluna Natália Mandelli Bortolotto e à Professora Elaine Orben Rinaldi, da Apae de Urussanga, em razão da importante conquista do segundo lugar no Concurso Nacional de Cartões de Natal, realizado no Estado do Paraná, em setembro de 2017 (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

· TRIGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2017, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA ALUNA NATÁLIA MANDELLI BORTOLOTTI E DA PROFESSORA ELAINE ORBEN RINALDI, DA APAE DE URUSSANGA, PARA RECEBIMENTO DE MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS CONCEDIDA EM RAZÃO DA IMPORTANTE CONQUISTA DO SEGUNDO LUGAR NO CONCURSO NACIONAL DE CARTÕES DE NATAL, REALIZADO NO ESTADO DO PARANÁ, EM SETEMBRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Requerimento nº 60/2017 – Solicita o envio de expediente ao Superintendente do Desenvolvimento Regional Sul de Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA, Senhor Lourival Pizzolo, solicitando que sejam viabilizados os serviços de recuperação asfáltica da Rodovia SC-108, Km 346/347, próximo à casa “Vinhos Mazzucco”, em Rio Maior, Município de Urussanga (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzucco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

· TRIGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2017, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO

ADVOGADO E ESCRITOR MAURO FELIPPE, PARA RECEBIMENTO DE MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO E APLAUSOS CONCEDIDA EM RAZÃO DO LANÇAMENTO DE SEU QUARTO LIVRO, INTITULADO "HUMANOS", NA 18ª EDIÇÃO DA BIENAL INTERNACIONAL DO LIVRO DO RIO DE JANEIRO.

Ordem do Dia:

Indicação nº 64/2017 – Sugere ao Poder Executivo que determine ao setor competente a realização de estudos no sentido de viabilizar a construção de calçada com degraus no final da Rua Armando Damiani, com acesso ao Ginásio Municipal e à Unidade de Saúde Central Anna Alaíde Pereira Bettiol, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· TRIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 24 DE OUTUBRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 19/2017 – Dispõe sobre as Diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Urussanga, para o exercício de 2018 (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 23/2017 – Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Urussanga para o quadriênio 2018/2021, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 24/2017 – Estima a receita e fixa a despesa do Município de Urussanga para o exercício de 2018 (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

· TRIGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei Complementar PLC PE nº 06/2017 – Inclui dispositivos na Lei Complementar nº 15, de 27 de setembro de 2016 que menciona, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 26/2017 – Autoriza o SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Urussanga a receber por doação o imóvel que menciona (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 28/2017 – Autoriza remanejar dotações na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 29/2017 – Autoriza o Poder Executivo do Município de Urussanga a firmar convênio com o Criciúma Esporte Clube e com a Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 12/2017 – Concede Medalha do Mérito de Urussanga ao Senhor Valdir Cechinel Filho, e dá outras providências (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 13/2017 – Outorga Medalha do Mérito de Urussanga ao Senhor Eduardo Trombim, e dá outras providências (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 61/2017 – Requer que seja enviado ofício à Escritora Marcia Marques Costa, Presidente da Academia de Letras de Urussanga, convidando-a para participar de reunião ordinária para falar sobre o lançamento do livro Nevinho – Memórias de um Sonhador (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 62/2017 – Solicita o envio de expediente ao Senhor Kleber Affânio, Diretor Institucional da TIM Telecomunicações, solicitando informações a respeito do cronograma de instalação do sinal de internet 3G no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 63/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal para que, através do setor competente, encaminhe à Casa Legislativa relação contendo nomes de todos os motoristas de veículos de emergência (ambulâncias), de comprovada habilitação, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB e Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 65/2017 – Sugere que o Poder Executivo, através do setor competente, providencie a construção de uma parada de ônibus bem como a implantação de abrigo, no local que menciona (Autoria – Vereador José Carlos José/PP). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 66/2017 – Sugere ao Poder Executivo que determine ao setor competente a realização de estudos no sentido de viabilizar a construção de calçada em degraus no final da Rua Armando Damiani, com acesso ao Ginásio Municipal e à Unidade de Saúde Central Anna Alaíde Pereira Bettiol, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 67/2017 – Solicita ao Prefeito de Urussanga, através do setor competente, que seja instalada na Rua Raimundo Cittadin, ao lado do Bar Centro, placa indicativa de carga e descarga (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 68/2017 – Solicita ao Prefeito de Urussanga, através do setor competente, que sejam previstas no Plano de Acessibilidade

Municipal vagas de estacionamento para cadeirantes, com projeto conforme ABNT NBR 9050:2004 (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 69/2017 – Solicita ao Prefeito de Urussanga, através do setor competente, que seja enviada a presente Indicação à Comissão Municipal de Trânsito, sugerindo a delimitação do perímetro da via utilizando tachões refletivos viários, ou meio que a legislação permita; a delimitação do passeio público utilizando tachões refletivos viários, ou meio que a legislação permita; e a inclusão de faixa de pedestre no mesmo ponto (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 70/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, por meio do setor competente, sejam viabilizadas a drenagem e a pavimentação das vias públicas Saul Quaresimin e Travessa Hugo Dezan, localizadas no Bairro Bela Vista, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· TRIGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 7 DE NOVEMBRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 14/2017 – Denomina “Antonio Gonzaga Nunes” a Unidade Básica de Saúde localizada no Bairro da Estação, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 31/2017 – Altera a Lei nº 2.641/2013 no que menciona, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 64/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, para que, através do setor competente, encaminhe a esta Casa Legislativa informações relacionadas à disponibilização dos espaços do Parque Municipal Ado Cassetari Vieira (Autoria – Vereadores Marcos Roberto Silveira/PT e Elson Roberto Ramos/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 65/2017 – Requer que seja enviado ofício à Escritora Karla Ribeiro, organizadora do livro “Origini”, convidando-a a participar de reunião ordinária para falar sobre a história da imigração italiana no Sul de Santa Catarina (Autoria – Vereador Marcos Roberto Silveira/PT). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 71/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Obras, sejam viabilizados serviços de drenagem e pavimentação da Rua Armando Damiani, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 72/2017 – Sugere ao Poder Executivo que, através do setor competente, proceda serviços de manutenção dos campos de futebol localizados nos Bairros Dois Rios e Bom Jesus, neste Município (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 14 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DA ESCRITORA MARCIA REIS NEVES MARQUES COSTA, PRESIDENTE DA ACADEMIA DE LETRAS DE URUSSANGA, PARA FALAR SOBRE O LANÇAMENTO DO LIVRO “NEVINHO, MEMÓRIAS DE UM SONHADOR”, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 61/2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PE nº 32/2017 – Institui no calendário oficial de eventos do Município de Urussanga o Dia da Conscientização e Prevenção da Síndrome Alcoólica Fetal, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Moção nº 12/2017 – Solicita o envio de Moção de Aplausos ao atleta urussanguense Adilton Salésio Teixeira da Rocha, pela conquista do Campeonato Catarinense de Futebol Sub-17 com a equipe do Criciúma Esporte Clube (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovada por unanimidade.

Moção nº 13/2017 – Solicita o envio de Moção de Congratulação e Aplausos ao Pastor Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus, Senhor José de Bem, pelos relevantes serviços prestados há mais de 7 anos nas áreas espiritual e social no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei PL nº 15/2017 – Cria 1 (um) cargo de provimento efetivo de contador no Quadro Permanente da Câmara Municipal de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Mesa Diretora). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Resolução nº 05/2017 – Institui Comissão Especial para acompanhamento de assuntos referentes à conclusão das 55 Casas Populares do Conjunto Habitacional “Bom Jesus II”, no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 73/2017 – Sugere ao Poder Executivo que encaminhe ao setor competente (SAMA) com a máxima urgência providências

no sentido de resolver permanentemente o problema de mau cheiro na Rua Dante Martinhago, Loteamento Carol (Autoria – Vereador Jair Nandi/PSD). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 74/2017 – Sugere ao Poder Executivo que envide esforço para o cumprimento da Lei Complementar nº 553, de 30 de setembro de 1976 - Código de Postura – Seção V – Dos Anúncios de Propaganda Comercial, no Município de Urussanga (Autoria – Vereador Vanderlei Marcírio/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Decreto Legislativo PDL nº 14/2017 – Autoriza o Prefeito Municipal Luis Gustavo Cancellier a ausentar-se do Município, do País e do Cargo para representar a Cidade de Urussanga – Brasil na Itália, e dá outras providências (Autoria – Mesa Diretora). Aprovado por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2017, QUE CONTARÁ COM A PARTICIPAÇÃO DO ATLETA ADILTON SALÉZIO TEIXEIRA DA ROCHA, PARA RECEBIMENTO DE MOÇÃO DE CONGRATULAÇÃO EM RAZÃO DA CONQUISTA DO CAMPEONATO CATARINENSE DE FUTEBOL SUB-17 COM A EQUIPE DO CRICIÚMA ESPORTE CLUBE.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei Complementar nº 05/2017 – Altera dispositivos da Lei Complementar nº 14, de 27 de setembro de 2016 que menciona, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 75/2017 – Sugere ao Poder Executivo, em caráter de pronto atendimento, medidas com vistas à execução de serviços de manutenção na ponte localizada na Rua João Antônio Cascaes, Bairro Baixada Fluminense, neste Município (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 5 DE DEZEMBRO DE 2017, QUE CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DO SENHOR FILIPO DE BRIDA, DIRETOR DO SAMAE DE URUSSANGA, PARA FALAR SOBRE O PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, EM ESPECIAL DO DISPOSTO NO ART. 6º, DA LEI MUNICIPAL Nº 2.515, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011, EM ATENDIMENTO AO REQUERIMENTO Nº 47/2017.

Ordem do Dia:

Indicação nº 76/2017 – Solicita ao Prefeito Municipal de Urussanga a aplicação de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) do saldo referente ao duodécimo desta Casa Legislativa ao Hospital Nossa Senhora da Conceição de Urussanga (Autoria – Vereadores Marcos Roberto Silveira/PT, Jair Nandi/PSD, Oivaldo Bonetti/PP e Vanderlei Marcírio/PMDB). Inclusão na Ordem do Dia. Aprovada por unanimidade.

· QUADRAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Não houve matérias.

· QUADRAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei Complementar PE nº 07/2017 – Altera dispositivos da Lei Complementar nº 05/2003, com as alterações posteriores, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei PE nº 33/2017 (Autoria – Vereador Oivaldo Bonetti/PP). Emenda inclusa na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovada por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 33/2017 – Dispõe sobre a liberação de alvará de funcionamento em caráter excepcional, sem a comprovação de regularidade do imóvel (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 35/2017 – Altera dispositivos que menciona na Lei nº 2.777 de 27 de setembro de 2016 (Autoria – Poder Executivo). Projeto incluso na Ordem do Dia, com dispensa de parecer. Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 66/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal da Saúde, para que preste informações relacionadas aos gastos com procedimentos que contemplam as ações de média e alta complexidade através do CISAMREC, no período de janeiro a novembro de 2017 (Autoria – Vereadores Elson Roberto Ramos/PMDB, Vanderlei Marcírio/PMDB e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Requerimento nº 67/2017 – Solicita o envio de expediente ao Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, para que preste informações relacionadas ao número de pessoas identificadas com câncer, no Município de Urussanga (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovado por unanimidade.

Indicação nº 77/2017 – Sugere ao Poder Executivo, através da Comissão Municipal do Trânsito, a realização de estudos que possibilitem a fixação de placa de sinalização contendo o texto "Estacionamento Tempo Máximo 15min.", em frente à Farmácia Popular, localizada na Praça Anita Garibaldi (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

Indicação nº 78/2017 - Sugere ao Poder Executivo que, por meio dos setores competentes, seja procedido serviços de manutenção da estrada que dá acesso à propriedade do Senhor Reni Tezza, localidade de Rio Molha, neste Município (Autoria – Vereadora Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori/PMDB). Aprovada por unanimidade.

· QUARTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 21 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ordem do Dia:

Projeto de Lei Complementar PE nº 08/2017 – Altera o artigo 80 e dá nova redação ao Anexo II da Lei nº 777, de 30 de dezembro de 1980 – Código Tributário do Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 36/2017 – Retifica as alterações do Estatuto do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos da Região Sul – CIRSURES, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 37/2017 – Estabelece a base de cálculo para lançamento e cobrança dos tributos municipais, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PE nº 38/2017 – Autoriza a conceder subvenção social ao Hospital Nossa Senhora da Conceição de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Poder Executivo). Aprovado por unanimidade.

Projeto de Lei PL nº 18/2017 – Denomina as Rodovias Municipais UR 09 e UR 41 de "Rodovia Altair Rosalino Sandrini", no Município de Urussanga, e dá outras providências (Autoria – Vereador Odivaldo Bonetti/PP). Aprovado por unanimidade.

RELATÓRIO RESUMIDO

REUNIÕES ORDINÁRIAS: Foram realizadas 45 (quarenta e cinco) reuniões ordinárias, ocorridas às terças-feiras, às 19h (dezenove horas), no Plenário da Câmara Municipal de Urussanga.

REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS: Foram realizadas 4 (quatro) reuniões extraordinárias, respectivamente nos dias 19 e 26 de junho, no dia 23 de novembro e no dia 21 de dezembro de 2017.

REUNIÕES ESPECIAIS:

Sexta Reunião Ordinária, realizada no dia 7 de março de 2017, com parte transformada em Especial para entrega do Diploma Mulher Cidadã Urussanguense às Senhoras Irani Baldessar e Salute Cancelier Damiani, em reconhecimento às relevantes contribuições na defesa e na valorização dos direitos das mulheres e dos cidadãos.

SESSÕES SOLENES:

Sessão Solene de posse dos agentes políticos eleitos para o mandato de 2017-2020 (Luis Gustavo Cancellier – Prefeito; Décio da Silva – Vice-Prefeito; Vereadores Elson Roberto Ramos, Gilson Casagrande, Jair Nandi, João Batista Bom, José Carlos José, Marcos Roberto Silveira, Odivaldo Bonetti, Vanderlei Marcílio e Vanir Zuleima Mazzuco Cacciatori) e de instalação da Décima Oitava Legislatura, com transmissão dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito e eleição da Mesa Diretora, gestão 2017, realizada no dia 1º de janeiro de 2017, na Sociedade Recreativa Urussanga.

Sessão Solene em razão da comemoração do vigésimo quinto aniversário do Gemellaggio entre Urussanga e Longarone, com reafirmação do pacto de amizade; e da entrega de honrarias aos seguintes homenageados: Senhor Antonio Euclides de Lorenzi Cancelier – Diploma do Mérito; Senhor Fausto Bortolot – Diploma do Mérito; Senhora Marcia Reis Neves Marques Costa – Cidadania Benemerita; Senhor Oscar De Bona – Cidadania Benemerita; Senhor Ruberval Francisco Pilotto – Medalha do Mérito e Senhora Silvana De Bona – Diploma do Mérito; a realizar-se no dia 26 de maio de 2017, na Sede da Sociedade Recreativa Urussanga.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – METAS FISCAIS: Para atender ao que determina o art. 9º, §4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, foram realizadas Audiências Públicas com o objetivo de demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do Município. As audiências foram realizadas com a anuência do Presidente da Câmara Municipal de Urussanga, Marcos Roberto Silveira/PT; do Presidente da Comissão Permanente de Finanças, Tributação e Orçamento, Vereador Vanderlei Marcílio/PMDB; e do Coordenador do Controle Interno da Prefeitura Municipal, Senhor Cesar Roberto Michels. A primeira foi realizada no dia 23 de fevereiro de 2017, com referência ao terceiro quadrimestre de 2016. A segunda, por sua vez, no dia 29 de maio de 2017, acerca do primeiro quadrimestre de 2017. A terceira, por fim, ocorreu em 28 de setembro de 2017, sobre o segundo quadrimestre de 2017.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO:

Audiência Pública, que tem como objetivo tratar de assuntos relacionados a "Estacionamento Rotativo" no Município de Urussanga, debatendo o assunto, sua importância e a implantação de normativas necessárias, realizada no dia 20 de abril de 2017, na Câmara Municipal de Urussanga.

Audiência Pública, que tem como objetivo tratar de assuntos relacionados à segurança pública no Município de Urussanga, com ampla discussão do tema junto à sociedade em geral, inclusive, acerca da necessidade de implantação de câmeras de videomonitoramento como alternativa para minimizar a violência, os riscos à vida e à integridade física e moral dos cidadãos, realizada no dia 1º de junho de 2017, na Câmara Municipal de Urussanga.

PROJETOS DE LEI DO PODER EXECUTIVO – PE:

Apresentados : 38

Emendas : 19

Veto : 00

Aprovados : 32

Arquivados : 00

Rejeitados : 00

Retirados : 05

Pendentes de Votação : 01

PROJETOS DE LEI DO PODER LEGISLATIVO – PL:

Apresentados : 19

Emendas : 03

Aprovados : 13

Arquivados : 00

Rejeitados : 00

Retirados : 03

Pendentes de Votação : 03

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO PODER EXECUTIVO – PLC:

Apresentados : 07

Emendas : 00

Aprovados : 05

Arquivados : 00

Rejeitados : 00

Retirados : 02

Pendentes de Votação : 00

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR DO PODER LEGISLATIVO – PLC:

Apresentados : 02

Emendas : 00

Aprovados : 02

Arquivados : 00

Rejeitados : 00

Retirados : 00

Pendentes de Votação : 00

PROJETOS DE DECRETO LEGISLATIVO – PDL:

Apresentados : 14

Emendas : 05

Substitutivos Globais : 01

Aprovados : 12

Arquivados : 00

Rejeitados : 01

Retirados : 01

Pendentes de Votação : 00

REQUERIMENTOS:

Apresentados : 67

Emendas : 00

Aprovados : 64

Arquivados : 00

Rejeitados : 00

Retirados : 03

Pendentes de Votação : 00

INDICAÇÕES:

Apresentados : 78

Emendas : 00

Aprovados : 77

Arquivados : 00

Rejeitados : 00

Retirados : 01

Pendentes de Votação : 00

MOÇÕES:

Apresentados : 13

Emendas : 00

Aprovados : 13

Arquivados : 00

Rejeitados : 00

Retirados : 00

Pendentes de Votação : 00

PARTICIPAÇÕES NAS REUNIÕES ORDINÁRIAS:

· Primeira Reunião Ordinária, realizada no dia 31 de janeiro de 2017, que contou com a participação do Prefeito Municipal De Urussanga, em observância ao que determina o art. 46, inciso XX, da Lei Orgânica do Município de Urussanga.

· Quarta Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de fevereiro de 2017, que contou com as participações do Senhor Genoir José dos Santos, Presidente da Federação Interestadual dos Mineiros de SC, PR e RS – FETIEC, para falar sobre reforma previdenciária e trabalhista, em atendimento ao Requerimento nº 01/2017; e do Senhor Sidnei Casagrande, Presidente da Associação Comunitária do Bairro Rio Carvão, para fazer uso da Tribuna Livre, para discorrer sobre questões relacionadas ao Bairro Rio Carvão, sobretudo quanto à necessidade de pavimentação da via principal, que liga as comunidades de Rio Carvão Baixo e Alto e Santana, conforme Termo de Inscrição nº 1, de 23 de janeiro de 2017.

· Nona Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de março de 2017, que contou com a participação do Senhor Heriberto Michels, Gerente da agência da Caixa Econômica Federal em Urussanga, em atendimento ao Requerimento nº 13/2017.

· Décima Reunião Ordinária, realizada no dia 4 de abril de 2017, que contou com a participação do Senhor José de Bem, Pastor da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Urussanga, para discorrer sobre as atividades da instituição no Município, em atendimento ao Requerimento nº 12/2017.

· Décima Primeira Reunião Ordinária, realizada no dia 11 de abril de 2017, que contou com a participação do Padre Daniel Pagani, Pároco da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Urussanga, para falar sobre a Campanha da Fraternidade 2017, que tem como lema "Cultivar e Guardar a Criação" e tema "Fraternidade: Biomas Brasileiros e Defesa da Vida", em atendimento ao Requerimento nº 22/2017.

· Décima Sexta Reunião Ordinária, realizada no dia 16 de maio de 2017, que, em atendimento ao Requerimento nº 31/2017, contou com a participação do Comandante da Polícia Militar da Comarca de Urussanga, Capitão Anderson Galdino Torres de Oliveira, para falar sobre as multas aplicadas por meio das câmeras instaladas recentemente no Município de Urussanga.

· Décima Oitava Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de maio de 2017, que contou com a presença do Senhor Jair Furlan, Presidente do Lions Clube de Urussanga, para entrega da Moção nº 04/2017, concedida à entidade em razão de seus cinquenta e cinco anos de fundação e atividades voluntárias, a serem completados no dia primeiro de junho de 2017, bem como pelos cem anos de fundação no âmbito internacional.

· Décima Nona Reunião Ordinária, realizada no dia 6 de junho de 2017, que contou com a presença da Senhora Marlene Zanin, Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, para falar sobre os trabalhos realizados pela entidade em 2016, em atendimento ao requerimento nº 07/2017.

· Vigésima Reunião Ordinária, realizada no dia 13 de junho de 2017, que contou com a presença do Senhor Anselmo Pizzolo Júnior, Presidente Administrativo da X.PNG Incorporadora, para falar sobre o Programa "Lar Legal" no Município de Urussanga, em atendimento ao Requerimento nº 25/2017.

· Vigésima Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia 27 de junho de 2017, que contou com a presença de representante da Comissão Central Organizadora da Festa "Ritorno Alle Origini", para prestação de contas do evento, em atendimento à Lei nº 2.512, de 18 de agosto de 2011.

· Vigésima Quinta Reunião Ordinária, realizada no dia 1º de agosto de 2017, que contou com a presença da Senhora Sheila Zomer Boza, Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Urussanga, para recebimento da Moção nº 05/2017, concedida à entidade em razão do aniversário de 40 (quarenta) anos de sua fundação.

· Vigésima Sétima Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de agosto de 2017, que contou com a participação dos Senhores Lauro Teodoro Reis e Edmilson Martins, respectivamente, Diretor de Tiro do Estado de Santa Catarina e Presidente do Clube de Caça e Tiro de Urussanga, que irão discorrer acerca da prática desse esporte, as atividades desenvolvidas e os projetos para o Município de Urussanga.

· Trigésima Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de setembro de 2017, que contou com a presença dos Policiais Militares, Soldados Iara Crepaldi e Wanderson Ricardo de Carvalho, e do Senhor Leomar Sérgio Goulart, para recebimento de Moção de Congratulação e Aplausos concedida em razão de ato de bravura durante operação militar na localidade de Rio Carvão, no Município de Urussanga, que resultou no salvamento de vítima de afogamento.

· Trigésima Primeira Reunião Ordinária, realizada no dia 12 de setembro de 2017, que contou com a presença dos Senhores Bernardo

Oliveira da Silva e Luiz Fernando Rodrigues da Silva, para recebimento da Moção nº 08/2017; e contou com a presença também da Comissão Central Organizadora da XVII Festa do Vinho de Urussanga, para prestação de contas, na forma da Lei nº 927, de 13 de agosto de 1984.

· Trigesima Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia 19 de setembro de 2017, que contou com a participação das Senhoras Jucélia Vargas Vieira de Jesus e Suzana Conceição Darella Souza, Presidentes, respectivamente, dos Sindicatos dos Servidores Públicos Municipais de Criciúma e Urussanga, respectivamente, para tratarem do novo Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Urussanga, em atendimento ao Requerimento nº 46/2017.

· Trigesima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 26 de setembro de 2017, que contou com a participação da Senhora Maria Alice Júlio Batista, responsável pela Biblioteca Pública de Urussanga, para tratar sobre a II Quinzena da Pluralidade Cultural, em atendimento ao Requerimento nº 54/2017.

· Trigesima Quinta Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de outubro de 2017, que contou com a participação da aluna Natália Mandelli Bortolotto e da Professora Elaine Orben Rinaldi, da APAE de Urussanga, para recebimento de Moção de Congratulação e Aplausos concedida em razão da importante conquista do segundo lugar no Concurso Nacional de Cartões de Natal, realizado no Estado do Paraná, em setembro de 2017.

· Trigesima Sexta Reunião Ordinária, realizada no dia 17 de outubro de 2017, que contou com a participação do advogado e escritor Mauro Felipe, para recebimento de Moção de Congratulação e Aplausos concedida em razão do lançamento de seu quarto livro, intitulado "Humanos, na 18ª Edição da Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro.

· Quadragésima Reunião Ordinária, realizada no dia 14 de novembro de 2017, que contou com a participação da Escritora Marcia Reis Neves Marques Costa, Presidente da Academia de Letras de Urussanga, para falar sobre o lançamento do livro "Nevinho, Memórias de um Sonhador", em atendimento ao Requerimento nº 61/2017.

· Quadragésima Segunda Reunião Ordinária, realizada no dia 28 de novembro de 2017, que contará com a participação do atleta Adilton Salézio Teixeira da Rocha, para recebimento de Moção de Congratulação em razão da conquista do Campeonato Catarinense de Futebol Sub-17 com a equipe do Criciúma Esporte Clube.

· Quadragésima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia 5 de dezembro de 2017, que contou com a participação do Senhor Filipo De Brida, Diretor do Samae de Urussanga, para falar sobre o Plano Municipal de Saneamento Básico, em especial do disposto no art. 6º, da Lei Municipal nº 2.515, de 29 de setembro de 2011, em atendimento ao Requerimento nº 47/2017.

CURSOS E ESPECIALIZAÇÕES DE VEREADORES E SERVIDORES:

· Nos dias 14 e 15 de março de 2017, a Servidora Larissa Xavier Teixeira, Assistente Legislativo, participou do Curso Prático de Rotinas e Cálculos Trabalhistas, promovido pela empresa Meta Cursos, na Associação Empresarial de Criciúma – ACIC.

· Nos dias 24 a 26 de abril de 2017, a Servidora Gislaine Dominga Damin Ariati, Oficial Legislativo, participou de Curso de Formação de Pregoeiro promovido pela empresa Floripa Licitações Cursos e Consultorias Ltda ME, em São José – SC.

· No dia 20 de julho de 2017, as Servidoras Cristiane Barichelo Carara e Maria do Carmo Medeiros participaram do XVII Ciclo de Estudos do Controle Público da Administração Municipal, promovido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em Criciúma – SC.

· No dia 14 de agosto de 2017, a Servidora Larissa Xavier Teixeira, Assistente Legislativo, participou do I Fórum Catarinense de eSocial, promovido pela empresa Meta Cursos, no Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, em Florianópolis – SC.

· Nos dias 16, 17 e 18 de agosto de 2017, a Servidora Larissa Xavier Teixeira, Assistente Legislativo, participou do Curso Prático de eSocial para Órgãos Públicos, promovido pela empresa Meta Cursos, em Florianópolis – SC.

· Nos dias 23, 24, 25, 26 e 27 de agosto de 2017, as Servidoras Cristiane Barichelo Carara e Gislaine Dominga Damin Ariati participaram do XXXII Congresso Brasileiro de Servidores de Câmaras Municipais, promovido pela Associação Brasileira de Servidores das Câmaras Municipais – ABRASCAM, em Porto Alegre – RS.

· Nos dias 26, 27, 28 e 29 de setembro de 2017, os Vereadores Elso Roberto Ramos e Marcos Roberto Silveira participaram do Curso "A Lei de Responsabilidade Fiscal e os Atos de Improbidade Administrativa", promovido pelo CEAP Treinamento Profissional e Gerencial Ltda, em Curitiba – PR.

· Nos dias 5 e 6 de outubro de 2017, as Servidoras Cristiane Barichelo Carara e Gislaine Dominga Damin Ariati participaram de Capacitação sobre o Sistema Betha Compras, promovido pela empresa Betha Sistemas Ltda, nas dependências da Câmara Municipal de Urussanga.

CONTRATOS:

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2016

Data da Assinatura: 01/05/2017

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Softcam Soluções Ltda ME

CNPJ da Contratada: 24.092.271/0001-82

Base Legal: Art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Implantação, sob regime de execução direta, do Portal "Web Câmara"
Valor Total: R\$ 5.978,28 (cinco mil, novecentos e setenta e oito reais e vinte e oito centavos)
Término: 30/04/2017
Dotação Orçamentária: 2.001 (Despesa) / 3.3.90.39.11.00.00.00 (Elemento)

Contrato de Trabalho por Tempo Determinado: 01/2017

Data da Assinatura: 14/08/2017

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratado: Amilton João Martins

CPF do Contratado: 455.011.819-91

Objeto: Prestação de serviços de Agente de Serviços Gerais à Câmara Municipal de Urussanga, por tempo determinado, com fundamento no inciso II, do art. 2º, da Lei Municipal nº 2.682, de 12 de setembro de 2014, e conforme resultado final do Processo Seletivo nº 01/2017
Valor: R\$5.100,00 (cinco mil e cem reais)

Término do Contrato: 31/12/2017

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001 / Elemento 3.1.90.04.99.00.00.00.00

Contrato nº 01/2017

Data da Assinatura: 01/09/2017

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Betha Sistemas Ltda

CNPJ da Contratada: 00.456.865/0001-67

Licitação: Pregão Presencial nº 01/2017

Tipo de Licitação: Menor Preço Global

Base Legal: Leis nº 8.666/93, nº 10.520/02 e nº 12.232/10 e Decreto Legislativo nº 003/09

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda às especificações técnicas, aos quantitativos e aos serviços técnicos correlatos descritos no Edital de Pregão Presencial nº 01/2017

Valor total: R\$ 35.817,00 (trinta e cinco mil, oitocentos e dezessete reais)

Término: 31/08/2018

Dotação Orçamentária: 2.001 (Despesa) / 3.3.90.39.11.00.00.00.1000 (Elemento)

Contrato nº 02/2017

Data da Assinatura: 01/09/2017

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: GA TOP Apoio Administrativo Ltda ME

CNPJ da Contratada: 14.311.571/0001-51

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de serviços especializados em Segurança e Medicina do Trabalho

Valor Total: R\$ 1.800 (um mil e oitocentos reais)

Término: 31/12/2017

Dotação Orçamentária: 01.01.2.001 (Despesa) / 3.3.90.39.05.00.00.00 (Elemento)

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2015

Data da Assinatura: 15/12/2017

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Vigilância Triângulo Ltda

CNPJ da Contratada: 79.894.168/0001-48

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, ativação, configuração, locação e treinamento de equipamentos de circuito fechado de televisão (CFTV)

Valor Global: R\$4.944,00 (quatro mil, novecentos e quarenta e quatro reais)

Término do Contrato: 14/12/2018

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001/ Elemento 3.3.90.39.77.00.00.00

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 10/2015

Data da Assinatura: 15/12/2017

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Vigilância Triângulo Ltda

CNPJ da Contratada: 79.894.168/0001-48

Base Legal: Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de segurança patrimonial privada, por meio de monitoramento à distância de alarme microprocessado

Valor Global: R\$3.036,00 (três mil e trinta e seis reais)

Término do Contrato: 14/12/2018

Dotação Orçamentária: Despesa 2.001/ Elemento 3.3.90.39.77.00.00.00

Contrato nº 03/2017

Data da Assinatura: 19/12/2017

Contratante: Câmara Municipal de Urussanga

Contratada: Fundação Educacional Barriga Verde – FEBAVE

CNPJ da Contratada: 82.975.236/0001-08

Base Legal: Art. 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93

Objeto: Contratação de serviços especializados para realização de Concurso Público destinado ao provimento imediato de 1 (uma) vaga do Cargo de Provimento Efetivo de Contador (Símbolo PE-07) no Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal de Urussanga

Valor Total: R\$ 4.900,00 (quatro mil e novecentos reais)

Término: 28/02/2018

Dotação Orçamentária: 2.001 (Despesa) / 3.3.90.39.48.00.00.00 (Elemento)

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO Nº 08/2015

Aos vinte dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, de um lado, A CONTRATANTE, CÂMARA MUNICIPAL DE URUSSANGA, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 00.811.276/0001-50; e de outro, A CONTRATADA, ENGEPLUS TELECOM LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.565.697/0001-47, com base no art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666/93, e na Cláusula Décima Primeira, item 11.2, do Contrato nº 08/2015, de 20 de outubro de 2015, rescindem amigavelmente o referido contrato, que tem como objeto a prestação de serviços de conexão de internet, e demais serviços de valor adicionado, disponibilizados nas dependências da CONTRATANTE.

AÇÕES DA MESA DIRETORA:

- Reparos necessários na estrutura física do prédio da Câmara Municipal;
- Aquisição de equipamentos necessários aos Gabinetes dos Partidos com representação na Câmara Municipal;
- Processo Seletivo para provimento de 1 (uma) vaga de Agente de Serviços Gerais, em caráter de contratação temporária.;
- Impressão de exemplares da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal;
- Aquisição de licenças para atualização de Windows para computadores da Câmara Municipal;
- Aquisição de um aparelho GPS para o veículo oficial da Câmara Municipal;
- Aquisição de pneus para o veículo oficial da Câmara Municipal;
- Aquisição de um aparelho de relógio ponto biométrico;
- Contratação de empresa especializada em realização de Concurso Público e publicação do Edital nº 01/2017, o qual se destina ao provimento imediato de 1 (uma) vaga do cargo de Contador do Quadro Permanente de Pessoal da Câmara Municipal;
- Adequação do quadro de lâmpadas situadas no andar térreo da Câmara Municipal, objetivando economia de energia elétrica.

Câmara Municipal de Urussanga, 22 de dezembro de 2017.

MARCOS ROBERTO SILVEIRA

Presidente

Vargem Bonita

PREFEITURA

PROCESSO 005/2018 PR 005/2018

Publicação Nº 1493796

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2018

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Peças genuínas e/ou originais, objetivando a execução de Serviços mecânicos para a Manutenção e Recuperação de itens do equipamento Escavadeira Hidráulica, marca JCB, modelo JS 160LC, ano de fabricação 2015, Patrimônio nº 3900, propriedade do Município, consistindo na substituição e peças e aplicação de mão de obra, em conformidade com o Anexo I e Anexo II, parte integrante deste Edital.

Tipo: Menor Preço.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço Global.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 31 de Janeiro 2018 às 08:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita – SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000. Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 17 de Janeiro de 2018.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI

PREFEITA MUNICIPAL

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 14.720/18

Publicação Nº 1493878

DECRETO Nº 14.720/18, DE 17 DE JANEIRO DE 2018.

Define o valor do vale-alimentação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 134, da Lei Complementar nº 129/12, no art. 134, da Lei Complementar nº 130/12, bem como, no art. 11, da Lei nº 1942/07;

DECRETA

Art. 1º Fica definido o valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), a título de crédito alimentação, o qual será pago mensalmente ao servidor público ativo e ao empregado público, com carga horária semanal acima de 20 (vinte) horas.

Art. 2º Ao servidor público ativo e ao empregado público com carga horária semanal de até 20 horas, fica assegurado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2018.

Videira, 17 de janeiro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 17 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

EXTRATO ADVERTÊNCIA PR Nº 47/2017 - PMV

Publicação Nº 1494396

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2017-PMV

O Sr. Prefeito Municipal de Videira torna público que, à empresa SINALTEC TECNOLOGIA EM SINALIZAÇÃO LTDA -EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.898.145/000187, foi aplicada a penalidade de ADVERTÊNCIA, em decorrência do descumprimento de cláusulas contratuais..

Videira, 18 de janeiro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 0081/18

Publicação Nº 1493879

PORTARIA nº 0081/18

Autoriza o Uso de Espaço Público Municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 125, da Lei Orgânica do Município, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 664/2018,

RESOLVE

Art. 1º Autorizar, o uso do Centro de Eventos Videira – CEVI, pelo SINE – Sistema Nacional de Emprego, nos dias 18, 19, 22, 23 e 24 de janeiro de 2018, das 08h30min às 12h00min e das 13h30min às 18h00min, para a realização de reunião e entrevistas individuais para seleção de funcionários para a Havan.

§1º Os responsáveis pela organização do evento se comprometem a garantir as condições abaixo especificadas:

a. Serviço de segurança no local do evento;

b. Proibição de venda de produtos fumíferos (cigarros, charutos, etc.), bebidas alcoólicas ou embaladas em garrafas de vidro;

- c. Proibição de comercialização de alimentos e bebidas no local;
- d. Fica vedado a instalação de objetos e/ou equipamentos ou similares que possam danificar a o local;
- e. Ao pagamento da taxa referente ao ECAD – Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais, no prazo de 72 (setenta e duas) horas antes da realização do evento, nos casos de utilização de músicas de artistas que estão em atividade ou, que faleceram há menos de 70 (setenta) anos;
- f. Será de responsabilidade exclusiva da entidade, o pagamento de quaisquer despesas, tributos, tarifas, emolumentos, ou contribuições, federais, estaduais ou municipais, que decorram da presente autorização, bem como da atividade para a qual a presente autorização lhe é concedida, cabendo-lhe providenciar, especialmente os alvarás e seguros obrigatórios legalmente exigíveis e quaisquer outras exigências legais;
- g. Responsabilizar-se pelo uso e conservação dos bens pertencentes ao patrimônio público;
- h. Não ceder o uso da área a terceiros, nem utilizá-la para fim diverso do ora estipulado;
- i. Recolher imediatamente, ao término do evento, o material utilizado e deixar o local nas mesmas condições que foi encontrado;
- j. Acondicionar o lixo acumulado durante o evento em sacos plásticos e colocá-lo em local apropriado;
- k. Em caso de extravio e/ou dano, total ou parcial, dos bens utilizados, obrigar-se-ão ao ressarcimento dos prejuízos decorrentes.

§2º A fim de apurar eventuais danos cabe a Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, através de servidor devidamente qualificado, vistoriar e atestar, por meio de termo de devolução, as condições das dependências do Centro de Eventos Vitória, quando da devolução do mesmo.

§3º A Prefeitura Municipal de Videira fica isenta de qualquer casualidade sobre os participantes do referido evento, ficando o SINE – Sistema Nacional de Emprego, inteiramente responsável pelo mesmo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 16 de janeiro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de janeiro de 2018.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018 - PMV

Publicação Nº 1493918

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2018 – PMV

REGISTRO DE PREÇOS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 06/2018 - PMV. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS COM PEDIDOS PARCELADOS, DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE COZINHA PARA USO NAS UNIDADES DE ENSINO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 05/03/2018. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 18 de janeiro de 2018.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 04/2017 FMS

Publicação Nº 1494165

Termo Aditivo nº 04/2018

Contrato/Ata nº: CT nº 03/2017

Processo: DL 03/2017 – FMS

Contratado: JOÃO SEVERINO PERIN e TEREZA ANASTACIA GUZI PERIN

Objeto: prorrogar o prazo de vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, com efeitos a partir de 20 de janeiro de 2018 até o dia 20 de janeiro de 2019;

Valor: R\$ 35.640,00 (trinta e cinco mil seiscientos e quarenta reais)

Data: 18/01/2018.

Xanxerê

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0104/2017

Publicação Nº 1493902

Extrato 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 0104/2017

Contrato de Rateio Principal nº 084/2017

Contratante: Município de Xanxerê.

Contratado: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC.

O presente instrumento tem como objeto a alteração das dotações orçamentárias.

As despesas do presente Contrato de Rateio correrão por conta das seguintes dotações, aprovadas para o exercício de 2018:

a) 3.1.71 - R\$ 18.294,11

b) 3.3.71 – R\$ 5.528,75

c) 4.4.71 – R\$ 4.412,42

Xanxerê-SC, 16 de janeiro de 2018. Enioivan Marques - Prefeito Municipal em exercício.

Xavantina

PREFEITURA

PP 003/2018 PMXV

Publicação Nº 1494106

MUNICÍPIO DE XAVANTINA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2018 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o registro de preços para possível aquisição de materiais escolares para a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Xavantina, conforme as especificações constantes do anexo "C" deste edital.

Forma de Pregão: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das propostas: até às 13h30 do dia 01/02/2018.

Abertura: dia 01/02/2018, às 13h45.

O Edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Xavantina, localizada na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, de segunda a sexta-feira, no horário das 07:45 às 11:45 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ou pelo telefone (0**49) 3454-3100.

Xavantina - SC, em 18 de janeiro de 2018.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal em Exercício

CÂMARA MUNICIPAL**R.G.F 3º QUADRIMESTRE/2017 ANEXO1**

Publicação Nº 1494211



MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2017 A DEZEMBRO/2017

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	489.988,44	0,00
Pessoal Ativo	489.988,44	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0,00	0,00
Obrigações Patronais	0,00	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
Convocação Extraordinária (Inciso II, § 6º, art. 57 da CF)	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	489.988,44	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	18.793.458,30	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	18.793.458,30	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	489.988,44	2,61
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.127.607,50	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.071.227,13	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.014.846,75	5,40

FONTE:

XAVANTINA, 31/12/2017

Elizandra Fátima Granoski
Contadora- CRC/SC 030882/O-8

Hélio Domingos Sordi
Presidente da Câmara

R.G.F 3º QUADRIMESTRE/2017 ANEXO2

Publicação Nº 1494215



MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	0,00	83.971,85	122.250,72	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	83.971,85	122.250,72	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	90.460,26	129.102,63	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	0,00	6.488,41	6.851,91	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	0,00	4.007,75	4.748,04	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	31.730,53	14.662,44	0,00
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

XAVANTINA, 31/12/2017

FONTE:

Continua 1/2



MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

Continuação 2/2

Elizandra Fátima Granoski
Contadora- CRC/SC 030882/O-8

Hélio Domingos Sordi
Presidente da Câmara

FONTE:

R.G.F 3º QUADRIMESTRE/2017 ANEXO3

Publicação Nº 1494217



MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

XAVANTINA, 31/12/2017

Elizandra Fátima Granoski
 Contadora- CRC/SC 030882/O-8

Hélio Domingos Sordi
 Presidente da Câmara

R.G.F 3º QUADRIMESTRE/2017 ANEXO4

Publicação Nº 1494219



MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	0,00	—
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	0,00	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	0,00	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE:

XAVANTINA, 31/12/2017

Elizandra Fátima Granoski
Contadora- CRC/SC 030882/O-8

Hélio Domingos Sordi
Presidente da Câmara

R.G.F 3º QUADRIMESTRE/2017 ANEXOS

Publicação Nº 1494220

MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO



RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1.00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
						(b)				
(f)										
(g) = (a - (b + c + d + e) - f)										
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

XAVANTINA, 31/12/2017

Elizandra Fátima Granoski
Contadora- CRC/SC 030882/O-8

Hélio Domingos Sordi
Presidente da Câmara

R.G.F 3º QUADRIMESTRE/2017 ANEXO6

Publicação Nº 1494221



MUNICÍPIO DE XAVANTINA - SC - PODER LEGISLATIVO
CAMARA MUNICIPAL DE XAVANTINA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 3º Quadrimestre de 2017

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	18.793.458,30	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	489.988,44	2,61
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	1.127.607,50	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	1.071.227,12	5,70
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	4.134.560,83	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	3.006.953,33	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.315.542,08	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	0,00

FONTE:

XAVANTINA, 31/12/2017

Elizandra Fátima Granoski
Contadora- CRC/SC 030882/O-8

Hélio Domingos Sordi
Presidente da Camara

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO DE ERRATA DO 1º TERMO ADITIVO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Publicação N° 1494500

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE XAXIM
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO

O Município de Xaxim, leva ao conhecimento dos interessados e proponentes que com base no § 4º do art. 21 da lei 8.666/93, esta promovendo alterações no 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA, cujo objeto prestação de serviços entre os acordantes no desenvolvimento e execução de ações diretamente ligadas aos trabalhadores na área de Inspeção de Produtos de Origem Animal, no Município de Xaxim/SC. Sendo assim, 1º TERMO ADITIVO AO INSTRUMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA publicado no dia 09/01/2018 tem como PERÍODO DE VIGÊNCIA: de 09 de Janeiro de 2018 até 09 Janeiro de 2022.

Xaxim/SC, 18 Janeiro de 2018. LÍRIO DAGORT – PREFEITO MUNICIPAL.

Zortéa

CÂMARA MUNICIPAL

RGF SICONFI 2º SEMESTRE 2017

Publicação Nº 1494029



Sistema de Informações
Contábeis e Fiscais
do Setor Público Brasileiro

TESOURO NACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado

Câmara de Vereadores de Zortéa - SC (Poder Legislativo)

CNPJ:

Exercício: 2017

Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	535.283,74	
Pessoal Ativo	531.115,18	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	4.168,56	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)		
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	535.283,74	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	15.858.001,55	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	15.858.001,55	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	535.283,74	3,38
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	951.480,09	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	903.906,09	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	856.332,08	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	


 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Super Poder Brasileiro
Tesouro Nacional
Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Zortéa - SC (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

[illegible]


**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado****Câmara de Vereadores de Zortéa - SC (Poder Legislativo)****CNPJ:****Exercício: 2017****Período de referência: 2º semestre****RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal**

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	


 Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURO NACIONAL
Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Zortéa - SC (Poder Legislativo)
CNPJ:
Exercício: 2017
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa					
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA DE CURTA PRAZOS	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS			INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA - DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO)	RESTOS A PAGAR NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores (a)	Restos a Pagar Empenhados e Não Pagos Exercícios Anteriores (b)	Demais Obrigações Financeiras (c)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)						
Recursos Vinculados em decorrência de Impostos – Educação						
Transferências do FUNDEF 60%						
Transferências do FUNDIB 40%						
Outros Recursos Destinados à Educação						
Recursos Vinculados em decorrência de Impostos – Saúde						
Recursos Vinculados em decorrência de Impostos – Saúde						
Recursos Destinados à Assistência Social						
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário						
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro						
Recursos de Operações de Crédito (excluído destinados à Educação e à Saúde)						
Recursos de Aterramento de Benefícios						
Recursos de Aterramento de Benefícios						
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)						
Recursos Opcionais						
TOTAL (III) = (I) + (II)						

 <p>Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro</p> <p>TESOURO NACIONAL</p>	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
	Câmara de Vereadores de Zortéa - SC (Poder Legislativo)
	CNPJ:
	Exercício: 2017
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	15.858.001,55
Receita Corrente Líquida Ajustada	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP	535.283,74	3,38
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	951.480,09	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	903.906,09	5,70

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	Saldo no Semestre	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		120,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.488.760,34	22,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	2.537.280,25	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	1.110.060,11	7,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2017
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	-

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1

Digitally signed by CLAUDEMIR FABIANO:66977452900
Date: 2018.01.18 12:16:41 BRST
Perfil: Titular do Poder Legislativo
Instituição: Câmara de Vereadores de Zortéa - SC

Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

Associações

AMERIOS

RESOLUÇÃO N. 001/2018 - DISPÕES SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PREPARATÓRIA E DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ESTAGIÁRIOS DA AMERIOS

Publicação Nº 1494457

Resolução nº 01/2018 Maravilha/SC, 12 de janeiro de 2018.

DISPÕE SOBRE CRIAÇÃO DA COMISSÃO PREPARATÓRIA E DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DEFINE A FORMA DE CONTRATAÇÃO DE EMPREGADO PÚBLICO PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO CIGAMERIOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. RENALDO MUELLER, Presidente do Consórcio Integrado de Gestão Pública do Entre Rios - CIGAMERIOS, usando da competência que lhe confere Protocolo de Intenções e o Contrato de Consórcio Público do CIGAMERIOS, considerando a necessidade de contratação de Profissional habilitado para ocupar o cargo em comissão de Coordenador Técnico-administrativo do CIGAMERIOS,

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a comissão preparatória do Processo Seletivo Simplificado para contratação de empregado público, para assumir cargo em comissão e exercer as funções em regime de dedicação integral de Coordenador Técnico-administrativo do CIGAMERIOS em regime CLT (Cláusula 43 do Contrato de Consórcio Público) e nomear os membros para compor a mesma, que, será presidida pelo primeiro:

PRESIDENTE: ARNILDO LUIZ KOLLET – ASSESSOR JURÍDICO DO CIGAMERIOS (RES. N. 11/2015);

SECRETÁRIA: KARINE SIMONY MULLER – PREGOEIRA DO CIGAMERIOS (RES. N. 10/2017);

MEMBRO: ADRIANA ESTEFANI – CONTADORA DA AMERIOS.

Art. 2º - Os membros da presente comissão preparatória não serão remunerados pelas atividades exercidas no exercício da referida função. Parágrafo Único - A Comissão preparatória poderá funcionar somente com a maioria absoluta de seus membros e em horário normal do expediente de trabalho.

Art. 3º - Ao Presidente da Comissão Preparatória, compete:

I – Convocar e presidir a Comissão Preparatória;

II – Receber os currículos e coordenar o exame da documentação apresentada pelos candidatos;

III – Encaminhar Termo de Análise constando apontamentos sobre os motivos da classificação e desclassificação de candidatos, instruindo a Diretoria Executiva para entrevista e posterior ratificação em Assembleia Geral.

Art. 4º - Compete ao Secretário da Comissão preparatória:

I – promover a publicação do processo seletivo simplificado e respectivos resultados;

II - lavrar as atas dos trabalhos da Comissão, assinando-as em conjunto com os demais membros;

III – Convocar os candidatos com currículos classificados pela Comissão preparatória para entrevista individual com a Diretoria Executiva do CIGAMERIOS;

IV - propor ao Presidente as medidas adequadas ao bom andamento dos trabalhos da Comissão;

V - Elaborar os relatórios, assinando-os em conjunto com os demais membros.

Art. 5º - Compete aos membros da Comissão preparatória:

I – Participar da Comissão Preparatória na escolha e classificação dos currículos dos candidatos ao cargo em comissão, elaborando o Termo de Análise, considerando no mínimo:

a) apresentação e composição do currículo (clareza e objetividade com foto);

b) documentos pessoais (RG, CPF etc.), CNH (obrigatório no mínimo categoria "B");

c) documentos que comprovem a escolaridade (obrigatório) e a qualificação técnica (teórica e prática) para ocupação do cargo em comissão;

d) Possibilidade e disponibilidade para exercer o cargo em comissão em horário integral.

II – Assinar os Termos de Análise, atas ou relatórios que definirem a classificação dos candidatos a serem submetidos a entrevista com a Diretoria Executiva e posterior ratificação da Assembleia Geral.

Art. 6º - As decisões da Comissão preparatória serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, quando for necessário, sendo a decisão da análise levada a Termo, que servirá de fundamentação para a entrevista com a Diretoria Executiva.

Art. 7º - As decisões da Comissão Preparatória serão de caráter definitivo e não haverá devolução de currículos para os candidatos reprovados pela Comissão Preparatória, ficando os documentos inclusos no Processo Seletivo e arquivado no Consórcio CIGAMERIOS.

Art. 8º - Os candidatos com Currículos selecionados pela Comissão Preparatória, serão convocados para se apresentarem na sede do CIGAMERIOS, em horário a ser marcado pelo Presidente da Comissão Preparatória, para entrevista individual com a Diretoria Executiva.

§ 1º – Dos candidatos classificados para a entrevista com a Diretoria Executiva do CIGAMERIOS, apenas um será selecionado e encaminhado para a ratificação em Assembleia Geral do CIGAMERIOS.

§ 2º – O candidato(a) aprovado pela Diretoria Executiva, somente será contratado mediante ratificação da Assembleia Geral, que em sessão plenária deverá convalidar os atos da Comissão Preparatória e a decisão de escolha da Diretoria Executiva como definitiva.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Revogadas as disposições em contrário.

RENALDO MUELLER
Presidente do CIGAMERIOS
Prefeito de Riqueza

RESOLUÇÃO Nº 002-2018 - CONCEDE REAJUSTE PARA EMPREGADOS DA AMERIOS

Publicação Nº 1494538

Resolução nº 002/2018 Maravilha (SC), 18 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre o reajuste salarial dos empregados (as) da AMERIOS a partir de primeiro de janeiro de 2018 e dá outras providências.

Sr. RENALDO MUELLER, Presidente da Associação dos Municípios do Entre Rios - AMERIOS, usando da competência que lhe confere os incisos II e VI, art. 27 do Estatuto Social

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o salário dos empregados (as) da AMERIOS a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme reajuste do salário mínimo (índice 1,814300961%) para:

I – Assessora Administrativa e Financeira, Fabiane Galera – 20 h/semanais, sendo: R\$ 4.293,00 (Quatro mil, duzentos e noventa e três reais);

II– Assessores em Engenharia Civil, sendo: Engenheira Carline Joice Hackenhaar, Engenheiro Rafael Cassol Basso, Engenheira Leandra Fachini Boita, Clarice V. T. Niedermaier, 40h/semanais, Sindicato CREA, ou seja: R\$ 8.586,00 (Oito mil, quinhentos e oitenta e seis reais);

III- Assessoria em Arquitetura e Urbanismo, sendo a Arquiteta Marlize Cristiane Todescatto, 40h/semanais - sindicato CAU/SC, ou seja, R\$ 8.586,00 (Oito mil, quinhentos e oitenta e seis reais);

IV – Engenheiro Elétrico, Sr. Glauber Sartori Gandolfi - 30h/semanais: SINDICATO DO CREA, R\$ 5.724,00 (Cinco mil, setecentos e vinte e quatro reais);

V – Desenhista Sandra Silveira Garcia - 40h/semanais: R\$ 2.299,14 (Dois mil, duzentos e noventa e nove reais e quatorze centavos);

VI- Desenhistas: Camila Natalina Gregório Rech, Daiane Karine Scherer e Vinicius Luan Schneider- 40h/semanais: R\$ 1.688,58 (Um mil seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e oito centavos);

VII– Assistente Administrativa, Cristiane Martim - 20h/semanais: R\$ 2.146,50 (Dois mil, cento e quarenta e seis reais e cinquenta centavos);

VIII– Assessora em Movimento Econômico, Lovete de Assis- 20h/semanais: R\$ 4.293,00 (Quatro mil, duzentos e noventa e três reais);

IX – Assistente Administrativa - Karine Simony Muller- 40h/semanais: R\$ 2.408,85 (Dois mil, quatrocentos e oito reais e oitenta e cinco centavos);

X – Recepcionista, Evelise Roeder Brandt- 40h/semanais: R\$ 1.301,26 (Um mil, trezentos e um reais e vinte e seis centavos);

XI– Serviços Gerais, Roseli Kilp- 40h/semanais: R\$ 1.249,74 (Um mil, duzentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos);

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de primeiro de janeiro de 2018.

Maravilha (SC), 18 de janeiro de 2018.

RENALDO MUELLER
Presidente da AMERIOS
Prefeito de Riqueza

AMNOROESTE

COMISSÃO CHAMADA PÚBLICA 001/2018

Publicação Nº 1494364

RESOLUÇÃO 001/2018

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DA CHAMADA PÚBLICA 001/2018

Art. 1 - A Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.034.439/0001-06, com sede à Rua Jarbas Mendes, nº. 270, Sala 09, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste/SC, CEP 89990-000 por meio de seu Presidente, Sr. Ademir Madella, Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC, no uso das suas atribuições legais, resolve NOMEAR os senhores:

- Eduardo Bratti, Engenheiro Civil;
- Patricia Rossoni Losso Longo, Engenheira Civil;
- Solange do Amaral Muller, Secretária Executiva;
- Sezarlei Ferreira Bueno, Assessor Contábil;
- Jorge Mاتيotti Neto, Assessor Jurídico;
- Lenir Fátima Cruzetta, Analista Administrativo do Município de São Lourenço do Oeste/SC;
- Ani Carolini Perreira, Analista Administrativo do Município São Lourenço do Oeste/SC.

Paragrafo Único: No desempenho de suas atribuições os membros ora nomeador deverão conduzir os trabalhos de abertura da Chamada Pública 001/2018, no dia 30 de Janeiro de 2018, às 08h30min, na Sede da Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE, com sede na Rua Jarbas Mendes, 270 Galeria Martini Sala 09, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste/SC.

Art. 2 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ademir Madella
Presidente da AMNOROESTE
Prefeito Municipal de Coronel Martins/SC

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 001/2018

Publicação Nº 1494363

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018

A Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina - AMNOROESTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.034.439/0001-06, com sede à Rua Jarbas Mendes nº 270, Bairro Brasília, São Lourenço do Oeste/SC, CEP 89990-000 por meio de seu Presidente, Senhor Ademir Madella, Prefeito Municipal de Coronel Martins, SC, no uso das suas atribuições, informa aos interessados que está procedendo a presente chamada pública para a cotação de preço para escolha de empresa para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, AGRIMENSURA, GEORREFERENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS: Levantamento Planialtimétrico, Levantamento Planialtimétrico de área Rural Pública com até 35.000,00m2, Locação, Projetos de Desmembramento, Projetos de Remembramento, Desenho técnico, Projeto Geométrico, Anotação de Responsabilidade Técnica (que será paga pelo contratante), Análise e Aprovação de Projetos na área da Agrimensura, Geomensura e Topografia, Avaliações de Imóveis e o Cadastro Ambiental Rural - CAR.

1. DO OBJETO

1.1 - O presente Edital tem por objeto tornar público que a Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE escolherá a proposta mais vantajosa para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, AGRIMENSURA, GEORREFERENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS: Levantamento Planialtimétrico, Levantamento Planialtimétrico de área Rural Pública com até 35.000,00m2, Locação, Projetos de Desmembramento, Projetos de Remembramento, Desenho técnico, Projeto Geométrico, Anotação de Responsabilidade Técnica (que será paga pelo contratante), Análise e Aprovação de Projetos na área da Agrimensura, Geomensura e Topografia, Avaliações de Imóveis e o Cadastro Ambiental Rural - CAR.

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

2.1 - As empresas interessadas deverão apresentar, até as 08h30min do dia 30 de Janeiro de 2018, junto a sede da AMNOROESTE, no horário de funcionamento das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30, de segunda à sexta-feiras, a seguinte documentação:

- a) Ofício/Carta Proposta redigida em papel timbrado ou carimbado com identificação da empresa, assinada pelo representante legal da empresa, apresentando o valor para a realização dos trabalhos não podendo exceder ao valor máximo mensal fixado em R\$ 13.000,00 (TREZE MIL REAIS);
- b) Comprovante de Inscrição no CNPJ;
- c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativa a Tributos e Contribuições Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa de Débito de Tributos Estaduais;
- e) Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais da sede da empresa;
- f) Certidão Negativa de Débito do INSS (CND);
- g) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);
- h) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943;
- i) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- j) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- m) Relação dos técnicos responsáveis pela empresa juntamente com a comprovação de formação superior completa reconhecida pelo MEC, Registro profissional junto ao CREA e Carteira de Credenciamento junto ao INCRA;
- n) Relação nominal dos profissionais que compõe a equipe técnica de trabalho, anexando cópia dos comprovantes das especialidades e cópia dos registros profissionais nos respectivos conselhos, se for o caso;
- o) Declaração conforme Anexo I assinado pelo representante legal da empresa concordando com as disposições constantes neste Edital, bem como especificando que está apta a realizar todos os trabalhos necessários e exigíveis para a execução do objeto aqui previsto;

2.2 - Os documentos apresentados deverão estar em nome da empresa responsável com o número do CNPJ e endereço respectivo;

2.3 - Os participantes do presente Edital deverão obedecer ao que determina a legislação específica da sede da empresa, concernente à prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Federal;

2.4 - Os documentos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada, inclusive por representantes da AMNOROESTE (desde que previamente);

2.5 - O valor da proposta será anualmente reajustado pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M;

2.6 - Não serão aceitas propostas encaminhadas via Correios;

2.7 - Os documentos exigidos deverão ser acondicionados e apresentados em um único envelope devidamente fechado e inviolado, timbrado e/ou identificado com carimbo padronizado do (CNPJ/MF) da empresa participante, contendo em sua parte frontal os seguintes dizeres mínimos:

“PARA A AMNOROESTE

“EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018”

2.8 – Às 09h00min horas do mesmo dia 30/01/2018 terá início a sessão pública de abertura dos envelopes contendo a documentação e proposta de preços, que se realizará no auditório da sede da AMNOROESTE.

3. DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO

3.1 - Aberta a sessão pública, presentes ou não os interessados ou seus representantes, será procedida a abertura dos envelopes, conferindo-se a documentação apresentada, bem como as propostas apresentadas pelos interessados.

3.2 - Para fins de julgamento, o critério adotado para a seleção da proposta mais vantajosa será o MENOR PREÇO POR ITEM, sendo desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste edital.

3.3 - As Propostas de Preços, que deverão estar em conformidade com as exigências do presente edital, serão classificadas segundo o menor preço apresentado para o item, em ordem crescente daquela de menor preço para aquela de maior preço.

3.4 – Após a classificação das propostas, os autores das propostas que estiverem presentes na sessão pública serão convidados, individualmente, a apresentarem novos lances verbais e sucessivos, a partir do autor da proposta classificada de maior preço, até a proclamação do vencedor.

3.5 - A oferta dos lances deverá ser efetuada, no momento em que for conferida a palavra ao autor da proposta, na ordem decrescente dos preços, sendo vedada a oferta de lance com vista ao empate, ou o uso de mais de duas casas após a vírgula. Dos lances ofertados não caberá retratação. A desistência em apresentar lance verbal implicará a exclusão do interessado da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de ordenação das propostas. Caso os proponentes não apresentem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação, podendo o coordenador da sessão negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

3.6 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo coordenador da sessão, as proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

3.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas na ordem crescente dos valores. O Coordenador da sessão verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, para caso de esta mostrar-se manifestamente inexecutável, decidindo, motivadamente, a respeito.

3.8 - Verificada a condição de empate entre duas ou mais propostas, será procedido o desempate por sorteio.

3.9 - No caso de haver somente um proponente na sessão pública, o Coordenador da sessão poderá negociar diretamente com o mesmo, com vistas a obtenção do menor preço possível.

3.10 - Sendo considerada aceitável a proposta de preços do proponente que apresentou o menor preço, e, constatada a conformidade da documentação com as exigências impostas pelo edital, a proponente será declarada vencedora.

3.11 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos proponentes, dos representantes que estiverem presentes, da análise da documentação exigida para a habilitação, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, e dos eventuais pedidos de reconsideração a serem apresentados nos termos do subitem 6.2.2. A Ata Circunstanciada deverá ser assinada pelo Coordenador da sessão e por todos os proponentes presentes. Caso haja necessidade de adiamento da Sessão Pública, será marcada nova data para a continuação dos trabalhos, devendo ficar intimados, no mesmo ato, os proponentes presentes.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

4.1 - Atender na íntegra todas as exigências previstas no item 1.1 do presente edital;

4.2 - Preencher planilhas de acompanhamento e de execução, a qual deve identificar os procedimentos e trabalhos realizados mês a mês, bem como demais encaminhamentos realizados;

4.3 – Emissão e envio da nota fiscal na sede da CONTRATANTE, até o 5º dia útil do mês subsequente a execução dos serviços, em conjunto

com o relatório detalhado da realização dos serviços contratados.

4.4 - Todo mês até o dia 20 deverá ser apresentado cópias de guias de recolhimento de FGTS e INSS da folha de pagamento do pessoal contratado pelo regime celetista que porventura prestem serviços a empresa, bem como, o comprovante de pagamento de seus prestadores de serviços e das respectivas retenções tributárias;

4.5 - Comprovar o recolhimento do ISS (Imposto Sobre Serviços) incidente, o qual deverá ser recolhido;

5.6 - O contratado, em hipótese alguma poderá cobrar qualquer complementação de valores dos serviços prestados, sendo responsável pela entrega final do objeto contratado;

4.7 - É de responsabilidade exclusiva e integral do contratado a utilização de pessoal para a execução do objeto contratado, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a AMNOROESTE;

4.8 - A AMNOROESTE somente liberará o pagamento dos valores tendo o aceite dos serviços executados pelo contratado pela Diretoria Executiva (composta pelo Presidente, Vice- Presidente e Secretária Executiva).

5. OBRIGAÇÕES DA AMNOROESTE

5.1 - Pagar ao CONTRATADO os valores contratados, até 08 dias úteis após o recebimento da nota fiscal que comprove a execução dos serviços, devendo conter em anexo relatório detalhado da realização dos respectivos serviços;

5.2 – Exercer a distribuição da execução dos serviços objeto do contrato.

6. DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 - Os demais direitos e obrigações das partes serão objeto de contrato de prestação de serviço, na forma da minuta de contrato que faz parte deste Edital;

6.2 - Fica reservado a AMNOROESTE, a faculdade de cancelar, no todo ou em parte, adiar, revogar, de acordo com seus interesses, ou anular o presente Edital, sem direito, às empresas ou pessoas, a qualquer reclamação, indenização, reembolso ou compensação;

6.2.1 - O resultado do julgamento com a proposta vencedora será afixado no sítio eletrônico da AMNOROESTE (www.amnoroeste.org.br), para conhecimento;

6.2.2 - Da decisão da comissão que apontar a proposta VENCEDORA caberá pedido de reconsideração devidamente motivado a ser apresentado no prazo de até 02 (dois dias) úteis da divulgação do resultado do julgamento. Cabe ao proponente, sob pena de preclusão, manifestar, antes do encerramento da sessão de julgamento, o seu interesse em apresentar o pedido de reconsideração.

6.3 - Outras informações poderão ser obtidas junto à sede da AMNOROESTE ou pelo e-mail: amnoroeste@amnoroeste.org.br

6.4 - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste/SC, SC, 18 de janeiro de 2018.

Ademir Madella

Presidente da AMNOROESTE

Prefeito Municipal de Coronel Martins

ANEXO I – TERMO DE DECLARAÇÃO

À Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina – AMNOROESTE

Ref.: "EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA PRESENCIAL Nº 001/2018"

_____, (qualificação), propõe a essa ASSOCIAÇÃO que sendo sua proposta vencedora e contratada para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, AGRIMENSURA, GEORREFERENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS: Levantamento Planialtimétrico, Levantamento Planialtimétrico de área Rural Pública com até 35.000,00m2, Locação, Projetos de Desmembramento, Projetos de Remembramento, Desenho técnico, Projeto Geométrico, Anotação de Responsabilidade Técnica (que será paga pelo contratante), Análise e Aprovação de Projetos na área da Agrimensura, Geomensura e Topografia, Avaliações de Imóveis e o Cadastro Ambiental Rural - CAR.

DECLARA QUE:

I) nos serviços oferecidos estão incluídas todas as despesas com material de consumo, instrumentais, encargos sociais, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários e quaisquer outros encargos necessários à perfeita execução do objeto;

II) que os preços contratados são justos e certos, não podendo sofrer reajuste;

III) que realizará os serviços nas hipóteses e condições previstas no instrumento contratual;

IV) examinamos cuidadosamente o edital de chamada pública presencial nº 001/2018 e seus anexos e nos inteiramos de todos os seus detalhes e com eles concordamos, bem como todas as dúvidas e/ou questionamentos formulados foram devidamente esclarecidos. Estamos cientes e aceitamos todas as condições do Edital e a elas desde já nos submetemos;

V) que todas as cópias de documentos apresentados são fiéis aos originais.

_____ de _____ de 2018.

Assinatura e nome legível

ANEXO II

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº/2018

CONTRATANTE: AMNOROESTE - Associação dos Municípios do Noroeste Ltda, com sede na cidade de São Lourenço do Oeste/SC, sito Avenida Euclides da Cunha, 160, CEP 89.990-000, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 01.034.439/0001-06, neste ato representado pelo seu presidente Sr. _____

CONTRATADO: _____, com sede em _____, na _____, Cep 89.990-000, no Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº , neste ato representado pelo seu diretor _____, brasileiro, União _____, Técnico em _____, Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, Cep 89.990-000, Cidade de _____, no Estado de Santa Catarina. As partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas cláusulas seguintes e pelas condições de preço, forma e termo de pagamento descritas no presente.

DO OBJETO DO CONTRATO

Cláusula 1ª. É objeto do presente contrato a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TOPOGRAFIA, AGRIMENSURA, GEORREFERENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS: Levantamento Planialtimétrico, Levantamento Planialtimétrico de área Rural Pública com até 35.000,00m2, Locação, Projetos de Desmembramento, Projetos de Remembramento, Desenho técnico, Projeto Geométrico, Anotação de Responsabilidade Técnica (que será paga pelo contratante), Análise e Aprovação de Projetos na área da Agrimensura, Geomensura e Topografia, Avaliações de Imóveis e o Cadastro Ambiental Rural - CAR.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Cláusula 2ª. O CONTRATANTE deverá fornecer ao CONTRATADO todas as informações necessárias à realização do serviço, devendo especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do mesmo, e a forma de como ele deve ser entregue.

Cláusula 3ª. O CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento na forma e condições estabelecidas na cláusula 6ª.

OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Cláusula 4ª. É dever do CONTRATADO oferecer ao contratante a cópia em meio magnético dos serviços executados, objeto do presente instrumento, contendo todas as especificidades da prestação de serviço contratada.

Parágrafo único. Os materiais somente deverão ser entregues mediante autorização de entrega pelo departamento de responsável, não serão aceitos entendimentos verbais.

Cláusula 5ª. O CONTRATADO deverá fornecer Nota Fiscal de Serviços, referente ao (s) pagamento(s) efetuado(s) pelo CONTRATANTE.

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Cláusula 6ª. O presente serviço será remunerado pela quantia de R\$ _____ (_____) mensais, referente aos serviços efetivamente prestados mediante nota fiscal de pessoa Jurídica, devendo ser depositado na conta _____ ou outra forma de pagamento em que ocorra a prévia concordância de ambas as partes.

§ 1º. No preço ajustado entre as partes estão inclusas todas as despesas que influam nos custos, tais como: deslocamento, transporte, estadia e alimentação dos profissionais, despesas com custo, instalação, descarga, seguro e frete, tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), obrigações sociais, trabalhistas, encargos comerciais ou de qualquer natureza e todos os ônus diretos.

§ 2º. Sobre a presente contratação não incidirá reajuste.

DO INADIMPLETO, DO DESCUMPRIMENTO E DA MULTA

Cláusula 7ª. Em caso de inadimplemento por parte do CONTRATANTE quanto ao pagamento do serviço prestado, deverá incidir sobre o valor do presente instrumento, multa pecuniária de 5%, juros de mora de 1% ao mês e correção monetária.

Cláusula 8ª. No caso de não haver o cumprimento de qualquer uma das cláusulas, exceto a 6ª, do presente instrumento, a parte que não

cumpriu deverá pagar uma multa de 10% do valor do contrato para a outra parte.

Parágrafo único. Em caso de inexecução parcial das obrigações contidas neste instrumento, a CONTRATADA ficará sujeita a:

- Advertência;
- Pagamento de uma multa, enquanto perdurar a situação de infringência, correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, corrigido monetariamente, sem prejuízo do disposto nesta cláusula, até o prazo de 20 (vinte) dias, findo o qual o Contrato poderá ser rescindido.
- As multas serão cobradas por ocasião do primeiro pagamento que vier a ser efetuado após sua aplicação.

DA RESCISÃO IMOTIVADA

Cláusula 9ª. Poderá o presente instrumento ser rescindido por qualquer uma das partes, em qualquer momento, sem que haja qualquer tipo de motivo relevante, não obstante a outra parte deverá ser avisada previamente por escrito, no prazo de quarenta e cinco (45) dias.

Parágrafo único. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, por mútuo acordo.

Cláusula 10ª. Caso o CONTRATANTE já tenha realizado o pagamento pelo serviço, e mesmo assim, requisite a rescisão imotivada do presente contrato, terá o valor da quantia paga devolvido, deduzindo-se 2% de taxas administrativas.

Cláusula 11. Caso seja o CONTRATADO quem requeira a rescisão imotivada, deverá devolver a quantia que se refere aos serviços por ele não prestados ao CONTRATANTE, acrescido de 2% de taxas administrativas.

DO PRAZO

Cláusula 12. O CONTRATADO assume o compromisso de realizar o serviço dentro do prazo de 12 (doze meses), tendo início no dia 01 de fevereiro de 2018 até 31 de Janeiro de 2019, podendo ser renovado automaticamente por mais doze meses, de comum acordo.

DAS CONDIÇÕES GERAIS

Cláusula 13ª. Fica compactuado entre as partes a total inexistência de vínculo trabalhista entre as partes contratantes, seus profissionais contratados, sendo de sua responsabilidade estadia, deslocamento, alimentação e transporte dos profissionais, pagamento de impostos, encargos e tributos que incidirem sobre a contratação, não havendo entre CONTRATADO e CONTRATANTE qualquer tipo de relação de subordinação.

Cláusula 14ª. Este contrato deverá ser reconhecido firma no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

DO FORO

Cláusula 15ª. Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da comarca de São Lourenço do Oeste/SC;

Por estarem assim justos e contratados, firmam o presente instrumento, em três vias de igual teor, juntamente com 02(duas) testemunhas.

São Lourenço do Oeste/SC,de de 2018.

AMNOROESTE- Associação dos Municípios do Noroeste de Santa Catarina
CNPJ sob o nº 01.034.439/0001-06

Nome da Empresa
CNPJ sob o nº

Testemunha:

Secretária Executiva - AMNOROESTE
Solange do Amaral Muller – CPF 045.558.289-09

Presidente do Conselho Fiscal e Prefeito Municipal de Novo Horizonte
Vanderlei Sanagiotto – CPF 026.437.969-18

EGEM**ADITIVO DO EDITAL Nº 001.2018 - CONVOCAÇÃO_AGO 2018_EGEM**

Publicação Nº 1493811

ADITIVO AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2018 – Assembleia Geral Ordinária

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em Florianópolis de acordo com o edital nº 01/2018 publicado em 09/01/2018

A Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM, Senhora MILENA ANDERSEN LOPES BECHER, Prefeita Municipal de Vargem, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto nos arts. 9, 10, 11 “a”, 12, 13, 15 “a”, 16 “b” e 16 “f” do Estatuto Social,

CONVOCA:

Os(as) senhores(as) prefeitos(as) membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e presidentes das associações de municípios de Santa Catarina ou seus(suas) legítimos(as) representantes para a Assembleia Geral Ordinária da EGEM, com a seguinte ordem do dia:

Data: 31 de janeiro de 2018

Horário: 08h30

Local: Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis - GRANFPOLIS

Rua Cândido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis - SC

Ordem do Dia:

08h30 – Primeira chamada;

09h00 – Segunda chamada para a Abertura da Assembleia Geral Ordinária e apresentação, apreciação e deliberação:

1. Prestação de Contas relativo ao exercício de 2017, com apresentação do Relatório de Atividades e Prestação de Contas Financeira;
2. Plano de Trabalho da EGEM para 2018;
3. Pagamento de gratificação pelos serviços específicos.

10h – Encerramento da Assembleia Geral.

Florianópolis, 09 de janeiro de 2018.

MILENA ANDERSEN LOPES BECHER

Prefeita de Vargem

Presidente da EGEM

ADITIVO DO EDITAL Nº 57.2017_SEMINÁRIO DA SAÚDE

Publicação Nº 1493979

ADITIVO AO EDITAL Nº 57/2017 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NO I SEMINÁRIO ESTADUAL DE GESTORES DA POLÍTICA DE SAÚDE

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização do I Seminário Estadual De Gestores Da Política De Saúde, a realizar-se em Florianópolis de acordo com o edital nº 57/2017 publicado em 01/09/2017.

Cidade/Local	Auditório da GRANFPOLIS Rua Candido Ramos, 250, Capoeiras, Florianópolis - SC CEP: 88090-800
Período das inscrições	Até 28 de fevereiro
Vencimento do boleto de cobrança	01 de março de 2018
Período de realização	01 e 02 de março de 2018
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	150 vagas

Florianópolis, 18 de janeiro de 2018.

ADITIVO DO EDITAL Nº 70.2017_SEMINÁRIO DAS MULHERES

Publicação Nº 1494093

ADITIVO AO EDITAL Nº 70/2017 DE CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NO I SEMINÁRIO ESTADUAL DE MULHERES NA POLÍTICA E POLÍTICAS PARA AS MULHERES

A Escola de Gestão Pública – EGEM informa a alteração da data de realização do I Seminário Estadual de Mulheres na Política e Políticas para as Mulheres, a realizar-se em Bombinhas de acordo com o edital nº 70/2017 publicado em 30/10/2017.

Cidade/Local	Pousada Vila do Farol Endereço: Av. Vereador Manoel José dos Santos, 1493 Cidade: Bombinhas Bairro: Centro
Período das inscrições	Até 14 de março de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	15 de março de 2018
Período de realização	15 e 16 de março de 2018
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	100 vagas

Florianópolis, 18 de janeiro de 2018.

EDITAL Nº 02.2018- CHAMAMENTO CURSO CONFERINDO OS RELATÓRIOS DA LRF_FPOLIS

Publicação Nº 1493887

EDITAL Nº 02/2018
CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CURSO CONFERINDO OS RELATÓRIOS
DA LRF - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Destacando-se os demonstrativos que tratam da despesa de pessoal, gastos com saúde, gastos com educação e dívida pública, no intuito de promover os objetivos primordiais da LRF, ou seja, planejamento, monitoramento, controle e verificação dos limites por parte dos entes federativos.

Desta forma, propõe-se aos participantes do curso conferir os Relatórios da LRF, atuando nas regras de validações, preenchimento e consistência dos dados, com informações fidedignas, que demonstrem corretamente a situação econômica; fiscal e orçamentário do ente municipal, além de apresentar as alterações da 8ª edição do MDF, com vigência a partir de 2018.

2. PÚBLICO-ALVO

Contadores, Controladores Internos, servidores e gestores públicos que direta ou diretamente trabalham com os Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como aqueles que queiram aprofundar seus conhecimentos dos demonstrativos da LRF.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Auditório da ARIS Centro Executivo Imperatriz Rua: General Liberato Bittencourt, 1885 - 12º Andar Estreito CEP 88070-800
Período das inscrições	Até 24 de janeiro de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	25 de janeiro de 2018
Período de realização	25 e 26 de janeiro de 2018
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia <input type="checkbox"/> 25/01	
8:30h às 12:00h	Fundamentos Manual de Demonstrativos Fiscais Publicidade dos Relatórios Siconfi - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro Notas Explicativas Consolidação dos Demonstrativos Anexo RREO 1 - Balanço Orçamentário; Anexo RREO 2 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção; Anexo RREO 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida; Anexo RREO 7 - Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão; Anexo RGF 5 - Demonstrativo das Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar; Anexo RREO 11 - Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos; Anexo RREO 13 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas;
13:30h às 17:30h	Anexo RREO 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias; Anexo RREO 10 - Projeção Atuarial do Regime de Previdência; Anexo RREO 8 - Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino; Anexo RREO 12 - Demonstrativos das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde; Anexo RREO 5 - Demonstrativo do Resultado Nominal; Anexo RREO 6 - Demonstrativo do Resultado Primário;
2º Dia <input type="checkbox"/> 26/01	

8:30h às 12:00h	Anexo RGF 1 - Demonstrativo da despesa com pessoal; Anexo RGF 2 - Demonstrativo da dívida consolidada - DCL; Anexo RGF 4 - Demonstrativo das operações de crédito; Anexo RREO 9 - Receitas de Operação de Crédito e Despesas de Capital; Anexo RGF 3 - Demonstrativo das garantias e contragarantias;
-----------------	---

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTE

Dreone Mendes

Graduado em Ciências Contábeis, pós graduado em Controladoria, pós graduando em Gestão Pública Municipal; Contador Geral do Município de Luzerna (SC); Presidente do Colegiado de Contadores Públicos da Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense; Coordenador do Núcleo de Práticas Contábeis da Associação Comercial e Industrial do Oeste Catarinense; Licenciado para capacitação de demonstrativos fiscais pela Escola de Administração Fazendária; Palestrante alinhado com a Secretaria do Tesouro Nacional.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher

Prefeito de Vargem

Presidente da EGEM

EDITAL Nº 03.2018 - CHAMAMENTO CURSO A IN20 TCE-SC_FPOLIS

Publicação Nº 1493889

EDITAL Nº 03/2018

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CURSO SOBRE

A IN20 TCE-SC – Prestação de Contas de Governo e de Gestão

1. OBJETIVO DO CURSO

Orientar os Controladores Internos e Gestores Municipais para realizarem a Prestação de Contas de Governo e Prestação de Contas de Gestão do exercício financeiro de 2017.

2. PÚBLICO-ALVO

Prefeitos, Secretários, controladores internos, auditores internos e servidores que atuam no controle das secretarias de governo.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS Rua General Liberato Bittencourt, 1885 – Sala 1201 Bairro: Canto Cidade: Florianópolis/SC CEP: 88070-800
Período das inscrições	Até 28 de janeiro de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	29 de janeiro de 2018
Período de realização	29 de janeiro de 2018
Carga horária total	10 horas/aula

Quantidade de vagas	50
---------------------	----

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h 13h às 17h00 (Com intervalo de uma hora para almoço)	<p>1) Principais Conceitos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Diferenças entre contas de Governo e Contas de Gestão - Atribuições do órgão de controle interno e do órgão central do sistema de controle interno <p>2) Contas de Governo do Prefeito</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conteúdo das Contas de Governo - Relatório do órgão Central do Sistema de Controle Interno (anexo II) <p>3) Prestação de Contas de Gestão</p> <p>3.</p> <p>4.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entidades que devem prestar contas - Conteúdo da prestação de contas de Gestão - Responsáveis - Demonstrações Contábeis - Relatório de Gestão – comentários sobre o seu conteúdo - Conteúdo complementar da prestação de contas dos RPPS – comentários - Conteúdo complementar das prestações de contas dos consórcios públicos - Relatório sobre as prestações de contas. - Conteúdo do Relatório do Controle Interno sobre as contas de Gestão. <p>4) Prazos de encaminhamento das Prestações de Contas ao TCE-SC.</p>
---	---

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTE

Alexandre Alves

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública (2004). Especialista em Administração Pública (2002). Possui graduação em Direito (2007) e graduação em Ciências Contábeis (2002). Atualmente é diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 04.2018 _CHAMAMENTO CURSO DA LEI ANTICORRUPÇÃO _FPOLIS

Publicação Nº 1493903

EDITAL Nº 04/2018

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO PARA O CURSO DA LEI ANTICORRUPÇÃO: REGULAMENTAÇÃO MUNICIPAL E RESPONSABILIZAÇÃO DE PJ

1. OBJETIVO DO CURSO

Qualificar e atualizar profissionais, agentes públicos e privados, que atuam ou pretendem atuar nas áreas de licitações, contratos, administração, jurídico e controle interno, dentre outros, para:

- Conhecer a Lei 12.846, 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas por prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira;
- Apoiar os gestores na elaboração da regulamentação municipal da Lei Anticorrupção;
- Atuar na aplicação da Lei em nível municipal, para melhoria da gestão local;
- Atuar em processos de responsabilização de pessoas jurídicas.

2. PÚBLICO-ALVO

Agentes públicos e privados e demais profissionais que atuam ou pretendem atuar nas áreas de licitações, contratos, administração, jurídico e controle interno, ou em processos de responsabilização de pessoas jurídicas.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da ARIS Centro Executivo Imperatriz Rua: General Liberato Bittencourt, 1885 - 12º Andar Bairro: Canto Cidade: Florianópolis CEP 88070-800
Período das inscrições	Até 05 de fevereiro de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	06 de fevereiro de 2018
Período de realização	06 e 07 de fevereiro de 2018

Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 250,00
Demais participantes	R\$ 350,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia	
8h30 às 12h	Governança, Gestão de Riscos e Controle Interno; Dimensões da Integridade Pública e Privada; A Empresa Limpa e a Lei Anticorrupção; Responsabilidade Objetiva e Extraterritorialidade, Responsabilização, Materialidade e Autoria;
13h às 17h	Competências, Princípios e Prazos; Processo Administrativo e Coleta de Evidências; Dimensão Econômica e Financeira;
2º Dia	
8h30 às 12h	A Regulamentação Local; Acordo de Leniência e Dosimetria da Multa; Critérios e PDCA de Avaliação do Programa de Integridade e Compliance.

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTE

Rodrigo De Bona

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria Geral da União
Coordenador do Núcleo de Ações de Ouvidoria e Prevenção à Corrupção da CGU em Santa Catarina (NAOP/CGU/SC)
Bacharel em Ciências Contábeis (UFRGS, 1995)
Mestre em Administração (UFSC, 2017)

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 05.2018- CHAMAMENTO CAPACITAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DE RECURSOS_FPOLIS

Publicação Nº 1493919

EDITAL Nº 05/2018 CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NA CAPACITAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS LEIS DE INCENTIVO FISCAL E REPASSE PARA AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes acerca dos Fundos Especiais - Criança e Adolescente e Idoso, bem como sua forma de utilização. Além das regras advindas da Lei 13.019/2014 e suas alterações, quanto às parcerias realizadas pelo poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Apontar os instrumentos necessários para viabilizar as parcerias entre os municípios e as Organizações da Sociedade Civil. Disponibilizar modelos de documentos e instrumentos legais para a realização das parcerias e dos instrumentos de planejamento dos recursos especiais.

2. PÚBLICO-ALVO

Assistentes Sociais, Controladores internos, secretários, gestores municipais, servidores públicos municipais que atuam junto as OSC, diretores e presidentes das OSC e demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da ARIS Centro Executivo Imperatriz Rua: General Liberato Bittencourt, 1885 - 12º Andar Bairro: Canto Cidade: Florianópolis CEP 88070-800
Período das inscrições	Até 19 de fevereiro de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	20 de fevereiro de 2018
Período de realização	20 e 21 de fevereiro de 2018
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Docente: Janice Merigo	
8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> - Fundo da Infância e Adolescência - FIA - Como utilizar os recursos do FIA - Elaboração do Plano de Ação e Aplicação - Campanha Unificada do FIA - FECAM
Docente: Elton José Thomas	
13h às 17h	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação - Leis de incentivo (Rouanet, Lei Incentivo Esporte, PRONAS e PRONON) – exposição sintetizada - FIA e Fundo Direito do Idoso: <ul style="list-style-type: none"> * Instituição e constituição; * Elaboração e tramitação de projetos de captação * Execução e Modelos de Atuação * Prestação de Contas * Captação: Pessoas Físicas x Pessoas Jurídicas
Docente: Alexandre Alves	
8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos e definições na Lei n. 13.019/2014; - A parceria voluntária, contratos administrativos e convênios administrativos: diferenças e escopo de aplicação; - Situações em que devem e não devem ser aplicadas as regras da Lei 13.019/2014; - Obrigações iniciais dos municípios; - Peculiaridades dos Fundos Especiais (FIA e Idoso); - Dúvidas frequentes;

13h às 17h	<ul style="list-style-type: none">- Etapas da parceria;- Fase preparatória da parceria;- Requisição da parceria;- Aplicação da Lei 13019/2014;- Chamamento Público;- Dispensa e Inexigibilidade;- Celebração da parceria;- Execução da parceria;- Prestação de contas;
------------	--

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTES

Alexandre Alves

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública (2004). Especialista em Administração Pública (2002). Possui graduação em Direito (2007) e graduação em Ciências Contábeis (2002). Atualmente é diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

Elton José Thomas

Pós Graduação em Contabilidade e Gestão Publica – Universidade Comunitária de Chapecó – Unochapeco - 2006; Pós-graduação em Controladoria e Direito Tributário – Unochapeco – 2003; Graduação em Ciências Contábeis – UNOESC Chapecó – 2000; Professor Contabilidade Pública do Curso de Ciências Contábeis da UNOESC – Xanxere, período 2009-2013; Participação em Cursos e Seminários como palestrante na área de contabilidade publica, execução orçamentária, administração publica e captação de recursos; Servidor efetivo como Contador Geral Município de Itá - SC desde 15 de abril de 2003.

Janice Merigo

Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Especialista em Serviço Social e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília (UNB) e Graduada em Serviço Social pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC/Chapecó). Atuou como Assistente Social no Programa de Combate a Exploração Sexual Infanto Juvenil em Dionísio Cerqueira/SC e no Programa Sentinela, no Município de Palhoça/SC. Docente do Curso de Serviço Social no Centro Universitário Franciscano de Santa Maria de 2002 a 2007 e da Universidade do Sul de Santa Catarina de 2007 a 2014. Atualmente atua como Assistente Social na Federação Catarinense de Municípios – FECAM. Assistente Social e Coordenadora de Pós-graduação da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, onde coordena e ministra disciplinas no Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas, Demandas Familiares, Sistema Único de Assistência Social e o Trabalho Interdisciplinar, além de ministrar capacitações direcionadas a Política de Assistência Social. Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS, na gestão 2009/2012. Em 2013, organizou e publicou o Livro "O Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina: avanços e desafios a partir das experiências municipais. Ministrou o Curso de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, junto a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (CAPACITASUAS), no Estado de Santa Catarina/SC, Rio Grande do Sul/RS e Pará/PA.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher

Prefeito de Vargem

Presidente da EGEM

EDITAL Nº 06.2018 - CHAMAMENTO CURSO DESIGN THINKING_FPOLIS

Publicação Nº 1493930

EDITAL Nº 06/2018
CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CURSO
DESIGN THINKING - INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO

1. OBJETIVO DO CURSO

O objetivo do curso é estimular a criação de projetos e ideias inovadoras. Não basta só ter a ideia, é preciso saber como colocá-la em prática, validá-la e apresentá-la para os gestores. Prepare-se para participar de um curso super dinâmico, onde faremos uso das mais inovadoras metodologias de criação de novos negócios.

2. PÚBLICO-ALVO

Profissionais de comunicação do setor público.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Auditório do Centro executivo Imperatriz – 1º andar R. Gen. Liberato Bitencourt, 1885 Canto, Florianópolis CEP 88075-290
Período das inscrições	Até 21 de fevereiro de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	22 de fevereiro de 2018
Período de realização	22 e 23 de fevereiro de 2018
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	30

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em

caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;

c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;

d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia	
8h30 às 12h	- Comportamento digital e números - Inovações Tecnológicas
13h às 17h	- Conceitos de Design Thinking
2º Dia	
8h30 às 12h	- Desenvolvendo Design Thinking na prática

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTE

Gabriel Leite

Publicitário, Professor, Consultor e Empreendedor. Pós-graduado em Marketing Digital, cofundador de uma das primeiras agências especializada em mídias sociais, a Mentres Digitais. Um dos organizadores do Meetup Growth Hacking em Florianópolis. Colunista do portal e-commerce brasil, ministra aulas, cursos e palestras sobre comunicação e marketing digital pelo Brasil, recentemente atuou como consultor e palestrante oficial, em um projeto do Facebook Brasil, na Feira Empreendedor promovida pelo Sebrae, em São Paulo. Já palestrou em diversas empresas e universidades como: Peixe Urbano, ESPM/SP, UNIFOR/CE, ADVB/SC, Faculdade SENAC, CRA, Google Business Event, ABIH, Feira do Empreendedor SEBRAE, Campus Party, entre outros. Escreveu o prefácio do livro "A Revolução das Mídias Sociais", fez parte dos e-books "Comunicação e Marketing Digitais", "Criando o seu negócio de Educação Online", e colaborou com o livro "Etiqueta 3.0". Integrou a coordenação de mídias sociais de Campanhas Eleitorais a nível nacional, foi mentor no Startup Weekend, Circuito Startup e voluntário no evento Hackaton, focado em empreendedorismo social. Fez parte do projeto Social Brunch e criou o grupo Criatividade nas Mídias Sociais no Facebook.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 07.2018 - CHAMAMENTO CURSO SOBRE SICONV - MÓDULO OBTV_FPOLIS

Publicação Nº 1493946

EDITAL Nº 07/2018

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CURSO SOBRE SICONV: MÓDULO OBTV - ORDEM BANCÁRIA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os Gestores Municipais de Convênios para operacionalização do módulo OBTV – Ordem Bancária de Transferências Voluntária do SICONV – Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal

2. PÚBLICO-ALVO

Gestores municipais de convênios e demais servidores que atuam na execução e prestação de contas de convênios federais.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da ARIS Centro Executivo Imperatriz Rua: General Liberato Bittencourt, 1885 - 12º Andar Bairro: Estreito Cidade: Florianópolis CEP 88070-800
Período das inscrições	Até 26 de fevereiro de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	27 de fevereiro de 2018
Período de realização	27 e 28 de fevereiro de 2018
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia	
8h às 12h	OBTV – Conceitos Iniciais Execução Definir Ordenador de Despesa OBTV Cadastrar Credor da Transferência Voluntária Autorizar e Enviar Domicílio Bancário ao SIAFI Tipos de OBTV Aplicação em Poupança OBTV Pagamento a Fornecedor Pagamento a Fornecedor - Transferência Bancária Pagamento a Fornecedor - Pagamento no Caixa OBTV para o Conveniente OBTV Tributos Devolução de Recursos Consultar Movimentação Financeira
13h30 às 17h30	Autorizar Movimentação Financeira Autorizar Movimentação Financeira - Gestor Financeiro do Conveniente Autorizar Movimentação Financeira - Ordenador de Despesa OBTV Cancelar Movimentação Financeira Consultar Extrato Bancário Conciliação Bancária Classificar Ingresso de Recurso Discriminar OBTV para o Conveniente
2º Dia	
8h às 12h	Prestação de Contas Resgate Total das Aplicações Devolução do Saldo Remanescente Autorizar Movimentação Financeira Autorizar Movimentação Financeira - Gestor Financeiro do Conveniente Autorizar Movimentação Financeira - Ordenador de Despesa OBTV Cancelar Movimentação Financeira

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTE

Sergio Pavan Margarido

Sérgio Pavan Margarido, economista formado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas (SP), e mestre em Teoria Econômica, também pela UNICAMP. Foi Diretor Tributário e Secretário de Fazenda da Prefeitura Municipal de Maringá (PR) e Supervisor Departamental da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Campinas (SP), onde foi responsável pelo gerenciamento de toda a área de arrecadação de tributos municipais. Vem realizando programas de capacitação que abordam a captação de recursos federais e a utilização do SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse) desde 2008, quando o sistema foi criado. Seus cursos conquistaram posição de destaque no cenário nacional, tendo sido frequentados por milhares de profissionais de órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos, universidades e institutos de pesquisa.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
 Prefeito de Vargem
 Presidente da EGEM

EDITAL Nº 09.2018 - CHAMAMENTO CURSO SOBRE SICONV - MÓDULO OBTV-CHAPECÓ

Publicação Nº 1494081

EDITAL Nº 09/2018

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CURSO SOBRE SICONV: MÓDULO OBTV - ORDEM BANCÁRIA DE TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os Gestores Municipais de Convênios para operacionalização do módulo OBTV – Ordem Bancária de Transferências Voluntária do SICONV – Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal

2. PÚBLICO-ALVO

Gestores municipais de convênios e demais servidores que atuam na execução e prestação de contas de convênios federais.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	AMOSC - Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina Avenida Getúlio Dorneles Vargas, 571 Centro, Chapecó – SC CEP 89812-000
Período das inscrições	Até 05 de março de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	06 de março de 2018
Período de realização	06 e 07 de março de 2018
Carga horária total	15 horas/aula
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de

espera automaticamente;

d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia	
8h às 12h	OBTV – Conceitos Iniciais Execução Definir Ordenador de Despesa OBTV Cadastrar Credor da Transferência Voluntária Autorizar e Enviar Domicílio Bancário ao SIAFI Tipos de OBTV Aplicação em Poupança OBTV Pagamento a Fornecedor Pagamento a Fornecedor - Transferência Bancária Pagamento a Fornecedor - Pagamento no Caixa OBTV para o Conveniente OBTV Tributos Devolução de Recursos Consultar Movimentação Financeira
13h30 às 17h30	Autorizar Movimentação Financeira Autorizar Movimentação Financeira - Gestor Financeiro do Conveniente Autorizar Movimentação Financeira - Ordenador de Despesa OBTV Cancelar Movimentação Financeira Consultar Extrato Bancário Conciliação Bancária Classificar Ingresso de Recurso Discriminar OBTV para o Conveniente
2º Dia	
8h às 12h	Prestação de Contas Resgate Total das Aplicações Devolução do Saldo Remanescente Autorizar Movimentação Financeira Autorizar Movimentação Financeira - Gestor Financeiro do Conveniente Autorizar Movimentação Financeira - Ordenador de Despesa OBTV Cancelar Movimentação Financeira

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTE

Sergio Pavan Margarido

Economista formado pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), em Campinas (SP), e mestre em Teoria Econômica, também pela UNICAMP. Foi Diretor Tributário e Secretário de Fazenda da Prefeitura Municipal de Maringá (PR) e Supervisor Departamental da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Campinas (SP), onde foi responsável pelo gerenciamento de toda a área de arrecadação de tributos municipais. Vem realizando programas de capacitação que abordam a captação de recursos federais e a utilização do SICONV (Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse) desde 2008, quando o sistema foi criado. Seus cursos conquistaram posição de destaque no cenário nacional, tendo sido frequentados por milhares de profissionais de órgãos públicos, entidades privadas sem fins lucrativos, universidades e institutos de pesquisa.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.

b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 10.2018- CHAMAMENTO CURSO SOBRE O TRABALHO COM GRUPOS_SMO

Publicação Nº 1494110

EDITAL Nº 10/2018

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CURSO SOBRE O TRABALHO COM GRUPOS NOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

1. OBJETIVOS DO CURSO

Objetivo geral:

Proporcionar um espaço de discussão sobre o trabalho em grupos nos serviços socioassistenciais a partir da apresentação de referenciais teórico-metodológicos e da reflexão sobre os desafios dos profissionais em seu cotidiano de trabalho.

Objetivos específicos:

- Apresentar e discutir referenciais teórico-metodológicos sobre o trabalho com grupos nos serviços socioassistenciais.
- Proporcionar a reflexão sobre situações grupais vivenciadas pelos profissionais.
- Instrumentalizar os profissionais para execução de atividades grupais com diferentes faixas etárias e intergeracionais.

2. PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores e trabalhadoras que atuam em serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e/ou especial.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da AMEOSC R. Padre Aurélio Canzi, 1628 Centro, São Miguel do Oeste – SC CEP 89900-000
Período das inscrições	Até 14 de março de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	15 de março de 2018
Período de realização	15 e 16 de março de 2018
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	40

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 300,00
Demais participantes	R\$ 400,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia	
08h30 às 12h	O trabalho com grupos nos serviços socioassistenciais: premissas da política de Assistência Social
13h30 às 17h30	Desafios do trabalho em grupo e com grupos: reflexões sobre as experiências cotidianas
2º Dia	
08h30 às 12h	Referenciais teórico-metodológicos do trabalho grupal
13h30 às 17h30	Grupos com diferentes faixas etárias e intergeracionais: estratégias e metodologias

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTES

A equipe responsável por essa proposta é composta por quatro profissionais, com larga experiência no desenvolvimento de metodologias participativas no âmbito da política de assistência social, como também no âmbito da proteção de direitos de crianças e adolescentes. Considerando a natureza da proposta o trabalho será sempre conduzido por uma dupla de profissionais, cuja composição será feita a partir da perspectiva de interdisciplinariedade e considerando maiores aportes que as diferentes profissionais possam oferecer a depender do tema a ser abordado. A dupla de profissionais permite ainda que as facilitadoras possam, se revezar no acompanhamento dos grupos, sistematização de debates e aporte de conteúdos a partir das questões e desafios apresentados pelos participantes. Segue uma breve apresentação da equipe envolvida.

Abigail Silvestre Torres: Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social da PUC-SP. Docente de graduação e pós-graduação. Consultora na gestão pública nos seguintes temas: política de assistência social, infância e adolescência e controle social. Atua como consultora para fortalecimento do SUAS, na produção de cadernos de orientação técnica, pesquisas e sistematização de conhecimentos. Desenvolve processos de capacitação para trabalhadores e conselheiros da Assistência Social em âmbito municipal. Atua na política de assistência social há quase 30 anos tendo exercido funções de gestão, controle social e atenção direta à população.

Stela da Silva Ferreira: Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1998), mestre (2010) e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou por 10 anos como pesquisadora na Universidade de São Paulo em projetos nas áreas de direitos sociais, trajetórias e mobilidades urbanas de famílias trabalhadoras. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social (NEPSAS-PUCSP). Participa de coletivos de profissionais voltados à elaboração, sistematização e realização de processos de educação em serviço na política de assistência social. Consultora do MDS e do CNAS na elaboração de textos e materiais didáticos para a disseminação de conhecimentos e práticas que potencializam a democratização da atuação de agentes públicos. Consultora em Educação Permanente na Assistência Social em âmbito federal e municipal. Docente em cursos de pós graduação (Especialização) com foco em políticas sociais.

Carina Ferreira Guedes: Psicóloga pela Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia Social pela mesma instituição com a dissertação "Acolhimento Institucional na Assistência à Infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo". Trabalhou como psicóloga em acolhimento institucional para crianças e adolescentes. É fundadora e coordenadora do Núcleo Entretempos, atuando com formação de profissionais e assessorias na política de Assistência Social. É consultora de projetos de capacitação, diagnósticos e avaliações na área social e trabalha com formação e supervisão clínico-institucional para equipes que atuam na garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Fernanda Ghiringhello Sato: Psicóloga pela Universidade de São Paulo. Atuou em projeto com crianças em situação de rua e medidas socio-educativas em meio aberto. Foi consultora do Projeto Quadros – Jovens em conflito com a lei. É fundadora e coordenadora do Núcleo Entretempos, consultora de projetos que atuam na garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens e trabalha com supervisão técnica. Realiza capacitação e supervisão para equipes dos serviços socioassistenciais prestados nas unidades públicas e nas ONGs.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 11.2018- CHAMAMENTO CAPACITAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DE RECURSOS _CHAPECÓ

Publicação Nº 1494132

EDITAL Nº 11/2018

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO CAPACITAÇÃO SOBRE A APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS LEIS DE INCENTIVO FISCAL E REPASSE PARA AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os participantes acerca dos Fundos Especiais - Criança e Adolescente e Idoso, bem como sua forma de utilização. Além das regras advindas da Lei 13.019/2014 e suas alterações, quanto às parcerias realizadas pelo poder público com as Organizações da Sociedade Civil. Apontar os instrumentos necessários para viabilizar as parcerias entre os municípios e as Organizações da Sociedade Civil. Disponibilizar modelos de documentos e instrumentos legais para a realização das parcerias e dos instrumentos de planejamento dos recursos especiais.

2. PÚBLICO-ALVO

Assistentes Sociais, Controladores internos, secretários, gestores municipais, servidores públicos municipais que atuam junto as OSC, diretores e presidentes das OSC e demais interessados.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	AMOSC - Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina Av. Getúlio Vargas, 571, Centro Chapecó - SC CEP: 89812-000
Período das inscrições	Até 26 de março de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	27 de março de 2018
Período de realização	27 e 28 de março de 2018
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Docente: Janice Merigo	
8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> - Fundo da Infância e Adolescência - FIA - Como utilizar os recursos do FIA - Elaboração do Plano de Ação e Aplicação - Campanha Unificada do FIA - FECAM
Docente: Elton José Thomas	
13h às 17h	<ul style="list-style-type: none"> - Legislação - Leis de incentivo (Rouanet, Lei Incentivo Esporte, PRONAS e PRONON) – exposição sintetizada - FIA e Fundo Direito do Idoso: <ul style="list-style-type: none"> * Instituição e constituição; * Elaboração e tramitação de projetos de captação * Execução e Modelos de Atuação * Prestação de Contas * Captação: Pessoas Físicas x Pessoas Jurídicas
Docente: Alexandre Alves	
8h30 às 12h	<ul style="list-style-type: none"> - Conceitos e definições na Lei n. 13.019/2014; - A parceria voluntária, contratos administrativos e convênios administrativos: diferenças e escopo de aplicação; - Situações em que devem e não devem ser aplicadas as regras da Lei 13.019/2014; - Obrigações iniciais dos municípios; - Peculiaridades dos Fundos Especiais (FIA e Idoso); - Dúvidas frequentes;
13h às 17h	<ul style="list-style-type: none"> - Etapas da parceria: - Fase preparatória da parceria; - Requisição da parceria; - Aplicação da Lei 13019/2014; - Chamamento Público; - Dispensa e Inexigibilidade; - Celebração da parceria; - Execução da parceria; - Prestação de contas;

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTE

Alexandre Alves

Mestre em Gestão de Políticas Públicas (2014). Especialista em Controladoria e Administração Pública (2004). Especialista em Administração Pública (2002). Possui graduação em Direito (2007) e graduação em Ciências Contábeis (2002). Atualmente é diretor da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade e Finanças Públicas, atuando principalmente nos seguintes temas: lei de responsabilidade fiscal, controle dos bens patrimoniais, contabilidade pública, controle interno e controle público.

Elton José Thomas

Pós Graduação em Contabilidade e Gestão Pública – Universidade Comunitária de Chapecó – Unochapeco - 2006; Pós-graduação em Controladoria e Direito Tributário – Unochapeco – 2003; Graduação em Ciências Contábeis – UNOESC Chapecó – 2000; Professor Contabilidade Pública do Curso de Ciências Contábeis da UNOESC – Xanxere, período 2009-2013; Participação em Cursos e Seminários como palestrante na área de contabilidade pública, execução orçamentária, administração pública e captação de recursos; Servidor efetivo como Contador Geral Município de Itá - SC desde 15 de abril de 2003.

Janice Merigo

Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Especialista em Serviço Social e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília (UNB) e Graduada em Serviço Social pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC/Chapecó). Atuou como Assistente Social no Programa de Combate a Exploração Sexual Infanto Juvenil em Dionísio Cerqueira/SC e no Programa Sentinela, no Município de Palhoça/SC. Docente do Curso de Serviço Social no Centro Universitário Franciscano de Santa Maria de 2002 a 2007 e da Universidade do Sul de Santa Catarina de 2007 a 2014. Atualmente atua como Assistente Social na Federação Catarinense de Municípios – FECAM. Assistente Social e Coordenadora de Pós-graduação da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, onde coordena e ministra disciplinas no Curso de Pós-graduação em Gestão Social de Políticas Públicas, Demandas Familiares, Sistema Único de Assistência Social e o Trabalho Interdisciplinar, além de ministrar capacitações direcionadas a Política de Assistência Social. Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS, na gestão 2009/2012. Em 2013, organizou e publicou o Livro "O Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina: avanços e desafios a partir das experiências municipais. Ministrou o Curso de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS, junto a Rede Nacional de Capacitação e Educação Permanente do SUAS (CAPACITASUAS), no Estado de Santa Catarina/SC, Rio Grande do Sul/RS e Pará/PA.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 12.2018 - CHAMAMENTO CURSO SOBRE O TRABALHO ARTICULADO NO SUAS_SMO

Publicação Nº 1494149

EDITAL Nº 12/2018

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NO CURSO SOBRE O TRABALHO ARTICULADO NO SUAS: AMPLIANDO RESPONSABILIDADES DE PROTEÇÃO INTEGRAL

1. OBJETIVO DO CURSO

Objetivo geral: Estimular a reflexão sobre a natureza do trabalho social no SUAS, na sua dimensão de incompletude em cada serviço e a necessária complementariedade e articulação entre serviços.

Objetivos específicos:

- Apresentar e discutir referenciais teórico-metodológicos sobre os compromissos de proteção do SUAS e sobre os resultados esperados da intervenção nos serviços.
- Analisar os desafios de articulação no cotidiano dos serviços, tendo como referência a matriz territorial e familiar.

2. PÚBLICO-ALVO

Trabalhadores e trabalhadoras que atuam em serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica e/ou especial.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da AMEOSC R. Padre Aurélio Canzi, 1628 Centro, São Miguel do Oeste - SC CEP 89900-000
Período das inscrições	Até 08 de abril de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	09 de abril de 2018
Período de realização	09 e 10 de abril de 2018
Carga horária total	20 horas/aula
Quantidade de vagas	40

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I – Dos Valores

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 450,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia	
08h30 às 12h	Os resultados esperados da Proteção Social no SUAS.

13h30 às 17h30	Olhando para responsabilidades compartilhadas sobre situações de sofrimento e desproteção
2º Dia	
08h30 às 12h	Como desenvolver o trabalho social de forma a potencializar a articulação?
13h30 às 17h30	Competências necessárias para uma ação articulada,

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTES

A equipe responsável por essa proposta é composta por quatro profissionais, com larga experiência no desenvolvimento de metodologias participativas no âmbito da política de assistência social, como também no âmbito da proteção de direitos de crianças e adolescentes. Considerando a natureza da proposta o trabalho será sempre conduzido por uma dupla de profissionais, cuja composição será feita a partir da perspectiva de interdisciplinariedade e considerando maiores aportes que as diferentes profissionais possam oferecer a depender do tema a ser abordado. A dupla de profissionais permite ainda que as facilitadoras possam, se revezar no acompanhamento dos grupos, sistematização de debates e aporte de conteúdos a partir das questões e desafios apresentados pelos participantes. Segue uma breve apresentação da equipe envolvida.

Abigail Silvestre Torres: Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social da PUC-SP. Docente de graduação e pós-graduação. Consultora na gestão pública nos seguintes temas: política de assistência social, infância e adolescência e controle social. Atua como consultora para fortalecimento do SUAS, na produção de cadernos de orientação técnica, pesquisas e sistematização de conhecimentos. Desenvolve processos de capacitação para trabalhadores e conselheiros da Assistência Social em âmbito municipal. Atua na política de assistência social há quase 30 anos tendo exercido funções de gestão, controle social e atenção direta à população.

Stela da Silva Ferreira: Graduada em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1998), mestre (2010) e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Atuou por 10 anos como pesquisadora na Universidade de São Paulo em projetos nas áreas de direitos sociais, trajetórias e mobilidades urbanas de famílias trabalhadoras. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Seguridade e Assistência Social (NEPSAS-PUCSP). Participa de coletivos de profissionais voltados à elaboração, sistematização e realização de processos de educação em serviço na política de assistência social. Consultora do MDS e do CNAS na elaboração de textos e materiais didáticos para a disseminação de conhecimentos e práticas que potencializam a democratização da atuação de agentes públicos. Consultora em Educação Permanente na Assistência Social em âmbito federal e municipal. Docente em cursos de pós graduação (Especialização) com foco em políticas sociais.

Carina Ferreira Guedes: Psicóloga pela Universidade de São Paulo. Mestre em Psicologia Social pela mesma instituição com a dissertação "Acolhimento Institucional na Assistência à Infância: reflexões a partir da experiência de um abrigo". Trabalhou como psicóloga em acolhimento institucional para crianças e adolescentes. É fundadora e coordenadora do Núcleo Entretempos, atuando com formação de profissionais e assessorias na política de Assistência Social. É consultora de projetos de capacitação, diagnósticos e avaliações na área social e trabalha com formação e supervisão clínico-institucional para equipes que atuam na garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Fernanda Ghiringhello Sato: Psicóloga pela Universidade de São Paulo. Atuou em projeto com crianças em situação de rua e medidas socio-educativas em meio aberto. Foi consultora do Projeto Quadros – Jovens em conflito com a lei. É fundadora e coordenadora do Núcleo Entretempos, consultora de projetos que atuam na garantia de direitos de crianças, adolescentes e jovens e trabalha com supervisão técnica. Realiza capacitação e supervisão para equipes dos serviços socioassistenciais prestados nas unidades públicas e nas ONGs.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 13.2018- CHAMAMENTO OFICINA SOBRE METODOLOGIA DE TRABALHO NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO_FPOLIS

Publicação Nº 1494169

EDITAL Nº 13/2018

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NA OFICINA SOBRE METODOLOGIA DE TRABALHO NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar as equipes técnicas e demais interessados na execução dos Serviços de Acolhimento Familiar e Institucional, com enfoque para o trabalho com as famílias de origem e os instrumentos de trabalho, os quais qualificam a oferta do serviços.

2. PÚBLICO-ALVO

Equipes Interdisciplinares que atuam nos Serviços de Acolhimento, Técnicos das equipes de Gestão Municipal, Conselheiros de Direitos e Tutelares, demais interessados.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Auditório da ARIS Centro Executivo Imperatriz Rua: General Liberato Bittencourt, 1885 - 12º Andar Bairro: Canto Cidade: Florianópolis CEP 88070-800
Período das inscrições	Até 22 de maio de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	23 de maio de 2018
Período de realização	23, 24 e 25 de maio de 2018
Carga horária total	30 horas/aula
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 500,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia – Janice Merigo	
8h30 às 12h	<p>O Sistema Único de Assistência Social - SUAS</p> <p>Proteção Social Especial de Alta Complexidade</p> <p>Antecedentes dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes</p> <p>Princípios dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes</p> <p>O Reordenamento dos Serviços de Acolhimento</p> <p>A Regionalização dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes</p> <p>Orientações Metodológicas para implantação do Serviço de Família Acolhedora</p> <p>Serviço de Família Acolhedora: definição, público-alvo, aspectos físicos, recursos humanos.</p> <p>Funcionamento do serviço de acolhimento em Família Acolhedora: acolhida, avaliação inicial, avaliação documental, seleção, capacitação, cadastramento, acompanhamento.</p>
13h às 17h	<p>Implantação Legal do Serviço de Família Acolhedora: elaboração das Leis Municipais e diálogo com o CMDCA e CMAS</p> <p>Plano de Atividades para o processo de implantação do Serviço de Família Acolhedora</p> <p>Processo de Seleção das Famílias Acolhedoras</p> <p>Capacitação e Formação Continuada das Famílias Acolhedoras</p> <p>Projeto Político Pedagógico nos Serviços de Acolhimento</p> <p>Concepções, roteiro e processo de elaboração.</p>
2º Dia – Jane Valente	
8h30 às 12h	<p>Estudo Diagnóstico</p> <p>Elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA</p> <p>Construção da História de Vida das Crianças e Adolescentes</p>
13h às 17h	<p>Articulação Intersectorial: Assistência Social, Saúde e Educação</p> <p>Articulação com o Sistema de Justiça</p> <p>Construção do Fluxo de Acolhimento em Família Acolhedora</p>
3º Dia – Jane Valente	
8h30 às 12h	<p>Acompanhamento da Família de Origem</p> <p>Acompanhamento da Família Acolhedora</p>
13h às 17h	<p>Desligamento das crianças e adolescentes do serviço de acolhimento</p> <p>Acompanhamento após o desligamento</p>

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTES

Jane Valente, Assistente Social, Especialista em Violência Doméstica contra a criança e o adolescente pela USP, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo, Terapeuta Familiar pelo ITFC, Presidente e Vice Presidente do CMDCA de 2009 a 2012, Coordenadora do Serviço SAPECA de famílias acolhedoras durante 07 anos, de 2000 a 2007, Assessora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade de Crianças e Adolescentes, responsável pela elaboração e implementação do Plano de reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes de 2007 a 2013, Secretária Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar da Prefeitura de Campinas/SP de 2013 a 2016, Membro do Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária desde 2006, Consultora da Rede Latinoamericana

de Acolhimento Familiar (RELAF) desde 2004. Autora do livro Família Acolhedora: Relações de Cuidado e de Proteção no Serviço de Acolhimento, Paulus Editora, 2014 (resultado da tese de doutorado). Formação em Liderança Executiva para a Primeira Infância, Harvard, FMCSV e Insper, 2017.

Janice Merigo, Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Especialista em Serviço Social e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília (UNB), Docente do Curso de Serviço Social no Centro Universitário Franciscano – UNIFRA (2002 a 2007) e da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (2007 a 2014), Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS (2009/2012), Organizadora do Livro "O Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina: avanços e desafios a partir das experiências municipais (2013), Assessorou os Municípios da Região da AMFRI na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Serviços de Acolhimento, Assessora pela FECAM, em conjunto com as Associações de Municípios do processo de implantação e execução dos Serviços de Família Acolhedora em SC e do processo de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar, Membro do Grupo Interinstitucional de Acolhimento em SC.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- b) O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

EDITAL Nº 14.2018- CHAMAMENTO OFICINA SOBRE METODOLOGIA DE TRABALHO NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO_CHAPECÓ

Publicação Nº 1494186

EDITAL Nº 14/2018

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO NA OFICINA SOBRE METODOLOGIA DE TRABALHO NOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar as equipes técnicas e demais interessados na execução dos Serviços de Acolhimento Familiar e Institucional, com enfoque para o trabalho com as famílias de origem e os instrumentos de trabalho, os quais qualificam a oferta do serviços.

2. PÚBLICO-ALVO

Equipes Interdisciplinares que atuam nos Serviços de Acolhimento, Técnicos das equipes de Gestão Municipal, Conselheiros de Direitos e Tutelares, demais interessados.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Auditório da AMOSC Av. Getúlio Vargas, 571, Centro Chapecó - SC CEP: 89812-000
Período das inscrições	Até 12 de junho de 2018
Vencimento do boleto de cobrança	13 de junho de 2018
Período de realização	13, 14 e 15 de junho de 2018
Carga horária total	30 horas/aula
Quantidade de vagas	50

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I – Dos Valores**

Tipo de inscrição <input type="checkbox"/> PARCELA ÚNICA	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 350,00
Demais participantes	R\$ 500,00

Local da inscrição: Site da EGEM: <http://egem.org.br/>

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885. Canto - Florianópolis/SC – CEP 88070-800 - Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil: 001 - Agência: 3174-7 - Conta Corrente: 890742-0

Informações referentes ao pagamento:

1. Ao efetuar a inscrição, emita seu boleto bancário para pagamento.
2. A efetivação da inscrição está vinculada ao upload do empenho no ambiente virtual do curso.
3. A nota fiscal eletrônica de prestação de serviço será emitida na data de realização do evento, após a identificação de presença no sistema, e enviada para o e-mail cadastrado no ato da inscrição.

Em caso de dúvidas, contatar o setor financeiro pelo adm@egem.org.br ou 48 3221 8800.

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

1º Dia – Janice Merigo	
8h30 às 12h	O Sistema Único de Assistência Social - SUAS Proteção Social Especial de Alta Complexidade
	Antecedentes dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes Princípios dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
	O Reordenamento dos Serviços de Acolhimento
	A Regionalização dos Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
	Orientações Metodológicas para implantação do Serviço de Família Acolhedora Serviço de Família Acolhedora: definição, público-alvo, aspectos físicos, recursos humanos.
	Funcionamento do serviço de acolhimento em Família Acolhedora: acolhida, avaliação inicial, avaliação documental, seleção, capacitação, cadastramento, acompanhamento

13h às 17h	<p>Implantação Legal do Serviço de Família Acolhedora: elaboração das Leis Municipais e diálogo com o CMDCA e CMAS</p> <p>Plano de Atividades para o processo de implantação do Serviço de Família Acolhedora</p> <p>Processo de Seleção das Famílias Acolhedoras</p> <p>Capacitação e Formação Continuada das Famílias Acolhedoras</p> <p>Projeto Político Pedagógico nos Serviços de Acolhimento</p> <p>Concepções, roteiro e processo de elaboração.</p>
2º Dia – Jane Valente	
8h30 às 12h	<p>Estudo Diagnóstico</p> <p>Elaboração do Plano Individual de Atendimento – PIA</p> <p>Construção da História de Vida das Crianças e Adolescentes</p>
13h às 17h	<p>Articulação Intersetorial: Assistência Social, Saúde e Educação</p> <p>Articulação com o Sistema de Justiça</p> <p>Construção do Fluxo de Acolhimento em Família Acolhedora</p>
3º Dia – Jane Valente	
8h30 às 12h	<p>Acompanhamento da Família de Origem</p> <p>Acompanhamento da Família Acolhedora</p>
13h às 17h	<p>Desligamento das crianças e adolescentes do serviço de acolhimento</p> <p>Acompanhamento após o desligamento</p>

* Programação sujeita a alteração, confira a programação atualizada no site.

7. PALESTRANTES

Jane Valente, Assistente Social, Especialista em Violência Doméstica contra a criança e o adolescente pela USP, Mestre e Doutora em Serviço Social pela PUC de São Paulo, Terapeuta Familiar pelo ITFC, Presidente e Vice Presidente do CMDCA de 2009 a 2012, Coordenadora do Serviço SAPECA de famílias acolhedoras durante 07 anos, de 2000 a 2007, Assessora da Proteção Social Especial de Alta Complexidade de Crianças e Adolescentes, responsável pela elaboração e implementação do Plano de reordenamento dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes de 2007 a 2013, Secretária Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar da Prefeitura de Campinas/SP de 2013 a 2016, Membro do Grupo de Trabalho Nacional Pró Convivência Familiar e Comunitária desde 2006, Consultora da Rede Latinoamericana de Acolhimento Familiar (RELAF) desde 2004. Autora do livro Família Acolhedora: Relações de Cuidado e de Proteção no Serviço de Acolhimento, Paulus Editora, 2014 (resultado da tese de doutorado). Formação em Liderança Executiva para a Primeira Infância, Harvard, FMCSV e Insper, 2017.

Janice Merigo, Assistente Social, Mestre em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Especialista em Serviço Social e Competências Profissionais pela Universidade de Brasília (UNB), Docente do Curso de Serviço Social no Centro Universitário Franciscano – UNIFRA (2002 a 2007) e da Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL (2007 a 2014), Presidente do Conselho Estadual de Assistência Social CEAS (2009/2012), Organizadora do Livro "O Sistema Único de Assistência Social em Santa Catarina: avanços e desafios a partir das experiências municipais (2013), Assessorou os Municípios da Região da AMFRI na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Serviços de Acolhimento, Assessora pela FECAM, em conjunto com as Associações de Municípios do processo de implantação e execução dos Serviços de Família Acolhedora em SC e do processo de Reordenamento dos Serviços de Acolhimento Institucional e Familiar, Membro do Grupo Interinstitucional de Acolhimento em SC.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

- A EGEM reserva-se no direito de cancelar ou alterar a data do evento caso não atinja o número mínimo de participantes.
- O evento terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.
- a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal – EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

Milena Andersen Lopes Becher
Prefeito de Vargem
Presidente da EGEM

GRANFPOLIS

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DE 15/12/2017

Publicação Nº 1493877

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, realizada as dez horas e vinte minutos do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na Sala dos Colegiados da sede da Associação dos Municípios da Região da Grande Florianópolis, localizada na Rua Cândido Ramos nº 250, Capoeiras, Florianópolis, Santa Catarina, atendendo ao Edital de Convocação Nº 003/2017, com as presenças de Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, sendo composta a mesa dos trabalhos pelo Senhor Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, Presidente da Associação, pela Senhora Adeliana Dal Pont, Prefeita Municipal de São José e Presidente da Federação Catarinense de Municípios – FECAM e pelo Diretor Executivo da Associação Miguel Augusto Forbeck Faraco, tendo o Presidente aberto a Assembleia cumprimentando a todos e agradecendo as presenças e passou a palavra à Presidente da FECAM, Adeliana Dal Pont que informou que a Assembleia para eleição da nova Diretoria da entidade será realizada no dia trinta e um de janeiro na sede da GRANFPOLIS, solicitando a indicação de três nomes pela Associação para comporem a possíveis chapas que concorrerão à eleição tendo sido indicados por unanimidade os seguintes nomes: Adeliana Dal Pont, Prefeita Municipal de São José (PSD); Naudir Antônio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner (PMDB) e Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento (PP). A seguir tratou-se da situação estatutária dos Municípios de Palhoça e Florianópolis, ficando acordado por unanimidade que a contribuição de Florianópolis será de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) e Palhoça será de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), a partir de janeiro de dois mil e dezoito, e também estabeleceu-se que Biguaçu, passaria a pagar R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais) e que Tijucas e São João Batista contribuiriam com 1,4% (um vírgula, quatro por cento) do Fundo de Participação dos Municípios e os demais seriam mantidos os percentuais atuais, ficando Florianópolis e Palhoça anistiados dos valores em atraso, com a Presidência e a Diretoria Executiva buscando receber de Florianópolis os valores empenhados no ano de dois mil e quinze e tratar da permuta do terreno da atual sede pela antiga sede hoje cedida em comodato para a Prefeitura Municipal de Florianópolis. Na sequência foram submetidos ao plenário as propostas de alteração do Estatuto que foram rejeitadas pela maioria dos presentes, com votos divergente do Presidente da Câmara Municipal de São José, Orvino Coelho de Ávila. E nada mais havendo a tratar o Presidente Juliano Duarte Campos desejou a todos um Feliz Natal e Próspero Ano Novo e deu por encerrada a Assembleia, sendo por mim Miguel Augusto Forbeck Faraco, Secretário Executivo, lavrada a presente Ata que vai por mim e pelo Presidente, assinada.

Florianópolis, 15 de dezembro de 2017.

MIGUEL AUGUSTO FORBECK FARACO JULIANO DUARTE CAMPO
Diretor Executivo Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos
PRESIDENTE

Consórcios

AGIR

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2017

Publicação Nº 1494166

ATA DE LICITAÇÃO DESERTA

DATA: 18/01/2018. HORÁRIO: 9h00min.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 022/2017.

OBJETO: Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.

Aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, com início às nove horas, deu-se início, na sala de reuniões, no prédio da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, situado na Rua Alberto Stein, 466, Velha, em Blumenau, Santa Catarina, da sessão pública para o recebimento de propostas e documentos relativos a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 022/2017, que tem por objeto registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos, com a presença do Pregoeiro Sr. André Domingos Goetzinger e da equipe de apoio formada pela Sra. Ana Claudia Hafemann e pelo Sr. Vitor Zanella Junior, designados pelo Decreto nº 024/2017. Considerando que não compareceram empresas interessadas em participar do certame regido pelo Edital de Licitação nº 022/2017, na modalidade Pregão Presencial, os membros da Comissão Permanente de Licitação declararam a licitação deserta. Ante à importância da contratação do objeto pela Administração, o Pregoeiro, Sr. André Domingos Goetzinger, no uso de suas atribuições, determinou o encerramento do presente Edital e o lançamento de novo Edital nos mesmos termos deste para contratação do objeto. Após este ato, nada mais havendo digno de nota, esta Comissão declarou encerrada a sessão pública aos dezoito dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, com a lavratura da presente ata que segue assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação presentes. Esta ata terá publicidade conforme legislação e uma cópia afixada no quadro próprio de avisos oficiais da AGIR.

Comissão:

ANDRÉ DOMINGOS GOETZINGER PREGOEIRO	ANA CLAUDIA HAFEMANN APOIO	VITOR ZANELLA JUNIOR APOIO
--	-------------------------------	-------------------------------

CIGA

EDITAL Nº 03/2018 – CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017 - HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 1494594

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

EDITAL Nº 03/2018 – HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES

Douglas Fernando de Mello, Presidente do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, por este Edital, torna pública a Homologação das Inscrições – Lista Definitiva do Concurso Público Nº 01/2017, nos termos abaixo, e comunica o que segue:

1. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

1.1 A Lista Definitiva de inscritos encontra-se disponível no site da Fundatec www.fundatec.org.br.

2. RESULTADO DOS RECURSOS

A Comissão de Concursos realizou a avaliação dos recursos interpostos pelos candidatos durante o período de 15 a 17/01/2018, decidindo o que segue:

2.1 RECURSOS INDEFERIDOS

2.1.1 O candidato de inscrição nº 45602949141-9 teve seu pedido indeferido, pois, conforme o Resultado dos Pedidos de Isenção da Taxa de Inscrição após Recurso, publicado em 04/01/2018 no site da Fundatec, essa inscrição deixou de ser isenta conforme item 4.1.8 do Edital de Abertura.

2.1.2 O candidato de inscrição nº 45603970622-1 teve seu pedido indeferido, pois não encaminhou o laudo médico dentro do período previsto no Cronograma de Execução do Edital de Abertura.

2.1.3 O candidato de inscrição nº 45603992674-6 teve seu pedido indeferido, pois são argumentações inconsistentes, extemporâneas, fora do motivo para interposição de recurso.

Florianópolis, 19 de janeiro de 2018.

Douglas Fernando de Mello

Presidente do CIGA

Anexo I – Lista Definitiva de Inscritos

Cargo 1 – Analista de Sistemas		
Inscrição	Nome	Pessoa com Deficiência
45601992929-0	Ademir José da Silva Junior	N
45601988978-3	Adriano do Pinho dos Santos Padilha	N
45601983951-5	Adriano Luiz de Souza Lima	N
45601976184-5	Adriano Rogowski dos Santos	N
45601995722-4	Aldjan David	N
45601976958-9	Alessandro Roxo de Moura	N
45601996287-3	Alexandre Baroni	N
45601993069-3	Alexandre Gheno	N
45601994057-1	Alexandre Nunes de Sales	N
45601992626-8	Alexandro Cesar Lima de Oliveira	N
45601988088-6	Amanda Brum de Carvalho	N
45601988017-9	Ana Cristina Pereira Teixeira	N
45601993506-0	Ana Lúcia da Silva Leite Basto	N
45601948999-8	Anderson Jonas Pinheiro	N
45601987884-8	Anderson Luís Furlan	N
45601993382-1	Anderson Rosa	N
45601993947-2	André Cristiano Fernandes Trein	N
45601986326-6	André Lacerda da Silva	N
45601994579-4	André Luiz Heinzen	N
45601991495-4	André Luiz Krebs Silva	N
45601992594-8	Andre Simoneto	N
45601996200-8	Andrei Fagundes Fonseca	N
45601980962-4	Andréia Silva Castanharo	N
45601996076-0	Angela Ribeiro	N
45601994446-2	Antonio Rabelo Junior	N
45601995268-0	Antonio Ramires Dantas	N
45601996419-0	Arthur de França Mangueira	N
45601987650-9	Ayres Kasperbauer de Moraes	N
45601953042-5	Bianca Rocha França	N
45601993695-1	Bruna Amorim dos Santos	N
45601992198-9	Bruno Leonardo Schneider	N
45601974189-2	Bruno Renan Gelako Santos	N
45601949615-7	Bruno Tiago Paulo	N
45601951302-1	Calebe Augusto dos Santos	N
45601993928-6	Camila Pregioni Bayma	N
45601993015-2	Candido Matos dos Santos	N
45601991313-1	Carla Alexandra Martins	N
45601979619-3	Carla Moema Hartstein	N
45601948472-5	Carlos Alberto Pereira Jr	N
45601979088-7	Carlos Augusto de Assuncao	N
45601995227-8	Carlos dos Santos Cadavez	N
45601988556-8	Carlos Fernando Kunde	N
45601993313-4	Carlos Roberto Schmitt	N
45601996231-2	Carlos Roweder Nass	N
45601949015-3	Caroline da Silva	N

45601973221-4	Cícero Fernando Thrum	N
45601991406-0	Cleber Nathan Dias	N
45601992490-0	Cleybson de Oliveira Reginaldo	N
45601959800-9	Clóvis Fabiano de Souza	N
45601986211-0	Daiane Dörner	N
45601992983-9	Damiano de Lima	N
45601996273-5	Daniel Fernandes Rodrigues	N
45601981598-6	Daniel Marins Leal	N
45601995912-0	Daniela Amorim	N
45601980522-2	Danilo Gentil Setúbal	N
45601975802-4	Danilo Heroso de Deus Pereira	N
45601984742-9	Davi da Silva Boger	N
45601994602-4	Demian dos Santos	N
45601989638-5	Denis Evangelista Sanches	N
45601948256-4	Diego Kovags Moreira	N
45601994013-9	Diego Lodi Torezan	N
45601979694-9	Diego Moisés Cantoni	N
45601983962-3	Diego Rossoni Padilha	N
45601983457-9	Dieison Martins de Souza	N
45601994817-7	Dorival Moraes de Andrade	N
45601981131-8	Edson Luis Trevisani	N
45601994887-4	Edson Martins Junior	N
45601980362-0	Eduarda da Silva Pereira de Souza	N
45601992075-5	Eduardo Chechetto Machado	N
45601949166-1	Eduardo Claumann Neis	N
45601981998-5	Eduardo Comin	N
45601948861-6	Eduardo de Andrade	N
45601974949-8	Eduardo Guilherme Cordeiro	N
45601993324-2	Eduardo Justino de Souza	N
45601978335-1	Eduardo Martins Paulico	N
45601992559-5	Eduardo Quinalha	N
45601990857-4	Eliani Maristela da Rosa	N
45601995491-0	Elias Boneti da Rosa Filho	N
45601982723-0	Emar Corrêa de Bittencourt	N
45601996423-9	Emerson Dalanhö Padilha	N
45601993667-7	Emerson do Carmo de Oliveira Santos	N
45601989140-7	Erich Comparin	N
45601994866-8	Erotildes Ribeiro dos Santos	N
45601949187-8	Esllen de Moraes	N
45601991660-4	Everson dos Santos	N
45601995270-9	Everson Edison do Prado	N
45601948785-5	Everton Pimentel Pacheco	N
45601950434-7	Ewerton Alan Trojan	N
45601992526-0	Fabiano Frizon Oliveira	N
45601984114-0	Fábio Almeida Xavier	N
45601972353-0	Fábio de Almeida Pereira	N
45601994727-8	Fabio Schunig	N
45601995716-6	Fabício Gomes da Silva	N
45601992922-0	Felipe da Silva Prusokowski	N
45601996019-1	Felipe Gabriel Arend	N

45601996027-0	Felipe Rodrigues Perrone	N
45601975917-0	Fernando Costa Leite	N
45601989534-8	Fernando Henrique Matias	N
45601986034-2	Fernando Ricardo Machado	N
45601978558-2	Fernando Zimmermann	N
45601989800-5	Filipe Carlos Soares	N
45601953441-4	Francis Vagner dos Anjos Fontoura	N
45601988902-6	Francisco Cezar Santos da Trindade	N
45601964022-0	Francisco de Assis Kuster Junior	N
45601996122-7	Gabriel Devenz	N
45601995435-0	Gabriel Lemos Bisognin	N
45601986136-0	Gabriel Natan da Rocha Magalhes Chavarry	N
45601978284-5	Gilberto Eduardo Ferreira Mendes	N
45601991673-2	Gilberto Lopes	N
45601972412-4	Gilmar Oliveira de Assis	N
45601989341-1	Gilson Fraga Guimarães	N
45601984069-4	Gisely Feubach Otoni	N
45601994844-1	Gislaine Hoffmann	N
45601984474-1	Giulia Cechetto Mazzolli	N
45601994899-2	Guilherme Américo	N
45601996166-0	Guilherme da Silveira Furtado	N
45601969761-6	Guilherme José Pinto da Silva	N
45601993780-0	Guilherme Lirani Pitela Domingues	N
45601991741-5	Guilherme Ruas Luiz	N
45601979554-9	Guilherme Serrer Ferreira	N
45601982679-3	Gustavo Dariano Ferreira da Costa	N
45601992093-1	Gustavo Marin Suppi	N
45601980164-6	Gustavo Santana Nery	N
45601994091-4	Heliaquim Nunes da Costa	N
45601948643-5	Hemuryel Lennon Leonel da Silva	N
45601985968-6	Henrique Amaral Misson	N
45601996465-1	Henrique Luiz Granato de Quadros do Nascimento	N
45601995465-5	Henrique Missel Knorre	N
45601950098-7	Herbert Marcus Koller	N
45601966530-8	Heverton Luiz Lucca	N
45601990806-3	Hugo Vaz Sampaio	N
45601982566-8	Humberto Sena Santos	N
45601995706-8	Igor Guilherme Vettorello	N
45601992332-4	Igor Luis Corradi	N
45601948038-3	Isabela dos Santos Correa	N
45601990522-8	Isaias Augusto Neto	N
45601948400-8	Italo Rodrigo da Silva Arruda	N
45601993196-5	Iuri Egevarth Vargas	N
45601970982-5	Ivan Dutra Goetze	N
45601993238-3	Ivanilton Carvalho Rodrigues	N
45601994658-5	Jackson Bosa dos Santos	N
45601991382-9	Jacqueline Castagnaro	N
45601948054-0	Jailson da Silveira	N
45601983721-6	Jander Covre da Cunha	N
45601966984-8	Janypher Marcela Inácio Soares	N

45601995592-7	Jean Carlo de Moraes Meira	N
45601995009-7	Jean Carlos de Moraes	N
45601989144-7	Jean Michel Baldessar	N
45601965562-6	Jeferson Miguel Thalheimer	N
45601970275-6	Joao Gustavo Ferreira dos Santos	N
45601994481-5	Jonas Barros da Costa	N
45601982473-9	Jonathan Nau	N
45601991423-7	Jorge Gustavo Sandoval Simao	N
45601988456-0	Jorge Roberto Trento	N
45601976320-0	Jose Mauricio Silvestre Junior	N
45601994755-2	Juliana Campos	N
45601987688-3	Juliano Mengue Drebel	N
45601995202-1	Julio Cezar Znalizione	N
45601995603-0	Karina Chaulet Valls	N
45601995401-6	Karoliny Jane Freitas	N
45601995558-4	Krystyan de Abreu Andreoli	N
45601976258-8	Laercio Jose Konzen	N
45601975737-1	Landecir Alves de Albuquerque	N
45601949520-8	Leandro Guilherme Wolf	N
45601974844-0	Leandro Henz	N
45601996276-5	Leandro Schildt	N
45601954693-6	Leonardo Cabral de Melo	N
45601995959-3	Leonardo Ciocari	N
45601994720-8	Leonardo da Silva Huber	N
45601995580-9	Leonardo de Abreu Schmidt	N
45601994850-0	Leonardo Lima de Vasconcellos	N
45601984672-6	Leticia Reis	N
45601977433-2	Lin Yu Han	N
45601978347-0	Lorena Dutra da Costa	N
45601989194-8	Luana Daniele Sturmer	N
45601949005-5	Lucas de Brito Fuck	N
45601978882-9	Lucas Vargas da Fonseca	N
45601977872-4	Luciano Carlos Ebertz	N
45601996383-0	Luciano Carvalho da Silva	N
45601995228-8	Luciano José Kogut	N
45601987718-3	Luciano Silva da Silva	N
45601995164-3	Luis Felipe Nunes	N
45601985111-7	Luiz Eduardo Ruelis Romeiro Amais	N
45601996088-9	Luiz Henrique Martins Alves	N
45601994349-5	Luiz Henrique Urias de Sousa	N
45601994388-8	Luiz Paulo Schlischtig	N
45601976699-0	Luiz Renato Contin	N
45601993152-2	Marcelo Lima Carriconde	N
45601984590-5	Marcelo Machado Castelar	N
45601993693-1	Marcelo Moura Xavier Sant Anna	N
45601993882-8	Marcio Augusto Campos Pompermaier	N
45601981726-3	Marcio Luiz Mendonca	N
45601975308-8	Marcio Salvatori Schnorr	N
45601958206-9	Marcio Yuji Fujiy	N
45601992091-1	Marcos Fernando dos Santos	N

45601982094-6	Marcos Vinicius Amorim Vilela	N
45601995090-0	Maria Carolina de Oliveira	N
45601995599-7	Mario Enrique Saldarriaga Castro	N
45601989652-1	Mario Henrique de Oliveira Vilela	N
45601995048-0	Marlon Domingos	N
45601983506-5	Marshal Parizzoto Colli	N
45601988830-3	Martin Potter	N
45601994628-0	Martin Streibel	N
45601981944-4	Mateus Concicovski	N
45601994409-0	Matheus da Silva Champe	N
45601985449-3	Matheus Eduardo Silva Guimarães	N
45601986380-5	Matheus Muller Korb	N
45601981079-3	Mauro José Ludwig Junior	N
45601995951-3	Maycon Luiz Briesemeister	N
45601996441-5	Maykon Chagas de Souza	N
45601987787-0	Michael Culau Krause	N
45601988408-0	Michel Silveira Raupp	N
45601977762-9	Michel Simbol Prieto de Mattos	N
45601985296-0	Miratan Lehmkuhl da Silva	N
45601994172-5	Moacir Rachid	N
45601989726-4	Myrom Jose do Nascimento	N
45601982047-5	Naidion Concencio Brovedan	N
45601982988-3	Nelia Miranda Campos	N
45601995689-6	Nilvo de Souza Lutz	N
45601964179-9	Osny Machado de Souza Neto	N
45601968776-8	Otavio Augusto Mariano Meneguella	N
45601996013-1	Pablo Verçosa Silva	N
45601986338-4	Pamela Orlandi	N
45601994458-0	Patrick Kiekov	N
45601987494-7	Paula Alicia Lessa Paulo	N
45601947800-0	Paulo Eduardo Nazeazeno	N
45601990427-0	Pedro Luis Casanova	N
45601948580-0	Quenio Cesar Machado dos Santos	N
45601949073-2	Rafael Adriani Barzotto	N
45601995339-3	Rafael Alcides da Silva	N
45601991331-8	Rafael Antonio Nogueira	N
45601978701-6	Rafael Coutinho de Sousa	N
45601994751-2	Rafael da Silva Ferreira	N
45601996067-2	Rafael da Silva Pereira	N
45601977376-8	Rafael Gelinski	N
45601948160-5	Rafael Gentil de Oliveira	N
45601950242-0	Rafael Jannuzzi Arato	N
45601996508-0	Rafael Marini	N
45601977431-2	Rafael Marques Weiss	N
45601993466-2	Rafael Rodrigues de Freitas	N
45601949042-8	Rafael Rossi Tremea	N
45601993781-0	Rangel de Lima Pizutti	N
45601949594-5	Raphael Martins	N
45601993920-6	Reginaldo Koryelo	N
45601996430-7	Renan de Freitas Fantinelli	N

45601994701-1	Renata Cristina Gonçalves	N
45601987386-1	Renato Formento	N
45601949231-4	Ricardo Antunes Vieira	N
45601963390-3	Ricardo Bressan Tasca	N
45601993497-7	Ricardo Costa Knoll	N
45601994673-1	Ricardo do Amaral Tolfo	N
45601980274-1	Ricardo Felisbino	N
45601995652-1	Ricardo Fogaça Falkenbach	N
45601991298-0	Ricardo Pereira Ramos	N
45601983651-3	Roberto Aguiar Alam	N
45601994704-1	Roberto Felipe Caliendo	N
45601988275-2	Roberto Ferreira	N
45601994468-9	Roberto Vinicius Seidler	N
45601988005-0	Robson Weiss Machado	N
45601993661-7	Rodrigo Boratti	N
45601984879-0	Rodrigo Caetano Soares	N
45601992047-0	Rodrigo de Paula Nascimento	N
45601992023-4	Rodrigo Fernandes Dimer	N
45601993977-7	Rodrigo Gomes Prieto	N
45601996537-4	Rodrigo Heinemann Franzoi	N
45601962421-7	Rodrigo Rosa	N
45601994459-0	Rogério Carignano Nascimento	N
45601975733-1	Rogério Fernandes Roberto	N
45601995833-0	Rogério Silveira Vaucher	N
45601985725-9	Ronney Cledson dos Santos	N
45601991954-8	Ruan Felipe Maçaneiro	N
45601949545-4	Ruany Dolla	N
45601995145-7	Samuel Dario da Silva	N
45601993481-9	Samuel Santiago da Silva	N
45601980263-3	Samuel Schlischtig	N
45601996301-5	Sandro Luiz Geremia Baseggio	N
45601987611-6	Sebastian Rei Gomes da Silva	N
45601988571-4	Sérgio Luis Torres	N
45601952717-5	Sidimar Zanotelli	N
45601992996-7	Simara Sonaglio	N
45601994288-0	Taynara Thais de Amorim	N
45601948704-0	Thiago Rodrigues Meira de Almeida	N
45601969621-6	Thiago Zanon Nunes	N
45601992512-2	Tiago Hopf	N
45601995470-3	Tiago João Pereira	N
45601978653-0	Tiago Martins Barreto	N
45601977342-3	Tiago Oliveira de Farias	N
45601989926-9	Tiago Teixeira	N
45601963848-9	Tissiane Nogueira Quevedo Fernandes	N
45601993507-0	Valério Gomes da Silva	N
45601948106-6	Valter Altemar Ortiz dos Santos	N
45601996535-4	Vander Luis Silveira da Costa	N
45601995649-3	Vinicius Cardoso Coelho	N
45601953451-2	Vinicius Ghizzoni	N
45601996096-7	Vinicius de Souza Ramos da Silva	N

45601996176-8	Wagner Galant Saraiva	N
45601970439-8	Wanzeller Kim Lopes Braatz	N
45601995156-5	Welton Patrick Baran	N
45601976035-7	Wendel Fabiano Ribeiro da Silva	N
45601959860-8	Willian Alberto Lauber	N
45601978180-8	Willian Kowalczuk Ferst	N
45601989461-5	Willy Stadnick Neto	N
45601978006-5	Yasmin Porto Costa	N
45601985818-8	Yuri dos Santos Rodrigues	N
Cargo 2 – Controlador Interno		
Inscrição	Nome	Pessoa com Deficiência
45602993093-1	Abel Damas de Souza	N
45602973413-4	Adriane Pavan Nora	N
45602948366-3	Adriano Lebsa Weber	N
45602963175-6	Afonso Rodrigues Cassou da Rocha	N
45602995096-4	Aguinaldo Aparecido Calessio	N
45602993721-5	Alcimir Luiz Figueiredo Bittencourt	N
45602971315-4	Alexandre Tsunematsu Fernandez	N
45602963172-6	Alice Paganini	N
45602993680-7	Ana Flávia de Amorim	N
45602995095-4	Ana Paula Masetto Ribeiro	N
45602955706-0	Andre Correa Pereira	N
45602972386-8	André Debortoli	N
45602986276-3	Andre Luiz Chimanacio Braz Barros	N
45602969712-9	André Luiz de Oliveira	N
45602992892-3	Andréa da Silva Pires	N
45602990412-6	Andressa Locks Valvassori Gonçalves	N
45602966882-4	Andrey Francisco da Rosa	N
45602993762-8	Angela Carla Foresti	N
45602991898-7	Angra da Silva Laurindo	N
45602980820-8	Ariane Carla Adriano Mafra	N
45602990587-0	Ariel Pitz	N
45602995900-6	Beatriz Muller de Almeida	N
45602996385-4	Benhur Gomes Spessato	N
45602984214-1	Bruna Ramos	N
45602986412-9	Bruno Dassoler Bernardino	N
45602972693-8	Camila dos Santos	N
45602993612-0	Camila Vilela Pereira Gomes	N
45602992691-9	Carla Elisabete Dahmer dos Santos	N
45602947550-3	Carlos Eduardo Ribeiro Machado	N
45602987433-1	Carlos Fernando Cruz	N
45602959633-2	Carolina Ferreira	N
45602985536-6	Carolina Momm	N
45602995411-8	Carolina Salvão Vanni	N
45602995307-2	Cassia Goulart Heinzen	N
45602976591-6	Cássio Luciano Becker	N
45602988221-5	Cesar Augusto Fidalgo Ferreira	N
45602993845-9	César Panisson	N
45602993167-4	Cilmara Regina Tambosi	N
45602993021-4	Claudia Souza da Silva	N

45602982268-0	Claudia Tironi	N
45602994389-1	Cleidir Eleandro Kemmrich	N
45602996259-2	Cleusa Salete Costa Beber	N
45602982062-5	Cristiane Carvalho da Silva	N
45602991268-9	Cristiane Pereira de Lima	N
45602970447-0	Cristiane Weber	N
45602994733-0	Cristina Damiani Bernardes	N
45602966833-3	Daiane Pinto	N
45602976807-4	Daiany Cristine Kalsing Baratter	N
45602992884-5	Daniel Santana	N
45602991146-5	Daniele Lenz Mossmann	N
45602994621-4	Danilo Murilo Chagas da Silva	N
45602963249-9	Dátero Luiz Lorenz	N
45602991584-7	Dayna Maressa Soares Pacheco Pamato	N
45602981236-9	Diandra Brasil	N
45602993729-5	Diego Fernando de Souza	N
45602948071-0	Diogo Costa Pompeu	N
45602993942-6	Diogo Gustavo Beppler	N
45602993177-2	Douglas Germano Bode	N
45602993513-2	Douglas Soares	N
45602973225-8	Edgar Jose Prim Junior	N
45602969647-6	Edmundo Paegle Neto	N
45602995547-0	Eduarda Assing	N
45602973202-1	Eduarda Luiza de Souza Guidarini	N
45602996221-8	Eduardo Matos Menezes	N
45602974527-6	Eduardo Trento Turra	N
45602995542-0	Elton Antônio Garcia	N
45602949997-8	Emerson Gadis Ribeiro	N
45602976818-2	Ezequiel José Baratter	N
45602971880-8	Ezequiel Tissot Kasperbauer	N
45602986091-5	Fabiana Decker	N
45602995927-2	Fabiane Mafini Zambon	N
45602993240-5	Fabiano Martins Adriano	N
45602985120-9	Fabiele dos Santos Salles Correa	N
45602949572-2	Fabricio Hessmann	N
45602947983-7	Fabricio Joao Osorio	N
45602947797-0	Felipe Campos Jahn	N
45602995393-6	Felipe Ciola	N
45602978334-5	Felipe Cizewski ávila	N
45602992705-2	Fernanda Kuhnen Hermenegildo	N
45602969766-0	Fillipe Douglas Maia	N
45602960227-3	Francielle Buzin	N
45602949547-8	Francine Bittelbrunn	N
45602980795-8	Francisco Pauly Fernandes	N
45602957052-2	Gabriel Bronaut Carminatti	N
45602949563-4	Gabriel Ribeiro da Silva	N
45602994224-5	Gabriela Hoeltgebaum Lemos	N
45602948118-8	Geverson Martins Chaves	N
45602993279-0	Giovana Quaiato	N
45602995687-0	Gisele Leticia de Borba	N

45602992155-0	Glauce Hoffmann Fraga	N
45602982456-6	Grazielle Debortoli de Faria	N
45602989443-2	Guilherme Chiritte Granemann	N
45602988594-4	Guilherme Rizzatti	N
45602947620-6	Gustavo Alexandre Scheffer da Silva	N
45602950416-4	Gustavo Bonifacio Nascimento	N
45602994906-0	Gustavo Cardoso Vieira	N
45602977952-9	Gustavo Lemos Souza	N
45602966992-0	Gustavo Lima Soares	N
45602990987-0	Haline Amorim dos Santos	N
45602966864-8	Helen Germann Patricio	N
45602962425-0	Helen Mafra da Silva Santolin	N
45602993741-1	Henrique Mariano Casagrande	N
45602966928-2	Henrique Pereira Machado	N
45602948082-8	Henrique Schmitz	N
45602980927-5	Herlon Andrei Fernandes Jeske	N
45602950269-0	Heron Hermes Mendes Moreira	N
45602994736-0	Indira Cirilo Lemos	N
45602995897-2	Inri Maurício Gracioli	N
45602996500-3	Irandy de Paiva Junior	N
45602995589-2	Isaac José Barbosa Vergne	N
45602990460-7	Isabela Souza Fraga	N
45602985848-6	Iza Kelly Martins da Silva	N
45602974287-3	Jacques de Andrade E Silva	N
45602989619-2	Jacson Feil	N
45602972999-0	Jair Rodrigo Tavares Carneiro	N
45602985855-4	Jaqueline Freitas Vilaiin	N
45602996303-9	Jefferson Bregalda	N
45602976842-7	Jefferson Regi	N
45602985011-3	Jenifer Tais Maciel	N
45602993383-5	Jessé Alencar da Silva	N
45602982403-5	Jéssica Fabre	N
45602948183-5	Jessica Ivone Nunes da Silva	N
45602993903-3	João Batista de Castro Flores	N
45602990842-0	Joao Henrique Alves da Silva	N
45602990257-4	João Mateus Weschenfelder	N
45602992740-5	Jociane da Silva Almeida	N
45602949919-2	Jonathan Motta Salgado	N
45602948566-8	José Joaquim da Silveira	N
45602995818-7	Josemar Santos de Miranda	N
45602992865-9	Juliana Sari	N
45602968667-6	Júlio César Barretto Coelho	N
45602994455-4	Jurema Riaño Navarro	N
45602994703-5	Karen Fernanda Donadeli	N
45602987474-4	Karolyne Del Rei Kruger Hemmer	N
45602994454-4	Lais Cibeles Oesterlein	N
45602994909-0	Lara Gianina Rojas Alvarez	N
45602960288-2	Leandro Domingues	N
45602950393-2	Leandro Feil	N
45602994946-2	Leandro Osnildo Silva	N

45602994186-7	Leandro Rateke Ramos	N
45602956418-2	Leonardo Godoy de Azevedo Lopes da Silva	N
45602976944-4	Leonardo José Schneider	N
45602973358-0	Leonir Maciel Antunes	N
45602989988-1	Leticia Motta Rubleski Wessoski	N
45602979049-8	Liliana do Amaral	N
45602973180-0	Lisane Ferreira Martins	N
45602974908-9	Livia Braga de Barros Leite	N
45602994179-9	Luan Fernando Dias	N
45602969387-7	Lucas Antonio da Silva Purificação	N
45602967849-8	Lucas Eduardo Vieira Martins	N
45602994496-7	Luciane Decker	N
45602988166-0	Luciano Cezar Boico	N
45602994919-8	Luís Artur Tavares Sobral	N
45602995812-7	Luiz Aristeu dos Santos Filho	N
45602983610-4	Luiz Carlos Paiva Guedes	N
45602996463-5	Luiz Fernando Freitas	N
45602994845-5	Luiz Fernando Gesser	N
45602949766-9	Luiz Henrique Benevenuto	N
45602948577-6	Luiz Roberto Freitas	N
45602969000-0	Luiza Marques Borges	N
45602994395-0	Luiza Pacheco de Lima	N
45602947595-6	Marcelo Oliveira Pereira Valoes	N
45602979111-0	Márcia Cardoso Manique	N
45602993807-6	Márcia Rosa Silva	N
45602994294-2	Márcio Dall Agnese	N
45602995260-4	Marco Aurélio dos Santos Martins	N
45602981879-5	Marco César da Silva	N
45602994567-0	Marco Túlio de Sá Barreto	N
45602989343-5	Marcos Antonio Lopes dos Santos	N
45602993880-1	Marcos Felype Briesemeister	N
45602969104-7	Marcos Nei Correa Siqueira	N
45602966546-0	Marcos Vinicius de Carvalho	N
45602988713-3	Maria Clara Faria Saturnino	N
45602969075-7	Maria de Fatima Chaves Lucrecio	N
45602983226-3	Maria Luciana Trigos	N
45602985264-9	Maria Marcia de Souza	N
45602981444-1	Mariane Fontana Peixe	N
45602949535-0	Mario Jorge Bandeira de Carvalho	N
45602977500-9	Marlene Correa	N
45602996228-8	Mateus Stallivieri da Costa	N
45602949436-2	Matheus Figueiredo Irion da Silva	N
45602994495-7	Matheus Murilo Chagas da Silva	N
45602992791-6	Maurício Goraiebe Pollachini	N
45602979748-9	Maurício Luiz Moresco	N
45602955721-6	Mayara Silva Carvalho	N
45602978575-2	Michele Ana Frozza	N
45602976864-3	Michele Canarin da Rocha	N
45602996279-9	Monica Meireles da Silva	N
45602947557-3	Monique Albers Araújo	N

45602988436-8	Natália Amante Santos Regis	N
45602979271-7	Neri Bogorni	N
45602963115-7	Nicolau Gordeeff	N
45602947723-3	Paulo Alexandre Pachalski Garcia Nunes	N
45602990997-8	Paulo Regis Mendes	N
45602976672-7	Priscila Gomes Jose	N
45602978442-0	Rafael Dal Pont Pereira	N
45602947875-1	Rafael de Azevedo D ávila	N
45602988136-6	Rafael de Quadros Zimmermann	N
45602993685-7	Rafael Debortoli	N
45602995265-4	Rafael Linemburg	N
45602972352-3	Rafael Silva Wagner	N
45602979382-2	Rafaela Oliveira Padilha	N
45602992896-3	Raquel de Carvalho da Silveira	N
45602979769-5	Raul Hidetoci Mioshi Júnior	N
45602949667-1	Renan Zilio	N
45602987092-1	Ricardo Fernandes	N
45602994656-9	Roberto Cardoso Struve	N
45602950406-6	Robson David	N
45602947909-1	Rodrigo Coutinho Miranda	N
45602978849-0	Rogério Marques Cardoso	N
45602991183-8	Ronê de Oliveira Junior	N
45602990681-8	Rudimar Caberlon	N
45602993302-0	Rui Roos	N
45602988329-2	Sabrina Gomes de Azevedo	N
45602988211-7	Sandra Regina Bogisch Ganzo	N
45602990394-4	Sarah Martins Ambrosi	N
45602993784-4	Sergio Murilo Melgarejo	N
45602987429-3	Simara Halmenschlager	N
45602983728-0	Simone Salm Flores	N
45602970766-8	Soraia Santos Cruz	N
45602976157-4	Suelen Dildey Schmitz	N
45602968924-5	Susi Machado de Oliveira	N
45602988705-5	Tatiana Moreira Feres de Melo	N
45602947502-2	Tatiana Owczarzak Correa	N
45602992283-1	Thais Oliveira Rodrigues	N
45602990292-7	Thais Vanessa Schneider	N
45602989932-0	Thaise de Lima Ferreira	N
45602948395-8	Themis Severo dos Santos	N
45602989214-3	Thiago Neckel	N
45602988953-0	Thuine Lopes Cardoso	N
45602950656-1	Tiago Wendt da Silva	N
45602994803-2	Vanessa Carine Rodrigues	N
45602953444-8	Vanessa Fonseca	N
45602948219-5	Vernon Junior Maia Gamarra	N
45602994173-9	Vitor Hugo Gonzales Silva	N
45602976486-0	Vitor Marcus Fonseca	N
45602985853-4	Viviane Lunelli	N
45602956259-0	Wesley Batista Santolin	N
45602987719-7	William Ari Barros de Lara	N

45602980555-0	Willyan Kayser da Rosa	N
45602990368-0	Yana Natascha Steffen	N
45602982239-5	Yve Sarkis da Costa	N
Cargo 3 – Técnico em Tecnologia da Informação		
Inscrição	Nome	Pessoa com Deficiência
45603994431-1	Adriano Pittel	N
45603981713-2	Adriely Siegel Laske	N
45603989856-3	Agnaldo Alves Garcia Júnior	S
45603986748-9	Alan Fernandes Amaral	N
45603974763-7	Alcidio da Silva	N
45603975054-4	Aldrey do Carmo Silva	N
45603991001-9	Alex Freitas Soares	N
45603949311-2	Alex Junior Vanzetto	N
45603994076-5	Alexandre Nunes de Sales	N
45603992634-3	Alexandro Cesar Lima de Oliveira	N
45603975541-2	Alexsander de Aguiar Oliveira	N
45603976006-0	Alexsander Marshal Beltran	N
45603993176-6	Alexsandro Giovanni dos Santos Filho	N
45603993769-1	Alzenei Valentin Dalpra Junior	N
45603995267-8	Amanda Izolde Barbosa Vilas Boas	N
45603995361-5	Amós Oliveira Lopes	N
45603993317-1	Ana Paula Hoog	N
45603954429-1	Ana Paula Maciel Silva	N
45603949714-1	Anderson Barcelos Dias	N
45603988569-3	Anderson Cristiano Simoes	N
45603980182-0	Anderson da Rosa Pieta	N
45603987509-8	Anderson Dall Agnol	N
45603993408-0	Anderson Rosa	N
45603995466-2	André Campelo Batista	N
45603949086-8	André Carvalho Machado	N
45603994570-1	André Luiz Heinzen	N
45603991288-9	Andre Maciel Nuernberg	N
45603976850-9	Andressa Sampaio de Freitas Barbosa	N
45603990813-9	Anne Tayna Stein	N
45603965384-5	Aylin Wittee Zimmer	N
45603969760-3	Bárbara Dordet	N
45603975013-1	Bianca Alencastro Barbosa	N
45603995285-4	Bruna Bittencourt	N
45603988613-0	Bruna Inhaia Mezzaroba	N
45603991079-6	Bruno Costa Zimmer	N
45603994470-4	Bruno Marquizein Kunst	N
45603995214-7	Bruno Miranda	N
45603970063-0	Caio Cesar Bastos Alves	N
45603971293-6	Caique Gonçalves	N
45603996207-5	Camila de Oliveira Alves	N
45603995103-1	Camila Machado da Silveira Soares	N
45603948065-5	Camilla Cristinne Menezes Barzoni	N
45603982540-9	Carine Carlesso Pacheco	N
45603981342-8	Carla Eloisa Purcino	N
45603995677-5	Carlo André Scopel	N

45603995808-2	Carlos Henrique Marques	N
45603995060-3	Cassiele Thais dos Santos	N
45603994530-9	Cassyo Rosset Toigo	N
45603972968-9	Christian Mariotti Ferreira	N
45603995867-1	Christiano Bastos Peixoto César	N
45603955537-3	Claudia Candida dos Santos Arruda	N
45603977595-6	Claudio Gonçalves Vilela	N
45603993175-6	Cláudio Roberto Cabral	N
45603994493-0	Claudio Soares	N
45603981101-0	Cleber de Avila Garcia	N
45603975296-1	Cleber Rodrigues Castiglioni	N
45603980768-7	Clebson Oliveira Vieira	N
45603992816-1	Cleiton Mateus de Paula	N
45603949707-3	Cleverson Luis Pinto	N
45603984900-8	Cristiano Dreher Moraes	N
45603990330-9	Daiana Florêncio Siqueira	N
45603988948-6	Daiane Martins Machado	N
45603951604-0	Daiany Wagner	N
45603972655-9	Dalengon Cardoso Colares	N
45603993032-6	Damiano de Lima	N
45603986972-8	Daniel Marins Leal	N
45603996254-6	Daniel Nunes Goulart	N
45603989834-7	Daniel Valdeley Marques	N
45603957566-0	Daniele Castilhos de Bona	N
45603947685-9	Derian Demonti Rosa	N
45603992463-3	Diego de Oliveira Bousfield	N
45603976393-5	Diego Fagner Santiago da Silva	N
45603949857-1	Diego Gomes dos Santos	N
45603980064-6	Diego Heck	N
45603986608-9	Diogo William Ferreira da Silva	N
45603988786-4	Dionatan Fernandes Ananias	N
45603992540-4	Dione Maicon Nalon	N
45603995222-5	Diony Weber	N
45603994657-2	Douglas Andrei de Lima	N
45603992428-0	Douglas dos Santos Buss	N
45603964037-6	Douglas Rodrigues dos Reis	N
45603993025-8	Eddie Garitta	N
45603994377-7	Eder Bihel Vaz Franco	N
45603994443-0	Edilson Dias Simas	N
45603995077-1	Eduardo Manfredini Pereira	N
45603990028-9	Eduardo Osnildo Rosa	N
45603966117-0	Egon Vasconcelos de Freitas	N
45603987053-2	Eleomar Prado Valter	N
45603973512-5	Elizabeth Silvano	N
45603996296-9	Elvio Odilon Dias Nunes	N
45603950635-9	Eric Katsumi Ouchi	N
45603989915-8	Erich Comparin	N
45603990781-9	Ernani Silva de Sousa	N
45603994892-0	Erotildes Ribeiro dos Santos	N
45603981310-3	Everson Piermann	N

45603995186-7	Everton Luiz Cardoso	N
45603971867-5	Ezequiel Tissot Kasperbauer	N
45603957763-5	Eziquiel Luiz do Nascimento Junior	N
45603996056-1	Fabio Almeida	N
45603996410-8	Fabio de Sousa Costa	N
45603989088-0	Felipe Augusto da Silva Ferreira	N
45603976012-8	Felipe Ferreira Alcoforado	N
45603982219-2	Felipe Ricardo Pinheiro	N
45603996032-5	Felipe Rodrigues Perrone	N
45603987547-0	Felippe Ferreira	N
45603994110-3	Fernanda Silva Wagner	N
45603965573-1	Fernando Cardoso Ferreira	N
45603975920-5	Fernando Costa Leite	N
45603993059-2	Fernando Pereira Furtado	N
45603995838-7	Fernando Piacente Nazário	N
45603976175-4	Fernando Ribeiro de Oliveira Filho	N
45603986004-5	Fernando Ricardo Machado	N
45603995332-0	Flavio Jose Duarte	N
45603947724-7	Franklin Arias Cuellar	N
45603950142-0	Gabriel Rodrigo de Oliveira	N
45603991944-7	Gabriel Vaghetti de Oliveira	N
45603989933-4	Gabriele da Silva Pinto	N
45603985405-8	Genilson Orivaldo Zunino	N
45603989401-3	Gesiel Gomes	N
45603948583-8	Gilson Jean Amaral de Melo	N
45603996412-8	Giovani Righetto Schuch	N
45603989682-3	Guilherme Cassol Espindola	N
45603995284-4	Guilherme Castro Silveira	N
45603996353-3	Guilherme de Lima Henrique	N
45603987928-3	Guilherme Fortunato Fortuna	N
45603974505-3	Guilherme França de Lima	N
45603969118-9	Guilherme Frederico Peltz Wustrow	N
45603996104-8	Guilherme Moreira Viecei	N
45603959281-8	Guilherme Serrer Ferreira	N
45603993636-0	Gustavo Abdon Monteiro	N
45603950422-6	Gustavo da Rosa Oliveira	N
45603982687-9	Gustavo Dariano Ferreira da Costa	N
45603979648-5	Gustavo Saramago Pinheiro Pereira	N
45603985394-4	Hanna Caroline Ladwig	N
45603980922-9	Hassan Felix de Souza	N
45603948363-7	Hélio Carvalho de Andrade	N
45603985987-0	Henrique Amaral Misson	N
45603985009-9	Henrique Maria Candinho	N
45603975302-5	Herique Vilnei da Silva	N
45603978856-1	Ibanor Antônio dos Santos Morandin	N
45603989955-0	Igor Bock da Luz	N
45603995891-6	Igor dos Reis Bida	N
45603995715-3	Igor Guilherme Vettorello	N
45603986561-0	Ilio Carlos Pinto Junior	N
45603994582-0	Inocio Felipe da Costa	N

45603975090-7	Ismael Fortunato	N
45603975198-4	Ivan Juvencio da Silva	N
45603991531-0	Jaber Knabben	N
45603949583-4	Jack Cumerlato Dantes	N
45603976555-7	Jairo Silva da Rocha	N
45603976762-0	Jakeline Karen da Silva Grizão	N
45603991868-6	Jakson Luis Madruga de Moraes	N
45603965252-3	Jean Marcel de Nardin Bertolotti	N
45603986942-3	Jefferson Braga de Oliveira	S
45603987791-6	Jéssica Ertel Heinen	N
45603964522-4	Jhonatan Feifarick Saman	N
45603994763-8	Joao Augusto Lovato Aumann	N
45603990836-5	Joao Henrique Alves da Silva	N
45603972495-7	Joao Luis Gonçalves da Rosa	N
45603948314-6	Joao Luiz da Silva	N
45603994741-1	João Victor de França Messias Medeiros	N
45603985435-2	Joaz Viana da Silva Teodoro	N
45603994473-4	Jociane da Silva Almeida	N
45603970622-1	Jonas Adriano Braga	I
45603985406-8	Jonas Alfredo	N
45603950398-6	Jonas Eduardo Magon Aranda	N
45603977120-0	Jônatas Ramiro Goulart	N
45603993250-7	Jonathan Cesco Moizes	N
45603964459-1	Jonathan Roberto Arruda	N
45603974954-3	Jordan de Souza Biego	N
45603995857-3	Jorge Gustavo Kuhn	N
45603949567-8	Jorge Henrique Bortolotto de Oliveira	N
45603992906-0	José Adilson Felisberto	N
45603948568-1	José Joaquim da Silveira	N
45603992231-4	Jose Luiz Vialle	N
45603988995-7	Jose Moacir Mello Pereira	N
45603993459-1	Juan Antonio Ruiz	N
45603972621-4	Juan Ramon Feltrin Carrizo	N
45603969213-6	Júlia Iura Muniz	N
45603994671-9	Julia Laurentino dos Santos	N
45603994768-8	Juliana Campos	N
45603981136-5	Juliano da Silva Creminacio	N
45603994900-3	Juliano Gilberto Aguiar	N
45603948316-6	Juliu Cesar Cardoso de Vargas	N
45603995694-1	Kaio Vitor Caldeirão Julião	N
45603957801-3	Kamila Cardoso Guimaraes	N
45603996368-1	Karen Schiavinato Bembibre	N
45603989981-5	Karine de Lima Rubas	N
45603976396-5	Karolina Fátima Faria	N
45603985458-9	Kauan Oliveira Guesser	N
45603984058-3	Kleber de Souza	N
45603992671-6	Klismam Meurer	N
45603981475-0	Laraue Pommerening	N
45603994961-2	Leandro Osnildo Silva	N
45603991927-0	Leandro Ribeiro dos Santos	N

45603990449-4	Leonan da Silva Saraiva	N
45603988678-9	Leonardo Corrêa Bystronski	N
45603985221-0	Leonardo Sartori	N
45603975857-2	Leonardo Ulmer da Silva	N
45603950556-8	Luan Cenci	N
45603985542-8	Lucas Draeger de Souza	N
45603975311-3	Lucas Girardello	N
45603993235-0	Lucas Henrique Gomes	N
45603992483-0	Lucas José de Borba	N
45603996393-6	Luciano Carvalho da Silva	N
45603995239-3	Luciano José Kogut	N
45603984316-2	Luciano Paes Caldas	N
45603980411-4	Luis Paulo da Silva	N
45603989898-6	Luiz Carlos da Silva Domingues	N
45603986216-8	Luiz Carlos de Jesus	N
45603949941-0	Luiz Fernando de Souza	N
45603991212-1	Luiz Henrique Tiossi	N
45603987612-3	Marcellus Vinicius Antunes de Oliveira	N
45603990509-9	Marcelo Aguilera de Freitas	N
45603977414-3	Marcelo da Silva Goulart	N
45603948289-6	Marcelo Espindola	N
45603992587-7	Marcelo Fernandes Rodrigues	N
45603969530-4	Marcelo Gustavo Nocetti	N
45603996459-0	Marcelo Henrique Machado	N
45603992546-4	Marcelo Viacelli Fernandes	N
45603995528-7	Márcio de Vargas Carvalho	N
45603994577-1	Marco Túlio de Sá Barreto	N
45603961856-1	Marcos do Rosario	N
45603993768-1	Maria Helena Corrêa	N
45603982240-7	Mariana Bruno de Faria	N
45603949427-8	Mariana Ermel	N
45603983518-0	Marshal Parizzoto Colli	N
45603992797-0	Mateus Fernandes Paulo	N
45603948473-2	Matheus Alberto Pereira	N
45603993363-2	Matheus Aragon	N
45603994724-5	Matheus Araujo	N
45603976361-0	Matheus Boesing da Silva	N
45603995147-4	Matheus Felipe dos Santos	N
45603974814-3	Matheus Henrique Ayrozo Klahmann	N
45603993524-4	Matheus Henrique Linhares da Silva	N
45603994502-4	Matheus Murilo Chagas da Silva	N
45603972516-9	Matheus Solonynska Silva	N
45603995196-5	Maurício Borba de Melo	N
45603988801-6	Maurício Fernandes da Silva	N
45603993926-3	Mauricio Silva dos Santos	N
45603949474-9	Maurício Solonynska Silva	N
45603978755-4	Maycom Schmitt	N
45603983515-0	Maykon Hinckel	N
45603988681-7	Nadjanara da Costa	N
45603948649-2	Naly Cristina Sousa de Jesus	N

45603994699-5	Natan Vicenti Brasil	N
45603949510-7	Nicolas Medeiros dos Santos	N
45603995230-3	Nivaldo Francisco Homem Junior	N
45603964180-4	Osny Machado de Souza Neto	N
45603990424-8	Osvaldino Gabriel Boing Chaves	S
45603986430-9	Pablo Darla Marques	N
45603984486-7	Pablo Duz	N
45603987819-8	Patricia Schmidt de Oliveira	S
45603957309-7	Paulo Adriano Ossovski	N
45603992776-3	Paulo Laurindo dos Santos	N
45603948111-1	Pedro Arthur Passos da Silva	N
45603981645-0	Pedro Leonardo Ribeiro	N
45603988891-0	Peter Marciano dos Santos	N
45603993366-2	Priscila Laurentino	N
45603950660-3	Rafael Antônio Dal Alba	N
45603978709-3	Rafael Coutinho de Sousa	N
45603977469-4	Rafael da Rosa Mendes	N
45603986512-0	Rafael de Agostinho	N
45603991021-5	Rafael de Souza Milke	N
45603994749-1	Rafael do Nascimento	N
45603977059-7	Rafael Espindola	N
45603974773-5	Rafael Felisbino Vitoretti	N
45603979181-1	Rafael Fernando Stefanutto	N
45603964015-0	Rafael Gentil de Oliveira	N
45603990107-0	Rafael Lazzaretti Madalóz	N
45603990545-1	Rafael Lopes Santos	N
45603995203-9	Raffael Ciciliano Rossi	N
45603954674-7	Raiana Araujo Fernandez	N
45603982509-6	Ramiro Philippsen Velho	N
45603962289-9	Ramon Marques de Lima	N
45603992956-1	Ramon Nicolas Beiler	N
45603947659-4	Renan Ramos Linhares	N
45603987730-7	Renato Gonzalez Silva Ramão	N
45603989499-7	Ricardo Augusto Cherem	N
45603949155-0	Ricardo Genésio Silvano	N
45603991749-2	Ricardo Vieira	N
45603993616-3	Robert Avila Arechavaleta	N
45603953427-5	Roberta Assmann Ribeiro	N
45603947718-9	Roberto Dreher Quinto Martins	N
45603995012-2	Roberto Felipe Sell Neto	N
45603992611-7	Roberto Schier Boemer	N
45603948615-8	Robson Elson Silveira	N
45603993638-0	Rodrigo Boratti	N
45603993858-0	Rodrigo da Rosa	N
45603993577-5	Rodrigo dos Santos Lipert	N
45603968072-4	Rodrigo Idiarte Bernardes	N
45603970853-0	Rodrigo Mattos dos Santos	N
45603994145-8	Rodrigo Rodrigues Lopes Araujo	N
45603992002-5	Rodrigo Romeiro Cintra	N
45603980989-8	Roger Vanicola	N

45603978621-2	Rosemari Teles Ferreira	N
45603996306-2	Rudolf Hoffmann	N
45603996487-5	Sandro Jose Longen	N
45603960756-8	Sergio Granati Junior	N
45603982788-6	Silvia Martins	N
45603996040-3	Tadeu Moysés Correia	N
45603957335-1	Tânia Adrieli Becker Ossovski	N
45603979298-7	Tatiana Pacheco de Almeida	N
45603979513-3	Tatiani Elias de Assis	N
45603988252-3	Thaysi Nunes Machado	N
45603995834-7	Thiago Farias Saturnino	N
45603986231-4	Thiago Hermanis Medeiros Cardoso	N
45603989219-7	Thiago Neckel	N
45603995618-6	Thiago Valente	N
45603984636-0	Tiago Colli Plakitca	N
45603993376-0	Tiago Lemes Palhano Bordin	N
45603959441-0	Tiago Lemos Assis	N
45603981038-8	Tiago Rossano Sanfelice	N
45603994653-2	Ulysses Silvério	N
45603993511-6	Valério Gomes da Silva	N
45603978885-6	Valeska Sartini Volkmer	N
45603995914-8	Valquir George Cavalheiro	N
45603990744-6	Verônica Kauer Orihuela	N
45603996270-2	Victor Hugo da Silva Santos	N
45603995532-5	Victoria Prado	N
45603950622-0	Vinicius Maraschin Benin	N
45603992674-6	Vinicius Rafael Reis Camara	N
45603993300-3	Vinicius Zardo Galafassi	N
45603971184-0	Virgínia Angélica Reck	N
45603992872-0	Viviane Fantini Sakaguchi	N
45603994862-5	Wagner Alves	N
45603990940-0	Wagner Elias da Rosa	N
45603994924-0	Wagner Luiz Witt Garcez	N
45603990645-9	Wagner Paulo Souza Nunes	N
45603995158-2	Welton Patrick Baran	N
45603995209-9	Werner Wolfgang Schellmann	N
45603992105-2	William Muller	N
45603964728-9	Willian Alberto Lauber	N
45603949602-6	Willian Alberto Osaida	N
45603948154-4	Willian Martins	N
45603995895-6	Willyam da Silva Carlos de Castro	N
45603988207-2	Yasmin Cristina da Silva	N
45603995402-3	Yuri Furtwaengler Padilha	N

EDITAL Nº 04/2018 - CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017 - DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Publicação Nº 1494596

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017
EDITAL Nº 04/2018 – DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS

Douglas Fernando de Mello, Presidente do CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, no uso de suas atribuições legais, torna de conhecimento público, por este Edital, a data, o horário e o local de realização das Provas Teórico-Objetivas, que ocorrerão no município de Florianópolis/SC, no dia 28/01/2018, DOMINGO, nos turnos manhã e tarde.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS PROVAS:

1.1 As provas no turno da manhã terão início às 10 horas e no turno da tarde às 15 horas e 30 minutos.

1.1.1 Todos os horários determinados por esse Edital seguirão conforme horário de Brasília/DF.

1.2 O candidato deverá consultar o seu local de prova, bem como o número da sala pelo site www.fundatec.org.br através do link "Consulta da Sala de Realização da Prova".

1.3 Os candidatos terão 03 horas para a resolução da Prova Teórico-Objetiva e preenchimento da Grade de Respostas.

2. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

2.1 O candidato deverá comparecer ao local designado, com antecedência mínima de 01 hora, munido obrigatoriamente de documento de identidade em perfeitas condições de uso, inviolado e com foto que permita o reconhecimento, caneta tipo esferográfica de material transparente, de tinta azul ou preta com ponta grossa.

2.2 Preferencialmente, os fiscais de sala distribuirão as Grades de Respostas em cima das classes/carteiras para organização da sala, determinando a localização de cada candidato de acordo com o código de carteira informado na lista de presença.

2.3 Nas salas de prova e durante a realização do certame, não será permitido ao candidato manter em seu poder qualquer tipo de pertence pessoal, tais como: carteira, óculos escuro, protetor auricular, relógio (qualquer tipo), papel (qualquer tipo), cartão de banco, chave com controle eletrônico, isqueiro, cigarro, dentre outros; aparelhos eletrônicos em geral, tais como telefone celular, tablets, notebook, máquina fotográfica, calculadora, controles em geral, dentre outros; aparelhos de comunicação, receptores ou transmissor de dados, fones de ouvido, gravadores ou similares; armas (de fogo e/ou branca). O candidato que estiver portando qualquer desses objetos durante a realização da prova será eliminado do Concurso Público.

2.3.1 Não será permitido o uso de lápis, lapiseira/grafite, marca-texto, borracha, corretivo; qualquer recipiente ou embalagem, tais como: garrafa de água, sucos, refrigerante e embalagem de alimentos (biscoitos, barras de cereais, chocolate, balas, etc.) que não seja fabricado com material transparente, quaisquer acessórios de chapelaria, tais como: boné, chapéu, gorro, cachecol, manta e luvas ou qualquer outro acessório que lhe cubram a cabeça ou parte dela; bolsas, mochilas e sacolas, devendo depositá-los no saco plástico fornecido pelo fiscal do Concurso Público. Caso esses materiais estejam de posse do candidato, serão recolhidos.

2.3.1.1 Somente será permitido garrafa transparente e sem rótulo, bem como alimentos em embalagem/pote transparente.

2.4 O candidato deverá permanecer obrigatoriamente no local de realização da prova por, no mínimo, 01 hora após seu início.

2.5 O candidato só poderá retirar-se do recinto da prova, portando o caderno de provas, após 02 horas do seu início.

2.6 Os candidatos devem vir preparados no que se refere à alimentação. A Fundatec não se responsabiliza pela disponibilização de locais para alimentação.

2.7 A lista definitiva com os nomes dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas está disponibilizada, na íntegra, no site da Fundatec: www.fundatec.org.br.

Florianópolis, 19 de janeiro de 2018.

Douglas Fernando de Mello

Presidente do CIGA

Extrato de Contrato n. 40 - Prefeitura Municipal de Bombinhas

Publicação Nº 1494252

EXTRATO DE CONTRATO Nº 40/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Bombinhas

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bombinhas

CNPJ: 95.815.379/0001-02

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE

COMPRA:

VALOR: R\$ 4.290,00 (quatro mil e duzentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 41 - Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

Publicação Nº 1494480

EXTRATO DE CONTRATO Nº 41/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner

CNPJ: 83.102.608/0001-54

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 7.035,00 (sete mil e trinta e cinco reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 17 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 42 - Prefeitura Municipal de Ituporanga

Publicação Nº 1494469

EXTRATO DE CONTRATO Nº 42/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Ituporanga

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ituporanga

CNPJ: 83.102.640/0001-30

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 01/2018

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito

do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 14.280,00 (quatorze mil e duzentos e oitenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 15 de janeiro de 2018.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 43 - Prefeitura Municipal de Treviso

Publicação Nº 1494450

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Treviso
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Treviso
CNPJ: 01.614.019/0001-90
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 07/2018
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 10 de janeiro de 2018.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 44 - Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista

Publicação Nº 1494439

EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista
CNPJ: 01.614.374/0001-60
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 05/2018
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a

orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Sistema de Informações de Licenciamento Ambiental da Fatma ? SINFAT: hospedagem, manutenção, desenvolvimento e registro dos licenciamentos emitidos no sistema SINFAT municipal, por meio do qual o município recebe os pedidos de licença dos empreendedores, elabora os Pareceres Técnicos e Relatórios de Vistoria e emite as licenças ou indeferimentos, sendo todo o trâmite concentrado em uma base única de dados, proporcionando maior transparência sobre as informações dos licenciamentos; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 580 - Prefeitura Municipal de Florianópolis

Publicação Nº 1494273

EXTRATO DE CONTRATO Nº 580/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Florianópolis

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Florianópolis

CNPJ: 82.892.282/0001-43

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 702/2017

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.750,00 (três mil e setecentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de março de 2018.

Florianópolis, 26 de dezembro de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 581 - Câmara Municipal de Flor do Sertão

Publicação Nº 1494406

EXTRATO DE CONTRATO Nº 581/2018

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Flor do Sertão

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Flor do Sertão

CNPJ: 01.566.621/0001-08

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 581 - Câmara Municipal de Flor do Sertão

Publicação Nº 1494407

EXTRATO DE CONTRATO Nº 581/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Flor do Sertão
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Flor do Sertão
CNPJ: 01.566.621/0001-08
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 2Âº TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2016
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 28 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 582 - Prefeitura Municipal de Flor do Sertão

Publicação Nº 1494474

EXTRATO DE CONTRATO Nº 582/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Flor do Sertão
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Flor do Sertão
CNPJ: 01.566.621/0001-08
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 02/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica ? GNOTA: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação que permite a emissão de Nota Fiscal de Serviços com o intuito de registrar, de forma eletrônica, as operações de prestação de serviço de pessoas jurídicas estabelecidas no município, sendo integrado ao Sistema de Gestão do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 10.170,00 (dez mil e cento e setenta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2018.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 583 - Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho

Publicação Nº 1494458

EXTRATO DE CONTRATO Nº 583/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho
CNPJ: 79.373.775/0001-62
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 85
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 6.810,00 (seis mil e oitocentos e dez reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 20 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 584 - Prefeitura Municipal de Pomerode

Publicação Nº 1494432

EXTRATO DE CONTRATO Nº 584/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Pomerode
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pomerode
CNPJ: 83.102.251/0001-04
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 04/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios,

sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 17.865,00 (dezesete mil e oitocentos e sessenta e cinco reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 21 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

Extrato de Contrato n. 585 - Prefeitura Municipal de Passos Maia

Publicação Nº 1494495

EXTRATO DE CONTRATO Nº 585/2018
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Passos Maia
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Passos Maia
CNPJ: 95.993.085/0001-62
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 39/2017
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, destinado à publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do ente municipal consorciado ao CIGA, veiculado no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, na rede mundial de computadores, que atende aos requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP Brasil); - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária ? Gestão do Cadastro Integrado Municipal ? GCIM: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o GCIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão de Obras: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação mediante disponibilização de programa desenvolvido em arquitetura web direcionado aos setores de planejamento e obras para o controle de convênios federais, contratos de empreitada, termos aditivos e andamento de obras de forma integrada com uma ferramenta de confecção de orçamentos, sendo estes nos padrões da Caixa Econômica Federal (DTB) e com disponibilidade de todas as tabelas SINAPI, SEOP, DER, DNIT, DEINFRA e outras que podem ser integradas sob solicitação; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 9.630,00 (nove mil e seiscentos e trinta reais)
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2018.

Florianópolis, 22 de dezembro de 2017.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

RESOLUÇÃO 0006_2018

Publicação Nº 1494583

Resolução n. 0006/2018
Dispõe sobre nomeação do cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Lucimar Antonio Salmória, Prefeito Municipal de Abdon Batista, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA;

RESOLVE:
Art.1º . Nomear a Sra. SIMONE ANTUNES PINTO, brasileira, solteira, portadora de RG n. 4.249.042, inscrito no CPF sob n. 053.133.629-84,

residente e domiciliada na cidade de Fraiburgo, SC, para exercer cargo em comissão de Diretor de Gestão de Desenvolvimento Regional, desempenhando as funções e atribuições estabelecidas no Protocolo de Intenções, no Contrato de Consórcio Público e Estatuto.

Art. 2º. A nomeação prevista nesta Resolução deverá ser levada a apreciação da Assembléia Geral do Consórcio CIMCATARINA, para ratificação, nos termos do artigo 23, VII, do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Florianópolis SC, 19 de janeiro de 2018.

LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA

Prefeito de Abdon Batista

Presidente do CIMCATARINA

CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 226 DE 18 DE JANEIRO DE 2018

Publicação Nº 1494344

RESOLUÇÃO Nº 226, DE 18 DE JANEIRO DE 2018.

Dispõe sobre a revisão geral anual dos salários dos empregados do CIMVI para o exercício de 2018, na forma do Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo § 1º do art. 45, §§ 5º, 5º-A, 5º-B e 5º-C do art. 46, § 1º do art. 52 e art. 87 do Estatuto do CIMVI; e

Considerando a garantia estabelecida pelo Inciso X do Artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando-se o disposto nos artigos 3º, §§ 1º e 2º, 31, caput e § 5º, 46, §§ 1º, 1º-A, 1º-B e 1º-C, 95, caput, 96, caput, e 105, §§ 2º e 4º, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, estabelecido pela Resolução nº 98, de 10/07/2014;

Considerando que a revisão geral anual ocorre pela aplicação do INPC (IBGE) acumulado no período posterior ao utilizado na última revisão, até o mês de dezembro, inclusive, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do ano de referência;

Considerando que o CIMVI tem adotado para a administração de seu quadro de pessoal, os mesmos parâmetros gerais utilizados na política salarial dos Municípios consorciados;

Considerando o atendimento das condições regulamentares, a aprovação da proposta de revisão geral anual aos empregados e colaboradores do CIMVI e a aplicação das demais normativas internas;

Considerando a exigência de rigoroso controle no gasto para cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, e à efetiva gestão das despesas do Consórcio Público;

RESOLVE:

Art. 1º - O salário dos empregados do CIMVI será revisto no mês de janeiro de 2018, na forma do inciso X, in fine, do art. 37 da Constituição Federal, sem distinção de índices, conforme estabelecem os §§ 5º, 5º-A, 5º-B e 5º-C do art. 46 e § 1º do art. 52 do Estatuto do Consórcio Público e §§ 1º, 1º-A, 1º-B e 1º-C do artigo 46 do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, instituído pela Resolução nº 98, de 10/07/2014.

§ 1º - Para o exercício de 2018 a revisão geral das remunerações de que trata o "caput" deste artigo, será correspondente a 2,07% (dois inteiros e sete centésimos por cento), correspondente ao INPC (IBGE) acumulado no período de janeiro a dezembro de 2017, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro do ano corrente.

§ 2º - A revisão geral se estende ao salário de todos os empregados, do quadro permanente, de confiança ou contratados temporariamente, bem como ao valor do auxílio-alimentação e da bolsa-estágio, sem distinção de índices, conforme Anexo Único integrante desta.

Art. 2º - O salário/mês dos empregos e o valor da bolsa-estágio e do auxílio alimentação, de que tratam os artigos 50, 51, 46, § 13, e 52-C do Estatuto do Consórcio Público e artigos 95, 96, 105, §§ 2º e 4º, e 52, caput e §§ 1º e 2º, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, instituído pela Resolução nº 98, de 10/07/2014, ficam atualizados pelo mesmo índice da Revisão Geral Anual definido nesta Resolução, conforme Anexo Único integrante desta.

Parágrafo Único - O preço público instituído pelo art. 31, caput, do Regulamento do Quadro de Pessoal do CIMVI, instituído pela Resolução nº 98, de 10/07/2014, para inscrição em Concurso Público do Consórcio Público, destinado a remunerar o custo do serviço para elaboração, aplicação, julgamento e avaliação das provas escritas e/ou práticas, o qual constará do instrumento convocatório, ficam atualizados para os seguintes valores:

I - R\$ 77,16 (setenta e sete reais e dezesseis centavos) para os empregos que exigem nível superior; e

II - R\$ 51,44 (cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos) para os empregos que exigem nível médio.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Resolução correrão a conta de dotações próprias do Orçamento-Programa Anual do CIMVI.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos financeiros a contar de 1º de janeiro de 2018.

Timbó - SC, 18 de janeiro de 2018.

Paulo Roberto Weiss
Presidente do CIMVI

ANEXO ÚNICO

Empregos Públicos de Confiança (art. 50 do Estatuto e art. 95 do RQP)			
Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês R\$
1	Diretor Executivo	40 hs	12.507,80
6	Gestor de Serviços	40 hs	7.263,44
Empregos Públicos Permanentes (art. 51 do Estatuto e art. 96 do RQP)			
Nº de Empregos	Denominação do Emprego	Carga Horária Semanal	Salário/mês R\$
2	Advogado	20 horas	4.319,01
9	Agente Administrativo	40 horas	2.787,88
1	Agente Controle Interno	20 horas	2.381,00
1	Biólogo	20 horas	4.068,80
1	Contador	20 horas	2.381,00
1	Engenheiro Agrônomo	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Civil	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Florestal	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Químico	20 horas	4.068,80
1	Engenheiro Sanitarista e/ou Ambiental	20 horas	4.068,80
9	Fiscal Ambiental	40 horas	3.263,59
1	Geógrafo	20 horas	4.068,80
1	Geólogo	20 horas	4.068,80
9	Médico Veterinário	20 horas	3.767,41
Estagiário / Bolsa-estágio (§ 13 do art. 46 do Estatuto e art. 105, § 2º, do RQP)			R\$
3º grau (4hs/d=20hs/s)			625,39
3º grau (6hs/d=30hs/s)			934,32
Auxílio-Alimentação			R\$
Valor máximo diário (Art. 52-C do Estatuto)			28,83
Valor diário (Art. 52, caput, do RQP)			17,75

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2018/01

Publicação Nº 1494379

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2018-01

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, (01/01/2018), às 08:00 horas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ, presente o Sr. FERNANDO TOMASELLI, Diretor Executivo do e servidores do CIMVI, compareceu o(a) Sr(a). PAULO ROBERTO WEISS – Prefeito de Rodeio/SC, que declarou vir, na forma do artigo 30, § 1º, do Estatuto do CIMVI, prestar o compromisso de posse para função de Presidente do CIMVI.

Apresentou-se na oportunidade, os documentos legalmente exigidos, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes a função pública, na qual foi empossado a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Diretor Executivo lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Timbó (SC), 01 de Janeiro de 2018.

PAULO ROBERTO WEISS
Presidente do CIMVI
CPF: 765.097.459-68

FERNANDO TOMASELLI
Diretor Executivo do CIMVI
CPF: 016.637.969-71

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2018/02

Publicação Nº 1494381

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO Nº 2018-02

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezoito, (01/01/2018), às 08:30 horas, na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ, presente o Sr. FERNANDO TOMASELLI, Diretor Executivo do CIMVI, compareceu o(a) Sr(a). JORGE AUGUSTO KRUGER, Prefeito de Timbó/SC, que declarou vir, na forma do artigo 30, § 2º, do Estatuto do CIMVI, prestar o compromisso de posse para função de Vice-Presidente do CIMVI.

Apresentou-se na oportunidade, comprometendo-se a exercer com probidade e cumprir fielmente as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes à função pública, na qual foi empossado a partir desta data.

Assim sendo, ordenou o Diretor Executivo lavrar o presente Termo de Posse e Compromisso, que lido e achado conforme, vai assinado em duas vias de igual teor e forma.

Timbó (SC), 01 de Janeiro de 2017.

JORGE AUGUSTO KRUGER FERNANDO TOMASELLI
Vice-Presidente do CIMVI Diretor Executivo do CIMVI

CIS/AMMVI**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO 016/2017 - MEDICAMENTOS**

Publicação Nº 1494619

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO 016/2017
(Vigência de 19/01/2018 até 19/01/2019)

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, com sede na Rua Alberto Stein, nº 466, bairro Velha, em Blumenau/SC, inscrito no CNPJ sob nº 03.269.695/0001-08, neste ato representado por seu Diretor Executivo, Sr. Cleones Hostins, inscrito no CPF sob o nº 007.944.929-83, e considerando a homologação da licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços, RESOLVE, nos termos do Edital de Pregão Eletrônico nº 016/2017, registrar os preços das empresas indicadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas, nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e sujeitando-se as partes às normas constantes, conforme Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993, e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de medicamentos, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 016/2017.

1.2 Os produtos deverão ser entregues nos endereços indicados pelas 14 (quatorze) Secretarias de Saúde das cidades catarinenses da região do Médio Vale do Itajaí, consorciadas junto ao CISAMVI, conforme endereços discriminados no Anexo III do Edital de Pregão Eletrônico nº 016/2017, na forma programada pelo Consórcio Público.

1.3 As solicitações de fornecimento serão realizadas diretamente pelas Secretarias Municipais de Saúde, por intermédio de sistema informatizado disponibilizado pelo CISAMVI, conforme a necessidade de cada município, e a entrega deverá obedecer ao prazo estabelecido, sob pena de multa pelo atraso registrado.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas pelos fornecedores vencedores da menor proposta são os que seguem:

A. G. KIENEN & CIA LTDA - CNPJ 82.225.947/0001-65					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
99	Dexametasona, 0,05 Mg/ml, Solução Oftálmica, Frasco 5,00 ml, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Máximo 50 Frascos.	NOVARTIS	500 FR	R\$ 7,00	R\$ 3.500,00
192	Isossorbida, Sal Dintrato, 5 Mg, Sublingual, Comprimido, Embalagem Com No Máximo 600 Comprimidos.	SANVAL	213.150 CPR	R\$ 0,14	R\$ 28.775,25
228	Metoclopramida Cloridrato, 5 mg/ml, solução injetável, ampola 2,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	ISOFARMA	19.800 AMP	R\$ 0,26	R\$ 5.148,00

259	Oxcarbazepina, 60 Mg/ml, Suspensão Oral, Frasco 100,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	UNIÃO QUIMICA	1.810 FR	R\$ 20,00	R\$ 36.200,00
260	Oxibutinina Cloridrato, 1 mg/ml, xarope, frasco com 60,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	GERMED	39.000 ml	R\$ 0,10	R\$ 3.900,00
Total					R\$ 77.523,25
ADISUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 11.018.062/0001-47					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
39	Beclometasona Dipropionato, 50 mcg/dose, aerosol bucal, frasco doseador c/ bocal aerogador, frasco 200,00 doses, embalagem individual em cartucho.	chiesi	2.010 FR	R\$ 28,01	R\$ 56.300,10
42	Beclometasona Dipropionato, spray oral, 250mcg/dose, frasco doseador com bocal aerogador, frasco 200,00 doses, embalagem individual em cartucho.	chiesi	1.610 FR	R\$ 35,99	R\$ 57.943,90
251	Omeprazol, 20 Mg, Capsula, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	globo	12.425.000 CP	R\$ 0,07	R\$ 894.600,00
Total					R\$ 1.008.844,00
AGE HOSPITALAR LTDA - CNPJ 13.038.445/0001-02					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
8	Ácidos Graxos Essenciais + Vitamina E + Vitamina A, frasco de até 200 ml, produto registrado no Ministério da Saúde como de grau III, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	AGESANI AGE	2.695.000 ml	R\$ 0,02	R\$ 40.425,00
Total					R\$ 40.425,00
ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 20.590.555/0001-48					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
93	Clortalidona, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CLORTALIDONA - GENÉRICO	55.000 CPR	R\$ 0,14	R\$ 7.865,00
182	Hidroxizina Cloridrato, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	HIDROXIZINA- GENÉRICO	20.000 CPR	R\$ 0,23	R\$ 4.600,00
219	Medroxiprogesterona Acetato, 10 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 14 Comprimidos.	ACETOFLUX	10.400 CPR	R\$ 0,86	R\$ 8.892,00
230	Metoprolol, Sal Succinato, 50 Mg, Liberação Controlada, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	METOPROLOL - GENÉRICO	547.600 CPR	R\$ 0,71	R\$ 388.796,00
Total					R\$ 410.153,00
AGLON COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - CNPJ 65.817.900/0001-71					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
276	Propatilnitrato, 10 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	SUSTRATE 10MG CX 200 CPR	435.000 CPR	R\$ 0,22	R\$ 97.005,00
Total					R\$ 97.005,00
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA - CNPJ 00.802.002/0001-02					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
14	Alendronato de Sódio, 10 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	Minusorb	600 CPR	R\$ 0,47	R\$ 282,00
69	Cefalexina, 50 mg/ml, pó p/ suspensão oral, frasco com 50,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	TEUTO (GENÉRICO)	1.321.400 ml	R\$ 0,09	R\$ 112.319,00
154	Fenoterol Bromidrato, 5 Mg/ml, Solucao Oral, Frasco 20,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho.	PRATI (GENÉRICO)	20.250 FR	R\$ 2,61	R\$ 52.852,50

158	Flunarizina Dicloridrato, 10 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	VERTIGIUM	87.600 CPR	R\$ 0,07	R\$ 6.132,00
179	Hidrocortisona, Sal Succinato Sódico, 500 mg, pó liófilo p/ injetável, frasco-ampola, com diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frasco-ampolas.	BLAU (GENERIC)	8.850 FAM	R\$ 4,49	R\$ 39.736,50
183	Hidroxizina Cloridrato, 2 mg/ml, solução oral, frasco com 50,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	NEOQUIMICA (GENERIC)	35.000 ml	R\$ 0,05	R\$ 1.750,00
191	Isossorbida, Sal Dinitrato, 10 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	ISORDIL	520.500 CPR	R\$ 0,41	R\$ 213.405,00
211	Lidocaína Cloridrato, 2%, Solução Injetável, Sem Vasoconstritor, Tubete 1,8 ml, Embalagem Com No Maximo 100 Tubetes.	XYLESTESIN	750 TBT	R\$ 0,99	R\$ 742,50
215	Lorazepam, 2 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	TEUTO (GENERIC)	64.200 CPR	R\$ 0,06	R\$ 4.044,60
Total					R\$ 431.264,10

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA - CNPJ 05.439.635/0004-56

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
68	Cefalexina, 500 Mg, Capsula, Comprimido Ou Drágea, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	Cefalexina (Gen)	1.046.000 UN	R\$ 0,26	R\$ 271.960,00
Total					R\$ 271.960,00

AR FIOREZZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 10.869.890/0001-26

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
70	Ceftriaxona Sódica, 1 g, intramuscular, frasco-ampola, pó para suspensão injetável, com diluente Lidocaína 1% em ampola de 1 ml, uso intramuscular, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos	EURO FARMA	4.070 FAM	R\$ 8,55	R\$ 34.798,50
Total					R\$ 34.798,50

ATONS DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 09.192.829/0001-08

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
64	Carvedilol, 12,5 Mg, comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	KARVIL 12,5MG	1.436.000 CPR	R\$ 0,09	R\$ 129.240,00
65	Carvedilol, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	KARVIL 25MG	479.000 CPR	R\$ 0,13	R\$ 62.270,00
66	Carvedilol, 3,125 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	KARVIL 3,125MG	310.000 CPR	R\$ 0,08	R\$ 24.800,00
67	Carvedilol, 6,25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	KARVIL 6,25MG	604.000 CPR	R\$ 0,08	R\$ 50.736,00
78	Citalopram, 20 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	ALCYTAM 20MG	745.000 CPR	R\$ 0,12	R\$ 89.400,00
165	Gliclazida, 30 Mg, Liberação Controlada, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	AZUKON MR 30MG	305.000 CPR	R\$ 0,11	R\$ 34.160,00
246	Noretisterona, 0,35 Mg, Blister Calendário Com 35 Unidades, Comprimido.	NORESTIN 0,35MG	100.000 CPR	R\$ 0,17	R\$ 16.500,00
285	Risperidona, 2 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	RESPIDON 2MG	255.000 CPR	R\$ 0,09	R\$ 23.970,00
321	Venlafaxina, Sal Cloridrato, 150 Mg, Liberação Controlada, Capsula Ou Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	VENLIFT OD 150MG	82.000 UN	R\$ 0,99	R\$ 81.180,00
322	Venlafaxina, Sal Cloridrato, 75 Mg, Capsula Ou Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	VENLIFT OD 75MG	568.000 UN	R\$ 0,46	R\$ 261.280,00
Total					R\$ 773.536,00

AUROBINDO PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ 04.301.884/0001-75

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
86	Clopidogrel (bissulfato) 75 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 100 Comprimidos.	Bissulfato de Clopidogrel 13 Genérico (633.000 CPR	R\$ 0,36	R\$ 230.412,00
Total					R\$ 230.412,00
BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ 49.475.833/0016-84					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
76	Cilostazol, 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CLAUDIC 100MG COM X 30	253.800 CPR	R\$ 0,34	R\$ 86.292,00
118	Diosmina, Associada A Hesperidina, 450mg + 50mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	FLAVENOS 500 COM REVX60	870.000 CPR	R\$ 0,29	R\$ 252.300,00
315	Valproato de Sódio, 250 Mg, Capsula, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	EPILENIL 250MG CAPX 25 P344/98	1.312.000 CP	R\$ 0,18	R\$ 238.784,00
326	Zolpidem, 10 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	NOCTIDEN 10MG CR X 20 P344/98	20.300 CPR	R\$ 0,34	R\$ 6.902,00
Total					R\$ 584.278,00
CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 03.652.030/0001-70					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
60	Carbonato de Cálcio, 500mg de Cálcio, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	vitamed	115.000 CPR	R\$ 0,05	R\$ 5.175,00
61	Carbonato de Cálcio, associado com vitamina D3, 1250 mg (equivalente a 500 mg de Cálcio) + 400 Ui, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	bionatus	1.328.000 CPR	R\$ 0,12	R\$ 156.704,00
62	Carbonato de Cálcio, associado com Vitamina D3, 500mg de Cálcio + 200u, cápsula ou comprimido, embalagem com no máximo 600 unidades.	vitamed	960.000 UN	R\$ 0,07	R\$ 71.040,00
74	Cianocobalamina, associada com Dexametasona, Piridoxina e Tiamina, 2,5 mg/ml + 2 mg/ml + 100 mg/ml + 100 mg/ml, solução injetável, ampola I com vitaminas, ampola II com Dexametasona, ampola 1,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	ativus	19.200 AMP	R\$ 6,72	R\$ 129.081,60
75	Ciclobenzaprina Cloridrato, 5 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	melcon	206.000 CPR	R\$ 0,12	R\$ 24.720,00
193	Isossorbida, Sal Mononitrato, 20 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	zydus	352.360 CPR	R\$ 0,08	R\$ 28.188,80
208	Lidocaína Cloridrato, 2%, Geleia, Bisnaga 30,00 G, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	brainfarma	10.250 BNG	R\$ 1,75	R\$ 17.927,25
216	Losartana Potássica, 50 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	brainfarma	7.630.000 CPR	R\$ 0,03	R\$ 190.750,00
254	Ondansetrona Cloridrato, 4 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	ativus	6.200 CPR	R\$ 2,00	R\$ 12.400,00
274	Prometazina Cloridrato, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	Cristália	210.200 CPR	R\$ 0,08	R\$ 15.765,00
286	Sais para reidratação oral, pó, (Cloreto de Sódio 3,5g+-Glicose 20g+Citrato de Sódio 2,9g+Cloreto de Potássio 1,5g), para 1.000ml de solução pronta, segundo padrão OMS, envelope contendo 27,9 g, envelope, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 envelopes.	pharmascience	58.900 ENV	R\$ 0,44	R\$ 25.916,00
302	Sulfato Ferroso, 40mg de Ferro II, Comprimido Revestido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	pharmascience	1.731.200 CPR	R\$ 0,03	R\$ 51.936,00

324	Vitaminas do Complexo B, B1(1,2 mg), B2 (1,3mg), B3 (16 mg), B5 (5 mg), B6 (1,3 mg), B12 (2,4mcg), comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	vitamed	1.417.000 CPR	R\$ 0,03	R\$ 48.178,00
Total					R\$ 777.781,65
Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda - CNPJ 05.782.733/0001-49					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
41	Beclometasona Dipropionato, spray nasal, 50mcg/dose, frasco doseador com aerogador nasal, frasco 200,00 doses, embalagem individual em cartucho.	GLAXOSMITHKLINE	400 FR	R\$ 14,99	R\$ 5.996,00
122	Divalproato de Sódio, 125 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	ABBOTT	3.360 CPR	R\$ 0,74	R\$ 2.499,84
123	Divalproato de Sódio, 500 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	ABBOTT	18.000 CPR	R\$ 1,55	R\$ 27.900,00
184	Ibuprofeno, 300 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	GEOLAB	250.000 CPR	R\$ 0,15	R\$ 36.250,00
306	Teofilina, 100 Mg, Capsula, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	ABBOTT	48.000 CP	R\$ 0,42	R\$ 20.160,00
316	Valproato de Sódio, 500 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	ABBOTT	469.000 CPR	R\$ 0,42	R\$ 196.980,00
Total					R\$ 289.785,84
COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA - CNPJ 67.729.178/0004-91					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
297	Sulfadiazina, de Prata, 1%, Creme, Bisnaga Com 30,00 G Ou Mais, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	SULFADIAZINA DE PRATA	284.600 g	R\$ 0,07	R\$ 21.060,40
308	Tiamina, 100 Mg/ml, Solucao Injetavel, Ampola Com 1,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	ACESYL 100MG/ML	650 AMP	R\$ 7,04	R\$ 4.576,00
317	Valproato de Sódio, 50 mg/ml, xarope, frasco 100,00 ml, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	VALPROATO DE SODIO	79.050 FR	R\$ 2,42	R\$ 190.905,75
325	Vitaminas do Complexo B, composição mínima de Vitaminas: B1,B2,B3,B5 e B6, frasco 100,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	COMPLEXO B	251.300 FR	R\$ 1,80	R\$ 453.345,20
Total					R\$ 669.887,35
CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ 44.734.671/0001-51					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
25	Amitriptilina Cloridrato, 75 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-AMYTRIL	75.000 CPR	R\$ 0,18	R\$ 13.500,00
48	Biperideno, 2 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-CINETOL	540.000 CPR	R\$ 0,11	R\$ 59.400,00
73	Cetoprofeno, 50 mg/ml, solução injetável, intramuscular, ampola 2,00 ml, Im e Ev, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	CRISTÁLIA-CETOPROFENO	18.000 AMP	R\$ 1,10	R\$ 19.800,00
90	Clorpromazina, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-LONGACTIL	196.000 CPR	R\$ 0,16	R\$ 31.360,00
91	Clorpromazina, 40 mg/ml, solução oral - gotas, frasco com 20,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	CRISTÁLIA-LONGACTIL	820 FR	R\$ 4,55	R\$ 3.731,00
94	Codeína, 30 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-CODEIN	245.000 CPR	R\$ 0,71	R\$ 173.215,00
95	Colagenase, associada com cloranfenicol, 0,6ui + 1%, pomada, bisnaga com 15,00 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	CRISTÁLIA-KOLLAGE-NASE	185.900 g	R\$ 0,19	R\$ 35.321,00
149	Fenitoína Sodica, 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-FENTAL ORAL	657.000 CPR	R\$ 0,18	R\$ 118.260,00

150	Fenitoína Sodica, 50 Mg/ml, solução Injetavel, Ampola 5,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	CRISTÁLIA-FENTAL	1.380 AMP	R\$ 1,83	R\$ 2.525,40
152	Fenobarbital Sódico, 40 mg/ml, solução oral - gotas, frasco 20,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	CRISTÁLIA-FENOCRIS	3.550 FR	R\$ 2,70	R\$ 9.585,00
157	Flufenazina, Sal Enantato, 25mg/ml, Injetavel, Ampola 1,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	CRISTÁLIA-FLUFENAN DEPOT	200 AMP	R\$ 3,93	R\$ 786,00
171	Haloperidol, 1 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-HALO	52.000 CPR	R\$ 0,10	R\$ 5.200,00
173	Haloperidol, 5 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-HALO	444.000 CPR	R\$ 0,07	R\$ 31.080,00
175	Haloperidol, Sal Decanoato, 50 mg/ml, solução injetável, ampola 1,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	CRISTÁLIA-HALO DECANOATO	8.140 AMP	R\$ 6,06	R\$ 49.328,40
187	Imipramina, Cloridrato, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-IMIPRA	1.024.000 CPR	R\$ 0,21	R\$ 215.040,00
201	Levomepromazina, 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-LEVOZINE	244.000 CPR	R\$ 0,61	R\$ 148.840,00
202	Levomepromazina, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-LEVOZINE	664.000 CPR	R\$ 0,30	R\$ 199.200,00
203	Levomepromazina, 40 Mg/ml, Solucao Oral, Frasco 20,00 MI , Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	CRISTÁLIA-LEVOZINE	900 FR	R\$ 7,20	R\$ 6.480,00
212	Lidocaína Cloridrato, associada com Norepinefrina, 2% + 1:50.000, injetável, tubete 1,80 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 tubetes.	CRISTÁLIA-XYLESTESIN	700 TBT	R\$ 1,20	R\$ 840,00
235	Morfina, Sulfato, 10mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-DIMORF	46.000 CPR	R\$ 0,36	R\$ 16.514,00
236	Morfina, Sulfato, 10mg/ml, Solucao Injetavel, Ampola 1,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	CRISTÁLIA-DIMORF	2.050 AMP	R\$ 1,60	R\$ 3.280,00
237	Morfina, Sulfato, 30mg, Capsula Ou Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Unidades.	CRISTÁLIA-DIMORF	35.700 UN	R\$ 0,97	R\$ 34.521,90
272	Prednisona, 20 Mg, Comprimido, Blister Fracionável Conforme Rdc Anvisa 80/2006, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-CRISPRED	527.000 CPR	R\$ 0,21	R\$ 110.670,00
273	Prednisona, 5 Mg, Comprimido, Blister Fracionável Conforme Rdc Anvisa 80/2006, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-CRISPRED	476.200 CPR	R\$ 0,10	R\$ 45.239,00
275	Prometazina Cloridrato, 25 mg/ml, solução injetável, ampola 2,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	CRISTÁLIA-PAMERGAN	10.250 AMP	R\$ 1,65	R\$ 16.912,50
283	Risperidona, 1 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA-RISPERIDON	773.000 CPR	R\$ 0,12	R\$ 92.760,00
284	Risperidona, 1 mg/ml, solução oral, com pipeta dosadora, frasco 30,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	CRISTÁLIA-RISPERIDON	450 FR	R\$ 12,00	R\$ 5.400,00
305	Tenoxicam, 20 mg, injetável, frasco-ampola, com diluente, uso IM (intramuscular) e Iv (intravenosa), embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frasco-ampolas.	CRISTÁLIA-TENOXICAM	3.150 FAM	R\$ 3,54	R\$ 11.151,00
312	Tramadol Cloridrato, 100 mg/ml, solução oral- gotas, frasco com 10,00 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	CRISTÁLIA-TRAMADON	20.500 ml	R\$ 1,60	R\$ 32.800,00
Total					R\$ 1.492.740,20
DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 02.520.829/0001-40					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total

15	Alendronato de Sódio, 70 mg, comprimido, blister com 4 comprimidos.	DELTA	225.000 CPR	R\$ 0,22	R\$ 49.500,00
45	Benzilpenicilina, Potássica, associada a penicilina procainada, 100.000ui + 300.000ui, injetável, frasco-ampola, frasco ampola + ampola diluente, embalagem com no máximo 50 frascos - ampolas.	BLAU	2.300 FAM	R\$ 4,20	R\$ 9.660,00
288	Salbutamol, 100mcg/dose, Aerosol Oral, Frasco 200,00 Doses, Embalagem Individual Em Cartucho.	GLENMARK	35.950 FR	R\$ 5,70	R\$ 204.843,10
Total					R\$ 264.003,10
DIMEVA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 76.386.283/0001-13					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
126	Doxazosina Mesilato, 2 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	APSEN	900.000 CPR	R\$ 0,09	R\$ 80.100,00
318	Valsartana, 160 Mg, Comprimido , Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	GERMED	49.800 CPR	R\$ 0,34	R\$ 16.932,00
Total					R\$ 97.032,00
DROGAFONTE LTDA - CNPJ 08.778.201/0001-26					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
110	Diclofenaco, Sal Sódico, 25mg/ml, solução injetável, ampola 3,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	HIPOLABOR-M(MG)	42.650 AMP	R\$ 0,44	R\$ 18.766,00
139	Escopolamina Butilbrometo, 20 mg/ml, solução injetável, ampola 1,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	HIPOLABOR-M(MG)	4.650 AMP	R\$ 0,95	R\$ 4.417,50
311	Tobramicina 3 Mg/ml, Solucao Oftalmica, Estéril, Frasco Com 5 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	BRAINFARMA(GO)	8.650 FR	R\$ 2,98	R\$ 25.777,00
Total					R\$ 48.960,50
EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES - CNPJ 06.035.038/0001-86					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
166	Gliclazida, 60 Mg, Liberação Prolongada, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	DIAMICRON MR	1.130.000 CPR	R\$ 0,24	R\$ 271.200,00
Total					R\$ 271.200,00
FÓRMULAS MAGISTRAIS FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO - CNPJ 07.316.691/0001-86					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	Ácido Fólico, 0,4 mg/ml, solução oral, frasco com 30,00 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 frascos.	ÁCIDO FOLINICO	129.150 ml	R\$ 0,11	R\$ 14.077,35
Total					R\$ 14.077,35
GENÉSIO A. MENDES & CIA LTDA - CNPJ 82.873.068/0001-40					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
53	Budesonida, aerossol nasal, 50mcg/dose, frasco com válvula dosificadora, frasco com 120,00 doses ou mais, embalagem individual em cartucho.	BUSONID	45.200 DS	R\$ 0,10	R\$ 4.294,00
54	Budesonida, Aerossol Nasal, 64mcg/dose, Frasco Com Válvula Dosificadora, Frasco 120,00 Doses, Embalagem Individual Em Cartucho.	BUSONID	1.530 FR	R\$ 26,60	R\$ 40.698,00
225	Metilfenidato Cloridrato, 10 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	RITALINA	211.920 CPR	R\$ 0,87	R\$ 185.218,08
Total					R\$ 230.210,08

ILG COMERCIAL LTDA ME - CNPJ 20.657.155/0001-02

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
18	Alprazolam, 1 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	GENÉRICO	180.000 CPR	R\$ 0,09	R\$ 16.020,00
55	Bupropiona Cloridrato, 150 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	GENÉRICO	72.000 CPR	R\$ 0,29	R\$ 20.808,00
Total					R\$ 36.828,00

INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 12.889.035/0001-02

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
57	Carbamazepina, 200 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos.	UNIÃO QUÍMICA	2.216.000 CPR	R\$ 0,11	R\$ 252.624,00
105	Dexclorfeniramina Maleato, 2 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	HYSTIN	288.600 CPR	R\$ 0,06	R\$ 15.873,00
108	Diazepam, 5 Mg/ml, Solução Injetável, Ampola 2,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	SANTISA	3.000 AMP	R\$ 0,51	R\$ 1.539,00
116	Dimenidrinato, associado com Piridoxina Cloridrato, 50mg + 50mg/ml, solução injetável, ampola 1,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	NAUSICALM	7.350 AMP	R\$ 1,10	R\$ 8.085,00
147	Extrato de Plantas, Castanha da Índia (Aesculus Hippocastanum L.), 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	VENOCEL	160.000 CPR	R\$ 0,15	R\$ 24.000,00
170	Glimepirida, 2 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CIMED	248.000 CPR	R\$ 0,07	R\$ 17.608,00
178	Hidrocortisona, Sal Succinato Sódico, 100 mg, pó Liófilo p/ injetável, frasco-ampola, com diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frasco-ampolas.	BLAU	3.600 FAM	R\$ 2,10	R\$ 7.545,60
194	Isossorbida, Sal Mononitrato, 40 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	ZYDUS	107.000 CPR	R\$ 0,16	R\$ 17.227,00
196	Lactulose, 667 Mg/ml, Xarope, Frasco Com 120,00 ML Ou Mais, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	NUTRIEX	601.440 ml	R\$ 0,04	R\$ 26.463,36
221	Metformina Cloridrato, 500 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	MERCK	2.320.000 CPR	R\$ 0,05	R\$ 111.360,00
241	Nimesulida, 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CIMED	3.004.000 CPR	R\$ 0,06	R\$ 165.220,00
282	Retinol, associada com Colecalciferol e Óxido de Zinco, 5.000ui + 900ui + 150mg/g, pomada, bisnaga com 25,00 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	BABYMED	35.000 g	R\$ 0,06	R\$ 1.995,00
304	Tansulosina, 0,4 Mg, Capsula, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	GEOLAB	13.000 CP	R\$ 0,97	R\$ 12.649,00
Total					R\$ 662.188,96

LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ 04.071.245/0001-60

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
132	Enoxaparina, 60mg/0,6 ml, injetável, seringa graduada, seringa, subcutânea, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 seringas.	EUROFARMA	1.607 SRG	R\$ 28,00	R\$ 44.996,00
133	Enoxaparina, 80mg/0,8 ml, injetável, seringa graduada, seringa, subcutânea, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 seringas.	EUROFARMA	100 SRG	R\$ 32,00	R\$ 3.200,00
Total					R\$ 48.196,00

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - CNPJ 06.935.554/0001-67

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
71	Cetoconazol, 200 Mg, Comprimido, Blister Fracionável Conforme Rdc Anvisa 80/2006, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	GENERICO	44.000 CPR	R\$ 0,18	R\$ 7.920,00
Total					R\$ 7.920,00
MEDILAR IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A - CNPJ 07.752.236/0001-23					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
3	Ácido Acetilsalicílico, 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 1.000 Comprimidos.	SOBRAL	6.245.000 CPR	R\$ 0,02	R\$ 99.920,00
9	Agua Destilada, Bidestilada, Estéril, Apirogenica, Ampola 10,00 MI, Embalagem Com No Maximo 100 Ampolas.	FARMACE	32.660 AMP	R\$ 0,12	R\$ 3.919,20
19	Ambroxol, Sal Cloridrato, 3 mg/ml, xarope infantil, frasco com 100,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FARMACE	945.400 ml	R\$ 0,01	R\$ 12.290,20
47	Betametasona Acetato, associada com Betametasona Fosfato, 3mg + 3mg/ml, injetável, ampola 1,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	UNIÃO QUIMICA	9.700 AMP	R\$ 3,95	R\$ 38.315,00
51	Bromoprida, 4 Mg/ml, Gotas, Frasco Com 10,00 MI Ou Mais, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 200 Frascos.	MARIOL	22.200 ml	R\$ 0,05	R\$ 999,00
56	Captopril, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	MEDQUIMICA	3.048.600 CPR	R\$ 0,01	R\$ 39.631,80
58	Carbamazepina, 20 mg/ml, suspensão oral, frasco 100,00 ml, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	UNIÃO QUIMICA	40.800 FR	R\$ 9,50	R\$ 387.600,00
72	Cetoconazol, 20 Mg/g, Creme Tópico, Bisnaga Com 20,00 G Ou Mais, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Bisnagas.	SOBRAL	186.000 g	R\$ 0,04	R\$ 7.998,00
88	Cloreto de Sódio, associado com cloreto de Benzalconio, 0,9% + 0,01%, solução nasal, frasco com 30,00 ml, com conta gotas, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FARMACE	39.200 FR	R\$ 0,58	R\$ 22.736,00
89	Clorpromazina, 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	CRISTÁLIA	356.000 CPR	R\$ 0,15	R\$ 53.756,00
98	Deslanosido, 0,2 Mg/ml, Solucao Injetavel, Ampola 2,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	UNIÃO QUIMICA	300 AMP	R\$ 1,30	R\$ 390,00
101	Dexametasona, 2 Mg/ml, Solucao Injetavel, Ampola 1,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	FARMACE	2.000 AMP	R\$ 0,40	R\$ 800,00
103	Dexametasona, 4 Mg/ml, Solucao Injetavel, Ampola 2,50 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No máximo 50 ampolas.	FARMACE	5.300 AMP	R\$ 0,58	R\$ 3.074,00
113	Digoxina, 0,25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	PHARLAB	435.000 CPR	R\$ 0,04	R\$ 17.400,00
115	Dimenidrinato, Associado Com Piridoxina Cloridrato, 50mg + 10mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	UNIÃO QUIMICA	127.000 CPR	R\$ 0,13	R\$ 16.510,00
124	Domperidona, 10 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	FARMASA	106.000 CPR	R\$ 0,06	R\$ 6.572,00
125	Domperidona, 1 mg/ml, suspensão oral, frasco com 60,00 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	FARMASA	54.700 ml	R\$ 0,08	R\$ 4.376,00
127	Doxiciclina, 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com Maximo 600 Comprimidos.	PHARLAB	45.600 CPR	R\$ 0,13	R\$ 5.836,80

140	Escopolamina Butilbrometo, associada com Dipirona Sódica, 4mg + 500mg/ml, solução injetável, ampola 5,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	FARMACE	17.200 AMP	R\$ 1,22	R\$ 20.984,00
164	Glibenclamida, 5 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	MEDQUIMICA	2.510.000 CPR	R\$ 0,02	R\$ 42.670,00
167	Gliconato de Cálcio, 10%, Solucao Injetavel, Ampola 10,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	ISOFARMA	300 AMP	R\$ 1,40	R\$ 420,00
168	Glicose, 25%, Solucao Injetavel, Ampola 10,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 100 Ampolas.	FARMACE	2.670 AMP	R\$ 0,22	R\$ 587,40
172	Haloperidol, 2 mg/ml, solução oral-gotas, frasco com 10,00 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos.	UNIÃO QUIMICA	22.700 ml	R\$ 0,10	R\$ 2.179,20
176	Heparina Sódica, 5.000 ui/0,25 ml, injetável, ampola 0,25 ml, para uso subcutâneo, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	CRISTÁLIA	1.150 AMP	R\$ 3,90	R\$ 4.485,00
195	Ivermectina, 6 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	VITAMEDIC	19.600 CPR	R\$ 0,18	R\$ 3.430,00
218	Mebendazol, 20 Mg/ml, Suspensão Oral, Frasco 30,00 MI, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	SOBRAL	3.700 FR	R\$ 0,95	R\$ 3.515,00
224	Metildopa, 500 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	BIOSINTETICA	166.200 CPR	R\$ 0,48	R\$ 79.776,00
231	Metronidazol, 100 mg/g, gel vaginal, com aplicador, bisnaga 50,00 g, com 7 (sete) aplicadores, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	SOBRAL	15.000 BNG	R\$ 3,29	R\$ 49.350,00
238	Neomicina, associada com bacitracina, 5mg + 250ui/g, pomada, bisnaga com 10,00 g ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 bisnagas.	SOBRAL	378.100 g	R\$ 0,10	R\$ 37.053,80
239	Nifedipino, 10 Mg, Capsula, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	NEO QUIMICA	32.000 CP	R\$ 0,03	R\$ 832,00
247	Nortriptilina Cloridrato, 25 Mg, Capsula, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	RANBAXY	252.600 CP	R\$ 0,23	R\$ 58.098,00
250	Óleo mineral 100%, uso oral, adulto e pediátrico, frasco com 60 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho, ou com no máximo 50 frascos.	FARMACE	372.000 ml	R\$ 0,02	R\$ 6.324,00
255	Ondansetrona Cloridrato, 8 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	BIOLAB	600 CPR	R\$ 2,30	R\$ 1.380,00
257	Oxcarbazepina, 300 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	RANBAXY	10.000 CPR	R\$ 0,38	R\$ 3.800,00
261	Paracetamol, 200 mg/ml, solução oral, frasco com 10,00 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	SOBRAL	609.500 ml	R\$ 0,05	R\$ 27.427,50
262	Paracetamol, 500 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	PRATI	3.185.000 CPR	R\$ 0,03	R\$ 108.290,00
267	Permetrina, 10 Mg/ml, Locao, Frasco Com 60,00 MI Ou Mais, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	NATIVITA	612.500 ml	R\$ 0,02	R\$ 10.412,50
277	Propiltiouracil, 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	BIOLAB	65.000 CPR	R\$ 0,53	R\$ 34.450,00
280	Ranitidina Cloridrato, 25 mg/ml, solução injetável, ampola 2,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	FARMACE	7.415 AMP	R\$ 0,34	R\$ 2.521,10
299	Sulfametoxazol, associado à Trimetoprima, 40mg + 8mg/ml, suspensão Oral, frasco com 50,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	SOBRAL	398.900 ml	R\$ 0,01	R\$ 5.185,70

301	Sulfato Ferroso, 25mg/ml de Ferro Ii, solução oral, frasco 30,00 ML, frasco conta-gotas, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	HIPOLABOR	57.350 FR	R\$ 0,85	R\$ 48.747,50
310	Timolol, 0,5%, solução oftálmica, Frasco Com 5,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	TEUTO	3.050 FR	R\$ 1,10	R\$ 3.355,00
Total					R\$ 1.277.397,70
MERCK S/A - CNPJ 33.069.212/0012-37					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
2	Aciclovir, 200 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006 ou blister com no máximo cinco comprimidos, embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos.	Aciclovir 200mg	97.600 CPR	R\$ 0,26	R\$ 25.376,00
155	Finasterida, 5 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	Flaxin 5mg	101.800 CPR	R\$ 0,22	R\$ 22.192,40
205	Levotiroxina Sodica, 100 Mcg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	Euthyrox 100 mcg	1.894.000 CPR	R\$ 0,05	R\$ 94.700,00
206	Levotiroxina Sodica, 25 Mcg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	Euthyrox 25 mcg	2.290.000 CPR	R\$ 0,05	R\$ 114.500,00
Total					R\$ 256.768,40
MULTIFARMA COMERCIAL LTDA - CNPJ 21.681.325/0001-57					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
129	Enalapril Maleato, 20 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	SANVAPRESS	2.550.000 CPR	R\$ 0,04	R\$ 89.250,00
161	Furosemida, 40 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	FUROSEMIDA	2.032.000 CPR	R\$ 0,02	R\$ 40.640,00
249	Nortriptilina Cloridrato, 75 Mg, Capsula, Embalagem Com No Maximo 600 Capsula.	CLORIDRATO DE NORTRIPTILINA	155.000 CP	R\$ 0,36	R\$ 55.800,00
Total					R\$ 185.690,00
MUNDIFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS E HOSPITALARES LTDA - CNPJ 07.768.887/0001-01					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
44	Benzilpenicilina, Benzatina, 600.000ui, injetável, frasco -ampola, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos-ampolas.	BEPEBEN	10.000 FAM	R\$ 7,84	R\$ 78.400,00
Total					R\$ 78.400,00
NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 11.034.934/0001-60					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
11	Albendazol, 400 mg, comprimido, comprimido mastigável, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	67.000 CPR	R\$ 0,29	R\$ 19.430,00
12	Albendazol, 40 Mg/ml, Suspensão Oral, Frasco 10,00 ML, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 200 Frascos.	PRATI DONADUZZI	23.200 FR	R\$ 0,85	R\$ 19.720,00
16	Alopurinol, 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	PRATI DONADUZZI	989.000 CPR	R\$ 0,03	R\$ 33.626,00
17	Alopurinol, 300 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	PRATI DONADUZZI	67.000 CPR	R\$ 0,11	R\$ 7.035,00
34	Atenolol, 100 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	PRATI DONADUZZI	127.000 CPR	R\$ 0,04	R\$ 5.334,00
35	Atenolol, 50 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	PRATI DONADUZZI	4.738.940 CPR	R\$ 0,03	R\$ 137.429,26

104	Dexclorfeniramina Maleato, 0,4 mg/ml, solução oral, frasco com 100,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	PRATI DONADUZZI	767.000 ml	R\$ 0,01	R\$ 6.903,00
119	Dipirona Sódica, 500 mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	PRATI DONADUZZI	1.431.000 CPR	R\$ 0,06	R\$ 85.860,00
136	Eritromicina, Estolato, 50 mg/ml, suspensão oral, frasco com 50,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	PRATI DONADUZZI	33.000 ml	R\$ 0,06	R\$ 2.112,00
200	Levofloxacin, 500 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	PRATI DONADUZZI	20.200 CPR	R\$ 0,55	R\$ 11.110,00
214	Loratadina, 1mg/ml, Xarope, Frasco Com 30,00 MI Ou Mais, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Frascos.	PRATI DONADUZZI	525.500 ml	R\$ 0,02	R\$ 8.933,50
222	Metformina Cloridrato, 850 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	PRATI DONADUZZI	6.035.000 CPR	R\$ 0,04	R\$ 241.400,00
243	Nistatina, 100.000 ui/ml, suspensão oral, frasco com 30,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	PRATI DONADUZZI	475.500 ml	R\$ 0,06	R\$ 28.530,00
244	Nistatina, 25.000 ui/g, creme vaginal, bisnaga com 40,00 g ou mais, com 7 (sete) aplicadores, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 bisnagas.	PRATI DONADUZZI	318.700 g	R\$ 0,06	R\$ 20.396,80
287	Salbutamol, 0,4 mg/ml, xarope, frasco com 100,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	PRATI DONADUZZI	380.000 ml	R\$ 0,01	R\$ 3.040,00
Total					R\$ 630.859,56

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ 02.816.696/0001-54

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	Acetilcisteína, 600 Mg, Granulado Para Solucao Oral, Envelope, Embalagem Com No Maximo 30 Envelopes de 5g Cada.	CISTEIL	9.200 ENV	R\$ 0,68	R\$ 6.210,00
10	Agua Destilada, Bidestilada, Estéril, Apirogenica, Ampola 5,00 MI, Embalagem Com No Maximo 100 Ampolas.	NT	19.400 AMP	R\$ 0,14	R\$ 2.677,20
20	Ambroxol, Sal Cloridrato, 6 mg/ml, xarope adulto, frasco com 100,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	GENERICO	974.900 ml	R\$ 0,01	R\$ 13.648,60
227	Metoclopramida Cloridrato, 4 mg/ml, solução oral, frasco 10,00 ml, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	GENERICO	12.200 FR	R\$ 0,58	R\$ 7.076,00
296	Sulfadiazina, 500 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	SULFAZINA	15.000 CPR	R\$ 0,15	R\$ 2.250,00
Total					R\$ 31.861,80

PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA - CNPJ 10.749.915/0001-58

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
233	Metronidazol, 400 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	Teuto	67.000 CPR	R\$ 0,28	R\$ 19.028,00
Total					R\$ 19.028,00

PROHOSP DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ 04.355.394/0001-51

Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
141	Espiramicina, 1.500.000 Ui, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	ROVAMICINA	27.441 CPR	R\$ 3,05	R\$ 83.695,05
229	Metoprolol, Sal Succinato, 100 Mg, Liberação Controlada, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	SELOZOK	30.000 CPR	R\$ 1,15	R\$ 34.500,00
Total					R\$ 118.195,05

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA - CNPJ 81.706.251/0001-98					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6	Ácido Fólico, 5 Mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	AFOLIC (NATULAB)	970.000 CPR	R\$ 0,04	R\$ 35.890,00
29	Amoxicilina, associada com Clavulanato de Potássio, 50mg + 12,5 mg/ml, suspensão, frasco com 75,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	SANDOZ (GENERICO FR 75 ML)	1.076.500 ml	R\$ 0,10	R\$ 104.420,50
217	Mebendazol, 100 Mg, Comprimido, Comprimido Mastigável, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	MENTELMIN (SOBRAL)	11.000 CPR	R\$ 0,04	R\$ 473,00
292	Simeticona, 75 mg/ml, emulsão oral, frasco com 10,00 ml ou mais, frasco conta-gotas, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 200 frascos.	LUFBEM (NATULAB)	44.100 ml	R\$ 0,07	R\$ 3.087,00
293	Sinvastatina, 10 Mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SINVESTACOR (SANDOZ)	150.000 CPR	R\$ 0,05	R\$ 7.650,00
294	Sinvastatina, 20 Mg, comprimido, embalagem com no máximo 600 comprimidos.	SANDOZ (GENERICO)	6.795.000 CPR	R\$ 0,05	R\$ 360.135,00
Total					R\$ 511.655,50
SOMA SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ 05.531.725/0001-20					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
23	Amiodarona, 200 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	GEOLAB	592.000 CPR	R\$ 0,26	R\$ 153.328,00
33	Anlodipino Besilato, 5 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	GEOLAB	3.807.000 CPR	R\$ 0,02	R\$ 68.526,00
63	Carbonato de Lítio, 300 mg, comprimido, blister fracionável conforme RDC ANVISA 80/2006, embalagem secundária com no máximo 600 comprimidos.	ACTAVIS	949.000 CPR	R\$ 0,15	R\$ 146.146,00
83	Clonazepam, 0,5 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	GEOLAB	176.000 CPR	R\$ 0,05	R\$ 7.920,00
120	Dipirona Sódica, 500 mg/ml, solução injetável, ampola com 2,00 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 100 ampolas.	FARMACE	27.800 AMP	R\$ 0,30	R\$ 8.312,20
128	Enalapril Maleato, 10 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	MEDQUIMICA	7.285.000 CPR	R\$ 0,03	R\$ 182.125,00
143	Espironolactona, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	EMS	1.570.000 CPR	R\$ 0,13	R\$ 204.100,00
160	Furosemida, 10 Mg/ml, Solução Injetável, Ampola 2,00 ml, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 60 Ampolas.	FARMACE	7.600 AMP	R\$ 0,32	R\$ 2.432,00
177	Hidroclorotiazida, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	MEDQUIMICA	8.870.000 CPR	R\$ 0,01	R\$ 106.440,00
180	Hidróxido de Alumínio, associado ao Hidróxido de Magnésio, 60 mg + 40 mg/ml, suspensão oral, frasco com 100,00 ml ou mais, com dosador graduado, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frascos.	IMEC	786.000 ml	R\$ 0,02	R\$ 14.148,00
213	Loratadina, 10mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	GEOLAB	490.500 CPR	R\$ 0,04	R\$ 19.620,00
245	Nitrofurantoina, 100 Mg, Capsula, Embalagem Com No Maximo 600 Capsulas.	TEUTO	129.000 CP	R\$ 0,19	R\$ 24.897,00
252	Omeprazol, 40 mg, injetável, frasco-ampola, pó líofilo para injetável, com diluente, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 frasco-ampolas.	BLAU	2.650 FAM	R\$ 4,90	R\$ 12.985,00
256	Orfenadrina Citrato, Associada Com Dipirona e Cafeína, 35mg + 300mg + 50mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	BRAINFARMA	230.000 CPR	R\$ 0,16	R\$ 36.800,00
291	Sertralina Cloridrato, 50mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	GEOLAB	1.594.000 CPR	R\$ 0,08	R\$ 127.520,00

295	Sinvastatina, 40 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	PHARLAB	2.613.000 CPR	R\$ 0,11	R\$ 282.204,00
Total					R\$ 1.397.503,20
SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI - CNPJ 09.944.371/0001-04					
Código	Produto	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
81	Clomipramina, 25 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	E.M.S	192.000 CPR	R\$ 0,59	R\$ 112.320,00
82	Clomipramina, 75 Mg, Liberação Lenta, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	E.M.S	27.880 CPR	R\$ 1,04	R\$ 29.106,72
107	Diazepam, 5 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	UNIÃO QUÍMICA	258.000 CPR	R\$ 0,04	R\$ 9.288,00
265	Pentoxifilina, 400 Mg, Comprimido, Embalagem Com No Maximo 600 Comprimidos.	EMS	165.000 CPR	R\$ 0,50	R\$ 82.335,00
307	Terbutalina Sulfato, 0,5 Mg/ml, Injetavel, Ampola 1,00 Ml, Embalagem Individual Em Cartucho Ou Com No Maximo 50 Ampolas.	UNIÃO QUÍMICA	1.240 AMP	R\$ 2,40	R\$ 2.974,76
314	Tramadol Cloridrato, 50 mg/ml, solução injetável, ampola com 1,00 ml ou mais, embalagem individual em cartucho ou com no máximo 50 ampolas.	NOVAFARMA	44.300 AMP	R\$ 0,46	R\$ 20.333,70
Total					R\$ 256.358,18

3. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses contados de sua publicação (19/01/2018 até 19/01/2019).

4. DO PRAZO DE ENTREGA

4.1 Os fornecedores terão o prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados do recebimento da requisição de entrega, para proceder a entrega dos produtos nos locais estipulados no Anexo III, livres de quaisquer outros encargos, sejam fretes, taxa de descargas, embalagens, etc., ressalvado a ocorrência da prorrogação estabelecida no item 18.6.1.3 do Edital.

5. DO TRANSPORTE DOS PRODUTOS

5.1 O acondicionamento e transporte do(s) produto(s) deve(m) ser feito(s) dentro do preconizado para o(s) mesmo(s) e devidamente protegido(s) do pó e variações de temperatura. No caso de produtos termolábeis, a embalagem e os controles devem ser apropriados para garantir a integridade do produto. Nestes produtos utilizar preferencialmente fitas especiais para monitoramento de temperatura durante o transporte.

5.2 O transporte de medicamentos deverá ser realizado por empresas habilitadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária como transportadora de produtos farmacêuticos, e deverá atender as Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos.

5.3 O transporte dos produtos deverá ser realizado em caminhão baú, e não poderá ser realizado concomitantemente com produtos químicos, solventes, inseticidas ou agrotóxicos, saneantes, tintas, óleos, perfumes e materiais com odor forte que possam impregnar no produto, alimentos in natura, e outros materiais que possam causar contaminação ou alteração na integridade e/ou nas características físico-químicas dos medicamentos.

5.4 Os volumes deverão estar contidos no interior do caminhão em grades ou gaiolas, para evitar tombamento e avaria da carga, e o caminhão deverá estar com temperatura controlada, e livre de pó e sujeira.

5.5 Caso alguma irregularidade for detectada no transporte, a mercadoria, mesmo quando recebida pela Secretaria Municipal de Saúde, terá imediata solicitação de troca ao licitante fornecedor, substituição esta que deverá ser realizada sem qualquer ônus adicional para o Consórcio. Este procedimento garante que a carga entregue seja diferente da que foi transportada inadequadamente.

5.6 A empresa vencedora será responsável por monitorar se o transporte dos produtos farmacêuticos está sendo realizado em atendimento às Boas Práticas de Transporte de Produtos Farmacêuticos, mesmo em caso de terceirização para transportadoras.

6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar a Ata de Registro de Preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a contar da convocação, feita através do email cadastrado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

6.2 De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei nº 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3 Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, das obrigações assumidas pelas empresas participantes, ou do contrato, poderá o CISAMVI aplicar à empresa as seguintes sanções:

6.3.1. advertência;

6.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.

6.3.3. Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica(m) o(s) Fornecedor(es) sujeito(s) a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total inadimplido, a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias, suspendendo-se a contagem do prazo de inadimplência a partir do requerimento de prorrogação formulada pelo fornecedor;

6.3.4. Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da Ata;

6.3.5 Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, poderá ser considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicada a multa de 15% (quinze por cento) do valor total do inadimplido.

6.3.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, podendo o CISAMVI incluir as informações no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), administrado pela Controladoria Geral da União e disponível em <http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis/Consulta.seam>

6.3.7 A multa moratória prevista no item 18.6.1.3 do Edital é inacumulável com as multas sancionatórias previstas nos itens 18.6.1.4 e 18.6.1.5 do Edital, se decorrentes do mesmo fato gerador. Entretanto, tendo origem em fatos diversos, poderão ser cumuladas.

6.3.8 Aplicar-se-á a multa prevista no item 18.6.1.5 do Edital, no caso de requerimento de cancelamento/desclassificação de lote após ter se esgotado o prazo para fornecimento do objeto requerido na Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos.

6.3.9 Os requerimentos de reequilíbrio econômico-financeiro decorrentes de fatos supervenientes deverão ser realizados antes do recebimento da Autorização de Fornecimento/Pedido de Medicamentos, ou, no máximo, dentro do prazo previsto para fornecimento do objeto, sob pena de aplicação da multa prevista no item 18.6.1.4 do Edital, caso o requerimento de reequilíbrio seja aceito ou da multa prevista no item 18.6.1.5 do Edital, caso o mesmo não seja aceito.

6.3.10 O fornecedor ao qual já houver sido cominada a penalidade descrita no item 18.6.1.4 do edital por 3 (três) vezes, poderá ser obstado de participar no próximo pregão para registro de preços do mesmo objeto a ser realizado pelo CISAMVI.

6.3.11 Nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002, ao licitante que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a licitação, que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CISAMVI, bem como com qualquer um dos municípios Consorciados, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3.12 A aplicação de quaisquer penalidades decorrerá de processo administrativo, instaurado pelo Pregoeiro, garantida a ampla defesa e o contraditório, sendo realizadas as intimações através de mensagem eletrônica (email) com confirmação de leitura, enviada ao endereço eletrônico informado pelo licitante em seu cadastro, ou por correspondência com Aviso de Recebimento, enviado ao endereço da sede da pessoa jurídica.

6.3.13 Das decisões que cominarem penalidades, no caso do item 18.6.1 do edital, caberá recurso à Diretora Executiva do CISAMVI, no prazo de 10 (dez) dias.

6.3.14 Ficarão suspensa a exigibilidade de penalidades pecuniárias com valor inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais), facultando-se à Administração exigi-las no caso de, cumulando-as com novas penalidades, o valor total superar a este limite.

6.3.15 No caso do item 18.11 do Edital, sendo o fato punível, também, com penalidades não pecuniárias, nada obsta sua aplicação.

6.3.16 As multas eventualmente aplicadas, deverão ser depositadas a favor do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí - CISAMVI, dentro de, no máximo, 10 (dez) dias do trânsito em julgado da decisão administrativa que a houver aplicado.

7. DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1 Os preços não serão reajustados durante a Ata de Registro de Preços.

7.2 Os preços podem ser revistos durante a validade das Atas de Registro de Preços, conforme itens 18.7.2 e 19.1.1 do Edital.

7.3 O CISAMVI não se obriga a adquirir dos fornecedores vencedores os itens relacionados neste instrumento, nem as quantidades indicadas, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou demais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do Registro terá preferência, nos termos do Artigo 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

7.4 A quantidade relacionada no Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico nº 016/2017 serve apenas como orientação para composição de preço não constituindo, sob nenhuma hipótese, garantia de faturamento. No caso de ocorrer acréscimo ou supressão da quantidade, o preço unitário permanecerá inalterado.

7.5 Caso a empresa fabricante e/ou produto vier a ser interditado ou descontinuado, o(s) fornecedor(es) vencedor(es) deverá(ão) substituir o produto, sem ônus para o CISAMVI, devendo previamente obter a homologação para o produto substituto proposto.

7.6 Todas as obrigações estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 016/2017 em relação aos fornecedores vencedores ficam ratificadas neste instrumento, independentemente de sua transcrição, valendo para todos os fins.

Blumenau/SC, 19 de janeiro de 2018.

Cleones Hostins

Diretor Executivo do CISAMVI

CIS/AMOSC**TABELA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS CREDENCIADOS PELO CIS-AMOSC 18 DE JANEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1494475

TABELA DE PROCEDIMENTOS MÉDICOS
CREDENCIADOS PELO CIS-AMOSC
18 DE JANEIRO DE 2018

Av. Getúlio Vargas, 571-S Chapecó - SC
Fone: (49) 3319-3212/3217
E-mail: cisamosc@amosc.org.br
www.cisamosc.sc.gov.br

ANATOMIA PATOLÓGICA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
BIOPSIA DE PRÓSTATA (POR PEÇA)	90093		33.64	33.64
EXAME ANATOMOPATOLÓGICO P/ CONGELAMENTO /PARAFINA (EXCETO COLO UTERINO) – PEÇA CIRÚRGICA	02.03.02.003-0	24.00	17.49	41.49
EXAME CITOPATOLÓGICO HORMONAL SERIADO (MÍNIMO TRÊS COLETAS)	02.03.01.002-7	10.65	30.84	41.49
EXAME CITOPATOLÓGICO CÉRVICO-VAGINAL/MICROFLORA	02.03.01.001-9	6.97	0.87	7.84
IMUNOHISTOQUÍMICA DE NEOPLASIAS MALIGNAS (POR MARCADOR/ MAXIMO 6 POR PCTE)	02.03.02.004-9	92.00	278.06	370.06
IMUNOHISTOQUÍMICA DE MAMAS	90077		347.63	347.63
ATO DE COLETA DE PAAF DE ÓRGÃO OU ESTRUTURAS SUPERFICIAIS COM DESLOCAMENTO DO PATOLOGISTA	90190		112.14	112.14
EXAME ANÁTOMO PATOLÓGICO	90204		72.89	72.89
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM CITOPATOLOGIA CÉVICO-VAGINAL ONCOLÓGICA	90212		39.24	39.24
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM PAINEL DE IMUNOISTOQUÍMICA (DUAS A CINCO REAÇÕES) INDEPENDENTE DO ÓRGÃO	90220		370.06	370.06
PROCEDIMENTOS DIAGNÓSTICO EM MARGENS CIRÚRGICAS	90239		61.67	61.67
PROCEDIMENTO DIAGNÓSTICO EM LÂMINAS DE PAAF ATÉ 5	90247		72.89	72.89
COLORAÇÃO ESPECIAL – POR COLORAÇÃO	90255		39.24	39.24

ANGIOLOGIA / CIRURGIA VASCULAR	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ANGIOLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00

ALERGIA E IMUNOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ALERGIA E IMUNOLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00

CARDIOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM CARDIOLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
ELETROCARDIOGRAMA (EEG)	02.11.02.003-6	5.15	11.67	16.82
ECOCARDIOGRAFIA TRANSTORÁCICA	02.05.01.003-2	39.94	184.34	224.28
HOLTER (MONITORAMENTO PELO SISTEMA HOLTER 24 HORAS – 3 CANAIS)	02.11.02.004-4	30.00	122.51	152.51
TESTE ERGOMÉTRICO OU ESFORÇO	02.11.02.006-0	30.00	82.14	112.14

CINTILOGRAFIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CINTILOGRAFIA DO MIOCÁRDIO / NECROSE (MÍNIMO 3 PROJEÇÕES)	02.08.01.004			199.76
CINTILOGRAFIA SINCRONIZADA CAMARAS CARDIACAS/ REPOUSO (MÍN. 3 PR.)	02.08.01.008			251.70
CINTILOGRAFIA PARA QUANTIFICAÇÃO DE "SHUNT" DA DIREITA PARA ESQUERDA	02.08.01.006			171.08
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE FLUXO SANGUÍNEO DAS EXTREMIDADES	02.08.01.005			136.82
CINTIL. SINCRON. CÂMARAS CARDÍACAS-ESFORÇO (MÍN. 2 PROJEÇÕES)	02.08.01.007			257.82
CINT. MIOCÁRDIO/PERFUSÃO – ESTRESSE (MÍN. 03 PROJEÇÕES)	02.08.01.002			581.84
CINT. MIOCÁRDIO/PERFUSÃO – REPOUSO (MÍN. 03 PROJEÇÕES)	02.08.01.003			545.59
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE DIVERTÍCULO DE MECKEL	02.08.02.008-0	114.86	48.73	163.59
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE ESVAZIAMENTO ESOFÁGICO (LÍQUIDOS)	02.08.02.005-5	135.38	57.43	192.81
CINTILOGRAFIA PARA AVALIAÇÃO DE ESVAZIAMENTO GÁSTRICO	02.08.02.007-1	114.22	78.59	192.81
DETERMINAÇÃO DE FLUXO SANGUÍNEO REGIONAL	02.08.01.009-2	123.93	272.64	148.71
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE REFLUXO GASTRO-ESOFÁGICO	02.08.02.011-0	135.38	57.43	192.81

CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRAGIA DIGESTIVA NÃO ATIVA	02.08.02.010-1	310.82	131.87	442.69
CINTILOGRAFIA GLÂNDULAS SALIVARES C/ OU S/ ESTÍMULO (MÍN 4 IMAGENS)	02.08.02.003-9	87.89	37.29	125.18
CINTILOGRAFIA PARA ESTUDO DE TRÂNSITO ESOFÁGICO (SEMI-SÓLIDOS)	02.08.02.006-3	135.38	57.43	192.81
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E BAÇO – MÍNIMO 05 IMAGENS	02.08.02.001-2	133.26	56.54	189.80
CINTILOGRAFIA DO FÍGADO E VIAS BILIARES	02.08.02.002-0	187.93	79.73	267.66
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DE HEMORRAGIAS DIGESTIVAS ATIVAS	02.08.02.009-8	157.23	66.71	223.94
CINTILOGRAFIA DA TIREÓIDE COM OU SEM CAPTAÇÃO	02.08.03.002-6	77.28	32.78	110.06
CINTILOGRAFIA DA TIREÓIDE COM TESTE DE SUPRESSÃO/ ESTÍMULO	02.08.03.003-4	107.3	21.46	128.76
TESTE DO PERCLORATO COM RADIOISÓTOPO	02.08.03.005-0	107.4	21.48	128.88
CINTILOGRAFIA PARA PESQUISA DO CORPO INTEIRO (PCI)	02.08.03.004-2	338.7	143.70	482.40
CINTILOGRAFIA DE PARATIREÓIDE	02.08.03.001-8	324.54	137.69	462.23
CINTILOGRAFIA RENAL/RENOGRAMA (QUALITATIVA E/OU QUANTITATIVA)	02.08.04.005-6	133.03	357.37	490.40
CINTILOGRAFIA TESTICULAR E BOLSA ESCROTAL	02.08.04.003-0	108.94	21.78	130.72
DETERMINAÇÃO DA FILTRAÇÃO GLOMERULAR COM RADIOISÓTOPOS	02.08.04.008-0	63.22	12.64	75.86
DETERMINAÇÃO DO FLUXO PLASMÁTICO RENAL COM RADIOISÓTOPOS	02.08.04.009-9	63.22	12.64	75.86
CISTOCINTILOGRAFIA INDIRETA	02.08.04.007-2	144.5	61.31	205.81
CISTOCINTILOGRAFIA DIRETA	02.08.04.006-4	122.97	52.17	175.14
ESTUDO RENAL DINÂMICO COM OU SEM DIURÉTICO	02.08.04.010-2	165.24	33.04	198.28
CINT. ARTICULAÇÕES E/OU EXTREMIDADES E/OU OSSO COM OU SEM FLUXO SANGUÍNEO	02.08.05.001-9	180.32	36.06	216.38
CINTILOGRAFIA ÓSSEA COM OU SEM FLUXO SANGUÍNEO (CORPO INTEIRO)	02.08.05.003-5	190.99	81.03	272.02
ESTUDO DO FLUXO SANGUÍNEO CEREBRAL	02.08.06.003-0	119.16	23.83	142.99
CISTERNOCINTILOGRAFIA (MÍNIMO 05 IMAGENS)	02.08.06.002-2	205.34	87.12	292.46
CINTILOGRAFIA DE PERFUSÃO CEREBRAL COM TALIO	02.08.06.001-4	438.01	185.73	623.74

LINFOCINTILOGRAFIA	02.08.08.004-0	141.33	59.96	201.29
CINTILOGRAFIA CORPO INTEIRO COM GÁLIO 67 – EXCLUSIVO P/ DOENÇA DE HODGKIN	02.08.09.001-0	906.8	181.36	1088.16
CINTILOGRAFIA DE MAMA (BILATERAL)	02.08.09.003-7	289.43	122.80	412.23
CINTILOGRAFIA PARA QUANTIFICAÇÃO DA CAPTAÇÃO PULMONAR DO GÁLIO 67	02.08.07.001-0	457.55	535.93	993.48
CINTILOGRAFIA DE CORAÇÃO COM GALIO 67	02.08.01.001-7	457.55	91.51	549.06
CINTILOGRAFIA DE RIM COM GALIO 67	02.08.04.002-1	457.55	91.51	549.06
CINTILOGRAFIA DE SEGMENTO OSSEO COM GALIO 67	02.08.05.004-3	457.55		457.55
CINTILOGRAFIA PULMONAR (INALAÇÃO) COM MÍNIMO DE 02 PROJEÇÕES	02.08.07.003-6	128.12	25.62	153.74
CINTILOGRAFIA PULMONAR PARA PESQUISA DE ASPIRAÇÃO	02.08.07.002-8	127.51	26.23	153.74
CINTILOGRAFIA PULMONAR (PERFUSÃO) – MÍNIMO DE 04 PROJEÇÕES	02.08.07.004-4	130.5	55.37	185.87
CINTILOGRAFIA SISTEMA RETÍCULO-ENDOTELIAL (MEDULA ÓSSEA)	02.08.08.001-5	112.61	47.77	160.38
DEMONSTRAÇÃO DE SEQUESTRO DE HEMÁCIAS PELO BAÇO COM RADIOISÓTOPOS	02.08.08.002-3	97.37	19.47	116.84
DETERMINAÇÃO DE SOBREVIDA DE HEMÁCIAS COM RADIOSÓTOPOS	02.08.08.003-1	54.36	10.87	65.23
CINTILOGRAFIA DA GLÂNDULA LACRIMAL – DACRIOCINTILOGRAFIA	02.08.09.002-9	66.23	28.10	94.33
IMUNO CINTILOGRAFIA (ANTICORPOS MONOCLONAL)	02.08.02.012-8	1103.26		1103.26
ESTUDO RENAL DINÂMICO C/OU/DIRÉTICO	9900039			403.85
TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO (PLUMER –ATE 30MCI)	9900047			631.95
TÉCNICA TOMOGRÁFICA	9900055			104.08
TRATAMENTO DE HIPERTIREOIDISMO GRAVES	9900063			512.31

CIRURGIA GERAL	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM CIRURGIA GERAL	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00

CIRURGIA TORÁCICA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM CIRURGIA TORACICA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00

DERMATOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
BIÓPSIA DOS TECIDOS MOLES DA BOCA (LÍNGUA, LÁBIO, MUCOSA, CAVIDADE BUCAL)	02.01.01.052-6	21.56	34.51	56.07
BIÓPSIA DE PÁLPEBRA	02.01.01.035-6	18.33	9.70	28.03
BIÓPSIA PELE E PARTES MOLES (PELE, TECIDO CELULAR OU GÂNGLIOS SUBCUTÂNEOS, PAREDE ABDOMINAL)	02.01.01.037-2	25,83	19.02	44.85
BIÓPSIA DE PAVILHÃO AURICULAR	02.01.01.036-4	14.66	13.37	28.03
BIÓPSIA/ PUNÇÃO DE TUMORES SUPERFICIAIS DE PELE	02.01.01.002-0	14,10	25.14	39.24

CONSULTA ESPECIALIZADA EM DERMATOLIGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
ELETROCOAGULAÇÃO DE LESÃO CUTÂNEA – 05 LESÕES	04.01.01.004-0	11.84	16.19	28.03

EXERESE DE TUMOR DE PELE E ANEXOS / CISTO SEBÁCEO E LIPOMA	04.01.01.007-4	12.46	32.39	44.85
FOTOTERAPIA (SESSÃO – POR SEGMENTO)	03.03.08.010-8	4,00	18.42	22.42
DENSITOMETRIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
DENSITOMETRIA OSSEA DUO-ENERGETICA DE COLUNA (DOIS SEGMENTOS)	02.04.06.002-8	55,10	48.06	103.16
ENDOCRINOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ENDOCRINOLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
FISIATRIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM FISIATRIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
FISIOTERAPIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTES COM DISFUNÇÕES UROGINECOLÓGICAS	03.02.01.002-5	4.67	6.54	11.21
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO NAS ALTERAÇÕES MOTORAS	03.02.05.002-7	4.67	6.54	11.21
ATENDIMENTO FISIOTERAPÊUTICO EM PCTES NO PRÉ/ PÓS OPERATÓRIO DE NEUROLOGIA	03.02.06.005-7	6,35	7.10	13.45
FISIOTERAPIA GERAL	90107			7.84
FONOAUDIOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TERAPIA INDIVIDUAL	03.01.04.004-4	2.81	19.61	22.42
AUDIOMETRIA TONAL LIMIAR (VIA AÉREA/ ÓSSEA)	02.11.07.004-1	21,00	2.54	23.54
POTENCIAL EVOCADO PARA TRIAGEM AUDITIVA – BERA	02.11.07.027-0	13.51	168.15	181.66
EMISSIONES OTOACUSTICAS EVOCADAS PARA TRIAGEM AUDITIVA – TESTE ORELHINHA	02.11.07.014-9	13.51	1.64	15.15
GUSTOMETRIA	02.11.07.019-0	1.92	14.90	16.82
IMITANCIOMETRIA	02.11.07.020-3	23.00	2.79	25.79
LOGOUDIOMETRIA (LDV/IRF/LRF)	02.11.07.021-1	26.25	4.02	30.27
PESQUISA DE PARES CRANIANOS	02.11.07.025-4	1.37	15.45	16.82
PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL	02.11.07.034-3	9.36	172.30	181.66
GASTROENTEROLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	18.46	15.18	33.64
CONSULTA ESPECIALIZADA EM GASTROENTEROLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	112.66	223.76	336.42
ENDOSCOPIA DIGESTIVA ALTA (EDA) COM TESTE DE UREASE – ESOFAGOGASTRODUODENOSCOPIA	02.09.01.003-7	48.16	142.47	190.63
POLIPECTOMIA (ATÉ TRÊS PÓLIPOS)	04.07.01.025-4	29.84	149.58	179.42
RETOSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	23.13	122.65	145.78
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DO TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA	04.07.01.024-6	31.26	114.52	145.78
GERIATRIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM GERIATRIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
BIOPSIA DE COLO DO ÚTERO	02.01.01.066-6	18.33	9.70	28.03
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO BÁSICA	03.01.01.006-4			56.00
COLPOSCOPIA	02.11.04.002-9	3.38	30.26	33.64
CRIOCAUTERIZACAO / ELETROCOAGULACAO DE COLO DE UTERO	03.09.03.004-8	11.26	50.41	61.67
HEMATOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM HEMATOLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
INFECTOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM INFECTOLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
MASTOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
MEDICINA HIPERBÁRICA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
SESSÃO DE OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA	90158			320.00
NEFROLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM NEFROLOGIA	03.01.01.007-2	R\$ 10.00	46.00	56.00

NEUROLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM NEUROLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
ELETOENCEFALOGRAFIA EM VIGÍLIA COM OU SEM FOTO ESTÍMULO	02.11.05.002-4	11.34	78.37	89.71
ELETOENCEFALOGRAFIA SONO INDUZIDO COM OU SEM MEDICAMENTO	02.11.05.003-2	25,00	64.71	89.71
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE FACE	90034			195.12
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES – MI	90042			238.85
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS SUPERIORES – MS	90050			238.85
ELETRONEUROMIOGRAFIA DE MEMBROS INFERIORES E SUPERIORES – MI/MS	90069			375.66

NUTRICIONISTA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TERAPIA EM NUTRICAÇÃO	03.01.01.004-8	6,30	16.12	22.42

OTORRINOLARINGOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM OTORRINOLARINGOLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
BIÓPSIA DE PIRÂMIDE NASAL	02.01.01.039-9	18,33	15.31	33.64
BIÓPSIA DE SEIOS PARANASAIS	02.01.01.044-5	18.33	37.74	56.07
BIÓPSIA DE FARINGE	02.01.01.019-4	19.06	14.58	33.64
DRENAGEM DE ABSCESSO FARÍNGEO	04.04.01.005-9	22.56	11.08	33.64
DRENAGEM DE FURÚNCULO NO CONDUITO AUDITIVO EXTERNO	04.04.01.007-5	14.66	18.98	33.64
INCISÃO E DRENAGEM DE ABSCESSO	04.01.01.010-4	11.84	21.80	33.64
DUCHA DE POLITZER (UNI/BILATERAL)	04.04.01.009-1	11,28	21.80	33.64
INFILTRAÇÃO MEDICAMENTOSA EM CORNETO INFERIOR	04.04.01.015-6	11.28	33.57	44.85
TAMPONAMENTO NASAL ANTERIOR E POSTERIOR	04.04.01.034-2	17.00	39.07	56.07
ELETOGUSTOMETRIA	02.11.07.013-0	1.37	26.66	28.03
VIDEOLARINGOSCOPIA E LARINGOSCOPIA	02.09.04.002-5	47.14	65.00	112.14

OFTALMOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
OBS: A CONSULTA DE OFTALMOLOGIA PADRÃO INCLUI: GONIOSCOPIA, FUNDOSCOPIA, CHECK-UP DE GLAUCOMA E TONOMETRIA.				
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO ESPECIALIZADA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
BIOMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	02.11.06.001-1	24.24	23.98	48.22
BIÓPSIA DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	02.01.01.009-7	31,10	17.12	48.22

BIÓPSIA DE Córnea (MONOCULAR)	02.01.01.011-9	68.62	37.35	105.97
BIÓPSIA DE ESCLERA (MONOCULAR)	02.01.01.018-6	68.62	37.35	105.97
BIÓPSIA DE IRIS E CORPO CILIAR, RETINA CORÓIDE, VÍTREO E TUMOR (MONOCULAR)	02.01.01.024-0	199.21	103.56	302.77
CAMPIMETRIA COMPUTADORIZADA OU MANUAL COM GRÁFICO (MONOCULAR)	02.11.06.003-8	40.00	81.11	121.11
CAPSULOTOMIA A YAG LASER	04.05.05.002-0	78.75	321.25	400.00
CAUTERIZAÇÃO DA Córnea (MONOCULAR)	04.05.05.003-8	19.14	18.70	37.84
CERATOMETRIA (MONOCULAR)	02.11.06.005-4	3.37	44.85	48.22
CICLOCRIOCOAGULAÇÃO/DIATERMIA (MONOCULAR)	04.05.05.004-6	335,72	172.94	508.66
CICLODIÁLISE (MONOCULAR)	04.05.05.005-4	273.14	223.41	496.55
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ASTIGMATISMO SECUNDÁRIO (MONOCULAR)	04.05.05.006-2	19.14	18.70	37.84
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE ENTRÓPIO E ECTRÓPIO (MONOCULAR)	04.05.01.001-0	116.42	125.80	242.22
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE EPICANTO E TELECANTO (MONOCULAR)	04.05.01.002-8	159.37	82.85	242.22
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE HÉRNIA DE IRIS (MONOCULAR)	04.05.05.007-0	259.20	237.35	496.55
CORREÇÃO CIRÚRGICA DE LAGOFTALMO (MONOCULAR)	04.05.04.001-6	161.19	84.06	245.25
CURVA DIÁRIA DE PRESSÃO OCULAR CDPO (MÍNIMO TRÊS MEDIDAS) (MONOCULAR)	02.11.06.006-2	10.11	6.54	16.65
ELETO-OCULOGRAFIA (BINOCULAR)	02.11.06.007-0	24.24	22.69	46.93
ELETORETINOGRAMA (BINOCULAR)	02.11.06.008-9	24.24	22.69	46.93
EPLAÇÃO DE CÍLIOS (MONOCULAR)	04.05.01.006-0	22.93	14.91	37.84
EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESÕES DE PÁLPEBRA E SUPERCÍLIOS (UNILATERAL)	04.05.01.007-9	45.00	23.12	68.12
EXERESE DE TUMOR DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	04.05.05.008-9	82.28	76.67	158.95
FACECTOMIA COM LENTE INTRA-OCULAR (LENTE INCLUÍDA NO VALOR) (MONOCULAR)	04.05.05.009-7	443,00	303.34	746.34
FACECTOMIA SEM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR (INCLUI VITRECTOMIA ANTERIOR QUANDO NECESSÁRIO) (MONOCULAR)	04.05.05.010-0	483.60	126.44	610.04

FACOEMULSIFICAÇÃO COM IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR (LENTE INCLuíDA NO VALOR) (MONOCULAR)	04.05.05.011-9	651.60		651.60
INJEÇÃO RETROBULAR/PERIBULBAR (MONOCULAR)	04.05.04.013-0	22.93	14.91	37.84
IRIDECTOMIA CIRÚRGICA (MONOCULAR)	04.05.05.017-8	297.46	312.58	610.04
MAPEAMENTO DE RETINA (MONOCULAR)	02.11.06.012-7	24.24	22.69	46.93
MICROSCOPIA ESPECULAR DE CórNEA (MONOCULAR)	02.11.06.014-3	24.24	22.69	46.93
OCCLUSÃO DE PONTO LACRIMAL (MONOCULAR)	04.05.01.010-9	19,14	18.70	37.84
PAQUIMETRIA ULTRASSÔNICA (MONOCULAR)	02.05.02.002-0	14.81	9.41	24.22
PARACENTESE DE CÂMARA ANTERIOR (MONOCULAR)	04.05.05.020-8	82.28	75.16	157.44
POTENCIAL VISUAL EVOCADO (MONOCULAR)	02.11.06.016-0	24.24	13.60	37.84
RADIAÇÃO PARA CROSS-LINKING CORNEANO	04.05.05.040-2	372.72	877.28	1250.00
RETINOGRRAFIA FLUORESCENTE (BINOCULAR)	02.11.06.018-6	64.00	132.80	196.80
RETINOGRRAFIA COLORIDA (BINOCULAR)	02.11.06.017-8	24.68	13.16	37.84
RETIRADA DE GLOBO OCULAR UNI/BILATERAL PARA TRANSPLANTE (BINOCULAR)	05.03.03.005-8	322.38		322.38
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CÂMARA ANTERIOR DO OLHO (MONOCULAR)	04.05.05.024-0	335.72	172.94	508.66
RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA CórNEA (MONOCULAR)	04.05.05.025-9	25.00	12.84	37.84
SIMBLEFAROPLASTIA (MONOCULAR)	04.05.01.014-1	116.42	116.71	233.13
SONDAGEM DE VIAS LACRIMAIS (BINOCULAR)	04.05.01.016-8	22.93	14.91	37.84
SONDAGEM DE CANAL LACRIMAL COM SEDAÇÃO (BINOCULAR)	04.05.01.015-0	116.42	116.71	233.13
SUTURA DE CONJUNTIVA (MONOCULAR)	04.05.05.029-1	82.28	75.16	157.44
SUTURA DE CórNEA (MONOCULAR)	04.05.05.030-5	164.08	85.71	249.79
SUTURA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.009-6	161.19	84.06	245.25
SUTURA DE PÁLPEBRAS (MONOCULAR)	04.05.01.017-6	82.28	76.67	158.95
TESTE DE ADAPTAÇÃO DE VISÃO SUB-NORMAL	02.11.06.019-4	REVOGADO		37.84
TESTE DE PROVOCAÇÃO DE GLAUCOMA (MONOCULAR)	02.11.06.020-8	6,74	6.88	13.62
TESTE PARA ADAPTAÇÃO DE LENTE DE CONTATO (MONOCULAR)	02.11.06.024-0	12.34	11.88	24.22
TESTE ORTÓPTICO (BINOCULAR)	02.11.06.023-2	12.34	11.88	24.22
TOMOGRRAFIA DE COERÊNCIA OPTICA – OCT	4.15.01.14-4	0.00		150.00
TOPOGRRAFIA COMPUTADORIZADA DE CórNEA – CERATOSCOPIA (BINOCULAR)	02.11.06.026-7	24.24	12.48	36.72
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE BLEFAROCALASE (BINOCULAR)	04.05.01.018-4	95.42	137.71	233.13
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEISCÊNCIA DE SUTURA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.010-0	159.37	82.85	242.22
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE XANTELASMA (MONOCULAR)	04.05.04.019-9	116.42	116.71	233.13
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PTERÍGIO (MONOCULAR)	04.05.05.036-4	139.70	331.28	470.98
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE TRIQUIASE COM OU SEM ENXERTO (MONOCULAR)	04.05.01.019-2	159.37	82.85	242.22
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE MIIASE PALPEBRAL (MONOCULAR)	04.05.03.011-8	22.93	14.91	37.84
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE NEOPLASIA DE ESCLERA (MONOCULAR)	04.05.03.012-6	259.20	240.38	499.58
TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL (INCLUI TRATAMENTO DE BLEFAROCALASE) E COLOBOMA DE PÁLPEBRA (MONOCULAR)	04.05.04.020-2	323.34	176.24	499.58
TRABECULECTOMIA (INCLUI A IRIDECTOMIA) (BINOCULAR)	04.05.05.032-1	513.34	264.79	778.13
TRANSPLANTE DE CórNEA (MONOCULAR)	05.05.01.009-7	2070.00		2070.00
VITRECTOMIA ANTERIOR (MONOCULAR)	04.05.03.013-4	381.08	237.76	618.84
ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ ORBITA (MONOCULAR)	02.05.02.008-9	24.20	7.19	31.39
ONCOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ONCOLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
ORTOPEDIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM ORTOPEDIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
ATENDIMENTO ORTOPÉDICO COM IMOBILIZAÇÃO PROVISÓRIA	03.01.06.010-0	13.00	1.57	14.57
AMPUTAÇÃO DE DEDO – POR DEDO	04.08.06.004-2	338.03		338.03
BIÓPSIA DE MEDULA ÓSSEA	02.01.01.027-5	200.00		200.00
BIÓPSIA DE OSSO/ CARTILAGEM DA CINTURA ESCAPULAR (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.030-5	182.75	22.46	205.21
BIÓPSIA DE OSSO DO CRÂNIO E DA FACE	02.01.01.034-8	23.99	16.38	40.37

BIÓPSIA DE OSSO/ CARTILAGEM DE MEMBRO INFERIOR (POR AGULHA/ CÉU ABERTO)	02.01.01.032-1	188.78	23.16	211.94
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DE MEMBRO SUPERIOR (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.033-0	188.26	23.68	211.94
BIÓPSIA DE OSSO/CARTILAGEM DE CINTURA PÉLVICA (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.031-3	183.39	22.94	206.33
BIÓPSIA DE LESÃO DE PARTES MOLES (POR AGULHA/CÉU ABERTO)	02.01.01.026-7	114.36	14.60	128.96
BIÓPSIA DE MÚSCULO	02.01.01.028-3	18.33	2.97	21.30
BURSECTOMIA	04.08.06.008-5	213.63		213.63
FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIOR	04.08.02.010-5	200.51		200.51
INFILTRAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS EM CAVIDADE SINOVAL (ARTICULAÇÃO, BAINHA TENDINOSA)	03.03.09.003-0	5.63	3.34	8.97
MANIPULAÇÃO ARTICULAR	04.08.06.015-8	122.01		122.01
TENOMIORRAFIA	04.08.06.045-0	205.91		205.91
PUNÇÃO PARA ESVAZIAMENTO	02.01.01.064-0	13.25	2.44	15.69
RESSECÇÃO DE CISTO SINOVAL	04.08.06.021-2	91.49		91.49
RESSECÇÃO DE EXOSTOSE	04.08.06.022-0	28.42	11.95	40.37
RESSECÇÃO MUSCULAR	04.08.06.030-1	203.29		203.29
RETIRADA DE MATERIAL DE SÍNTESE ÓSSEO-DENTÁRIA	04.14.02.030-8	REVOGADO		40.37
RETIRADA DE FIO OU PINO INTRAÓSSEO	04.08.06.035-2	151.66		151.66
REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBRO SUPERIOR	03.03.09.009-0	22.21	3.58	25.79
REVISÃO COM TROCA DE APARELHO GESSADO EM MEMBROS INFERIORES	03.03.09.007-3	25,31	4.96	30.27
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBRO INFERIOR (EXCETO DEDOS DO PÉ)	04.08.05.033-0	171.94		171.94
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBRO SUPERIOR (EXCETO MÃO)	04.08.02.029-6	207.02		207.02
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO EM MEMBROS INFERIORES (EXCETO DEDOS DO PÉ)	04.08.05.033-0	207.02		207.02
REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO AMPUTAÇÃO DOS DEDOS	04.08.06.042-5	207.02		207.02
REVISÃO E TROCA DE APARELHO GESSADO EM LESÃO DE COLUNA VERTEBRAL	03.03.09.011-1	27.32	14.17	41.49
TENOSSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR	04.08.02.030-0	194.89		194.89

REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA E FRATURA-LUXAÇÃO AO NÍVEL DA CINTURA ESCAPULAR	04.08.01.012-6	44.28	12.91	57.19
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE POLIDACTILIA NÃO ARTICULADO	04.08.06.065-4	28.42	11.95	40.37
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RUTURA DO APARELHO EXTENSOR DO DEDO	04.08.06.068-9	28.42	11.95	40.37
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA NO PUNHO	04.08.02.017-2	107.24		107.24
TRATAMENTO CONSERVADOR DE FRATURA NA CINTURA ESCAPULAR (COM IMOBILIZAÇÃO)	03.03.09.012-0	36.59	4.90	41.49
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO/FRATURA-LUXAÇÃO DE JOELHO	04.08.05.026-8	108.25		108.25
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA OU LESÃO FISÁRIA DO JOELHO	04.08.05.025-0	112.50		112.50
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA DO EXTREMO PROXIMAL DE UMERO	04.08.02.016-4	126.01		126.01
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO OU FRATURA/LUXAÇÃO ESCÁPULO UMERAL	04.08.01.013-4	165.99		165.99
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA-LUXAÇÃO DE TORNOZELO	04.08.05.021-7	141.04		141.04
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA DE OSSOS DO TARSO	04.08.05.024-1	114.44		114.44
REDUÇÃO INCRUENTA DE FRATURA/LESÃO FISÁRIA DOS METATARSIANOS	04.08.05.020-9	114.44		114.44
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO FÊMUR/PATELAR	04.08.05.027-6	108.25		108.25
REDUÇÃO INCRUENTA DE LUXAÇÃO /FRATURA LUXAÇÃO DE COTOVELO	04.08.02.022-9	269.80		269.80
TRATAMENTO DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMURAL COM IMOBILIZAÇÃO GESSADA	04.08.04.035-1	REVOGADO		51.58

PEDIATRIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA MÉDICA EM ATENÇÃO BÁSICA	03.01.01.006-4	10.00	46.00	56.00

PNEUMOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM PNEUMOLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
BRONCOSCOPIA (BRONCOFIBROSCOPIA)	02.09.04.001-7	36,02	132.19	168.21
ESPIROGRAFIA COM DETERMINAÇÃO DO VOLUME RESIDUAL	02.11.08.001-2	2.78	64.50	67.28
GASOMETRIA	02.11.08.002-0	2.78	1.70	4.48

PSICOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ATENDIMENTO INDIVIDUAL EM PSICOTERAPIA	03.01.08.017-8	2,55		22.42

PSIQUIATRIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA MÉDICA INCLUINDO TERAPIA INDIVIDUAL	90115		100.92	100.92

PROCTOLOGISTA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM PROCTOLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
COLONOSCOPIA (COLOSCOPIA)	02.09.01.002-9	112.66	223.76	336.42
RETIRADA DE PÓLIPO DE TUBO DIGESTIVO POR ENDOSCOPIA – POLIPECTOMIA (ATÉ TRÊS PÓLIPOS)	04.07.01.025-4	29.84	149.58	179.42
RETOSSIGMOIDOSCOPIA	02.09.01.005-3	23.13	122.65	145.78
BIOPSIA DE ANUS E CANAL ANAL	02.01.01.004-6	18.46	15.18	33.64
RADIODIAGNÓSTICO	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
MAMOGRAFIA UNILATERAL	02.04.03.003-0	22.50	13.94	36.44
MAMOGRAFIA BILATERAL PARA RASTREAMENTO	02.04.03.018-8	45.00	27.89	72.89
RADIOGRAFIA CAVUM (LATERAL +HIRTZ)	02.04.01.006-3	6.88	8.81	15.69
RADIOGRAFIA ABDÔMEN AGUDO (MÍNIMO DE 3 INCIDÊNCIAS)	02.04.05.012-0	15.30	9.37	24.67
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN SIMPLES (AP)	02.04.05.013-8	10.73	6.09	16.82
RADIOGRAFIA DE ABDÔMEN (AP+LATERAL/LOCALIZADA)	02.04.05.011-1	10.73	13.94	24.67
RADIOGRAFIA DE ANTEBRAÇO	02.04.04.001-9	6.42	10.40	16.82
RADIOGRAFIA ARCADA ZIGOMÁTICA MALAR (AP+OBLÍQUAS)	02.04.01.004-7	6.96	8.73	15.69
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO COXO-FEMORAL	02.04.06.006-0	7,77	12.41	20.18
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESCÁPULO-UMERAL	02.04.04.003-5	7.40	11.66	19.06
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	02.04.04.004-3	7.40	11.66	19.06
RADIOGRAFIA DE CORAÇÃO E VASOS DA BASE (PA+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.03.005-6	14.32	12.59	26.91
RADIOGRAFIA DE COSTELAS (POR HEMITÓRAX)	02.04.03.007-2	8.37	10.69	19.06
RADIOGRAFIA DE COTOVELO	02.04.04.007-8	5.90	10.92	16.82
RADIOGRAFIA DE COXA	02.04.06.011-7	8,94	11.24	20.18
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL+OBLÍQUA/BRETTON+HIRTZ)	02.04.01.007-1	9.15	12.15	21.30
RADIOGRAFIA DE CRÂNIO (PA+LATERAL)	02.04.01.008-0	7.52	8.17	15.69
RADIOGRAFIA DE ESÔFAGO	02.04.03.008-0	19.24	14.40	33.64
ESCANOMETRIA	02.04.06.003-6	7.77	14.65	22.42
DUODENOGRAMA HIPOTÔNICA	02.04.05.004-9	34.52	24.91	59.43
RADIOGRAFIA DO ESTERNO	02.04.03.009-9	7.98	11.08	19.06
RADIOGRAFIA DE ESTÔMAGO E DUODENO	02.04.05.014-6	35.22	19.72	54.94
RADIOGRAFIA DE JOELHO (AP+ LATERAL)	02.04.06.012-5	6.78	10.04	16.82
RADIOGRAFIA DE JOELHO OU PATELA (AP+LATERAL+AXIAL)	02.04.06.013-3	7.16	9.66	16.82
RADIOGRAFIA DE LARINGE	02.04.01.009-8	5.74	8.83	14.57
RADIOGRAFIA DE REGIÃO ORBITÁRIA (LOCALIZAÇÃO DE CORPO ESTRANHO)	02.04.01.013-6	7.98	14.44	22.42
RADIOGRAFIA DE MÃO	02.04.04.009-4	6.30	10.52	16.82
RADIOGRAFIA DE MÃO E PUNHO (P/DETERMINAÇÃO DE IDADE ÓSSEA)	02.04.04.010-8	6,00	10.82	16.82
RADIOGRAFIA DE MASTÓIDE/ROCHEDOS (BILATERAL)	02.04.01.010-1	9.03	12.27	21.30
RADIOGRAFIA DE MAXILAR (PA + OBLÍQUA)	02.04.01.011-0	7.20	8.49	15.69
RADIOGRAFIA DE MADIÁSTINO (PA+PERFIL)	02.04.03.010-2	8.73	10.33	19.06
RADIOGRAFIA DE ESCAPULA/OMBRO (3 POSIÇÕES)	02.04.04.011-6	7.98	11.08	19.06
RADIOGRAFIA BILATERAL DE ÓRBITAS (PA+OBLÍQUAS+HIRTZ)	02.04.01.003-9	8.38	12.92	21.30
RADIOGRAFIA DE OSSOS DA FACE (MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.012-8	8.38	12.92	21.30
RADIOGRAFIA DE PÉ/DEDO DO PÉ	02.04.06.015-0	6.78	10.04	16.82
RADIOGRAFIA DE PERNA	02.04.06.016-8	8,94	11.24	20.18
RADIOGRAFIA DE PUNHO (AP+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.04.012-4	6.91	9.91	16.82
RADIOGRAFIA DE DEDOS DA MÃO	02.04.04.008-6	5,62	11.20	16.82
RADIOGRAFIA DE REGIÃO SACRO-COCCÍGEA	02.04.02.012-3	7.80	12.38	20.18
RADIOGRAFIA DE SEIOS DA FACE (FN+MN+LATERAL+HIRTZ)	02.04.01.014-4	7.32	8.37	15.69
RADIOGRAFIA DE SELA TÚRSICA (PA+LATERAL+ BRETTON)	02.04.01.015-2	7.20	8.49	15.69
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+INSPIRAÇÃO+EXPIRAÇÃO+LATERAL)	02.04.03.013-7	14.32	12.59	26.91
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA+LATERAL+OBLÍQUA)	02.04.03.014-5	12.02	10.40	22.42
RADIOGRAFIA DE TÓRAX ÁPICO-LORDÓTICA	02.04.03.012-9	5.56	9.01	14.57
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA)	02.04.03.017-0	6,88	7.69	14.57
RADIOGRAFIA DE COLUNA TÓRACO-LOMBAR	02.04.02.010-7	9.73	13.81	23.54
RADIOGRAFIA DE INTESTINO DELGADO (TRÂNSITO)	02.04.05.015-4	47.59	14.08	61.67
RADIOGRAFIA DE TÓRAX (PA E PERFIL)	02.04.03.015-3	9,50	9.56	19.06
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ESTERNO CLAVICULAR	02.04.04.004-3	7.40	11.62	19.02
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO SACRO-ILÍACA	02.04.06.007-9	7.77	12.41	20.18
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TÍBIO-TÁRSICA	02.04.06.008-7	6.50	10.32	16.82
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR BILATERAL	02.04.01.005-5	8.38	12.92	21.30
RADIOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO ACRÔMIO CLAVICULAR	02.04.04.002-7	7,40	11.66	19.06

RADIOGRAFIA DE BACIA	02.04.06.009-5	7,77	12.41	20.18
RADIOGRAFIA DE BRAÇO	02.04.04.005-1	7,77	11.29	19.06
RADIOGRAFIA DE CALCÂNEO	02.04.06.010-9	6.50	10.32	16.82
RADIOGRAFIA DE CLAVÍCULA	02.04.04.006-0	7.40	9.42	16.82
CLISTER OPACO COM DUPLO CONTRASTE	02.04.05.001-4	47.76	22.88	70.64
COLANGIOGRAFIA PÓS-OPERATÓRIA	02.04.05.003-0	32.61	23.46	56.07
RADIOGRAFIA DE COLUNA LOMBO SACRA	02.04.02.006-9	10.96	12.58	23.54
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO/FLEXÃO)	02.04.02.004-2	8.19	11.99	20.18
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL (AP+LATERAL+TO+OBLÍQUAS)	02.04.02.003-4	8.33	11.85	20.18
RADIOGRAFIA DE COLUNA CERVICAL FUNCIONAL/DINÂMICA	02.04.02.005-0	10.29	9.89	20.18
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORÁCICA (AP+LATERAL)	02.04.02.009-3	9.16	11.02	20.18
RADIOGRAFIA DE COLUNA TORACO-LOMBAR DINÂMICA	02.04.02.011-5	15.58	13.57	29.15

RESSONÂNCIA MAGNÉTICA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ANGIORESSONANCIA CEREBRAL	02.07.01.001-3	268.75		268.75

RM MEMBROS SUPERIORES (UNILATERAL)	02.07.02.002-7	268.75		268.75
RM MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)	02.07.03.003-0	268,75		268.75
RM COLUNA LOMBO SACRA	02.07.01.004-8	268.75		268.75
RM DE COLUNA TORÁCICA	02.07.01.005-6	268.75		268.75
RM DE COLUNA CERVICAL/PESCOÇO	02.07.01.003-0	268.75		268.75
RM DE ARTICULAÇÃO TEMPORO-MANDIBULAR (BILATERAL)	02.07.01.002-1	268.75		268.75
RM DE BACIA/PELVE/ABDOMEN INFERIOR	02.07.03.002-2	268.75		268.75
RM DE SELA TÚRCICA	02.07.01.007-2	268.75		268.75
RM CRÂNIO	02.07.01.006-4	268.75		268.75
RM VIAS BILIARES/COLANGIORRESSONANCIA	02.07.03.004-9	268.75		268.75
RM DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.07.03.001-4	268.75		268.75
RM DE TÓRAX	02.07.02.003-5	268.75		268.75
CONTRASTE PARA RESSONÂNCIA	90085			75.00
SEDAÇÃO PARA RESSONÂNCIA	90182			150.00

TOMOGRÁFIAS	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TC DE CRÂNIO (INCLUI REGIÃO MASTEOIDEA)	02.06.01.007-9	97.44	42.56	140.00
TC DE SELA TURCICA	02.06.01.006-0	97.44	42.56	140.00
TC DE COLUNA TORÁCICA	02.06.01.003-6	86.76	53.24	140.00
TC DE COLUNA LOMBO SACRA	02.06.01.002-8	101.10	38.90	140.00
TC DE COLUNA CERVICAL	02.06.01.001-0	86.76	53.24	140.00
TC DE ARTICULAÇÃO DE MEMBRO SUPERIOR (ESTERNO CLAVICULAR/OMBRO/COTOVELO E PUNHO)	02.06.02.001-5	86,75	53.25	140.00
TC DE ARTICULAÇÃO DE MEMBROS INFERIORES	02.06.03.002-9	86.75	53.25	140.00
TC DE FACE/SEIOS DA FACE/ARTICULAÇÕES TÊMPORO MANDIBULARES	02.06.01.004-4	86.75	53.25	140.00
TC DE ABDÔMEN SUPERIOR	02.06.03.001-0	138.63	1.37	140.00
TC DE ABDÔMEN TOTAL	90018.00		280.00	280.00
TC DE TÓRAX	02.06.02.003-1	136.41	3.59	140.00
TC DE PESCOÇO	02.06.01.005-2	86,75	53.25	140.00
TC DE PELVE/BACIA/ABDOMEN INFERIOR	02.06.03.003-7	138.63	1.37	140.00
TC DE SEGMENTOS APENDICULARES (BRAÇO, ANTEBRAÇO, MÃO, COXA, PERNA, PÉ)	02.06.02.002-3	86.75	53.25	140.00
CONTRASTE PARA TC	90379		70.00	70.00

ULTRASSONOGRAFIAS	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN SUPERIOR (FÍGADO, VESÍCULA, VIAS BILIARES)	02.05.02.003-8	24.20	21.77	45.97
ULTRASSONOGRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL	02.05.02.004-6	37.95	30.45	68.40
ULTRASSONOGRAFIA DE APARELHO URINÁRIO	02.05.02.005-4	24.20	21.77	45.97
ULTRASSONOGRAFIA DE ARTICULAÇÃO	02.05.02.006-2	24,20	21.77	45.97

ULTRASSONOGRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	02.05.02.007-0	24.20	21.77	45.97
ULTRASSONOGRAFIA DE GLOBO OCULAR/ORBITA (MONOCULAR)	02.05.02.008-9	24.20	7.19	31.39
ULTRASSONOGRAFIA DE MAMÁRIA BILATERAL	02.05.02.009-7	24.20	15.04	39.24
ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA POR VIA ABDOMINAL	02.05.02.010-0	24.20	20.65	44.85
ULTRASSONOGRAFIA DE PRÓSTATA VIA TRANSRETAL	02.05.02.011-9	24,20	31.87	56.07
ULTRASSONOGRAFIA DE TIRÉÓIDE	02.05.02.012-7	24.20	15.04	39.24
ULTRASSONOGRAFIA DE OBSTÉTRICA	02.05.02.014-3	24.20	11.68	35.88
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA C/DOPPLER COLORIDO E PULSADO	02.05.02.015-1	39.60	72.54	112.14

ULTRASSONOGRAFIA PÉLVICA (GINECOLÓGICA)	02.05.02.016-0	24.20	13.92	38.12
ULTRASSONOGRAFIA OBSTÉTRICA MORFOLÓGICA	90026		112.14	112.14
ULTRASSONOGRAFIA TRANSFONTANELA	02.05.02.017-8	24.20	87.94	112.14
ULTRASSONOGRAFIA TRANSVAGINAL	02.05.02.018-6	24.20	20.65	44.85
ULTRASSONOGRAFIA DE PARTES MOLES	90123		95.31	95.31

UROLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CONSULTA ESPECIALIZADA EM UROLOGIA	03.01.01.007-2	10.00	46.00	56.00
AVALIAÇÃO URODINAMICA COMPLETA	02.11.09.001-8	7.62	306.37	313.99
CISTOMETRIA SIMPLES (CISTOSCOPIA)	02.11.09.004-2	8.82	271.53	280.35
BIÓPSIA DE PRÓSTATA	02.01.01.041-0	92,38	187.97	280.35

PRÓTESES AUDITIVAS	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
ACOMPANHAMENTO (30 DIAS E ANUAL)	03.01.07.003-2	21,68		21.68
AUDIOMETRIA DE CAMPO LIVRE	02.11.07.003-3	20.13		20.13
PESQUISA DE GANHO DE INSERÇÃO	02.11.07.024-6	12.00		12.00
SELEÇÃO E VERIFICAÇÃO DE AASI	02.11.07.031-9	8.75		8.75
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO DE CONDUCAO OSSEA CONVENCIONAL TIPO A	07.01.03.001-1	500.00		500.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA RETROAURICULAR TIPO A	07.01.03.002-0	500.00		500.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO A	07.01.03.003-8	525.00		525.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO B	07.01.03.004-6	700.00		700.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRA-AURICULAR TIPO C	07.01.03.005-4	1100.00		1100.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO A	07.01.03.006-02	525.00		525.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO B	07.01.03.007-0	700.00		700.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO INTRACANAL TIPO C	07.01.03.008-9	1.100,00		1100.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICRO-CANAL TIPO A	07.01.03.009-7	525.00		525.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICRO-CANAL TIPO B	07.01.03.010-0	700.00		700.00

APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO MICRO-CANAL TIPO C	07.01.03.011-9	1100.00		1100.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO A	07.01.03.012-7	525.00		525.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO B	07.01.03.013-5	700.00		700.00
APARELHO DE AMPLIFICACAO SONORA INDIVIDUAL (AASI) EXTERNO RETRO-AURICULAR TIPO C	07.01.03.014-3	1100.00		1100.00
MOLDE AURICULAR (REPOSICAO)	07.01.03.015-1	8.75		8.75
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA CONVENCIONAL TIPO A	07.01.03.016-0	500.00		500.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO DE CONDUÇÃO OSSEA RETROAURICULAR TIPO A	07.01.03.017-8	500.00		500.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO A	07.01.03.018-6	525.00		525.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO B	07.01.03.019-4	700.00		700.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO C	07.01.03.020-8	1100.00		1100.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA CANAL TIPO A	07.01.03.021-6	525.00		525.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO B	07.01.03.022-4	700.00		700.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO INTRA AURICULAR TIPO C	07.01.03.023-2	1100.00		1100.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO A	07.01.03.024-0	525.00		525.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO B	07.01.03.025-8			700.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO MICRO CANAL TIPO C	07.01.03.026-7	1100.00		1100.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO A	07.01.03.027-5	525.00		525.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO B	07.01.03.028-3	700.00		700.00
REPOSIÇÃO DE AASI EXTERNO RETROAURICULAR TIPO C	07.01.03.029-1	1.100,00		1100.00
MANUTENÇÃO/ ADAPTAÇÃO DE OPM AUDITIVA	07.01.03.030-5			0.00
SISTEMA DE FREQUENCIA MODULADA PESSOAL	07.01.03.032-1	4500.00		4500.00

PRÓTESES OCULARES	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
PRÓTESES OCULARES	07.01.04.00-68	238.03		750.00

PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS

CIRURGIA GERAL	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TRATAMENTO CIRURUGICO DE VARIZES (UNILATERAL)	04.06.02.057-4	483.37	297.66	781.03
TRATAMENTO CIRURUGICO DE VARIZES (BILATERAL)	04.06.02056-6	582,04	198.99	781.03
HEMORROIDECTOMIA	04.07.02.028-4	315.94	465.09	781.03
COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	04.07.03.003-4	693.05	87.98	781.03
COLECISTECTOMIA	04.07.03.002-6	695,77	85.26	781.03
HERNIOPLASTIA UMBILICAL	04.07.04.012-9	434.99	346.04	781.03
HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE	04.07.04.011-0	416.43	364.60	781.03
HERNIOPLASTIA INGUINAL/CRURAL (UNILATERAL)	04.07.04.010-2	445.51	335.52	781.03
HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	04.07.04.009-9	426.02	355.01	781.03
HERNIOPLASTIA INCISIONAL	04.07.04.008-0	539,92	241.11	781.03
HERNIOPLASTIA EPIGASTRICA	04.07.04.006-4	559.87	221.16	781.03
EXERESE DE CISTO SACRO-COCCIGEO	04.01.02.008-8	143.72	637.31	781.03
EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESAO DE PELE E TECIDO CELULAR SUBCUTANEO	04.01.02.010-0	158.11	622.92	781.03
FISTULECTOMIA/ FISTULOTOMIA ANAL	04.07.02.027-6	254.12	526.91	781.03

ORTOPEDIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TRATAMENTO DAS LESÕES OSTEO-CONDRAIS POR FIXAÇÃO OU MOSAICOPLASTIA JOELHO/TORNOZELO	04.08.05.092-6	1330.37	-408.20	922.17
EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE MÉDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES	04.08.06.012-3	283.66	638.51	922.17
TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDROME COMPRESSIVA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO AO NIVEL DO CARPO	04.03.02.012-3	347.62	574.55	922.17
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM GATILHO	04.08.02.032-6	241.15	681.02	922.17
TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR	04.08.02.030-0	194.89	727.28	922.17
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DO ANTEBRAÇO	04.08.02.056-3	471.38	450.79	922.17
ARTROPLASTIA TOTAL PRIMÁRIA DO QUADRIL CIMENTADA	04.08.04.008-4	1635.27	-713.10	922.17
RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO POSTERIOR C/ OU S/ ANTERIOR)	04.08.05.017-9	1602.18	-680.01	922.17
RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO ANTERIOR)	04.08.05.016-0	1602.18	-680.01	922.17
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HALUX VALGUS C/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO	04.08.05.065-9	355.81	566.36	922.17
RESSECÇÃO DE CISTO SINOVIAL	04.08.06.021-2	91.49	830.68	922.17
OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PÉ	04.08.06.019-0	645.68	276.49	922.17
OSTEOTOMIA DE OSSOS DA MÃO E/OU DO PÉ	04.08.06.018-2	327.25	594.92	922.17
MANIPULAÇÃO ARTICULAR	04.08.06.015-8	122.01	800.16	922.17
FASCIECTOMIA	04.08.06.014-0	222.95	699.22	922.17
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL / TOTAL	04.08.05.089-6	332.26	589.91	922.17
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DE MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI / BICOMPATIMENTAL	04.08.05.088-8	578.89	343.28	922.17
TENÓLISE	04.08.06.044-1	229.40	692.77	922.17
RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS	04.08.06.037-9	225,16	697.01	922.17
RETIRADA DE FIO OU PINO INTRA-ÓSSEO	04.08.06.035-2	151,66	770.51	922.17
RESSECÇÃO SIMPLES DE TUMOR ÓSSEO / DE PARTES MOLES	04.08.06.031-0	368.03	554.14	922.17
REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIMENTOS DESCOMPRESSIVOS)	04.08.01.014-2	295.75	626.42	922.17

VASCULAR	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES UNILATERAL COM AIH ELETIVA	90263		150.00	150.00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES UNILATERAL	04.06.02. 057-4	483.37	66.63	550.00
TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES BILATERAL COM AIH ELETIVA	90271		600.00	600.00

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES BILATERAL	04.06.02.056-6	582.04	417.96	1000.00
ECODOPPLER UNILATERAL	90280		180.00	180.00
ECODOPPLER BILATERAL	90298		300.00	300.00
ECODOPPLER DE CARÓTIDAS	90301		350.00	350.00
BOTA DE UNNA COM AVALIAÇÃO MÉDICA	20104340		135.00	135.00
TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (UNILATERAL)	03.09.07.001-5	300.78	299.22	600.00
TRATAMENTO ESCLEROSANTE NÃO ESTÉTICO DE VARIZES DOS MEMBROS INFERIORES (BILATERAL)	03.09.07.002-3	392,62	807.38	1200.00

OTORRINOLARINGOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TIMPANOPLASTIA (UNI / BILATERAL)	04.04.01.035-0	618.15	169.52	787.67
MICROCIRURGIA OTOLÓGICA	04.04.01.023-7	376.75	410.92	787.67
AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA	04.04.01.003-2	337.22	450.45	787.67
AMIGDALECTOMIA	04.04.01.002-4	306.57	481.10	787.67
ADENOIDECTOMIA	04.04.01.001-6	348.18	439.49	787.67
SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO	04.04.01.048-2	247.46	540.21	787.67
TURBINECTOMIA	04.04.01.041-5	315.65	472.02	787.67
TIREOIDECTOMIA TOTAL	04.02.01.004-3	451.37	336.30	787.67

UROLOGIA/NEFROLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
RESSECCAO ENDOSCOPICA DE PROSTATA	04.09.03.004-0	594,68	288.16	882.84
PROSTATECTOMIA SUPRAPÚBICA	04.09.03.002-3	1001.71	-118.87	882.84
ORQUIDOPEXIA UNILATERAL	04.09.04.013-4	360.07	522.77	882.84
POSTECTOMIA	04.09.05.008-3	219,12	663.72	882.84
VASECTOMIA	04.09.04.024-0	306.47	576.37	882.84
TRATAMENTO CIRURGICO DE VARICOCELE	04.09.04.023-1	257.56	628.28	882.84
TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	04.09.04.021-5	256.97	625.87	882.84
URETEROLITOTOMIA	04.09.01.056-1	766.11	116.73	882.84

GINECOLOGIA	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR C/ AMPUTACAO DE COLO	04.09.06.002-0	449.20	397.28	846.48
CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATACAO DO COLO DO UTERO	04.09.06.004-6	167.42	679.06	846.48
EXCISÃO TIPO 3 DO COLO UTERINO	04.09.06.003-8	443,66	402.82	846.48
HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA (UNI / BILATERAL)	04.09.06.011-9	770.70	75.78	846.48
HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL)	04.09.06.010-0	460,08	386.40	846.48
HISTERECTOMIA TOTAL	04.09.06.013-5	634.03	212.45	846.48
HISTERECTOMIA SUBTOTAL	04.09.06.012-7	546.04	300.44	846.48
OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	04.09.06.021-6	509.86	336.62	846.48
LAQUEADURA TUBARIA	04.09.06.018-6	339,02	507.46	846.48
COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	04.09.07.005-0	472,43	374.05	846.48
EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN / SKENE	04.09.07.015-7	224.68	621.80	846.48
TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINENCIA URINARIA POR VIA VAGINAL	04.09.07.027-0	372.89	473.59	846.48
PLASTICA MAMARIA FEMININA NAO ESTETICA	04.10.01.007-3	514.17	332.31	846.48

CIRURGIAS MÚLTIPLAS	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MÚLTIPLAS	04.15.01.001-2			1547.65

CIRURGIAS ELETIVAS – VALORES COMPLEMENTAÇÃO	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
COMPLEMENTAÇÃO PARA CIRURGIA ELETIVA COM AIH DE CAMPANHA	9900012			400.00
COMPLEMENTAÇÃO PARA CIRURGIA ELETIVA COM AIH SISREG	9900020			800.00

ANÁLISES CLÍNICAS	COD. SIA/SUS	Valor SUS R\$	Complemento R\$	Valor Total R\$
CLEARANCE OSMOLAR	02.02.01.0.01-5	3.51		3.51
DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	02.02.01.002-3	2,01		2,01
DETERMINACAO DE CROMATOGRAFIA DE AMINOACIDOS	02.02.01.003-1	15.65		15.65
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA (DUAS DOSAGENS)	02.02.01.004-0	3.63		3.63
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (CINCO DOSAGENS)	02.02.01.005-8	6.55		6.55

DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA C/ INDUCAO POR CORTISONA (QUATRO DOSAGENS)	02.02.01.006-6	3,68		3,68
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (CINCO DOSAGENS)	02.02.01.007-4	10,00		10,00
DETERMINACAO DE OSMOLARIDADE	02.02.01.008-2	3,51		3,51
DOSAGEM DE 5-NUCLEOTIDASE	02.02.01.009-0	3,51		3,51
DOSAGEM DE ACETONA	02.02.01.010-4	1,85		1,85
DOSAGEM DE ACIDO ASCORBICO	02.02.01.011-2	2,01		2,01
DOSAGEM DE ACIDO URICO	02.02.01.012-0	1,85		1,85
DOSAGEM DE ACIDO VANILMANDELICO	02.02.01.013-9	9,00		9,00
DOSAGEM DE ALDOLASE	02.02.01.014-7	3,68		3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-ANTITRIPSINA	02.02.01.015-5	3,68		3,68
DOSAGEM DE ALFA-1-GLICOPROTEINA ACIDA	02.02.01.016-3	3,68		3,68
DOSAGEM DE ALFA-2-MACROGLOBULINA	02.02.01.017-1	3,68		3,68
DOSAGEM DE AMILASE	02.02.01.018-0	2,25		2,25
DOSAGEM DE AMONIA	02.02.01.019-8	3,51		3,51
DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES	02.02.01.020-1	2,01		2,01
DOSAGEM DE CALCIO	02.02.01.021-0	1,85		1,85
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	02.02.01.022-8	3,51		3,51
DOSAGEM DE CAROTENO	02.02.01.023-6	2,01		2,01
DOSAGEM DE CERULOPLASMINA	02.02.01.025-2	3,68		3,68
DOSAGEM DE CLORETO	02.02.01.026-0	1,85		1,85
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	02.02.01.027-9	3,51		3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	02.02.01.028-7	3,51		3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	02.02.01.029-5	1,85		1,85
DOSAGEM DE COLINESTERASE	02.02.01.030-9	3,68		3,68
DOSAGEM DE CREATININA	02.02.01.031-7	1,85		1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)	02.02.01.032-5	3,68		3,68
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB	02.02.01.033-3	4,12		4,12
DOSAGEM DE DESIDROGENASE ALFA-HIDROXIBUTIRICA	02.02.01.034-1	3,51		3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE GLUTAMICA	02.02.01.035-0	3,51		3,51
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	02.02.01.036-8	3,68		3,68
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA (ISOENZIMAS FRACIONADAS)	02.02.01.037-6	3,68		3,68
DOSAGEM DE FERRITINA	02.02.01.038-4	15,59		15,59
DOSAGEM DE FERRO SERICO	02.02.01.039-2	3,51		3,51
DOSAGEM DE FOLATO	02.02.01.040-6	15,65		15,65
DOSAGEM DE FOSFATASE ACIDA TOTAL	02.02.01.041-4	2,01		2,01
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	02.02.01.042-2	2,01		2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	02.02.01.043-0	1,85		1,85
DOSAGEM DE FRACAO PROSTATICA DA FOSFATASE ACIDA	02.02.01.044-9	2,01		2,01
DOSAGEM DE GALACTOSE	02.02.01.045-7	3,51		3,51
DOSAGEM DE GAMA-GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)	02.02.01.046-5	3,51		3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	02.02.01.047-3	1,85		1,85
DOSAGEM DE GLICOSE-6-FOSFATO DESIDROGENASE	02.02.01.048-1	3,68		3,68
DOSAGEM DE HAPTOGLOBINA	02.02.01.049-0	3,68		3,68
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICOSILADA	02.02.01.050-3	7,86		7,86
DOSAGEM DE HIDROXIPROLINA	02.02.01.051-1	3,68		3,68
DOSAGEM DE ISOMERASE-FOSFOHEXOSE	02.02.01.052-0	3,51		3,51
DOSAGEM DE LACTATO	02.02.01.053-8	3,68		3,68
DOSAGEM DE LEUCINO-AMINOPEPTIDASE	02.02.01.054-6	3,51		3,51
DOSAGEM DE LIPASE	02.02.01.055-4	2,25		2,25
DOSAGEM DE MAGNESIO	02.02.01.056-2	2,01		2,01
DOSAGEM DE MUCO-PROTEINAS	02.02.01.057-0	2,01		2,01
DOSAGEM DE PIRUVATO	02.02.01.058-9	3,68		3,68
DOSAGEM DE PORFIRINAS	02.02.01.059-7	3,51		3,51
DOSAGEM DE POTASSIO	02.02.01.060-0	1,85		1,85
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS	02.02.01.061-9	1,40		1,40
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	02.02.01.062-7	1,85		1,85
DOSAGEM DE SODIO	02.02.01.063-5	1,85		1,85
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)	02.02.01.064-3	2,01		2,01
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)	02.02.01.065-1	2,01		2,01
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	02.02.01.066-0	4,12		4,12
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	02.02.01.067-8	3,51		3,51
DOSAGEM DE TRIPTOFANO	02.02.01.068-6	3,51		3,51

DOSAGEM DE UREIA	02.02.01.069-4	1,85	1,85
DOSAGEM DE VITAMINA B12	02.02.01.070-8	15.24	15.24
ELETROFORESE DE LIPOPROTEINAS	02.02.01.071-6	3,68	3,68
ELETROFORESE DE PROTEINAS	02.02.01.072-4	4.42	4.42
GASOMETRIA (PH PCO2 PO2 BICARBONATO AS2 (EXCESSO OU DEFICIT BASE)	02.02.01.073-2	15.65	15.65
PROVA DA D-XILOSE	02.02.01.074-0	3.68	3.68
TESTE DE TOLERANCIA A INSULINA/HIPOGLICEMIANTES ORAIS	02.02.01.075-9	6,55	6,55

NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202020002 - EXAMES HEMATOLOGICOS E HEMOSTASIA

CITOQUIMICA HEMATOLOGICA	02.02.02.001-0	6,48	6,48
CONTAGEM DE PLAQUETAS	02.02.02.002-9	2.73	2.73
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	02.02.02.003-7	2,73	2,73
DETERMINACAO DE CURVA DE RESISTENCIA GLOBULAR	02.02.02.004-5	2,73	2,73
DETERMINACAO DE SULFO-HEMOGLOBINA	02.02.02.006-1	2.73	2.73
DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	02.02.02.007-0	2,73	2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE LISE DA EUGLOBULINA	02.02.02.008-8	2.73	2.73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO -DUKE	02.02.02.009-6	2.73	2.73

DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	02.02.02.010-0	9.00	9.00
DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE SOBREVIDA DE HEMACIAS	02.02.02.011-8	5.79	5.79
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBINA	02.02.02.012-6	2.85	2.85
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA)	02.02.02.013-4	5.77	5.77
DETERMINACAO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)	02.02.02.014-2	2,73	2,73
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	02.02.02.015-0	2.73	2.73
DOSAGEM DE ANTICOAGULANTE CIRCULANTE	02.02.02.016-9	4,11	4,11
DOSAGEM DE ANTITROMBINA III	02.02.02.017-7	6.48	6.48
DOSAGEM DE FATOR II	02.02.02.018-5	5.31	5.31
DOSAGEM DE FATOR IX	02.02.02.019-3	7,61	7,61
DOSAGEM DE FATOR V	02.02.02.020-7	4.73	4.73
DOSAGEM DE FATOR VII	02.02.02.021-5	8.09	8.09
DOSAGEM DE FATOR VIII	02.02.02.022-3	6.63	6.63
DOSAGEM DE FATOR VIII (INIBIDOR)	02.02.02.023-1	15.00	15.00
DOSAGEM DE FATOR VON WILLEBRAND (ANTIGENO)	02.02.02.024-0	18.91	18.91
DOSAGEM DE FATOR X	02.02.02.025-8	6.66	6.66
DOSAGEM DE FATOR XI	02.02.02.026-6	9.11	9.11
DOSAGEM DE FATOR XII	02.02.02.027-4	10,51	10,51
DOSAGEM DE FATOR XIII	02.02.02.028-2	6.66	6.66
DOSAGEM DE FIBRINOGENIO	02.02.02.029-0	4.60	4.60
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA	02.02.02.030-4	1,53	1,53
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA - INSTABILIDADE A 37OC	02.02.02.031-2	2,73	2,73
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA FETAL	02.02.02.032-0	2.73	2.73
DOSAGEM DE HEMOSSIDERINA	02.02.02.033-9	2,73	2,73
DOSAGEM DE PLASMINOGENIO	02.02.02.034-7	4,11	4,11
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	02.02.02.035-5	5.41	5.41
ERITROGRAMA (ERITROCITOS, HEMOGLOBINA, HEMATOCRITO)	02.02.02.036-3	2.73	2.73
HEMATOCRITO	02.02.02.037-1	1.53	1.53
HEMOGRAMA COMPLETO	02.02.02.038-0	4.11	4.11
LEUCOGRAMA	02.02.02.039-8	2.73	2.73
PESQUISA DE ATIVIDADE DO COFATOR DE RISTOCETINA	02.02.02.040-1	25.00	25.00
PESQUISA DE CELULAS LE	02.02.02.041-0	4.11	4.11
PESQUISA DE CORPUSCULOS DE HEINZ	02.02.02.042-8	2,73	2,73
PESQUISA DE FILARIA	02.02.02.043-6	2,73	2,73
PESQUISA DE HEMOGLOBINA S	02.02.02.044-4	2,73	2,73
PESQUISA DE PLASMODIO	02.02.02.045-2		
PESQUISA DE TRIPANOSSOMA	02.02.02.046-0	2.73	2.73
PROVA DE CONSUMO DE PROTROMBINA	02.02.02.048-7	4.11	4.11

PROVA DE RETRACAO DO COAGULO	02.02.02.049-5	2.73	2.73
PROVA DO LACO	02.02.02.050-9	2.73	2.73
RASTREIO P/ DEFICIENCIA DE ENZIMAS ERITROCITARIAS	02.02.02.051-7	2.73	2.73
TESTE DE AGREGACAO DE PLAQUETAS	02.02.02.052-5	12.00	12.00
TESTE DE HAM (HEMOLISE ACIDA)	02.02.02.053-3	2.73	2.73
TESTE DIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TAD)	02.02.02.054-1	2.73	2.73

NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO - 0202030008 – EXAMES SOROLOGICOS E IMUNOLOGICOS

CONTAGEM DE LINFOCITOS B	02.02.03.001-6	15,00	15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS CD4/CD8	02.02.03.002-4	15,00	15,00
CONTAGEM DE LINFOCITOS T TOTAIS	02.02.03.003-2	15,00	15,00
DETECCAO DE RNA DO HIV-1 (QUALITATIVO)	02.02.03.004-0	65,00	65,00
DETECCAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C (QUALITATIVO)	02.02.03.005-9	96,00	96,00
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	02.02.03.006-7	9,25	9,25
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	02.02.03.007-5	2,83	2,83
DETERMINACAO QUANTITATIVA DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.008-3	9,25	9,25
DOSAGEM DE ALFA-FETOPROTEINA	02.02.03.009-1	15,06	15,06
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO (PSA)	02.02.03.010-5	16,42	16,42
DOSAGEM DE BETA-2-MICROGLOBULINA	02.02.03.011-3	13,55	13,55
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	02.02.03.012-1	17,16	17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	02.02.03.013-0	17,16	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA A (IGA)	02.02.03.015-6	17,16	17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E (IGE)	02.02.03.016-4	9,25	9,25
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M (IGM)	02.02.03.018-0	17,16	17,16
DOSAGEM DE INIBIDOR DE C1-ESTERASE	02.02.03.019-9	9,25	9,25
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	02.02.03.020-2	2,83	2,83
GENOTIPAGEM DE VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.021-0	298,48	298,48
IMUNOELETROFORESE DE PROTEINAS	02.02.03.022-9	17,16	17,16
IMUNOFENOTIPAGEM DE HEMOPATIAS MALIGNAS (POR MARCADOR)	02.02.03.023-7	80,00	80,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	02.02.03.025-3	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	02.02.03.026-1	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-DNA	02.02.03.027-0	8,67	8,67
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HELICOBACTER PYLORI	02.02.03.028-8	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 (WESTERN BLOT)	02.02.03.029-6	85,00	85,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HIV-1 + HIV-2 (ELISA)	02.02.03.030-0	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-HTLV-1 + HTLV-2	02.02.03.031-8	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-RIBONUCLEOPROTEINA (RNP)	02.02.03.032-6	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SCHISTOSOMAS	02.02.03.033-4	5,74	5,74
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	02.02.03.034-2	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-A (RO)	02.02.03.035-0	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B (LA)	02.02.03.036-9	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIADENOVIRUS	02.02.03.037-7	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIAMEBAS	02.02.03.038-5	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIASPERGILLUS	02.02.03.039-3	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIBRUCELAS	02.02.03.040-7	3,70	3,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICISTICERCO	02.02.03.041-5	5,83	5,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA (POR IMUNOFLOURESCENCIA)	02.02.03.042-3	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICORTEIX SUPRARENAL	02.02.03.043-1	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIEQUINOCOS	02.02.03.044-0	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESCLERODERMA (SCL 70)	02.02.03.045-8	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES	02.02.03.046-6	9,70	9,70
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTISTREPTOLISINA O (ASLO)	02.02.03.047-4	2,83	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIFIGADO	02.02.03.048-2	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLOMERULO	02.02.03.050-4	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIILHOTA DE LANGERHANS	02.02.03.051-2	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIINSULINA	02.02.03.052-0	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILEPTOSPIRAS	02.02.03.053-9	4,10	4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTILISTERIA	02.02.03.054-7	5,50	5,50
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSSOMAS	02.02.03.055-5	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMITOCONDRIA	02.02.03.056-3	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO ESTRIADO	02.02.03.057-1	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMUSCULO LISO	02.02.03.058-0	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	02.02.03.059-8	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPARIETAIS	02.02.03.060-1	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIPLASMODIOS	02.02.03.061-0	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	02.02.03.062-8	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBS)	02.02.03.063-6	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI-HBE)	02.02.03.064-4	18,55	18,55

PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA HISTOPLASMA	02.02.03.065-2	7,78	7,78
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O SPOROTRIX SCHENKII	02.02.03.066-0	9,71	9,71
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C (ANTI-HCV)	02.02.03.067-9	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE D (ANTI-HDV)	02.02.03.068-7	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DO SARAMPO	02.02.03.069-5	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA PARACOCCIDIOIDES BRASILIENSIS	02.02.03.070-9	4,10	4,10
PESQUISA DE ANTICORPOS E/OU ANTIGENO DO VIRUS SINCICIAL RESPIRATÓRIO	02.02.03.071-7	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS EIE ANTICLAMIDIA	02.02.03.072-5	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS HETEROFILOS CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.073-3	2,83	2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.074-1	11,00	11,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTILEISHMANIAS	02.02.03.075-0	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	02.02.03.076-8	16,97	16,97
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.077-6	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS DA HEPATITE B (ANTI- HBC-TOTAL)	02.02.03.078-4	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.079-2	30,00	30,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	02.02.03.080-6	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.081-4	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES ZOSTER	02.02.03.082-2	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.083-0	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	02.02.03.084-9	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	02.02.03.085-7	11,61	11,61
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTILEISHMANIAS	02.02.03.086-5	10,00	10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITOXOPLASMA	02.02.03.087-3	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTITRYPANOSOMA CRUZI	02.02.03.088-1	9,25	9,25
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ANTIGENO CENTRAL DO VIRUS	02.02.03.089-0	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA ARBOVIRUS (DENGUE E FEBRE)	02.02.03.090-3	20,00	20,00
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATITE A (HAV-IGG)	02.02.03.091-1	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	02.02.03.092-0	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA VARICELA-HERPES	02.02.03.093-8	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS EPSTEIN-BARR	02.02.03.094-6	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS HERPES SIMPLIS	02.02.03.095-4	17,16	17,16
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO (CEA)	02.02.03.096-2	13,35	13,35
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B (H)	02.02.03.097-0	18,55	18,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B (HBEAG)	02.02.03.098-9	18,55	18,55
PESQUISA DE CLAMIDIA (POR CAPTURA HIBRIDA)	02.02.03.099-7	60,00	60,00
PESQUISA DE CRIOGLOBULINAS	02.02.03.100-4	2,83	2,83
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE (WAALER-ROSE)	02.02.03.101-2	4,10	4,10
PESQUISA DE HIV-1 POR IMUNOFLUORESCENCIA	02.02.03.102-0	10,00	10,00
PESQUISA DE IMUNOGLOBULINA E (IGE) ALERGENO-ESPECIFICA	02.02.03.103-9	9,25	9,25
PESQUISA DE TRYPANOSOMA CRUZI (POR IMUNOFLUORESCENCIA)	02.02.03.104-7	10,00	10,00
PROVAS DE PRAUSNITZ-KUSTNER (PK)	02.02.03.105-5	1,77	1,77
PROVAS IMUNO-ALERGICAS BACTERIANAS	02.02.03.106-3	1,77	1,77
QUANTIFICACAO DE RNA DO HIV-1	02.02.03.107-1	18,00	18,00
QUANTIFICACAO DE RNA DO VIRUS DA HEPATITE C	02.02.03.108-0	168,48	168,48
TESTE TREPONEMICO PARA DETECÇÃO DE SÍFILIS	02.02.03.109-8	5,00	5,00
REACAO DE MONTENEGRO ID	02.02.03.110-1	2,83	2,83
TESTE DE VDRL P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.111-0	2,83	2,83
TESTE FTA-ABS IGG P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.112-8	10,00	10,00
TESTE FTA-ABS IGM P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.113-6	10,00	10,00
TESTES ALERGICOS DE CONTATO	02.02.03.114-4	1,77	1,77
TESTES CUTANEOS DE LEITURA IMEDIATA	02.02.03.115-2	1,77	1,77
TESTES RAPIDOS P/ DIAGNOSTICO DA SIFILIS	02.02.03.116-0	REVOGADO	REVOGADO
TESTE NÃO TREPONEMICO P/ DETECÇÃO DE SIFILIS EM GESTANTE	02.02.03.117-9	2,83	2,83
DOSAGEM DE ESTERCOBILINOGENIO FECAL	02.02.04.001-1	1,65	1,65
DOSAGEM DE GORDURA FECAL	02.02.04.002-0	3,04	3,04
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	02.02.04.003-8	3,04	3,04
IDENTIFICACAO DE FRAGMENTOS DE HELMINTOS	02.02.04.004-6	1,65	1,65
PESQUISA DE ENTEROBIUS VERMICULARES (OXIURUS OXIURA)	02.02.04.005-4	1,65	1,65
PESQUISA DE EOSINOFILOS	02.02.04.006-2	1,65	1,65

PESQUISA DE GORDURA FECAL	02.02.04.007-0	1.65		1.65
PESQUISA DE LARVAS NAS FEZES	02.02.04.008-9	1.65		1.65
PESQUISA DE LEUCOCITOS NAS FEZES	02.02.04.009-7	1.65		1.65
PESQUISA DE LEVEDURAS NAS FEZES	02.02.04.010-0	1.65		1.65
PESQUISA DE OVOS DE SCHISTOSOMAS (EM FRAGMENTO DE MUCOSA)	02.02.04.011-9	1,65		1,65
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	02.02.04.012-7	1.65		1.65
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	02.02.04.013-5	10.25		10.25
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	02.02.04.014-3	1.65		1.65
PESQUISA DE SUBSTANCIAS REDUTORAS NAS FEZES	02.02.04.015-1	1.65		1.65
PESQUISA DE TRIPSINA NAS FEZES	02.02.04.016-0	1.65		1.65
PESQUISA DE TROFOZOITAS NAS FEZES	02.02.04.017-8	1.65		1.65
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	02.02.05.001-7	3.70		3.70
CLEARANCE DE CREATININA	02.02.05.002-5	3,51		3,51
CLEARANCE DE FOSFATO	02.02.05.003-3	3,51		3,51
CLEARANCE DE UREIA	02.02.05.004-1	3,51		3,51
CONTAGEM DE ADDIS	02.02.05.005-0	2.04		2.04
DETERMINACAO DE OSMOLALIDADE	02.02.05.006-8	3.70		3.70
IDENTIFICAÇÃO DE GLICIDEOS URINÁRIOS POR CROMATOGRAFIA (CAMADA DELGADA)	02.02.05.007-6	3.70		3.70
DOSAGEM DE CITRATO	02.02.05.008-4	2.01		2.01
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	02.02.05.009-2	8,12		8,12
DOSAGEM DE OXALATO	02.02.05.010-6	3,68		3,68
DOSAGEM DE PROTEINAS (URINA DE 24 HORAS)	02.02.05.011-4	2.04		2.04
DOSAGEM E/OU FRACIONAMENTO DE ACIDOS ORGANICOS	02.02.05.012-2	3,04		3,04
EXAME QUALITATIVO DE CALCULOS URINARIOS	02.02.05.013-0	3.70		3.70
PESQUISA / DOSAGEM DE AMINOACIDOS (POR CROMATOGRAFIA)	0.20.20.50.14-9	3,70		3,70
PESQUISA DE ALCAPTONA NA URINA	02.02.05.015-7	2,04		2,04
PESQUISA DE AMINOACIDOS NA URINA	02.02.05.016-5	3.70		3.70
PESQUISA DE BETA-MERCAPTO-LACTATO-DISSULFIDURIA	02.02.05.017-3	2.04		2.04
PESQUISA DE CADEIAS LEVES KAPPA E LAMBDA	02.02.05.018-1	2.40		2.40
PESQUISA DE CISTINA NA URINA	02.02.05.019-0	2.04		2.04
PESQUISA DE COPROPORFIRINA NA URINA	02.02.05.020-3	2.04		2.04
PESQUISA DE ERROS INATOS DO METABOLISMO NA URINA	02.02.05.021-1	3,70		3,70
PESQUISA DE FENIL-CETONA NA URINA	02.02.05.022-0	2.04		2.04
PESQUISA DE FRUTOSE NA URINA	02.02.05.023-8	2.04		2.04
PESQUISA DE GALACTOSE NA URINA	0.20.20.50.24-6	3.36		3.36
PESQUISA DE GONADOTROFINA CORIONICA (TESTE DE GRAVIDEZ)	02.02.05.025-4			
PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	02.02.05.026-2	2,04		2,04
PESQUISA DE LACTOSE NA URINA	02.02.05.027-0	2.04		2.04
PESQUISA DE MUCOPOLISSACARIDEOS NA URINA	02.02.05.028-9	3.70		3.70
PESQUISA DE PORFOBILINOGENIO NA URINA	02.02.05.029-7	2.04		2.04
PESQUISA DE PROTEINAS URINARIAS (POR ELETROFORESE)	02.02.05.030-0	4.44		4.44
PESQUISA DE TIROSINA NA URINA	02.02.05.031-9	2.04		2.04
PROVA DE DILUICAO (URINA)	02.02.05.032-7	2.04		2.04
DETERMINACAO DE INDICE DE TIROXINA LIVRE	02.02.06.001-2	12.54		12.54
DETERMINACAO DE RETENCAO DE T3	02.02.06.002-0	12.54		12.54
DETERMINACAO DE T3 REVERSO	02.02.06.003-9	14.69		14.69
DOSAGEM DE 17-ALFA-HIDROXIPROGESTERONA	02.02.06.004-7	10.20		10.20
DOSAGEM DE 17-CETOSTEROIDES TOTAIS	02.02.06.005-5	6.72		6.72
DOSAGEM DE 17-HIDROXICORTICOSTEROIDES	02.02.06.006-3	6,72		6,72
DOSAGEM DE ACIDO 5-HIDROXI-INDOL-ACETICO (SEROTONINA)	02.02.06.007-1	6.72		6.72
DOSAGEM DE ADRENOCORTICOTROFICO (ACTH)	02.02.06.008-0	14.12		14.12
DOSAGEM DE ALDOSTERONA	02.02.06.009-8	11.89		11.89
DOSAGEM DE AMP CICLICO	02.02.06.010-1	12.01		12.01
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	02.02.06.011-0	11.53		11.53
DOSAGEM DE CALCITONINA	02.02.06.012-8	14,38		14,38
DOSAGEM DE CORTISOL	02.02.06.013-6	9.86		9.86
DOSAGEM DE DEHIDROEPIANDROSTERONA (DHEA)	02.02.06.014-4	11.25		11.25
DOSAGEM DE DIHIDROTESTOTERONA (DHT)	02.02.06.015-2	11.71		11.71
DOSAGEM DE ESTRADIOL	02.02.06.016-0	10.15		10.15
DOSAGEM DE ESTRIOL	02.02.06.017-9	11.55		11.55
DOSAGEM DE ESTRONA	02.02.06.018-7	11.12		11.12
DOSAGEM DE GASTRINA	02.02.06.019-5	14.15		14.15

DOSAGEM DE GLOBULINA TRANSPORTADORA DE TIROXINA	02.02.06.020-9	15.35	15.35
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)	02.02.06.021-7	7.85	7.85
DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO (HGH)	02.02.06.022-5	10.21	10.21
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO-ESTIMULANTE (FSH)	02.02.06.023-3	7.89	7.89
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEINIZANTE (LH)	02.02.06.024-1	8.97	8.97
DOSAGEM DE HORMONIO TIREOESTIMULANTE (TSH)	02.02.06.025-0	8,96	8,96
DOSAGEM DE INSULINA	02.02.06.026-8	10.17	10.17
DOSAGEM DE PARATORMONIO	02.02.06.027-6	43,13	43,13
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	02.02.06.028-4	15.35	15.35
DOSAGEM DE PROGESTERONA	02.02.06.029-2	10,22	10,22
DOSAGEM DE PROLACTINA	02.02.06.030-6	10.15	10.15
DOSAGEM DE RENINA	02.02.06.031-4	13.19	13.19
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C (IGF1)	02.02.06.032-2	15.35	15.35
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA (DHEAS)	02.02.06.033-0	13.11	13.11
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	02.02.06.034-9	10.43	10.43
DOSAGEM DE TESTOSTERONA LIVRE	02.02.06.035-7	13,11	13,11
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	02.02.06.036-5	15.35	15.35
DOSAGEM DE TIROXINA (T4)	02.02.06.037-3	8,76	8,76
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE (T4 LIVRE)	02.02.06.038-1	11.60	11.60
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA (T3)	02.02.06.039-0	8.71	8.71
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA/TSH APOS TRH	02.02.06.040-3	12.01	12.01
TESTE DE ESTIMULO DA PROLACTINA APOS CLORPROMAZINA	02.02.06.041-1	12.01	12.01
TESTE DE COM GNRH OU COM AGONISTA GNRH	02.02.06.042-0	12.01	12.01
TESTE DE ESTIMULO DO HGH APOS GLUCAGON	02.02.06.043-8	12,01	12,01
TESTE DE SUPRESSAO DO CORTISOL APOS DEXAMETASONA	02.02.06.044-6	12.01	12.01
TESTE DE SUPRESSAO DO HGH APOS GLICOSE	02.02.06.045-4	12.01	12.01
TESTE P/ INVESTIGACAO DO DIABETES INSIPIDUS	02.02.06.046-2	8,43	8,43
DOSAGEM DE ACIDO DELTA-AMINOLEVULINICO	02.02.07.001-8	2.06	2.06
DOSAGEM DE ACIDO HIPURICO	02.02.07.002-6	2.23	2.23
DOSAGEM DE ACIDO MANDELICO	02.02.07.003-4	3.68	3.68
DOSAGEM DE ACIDO METIL-HIPURICO	02.02.07.004-2	2.04	2.04
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	02.02.07.005-0	15.65	15.65
DOSAGEM DE ALA-DESIDRATASE	02.02.07.006-9	3,51	3,51
DOSAGEM DE ALCOOL ETILICO	02.02.07.007-7	2,01	2,01
DOSAGEM DE ALUMINIO	02.02.07.008-5	27,50	27,50
DOSAGEM DE AMINOGLICOSIDEOS	02.02.07.009-3	10.00	10.00
DOSAGEM DE ANFETAMINAS	02.02.07.010-7	10.00	10.00
DOSAGEM DE ANTIDEPRESSIVOS TRICICLICOS	02.02.07.011-5	10.00	10.00
DOSAGEM DE BARBITURATOS	02.02.07.012-3	13.13	13.13
DOSAGEM DE BENZODIAZEPINICOS	02.02.07.013-1	13.48	13.48
DOSAGEM DE CADMIO	02.02.07.014-0	6,55	6,55
DOSAGEM DE CARBAMAZEPINA	02.02.07.015-8	17.53	17.53
DOSAGEM DE CARBOXY-HEMOGLOBINA	02.02.07.016-6	4.11	4.11
DOSAGEM DE CHUMBO	02.02.07.017-4	8.83	8.83
DOSAGEM DE CICLOSPORINA	02.02.07.018-2	58.61	58.61
DOSAGEM DE COBRE	02.02.07.019-0	3.51	3.51
DOSAGEM DE DIGITALICOS (DIGOXINA, DIGITOXINA)	02.02.07.020-4	8,97	8,97
DOSAGEM DE ETOSSUXIMIDA	02.02.07.021-2	15.65	15.65
DOSAGEM DE FENITOINA	02.02.07.022-0	35,22	35,22
DOSAGEM DE FENOL	02.02.07.023-9	2.05	2.05
DOSAGEM DE FORMALDEIDO	02.02.07.024-7	3.51	3.51
DOSAGEM DE LITIO	02.02.07.025-5	2,25	2,25
DOSAGEM DE MERCURIO	02.02.07.026-3	2,04	2,04
DOSAGEM DE META-HEMOGLOBINA	02.02.07.027-1	4,11	4,11
DOSAGEM DE METABOLITOS DA COCAINA	02.02.07.028-0	10.00	10.00
DOSAGEM DE METOTREXATO	02.02.07.029-8	10.00	10.00
DOSAGEM DE QUINIDINA	02.02.07.030-1	10.00	10.00
DOSAGEM DE SALICILATOS	02.02.07.031-0	2.01	2.01
DOSAGEM DE SULFATOS	02.02.07.032-8	3,51	3,51
DOSAGEM DE TEOFILINA	02.02.07.033-6	15.65	15.65
DOSAGEM DE TIOCIANATO	02.02.07.034-4	3.68	3.68
DOSAGEM DE ZINCO	02.02.07.035-2	15,65	15,65
ANTIBIOGRAMA	02.02.08.001-3	4.98	4.98

ANTIBIOGRAMA C/ CONCENTRACAO INIBITORIA MINIMA	02.02.08.002-1	13.33		13.33
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOSE (DIAGNÓSTICA)	02.02.08.004-8	4,20		4,20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)	02.02.08.005-6	4.20		4.20
BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR TUBERCULOS (CONTROLE)	02.02.08.006-4	4,20		4,20
BACTEROSCOPIA (GRAM)	02.02.08.007-2	2.80		2.80
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	02.02.08.008-0	5,62		5,62
CULTURA DO LEITE MATERNO (POS-PASTEURIZACAO)	02.02.08.009-9	5.62		5.62
CULTURA P/ HERPESVIRUS	02.02.08.010-2	4.33		4.33
CULTURA PARA BAAR	02.02.08.011-0	5.63		5.63
CULTURA PARA BACTERIAS ANAEROBICAS	02.02.08.012-9	10.25		10.25
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	02.02.08.013-7	4.19		4.19
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO (DIRETO)	02.02.08.014-5	2.80		2.80
HEMOCULTURA	02.02.08.015-3	11.49		11.49
IDENTIFICACAO AUTOMATIZADA DE MICROORGANISMOS	02.02.08.016-1	5.63		5.63
PESQUISA DE PNEUMOCYSTI CARINI	02.02.08.017-0	4.33		4.33
PESQUISA DE BACILO DIFTERICO	02.02.08.018-8	2.80		2.80
PESQUISA DE ESTREPTOCOCOS BETA-HEMOLITICOS DO GRUPO A	02.02.08.019-6	4.33		4.33
PESQUISA DE HAEMOPHILUS DUCREY	02.02.08.020-0	2.80		2.80
PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	02.02.08.021-8	4.33		4.33
PESQUISA DE LEPTOSPIRAS	02.02.08.022-6	2,80		2,80
PESQUISA DE TREPONEMA PALLIDUM	02.02.08.023-4	5.04		5.04
ACIDO URICO LIQUIDO NO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.001-9	1.89		1.89
ADENOGRAMA	02.02.09.002-7	5.79		5.79
CITOLOGIA P/ CLAMIDIA	02.02.09.003-5	4.33		4.33
CITOLOGIA P/ HERPESVIRUS	02.02.09.004-3	4.33		4.33
CONTAGEM ESPECIFICA DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.005-1	1,89		1,89
CONTAGEM GLOBAL DE CELULAS NO LIQUOR	02.02.09.006-0	1.89		1.89
DETERMINACAO DE FOSFOLIPIDIOS RELACAO LECITINA – ESFINGOMIELINA NO LÍQUIDO AMNIÓTICO	02.02.09.007-8	6.56		6.56
DOSAGEM DE CREATININA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.008-6	1.89		1.89
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA NO ESPERMA	02.02.09.009-4	2.01		2.01
DOSAGEM DE FRUTOSE	02.02.09.010-8	2.01		2.01
DOSAGEM DE FRUTOSE NO ESPERMA	02.02.09.011-6	2,01		2,01
DOSAGEM DE GLICOSE NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.012-4	1.89		1.89
DOSAGEM DE PROTEINAS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.013-2	1.89		1.89
ELETROFORESE DE PROTEINAS C/ CONCENTRACAO NO LIQUOR	02.02.09.015-9	5.23		5.23
ESPECTROFOTOMETRIA NO LIQUIDO AMNIOTICO	02.02.09.016-7	6.56		6.56
ESPLENOGRAMA	02.02.09.017-5	5.79		5.79
EXAME DE CARACTERES FISICOS CONTAGEM GLOBAL E ESPECIFICA DE CÉLULAS	02.02.09.018-3	1.89		1.89
MIELOGRAMA	02.02.09.019-1	5.79		5.79
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESPERMATOZOIDES (ELISA)	02.02.09.021-3	9.70		9.70
DOSAGEM DE FOSFATASE ÁCIDA NO ESPERMA	02.02.09.022-1	2.01		2.01
PESQUISA DE CARACTERES FISICOS NO LIQUOR	02.02.09.023-0	1.89		1.89
PESQUISA DE CELULAS ORANGIOFILAS	02.02.09.024-8	1.89		1.89
PESQUISA DE CRISTAIS C/ LUZ POLARIZADA	02.02.09.025-6	1.89		1.89
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES (APOS VASECTOMIA)	02.02.09.026-4	4.80		4.80
PESQUISA DE RAGOCITOS NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.027-2	1,89		1,89
PROVA DE PROGRESSAO ESPERMATICA (CADA)	02.02.09.028-0	9,70		9,70
PROVA DO LATEX P/ HAEMOPHILLUS INFLUENZAE, STREPTOCOCCUS PNEUMONIAE, NEISSERIA MENINGIDITIS (SORO TIPOS A, B, C)	02.02.09.029-9	1.89		1.89
PROVA DO LATEX P/ PESQUISA DO FATOR REUMATOIDE	02.02.09.030-2	1.89		1.89
REACAO DE PANDY	02.02.09.031-0	1.89		1.89
REACAO DE RIVALTA NO LIQUIDO SINOVIAL E DERRAMES	02.02.09.032-9	1.89		1.89
TESTE DE CLEMENTS	02.02.09.033-7	1.89		1.89
TESTE GASTROACIDOGRAMA - SECRECAO BASAL POR 60 EM 4 AMOSTRAS	02.02.09.034-5	4.69		4.69
TESTE DE HOLLANDER NO SUCO GASTRICO	02.02.09.035-3	4.69		4.69
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM CULTURA DE LONGA DURACAO (C/ TECNICAS DE BANDAS)	02.02.10.001-4	180,00		180,00
DETERMINACAO DE CARIOTIPO EM MEDULA OSSEA E VILOSIDADES CORIONICAS (C/ TÉCNICAS DE BANDAS)	02.02.10.002-2	160.00		160.00

DETECCAO DE VARIANTES DA HEMOGLOBINA (DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.001-0	8.80		8.80
DETECCAO MOLECULAR DE MUTACAO EM HEMOGLOBINOPATIAS (CONFIRMATORIO)	02.02.11.002-8	66,00		66,00
DETECCAO MOLECULAR EM FIBROSE CISTICA (CONFIRMATORIO)	02.02.11.003-6	66.00		66.00
DOSAGEM DE FENILALANINA (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.004-4	5.50		5.50
DOSAGEM DE FENILALANINA E TSH OU T4	02.02.11.005-2	12.10		12.10
DOSAGEM DE FENILALANINA TSH OU T4 E DETECCAO DA VARIANTE DE HEMOGLOBINA (COMPONENTE DO TESTE DO PEZINHO)	02.02.11.006-0	20.90		20.90
DOSAGEM DE TRIPSINA IMUNORREATIVA (COMPONENTE DOTESTE DO PEZINHO)	02.02.11.007-9	5.50		5.50
DOSAGEM DE TSH E T4 LIVRE (CONTROLE / DIAGNOSTICO TARDIO)	02.02.11.008-7	13.20		13.20
DETERMINACAO DE ANTICORPOS ANTIPLAQUETARIOS	02.02.12.001-5	10.65		10.65
DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	02.02.12.002-3	1.37		1.37
FENOTIPAGEM DE SISTEMA RH - HR	02.02.12.003-1	10,65		10,65
IDENTIFICACAO DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES C/ PAINEL DE HEMACIAS	02.02.12.004-0	10.65		10.65
PESQUISA DE ANTICORPOS IRREGULARES PELO METODO DA ELUICAO	02.02.12.005-8	5.79		5.79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES 37 OC	02.02.12.006-6	5.79		5.79
PESQUISA DE ANTICORPOS SERICOS IRREGULARES A FRIO	02.02.12.007-4	5,79		5,79
PESQUISA DE FATOR RH (INCLUI D FRACO)	02.02.12.008-2	1.37		1.37
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA (TIA)	02.02.12.009-0	2,73		2,73
TITULACAO DE ANTICORPOS ANTI A E/OU ANTI B	02.02.12.010-4	5,79		5,79
INTADERMORREACAO COM DERIVADO PROTEICO PURIFICADO (PPD)	02.02.03.024-5	REVOGADO		
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIGLIADINA (GLUTEN) IGG IGM E IGA (EXCLUIDO SIGTAP)	02.02.03.049-0	REVOGADO		24.55

CISAM

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 01/2018

Publicação Nº 1494392

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 01/2018

DATA DA ASSINATURA: 04.01.2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.939.232/0001-74

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

ANUENTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

CNPJ DO ANUENTE: 83.158.105/0001-09

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 08/2015, PARA ALTERAÇÃO DO CÁLCULO DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE REGULAÇÃO.

VALOR MENSAL: R\$ 4.953,62 (QUATRO MIL NOVECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E SESSENTA E DOIS CENTAVOS).

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO

PREFEITO – CONTRATANTE

NILVO DORINI

PRESIDENTE – CONTRATADO

ALEXANDRE KUNEN

DIRETOR – ANUENTE

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 02/2018

Publicação Nº 1494401

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 02/2018

DATA DA ASSINATURA: 05.01.2018

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE CAMPOS NOVOS.

CNPJ DO CONTRATANTE: 83.158.105/0001-09

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.

VALOR: R\$ 57.687,90 (CINQUENTA E SETE MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E NOVENTA CENTAVOS)

VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018

ALEXANDRE KUNEN NILVO DORINI

DIRETOR – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 03/2018

Publicação Nº 1494403

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 03/2018

DATA DA ASSINATURA: 10.01.2018

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

CNPJ DO CONTRATANTE: 08.484.353/0001-16

CONTRATADO: JF SERVIÇOS E ALIMENTAÇÃO LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 06.238.578/0001-67

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO MENSAL DE VALES-ALIMENTAÇÃO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE CARTÃO ELETRÔNICO.

VALOR TOTAL: -2% (DOIS POR CENTO DE DESCONTO SOBRE O VALOR DOS VALES ALIMENTAÇÃO FORNECIDOS AOS FUNCIONÁRIOS).

VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2022

NILVO DORINI

PRESIDENTE – CONTRATANTE

MATHEUS DE ALMEIDA

CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 17/2017

Publicação Nº 1494054

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 17/2017

DATA DA ASSINATURA: 14.12.2017

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

CNPJ DO CONTRATANTE: 08.484.353/0001-16

CONTRATADO: BETHA SISTEMAS LTDA.

CNPJ DO CONTRATADO: 00.456.865/0001-67

OBJETO: CONTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA O CONSÓRCIO, REFERENTE AO PERÍODO DE 01/01/2018 À 31/12/2018.

VALOR TOTAL: R\$ 15.480,00 (QUINZE MIL QUATROCENTOS E OITENTA REAIS).

VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018

NILVO DORINI

PRESIDENTE – CONTRATANTE

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JR./DANIELA RAMOS SILVA

CONTRATADA

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 18/2017

Publicação Nº 1494055

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 18/2017 DATA DA ASSINATURA: 20.12.2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.613.853/0001-61

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM – MO Nº12/2017. CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO EM QUÍMICA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE E SEGURANÇA DA ÁGUA DISTRIBUÍDA À POPULAÇÃO, PELO SISTEMA PÚBLICO.

VALOR: R\$ 10.060,44 (DEZ MIL SESENTA REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018

ADEMIL ANTONIO DA ROSA NILVO DORINI

PREFEITO – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 19/2017

Publicação Nº 1494056

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 19/2017

DATA DA ASSINATURA: 20.12.2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.613.853/0001-61

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 13/2015, PARA ALTERAÇÃO DO CÁLCULO DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE REGULAÇÃO.

VALOR MENSAL: R\$ 362,46 (TREZENTOS E SESENTA DOIS REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS).

ADEMIL ANTONIO DA ROSA

PREFEITO – CONTRATANTE

NILVO DORINI

PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 20/2017

Publicação Nº 1494057

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 20/2017

DATA DA ASSINATURA: 20.12.2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRUNÓPOLIS/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.613.853/0001-61

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.

VALOR: R\$ 12.563,02 (DOZE MIL, QUINHENTOS E SESENTA E TRÊS REAIS E DOIS CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018

ADEMIL ANTONIO DA ROSA NILVO DORINI

PREFEITO MUNICIPAL – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 21/2017

Publicação Nº 1494059

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 21/2017 DATA DA ASSINATURA: 21.12.2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE DE CAPINZAL E OURO.

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.782.079/0001-14

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.

VALOR: R\$ 58.875,17 (CINQUENTA E OITO MIL E OITOCENTOS E SETENTA E CINCO REAIS E DEZESSETE CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018

SIDNEI PENZO NILVO DORINI

DIRETOR – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 22/2017

Publicação Nº 1494060

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 22/2017

DATA DA ASSINATURA: 21.12.2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.939.406/0001-07

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

ANUENTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE.

CNPJ DO ANUENTE: 82.782.079/0001-14

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 02/2015, PARA ALTERAÇÃO DO CÁLCULO DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE REGULAÇÃO.

VALOR MENSAL: R\$ 3.125,78 (TRÊS MIL CENTO E VINTE E CINCO REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS).

NILVO DORINI

PREFEITO – CONTRATANTE

SIDNEI PENZO

DIRETOR ADMINISTRATIVO – CONTRATADO

DIONISIO ALZIR ROSSET

COORDENADOR GERAL – ANUENTE

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 23/2017

Publicação Nº 1494063

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 23/2017

DATA DA ASSINATURA: 21.12.2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE OURO/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.777.228/0001-57

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

ANUENTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE.

CNPJ DO ANUENTE: 82.782.079/0001-14

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 01/2015, PARA ALTERAÇÃO DO CÁLCULO DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE REGULAÇÃO.

VALOR MENSAL: R\$ 1.033,34 (UM MIL E TRINTA E TRÊS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS).

NER LUIZ MIQUELOTO

PREFEITO – CONTRATANTE

NILVO DORINI

PRESIDENTE – CONTRATADO

SIDNEI PENZO
DIRETOR – ANUENTE

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 24/2017

Publicação Nº 1494064

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 24/2017
DATA DA ASSINATURA: 21.12.2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC.
CNPJ DO CONTRATANTE: 01.612.387/0001-08
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.
CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16
OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 07/2016, PARA ALTERAÇÃO DO CÁLCULO DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE REGULAÇÃO.

VALOR MENSAL: R\$ 456,96 (QUATROCENTOS E CINQUENTA E SEIS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS).

ALCIDES MANTOVANI
PREFEITO – CONTRATANTE

NILVO DORINI
PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 25/2017

Publicação Nº 1494065

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 25/2017
DATA DA ASSINATURA: 21.12.2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC.
CNPJ DO CONTRATANTE: 01.612.387/0001-08
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.
CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16
OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.
VALOR: R\$ 13.491,51 (TREZE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E UM REAIS E CINQUENTA E UM CENTAVOS)
VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018
ALCIDES MANTOVANI NILVO DORINI
PREFEITO MUNICIPAL – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 26/2017

Publicação Nº 1494066

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 26/2017
DATA DA ASSINATURA: 21.12.2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC.
CNPJ DO CONTRATANTE: 78.511.052.0001-10
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.
CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16
OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 13/2017, PARA ALTERAÇÃO DO CÁLCULO DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE REGULAÇÃO.

VALOR MENSAL: R\$ 601,91 (SEISCENTOS E UM REAIS E NOVENTA E UM CENTAVOS).

LUCIMAR ANTÔNIO SALMÓRIA
PREFEITO – CONTRATANTE

NILVO DORINI
PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 27/2017

Publicação Nº 1494067

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 27/2017
DATA DA ASSINATURA: 21.12.2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC.
CNPJ DO CONTRATANTE: 78.511.052/0001-10
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.
CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16
OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.
VALOR: R\$ 12.601,76 (DOZE MIL, SEISCENTOS E UM REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018
LUCIMAR ANTÔNIO SARMÓRIA NILVO DORINI
PREFEITO MUNICIPAL – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 28/2017

Publicação Nº 1494068

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 28/2017
DATA DA ASSINATURA: 21.12.2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC.
CNPJ DO CONTRATANTE: 01.614.374/0001-60
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.
CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16
OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.
VALOR: R\$ 11.720,02 (ONZE MIL, SETECENTOS E VINTE REAIS E DOIS CENTAVOS).
VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018
CATIA TESSMANN REICHERT NILVO DORINI
PREFEITA MUNICIPAL – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 29/2017

Publicação Nº 1494071

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 29/2017
DATA DA ASSINATURA: 21.12.2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA/SC.
CNPJ DO CONTRATANTE: 01.614.374/0001-60
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.
CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16
OBJETO: TERMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 03/2017, PARA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA 17/01/2018 À 16/01/2019.
CATIA TESSMANN REICHERT
PREFEITA – CONTRATANTE

NILVO DORINI
PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 30/2017

Publicação Nº 1494072

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 30/2017

DATA DA ASSINATURA: 21/12/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.616.039/0001-09

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.

VALOR: R\$ 12.023,29 (DOZE MIL, VINTE E TRÊS REAIS E VINTE E NOVE CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018

JAIR DA SILVA RIBEIRO NILVO DORINI

PREFEITO MUNICIPAL – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 31/2017

Publicação Nº 1494074

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 31/2017

DATA DA ASSINATURA: 21.12.2017

CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE FRAIBURGO/SC – SANEFRAI

CNPJ DO CONTRATANTE: 06.017.932/0001-23

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.

VALOR: R\$ 58.677,85 (CINQUENTA E OITO MIL, SEISCENTOS E SETENTA E SETE REAIS E OITENTA E CINCO CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018

ILDO LUCAS NILVO DORINI

PRESIDENTE – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 32/2017

Publicação Nº 1494076

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 32/2017

DATA DA ASSINATURA: 22.12.2017

CONTRATANTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE DE JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA.

CNPJ DO CONTRATANTE: 84.591.890/0001-43

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

OBJETO: TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES NA ÁREA DE SANEAMENTO AMBIENTAL, EM RAZÃO DE CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018.

VALOR: R\$ 105.898,07 (CENTO E CINCO MIL, OITOCENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETE CENTAVOS).

VIGÊNCIA: 01.01.2018 A 31.12.2018

PAULO CESAR LAMIN NILVO DORINI

DIRETOR ADJUNTO – CONTRATANTE PRESIDENTE – CONTRATADO

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 33/2017

Publicação Nº 1494077

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 33/2017

DATA DA ASSINATURA: 22.12.2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.939.380/0001-99

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

ANUENTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE.

CNPJ DO ANUENTE: 84.591. 890/0001-43

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 04/2015, PARA ALTERAÇÃO DO CÁLCULO DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE REGULAÇÃO.

VALOR MENSAL: R\$ 4.103,40 (QUATRO MIL CENTO E TRÊS REAIS E QUARENTA CENTAVOS).

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITO – CONTRATANTE

NILVO DORINI

PRESIDENTE – CONTRATADO

PAULO CESAR LAMIN

DIRETOR – ANUENTE

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 34/2017

Publicação Nº 1494078

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 34/2017

DATA DA ASSINATURA: 22.12.2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE HERVAL D' OESTE/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 82.939.430/0001-38

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

ANUENTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE.

CNPJ DO ANUENTE: 84.591. 890/0001-43

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 05/2015, PARA ALTERAÇÃO DO CÁLCULO DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE REGULAÇÃO.

VALOR MENSAL: R\$ 3.125,36 (TRÊS MIL CENTO E VINTE E CINCO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS).

AMÉRICO LORINI

PREFEITO – CONTRATANTE

NILVO DORINI

PRESIDENTE – CONTRATADO

PAULO CESAR LAMIN

DIRETOR – ANUENTE

EXTRATO DE CONTRATO CISAM-MO 35/2017

Publicação Nº 1494080

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO CISAM-MO Nº 35/2017

DATA DA ASSINATURA: 22.12.2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC.

CNPJ DO CONTRATANTE: 01.613.428/0001-72

CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM MEIO OESTE – SC.

CNPJ DO CONTRATADO: 08.484.353/0001-16

ANUENTE: SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SIMAE.

CNPJ DO ANUENTE: 84.591. 890/0001-43

OBJETO: TERMO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO CISAM-MO Nº 06/2015, PARA ALTERAÇÃO DO CÁLCULO DA FORMAÇÃO DO PREÇO DE REGULAÇÃO.

VALOR MENSAL: R\$ 798,42 (SETECENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E QUARENTA E DOIS CENTAVOS).

MOISES DIERSMANN

PREFEITO – CONTRATANTE

NILVO DORINI

PRESIDENTE – CONTRATADO

PAULO CESAR LAMIN

DIRETOR – ANUENTE

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 01/2018

Publicação Nº 1493794

RESOLUÇÃO Nº 01/2018

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, na forma que especifica."

O Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução 20/2015 e considerando a necessidade de adequações orçamentárias face as demandas operacionais do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas, pertencentes ao Projeto/Atividade 2.001 – Operação e Manutenção do Consórcio:

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	FTE	DR	R\$
3.1.90.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas / Obrigações Patronais	0300	00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Material de Consumo/ Serviços de Terceiros	0300	00	20.000,00
	TOTAL			30.000,00

Art. 2º - Fica aberto no orçamento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 43.125,00 (quarenta e três mil cento e vinte cinco reais), para reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas, pertencentes ao Projeto/Atividade 1.001 – Construção e Adequação do Consórcio:

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	FTE	DR	R\$
4.4.90.00.00.00.00.00	Obras e Instalações/ Equipamentos e Material Permanente	0300	00	43.125,00
	TOTAL			43.125,00

Art. 3º - Fica aberto no orçamento do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM Meio Oeste, um crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), para reforço das dotações orçamentárias a seguir especificadas, pertencentes ao Projeto/Atividade 2.002 – Operação e Manutenção do Consórcio:

Classificação	D E N O M I N A Ç Ã O	FTE	DR	R\$
3.1.90.00.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas / Obrigações Patronais	0300	00	20.000,00
	TOTAL			20.000,00

Art. 4º - Para dar cobertura ao crédito aberto nos art. 1º, 2º e 3º é indicada como fonte de recursos, na forma do disposto no art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/64, o Superávit Financeiro apurado no Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste, no valor de R\$ 93.125,00 (noventa e três mil cento e vinte e cinco reais), conforme quadro a seguir:

I – Superávit Financeiro

IDENTIFICAÇÃO DAS FONTES	FTE	R\$
Superávit Financeiro	0300	93.125,00
TOTAL		93.125,00

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros e orçamentários a partir da data de sua assinatura.

Capinzal/SC, 02 de janeiro de 2018.

Sidnei Penzo

Diretor Administrativo e Financeiro CISAM Meio Oeste

RESOLUÇÃO CISAM MEIO OESTE Nº 02/2018

Publicação Nº 1493888

RESOLUÇÃO Nº 02/2018

"Concede reajuste geral anual da remuneração do quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste."

O Diretor Administrativo e Financeiro do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental CISAM Meio Oeste, no uso das atribuições conferidas pelo art.55, § 2º do Estatuto Social, considerando aprovação em assembleia geral ordinária do dia 31/03/2016, bem como a resolução 20/2016 que estabelece a data base de reajuste geral anual.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder reajuste geral anual da remuneração dos empregados lotados no quadro de pessoal do Consórcio Intermunicipal de

Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste em 2,0669% (dois vírgula zero seis e sessenta e nove por cento), conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de janeiro/2017 à dezembro/2017, com base no salário de dezembro de 2017.

Art. 2º. Atualizar, em decorrência da revisão geral anual, os valores constantes no ANEXO 2, do Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Resolução correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste.

Art. 4º. Integram esta Resolução, o Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro; a Declaração da conformidade com o limite fixado no orçamento anual do Consórcio, bem como o ANEXO 2 do Estatuto Social do Consórcio, devidamente alterado.

Art. 5º. Conceder também reajuste geral anual de 2,0669% (dois vírgula zero seis e sessenta e nove por cento), conforme variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de janeiro/2017 à dezembro/2017, sobre o valor unitário do Vale-Alimentação de R\$ 20,00 para R\$ 20,41, com base no Art. 2º da Resolução CISAM – MO Nº 22/2017.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com aplicação da revisão sobre os vencimentos referentes ao mês de janeiro de 2018.

Publique-se.

CAPINZAL (SC), 10 de janeiro de 2018.

Sidnei Penzo

Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste

ANEXO ÚNICO (A vigorar a partir de Janeiro/2018)

ANEXO 2 – DOS NÍVEIS E VENCIMENTOS (Estatuto Social do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM Meio Oeste)

Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)	Nível	Vencimento (R\$)
1	536,22	46	1.047,89	91	2.047,80	136	4.001,84
2	544,26	47	1.063,61	92	2.078,52	137	4.061,86
3	552,43	48	1.079,56	93	2.109,69	138	4.122,79
4	560,71	49	1.095,76	94	2.141,34	139	4.184,63
5	569,12	50	1.112,19	95	2.173,46	140	4.247,40
6	577,66	51	1.128,87	96	2.206,06	141	4.311,11
7	586,33	52	1.145,81	97	2.239,15	142	4.375,78
8	595,12	53	1.162,99	98	2.272,74	143	4.441,42
9	604,05	54	1.180,44	99	2.306,83	144	4.508,04
10	613,11	55	1.198,15	100	2.341,43	145	4.575,66
11	622,31	56	1.216,12	101	2.376,55	146	4.644,29
12	631,64	57	1.234,36	102	2.412,20	147	4.713,96
13	641,12	58	1.252,88	103	2.448,39	148	4.784,67
14	650,73	59	1.271,67	104	2.485,11	149	4.856,44
15	660,49	60	1.290,74	105	2.522,39	150	4.929,28
16	670,40	61	1.310,10	106	2.560,22	151	5.003,22
17	680,46	62	1.329,76	107	2.598,63	152	5.078,27
18	690,66	63	1.349,70	108	2.637,61	153	5.154,44
19	701,02	64	1.369,95	109	2.677,17	154	5.231,76
20	711,54	65	1.390,50	110	2.717,33	155	5.310,24
21	722,21	66	1.411,35	111	2.758,09	156	5.389,89
22	733,04	67	1.432,53	112	2.799,46	157	5.470,74
23	744,04	68	1.454,01	113	2.841,45	158	5.552,80
24	755,20	69	1.475,82	114	2.884,07	159	5.636,09
25	766,53	70	1.497,96	115	2.927,33	160	5.720,63
26	778,03	71	1.520,43	116	2.971,24	161	5.806,44
27	789,70	72	1.543,24	117	3.015,81	162	5.893,54
28	801,54	73	1.566,39	118	3.061,05	163	5.981,94
29	813,57	74	1.589,88	119	3.106,97	164	6.071,67
30	825,77	75	1.613,73	120	3.153,57	165	6.162,75
31	838,16	76	1.637,93	121	3.200,87	166	6.255,19
32	850,73	77	1.662,50	122	3.248,89	167	6.349,02
33	863,49	78	1.687,44	123	3.297,62	168	6.444,25
34	876,44	79	1.712,75	124	3.347,08	169	6.540,92
35	889,59	80	1.738,44	125	3.397,29	170	6.639,03
36	902,93	81	1.764,52	126	3.448,25	171	6.738,62
37	916,48	82	1.790,99	127	3.499,97	172	6.839,69
38	930,22	83	1.817,85	128	3.552,47	173	6.942,29
39	944,18	84	1.845,12	129	3.605,76	174	7.046,42

40	958,34	85	1.872,80	130	3.659,85	175	7.152,12
41	972,71	86	1.900,89	131	3.714,74	176	7.259,40
42	987,30	87	1.929,40	132	3.770,47	177	7.368,29
43	1.002,11	88	1.958,34	133	3.827,02	178	7.478,82
44	1.017,15	89	1.987,72	134	3.884,43	179	7.591,00
45	1.032,40	90	2.017,54	135	3.942,69	180	7.704,87

Sidnei Penzo

Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM Meio Oeste

DESPESAS FIXADAS EXERCÍCIO 2018

Publicação Nº 1493968

Associação Pública

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 1/1

Data: 31/12/2017

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.011.580,09
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		535.273,19	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		535.273,19	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		476.306,90	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		476.306,90	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			36.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		36.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		36.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			10.890,50
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.890,50	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		10.890,50	
Total das despesas:				1.058.470,59
Total da entidade:				1.058.470,59
Total geral:				1.058.470,59

Capinzal, 31 de dezembro de 2017

LEOMAR EGGERS
CONTADOR SC-030937/O-8

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
SUPERINTENDENTE

SIDNEI PENZO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

RECEITAS PREVISTAS EXERCÍCIO 2018

Publicação Nº 1493967

Página: 1/3
Data: 31/12/2017

Associação Pública
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	RECEITAS			1.028.470,59
4.1.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receitas Correntes			
4.1.3.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita Patrimonial		15.000,00	
4.1.3.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Valores Mobiliários		15.000,00	
4.1.3.2.1.0.0.0.0.0.0.0	Juros e Correções Monetárias	15.000,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.0.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários	15.000,00		
4.1.3.2.1.0.0.1.1.0.0.0.0	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	15.000,00		
4.1.6.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Receita de Serviços		664.970,59	
4.1.6.1.0.0.0.0.0.0.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		30.000,00	
4.1.6.1.0.0.1.0.0.0.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		30.000,00	
4.1.6.1.0.0.1.1.0.0.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal		30.000,00	
4.1.6.1.0.0.1.1.1.0.0.0	Serviços Técnicos		0,00	
4.1.6.1.0.0.1.1.2.0.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros		634.970,59	
4.1.6.3.0.0.0.0.0.0.0.0	Serviços e Atividades Referentes à Saúde			
4.1.6.3.0.0.1.0.0.0.0.0	Serviços de Atendimento à Saúde	634.970,59		
4.1.6.3.0.0.1.1.0.0.0.0	Serviços de Atendimento à Saúde	634.970,59		
4.1.6.3.0.0.1.1.1.0.0.0	Serviços de Atendimento à Saúde - Principal	634.970,59		
4.1.6.3.0.0.1.1.1.0.0.0	Serviços Laboratoriais	348.788,42		
4.1.6.3.0.0.1.1.2.0.0.0	Serviços de Regulação	286.182,17		
4.1.6.3.0.0.1.1.2.0.0.0	Serviços de Atendimento à Saúde - Multas e Juros	0,00		
4.1.7.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências Correntes		348.500,00	
4.1.7.3.0.0.0.0.0.0.0.0	Transferências dos Municípios e de suas Entidades		348.500,00	
4.1.7.3.8.0.0.0.0.0.0.0	Transferências dos Municípios - Especifica E/M		348.500,00	
4.1.7.3.8.0.2.0.0.0.0.0	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos		348.500,00	
4.1.7.3.8.0.2.1.0.0.0.0	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos			
4.1.7.3.8.0.2.1.1.0.0.0.0	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Principal			
4.1.7.3.8.0.2.1.1.0.0.0.0	Município Capinzal/Ouro	54.214,34		
4.1.7.3.8.0.2.1.1.0.0.0.0	Município Capinzal/Ouro 3171	24.399,80		
4.1.7.3.8.0.2.1.1.0.0.0.0	Município Capinzal/Ouro 3371	29.814,54		
4.1.7.3.8.0.2.1.1.0.0.0.0	Município de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzerna	97.533,61		
4.1.7.3.8.0.2.1.1.0.0.0.0	Município de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzerna 3171	43.887,64		
4.1.7.3.8.0.2.1.1.0.0.0.0	Município de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzerna 3371	53.645,97		
4.1.7.3.8.0.2.1.1.0.0.0.0	Município de Campos Novos	53.151,46		
4.1.7.3.8.0.2.1.1.0.0.0.0	Município de Campos Novos 3171	23.907,76		
4.1.7.3.8.0.2.1.1.0.0.0.0	Município de Campos Novos 3371	29.243,70		

Página: 2/3
Data: 31/12/2017

Associação Pública
CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018
Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.3.8.02.1.1.04.00.00	Município de Alto Bela Vista	10.773,14		
4.1.7.3.8.02.1.1.04.00.01	Município de Alto Bela Vista 3171	4.857,16		
4.1.7.3.8.02.1.1.04.00.02	Município de Alto Bela Vista 3371	5.915,98		
4.1.7.3.8.02.1.1.05.00.00	Município de Fraiburgo	54.064,11		
4.1.7.3.8.02.1.1.05.00.01	Município de Fraiburgo 3171	24.318,02		
4.1.7.3.8.02.1.1.05.00.02	Município de Fraiburgo 3371	29.746,09		
4.1.7.3.8.02.1.1.06.00.00	Município de Vargem	11.546,62		
4.1.7.3.8.02.1.1.06.00.01	Município de Vargem 3171	5.204,87		
4.1.7.3.8.02.1.1.06.00.02	Município de Vargem 3371	6.341,75		
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.00	Município de Zortea	12.406,46		
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.01	Município de Zortea 3171	5.591,32		
4.1.7.3.8.02.1.1.07.00.02	Município de Zortea 3371	6.815,14		
4.1.7.3.8.02.1.1.08.00.00	Município de Monte Carlo	20.621,19		
4.1.7.3.8.02.1.1.08.00.01	Município de Monte Carlo 3171	9.284,29		
4.1.7.3.8.02.1.1.08.00.02	Município de Monte Carlo 3371	11.336,90		
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.00	Município de Frei Rogério	11.052,73		
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.01	Município de Frei Rogério 3171	4.982,85		
4.1.7.3.8.02.1.1.09.00.02	Município de Frei Rogério 3371	6.069,88		
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.00	Município de Brunópolis	11.550,31		
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.01	Município de Brunópolis 3171	5.206,53		
4.1.7.3.8.02.1.1.10.00.02	Município de Brunópolis 3371	6.343,78		
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.00	Município de Abdon Batista	11.586,03		
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.01	Município de Abdon Batista 3171	5.222,58		
4.1.7.3.8.02.1.1.11.00.02	Município de Abdon Batista 3371	6.363,45		
4.1.9.1.0.09.1.1.00.00.00	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	0,00		
4.1.9.0.99.2.1.00.00.00	Outras Receitas - Financeiras - Principal	0,00		
4.2.0.0.0.0.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			30.000,00
4.2.4.0.0.0.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		30.000,00	
4.2.4.3.0.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades		30.000,00	
4.2.4.3.8.0.0.0.00.00.00	Transferências dos Municípios e de suas Entidades			
4.2.4.3.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos			
4.2.4.3.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos			
4.2.4.3.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos - Principal			
4.2.4.3.8.01.1.1.01.00.00	Município de Capinzal/Ouro 4471	4.660,83		
4.2.4.3.8.01.1.1.02.00.00	Município de Joaçaba/Herval D'Oeste e Luzerna 4471	8.364,46		
4.2.4.3.8.01.1.1.03.00.00	Município de Campos Novos 4471	4.536,44		

Associação Pública

CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2018

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/3

Data: 31/12/2017

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 - CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.2.4.3.8.01.1.1.04.00.00	Município de Alto Bela Vista 4471	946,88		
4.2.4.3.8.01.1.1.05.00.00	Município de Fraiburgo 4471	4.613,74		
4.2.4.3.8.01.1.1.06.00.00	Município de Vargem 4471	1.012,39		
4.2.4.3.8.01.1.1.07.00.00	Município de Zortea 4471	1.085,05		
4.2.4.3.8.01.1.1.08.00.00	Município de Monte Carlo 4471	1.781,21		
4.2.4.3.8.01.1.1.09.00.00	Município de Frei Rogério 4471	970,56		
4.2.4.3.8.01.1.1.10.00.00	Município de Brunópolis 4471	1.012,71		
4.2.4.3.8.01.1.1.11.00.00	Município de Abdon Batista 4471	1.015,73		
Total das receitas:				1.058.470,59
Total por entidade:				1.058.470,59
Total geral:				1.058.470,59

Capinzal, 31 de dezembro de 2017

SIDNEI PENZO
DIRETOR ADMINISTRATIVO

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI
SUPERINTENDENTE

LEOMAR EGGERS
CONTADOR SC-030937/O-8

CIS/AMERIOS**RESOLUÇÃO Nº 001-2018 - CONCEDE REAJUSTE PARA EMPREGADOS PÚBLICOS**

Publicação Nº 1494547

Resolução nº 001/2018 Maravilha (SC), 18 de janeiro de 2018.

Dispõe sobre o reajuste do salário da empregada do CIS/AMERIOS a partir de primeiro de janeiro de 2018 e dá outras providências.

Sr. RENALDO MUELLER, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMERIOS - CIS/AMERIOS, usando da competência que lhe confere o artigo 28, parágrafo 1º do Estatuto Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Estabelecer o salário da empregada do CIS/AMERIOS a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme reajuste do salário mínimo (índice 1,814300961%) para:

I – Assessora Administrativa e Financeira, Fabiane Galera – 20 h/semanais, sendo: R\$ 4.293,00 (Quatro mil, duzentos e noventa e três reais);

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de primeiro de janeiro de 2018.

Maravilha (SC), 18 de janeiro de 2018.

RENALDO MUELLER

Presidente do CIS/AMERIOS

Prefeito de Riqueza

CIASS

TRANSF AO CIASS RESUMO 2018

Publicação Nº 1493953

RESUMO DAS TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS AO CIASS DE TURVO em 2018

população total dos Municípios que participam do CIASS = 40.559 (estimada pelo IBGE para 2014)

Orçamento para 2018 R\$ 950.000,00

MUNICIPIO	POP	% PERC.	VLR ANUAL	VLR MENSAL	MENSAL FOLHA	MENSAL DESP CORRENTE	MENSAL DESP CAPITAL	Nº CONTRATO DE RATEIO	Lei ingressa CIASS	Lei Orç para 2018	VLR MENSAL EXCETO CAPITAL
Turvo	12.452	30,71%	291.745,00	24.312,08	168.905,00	76.775,00	46.065,00	nº 01/2018	2.226/14	2328_2017	20.473,33
Jacinto Machad	10.642	26,24%	249.280,00	20.773,33	144.320,00	65.600,00	39.360,00	nº 02/2018	.767/14	Lei Orç	17.493,33
Meleiro	7.076	17,45%	165.775,00	13.814,58	95.975,00	43.625,00	26.175,00	nº 05/2018	.1680/14	Lei Orç	11.633,33
Timbe do Sul	5.385	13,27%	126.065,00	10.505,42	72.985,00	33.175,00	19.905,00	nº 04/2018	.1739/14	Lei Orç	8.846,67
Morro Grande	2.925	7,21%	68.495,00	5.707,92	39.655,00	18.025,00	10.815,00	nº 06/2018	.818/14	Lei Orç	4.806,67
Ermo	2.079	5,12%	48.640,00	4.053,33	28.160,00	12.800,00	7.680,00	nº 03/2018	.376/14	436_2017	3.413,33
somatório			950.000,00	79.166,67	595.833,33	270.833,33	162.500,00				65.625,00

49.652,78 22.569,44 13.541,67

DESPESAS	em %	em R\$
Pessoal	57,89	550.000,00
Outras Despesas Correntes	26,32	250.000,00
Despesas de Capital	15,79	150.000,00
Total	100,00	950.000,00